

MARIA DE FÁTIMA SILVA PORTO

**PÉROLAS EM CHÃO ÁRIDO –
ORGANIZAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, AÇÃO POLÍTICA E CULTURA
POLÍTICA DE MULHERES EMPRESÁRIAS NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Belo Horizonte, agosto de 2007

MARIA DE FÁTIMA SILVA PORTO

**PÉROLAS EM CHÃO ÁRIDO –
ORGANIZAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, AÇÃO POLÍTICA E CULTURA
POLÍTICA DE MULHERES EMPRESÁRIAS NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-graduação em “História e Culturas Políticas” na Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Carla Maria Junho Anastasia.

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais

2007

301.412 Porto, Maria de Fátima Silva

P853p *Pérolas em chão árido* – organização, ação social, ação política e cultura
2007 política de mulheres empresárias no estado de Minas Gerais / Maria de Fátima Silva Porto. - 2007.

815 f.: il.

Orientador: Carla Maria Junho Anastasia.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.História - Teses 2. Mulheres - Teses 3. Ação social – Teses 4. Política cultural – Minas Gerais – Teses . I. Anastasia, Carla Maria Junho II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós-Graduação em História

Tese intitulada “*Pérolas em chão árido* – organização, ação social, ação política e cultura política de mulheres empresárias no estado de Minas Gerais”, de autoria da doutoranda Maria de Fátima Silva Porto, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª. Dra. Carla Maria Junho Anastasia – UFMG – Orientadora

Prof^ª. Dra. Eli Diniz – IUPERJ/RJ

Prof^ª. Dra. Liana Maria Reis – PUC/MG

Prof^ª. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling – UFMG

Prof^ª. Dra. Júnia Ferreira Furtado – UFMG

Belo Horizonte, agosto de 2007

Dedico este trabalho

a meus filhos Francisco Filho e Haroldo, pelos
quais vivo.

Ao meu marido Francisco José – Chiquinho –,
sentido da minha existência.

À minha irmã Helena, amiga solidária de toda
vida.

Ao meu pai, Arthur, exemplo de determinação e
empreendedorismo.

À minha mãe, Gersonita – Senita –, exemplo de
doação.

Aos meus sogros, D. Joana e Sr. José Alves –
Zizico –, exemplos de respeito.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Carla Maria Junho Anastasia, minha orientadora, agradeço a concessão da honra e o grande privilégio de estar sob sua valiosa orientação. Suas críticas, observações, correções e sugestões deram-me a segurança que eu precisava e buscava em meio a tantas incertezas e dúvidas. A sua atenção e cuidado em relação ao meu trabalho e à minha pessoa foram o equilíbrio, o esteio e a certeza de que eu não estava só. Além de sua orientação nesta tese, tive também o prazer e a honra de ser sua aluna durante o curso de doutorado e descobrir novos conhecimentos e possibilidades. Ao procurar as mulheres empresárias para o convite de participação neste trabalho, a Professora Dra. Carla Anastasia me permitiu fazer uso de seu nome para minha identificação e, por isso, pude perceber o respeito e o peso da credibilidade de seu nome na sociedade belo-horizontina e nas cidades representativas. A admiração em relação à sua pessoa é unânime, só que não é maior do que a *minha* admiração e respeito, acrescidos de uma eterna gratidão.

À Professora Dra. Heloísa Maria Murgel Starling, agradeço as valiosas e fundamentais observações e sugestões por ocasião de minha qualificação. As leituras apontadas e sugeridas foram norteadoras e as bases conceituais para este trabalho. Busquei aproveitar a imensa contribuição da literatura acadêmica indicada, além do conhecimento adquirido como sua aluna no curso de doutorado. Eu não conhecia a Professora Dra. Heloísa Starling e fiquei encantada com a sua capacidade intelectual e sua generosidade na indicação da bibliografia que foram o sustentáculo deste trabalho. Agradeço também, o aceite e a honrosa presença para a banca de defesa desta tese.

À Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, pelas fundamentais contribuições, sugestões e apontamentos durante a banca de qualificação. Suas observações e críticas ajudaram-me a ficar atenta aos detalhes. Enriqueci-me como sua aluna no curso de doutorado pelas inúmeras leituras metodológicas, discussões e ampliação de questionamentos. Também não conhecia a Professora Dra. Júnia Furtado, com quem tive o primeiro contato dentro da UFMG para o início do doutorado, por ser, na época, a coordenadora do curso. Com grande profissionalismo e espírito acolhedor, a Professora Dra. Júnia Furtado fez-me sentir que era possível batalhar e

realizar o projeto que eu almejava. Acrescento os agradecimentos pela honra da presença e disponibilidade da participação para a defesa desta tese.

À Professora Ms. Adriana de Lanna Malta Tredezini, presto-lhe uma menção especial de reconhecimento com meus mais sinceros e profundos sentimentos de gratidão pela revisão gramatical deste trabalho. De extremado e exemplar profissionalismo, grande presteza, agilidade e eficiência, sua colaboração nessa tarefa é inarrável. Amiga incondicional.

Ao Professor Dr. Eduardo França Paiva, pelas ricas, ilustradas e proveitosas aulas durante o curso de doutorado.

Ao Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, por meio do Magnífico Reitor Professor Ms. Raul Scher, do Professor Ms. Milton Roberto de Castro Teixeira, Pró-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças e da Professora Neuza Helena de Queiroz Borges, Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, agradeço o valioso apoio e incentivo.

Ao Sr. Dilson Di Donato Ferreira Júnior, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas – FCDL-MG pela colaboração de valiosas informações no âmbito empresarial e pela atenção a mim dispensada.

À Vilma Carvalho de Souza, chefe da Biblioteca “Prof. Antônio Luiz Paixão” da FAFICH/UFMG, de extremado profissionalismo e, principalmente, de grande sensibilidade e compreensão, os meus sinceros agradecimentos pela grande e imprescindível colaboração e apoio.

À Sindier Antônia Alves, funcionária da Biblioteca “Prof. Antônio Luiz Paixão” da FAFICH/UFMG, minha profunda e eterna gratidão. Profissional exemplar, competente, prestativa e de grande espírito de humanidade, ajudou-me, de forma indescritível, no acesso e empréstimo de livros e na aquisição de diversas literaturas de outras universidades. Meu trabalho teria sido muito mais difícil e penoso sem a sua valiosa colaboração.

À secretaria de Pós-graduação em História por meio dos coordenadores anteriores: Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, Professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta e, atualmente, Professora Dra. Regina Horta Duarte e funcionários, pela presteza.

Ao Alessandro Magno da Silva, chefe da Seção de Ensino de Pós-graduação da FAFICH, pela atenção.

Ao Nicolau Ferreira Júnior – Juninho, por meio do qual agradeço todos os funcionários do serviço de xerox da FAFICH, pela solicitude, atenção e presteza.

À Professora Nilse Nunes Rodrigues, diretora do Centro Estadual de Educação Continuada “Professora Ordalina Vieira Roriz da Costa” – CESEC, agradeço a atenção, a

grande colaboração e espírito de cooperação. O seu apoio e compreensão são impossíveis de mensuração.

À Professora e colega Suzie Abadia de Sousa e Silva agradeço o valoroso e constante apoio nessa trajetória, por meio da qual agradeço a todo corpo docente do CESEC.

À Dione Cândida Aquino, chefe da Biblioteca Central do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, o reconhecimento pelo atendimento e presteza, por meio da qual estendo os meus agradecimentos a todos os funcionários da Biblioteca Central.

À Jaqueline das Chagas Corrêa, digitadora deste trabalho, meus sinceros agradecimentos pela atenção, cuidado e pelas horas de trabalho noites adentro.

À Júnia Soares Coelho pela agilidade e atenção na transcrição das fitas gravadas durante as entrevistas.

Aos meus pais, Arthur e Gersonita (Senita), pela minha formação e segurança na fé.

Aos meus sogros, D. Joana e Sr. José Alves (Zizico), pelo estímulo.

À minha irmã Helena, a gratidão pela presença amiga, fraterna, pelo apoio e incentivo constantes.

Aos meus filhos, Haroldo e Francisco Filho, agradeço a compreensão pelas minhas ausências, pelo grande suporte, apoio e estímulo que me deram durante o curso e sempre.

Ao meu marido, Francisco José – Chiquinho, não tenho palavras que expresse minha gratidão. Sua compreensão, apoio, colaboração, amparo e incentivo transcendem a duração deste trabalho e foram, decisivamente, os fatores mais importantes para a concretização deste meu sonho de conclusão do Doutorado.

Às mulheres empresárias, os meus efusivos agradecimentos pela valiosa colaboração como protagonistas deste trabalho (em ordem alfabética):

De Belo Horizonte agradeço a: Ângela Gutierrez, Ângela Maria Prata Pace de Assis, Carmen Eugênia Bretas Bavoso, Dalva Camilo Diniz, Daniela Chen, Eliana Guimarães de Queiroz, Elizabeth da Cunha Pimenta, Kátia Rabello, Lílian Tavares Mascarenhas Rocha, Luziana Brandão Nunes Lanna, Maria Amália Turner Laborne, Maria Auxiliadora Chaer Lopes, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza, Maria Elvira Salles Ferreira, Tânia Maria Machado Silva, Virgínia Paletta Câmara Stephens, Vitória Dias e Zuleika Rocha.

De Divinópolis: Denize Fonseca Santos Lara, Maria Ângela Sena Rabelo e Tereza Cristina Coelho Pinto.

De Governador Valadares: Maria Beatriz Silveira Santos, Maria Bete Dias Ramalho e Sônia Ferreira de Amorim Terra.

De Juiz de Fora: Denise Maria Polato Nicodemos da Silva, Maria José da Conceição Silva e Rita de Cássia R. Delmonte.

De Montes Claros: Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura, Jeane Carla Silva Ribeiro e Laudemares Mendes Caldeira.

De Paracatu: Eliane Vasconcelos Rabelo, Elizabeth Mitie Fukuda e Olga Maria Cardoso.

De Patos de Minas: Cléia Queiroz Morum, Edna Maria Carvalho Urban e Maria Denise Piva.

De Pouso Alegre: Ana Denise Ribeiro de Faria, Maria Aparecida Pereira de Souza e Selma Helena Carrozza Tótora.

De Teófilo Otoni: Beatriz Ferreira da Costa, Juliana Salazar e Rosilda Gonçalves Santos.

De Uberlândia: Cláudia Valéria Gonçalves, Cleibe de Fátima Alves Cabral e Martha de Freitas Azevedo Pannunzio.

Agradeço a todas as pessoas, associações e sindicatos que contribuíram com as informações necessárias para este trabalho.

“A grande importância que o conceito de começo e origem tem para todas as questões estritamente políticas advém do simples fato de que a ação política, como toda ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana. A posição central que o conceito de começo e origem deve ocupar no todo do pensamento político só se perdeu quando se permitiu às ciências históricas fornecerem seus métodos e categorias ao campo da política. No pensamento grego, o conceito expressava-se cabalmente no simples fato de que a palavra grega *arche* significa tanto começo quanto regra; e ainda o encontramos bem vivo, embora passe em geral despercebido pelos intérpretes modernos [...]”.

Hannah Arendt

“É a inteireza das pessoas que faz com que suas ações tenham eficácia. Se eu sou ‘meio mulher’ ou então me envergonho da minha condição não vou prestar um serviço eficaz para a comunidade. É uma aceitação de ‘ser mulher’ em primeiro lugar. ‘Eu sou uma mulher que quer ser médica, sou uma mulher que quer ser ministra’, porque senão não tem validade. É uma relação estéril, é construir na areia. E isso provoca uma angústia e uma infelicidade pessoal muito grande. E essa infelicidade pessoal perturba a ação [...] De ‘ser’ mesmo – ‘O que sou em primeiro lugar? Eu sou uma mulher. E quero pertencer a qual categoria social?’, para ter validade [...]. Eu vejo, como demanda atual as mulheres voltando para o elementar do feminino com uma saudade da sua própria condição. A gente ouve mulheres dizendo ‘Ah meu Deus, que vontade de ter um homem ao menos para me proibir de passar batom’, ou alguma coisa parecida com isso, quer dizer, a vontade de ser mulher na frente de um homem ‘Quem dera eu encontrasse um homem que me afirmasse como mulher’. A mulher se lançou de tal forma nessa competição que foi deixando para trás seus afazeres mais caros. E o homem também está sozinho porque ele não encontra a mulher, ele está encontrando uma competidora. E ele não precisa disso, nem nós. Precisamos de parcerias; não de guerras, mas de cooperação onde esses valores diferentes se comovem para criar o que a gente chama de humanização. [...] porque acho que isso não é tarefa para o macho da espécie. É para o feminino, que está tanto no homem, quanto na mulher. É o feminino em mim e no homem que vai possibilitar voltar atrás no exercício do perdão, da tolerância, do silêncio, da audição real da outra pessoa. Um país tem que ouvir o outro povo. E isso significa uma escuta, e a escuta é sempre uma qualidade do feminino. Quem escuta e quem se cala é o feminino, tanto no homem, quanto na mulher. E esses valores estão exigindo a sua volta, uma volta premente, porque a gente sabe como está o mundo, como estão as famílias, como estamos nós. É difícil ser feliz porque há uma pressa em consumir tudo – tem que consumir, tem que fazer isso aquilo. Para ir para onde? Para lugar nenhum. E eu tenho que chegar onde? Na plenitude da minha humanização, do meu ‘ser’ humano. E o que é o ser humano? É exatamente a posse e a consciência da minha condição, da minha condição precária, mas, ao mesmo tempo, da minha condição de animal pensante, criativo, porque a gente nasce para isso. É a única coisa que interessa”.

Adélia Prado (Em entrevista – 09/06/2005)

MULHER – UMA APOLOGIA

“Por onde passa, a mulher se coloca por inteiro; inteireza de corpo e de mente, integrada com todo o seu ‘ser’.

Nos variados espaços, sua presença reflete uma visão de mundo interior e exterior; com capacidade de ver o conjunto, de viver a complexidade, a diversidade, a alteridade, a pluralidade.

Não se divide para pensar, trabalhar, sentir, amar e viver; por isso, suas relações são mais humanizadoras, generosas, abrangentes, detalhistas... Mais completas, enfim.

Conectada de corpo e alma ao mundo todo – numa relação dialética, vê o seu ‘eu’ e o ‘outro’.

Por isso, estabelece a conexão necessária para viver neste mundo fragmentado, infectado de injustiças, desigualdades, preconceitos e violências.

Por isso, sua presença, ação, visão e percepção, poderão ser, para este mundo, a salvação.”

Maria de Fátima Silva Porto

RESUMO

Esta tese tem como proposta central dar visibilidade à organização, às ações políticas e/ou sociais das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais a partir da década de 1980 até os dias atuais, 2006.

Ao trabalharmos com a categoria empresarial feminina, instigou-nos a origem do empresariado, o significado de empresária (o) e a inserção da mulher no Código Comercial. Também, a origem e a organização do empresariado estadual ou regional e nacional a partir de 1930 a 1945, para, em seguida, localizarmos o início da organização das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais, no início da década de 1980.

A partir dessas organizações, isto é, do empresariado nacional e estadual de 1930 a 1945, fez-se uma comparação das práticas políticas, ou seja, da cultura política desses com a da categoria das mulheres empresárias. Tais práticas foram detectadas por meio das ações sociais e políticas efetivadas pela categoria empresarial feminina, o que nos levou a buscar o significado de ação, a diferenciação de ação social e ação política e a conceituação de esfera privada e esfera pública, tendo em vista que tais ações são entendidas a partir dessas esferas.

Para o desenvolvimento do tema, optamos por trabalhar com determinados conceitos, os quais compõe a trama, a tessitura do texto: sujeito político, espaço público e privado, ação individual e coletiva, ação social e política, repertório ou práticas políticas, responsabilidade social, responsabilidade moral, responsabilidade civil e cultura política.

Foram feitas quarenta e cinco entrevistas com mulheres empresárias representantes da categoria. O critério utilizado para a escolha das cidades representativas, onde se realizaram as entrevistas, foi o da divisão do Estado de Minas Gerais em Regiões de Planejamento adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Fundação João Pinheiro – FJP, totalizando dez cidades. A fundamentação teórica para se trabalhar com os conceitos amparou-se em uma pesquisa bibliográfica de diversos pensadores que sustentaram a argumentação do texto, referenciados ao longo do trabalho.

A mulher empresária, ao sair do espaço privado para o público, constitui-se em um sujeito político, atuando, neste último, de formas e com visões diferenciadas. Para essa

análise, buscamos discernir suas práticas, privilegiando a conceituação de ação social e ação política, desembocando em uma reflexão sobre a distinção do que seja a responsabilidade civil da responsabilidade moral e da presença de virtudes cívicas ou republicanas entre as mulheres empresárias de nosso estudo.

A inserção da mulher empresária, a sua busca pelo espaço público, a sua participação por meio das associações, organizações, entidades, clubes de serviços, ONGs e outros espaços públicos, a prática de ações sociais e ações políticas refletem a sua cultura política que se concretiza entre vários sujeitos políticos em determinados espaços.

Após a análise das entrevistas, verificou-se que uma parcela significativa das empresárias tem como prática a ação política e a maioria a ação social, observando-se que algumas possuem a responsabilidade civil com características do republicanismo. A maioria das empresárias, com a prática da ação social, apresentou também uma responsabilidade civil e virtudes cívicas, mas, atravessadas pela responsabilidade moral, revelando a cultura política na visão das mulheres empresárias.

Ressaltamos que este trabalho coloca em aberto outras possibilidades de reflexão, não se esgotando o tema, mas, ao contrário, percebendo-se a amplitude do mesmo na medida em que se procurava conhecê-lo. Assim, este estudo é apenas uma visão dentre inúmeras possíveis.

ABSTRACT

This thesis has the main purpose to give visibility to the organization, to the political and/or the social actions of the businesswomen in Minas Gerais, from the decade of 1980 until these days, 2006.

As we worked with the feminine business category, we were stimulated by the origin of business, the concept of businesswoman (man) and the woman insertion in the Commercial Code. We were also stimulated by the origin and the organization of the state or regional and national business from 1930 to 1945, to next, locates the beginning of the businesswomen organization of Minas Gerais state, whose beginning happened in the 1980s.

From these organizations, that is, the national and state business from 1930 to 1945, it was made a comparison of the political practices, in other words, the political culture of those and the business women category. Such practices were detected by social and political actions and brought into effect by the feminine business category, what made us search for the meaning of the action, the difference between social and political actions and the conceptualization of private and public sphere, having in mind that such actions are understood from those spheres.

For the topic development, we preferred to work with some concepts which constitute the plot, and the text texture: political subject, public and private spaces, individual and collective actions, social and political actions, repertoires or political practices, social responsibility, moral responsibility, civil responsibility and political culture.

Forty five interviews, with some business women who represented the category, were used. The criterion adopted to choose the representative cities, where the interviews were carried out, was the division of the state of Minas Gerais into Planning Regions adopted by The Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE – and João Pinheiro Foundation-FJP, totalizing ten cities. The theoretical basis to work with the concepts was supported by a bibliographical research from a lot of thinkers who supported the text argumentation, referred to throughout this work.

The businesswoman, going from the private to the public space, constitutes herself in a political subject, acting, in this last one, in different ways and visions. To this analysis, we

tried to distinguish her practices, emphasizing the conceptualization of social and political actions, flowing to a reflection about the distinction of what is civil responsibility from what is moral responsibility, and the presence of civic virtues or republican among the businesswomen in our study.

The insertion of the businesswomen, the search for public space, their participation by means of associations, organizations, entities, club services, ONGs and other public spaces, the practice of social and political actions reflect their political culture that becomes concrete among political subjects in specific spaces.

After analyzing the interviews, we verified that a significant number of businesswomen have the political action as practice and most of them have the social action. We can observe that some of them have civil responsibility with republican characteristics. Most of the businesswomen, with the practice of social action, presented civil responsibility and civic virtues as well, but, they were per passed by the moral responsibility, revealing political culture in the businesswomen view.

We emphasize that his work makes other probabilities of reflection possible, and it does not put an end to this topic, but, on the other hand, we noticed its amplitude as we tried to know more about it. So far, this research is only one view of many other possible ones.

LISTA DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagem
ABDID	Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
ABF	Associação Brasileira de Franchising
ABINEE	Associação Brasileira de Indústria Eletro Eletrônica
ACASP	Associação Comunitária para Assunto de Segurança Pública
ACID	Associação Comercial e Industrial de Divinópolis
ACIPA	Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre e também de Paracatu
ACIPATOS	Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas
AC MINAS	Associação Comercial de Minas
AC-SP	Associação Comercial de São Paulo
ADCE	Associação dos Dirigentes Lojistas dos Cristãos de Empresa
ADESP	Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Paracatu
ADEVPAR	Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas e Região
ADI	Abordagem Direta do Inconsciente
AGEJF	Associação de Gestores Empretecos
AICA	Artes Integradas do Camaru
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
AMAS	Associação Metodista de Assistência Social
AMNP	Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANTU ou NTU	Associação Nacional de Transporte Urbano
APAC	Associação de Proteção e Assistência
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ASIP	Asociación Iberoamericana de Presupuesto Público
ASDOOR	Associação dos Exibidores de Outdoor e Mídia Exterior de Minas Gerais
ASLEMG	Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais
ASPRON	Assessoria Projetos Municipais

AVETRIM	Associação dos Vereadores do Triângulo e Alto Paranaíba
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BES	Bem-estar Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BPW	Business and Professional Women
CACB	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAMARU	Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia
CAPDV	Núcleo de Convivência do Centro de Apoio Pedagógico
CAPE	Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
CBV	Campeonato Brasileiro de Vôlei
CCDM	Conselho Cearense de Direitos da Mulher
CDLs	Câmara de Dirigentes Lojistas
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEI	Centro de Estatísticas e Informações
CEMEX	Comissão Especial da Mulher Executiva
CEMIG	Central Elétrica de Minas Gerais
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CEPEMG	Centro Universitário Newton Paiva
CET	Comissão Pró-Emancipação do Estado do Triângulo
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CFCF	Centro da Família e Combate a Fome
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIB	Centro Industrial do Brasil e Confederação Industrial do Brasil
CIEMG	Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais
CIESP	Centro Industrial do Estado de São Paulo
CIME	Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNME	Conselho Nacional da Mulher Empresária
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo

CONAM	Confederação Nacional de Associação de Moradores
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSEP	Conselho de Segurança Pública
COOP-MODAS	Cooperativa de Modas
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CREF	Certificado Regional de Educação Física
CTEF	Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DERs	Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ECOFIN	Nível de Crescimento Econômico: Aglomeração Urbano-Industrial
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAFICH/UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FANAPE	Fábrica Nacional de Perfumes
FAPEMIG	Fundação de Apoio para a Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FCDL-MG	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais
FDIM	Federação Democrática Internacional de Mulheres
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FEDERAMINAS	Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais
FHEMIG	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FIDE	Federação Ibero-Americana de Mulheres Empresárias e Executivas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
FMB	Federação de Mulheres do Brasil
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FOLAC	Fórum Latino-Americano da América

FUNDAM	Fundo de Desenvolvimento do Artesanato Mineiro
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
GREMIG	Grêmio Recreativo e Cultural dos Empregados da CEMIG
IAT	Instituto de Artes, Cultura e Ciências do Triângulo
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICETAS	Instituto de Ação Social
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMPW	International Federation of Business and Professional Women
IGA	Instituto de Geociências Aplicadas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Imposto sobre Serviços
IQS	Instituto de Qualidade Sustentável
KGB	Committee for State Security
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LEPEH	Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário de Patos de Minas
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MBKM	Master on Business and Knowledge Management
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORPA	Organizações Pace
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa

PHD	Pace Hospital
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POV	Posto de Observação e Vigilância
PR	Partido Republicano
PRODEMGE	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
SEPLAN/MG	Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais
SESI	Serviço Social da Indústria
SETRANSP	Sindicato dos Transportes Urbanos de Belo Horizonte
SETUR	Secretária de Estado de Turismo
SINCOMÉRCIO	Sindicato do Comércio Varejista de Divinópolis
SINDIVEST	Sindicato do Vestuário
SPPC	Secretaria de Programas e Projetos Culturais
SUS	Sistema Único de Saúde
TELEMAR	Tele Norte Leste Participações S.A.
UBE	União Brasileira de Empresários
UBQ	União Brasileira da Qualidade
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
EU	União Européia
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNI-BH	Centro Universitário de Belo Horizonte
UNIMED	União dos Médicos
UNIPAM	Centro Universitário de Patos de Minas
USIS	Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos
UTE/MG	União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais
WSK	Welfare State Keynesiano

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regiões de Planejamento	67
Tabela 2 – Distribuição dos Centros Urbanos por Tamanho Populacional	67
Tabela 3 – Hierarquia Urbana de Minas Gerais	69
Tabela 4 – Região de Planejamento e Cidades Representativas	71
Tabela 5 – Organização das Mulheres Empresárias no Estado de Minas Gerais	329

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Mulheres Empresárias Associadas em Belo Horizonte	379
Quadro 2 - Número de Mulheres Empresárias Associadas nas Cidades Representativas	415
Quadro 3 - Motivações das Mulheres Empresárias	461
Quadro 4 - Necessidades, Hierarquia e Características	461

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
PARTE I – UMA BUSCA DE CONCEITOS DA CATEGORIA EMPRESARIAL	96
CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES DO SURGIMENTO DA CATEGORIA EMPRESARIAL	96
1.1. Considerações preliminares	96
1.2. A mulher no Código Comercial e Civil	110
1.3 A mulher no comércio e no Código Civil Brasileiro	128
CAPÍTULO 2 – ORIGENS E REFLEXÕES EM TORNO DO TERMO EMPRESÁRIA E EMPRESÁRIO	147
2.1. As várias faces do debate	147
2.2. O conceito de empresa	172
2.3 O debate sobre o conceito de empresa no Brasil	177
CAPÍTULO 3 – ORIGEM, FORMAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO EMPRESARIADO NO BRASIL	183
3.1 Origem e formação do empresariado nacional	183
3.2 Contextualização e práticas políticas do empresariado nacional	220
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO EMPRESARIADO ESTADUAL	242
4.1 O empresariado mineiro: organização e práticas políticas	242
4.2 Empresários modernos: construtores da modernidade em Belo Horizonte e práticas políticas	249

PARTE II – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES EMPRESÁRIAS	267
CAPÍTULO 5 – MULHERES EMPRESÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	267
5.1 Organização da categoria empresarial feminina na capital Belo Horizonte nos Conselhos	267
5.2 A importância do associativismo para a categoria empresarial feminina	332
CAPÍTULO 6 – OUTROS ESPAÇOS OCUPADOS POR MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO HORIZONTE	352
CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA EMPRESARIAL FEMININA DAS CIDADES REPRESENTATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	380
CAPÍTULO 8 – MOTIVAÇÕES PARA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	416
PARTE III – AÇÃO SOCIAL E AÇÃO POLÍTICA	463
CAPÍTULO 9 – AÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO HORIZONTE	463
9.1 A esfera da ação social e da ação política: a esfera privada e a esfera pública	463
9.2 Possibilidade da ação para a mulher empresária	477
9.3 Ação social em Belo Horizonte	494
CAPÍTULO 10 – AÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EMPRESÁRIAS NAS CIDADES REPRESENTATIVAS	608
CAPÍTULO 11 – AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO HORIZONTE	638
11.1 Caracterização da ação política	638
11.2 Ação política em Belo Horizonte	650

CAPÍTULO 12 – AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS NAS CIDADES REPRESENTATIVAS	691
CAPÍTULO 13 – O REPERTÓRIO: CULTURA POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS	711
CONSIDERAÇÕES FINAIS	746
REFERÊNCIAS	761
ANEXOS	788

**PÉROLAS EM CHÃO ÁRIDO –
ORGANIZAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, AÇÃO POLÍTICA E CULTURA
POLÍTICA DE MULHERES EMPRESÁRIAS NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

INTRODUÇÃO

“Para um projeto certo, concreto, puro e bonito que Deus criou, existe alguém, ninguém aquém do gabarito do arquiteto que o idealizou, para dirigir, para coordenar, fazer, seguir, pedir, mandar, ou para apenas compor as cenas do dia a dia com alegria. Alguém que chora, que ri, anda, cai e levanta, retoma a luta, santa disputa de uma empreitada abençoada! Alguém talhado para este mister, sublime, alado, que tudo alcança quando se lança, pelega e quer. [...] É [...] luz, coração, anjo, mulher”.

Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza
(Em entrevista - 29/10/2003)

“O ser humano tem inteligência e consegue perceber e racionalizar as conseqüências de suas atitudes. Isso permite a ele transformar o mundo. E quanto a isso eu sou otimista, penso que a gente tem inteligência suficiente para não deixar que a sociedade piore, para revertê-la. [...] Eu tenho uma crença na vontade e na capacidade humana”.

Kátia Rabello
(Em entrevista - 06/06/2005)

A discussão sobre a temática feminina, ampliada a partir da década de 1970, possibilita-nos uma análise muito vasta e diversificada¹. Torna-se necessário, então, um

¹ Em razão da vasta bibliografia sobre a temática feminina no Brasil, torna-se inviável citar toda essa produção. Sugerimos, portanto, algumas:

Cf. AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. (Org.). *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG – Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999;

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 1970.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2002;

Idem. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. In.: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998;

Idem. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. Coleção Repensando a História;

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1995;

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos de mulher no Brasil - 1850-1940*. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003;

MATOS, Maria Izilda Santos. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000;

recorte nesse campo praticamente infindável de mulheres. Nesse sentido, este estudo se propôs a abordar a categoria² das “mulheres empresárias” do estado de Minas Gerais³ (anexo 1) nas últimas décadas do século XX, ou seja, de 1980 ao ano de 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottaman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998;

Idem. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998;

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: LOPES, Z. (Org.). *A história em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991;

SAFFIOT, Heleiet I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro A, 1969.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminino mudou a ciência?* Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001 (Coleção Mulher);

SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992;

SOIHET, Raquel. História das mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Idem. Raquel. *Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas*. Mimeo., p. 104.

² Uma categoria é constituída por pessoas que possuem uma ou mais características em comum e separados fisicamente, ou seja, estão dispersos em todos os lugares. Estas características são observáveis, sendo inclusive, um requisito de exigência metodológica para o seu conhecimento e formulação. “*Estas características definidoras de uma categoria social qualquer depende sempre do arbitrio de quem a elabora, de acordo com algum fim teórico ou, o que é mais freqüente, de pesquisa. [...] são, na realidade [...], em última instância, da opinião de quem as formula.*” (VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004. p. 147). Assim, a categoria existe como unidade social diretamente observável como ela é. Conforme o autor, pode-se “[...] observar as características dos operários, ou dos grandes empresários, mas não podemos, jamais, observar a *classe* operária, nem a burguesia [...]” (Ibidem, p. 163). Ou seja, dentro de uma classe social existem pessoas com características diferentes. E, já, a categoria social é composta de pessoas com características iguais, com interesses, valores, símbolos etc. em comum, dependendo, já dito, de quais características o formulador ou o pesquisador deseja eleger, de acordo com seu arbítrio e necessidade. Nesse sentido, usamos o conceito de *categoria* para o nosso objeto – empresárias – a partir de características que elegemos em comum, como por exemplo, a profissão, sexo, interesses, objetivos, valores, símbolos, normas, atitudes, visões de mundo, referências, experiências e outras.

³ O Estado de Minas Gerais possui uma área de 586.648,7 Km², representando 10,5% do território brasileiro (PRATES, Fernando Martins. (Coord.). *As Condições de Vida*. Cap. 3. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. I. p. 140). É o segundo no Brasil em relação à população com 17.891.494 habitantes em 2000, com 14.671.828 na área urbana e 3.219.666 na área rural (Cf. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000. Elaboração Fundação João Pinheiro apud RIGOTTI, José Irineu Rangel; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Aspectos Demográficos do Espaço Mineiro. Cap. 3. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II. p. 103). O Estado é considerado importante na geração de riquezas, com um PIB – Produto Interno Bruto em torno de R\$108 bilhões, vale dizer, 10% do PIB brasileiro (Cf. BDMG *Minas Gerais do Século XXI*. Uma visão do novo desenvolvimento. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. Especial. p. 28 – Observamos que neste *volume Especial*, a referência ao PIB brasileiro é de R\$108 bilhões à p. 28, enquanto no Volume I – “O Ponto de Partida”, o PIB aparece de R\$ 108 milhões à p. 228), ocupando o 3º lugar no Brasil em 2000, cujo PIB é superado apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. “O PIB *per capita* em Minas Gerais alcançou R\$5.760,91, em 1999, correspondente a 95% do PIB *per capita* do País. Comparado com o produto *per capita* de outros países, Minas Gerais se situaria na 71ª posição. Caso se considere a paridade do poder de compra das diferentes moedas, o PIB *per capita* mineiro passará para a 63ª posição, colocando Minas Gerais como um ‘país de renda média.’” (BDMG. *Minas Gerais no País e no Mundo*. Cap. 5. In.: _____. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. v. I. Op. cit., p. 228). Minas Gerais apresenta grandes desigualdades na distribuição da riqueza produzida entre a população. Tem como característica uma grande heterogeneidade geográfica, com áreas de baixíssimos níveis de desenvolvimento econômico e outras mais desenvolvidas apresentando realidades totalmente diferentes. A Região Central, por exemplo, considerando-se as dez regiões de planejamento, é responsável por 45,6% do PIB, 35,0% da população e o PIB por habitante supera em 30,7% a média mineira, enquanto que a Região Noroeste tem 1,9% tanto do PIB quanto da população, e a Região do Jequitinhonha/Mucuri tem o PIB de 2% e a população de 5,5%. Dessa forma, uma análise do “[...] ‘nível de crescimento econômico: aglomeração urbano-industrial (Ecofin)’ mostrou 5,95% dos centros no nível A (alta condição econômica e urbana), 40,21% no nível B (condições intermediárias) e 53,84% no nível C (baixas

Apesar da efervescência da inclusão das mulheres na historiografia, nem todas foram objeto de estudo na academia, não se levando em conta as suas diferenças dentro do seu imenso universo.

Nesse sentido, o interesse pela categoria manifestou-se tendo em vista a incipiente produção acerca da mulher empresária no meio acadêmico, pois se produziu muito sobre a “mulher trabalhadora”, “operária”, mas, sobre a mulher empresária, pertencente a um segmento econômico de classes média e alta, são escassos os trabalhos. O interesse também se ampliou a partir do curso de Mestrado, quando foi identificada a falta de registros acadêmicos quanto à “mulher empresária”. Naquele momento, desenvolvi um estudo sobre as mulheres empresárias de Patos de Minas – MG⁴, uma pesquisa local, com o enfoque na História Social da Cultura. Nessa pesquisa para o curso de Doutorado, continuei com a mesma categoria, alterando, porém, o viés teórico, voltado para História e Culturas Políticas e utilizando um recorte mais amplo, ou seja, o estado de Minas Gerais. Buscou-se, neste trabalho, analisar as práticas culturais, ações políticas e sociais das mulheres dentro de um espaço essencialmente público e preferencialmente masculino – o empresarial.

Esta Introdução, apesar de apresentar-se longa por pretender antecipar o significado de alguns conceitos básicos que sustentam este estudo em seu desenvolvimento, encontra-se dentro da proposta sugerida por Cervo e Bervian⁵ ao recomendar 2/10 do conjunto do trabalho para a Introdução.

Com a abordagem no registro das Culturas Políticas, o nosso foco foi mais direcionado para o âmbito das ações, ou seja, para as práticas políticas e sociais, buscando a visibilidade da mulher empresária como sujeito político e público,⁶ os seus espaços de conquistas, suas ações e organização no espaço público.

condições econômicas e urbanas). Nenhuma das 66 microrregiões geográficas pôde ser classificada como de nível A: a mais alta classificação foi da microrregião de Belo Horizonte (pontuação 8, nível B). A classificação das microrregiões aponta uma distribuição igual: 50% delas no nível C e a outra metade no nível B. O índice de ‘bem-estar social (Bes)’ mostra uma distribuição bastante diferente: 6,48% dos centros no nível A (alto), 48,94% no nível B (intermediário) e 44,58% no nível C (baixo)”. (Cf. ARRUDA, Maria Aparecida. Planejamento Regional, Política Regional e Política Urbana. Cap. 7. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II. Op. cit., p. 310).

⁴ Cf. PORTO, Maria de Fátima Silva. *De batom e salto alto: experiências de emancipação de mulheres empresárias de Patos de Minas - 1980-1990*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁵ CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil. 1974. p. 102.

⁶ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000;

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. A mulher como sujeito político: o caso latino-americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. ANPOCS – XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1987;

Segundo Pinto,⁷ os espaços de visibilidade da mulher na arena pública apontam para a sua inserção em um campo de luta política como sujeitos políticos⁸ no interior da sociedade civil. Por meio da análise de seus movimentos, organizações, mobilizações, busca-se a trajetória dessa visibilidade pelas variadas formas de práticas políticas no espaço público.⁹

Nesse sentido, Araújo e Ferreira citando Paoli afirmam que

[...] a grande inovação produzida pelo movimento feminista brasileiro foi a desprivatização das experiências e práticas cotidianas das mulheres e a constituição de um espaço público capaz de expressá-las. Para tanto, ele colocou em xeque as relações sexistas de dominação em diversos aspectos da vida social e uniu um conjunto heterogêneo de mulheres na defesa de seus interesses, tornando-as sujeitos políticos. A construção desse novo sujeito e daquele espaço público foi um processo lento, iniciado com as lutas pela resolução de problemas sociais que afetavam as mulheres, como a falta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento, creches, etc.), do qual se passou para a reflexão sobre a centralidade do trabalho doméstico na vida da mulher e as implicações desse fato em todas as esferas da vida social; posteriormente, chegou-se ao questionamento dos padrões culturalmente construídos de feminilidade e masculinidade realizado nos dias atuais.¹⁰

A mulher, devido a vários fatores, dentre eles, a cultura construída sob a ótica masculina, sob o domínio do “macho provedor”, foi designada para a esfera “privada”. Isso significou a limitação de seu espaço ao âmbito doméstico, com as tarefas pertinentes a ele. A mulher, ao não aceitar essa limitação ao contestar e desconstruir essa cultura machista e patriarcal, vem, de longa data, transpondo esses limites da esfera “privada” – a casa, o lar, os cuidados e a educação dos filhos – para ocupar o espaço “público” – espaço povoado por outros sujeitos, plural e com novas relações. Trata-se, portanto, de um redimensionamento nos espaços de poder, entre o público e o privado, devido à ruptura feita por essas mulheres ao saírem do espaço privado para o espaço público: da sua transformação de sujeito privado em sujeito público, provocando novos posicionamentos frente à sociedade civil e ao Estado. Dessa forma, essas mulheres realizaram e continuam realizando sua própria mudança de “espaço”. A partir dessa premissa é que este estudo se desenvolveu. Ou seja, a mulher empresária transpôs o espaço doméstico e privado, atua no espaço público, amplia suas

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ PAOLI, M. C. apud ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 315.

relações sociais e participa da sociedade civil interligada ao Estado. Apoiamos-nos em Pinto, ao dizer que

[...] o surgimento dos movimentos e o paralelo aparecimento de uma nova rede de relações de poder transformaram radicalmente a relação do Estado com a sociedade civil. *Estes novos sujeitos têm como característica formadora a trajetória do privado para o público, o que transforma e constitui um novo sujeito político que, ao contrário do sujeito eleitor tradicional, busca participação, tem demandas específicas que se somam às gerais e provocam novas formas de relação de poder com o Estado.*¹¹

A constituição de uma teoria do sujeito político, ainda segundo Pinto, deriva de duas vertentes, quais sejam, uma da teoria clássica marxista e outra da teoria sociológica americana.

De acordo com a primeira, a posição dos sujeitos políticos é definida a partir de suas posições de classe. A teoria psicológica americana substitui classes pelos papéis sociais realizados pelos sujeitos em uma determinada sociedade. Diz-nos Pinto:

Pensar a questão da construção de sujeitos políticos implica em pensar na luta política como constituindo e constituída por agentes sociais a partir das condições de existências concretas. Para introduzir a questão pode-se afirmar que o sujeito político constitui-se a partir de cadeias de significados socialmente construídos.¹²

Como crítica à vertente marxista, a autora afirma que a mesma é reducionista, porque somente explica a posição dos indivíduos no processo produtivo em que as classes sociais são determinadas. Já, enquanto sujeito político, esse não é determinado *a priori* pela posição no processo produtivo, não se constituindo de acordo com o nível econômico ou de classe social e, sim, no nível político, o que significa dizer que seus interesses são construídos em um determinado momento histórico. Reforça Pinto:

O sujeito se constitui a partir de posicionalidades fragmentadas e muitas vezes contraditórias. Estas posicionalidades são construídas socialmente, isto é, são posições que contêm significado social. [...] só pode ter significado social na medida em que ela se constitua como diferença em um dado processo histórico. E, indivíduos só se constituem em sujeitos pertencentes a esta minoria na medida em que se identificam com a diferença, em outras palavras, quando são interpelados pelo discurso constituído ou quando constituem o discurso.¹³

¹¹ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Op. cit., p. 135-6 (grifos nossos).

¹² *Ibidem*, p. 47.

¹³ *Ibidem*, p. 48.

Assim, o indivíduo, por meio de um discurso interpelativo, sentir-se-á parte do grupo, identificando-se com o “nós” do chamamento de um lugar comum.

Se o discurso interpelativo não provoca identificação no indivíduo, esse continua indivíduo e não se torna sujeito, sendo “as condições concretas da luta política e as formas que os discursos constróem os significados nesta luta que permitirão a identificação do indivíduo como sujeito”.¹⁴

Os discursos são vários, diferentes e podem ser contraditórios, bem como os projetos políticos,¹⁵ os quais podem ser de caráter autoritário ou democrático. Um projeto político autoritário constrói e interpela sujeitos massificados, unificados, enquanto o democrático interpela e constrói sujeitos plurais, diversificados, com direito às suas diferenças.

Para a diferenciação desses dois projetos políticos buscamos a explicação de Pinto:

O projeto autoritário tende a igualar os sujeitos, dividindo a sociedade em dois grupos antagônicos e, portanto, excludentes. Discursos que interpelam sujeitos nacionais através da construção do sujeito-povo, são bons exemplos: o nazismo construiu um sujeito unificado – o judeu. As características de cada um excluem as do outro. A mesma tendência em unificar os sujeitos não admitindo diferenças aparece nos discursos comunistas tradicionais: o sujeito revolucionário é o sujeito proletário que é antagônico ao sujeito burguês. Nesse tipo de discurso todo o significado construído como não burguês, mas também não proletário é entendido como falsa consciência ou como manobras diversionistas da luta principal.¹⁶

Esse projeto autoritário não se adequa, portanto, às propostas de mudanças tanto para a construção de um sujeito político como para as novas relações entre a sociedade civil e o Estado.

Já os projetos de caráter democrático são definidos da seguinte forma:

Os projetos políticos democráticos apresentam características distintas, se constituem não pela unificação mas pela diferença. [...] a mulher negra, operária, aparecia como diferente de um homem branco operário. A luta política que une os dois – o sujeito operário – não anularia as lutas específicas do sujeito-negro e do sujeito-mulher.¹⁷

¹⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 48.

¹⁵ Um projeto político pode ser definido como “[...] conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. (DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades*. In: _____. (Org.). *Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.282).

¹⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 48-9.

¹⁷ *Ibidem*, p. 49.

Desse modo, em um projeto político democrático, acima das diferenças e das lutas específicas de diferentes atores, pode existir uma luta política em comum para diversos sujeitos, luta política a qual não anularia suas diferenças.

O projeto político democrático, de acordo com Esmeraldo e Said,¹⁸ é aquele que propõe desconstruir posturas e ideologias hegemônicas na condução dos governos e do Estado e onde a sociedade civil é vista e considerada em sua heterogeneidade com direito a participação política nos espaços institucionais. Um projeto político democrático concebe a participação de todas as pessoas para sua manifestação, para críticas, denúncias, experiências, propostas, deliberações, debates e demandas por meio de uma nova relação com o Estado. Possibilita, dessa forma, novos canais de interlocução. Por meio dessas relações, as transformações ou os resultados conseguidos são mais transparentes, pelos próprios governos, e mais democráticos, por absorver os diversos e plurais interesses das novas demandas e temáticas que expressam o interesse público.

O conceito de participação designa, de acordo com Tabak,

[...] uma ação [...] que se exercita no desempenho de papéis sociais e no cumprimento de determinadas funções que refletem a vontade de pertencer a um grupo ou instituição e de nele integrar-se como parte do todo. [...] Entendemos sob o conceito de participação feminina na política toda atividade da mulher ligada à esfera da “coisa pública”, quer no plano do governo quer no plano de entidades outras que desenvolvem funções de caráter coletivo.¹⁹

Assim, a participação da mulher caracterizada como política não se refere somente à sua atuação na esfera política partidária apenas como afiliada ou eleitora. Abrange outros espaços públicos não institucionais também.

Após a definição do que seja o projeto político democrático, assumimos a mesma interpretação de Pinto,²⁰ acrescida da concepção de Esmeraldo e Said,²¹ e a proposta de uma sociedade com igualdade de direitos e com a organização eficaz da sociedade civil, porque o projeto político democrático apresenta-se com maiores possibilidades de oportunizar a construção de sujeitos políticos diversos e diferentes, com o reconhecimento e visibilidade de sujeitos políticos reais e participativos em um contexto histórico concreto.

¹⁸ Cf. ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

¹⁹ TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 59.

²⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit.

²¹ Cf. ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

Nesse sentido, por meio de um projeto político democrático as mulheres empresárias de nossa amostra encontraram e encontram a possibilidade de se constituírem em sujeitos políticos e de se transformarem de sujeitos privados em sujeitos públicos dentro da heterogeneidade e pluralidade da sociedade civil.

Apesar de nosso apoio nas argumentações de Pinto, Esmeraldo e Said, em relação às diferenças de um projeto político autoritário e democrático, ressaltamos que não significa desconhecer a existência e possibilidades de participação política em contextos autoritários. Vários movimentos significativos ocorreram durante tais períodos, a exemplo de movimentos pró-democracia organizados por mulheres em 1945 (registrado à página 275), pela anistia em 1978 e 1979 (registrado às páginas 278-9), dentre outros. Ainda, em 1832, no Serro, em um contexto não democrático, ocorreu um movimento de grande participação política, inclusive, considerado o primeiro movimento organizado de mulheres com características republicanas, cujo movimento está exposto na nota 1562 às páginas 451-2.

Portanto, em regimes fechados pode também ocorrer a participação política e não somente em governos democráticos. Acreditamos, no entanto, que os governos democráticos oferecem maiores possibilidades devido a um clima mais propício e aberto para que os movimentos organizados e a participação política aconteçam.

Antes da abordagem específica de nosso objeto, qual seja, a mulher empresária no estado de Minas Gerais, fizemos uma abordagem sintética da constituição da mulher em geral como sujeito político no espaço latino-americano, contexto macro em que nosso objeto está também inserido.

O movimento de liberação das mulheres neste espaço, segundo Pinto, deve ser discutido a partir do regime militar, do momento da abertura política e das possibilidades e perspectivas para o futuro do movimento feminista na América Latina.

Esse movimento que já havia se desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos por volta de 1960, só chega à América Latina nos fins de 1970.

Essa defasagem se justifica por vários fatores e não apenas por motivos banalmente explicados, quais sejam, que seria um problema importado ou porque a questão da mulher seria uma questão somente de países capitalistas desenvolvidos.

As mulheres latino-americanas têm sua condição de grupo oprimido (condição esta que dividem com mulheres das mais diferentes culturas), agravadas pelos problemas gerais da região, tais como pobreza, preconceitos, dominação da igreja católica, entre outros. Tendo isto em mente, devemos analisar o “atraso” a partir de dois

pontos: a partir do projeto autoritário-conservador dos regimes militares e do discurso de oposição a estes.²²

Assim, continua dizendo a autora, os sujeitos políticos constituídos pelo projeto autoritário e conservador foram homogêneos, únicos e retrógrados. Da mesma forma, o discurso de oposição ao regime militar também tornava o sujeito unívoco e a liberação da mulher era uma questão ocultada pelas duas posições, ou seja, o feminismo não era visto como coisa séria e sim como algo exótico.

O processo de abertura política permitiu o surgimento de novos movimentos sociais e, com eles, novos sujeitos políticos, como por exemplo, os negros, os homossexuais, os ecologistas, e o início de uma nova etapa do movimento de mulheres, que reivindicava espaços na luta política. Esses novos sujeitos políticos se organizaram no interior da sociedade civil e se multiplicaram em uma grande diversidade como resultado do processo de liberalização política.

O movimento de emancipação da mulher, visto em perspectiva futura, segundo Pinto,²³ corre sérias ameaças de ser incorporado pelo Estado ou pelos partidos políticos, os quais passariam a responder pelas demandas feministas por meio de conselhos dentro de um projeto de democracia liberal-conservadora.

A crítica a esse projeto de democracia liberal-conservadora deve-se ao fato de que esse é um projeto em curso caracterizado por práticas tradicionais conservadoras que não possibilitam a prática da autonomia pelos atores sociais ou grupos.

Como forma de mascarar a participação ativa e política, ou seja, dos sujeitos serem os próprios articuladores das demandas e das decisões, esses são desviados para dentro de órgãos controlados pelo próprio governo. Da mesma forma pode ocorrer essa absorção pelos partidos políticos que continuam com a mesma visão tradicional autoritária. Ou seja, as relações patriarcais, de dominação, assimétricas e desiguais, continuariam sem nenhuma mudança.

Esse projeto não propõe nenhuma alteração para uma relação aberta entre a sociedade civil e o Estado, continuando estatizado e centralizado. Continua sendo um projeto político autoritário, portanto, o oposto a um projeto político democrático. Esse alerta é preciso porque, assim sendo, os grupos feministas podem perder sua força e sua organização dentro da sociedade civil, caso sejam cerceados e cooptados pelos órgãos estatais, porque conservariam a dominação patriarcal, apesar de “parecerem” mais liberais. Assim, a inserção do movimento

²² PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 49.

²³ Cf. *Ibidem*.

no quadro institucional facilitaria a permanência da mesma hierarquia de poder que sempre os sustentaram.

A crítica à esfera institucional refere-se tanto aos conselhos de mulheres que poderiam ser cooptados ou tutelados pelo Estado como os movimentos e luta das mulheres que poderiam ser cooptados ou tutelados pelos partidos políticos no contexto do pós-regime ditatorial. Nesse momento, iniciava-se a abertura política e alguns partidos políticos quiseram se apropriar do movimento e das lutas femininas e feministas. Explica-nos Miguel:

Neste primeiro momento então, a questão central era impedir a manipulação do movimento feminista, em especial pelos partidos políticos. Não podemos esquecer que este período inicial do movimento feminista no Brasil se originou dentro de uma situação social bastante autoritária, com o regime militar e ditatorial ainda com plena força. Nesse sentido, uma das formas que inclusive os partidos políticos de esquerda (que eram clandestinos) tinham de atuar era através do movimento feminista e/ou de mulheres. [...] A reação a esta postura manipulatória faz com que em muitos momentos se passe a utilizar a bandeira da autonomia quase como sinônimo de isolamento. *A única forma que se achava correta para afirmação do movimento feminista era uma independência total em relação ao Estado, às instituições e aos partidos políticos independência essa que para algumas concepções não admitia qualquer forma de relacionamento.* [...] Com o fim do regime ditatorial e uma maior possibilidade de atuação pela via institucional, a questão da autonomia sofre também algumas modificações em sua concepção. Por um lado perde força esta posição mais radical de não relação com o Estado e instituições, e por outro surge uma corrente que coloca a via institucional como a saída para o movimento, como a possibilidade de ampliá-lo e chegar mais rapidamente às mulheres.²⁴

Observa-se que a reação contra a via institucional por meio de partidos políticos na luta por autonomia se dá no contexto pós-ditatorial. Nesse momento os partidos políticos possuem uma ideologia ainda muito autoritária e são controlados pelo Estado. Portanto, a crítica tanto de Pinto,²⁵ como de Miguel,²⁶ aos partidos políticos refere-se a esse *contexto específico*.

Além da exposição das autoras em relação ao descrédito e à desconfiança dos partidos políticos, Offe²⁷ nos explica, também, sobre a desorganização da democracia partidária competitiva e da ineficiência do *welfare state keynesiano* – WSK –. Esses são dados como mecanismos institucionais capazes de resolver os problemas econômicos, políticos e a participação política das massas.

²⁴ MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 73 (grifos nossos).

²⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit.

²⁶ MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit.

²⁷ Cf. OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Trad. de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Sobre essa desorganização dos partidos políticos, Offe aponta vários fatores. De acordo com o autor, a teoria da organização política do século XX resultou de três concepções divergentes, sem necessidade de um aprofundamento neste momento, mas, o que importa é que apresentam um denominador comum entre essas. Uma síntese dessa congruência revela que um partido político competitivo luta pela competição política e não pela vontade do povo que o tem como instrumento político.

Em consequência, o partido político apresenta-se com “[...] desradicalização da ideologia do partido [...] uma organização altamente burocratizada e centralizada. [...] erosão da identidade coletiva”.²⁸ Esses fatores impedem a conquista ou o alcance das propostas e objetivos das lutas políticas além de outros efeitos que, por hora, optamos por não estender.

Esse sistema partidário competitivo, afirma Offe, “[...] até hoje nenhum [...] concebeu uma distribuição de poder político capaz de alterar a lógica do capital e o padrão de poder sócio-econômico que ele gerou”.²⁹ Isso se deve ao fato de que a forma política do partido apresenta-se ultrapassada e vem sendo “[...] substituída por outras práticas e processos de participação e representação política”.³⁰ Essas novas práticas são os movimentos sociais, o corporativismo e a repressão.

Em muitos países capitalistas, durante os anos setenta emergiram novos movimentos sociais que, por uma série de razões, mostraram dificuldades em diluir-se nas práticas da política partidária competitiva. Eles incluem vários movimentos étnicos e regionalistas, urbanos, ecológicos, feministas, pacifistas e de jovens. Todos eles partilham, em grande parte, de duas características. Primeiro, seus projetos e demandas se baseiam não numa *posição contratual* coletiva em relação a bens ou mercado de trabalho, como foi o caso por exemplo, dos partidos e movimentos de classe tradicional. Ao invés disso, o denominador comum da sua organização e atuação é um certo sentido de identidade coletiva, ressaltado, muitas vezes, por concepções adscritas e “naturalistas” do “eu” coletivo em termos de idade, gênero, “nação” ou humanidade.³¹

Esses grupos buscam maior autonomia e a queda do sistema partidário facilita ou facilitará o crescimento de práticas com menos controle e regulação de participação que poderão ter a capacidade de alterar e interferir na estrutura da organização social e econômica do sistema capitalista.

Além do declínio do sistema partidário, o Estado do bem-estar social ou o *welfare state* também se apresenta ineficiente em atender as demandas da sociedade civil em todas as áreas, principalmente com a mudança econômica comparada com as condições anteriores à

²⁸ OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Op. cit., p. 363-5.

²⁹ *Ibidem*, p. 366.

³⁰ *Ibidem*, p. 367.

³¹ *Ibidem*, p. 367-8.

década de 1970 que provocou um arrocho econômico. Em relação à falência do *welfare state* *keynesiano*, Offe cita que esse

[...] interferiu também na capacidade da economia capitalista de adaptar-se ao problema da produção/exploração quando ele surgiu com uma certa premência em meados dos anos setenta. O WSK funcionava, por assim dizer, à base da *falsa* suposição de que os problemas que ele é capaz de resolver são os *únicos* problemas da economia política capitalista, ou pelo menos os problemas permanentes mais dominantes. Essa confiança errônea sofre agora o processo doloroso de ser desmentida e retificada, tanto política como economicamente. [...] Longe de estimular mais a produção, a prática do governo de promover déficits a fim de combater o desemprego contribuiu para taxas ainda mais altas de desemprego. Segundo argumento de alguns economistas essa prática estimula a subida das taxas de juros e torna o *capital dinheiro escasso e oneroso*. Ocorre também, o que é possivelmente ainda pior, que é o Estado do *welfare* contribui para um *parcial desestímulo ao trabalho*.³²

Os problemas citados pelo autor como conseqüências negativas do WSK são inúmeros, não cabendo aqui discuti-los e, portanto, dispensáveis para este trabalho. Não obstante, acrescentamos que, segundo Offe, o WSK foi visto como ineficiente por praticamente todos os setores da sociedade, em grande parte, pelo setor empresarial que viu o WSK “[...] não como parte da solução, mas como parte do próprio problema”.³³ A estagnação e o não crescimento destroem a estrutura das relações de confiança, de respeito e de cooperação entre os sujeitos coletivos e das elites organizacionais. Em conseqüência, as ameaças ocorrem em dois níveis: “[...] no nível das ‘regras do jogo’ *interorganizacionais*, e [...] no nível da organização dos atores coletivos”.³⁴ A desorganização no âmbito das relações *interorganizacionais* rompe com as coalizões partidárias, ou seja, entre os partidos, sindicatos, associações, entre as esferas do governo nacional, estadual e municipal, o que leva, cada um, a agir separadamente e sem nenhuma relação entre eles.

Essa desorganização se estende também nas relações *intra-organizacionais* entre os sujeitos coletivos, ou seja, entre partidos, associações e sindicatos. Ao perceberem que os ganhos da ação coletiva baseados no compartilhamento e numa rede solidária são quebrados, surge a frustração e a representação é questionada. Assim, buscam-se outras formas de ação coletiva como “[...] a sindicalista, a corporativa ou qualquer outra do tipo particularista são sugeridas”.³⁵

Nesse sentido, ocorrem as rupturas, as facções, as organizações diversas de diferentes grupos e atores coletivos. Devido, portanto, à fragmentação da democracia partidária

³² OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Op. cit., p. 376.

³³ *Ibidem*, p. 377.

³⁴ *Ibidem*, p. 382.

³⁵ *Ibidem*, p. 383.

competitiva e do conflito político moderno, afirma Offe, muitas mudanças, antes consideradas inconcebíveis, podem acontecer.

Nessa perspectiva podemos entender a desconfiança e o descrédito em relação aos partidos políticos que privilegiam somente a competição política. Esses deixam de lado os interesses de quem participa, ou seja, dos atores coletivos, não os vendo como membros sem levar em conta suas demandas legítimas.

Dagnino³⁶ também escreve sobre o contexto no qual se inicia o processo de construção democrática, marcado por contradições e povoado por vários atores. É um processo que não é linear e é fragmentado. Além da sociedade civil encontra-se

[...] a estrutura estatal, cujo desenho autoritário permanece largamente intocado e resistente aos impulsos participativos. Inclui também os partidos políticos, mediadores tradicionais entre a sociedade civil e o Estado. Nessa vocação pendular que é sua característica inerente, os partidos políticos no Brasil historicamente se inclinaram sempre na direção do Estado (com exceções, por isso mesmo, notórias), limitando sua busca de representatividade na sociedade civil aos momentos eleitorais e aos mecanismos vistos como os mais eficazes nesses momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo etc. A distância entre a sociedade civil e os partidos, a insatisfação generalizada com a política partidária, assinalada também pelos estudos realizados em outros países da América Latina [...], indicam a precariedade dessa função mediadora. A busca por parte de organizações da sociedade civil de relações mais diretas com o Estado certamente se vincula também a essa precariedade. Assim, a complexidade inerente à novidade dos espaços públicos no Brasil inclui também os possíveis embates entre organizações da sociedade civil e partidos, ao lado dos conflitos entre a representatividade advinda das urnas e aquela que articula nos espaços de participação da sociedade civil.³⁷

O processo democrático, portanto, apresenta essas contradições advindas da própria cultura política autoritária, permeada por características de exclusão e visão hierárquica. Essas dificultam a constituição e o funcionamento dos espaços públicos.

Não obstante, ressalta Dagnino que novas relações a partir de um outro contexto, principalmente de 1980 e 1990, vêm mostrando e demonstrando que as novas articulações estão sendo construídas e são “[...] objeto da política e, portanto, transformáveis pela ação política”.³⁸

De acordo com a autora, os anos de 1990 foram cenário de inúmeros exemplos desse trânsito ocorrido na sociedade civil com o Estado. Inclusive, é por essa capacidade de construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que as mulheres empresárias de nosso estudo, por exemplo, demonstraram ser possível a construção dessas novas relações.

³⁶ DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In.: _____. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

³⁷ *Ibidem*, p. 279-80.

³⁸ *Ibidem*, p. 281.

Também, para a superação das práticas autoritárias ou da herança tradicionalista das relações clientelistas, de favor e personalistas dentro dos partidos políticos nessa velha relação com o Estado. Por isso, deve-se buscar a criação de novos partidos políticos que sejam efetivamente mediadores entre a sociedade civil e o Estado.

Nesse sentido, um projeto político democratizante e a participação da sociedade civil são as suas premissas ou bases. Já se observa, de acordo com Dagnino, as possibilidades da mudança e o início da implantação desse novo projeto político democrático. Também, para um conhecimento sobre o impacto ou participação da sociedade civil sobre os governos, não se pode apoiar em abstrações, mas sim, na relação concreta entre eles. E é essa relação concreta das mulheres empresárias que buscamos conhecer por meio de suas práticas políticas reveladas em seus depoimentos.

Com a mesma percepção de Dagnino, Tabak³⁹ escreve sobre a possibilidade de abertura da via institucional para a luta e autonomia das mulheres tanto que, atualmente, é um dos canais indicados.

Para a autora, a via partidária é uma forma política que as mulheres devem assumir para que suas questões, ditas privadas, sejam politizadas, isto é, levadas ao debate na esfera pública institucional e sejam transformadas em direitos. Afirma Tabak: “[...] temas que interessam a milhões de mulheres constituem ainda verdadeiros tabus e nem sequer entram na agenda dos partidos políticos. [...] Nenhum dos candidatos à Presidência discutiu temas relacionados com a condição feminina”.⁴⁰

Ainda, Tabak acrescenta em nota:

A política é elaborada pelos homens e praticada quase exclusivamente por eles e por mulheres que na sua maioria adotam práticas masculinas. [...] o espaço político conquistado pelas mulheres é limitado diante da sociedade e porque a lei de Cotas não tem validade.⁴¹

Por isso, a autora privilegia uma conquista maior pelas mulheres na disputa política institucional para que possam defender, por meio dessa prática política, os interesses e as questões da mulher.

Semelhante a Tabak, Avelar⁴² afirma que há um consenso no conhecimento de que, “[...] enquanto as mulheres não fizerem parte das cúpulas políticas e governamentais, as

³⁹ Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

⁴⁰ Ibidem, p. 256-7.

⁴¹ Ibidem, p. 257.

⁴² AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

políticas [...] do Estado não atenderão seus interesses”.⁴³ Para isso, as conquistas devem avançar, se iniciando nos governos locais. A conquista na esfera política é inadiável, reforça Avelar, e os partidos políticos constituem-se em canais e recursos formais para o acesso ao poder.

No contexto do Estado democrático, observa-se, os partidos políticos são vistos de outra forma que aquela no período de transição democrática. Dentro dessa mesma perspectiva, Diniz, Boschi e Lessa afirmam:

O desencadeamento do processo de democratização levou, [...] à generalização das demandas pela revitalização dos partidos políticos. Esta aspiração manifesta-se através de pressões por maior representatividade do sistema partidário, mediante o estreitamento dos vínculos com os grupos organizados no sentido de minimizar a dissociação em relação à sociedade. Manifesta-se também pela demanda por maior poder governativo, o que, por sua vez, implica uma desconcentração do poder executivo. Dessa forma, a necessidade de equilíbrio entre Legislativo e Executivo aparece como um dos eixos centrais da dinâmica política.⁴⁴

Portanto, contra o risco da desarticulação dos discursos e das demandas dos novos sujeitos políticos na sociedade civil, essa mesma sociedade deverá ter a capacidade de “impor-se ao Estado como o agente legítimo de um processo de democratização”.⁴⁵ Os partidos políticos podem ser, por isso, mecanismo de equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado.

Nesse contexto de democratização, os novos sujeitos, dentre eles, as mulheres, passam a atuar no interior da sociedade civil tornando visível o seu discurso, as suas demandas e sua legitimação por meio de novas práticas políticas. Confirmam Brito e Prá:

A participação nos grupos, os protestos organizados, as entrevistas e os debates nos meios de comunicação e a presença junto a diversas entidades contribuíram decisivamente para iniciar o processo de conscientização e crítica da posição discriminada que é destinada à mulher, atingindo os mais diversos setores da sociedade. [...] *As mulheres, através de seus movimentos e ações, passaram a ter um espaço público reconhecido, definindo-se como sujeitos políticos* que, além do importante papel na reconstrução democrática do país, questionam a visão da subalternidade e o encerramento no privado da questão feminina.⁴⁶

⁴³ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit., p. 172.

⁴⁴ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. p. 63.

⁴⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 49.

⁴⁶ BRITO, Maria Noemi Castilhos; PRÁ, Jussara Reis. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil – 1975/1986. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 55 (grifos nossos).

Nesse sentido, as mulheres, ao participarem do espaço público e confrontarem, questionarem, criticarem, denunciarem e possibilitarem um novo relacionamento da sociedade civil com o Estado, provocam também uma mudança no nível institucional e em seu caráter autoritário. Provocam uma ampliação democrática e como agentes legítimos desse processo, portanto, de abertura democrática, dentre outros agentes, constituem-se, então, em sujeitos políticos. Complementam, ainda, Brito e Prá:

Embora se constate a presença feminina em diversos momentos da história brasileira, é a partir dos anos 70 que se verifica um crescimento da participação das mulheres nos diversos movimentos político-sociais que eclodiram nesta época [...], como manifestações de oposição ao autoritarismo do regime militar instalado em 1964 e à sua política econômica, responsável pela deteriorização crescente nas condições de vida da população.⁴⁷

Mesmo tendo a mulher participado em diversos momentos de organizações e de movimentos na América Latina e no Brasil, observa-se, de acordo com as autoras, foi somente a partir de 1970, especificamente, que sua presença se fez marcante pelo aumento da sua participação.

Não é proposta deste trabalho retomar toda essa trajetória e o debate sobre a mesma, no entanto, lembramos que são suportes para o direcionamento dos avanços políticos das mulheres.

Por ora, desejamos enfatizar que delimitar a participação e a presença das mulheres em todos os movimentos é praticamente impossível.

Existem mulheres que participam ativamente como líderes de movimentos ou associações, outras são afiliadas a associações ou entidades, ocupando funções que não a liderança, assim como há outras que, apesar de não participarem de movimentos femininos ou feministas, participam de formas diversas da sociedade, exercendo, também, o papel de sujeito político, individualmente ou coletivamente, em diversos espaços sociais e públicos. Segundo Brito e Prá:

A dificuldade é justamente delimitar a abrangência do movimento de mulheres, na medida em que elas se fazem presentes em todas estas manifestações como ativas participantes, inclusive como lideranças, mas muitas vezes não se tratam de movimentos exclusivamente femininos, envolvendo outros setores sociais.⁴⁸

⁴⁷ BRITO, Maria Noemi Castilhos; PRÁ, Jussara Reis. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil – 1975/1986. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 51.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 51.

A referência das autoras, observa-se, dá-se em relação às *mulheres*, abrangendo a imensa heterogeneidade existente entre as mesmas.

Considerando, portanto, que as conquistas no contexto do processo de liberalização política institui direitos para as mulheres, dentre tantos, o de participação no espaço público, nossa categoria – a mulher empresária – representada neste trabalho também está incluída nesses direitos conquistados.

Sabemos que, ainda, somente uma parcela das mulheres⁴⁹ participa do espaço público, não obstante o direito de participação ser uma conquista estendida às mulheres em sua totalidade.

Dessa forma, esse mesmo *sujeito-mulher* de nosso estudo, pode, também, constituir-se em *sujeito-empresária*, a partir do momento em que essas mulheres organizam-se e/ou atuam no espaço público, *possuem um discurso interpelativo que as identificam* e que as fazem se sentir “parte do ‘nós’ do discurso”, de acordo com Pinto.⁵⁰

Ainda, como *sujeito político*, a mulher organizou-se e, mesmo aquelas mulheres que não participaram de alguma associação estão, hoje, atuando e participando da esfera pública de alguma maneira.

Afirmam Esmeraldo e Said que junto a outros fatores, “[...] a definitiva inserção das mulheres no mundo público, constróem um cenário favorável à mobilização, à participação e à politização de variadas lutas”.⁵¹

Dessa forma, a participação das mulheres empresárias, localizadas dentro do contingente das mulheres que Esmeraldo e Said se referem, por meio dos conselhos, associações profissionais, entidades, Fundações e ONGs, são exemplos e comprovação de novas práticas políticas a partir da década de 1980, com ascensão até o momento atual. Por meio dos depoimentos da maioria das mulheres empresárias observou-se uma consciência política em redesenhar e produzir novos espaços públicos que possibilitem uma participação mais atuante na sociedade civil e uma relação de interpelação junto ao Estado. Portanto, propõem um novo relacionamento com o Estado e contribuem com a ampliação da democracia.

A consciência política para uma efetiva participação política assinala a constituição de um sujeito político que busca essa participação e autonomia frente ao poder estatal em todas

⁴⁹ Cf. ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. *Proposta*. n. 84/85, p. 9, mar./ago./2000.

⁵⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher como sujeito político: o caso latino americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 48.

⁵¹ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit., p. 245.

as esferas por meio do debate, das discussões, de tomada de decisões, de críticas políticas, de questionamentos, de interlocução, de mediação, de representação direta e de parcerias em relação aos espaços institucionais.

Por isso, as mulheres empresárias constituem-se ainda em sujeitos individuais e coletivos ao participarem do espaço público associativo em meio à pluralidade de outros sujeitos e de debates de várias concepções e tomada de decisões coletivas.

Podemos ainda dizer que as mulheres empresárias de nossa amostra constituem-se em sujeitos políticos baseando-nos em Heller e Fehér⁵² ao afirmarem que o sujeito político se constitui pelo fato de ser cidadão ou cidadã, que, por sua vez, significa ser um membro adulto pertencente a um Estado democrático. O fato de cada uma ser cidadã, implica que possui e exerce a “ética do cidadão”⁵³ com normas e regras e que participa da esfera pública.

Assim, as mulheres empresárias, que atuam na esfera pública por meio da ação, da prática política e de sua organização, estão em busca de objetivos, de direitos, do usufruto da liberdade de atuar no espaço público junto a outros sujeitos, tentando minimizar alguns problemas dentro da sua realidade social, tais como apoio à educação, a entidades, a projetos políticos, sociais e culturais, ajuda comunitária, dentre vários outros.

Esse desejo e essa vontade de participar no âmbito público e político vêm como uma força interior do próprio indivíduo, constituindo o sujeito político, tanto a si mesmo, como ajudando a constituir outros, sendo, portanto, construtor da história por sua ação, palavra e discurso, por sua prática política, criando e recriando novas ações em espaços variados e múltiplos. Essas ações tanto podem influir no âmbito institucional como na sociedade civil.⁵⁴

Segundo Arendt, “[...] a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens”.⁵⁵

Ao buscar os vários espaços públicos, conforme a autora, os homens buscam a verdadeira política, em que a ação e a palavra se revelam, sendo essas as principais ferramentas do homem, do cidadão, para a conquista da liberdade na política, no público. O agir e o falar capacitam os homens a fazerem parte do mundo político, possibilitando-lhes expor suas opiniões, concordar ou se opor, ajudar a definir os rumos políticos de uma sociedade ou de um grupo.

⁵² HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

⁵³ *Ibidem*, p. 115.

⁵⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). *Uma questão de gênero*. Op. cit.

⁵⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 189.

Por meio dessa participação, da liberdade da ação e da palavra, o sujeito político constrói sua identidade *dentro do grupo e com o grupo* na sociedade, apresentando-se como um ser singular, diferente, capaz de criar e recriar o espaço público, político e plural.

A ação e a palavra são armas para a efetiva participação política nos espaços públicos, constituindo o sujeito político, fazendo-se entender entre outros. Nesse sentido, entendemos que a mulher empresária é participante do espaço público em que atua por meio de ações e palavras entre seus pares e na sociedade, constituindo-se, assim, em sujeito político.

De acordo com Arendt, a interação entre os homens é necessária para a “[...] teia de relações humanas”,⁵⁶ porque nessa realidade “[...] os homens agem e falam diretamente uns com os outros”.⁵⁷ Assim, o homem não é sozinho, não é uma mônada, mas deve viver como “[...] ser distinto e singular *entre iguais* [...]”⁵⁸ na condição humana da pluralidade.

Ao privilegiar a pluralidade dos homens, possível de acontecer somente no espaço público, Arendt busca esses espaços em que os homens apareceram fazendo a história e a verdadeira política, por meio de suas ações e palavras.

O início de algo “totalmente novo” e extraordinário que interrompe o curso contínuo e linear da história, constitui a possibilidade de um redescobrimto e revalorização da política, e nos possibilita uma reflexão no desejo de liberdade e na ação política, fundando um novo espaço público.

Nessa perspectiva é que optamos por analisar as ações e práticas políticas a partir da amostra da categoria empresarial feminina, que procura, por meio delas, efetivar a sua participação política no espaço público.

Dentro dessas pontuações, a nosso ver, Arendt confere sustentação a este trabalho, na medida em que representa e engloba propostas e tentativas de uma ação política em busca da liberdade, do exercício da política, de direitos, de cidadania por meio da prática da ação e da palavra e, conseqüentemente, da participação no espaço público.

Ao revermos a literatura para o embasamento teórico desta tese, encontramos vários autores atuais que se apóiam em Arendt para a justificação do sujeito político por meio da ação, da palavra e do direito à participação na esfera pública e para uma política feminista, como por exemplo, dentre tantos, Mary G. Dietz,⁵⁹ Bonnie Honig,⁶⁰ Hanna Fenichel Pitkin,⁶¹

⁵⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 195.

⁵⁷ Ibidem, p. 195.

⁵⁸ Ibidem, p. 191.

⁵⁹ DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: HINCHMAN, Lewis C. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. (SUNY series in political theory contemporary issues). State University of New York Press, Albany, 1994.

Elisabeth Young-Bruehl,⁶² Vera da Silva Telles,⁶³ Evelina Dagnino,⁶⁴ Lourdes Maria Bandeira e Eleonora M. Oliveira,⁶⁵ Claude Lefort,⁶⁶ Maria Betânia Ávila⁶⁷ e, segundo esta última:

O feminismo realizou uma conquista fundamental [...] ao instituir as mulheres como sujeito político do processo de transformação social [...] abrem-se as possibilidades de as mulheres se transformarem em cidadãs, que significa ter existência própria dotada de autonomia e direitos. Penso que, dessa forma, *se viabiliza o que Arendt (1988) definiu como o direito a ter direitos, uma vez que a conquista desse direito exige um sujeito que anuncie seu projeto e que tenha ação na esfera política, participando*, assim, do conflito, que deve ser inerente à democracia e instituindo, como parte desse conflito, a luta contra as desigualdades a que estão sujeitas. [...] Como parte dessa condição feminina, as mulheres foram, em primeiro lugar, privadas de ter acesso à esfera pública. *E, por outro lado, como analisa Arendt (1988), a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação [...].*⁶⁸

Nesse mesmo sentido, Dietz⁶⁹ ressalta vários aspectos nos quais a obra de Arendt pode ser reveladora e iluminadora para uma teoria política feminina, cujos aspectos englobam: as práticas de mão-de-obra, produção e ação organizadas e constituídas pelas diferenças de sexo arraigadas na sociedade ocidental desde a época de Aristóteles; a percepção de que a perda da liberdade e do desaparecimento do mundo público foram apenas para uma parte da humanidade, inclusive, da cidadania, os quais nunca foram das mulheres; a ampliação da concepção entre público e privado e do conceito de liberdade, a partir do reconhecimento da exclusão das mulheres da esfera pública, do mundo das aparências. Em uma de suas várias argumentações, Dietz nos diz:

⁶⁰ HONIG, Bonnie. Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity. In.: _____. (edited). *Feminist interpretations of Hannah Arendt*. The Pennsylvania State University Press, University Park, 1995.

⁶¹ PITKIN, Hanna Fenichel. Justice: On Relating Private and Public. In.: HINCHMAN, Lewis P. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit.

⁶² YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. Hannah Arendt among feminists. In.: MAY, Larry and KOHN, Jerome (edited). *Hannah Arendt: twenty years later*. Massachusetts Institute of Technology, 1996.

⁶³ TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994;

Idem. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Rev. Sociologia. USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1º sem./1990.

⁶⁴ DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit.

⁶⁵ BANDEIRA, Lourdes Maria; OLIVEIRA, Eleonora M. Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero no Grupo de Trabalho Mulher e Política. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991.

⁶⁶ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁶⁷ ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. *Proposta*. Op. cit.

⁶⁸ Ibidem, p. 7 (grifos nossos).

⁶⁹ Cf. DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: HINCHMAN, Lewis C. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit.

[...] I think is where *The human condition* has the most to offer a feminist political theory. By articulating a conception of politics and political equality as collective action and the mutual engagement of peers in a public realm Arendt has us focus on what particular and distinctive identities deserve revelation in the public space of citizen politics. As a result, we shift our focus on human practices away from sheer biological, bodily processes on the one hand, and economic productivity on the other, and toward the constitution of public, political life. In this sense, Arendt forces theory to become expressly political, because she directs us toward the *public* aspect of human life and toward the human activity that determines all other human relations and arrangements in demonstrable ways. Moreover, she argues that the only polity that truly advances the freedom and plurality human beings are capable of experiencing, not to mention the conditions of existence they value and defend, is the polity that exhibits widespread participation in the public realm. To return to the notion of plurality, freedom is advanced when politics unfolds as the communicative interaction of diverse equals acting together as citizens.⁷⁰

Conforme a autora é necessário distinguir a “política” do “Estado patriarcal”, historicamente um reduto masculino sustentado pela corrente da masculinidade. As mulheres, por sua vez, voltaram-se e/ou voltam-se para a esfera privada, reproduzindo e perpetuando as resistências binárias, ou seja, de que a mulher pertence ao espaço privado e o homem, ao público.

A autora afirma ainda que na análise de Arendt não existe nenhum elemento fundamentalmente masculino que caracterize o espaço público e que os poderes de gênero não são fixos e muito menos imutáveis, levando a discussão para práticas mais libertadoras, incluindo as práticas da política, desconstruindo a idéia de que o privado pertence ao feminino e o público ao masculino.

Continua Dietz afirmando que a concepção de pluralidade de Arendt reforça a heterogeneidade dos sujeitos, constituídos na diversidade, o que possibilita a sustentação para uma política de ação e diferença. Segundo Dietz:

Equally significantly, Arendt’s conception of politics places emphasis on a human capacity that has been central to much feminist theorizing—speech or “voice”. Her case for political equality is informed by two basic insights concerning The human

⁷⁰ [...] Eu penso que é onde *A condição humana* tem mais a oferecer a uma teoria política feminista. Articulando um conceito de política e igualdade política como ação coletiva e engajamento mútuo de indivíduos em um poder público Arendt tem nos visto como “emissores de palavras e fazedores de ação” cujas identidades particulares e distintivas merecem revelação no espaço público de política de cidadãos. Como resultado, nós colocamos nosso foco nas práticas humanas longe dos processos meramente biológicos e relacionados ao corpo, de um lado, e à produtividade econômica do outro, para a constituição da vida pública e política. Neste sentido, Arendt força a teoria a tornar-se expressamente política, porque ela se dirige a nós como o aspecto *público* da vida humana e como a atividade humana que determina todas as outras relações humanas e arranjos de formas visíveis. Além do mais, ela argumenta que a única sociedade que realmente avança na liberdade e pluralidade dos seres humanos e é capaz de experienciar, e não mencionar as condições de existência que eles valorizam e defendem, é a política que exhibe a participação comum no poder público. Para voltar a noção de pluralidade, a liberdade é avançada quando a política se desdobra como interação comunicativa de diversos semelhantes atuando junto como cidadãos. (DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit., p. 247-8) (Tradução livre).

condition: that it is within the range of all human beings to insert themselves into the public realm through speech; and that the communicative interaction in which shared speakers engages as self-determining agents and representative thinkers is the essence of freedom. [...] In fact, Arendt's account of politics in the public realm brings courage, the spontaneity of passion, and "appearance" to the foreground, as crucial elements in the revelation of self that is part of collective speech and action.⁷¹

Dessa forma, mesmo não se desvinculando da natureza, todo ser humano pode ter atuações ou ações por outros caminhos. Por meio de nossos corpos, nossas vozes podem e devem manifestar-se, o que nos leva ao mundo público, tornando-nos aparentes.

Portanto, as pessoas, por meio de palavras e ações, podem criar no espaço público mecanismos e forças necessárias para começarem novos projetos ou quaisquer interesses.

Confirma Dietz⁷² que, apesar das críticas ao pensamento de Arendt, que não é poupada por vários pensadores feministas ao afirmarem que a obra "A condição humana" – foi uma tentativa de desvalorização do trabalho das mulheres ao negar o poder mínimo libertador da reprodução e maternidade, confirmando a superioridade masculina e legitimando o poder do "paterfâmilias", outros estudiosos detectaram proporções feministas no pensamento de Arendt. Nas palavras de Dietz:

In *Money, Sex, and Power*, Nancy Hartsock noted the significance of Arendt's concept of power as collective action, and her appreciation of "natality" or beginning anew, as promising elements for a feminist theory "grounded at the epistemological level of reproduction". Hanna Pitkin observed that *The human condition* is located within "a framework of solicitude for the body of our Earth, the Mother of all living creatures"; so Arendt could hardly be described as hostile in principle to women's concerns. More recently, Terry Winant found in Arendt's work, "the missing element in recent attempts to address the problem of grounding the feminist standpoint".⁷³

⁷¹ Igualmente significativa, uma concepção de Arendt de política coloca ênfase na capacidade humana que tem sido fundamental para tanta teorização feminista – discurso e "voz". Sua demanda pela igualdade política é informada através de duas referências básicas à sua preocupação com A condição humana: a primeira, que está ao alcance de todos os seres humanos, é inserir-se dentro do poder público através do discurso; e aquela interação comunicativa na qual falantes divididos engajam-se como agentes auto-determinadores e pensadores representativos é a essência da liberdade. [...] Na realidade, o relato de Arendt da política no poder público traz coragem, a espontaneidade da paixão e "aparência" para os elementos principais e cruciais na revelação de identidade que é parte do discurso coletivo e da ação. (DIETZ, Mary. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit., p. 249-250) (Tradução livre).

⁷² Ibidem.

⁷³ Em *Dinheiro, Sexo e Poder*, Nancy Hartsock observou a significância do conceito de Arendt de poder como uma ação coletiva, e a apreciação que Arendt faz da natalidade ou do recomeço, como elementos promissores para uma teoria feminista "fundamentada no nível epistemológico de reprodução". Hanna Pitkin observou que A condição humana é estabelecida dentro de uma estrutura de solicitude para o corpo de nossa Terra, a Mãe de todas as criaturas vivas; então Arendt pode dificilmente ser descrita, em princípio, como hostil às preocupações das mulheres. Mais recentemente, Terry Winant encontrou no trabalho de Arendt, "o elemento perdido em recentes tentativas em tratar profundamente o ponto de vista feminista" (Ibidem, p. 232) (Tradução livre).

Afirma Dietz que o trabalho de Arendt tem muito a contribuir para o pensamento feminista, principalmente na articulação da política e da vida social. No entanto, chama a atenção para uma distinção de análise entre vida política e reprodução, devido ao caráter problemático de uma política feminista sustentada em sistemas reprodutivos, mas que apesar disso, o material de Arendt, sob uma perspectiva feminista, é iluminador. Nessa perspectiva, escreve Dietz:

[...] Arendt cannot be accused of completely overlooking the manifestations of patriarchal power within the historical development of the public and private realm. Although she literally renders the discussion as footnotes, she provides in small print some illuminating insights into various dimensions of our patriarchal history. She tells us, for instance, that the terms *dominus* and *paterfamilias* were synonymous throughout “the whole of occidental antiquity.” [...] Only in the public realm did the *paterfamilias* shed his status as ruler, and become one among equals, simultaneously ruling and ruled. Only he was able to move between public and private as both citizen among citizens, and ruler over those not fit for admission to the public realm.⁷⁴

Dessa forma, Arendt esclarece-nos o significado e a origem do poder masculino e, ao mesmo tempo, revela-nos a sua fragilidade. Ainda segundo Dietz:

Still, feminism – at least in its academic guise – needs a calling back to politics. In this respect, *The human condition* gives feminist thought ground on which to stand and develop an action – coordinating theory of political emancipation. Because she articulates such a powerful defense of public, participatory citizenship and of empowerments as speech and action in plurality, Arendt provides feminist thinkers with a way to proceed toward politics. For a movement such as feminism, which has so vividly illuminated the inequalities and injustices of existing gender relations, but has not yet advanced a transformative vision of politics, *The human condition* offers a place to begin anew, as we try to image better political worlds.⁷⁵

⁷⁴ [...] Arendt não pode ser acusada de olhar de uma maneira completamente superficial as manifestações do poder patriarcal dentro do desenvolvimento histórico do poder público e privado. Embora ela literalmente limite a discussão às notas ao pé da página, ela coloca em pequenas pinceladas algumas percepções iluminadoras dentro das várias dimensões de nossa história patriarcal. Ela nos conta, por exemplo, que os termos de *domínio* e *paterfamilias* foram sinônimos durante “toda a antiguidade ocidental.” [...] Somente no poder público a *paterfamilias* destituiu o pai de seu poder de ditador e tornou-o um entre os iguais, ao mesmo tempo ditando regras e seguindo-as. Somente ele era capaz de circular entre o público e o privado como cidadão entre os cidadãos e ditador sobre aqueles que não servem para o poder público. (DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit., p. 239) (Tradução livre).

⁷⁵ O feminismo – pelos menos em seu aspecto acadêmico – necessita voltar-se para a política. Neste aspecto, *A condição humana* dá ao pensamento feminista uma base para estabelecer e desenvolver uma teoria de ação coordenadora de emancipação política. Devido ao fato de Arendt articular tal defesa poderosa do público, cidadania participatória e a participação como discurso e ação na pluralidade, ela traz para os pensadores feministas uma forma para prosseguir na direção da política. Para um movimento como o feminismo, que tem de maneira tão viva iluminado as desigualdades e injustiças das relações existentes de gênero, mas que ainda não promoveu uma visão transformadora da política, *A condição humana* oferece um ponto de partida novo, quando nós tentamos imaginar mundos políticos melhores (Ibidem, p. 261-2) (Tradução livre).

Apoiando-nos, portanto, nessas possibilidades e capacidades que Arendt nos apresenta e reforçadas por Dietz, o espaço público e a política estão abertos para todos os seres humanos.

Nesse sentido, as mulheres empresárias deste estudo constituem-se em sujeitos políticos, tendo em vista que nas abordagens em que nos orientamos para a referência da constituição de mulheres em sujeitos políticos e, de acordo com a concepção de Arendt exposta por Dietz, observou-se que essa se dá pela participação por meio das organizações, pelo uso do discurso ou da palavra entre sujeitos em um espaço público pelas ações por meio das práticas políticas e sociais. A conquista do espaço público, político e de direitos não foi e não é apenas para as líderes e ativistas, mas para todas as mulheres. O discurso interpelativo pode ser, primeiro, pelo fato de ser “mulher”, ou seja, um *sujeito-mulher*, identificando-se nesse discurso com outras mulheres, e pelo *sujeito-empresária*, cuja vivência, experiência e objetivos as identificam.

Por meio de suas atuações e/ou práticas, existem reflexos políticos e/ou sociais no espaço público. Essas análises mais detalhadas, sobre as diversas formas de participação e práticas políticas serão abordadas nos capítulos 9, 10, 11 e 12.

Os atores envolvidos no tema pesquisado não me causam estranheza, porque o “ambiente” e o espaço social de uma empresa me são familiares, tendo em vista ser filha de empresário e, portanto, nascida e crescida dentro desse “locus social”, que se cruza com o dos depoentes da pesquisa, mesmo que parcialmente. Parcial, porque, apesar de conhecer o espaço empresarial e suas atividades específicas, não sou empresária e não tenho as experiências de vida dessas suas atividades cotidianas.

Outra justificativa para a escolha do tema deve-se, também, ao fato de que sou afiliada à BPW⁷⁶ – Patos de Minas – Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – desde sua criação. Nessa entidade, a maioria das associadas é empresária. Nossas relações são estreitas e

⁷⁶ BPW significa Business and Professional Women ou IFMPW (Internacional Federation of Business and Professional Women). A Associação é filiada à Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, nos termos do artigo IV seção 2 da Constituição daquela Federação e através desta à International Federation of Business and Professional Women - IFBPW (art. 6 - 1,2). É uma associação de caráter cultural, educacional e social, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, congregando sócias profissionais de diferentes áreas de atuação, empresárias e executivas, mulheres de negócio e mulheres que desejam ingressar no mercado de trabalho. Fonte: Estatuto da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais, p. 1-2. A BPW - Patos de Minas conta atualmente com 130 associadas e foi fundada em 27 de setembro de 1995 tendo à frente como sócias fundadoras as Sras. Lovani Glaci Fischer, Glória Maia Cambraia, Sandra Castro, Auzônea Rosa Vieira, Maria do Carmo Bernard e Aimar Lúcia Correia de Queiroz. (PORTO, Maria de Fátima Silva. *De batom e salto alto*: experiências de emancipação de mulheres empresárias de Patos de Minas - 1980-1990. Op. cit., p. 222-3).

buscamos, dentro dessa associação, objetivos e mecanismos estratégicos para a valorização e crescimento para todas as mulheres.

Como historiadora, descobrindo-me feminista na sua ressignificação que procura denunciar as desigualdades e lutar pelos direitos das mulheres, respeitando suas diferenças dentro da diferença,⁷⁷ e tendo em vista as leituras acadêmicas e teóricas mais aprofundadas e específicas sobre o movimento de mulheres e sua ascendente participação na esfera pública, posso afirmar que este estudo está centrado sob a ótica de um “olhar feminino”.

Grosholz⁷⁸ atende-nos neste momento ao justificar porque somos historiadoras(es) e porque somos feministas. De acordo com a autora, somos historiadoras(es) “[...] porque o passado afeta o presente, está vivo no presente e em parte determina as condições da ação no presente, isto é, como construímos a significação dos acontecimentos”.⁷⁹

Dessa forma, nós, historiadoras, devemos reconstruir nossa história a partir de uma realidade social baseada em ações deliberativas e discursivas. E somos feministas:

Porque queremos mudar a realidade social de acordo com a nossa percepção de certo tipo de desigualdade; e parte dessa mudança está em que as mulheres tenham um papel mais amplo, mais ativo na construção da realidade social. Queremos criticar o mundo como ele é agora, de acordo com determinados princípios morais e queremos que as pessoas (inclusive nós) ajam de maneira diferente no futuro.⁸⁰

Assim, por meio da deliberação prática, que são ações permeadas de significado moral, construímos a realidade social que não é dada. A ação humana e sua capacidade de mudança dependem de seu poder para interferir em outros acontecimentos e construir a realidade social conforme nossa deliberação em relação a ela.

Também, segundo Alves, a mulher, por meio de sua participação ativa, é e/ou poderá ser “[...] uma das grandes forças transformadoras do nosso tempo”.⁸¹ A conscientização da mulher, bem como de outros grupos historicamente marginalizados e desprivilegiados, é um processo dentro de uma luta de grandes dimensões, da qual a luta feminista é parte. Assim,

⁷⁷ BORBA A; FARIA, Nalu; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SITUANDO Diferenças. *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP - Campinas. São Paulo. (5), 1995;

GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

⁷⁸ GROSHOLZ, Emily. *Mulheres, História e Deliberação Prática*. In.: GERGEN, Mary M. Canney. (Ed.). *O Pensamento Feminista e a estrutura do conhecimento*. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 202.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 200.

⁸¹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e femininos: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 15.

continua Alves: “[...] o feminismo trabalha ao lado de outros movimentos de libertação, buscando alcançar o mesmo objetivo: a eliminação dos preconceitos e da discriminação, seja de classe, raça ou sexo”.⁸²

Young-Eisendrath,⁸³ por exemplo, defende a possibilidade de redefinição das qualidades pessoais das mulheres que foram transformadas em inferiores e negativas pela teorização masculina. Em suas palavras,

[...] o feminismo me dá assistência numa dimensão de desconstrução e reconstrução. Em termos de desconstrução, o feminismo oferece uma crítica a hipóteses culturais e psicológicas de inferioridade do gênero feminino e toda as atividades e preocupações associadas com as mulheres. [...] A desconstrução feminista da cultura herdada deveria, porém, prover assistência na formulação de novos métodos de comunidade, trabalho e relacionamento baseados em imagens e ideais não-patriarcais – potencialmente, em formas de existência compartilhadas, tais como limitação, compaixão e reciprocidade. [...] Modificar nosso pensamento sobre inferioridade – superioridade e dominação – submissão constitui uma disciplina de pensamento e ação que requer exame constante de suposições e motivações. É possível mudar em primeiro lugar as próprias ações e depois mudar os pensamentos, motivações ou suposições? Sim, é possível, mas a ação que é modificada não necessita de reconceituação [...] O aspecto de reconstrução da epistemologia feminista é a articulação do sistema de conhecimento feminista através de novos contextos sociais, novos significados e novos discursos sobre trabalho e identidade femininos. [...] As análises feministas dos recursos, da vitalidade, atuação e ideais relativos às mulheres e suas atividades têm de prover uma contrapartida convincente [...]. A posição oculta da mulher e do feminino podem ser descobertas por meio de tais análises.⁸⁴

As análises, a que Young-Eisendrath se refere na citação acima e que vêm de encontro com sua epistemologia são as linhas de ação epistemológicas de Luce Irigaray⁸⁵, cujo método se resume em buscar a experiência feminina, as lacunas, a informação não lida ou não dada, os pontos obscuros do conhecimento, fazendo uma análise do originador do método para desvendar as motivações e simpatias na edificação da realidade social.

Dessa forma, muitos hiatos e sentidos não-formulados sobre a posição da mulher e do feminino podem ser trazidos à superfície. Diz-nos Rago que

[...] uma das questões centrais do feminismo, antes e agora, tem sido a de propor a construção de identidades femininas sob outras bases e parâmetros conceituais. Uma recusa, portanto, das formas de sujeição impostas pelo olhar masculino, pela ciência, pela moral, pela cultura masculina principalmente nas últimas décadas em que

⁸² ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e femininos: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Op. cit., p. 15.

⁸³ YOUNG-EISENDRATH, Polly. A Pessoa do Sexo Feminino e como Falamos Dela. In.: GERGEN, Mary M. Canney (Ed.). *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*. Op. cit., p. 177-198.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 180-1-2.

⁸⁵ Cf. IRIGARAY, Luce. *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press, 1985; *Idem. This sex which is not one*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

crece a luta mais pela ‘desidentificação’, ou pela possibilidade de construção de múltiplas subjetividades pessoais, grupais, sexuais.⁸⁶

O feminismo, continua a autora, veio questionar a estrutura hierárquica e excludente das mulheres da esfera pública, o seu silenciamento e a desvalorização de suas questões, problemas e temas. Na busca pelos direitos femininos, ampliou-se o conceito de cidadania, permitindo o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. Essa cidadania, de acordo com Marshall,⁸⁷ inclui os direitos civis, formulados no século XVIII, os direitos políticos, ampliados no século XIX e os direitos sociais, surgidos no século XX.

Atualmente, novos direitos de cidadania foram incluídos, como os metaindividuais e os direitos de patrimônio genético. Afirma Vilani⁸⁸ que os direitos de cidadania civil (referentes à liberdade individual) e os políticos (referentes à participação no poder público) enquadram-se nos direitos de “primeira geração”, e os direitos sociais (que tratam do bem-estar social) pertencem à “segunda geração”. De acordo com Vilani:

A recente ampliação da cidadania acrescentou duas novas gerações de direitos àquelas encontradas em Marshall: os metaindividuais (terceira geração) e o direito ao patrimônio genético (quarta geração). A terceira geração é típica das democracias pluralistas da modernidade contemporânea e diz respeito a fins coletivos. São direitos metaindividuais porque se referem a direitos dos indivíduos enquanto seres humanos (parte da humanidade) ou dos indivíduos enquanto membros de uma categoria ou grupo social específico.⁸⁹

Por sua vez, de acordo com a autora, os direitos da “terceira geração” podem ser distribuídos em três grupos: o primeiro, aqueles que são reivindicados por agentes coletivos que lutam por um mundo baseado na solidariedade, pela defesa da natureza, da paz e por condições de vida digna para todos. O segundo grupo reivindica direitos específicos e particulares às categorias sociais como as mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, negros, os sem-terra e outros. O terceiro refere-se aos direitos dos grupos considerados minoritários que reivindicam liberdades em suas opções ou estilos de vida diferentes ou de suas práticas culturais como os homossexuais, grupos religiosos e étnicos. Esses direitos metaindividuais são também chamados de “difusos” por abrangerem uma multipluralidade de pessoas diferentes, diversas, de identidades múltiplas e “[...] de

⁸⁶ RAGO, Margareth. Feminizar é Preciso ou Por uma Cultura Filógena. *Labrys*, estudos feministas. n. 1-2, jul./dez./2002.

⁸⁷ Cf. MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

⁸⁸ VILANI, Maria Cristina Seixas. Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos. *Caderno Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-64, dez. 2002.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 58.

‘republicanos’, porque se relacionam à coletividade e implicam uma cidadania ativa”.⁹⁰ Os agentes ou condutores desses direitos organizam-se por meio de ONGs, de associações diversas, de movimentos e têm provocado o surgimento de inúmeras ações públicas, novos direitos e garantias. São esses direitos que estão na pauta das sociedades atuais, mais complexas, no debate político e jurídico.

A “quarta geração” de novos direitos refere-se ao patrimônio genético e às implicações e conseqüências da biotecnologia. As pesquisas nessa área estão afetando a integridade física e psíquica dos seres humanos. Os seus resultados estão a exigir um grande debate em torno da ética e do acesso aos benefícios para que não seja mais um fator de exclusão e de desigualdade na sociedade.

No nosso Estado democrático de direito, as demandas e as reivindicações vão se configurando em busca de uma consolidação democrática. A pluralidade e as diferenças dos sujeitos adquirem novas dimensões, surgem diversos e novos atores, movimentos, novas contendas, discussões, exigências e lutas pelo reconhecimento e respeito às diferentes e múltiplas identidades sociais e estilos de vida. O tom do igualitarismo pela igualdade de oportunidades, de autonomia e contra a desigualdade existentes na sociedade é crescente e a ampliação do espaço público possibilita a prática da virtude cívica.⁹¹ Segundo Vilani:

Se associarmos essa prática ao pluralismo e às novas oportunidades de igualização, vislumbramos aquilo que Hannah Arendt idealizou: uma ação política em que prevaleça a “igualdade na diversidade”. Vislumbramos também a possibilidade de uma ação solidária, na medida em que os novos mecanismos de participação política propiciam aos cidadãos, através de uma ação comunitária, ultrapassar a exclusividade de seus interesses privados, rumo à busca do bem coletivo.⁹²

Assim, percebe-se hoje, em nossa sociedade, a existência desse emaranhado conjunto de direitos de cidadania com grande ênfase nesses novos direitos da “terceira geração” que também correspondem à categoria das mulheres empresárias de nosso estudo que buscam novos espaços e participação pública.

Essa cidadania propõe, dessa forma, uma nova percepção de prática política em todos os espaços, inclusive, na própria vida cotidiana e não apenas nos espaços institucionais da política. Ampliou-se a crítica às práticas sociais, sexuais, às formas da cultura que permitem a construção da dominação entre os sujeitos, tanto na política como na vida em sociedade. O

⁹⁰ VILANI, Maria Cristina Seixas. Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos. *Caderno Ciências Sociais*. Op. cit., p. 58.

⁹¹ Sobre virtude cívica aprofundamos sua abordagem no capítulo 8.

⁹² VILANI, Maria Cristina Seixas. Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos. *Caderno Ciências Sociais*. Op. cit., p. 61.

feminismo, convergindo com vários pensadores pós-modernos, propôs o “pensamento da diferença”, indo contra o universalismo dos princípios liberais de liberdade e igualdade constituídos com a exclusão da maioria. Por meio de pressões e lutas, o feminismo permitiu às mulheres muitas conquistas, dentre tantas “[...] as enormes possibilidades econômicas, sociais, sexuais e políticas abertas às mulheres, especialmente nas últimas três décadas, desde direitos civis à revalorização do corpo e à autonomia sexual [...]”⁹³

Continua Rago que, apesar dessas conquistas, o feminismo não é reconhecido como o principal responsável pelas mudanças ocorridas.

Iniciado entre as décadas de 1930 a 1960, o movimento feminista no Brasil começou a questionar a opressão patriarcal, os limites da sexualidade, os padrões de comportamento ditados pelo consumismo e o direito à cidadania. Na década de 1970, surgiu um movimento feminino organizado, mais intelectualizado, composto por mulheres de classe média que lutaram contra a ditadura militar e pela igualdade de participação nos movimentos e organizações. Esse movimento questionou ainda o significado de ser mulher, a participação no espaço público, novas concepções em relação ao corpo, à sexualidade, ao sexo, ao orgasmo, a dominação sexista dentro dos partidos políticos, dos sindicatos e outros espaços sociais e políticos.

Após esse primeiro momento, ainda segundo Rago, no qual o feminismo se afirmou como movimento social e político na luta pelos direitos das mulheres e pela redemocratização do Brasil, é que emergiu, na década de 1980, um novo conceito de política proposto pelas feministas, ampliando as reivindicações no âmbito público. Confirma a autora que

[...] questões antes secundarizadas como essencialmente femininas e relativas à esfera privada, isto é, não pertencentes ao campo masculino da política – a exemplo das relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade e à saúde – foram politizadas e levadas à esfera pública a partir da utilização de uma linguagem diferenciada, que além do mais, permitia enunciá-la. Nesse momento de crítica acentuada à racionalidade ocidental masculina, já não mais definida apenas como burguesa, partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, em todas as dimensões possíveis. Isto implicava, no campo conceitual, a emergência de uma linguagem especificamente feminina e daquilo que se considera como uma ‘epistemologia feminina’ suficientemente inovadora em suas problematizações e conceituações, para apreender as diferenças.⁹⁴

Houve, assim, um alargamento do campo conceitual, bem como das críticas à cultura patriarcal capitalista que procurou denunciar as formas sutis de dominação em relação às

⁹³ Cf. RAGO, Margareth. *Feminizar é Preciso ou Por uma Cultura Filógena*. *Labrys*, estudos feministas. Op. cit.

⁹⁴ Idem. *Os feminimos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. *Labrys*, estudos feministas. n. 3, jan./jul. 2003.

mulheres. Os temas femininos como, por exemplo, as emoções, os sentimentos, a maternidade, a moda, a estética, as suas particularidades, a beleza, a saúde, as contendas da esfera privada, da família, da subjetividade, da sexualidade, a linguagem do corpo e vários outros passaram a ser conhecidos, discutidos, ganhando, portanto, visibilidade e expressão.

Houve uma inclusão renovada do mundo feminino no espaço público e, conseqüentemente, uma democratização desse local, levando as mulheres a refletir sobre elas mesmas dentro de sua própria perspectiva.

O feminismo, reforça Rago, propôs e propõe alternativas para a construção de relações entre mulheres e homens, mais igualitárias, de participação na esfera pública – de cidadania, alterando o modo de se pensar.

Nosso estudo, portanto, ancorou-se nesse referencial teórico feminino e feminista que permite levar ao espaço público as mulheres empresárias como sujeitos políticos e, ainda, pelas inúmeras possibilidades de participação, de ações, de práticas políticas que o mesmo referencial teórico permite *a todos* os sujeitos e, *portanto, também*, às mulheres empresárias do estado de Minas Gerais.

Este estudo tem uma particularidade: a de ter conferido maior visibilidade às mulheres empresárias dentro de um contexto mais amplo, qual seja, o estado de Minas Gerais, com o recorte temporal que abrange o período compreendido entre 1980 e 2006. Além disso, aborda as ações políticas e sociais das mulheres empresárias, as práticas culturais e políticas realizadas por essa categoria nos vários espaços públicos. O trabalho é também original por se desenvolver no campo das “Culturas Políticas”,⁹⁵ tentando desvendar a atuação, o envolvimento, o comportamento e a participação dessa categoria em uma instância ainda considerada extremamente masculina, qual seja, a esfera do poder, do público, onde se efetivam as ações políticas e sociais.

A análise do nosso objeto possui um viés político, tentando contribuir no campo da temática feminina.

⁹⁵ Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX & SIRINELLE. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998;

DUTRA, Eliana R. de Freitas. Histórias e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Revista do Departamento de História – Programa de Pós-Graduação – UFMG. Belo Horizonte. n. 28, dez./2002;

FIN de Siglo: Género y cambio civilizatorio. *Isis Internacional*. Ediciones de Las Mujeres. n. 17, 1992;

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999;

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de história política. Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. *Revista de História*. LPH. Departamento de História UFOP, n. 6, 1996;

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e paisagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Segundo as críticas de cientistas políticos e sociais, o tema apresenta grandes lacunas em razão da carência de abordagens que privilegiem a historiografia das mulheres no campo político.⁹⁶

É original por se tratar de um objeto pouco pesquisado na academia. A proposta de buscar as ações políticas, sociais e as práticas políticas da categoria de mulheres empresárias no estado de Minas Gerais no presente momento, por meio de depoimentos de mulheres específicas, singulariza este estudo.

A metodologia aplicada foi a da História Oral, tendo sido feitas entrevistas das mulheres empresárias de nossa amostra cuja relação se encontra no anexo 2. Além das entrevistas, foram arrolados documentos escritos: livros, revistas, jornais, além de registros de fóruns nacionais⁹⁷ e internacionais⁹⁸ impressos.

A documentação oral, suporte fundamental para o tratamento de nossos questionamentos e objetivos, justifica-se, também, pelo incipiente registro acadêmico das ações ou práticas culturais e políticas da categoria empresarial feminina. A história oral, segundo Meihy, “[...] responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente”.⁹⁹ É um recurso para a construção ou elaboração de documentos que possibilitam o estudo sobre a experiência¹⁰⁰ de pessoas e grupos. A entrevista, realizada por meio da história oral, ao ser transcrita, muda do estado de palavra e passa ao estatuto de um documento. É um procedimento planejado para obterem-se resultados por meio de entrevistas, elaborados para atender os objetivos propostos. Também, a história oral “[...] tanto pode derivar de uma formulação oral como de uma escrita”.¹⁰¹

⁹⁶ De acordo com Pinto, é a Ciência Política, entre as Ciências Humanas, a que menos tem contribuído para o estudo da mulher, para a discussão sobre a questão de gênero e no mundo tradicionalmente entendido como político. No máximo, tratam de sua presença no legislativo ou de estudos sobre o comportamento eleitoral. Apesar da Sociologia, da Antropologia e da História possuírem uma grande produção sobre o estudo da mulher e com qualidade, estes estudos desviaram-se da questão mulher e política. Produziram muito sobre a mulher no mercado de trabalho, as relações de gênero, sobre a mulher e a saúde e o cotidiano. O próprio feminismo, apesar de sua grande importância e avanços, “tendeu a minimizar os espaços de conquista, luta e discriminação da mulher enquanto sujeito público e, mais do que isso, político. A questão específica da luta política foi muitas vezes tratada como epifenômeno”. (PINTO, Céli Regina Jardim. *Movimentos Sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Op. cit., p. 127-9);

Cf. LIPSET, Seymour M. *Política e Ciências Sociais*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

⁹⁷ ENCONTRO Mineiro da Mulher Empreendedora - FEDERAMINAS. (realizado anualmente).

⁹⁸ XIV CIME. *Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias*. 19 a 23 de out., 2003. Araxá – MG – (realizado bianualmente).

⁹⁹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 24.

¹⁰⁰ O termo *experiência* significa o “[...] aspecto vinculado à versão de fatos ou processos vivenciais em que há juízos de valor”. (MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 260).

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 30.

Dessa forma, essa possibilitou-nos informações valiosas para preencher várias lacunas do conhecimento sobre o tema específico, bem como nos forneceu outras possibilidades e perspectivas de análise, devido às diferentes respostas e visões das mulheres entrevistadas. Nessa mesma percepção, sublinha Neves que

[...] confrontamo-nos, constantemente, com as deficiências de registros que tornem as mulheres visíveis nos momentos e espaços da sociedade. Diversas pesquisas têm procurado *através da fala das mulheres, pelas entrevistas, história de vida, fazer este resgate, esta captura*.¹⁰²

Ainda de acordo com a autora, o registro por meio da fala das mulheres possibilita-nos uma compreensão das relações estabelecidas nos vários espaços sociais. A rememoração nos permite conhecer os momentos da vivência de suas experiências, de seu trabalho, por caminhos e maneiras diferentes, revelando-nos a construção da identidade individual e coletiva. Permite, também, àquele que dá o depoimento, um conhecimento da realidade, do contexto social no qual está inserido, fazendo parte de sua tessitura. Confirma Thompson:

Essas publicações [...] estão reunindo, para o futuro, um material histórico novo que de outra forma estaria perdido. [...] o que verdadeiramente justifica a história não é conceder imortalidade a uns poucos velhos. Ela faz parte do modo pelo qual os vivos compreendem seu lugar e seu papel no mundo. [...] Ao ajudar a mostrar como suas próprias histórias de vida se ajustam às mudanças do caráter do lugar em que hoje vivem, de seus problemas como trabalhadores ou como pais, a história pode ajudar as pessoas a ver como estão e aonde devem ir. [...] E indica, também, a importância social e política fundamental da história oral. Oferece uma nova base para projetos originais, e não apenas por profissionais, mas também por universitários, por escolares, ou por pessoas de uma comunidade. Eles não têm apenas que aprender a própria história; podem escrevê-la. A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.¹⁰³

Sobre a relação da história oral com a memória, afirma Meihy que

[...] a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória, e vice-versa. A transposição das narrativas da memória para a história, [...] se dá na capacidade de diálogo entre a memória, a mediação da história oral e a história ou suas correlatas irmãs. [...] a memória é um suporte para as narrativas de história oral [...].¹⁰⁴

¹⁰² NEVES, Magda de Almeida. *Relações de gênero e práticas sindicais*. Grupo Temático: A Transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais. XIV Encontro Anual ANPOC, p. 4 (grifos nossos).

¹⁰³ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 337.

¹⁰⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 62.

A memória pode ser individual ou coletiva e junto com a história oral possibilita o conhecimento da vida, importante em sua plenitude, garantindo, segundo Meihy, a história. Permite registrar, guardar, analisar e manter a experiência viva.

Assim, parte da memória das mulheres empresárias, expressa em seus depoimentos, forneceu-nos a matéria-prima do estudo proposto, trazendo à tona as suas práticas culturais e políticas, suas experiências, suas ações individuais e coletivas no espaço empresarial. Enfim, seu repertório de ação.

Segundo Bosi,¹⁰⁵ a memória estabelece uma relação do presente com o passado e permite uma reelaboração de uma imagem-lembrança na forma de uma representação.¹⁰⁶ Essa representação, reelaborada e constituída de acordo com as marcas e significações individuais, é também uma memória do grupo social e familiar. Na mesma direção, Amado afirma:

A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos – como a subjetividade, as emoções [...].¹⁰⁷

A memória, portanto, por meio do recurso à história oral, mesmo que parcialmente e em fragmentos nos ajuda a conhecer um pouco o nosso objeto. Nesse sentido, Gottschalke nos alerta:

Apenas uma parte do que foi observado no passado é lembrada; apenas uma parte do que foi lembrado é gravada; apenas uma parte do que foi gravado sobrevive; apenas uma parte do que sobrevive chama a atenção dos historiadores; apenas uma pequena parte do que chama a atenção é crível; apenas uma pequena parte do que é crível é percebida; apenas uma pequena parte do que é percebido pode ser apreendida ou narrada pelo historiador.¹⁰⁸

Acrescenta Levi¹⁰⁹ que as experiências individuais compõem a experiência coletiva revelando a percepção e a inserção do indivíduo no mundo. Thompson nos revela que “[...] a história oral [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.”¹¹⁰

¹⁰⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. H. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

¹⁰⁶ Cf. DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰⁷ FERREIRA, R. M.; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Fundação Getúlio Vargas. s.d., s.p.

¹⁰⁸ GOTTSCHALKE, Louis *apud* MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 63.

¹⁰⁹ LEVI, G. Usos da biografia. In.: FERREIRA, M. M.; AMADO J. *Usos & abusos da história oral*. Op. cit.

¹¹⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 44.

Dessa forma, onde faltaram registros escritos, buscou-se construir o texto com a memória, com os testemunhos orais¹¹¹ ou com os depoimentos das mulheres empresárias, os quais foram usados para confirmar, contrapor e tentar conhecer um pouco o que foi proposto.

A memória, segundo Meihy, é seletiva, subjetiva e

[...] articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. [...] É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que explicam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas.¹¹²

Assim, deve-se atentar para os cuidados, as vantagens e desvantagens do uso da memória porque essa tanto pode revelar ou desvelar como velar. Deve-se desconfiar da fonte, mas, lembramos, não somente da memória e da história oral como também de qualquer fonte escrita. Nessa direção, Thompson escreve:

O que verdadeiramente distingue a evidência da história oral procede de razões bastante diferentes. A primeira é que ela se *apresenta* sob forma oral. Como forma imediata de registro, isto tem tanto vantagens quanto desvantagens. Leva-se muito mais tempo para escutar do que para ler e se o que foi gravado tiver que ser citado num livro ou artigo, é preciso primeiro fazer uma transcrição. Por outro lado, a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada. [...] Um falante, porém, pode sempre ser imediatamente contestado; e, à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. Essa autêntica ambivalência o aproxima muito mais da condição humana. [...] uma vez que a comunicação original foi oral, o registro oral propicia o documento mais preciso. Inversamente, quando a comunicação original foi, ela mesma, escrita, como numa carta, esta deve continuar a ser o melhor registro. [...] O ponto principal, porém, é que o original da evidência é por vezes oral, e por vezes não, e, igualmente, pode ou não apresentar-se, após transmutações, sob a mesma forma; e nem da evidência oral, nem da escrita, se pode dizer que seja de modo geral superior: isso depende do contexto.¹¹³

Portanto, segundo o autor, não se pode dizer qual dos dois registros, isto é, o escrito ou o oral é mais fidedigno que o outro. A divergência pode ocorrer a partir de pontos de vista

¹¹¹ Cf. PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In.: A mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 9, n. 18, ago. 1998;

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais Ltda., v. 2, n. 3, 1989;

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Ética e História Oral. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC*. São Paulo: Educ, 1981.

¹¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 63.

¹¹³ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 146-7-8-9.

diferentes, os quais propiciam outras possibilidades para a busca de uma interpretação verdadeira. Uma evidência nova sugere e indica caminhos diferentes para novas interpretações:

Na verdade, grande parte da evidência oral oriunda da experiência pessoal direta – [...] – é preciosa exatamente porque não pode provir de nenhuma outra fonte. É inerentemente única. Claro que sua autenticidade pode ser avaliada. Não pode ser confirmada, mas pode ser julgada. [...] Ainda que reconhecendo a entrevista como “uma forma de discurso”, não devemos esquecer que ela também é um testemunho. [...] As entrevistas, como todo testemunho, contêm informações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana.¹¹⁴

Apesar dos perigos e cuidados que a memória nos apresenta, ela é, ao mesmo tempo, uma fonte primária, matéria-prima e tema de grande valor para a produção, construção e interpretação da história. Nessa perspectiva, Thompson nos alerta:

A natureza da memória coloca muitas armadilhas para os incautos, o que freqüentemente explica o ceticismo daqueles menos informados a respeito das fontes orais. Porém, oferecem também recompensas inesperadas para um historiador que esteja preparado para apreciar a complexidade com que a realidade e o mito, o “objetivo” e o “subjetivo”, se mesclam inextricavelmente em todas as percepções que o ser humano tem do mundo, individual e coletivamente. [...] A credibilidade das fontes orais é uma credibilidade *diferente* [...] A importância do testemunho oral pode estar, muitas vezes, não em seu apego aos fatos, mas antes em sua divergência com eles, ali onde a imaginação e o simbolismo desejam penetrar. Em suma, a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação. E parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que *poderia* ter acontecido – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo –, pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu. A construção de uma memória coletiva pode resultar numa força histórica por si só de imenso poder; [...] A construção e a narração da memória [...] tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. Nisto, as narrativas são utilizadas, acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas atitudes.¹¹⁵

Nesse sentido, a busca da memória das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais tornou-se necessária, tendo em vista a não existência de registros acadêmicos sobre a mesma. Por isso, adotamos o recurso da história oral por meio de entrevistas com o objetivo de construir parte da memória dessas mulheres.

¹¹⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 307-15.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 179-184-5.

Na análise dos depoimentos, para suas ressignificações, juntamente com as outras fontes pesquisadas, buscamos os diálogos possíveis com os mesmos, com a opção teórica e com a definição de conceitos.

Todas as entrevistas foram gravadas e, após a pesquisa, foram transcritas e alocadas no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História – LEPEH – do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, acessíveis como fontes históricas para outros estudiosos. Dessa forma, o enquadramento do uso da história oral dá-se na área da História (não obstante, a história oral ser usada também em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais como a Antropologia, Sociologia e Psicologia), exatamente por estarmos construindo “fontes históricas”. Sobre isso Thompson afirma:

Em princípio, as possibilidades da história oral estendem-se a todos os campos da história. Mas são mais fundamentais para alguns deles do que para outros. E oferecem uma tendência que é básica a todos: em direção de uma história mais pessoal, mais social, mais democrática. Isso afeta não só a história publicada, como também o processo pelo qual é escrita. O historiador é posto em contato com colegas de outras disciplinas: antropologia social, dialeto e literatura, ciência política. O acadêmico é lançado fora do gabinete para o mundo exterior.¹¹⁶

A duração de cada entrevista foi de três horas aproximadamente, algumas até mais. O local de realização das entrevistas foi escolhido por cada depoente. A maioria foi realizada no local de trabalho e, poucas, em suas residências. As perguntas foram abertas, contextualizando o tema e os objetivos propostos. Permitiu-se às entrevistadas respostas amplas, com a maior liberdade possível no relato de suas experiências vividas, suas formas de interpretação de suas trajetórias, vinculadas às questões investigadas. As entrevistas, no geral, podem ser feitas de três modos:

a) *Entrevista padronizada ou estruturada*. [...] segundo um roteiro preestabelecido. [...] b) *Entrevista despadrionizada ou não estruturada*. Consiste em uma conversa informal, que pode ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para o informante. [...] c) *Painel*. Esse tipo de entrevista é realizado com várias pessoas, que são levadas a opinar sobre determinado assunto.¹¹⁷

A entrevista despadrionizada ou não estruturada, segundo Andrade,¹¹⁸ pode ser: *entrevista focalizada*, na qual o pesquisador segue um roteiro; *entrevista clínica*, em que se

¹¹⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 336.

¹¹⁷ ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 146-7.

¹¹⁸ *Ibidem*.

fazem perguntas específicas para esclarecimento do comportamento ou sentimento do entrevistado; e a *entrevista não dirigida*, na qual o entrevistado tem ampla liberdade para as respostas, opiniões e experiências sobre o tema abordado pelo pesquisador. No nosso estudo, fizemos uso da entrevista despadronizada, não dirigida.

Paralelo às entrevistas gravadas, faz-se uso de um questionário dirigido, com perguntas abertas, permitindo-se, também, total liberdade de respostas das entrevistadas. A aplicação desse questionário veio por uma necessidade surgida durante a pesquisa, devido à distância das cidades de algumas representantes das mulheres empresárias de Minas Gerais em relação à cidade dessa pesquisadora. O fato de “surgirem imprevistos” na vida cotidiana dessas mulheres na data marcada para a entrevista, prolongava, por repetidas vezes, as viagens para esse fim. Por isso, para a agilização e aproveitamento do tempo para a coleta de dados para a pesquisa, o questionário tornou-se uma alternativa prática e eficaz.

O questionário, de acordo com Andrade,¹¹⁹ é composto de perguntas que a pessoa pode responder sem a presença do pesquisador. Para tanto, as perguntas devem ser objetivas e claras, podendo ser perguntas fechadas ou abertas. As perguntas abertas

[...] dão mais liberdade de resposta, proporcionam maiores informações, mas têm a desvantagem de dificultar muito a apuração dos fatos. Dificilmente perguntas abertas podem ser tabuladas e precisam ser agrupadas, por semelhança, para serem analisadas.¹²⁰

No nosso caso, optamos pelo *questionário de perguntas abertas*.

Salientamos que em momento algum houve perda de informações no uso do questionário em relação à entrevista. As perguntas feitas, mesmo que não tenham sido exatamente iguais como numa conversação direta e pessoal, abordaram as mesmas problemáticas, as mesmas discussões e possibilitaram, já registrado e explicado, total liberdade de respostas assim como as entrevistas realizadas por meio de gravações que, em seguida, foram transcritas.

Após as entrevistas e esclarecimentos sobre os fins de seus depoimentos como fonte para a tese de doutorado, essas foram assinadas. Observaram-se, dessa forma, os cuidados éticos necessários para o uso do conteúdo das entrevistas, respeitou-se a veracidade dos depoimentos e a confiança das depoentes. Da mesma forma procedeu-se em relação aos questionários respondidos, nos quais, inclusive, as depoentes assinaram as suas autorizações.

¹¹⁹ ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. Op. cit.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 149.

Como metodologia, ainda, fez-se uso do método *Shadowing*, que significa sombreamento. Por meio desse, o(a) pesquisador(a) “[...] fica um dia – ou parte do dia [...] para observar a rotina e o que faz diariamente (o objeto pesquisado). O programa serve para dar uma breve idéia de como é trabalhar em determinada área ou empresa”.¹²¹

Para isso, observamos a empresária entrevistada para este trabalho, Maria Elvira Salles Ferreira durante um dia e participamos de um evento – XIV CIME – “Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias” nos dias 19 a 23 de outubro de 2003 em Araxá-MG. No primeiro caso, acompanhamos Maria Elvira Salles Ferreira, representante da categoria, pelo fato de ter sido apontada por várias entrevistadas como a pioneira e líder do início da organização das mulheres empresárias. Por isso, a condição de representante da categoria para essa observação se justifica. Assim, observamos a sua rotina e vivenciamos o seu trabalho no dia-a-dia.

No segundo caso, por meio da participação do evento, observamos o comportamento grupal ou coletivo das empresárias. Acompanhamos as discussões, os debates, as propostas, os problemas colocados em pauta pela categoria, as sugestões, as feiras de negócios, mesas redonda, painéis, palestras, oficinas, as ações desenvolvidas (em curso e futuras).

A seleção das representantes da categoria empresarial feminina deu-se da seguinte forma: alguns nomes foram por indicação da orientadora desta tese, Professora Dra. Carla Maria Junho Anastasia, outros nomes foram indicados pela Professora Dra. Heloísa Maria Murgel Starling e Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado por ocasião da qualificação desta pesquisadora. Outros nomes foram indicados pelas próprias mulheres entrevistadas e pelas associações específicas às quais as empresárias são afiliadas.

A escolha de pessoas a serem entrevistadas, de acordo com Meihy,¹²² para uma pesquisa qualitativa com a modalidade da história oral pode ser definida por uma afinidade que liga as pessoas em sua trajetória dentro do tema escolhido. Dessa forma, há uma liberdade de escolha entre os sujeitos a serem entrevistados, buscando aqueles que se enquadram melhor dentro dos objetivos propostos. Ao resultado das pessoas escolhidas, o autor acima denomina *colônia*, que, por sua vez, pode ser dividida em *redes*, de acordo com as necessidades dos recortes: gênero feminino e/ou masculino, idade, escolaridade, religião, profissão e quaisquer outros critérios que se fizerem necessários para a pesquisa. A rede também pode ser formada pelas próprias pessoas que dão seus depoimentos, as quais indicam

¹²¹ MICHELETTI, Camila. *Use a experiência alheia a seu favor*. Disponível em: <<http://carreiras.com.br/comunidades/campus>>. Acesso em: set./2003.

¹²² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit.

entre elas mesmas, dentro da colônia, outras que possam ser entrevistadas e que contribuirão decisivamente para os objetivos do estudo. Dentro dessa orientação metodológica, selecionamos as representantes da categoria empresarial feminina no estado de Minas Gerais.

Buscou-se também, portanto, a relação dos nomes das empresárias nas Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs – de suas respectivas cidades, bem como nas Associações Comerciais. Em Belo Horizonte, capital, buscou-se a FEDERAMINAS – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do estado de Minas Gerais, a CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, o CNME – Conselho Nacional da Mulher Empresária e a AC MINAS – Associação Comercial de Minas. Observou-se ainda a diversificação dos segmentos.

O espaço/recorte geográfico proposto para a pesquisa foi o estado de Minas Gerais e, na impossibilidade de entrevistar todas as mulheres empresárias de todas as cidades do estado, tivemos que adotar um critério para darmos conta da proposta. Tendo em vista a extensão do estado de Minas Gerais, que tem mais de oitocentos municípios e, aliás, é o estado mais dividido do Brasil,¹²³ buscamos conhecer o critério de sua divisão vigente no momento.

O método adotado para chegarmos à amostra das mulheres empresárias foi o processo de regionalização do estado de Minas Gerais realizado pelos órgãos oficiais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Fundação João Pinheiro – FJP. A divisão do estado de Minas Gerais por meio de regiões feita por esses órgãos. “[...] respondem e são ao mesmo tempo determinadas por dois processos distintos: de um lado, pelos avanços no meio técnico-científico e, de outro, pelas transformações no espaço sócio-econômico do estado de Minas Gerais”.¹²⁴

O estado de Minas Gerais já possuiu sete critérios de divisões nos anos de 1941, 1969, 1972, 1973, 1990, 1992 e 1996, contemplando divisões nas esferas macro e micro. A divisão de 1996 refere-se às Regiões Administrativas, a qual manteve a divisão espacial do estado em microrregiões geográficas baseada no IBGE em sua divisão de 1990. Na verdade, o que houve nessa nova divisão de 1996 foi uma simplificação de acordo com a complexa realidade do estado de Minas Gerais. Em 1990, por exemplo, a divisão possuía 66 (sessenta e seis) microrregiões e nessa última, ou seja, de 1996, passou-se para 25 (vinte e cinco) Regiões Administrativas por critérios da FJP em parceria com a SEPLAN – Secretaria de

¹²³ TEIXEIRA, F. A.; BUENO, M. R. *Minas são várias*. Belo Horizonte: FUMARC/PUC - MG, 1998. p. 13.

¹²⁴ DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2005. p. 60.

Planejamento do Estado de Minas Gerais e a colaboração do IGA – Instituto de Geociências Aplicadas.¹²⁵

A atual divisão referente à esfera macro do estado de Minas Gerais é a de 1992, pela qual a Fundação João Pinheiro – FJP apontou 10 (dez) Regiões de Planejamento (anexo 3).

Para o nosso estudo, optamos por essa divisão em Regiões de Planejamento de 1992 devidos aos fatores de aplicabilidade, acessibilidade e tempo despendido pela pesquisa.

A justificativa da divisão do estado de Minas Gerais em 10 (dez) Regiões de Planejamento deve-se, de acordo com Diniz e Batella:

A partir de demandas da Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG), a Fundação João Pinheiro concluiu, em 1992, a divisão territorial de Minas Gerais em Regiões de Planejamento. Essa divisão baseou-se em dois trabalhos anteriores – “Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas”, do IBGE (1990) e “Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais”, da própria FJP (1988) – e teve como objetivos ordenar as diferentes demandas oriundas dos órgãos e das comunidades e racionalizar suas ações, visando atingir maior grau de eficiência e eficácia na alocação dos recursos disponíveis.¹²⁶

Privilegiando-se, portanto, as áreas de influência, os caracteres de homogeneidade, a interdependência, questões econômicas e de âmbito político-administrativo, essa divisão de 1992 objetivava facilitar e otimizar a sua funcionalidade e operacionalização. A Fundação João Pinheiro visava, principalmente, viabilizar intervenções estatais e, por isso, a regionalização baseada em critérios de “[...] interesses político-administrativo e econômico-sociais”¹²⁷ foram fatores decisivos.

Nesse sentido, a FJP, ao dividir o estado de Minas Gerais em 10 (dez) Regiões de Planejamento levou em conta também a “[...] agregação de fatores técnicos àqueles de caráter político-administrativo, atendendo às necessidades de planejamento e o objetivo de otimizar a sua aplicação na realidade do estado”.¹²⁸ A partir dessa divisão, as Regiões de Planejamento do estado de Minas Gerais, de acordo com a FJP (vide mapa – anexo 3), são as seguintes:

¹²⁵ Cf. DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & Natureza*. Op. cit.

¹²⁶ Ibidem, p. 72.

¹²⁷ Ibidem, p. 73.

¹²⁸ Ibidem, p. 73.

TABELA 1

REGIÕES DE PLANEJAMENTO
Central
Mata
Triângulo
Centro-Oeste
Rio Doce
Norte De Minas
Alto Paranaíba
Sul De Minas
Noroeste
Jequitinhonha / Mucuri

FONTE – Fundação João Pinheiro

Em cada região de planejamento, que reúne um conjunto de municípios, selecionamos uma cidade de acordo com a hierarquia urbana de Minas Gerais.

Minas Gerais possui atualmente 853 cidades-sedes de município, com 15 cidades com mais de 100.000 habitantes. As demais são de pequeno porte populacional, ou seja, abaixo desse número.¹²⁹ Essa divisão pode ser visualizada na tabela abaixo.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS POR TAMANHO POPULACIONAL – 2000

CLASSE DE TAMANHO DE CENTROS	CENTROS URBANOS	
	Nº	%
Até 10.000 hab	645	75,62
10.000 a 20.000 hab.	101	11,84
20.000 a 50.000 hab	57	6,68
50.000 a 100.00 hab.	35	4,10
100.00 a 200.00 hab.	7	0,82
200.000 a 500.000 hab.	7	0,82
Mais de 1.000.000 hab.	1	0,12
Total	853	100,00

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Para a classificação hierárquica urbana das cidades mineiras, além do tamanho populacional, os autores Arruda e Amorim Filho explicam-nos:

¹²⁹ ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. Cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI. Reinterpretando o Espaço Mineiro*. v. II. Op. cit., p. 208.

O tamanho populacional é um parâmetro importante porque define, em princípio, o mercado para a emergência de funções com diferentes graus de complexidade, mas é insuficiente para definir uma hierarquia funcional e a qualidade de vida nelas existente.¹³⁰

Devido à complexidade e às inúmeras variáveis para a classificação das cidades, optamos por selecionar em cada região de planejamento uma cidade que se enquadrava como, respectivamente, metrópole, grandes centros, médias de nível superior altas e médias propriamente ditas, portanto, com os níveis mais altos dentro de cada região de planejamento. Selecionamos então, as cidades de níveis 1, 2, 3 e 4, excluindo-se as de nível 5 e 6, denominadas de Centros Emergentes e Pequenas Cidades, respectivamente.

Revelam-nos Arruda e Amorim Filho,¹³¹ que esse critério de classificação das cidades foi resultado de dois estudos recentes realizados pela PUC Minas – “Programa de Pós-Graduação em Tratamento de Informação Espacial”, detalhando dois níveis considerados relevantes dentro da hierarquia urbana mineira.

O primeiro estudo, denominado de “*Cidades intermedias y tecnópolis potenciales em Minas Gerais*”¹³² teve a colaboração da FAPEMIG, concluído em 1999:

[...] os autores trabalharam primeiramente com o nível das cidades médias mineiras, inclusive atualizando o estudo que tinham realizado 20 anos antes. Posteriormente, identificaram as regiões de Minas com maior potencial para o desenvolvimento de *parques tecnológicos* e finalmente, nessas áreas, quais as *cidades médias* e os *centros urbanos emergentes* com maior vocação para se tornar tecnópolis no futuro.¹³³

As cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – não fizeram parte deste trabalho, devido à suas peculiaridades na aglomeração urbana. O limite inferior usado para o conjunto das cidades selecionadas pelos autores “[...] foi de caráter demográfico: 10.000 habitantes, caracterizados como limiar a partir do qual podem se desenvolver os centros urbanos emergentes”.¹³⁴

Além desse dado, portanto, outros foram anexados para chegar-se ao resultado da hierarquia das cidades. De acordo com Arruda e Amorim Filho:

¹³⁰ ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. Cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI. Reinterpretando o Espaço Mineiro*. v. II. Op. cit., p. 209.

¹³¹ Cf. *Ibidem*.

¹³² Cf. AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, J. F. *Ciudades intermedias y tecnópolis potenciales em Minas Gerais – Brasil. Tiempo y Espacio*. n. 8, 9.10, p. 23-32. Chillán, Universidad del Bío-Bío, 2000.

¹³³ ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI. Reinterpretando o Espaço Mineiro*. v. II, Op. cit., p. 202.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 203.

Foram, [...] levantados dados pertencentes a 7 variáveis (população urbana, índice de desenvolvimento humano, renda familiar *per capita* média, número de indústrias de ponta, total de eixos rodoviários chegando a cada cidade, aeroportos, cursos de ensino superior) para cada uma das cidades selecionadas.¹³⁵

O resultado obtido através dessa classificação hierárquica das cidades está na tabela abaixo e no anexo 4. As cidades representativas (anexo 5) de nosso estudo aparecem destacadas em negrito:

TABELA 3

HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS (1999)	
Nível 1 -	Metrópole: Região Metropolitana de Belo Horizonte .
Nível 2 -	Grandes Centros Regionais: Juiz de Fora, Uberlândia .
Nível 3 -	Centros Regionais (cidades Médias de Nível Superior): Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares , Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros , Passos, Patos de Minas , Poços de Caldas, Pouso Alegre , Sete Lagoas, Uberaba, Varginha.
Nível 4 -	Cidades Médias: Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Paracatu , Pará de Minas, Patrocínio, Santa Rita do Sapucaí, São João Rel Rei, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Teófilo Otoni , Ubá, Unaí, Viçosa.
Nível 5 -	Centros Emergentes: Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Almenara, Andradas, Araucaí, Arcos, Bambuí, Barão de Cocais, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Campo Belo, Carangola, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Caxambu, Congonhas, Conselheiro Pena, Corinto, Diamantina, Dolores do Indaiá, Ibiá, Itabirito, Itambacuri, Itapeçerica, Janaúba, Iturama, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Machado, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mariana, Monte Carmelo, Nanuque, Nova Era, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Pedra Azul, Pirapora, Pium-i, Raul Soares, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, Três Pontas, Tupaciguara, Visconde do Rio Branco.
Nível 6 -	Pequenas Cidades: Todas as demais cidades do Estado.

FONTE: AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. 2001 (dados de 1991, 1996, 1997).

Entre as cidades de Governador Valadares e Ipatinga, que se encontram no mesmo nível 3 e pertencem à mesma Região de Planejamento e também entre as cidades de Pouso Alegre e Poços de Caldas, cuja situação é a mesma, optamos pela cidade de Governador Valadares na região do Rio Doce e pela cidade de Pouso Alegre na região Sul de Minas, cujos critérios explicamos em nota.¹³⁶

¹³⁵ ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II, Op. cit., p. 203.

¹³⁶ Esclarecemos que de acordo com a classificação hierárquica na tabela acima (Tabela 3), as cidades que coincidiram pertencer ao mesmo nível 3 e à mesma Região de Planejamento – a do Rio Doce – foram as cidades de Governador Valadares e Ipatinga. Para uma decisão entre as duas cidades fizemos uma análise sobre a *hierarquia urbana de Minas Gerais* a partir de seus primeiros estudos e resultados, cujos estudos deram-se nas décadas de 1950 e 1960 por Yves Leloup (Cf. ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II, Op. cit., p. 190). “Em 1950, Governador Valadares, apareceu entre as cidades consideradas *Centros Regionais*, enquanto Ipatinga, sem citação específica, estava incluída entre as cidades consideradas *Centros Locais*”

Nesse sentido, ao optarmos pelo critério da FJP para as *Regiões de Planejamento*, selecionamos as cidades que, dentro de cada região, baseando-nos no critério hierárquico exposto acima, seria a sua representante.

(Ibidem, p. 191). Em 1960, Governador Valadares apareceu entre os *Grandes Centros Regionais* e Ipatinga continuou na mesma hierarquia, ou seja, entre os *Centros Locais* (Ibidem, p. 191). Ainda em 1960, Leloup apresentou outros resultados além das hierarquias, os quais apontaram tipos de relações e fluxos urbanos para a verificação da constituição de redes, áreas de influência e espaços polarizados em Minas Gerais (Ibidem, p. 192). Nesse estudo, Governador Valadares apareceu como área da “Rede Urbana e Regiões Polarizadas” na indicação de “*Grandes Centros Regionais*” (Ibidem, p. 193). Por sua vez, Ipatinga não apareceu entre essas áreas. Em 1980, outra pesquisa foi realizada pelo IGA – Instituto de Geociências Aplicadas, com base na hierarquia urbana da década de 1970 e com fluxos dos meios de transportes, no caso, os ônibus, tendo em vista serem esses os mais usados em Minas Gerais nas conexões entre os municípios (Ibidem, p. 194). No resultado desta pesquisa – “Hierarquia das cidades de Minas Gerais com Base na Circulação de Ônibus Intermunicipais – (Níveis Hierárquicos Superiores)”, Governador Valadares figurou entre as cidades consideradas *Centros Regionais* (2ª ordem B), enquanto Ipatinga apareceu (e foi esta a primeira vez que o seu nome foi citado), entre as cidades dadas com *Centros Sub-regionais* (3ª ordem B) (Ibidem, p. 195). Em 1982, Amorim Filho e Abreu desenvolveram outro estudo em 102 cidades mineiras, baseando-se no tamanho demográfico, com adoção de procedimento técnico e trabalho de campo, obtendo o resultado da “Hierarquia das Cidades de Porte Médio” onde Governador Valadares ficou no nível 2 e Ipatinga no nível 3 (Ibidem, p. 196). Em 1988, a FJP apresentou um dos mais completos e detalhados estudos, por meio do qual analisou 722 cidades mineiras agrupadas em 13 níveis de hierarquia. No resultado desse estudo “Hierarquia Urbana do Estado de Minas Gerais – Seis Níveis Superiores”, Governador Valadares, como centro urbano, ficou no nível 3 (ibidem, p. 199) e Ipatinga ficou no nível 5 (Ibidem, p. 204). Somente em 1999, portanto, segundo a tabela acima, Ipatinga nivelou-se com Governador Valadares. Ainda em 1999, foi feita uma “Análise de Superfícies Geoestatística” (ibidem, p. 205) que hierarquizou as principais áreas em potencial no desenvolvimento tecnopolitano. Essa análise revelou uma hierarquia de 20 cidades médias (com exceção da RMBH), como as mais importantes nos eixos de transportes de Minas Gerais. Entre elas apareceu o Vale do Aço como Região Metropolitana, da qual Ipatinga faz parte, portanto, não é somente a referida cidade. E Governador Valadares apareceu entre essas 20 cidades mais importantes nas conexões e eixos dos transportes (Ibidem, p. 202). Verificamos, dessa forma, que por um período de quatro décadas aproximadamente, Governador Valadares projetou-se em níveis maiores que Ipatinga no estado de Minas Gerais e com maior proeminência de acordo com os estudos realizados pelos pesquisadores. Apesar de Ipatinga ter tido um grande, rápido e importante crescimento, sendo parte, inclusive, de uma aglomeração (ibidem, p. 204), esses fatores expostos acima levaram-nos a optar pela cidade de Governador Valadares como representante da Região de Planejamento do Rio Doce. Em relação às cidades de Pouso Alegre e Poços de Caldas, nossa opção deu-se por Pouso Alegre, tendo em vista, primeiro: o resultado da “Análise de Superfícies Geoestatísticas” (ibidem, p. 205) apontar essa entre as 20 cidades médias “[...] com o mais alto potencial tecnopolitano de Minas” (Ibidem, p. 317). Segundo, o Produto Interno Bruto – PIB de Pouso Alegre ser maior – 9,7% da região e 1,3% do estado, que o de Poços de Caldas – 9,4% da região e 1,2% do estado (Ibidem, p. 317). Terceiro, o PIB industrial de Pouso Alegre é de 16,2% da região e 2,1% do estado maior que o de Poços de Caldas com 12,9% da região e 1,7% do estado (Ibidem, p. 317). Quarto, o PIB per capita de Pouso Alegre é de 213, enquanto o de Poços de Caldas é de 161 (Ibidem, p. 317). E, em quinto, de acordo com as principais atividades industriais localizadas nas microrregiões, Pouso Alegre destaca-se em 6 atividades, quais sejam, material de transporte; vestuário, calçados e artefatos de tecidos (estes contados como uma atividade); farmacêutica; matérias plásticas; borracha e metalurgia, enquanto Poços de Caldas destaca-se em 3 atividades: extrativa mineral; metalurgia e têxtil (O Padrão Espacial do Setor Produtivo. Cap. 4. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II. Op. cit., p. 171). Considerando, portanto, as 7 variáveis indicadas por Arruda e Amorim Filho (ibidem, p. 203) para o resultado da hierarquia urbana de Minas, os fatores expostos acima em relação à Pouso Alegre aproximam-se mais dessas. Daí, portanto, a nossa opção por Pouso Alegre. Reforçamos que as demais cidades selecionadas, cada uma representante de cada Região de Planejamento foi a considerada dentro do nível hierárquico urbano mais alto.

Acima de todas, ou seja, no topo da classificação hierárquica, está Belo Horizonte devido ao seu incomparável crescimento, que “[...] faz dela a primeira metrópole regional do estado”¹³⁷ com 2.229.697 habitantes.¹³⁸

Após o estudo metodológico para o estabelecimento desses critérios, as Regiões de Planejamento foram representadas, respectivamente, pelas seguintes cidades selecionadas na tabela 4, a seguir (vide também anexo 6):

TABELA 4

REGIÕES DE PLANEJAMENTO E CIDADES REPRESENTATIVAS	
REGIÕES	CIDADES
Central	Belo Horizonte – capital e metrópole
Mata	Juiz de Fora
Triângulo	Uberlândia
Centro-Oeste	Divinópolis
Rio Doce	Governador Valadares
Norte de Minas	Montes Claros
Alto Paranaíba	Patos de Minas
Sul de Minas	Pouso Alegre
Noroeste	Paracatu
Jequitinhonha/Mucuri	Teófilo Otoni

Fonte da autora com base em ABREU, João Francisco de; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Tipologia de regiões. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o espaço mineiro. v. II. Op. cit.

Da capital, Belo Horizonte, por ser uma cidade metrópole, com mais de dois milhões de habitantes, entrevistamos dezoito (18) mulheres empresárias – anexo 2. Nas demais cidades representativas as quais se enquadram nos portes de grandes centros, médias de nível superior e média (anexo 4), entrevistamos três (3) mulheres empresárias em cada uma delas, representantes para a amostra. (Anexo 2).

Totalizaram-se, assim, quarenta e cinco (45) entrevistas ressaltando, mais uma vez, que em uma pesquisa de cunho qualitativo, qualquer número de representantes, constitui uma amostra.¹³⁹ Sobre essa questão da representatividade, Thompson escreve:

¹³⁷ ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. Cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II. Op. cit., p. 192 (grifos nossos).

¹³⁸ CENSO demográfico de Minas Gerais 2000 apud ibidem, p. 223.

Para enfrentar os diversos problemas propostos pela representatividade retrospectiva, o historiador oral tem que desenvolver, em vez da amostra aleatória padronizada, um método de amostragem estratégica: uma abordagem mais tática, [...]. Vale a pena considerar várias abordagens diferentes. Para muitos projetos, como a respeito de um evento, ou de um grupo pequeno de pessoas, a questão não é de representatividade, mas de quem sabe mais. [...] a busca deve ser mais de *validade* do que de fidedignidade: “uns poucos indivíduos com esse tipo de conhecimento constituem uma ‘amostra representativa’ muito melhor do que mil indivíduos que estejam envolvidos na ação que se articula, mas que não tomam conhecimento dessa articulação”. [...] Não há método de amostragem que possa arvorar-se no melhor para todas as situações. [...] A preocupação com a representatividade é fundamental para que a história oral realize seu potencial. [...] Uma das mais profundas lições da história oral é a singularidade, tanto quanto a representatividade, de cada história de vida. [...] na seleção de informantes, não existem regras absolutas, mas antes um certo número de fatores a considerar, assim também no final há apenas orientações úteis para indicar quando as fontes orais podem ser utilizadas fidedignamente, exatamente como há para outras fontes históricas.¹⁴⁰

Segundo o autor, existem vários testes para comprovação da fidedignidade que resumidamente apontam para a “[...] busca de consistência interna, conferência cruzada de detalhes de outras fontes, confronto da evidência com um contexto mais amplo [...]”¹⁴¹ que são usados, da mesma forma, para quaisquer outras fontes históricas. Foi dentro dessa orientação que analisamos as entrevistas realizadas com as mulheres empresárias de nossa amostra.

Ainda em relação à fidedignidade, continua dizendo Thompson: “Todas elas são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes”.¹⁴²

Também em relação ao número de pessoas entrevistadas que possa dar representatividade ao grupo, Thompson, citado por Meihy, afirma: “O número de participantes entrevistados deve obedecer a uma espécie de ‘lei dos rendimentos decrescentes’. Quando os depoimentos começam a se repetir está na hora de parar”.¹⁴³ Em outra obra, reforça Thompson: “De modo geral, uma interpretação ou relato histórico se torna

¹³⁹ Cf. MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983;

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit.

¹⁴⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 173-4-5-6.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 176.

¹⁴² *Ibidem*, p. 176.

¹⁴³ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral* apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 138.

verossímil quando o modelo de evidência é coerente e procede de mais de um ponto de vista”.¹⁴⁴

Amparando-nos nessa concepção de Thompson, à medida em que fazíamos as entrevistas, percebíamos que o número adotado fora suficiente a partir do momento em que os argumentos e as informações que buscávamos tornaram-se repetitivas e coerentes.

E ainda, em uma pesquisa que se propõe a uma abordagem no âmbito do estudo da cultura política, justificada mais à frente, defende

[...] o pressuposto de que cada membro da sociedade é representativo de um padrão cultural mais amplo, apreendido através de processos de socialização e comunicação. Por isso mesmo, a definição dos padrões culturais que compõem um *caráter nacional* dependeria menos de pesquisas quantitativas, de grande amplitude, do que de investigações, multidisciplinares e em profundidade, de experiências subjetivas.¹⁴⁵

Por meio das entrevistas, portanto, procuramos observar e elucidar as motivações, os valores, as emoções que levam e/ou levaram as mulheres empresárias da amostra ao espaço público, atribuindo sentido e significado aos comportamentos pessoais, individuais, de uma cultura específica, de caráter qualitativo. E reforça Tabak que

[...] aquele que deseja estudar a participação política da mulher (na América Latina em particular), deve usar critérios qualitativos antes que quantitativos, utilizar variáveis e indicadores não “tradicionalistas” na Ciência Política, procurar perceber o conteúdo político das manifestações conduzidas pelas mulheres tanto em defesa de seus interesses e suas reivindicações “específicas” como aquelas que se situam num contexto mais amplo.¹⁴⁶

As questões específicas tanto quanto as reais são partes da mesma luta, porque, afirma Tabak, ao serem travadas simultaneamente, “[...] uma amplia e fortalece a outra [...]”,¹⁴⁷ contribuindo para o aumento da participação das mulheres na esfera pública em todas as áreas.

As empresárias de nosso estudo, após a análise dos depoimentos, revelaram que a maioria pertence às classes média e alta. São proprietárias individuais ou em sociedade com o marido ou com filhos. Suas funções são administrativas ou de coordenação, com o controle da(s) empresa(s) sob suas responsabilidades. Portanto, o papel efetivo das mulheres empresárias *dentro* de suas empresas é o de comando. Estão inseridas nos segmentos da

¹⁴⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Op. cit., p. 316-7.

¹⁴⁵ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit. p. 229.

¹⁴⁶ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 29.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 29.

indústria, comércio e prestação de serviços com várias diversificações: empresa de transportes urbanos, empresa de táxi aéreo, agronegócios (agricultura e promoções de negócios), promoções de eventos, sementes, *haras* (criação de cavalos), escolas de línguas, informática, construtoras, atividades culturais, turismo, confecções, tecidos, perfumaria e cosméticos, hospitais e clínicas, academias de ginástica, mecânica de aviões, artesanato, educação, ótica, manipulação e farmácia. Indicaram que a religião católica é a predominante, sendo poucas mulheres espíritas ou evangélicas. A maioria é casada, apresentando uma média de um (1) a três (3) filhos. Apenas uma delas possui cinco (5) filhos. A maioria tem formação superior, algumas com mestrado e especialização no exterior. Suas idades variam entre 32 (trinta e dois) e 70 (setenta) anos de idade.

A maioria das mulheres empresárias é afiliada a alguma associação, instituição, entidade ou fundação. A maioria, ainda, participa dessas organizações ocupando cargos na direção executiva, de forma eletiva e/ou através de cargos de confiança. A participação no espaço público das mulheres empresárias da amostra mostrou-se ativa, dividindo-se entre atividades de caráter político e/ou social, incluindo ações de filantropia e de voluntariado.

O nosso objeto de estudo, portanto, a empresária, é aquela que empreende. Tecnicamente, o conceito de empresária(o) significa

[...] detentor¹⁴⁸ de um fator de produção especial: aquele que coloca todos os demais fatores em harmonia, a fim de dar curso ao processo de produção de bens ou de serviços. A tal fator, costuma-se chamar de capacidade empresarial e os livros-texto associam o lucro como remuneração a esta habilidade. Num contexto ligeiramente diferente, diz que empresário é o agente que percebe demandas latentes para as quais os consumidores estão dispostos a pagar um preço não-nulo.¹⁴⁹

Segundo Coase,¹⁵⁰ empresário(a) é uma pessoa que retira do mecanismo de preços e se responsabiliza pela alocação de recursos dentro de um sistema econômico competitivo.

O Novo Código Civil define o conceito de empresário¹⁵¹ no “caput” do artigo 966, no seguinte molde:

¹⁴⁸ Denunciamos a linguagem sexista presente em grande parte da literatura, onde aparece a palavra *empresário*, e não *também*, a palavra *empresária*, mesmo sabendo que o termo no masculino engloba homens e mulheres. Por força da metodologia, conforme as normas técnicas, a transcrição direta não permite alterações no texto. Por isso, ressaltamos, não acrescentamos e não mudamos o termo empresário para empresária no texto transcrito, mesmo não concordando com o mesmo. Contudo, em todos os momentos nos quais pudemos usar o termo empresária fizemos a distinção, para exatamente, alertar o uso corrente de uma linguagem masculina e evidenciar a diferença e igualdade no tratamento lingüístico. Portanto, onde se lê empresário, leia-se também, empresária e vice-versa, mesmo com o cuidado de usar no texto as duas referências.

¹⁴⁹ CORRÊA, David. Pedroso; BÈRNI, Duílio de Ávila. *O Conceito de Empresário Empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. duílio@puers.br.

¹⁵⁰ COASE, Ronald. The nature of the firm. *Economica*. NS, v. 4, n. 16, nov. 1937.

“Art. 966 – Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços”.¹⁵²

Na seqüência do mesmo artigo, encontra-se a definição de não empresário:

“Parágrafo único: não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”.¹⁵³

Na lógica legislativa no contexto atual, de acordo com Brito,¹⁵⁴ empresário(a) é aquele(a) que exerce de forma organizada suas atividades. Aparentemente não há diferença na definição em relação a outras anteriores, mas o grande foco diferencial entre aquele(a) que é empresário(a) e não empresário(a) é a forma *organizacional*, com grande destaque para a organização, para o organismo, ou seja, para a atividade *organizada*. Afirma Brito:

Aquele que exercer isoladamente – se desejarmos primeiro o conceito de empresário individual – através de um organismo, sua atividade, é considerado empresário. Ou seja, o organismo aqui se sobrepõe à idéia de personalidade, de fazer a própria pessoa diretamente. Ao invés de assim se portar, cria uma organização, arregimentando pessoas, trabalho, capital, matéria-prima, tecnologia. A realização da atividade não é exercida diretamente pelo empresário. Ele é quem coordena, quem organiza os fatores da produção, quem dá as diretrizes, por outro lado, quem aparece aos olhos de todos é o tal organismo criado. Este, entretanto, não pode ser confundido com pessoa jurídica, pois o empresário pode ser pessoa física ou jurídica¹⁵⁵.

A proposta da legislação em vigor é suprir a firma individual, trazendo um novo conceito de empresário(a) individual, diferenciando-o(a) de sociedade, ou seja, isolado(a), e não com um ou mais empresários(as). Ressaltamos que, mais à frente, abordaremos o conceito de sociedade empresária e sociedade simples, ou seja, com sócios.

De acordo com Brito, a organização independe do porte ou tamanho da atividade, do número de funcionários, do montante de capital, do tipo de serviço, ou seja, se é venda e compra ou prestação de serviços.

Estes são, aliás, conceitos que devem ser retirados do pensamento corrente tradicional para o entendimento do novo conceito proposto pelo Código Civil. Segundo Néri,¹⁵⁶ o empresário(a) não exerce diretamente a atividade e, sim, o organismo ou a organização. Existe, dessa forma, uma distância entre o(a) empresário(a) da atividade empresarial exercida,

¹⁵¹ BRASIL. *Novo Código Civil*. Senado Federal. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002, p. 183.

¹⁵² *Ibidem*, p. 183.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 183.

¹⁵⁴ BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Belo Horizonte, dez./2003, ano IV, n. 59. Edição Especial.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 5.

¹⁵⁶ NÉRI, José Nadi. Sociedade simples e empresária. *Revista RTD Brasil*. Brasília, abr./2003, n. 144.

porque essa não trata diretamente com os consumidores. O elemento de empresa atual é o *organismo* e não mais o ato de exercer uma atividade comercial.

Dessa forma, de acordo com Brito,¹⁵⁷ um(a) comerciante antigo(a) pode ser empresário(a) ou não empresário(a). Superou-se a figura e a idéia de comerciante, porque, por si só, a atividade mercantil não define nada mais. E, se caso a pessoa exercer *pessoalmente* a atividade ela é “não empresário(a)”, e o contrário, vale dizer, se exercer a atividade com elemento de empresa, com organização (de capital, tecnologia, matéria-prima, trabalho) e coordenação da empresa, é, então, empresário(a). Aprofundamos a discussão do termo empresária e empresário, sua origem e formação no capítulo 3.

O(A) empresário(a), portanto, ao reunir um conjunto de recursos que caracteriza uma organização sob sua responsabilidade ou gerência constitui uma empresa.

A empresa moderna, devido a vários fatores, dentre eles, a complexidade e a padronização das funções, a hierarquização, a exigência de profissionalização específica, o poder distribuído, o tamanho e a necessidade cada vez maior de eficácia, transformaram os pequenos núcleos isolados, caseiros e artesanais em organizações modernas.

A conceituação de empresa tem apresentado mudanças em sua definição, devido às alterações e exigências do próprio sistema capitalista no qual se insere. Portanto, de acordo com o contexto histórico, o conceito de empresa é diferenciado. No nosso contexto, selecionamos que

[...] a empresa é hoje, um objeto empírico incontornável. Ela aparece como um ator social, desenvolvendo forte ideologia, que se edifica sobre os elementos da cultura e de uma hierarquia de valores, capazes de mobilizar energias e de servir como pólo idealizado.¹⁵⁸

Ainda, “[...] uma empresa é o conjunto dos fatores de produção materiais e imateriais reunidos, sob autoridade de um indivíduo ou grupo, para a produção de bens ou serviços à comunidade”.¹⁵⁹

A produção acadêmica sobre a empresa na área da Administração e do Direito é muito extensa, sendo impossível e até desnecessário fazer uma síntese da infinidade de definições de

¹⁵⁷ BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Op. cit.

¹⁵⁸ CORRÊA, M. L. & PIMENTA, S. M. Estratégias de modernização sistêmica: participação e formação profissional na indústria de Minas Gerais. In.: Congresso Latino Americano Del Trabajo. Buenos Aires. *Anales eletrônicos*. ALAST, 2000. p. 4.

¹⁵⁹ KWASNICKA, Eunice Lavaca. *Teoria geral da administração: uma síntese*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989; BETHLEM, Agrícola. *Evolução do pensamento estratégico no Brasil: textos e casos*. São Paulo: Atlas, 2003; TAVARES, Mauro Calixta. *Gestão estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.

empresa encontradas nestas áreas. Apenas para uma compreensão melhor, e devido a uma instigante curiosidade, buscamos a origem da empresa e aprofundamos um pouco mais esse conceito no capítulo 2. Contudo, adiantamos aqui o conceito de empresa registrado no novo Código Civil brasileiro¹⁶⁰ de 2002, porque se trata de uma nova classificação das sociedades. Essa nova classificação faz uma distinção entre “sociedade empresária” e “sociedade simples”, refletindo na forma de seus registros, ou seja, no Registro Público de Empresas Mercantis ou Juntas Comerciais e no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Segundo Coelho, a empresa pode ser definida por meio de sua organização:

O novo Código Civil introduziu no direito positivo brasileiro, a teoria da empresa. Como referido ao longo do Parecer, diferentemente da teoria dos atos de comércio, a teoria da empresa não lista um conjunto de atividades econômicas para qualificá-las e submetê-las ao direito comercial. Na verdade, a teoria da empresa qualifica a atividade econômica em função da forma como é explorada. Desde a entrada em vigor do novo Código Civil, portanto, as atividades econômicas são classificadas em empresariais ou não-empresariais. [...] Empresariais são as atividades econômicas organizadas como empresas. Sempre que ao produzir ou circular bens ou serviços, alguém combina os quatro fatores de produção do capitalismo superior (mão-de-obra, insumos, tecnologia e capital), confere à sua atividade uma organização específica. *O nome desta organização é empresa.* [...] Não-empresariais, por sua vez, são as atividades econômicas exploradas independentemente da articulação dos fatores de produção.¹⁶¹

De acordo com o Código Civil brasileiro, as sociedades comerciais não são distintas das civis pelo seu objeto ou por sua natureza e, sim, as sociedades empresariais são distintas das sociedades simples pela forma que a atividade econômica é explorada, ou seja: “Será empresária, se o objeto for explorado com a organização típica da empresa; será simples, se for explorado sem tal organização.”¹⁶²

Continua Coelho dizendo que a declaração correspondente ao tipo societário perante o órgão de registro é de responsabilidade do(s) indivíduo(s) interessado(s). Dessa forma, para o registro de uma sociedade simples, o responsável deverá procurar o Registro Civil das Pessoas Jurídicas e, para o registro de uma sociedade empresária, o(a) interessado(a) deverá procurar a Junta Comercial.

Caso uma sociedade simples ou empresária seja registrada em órgão incompetente, essa sociedade encontrar-se-á em uma situação de irregularidade ou sem registro. Reforça Brito:

¹⁶⁰ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 174.

¹⁶¹ COELHO, Fábio Uchoa. Consulta sobre dispositivos do nosso Código Civil atinentes ao registro das sociedades simples. *Jornal da Serjus*. Op. cit., p. 10.

¹⁶² *Ibidem*, p. 11.

As sociedades empresárias são registradas nas Juntas Comerciais e as sociedades simples nos cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Aos referidos órgãos não cabe controlar ou policiar a espécie societária escolhida pela parte, eles devem se ater aos aspectos intrínsecos dos contratos. Assim, quem escolhe a espécie societária são os interessados, sem possibilidade de intervenção por parte do órgão de registro.¹⁶³

Portanto, enfatizamos que a declaração de constituírem-se empresários(as) ou não, à frente de “sociedades empresárias” ou de “sociedades simples” é de responsabilidade de cada empresária ou não empresária entrevistada para a amostra de nossa pesquisa, tendo em vista, principalmente, que essa declaração é feita perante os órgãos competentes, quais sejam, nos cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, de acordo com a opção da modalidade de sociedade pela própria proprietária.

Nesse sentido, a classificação de empresária ou não empresária das pessoas entrevistadas para este trabalho não é da competência desta autora, e sim das próprias mulheres empresárias entrevistadas.

A empresa, ainda, segundo Corrêa e Pimenta,¹⁶⁴ não é atemporal, fazendo parte da sociedade conforme os seus valores sociais, culturais, institucionais e econômicos. Surgem, dentro de seu espaço, as relações entre as pessoas, imbuídas de paixões, interesses, desejos, frustrações, medos, esperanças etc. Esse espaço revela as formas de experiências coletivas, a política, o poder e a dominação.¹⁶⁵ Revela, ainda, as formas de organização das ações políticas e/ou sociais, as práticas culturais de acordo com as transformações do capitalismo decorrente da globalização, das exigências na reestruturação da produção no âmbito nacional e internacional.¹⁶⁶

¹⁶³ BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Op. cit., p. 8.

¹⁶⁴ CORRÊA, M. L. & PIMENTA, S. M. *Estratégias de modernização sistêmica: participação e formação profissional na indústria de Minas Gerais*. Op. cit.

¹⁶⁵ Cf. SROUR, Robert Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campinas, 1998; CLEGG, Stewart.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Organizadores brasileiros: Miguel Caldas, Roberto Fachin, Tânia Fischer. São Paulo: Atlas, 1998; CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Organizadora: Ofélia de Lanna Sette Torres; Trad. e adaptação Arakcy Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. I e II; DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant. (Orgs). *Gestão com pessoas e subjetividade*. São Paulo: Atlas, 2001;

PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. (Orgs). *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Belo Horizonte: Autêntica/CEPEAD/FACE/UFMG, 2001.

¹⁶⁶ Cf. ABRAMO, L. & ABREU, A. R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998;

BRUNO, L. *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996;

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000;

HIRATA, Helena. *Sobre o modelo japonês: Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993;

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna - Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997;

A partir da mudança estrutural na organização do trabalho, as conseqüências fizeram-se sentir também no trabalho feminino, provocando mudanças na posição da mulher na sociedade e na sua forma de atuar perante as novas exigências.

A empresa, desde o início de sua estruturação, já contava com a presença da mulher dentro desse espaço.¹⁶⁷ Não é proposta desta pesquisa, entretanto, aprofundar a discussão em torno do “trabalho feminino” e suas mudanças ocorridas dentro do sistema capitalista e nem ainda aprofundar o estudo sobre a organização empresarial, especificamente, ou seja, sua estrutura, tipos, estratégias, desenvolvimento, mudanças etc., tendo em vista não ser foco deste trabalho devido à imensa discussão e produção literária em torno desse tema. As abordagens restringem-se àquelas consideradas necessárias para a contextualização e entendimento da participação da mulher no espaço público da empresa e, ainda, à detecção do surgimento da categoria empresarial no cenário brasileiro incluindo mulheres e homens.¹⁶⁸ Buscamos, fundamentalmente, perceber a organização das mulheres empresárias da amostra

LEITE, Márcia. (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1997;

OLIVEIRA, C. A. et al. (Orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta, 1994;

SINGER, Paul. *Curso de Introdução à economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996;

Idem. A crise nas relações de trabalho. In.: NABUCO, M. R. & Neto, A. C. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneo*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da PUC-MG, 1999;

HISTÓRIA Econômica e História de Empresas. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. HUCITEC/ABPHE. II.I, 1999;

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Op. cit.;

PIMENTA, Solange Maria. (Org.). *Recursos Humanos: Uma dimensão estratégica*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹⁶⁷ BELLE, F. Executivas: quais as diferenças da diferença? In.: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na Sociologia latino-americana*. Op. cit.

¹⁶⁸ Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987. v. 1 e 2;

Idem. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. v. 1 e 2;

Idem. *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974;

Idem. *Problemas de política objetiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974;

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966;

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978;

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978;

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979;

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil. 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;

Idem.; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004;

Idem; Idem; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit.;

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000;

PLUM, Werner. *O empresário, personagem marginalizado na sociedade industrial*. Cadernos do Instituto de Pesquisas da Fundação Friedrich Ebert, 1979. (s/l).

no estado de Minas Gerais, suas ações sociais e políticas e práticas políticas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela que

[...] o Brasil está no septuagésimo nono lugar, no que se refere aos indicadores de desigualdades entre os sexos na participação política. [...] Para alcançar cargos mais altos nas hierarquias de poder as mulheres brasileiras precisam resistir ao forte traço cultural que ainda não admite, com facilidade, sua presença nessas posições de decisão e comando.¹⁶⁹

Não é especificamente o cargo de comando¹⁷⁰ das mulheres empresárias o nosso ponto de interesse, mas, enfatizamos, o foco privilegiado deste estudo foi procurar quais ações, atitudes e práticas culturais políticas e/ou sociais são realizadas por essa categoria. Sabemos do constante discurso atual em todos os segmentos, nos fóruns nacionais e internacionais, da necessidade das “ações e práticas políticas e sociais” de intervenção na sociedade, à procura de uma sociedade menos violenta, mais humana e mais justa.¹⁷¹ Buscou-se saber se as ações sociais e políticas, ou seja, as intervenções concretas na sociedade¹⁷² estão ocorrendo ou não.

Por isso, interessou-nos detectar se na categoria empresarial feminina, no âmbito do estado de Minas Gerais, essas ações e/ou práticas políticas acontecem efetivamente, como e por quê. Como as ações sociais e políticas acontecem dentro dos órgãos de interesse empresarial, buscamos saber se as ações alcançam o nível da política institucional e se elas apresentam resultados de sua inserção na sociedade, em suas respectivas cidades e/ou para o estado de Minas Gerais. Em que medida suas ações e atitudes podem influenciar a política institucional? Essas ações e práticas da categoria são sociais e/ou políticas? Quais são as

¹⁶⁹ ACESSO a Instâncias de Poder. *Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: Balanço Nacional cinco anos após Beijing/Articulação de Mulheres Brasileiras*. Brasília: AMB, 2000. p. 47.

¹⁷⁰ Cf. PUPPIM, A. Mulheres em cargos de comando. In.: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero / Fundação Carlos Chagas, 1994; O MERCADO será delas? *Gestor - Revista Mineira de Administração (Mulheres na administração de negócios)*. Belo Horizonte, v. 3, ano 1, Nov./2001.

¹⁷¹ Cf. GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Tradução de Ivo Korytowski: Rio de Janeiro: Campus, 1996;

LAYRAZRGUES, Philippe Pomier. *A Cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998;

HERCULANO, S. C. Do Desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In.: GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992;

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1993;

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do Trabalho e da Política*. Trad. de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁷² FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cultura de Empresa e Novas Formas de Gestão da Força de Trabalho. Ciências Sociais Hoje*, 1991. Op. cit.;

RESPONSABILIDADE Social das empresas. (Vários autores). São Paulo: Peirópolis, 2002. Prêmio ETHOS/Valor;

GERSCHMAN, Sílvia & VIANNA, Maria Lúcia Werneck. (Orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

diferenças e semelhanças entre elas? Enfim, será que existe uma prática política, uma cultura política na categoria empresarial feminina do estado de Minas Gerais?

Para tanto, tornou-se primordial saber, antes de detectá-las, o que são “ações sociais e ações políticas e práticas culturais políticas”. Saber, ainda, como podem ser organizadas as ações:¹⁷³ individuais ou coletivamente? São as ações espontâneas ou possuem liderança? Como as mulheres da categoria empresarial têm se organizado e organizam-se para uma “ação coletiva”?¹⁷⁴ O que é uma ação coletiva? Serão as ações coletivas orientadas para o bem coletivo ou serão orientadas para interesses específicos do grupo? São movimentos localizados ou em termos de estado, estrategicamente orientados? Quais “práticas culturais políticas” foram ou são usadas para buscarem os seus objetivos? Quais foram e são os seus recursos, suas ferramentas, suas formas de luta para a ação social, política e coletiva, para a obtenção de resultados? As formas atuais de ação coletiva, de organização empresarial, as práticas culturais para sua mobilização serão as mesmas para todas as mulheres empresárias?

Optamos, também, para chegarmos a esses pontos de interesses do nosso trabalho e para um entendimento do processo e de conceitos, buscar a visibilidade dessas mulheres na esfera pública por meio de suas práticas políticas, constituindo-se, assim, um estudo de “cultura política”. Segundo Berstein,

[...] a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de René Rémond e de que a universidade de Paris – X – Nanterre e o Instituto de Estudos Políticos de Paris foram os seus lugares de eleição. Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então [...].¹⁷⁵

A cultura política é flexível, adaptando-se às diferentes atitudes dos comportamentos humanos. Permite-nos vários parâmetros devido ao seu caráter plural, não sendo, portanto,

¹⁷³ REBOUÇAS, Tadeu Cunha. *Procedimentos de ação: uma contribuição ao programa de assistência gerencial às pequenas e médias empresas nordestinas*. Belo Horizonte: (s.n.), 1976. manuscrito.

¹⁷⁴ BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1977;

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México. D. F.: El Colégio de México, 1999;

ORENSTEIN, Luiz. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPRJ/UCAM; Revan, 1998;

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Eduzo, 1999;

REBOUÇAS, Tadeu Cunha. *Procedimentos de ação: uma contribuição ao programa de assistência gerencial às pequenas e médias empresas nordestinas*. Op. cit.

AZEVEDO, Sérgio de. & PRATES, Antônio Augusto Pereira. *Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva*. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. Op. cit.

¹⁷⁵ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In.: RIOUX & SIRINELLI. (Org.). *Para uma história cultural*. Op. cit. p. 349.

uma explicação única para todos os grupos ou indivíduos em uma dada sociedade ou em um dado momento histórico. E, segundo Kuschmir e Carneiro:

Cultura política é um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba (1963) a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporâneas uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites, quanto do público desta sociedade. No nosso entender, a noção de *cultura política* refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão origem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.¹⁷⁶

O comportamento político é definido pelo processo de socialização que ocorre em diversos espaços sociais, quais sejam, a família, a escola e o trabalho, mediado pela subjetividade do indivíduo em relação às suas situações sociais. O conceito de cultura política tem um caráter multidisciplinar porque os autores Almond e Verba o buscaram na história, na filosofia, na antropologia, na sociologia e na psicologia, influenciados por um grupo de antropólogos como Margaret Mead, Edward Sapir, Ruth Benedict e Franz Boas. Nessa abordagem, o comportamento do indivíduo, para sua compreensão, não pode desvincular-se da sociedade na qual vive, como se fossem dissociados. Pelo contrário, sustentam-se mutuamente.¹⁷⁷ A cultura política é um dos componentes da cultura de uma determinada sociedade que trata dos fenômenos ou efeitos políticos.

De acordo com Berstein, a cultura política permite identificar pelo discurso, pelo argumento, pelo conjunto de idéias e sentimentos, os princípios, as origens e as relações das pessoas. Isso retorna aos indivíduos, revelando a lógica dos seus comportamentos por meio do conhecimento de suas motivações. Diferentemente de uma explicação apenas racional ou somente por interesse, que é fraca, a cultura política permite conhecer a conexão do indivíduo pela união de características constantes de interesses comuns no seu envolvimento, na sua adesão. Permite ainda, além da cultura política do âmbito individual, o do âmbito coletivo, para a compreensão da aderência dos grupos organizados dentro da sociedade em torno de uma cultura.

¹⁷⁶ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit., p. 227. Citam os mesmos autores que, apesar de Almond e Verba serem reconhecidos como pioneiros no estudo da cultura política, outros escritores creditam a sua origem a Sólon, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville (Ibidem, p. 227).

¹⁷⁷ Ibidem.

Ora, se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenómeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este. Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.¹⁷⁸

Entendemos que a cultura política tem mutações. Depende dos indivíduos de uma determinada geração numa dada sociedade, de acordo com o conjunto coeso de seus ideais, de suas motivações, experiências vivenciadas, objetivos, interesses comuns, cujo conjunto determina ou dirige o comportamento político, um compromisso refletido, racional e não impulsivo.

Conforme Berstein,¹⁷⁹ novas formas de cultura política podem surgir, provocando novas adesões e o abandono de culturas políticas anteriormente consideradas sólidas. Em uma sociedade existem várias culturas políticas ao mesmo tempo. Pode ocorrer que uma delas tenha um campo maior de influência devido à abrangência da área de valores compartilhados e, por isso, esta pode se tornar dominante. Contudo, não elimina a existência de outras culturas políticas de outros indivíduos ou grupos. Portanto, não há *uma* cultura política universal, unívoca ou nacional. As pessoas, em uma sociedade, não pensam homogeneamente, não aderem todas às mesmas e a todas as normas e/ou à sua organização. Os valores, os parâmetros, as referências, as formas de visões e projeções para o futuro não são comuns a todos. Pode ocorrer, ainda, que entre as culturas políticas vizinhas haja influências de umas sobre outras, caso não estejam atendendo aos problemas ou interesses dos indivíduos naquele momento. Assim, algumas culturas políticas podem desaparecer ou serem suplantadas por outras que vão contemplar as demandas necessárias do indivíduo ou dos grupos. A cultura política, afirma Berstein,

[...] longe de constituir um dado fixo, sinónimo de tradição política, estejamos em presença de um fenómeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar no tempo.¹⁸⁰

¹⁷⁸ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit., p. 361.

¹⁷⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX & SIRINELLI (Org.). *Para uma história cultural*. Op. cit.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 355.

As culturas políticas surgem como respostas a problemas de uma determinada sociedade ou de grupos, cujas respostas aparecem como ousadas, inovadoras e levam um determinado tempo para serem aceitas, para impor-se como cultura política.

Também, segundo Motta, o conceito de cultura política “[...] pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos”.¹⁸¹

Nesse sentido é que buscamos perceber algumas práticas culturais, políticas e reivindicações das mulheres empresárias entrevistadas. Sabemos que existem outras culturas políticas de outros grupos de mulheres com ideologias e interesses diferentes, cujos grupos não são focos de abordagem neste estudo, mas que permitiram às mulheres construir uma identidade própria mais ampla e, a partir dela, grupos específicos e em contextos diferentes, como vários grupos de hoje, por exemplo, construir ou estarem construindo identidades com características diferentes, de acordo com suas particularidades e objetivos.

Conforme Motta, a abordagem cultural contribui com a História Política para

[...] desvendar os mecanismos de funcionamento do poder, enriquecendo e tornando mais complexa nossa compreensão acerca dos fenômenos de natureza política. Não se trata de opor a abordagem cultural à ciência política clássica, como se fossem perspectivas excludentes. Trata-se de explorar uma vertente de pesquisa não desenvolvida pelos enfoques tradicionais da política, notadamente no que diz respeito ao estudo dos comportamentos políticos e do imaginário.¹⁸²

A cultura política apresenta diversos tipos derivados da congruência de duas vertentes, quais sejam, uma que “[...] representa os tipos de orientação com relação aos objetos políticos: cognitivas, afetivas e de avaliação; [...]”¹⁸³ e outra que se refere ao

[...] tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações: (i) o sistema político como uma totalidade; (ii) as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas (*input objects*); (iii) as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas (*output objects*); e (iv) a percepção do sujeito como ator político. A partir dessa classificação, os autores identificam três tipos de *cultura política*: (a) a *cultura política paroquial*; (b) a *cultura política da sujeição*; (c) a *cultura política da participação* (que teria na *cultura cívica* sua realização máxima).¹⁸⁴

¹⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. ANAIS do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. *Revista de História*. Op. cit., p. 86

¹⁸² Ibidem, p. 89.

¹⁸³ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit., p. 231.

¹⁸⁴ Ibidem.

Aprofundando os três tipos de cultura política citados acima, acrescentamos uma explicação de Dutra que confirma os

[...] três tipos de cultura políticas: a *paroquial*, típica da política tradicional, [...] indivíduos e grupos não detêm o alcance da sua inserção no sistema; a *sujeição*, própria de estados autoritários [...] passividade às decisões emanadas do sistema e a aceitação da impossibilidade de nele intervir; e a *cívica*, relativa a um sistema de tipo liberal-democrático, marcada pela postura participante e ativa de indivíduos e grupos no sistema político.¹⁸⁵

Também, segundo Kuschnir e Carneiro, os autores Almond e Verba diferem dos antropólogos porque esses atribuem à cultura uma idéia de relativização, enquanto que os primeiros “[...] entendem que a *cultura política democrática* – ou *cultura cívica*, para usar a terminologia dos autores, é uma conquista da sociedade ocidental”.¹⁸⁶

Ao propor uma forma de análise a partir do conceito de cultura política, Almond e Verba tinham como objetivo não o estudo da estrutura das instituições democráticas, mas sim a cultura democrática, participativa, por meio das atitudes individuais dentro de sistemas políticos democráticos, cuja análise ressurgiu com maior vigor na ciência política em fins de 1980, apesar, ainda, de muitas críticas.¹⁸⁷

Conforme Kuschnir e Carneiro,¹⁸⁸ de uma maneira geral, houve contribuições nos estudos ancorados no modelo de análise da cultura política porque, se a estrutura político-institucional não for acompanhada de novas formas de socialização, provoca regimes fracos, instáveis e de pouca confiança. O contrário exige, portanto, congruência e inter-relações entre a estrutura política institucional e o processo de socialização dos indivíduos, conhecido por meio da aplicação do conceito da cultura política.

Desta forma, tem-se a possibilidade de analisar a *cultura política* não apenas no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Ou seja, é preciso entender as relações fundamentais entre estrutura institucional e *cultura política* ou, dito de outra forma, avaliar os determinantes do apoio do público à forma de organização política e social nas sociedades estudadas.¹⁸⁹

¹⁸⁵ DUTRA, Eliana R. de Freitas. Histórias e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Op. cit., p. 15.

¹⁸⁶ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit., p. 230.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 230.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 244.

Enfatizamos a relação dos contextos micro e macro, observando-se a não dicotomia entre indivíduo e sociedade:

[...] as análises de *cultura política* são um campo privilegiado para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional.¹⁹⁰

Dentro do mesmo modelo de análise, reforçamos o nosso encaixe com Dutra ao afirmar que “[...] as atitudes, os valores e as opiniões seriam resultantes da interiorização, no campo da micropolítica, ‘de pontos de referência adequados às estruturas objetivas do sistema macropolítico’.”¹⁹¹

Nesse sentido, os indivíduos e os grupos, por meio de suas atitudes, valores e opiniões estabelecem contatos dentro dos contextos micro e macro. A partir dessas perspectivas, optamos pelo tipo de *cultura cívica* dentro da cultura política, tendo em vista a proposta de nosso trabalho de detectar as atitudes, as ações, as experiências das mulheres empresárias no seu contexto micro dentro de um contexto macro, ou seja, dentro de um sistema político, por meio de suas formas de práticas culturais políticas e participativas na esfera pública, em um campo político.

Por isso, nosso estudo pauta-se nesse modelo comportamental, repetimos, por concordar com a sua capacidade de análise. O que não significa, conforme veremos no final do trabalho, que os resultados obtidos sejam todos positivos em relação a uma postura de participação ativa de todas as mulheres empresárias entrevistadas. Mas para sabê-lo, negativa ou positivamente, fizemos uso do referido modelo. Retiramos de Dutra “[...] que as culturas políticas são ‘organismos vivos’ e que podem se constituir para os historiadores em ‘um observatório de primeiro plano do futuro das sociedades humanas’ [...]”,¹⁹² e tanto estruturam os comportamentos individuais como os coletivos.

Dessa forma, observou-se o comportamento individual de cada mulher empresária da amostra e o comportamento coletivo do grupo representado. Ainda, segundo Dutra:

É justamente a noção de “contexto de experiência e atividade dos autores” em clara afinidade com a sociologia contemporânea de Max Weber, que vem sendo destacada como a contribuição mais decisiva no alargamento dos horizontes de análise das

¹⁹⁰ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit., p. 244-5.

¹⁹¹ DUTRA, Eliana R. de Freitas. Histórias e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Op. cit., p. 15-6.

¹⁹² *Ibidem*, p. 27.

culturas políticas vindas em anos recentes dos campos da sociologia, da antropologia, e por vezes da história. Essa é a chave do amplo balanço do conceito de cultura política empreendido por Daniel Cefal. [...] Os contextos de experiência e de atividade definidos como “lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentido ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relação de coordenação, de cooperação e de conflito e onde eles produzem [...] novas formas de compreensão, de interpretação e de representação no mundo”, vão englobar uma gama de fenômenos individuais e coletivos.¹⁹³

Os contextos menores, conforme Cefal,¹⁹⁴ e os fenômenos particularizados são mais preferidos que os modelos universalizantes, porque permitem conhecer mais os estabelecimentos das formas culturais e das culturas políticas por meio de práticas efetivas, de ações e não apenas as culturas *políticas* simbólicas.

Reafirma Berstein que a cultura política procura explicar os comportamentos políticos de um indivíduo durante sua vida, por meio de uma brecha de seu conhecimento cultural adquirido e interiorizado, e

[...] que a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adaptar este ou aquele comportamento político. [...] O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno colectivo, partilhado por grupos numerosos.¹⁹⁵

Do mesmo modo, Almond e Verba¹⁹⁶ defendem que a cultura política apóia-se da conduta individual ao funcionamento das instituições públicas, com o objetivo de penetrar mais em sistemas sociais específicos do que em generalizações.

Assim, ao propormos detectar as ações, formas de mobilização – suas permanências e mudanças –, ligações cívicas e políticas na busca de interesses, as relações de comunicação entre os envolvidos, as sensibilidades, as afetividades, as formas de manipulação na sedução do poder e das emoções coletivas, as formas de intervenção no espaço público e suas justificativas, a responsabilidade cívica com o bem comum na construção de uma participação política consciente, as formas de articulação entre a sociedade, a comunidade e as formas de ação política praticadas pelas mulheres empresárias e sua organização empresarial, buscou-se analisar e detectar as práticas políticas das mulheres ou sua “cultura política” específica.

¹⁹³ DUTRA, Eliana R. de Freitas. Histórias e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Op. cit., p. 16.

¹⁹⁴ CEFAL apud ibidem.

¹⁹⁵ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In.: RIOUX & SIRINELLI (Org.). *Para uma história cultural*. Op. cit. p. 359-360.

¹⁹⁶ Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Op. cit.

Nesse sentido, ao abordarmos as práticas políticas, os valores que ainda permanecem, outros que foram superados ou estão em transformação, as atitudes e ações das mulheres empresárias de nosso estudo, estamos referindo-nos a uma “cultura política”. A participação no espaço público, dentro do contexto atual de objetivos, continua sendo batalhada pelas mulheres empresárias da amostra deste estudo.

Para tanto, há o enfrentamento de valores culturais, de normas e de um imaginário vigentes na sociedade em relação à sua presença nesse espaço público e político.

As práticas culturais, as quais dão sentido e são resultantes do imaginário individual e/ou coletivo do grupo por meio das ações concretas, ou seja, as estratégias de intervenção no real, discursos, organizações, recursos e outras, foram abordados também dentro do conceito de *repertório*.

Os movimentos e organizações de mulheres pela busca de seus direitos, sabemos, não ocorreram somente no Brasil. Pelo contrário, esses movimentos ocorreram e ocorrem praticamente em quase todos os países, inclusive, com muita força e importância, nos Estados Unidos da América, na França e Inglaterra, por exemplo.

Não é propósito deste trabalho dar conta de todos os movimentos e organizações, o que seria impossível. Não descartamos, contudo, referências a alguns. O nosso “gancho” ou recorte opcional com a década de 1980 justifica-se pelo fato de ser o início da organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, comprovado por meio dos depoimentos das mesmas no capítulo 5.

Por meio da articulação das práticas políticas, a partir da década de 1980 pelas mulheres empresárias, fizemos uma comparação com o empresariado brasileiro na esfera nacional e estadual no início de suas organizações, ou seja, de 1930 a 1945, para a percepção dos fatores de permanência e/ou de mudanças nas ações coletivas, nas práticas culturais e políticas. Buscou-se saber se os recursos, as ferramentas, os meios usados pelas mulheres empresárias para alcançarem os seus objetivos são os mesmos e se não o são, o que foi mudado. Por isso, é que recorremos ao conceito do *Repertório*, conceito da cultura política, criado por um historiador sociológico – Charles Tilly, citado por outro historiador e sociólogo, Traugott, que nos diz:

Charles Tilly has introduced to historical and sociological discourse the concept of the repertoire of collective action. The concept is rooted in the observation that ‘any given population tends to have a fairly limited and well – established interests’ [...]. The repertoire of collective action, like its theatrical counterpart, implies a group of actors who choose among a restricted number of performances with which they ate

familiar. Their options are circumscribed both by prior experience and by the material, organizational, and conceptual resources they find readily at hand [...].¹⁹⁷

Nessa linha de raciocínio, desejamos aplicar o conceito de repertório para verificarmos quais práticas culturais foram adotadas entre 1930 e 1945 e quais práticas políticas permanecem até o presente momento, bem como as que foram superadas e quais novas práticas surgiram e/ou surgem atualmente.

Sendo o repertório um conceito da “cultura política” suscetível a mudanças, a lógica desse movimento só poderá sustentar-se por meio de uma confrontação e comparação entre práticas adotadas.

Enfatizamos que não foi propósito deste trabalho abordar toda a trajetória do empresariado nacional e estadual até a década de 1980 e no momento atual, mas apenas o início de sua organização e formação como um método comparativo de referência.

Assim, além das práticas políticas e recursos usados no espaço empresarial, buscou-se perceber qual é o repertório político, ou seja, como se caracteriza o mundo político para as mulheres empresárias, qual é sua cultura política. Em suas formas de participação na esfera pública, qual é a visão política dessas mulheres frente ao debate público? Em quais âmbitos ele ocorre: no municipal, estadual e/ou federal? Ele efetiva-se ou é desejado devido a uma “obrigação política”,¹⁹⁸ por uma noção de “bem público”¹⁹⁹ ou é devido a uma “obrigação

¹⁹⁷ CHARLES TILLY introduziu ao discurso histórico e sociológico o conceito do repertório de ação coletiva. O conceito é enraizado na observação que ‘qualquer dada população tende a ter um conjunto de recursos razoavelmente limitado e bem estabelecido para ações em interesses partilhados’ [...]. O repertório de ação coletiva, como o seu equivalente teatral, implica um grupo de atores que escolhem entre um número restrito de performances com as quais eles estão familiarizados. Suas opiniões estão circunscritas ambas por experiência anterior e por recursos materiais, organizacionais e conceituais que eles encontram prontamente a mão. (TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. *Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention*. In: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. London: Duke University Press, 1995. p. 43) (Tradução livre).

¹⁹⁸ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Roma – Bari Laterza & Figli spa, 1999; BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República: os grandes temas da política e da cidadania*. Trad. Daniela Beccacio Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

¹⁹⁹ Para aprofundarmos o conhecimento do conceito de “bem público”, buscamos e sugerimos dentre vasta bibliografia, as seguintes obras:

AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002;

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. de Nestor Silveira Chaves. Bauru, (SP): EDIPRO, 1995. (Série Clássicos);

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001;

Idem. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991;

Idem. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002;

Idem. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

CARDOSO, Sérgio. (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004;

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

Idem. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991;

CERRONI, Umberto. *O Pensamento Político: das origens aos nossos dias*. Trad. H. Silva Letra. São Paulo: Martins Fontes, Editorial Estampa, 1974;

DAHL, Robert A. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Lidador Ltda, 1966 e 1970;

moral”?²⁰⁰ Como se dá a intervenção das mulheres empresárias no debate político? Quais os argumentos usados para questionar o governante? São cidadãs com responsabilidade e dever civil ou são apenas consumidoras do governo? Praticam uma “ação política”²⁰¹ ou não?

Para estas reflexões apoiamos-nos fundamentalmente no referencial teórico de Viroli,²⁰² Bobbio e Viroli²⁰³ e Heller e Fehér,²⁰⁴ diferenciando o que caracteriza o dever de

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 5. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1998. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

DOMINGUES, Ivan; PINTO, Paulo Roberto Margutti; DUARTE, Rodrigo (Orgs.). *Ética, Política e Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2002;

FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

KEHL, Maria Rita. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996;

LAFER, Celso. O significado de República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224 1989;

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit.;

Idem. *Desafios da escrita política*. Trad. Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999;

LIPSET, Seymour Martin. *O Homem Político*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967;

MIRANDA FILHO, Mário. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Série Teoria Política. 24, coleção Documentos, p. 1-25, set./1996;

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva 1996;

NOVAES, Adauto. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992;

PLATÃO. *A República*. Trad. Eduardo Menezes. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d;

RANCIERE, Jacques. *O Desentendimento – política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996;

Idem. *Políticas da Escrita*. Trad. Raquel Ramalhe et al. São Paulo: Ed. 34, 1997;

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Gráfica Palas Athena, 1993;

REIS, Fábio Wanderley. *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. 2. ed. rev. atual., Belo Horizonte: UFMG, 2000;

RENAUT, Alain (Direção). *As Filosofias Políticas Contemporâneas (Após 1945)*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000;

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999;

SARTORI, Giovanni. *A Política*. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981;

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão Técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

Idem. *Maquiavel*. Trad. Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988;

SOARES, Luiz Eduardo. República: evocação da origem, reconstrução do princípio – comentário sobre “o significado de República”, de Celso Lafer. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, Op. cit., p. 225-231.

SOARES, Ricardo Prata et al. Estado, Participação, Política e Democracia. *Ciências Sociais Hoje*, 3 Brasília: CNPq/Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985;

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1993;

WOLF, Francis. *Aristóteles e a Política*. Trad. de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

²⁰⁰ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.;

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰¹ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.;

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.;

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.;

VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.;

²⁰² VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

consciência interno ou moral, da responsabilidade ou virtude civil ou obrigação política e jurídica. Ainda, tentamos buscar o significado de “bem comum” e as condições para que esse exista, qual seja, a “verdadeira” república.²⁰³

Contraponto os depoimentos das mulheres empresárias com a literatura específica, observou-se um repertório político próprio do feminino, cuja discussão travamos no capítulo 13.

Procurou-se, dessa forma, desvendar parte da trajetória da categoria empresarial feminina no estado de Minas Gerais por meio de seus depoimentos, da representação de suas falas. No trabalho, provocando mudanças através de suas ações sociais e políticas, essas mulheres estão buscando uma nova organização no espaço privado e público, resultante de uma nova postura e a exigência de direitos. Procurou-se, também, reconhecer outras formas de participação política da mulher como sujeito político em outros espaços políticos além do institucional.

Este trabalho estruturou-se em três (03) partes com treze (13) capítulos.

A Parte I – “Uma Busca de Conceitos da Categoria Empresarial” compõe-se pelos quatro primeiros capítulos e privilegiou um corpo de elementos preliminares necessários para dar suporte à Parte II e III. Para tanto, abordamos determinados conceitos e personagens que antecederam ao nosso objeto específico, ou seja, as mulheres empresárias do estado de Minas Gerais na tentativa de uma compreensão mais ampla e mais consistente do objeto de estudo.

O capítulo 1 – “Antecedentes do surgimento da categoria empresarial” abordou a germinação do empresariado em um contexto macro, ocidental. Tentamos um esboço do surgimento do Direito Comercial, os Códigos e seus reflexos. Enfocou-se a situação da mulher no Código Comercial em âmbito macro e, em seguida, no Código Civil brasileiro. O fechamento do espaço público à mulher no século XVIII e o início de sua saída do espaço doméstico para o público foram contemplados.

O capítulo 2 – “Origens e reflexões em torno do termo empresária e empresário” procurou conhecer a origem da figura da(o) empresária(o) e o seu significado conceitual, passando por concepções em uma esfera mais ampla. Abordou, sucintamente, o processo da construção do conceito de empresa em um contexto mais amplo e um esboço em torno desse conceito também no Brasil.

²⁰³ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Mauricio. *Diálogo em torno da República: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²⁰⁵ VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

O capítulo 3 – “Origem, formação, contextualização e práticas políticas do empresariado no Brasil” buscou uma síntese das propostas sobre a origem, a formação do empresariado no contexto brasileiro e as práticas políticas adotadas pelo empresariado nacional.

O capítulo 4 – “Organização e práticas políticas do empresariado estadual” focalizou o início da organização e as práticas políticas adotadas pelo empresariado na esfera estadual ou regional e suas articulações com o âmbito estatal. Esse período inicial situa-se entre 1930 a 1945.

Abordou, também, o início da formação do empresariado moderno em um contexto local, qual seja, Belo Horizonte, por ser considerada a cidade símbolo da modernidade em Minas Gerais na década de 1940. Buscou verificar quais práticas políticas foram adotadas pelo empresariado mineiro como recursos para a realização de seus interesses e objetivos. Fez-se uma comparação dessas práticas políticas do empresariado estadual com as do empresariado nacional. Os precursores do empresariado moderno de Belo Horizonte também pertencem à esfera estadual ou regional, contudo, ressaltamos que essas considerações foram mais pontuais e específicas à capital mineira.

A Parte II – “Organização das Mulheres Empresárias” compõe-se pelos capítulos 5, 6, 7 e 8 e tratou do início da organização da categoria de mulheres empresárias do estado de Minas Gerais. Nesses capítulos fez-se uso, incondicionalmente, das entrevistas das mulheres empresárias como fontes primárias construídas.

O capítulo 5 – “Mulheres empresárias do estado de Minas Gerais” tratou da organização da categoria empresarial feminina no âmbito da capital Belo Horizonte, isto é, municipal e, em seguida, estadual e nacional. Discutiu-se sobre a conceituação, a caracterização de grupo e as práticas políticas adotadas pelas empresárias, comparando-as com o empresariado nacional e estadual. Abordou-se a ação coletiva e suas formas de mobilização. Foram enfocados a importância e os objetivos do espaço associativo para as mulheres empresárias.

O capítulo 6 – “Outros espaços ocupados por mulheres empresárias em Belo Horizonte” procurou visualizar outros espaços públicos em que se efetiva a participação das mulheres empresárias além dos espaços oficialmente instituídos como representativos da categoria. Procurou conhecer como as empresárias ocupam e agem em outros espaços, ou seja, as suas ações coletivas e práticas adotadas para o alcance de seus interesses e objetivos.

O capítulo 7 – “Organização da categoria empresarial feminina das cidades representativas do estado de Minas Gerais” buscou conhecer a organização no âmbito local

dentro da divisão das Regiões de Planejamento do estado, as ações coletivas e práticas políticas no interior desses espaços.

O capítulo 8 – “Motivações para a ocupação do espaço público” tratou das necessidades, vontades e desejos que levaram as mulheres empresárias para o espaço público e início do trabalho na atividade empresarial. Analisou-se a conceituação de virtude cívica revelada no comportamento da maioria das mulheres empresárias.

A Parte III – “Ação Social e Ação Política” compõe-se dos capítulos 9, 10, 11, 12 e 13. Nos capítulos 9 e 10 analisou-se, parcialmente, o exercício do voluntariado e da filantropia, tendo em vista suas referências surgirem como ações sociais por meio dos depoimentos das mulheres empresárias. Foi nosso propósito distingui-las das ações políticas e verificar quais ações são sociais, se a filantropia e o voluntariado são considerados práticas assistencialistas e as divergentes opiniões sobre essas ações praticadas.

Nesses capítulos, para o conhecimento das ações praticadas pelas mulheres empresárias, enfatizamos, fez-se uso de seus depoimentos. Tentamos, por meio de suas práticas, atuações, atitudes individuais e da ação coletiva, saber se existem resultados concretos de suas ações, como esses resultados efetivam-se no âmbito institucional e na sociedade civil, bem como seus benefícios nesses espaços públicos.

Ainda, na Parte III, verificou-se a realização de ações sociais e políticas, diferenciando-as e analisando-as sob os contornos e valores da responsabilidade cívica republicana. Para tanto, a análise foi feita em torno das ações realizadas pelas mulheres empresárias detectando, na prática, se essas se caracterizam como ações políticas e/ou sociais. A nossa proposta foi distinguir o que é uma “ação política” e o que é uma “ação social”, de acordo com as definições conceituais e teóricas consideradas no trabalho.

O capítulo 9 – “Ação social das mulheres empresárias em Belo Horizonte” enfocou o desenvolvimento do conceito e caracterização da ação social para, em seguida, detectar e analisar as ações sociais praticadas pelas mulheres empresárias, com referência, também, na responsabilidade social empresarial. Procurou a distinção entre esfera privada e pública e as possibilidades da prática das ações pelas mulheres empresárias no espaço público. As entrevistas foram utilizadas para sabermos quais ações elas executaram, executam e quais projetos estão em andamento e/ou sendo planejados para execução posterior.

O capítulo 10 – “Ação social das mulheres empresárias nas cidades representativas” tratou de detectar as ações sociais praticadas pela categoria no âmbito local de suas respectivas cidades e suas práticas.

O capítulo 11 – “Ação política das mulheres empresárias em Belo Horizonte” abordou o conceito e a caracterização da ação política, as práticas políticas adotadas como recursos na esfera da capital mineira. Para a realização das ações políticas buscou-se detectar as práticas políticas e recursos utilizados pelas mulheres empresárias comparando-as com as práticas políticas do empresariado nacional e estadual.

O capítulo 12 – “Ação política das mulheres empresárias nas cidades representativas” procurou detectar as práticas e as formas das ações políticas da categoria empresarial feminina nas cidades eleitas como representantes do estado de Minas Gerais.

O capítulo 13 – “O repertório: cultura política das mulheres empresárias” procurou verificar se o repertório, que é o conjunto das práticas políticas, continua o mesmo ou se houve mudanças, se existem elementos que figuram como de permanência e/ou de ruptura. Tratou-se da análise da cultura política da categoria empresarial feminina trabalhando com a responsabilidade moral, política e com as virtudes cívicas republicanas. Analisou-se também qual é a visão política das mulheres empresárias no espaço público. Por meio das práticas políticas adotadas pelo empresariado feminino na busca de seus interesses, caracterizou-se a sua cultura política. Comparamos as práticas políticas das mulheres empresárias em seu início – década de 1980 até o momento atual – ano de 2006 e, também, com as práticas políticas do empresariado brasileiro no âmbito nacional e estadual em seu início, ou seja, a partir de 1930 a 1945, para uma análise do repertório.

Assim, retomando a organização de algumas mulheres, especificamente, de uma amostra de mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, suas caracterizações e formas, suas ações individuais e coletivas, pensamos estar contribuindo para a visibilidade de sua atuação no espaço público. As ações sociais e políticas revelaram-nos uma participação política, se, ainda, não da maioria da categoria, pelo menos, de uma boa parte, e outra, em andamento, numa estreita relação entre o espaço privado e o espaço público. No dizer de Arendt,

[...] a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de *um novo início através da ação* incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles como que ele entra em contato. É em virtude desta teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo; mas é também graças a esse meio, *onde somente a ação é real, que ela ‘produz’ história, intencionalmente ou não [...]*.²⁰⁶

²⁰⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 196-7 (grifos nossos).

Este exercício de resgate da trajetória percorrida por algumas mulheres nas variadas esferas da luta política, permitiu-nos ver, mesmo que parcialmente, a sua sagacidade, a sua participação, a sua inserção enquanto sujeito político em um espaço público entre outros sujeitos.

PARTE I

UMA BUSCA DE CONCEITOS DA CATEGORIA EMPRESARIAL

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES DO SURGIMENTO DA CATEGORIA EMPRESARIAL

1.1 Considerações preliminares

“No peito de quem deseja fazer algo novo, as forças do hábito se levantam e testemunham contra o projeto em embrião. É portanto necessário uma força de vontade nova e de outra espécie para arrancar, dentre o trabalho e a lida com as ocupações diárias, oportunidade e tempo para conceber e elaborar a combinação nova e resolver olhá-la como uma possibilidade real e não meramente como um sonho. Essa liberdade mental pressupõe um grande excedente de força sobre a demanda cotidiana e é algo peculiar e raro por natureza.”

Joseph Schumpeter

Ao propormos a abordagem da atual organização das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais, uma curiosidade levou-nos a questionar, primeiramente, o surgimento da categoria empresarial em um contexto mais amplo. Assim, a nosso ver, para uma configuração e maior compreensão, fizemos uma síntese sobre a sua conceituação, origem, formação e práticas políticas para, em seguida, tratarmos da organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, suas ações e práticas políticas.

Atualmente, os conceitos teóricos de empresário(a) e de empresa, oficialmente legalizados e instituídos no Brasil encontram-se no Código Civil brasileiro de 2002,²⁰⁷ que é resultado da centralização “[...] de um conjunto de normas obrigacionais civis e empresariais”.²⁰⁸

Ao inserir o Direito de Empresa no Código Civil, o legislador pretendeu a *unificação das obrigações*, vale dizer, de uma centralização e não da unificação do Direito Privado, como alguns têm entendido. Segundo Brito,

²⁰⁷ Cf. BRASIL. *Novo Código Civil* Op. cit.

²⁰⁸ Cf. BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Op.cit., p. 4.

[...] também é importante destacar que há de toda sorte uma autonomia didática do direito de empresa. Não é pelo simples fato de ele estar inserido no Código Civil que, como um passe de mágica, acaba o direito comercial. Este continua com sua autonomia didática, mas com sede comum para as questões civis e empresariais: o Código Civil.²⁰⁹

Portanto, para se chegar ao Código Civil atual e aos novos conceitos vigentes de empresário(a) e empresa, houve grandes discussões e debates entre comercialistas, juristas e pensadores, aliás, com muitas controvérsias, com críticas e ressalvas até hoje.²¹⁰ Essas discussões e esses debates, por sua vez, inserem-se na área do Direito, oriundas, particularmente, do extinto Direito Comercial, criado devido à expansão das atividades mercantis e das necessidades de sua regulamentação desde as primeiras e antigas civilizações.

Assim, antes do surgimento da figura do(a) empresário(a) e da empresa, a literatura aborda, primeiro, a origem do Direito Comercial e, junto a ele, a figura do comerciante. Ao longo das mudanças, outras exigências e debates vão surgindo, de acordo com as necessidades de cada época. Assim, vieram o Direito Privado ou Civil, o Direito de Empresa e o Código Civil até o presente.

Por isso, para chegarmos aos conceitos atuais de empresário(a) e de empresa, optamos por abordar, sucintamente, suas origens, para um melhor entendimento desses conceitos vigentes no momento.

Enfatizamos que essa produção acadêmica específica da área do Direito é vastíssima e não foi propósito desta pesquisa aprofundar nessa temática e, sim, pincelar apenas alguns pontos necessários para os enfoques de nosso interesse.

Segundo Requião,²¹¹ na Idade Média, devido ao crescimento do tráfico mercantil, surgiu o Direito Comercial, ainda fragmentado.

Vivante,²¹² jurista italiano, esclarece- nos que o Direito Comercial tem o objetivo de regular as relações jurídicas advindas da prática do comércio, sendo parte do Direito Privado. É, portanto, referente somente ao comércio, aos atos exercidos com o fim da especulação, isto é, a transferência das mercadorias das mãos do produtor para as do consumidor, que são os

²⁰⁹ BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Op. cit., p. 4.

²¹⁰ Cf. SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito de empresa: um desafio que persiste? *Síntese Jornal*. São Paulo, ano 7, n. 84, p. 16-20, fev. 2004.

²¹¹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1993, v.1.

²¹² VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Trad. J. Alves de Sá. 3. ed. São Paulo: Livraria C. Teixeira & C^a, 1928.

atos de comércio, e às pessoas que profissionalmente exercem a função intermediária, ou seja, os comerciantes.

A divisão da matéria regulada pelo Código Civil²¹³ e pelo Código Comercial se torna cada vez mais difícil, devido às modificações do conceito jurídico do comércio em função do surgimento de novas formas econômicas, do alargamento dos avanços legislativos e das leis que vão se atualizando. O Código Comercial, segundo Vivante, é “[...] a fonte mais rica e sistemática de normas atinentes ao comércio”.²¹⁴

Para qualificar quais leis são comerciais faz-se, preliminarmente, uma investigação, pois é necessário examinar se as leis são específicas à matéria comercial. De acordo com Vivante,

[...] nesta investigação deve colocar-se em primeiro lugar o Código Comercial, que neste assunto actua como uma lei fundamental, pois que serve para determinar qual é a matéria comercial, e indiretamente quais são as leis comerciais (arts. 3º, 4º, 8º, 76º Cód. Com. Ital).²¹⁵

Dessa forma, o Código Comercial não regula todos os institutos comerciais, todos os contratos de bolsa, bancários, todas espécies de vendas, negócios marítimos, devido à não uniformidade dos usos e práticas por todos os países, ou porque não eram importantes e seguros e, por isso, não houve regulação pelo legislador.

Contudo, essas práticas vão se ampliando por meio do costume, vão se transformando em direito e se afastam do Código que foi promulgado. O Código, então, é um ponto fixo, firme, e o direito se move, vai modificando-se.

Os usos vão se expandindo na medida em que um comerciante os adota, tornando-se um costume em determinado(s) ramo(s) de comércio e esses se estendem a outros comerciantes, alastram-se em todo o estado e até fora de seu âmbito. Assim, há uma separação do que sejam os usos gerais, os seguidos em determinado(s) ramo(s) do comércio e em todo o estado e/ou países, daqueles que são costumeiros em âmbito local – de praça, bolsa, mercado, alfândega e, ainda, os usos especiais, voltados especificamente a certos ramos de

²¹³ O *Código Civil* é também denominado por Vivante de *direito civil*, que “em regra, constitui uma fonte de direito subsidiário dos usos, prevalece aos mesmos, como se deduz facilmente do que disse, a) quando contém disposições de ordem pública; b) quando dispõe expressamente para matéria comercial; c) quando o Código Comercial invoca expressamente o Código Civil e o eleva assim ao grau de lei comercial para integrar as suas disposições; d) quando o Código Comercial contém, uma derrogação (sic) parcial a uma norma do Código Civil, e introduz assim no sistema do direito comercial toda a regra na parte que não é derogada”. (VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 21)

²¹⁴ Ibidem, p. 2.

²¹⁵ Ibidem, p. 18.

comércio, como por exemplo, o comércio ambulante, de varejo ou retalho, da seda, dos óleos e dos vinhos.

Portanto, uma mesma mercadoria pode ter um uso local diferenciado em várias praças e, ao mesmo tempo, ter um uso geral no estado ou outro país. Existem vários requisitos para que os usos se tornem força obrigatória, o que não é necessário especificar aqui.²¹⁶

Continua Vivante afirmando que os usos se diferem da lei, porque essa deriva do poder legislativo e aqueles se originam da consciência geral dos comerciantes. O Direito Civil vem para resolver os conflitos e as controvérsias entre as leis comerciais e os usos. Conforme Vivante:

O Código Comercial não derogou (sic) senão em poucos casos, e que para muitíssimos assuntos comerciais êste Código não ditou norma alguma, por exemplo, para todos os assuntos relativos a imóveis e ao trabalho, sendo por isso necessário recorrer quási (sic) exclusivamente ao Código Civil.²¹⁷

Devido às dificuldades, muitos legisladores vão unificar o Código Civil e o Código Comercial em um só Código. O primeiro país a unificar os Códigos foi a Suíça, seguida da Alemanha e, atualmente, praticamente todos os países.

Para o entendimento da divisão anterior do Direito Privado em dois Códigos, hoje, desaparecidos, buscamos, resumidamente, a sua origem em outros contextos econômicos, jurídicos e sociais pelos quais o Direito Comercial atravessou.

Anteriormente, ou seja, nas civilizações antigas, existiram algumas regras na regulamentação de determinadas práticas econômicas. Como exemplo, o referido autor cita o Código de Manu, na Índia e o Código de Hammurabi, na Babilônia. Esse foi considerado o primeiro Código de Leis comerciais, no qual, inclusive, os romanos também se apoiaram para regular instituições de Direito Comercial marítimo. Portanto, não havia, também, entre os romanos, um “Direito Comercial” organizado para as práticas mercantis.

Encontramos a palavra “comerciante”, pela primeira vez, entre os romanos. Segundo Requião: “Os comerciantes, geralmente estrangeiros, respondiam perante o *praetor peregrines*, que a eles aplicava o *jus gentium*”.²¹⁸

Ao definir quem é comerciante, Vivante, por volta de 1909, registrou:

Esta investigação tem importância prática, principalmente porque muitas disposições do Código Comercial só atendem aos comerciantes, como a publicidade do seu

²¹⁶ Cf. VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 19.

²¹⁷ Ibidem, p. 21.

²¹⁸ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 8.

regimen matrimonial, a escrituração dos seus livros, a declaração da falência, o processo penal de bancarrota; porque os actos dêles se presumem comerciais e por isso são sujeitos à lei comercial; porque são eleitores e elegíveis nas Câmaras de Comércio; porque são sujeitos a normas fiscais particulares.²¹⁹

Continua o autor afirmando que em todas as legislações, a exigência para ser comerciante é exercer a prática *habitual* de atos de comércio, que é uma fonte de lucros e ganhos. Assim, uma especulação não habitual, ou seja, isolada, não caracteriza a qualidade de comerciante e de atos de comércio, porque não se constitui uma profissão. Existe a necessidade do exercício constante, efetivo e profissional dos atos de comércio.

Acrescenta Requião²²⁰ que muitos autores não distinguem a figura do *comerciante* do(a) *empresário(a) comercial* moderno(a). E cita: “Giuseppe Valeri, professor da universidade de Florença, declara que praticamente a figura genérica do empresário comercial coincide hoje com aquela do comerciante conhecida do velho direito”.²²¹

Segundo esse autor, na França tentou-se substituir o conceito de *comerciante* por *chefe de empresa*, independentemente de esta ser coletiva ou individual, mas tal tentativa não vingou. Reafirma que no direito moderno, o(a) antigo(a) *comerciante* é o(a) *empresário(a) comercial*.

No entanto Requião faz uma distinção entre o(a) antigo(a) *comerciante* e o(a) *empresário(a)* moderno(a), afirmando que o conceito de comerciante foi impregnado de uma conotação individualista, egocêntrica, devido às marcas históricas do individualismo do Direito Comercial, o qual expressava apenas as regras e exigências do mercado. E que o(a) *empresário(a) comercial*, atualmente, por causa da mudança do conceito social de empresa,²²² que reflete o início de uma participação e preocupação com os interesses coletivos, mudou a sua imagem. Isto, diz Requião,

[...] faz com que o *empresário comercial* não seja mais o empreendedor egoísta, divorciado daqueles interesses gerais, mas um produtor impulsionado pela perseguição de lucro, é verdade, mas consciente de que constitui uma peça importante no mecanismo da sociedade humana. Não é ele, enfim, um homem isolado, divorciado dos anseios gerais da coletividade em que vive.²²³

Nesse sentido, as suas relações com os seus empregados, hoje colaboradores, e a clientela em geral, sofreram mudanças ao buscar uma visão de integração e colaboração com

²¹⁹ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 29.

²²⁰ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

²²¹ Ibidem, p. 73.

²²² Sobre a função social da empresa, especificamente, abordamos nos capítulos 9 e 10.

²²³ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 74.

interesses definidos voltados para o sucesso e crescimento da empresa à qual todos pertencem.

O(A) comerciante, então, na concepção de Requião era visto como um “[...] senhor absoluto de seu próprio interesse”,²²⁴ reverenciado “[...] como um suserano feudal, de barão e cutelo, [...]”.²²⁵ Segundo o autor, os comercialistas modernos e os estudiosos não devem, contudo, deixar de examinar “[...] o perfil do comerciante antigo ao lado dos novos conceitos sobre o empresário [...]”,²²⁶ como fizeram os juristas italianos, deixando de lado a denominação e o perfil doutrinário do(a) comerciante.

Requião define o(a) comerciante de acordo com o Código francês de 1807, cuja definição equivale à de Vivante: “São comerciantes aqueles que exercem atos de comércio e deles fazem profissão habitual”.²²⁷ Tendo em vista que o conceito de atos de comércio é definido por lei, o conceito de comerciante decorre também da própria lei.

Portanto, o(a) comerciante tem que praticar os atos de comércio, mas isso não basta, porque alguém que não o seja pode praticar atos de comércio. Daí, a necessidade da prática *habitual*, apesar da palavra habitual ter sido muito criticada. Explica-nos Requião:

Um funcionário público que esteja proibido por lei de ser comerciante pratica, todavia, ato de comércio quando assina título de crédito referente a compra a prazo que efetue. Foi necessário acrescer, então, para caracterizar a figura do comerciante, o esclarecimento de que a prática de atos de comércio tem que ser efetuada em *massa*, isto é, deve ser ele um profissional dos atos de comércio. Impõe-se, portanto, para a qualificação de comerciante que alguém *profissionalmente* exercite *atos de comércio*. A definição, em consequência, torna-se válida quanto à *prática de atos de comércio* se acrescer o *profissionalismo* de seu exercício, que o Código francês reforça com a expressão *habitual*. *É comerciante quem faz do exercício dos atos de comércio profissão habitual*.²²⁸

Dois autores, Ripert²²⁹ e Van Ryn,²³⁰ defendem a mesma opinião de que a palavra *habitual* é uma redundância e que a profissão não poderia ser confundida com hábito, ou seja, a repetição de atos de comércio poderia “[...] criar um hábito mas não uma profissão, [...], o adjetivo *habitual* não acresce nada ao sentido da palavra *profissão*; [...]”.²³¹

Nesse impasse, ao dizer que o(a) comerciante é aquele(a) que pratica os atos de comércio era necessário provar que a sua prática era uma profissão. E a profissão foi definida

²²⁴ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 74.

²²⁵ *Ibidem*, p. 74.

²²⁶ *Ibidem*, p. 77.

²²⁷ *Ibidem*, p. 77.

²²⁸ *Ibidem*, p. 77.

²²⁹ Apud *ibidem*.

²³⁰ Apud *ibidem*.

²³¹ *Ibidem*, p. 77.

como “[...] a atividade pela qual o indivíduo obtém seus meios de vida”.²³² Mesmo um indivíduo que tenha declaração de comerciante no Registro de Comércio, se não praticar como profissão os atos de comércio, esse não possui a condição de comerciante, porque, por si só, o registro não o qualifica como comerciante.²³³

Confirma Requião que, em relação à qualificação de comerciante, o Código brasileiro filiou-se ao modelo francês, lembrando que além deste existem outros critérios legislativos, quais sejam, o espanhol, o germânico e o suíço, os quais não consideramos necessário explicitar.²³⁴

Também, existem leis que regulam determinadas profissões incompatíveis com a prática do comércio, como embaixadores, cônsules, notários, procuradores, militares, aos considerados falidos e outros setores interditados por questões de ordem pública ou privada.

Os atos de comércio ainda são limitados às pessoas consideradas incapazes, como um menor de idade ou interdito, o qual pode ser representado por um responsável – pai, tutor ou curador –, e que, ao emancipar-se, em regra aos 18 anos, deve submeter-se aos atos exigidos em conformidade com as prescrições da lei referente ao tema do Código Comercial.²³⁵

A atividade mercantil romana se expandiu, mas, na era cristã, foi considerada desonrosa, inclusive, proibida por leis aos patrícios e senadores romanos, o que não os impediu da prática da atividade e do burlamento às leis. Com a invasão dos bárbaros ao Império Romano, por volta do século V, ocorreu o esfacelamento do Império e o colapso da florescente expansão comercial. Inicia-se o medievo, e o Direito Civil romano, que já era praticado em nível internacional, foi subjugado pelo direito territorial, tendo em vista que, na fase feudal, por volta do século VIII e IX, as relações jurídicas, apesar da influência do direito romano e canônico, eram fundamentalmente locais.

De acordo com Requião, os comerciantes começaram a se organizar por meio dos *colégios*, uma forma embrionária de organização conhecida dos romanos, devido à hostilidade do contexto às práticas mercantis. Essas *corporações de mercadores*, assim chamadas durante a Idade Média, vão se enriquecendo, conquistam poderes políticos e autonomia para algumas cidades consideradas grandes centros comerciais, como as cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença, dentre outras. Confirmamos em Vivante o exposto:

²³² REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 78.

²³³ Cf. *Ibidem*.

²³⁴ Cf. *Ibidem*.

²³⁵ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 29.

Para se defenderem contra os abusos dos poderosos, e talvez para os cometerem por sua vez, os comerciantes uniram-se até o número de mil, seguindo a tendência da época, em corporações distintas das outras classes sociais. Formaram colégios constituídos segundo os vários ramos do seu comércio, denominados *artes*, *paratici*, *convivia*, que deram mais tarde origem a uma corporação principal designada com o nome de universidade, de comunidade dos comerciantes e por vezes simplesmente com o nome de *mercanzia*.²³⁶

Continua o autor afirmando que essas corporações eram poderosas, com privilégios, franquias, participações em feiras, mercados, Conselho das Comunas, prestavam serviços de segurança, defesa e socorro aos sócios, possuíam patrimônio imobiliário e armazém para estocar mercadorias. A obra mais importante foi a formação de um direito mercantil, no qual os costumes eram respeitados como estatutos escritos, o que significou a origem de uma legislação comercial. Esses estatutos, continua Vivante, foram aperfeiçoados e revistos durante os anos de 1200 a 1800, ou seja, em vários séculos, com, inclusive, embasamento de muitas regras em vigor ainda hoje.

Nesse sentido, segundo Vivante, explica-se o desenvolvimento do Direito Comercial separado do Direito Civil, portanto um campo autônomo do Direito Privado.

Também na Alemanha, nas costas do Mar do Norte, surgiu a *Hansa*, uma liga de aproximadamente oitenta (80) cidades com o mercado em expansão, alcançando o apogeu no século XIV. O crescimento do mercado ocorria paralelamente ao das cidades medievais, naquelas onde os soberanos possuíam um poder político mais frágil por causa da grande fragmentação territorial ou ainda em áreas neutras, fronteiriças – as chamadas feiras – criando, inclusive, leis protetoras a todos os estrangeiros que praticassem comércio. Conforme Requião:

Deve-se anotar que os comerciantes, organizados em suas poderosas *ligas* e *corporações*, adquirem tal poderio político e militar que vão tornando autônomas as cidades mercantis a ponto de, em muitos casos, os estatutos de suas corporações se confundirem com os estatutos da própria cidade.²³⁷

Afirma o autor que é neste momento que o Direito Comercial começa a se fixar, apoiado, de início, em um *direito costumeiro*, criado pelos próprios comerciantes organizados e aplicado por juízes eleitos nas assembleias também organizadas pelos comerciantes. Esse *direito costumeiro* foi chamado de *juízo consular*, base das regras sistematizadas que irão dirigir o mercado.

²³⁶ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 8-9.

²³⁷ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 10.

Escarra, outro jurista citado por Requião, diz-nos que “[...] o Direito Comercial é ao mesmo tempo o direito dos comerciantes e dos atos de comércio”.²³⁸

Surge, ainda, o período do *subjetivismo* do Direito Comercial a favor do comerciante, ou seja, “um direito *corporativo, profissional, autônomo*, em relação ao direito territorial e civil, e *consuetudinário*”.²³⁹

Segundo Vivante,²⁴⁰ o legislador, para aplicar o Código, deveria indicar quais eram os atos de comércio e, por isso, dividiu-os em atos *objetivos* e atos *subjetivos*. Nesse sentido, o autor explica-nos:

Estes actos dizem-se *objectivos* porquanto o legislador os considerou como comerciais atendendo à sua natureza, e não à pessoa que os pratica: por outras palavras, porque conservam sua natureza comercial mesmo quando praticados por pessoa que não seja comerciante.²⁴¹

Os atos objetivos, continua Vivante, estão reunidos em cinco grupos: negócio sobre mercadorias, crédito, trabalho e riscos e negócios marítimos. E, por atos *subjetivos* de comércio entende-se:

São os actos a que a lei atribui o carácter comercial, pela razão de serem exercidos por comerciantes. Distinguem-se essencialmente dos actos objectivos, por quanto estes *atribuem* a quem os exerce profissionalmente a qualidade de comerciante, ao passo que aqueles *pressupõem* em que os exerce a profissão de comerciante.²⁴²

De acordo com Requião, a profissão não abarcava toda a vida e a prática do comerciante, devendo, por isso, restringir o significado de *matéria do comércio*, que era “[...] a compra e venda de mercadoria para revenda e a sucessiva revenda; os negócios de moeda através dos bancos; e as letras de câmbio, pela sua conexão com os negócios comerciais propriamente ditos”.²⁴³

Por isso, nesse momento, iniciou-se o *conceito objetivista* reproduzido “sobre *ato de comércio*”.²⁴⁴ Passou-se, então, do conceito *subjetivo* para o conceito *objetivo*. Nesse período, surgiu, também, o primeiro Código Comercial da era moderna, o Código de Savary, de 1673, francês, ordenado por Colbert e que, apesar de referendar o comerciante como sustentáculo, não se esquivava do conceito *objetivo*.

²³⁸ ESCARRA apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 39.

²³⁹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 10.

²⁴⁰ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 23.

²⁴² *Ibidem*, p. 27.

²⁴³ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 11.

²⁴⁴ *Ibidem*.

Nesse sentido, Vivante nos esclarece que, apesar de não serem os juristas italianos os primeiros a codificar o Direito Comercial, cabe, ao gênio italiano, as primeiras honras, pois escreveram várias obras sobre o Direito Comercial, abrangendo seguros, câmbio, sociedades, navios etc. Essas obras, pela justeza das decisões, pela perfeição do método e pelo vasto conhecimento das práticas mercantis, são, até hoje, confirma Vivante, consultadas. A Itália, portanto, devido à falta de um centro político que recolhesse e compilasse a produção e a obra de seus juristas, tendo em vista o enfraquecimento das cidades italianas, apesar de seu pujante comércio e as efervescentes leis mercantis no início da Idade Moderna, não foi o primeiro país a divulgar o Código Comercial.

Já a França, por se constituir em uma monarquia bem estruturada na mesma época – Idade Moderna –, teve o mérito de organizar e divulgar o primeiro Código Comercial.

Esse Código se originou de duas Ordenanças de Luís XIV, sendo a primeira no ano de 1673 e versava sobre o comércio terrestre e a segunda, de 1681, sobre o comércio marítimo.

Dessa codificação foi retirado o Código de Napoleão em 1808,²⁴⁵ adotado por outros países europeus. Inclusive os Códigos italianos, dentre eles, o Albertino de 1842 e o Código de 1865 foram formatados de acordo com o Código francês.

Contudo, esse Código não atendeu à Itália na época, devido às mudanças recentes do mercado. Iniciaram-se, então, novos estudos em 1869 e uma nova legislação, bem avançada em relação ao Código francês, entrou em vigor em janeiro de 1883. Da mesma forma, alguns países europeus, devido ao caráter cosmopolita do comércio, avançando cada vez mais sobre os limites internacionais e às inovações da indústria que se desenvolvia, reformaram também suas legislações comerciais. Outros países adotavam, até mesmo, Códigos Comerciais estrangeiros pelo desenvolvimento uniforme que o comércio apresentava entre todos.

O Código francês, por exemplo, que não satisfiz a Itália, foi adotado pela Grécia em 1835 e pela Turquia em 1850, com poucas variações.

Voltando ao Código Francês ou ao Código Napoleônico de 1807, agora segundo Requião, esse possuía fortes orientações *objetivistas*, ancorado na teoria dos atos de comércio. Influenciados pelos ideais da Revolução Francesa, dentre eles, o de igualdade perante a lei, os legisladores do Império Napoleônico extinguiram todos os privilégios e regalias dos

²⁴⁵ Em outra fonte, o Código de Napoleão vem datado de 1807, a exemplo do livro de REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.; à página 12. Adotamos, por opção, a data de 1808, de acordo com VIVANTE, Cesare. *Instituição de Direito Comercial*. Op. cit. em passagens que não são referidas por Requião.

comerciantes,²⁴⁶ disciplinando, então, os atos de comércio sobre todos os cidadãos(ãs) a eles sujeitos.

Contudo, prossegue Requião,²⁴⁷ o deslocamento do suporte do Direito Comercial da figura do *comerciante* para a base dos *atos de comércio*, isto é, para o sistema objetivo, foi considerado ineficiente pelo fato de, até hoje, os autores não terem conseguido definir, satisfatoriamente, o que sejam os atos de comércio.

No direito dos comerciantes, o Direito Comercial refere-se à concepção *subjetiva* e, no direito dos atos de comércio, a concepção é *objetiva*. Ancorados nessas noções, as doutrinas francesa e italiana classificaram os atos de comércio em *subjetivos* e *objetivos*. Ainda, os alemães denominaram os objetivos de *absolutos* e os subjetivos de *relativos*. Reafirma Requião:

Já sabemos que os atos de comércio *subjetivos*, ou *relativos*, decorrem da ação de um comerciante e, portanto, do exercício de sua profissão; os *objetivos*, ou *absolutos*, são intrinsecamente comerciais e, como tais, definidos pela lei. São atos comerciais assim considerados por força da lei. O exemplo clássico destes atos é a emissão de letra de câmbio.²⁴⁸

Continua o autor afirmando que, além dos atos de comércio *subjetivos* e *objetivos*, existe em outros países uma terceira categoria denominada de atos *mistos* ou *bifrontes*, como na Bélgica e no Brasil. São poucos os autores, no Brasil, que adotam a teoria dos atos mistos, definidos como aqueles que são compostos por um ato *civil* e um ato *comercial*, ou seja, quando a compra e a venda são efetuadas por um(a) não-comerciante e um(a) comerciante.

A natureza desse ato misto será motivo de amplo debate entre autores nacionais. Uns defendem que o ato é civil e outros que o ato é de comércio. Tentando encerrar essas divergências, baseando-se no Prof. Waldemar Ferreira, cita Requião:

O Prof. Waldemar Ferreira sustenta ser desmotivada tal controvérsia. Fundamenta sua lição no art. 446 do Código, que regula a prescrição do direito para demandar o pagamento de mercadorias fiadas sem título escrito, assinado pelo devedor. A prescrição *comercial* e a sua *comercialidade* decorrem da dívida do *comprador*. O ato, portanto, é comercial, pois o que prescreve é a dívida do *comprador*, seja comerciante ou não.²⁴⁹

²⁴⁶ Nesse período surgiu a “Lei de Chapelier”, a qual proibia e extinguiu todos os privilégios que os comerciantes conseguiram, durante séculos, por meio das corporações. (REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.).

²⁴⁷ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

²⁴⁸ Ibidem, p. 40.

²⁴⁹ Ibidem, p. 41.

Resolvida a querela dos atos mistos, surge outra classificação dos atos de comércio defendida por J. X. Carvalho de Mendonça,²⁵⁰ considerado o maior tratadista do Direito Comercial no Brasil, apresentando três categorias: “*Atos de comércio por natureza ou profissionais, [...] Atos de comércio por dependência ou conexão, [...] Atos de comércio por força ou autoridade de lei [...].*”²⁵¹

Contra essa classificação, surgiu uma crítica de Otávio Mendes²⁵² afirmando a existência dos *atos de comércio* somente como *objetivos e subjetivos*.

Percebe-se que, apesar dessa crítica de Otávio Mendes à J. X. Carvalho de Mendonça, o qual, inclusive, reconheceu a crítica, Requião não descarta os “*Atos de comércio por dependência ou conexão*”, defendendo que esses derivam da “*teoria do acessório*”, justificada da seguinte maneira:

Os atos de comércio “por dependência” ou “conexão” decorrem da *teoria do acessório*, isto é, do princípio de que o acessório segue o principal, motivo por que também são denominados *atos de comércio acessórios*, estudados com afincos pelos autores franceses. São os atos considerados de comércio em virtude de serem praticados por comerciantes, em razão do exercício de sua profissão. A aquisição por comerciante, de materiais para a instalação de sua loja, que não são comprados para revenda, mas para o exercício da profissão comercial, são típicos atos de comércio por conexão ou acessórios.²⁵³

Portanto, a idéia inicial do estudo do Direito Comercial passa a impressão de que esse tratava apenas do *direito do comércio* e, em consequência, do *direito do comerciante*, cuja idéia ou concepção foi e é totalmente refutada na concepção moderna, tendo em vista a existência do *conceito econômico*, o qual, por sua vez, não se encaixa ao *conceito jurídico*.²⁵⁴

A noção econômica tem suas origens na fase primitiva da civilização, caracterizada pela “*economia de troca*”, na qual o produtor e o consumidor praticavam permutas dos produtos entre si. Esses produtos eram resultados do trabalho individual.

Com o desenvolvimento das sociedades, a *economia de troca* ou de escambo teve mudanças, evoluindo para a *economia de mercado* ou monetária, na qual o produtor passou a produzir para vender, receber moedas, aplicando o capital em novas formas de produção para o crescimento e especialização de acordo com os seus interesses. Assim, o *comércio* surge, paralelamente, executando a sua função econômica e social, tornando-se um mecanismo de

²⁵⁰ Cf. MENDONÇA, J. X. Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1938.

²⁵¹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 42.

²⁵² Cf. MENDES, Otávio. *Direito Comercial Terrestre*. São Paulo: Saraiva & Cia., 1930.

²⁵³ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 42-3.

²⁵⁴ *Ibidem*.

ligação e aproximação entre os indivíduos e as sociedades, interagindo entre os próximos e os mais distantes.

Rocco, citado por Requião, define a noção econômica dizendo: “O comércio é aquele ramo de produção econômica que faz aumentar o valor dos produtos pela interposição entre produtores e consumidores, a fim de facilitar a troca das mercadorias”.²⁵⁵

O conceito jurídico de comércio, por sua vez, foi amplamente debatido, sem, no entanto, conseguir uma satisfação dos juristas. Muitas atividades que se enquadram na circulação de riqueza são da esfera do conceito econômico, mas não se enquadram no conceito jurídico e, por isso, a dificuldade de uma definição jurídica de comércio. Contudo, extraímos de Souza, comercialista italiano:

É o complexo de atos de intromissão [...] entre o produtor e o consumidor, que, exercidos habitualmente com fins de lucros, realizam, promovem ou facilitam a circulação dos produtos da natureza e da indústria, para tornar mais fácil e pronta a procura e a oferta.²⁵⁶

Dessa definição, segundo Requião, deduz-se a existência de três elementos que integram o comércio, os quais são imprescindíveis para a caracterização jurídica e para o comerciante: “[...] mediação, fim lucrativo e profissionalidade (habilidade ou continuidade)”.²⁵⁷

Apesar do surgimento de tentativas na busca de um conceito jurídico de comércio, todas as definições divulgadas foram consideradas insuficientes e artificiosas.

Dentre as críticas, de acordo com Requião, Jean van Ryn,²⁵⁸ um professor belga, considera muito reduzida a noção de lucro para a conceituação jurídica do Direito comercial e, ainda, o professor Ferrer Correia, citado por Requião enfatiza que

[...] essa correspondência entre o conceito de direito comercial e o de comércio perdeu-se de há muito. E a dificuldade não se resolve fazendo distinção entre o conceito *econômico* e o conceito *jurídico* de comércio, pois ao que se chama comércio neste último sentido não é senão ao conjunto das atividades a que, em determinado país e em dada conjuntura histórica, se aplica o direito comercial desse país, e muitas dessas atividades não se podem justamente definir como comerciais. Logo, a referida distinção é artificiosa.²⁵⁹

²⁵⁵ ROCCO, Alfredo apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 4.

²⁵⁶ SOUZA, Inglês de apud ibidem, p. 5.

²⁵⁷ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 5.

²⁵⁸ RYN, Jean van apud ibidem.

²⁵⁹ CORREIA, Ferrer apud ibidem, p. 6.

Em decorrência, portanto, o Direito Comercial não pode ser definido como o direito do comércio, porque, na fase moderna, o Direito Comercial não abrange somente o direito da atividade mercantil, mas, também, muitas instituições e institutos que não são tratados como comerciais.

As críticas contra o Direito Comercial ou suas defesas foram inúmeras. Diz-nos Requião: “Temos para nós que a questão está mal posta, sobretudo em relação ao nosso direito. O direito comercial tem um âmbito preciso e definido que se identifica modernamente como o *direito das empresas mercantis*”.²⁶⁰

Continua o autor dizendo que muitos comercialistas no Brasil têm suas opiniões filiadas à corrente que defende o Direito comercial como o direito das empresas.

Portanto, é no âmbito do Direito Comercial que surgiu a idéia de empresa que foi incluída nos atos de comércio de 1808, no art. 632 do Código francês. E, o Código Civil de 2002 dispõe

[...] o tormentoso e jamais claramente determinado conceito de “*ato de comércio*”, é substituído pelo de *empresa*, assim como a categoria de “fundo de comércio” cede lugar à de “estabelecimento”. [...] a noção de “fundo de comércio” é uma concepção jurídica envelhecida e superada, substituída com vantagem pelo conceito de estabelecimento, “que é o corpo de um organismo vivo”, “todo o conjunto patrimonial organicamente grupado para a produção”.²⁶¹

A empresa e o estabelecimento, ainda de acordo com o Código Civil de 2002, são diversos conceitualmente, apesar de serem vinculados. A empresa é “[...] a unidade econômica de produção”²⁶² ou “[...] a atividade econômica unitariamente estruturada para a produção ou a circulação de bens ou serviços [...]”²⁶³, podendo reunir um ou vários estabelecimentos.

O “estabelecimento” ou “estabelecimentos” podem ser definidos como “[...] complexos de bens ou ‘bens coletivos’ que se caracterizam por sua unidade de destinação, podendo, de *per si*, ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos”.²⁶⁴

O estabelecimento e a empresa distinguem-se pelos(as) titulares da empresa, isto é, ou pelo(a) empresário(a) ou pela sociedade empresária, cujas diferenças e definições trataremos nos subcapítulos 2.2 e 2.3.

²⁶⁰ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 7.

²⁶¹ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 48 (grifos nossos).

²⁶² *Ibidem*, p. 48.

²⁶³ *Ibidem*, p. 48.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 48.

1.2 A mulher no Código Comercial e Civil

“A mulher, durante a sua infância, depende de seu pai, durante a mocidade de seu marido, em morrendo o marido, de seus filhos; se não tem filhos, dos parentes próximos de seu marido, porque a mulher nunca deve governar-se à sua vontade.”

Lei de Manu²⁶⁵

A epígrafe retrata a amarga discriminação e a grande limitação imposta à mulher nas atividades comerciais desde a Antiguidade, praticamente em todos os países. A Lei de Manu, também denominada *Manu Smriti*, referida acima é originária da Índia e data do século XVIII a.C. De acordo com essa lei, o casamento tinha a finalidade de procriação. O nascimento de um filho varão era entendido como um dever, uma vez que a celebração do culto doméstico era transmitida de pai para filho.²⁶⁶ A Lei de Manu era a base da normatização entre a sociedade hindu e verifica-se sua semelhança para a normatização da sociedade ocidental.

Na impossibilidade de uma abordagem mais ampla e em todos os lugares sobre a mulher e as práticas comerciais, fez-se necessária uma seleção, dentre tantos, de alguns países com seus Códigos. Tentamos uma rápida noção dos vários obstáculos enfrentados pela mulher até a sua independência para as práticas comerciais e empresariais. Segundo Pimentel:

Em países ocidentais e orientais, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, capitalistas, socialistas ou comunistas, católicos, protestantes, budistas, hindus ou maometanos, são freqüentes [...] processos associativos tendo em vista a redefinição dos direitos da mulher. Isso mostra que tal tendência histórica se afirma e generaliza, a despeito da diversidade de fatores sócio-econômicos, culturais, políticos e religiosos, embora em ritmo diferente, devido à diversificação de fatores sócio-culturais.²⁶⁷

Nesse sentido, existem determinadas características que são universais, quando se trata de direitos para todas as mulheres em qualquer sociedade, como existem também, características particulares ou específicas.

Em relação à interdição da mulher para administrar bens e/ou propriedades, para praticar o comércio, as características depreciativas e o controle rígido de sua função social

²⁶⁵ “*Manu* (da raiz verbal *homem* em sânscrito) na mitologia Hindu é o filho de Svayambhuva, pai e marido de Ila. Na Teosofia os Manus não são homens, mas um coletivo. Eles são considerados os ‘pais da humanidade’. É um nome genérico para os Pitris, os progenitores da humanidade. [...] Manu é o homem legendário, o Adão dos Hindus. As leis de Manu são uma coleção de textos atribuídos a ele”. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hindu%C3%ADsmo#As_Leis_de_Manu>. Acesso em: 19/07/2006).

²⁶⁶ SOARES, Marcelo Leite Coutinho. *Noções gerais sobre a filiação*. Disponível em <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=667>>. Acesso em: 19/07/2006.

²⁶⁷ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*: norma, fato, valor. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978. p. 12.

limitada à esfera doméstica ou privada, simplificando, são referências comuns e com igual tratamento discriminatório em todos os países e Códigos que abordamos, pelo menos.

Começamos, portanto, pelo Código Comercial italiano, porque foi o primeiro e mais antigo Código que dedicou uma parte exclusivamente à *mulher no comércio*. Outros povos até podem ter referência sobre as mulheres no comércio anterior ao Código italiano, mas, ressaltamos, são medidas soltas, de acordo com as necessidades do momento e *não* dentro de um Código legal preparado *exclusivamente para a mulher*.

Nesse sentido, Vivante²⁶⁸ refere-se à mulher no comércio baseando-se no Código Comercial italiano que exerceu grande influência em outros países, inclusive no Brasil. Revela que a condição da mulher para ser comerciante ou para praticar os atos de comércio só era permitida ao alcançar a maioridade, quando era considerada capaz para o exercício do comércio como o homem. No entanto, se fosse casada, esse exercício e sua capacidade eram limitados pelo marido durante o matrimônio. Isso porque o homem, nesse período,²⁶⁹ era considerado o chefe da família e a mulher devia obediência e consentimento.

Afirma o autor: “E compreende-se bem esta cautela, atendendo-se a que aquele exercício faz sair do recato da vida doméstica para a colocar em contínua relação com o público, e pode influir profundamente sobre (sic) as condições económicas e morais da família”.²⁷⁰

Essa autorização do marido só não é válida, caso o marido seja menor ou caso o legislador o considerar incapaz ou indigno, ou seja, interdito, condenado à prisão, se estiver separado da mulher por culpa dele ou se, ainda, o legislador julgar necessário o consentimento pelo tribunal em substituição ao do próprio marido.²⁷¹

²⁶⁸ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit.

²⁶⁹ No início do século XX, época em que Vivante escreveu essa obra, o ideal de mulher exigido pela sociedade ocidental era uma mulher submissa, que acatava o poder do homem, considerado o chefe da família – *Pater Familias*. Nessa época, de acordo com Rago: “O que salta aos olhos é a associação freqüente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. [...] Essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada. [...] Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. [...] Muito influenciadas pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação”. (RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In.: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. Op. cit., p. 585);

Cf. Idem. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁷⁰ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 33.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 33.

O marido, ainda, pode adotar o consentimento *tácito*, isto é, durante a convivência consente e assiste sem oposição à prática do comércio público pela mulher, e essa pode considerar-se, então, livre das sujeições do marido no exercício do comércio.

Entretanto, a mulher está sujeita a todas as imposições da lei como qualquer outro comerciante. No entanto, prossegue Vivante que

[...] é proibido à mulher constituir uma sociedade assumindo responsabilidade ilimitada sem autorização do marido ou do tribunal. Se abusa das faculdades que lhe foram conferidas, o marido poderá, com autorização do juiz, revogar o seu consentimento e restabelecer a sua capacidade dentro dos limites traçados pelo direito comum.²⁷²

Verifica-se que a mulher não possuía autonomia para o comércio, sendo limitada na forma de exercer o comércio pelo tribunal ou pela lei, mesmo com o consentimento do marido. Na mesma direção, os direitos limitados das casadas nos Estados Unidos impediam sua autonomia. William Blackstone, um advogado americano, escreve:

Pelo casamento, o marido e a mulher são uma pessoa perante a lei: isto é, o ser ou a existência legal da mulher fica suspensa durante o casamento, ou pelo menos é incorporada e consolidada na do marido, sob cujas asas, proteção e abrigo, ela executa tudo.²⁷³

A época desse registro era o século XIX. Baseando-nos em Wilkens,²⁷⁴ percebe-se que a situação da mulher era praticamente a mesma nos países americanos, europeus e latino-americanos.

A mulher nos Estados Unidos e nos outros países era considerada incapaz para administrar, possuir bens ou propriedades, fazer contratos, responsabilizar-se por dívidas etc. Igualmente foi considerada interdita e incompetente como os loucos, as crianças, não sendo reconhecida como um sujeito com direitos individuais. Sua existência era considerada indigna e era anulada pela figura do marido. Para a mulher solteira, apesar de um controle menor, a situação não divergia muito das casadas. Caso tivessem algum comércio, esse era controlado pelo pai, irmão ou tio. A diferença, contudo, era que a mulher solteira ainda podia possuir ou exercer algum comércio, enquanto que a mulher casada era totalmente impedida. Segundo Wilkens,

²⁷² VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 34.

²⁷³ BLACKSTONE, Willian. Selections from the commentaries on thje laws of England. S Francisco, Bancroft-Whitney, 1916. v. I. p. 625-626 apud WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Tradução de Maria Cláudia de Oliveira Santos. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1989. p. 42.

²⁷⁴ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit.

[...] o objetivo era manter essas mulheres economicamente dependentes, legalmente invisíveis e portanto quase totalmente sem poder. A situação legal reforçava, assim, a imagem cultural das mulheres como tímidas violetas e fortalecia ainda mais o ideal feminino.²⁷⁵

Em 1839, por exemplo, foi decretado nos Estados Unidos o “Primeiro Ato de Propriedade das Mulheres Casadas”. No entanto, somente em 1974 foi decretado o “Ato de Oportunidade Igual de Crédito”. Durante esse período, segundo Wilkens,²⁷⁶ as mulheres enfrentaram muitas dificuldades legais para exercerem o comércio, e as mudanças e novas atitudes surgiram muito lentamente. As legislaturas e os tribunais americanos controlados pelos homens reproduziam a mesma ideologia historicamente apregoada: a de que o papel social das mulheres era o de ser dona-de-casa, esposa e mãe. Permaneciam as mesmas opiniões e preconceitos que existiam ainda no século anterior.

De acordo com Wilkens,²⁷⁷ até 1969, vários estados americanos²⁷⁸ adotavam leis que controlavam ou limitavam a participação e atuação da mulher casada em seus negócios, dependentes, ainda, da vontade e da responsabilidade do marido sobre elas. “Essas limitações se aplicavam à sua capacidade de transferir propriedade e de avaliar um empréstimo sem o consentimento de seu marido”.²⁷⁹ Também, ainda em 1970, alguns estados, como por exemplo, Nevada, Texas, Flórida, Califórnia e Pensilvânia, exigiam uma justificativa da mulher que quisesse abrir um negócio. Reforça Wilkens que

[...] exigiam que uma mulher casada “descrevesse sua personalidade, hábitos, educação e capacidade mental para os negócios e explicassem (sic) porque ela deveria ter permissão [...] para abrir sua própria empresa”. Essas leis exigem que a mulher entregue a seu marido uma cópia da petição para obter seu consentimento por escrito.²⁸⁰

Portanto, muito recentemente ainda, ou seja, nas últimas décadas do século XX, a legislação americana inibia a independência das mulheres na prática empresarial. Por volta da década de 1960, as mulheres americanas e, principalmente, algumas feministas, tornaram-se visíveis no mundo por meio de suas contestações, reivindicações e lutas por seus direitos.²⁸¹

²⁷⁵ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit., p. 42.

²⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

²⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

²⁷⁸ Esses estados eram: “Michigan, Alabama, Arizona, Califórnia, Flórida, Geórgia, Idaho, Kentucky, Nevada, Carolina do Norte, Utah e Maryland” (*Ibidem*, p. 42).

²⁷⁹ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit., p. 42-3.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 43.

²⁸¹ Não é nosso propósito desenvolver os movimentos das mulheres nos EUA em razão da extensa literatura sobre o tema.

Semelhante ao Código italiano e à legislação americana, o Código Civil francês, no início do século XIX também privilegiava a superioridade do pai, do marido e pregava a incapacidade da mulher e da mãe. De acordo com Perrot:

A mulher casada deixa de ser um indivíduo responsável: ela o é bem mais quando solteira ou viúva. Essa incapacidade, expressa no artigo 123 (“o marido deve proteção à sua mulher e a mulher obediência ao marido”), é quase total. A mulher não pode ser tutora nem membro de um conselho de família: ela é preterida em favor de parentes afastados, do sexo masculino. Não pode ser testemunha nos tribunais. Se abandona o domicílio conjugal, pode ser reconduzida ao lar pela força pública [...].²⁸²

No Código Civil francês, havia uma grande exaltação ao homem, permitindo-lhe comportamentos ilícitos, adúlteros inclusive, com cumplicidade de toda a sociedade.

E, ainda, em relação à mulher, o Código Civil francês afirmava: “A mulher não pode dispor de seus bens na comunidade, regime este que se amplia constantemente. Guardando uma grande semelhança com o menor, a mulher também não pode dispor de seu salário, o que subsiste até 1907, [...]”.²⁸³

Assim, a evolução jurídica francesa, segundo Perrot, durante o século XIX foi muito lenta, mas já veio acompanhada de várias tentativas das mulheres em suas reivindicações por direitos, pela igualdade dos sexos.

As leis de 1878, 1889 e 1912, principalmente, mesmo que aos poucos, já vieram com modificações em várias instâncias em relação à situação da mulher.

À época da Revolução Francesa, os princípios que regiam as leis do Código Civil em relação à mulher e, portanto, à família, serviram de base para o Código francês na década de 1970.

Como exemplo, para mudanças em relação à família e à supremacia do poder do marido sobre a mulher, retomaram-se princípios de 1790, tendo em vista que em 1972 reafirmaram-se os mesmos direitos dos filhos naturais que já tinham sido concedidos em 1790. Ainda, em 1975, para a reformulação sobre a lei do divórcio, buscaram-se os princípios de 1792.²⁸⁴

Observa-se, portanto, a atualidade dos princípios adotados no início da Revolução Francesa e, em consequência, a reação da própria sociedade para acabar com os direitos que

²⁸² PERROT, Michelle. (Org.). Figuras e papéis. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Jaffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4, p. 121-2.

²⁸³ Ibidem, p. 122.

²⁸⁴ Cf. HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 121-2.

havia sido conquistados em lei pelas mulheres. Perrot também afirma a tentativa de subversão à época da Revolução Francesa em mudar

[...] a fronteira entre o público e o privado, construir um mundo novo, remodelar o cotidiano através de uma nova organização do espaço, do tempo e da memória. Mas esse projeto grandioso fracassou diante da resistência das pessoas. Os “costumes” se mostraram mais fortes do que a lei.²⁸⁵

A questão da proibição e incapacidade da mulher casada para praticar a atividade do comércio e, em consequência, da exclusão de todas as mulheres do espaço público e político, encontrava-se e assemelhava-se nos vários Códigos Civis que conhecemos. Pareciam até cópias, e se não o foram, pareciam ser referências uns para os outros.

Nesse sentido, optamos por uma incursão no fechamento do espaço público e político para a mulher casada e, em extensão, para todas as mulheres, cuja separação foi o ponto crucial para a justificativa da incapacidade da mulher para as atividades do comércio e quaisquer outras nos Códigos Civis, especificamente.

A concepção da separação entre a esfera pública e privada e o pertencimento do homem e da mulher a elas, respectivamente, é um tema que remonta à época antiga, mas também novo e não resolvido até o momento.

Mesmo com inúmeras e diversas produções e discussões sobre tal divisão, sabemos que até hoje essa não foi superada e continua sendo, ainda, um dos pontos cruciais do debate para a conquista da igualdade entre os sexos. Afirma Perrot que

[...] as relações entre o público e o privado estão no centro de toda a teoria política pós-revolucionária. A definição das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual, passa a ser o principal problema. [...] O doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel do deus oculto.²⁸⁶

Assim, atualmente, as tentativas de conquista da mulher do espaço público e político, sem a separação discriminatória por meio do sexo, as relações da própria sociedade civil como um todo devido às dificuldades e barreiras de acesso às instâncias do poder, ou seja, as tentativas de criar e reinventar espaços públicos e políticos para que todos os indivíduos sejam cidadãos(ãs) e exerçam a prática da cidadania estão, conforme a literatura atual, entre os grandes debates e impasses do nosso momento.

²⁸⁵ PERROT, Michelle. A família triunfante. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 93.

²⁸⁶ Ibidem, p. 93.

Dessa forma, ao tratar e denunciar como ocorreu essa separação do espaço público e privado e a divisão desses entre o homem e a mulher e, ao longo do trabalho, demonstrar como vem se dando a conquista de alguns espaços públicos por meio de ações individuais e/ou coletivas frente ao poder institucional por uma amostra da categoria empresarial feminina no estado de Minas Gerais, cremos na possibilidade de ajudar na divulgação de alternativas para uma nova organização.

A idéia da separação entre as esferas do público e do privado, dos papéis masculino e feminino que existe ainda em nossa cultura atual é européia e iniciou-se especificamente na França à época e após a Revolução Francesa nos fins do século XVIII e começo do século XIX e, na Grã-Bretanha, no início do século XIX.²⁸⁷

Por meio de grande produção acadêmica, sabemos da influência dos pensamentos, ideologias e valores do ocidente moderno sobre a cultura brasileira, portanto, da divisão das esferas em público e privado, da divisão dos papéis masculino e feminino baseada no sexo, nos caracteres “naturais” e da separação da sociedade civil e do poder político.

Vários pensadores liberais, não liberais e tradicionalistas, dentre tantos, Hegel, Kant, Le Play e Proudhon defenderam os fundamentos dessas divisões no mundo moderno, opondo-se ao pensamento dos clássicos, dos antigos, para os quais a praça pública, ou seja, a *ágora*, era para todos um espaço de debate, discussão, de participação e decisão sobre os rumos da coletividade.

Com essa separação das esferas pública e privada, a política também foi separada entre homens e mulheres, para cujo espaço, público e político, a mulher foi considerada incapaz e proibida de participar. O seu espaço seria exclusivamente o privado – o doméstico.²⁸⁸

Segundo Perrot: “A casa é o fundamento da moral e da ordem social. É o cerne do privado, mas um privado submetido ao pai, o único capaz de refrear os instintos de domar a mulher. Pois a guerra doméstica constitui uma ameaça constante”.²⁸⁹

Ainda, segundo a autora, além do reforço ao espaço privado, a política, antes exercida em praça pública, seria *representada* por alguns homens, por políticos eleitos que fariam dessa uma profissão, inclusive.

Contrários a essa concepção, havia pensadores socialistas como Fourier, o mais radical, Claire Démar, Louis Blanc, Flora Tristan e outras feministas que, após 1840,

²⁸⁷ Cf. PERROT, Michelle. A família triunfante. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit.

²⁸⁸ Ibidem, p. 95.

²⁸⁹ Ibidem, p. 95.

defenderam uma igualdade entre os sexos, uma modernização na família, na educação e a liberdade do divórcio, sem, no entanto, abolirem o casamento monogâmico.

Explica-nos Hunt que na época da Revolução Francesa, tanto os revolucionários quanto os não-revolucionários quiseram distinguir o espaço privado do público, cuja distinção não era definida e permeada de muita inconstância. A vida privada era invadida pelo espírito público:

Não resta dúvida que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no início do século XIX. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com uma maior precisão.²⁹⁰

Durante a Revolução Francesa, final do século XVIII, os revolucionários pretenderam abolir todos os interesses particulares ou privados, porque esses eram considerados como traidores da “[...] vontade geral da nova nação”.²⁹¹

Tudo deveria ser público, publicizado e, inclusive, devia-se permitir que todas as pessoas, vale dizer, o público, participasse das reuniões políticas. O comportamento dos indivíduos, a forma de tratar o próximo, de vestir, agir, morar, a posse de bens e objetos, o uso de símbolos e outras formas de expressão eram julgadas e vigiadas para discernir o revolucionário, ou seja, aquele que conspirava contra a nação que se erigia.²⁹²

Nesse sentido, a maneira como o indivíduo se colocava no espaço privado e público misturava-se completamente. Por isso, diz-se que a vida privada foi politizada, invadida e agredida pelo espaço público.

Paradoxalmente, segundo Hunt,²⁹³ os revolucionários, ao pretenderem eliminar ou distanciar os interesses privados ou particulares²⁹⁴ para longe do espaço e da vida pública, estavam apagando os limites entre o privado e o público.

Como exemplo, a autora cita o vestuário, porque a roupa denunciava o indivíduo, ou seja, se esse era patriota, um verdadeiro republicano ou não. A indumentária era revestida, portanto, de grande significado político. Foi necessário até um decreto para garantir a liberdade no modo de vestir das pessoas. As mulheres adotaram a indumentária da revolução

²⁹⁰ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e a vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. de Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 21.

²⁹¹ Ibidem, p. 21.

²⁹² Cf. Ibidem.

²⁹³ Cf. Ibidem.

²⁹⁴ Explica-nos Hunt que os interesses privados ou particulares eram aqueles considerados dos pequenos grupos ou de facções (Ibidem).

de uma maneira tão radical que o decreto mencionado acima aconteceu praticamente por causa delas. Confirma Hunt que

[...] essas discussões na Convenção mostram que tal decreto se dirige principalmente às associações femininas cujas participantes usavam toucado vermelho e forçavam as outras mulheres a imitá-las. Aos olhos dos deputados, nesse auge de radicalidade revolucionária – o momento da descristianização –, a politização da indumentária ameaçava subverter a própria definição da ordem dos sexos.²⁹⁵

Existia um temor de que as mulheres estivessem masculinizando-se devido às características daquelas que fundavam, organizavam e participavam das associações. Comentou-se que as participantes não eram mães, nem moças de família, que não se preocupavam em cuidar dos irmãos, caso tivessem, mas eram “[...] uma espécie de aventureiras, de cavaleiras andantes, de jovens emancipadas, de mocetonas de modos livres e soltos”.²⁹⁶

A crítica e o comentário demonstraram ser da vontade de todos os deputados presentes na convenção, porque, logo em seguida, proibiram-se todas as associações femininas, justificando que essas “[...] iam contra a ‘ordem natural’, na medida em que ‘emancipavam’ as mulheres de sua identidade exclusivamente familiar (privada)”.²⁹⁷

Apesar de todas as propostas da mudança revolucionária, as mulheres continuavam com a representação da casa, do espaço privado e “[...] sua participação ativa enquanto mulheres em praça pública era rejeitada por praticamente todos os homens”.²⁹⁸

Não obstante, havia pessoas que defendiam a eliminação da separação entre o privado e o público, porque a criação e a idéia de um uniforme civil criada na “Sociedade Popular e Republicana das Artes”²⁹⁹ mostrava tal desejo. Além da roupa, nesse “[...] período de confusão entre a vida pública e a vida privada [...]”,³⁰⁰ o controle da Revolução fez-se presente nos objetos, nos símbolos, na linguagem, nos emblemas, nas imagens – iconografia, no ritual político e na religião.

²⁹⁵ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e a vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. de Michelle Perrot. *História da vida privada*. Op. cit., p. 26.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 26;

Cf. ROSSI-DORIA, Ana. Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

²⁹⁷ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e a vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. de Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 26.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 27.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 27.

³⁰⁰ *Ibidem*. p. 31.

Nesse sentido, o Estado ou a política interferia na vida privada, familiar, em praticamente todos os aspectos, como o vestuário, o nome dos filhos, sobre o tempo e outros, provocando o seu desaparecimento, isto é, da vida privada. Reafirma Hunt:

E a vida íntima se encontrava submetida a pressões devido à secularização do casamento, à restrição religiosa, à mobilização em massa; a ordem até então tida como natural se tornava instável. As mulheres podiam se vestir como os homens e pretender lutar na frente militar. Se fossem “infelizes”, podiam pedir o divórcio. A abolição da deferência perante os reis, as rainhas, os nobres e os ricos parecia pôr em questão a deferência da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação aos pais.³⁰¹

Os próprios revolucionários que lutaram para que essas mudanças acontecessem, sentiram, também, sem falar nos outros que nunca haviam apoiado tais mudanças, a necessidade de separar ou “[...] de marcar um limite intransponível, de mostrar claramente que as mulheres estavam do lado privado e os homens do lado público”.³⁰²

Por isso, a partir de 1794, devido à grande tensão provocada pela invasão do público ou político na vida privada, aprofundou-se de forma sistemática ao longo do século XIX, a divisão entre o espaço público e o privado, entre a mulher e o homem e entre a política e a família.³⁰³

No entanto, apesar do bloqueio do espaço público à mulher, foi a partir da Revolução Francesa que se iniciaram os movimentos das mulheres. A Revolução Francesa é considerada um marco do movimento feminista, um momento do surgimento do ideal igualitário, de abertura da “Caixa de Pandora”, quando as mulheres revolucionárias e outras, dadas como perigosas, as “*petroleuses*”, tiveram uma grande e importante atuação. Elas já atuavam nos levantes, inclusive, em motins anteriores e após a Revolução Francesa,³⁰⁴ mas começaram a

³⁰¹ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e a vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. de Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 51.

³⁰² Ibidem, p. 51.

³⁰³ Cf. Ibidem.

³⁰⁴ Ver entre outros: SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989;

RUDÉ, George. *A multidão na história*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra. 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991;

ROSE, R. B. Jacquerie em Davenescourt em 1791: uma revolta de camponeses na Revolução Francesa. In.: KRANTZ, Frederik. (Org.). *A outra história*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988;

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques et. al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989;

GERARD, Alice. *A Revolução Francesa: Mitos e interpretações*. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1977;

GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris*. Os assaltantes do céu. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção tudo é história;

serem vistas somente durante a mesma. Foi a época do início da luta por direitos de participação, de cidadania e de igualdade por meio dos movimentos femininos e feministas.³⁰⁵

Não é proposta neste trabalho aprofundar o tratamento desses movimentos e sua trajetória até o momento, tendo em vista a grande produção sobre esse tema, o que torna desnecessário até algumas sugestões bibliográficas.

No entanto, durante a produção de nosso texto, pontuamos parcialmente alguns momentos desses movimentos considerados necessários apenas como referências.

Passando a um outro contexto, o da Grã-Bretanha, esclarece-nos Hall³⁰⁶ que a mulher casada, antes do século XVIII, apesar das restrições entre as esferas privada e pública, trabalhava e tinha sua importância própria, participava e ajudava o marido no comércio, mesmo não havendo muitos ofícios e possibilidades de educar-se profissionalmente. Aprendia no próprio local do trabalho e somente as mulheres casadas com homens ricos não trabalhavam. Segundo Hall:

A mulher do agricultor ficava encarregada da leiteria; a esposa do negociante cuidava da loja ou da contabilidade; a viúva do manufactureiro podia assumir a empresa à morte do marido. [...] ajudava na loja quando se fazia necessário um auxílio suplementar; cuidava dos negócios quando o marido se ausentava, [...] Todos participavam do comércio da família.³⁰⁷

No mesmo viés, Perrot escreve também que as mulheres francesas, até a metade do século XIX, ou seja, por volta de 1850, participavam, como as inglesas, da administração dos negócios. Afirma Perrot, ainda que

[...] faziam a contabilidade da empresa, preferiam que o dinheiro fosse investido na indústria do que na compra de vestidos de seda. Na segunda metade do século, apenas as viúvas prosseguem com essa tradição. Por volta dos anos 1850-1860, a maioria das mulheres se retira da esfera econômica para se isolar em casa.³⁰⁸

CHRISTIANSEN, Rupert. *Paris Babilônia*. A capital francesa nos tempos da Comuna. Trad. Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1998;

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998;

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *O antigo regime e a revolução*. Trad. de Yvonne Jean. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997;

Idem. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. de Modesto Florenzana. São Paulo: Cia das Letras, 1991;

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. v. 4. Op. cit.

³⁰⁵ BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit.

³⁰⁶ HALL, Catherine; Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit.

³⁰⁷ Ibidem, p. 63-4.

³⁰⁸ PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 141 (grifos nossos).

Observa-se que tanto na Inglaterra como na França, antes do recrudescimento do espaço público às mulheres, muitas participavam das atividades comerciais. No entanto, trabalhavam ao lado do marido, ou seja, com o consentimento masculino. E, se solteiras, com o consentimento dos pais. Havia restrições e ressalvas também para as mulheres viúvas. Depois, as formas de morar, o habitat das famílias modificaram-se juntamente com todos os outros valores pregados de acordo com a moral burguesa em relação à mulher e à família.

Assim, agora de acordo com Hall, os costumes do comércio modificaram-se dificultando a participação das mulheres e essas, juridicamente, não tiveram independência. Confirma Hall:

As mulheres casadas nunca tinham tido o direito de firmar contratos, de abrir ou receber processos, de ter parte num negócio. Seu estatuto jurídico tornava os maridos responsáveis por ela perante a lei. Não possuíam existência jurídica independente. Apenas as solteiras ou viúvas podiam ingressar nos negócios em nome próprio, o que ocorria freqüentemente por ocasião da morte do marido ou do pai.³⁰⁹

Mesmo a mulher participando e trabalhando no dia-a-dia no comércio, fazendo o papel de sócia sem contrato e assumindo os problemas do trabalho, sua presença legal era desconhecida. A responsabilidade jurídica era somente do homem, refletindo-se a autoridade e o poder masculino na sociedade.

Dessa forma, esses costumes informais foram cada vez mais ameaçados pelas transações comerciais, pelo surgimento das indústrias, desenvolvimento do próprio comércio, pela revolução na agricultura exigindo-se novas práticas, contratos bancários, financeiros, bolsas de valores, letras de câmbio, enfim, inúmeras mudanças modernas.

Antes, o próprio espaço da casa era o mesmo do comércio, mas, com as transformações houve a separação do espaço da casa – familiar e privado –, do espaço do comércio, do trabalho e, portanto, público. Neste, não cabia mais a mulher porque ela não podia passar da casa à loja como fazia anteriormente. Agora, o espaço da loja estava fora da extensão de seu limite doméstico. Mas não foi apenas por causa da mudança de espaço que a mulher foi impedida de praticar o comércio. Também as atividades empresariais já não podiam ser exercidas, consideradas incompatíveis com as tarefas de uma mulher.³¹⁰

Numa época em que a sociedade nos negócios constituía a base do crescimento, mas onde as mulheres casadas não possuíam nenhum direito e não se depositava

³⁰⁹ HALL, Catherine; Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 64.

³¹⁰ Cf. *Ibidem*.

nenhuma esperança nas filhas, a maioria das sociedades era celebrada entre homens unidos [...]. As mulheres não tinham acesso às formas de ensino destinado às novas demandas do comércio.³¹¹

No início do século XIX, prossegue Hall, os homens de negócios, exitosos e orgulhosos pelo sucesso no mundo do comércio, com aspirações religiosas conservadoras e arraigadas, “[...] procuraram criar um mundo novo à sua imagem, essa imagem estabelecia uma enorme diferença entre a esfera masculina e a esfera feminina”.³¹²

As transformações fazem parte de um processo presente no âmbito religioso, econômico, social, político e das atividades culturais, ou seja, das instituições literárias, filosóficas e sociedades artísticas.³¹³ As oportunidades para os homens ampliavam-se e diversificam-se cada vez mais nos setores empresariais, profissionais e atividades públicas, enquanto “[...] as mulheres se distanciavam desse mundo e faziam da maternidade e da administração doméstica uma profissão”.³¹⁴

Segundo Hall, os homens do século XVIII, ingleses, eram fortemente influenciados pela religião e viam o espaço público como amoral, pernicioso e perigoso. Cita a autora: “Os homens que circulavam nessa atmosfera só poderiam ser salvos com um contato regular com o mundo moral do lar, onde as mulheres eram portadoras desses valores puros capazes de neutralizar as tendências destruidoras do mundo dos negócios”.³¹⁵

O lar significava refúgio, privacidade, não devendo, portanto, misturar-se com o espaço dos negócios. A masculinidade era medida pela capacidade que o homem possuía para o sustento da família e pela profissão, enquanto a feminilidade significava dependência ao marido ou ao pai, e caso a mulher possuísse algum trabalho ou ocupação, essa perderia em distinção.³¹⁶ Nessa mesma perspectiva, Câmara e Cappellin afirmam que até 1988, na Inglaterra, “[...] a esposa era considerada, na normativa fiscal, um bem do marido”.³¹⁷

A classe operária, apesar da mesma convicção da necessidade das esferas separadas, de que era “natural” a mulher ser “dona de casa,” passiva, dócil e silenciosa, possuía certas normas para o trabalho das mulheres pobres. Mas, desde que o serviço fosse um “prolongamento” dos ofícios domésticos ou do papel feminino, como limpar, cozinhar, lavar,

³¹¹ HALL, Catherine; Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 65.

³¹² Ibidem, p. 62.

³¹³ Cf. Ibidem.

³¹⁴ Ibidem, p. 70.

³¹⁵ Ibidem, p. 70.

³¹⁶ Cf. Ibidem.

³¹⁷ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 343.

cuidar de crianças, costurar ou modelar, e sempre separadas de locais onde trabalhassem homens.³¹⁸

Os valores domésticos, a separação dos sexos e, portanto, da esfera privada e pública predominantes e disseminados pela burguesia comerciante e financeira influenciaram também a aristocracia e a “*gentry*”, ampliando, dessa forma, o conceito de “burguesia”.

O poder crescente das classes médias na economia, na política e na vida social dos inícios do século XIX teve uma outra repercussão: a aristocracia e a *gentry* adotaram comportamentos que, originalmente, eram próprios dos fazendeiros, manufatureiros e comerciantes.³¹⁹

Assim, o discurso e a moral dos homens de negócios, burgueses, foram receptivos e adotados sistematicamente. A “casa individual” foi disseminada junto a um trabalho de moralização pelos cristãos evangelizadores, por outras parcelas da burguesia e pelos utilitaristas. Incluíram pobres, desempregados, viciados, enfim, toda a sociedade nessa moralização por meio da família, instituições escolares, dominicais, associações e sociedades filantrópicas, pregando a separação dos sexos, do espaço doméstico e público.

De acordo com Hall, as escolas fundadas e o ensino, desde o início do século XIX, ensinavam e educavam somente os rapazes para serem os “capitães de indústria”, como os chamou também Oliveira Vianna,³²⁰ os “homens de negócios” ou “homens de empresa”. As mulheres, as moças, se educadas, o eram em casa e para a casa. Segundo Hunt:

A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público), é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII. [...] Essa é representada como o inverso do homem. É identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível, e que essa sensibilidade era ainda maior devido à debilidade intelectual. As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação de fraqueza muscular, intelectual e sensibilidade emocional faziam delas os seres mais aptos para criar os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres nas sociedades como mães. O discurso dos médicos se unia ao discurso dos políticos.³²¹

³¹⁸ Cf. HALL, Catherine; Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit.

³¹⁹ Ibidem, p. 82.

³²⁰ Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. Op. cit.

³²¹ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 50.

Portanto, a esfera da casa, privada, cabia à mulher e a esfera da empresa ou do trabalho, público, pertencia ao homem, separadas rigidamente em esfera doméstica e esfera pública.

Os negócios, o comércio, os problemas relativos ao trabalho fora de casa tornavam-se cada vez mais masculinos e a esfera da casa, cada vez mais femininos, com espaço e tarefas destinadas exclusivamente à mulher.

Conforme Hall esse projeto de separação da vida do trabalho e do lar “[...] exprimia o desejo da burguesia de possuir uma casa particular e de separar a vida profissional da vida familiar, [...]. As transformações econômicas e sociais tinham levado a tal separação”.³²²

Hunt, a partir de outro contexto, agora, francês, de forma semelhante à Hall, reforça que no século XIX,

[...] as mulheres ficaram relegadas à esfera privada a um grau até então jamais conhecido. Essa tendência data do final do século XVIII (antes mesmo da Revolução). Mas a Revolução deu um grande impulso a essa evolução decisiva das relações entre os sexos e da concepção da família. As mulheres estavam associadas a seu “interior”, ao espaço privado, não só porque a industrialização permitia que as mulheres da burguesia se definissem exclusivamente por ele, mas também porque a Revolução tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma inversão da ordem “natural”.³²³

Ainda segundo Hunt, a mulher deveria ser protegida e afastada do mundo público, político, sendo transformada no símbolo da fragilidade perante o espaço politizado.

Também no Brasil, essa idéia de separar a mulher do espaço público assemelha-se a outros países, o que é confirmado por Pimentel ao dizer: “O Brasil como muitos outros países em desenvolvimento, está vinculado social, econômica e culturalmente aos países mais desenvolvidos. Essa dependência, que é um *fato*, acarreta consigo um conjunto de conseqüências sociológicas”.³²⁴

Nesse sentido, os valores dos países desenvolvidos, no caso aqueles valores instituídos pelos Estados Unidos da América, pela França e Inglaterra, foram assimilados pela sociedade brasileira.

No entanto, havia uma contradição nesse modelo da família e da moral burguesa, baseada na separação da esfera privada e pública, isto é, da divisão sexual do trabalho. Além da continuidade da força de trabalho das mulheres pobres fora da esfera doméstica que nunca

³²² HALL, Catherine; Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 66.

³²³ HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e vida privada* In: *Ibidem*, p. 50-1.

³²⁴ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato valor*. Op. cit., p. 171.

deixaram de trabalhar, o ingresso de mulheres da classe média no mercado de trabalho aumentava ainda mais a contradição e ameaçava o modelo burguês.³²⁵

Em um momento de expansão da economia urbano-industrial, no século XIX, o próprio setor industrial buscava e continuava precisando de mão-de-obra feminina tanto de operárias, como de “[...] mulheres com instrução secundária para preencher novos cargos de certa importância em escritórios, nas áreas em rápida expansão dos bancos, comércio, administração pública e serviço social”.³²⁶ Inclusive, os empregadores tornaram-se defensores da mão-de-obra feminina no trabalho, mas reforçando a divisão sexual por meio de características “forjadas” para as mulheres.

Eram unânimes em elogiar a eficiência de suas funcionárias que, [...], diferentemente dos homens, não fumavam, eram mais pacientes, toleravam a rotina, concentravam-se no trabalho por longos períodos de tempo e, por serem mais modestas, tinham ambições menores que podiam ser satisfeitas com salários menores.³²⁷

Ainda, para aumentar a problemática do trabalho feminino dentro da concepção burguesa, havia mulheres que passaram a defender o trabalho também para elas e que deveriam ser colaboradoras inteligentes e úteis.

Observa-se que a “ideologia” do trabalho como valor e limpeza moral e de condenação à ociosidade impregnou todos os indivíduos, fazendo acreditar que o trabalho era a salvação de toda a sociedade. Os inúteis, portanto, não caberiam mais neste mundo.³²⁸ No entanto, para as mulheres o valor era outro. Essas deveriam fazer o trabalho no espaço doméstico e não no público. Por isso, a ideologia burguesa trazia essa contradição, ou seja, o valor e a exaltação do trabalho não se estendiam à mulher.

Não obstante, no início do século XX, por volta de 1910, muitas mulheres de classe média e alta passaram a engrossar a força de trabalho feminina ao lado das trabalhadoras mais pobres assalariadas. Afirma Besse que essa progressiva participação deveu-se a vários fatores:

(1) a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; (2) a situação econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; (3) a procura cada vez maior de funcionárias no setor de serviços; e (4) a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês do

³²⁵ BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

³²⁶ *Ibidem*, p. 144-5.

³²⁷ *Ibidem*, p. 145.

³²⁸ Cf. CANTO E MELLO, Branca. Da Instrução da Mulher. *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* - FBPF. v. 23, 1992.

trabalho, o que promovia seu desejo de maior auto-suficiência econômica e realização profissional.³²⁹

Com todas as mudanças referidas acima, o trabalho feminino passou a ser um problema global. Tinha que ser contornado de forma que preservasse a divisão sexual do trabalho dentro do espaço doméstico, privado, e os deveres familiares dados como femininos forjados pela moral da família burguesa. Essa contradição, então, foi resolvida com algumas medidas e uma delas foi a permissão do trabalho assalariado feminino como sendo um prolongamento de seus papéis domésticos e familiares, limitando-se a sua inserção em trabalhos considerados impróprios ou inadequados à também forjada “natureza” feminina. Segundo Besse:

Considerações políticas, sociais e culturais exigiam que o emprego feminino não possibilitasse às mulheres deixar de lado seus papéis familiares nem destruísse os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo. Era crucial para a estabilidade da família (e, por extensão, para a ordem pública) e essencial para os empregadores que buscavam manter baixos os custos de mão-de-obra, que o emprego feminino continuasse a ser “complementar” ao emprego masculino.³³⁰

A partir daí, o trabalho feminino foi justificado por vários motivos, dentre tantos, como necessidade econômica e socialmente útil. Ajudaria, assim, no crescimento econômico e na modernização urbano-industrial do país. Preservando a moral e a família burguesa, portanto, criou-se uma nova disciplina e nova moral para controlar o trabalho feminino e, agora, da mulher moderna.

Enquanto no correr do século XIX as mulheres que trabalhavam [...] estavam sujeitas a grave perda de *status*; na década de 1920 as mulheres que trabalhavam – particularmente as profissionais – desfrutavam de certo prestígio. “Trabalhando, (a mulher) vem cooperar para a riqueza e o bem-estar do seu país, e não só satisfaz a imposição da lei biológica do trabalho, como, ante as dificuldades atuais da vida, presta o seu auxílio ao progresso social e aumento da riqueza comum”.³³¹

O discurso estratégico divulgado por todos os lados era que o trabalho feminino não emanciparia a mulher de suas obrigações domésticas; essa não perderia sua feminilidade, preservando seu altruísmo, sua graça, sensibilidade, virtudes “superiores”, piedade,

³²⁹ BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit., p. 143.

³³⁰ *Ibidem*, p. 145-6.

³³¹ *Ibidem*, p. 151.

abnegação, pureza, timidez, recato, doçura, espírito maternal e outros, e nunca o desenvolvimento de caracteres masculinos ou do espírito de competição com os homens.

Começava, assim, a grande batalha da mulher para conciliar os afazeres domésticos e familiares com o trabalho, cuja exigência baseava-se e baseia-se, até hoje, no modelo estereotipado sobre a “natureza” feminina: a necessidade de “provar” sua capacidade, a luta para “desconstruir” sua inferioridade baseada na “lei biológica do trabalho”, agora somada também à “[...] antiga lei biológica da condição de esposa e da maternidade”.³³²

Apesar das mulheres pobres sempre terem trabalhado, essas não lutavam por direitos, mas apenas pela sua sobrevivência e de sua família.

Segundo Chalhoub,³³³ as mulheres pobres não buscavam e nem tinham disposição para seguir o modelo da família burguesa ou a feminilidade da mulher burguesa. Eram mulheres diferentemente fortes perante os homens de sua classe, mais independentes e auto-suficientes que as mulheres da classe média. Apesar de sua atuação e comportamento terem sido divergentes do modelo da moral e da família burguesa, esses não representavam uma afronta ou crítica à divisão sexual do trabalho, ou seja, à ideologia dominante. Ainda, segundo Besse,³³⁴ somente nos meados do século XX foi que surgiram organizações de bairros compostas por mulheres mais pobres, com o intuito de lutar contra a carestia, pela qualidade de vida, pelo direito de creches e pelo bem-estar dos filhos.

Começava também, apesar da existência de poucas feministas³³⁵ ainda, uma luta mais consistente pela igualdade de direitos entre os sexos, respeitando-se a diferença, negando-se que a diferença biológica fosse “causa” da desigualdade e inferioridade com que a mulher fora “determinada” e tratada.

As mulheres passaram a sair das limitações das profissões e funções permitidas ou compatíveis com a “natureza feminina”, avançando em novas áreas e profissões consideradas exclusivamente masculinas. Afirma Besse:

Em apoio ao peso da pressão social na limitação das escolhas das mulheres estava a força legal do Código Civil de 1916, bem como as leis protetoras que

³³² BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit., p. 151.

³³³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³³⁴ Cf. BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit.

³³⁵ No Brasil, especificamente, as primeiras feministas surgiram no século XIX, compondo um pequeno grupo de mulheres de classe média com pouca influência ou repercussão. Não havia ainda uma tradição reformista radical. Segundo Besse: “As mulheres radicais do Brasil tendiam a atuar como indivíduos isolados dentro dos partidos políticos e sindicatos predominantemente dominados pelos homens”. (Ibidem, p. 271).

regulamentaram o emprego feminino. Embora o Código Civil concedesse às mulheres casadas o direito de dispor livremente de seu salário, *elas estavam proibidas de aceitar emprego assalariado sem a permissão do marido*.³³⁶

As mulheres, antes limitadas, somente poderiam trabalhar nas profissões consideradas adequadas à sua condição, à sua capacidade e às suas “qualidades naturais”. Dentre tantas profissões consideradas inadequadas para as mulheres e pelas quais tiveram que enfrentar “obstáculos descomunais”, no dizer de Besse, estavam as de “[...] médicas, advogadas, engenheiras, cientistas, administradoras de alto nível, políticas e *empresárias*[...]”.³³⁷

E é sobre esta última profissão, ou seja, de empresária, que é a profissão das mulheres da amostra para este estudo que ainda, em 1945, um jurista, José Xavier Carvalho de Mendonça, citado por Besse, defendeu o direito do marido de decidir ou de proibir o trabalho da esposa. Segundo o jurista:

Desde que o exercício do comércio afasta a mulher do lar doméstico, desvendando uma parcela do recato da sociedade conjugal, afetando interesses desta sociedade, não se poderia deixar de reconhecer *no chefe de família o direito de veto absoluto da profissão mercantil da esposa*.³³⁸

A profissão na atividade comercial ou de empresária, portanto, era uma das, senão a mais proibida, controlada e vigiada pelo poder masculino. Era tanto que havia também no Brasil legislação específica sobre a mulher no comércio, cujo tema abordamos em seguida.

1.3 A mulher no comércio e no Código Civil Brasileiro

“Colheitas de subsistência, seu comércio e venda nas ruas estavam largamente controlados por tais mulheres. O caráter repetitivo da legislação local, proibindo venda de bebidas e gêneros comestíveis em áreas de mineração, é testemunho suficiente da extensão de semelhantes atividades. [...] Como proprietárias de lojas, tavernas e prostíbulos, desempenhavam um papel vital na vida da comunidade”.

Russel-Wood.

As limitações às mulheres no comércio, especificamente no Brasil, segundo Gomes,³³⁹ foram definidas desde o início do período colonial pelo Direito Canônico e pelo Direito

³³⁶ BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit., p. 164 (grifos nossos).

³³⁷ *Ibidem*, p. 164 (grifos nossos).

³³⁸ MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. “Mulher Comerciante? Isto dava até desquite.” *Jornal da Tarde*. São Paulo. 2 jul. 1975 apud BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit., p. 156 (grifos nossos).

³³⁹ GOMES, Orlando. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

Português, os quais serviram de base para o Direito de Família e, portanto, para o Código Civil brasileiro.

Acrescenta Figueiredo,³⁴⁰ referindo-se ao comércio no período colonial, que o lugar das mulheres no Brasil foi definido pela influência de duas culturas transpostas: a cultura africana, na qual era comum a distribuição de gêneros alimentícios pelas mulheres e a cultura portuguesa, cuja legislação permitia o comércio varejista de produtos variados como doces, hortaliças, bolos, agulhas, alfinetes, alho, pomadas e outros. Afirmam Figueiredo e Magaldi:

A ocorrência nestes núcleos urbanos desta divisão de papéis sexuais, em que o comércio ambulante representava ocupação preponderantemente feminina, revelou-se fruto de uma transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigente na metrópole. Tradicionalmente em Portugal o pequeno comércio incorporou e o Estado protegeu numerosas mulheres com dificuldades de sobrevivência interessadas em escapar do meretrício. Diante da inexistência de bibliografia dedicada ao tema, algumas incursões na legislação acerca da situação da mulher comerciante na sociedade portuguesa são fecundas.³⁴¹

Havia, portanto, em Portugal, uma proteção ao comércio feminino, proibindo-se, inclusive, os estrangeiros, desconhecidos ou vagabundos de o praticarem. Esse era reservado às mulheres do reino para ajudá-las em seu sustento e sobrevivência, sem que nenhum homem causasse problemas a elas.³⁴²

No entanto, segundo Figueiredo, em nenhum outro local colonizado por Portugal como em Minas Gerais, a divisão de papéis sexuais no comércio e o próprio comércio praticado por mulheres causariam tantos problemas. Aliás, esse comércio ambulante exercido por mulheres negras e pobres no Brasil colonial era um contraste extremamente grande em relação ao papel da mulher branca. As negras e pobres sofriam pressões e regulações por decretos, leis e/ou alvarás em todas as províncias. Ainda, no Brasil, esse comércio não foi reservado às mulheres como o era em Portugal, porque, aqui, esse foi violentamente disputado com os homens comerciantes e mercadores.

Afirma Mott: “É por demais claro quais são os móveis de tal interdição ao comércio das negras: trata-se de proteger a elite comerciante contra a ameaça da competição das negras e mulatas vendedeiras”.³⁴³

³⁴⁰ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Op. cit.

³⁴¹ Idem; MAGALDI, Ana Maria. Negras de tabuleiro e vendeiras: A presença feminina na desordem mineira do século XVIII. *Ciências Sociais Hoje*, 1984, ANPOCS. São Paulo: Cortez Editora, 1984. p. 181.

³⁴² Cf. *Ibidem*.

³⁴³ MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. v. III, n. 105, 1976. p. 103.

As mulheres, no Brasil, incluindo todas, ou seja, independentemente da cor ou posição social, ocupavam um plano secundário, reservando-lhes um comércio de coisas e objetos triviais, sendo consideradas como as crianças, os incapazes, os doentes, enfim, do grupo dos interditos.

Essa colocação da mulher no grupo dos incapazes e sua situação de subalternidade também no Brasil, percebe-se, é igual ao Código italiano, à legislação americana e ao Código francês, já vistos.

Apesar dessa comparação, não podemos esquecer da grande diferença da sociedade brasileira nos aspectos sociais, econômicos, jurídicos, políticos e culturais em relação à Europa e à América do Norte. No entanto, neste ponto que ora abordamos, ou seja, em relação à mulher, os Códigos e as legislações assemelhavam-se em muito.³⁴⁴

Paradoxalmente, a mulher podia “[...] herdar e administrar a propriedade, desde que o fizesse em favor dos interesses da família”³⁴⁵ e sob a tutela de um homem, ou seja, do pai ou do marido ou de um curador.

De acordo com Verucci, somente no século XVII “[...] se encontra documentação importante sobre a situação das mulheres no Brasil”.³⁴⁶ A família, tanto nesse século como no século XVIII “[...] com sua organização patriarcal era o centro econômico e político da sociedade [...]”,³⁴⁷ com grande poder e força perante o Estado, mediados pelo poder e interferência da Igreja, principalmente sobre o comportamento e a virtude das mulheres. O Direito Canônico prevaleceu até 1890, época da promulgação da lei que instituía o casamento civil. No entanto, continuou com forte influência durante a República brasileira, servindo de apoio para o Código Civil de 1917, alojando-se no Direito de Família.

Não nos propomos a abordar o Direito de Família, suas inúmeras leis e decretos pelos quais passou³⁴⁸ e o compõem atualmente,³⁴⁹ mas apenas referenciar alguns pontos necessários ao nosso enfoque. Não nos propomos, ainda, abordar todos os direitos da mulher nas diversas áreas, conquistas e/ou mudanças registradas nos Códigos Civis e/ou nas Constituições ou

³⁴⁴ A autora Pimentel, inclusive, escreveu: “Grande parte do ordenamento jurídico brasileiro é mais o resultado da elaboração de normas moldadas nos modelos alienígenas do que respostas aos problemas da nossa realidade social”. Como exemplo, Pimentel cita um certo desvirtuamento nos Código Civil brasileiro em relação aos 34 artigos referentes às normas do dote. (PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*: norma, fato valor. Op. cit., p. 170).

³⁴⁵ VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit., p. 263.

³⁴⁶ Ibidem, p. 263.

³⁴⁷ Ibidem, p. 263.

³⁴⁸ Cf. BRASIL. Novo Código Civil de 2002. Op. cit.; e Constituição Federal de 1988.

³⁴⁹ Ibidem.

ainda em outras obras, mas apenas aqueles direitos que se referem à mulher no comércio e na administração de bens e/ou propriedades.

No período colonial brasileiro, revela-nos Figueiredo,³⁵⁰ especificamente em Minas Gerais nos anos de 1728 e 1745, para obter a concessão de propriedades – as chamadas sesmarias – a mulher deveria ter o consentimento do marido ou do pai, além das exigências rotineiras feitas aos homens. O número de mulheres que obtinha essa concessão era muito pequeno, sendo uma (01) mulher para cada trinta e cinco (35) homens. Também excluídas de função política, eram ausentes em qualquer setor administrativo, reproduzindo a segregação sexual do domínio português. As mulheres apareciam somente em funções dadas como tradicionais ao sexo feminino, como tecelagem, panificações, alfaiataria, costureiras, doceiras, fiandeiras, rendeiras, cozinheiras, lavadeiras, criadas, parteiras etc. Apareciam, desde o início do período Colonial, no pequeno comércio ambulante das vilas e, depois, das cidades como Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Sobre esse comércio, Mott escreve que “[...] no tempo da Visitação do Santo Ofício, no final do nosso 1º século, dava-se notícia da existência de ‘negra taboleira’³⁵¹ perambulando pela cidade de São Salvador”.³⁵² A época referida na citação acima equivale ao final do século XVI. No entanto, o comércio das negras tornou-se maior e mais visível e, principalmente, perseguido, por volta do século XVIII. Em relação ao comércio praticado pelas mulheres negras em São Paulo, Mott registra-o, usando uma citação de Saint-Hilaire:

Em São Paulo não são encontrados negros a percorrer as ruas, como no Rio de Janeiro, transportando mercadorias sobre a cabeça. *Os legumes e as mercadorias de consumo imediato são vendidos por negras*, que se mantêm acoradas na rua, que por motivo de tal comércio, tomou o nome de rua da Quitanda.³⁵³

Observa-se, portanto, que o costume do comércio em São Paulo variava apenas na forma de vender os produtos. A importância do papel que as mulheres negras exerciam na prática do comércio era tão grande que, segundo Mott, seria até impossível pensar em viver sem ele nas vilas e nas cidades coloniais. Para ilustrar a efervescência desse comércio

³⁵⁰ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Op. cit.

³⁵¹ Observamos que o autor Mott usa a expressão “negra *taboleira*”. (p.99) em algumas passagens de seu trabalho, e em outras, usa “negras de *tabuleiro*”. (p.100). Seguimos tais usos de acordo com o texto nos trechos que selecionamos.

³⁵² MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 99.

³⁵³ SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins, 1972. p. 162-163 apud ibidem, p. 102 (grifos nossos).

praticado pelas mulheres negras, transcrevemos um trecho do artista francês Debret, retirado do texto de Mott:

Por volta das 6 horas da manhã surgem os carregadores de água e de leite e as vendedoras de pão-de-ló. De 6 a 7 horas encaminham-se sossegadamente para o centro da cidade os negros de ganho; uns preparam durante o caminho folhas de palmeiras para a confecção de chapéus, enquanto outros, menos ativos, acertam sossegadamente o passo ao som da marimba. Na mesma hora, isto é, de 6 a 8 horas, os mercados situados nas praias de desembarque e já abastecidos pelas embarcações chegadas de madrugada, apresentam um movimento generalizado de quitandeiras que se encontram o resto do dia nas ruas ou nos mercados internos da cidade. De 8 horas ao meio dia os cafés das grandes praças ou das imediações da Alfândega, tornam-se o ponto de encontro dos comerciantes vindos do interior a negócio. De 8 às 11, vêm-se tropas chegadas de São Paulo e Minas estacionarem na rua Direita, na altura da Igreja da Cruz, descansando da última marcha noturna, depois de descarregada a mercadoria... Por volta das 4 da tarde tornam a aparecer nas ruas às vendedoras de pão-de-ló para a hora do chá. No mesmo momento aparecem também as vendedoras de velas; outras vendem doces, sonhos, etc.; estas últimas se dirigem para o largo do Palácio onde se reúnem das 4 às 7 os pequenos capitalistas e negociantes. De 7 às 10 ou vê-se nas ruas o pregão dos vendedores de amendoim torrado, de milho assado, pastéis quentes, pastéis de palmito, pudim quente, manué³⁵⁴, etc.³⁵⁵

Debret referia-se ao comércio da cidade do Rio de Janeiro por volta do início do século XIX. Tal comércio impressionou-o tanto, que o retratou em inúmeras pinturas. A diversidade dos produtos comercializados pelas mulheres negras permite-nos ter uma noção do suprimento que era feito às necessidades dos habitantes tanto do Rio de Janeiro como das outras localidades. De acordo com Mott, as negras vendiam: “[...] flores, refrescos, cestos, aves, palmito, milho, capim, leite, cavalos, cabras, frutas, bolos, angu, peixe, carvão, cebola, alho, tripas, lingüiça, aluã,³⁵⁶ manué, sonhos, atacaça,³⁵⁷ café torrado etc.”.³⁵⁸ O comércio estendia-se ainda ao norte do país, alastrandose por várias e diversas cidades e áreas.

³⁵⁴ A palavra Manué foi encontrada como: Manauê – s. m. Bras. V. manauê. Manauê – s. m. Bras. Cul. V. manauê. “O mucunzá..., a coalhada escorrida e os fofos *manuês* assados em folha de bananeira!...” (Domingos Olímpio, *Luzia-Homem*, p. 66) (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda., *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Positivo, 1988. p. 1271).

³⁵⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1972. Tomo I e II. p. 288 apud MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 101.

³⁵⁶ A palavra aluã foi encontrada no dicionário com: *aluá!* [Do ár. al –halúwa(t), ‘doce’] s. m. 1 – Doce feito de leite, açúcar e amêndoas trituradas. 2 – Alféola. *Aluá*² [Do quimb. ualuá] s. m. Bras. Bebida refrigerante, feita com farinha de arroz ou milho torrado, fermentado com açúcar, em potes de barro, ou com cascas de abacaxi, pelo mesmo processo. “queixou-se do calor e mandou vir um copo de aluá”. (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 58). (Var. us. na BA.). aruá² / 2. Bras. S P. Bebida feita com aguardente, infusão de café e gengibre, água de arroz ou de fubá, colocada com açúcar (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda., *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Op. cit., p. 107).

³⁵⁷ Atacaça – não foi encontrado o seu significado em nenhum dicionário ou outra fonte.

³⁵⁸ MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 101.

Afirma Mott: “Também nas cidades setentrionais, vamos encontrar o pequeno comércio manipulado em grande parte pelas negras”.³⁵⁹ Continua o autor, agora citando um viajante, Henry Bates,³⁶⁰ que este, ao passar por Belém, encontrou “[...] grande número de negrotas bizarramente vestidas, que ficavam no caminho que leva às portas da igreja, com tabuleiros de licores, doces e cigarros, que vendem aos que estão do lado de fora”.³⁶¹

Foi em Minas Gerais, contudo, que o comércio das mulheres negras mais preocupou e irritou as autoridades metropolitanas. Por volta do século XVIII, surgiram várias medidas, decretos e alvarás proibindo o comércio dos negros e, principalmente, das “negras dos tabuleiros”. Explica-nos Mott³⁶² que o controle do pequeno comércio na colônia pelo governo metropolitano pode ser analisado sob dois aspectos: primeiro, com o objetivo de controlar abusos dos vendedores ou comerciantes desonestos sobre os consumidores e, com isso, aumentar a arrecadação da taxa sobre os pesos e medidas conferidos aos produtos; segundo, para sanar irregularidades como os atravessadores de produtos básicos, a exemplo do pão, da farinha de mandioca, do monopólio do preço e da venda da carne de gado, sal, aguardente, fumo e outros. Ao impedir o monopólio, a administração colonial desejava uma maior garantia no abastecimento dos produtos básicos aos habitantes da colônia.

Observa-se, portanto, que a administração colonial preocupava-se com o comércio ao adotar medidas oficiais para proteger e defender o pequeno comerciante e a população consumidora.

No entanto, proibiu o comércio das mulheres negras, dos negros, mulatas(os), escravas(os) ou forras(os). A título de exemplo, registramos parte de um decreto do governo oficial em 1722, extraído do texto de Mott:

Faço saber aos que este meu bando virem, que tendo respeito a me representar a Câmara desta vila do Carmo, que os mineiros do distrito delas recebiam grande prejuízo na permissão que havia para venderem as negras, de tabuleiros pelas lavras e faisqueiras, incitando aos escravos a que lhe comprem [...] *sou servido ordenar que nenhuma negra, escrava ou forra, possa sair fora do corpo desta Vila e arraiais do distrito dela, a vender com tabuleiros, ou sem ele, cousas comestíveis, ou bebidas, pelo prejuízo que disso resulta [...]* E toda pessoa que achar qualquer negra de quem quer que for, fora desta vila, ou dos arraiais do seu distrito, lhe tomará logo o tabuleiro ou o que trouxer para vender, assim comido como bebida, e trará a dita negra à cadeia desta vila, e não fazendo, não somente será castigada, mas pagará a condenação que o Sr. da mesma negra havia de pagar, ou ela, sendo forra. É trazida assim à cadeia, estará um mês nesta, e antes de sair pagará seu Senhor ou a mesma

³⁵⁹ MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 93.

³⁶⁰ BATES, Henry. O Naturalista no rio Amazonas. *Brasiliiana*. n. 237. p. 218 apud *ibidem*, p. 93.

³⁶¹ *Ibidem* apud MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 93.

³⁶² MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit.

negra, sendo forra, 20 oitavas de ouro que se aplicarão para as obras públicas da câmara desta vila, e sem satisfazer a condenação não poderá ser solta [...].³⁶³

O cerceamento às mulheres negras, observa-se, era rígido, tanto para as próprias, como para quem fosse conivente com seu comércio ambulante.

Apesar de ser em Minas Gerais a fiscalização mais severa, essa também existia em outras províncias, com envios de documentos, alvarás e decretos. No entanto, nas Minas Gerais, devido à exploração aurífera, à prática da mineração, o controle era maior na tentativa de coibir o contrabando, a fraude, o roubo dos cofres da Coroa sobre o ouro em pó e diamantes encontrados. As mulheres negras vendedeiras, como também os homens negros, vendiam suas mercadorias nas zonas das lavras aos escravos mineradores, os quais pagavam tais mercadorias com “[...] ouro em pó, diamantes ou dinheiro, que por direito deveriam pertencer a seus senhores”.³⁶⁴

A mulher mineira aparecia com várias faces, praticando um intenso comércio variado e administrando grande parte das vendas ou estabelecimentos. As mulheres de Minas Gerais participaram significativamente da economia como as do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador ou também de Portugal, por meio de suas práticas comerciais, desconstruindo a imagem homogênea de uma mulher sempre passiva, submissa e acomodada, como se não tivesse lutado e forjado o caminho para as conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Ainda no século XVIII, por volta de 1792, a condição das mulheres casadas e viúvas era regulada pelas ordenações Afonsinas, Manoelinas e Filipinas, estabelecendo os seus direitos, suas funções e as proibições. Juridicamente, as questões sobre os direitos da mulher surgiu no Brasil, pela primeira vez, no Código Civil de 1916,³⁶⁵ o qual regulou as ordenanças referidas acima em trinta e um (31) artigos,³⁶⁶ inclusive o dote para as mulheres que se casavam e para as religiosas.³⁶⁷

³⁶³ ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) – Lisboa *Manuscritos do Brasil*. Livro 26, Vila do Carmo. 10 jan. 1722 apud MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 99-100 (grifos nossos).

³⁶⁴ MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 100.

³⁶⁵ Encontramos diferentes referências sobre a data desse Código Civil, ou seja, um de 1916 e o outro de 1917. Optamos pela data de 1917, com base em GOMES, Orlando. *Direito de Família*. Op. cit. E, ainda, segundo Verucci, o Código Civil de 1917 sofreu forte influência do Código Napoleônico, conservador, ficando a mulher sob a obediência do pai ou do marido, e esses detinham o poder também sobre o patrimônio ou bens da mulher e dos filhos. O Código Napoleônico, por sua vez, apoiou-se no Direito Romano com forte concepção patriarcal (VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.).

³⁶⁶ Atualmente, segundo Pimentel, constam trinta e quatro (34) artigos referentes ao dote no Código Civil brasileiro (Cf. PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*. Op. cit.).

³⁶⁷ Cf. BARBOSA, Águeda Arruda. A mulher na área jurídica – família. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.

Havia, nessa medida, discriminação contra a mulher pobre por não conseguir casamento com um homem de classe mais alta e para a vida religiosa, porque a congregação exigia o dote. A mulher viúva, considerada de “entendimento fraco”, deveria ter a proteção de um curador, o qual era designado para administrar e cuidar de seus bens. A mulher, enquanto solteira, tinha a proteção do pai; casada, a proteção do marido e viúva, a de um curador.³⁶⁸

As mulheres, no século XIX, continuaram com sua fundamental participação na economia e na vida social. No momento em que o Brasil passava pela mudança de mão-de-obra escrava para a assalariada ou livre, a presença da mulher foi crucial na vida rural.

Segundo Silva,³⁶⁹ o papel da mulher foi decisivo para o sucesso do sistema de colonato praticado no período da economia cafeeira, conciliando o trabalho doméstico com a roça de subsistência e com o cafezal.

No entanto, a sua força de trabalho era mascarada. As mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras individualizadas, porque o trabalho continuava dominado ou controlado pelo pai ou pelo marido. Para as mulheres casadas era ainda mais penoso trabalhar, porque dependia das exigências da família, ou seja, dos filhos e dos cuidados da casa. E, mesmo com as mudanças provocadas pela modernização, pela substituição do regime de colonato para o regime assalariado e pelo êxodo rural por volta de 1950 e 1960, a exploração sobre o trabalho feminino continuou, agora também no espaço urbano industrializado.

Ainda, em 1943, na Consolidação das Leis Trabalhistas, sancionada em 1º de maio pelo Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei 5.453, apesar da reunião de todas as regras e normas específicas ao trabalho, antes, dispersas, o tratamento em relação às condições de trabalho da mulher continuava impedindo-a de autonomia. Tanto o pai ou o marido poderia rescindir o contrato de trabalho da mulher, caso julgassem que esse estivesse afetando as relações familiares, as condições específicas femininas ou com prejuízo para os filhos.³⁷⁰

Essa legislação trabalhista apresentou-se muito contraditória, porque ao mesmo tempo em que as mulheres conseguiram alguns direitos em relação ao trabalho, continuava a tutela protecionista masculina e a desigualdade salarial entre os sexos. Enfatiza Pena:

A partir de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho feminino passou a ser minuciosamente regulado. [...] a liberdade burguesa de vender sua

³⁶⁸ Cf. BARBOSA, Águida Arruda. A mulher na área jurídica – família. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.

³⁶⁹ SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a Bóia-fria. In.: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Op. cit.

³⁷⁰ Cf. VIANNA, Segadas. *Instituições de Direito do Trabalho*. 11. ed. v. II. São Paulo: Letra, 1991.

própria força de trabalho deveria estar, a partir de então, referendada não somente pelo marido, quanto por outro representante do saber oficial masculino, um médico. [...] o papel materno e o de dona de casa da mulher estavam de novo coercitivamente legitimados pelo Estado. [...] e, finalmente, com relação à equiparação salarial entre homens e mulheres, a legislação continuava, em 1943, a ser bastante ambígua. Desde o Tratado de Versalhes, em 1919, que tal equiparação era recomendada a nível internacional, constando de várias sugestões internas da OIT. Assim o artigo 5 da CLT afirmaria que “a todo trabalho de igual valor, corresponderia a salário igual, sem distinção de sexo”.³⁷¹

Segue a autora dizendo que, no entanto, o artigo 461 da CLT vem contrariar o que a OIT pregava pelo fato de que,

[...] na prática, a própria legislação transformaria o princípio, abrindo brechas para a intensificação da exploração da mulher e para as diferenciações salariais no interior da mesma categoria profissional de trabalhadores/as, isto é, promovendo hierarquias e quebrando a solidariedade de classe.³⁷²

Segundo Pena, o Estado fez da mulher o “exército industrial de reserva” e, juridicamente, consolidou a dependência da mulher sob a tutela do marido. Após esse Decreto-Lei nº 5.433, foi revogada a Lei nº 4.121, estabelecendo o “Estatuto Civil da Mulher Casada” em 1962. Sobre essa lei existem vários registros, inclusive, controversos, sendo impossível a abordagem de todos neste momento. Por isso, selecionamos apenas alguns.

Essa lei de nº 4.121, segundo Verucci,³⁷³ foi promulgada no dia 27 de agosto de 1962, mas seu anteprojeto já existia desde 1949, de autoria da advogada feminista Romy Medeiros da Fonseca, com colaboração da colega Ormindia Bastos. A lei propunha, dentre várias mudanças, alterar a condição jurídica da mulher casada, acabando com a supremacia do homem como “chefe” na relação conjugal e a sua considerada “incapacidade”. No entanto, como Romy Medeiros não era parlamentar e é norma do Congresso atribuir a autoria de projetos às pessoas que os apresentam, esse foi registrado na literatura como sendo uma criação do Senador Lago, porque ele o apresentou no Senado com o Projeto de Lei nº 29 em 1952.

O Estatuto foi inserido no Código Civil, mas, mesmo após promulgada essa lei e algumas conquistas, muitas reivindicações foram negadas, inclusive o pátrio poder conjugal que continuou com o homem. A Lei 4.121, infelizmente, confirmava a reprodução da dominação patriarcal da sociedade brasileira sobre a mulher e sobre o trabalho feminino.

³⁷¹ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 167-8.

³⁷² *Ibidem*, p. 169.

³⁷³ VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvania M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.

No mesmo viés, Blay afirma: “É de 1962 a alteração dos Direitos da Mulher Casada livrando-a, *parcialmente*, da sujeição ao marido que, mesmo desaparecido, continuava a deter poder sobre os bens e os filhos do casal”.³⁷⁴

Observa-se a forma *parcial* com que a autora fala sobre a alteração dos direitos da mulher casada, ou seja, houve a continuidade de um controle por parte do marido.

Acrescenta Blay que a união estável só foi reconhecida com a Constituição de 1988 e somente com a lei 8.560 da referida Constituição é que a mulher passou a ter o direito de “[...] indicar o nome do pai no cartório de registro civil [...]”,³⁷⁵ antes negado por suspeita de que estaria mentindo.³⁷⁶ Em relação à lei n. 4.121, Requião escreve:

A mulher casada não é incapaz. Possui plena capacidade, mesmo na constância do casamento. O preceito do art. 6º do Código Civil, que declarava a mulher casada “incapaz relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer”, foi revogado, com o advento da Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962.³⁷⁷

Mesmo não sendo considerada mais incapaz, no dizer de Verucci³⁷⁸ e Blay, citadas anteriormente, ainda continuou a sujeição da mulher casada ao marido, o detentor dos bens e dos filhos, portanto, contraria a “[...] plena capacidade, mesmo na constância do casamento”, na afirmação de Requião. Na seqüência, o autor reforça: “A Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, corrigiu e modernizou a lei civil brasileira, reformulando o problema da mulher casada dentro da sociedade conjugal, de forma a consagrar o princípio de sua *igualdade perante o marido*”.³⁷⁹

Observa-se, portanto, que as afirmações de Requião contradizem, em parte, o que as autoras anteriormente citaram, isto é, que a mulher casada não conseguiu a igualdade *plena* para administrar bens, trabalhar e a igualdade perante o homem na relação conjugal, alcançando-as somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Pimentel, em relação à lei, afirma que

[...] muitas restrições aos direitos da mulher vêm sendo, paulatinamente, eliminadas da legislação de muitas Nações. A mesma tendência pode ser observada na

³⁷⁴ BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo: USP, n. 1, p. 87, mar./maio/2001 (grifos nossos)

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 87.

³⁷⁶ Além, existem inúmeras questões em relação à mulher, umas resolvidas, outras não e/ou em andamento ou debates, que não são necessárias para o escopo de nosso trabalho.

³⁷⁷ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 81.

³⁷⁸ Cf. VERUCCI, Florisa. A mulher no Direito de Família Brasileiro – uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvia M Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.

³⁷⁹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 82 (grifos nossos).

legislação brasileira, que, em 1962, dentre várias modificações importantes, suprimiu do nosso Código Civil o preceito que considerava a mulher casada relativamente incapaz, colocando-a ao lado dos pródigos, silvícolas e menores púberes.³⁸⁰

A autora refere-se à superação da *incapacidade* da mulher e critica, também, a questão da desigualdade da mulher perante o homem em relação à chefia da sociedade conjugal. O artigo 233 do Código Civil, àquela época, atribuiu ao marido o poder da chefia na sociedade conjugal. Mesmo acrescentando que nessa chefia, na criação dos filhos e no interesse comum do casal tenha a colaboração da mulher, a “chefia” pelo marido significava comandar, ou seja, ter superioridade e, portanto, a continuação da desigualdade na relação conjugal. Enfatiza Pimentel:

Enquanto a figura da chefia, direção, ou outro qualquer nome que se lhe dê, permanecer nos textos legais, a subalternidade jurídica da mulher em relação ao marido também permanecerá e trará como consequência normas como esta, que inferiorizam a mulher até mesmo em relação a seus filhos.³⁸¹

Não obstante, antes da lei de nº 4.121 de 1962, a opinião de Requião e das mesmas autoras citadas convergem-se ao afirmarem que no regime anterior a essa lei, no âmbito do Direito Comercial, a mulher era classificada entre os incapazes ou interditos.

Revela-nos Requião que a lei nº 4.121 causou muitas divergências entre os juristas brasileiros, porque alguns reclamaram a necessidade da intervenção do juiz ao suprir o consentimento do marido, alegando que a atividade comercial tem muitos riscos e é muito complicada, a exemplo do Prof. Honório Monteiro.³⁸²

Outro jurista, Prof. Eunápio Borges, de Minas Gerais, mesmo com a promulgação da referida lei, considerou necessária a autorização do marido para a mulher praticar o comércio. Conforme suas palavras: “[...] a exigência da autorização marital para o exercício do comércio é norma especial, que se justifica pela natureza e pelos riscos da profissão mercantil”.³⁸³

O citado Professor reforça ainda, de acordo com Requião, que “[...] por força do inciso IV do novo art. 242 do Código Civil, ela não pode (como não podia antes) ‘contrair obrigações que possam importar a alheação dos bens do casal’.”³⁸⁴

Nesse inciso, portanto, observa-se que a mulher não poderia dispor dos bens sem o consentimento do marido. No entanto, o Prof. Eunápio Borges, em 1964, acrescentou que o

³⁸⁰ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*. Op. cit., p. 17.

³⁸¹ Ibidem, p. 57.

³⁸² Cf. Ibidem.

³⁸³ Ibidem, 82.

³⁸⁴ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 82 e apud ibidem, p. 82.

marido também deveria ter autorização da esposa no caso de alheamento dos bens do casal, fato, aliás, que causou reação contrária e críticas de outros.

Havia alguns que defendiam posições diferentes, como o Prof. Fran Martins, citado por Requião, dizendo que “[...] desapareceu assim, a incapacidade relativa da mulher casada para o exercício da profissão lucrativa, podendo, de tal modo, a mesma comerciar ou participar de sociedade comercial sem autorização do marido”.³⁸⁵

O fato é que após muitos debates e controvérsias, o inciso VII, especificamente, do art. 242 do Código Civil que proibia a mulher de exercer profissão sem a autorização do marido, foi revogado, resultado de um pedido de dispensa pelo Ministério da Indústria e do Comércio, “[...] respaldada em pareceres de seu Consultor Jurídico, o ilustre jurista Aloysio Lopes Pontes, e do então Consultor Geral da República, Prof. Adroaldo Mesquita da Costa, decidindo [...] pela *dispensa da outorga marital*”.³⁸⁶

Observamos pelos comentários de Requião que o Prof. Adroaldo, mesmo opinando pela dispensa da autorização do marido, queixou-se por tê-la feito. Ou seja, a lei foi revogada com “muita pena” e protestos contrários. Veja a argumentação do Prof. Adroaldo citada por Requião:

[...] a autorização marital não deveria ter sido dispensada. Como legislador, teria aprovado o projeto que conservava o direito anterior, mantendo a exigência do consentimento do marido, para poder a mulher casada exercer a profissão de comerciante. [...] não teria sido, então, preferível tentar-se, primeiramente, a obtenção daquele consentimento, e se este viesse a ser negado, pudesse a mulher recorrer ao juiz, o qual, usando do arbítrio de bom varão, decidisse de acordo, antes de tudo, com o bem-estar e a felicidade do lar? Oxalá essa inovação legislativa não aumente as causas de discórdia nos lares, acirrando disputas, que venham, quiçá, a culminar no desquite [...].³⁸⁷

A visão do Prof. Adroaldo era que a família poderia desorganizar-se drasticamente com a autonomia da mulher no exercício da profissão de comerciante. Observa-se ainda seu caráter extremamente moralista e conservador ao referir-se à qualidade do juiz para julgar e decidir sobre a permissão do exercício da profissão para a mulher, caso o marido a negasse.

O próprio Requião, nessa obra que ora usamos, mostrou-se também contrário à liberação da mulher, ao dizer que o legislador, empolgado com a libertação da mulher e “[...] com o princípio político e universal da igualdade dos sexos”³⁸⁸, esqueceu-se da disciplina da

³⁸⁵ Apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 82.

³⁸⁶ Ibidem, p. 83.

³⁸⁷ DOU, de 18/06/1965, Seção I, Parte I, p. 4.052 a 4.055 apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 83.

³⁸⁸ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 83.

família, de sua grande importância e necessidade de uma “[...] autoridade de um chefe [...]”,³⁸⁹ para a sua organização, tranquilidade e segurança. Afirma ainda Requião: “A autoridade marital saiu, sem dúvida, amesquinhada da reforma de 1962”.³⁹⁰

Acrescenta que a lei poderia ter sido adotada nos moldes do moderno direito francês que, apesar de conceder o direito à mulher de praticar uma profissão sem a necessidade da autorização do marido, concedeu a esse o direito de oposição à mulher pelo exercício da profissão. A querela seria resolvida, então, pelos tribunais, a pedido da mulher.³⁹¹

Creemos que, para tal aprovação, portanto, houve grande pressão das mulheres, que, sabemos, reivindicavam o direito de praticar a profissão e pressão também de órgãos com representação do grupo empresarial, a exemplo do Ministério da Indústria e do Comércio.

Assim, por muitas décadas, a mulher foi considerada *juridicamente* incapaz de praticar o comércio e administrar bens e/ou o patrimônio, cabendo-lhe apenas, devido ao seu “dado” despreparo, a procriação, o cuidado com os filhos e as funções domésticas.

Por meio das reivindicações e muitos esforços, as mulheres já conseguiram inúmeras conquistas em relação à igualdade de direitos tanto na família, como no trabalho, no espaço público, na participação política, apesar de ainda continuar existindo desigualdades, discriminações e resistências.

Essas conquistas, mudanças e direitos, portanto, podem ser conhecidos por meio do Novo Estatuto Civil da Mulher Casada, no Novo Código Civil de 2002, cujos direitos estão também regulamentados na Constituição Federal de 1988, lembrando que toda decisão judicial deve ser de acordo e nunca contrária à Constituição Federal vigente.

Portanto, passando por cima de vários momentos fundamentais dessa luta, apontamos a década de 1960, notadamente o ano de 1962,³⁹² quando as mulheres, no Brasil, sem dizer nas tantas lutas de mulheres ocorridas também em vários outros países, conseguiram uma reforma no Código Civil, eliminando a incapacidade civil das mulheres casadas. Contudo, essa conquista não significou uma *igualdade plena frente ao homem*, ou seja, ao marido, o qual continuou sendo considerado o chefe da família e o modelo de mulher ainda era o de mãe e dona de casa, apesar do grande número de mulheres atuando no mercado de trabalho, no espaço público³⁹³ e, inclusive, do aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres.

³⁸⁹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 83.

³⁹⁰ Ibidem, p. 83.

³⁹¹ Cf. Ibidem.

³⁹² Cf. FLASCO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. *Mulheres latinoamericanas em Dados*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1993.

³⁹³ Cf. BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, p. 179-199, 2. sem., 1994.

Segundo Giuliani: “Muitas mulheres de diferentes segmentos sociais e com críticas diversas à desigualdade sexual no mundo do trabalho e nas relações familiares participaram do processo de elaboração da Constituição de 1988”.³⁹⁴

Além da participação de muitas mulheres não feministas ou ligadas a movimentos de mulheres, muitas feministas tiveram atuação fundamental. Segundo Pinto:

É neste (discurso) que se revela a posição de poder das forças políticas em luta em um dado momento, como é exemplo, ao longo da década de 80, o discurso público de direitos das mulheres pautado por diversas instâncias do movimento feminista que logrou importante espaço na agenda política parlamentar e teve na Constituinte de 1988 um momento privilegiado.³⁹⁵

A luta, a representação e participação por demandas, identidades e direitos no espaço público extrapolavam ideologias, partidos políticos ou processos eleitorais. Tornou-se um canal ou via de acesso de pressão perante o Estado para a tomada de decisões relativas à defesa dos direitos de *todas* as mulheres.

A Constituição deveria ampliar também questões como a cidadania social das mulheres. No entanto, após a conclusão da redação final do documento, continuou o distanciamento entre as demandas e a cidadania³⁹⁶ para as mulheres. Continua Giuliani dizendo que a Constituição define direitos relativos às condições de trabalho; introduz novos direitos; incentivos específicos para as mulheres no mercado de trabalho como a ampliação da licença maternidade, licença paternidade, aposentadoria com limites de idade diferenciados para mulheres, reconhecimento do direito da mulher ser também chefe de família, portanto, a igualdade e reciprocidade entre a mulher e o homem no casamento e instituição do direito às mulheres do campo de registrar títulos de propriedade de terra no seu nome.³⁹⁷ Nas palavras de Giuliani:

³⁹⁴ GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In.: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Op. cit., p. 658.

³⁹⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, n. 1, Op. cit., p. 104.

³⁹⁶ Lembramos que a cidadania política, ou seja, o direito ao voto foi conseguido pelas mulheres brasileiras em 1932, anterior à países como a França e Itália, por exemplo. No entanto, a cidadania no mundo do trabalho em busca da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens foram silenciados no período de 1979 a 1985. (Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, n. 1, Op. cit.). Ressaltamos ainda que nesse texto acima, da autora Pinto, a data que marca o direito de voto das mulheres no Brasil é 1932, enquanto que no livro de Pimentel, a data é de 1931. (Cf. PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*: norma, fato, valor. Op. cit., p. 9 e 11).

³⁹⁷ Cf. *Ibidem*.

Nesse intenso debate, dois processos importantes fortalecem as consciências e os argumentos das mulheres.³⁹⁸ Por um lado, a necessidade de legitimar as normas universais de igualdade leva as mulheres a quantificarem as situações de discriminação através de estudos e dados estatísticos. Por outro lado, as mulheres passam a investir na elaboração de regras, medidas e princípios capazes de garantir o equilíbrio da participação de homens e mulheres nas diferentes esferas da vida social; reivindicam que sejam formalizados juridicamente em nível nacional, regional e local.³⁹⁹

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a Lei 7.855, a mulher conseguiu livrar-se da tutela ou do consentimento do marido ou do pai para ter autonomia no trabalho, afirma Verucci.⁴⁰⁰

Em seguida, fizeram-se complementações nas Leis Estaduais em 1989 e nas Leis Orgânicas dos Municípios nos últimos anos da década de 1990, permitindo às mulheres direitos semelhantes aos dos homens, especificamente os direitos políticos e garantias constitucionais. A Constituição de 1988,

[...] finalmente consagra o princípio da igualdade de direitos e de deveres entre os homens e as mulheres no Capítulo dos Direitos Fundamentais e reforça esse princípio no Capítulo da Família quando expressa a igualdade de direitos entre os cônjuges. [...] ampliou o reconhecimento de novas formas de família, acolhendo as grandes transformações sociais e econômicas do país e acatando as reivindicações dos movimentos feministas que há anos trabalhavam para a modernização e democratização da legislação que mantinha até então a mulher em situação de subalternidade e dependência.⁴⁰¹

A mulher, a partir da Constituição de 1988, passa a ter, portanto, direitos e obrigações.

Assim, os direitos das mulheres no tocante à iniciativa do trabalho, à administração e posse de bens registrados no Novo Código Civil de 2002 respaldam-se na Constituição Federal de 1988.

Para se chegar à igualdade de direitos entre mulheres e homens conforme a Constituição de 1988, a luta das mulheres foi longa, com grandes e vários obstáculos. Sem ser nossa proposta traçar neste capítulo o longo caminho trilhado pelas mulheres em busca de outros direitos, pontuamos alguns momentos apenas para essa mudança no Código Civil de

³⁹⁸ Durante a elaboração da Constituinte de 1988 foi entregue aos parlamentares um documento – “A carta dos direitos das Mulheres” – pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, possibilitando articulação entre muitos e diversos grupos de mulheres atuantes no mercado de trabalho nos níveis nacional e estadual. (Cf. GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In.: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Op. cit., p. 667).

³⁹⁹ Ibidem, p. 658.

⁴⁰⁰ VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvania M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 267.

2002 que trata sobre o direito de administrar e possuir bens sem a autorização do marido ou pai.

Assim, lentamente, as mulheres vêm conseguindo superar várias limitações e conquistar novos direitos. Segundo Giuliani, as queixas e os relatos sobre o tratamento desigual e discriminatório saem da esfera privada para denunciar e demandar novos direitos:

Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família. Grupos de mulheres conseguem criar um novo estilo de reflexão, de mobilização, de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Conseguem também, aos poucos, penetrar nos vértices das estruturas de representação tradicionalmente ocupados por homens, nas diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, comitês, etc.⁴⁰²

Apesar das várias conquistas e penetração em locais e profissões anteriormente dadas como masculinas, observa-se que, atualmente, no Código Civil de 2002, não se faz nenhuma referência específica à mulher *nas atividades econômicas*. Aliás, já registramos na Introdução deste trabalho, em nota, que o termo *empresário* aparece somente no gênero gramatical masculino, ignorando a inflexão no feminino, já que esta existe.

Mesmo que os juristas venham ou possam justificar a não inflexão dizendo que no Código Civil de 2002, homens e mulheres foram considerados e tratados igualmente e, por isso, não houve tal diferenciação, a nosso ver, a mulher empresária não deveria ser chamada de *empresário*, mesmo se houvesse a igualdade em todos os sentidos. Continua e prevalece, repetimos, a linguagem sexista.⁴⁰³

Sobre essa persistência da linguagem sexista, Louro afirma:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”. Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes,

⁴⁰² VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Op. cit., p. 645.

⁴⁰³ Registramos que a palavra *cônjuge* foi adotada no Código Civil de 2002 referindo-se tanto à mulher quanto ao homem. No entanto, continuamos com a opinião de que deveria empregar-se o termo *empresária*, porque no mesmo código aparece o termo *empresário* (Cf. art. 978, p. 185) e *este não é aquela*. A autora Pimentel escreve: “Em lugar de se referir ora ao marido, ora à mulher, o Projeto optou pela expressão *cônjuge*. Isso revela, nitidamente, a preocupação de igualar os direitos e deveres de ambos os cônjuges, *embora nem sempre haja acontecido*, como já foi ressaltado nos comentários feitos a propósito da chefia conjugal e do pátrio poder” (PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*. Op. cit., p. 60) (grifos nossos).

lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças.⁴⁰⁴

A linguagem, portanto, molda, fixa, modifica, esmaga e exerce um controle sobre as pessoas. Somos mais carregados e usados por ela do que ela nos usa ou carrega, afirma também Portinari.⁴⁰⁵ Tem-se como natural e como regra gramatical em nossa aprendizagem cultural o uso do termo masculino. Em uma platéia, por exemplo, repleta de mulheres em que se encontra somente um homem entre elas, emprega-se o masculino no plural que foi internalizado e isso significa uma ocultação do feminino, um silenciamento das mulheres como “[...] sujeitos que *não são* [...]”⁴⁰⁶ pelas normas de linguagem. Por isso, segundo Louro:

Estudiosas/os feministas vêm, já há alguns anos, colocando essas questões, ao mesmo tempo que sugerem fórmulas não sexistas de tratamento. No entanto, se em algumas sociedades seus esforços estão sendo acolhidos e incorporados, em outras são ainda menosprezados ou ridicularizados. A conformidade com as regras de linguagem tradicionais pode impedir que observemos, por exemplo, a ambigüidade da expressão *homem* – que serve para designar tanto o indivíduo do sexo masculino quanto toda a espécie humana. Aprendemos que, em muitas situações, a palavra supõe todas as pessoas, englobando, portanto, homens e mulheres. Examinando, contudo, esses processos de ocultamento, Dale Spender [...] acentua que, na maior parte das vezes, ao se utilizar essa expressão “genérica”, a referência é, na verdade, a uma “espécie” constituída apenas por homens.⁴⁰⁷

Por essa perspectiva é que reforçamos a necessidade de uma revisão de linguagem para dar visibilidade às mulheres dentro das normas gramaticais.

Dentro do Livro II – Do Direito de Empresa; Título I – Do Empresário e Capítulo II – Da Capacidade, no art. 977 cita:

Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória. [...]
Art. 978 – O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.⁴⁰⁸

A mulher aparece no Novo Código Civil de 2002, *explicitamente*, somente na parte do Título II que trata “Do Direito Patrimonial”, especificamente no Art. 1.642, que cita:

⁴⁰⁴ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 65.

⁴⁰⁵ PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 67.

⁴⁰⁷ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Op. Cit., p. 66-7.

⁴⁰⁸ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 185.

Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente:

I – praticar todos os atos de disposição e de administração necessários ao desempenho de sua profissão, com as limitações estabelecidas no inciso I do art. 1.647;

II – administrar os bens próprios;

III – desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial;

IV – demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou a invalidação do aval realizados pelo outro cônjuge com infração do disposto nos incisos III e IV do art. 1.647;

V – reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos;

VI – praticar todos os atos que não lhes forem vedados expressamente.⁴⁰⁹

Esse artigo, apesar de não ser parte do Direito de Empresa, é o que melhor esclarece-nos sobre o direito da mulher em administrar seus bens. E continua, como nos Códigos anteriores, o direito dos bens à viúva:

Art. 1.685. Na dissolução da sociedade conjugal por morte, verificar-se-á a meação do cônjuge sobrevivente de conformidade com os artigos antecedentes, definindo-se a herança aos herdeiros na forma estabelecida neste código.⁴¹⁰

E completa o Capítulo VI – Do Regime de Separação de Bens:

Art. 1.687. Estipulada a separação de bens, estes permanecerão sob a administração exclusiva de cada um dos cônjuges, que os poderá livremente alienar ou gravar de ônus real.⁴¹¹

A mulher também não foi mais enquadrada no Capítulo II – da Curatela, como parte dos interditos.⁴¹²

Comenta Pimentel que apesar das normas jurídicas, existe ainda uma defasagem entre as mesmas e a realidade social porque

[...] de um lado, observa-se a existência de normas que atribuem direitos antes da conscientização social dos mesmos; de outro, a existência, na sociedade, de um sentimento de injustiça, impreciso e difuso, que não consegue organizar-se, e, por isso, transformar-se em norma jurídica, ou modificar normas jurídicas discriminadoras.⁴¹³

⁴⁰⁹ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 290.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 295.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 295.

⁴¹² Cf. *Ibidem*.

⁴¹³ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*. Op. cit., p.15.

Para tanto, basta verificar os resultados de pesquisas atuais⁴¹⁴ que comprovam freqüentes discriminações, dentre tantas, a diferença de salários entre mulheres e homens, apesar da existência da lei que proíbe essa diferenciação entre os sexos. Portanto, mesmo sendo a igualdade entre mulher e homem constitucionalmente aprovada, continua um descompasso entre o preceito e a prática. Segundo Pimentel:

A este princípio devem-se subordinar, sob pena de inconstitucionalidade, todas as leis e demais normas escritas ou costumeiras. Entretanto, exame objetivo de nossa realidade jurídica e social mostra que nem sempre a legislação ordinária e a vida prática têm respeitado o imperativo constitucional.⁴¹⁵

A Constituição de 1967 trazia em seu artigo 153: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei”.⁴¹⁶

Não obstante todas as Constituições brasileiras a partir de 1934 legislarem sobre algumas normas e direitos específicos em relação à mulher, essa de 1967 abordou a igualdade perante a lei sem distinção de sexo, de acordo com Pimentel. Lembramos, no entanto, que essa Constituição foi instituída no contexto do Regime Militar. Apesar de uma perceptível evolução nos direitos da mulher registrada nas Constituições brasileiras, sua integração no universo do trabalho ainda “[...] não alcançou compensação financeira justa e acesso a posições de maior responsabilidade profissional, executiva e política [...]”,⁴¹⁷ ou seja, continua com desigualdades.

Assim, trouxemos até aqui um rápido esboço sobre o Direito Comercial, os atos de comércio e uma noção de enquadramento da mulher na prática do comércio, para, a seguir, tratarmos da reflexão em torno do termo empresária e empresário.

⁴¹⁴ Conferir dentre tantas pesquisas a de PASTORE et. al. Profissionais especializados no mercado de trabalho. *Instituto de Pesquisa Econômicas*.

⁴¹⁵ PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher*. Op. cit., p. 17.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 16.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 21.

CAPÍTULO 2

ORIGENS E REFLEXÕES EM TORNO DO TERMO EMPRESÁRIA E EMPRESÁRIO

2.1 As várias faces do debate

“Quem conseguiu ser empresária é empreendedora, porque o empreendedorismo é característico da pessoa que tem visão de futuro, que batalha pelo que quer, que é persistente, que luta pelo seu desejo. A empresária já passou por esse caminho e conseguiu se formalizar. Então, ela foi além de empreendedora [...]. Mas, ela precisa manter o espírito empreendedor, senão ela acaba caindo ou estagnando. O espírito de empreender é mais abrangente”.

Carmen Eugênia Bretas Bavoso
(Em entrevista – 03/11/2003)

O autor Redlich⁴¹⁸ vem dizer-nos que o interesse da pesquisa sobre o “empresário(a)” teve início somente por volta de 1945, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial. Até esse momento, os economistas americanos valorizaram apenas os aspectos econômicos, como a evolução tecnológica das máquinas, exportação de bens de capital, como se esses bastassem para o desenvolvimento de qualquer país. No entanto, isto, por si só, não era a solução.

Dessa forma, segue o autor, “[...] por razões práticas, começou-se a dar atenção a este aspecto [...]”,⁴¹⁹ percebendo-se que o que faltava era o(a) empresário(a), em qualquer lugar do mundo.

Redlich⁴²⁰ referiu-se à falta do(a) empresário(a) no terceiro mundo e outro economista, Gutenberg,⁴²¹ referiu-se ao(à) empresário(a) como uma personalidade que representava

⁴¹⁸ REDLICH, Fritz. *Der Unternehmer. Wirtschafts und Sozialgeschichtliche Studien.* (O empresário. Estudos de história econômica e social). Goettingen, 1964, p. 91s. apud PLUM, Werner. *O Empresário, Personagem Marginalizado na Sociedade Industrial.* Op. cit.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ Ibidem.

⁴²¹ GUTENBERG, Erich. A direção da empresa como centro de formação da vontade, especialmente os dois conceitos de empresário. In.: _____. *Fundamentos da teoria das ciências econômicas.* 13. ed. Berlim, Heidelberg, Nova Iorque. v. 1 (A Produção), Cap. 18, II parte, 1951, 1967.

temporariamente um período econômico, o liberalismo e, ainda, que representava uma categoria histórico-sociológico-política que não se enquadrava nos métodos analíticos da economia empresarial. Segundo Gutenberg:

Em sua dupla função como proprietário e gerente, o empresário pertence ao sistema liberal, do qual é representante. Surgiu com ele e com ele perecerá quando este termina. Para a personalidade empreendedora (o segundo conceito possível de empresário) há lugar em todos os sistemas econômicos, pois não existe nenhum sistema que possa renunciar a personalidades decididas, de ampla visão e inteligentes. Só falta a estas personalidades, então, aquela marca que lhes dê forma e caracteriza, recebida do meio capitalista particular no qual trabalham e que faz deles empresários neste sentido. [...] O primeiro conceito de empresário é entendido de maneira tão ampla e formal, que é capaz de englobar os tipos mais diferentes da existência empresarial e da conduta dos “empresários”. Na verdade, da massa dos “empresários” destaca-se aquele tipo de grande envergadura, elemento constante de distúrbios, que gera o impulso propulsor do desenvolvimento capitalista. Ensombrece tanto a massa, quase diríamos anônima, dos muitos milhares de empresários, que estes são esquecidos facilmente na análise do processo capitalista (e nos esforços pela fixação do conceito de empresário não são levados em conta). Mas, para o protótipo da dinâmica capitalista que abandona os caminhos habituais, que opera com novos produtos, novas técnicas de elaboração, novos procedimentos de política de venda, novas formas de organização e financiamento que, com frequência, cria novos setores de produção, o primeiro conceito de empresário possui a mesma validade que tem para os muitos “empresários médios”. Como eles, também este protótipo do mecanismo capitalista sem posse nem lucro (sem a união da propriedade e direção numa pessoa, em “sua” pessoa) não é imaginável, principalmente nas épocas iniciais e culminantes do capitalismo. Mas, com toda a certeza, estes motivos não constituem as únicas forças propulsoras de suas ações e de sua existência furta-cor. Muitas vezes pode tratar-se simplesmente de uma expressão ou explosão de energia exuberante, ou de uma fantasia comercial, organizatória, ou técnica particularmente elevada, ou também de uma necessidade pessoal ou social exagerada de prestígio, ou ainda de ressentimentos, ou da satisfação motivada pelo êxito e pelo trabalho responsável. Os métodos da economia empresarial não são suficientes para analisar esse fenômeno. Por esta razão, temos que contentar-nos em captar conceptualmente o fato empresarial global – isto é, tanto o que diz respeito aos grandes expoentes do sistema quanto aos seus representantes que se mantém mais à sombra – a partir de ambas as coordenadas, propriedade e direção. Estas duas coordenadas constituem os elementos da economia empresarial daquela classe que foi gerada pelo sistema capitalista. Tal sistema reflete-se nos empresários, que reúnem em sua pessoa a propriedade e a direção, nas tarefas que lhes são confiadas e no tipo que representam, apesar de que o motivo de suas ações possam arraigar-se nas esferas pessoais, sociais ou espirituais que já são de natureza metaeconômica.⁴²²

Assim, de acordo com Gutenberg, a definição de empresário(a) é difícil e mesmo com a tentativa de uma conceituação, essa é muito global porque abarca uma grande diversidade de empresários(as) dentro de um mesmo conceito.

⁴²² GUTENBERG, Erich. A direção da empresa como centro de formação da vontade, especialmente os dois conceitos de empresário. In.: _____. *Fundamentos da teoria das ciências econômicas*. Op. cit., p. 482.

Reforça Plum⁴²³ que as ciências sociais e econômicas, até hoje, ainda são deficitárias nas análises sobre o(a) empresário(a) baseadas em métodos científicos, apesar de alguns estudos teóricos⁴²⁴ e mais elaborados terem surgidos no início do século XX, elegendo o(a) empresário(a) como objeto de estudo.

Também os autores Corrêa e Bêrni⁴²⁵ citam que a teoria neoclássica não deu importância específica ao papel do(a) empresário(a) empreendedor(a).⁴²⁶ A razão deve-se à adoção da racionalidade para todos os agentes em todos os fatores de produção, sem a necessidade da figura do(a) empreendedor(a).

Para os neoclássicos, bastava a presença de um “matemático” com o objetivo de maximizar os lucros por meio de cálculos, sem interferir nas condições externas e com reações mecânicas a essas condições.

Por causa desta lacuna, alguns estudiosos tentaram e tentam caracterizar as atribuições e atividades do(a) empresário(a) empreendedor(a). E, devido à sua inovação e imprevisibilidade, uma definição universal torna-se impossível, surgindo, por isso, várias divergências e tentativas na construção de conceitos e teorias.

Esclarece-nos Gutenberg⁴²⁷ que, mesmo a economia empresarial conceituando o(a) empresário(a) de uma forma generalizada a partir dos elementos de propriedade e direção, esta economia empresarial não alcança as motivações, as ações, os desejos, os conflitos, o comportamento, as atitudes, as características e outros fatores pessoais, sociais, culturais ou políticos, porque estes estão para além da natureza econômica.

Ainda, o autor propõe duas possibilidades de conceito para o(a) empresário(a) apontando diferenças básicas sobre eles, sem, no entanto, apresentar um que abranja satisfatoriamente.

⁴²³ PLUM, Werner. *O Empresário, Personagem Marginalizado na Sociedade Industrial*. Op. cit.

⁴²⁴ Os estudos teóricos aos quais o autor se refere são: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999;

SOMBART, Werner. *O Burguês*. Contribuição à história moral e intelectual do homem da economia moderna. Leipzig, 1913;

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Munique e Leipzig, 1912;

Uma 2ª edição do mesmo autor com o subtítulo: Um estudo sobre o lucro do empresário, o capital, o crédito, a renda e o ciclo conjuntural apareceu em Munique em 1926; uma 5ª edição em Berlim, em 1952; uma tradução portuguesa feita por Laura Schlaepher no Rio de Janeiro – (s/d) e uma tradução de Maria Sílvia Possas em São Paulo em 1982, da qual fizemos uso e citado na nota 434.

⁴²⁵ CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit.

⁴²⁶ Os autores usam o termo empreendedor(a) com o mesmo significado de empresário(a).

⁴²⁷ GUTENBERG, Erich. A direção da empresa como centro de formação da vontade, especialmente os dois conceitos de empresário. In.: _____. *Fundamentos da teoria das ciências econômicas*. Op. cit.

Primeiro, surge um(a) empresário(a) que apenas tem a função de proprietário(a) e gerente e que desaparecerá com o sistema liberal.

Segundo, um outro conceito para o(a) empresário(a) é o de “empreendedor(a)”, cuja presença é garantida e bem acolhida em qualquer forma de sistema econômico por suas qualidades de decisão, visão ampla e inteligência. No entanto, esse tipo de empresário(a), afirma Gutenberg, não tem, especificamente, um conceito separado que o diferencie como empresário(a), com essa personalidade que o distingue da massa de todos ou de *qualquer um* que se intitula empresário(a).⁴²⁸

Assim, observa-se que o conceito de empresário(a) massifica e homogeneiza as diferenças, as diversidades, as características e as particularidades como se todos(as) fossem iguais.

Por isso, até o momento, as discussões e os debates acerca de um conceito teórico de empresário(a) continuam gerando concepções variadas, mas tentando captar, no dizer de Gutenberg, esse fenômeno.

As análises contemporâneas estão privilegiando e respeitando a subjetividade dos indivíduos na organização. Por isso, essas análises estão provocando e apontando novos paradigmas para o conceito de empresário(a), como também da “organização” ou da empresa⁴²⁹ como parte de um contexto histórico e social, permeado e constituído por valores, com uma ênfase cultural e métodos qualitativos.

Não obstante, vamos tentar conhecer alguns conceitos teóricos sobre o(a) empresário(a) considerados clássicos.

Schumpeter,⁴³⁰ em 1907, escreve que o processo social é indivisível, do qual o pesquisador extrai os fatos ou o fato que deseja privilegiar e que todos os fatos sociais são resultados do comportamento humano.

Assim, os fatos econômicos são resultados do comportamento econômico dirigidos para a obtenção de bens por troca ou produção.

⁴²⁸ Lembramos que nas citações diretas usamos a palavra empresário somente no gênero masculino, de acordo com o original.

⁴²⁹ Dentre tantas obras já publicadas sobre o tema, sugerimos: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia (Orgs.). *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Op. cit.; CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Op. cit.; FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cultura de Empresa e Novas Formas de Gestão da Força de Trabalho*. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. Op. cit.

⁴³⁰ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

Dessa forma, segundo o autor, “[...] também falamos de um motivo econômico para a ação, de forças econômicas na vida social e econômica, e assim por diante”.⁴³¹ Em uma sociedade todos agem (ou deveriam agir) economicamente e “[...] cada um deve ser um ‘sujeito econômico’.”⁴³² E, na medida que os sujeitos dos grupos sociais vão definindo-se profissionalmente ou especializando-se em uma ocupação, pode-se distinguir

[...] classes de pessoas cuja atividade principal é o comportamento econômico ou os negócios, de outras classes em que o aspecto econômico do comportamento é eclipsado por outros aspectos. Nesse caso, a vida econômica é representada por um grupo especial de pessoas, embora todos os outros membros da sociedade também devam agir economicamente. Pode-se dizer que a atividade daquele grupo constitui a vida econômica, [...], e dizer isso não mais acarreta uma abstração, a despeito de todas as relações entre a vida econômica nesse sentido com as outras manifestações vitais das pessoas.⁴³³

A atividade econômica significa, de acordo com o autor, a “satisfação de necessidades”,⁴³⁴ podendo ser motivada por qualquer causa, inclusive e até espiritual. O seu significado, no entanto, é sempre o mesmo. Explica-nos Schumpeter:

[...] em nossos pressupostos, os meios de produção e o processo produtivo não têm em geral nenhum líder real, ou melhor, o líder real é o consumidor. As pessoas que dirigem as empresas de negócios apenas executam o que lhes é prescrito pelas necessidades ou pela demanda e pelos meios e métodos de produção dados. Os indivíduos só têm influência na medida em que são consumidores, na medida em que expressam uma demanda.⁴³⁵

Existe, então, um sistema social de valores individuais ligados aos valores econômicos do indivíduo, os quais atuam um sobre o outro frente à relação de troca, influenciando e sendo influenciados pelos valores de outros indivíduos. Essas relações revelam e refletem “[...] todas as condições de vida de um país [...]”⁴³⁶ e, nesse sistema social de valores, são reveladas as combinações econômicas. Essas “combinações” econômicas são formadas por vários elementos que compõem um todo, responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Esse “[...] é definido então pela realização de novas combinações”.⁴³⁷

⁴³¹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 9.

⁴³² Ibidem, p. 9.

⁴³³ Ibidem, p. 9-10.

⁴³⁴ Ibidem, p. 14.

⁴³⁵ Ibidem, p. 20-1.

⁴³⁶ Ibidem, p. 42.

⁴³⁷ Ibidem, p. 48.

Schumpeter descreve os elementos necessários para novas combinações em detalhes,⁴³⁸ o que não nos interessa no momento, mas sim, o suficiente para chegarmos à sua definição de empresário(a).

Nesse sentido, Schumpeter denomina a realização de “combinações novas” de “empreendimento”, e “[...] aos indivíduos cuja função é realizá-las [...]”,⁴³⁹ chama-os(as) de *empresários(as)*. Reforça Schumpeter:

[...] chamamos “empresários” não apenas aos homens de negócios “independentes” em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria, etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos “financistas”, “promotores”, etc., não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos.⁴⁴⁰

Afirma o autor que são empresários(as) aqueles(as) que executam “combinações novas”, excluindo aqueles(as) que apenas operam um negócio estabelecido.

A definição de empresário(a) de Schumpeter assemelha-se à de Say,⁴⁴¹ um economista francês, citado por Requião, que “[...] pôs em destaque, nos princípios do século passado, uma das novas figuras – o *empresário*, [...] até então desconhecida”.⁴⁴² Say afirma que ao lado das forças econômicas tratadas por Adam Smith, a maior influência na distribuição da riqueza é realizada pelos diretores das indústrias ou das empresas, isto é, pela figura do(a) empresário(a). Afirma, ainda, que o(a) empresário(a) é “[...] o eixo a um tempo da produção e da repartição, aquele que adapta os recursos sociais às necessidades sociais, e que remunera os colaboradores da obra cujo chefe é”.⁴⁴³ Say confirma como Schumpeter que a função do(a) empresário(a) é também a de “[...] combinar os fatores produtivos, reuni-los”.⁴⁴⁴

Comparando com Marschall,⁴⁴⁵ que define a função do(a) empresário(a) como um administrador(a) apenas, apesar de atrair muitos adeptos, essa não se assemelha à definição de

⁴³⁸ Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

⁴³⁹ Ibidem, p. 54.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 54.

⁴⁴¹ Cf. SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Prefácio de Georges Photios. Tapinos. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

⁴⁴² Ibidem apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. Op. cit., p. 13.

⁴⁴³ Ibidem, p. 47.

⁴⁴⁴ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 54.

⁴⁴⁵ MARSHALL apud ibidem.

Schumpeter por não privilegiar as “combinações novas”, ponto de distinção da atividade empresarial para o último.⁴⁴⁶

Schumpeter usa o conceito de empresário(a) para os mercadores do século XII, aproximando-se da posição de Ascarelli⁴⁴⁷ que elege o século XIII como o século do surgimento do(a) empresário(a).

Dessa forma, contrariando totalmente a época do surgimento do empresário em Say, detectamos em Ascarelli uma outra explicação:

As corporações mercantis reúnem, ao lado dos pequenos comerciantes com mentalidade artesanal, os grandes mercadores que aos primeiros podem, segundo alguns, contrapor-se. De resto, só raramente os pequenos e grandes comerciantes, comerciantes no varejo e no atacado, formaram corporações distintas. Os *grandes comerciantes, a partir dos séculos XIII e XIV são empresários* com uma esfera de ação internacional, homens de negócio empenhados em múltiplas especulações, verdadeiros protagonistas de uma intensa atividade econômica de âmbito internacional, com uma organização ordenada e racional, muitas vezes desenvolvendo larga atividade bancária com particulares e príncipes, ou servindo de instrumento para a intensa atividade financeira da Igreja que, assim como notou argutamente Saporì, batizava o nascente capitalismo.⁴⁴⁸

Observa-se a grande divergência entre os próprios clássicos em relação à época do surgimento da figura do(a) empresário(a).

Schumpeter refere-se, ainda, à organização que reúne várias e diferentes atividades empresariais sob a responsabilidade de um sujeito, o que, a nosso ver, é semelhante à estrutura das chamadas “*holdings*”, já existindo em pequenas localidades como a aldeia e com o elemento distintivo para a definição de empresário(a), isto é, a realização de “novas combinações”.

Reforçando, o(a) empresário(a) perde esse seu caráter “[...] assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios”.⁴⁴⁹

Observa-se, somente *neste ponto*, que a definição de empresário(a) de acordo com o Código Civil de 2002, tem a mesma interpretação de Schumpeter, ao afirmar que o(a) empresário(a) não dirige e não exercita *pessoalmente* o seu negócio.⁴⁵⁰

⁴⁴⁶ Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

⁴⁴⁷ Cf. ASCARELLI, Túllio. *Origem do Direito Comercial*. Trad. Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 103, jul./set. 1996. Título original: *Corso di Diritto Commerciale – Introduzione e Teoria dell’Impresa*. 3. ed. Milão: Giuffè, 1962, Capítulo 1.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p. 89 (grifos nossos).

⁴⁴⁹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 56.

⁴⁵⁰ Cf. BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit.

Conforme Schumpeter, é fato raro um indivíduo ser empresário(a) o tempo todo ou durante toda sua vida, como também é raro que nenhum homem ou mulher de negócios não seja empresário(a) por algum momento em sua atividade econômica.

Portanto, “[...] ser empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura [...]”⁴⁵¹ e, por isso, “[...] não formam uma classe social no sentido técnico”.⁴⁵² O que ocorre ou pode ocorrer é que sua função de empresário(a) de sucesso ou que se sai bem, o(a) levará, juntamente com sua família a posições de destaque ou não nas classes sociais. Em uma determinada sociedade, o(a) empresário(a) pode marcar sua época com seu estilo de vida, sistemas de valores morais, éticos, seus princípios, mas isso não significa posição de classe, a qual não é empresarial, mas sim pela forma que usa ou aplica o produto de seu(s) empreendimento(s).

Nesse sentido é que ele ou ela será ou um(a) proprietário(a) de terra ou capitalista ou proprietário(a) de outros bens, mas a *função* em si mesma não é posição.

Ressaltamos, neste ponto, a divergência e a mudança de concepções entre Vivante,⁴⁵³ Requião⁴⁵⁴ e Schumpeter em relação à “profissão” na atividade comercial.

Vivante e Requião afirmam que para ser comerciante há a necessidade de praticar os atos de comércio habitualmente, tendo que ser considerados uma profissão. E, como o exposto acima, há pouco, Schumpeter afirma que ser empresário(a), tendo em vista que o(a) comerciante que praticava atos de comércio coordenados tornou-se o(a) empresário(a) moderno(a), não define e nem pode ser definido como profissão.

Aqui cabe também a distinção entre empresário(a) e capitalista, cuja distinção não é considerada por muitos e, inclusive, outros autores também chamam a atenção para tal distinção como, por exemplo, Wood,⁴⁵⁵ comentada à frente.

Assim, Schumpeter nos esclarece que existe uma diferença entre empresário(a) e capitalista no dia-a-dia do fluxo circular. Vale dizer, o(a) capitalista é o(a) proprietário(a) dos meios de produção ou do capital – dinheiro e o(a) empresário(a) o é, enquanto pratica a sua função de levar adiante novas combinações. Segundo Schumpeter:

Um acionista pode ser um empresário. Pode até dever o poder de atuar como empresário ao fato de possuir uma participação com a qual detém o controle. Os acionistas *per se*, contudo, nunca são empresários, mas apenas capitalistas, que, em

⁴⁵¹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 56.

⁴⁵² Ibidem, p. 56.

⁴⁵³ Cf. VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit.

⁴⁵⁴ REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. Op. cit.

⁴⁵⁵ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

consideração ao fato de se submeterem a certos riscos, participam nos lucros. Isso não é razão para considerá-los como qualquer um e não como capitalistas, como está demonstrado pelos fatos de que, primeiro, o acionista médio normalmente não tem nenhum poder para influenciar a administração de sua companhia e, em segundo lugar, a participação nos lucros é freqüente em casos em que todos reconhecem a presença de um contrato de empréstimo.⁴⁵⁶

Nessa perspectiva, um indivíduo pode ter muito capital – dinheiro investido em alguma atividade econômica, contudo, não é, necessariamente, um(a) empresário(a), porque não tem a função deste(a), já discutida, mas tem a profissão e status de um(a) capitalista, *dono(a)* de algum empreendimento. Claro está que se pode ser os dois ao mesmo tempo, ou seja, empresário(a) e capitalista, mas um não equivale ao outro.

Voltando a Wood,⁴⁵⁷ como exemplo da crítica em relação à diferença entre burguês e capitalista, a autora nos diz que muitos autores, até hoje, não atentam para esta grande diferenciação. Tendo em vista que o(a) empresário(a) está dentro da classe burguesa, de acordo e já citado por Schumpeter, deduz-se que este(a) é um burguês ou burguesa. Na concepção de Wood, esta equivalência não se justifica. Confirma a autora:

Podemos ter profunda convicção de que, digamos, a Revolução Francesa foi inteiramente burguesa, muito mais do que a inglesa, aliás, sem por isso chegarmos um milímetro mais perto de determinar se ela também foi capitalista. Desde que aceitemos que não há uma identificação necessária entre burguês (ou habitantes dos burgos, ou cidades) e capitalista, o burguês revolucionário pode ficar longe de ser uma ficção, mesmo – ou especialmente – na França, onde o revolucionário burguês modelo não era capitalista nem tampouco comerciante à moda antiga, mas advogado ou funcionário público.⁴⁵⁸

De acordo com a citação acima e a outra já referida anteriormente, a autora deixa claro que, na sua visão, o burguês ou a burguesa não tem sua origem com o capitalismo, nem com a modernidade e, portanto, não é um capitalista. A burguesia, para Wood, não repudiou os princípios absolutistas, monárquicos, e sim, os ampliou:

[...] a ideologia da burguesia do século XVIII teve pouco a ver com o capitalismo e muito mais com as lutas em torno dos poderes extra-econômicos de exploração. Não é preciso reduzir o iluminismo a uma crua ideologia de classes. Antes, a questão é que, nessa conjuntura histórica particular, em condições nitidamente não-capitalistas, até a ideologia de classe burguesa assumiu a forma de uma visão mais ampla da emancipação humana geral, e não apenas da emancipação da burguesia. Apesar de todas as suas limitações, tratava-se de um universalismo emancipatório –

⁴⁵⁶ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 54.

⁴⁵⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 63-4.

razão por que, é claro, pôde ser retomado por forças muito mais democráticas e revolucionárias.⁴⁵⁹

Observa-se, então, que a ideologia burguesa não se restringe ou não se restringia apenas a alguns, mas a todos, devido ao seu caráter de universalidade em um momento que não havia formas propriamente capitalistas. As origens da modernidade, destrutiva, e hoje criticada, segue a autora, podem ser buscadas mais na Inglaterra com o “[...] projeto do ‘melhoramento’, na subordinação de todos os valores humanos à produtividade e ao lucro, e não no Iluminismo”⁴⁶⁰.

Assim, a modernidade, como o Iluminismo, são projetos diferentes do capitalismo.

No processo evolutivo que vai das formas primitivas de troca ao capitalismo industrial moderno, a modernidade aparece quando essas forças econômicas agrilhoadas e a racionalidade econômica burguesa são libertadas das restrições tradicionais. Com isso, *modernidade* equivale a *sociedade burguesa*, que equivale a *capitalismo*.⁴⁶¹

A crítica de Wood vai além do fato da equivalência de empresário(a) e capitalista, porque, a seu modo, nem pertencentes à classe burguesa eles(as) o são.

Nesse sentido, quando os autores, inclusive os vários abordados neste trabalho trazem a concepção de classe burguesa equivalendo-a a capitalistas, a industriais e ao empresariado, quando se referem à “formação da classe burguesa no Brasil” ou “burguesia nacional”, estão na contramão da concepção de Wood. Na mesma direção, Weber escreve que

[...] a origem da classe burguesa ocidental e de suas peculiaridades é um problema que certamente se relaciona de perto com a origem da organização capitalista do trabalho, *não sendo, entretanto, simplesmente a mesma coisa*. “*Burgueses*” já existiam de forma permanente antes do desenvolvimento da forma específica do capitalismo ocidental. Mesmo estes, entretanto, apenas existiam no Ocidente.⁴⁶²

Apesar desta posição de Weber, esse foi criticado por Wood,⁴⁶³ por defender a idéia de que o capitalismo foi um resultado da evolução das técnicas.⁴⁶⁴

⁴⁵⁹ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit., p. 118.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 120.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 121.

⁴⁶² WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Op. cit., p. 9 (grifos nossos).

⁴⁶³ Wood critica Weber dizendo que, apesar dele perceber o surgimento do capitalismo em condições históricas específicas, pecou por tentar enfatizar os impedimentos do desenvolvimento do capitalismo fora do Ocidente como se este tivesse que ser natural em outros lugares também. Cita a autora: “Convém acrescentar que Weber também compartilhou com muitos outros o pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo foi um processo transeuropeu (ou europeu ocidental) – não apenas que algumas circunstâncias gerais européias foram condições necessárias do capitalismo, mas que toda a Europa, a despeito de todas as suas variações internas,

Não obstante, pelo menos em relação à idéia de que a burguesia não é a mesma coisa que capitalista e nem empresário(a) vem de encontro à crítica de Wood.

Assim, trouxemos essa argumentação para acrescentar à diferença entre empresário(a) e capitalista de Schumpeter, essa que a sobrepõe, tendo em vista que os membros da classe burguesa de Schumpeter não são os mesmos membros de Wood.

Ousamos dizer que o(a) capitalista e o(a) empresário(a) são figuras que surgem, então, de dentro do capitalismo, vale dizer, após a sua formação, sendo o(a) empresário(a) um “produto” do capitalismo, mas não o burguês ou a burguesa ou a classe burguesa, porque esses não surgiram com e não criaram o capitalismo.

Pensamos ainda que com o surgimento e a afirmação do capitalismo, a “classe burguesa” do século XVIII referida pela autora Wood se ampliou, possibilitando o aparecimento de diferentes atores e profissões, com atividades diversas, mas *sob* a alcunha desta classe.

E, devido a crescente e forte presença destes indivíduos caracterizados como empresários(as), industriais, banqueiros e capitalistas, ao lado de outros que desenvolviam alguma atividade econômica, tenham atuado mais e dominado o mercado com mais força, tomaram para si a referência de toda a “classe burguesa”, lembrando dos diferentes componentes à época de sua formação durante a Revolução Francesa.

Nesse sentido, Wood, em outra passagem de sua obra,⁴⁶⁵ ao comentar sobre os escritos de Anderson⁴⁶⁶, deixa claro que o próprio Marx explica a “[...] gênese do capitalista *industrial*[...]”⁴⁶⁷ dentro de “[...] condições sociais *já* capitalistas[...]”.⁴⁶⁸ Reiteramos com a autora:

Cabe assinalar, primeiramente, que Marx, na passagem citada por Anderson, está explicando a “gênese do capitalista *industrial*”, e não as origens do *capitalismo* – o surgimento de “leis de movimento” especificamente capitalistas, de relações sociais especificamente capitalistas, de uma forma de exploração especificamente capitalista, ou dos imperativos do crescimento auto-sustentado. Marx tenta explicar como a acumulação da riqueza converteu-se, em condições apropriadas – isto é, nas condições sociais já capitalistas (da Inglaterra) –, em capital industrial, deixando de ser simplesmente o lucro improdutivo da usura e do comércio. Quanto às origens do *sistema* capitalista, da “chamada acumulação primitiva” – isto é, na expressão de Marx, da expropriação dos produtores diretos, particularmente os camponeses – que

seguiu essencialmente uma mesma via histórica” (WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit., p. 26-7).

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Cf. ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁴⁶⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit., p. 48.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 48.

deu origem a relações de propriedade social especificamente capitalistas e à dinâmica a elas associada, Marx as situou firmemente na Inglaterra e no campo.⁴⁶⁹

Portanto, a autora, após comentar a escrita de vários pensadores, deixa-nos claro que também o capitalismo não foi uma simples expansão ou crescimento do comércio apenas, apesar de não negar que o sistema de comércio e o imperialismo europeus podem ser considerados condições necessárias para o surgimento do capitalismo. Mas comércio e capitalismo não são a mesma coisa. Assim, também, o capitalismo não significa burguesia, que por sua vez não significa capitalista e este não significa necessariamente empresário(a).

E, de acordo com a citação acima, o capitalista industrial surgiu, portanto, de dentro do capitalismo e não que este foi criado por aquele.

Outro autor, Comparato, também nos chama a atenção para a distinção entre empresário(a) e capitalista e da mistura dos mesmos anteriormente:

O direito comercial fixado nas codificações do século XIX não distinguia o capitalista do empresário. A normatividade manteve-se, por assim dizer, inabalada pelas fundas transformações da revolução industrial, que deram origem à empresa moderna. “O serviço que presta o capital” e o “serviço que presta o que, pela sua capacidade e seu talento, emprega o capital”, para reproduzir as expressões de Jean-Baptiste Say, escritas em 1803, foram sempre confundidos nas mesmas pessoas: a do comerciante individual, as dos sócios em sociedades mercantis.⁴⁷⁰

O Direito Comercial, conforme o autor, acompanhou o processo de evolução do capitalismo, devido à ineficiência dos instrumentos jurídicos. Confirmando o que Comparato escreve,, Schumpeter já havia registrado:

O empresário dos tempos mais antigos não só era, via de regra, também o capitalista, mas freqüentemente era ainda – como ainda é hoje no caso de estabelecimentos menores – seu próprio perito técnico, enquanto um especialista profissional não fosse chamado para os casos especiais. Da mesma forma era (e ainda é) muitas vezes seu próprio agente de compras e vendas, o chefe de seu escritório, seu próprio diretor de pessoal e, às vezes, seu próprio consultor legal para negócios gerais, mesmo que, na verdade, via de regra, empregasse advogados. E era executando algumas dessas funções ou todas que ele preenchia regularmente os seus dias.⁴⁷¹

Requião, nessa direção, define o empresário comercial como o capitalista:

O empresário comercial é o *sujeito* que exercita a atividade empresarial. É ainda, como observa Ferri, no todo ou em parte, o capitalista; desenvolve ele uma atividade

⁴⁶⁹ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit, p. 48.

⁴⁷⁰ COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 17.

⁴⁷¹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 55.

organizada e técnica. É um servidor da organização de categoria mais elevada, à qual imprime o selo de sua liderança, assegurando a eficiência e o sucesso do funcionamento dos fatores organizados.⁴⁷²

Chamamos a atenção nesta citação para o fato de Requião apoiar-se em Ferri,⁴⁷³ cujos autores, dão o mesmo significado ao(à) empresário(a) e ao(à) capitalista. Portanto, estes entram também no âmbito das críticas de Wood devido a essa equivalência ou pela sua não distinção.

Assim, ao denominarmos o(a) empresário(a) e/ou o(a) capitalista, demanda conhecer as suas atividades para o seu enquadramento.

No Brasil, somente a partir de 1976, com a reforma do direito acionário, de acordo com Comparato foi que “[...] as empresas organizadas sob a forma de sociedade anônima têm o seu empresário perfeitamente individuado”.⁴⁷⁴

É recente a superação da contradição do sistema tradicional que misturava o controle empresarial com a posse da propriedade capitalista ou dos bens de produção.

A unidade e os instrumentos de produção não constituem uma empresa, que é, já visto, a organização dos fatores de produção (capital, trabalho, matéria-prima e tecnologia) que é, por sua vez, a atividade do(a) empresário(a). A empresa, a partir do momento que é gerada com a organização do trabalho livre ou alheio, passa a ter o controle definitivo por meio de seu poder de organização e direção das forças produtivas sobre o capital.

A constituição de empresas sob a forma de pessoas jurídicas, aliás, separa nitidamente o acervo empresarial do patrimônio individual dos sócios. Estes, de proprietários passam à posição jurídica de participantes dos resultados de uma exploração patrimonial autônoma.⁴⁷⁵

Afirma Comparato que quanto mais uma empresa cresce e se torna mais complexa, mais nítida é a distinção entre empresários(as) e capitalistas.

Voltando à definição e às funções do(a) empresário(a) em Schumpeter, ele nos diz:

A herança do fruto pecuniário e das qualidades pessoais então tanto pode manter essa posição por mais de uma geração, como tornar mais fácil para os descendentes o empreendimento adicional, *mas a função do empresário em si mesma não pode ser herdada*, como é suficientemente bem demonstrado pela história das famílias industriais.⁴⁷⁶

⁴⁷² REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 74.

⁴⁷³ Cf. FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Unione Tipografica, Turim, 1956.

⁴⁷⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. Op. cit., p. 18.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 32.

⁴⁷⁶ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 56 (grifos nossos).

A função do(a) empresário(a), portanto, de realizar combinações novas é especial e é privilégio de um tipo de pessoa que é menos numeroso do que muitos com possibilidades objetivas, constituindo, os(as) empresários(as), assim, “[...] um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos”.⁴⁷⁷

O autor ressalta, dentre outras peculiaridades da conduta, a inovação e aptidões de tipos e graus diferentes de outras, do mero comportamento de outras pessoas na economia, com características de qualidade intelectuais e de vontade acima da média ou do normal:

Dentro dessa categoria não apenas há muitas variedades (comerciantes, industriais, financistas etc.), mas também uma variedade contínua de graus de intensidade de “iniciativa”. Em nosso raciocínio ocorrem tipos de todos os graus de intensidade. Muitos podem rumar por um caminho seguro, onde ninguém ainda esteve, outros seguem por onde antes alguém passou primeiro, outros ainda vão apenas com a multidão, mas nesta, entre os primeiros. Assim também o grande líder político de todas as espécies e tempos constitui uma categoria, no entanto, não uma coisa única, mas apenas o ápice de uma pirâmide abaixo do qual há uma variação contínua até o meio e deste para valores abaixo do normal. E no entanto não apenas “liderar” é uma função especial, mas o líder também é algo especial, distinto [...].⁴⁷⁸

O autor reforça que existem partes de oposições e uma delas é a oposição de condutas diferentes observadas na realidade, surgindo daí, “[...] dois tipos de indivíduos: os meros administradores e os empresários”.⁴⁷⁹ A rotina e os problemas diários existem para todos os indivíduos em todas as esferas, bem como na vida econômica. Especificamente, toda ação ou passo dado fora da rotina encontra barreiras, dificuldades e, por isso, traz e exige um elemento novo, cujo elemento se constitui no fenômeno da liderança. As barreiras e as dificuldades têm uma natureza direcionada a três pontos: primeiro, refere-se à *tarefa*, ou seja, possuir intuição, capacidade de ver as coisas ou previsão do que dará certo, mesmo não tendo explicações a *priori*, deve ter um conhecimento do mundo natural e social para controlar os fatos, racionalização, cálculos rápidos, seguros e simples em relação às coisas. O segundo ponto refere-se à alma, à psique do(a) empresário(a) que precisa realizar algo novo, lutar contra os velhos hábitos arraigados, superados e inúteis que entram o projeto ou a idéia nova. Assim, é necessário sair do comodismo, deixar de poupar energia e inovar. É necessário tempo, oportunidade e vontade para projetar a “combinação nova” e encará-la como passível de

⁴⁷⁷ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 58.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 58.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 59.

realização e não somente como um sonho. O terceiro ponto refere-se às hostilidades ambientais, legais ou políticas, principalmente às resistências do meio social contra o indivíduo que propõe inovar ou fazer algo diferente.

Weber,⁴⁸⁰ ao explicar a existência da discriminação contra o(a) empresário(a) também faz uso da característica da inovação tanto para o(a) líder como para o(a) empresário(a) como fator de incômodo e de ameaça à ordem estabelecida.

Observa-se, então, que, além de fator discriminatório, a inovação encontra resistências não somente no nível das relações sociais e culturais, mas também nos níveis jurídico e institucional. O fato de alguém adotar uma conduta que diverja e desvie do padrão, leva a condenações, críticas e pressões por pessoas e pelo meio no qual vive. Afirma Schumpeter:

Superar essa oposição é sempre um gênero especial de trabalho que não existe no curso costumeiro da vida, trabalho que também requer um gênero especial de conduta. Em questões econômicas essa resistência se manifesta antes de tudo nos grupos ameaçados pela inovação, depois na dificuldade para encontrar a cooperação necessária, finalmente na dificuldade para conquistar os consumidores.⁴⁸¹

Caso não fossem essas razões e os pontos expostos acima, não haveria necessidade de liderança, vale dizer, “[...] um tipo especial de função em contraste com uma mera diferença de posição, que existiria em todo corpo social [...]”.⁴⁸² E, ainda, se todos os sujeitos tivessem esse tipo de ação, não haveria distinção do trabalho rotineiro e nem haveria a função especial de liderança.

Dessa forma, segue o autor, o(a) líder⁴⁸³ só aparece quando se apresentam novas alternativas e possibilidades e, portanto, a liderança. Estas três situações expõem as características da natureza da *função* e da *conduta* ou comportamento de um(a) líder. As novas possibilidades e alternativas estão sempre à disposição de todos e, por isso, o(a) líder não precisa e não tem a função de “criar” ou “descobrir” estas possibilidades, *mas tem como função assumi-las*.

As lideranças de qualquer tipo, rápidas ou longas, levam e arrastam outras pessoas ou o grupo social “[...] mais pela vontade do que pelo intelecto [...], mais pela ‘autoridade’, pelo ‘peso pessoal’ etc., do que por idéias originais”.⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Op. cit., p. 45.

⁴⁸¹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 61.

⁴⁸² Ibidem, p. 61-2.

⁴⁸³ A referência ao líder corresponde à mulher líder também.

⁴⁸⁴ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 62.

A invenção, por si só, não adianta na liderança econômica. Esta tem que ser praticada. Já foi dito que a função dos(as) empresários(as) é realizar inovações, contudo, estas não precisam ser, necessariamente, invenções. Saber “agarrar” a oportunidade ou a chance imediata é tão importante quanto ter perspicácia e energia.

Em outra obra de Schumpeter,⁴⁸⁵ cujo prólogo é datado em 1942, o mesmo escreve que a função do(a) empresário(a) “[...] no consiste, esencialmente, en inventar algo ni en crear de otro modo las condiciones que la empresa explota. Consiste en lograr realizaciones”.⁴⁸⁶

O autor, portanto, muda a sua concepção em relação à importância do(a) empresário(a) e empreendedor(a), porque, para ele, a função do(a) empresário(a) tende a perder sua importância em um futuro próximo, enquanto continuar funcionando nesse regime, sem perturbações, perdendo sua força propulsora:

El progreso técnico se convierte, cada vez en mayor medida, en un asunto de grupos de especialistas capacitados que producen lo que se les pide y cuyos métodos les permiten prever los resultados prácticos de sus investigaciones. El romanticismo de la aventura comercial de los primeros tiempos está decayendo rápidamente, porque ahora pueden calcularse con toda exactitud muchas cosas que antes tenían que ser vislumbradas en un relámpago de intuición genial.⁴⁸⁷

Ou seja, devido ao progresso técnico inovador, social e econômico, à automatização, deve-se repensar sobre a ação individual, sobre a personalidade e a força de vontade do(a) empresário(a). Por causa destas novas exigências do capitalismo, o que era considerado como características inovadoras ou função específica do(a) empresário(a), tornam-se exigências nas atitudes rotineiras atualmente para qualquer pessoa.

Na mesma percepção, Requião, ao destacar elementos que caracterizam o(a) empresário(a), quais sejam, a iniciativa e o risco, assemelha-se à Schumpeter ao afirmar que em alguns países está ocorrendo uma redução do poder de iniciativa do(a) empresário(a). E isto se deve à “[...] divisão desse poder de iniciativa, concedendo-se participação na direção da empresa a representantes dos empregados”.⁴⁸⁸

Entretanto, em relação ao risco do(a) empresário(a), Requião e Schumpeter são totalmente opostos. Para o último, quem corre o risco não é o(a) empresário(a) e sim o(a) proprietário(a) dos meios de produção.

⁴⁸⁵ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Traducción por José Diaz Garcia. Madrid: Gráficas Color Maria Zayas, 1971.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 181.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 182.

⁴⁸⁸ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 75.

Segundo Schumpeter: “O risco obviamente recai sempre sobre o proprietário dos meios de produção ou do capital – dinheiro que foi pago por eles, portanto, nunca sobre o empresário enquanto tal”.⁴⁸⁹ O autor reafirma tal concepção em outra parte da obra:

O empresário nunca é aquele que corre o risco. Em nosso exemplo isso está bem claro. Quem concede crédito sofre os reveses se a empresa fracassar. Pois, embora qualquer propriedade possuída pelo empresário possa responder pelos prejuízos, no entanto essa posse de riqueza não é essencial, embora vantajosa. Mas mesmo que o empresário se autofinancie pelos lucros anteriores, ou que contribua com os meios de produção pertencentes ao seu negócio “estático”, o risco recai sobre ele enquanto capitalista ou possuidor de bens, não enquanto empresário. Correr riscos não é em hipótese nenhum um componente da função empresarial. Mesmo que possa arriscar sua reputação, a responsabilidade econômica direta do fracasso não recai nunca sobre ele.⁴⁹⁰

Observa-se que o risco está ligado à separação que Schumpeter faz sobre quem é empresário(a) e quem é capitalista ou proprietário(a) do capital. Contrários à Schumpeter, Requião,⁴⁹¹ de acordo também com Ferri,⁴⁹² não separam o(a) empresário(a) do(a) capitalista. Para estes, é o(a) empresário(a) que corre riscos. Afirma Requião que os riscos são todos do(a) empresário(a) tanto no âmbito econômico como, ainda, do seu insucesso.

Schumpeter ainda defende a concepção de que as mudanças tecnológicas afetam a situação da classe burguesa, porque os(a) empresários(a), já dito, não constituem por si mesmos(as) uma classe social, mas são partes, são absorvidos(as) por essa classe burguesa:

Entre ellos está la masa de lo que llamamos industriales, comerciantes, financieros y banqueros, que se encuentran en la etapa intermedia entre la aventura de los empresarios y la mera administración corriente de una posición heredada. Los rendimientos de los que vive esta clase son producidos por el éxito de este sector más o menos activo – que puede representar, por supuesta, como ocurre en los Estados Unidos, más del noventa por ciento del estrato burgués – y de los individuos que están a punto de elevarse a esta clase, éxito sobre el cual descansa también la posición social de la clase.⁴⁹³

Nesse sentido, a classe burguesa depende social e economicamente do(a) empresário(a), cuja vida e existência afeta diretamente à referida classe.

Na concepção de Schumpeter, a automatização do progresso e a evolução do capitalismo afetarão as bases econômicas que sustentam as classes mais altas da sociedade

⁴⁸⁹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. 54. Confirma a citação de número 384 à p. 128 desta mesma obra citada acima, na qual Schumpeter esclarece a distinção do que seja empresário e capitalista, ajudando-nos a compreender melhor porque não é o empresário que corre risco.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 92-3.

⁴⁹¹ Cf. REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁴⁹² FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Op. cit.

⁴⁹³ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Op. cit., p. 183-4.

capitalista, bem como sua posição e seu prestígio social. A burocratização nas grandes empresas desaloja as pequenas e médias empresas, como expropria seus(suas) proprietários(as), os(as) empresários(as) e a própria burguesia enquanto classe, porque este processo corre o perigo de perder sua renda e sua função.

A idéia de Schumpeter em relação ao futuro do capitalismo, da classe burguesa e, portanto, dos(as) empresários(a), é pessimista e, pelo menos, até o momento, parece-nos difícil de concretizar.

Contrariamente, Schumpeter tinha uma visão otimista ao dizer que se houvesse um crescimento econômico, de pelo menos 3% ao ano, como no passado, os problemas sociais desapareceriam, o que foi comprovado que não aconteceu, porque, após vários anos, mesmo com taxas de crescimento econômico ininterrupto e muito mais altas, o que ocorreu foi o agravamento dos inúmeros problemas sociais, uma crescente desigualdade na distribuição de renda e violenta deterioração da qualidade de vida da maioria dos indivíduos.⁴⁹⁴

Em relação ao(à) empresário(a) empreendedor(a), Corrêa e Bêrni,⁴⁹⁵ trazem-nos algumas considerações.

Segundo os autores, ao anexar a expressão de empreendedor(a) ao(à) empresário(a), existe uma crítica devido à redundância. Para escapar desta crítica, tem-se o diferencial das respostas aos problemas e desafios surgidos no ambiente diário de trabalho que é “[...] a linha divisória entre o empresário que administra rotinas de modo rotineiro e aquele outro que, mesmo num ambiente rotineiro, buscará inovações que coloquem sua empresa em relevo relativamente às demais”.⁴⁹⁶

Os autores, apoiando-se em Schumpeter,⁴⁹⁷ também citam que empreendedor(a) ou a atividade empreendedora significa alocar recursos. Para tanto, buscam-se estratégias racionais de acordo com as necessidades e acessibilidade da empresa e a inovação, num processo de implementação constante em substituição ao trabalho rotineiro.

No entanto, lembramos, aqui, da mudança de percepção de Schumpeter sobre o(a) empresário(a) e empreendedor(a), cuja função, em sua opinião, está tornando-se rotineira, não sendo mais, portanto, fator de mudança ou de inovação.⁴⁹⁸

⁴⁹⁴ Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p. XV.

⁴⁹⁵ CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 2.

⁴⁹⁷ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

⁴⁹⁸ Cf. Idem. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Op. cit.

Assim, o conceito de empresário(a) ou sua figura de empreendedor(a) foi superado atualmente pelo próprio autor, ao dizer que o avanço tecnológico de grupos técnicos ou de especialistas o substituiu. Reforçam Corrêa e Bêrni:

Schumpeter [...] ao rever seus escritos do início do século, passou a sugerir que o processo de inovação foi ele próprio transformado em rotina. Como tal, também desapareceu a figura do empreendedor. Substituem-no verdadeiras equipes multidisciplinares e multifuncionais e a economia ingressa no rotineiro fluxo circular, que deixa de ser rompido pela inovação. O Estado estacionário daí resultante coloca Schumpeter com seu pessimismo de fim de vida ao lado dos economistas clássicos.⁴⁹⁹

Contrário a Schumpeter, o autor Casson cita que “[...] o papel do empreendedor [...] é o de traçar uma estratégia visando influenciar as opiniões e os votos de outros participantes”.⁵⁰⁰ Assim, em uma equipe, ao se tomar uma decisão, o estilo e a idéia do(da) empreendedor(a) é adotada.

Acrescenta que o(a) empreendedor(a) é um(a) especialista em tomar decisões, as quais se diferenciam devido às “[...] percepções opostas provenientes dos diferentes acessos às informações ou de diferentes interpretações destas”.⁵⁰¹ O(A) empreendedor(a) é, para Casson, um(a) “agente de mudança”, coincidindo, neste ponto, com a primeira concepção de Schumpeter de 1911, que mudou a partir de sua outra obra escrita em 1942.⁵⁰²

Outra função do(a) empreendedor(a) citada por Casson é a busca da maximização do lucro e de sua auto-satisfação “[...] resultante da atividade de seu empreendimento, dada a quantidade de esforço despendido por ele”.⁵⁰³

Assim, a função do(a) empreendedor(a) para Casson acontece o tempo todo, ou seja, ela é *contínua*, o que difere radicalmente de Schumpeter, ao afirmar que ser empresário(a) ou empreendedor(a) não se caracteriza como uma profissão porque ninguém é empresário(a) durante o tempo todo. Corrêa e Bêrni acrescentam que:

A razão para se proceder a este divórcio com a concepção schumpeteriana está no fato de que sempre haverá demanda pelos serviços empreendedores, enquanto houver oportunidades para coordenação. Por seu turno, sempre existirão oportunidades de orientação à ação coordenada, à medida que novas informações forem-se tornando disponíveis. Desta forma, a luta pelos ganhos de produtividade e

⁴⁹⁹ CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit., p. 7.

⁵⁰⁰ CASSON, Mark apud CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit., p. 9.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 10.

⁵⁰² Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Op. cit.

⁵⁰³ CASSON, Mark apud CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit., p. 10.

competitividade exigem uma coordenação constante e um aproveitamento contínuo das oportunidades que surgem com a aquisição de novas informações. Essas novas informações sempre aparecerão, principalmente aquelas provenientes de distúrbios imprevisíveis nas condições em que o empreendedor atua, o que provocará novas oportunidades de lucro a serem aproveitadas, provendo coordenação mais acurada ao uso dos recursos.⁵⁰⁴

A coordenação referida na citação significa, para Casson, uma realocação – um movimento dinâmico – o que equivale dizer que a idéia é que o(a) empreendedor(a) é um(a) agente de mudança. Devido aos fatores colocados acima, esse seu papel é constante, constituindo-se numa atividade permanente e não temporária. E, ainda que, para Casson, o que determina ser ou não um(a) empreendedor(a) é a sua *motivação*.

Outro autor, Aquino,⁵⁰⁵ faz uma distinção entre empresário(a) e empreendedor(a). Para este, o(a) empreendedor(a) é uma pessoa de iniciativa, de personalidade provocadora, agressiva, no sentido de jogar-se aos negócios com muita força, esforço e vontade, com perspicácia e capacidade de farejar novas oportunidades. Mas o(a) empresário(a) encontra-se acima do(a) empreendedor(a), porque já superou a função de empreendedor(a) que é o(a) criador(a) ou o(a) iniciador(a) de novos negócios para, em seguida, dedicar-se a trabalhos mais amplos, agora ligados à sociedade como um todo, ao espaço global.

Portanto, para o referido autor, antes de ser empresário(a) é que existe o(a) empreendedor(a), cuja figura é superada por aquele(a).

Comparando Aquino⁵⁰⁶ com Corrêa e Bêrni,⁵⁰⁷ observa-se grande diferença entre estes na definição de empresário(a) e empreendedor(a). Enquanto que para Corrêa e Bêrni, o(a) empreendedor(a) tem uma função contínua de inovação, para Aquino, a função do(a) empreendedor(a) acontece somente no início da criação do negócio, ou seja, é uma pré-condição para tornar-se empresário(a). O(A) empresário(a) sobrepõe, portanto, ao(à) empreendedor(a).

Buscando outra referência, encontramos o autor Drucker⁵⁰⁸ que defende uma concepção de empreendedor(a) contrária à maioria das expostas neste trabalho, acrescentando

⁵⁰⁴ CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit., p. 10.

⁵⁰⁵ AQUINO, Cleber. *História empresarial vivida. O empreendedor e o empresário*. São Paulo: *Gazeta Mercantil*, 1986 . v. II.

⁵⁰⁶ Cf. *Ibidem*.

⁵⁰⁷ CORRÊA, David Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O conceito de empresário empreendedor Schumpeteriano e sua atualização*. Op. cit.

⁵⁰⁸ DRUCKER, Peter. *Inovação e espírito empreendedor - entrepreneurship - práticas e princípios*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1987.

o conceito de empreendimento. Drucker, no entanto, aproxima-se de Schumpeter⁵⁰⁹ por privilegiar a racionalidade.

Para Drucker, o(a) empreendedor(a) não se caracteriza por traços psicológicos de personalidade ou de caráter ou de intuição, porque a atividade desempenhada, ou seja, a administração de um negócio, é uma prática sistematizada, racionalizada. Dessa forma, o que caracteriza o(a) empreendedor(a) é o seu ato. Em outros termos, a iniciativa do seu empreendimento ou de sua inovação constitui um ato de decisão após reflexões, discussões, avaliações ou exames. O autor, portanto, atribui ao(à) empreendedor(a) uma resolução ou deliberação calculada, racionalizada *a priori*.

Reforça o autor que não é todo ou qualquer negócio que pode ser definido como empreendedor ou que caracteriza como um empreendimento. Mesmo que este não precise de uma invenção, a inovação, que é racional e não intuitiva, é fundamental. O ramo do negócio ou da atividade pode ser exercido por muitos indivíduos como pode ser antigo. Contudo, para constituir-se em um empreendimento deve trazer algo inovador que o distinga dos demais já existentes. Caso o negócio só reproduza o que já existe ou o que já foi feito, este não representa um empreendimento.

Nesse sentido, de acordo com Drucker, empreendedor(a) e empreendimento são conceitos interligados, vale dizer, o segundo é o ato realizado e a prática do(a) primeiro(a), levando a resultados como a abertura de novos nichos ou mercados, novos clientes ou consumidores e, em consequência, a elevação dos rendimentos.

Segundo Wilkens,⁵¹⁰ empreendedora é uma pessoa criativa, que por meio de sua força de vontade transforma sua idéia e cria um empreendimento. Esta autora não faz distinção entre empresária⁵¹¹ e empreendedora. Entende-se, no entanto, que é o espírito empreendedor que a conduz para se tornar empresária, para criar seu próprio negócio. Afirma Wilkens:

A verdadeira empresária acha irresistíveis os novos empreendimentos e prospera dando vida às suas idéias. No entanto, a criatividade, a imaginação e uma queda pela ação compõem apenas um lado de sua personalidade, ela pode ser autocrítica, severa e controladora também. A típica empresária sempre acha que seu caminho é a única maneira de realizar algo.⁵¹²

⁵⁰⁹ Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Op. cit.

⁵¹⁰ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit.

⁵¹¹ A autora Wilkens faz uso somente do termo empresária, ou seja, somente na inflexão feminina tendo em vista que seu trabalho trata-se de uma pesquisa sobre empresárias.

⁵¹² WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit., p. 20.

Observa-se uma diferença entre a definição dos termos empresária(o) empreendedor(a) entre Wilkens e Drucker⁵¹³ em relação às características de personalidade. A primeira atribui a criatividade, as idéias novas como partes exclusivamente da personalidade, do caráter da pessoa, portanto, de manifestações intuitivas. Para o segundo, a criação ou inovação é racional, é planejada com sistematização e não pela intuição.

Para Wilkens, o fato de criar seu próprio negócio já constitui e define a empresária e empreendedora ao mesmo tempo, sem distinção de uma e outra e sem a exigência do fator inovador do empreendimento proposto por Drucker.

Comparando com Aquino,⁵¹⁴ Drucker e Wilkens assemelham-se em relação às características da personalidade, do caráter, do lado motivacional. No entanto, divergem quando Aquino separa o(a) empresário(a) do(a) empreendedor(a), ao afirmar que este(a) é anterior àquele(a).

Percebe-se, portanto, que Wilkens não se limita somente às características da personalidade empreendedora, mas associa a estas a ação, ou seja, um ato de decisão. Dessa forma, a autora associa traços de personalidade e caráter, vale dizer, a intuição e a motivação com a racionalidade, isto é, um ato propositalmente deliberado que se torna prática sistematizada.

Voltando à Ascarelli, este cita que o(a) empresário(a) não é qualquer pessoa que possua qualquer atividade econômica, porque sua qualificação está vinculada à natureza de sua atividade. Esclarece-nos o referido autor:

O que qualifica o empresário – conceito central na sistemática da legislação italiana – é, em minha opinião, uma atividade econômica (assim como uma atividade econômica qualificava o comerciante): “é empresário”, reza o art. 2.082 do Código Civil, “quem exerce profissionalmente uma *atividade* econômica organizada, dirigida à produção ou à troca de bens ou serviços”. [...] É pois a natureza (e o exercício) da atividade que qualifica o empresário (e não, ao contrário, a qualificação do sujeito que determina a atividade) [...].⁵¹⁵

Essa mesma definição de empresário(a) encontramos em Requião, citada pelo Ministro Grandi⁵¹⁶ e é definida da mesma forma, repetimos, no art. 2.082 do Código Civil italiano. Cita Requião:

⁵¹³ Cf. DRUCKER, Peter. *Inovação e espírito empreendedor*. Entrepreneurship – práticas e princípios. Op. cit.

⁵¹⁴ AQUINO, Cleber. *História empresarial vivida*. Op. cit.

⁵¹⁵ ASCARELLI, Túllio. O empresário. Trad. Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 109, p. 183-189, jan./mar., 1988. p. 183. Do título original: *Corso di Diritto Commerciale – Introduzione e Teoria dell'Impresa*. Op. cit., p. 145-160.

⁵¹⁶ GRANDI, Dino apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 52.

Essa definição de empresário ingressou doutrinariamente no direito brasileiro, tanto que foi adotada pelos autores do Projeto de Código de Obrigações de 1965 no art. 1.106: “É empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.⁵¹⁷

A priorização da atividade do sujeito para a sua qualificação como empresário(a) nesse conceito originalmente italiano traz, em si, a concepção objetivista do Direito Comercial já abordada neste trabalho.

À atividade, portanto, devido à sua importância, está intrinsecamente ligado o conceito de empresário(a), e o significado de “atividade” – que fora negligenciado pela tradicional doutrina jurídica –, passou a ter maior atenção na definição de suas categorias jurídicas dentro de um sistema econômico de produção industrial. Explica-nos Ascarelli:

A atividade não significa ato, mas uma série de atos coordenáveis entre si, em função de uma finalidade comum. O termo “ato”, ao invés de ser tomado em seu alcance jurídico técnico, deve ser nesse particular entendido, ao menos para as pessoas físicas, como equivalente a “negócio” (no sentido vulgar), por sua vez resultante de um ou mais atos jurídicos, dado que, para as pessoas físicas, é uma pluralidade de “negócios”, e não puramente de “atos”, que pode se apresentar como coordenada a uma “atividade” e, por isso, elemento integrante desta.⁵¹⁸

Nesse sentido, nem todos os atos são considerados “negócios” ou uma atividade empresarial, principalmente aqueles que tenham apenas um valor de instrumento por si só e que não estejam coordenados com outros atos.

Como exemplo, apoiando-nos em Ascarelli, podemos citar as negociações cambiais, as quais, por si só, não traduzem uma “atividade empresarial”, mas, quando usadas para as negociações de compra e venda de produtos ou mercadorias a crédito ou para mediações, tornam-se, então, atividades empresariais.

Sobre a caracterização de “atividade” existe uma grande e extensa produção, não sendo propósito deste trabalho aprofundá-la, mesmo porque o nosso recorte limita-se a uma tentativa para um entendimento sobre o conceito de empresário(a).

Requião cita duas espécies de empresário(a) comercial: o individual que “[...] é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais”.⁵¹⁹ O(A) empresário(a) individual terá sua *empresa individual*, registrada no Registro de Comércio.

⁵¹⁷ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 75.

⁵¹⁸ ASCARELLI, Túlio. O empresário. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Op. cit., p. 183.

⁵¹⁹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 76.

Para a mudança de empresa ou firma individual em pessoa jurídica atribuiu-se uma exigência do direito tributário de acordo com o imposto de renda.⁵²⁰ Ainda, a empresa comercial pode ser em sociedade, ou seja, a atividade empresária é exercida por mais de uma pessoa tornando-se uma *empresa coletiva*.

Continua o autor que o conceito de *pequeno(a) comerciante* ou *pequeno(a) empresário(a)* iniciou-se em 3 de março de 1969 pelo Decreto-lei nº 486,⁵²¹ por meio do qual, o(a) *pequeno(a) empresário(a)* é dispensado(a) da escrituração, é a pessoa natural registrada no Registro de Comércio que dirige um estabelecimento somente de atividade artesanal ou que predomine o próprio trabalho do indivíduo ou de pessoas da família. E, ainda, que a “[...] receita bruta anual não (seja) superior a cem vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no país, e cujo capital efetivamente empregado no negócio não ultrapassar vinte vezes o valor daquele salário mínimo”.⁵²²

Ressaltamos que essa forma de qualificar o(a) pequeno(a) empresário(a) sofreu alterações, tendo em vista que qualquer pessoa *empresário(a)* tem a livre responsabilidade de registrar-se como sociedade empresária ou *simples* no Registro Público de Empresas Mercantis. A partir da opção de inscrição é que terá o tratamento diferenciado, de acordo com o Código Civil de 2002 que cita:

“Art. 970. A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes”.⁵²³

E, sobre a pessoa jurídica:

“Art. 985. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (arts. 45 e 1.150)”.⁵²⁴

Para complementar reproduzimos os respectivos artigos:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.⁵²⁵

[...]

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para

⁵²⁰ Ap. Civ. nº 8.447 – Lajes, in. Bol. Jur. ADCOAS, nº 18.878/73 apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 76.

⁵²¹ Cf. REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 76.

⁵²² *Ibidem*, p. 76.

⁵²³ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 184.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 186.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 71.

aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.⁵²⁶

Observa-se que no Novo Código Civil de 2002 se exige a declaração da forma pela qual a atividade econômica é exercida.

Enfatizamos que, caso seja sociedade empresária, essa deve ser registrada na Junta Comercial e o(a) responsável é empresário(a). Se for sociedade simples deve ser registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

A qualificação do(a) pequeno(a) empresário(a), observa-se, está intrinsecamente ligada à capacidade da empresa.

Atualmente,⁵²⁷ a categoria empresarial, após longos debates e discussões com o Governo Federal e Câmara dos Deputados, conseguiu a aprovação da “Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – PLP 123/04 – no dia 05 de setembro de 2006 em plenário na Câmara dos Deputados.

Segundo a FCDL-MG,⁵²⁸ em âmbito nacional, o conceito de “pequena empresa” foi definido pelo seu faturamento, vale dizer, até R\$2,4 milhões de valor bruto anual, e para a micro empresa até o limite de R\$240 mil.

Estas concepções, portanto, vão além do que se encontra no Código Civil de 2002 que vigora no momento.

Com a aprovação da “Lei Geral” nesse ano de 2006, esta somente entrará em vigor a partir de julho de 2007, devido às mudanças tributárias. A tributação, por meio de um sistema especial, passará do atual “Simples” para o “Simples Nacional”. Outras medidas são contempladas por esta “Lei Geral”, como por exemplo, a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ, a qual será simplificada, não se exigindo mais tantos registros e/ou cadastros em vários órgãos. Contempla, ainda, um enxugamento na quantidade numérica de documentos anteriormente exigidos no ato da inscrição e redução de 67% nas taxas tributárias.

Dessa forma, as mudanças, em conseqüências da “Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”, alteram a definição e caracterização do(a) pequeno(a) empresário(a).

Verifica-se que a qualificação do(a) empresário(a) era pela *natureza* de sua atividade e a definição atual de empresário(a) no Brasil, a partir do Código Civil de 2002, sofreu uma

⁵²⁶ BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 214.

⁵²⁷ Atualmente refere-se ao mês de setembro de 2006.

⁵²⁸ Informação fornecida pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDL/MG. Belo Horizonte. Set. 2006.

mudança radical, isto é, não é mais a *natureza da atividade* que define o conceito de empresário(a), e sim, a *forma* de exercê-la, devendo conter elementos organizacionais.

As discussões em torno da definição conceitual e caracterização dos termos empresário(a) e empreendedor(a), observa-se, são polêmicas e extensas, não sendo propósito nosso aprofundar e avançar sobre as mesmas neste trabalho.

Nesse sentido, selecionamos apenas alguns conceitos para nos ajudar a definir nosso objeto de estudo.

Após as concepções expostas, optamos por considerar *empresária* aquela que está à frente de seu negócio, de sua empresa, proprietária individual ou em sociedade, independentemente do porte da empresa, isto é, pode ser micro, pequena, média ou grande. Essa nossa escolha conceitual encaixa-se na concepção proposta por Wilkens,⁵²⁹ principalmente pela associação entre motivação e racionalidade manifestadas pelos atos traduzidos em ações práticas.

Após tentarmos refletir sobre o conceito de empresária, tentamos também uma rápida incursão sobre o conceito de empresa, espaço privilegiado da atividade empresarial.

2.2 O conceito de empresa

“Durante mais de um século, do princípio de 1860 e 1870, as organizações se basearam na propriedade. A empresa típica possuía, ou no mínimo controlava, tudo que lhe dissesse. Fornecedores e distribuidores independentes existiam, mas eram ‘de fora’. A empresa em si estava fundamentada no comando e no controle, ancorada na propriedade. Essa ainda é a estrutura das empresas tradicionais. Todavia, cada vez mais o estilo de comando e controle está sendo substituído ou combinado com todos os tipos de relações (alianças, empreendimentos conjuntos, participações minoritárias, parcerias, acordos comerciais e tecnológicos) nas quais ninguém controla ou comanda. Essas relações tiveram de pautar-se em objetivos, políticas e estratégias comuns; no trabalho em equipe e na persuasão – ou jamais funcionariam. Onde a antiga organização de comando e controle, baseada na propriedade, era vista como permanente, muitas das novas relações são temporárias e de acordo com a necessidade”.

Peter F. Drucker

A produção acadêmica em torno do conceito de *empresa* é muito vasta e encontra-se, fundamentalmente, na área do Direito e da Administração, sendo, portanto, desnecessário um aprofundamento. Vamos contemplar a empresa apenas para uma composição da área espacial ou do ambiente de nosso principal foco, qual seja, as mulheres empresárias.

⁵²⁹ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora* – como iniciar seu próprio negócio. Op. cit.

Para tanto, tentamos, sucintamente, trazer o conceito atual de empresa, perfazendo, primeiramente, uma rápida incursão em sua trajetória. De início, adverte-nos Souza:

A palavra “empresa” oferece tão variados sentidos, que se torna temerário empregá-la apenas em significado jurídico, ou econômico, como de hábito, desprezando, dentre outras, as preocupações sociológicas, políticas, antropológicas que a envolvem.⁵³⁰

Portanto, apesar do nosso retrocesso, mesmo que rápido, na evolução do conceito de empresa para uma melhor compreensão do seu significado atualmente, percebe-se que o mesmo continua provocando muitas controvérsias.

A concepção de empresa, segundo Requião,⁵³¹ surgiu dentro do contorno do Direito Comercial por meio do Código francês de 1807. A partir deste momento, os comercialistas começaram a pesquisar o conceito de empresa.

Com a nova organização do capital e do trabalho no século XIX, o Código Napoleônico incluiu as *empresas* de manufatura, de transporte, de fornecimento, de vendas, de comissão, de espetáculos e outras, sob a jurisdição comercial dos *atos de comércio*.⁵³² No Código francês, então, no artigo 632, o conceito de *empresa* significa a repetição dos *atos de comércio* em cadeia. Esse conceito foi considerado inadequado pelos comentadores do Código Napoleônico, porque trazia ao mesmo tempo a noção do ato de comércio e comerciante, confundindo o sistema objetivo com o subjetivo de comércio.

O conceito de empresa teve que evoluir frente ao desenvolvimento do capitalismo durante a fase moderna.

No lugar da definição de “cadeias de atos de comércio isolados”, a empresa comercial foi definida como “[...] a organização dos fatores de produção, para a criação ou oferta de bens ou de serviços em massa”.⁵³³

Na França, o maior ponto que personificou a empresa ocorreu com o autor Despax,⁵³⁴ em 1957, o qual, por sua vez, adotou o conceito econômico de empresa de outro autor, M. James, dissociando a idéia de empresário(a) da idéia de empresa, sendo essa a causa de tantas dúvidas da concepção jurídica da empresa. Despax dizia ainda que a empresa era considerada

⁵³⁰ SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito de empresa: um desafio que persiste? *Síntese Jornal*. Op. cit. p. 17.

⁵³¹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *Ibidem*, p. 14.

⁵³⁴ DESPAX, Michel. *L'Entreprise et le Droit*. Paris: Libr. Générale de Droit et de Jurisprudence, 1957.

pelo direito como independente e distinta da figura do(a) empresário(a), podendo até, em certos momentos, possuírem interesses diferentes.

Na Alemanha, pelo Código Comercial de 1897, foi restabelecido o conceito de empresa com a modernização da concepção do conceito *subjetivo*.

Pela definição do art. 343, *atos de comércio são todos os atos de um comerciante que sejam relativos a sua atividade comercial*. Em face dessa definição, tanto o ato de comércio como o comerciante somente adquirem importância para o direito comercial quando se referam à exploração de uma empresa. Desaparece, nela, a preponderância do ato de comércio isolado, como também se esmaece a figura do comerciante. Surge, assim, esplendorosa, a *empresa mercantil*, e o direito comercial passa a ser o direito das empresas comerciais.⁵³⁵

Também na Itália, em 1942, foi estabelecido um Código unificado, ancorado no conceito acima. A empresa passou a ser o centro do sistema, de cunho corporativo, banindo do Código italiano a pessoa e a palavra comerciante, porque este simbolizava o antigo personagem do mundo capitalista. Nesse momento, a ideologia dominante fascista propôs a sua superação pelo ordenamento corporativo.

Contudo, antes desse Código Unificado da Itália, Vivante,⁵³⁶ professor da Universidade de Roma, reverenciado como o renovador do Direito Comercial e o maior comercialista da era moderna, após confessar um engano seu por ter defendido a unificação, revelou seu erro e confirmou sua crença na dicotomia do Direito Civil e do Direito Comercial.

Estas concepções de Vivante situam-se no final do século XIX e início do século XX, por volta de 1912. Conforme o autor, haveria um grave prejuízo para o Direito Comercial, caso ocorresse a unificação desse com o Direito Civil, justificando que o Direito Comercial tem um caráter universal, cosmopolita, decorrente do comércio, com transações à distância, em massa e mesmo entre pessoas ausentes. Já o Direito Civil não se ocupa destas formas de comércio, e sim, de atos isolados.

Os juristas italianos dedicaram-se com empenho ao estudo sobre a conceituação de empresa, com observações de vários proeminentes juristas. Dentre os já citados, também Asquini⁵³⁷ reconheceu a complexidade do termo empresa, o que acarretava as dificuldades entre os comercialistas e juristas para a sua definição.

Segundo Asquini, o termo empresa nunca poderia ter um conceito unitário, porque a empresa é um fenômeno multiforme e que “[...] apresentando o fenômeno econômico da

⁵³⁵ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 14.

⁵³⁶ VIVANTE, Cesare. *Trattato di Diritto Commerciale*. 4. ed. Milão: Casa Editrice Dott. Francesco Vallardi, 1912.

⁵³⁷ ASQUINI apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

empresa, perante o direito, aspectos diversos, não deve o intérprete operar com o preconceito de que o mesmo caiba, forçosamente, num esquema jurídico unitário”.⁵³⁸

Tanto o jurista Asquini como Ferri⁵³⁹ discordavam da noção jurídica da empresa, apenas. Ferri, inclusive, reforça essa concepção com a expressão “aspectos jurídicos” da empresa econômica, abrangendo tanto os aspectos jurídicos quanto os econômicos da mesma. Conforme Asquini, a empresa se apresenta de diversas maneiras, quais sejam:

a) o perfil *subjetivo*, que vê a empresa como o empresário; b) o perfil *funcional*, que vê a empresa como atividade empreendedora; c) o perfil *patrimonial ou objetivo*, que vê a empresa como estabelecimento; d) o perfil *corporativo*, que vê a empresa como instituição.⁵⁴⁰

O conceito de empresa, portanto, como já afirmamos, é bastante polêmico, possuindo diversas interpretações.

Surgiram definições de empresa sustentadas pelo caráter econômico, outras pelo caráter jurídico, outras pelo caráter misto, ou seja, uma noção de empresa econômica e jurídica ao mesmo tempo.

A noção econômica, segundo Ferri,⁵⁴¹ explica-se pelo fato de que a empresa se constitui de uma atividade especializada e profissional com mecanismos econômicos concretizados, por meio da organização dos fatores de produção, de acordo com as necessidades e exigências do mercado. Nesse ponto de vista, a empresa se enquadra no sistema objetivo, que combina elementos pessoais e reais com fins econômicos, dirigida por um indivíduo – o(a) *empresário(a)* e, portanto, ligados entre si, ou seja, a empresa só funciona por meio dos impulsos do(a) empresário(a).

A noção jurídica de empresa, diz-nos Requião,⁵⁴² apóia-se no conceito econômico de empresa, tendo em vista que os juristas não conseguiram um conceito originalmente jurídico para a definição da empresa. Existem vários focos da empresa pelos quais o direito tem interesses, explicitados a seguir:

a) *A empresa como expressão da atividade do empresário*⁵⁴³. A atividade do empresário está sujeita a normas precisas, que subordinam o exercício da empresa a determinadas condições ou pressupostos ou o titulam com particulares garantias. São

⁵³⁸ ASQUINI apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 52.

⁵³⁹ FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Op. cit.

⁵⁴⁰ ASQUINI apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 52-3.

⁵⁴¹ FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Op. cit.

⁵⁴² REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵⁴³ Denunciamos novamente que todas as referências ao empresário sempre vêm no masculino. Transcrevemos, portanto, de acordo com o original.

as disposições legais que se referem à empresa comercial, como o seu registro e condições de funcionamento. [...] b) *A empresa como idéia criadora*, a que a lei concede tutela. São as normas legais de repressão à concorrência desleal, proteção à propriedade imaterial (nome comercial, marcas, patentes, etc.). [...] c) *Como um complexo de bens*, que forma o estabelecimento comercial, regulando a sua proteção (*ponto comercial*), e a transferência de sua propriedade. [...] d) *As relações com os dependentes*, segundo princípios hierárquicos e disciplinares nas relações de emprego, matéria que hoje se desvinculou do direito comercial para se integrar no *direito do trabalho*.⁵⁴⁴

Ainda, reforça Ferri⁵⁴⁵ que, na interpretação jurídica, a empresa significa uma atividade desempenhada pelo(a) empresário(a), distinguindo e realçando, dessa forma, a sua figura no âmbito jurídico. Portanto, a doutrina jurídica da empresa significa a doutrina da *atividade* do(a) empresário(a), bem como a proteção jurídica da empresa significa a proteção jurídica da *atividade*, exercida pelo(a) empresário(a).

Após tantos debates entre os juristas italianos, o professor Francesco Ferrara⁵⁴⁶ propõe uma conclusão dizendo que a empresa é uma organização através da qual se pratica a atividade e que o conceito de empresa não possui importância jurídica porque os efeitos da empresa são os próprios efeitos do(a) empresário(a), ou seja, aquele(a) que exercita a empresa.

Na Espanha, a concepção defendida por Garrigues⁵⁴⁷ foi pela unificação, justificando que o *Direito Comercial* torna-se, dessa forma, unitário e harmônico, por ser limitado ao direito das empresas.

Lembramos, neste ponto, a grande diferença desse conceito jurídico italiano de empresa do conceito de empresa no direito francês, elaborado pelo autor Michel Despax,⁵⁴⁸ já abordado anteriormente, o qual faz a dissociação da noção de empresário(a) da noção de empresa, considerando a empresa uma entidade independente e diferente da pessoa do(a) empresário(a).

E, como veremos mais adiante, será a conceituação de Despax de 1957, ou seja, a dissociação entre empresa e empresário(a), a conceituação definida atualmente pelo Código Civil brasileiro de 2002.

⁵⁴⁴ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 49.

⁵⁴⁵ FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Op. cit.

⁵⁴⁶ FERRARA, Francesco apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵⁴⁷ GARRIGUES, Joaquín. *Tratado de Derecho Mercantil*. *Revista de Derecho Mercantil*. Madri, 1947.

⁵⁴⁸ DESPAX, Michel. *L'Entreprise et le Droit*. Op. cit.

2.3 O debate sobre o conceito de empresa no Brasil

“A empresa, hoje, não pensa somente nela. De uns quinze anos para cá mudou-se a consciência em relação à empresa, ao sindicato e ao nosso trabalho. Estamos buscando ser politicamente corretas(os) dentro do nosso espaço empresarial. [...] A conscientização ocorreu não só dentro das empresas, mas também houve uma conscientização política das pessoas, de nossos clientes e isso mudou muito o significado e a atuação das empresas. E se o nosso cliente é mais exigente, temos que atender a vontade dele, sermos mais rápidos, eficazes e atuar ao seu lado para acompanharmos as demandas do mercado”.

Dalva Camilo Diniz
(Em entrevista – 06/10/2003)

Os mesmos problemas e divergências que caracterizam a conceituação de empresa no direito estrangeiro refletem-se na doutrina brasileira.⁵⁴⁹

Nesse sentido, vamos ao momento da promulgação do Primeiro Código Comercial Brasileiro, sancionado pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, o qual foi baseado no Código francês de 1807,⁵⁵⁰ no Código espanhol de 1829 e no Código português de 1833, com o número 737. No mesmo viés, Sodré também afirma:

A economia mercantil não apenas se expande como se torna complexa, impulsionando a divisão do trabalho, e exigindo o desdobramento das instituições e da legislação. Aparece o Código Comercial e seu Regulamento, em 1850, ano que assiste, também, à tentativa de regularização da propriedade do solo, com a lei de terras públicas. Em 1849 aparecem as primeiras regras para incorporação de sociedades anônimas, completadas em 1859 e 1860. Teixeira de Freitas completa em 1885, a sua *Consolidação das Leis Civis*.⁵⁵¹

Dessa forma, foram instituídas as leis que orientavam as técnicas e as inovações da economia naquela época, iniciando-se no Brasil o desenvolvimento industrial e isso enquadrava os transportes, as comunicações, os serviços públicos urbanos e outros. Naquele momento, por exemplo, surgiu a primeira ferrovia (1854), as primeiras linhas telegráficas (1852), o submarino (1874), a iluminação a gás no Rio de Janeiro (1853), empresas de grande porte, como a de construção de navios em Ponta d'Areia, criação de bancos como também o surgimento de novos banqueiros como Mauá, por exemplo. Portanto, surgiram muitas e variadas atividades econômicas que exigiam um complexo normativo com regras, princípios, procedimentos, meios e leis para regulamentação de suas implantações e funcionamento.

⁵⁴⁹ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵⁵⁰ Cf. *Ibidem*.

⁵⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 121.

Nesse momento, ainda, no artigo 19, ao se tratar dos atos de comércio, as *empresas* foram incluídas no Direito Comercial brasileiro e teve início sua conceituação.

O referencial teórico, primeiramente, apóia-se em Escarra,⁵⁵² ou seja, no direito francês, como sendo a empresa uma repetição de atos exercidos profissionalmente. Seguindo a mesma concepção, Souza reforça:

Por empresa devemos entender uma *repetição* de atos, uma organização de serviços, em que se explore o trabalho alheio, material ou intelectual. A intromissão se dá, aqui, entre o produtor do trabalho e o consumidor do resultado desse trabalho, com o intuito de lucro.⁵⁵³

Esse conceito foi considerado inadequado à atual doutrina moderna, criticado por ser estreito.

Outro jurista brasileiro, Mendonça, define a empresa baseada na concepção de Vivante, isto é, no direito italiano como

[...] a organização técnico-econômica que se propõe a produzir a combinação dos diversos elementos, natureza e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com esperança de realização de lucros, correndo riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordene e dirige esses elementos sob sua responsabilidade.⁵⁵⁴

Essa definição sofreu várias críticas pela sua limitação somente no conceito econômico de empresa. O próprio autor da referida conceituação adiantou-se às críticas, afirmando que o conceito econômico é igual ao jurídico, porque o Direito Comercial supõe a empresa que se apresente com caráter mercantil. E, ainda, o autor atribui três elementos como pressupostos da empresa: “a) uma série de negócios do mesmo gênero de caráter mercantil; b) o emprego de trabalho ou capital, ou de ambos combinados; c) a assunção do risco próprio da organização”.⁵⁵⁵

O debate sobre o conceito de empresa nos meios jurídicos brasileiros, segundo Requião, é uma preocupação constante. Vários juristas participaram da discussão, dentre tantos, Francisco Campos, afirmando a existência de grande número de pequenas empresas no Brasil nas quais a pessoa do(a) empresário(a) afasta a idéia abstrata da empresa e que a atividade econômica é um fator fundamental na definição do conceito de empresa. Em 10 de setembro de 1962, por exemplo, a lei nº 4.137, em seu artigo 6º, traz a seguinte definição:

⁵⁵² ESCARRA apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵⁵³ SOUZA, Inglez de. *Preleções de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1935. apud ibidem, p. 54.

⁵⁵⁴ MENDONÇA, J. X. Carvalho apud REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 54.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 55

“[...] considera-se empresa toda organização de natureza civil ou mercantil destinada à exploração por pessoa física ou jurídica de qualquer atividade com fins lucrativos”.⁵⁵⁶

A definição acima se baseou no sentido objetivo. Já os professores juristas que se reuniram para elaborar o projeto do Código Civil apoiaram-se na concepção do direito italiano de 1942, evitando conceituar a empresa e definindo somente o(a) empresário(a), ou seja, fixaram-se no sentido subjetivo.

Esclarece-nos Requião que é necessário os fenômenos econômico e jurídico que a empresa apresenta.

Assim, existe uma confusão entre “empresa e estabelecimento comercial” e entre “empresa e sociedade”. Como entidade jurídica, a empresa é “abstrata” e a ligação do exercício da atividade, ou seja, da ação intencional (elemento abstrato) pelo(a) empresário(a) na prática da atividade econômica, é que faz a empresa existir. Portanto, mesmo que existam todos os fatores organizadores de uma empresa, mas não sejam efetivamente exercitados, a empresa não surge.

A organização, portanto, são os bens e o trabalho de outros que não se integram por si só, mas sim, com a atuação do(a) empresário(a) sobre estes elementos organizados, efetivando a atividade e, em consequência, a produção. Escreve Requião: “A empresa somente nasce quando se inicia a *atividade* sob a orientação do empresário. [...] O conceito de empresa se afirma na idéia de que é ela *o exercício de atividade produtiva*. E do *exercício* de uma atividade não se tem senão uma idéia abstrata”.⁵⁵⁷

Ainda, além da empresa como “abstração”, outra confusão se dá em relação à empresa e a sociedade.

Esclarece-nos Requião que a sociedade comercial, se constituída nos moldes legais, ganha o estatuto de *pessoa jurídica* com deveres e direitos, tornando-se *empresário(a)* e não empresa. A atividade produtiva será exercida pela sociedade comercial, que é, portanto, empresário(a).

A empresa não é, segundo os juristas, pessoa jurídica em si mesma. A empresa pode ser ainda exercício de pessoa natural, ou seja, de uma atividade individual, contrária à empresa coletiva, exercida pela sociedade comercial. Portanto, a empresa não é, necessariamente, uma sociedade comercial e, também, pode existir sociedade comercial sem existir a empresa efetivamente. Por exemplo, duas pessoas podem realizar um contrato social com registro na Junta Comercial, formando, portanto, uma sociedade comercial. No entanto,

⁵⁵⁶ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit., p. 56.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 57.

enquanto essa sociedade se mantiver inativa, sem o exercício da atividade, a empresa não existe.

O Código brasileiro passou por várias alterações e acomodações, de acordo com as críticas e com as necessidades da vida nacional. Em 7 de agosto de 1972 foi publicado no *Diário Oficial* da União, o Anteprojeto de Código Civil, composto por uma comissão de juristas, com a proposta de unificação do Direito Civil e do Direito Comercial, antes separados.

Essa dicotomia do Direito Privado (civil) e do Direito Comercial foi debatida durante muitos anos como um sério problema para vários países e, inclusive, para o direito brasileiro.

Após a Revolução de 1964, conforme Requião,⁵⁵⁸ a tendência de unificação do Direito Civil e do Direito Comercial foi acelerada, resultando em um Código unificado com o título de Código Civil.

Dessa forma, desapareceu o Código Comercial, permanecendo como disciplina didática, científica e autônoma. Na junção, o Direito Civil foi absorvido pelo Direito Comercial.

Confirma Requião que o anteprojeto de 1972 foi enviado pelo Governo em 1975 pela “Mensagem nº 160/75 à Câmara dos Deputados, onde foi classificado como Projeto de Lei nº 634, de 1975”.⁵⁵⁹

Hoje, portanto, é o Código Civil brasileiro que determina os novos conceitos de empresa e empresário(a), dentre vários outros, mas, destacamos esses devido ao interesse específico da pesquisa. Segundo Souza:

Novas espécies de “empresas” surgiram e surgem de acordo com a própria evolução social. Este fato convida-nos a rever ou atualizar o que tem sido habitualmente chamado de Teoria da Empresa. Do mesmo modo, somos solicitados a recompor classificações, por novos referenciais, segundo a dimensão, (pequenas e grandes), pelo âmbito do poder (públicas e privadas), pela responsabilidade (limitadas e ilimitadas), pela nacionalidade (nacionais e estrangeiras), pelo objetivo que propõem (comerciais, industriais, agrícolas, de serviços, e assim por diante).⁵⁶⁰

Observa-se que mesmo após calorosas e diversas discussões e debates sobre o conceito de *empresa*, ainda hoje, conforme Souza, o desafio continua sendo extenso para definir a

⁵⁵⁸ REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Op. cit.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁶⁰ SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito de empresa: um desafio que persiste? *Síntese Jornal*. Op. cit., p. 18

empresa, “[...] de modo a atender à realidade social que se apresenta ao cultor e ao aplicador do Direito no século XXI”.⁵⁶¹

Diz-nos Comparato: “Se seu quiser indicar uma instituição social que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva de elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa”.⁵⁶²

Afirma o autor que, na contemporaneidade, a empresa influencia comportamentos de outras instituições e grupos sociais, os quais, em um período ainda recente, ficavam fora do âmbito empresarial.

Hoje, a reforma do conceito e do desempenho funcional da empresa é imprescindível, como também é um dos grandes problemas do Direito atual, tendo em vista as mudanças advindas do contexto, em razão, principalmente, do advento do Estado Social. Existe uma carência na elaboração teórica para se resolver estas questões, deixando o próprio legislador sem instrumentos ou mecanismos para resolver os impasses.

Continua Comparato dizendo que o sistema jurídico tem normas para proteger os interesses particulares, mas não para defender os interesses comuns do povo, os quais são, atualmente, confiados às empresas. Estes interesses comuns, por sua vez, não podem ser negligenciados pela atividade empresarial. No entanto, a prática destas normas no Brasil ainda é incipiente.

Existem hoje propostas de novas maneiras de participação ou de ação popular com o objetivo de defender os bens, os valores ou interesses coletivos, adotados e defendidos entre juristas e doutrinadores que defendem uma ação popular constitucional. Como exemplo, Comparato⁵⁶³ cita o caso da Escandinávia, onde um procurador-geral – chamado de *ombudsman* –, é o responsável pela defesa dos interesses comuns do povo ou dos interesses difusos, fazendo a mediação necessária entre a sociedade civil e o Estado. Essa medida servirá, também, para o reconhecimento das diferenças entre os interesses nas esferas que o Estado atual se recusa a perceber e superar a dissociação entre sociedade civil e Estado, consequência do Estado Liberal. O *ombudsman*, para essa função, deverá ser eleito pelo povo, por um período determinado e nunca indicado ou nomeado pelo Estado, porque seu papel seria ainda o de fiscalizar o cumprimento dos interesses coletivos e sociais.

⁵⁶¹ SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito de empresa: um desafio que persiste? *Síntese Jornal*. Op. cit., p. 17.

⁵⁶² COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. Op. cit., p. 3.

⁵⁶³ *Ibidem*.

Confirma o autor: “Na verdade, a implementação dos princípios constitucionais de desenvolvimento nacional e justiça social impõe a completa reforma do direito falimentar, partindo-se da distinção básica entre empresas de interesse social e de interesse particular”.⁵⁶⁴

A grande contradição do sistema tradicional é confundir controle empresarial com propriedade capitalista. Reconhecer essa diferença é revolucionar o estatuto da empresa, que deixa de ser *objeto* para ser *sujeito* de direito. O(A) empresário(a) deve servir à empresa e não a empresa servir ao(à) empresário(a).

Essa reforma implica não só a reforma da empresa, mas também do Estado brasileiro em sua soberania, até o momento objeto “[...] de tradicional condomínio privado”.⁵⁶⁵

⁵⁶⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. Op. cit., p. 15.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 25.

CAPÍTULO 3

ORIGEM, FORMAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO EMPRESARIADO NO BRASIL

3.1 Origem e formação do empresariado nacional

“Apesar da dependência dos grupos industriais nacionais em relação ao Estado, os empresários puderam estabelecer um estilo de interação entre os setores privado/público abrindo espaço à participação direta em questões-chave relacionadas aos seus interesses enquanto classe”.

Renato Raul Boschi

Antes de tratarmos da organização efetiva das empresárias no estado de Minas Gerais, traçamos um esboço sobre a organização do empresariado brasileiro nacional e, no capítulo 4, do empresariado estadual para, a partir destes contextos mais amplos, situarmos o nosso objeto.

O empresariado no Brasil teve a sua formação no início do século XX, por volta de 1920 a 1930.

A partir de sua formação iniciou-se também a sua organização como ator participativo e político na sociedade brasileira.

Abordamos somente a fase inicial da organização e das práticas políticas adotadas pelo empresariado brasileiro no período de 1930 a 1945, para uma confrontação com a organização e as práticas políticas adotadas pela categoria das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais à época de sua organização: a década de 1980.

Esses dois momentos foram privilegiados por marcarem o início da organização de atores sociais diferentes dentro da mesma categoria empresarial, ou seja, 1930 a 1945 assinala o momento de formação e organização do empresariado nacional e também do empresarial estadual em Minas Gerais. Esse espaço é privilegiado por ser o eleito para a busca de nosso objeto de estudo, a categoria de mulheres empresárias, tendo em vista a impossibilidade de abordar todas as mulheres empresárias de todo o país. A década de 1980 é marco também,

porque assinala o momento de organização das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais, verificada e analisada na parte II, especificamente, no capítulo 5.

Por isso, esses dois momentos têm em comum o início da organização da categoria empresarial com atores sociais diferentes, o empresariado nacional, estadual e mulheres empresárias, dentro da mesma categoria mais ampla e em contextos diferentes.

Também assinalam o início de “algo novo”, no dizer de Arendt,⁵⁶⁶ porque esses atores trouxeram propostas de mudanças e renovações em relação ao vivido em seus momentos.

Além desses dois contextos caracterizarem-se como marcos iniciais de formação e organização dentro da categoria empresarial, são específicos ainda porque, de acordo com Tabak, o recorte de 1930 a 1945 e a década de 1980 assinalam, “[...] o mesmo processo de transição do autoritarismo para a democracia”.⁵⁶⁷

Nesse sentido, surgiram novas práticas políticas entre o empresariado e com outros atores sociais, inclusive, com o Estado, em busca de maior participação na esfera pública. Fizemos, então, uma comparação com as práticas políticas adotadas pelo empresariado nacional e estadual à época de sua formação e organização com as práticas políticas das mulheres empresárias também à época de sua organização e quais formas de prática política adotaram na esfera pública. Após as análises e comparações entre esses dois momentos, analisamos se o repertório sofreu ruptura ou possui continuidade.

Não foi proposta deste estudo dar seqüência à trajetória do empresariado brasileiro como um todo após a data de 1945. Dentro do empresariado nacional, portanto, exceto o período inicial de sua organização, optamos por um estrato: o das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais a partir da década de 1980.

No Brasil, segundo Martins,⁵⁶⁸ a formação das camadas empresariais sustenta-se em duas direções. A primeira, com uma conotação histórica, ancora-se no desenvolvimento das relações capitalistas, gestando as “burguesias nacionais”, entre elas, a “burguesia nacional” brasileira.

A segunda, por meio de um corte na estratificação da chamada sociedade industrial, traz o conceito de “elites”, permitindo tentativas para se buscar a constituição do empresariado.

Contudo, afirma o autor, as duas formas de abordagens são, metodologicamente, insuficientes para uma contribuição efetiva para o conhecimento da origem e formação do

⁵⁶⁶ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

⁵⁶⁷ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 42.

⁵⁶⁸ MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Maio, v. 3, n. 17, 1967.

empresariado, porque “burguesia” é um conceito muito abstrato no momento referido e “elites”, porque, a forma como foi abordada tratou muito mais de posições ocupadas na sociedade do que sobre o seu processo e a sua dinâmica histórica, apesar de grande produção acadêmica sobre essa temática.

Na produção brasileira, outra obra que encontramos sobre a formação do empresariado brasileiro foi a de Oliveira Vianna.⁵⁶⁹

Considera o autor que, no período colonial brasileiro, isto é, de 1500 a 1888, a fase era pré-capitalista, com uma mentalidade completamente diferente daquela constituída pelo mercantilismo moderno e pelo industrialismo das sociedades européias e norte-americanas pós-lincolniana.

A mentalidade da época colonial ou escravista no Brasil não tinha preocupação obsessiva do lucro, do dinheiro ou da acumulação da riqueza monetária. Segue dizendo Oliveira Vianna:

O essencial é não trabalhar: *toda a felicidade do homem rico é poder fazer com que os outros trabalhem para ele*. O dinheiro é substituído pela posse de haveres, que permitam ao seu possuidor o *otium cum dignitate* – esta espécie de ociosidade, própria dos homens acontiosos, [...] o que classifica o indivíduo é justamente não ser-lhe preciso trabalhar: *é a ausência da necessidade de qualquer esforço intenso*. Quer dizer: o oposto exatamente ao que vemos nas sociedades submetidas aos cânones do regime capitalista ou mercantilista [...].⁵⁷⁰

Assim, o espírito puro do capitalismo estava ausente na mentalidade da aristocracia agrária brasileira. O que dignificava o homem, portanto, não era o dinheiro por si mesmo, mas a *terra* e o *emprego* ou *cargo público*, mesmo para os mais modestos. Um comerciante, apesar de possuir muito dinheiro, não conseguia fazer parte do alto círculo da aristocracia, cuja nobreza era medida pela quantidade e grandeza das terras possuídas ou pelos cargos ocupados na sociedade colonial. No período colonial brasileiro a atividade comercial era incompatível com um homem da nobreza, considerada uma atividade desqualificada. Nas palavras de Oliveira Vianna,

[...] o dinheiro, até há bem pouco, *só por si*, não bastava para dar entre nós posição social e mundana a ninguém. No período colonial, por exemplo, foi esta precisamente a causa íntima da rivalidade patente entre a burguesia comercial do Rio e os senhores rurais, tão bem exemplificada no conflito surgido entre a classe dos “mercadores”, enriquecidos depois da Lei da abertura dos portos (1808), classe esta, diga-se de passagem, na sua totalidade composta de portugueses. Estes e aqueles, altos burgueses e grandes terratenentes, disputavam entre si a freqüência, os

⁵⁶⁹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 55.

títulos e as honras do Paço naquela época. Mas, o preconceito peninsular contra as atividades mercantis dominava a nobreza territorial daqueles tempos de ressurgência do espírito feudal – e a hostilidade às pretensões da nova burguesia colonial, saída do tráfico e do “comissariado”, é bem a expressão desta mentalidade.⁵⁷¹

Observa-se que a influência sobre a mentalidade da época vinha da Europa, especificamente da nobreza de Portugal e, paradoxalmente, os primeiros “mercadores” ditos enriquecidos na colônia eram de origem portuguesa.

Confirma Furtado que os comerciantes, no geral, “[...] provinham do Norte português, especialmente Minho e Douro”.⁵⁷²

O espírito capitalista, continua Oliveira Vianna, veio com os colonos lusos que arriscaram o salto transoceânico com a intenção e ambição de lucro e de fortuna, na aventura das grandes descobertas, deslocando-se através dos oceanos. Vieram, assim, primeiro os mercadores e armadores, os quais faziam também o comércio com as Índias. Em seguida, vieram a média e pequena nobreza agrária, já arruinados devido às crises sucessivas da agricultura peninsular.

Estas idéias de lucro e de fortuna foram entranhando na imaginação das classes populares, primeiro das cidades, depois dos campos, dos “nobres” empobrecidos, isto é, sem terras, dos “vilões”, dos “peões”, dos numerosos agricultores falidos e sem sucesso, enfim, de todos que não tinham posses e nem condições de sobrevivência, a ralé, que era, aliás, a maioria da população peninsular. Enfatiza o autor:

É de notar-se que esta preocupação mercantilista, de enriquecimento rápido [...] que trabalhava unicamente a alma da gente da Península. Esta ambição da fortuna era uma sorte de psicose coletiva, que contagiava e agitava todo o mundo europeu naquela época. [...] “muitas pessoas de pequenos cabedais” bem poderiam vir ao Brasil “a fim de plantar canas, produzir açúcar, tabaco, gengibre e outras mercadorias para fazer negócios ou seguir outras profissões e, assim, reunir um capital e voltar com eles (sic) para a pátria”.⁵⁷³

Os portugueses já praticavam o comércio em feiras e mercados desde 1125, escreve Mott,⁵⁷⁴ contando com 95 (noventa e cinco) feiras até a metade do século XV. Além do comércio em Portugal, os lusos conheciam e comerciavam com os *suqs* africanos, ao norte, principalmente com o mercado de Ceuta e de Angola, as chamadas *feiras do sertão*. Os

⁵⁷¹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 118.

⁵⁷² FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 275.

⁵⁷³ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 127.

⁵⁷⁴ MOTT, Luiz R.B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit.

portugueses, então, quiserem reproduzir no Brasil-Colônia as praças de mercado que já possuíam e conheciam.

Ressalta o autor que o Brasil Colônia e outros países da América Latina, exceto o México e a Guatemala, não possuíam e não conheciam praças de mercado. A primeira *feira* no Brasil possui referência no ano de 1548 na Bahia, especificamente em Capoame, norte do recôncavo baiano. No entanto, faltam documentos que comprovem tal data, existindo apenas especulações. Mott cita que Felisbello Freire⁵⁷⁵ datou a primeira feira no Brasil no século XVI, enquanto Borges de Barros⁵⁷⁶ localizou-a no século XVII, em 1614. Sobre estas conjecturas, Mott escreveu que não concordava com nenhuma delas, apontando a data de 1677 com base em um regimento no qual D. Afonso IV, a exemplo de seus antecessores do século XVI, ordenava a criação de feiras no Brasil Colônia.

Contudo, mesmo não existindo as feiras e/ou praças de mercado, existia um pequeno comércio nos primeiros séculos. De acordo com Mott,

[...] vamos encontrar na maioria das vilas e cidades coloniais, algumas agências que se encarregavam do pequeno comércio: lojas, vendas, tavernas, boticas, *estalagens*, açougues, casas de pasto, tendas, casa de negócio, quitandas. Os proprietários de tais estabelecimentos aparecem referidos nos documentos da época, sob diferentes denominações: taverneiros, marchantes, vendilhões, mercadores, mercadores a miúdo ou a retalho, caixeiros, comissários volantes, negociantes, lojistas.⁵⁷⁷

Esse comércio, apesar de iniciante, apresentava-se de duas maneiras e com mercadorias diversificadas, isto é, havia os mercadores com suas lojas estabelecidas e as vendas livres nas ruas e praças. Entre as mercadorias, havia produtos importados, mais caros, raros e nobres, os quais eram comercializados pelos mercadores; e os produtos extraídos da terra eram típicos das vendas livres. Dentro desse comércio de vendas livres, surgiu, ainda, o comércio ambulante, praticado pelas “negras de tabuleiro” desde o século XVI, vale dizer, 1591, conforme documentação encontrada.⁵⁷⁸ Essas mulheres negras exerceram, no século XVIII, importante papel no comércio colonial.

Segundo Mott,⁵⁷⁹ além da instituição das feiras nas cidades e vilas, existiam também as *feiras rurais*, datadas de 1732. Vários lugares realizavam essas feiras, como por exemplo, Capoame, na Bahia, referida anteriormente como sendo a primeira, na qual se fazia um

⁵⁷⁵ FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro. I, 1906 apud MOTT, Luiz R.B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit.

⁵⁷⁶ BARROS, F. Borges de. “O Castelo da Torre de Garcia d’Ávila”. *Annaes do Archivo Público da Bahia*. v. 24, p. 45-47, 1935 apud MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. Op. cit.

⁵⁷⁷ MOTT, R. B. Luiz. Subsídios à História do Pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit., p. 87.

⁵⁷⁸ Ibidem.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 87.

comércio de gado *vacum* uma vez por semana, sempre às quartas feiras. Essas aconteciam ainda em Pernambuco, Sergipe e São Paulo (Sorocaba), comerciando vacas, bois, mulas, burros, cavalos, como também farinha e outros produtos. Essas feiras, segundo documento datado de 1800,⁵⁸⁰ apresentavam-se de duas formas: a *feira-mercado* e a *feira-franca*. A primeira era realizada aos sábados, mais reduzida e voltada para abastecer as regiões mais próximas com produtos para a alimentação; a segunda realizava-se anualmente ou de dois em dois anos, com um comércio mais amplo, atraindo vendedores e compradores de variadas regiões, os quais eram mais especializados e comerciavam produtos regionais.

Dessa forma, os colonizadores europeus, imbuídos e experientes com as praças de mercado, vieram para a colônia brasileira. Com a mesma concepção, Oliveira Vianna reforça “[...] a generalização do espírito puramente especulativo e capitalista nos homens de aventura, lusos, espanhóis, holandeses que vinham, nos primeiros séculos da colonização, ‘fazer o Brasil’.”⁵⁸¹

Verifica-se, por essa citação e trechos de uma carta de um cronista holandês do século XVII, Jan Moerbeek aos seus patrícios, citada por Oliveira Vianna, que a origem dos primeiros mercadores e, portanto, da burguesia mercantil brasileira, é de imigrantes.

Retornando à Martins,⁵⁸² esse nos diz que o conhecimento da origem social ou étnica do empresariado brasileiro baseado em critérios rigorosos disponíveis para uma pesquisa é inviável, pelo fato de esses não existirem.

Justifica o referido autor que, para o desenvolvimento de um projeto de sua autoria e para conseguir dados ou bases sérias e rigorosas sobre a origem e formação das camadas empresariais a partir de 1914, teve que fazer uso do método empírico.⁵⁸³

O resultado da pesquisa realizada por Martins revelou que a grande maioria do empresariado industrial brasileiro “[...] é de origem imigrante [...]”.⁵⁸⁴

Observa-se, portanto, que a pesquisa de Martins realizada em 1967 não difere do que Oliveira Vianna, cujo estudo nos traz a origem do empresariado brasileiro desde o século XV,

⁵⁸⁰ Cf. AHU, Bahia. In: CASTRO, Eduardo de Almeida. Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro. n. 20.795. Ofício do Ouvidor da Comarca de Sergipe d’El Rei, para D. Rodrigo S. Coutinho, de 6/8/1800 apud MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. Op. cit.

⁵⁸¹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 127.

⁵⁸² MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁵⁸³ A pesquisa de Luciano Martins foi feita especificamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo, portanto, uma amostra do empresariado brasileiro.

⁵⁸⁴ MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit., p. 100.

ou seja, desde o início do Brasil Colonial e não somente a partir de 1914, afirmou anteriormente.

Outros estudos existentes no Brasil sobre as origens sociais e étnicas do empresariado brasileiro têm suas investigações sobre empresários mais recentes, e não desde o início de sua formação, como por exemplo, o estudo de Bresser Pereira.⁵⁸⁵

Sobre a origem do empresariado, a visão da autora Gomes,⁵⁸⁶ também é semelhante à de Oliveira Vianna e Martins, ao dizer que “[...] o empresariado [...] em grande parte [...] (é) composto por estrangeiros”.⁵⁸⁷

Outro autor, Sodré,⁵⁸⁸ escreveu que, se não existem “provas cabais” para o conhecimento das origens sociais e étnicas do empresariado no Brasil, existe uma literatura que nos indica que sua origem é de imigrantes.

Comprovando tal declaração, para a identificação dos primeiros comerciantes que se constituíram no Brasil, Furtado apresenta diversificadas fontes explicitadas no trecho:

A descoberta do ouro fez acorrer para as Minas inúmeros representantes das casas comerciais portuguesas, além de vários homens que acabaram por se envolver em atividades comerciais, aproveitando de uma população sempre carente de produtos da área portuária e rural. Para conhecer o perfil destes comerciantes foram levantados duzentos e doze negociantes que atuaram nas Minas na primeira metade do século XVIII. Noventa e cinco puderam ser conhecidos por meio de seus inventários e testamentos localizados em diversos arquivos. Essa documentação encontra-se depositada no Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte, na Casa Borba Gato, anexo do Museu do Ouro de Sabará, na Casa do Pilar, pertencente ao Museu da Inconfidência de Ouro Preto e Casa Setecentista, em Mariana, além dos que foram levantados por Anita Novinsky no seu inventário de bens confiscados de cristãos-novos, no século XVIII. Tal documentação possibilitou o estudo do perfil desses homens e mulheres, a atividade a que se dedicavam, a posse de escravos, bens móveis e imóveis, além de propiciar o conhecimento dos créditos e dívidas que foram arrolados nessa documentação. [...] Para completar o estudo, foram consultados livros de devassas das Visitações Eclesiásticas, realizadas nas Minas na primeira metade do século XVIII, que permitiram identificar setenta e sete comerciantes arrolados como testemunhas e quarenta como réus, além de diversos crimes associados à heresia judaica. Esses documentos também permitiram que se pudesse reconstruir o universo mental que esses homens estavam mergulhados, as tentativas de moralização da Igreja e os desvios da sociedade, as condutas que o poder tentavam instituir.⁵⁸⁹

⁵⁸⁵ Cf. PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Origens sociais e étnicas do empresariado paulista. *Revista de Administração de Empresas*. n. 11, jun., 1964;

GRUPOS econômicos. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. v. 1, n. 1, jan./dez, 1965.

⁵⁸⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 61.

⁵⁸⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit.

⁵⁸⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 24-5.

Por meio de inúmeros inventários e processos de crimes de devassa ocorridos na época colonial, pode-se afirmar que a origem do comerciante brasileiro vem do imigrante, principalmente, de judeus. Essas informações corroboram e, ao mesmo tempo, contrariam a informação de Martins à página 188 por verificarmos a existência de fontes fidedignas para o conhecimento do início da classe de comerciantes no Brasil arroladas por Furtado na citação anterior.

Ainda, no início do século XIX, a partir da abertura dos portos brasileiros ao mercado internacional e à época do Tratado com a Inglaterra em 1810, através do qual o mercado brasileiro fora franqueado aos ingleses⁵⁹⁰ e amplamente beneficiados com a tarifa, Tietz, um alemão, citado por Sodré, afirma:

Os britânicos possuem no Rio de Janeiro dez grandes casas comerciais. A população britânica no Rio é de, aproximadamente, 500 pessoas, sem incluir os artistas, negociantes e quitandeiros. No total, há aí mais ou menos 50 casas comerciais dessa nação; algumas delas têm também escritórios nos portos de Norte e Sul do país.⁵⁹¹

Além da presença constante, dominadora e exploradora dos ingleses, o mesmo autor Tietz faz também um comentário sobre a presença dos portugueses nas atividades comerciais no Brasil:

O comércio desse país encontra-se em mãos bem mais de portugueses de que dos próprios brasileiros, que se julgam oprimidos e não querem compreender as causas reais de sua posição de inferioridade: a sua servilidade e leviandade. *O comércio varejista* no interior, como também no litoral, *é dominado quase completamente pelos portugueses ou pelos estrangeiros*, aos quais eles emprestam o seu nome nacional. Mas o número de casas comerciais pertencentes a brasileiros não ultrapassa, no Rio de Janeiro, de cinco. Não acreditamos, entretanto, que se encontre, nessa cidade, nem sequer uma de propriedade genuinamente nacional.⁵⁹²

Na mesma direção de Tietz, Sodré ainda aborda outros que deixaram seus registros sobre o início e a expansão do comércio brasileiro, confirmando a presença maciça e constante de estrangeiros no Brasil.⁵⁹³ Comenta, ainda, que o grande comércio ficava nas mãos de ingleses, passando depois para outros europeus enquanto que o comércio a retalhos,

⁵⁹⁰ Cf. RODRIGUES, Jorge Martins. A rivalidade comercial de norte-americanos e ingleses no Brasil do século XIX. *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, n. 1, São Paulo, 1953.

⁵⁹¹ TIETZ, F. apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 80.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 80 (grifos nossos).

⁵⁹³ Cf. também: MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do Banco do Brasil* (Primeira Fase, 1808-1835). Rio de Janeiro (s/e), 1947.

Ainda, Sodré nos diz que o grande número de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil, de mercadores a cientistas, deixou registros sobre a atividade comercial no Brasil, sendo impossível e até desnecessário todas essas referências neste trabalho.

isto é, interno, controlado pelos portugueses, já vinha de fases anteriores, acirrando, após 1808, as disputas e aversões entre portugueses e brasileiros, que já reivindicavam a nacionalização do comércio.

Prado Júnior⁵⁹⁴ também se refere aos industriais brasileiros como advindos de origem modesta, iniciando-se com pequenos empreendimentos, mas que, pela persistência e por um padrão de vida essencialmente voltado para a subsistência, conseguiram acumular fundos e capital necessário para a ampliação de suas empresas. Confirma o autor:

Êste será o caso, [...] de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos – os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignácio, etc. E se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economias duramente reunidas.⁵⁹⁵

Semelhantes a essas percepções, Diniz e Boschi⁵⁹⁶ afirmam que na ausência de um planejamento de crédito institucional para as empresas no Brasil havia um grande capital de financiamento oriundo de fontes externas. Esses financiamentos eram conseguidos com mais facilidade pelos imigrantes que compunham o empresariado brasileiro:

Ainda que não se possa precisar com clareza a proporção com que cada uma dessas fontes contribui, sabe-se que é bastante significativo o papel dos imigrantes na formação da indústria paulista. Daí que, via de regra, os grupos de imigrantes tivessem encontrado mais facilidade de expandir suas empresas a níveis mais significativos.⁵⁹⁷

Os autores Villela e Suzigan também afirmaram que “[...] entre novembro de 1940 e março de 1941, cerca de 33% dos sócios das empresas industriais, responsáveis por 42,3% do capital realizado, eram de origem estrangeira, preponderando os italianos e portugueses [...]”.⁵⁹⁸

Verifica-se, portanto, que os estrangeiros estavam, praticamente, em diversos segmentos da economia brasileira, ou seja, desde a detenção das grandes propriedades rurais até a um comércio variado, pequeno ou grande, interno ou externo.

⁵⁹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. 265.

⁵⁹⁶ Cf. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 35.

⁵⁹⁸ VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889/1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. p. 369.

Voltando a Martins,⁵⁹⁹ este nos diz também, semelhante à Sodré,⁶⁰⁰ que se não há “provas” de que a origem social e étnica do empresariado nacional não seja de imigrantes, também não existe fonte que argumente que não a seja.

Buscamos a obra de Oliveira Vianna⁶⁰¹ para tentarmos um conhecimento ou uma proposta da origem social e étnica do empresariado brasileiro desde o início da colonização brasileira. Nesse sentido, segundo o autor, os primeiros “mercadores” que vieram para o Brasil Colonial também chamados de “comerciantes”, “comissários”, “correspondentes” e “armadores”, localizaram-se nas zonas urbanas litorâneas, exercendo um comércio que variava de um artesanato rudimentar a um comércio de importação e exportação – que era o “alto comércio”, tendo em vista a não existência de indústria organizada. Ainda, essa classe de comerciantes fornecia “[...] capitais em espécie aos senhores de engenho e exploradores de minas: – e nisto ela punha objetivos estritos e exclusivistas de especulação e lucro [...]”,⁶⁰² existindo desde o século XV ao XIX, ou seja, até o início da República e instalação dos bancos de crédito no país.

Os “armadores” eram os que praticavam o “alto comércio” atravessando os oceanos e praticando o escambo das mercadorias. Traziam produtos da metrópole, compravam e levavam para fora o pau-brasil, açúcar e outros gêneros. Eram, em sua maioria, judeus e cristãos-novos, denominados de “mercadores de ida por vinda”,⁶⁰³ porque esperavam meses nos portos com seus barcos, à espera das épocas de safra dos produtos, como o açúcar, por exemplo.

Com o tempo, esses mercadores do “alto comércio” também se fixaram no Brasil, instalando casas de comércio ou filiais. Seu comércio caracterizava-se por um tráfico litorâneo, ou seja, não percorria o interior.

A penetração do comércio no interior, de acordo com Oliveira Vianna, deu-se por meio do “mascate” e “[...] daí a generalidade da florescência do comércio de ‘mascateação’ no período colonial [...]”,⁶⁰⁴ muito rentável. Os mascates, em sua maioria, eram judeus e

⁵⁹⁹ Cf. MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁶⁰⁰ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit.

⁶⁰¹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 162.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 163.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 163.

portugueses e tinham o objetivo exclusivo do lucro. Em *Diálogo das Grandezas do Brasil*,⁶⁰⁵ a alta margem dos lucros dos mascates era “a mais de cento por cento”.⁶⁰⁶

Em relação ao *mascate*, Dornas Filho⁶⁰⁷ escreve que seu antecessor foi o *tropeiro*. Afirma o autor que no período colonial existiram três agentes responsáveis pela “[...] circulação da riqueza e da vinculação do homem à terra – o tropeiro, o ‘cometa’ e o mascate”.⁶⁰⁸

O tropeiro, condutor de tropa, foi o responsável pelo “[...] primeiro meio de transporte e comércio que o Brasil possuiu, e o seu maior elemento econômico e social de colonização e fixação do homem”.⁶⁰⁹ Com capacidade de penetração onde não era possível nenhuma via férrea ou fluvial, o tropeiro desbravava e entranhava em todos os cantos da colônia levando o comércio e provocando o surgimento de inúmeras cidades. Reforça Dornas Filho:

A atual Capital⁶¹⁰ do país deve a sua opulência e grandeza ao fenômeno das tropas. Descobertas as minas de ouro e aberto o Caminho Novo de Garcia Pais, foram as tropas, conduzindo o ouro para o litoral e retornando carregados de utilidades, que deram ao Rio tal preponderância que, em pouco, era transferida da Bahia para as margens da Guanabara a sede do governo colonial.⁶¹¹

A abertura das primeiras e depois de inúmeras estradas, inclusive trafegadas até hoje, foram conseqüências da atuação dos tropeiros e suas tropas. Foram responsáveis ainda pela unidade territorial e política do Brasil, por integrar as mais distantes regiões devido aos interesses comerciais. Também os tropeiros foram os agentes responsáveis pela comunicação no período colonial, por levarem as notícias, cartas, recados, encomendas e outros serviços, cumprindo o papel do futuro correio, praticamente inexistente à época.

Pode-se afirmar que o tropeiro era um comerciante de grande relevância no Brasil Colônia, comerciando e transportando gêneros de várias espécies para as populações de distantes regiões. Caso não fosse o tropeiro, os diversos produtos nunca chegariam às fazendas. Ainda, de acordo com Dornas Filho, o tropeiro foi responsável pela fixação do homem ao território, ou seja, responsável pelo início das cidades e do comércio fixo. Esses

⁶⁰⁵ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil* apud OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit.

⁶⁰⁶ Apud OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 163.

⁶⁰⁷ DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. 1956.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 90.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 97.

⁶¹⁰ Esta obra é de 1956, portanto, a atual capital referida na citação, na época, era a cidade do Rio de Janeiro.

⁶¹¹ DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 97.

povoamentos têm suas origens no “pouso”, cuja fase posterior, ou segunda fase, foi o “rancho” que era o núcleo de um povoado.

A terceira fase, ou seja, posterior ao rancho, vem a *venda*, o efetivo comércio. Nas palavras de Dornas Filho:

É a *pulperia* das colônias espano-americanas, o empório da aldeia inglesa combinado com a mercearia e a hospedaria. Nela tudo se vende – dêse cabeças de alho a livros de missa e cachaça. A hospedagem é gratuita, cobrando-se apenas o milho para a tropa e outras necessidades.⁶¹²

Observa-se que essas vendas oriundas dos ranchos dos tropeiros possuíam as mesmas características das vendas das províncias coloniais, dirigidas ou de propriedade das mulheres negras e/ou forras vendeiras ou de qualquer outro comerciante. Comerciam os gêneros básicos e de tudo, bem como serviam de hospedaria.

A evolução do *rancho* ainda prossegue, chegando-se à quarta fase – a estalagem ou hospedaria. Segundo Dornas Filho, não se falava em *hotel* naquela época, porque este possuía o mesmo significado da hospedaria. O viajante inglês, Burton,⁶¹³ ressaltou em seus escritos aquilo que a literatura brasileira também tem como registro, ou seja, que muitas destas vendas funcionavam ainda como prostíbulos. Outros famosos viajantes como Luccok,⁶¹⁴ também inglês, e o cientista francês Saint-Hilaire também registraram tais fatos.

Segundo Dornas Filho, Luccok viajou pelo Brasil conduzindo e vendendo mercadorias da Inglaterra, após a abertura dos portos. Transformou-se em um comerciante e autêntico tropeiro durante todo o tempo que aqui ficou. Com uma capacidade enorme de observação escreveu sobre suas viagens, cujos escritos são importantes fontes de informação para a época do Brasil colonial. Comprova-se, portanto, que esse tropeiro e comerciante, Luccok, era um imigrante.

Sobre a origem dos tropeiros, os quais eram comerciantes em várias atividades, encontramos outra referência que revela-nos ser de outro imigrante, agora, um espanhol. Afirma Holanda:

Em 1754, segundo documento constante do livro de registro de cartas-régias, provisões, procurações, etc. da vila de Paranaíba, cujo teor me foi comunicado por um dos melhores conhecedores da história sul-paulista, o cônego Luiz Castanho de

⁶¹² DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 115.

⁶¹³ BURTON apud ibidem.

⁶¹⁴ Cf. LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. São Paulo. s/d.

Almeida, *um tropeiro castelhano*, Bartolomeo Chevas, conduziu dos campos rio-grandenses para as Minas Gerais 3.870 cabeças de muares.⁶¹⁵

Os tropeiros caracterizavam-se por uma probidade profissional, corajosos, capazes de resolver todos os acidentes durante suas viagens, honrados, práticos nos negócios, levando e entregando a mercadoria e/ou dinheiro cuidadosamente ao seu destino. Muitos homens enriqueceram-se por meio da profissão de tropeiros, tornando-se, de comerciantes ambulantes, em comerciantes fixos e/ou com posições de notoriedade social e política como senador, barão, deputado provincial, vice-presidente da República do Piratini, ministro e outras.⁶¹⁶ Os tropeiros, ao levarem as mercadorias para o litoral e, depois, voltando e subindo as montanhas com aquelas que chegavam ao Brasil vindas do exterior, eram importantes agentes “[...] na difusão dos conhecimentos, na transplantação de culturas, na vinculação de rincões afastados, tudo por processos orais, à semelhança dos trovadores da Idade Média, [...]”.⁶¹⁷ Além disso, eram transmissores da prática do grande comércio de muares, das feiras, do conhecimento dos processos de criação dos animais, das especificidades dos seus ranchos, de seus pertences, da comida típica, da linguagem, da nomenclatura das peças, das doenças, dos caminhos singulares, do folclore, isto é, das histórias, músicas, toadas, provérbios, superstições, crendices, fé etc.⁶¹⁸

Outro tipo de tropeiro, comerciante, foi o *mascate*.

Conforme Dornas Filho, o mascate surgiu no final do século XVIII, quando, esgotadas as minas de ouro, teve início “[...] um novo período de bandeirismo fomentado pelos transportes em muares a serviço de interesses mais permanentes, como o comércio regular.”⁶¹⁹

O termo *mascate*, segundo o autor, é de origem do “[...] topônimo árabe, a cidade de Mascate, pôrto da costa sul do Golfo de Omã, tomado pelos portugueses, em 1507”.⁶²⁰ Assim, os portugueses que iam ao Oriente para trocar mercadorias em Mascate e voltavam para comercializá-las eram designados de *mascates*.

Entre os comerciantes mascates estavam também os sírios, libaneses, egípcios, persas, ou seja, os povos da orla oriental do Mediterrâneo, da raça semítica, convencionalmente chamados de *turcos*. Explica-nos Dornas Filho que o nome genérico de turco deve-se ao fato de que à época da intensificação da “[...] imigração de sírios e libaneses para o Brasil, era o

⁶¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XII. p. 287. s/d (grifos nossos).

⁶¹⁶ Cf. DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit.

⁶¹⁷ *Ibidem*, p. 118.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁶²⁰ *Ibidem*, p. 122.

governo turco, a quem estavam submetidas aquelas províncias, que lhes dava passaporte, o que concorreu para que fôssem indistintamente denominados ‘turcos’.⁶²¹ O responsável pela intensificação da imigração dos muçulmanos e maometanos para o Brasil foi o Marquês de Pombal, impondo-lhes a condição de não interferência na organização religiosa. Sobre a importância do turco no comércio, enfatiza Dornas Filho:

O turco é um fenômeno de tanta significação para nós, como quase o próprio negro, porque êle, comerciante de primeira ordem, tem levado aos confins do país êste agente supremo da civilização, que é o comércio. [...] Em Minas, para exemplo, êle tem se revelado um civilizador de requintada categoria. No oeste, no sul, no norte, em todos os quadrantes, por mais ásperos e distantes que sejam os caminhos, êle está sempre presente, quando não com a sua casa estabelecida, pelo menos com seu bau (sic) de quinquilharias e novidades.⁶²²

Revela-nos o autor variados momentos e inusitados lugares pelos quais os turcos estiveram presentes. Citando registros de Euclides da Cunha, os sírios foram encontrados no alto Juruá; encontrou-se um jornal árabe com o nome de *Alafkar*, editado em São Paulo, na região do rio da Dúvida por Teodoro Roosevelt, acompanhado de Rondon, durante viagens pelos sertões no Mato Grosso; Bastani registrou que Kalil, um libanês supostamente morto, foi encontrado em uma tribo do Amazonas, da qual tornara-se chefe depois de casar-se com a filha do cacique, além de ensinar a culinária nacional aos indígenas, o uso de armas de fogo, o fabrico de peças e artigos de couro, de produtos derivados da borracha e outros.⁶²³

Os sírios, comerciantes mascates, enfrentaram as diversidades, as dificuldades e tornaram-se cidadãos brasileiros pelos usos e costumes, devido à sua admirável plasticidade. Segundo Dornas Filho: “O mascate sírio, geralmente probo e benquisto de todos, vai de povoação em povoação, de fazenda em fazenda trocando suas mercadorias por gado, queijo, couro, peles”.⁶²⁴ Estas trocas eram realizadas devido à falta de moeda e/ou dinheiro na época.

Ainda, os mascates que se dirigiram para a Amazônia, incluindo portugueses e sírios e, anteriormente, os judeus, foram chamados de *regatão*,⁶²⁵ o mesmo nome que era dado às canoas. Citando José Veríssimo, Dornas Filho ressalta:

⁶²¹ DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 124.

⁶²² Ibidem, p. 124.

⁶²³ Cf. Ibidem.

⁶²⁴ Ibidem, p. 126.

⁶²⁵ Sobre a derivação da palavra *regatão*, Dornas Filho, usando um trecho de José Veríssimo escreveu: “A palavra *regatão* querem alguns, senão todos que dêste tipo têm tratado, que deriva do verbo resgatar, de resgate, aludindo aos antigos resgates ou compras de índios em que naturalmente figuravam os primeiros destes negociantes ambulantes. Pendo a crêr, sem por ora entrar em discussões, que origina-se antes do verbo regatear, e que é formação paralela à regateira. (VERÍSSIMO, José. *Populações Indígenas do Amazonas* apud DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 125).

O regatão é um produto original da Amazônia. É para ela o que o mascate é para o sul do Império, o bufarinheiro para a Europa, apenas com a diferença da proporção dos negócios respectivos. Como êles, é um negociante ambulante. Faz o seu negócio em canôa, a conhecida “canôa de regatão” [...]. A canôa é sua loja e, muitíssimas vêzes, a sua casa.⁶²⁶

Destacou Dornas Filho que o conhecimento da Amazônia, a exploração e desbravamento de seus caminhos, devem-se, mais do que a ninguém, ao regatão. Por meio de seu comércio, ou pela ambição ou pelas necessidades ou pela concorrência, esse contribuiu com outros exploradores, descobrindo a riqueza e a importância da região amazônica e dos sertões.

Contudo, alguns regatões, apesar de serem poucos, deixaram péssimos exemplos de corrupção, desmoralização e vida pouco escrupulosa.

Outro viajante, Júlio Paternostro,⁶²⁷ escreveu que os *barqueiros* são como os *tropeiros*, também responsáveis pela intercomunicação e único meio de transporte nas regiões de inúmeros e grandes rios. O comércio, praticado por meio da barca, era motivo de grande festejo em portos fluviais de pequeno porte no alto sertão amazônico e goiano. O mesmo viajante debruçou sua atenção para o vale do Tocantins e registrou a importância do comerciante de “esticados”, isto é, de “couro cru”, na integração da região:

Na grande via fluvial do centro do Brasil [...] aquele comerciante representava uma classe de homem que desde o comêço da civilização teve papel importante em tôdas as partes do mundo, com intermediário da produção de cada região. Os viajantes comerciais contribuem extraordinariamente para que as linhas naturais de circulação de todos os países se transformem em vias de comunicação. O progresso, em geral, acompanha as vias freqüentadas por tais homens. Muitas povoações desaparecem e várias estradas são abandonadas com a mudança do centro de gravidade comercial. Isso acontece em tôdas as partes do globo e no vale do Tocantins também. Às trocas de mercadorias entre os homens seguem-se as trocas de idéias, de pensamentos.⁶²⁸

A atuação do mascate não se restringe apenas à prática do comércio, mas, de acordo com o exposto, foi agente ativo de integração cultural e territorial.

Verifica-se que a origem do mascate, segundo os autores tratados, é fundamentalmente de imigrantes.

⁶²⁶ VERÍSSIMO, José. *Populações Indígenas do Amazonas* apud DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 125.

⁶²⁷ PATERNOSTRO, Júlio apud DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 126.

Na mesma época do surgimento do *mascate* em Minas Gerais, surgiu também o “*cometa*”,⁶²⁹ outro tipo de comerciante e tropeiro:

O cometa conduzia sempre uma “comitiva” de cinco ou seis burros, sendo um, da sua sela: outro, do arrieiro; outro do cozinheiro; um que viajava de sôbre-aviso para o caso de necessidade; outro mais, que era destinado à condução das canastras, e um outro ainda, que conduzia “o trem da cozinha”. O burro que viajava de sôbre-aviso êles chamavam de “escoteiro”, expressão que empregam também para designar a pessoa que viaja sozinha, sem companhia.⁶³⁰

O trabalho do cometa, além de agente de transação econômica, caracterizava-se por trazer do litoral a “última moda” do exterior, tanto no vestuário, na dança, nas anedotas, nos boatos, como os últimos comentários no cenário político. Em vários pontos, o cometa e o tropeiro assemelham-se. Ambos, devido à não existência de rede bancária, veiculavam e conduziam a riqueza produzida e circulante por meio de montantes de dinheiro. Por não existir hospedarias ou hotéis em grande parte do interior, não só em Minas Gerais como em todo o território, também os cometas, como os tropeiros, possuíam e conduziam suas necessidades básicas, como a cozinha, por exemplo. Procuravam os “ranchos” para alojarem-se ou “arrancharem-se” no tempo necessário para um descanso e prosseguirem a viagem de negócios.⁶³¹

No Rio de Janeiro, por exemplo, as casas comerciais já ofereciam hospedagem para a freguesia do interior, as quais, “[...] vendiam fazendas, armarinhos, ferragens, querosene, sal, bebidas, armas de fogo, chapéus, tintas, óleos etc.”.⁶³² Esses produtos eram supridos pelos cometas, os quais viajavam também para esse fim, além do suprimento pelo interior. Além das mercadorias vindas do exterior, essas casas comerciais possuíam consignação para venderem também os produtos da terra, como café, toicinho, rapadura, aguardente, açúcar, queijos, azeite de mamona e outros.⁶³³

Em qualquer lugar que chegassem, tanto o *mascate* com sua matraca e seu baú ou o cometa com sua luxuosa comitiva, atraíam os moradores e consumidores, de acordo com o nível social e o poder aquisitivo para a posse das mercadorias. O *mascate* e o cometa

⁶²⁹ Conforme Dornas Filho: “A denominação de comêta, com que eram conhecidos os viajantes comerciais, vem de suas constantes viagens em serviço da profissão, alusão aos corpos celestes que, em relação aos astros e planêtas aparentemente fixos no espaço, percorrem a imensidão sideral em desmesurada órbita de gravitação.” (DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 123.). Chamamos a atenção para o fato de que, no texto, em algumas passagens o autor usa a palavra comêta com acento circunflexo e, em outras, sem o acento. Reproduzimos tal palavra, portanto, conforme a mesma aparece no texto nos diversos momentos apropriados por nós.

⁶³⁰ DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 122.

⁶³¹ Cf. *Ibidem*.

⁶³² *Ibidem*, p. 123.

⁶³³ Cf. *Ibidem*.

possuíam uma clientela diferenciada, cuja mercadoria revelava as diferenças sociais e econômicas da clientela e dos próprios comerciantes.

Os *tropeiros*, que também eram o *mascate* e o *cometa* foram “[...] continuadores da obra de desbravamento e civilização da terra [...] novos bandeirantes, que iriam fazer a movimentação da riqueza”.⁶³⁴ Isso, porque, passada a fase dos primeiros bandeirantes, iniciou-se uma nova fase econômica e social em Minas Gerais, agora influenciada pelo liberalismo e pela introdução da máquina a vapor. É nesse momento que o tropeiro, o mascate e o cometa vieram, continuando a obra do primeiro ciclo do bandeirismo. Afirma Dornas Filho:

A ação civilizadora desses três elementos na economia e na sociologia brasileira é de importância incontestável. Em Minas, pelo menos, que, pela situação geográfica foi, por mais de dois séculos, o entreposto comercial de Goiás e Mato Grosso, o trabalho desses três elementos salta aos olhos do sociólogo menos arguto. [...] Desde os hábitos e costumes até as maneiras e as necessidades triviais da civilização litorânea foram trazidos e impostos pelo tropeiro, o cometa e o mascate. Transações bancárias e comerciais e também as especificamente culturais eram feitas por esses três elementos, de repercussão até no subterrâneo trabalho de unificação nacional, iniciado pelo paulista e prosseguido por nós outros [...].⁶³⁵

Estes foram superados pelo avanço das ferrovias, das rodovias, pelo número crescente de automóveis, ônibus, modificando substancialmente estes costumes e o comércio. “Desapareceram as luzidas ‘comitivas’, como eram denominados seus lotes de tropa, geralmente arriados com luxo e ostentação”.⁶³⁶

No Norte do Brasil, por exemplo, os mercadores, ou seja, os comerciantes em geral, eram numerosos com suas “logeas” sempre muito bem providas, o comércio crescia e se tornava cada vez mais intenso devido à multiplicação dos engenhos e ao aumento da produção açucareira.

Apesar da atividade do comércio ser muito lucrativa, o preconceito de desclassificação continuava sobre quem o exercesse. No entanto, esses mercadores, enriquecidos pelo comércio superavam tal preconceito, porque com o dinheiro passaram a comprar terras, grandes propriedades no interior, tornando-se proprietários e senhores de engenho, portanto, nobilitavam-se. Buscavam os hábitos, as “maneiras” de comportamento e o polimento da

⁶³⁴ DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 122.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 122.

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 123.

“nobreza aristocrática territorial”, os quais eram, também, de origem portuguesa e espanhola e cujo número na colônia era grande.⁶³⁷

Já no Sul, as cidades essencialmente comerciais só se desenvolveram no século XVIII, de acordo com a obra *Diálogo* e o *Relatório* do Marquês do Lavradio do final do século XVII, citados por Oliveira Vianna.⁶³⁸

O *Relatório* descreve, no entanto, que, entre os “mercadores” pouco qualificados existia um grupo pequeno que se destacava pela sua importância e atuação, os quais eram chamados de “comissários”.

Estes formavam, nos fins do III⁶³⁹ século, na estrutura da burguesia comercial, uma categoria mais rica e mais qualificada – uma elite. No século imediato, com a abertura dos portos e o advento do comércio do café esta elite iria adquirir um grande papel [...], na constituição das nossas classes dirigentes. Na verdade, a alta burguesia comercial só começou a desenvolver-se no Sul e, especialmente, no Rio, depois da “civilização do café” e sua evolução no Vale do Paraíba. [...] o produto e os lucros auferidos com as “comissões” pagas pelos grandes produtores do interior criaram uma luzida burguesia de negociantes ricos, que entrou a pleitear favores do Paço – e, conseqüentemente, a evoluir para uma rápida nobilitação.⁶⁴⁰

Como os mercadores do Norte, a denominada burguesia do sul, devido ao caráter desclassificador da atividade comercial, passou, também, a buscar a nobilidade por meio da compra de grandes propriedades ou pela associação com proprietários do próprio lugar, formando as “sociedades em comandita” ou, ainda, pelas funções conseguidas em cargos públicos, por títulos de nobreza concedidos pelo Rei ou porque conseguiam penetrar na alta roda fechada dos nobres aristocráticos da terra.⁶⁴¹

Sobre o “Comissário”, Normando⁶⁴² escreve que a comercialização do café estava em suas mãos, sendo o responsável pelo comércio de exportação do produto nacional. Conforme o autor:

A figura do comissário, em Santos, é característica dessa produção: ele é financiador da safra, dono da hipoteca sobre a fazenda, o agente vendedor do café e, naturalmente, o conselheiro do fazendeiro; se este é rico, mora no estrangeiro ou no Rio, e envolve-se em política; se não pertence à *alta sociedade*, prossegue na vida solitário que seus pais levaram na fazenda. Se é um fazendeiro pequeno, não tem, naturalmente, contato com os bancos e exportadores. Em todos os casos, o fazendeiro não pode competir no conhecimento do mecanismo da economia do dinheiro com o comissário, que possui relações com os bancos nacionais e

⁶³⁷ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit.

⁶³⁸ Cf. *Ibidem*.

⁶³⁹ O III século na obra de Oliveira Vianna corresponde ao século XVII.

⁶⁴⁰ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 165

⁶⁴¹ *Ibidem*.

⁶⁴² NORMANDO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo (s/e), 1939.

estrangeiros, com os importadores estrangeiros e os exportadores locais, possuindo melhores informações sobre a situação do café e o mercado de dinheiro. Dessa maneira, os comissários, por serem os agentes dos agricultores, converteram-se nos seus banqueiros.⁶⁴³

A participação do comissário, neste caso, parece-nos, é de um “mediador” ou “atravessador”, sem o qual o produtor primário, o fazendeiro, principalmente aquele considerado de porte pequeno e com menos acesso às informações e contatos comerciais, depende desse comissário para a comercialização de seu produto.

Chamamos a atenção, também, para o significado de *comissário* em Vivante, jurista francês:

Para se ser comerciante é necessário praticar em nome próprio actos daqueles, que o legislador considera comerciais por sua natureza (nº 5). Não é necessário exercer o comércio pessoalmente, porque se pode exercer por meio de um tutor, de um mandatário ou em geral de um representante. Não se exige tampouco que se exerça o comércio por conta própria. *Assim o comissário é um comerciante, conquanto exerça o comércio por conta de seus comitentes*; assim é comerciante quem presta a outrem o seu nome para o exercício profissional do comércio [...].⁶⁴⁴

Nesse sentido, entende-se que o comissário é um “representante” do “verdadeiro” comerciante, isto é, do *dono* do negócio, apesar de se constituir também em um comerciante.

Percebem-se semelhanças na definição do “comissário” em Oliveira Vianna, Normando e Vivante, que se constitui em uma “elite”.

A influência para as mudanças na sociedade colonial, inclusive, provocando uma migração urbano-rural, veio da aristocracia agrária da Península, de grandes domínios, com padrões e estilos próprios. E a maioria dos mercadores coloniais, já dito, era de origem portuguesa. Por isso, a burguesia no Brasil Colonial não se constituiu em uma classe forte como a burguesia de algumas cidades européias da mesma época, a exemplo das cidades flamengas e italianas. Para estas, mesmo com a resistência da marginalização à classe mercantil na época, houve crescimento, fortalecimento e a burguesia tornou-se uma classe poderosa. No final da Idade Média e nos séculos posteriores, os senhores feudais e a nobreza, nestes lugares na Europa, é que deixaram as suas terras, os seus grandes domínios e a aristocracia “para se tornarem mercadores e poderosos burgueses”.⁶⁴⁵

No Brasil Colonial, ao contrário, a burguesia de mercadores não superou a condição de uma classe marginal, cujos membros optavam, assim que podiam, isto é, assim que se

⁶⁴³ NORMANDO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 56.

⁶⁴⁴ VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Op. cit., p. 30 (grifos nossos).

⁶⁴⁵ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. Op. cit., p. 167.

enriqueciam, para a nobreza da terra. Justifica Oliveira Vianna que: “É-nos fácil agora, compreender esta singularidade da nossa história social: a pouca significação política – como classe – das nossas burguesias urbanas no período colonial”.⁶⁴⁶

A marginalização das atividades comerciais manifestava-se de formas diferentes entre os comerciantes:

O discripe social que, desde o I século, sempre estabelecemos entre o *negociante de balcão* (o “mercador de vara e côvado”, com “logea aberta”, como se dizia) e o negociante exportador e importador, o *comissário*, que fazia o comércio de consignações e comissões, não tem outra origem. Um – o “mercador” – trabalhava pessoalmente no balcão, carregando, – medindo, pesando, embrulhando, e tudo isto era trabalho manual – o que o desclassificava. O outro – o “comissário” – não: o seu trabalho era puramente intelectual, o de dar ordens, o de fazer cálculos – e, já no século IV, Luccock nos descreve a vida, livre, fácil, folgada, quase ociosa, destes “mercadores” qualificados, tão diferentes do afanoso viver quotidiano dos “mercadores” de loja aberta. Distinção no modo de trabalho que bastou para criar, entretanto, na nossa sociedade colonial, desde o I século, um nítido discripe diferenciador, na hierarquia social, entre os dois tipos de “mercadores”.⁶⁴⁷

A explicação para a repulsa do trabalho manual, explica o autor, não só do *artífice*, mas em relação a *qualquer* trabalho mecânico, é por causa da associação do trabalho do negro, do escravo, da escravidão africana e não do indígena. Portanto, é uma repulsa com raízes históricas, do homem branco a todo tipo de trabalho manual, artesanal ou mecânico, diferentemente da Europa, onde não havia a concentração de trabalhadores negros, nem índios e nem mestiços nas profissões artesanais. Sodré também escreveu que: “A burguesia brasileira, na sua infância, era encarada com graves suspeições: pareciam subversivas, ao latifúndio, as relações capitalistas que esboçavam”.⁶⁴⁸ Reforça Furtado que

[...] a expansão do comércio português para o Brasil se fez junto com o contraditório processo de aceitação e rejeição da classe mercantil, também identificada com a heresia judaica e estigmatizada como cristã-nova. Para compreender esse processo, é preciso acompanhar mais de perto as mudanças que a expansão comercial operou no Império Português ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. A colonização do Novo Mundo e a interiorização cada vez mais intensa do povoamento provocaram uma revolução no comércio ao criar as rotas de longo alcance. Esta expansão comercial gerou impacto em vários níveis, sobretudo no sistema de transporte, armazenamento, distribuição das mercadorias e comunicações.⁶⁴⁹

Para esse conhecimento, a autora buscou cartas da época como recurso testemunhal que revelam as mudanças no mundo colonizado e afirma que: “Apesar das dificuldades que

⁶⁴⁶ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. Op. cit., p. 167.

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. 180.

⁶⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 122.

⁶⁴⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 35.

impunham grandes espaços de tempo entre o emitente e o destinatário das cartas, elas se revelaram eficiente método de comunicação na época”.⁶⁵⁰ Essas ainda possuíam o poder de desmentir ou confirmar quaisquer boatos, comprovando a credibilidade da “[...] palavra escrita sobre a falada”.⁶⁵¹ As cartas revelavam as condições e facilitavam os negócios, os interesses administrativos e particulares, o poder que circulava na Colônia e “[...] faziam parte de um conjunto de Códigos escritos em que saberes e poderes eram intercambiados e se reproduziam de maneira informal”.⁶⁵²

Voltando à discriminação contra os cristãos-novos, escreve Furtado que o grande defensor desses foi Padre Vieira que lutou para a integração dos cristãos-novos no comércio e inspirou a criação da “[...] Companhia Geral do Comércio para o Estado do Brasil [...]”⁶⁵³ em 1649. Continua dizendo Furtado que Padre Vieira entrevistou junto à D. João IV para defender a Companhia e a necessidade da parceria com os cristãos-novos por serem os únicos com capital para investimento. Ainda, Padre Vieira criticava os abusos indiscriminados praticados pela Inquisição⁶⁵⁴ contra os cristãos-novos e denunciava os inúmeros erros e manipulações cometidas nos processos. Citando Gorenstein,⁶⁵⁵ Furtado afirma:

O preconceito pelo comerciante e pela sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa, [...] tinha suas raízes na hierarquia medieval cristã, que colocava o mercador mais abaixo na escala social do que os praticantes das sete “artes mecânicas”: camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões, ferreiros.⁶⁵⁶

A discriminação aos comerciantes ocorria devido ao trabalho manual que era considerado degradante, confirmando o que registramos anteriormente e pelo fato de serem cristãos-novos, isto é, convertidos ao catolicismo. A atividade do comércio por possibilitar uma mobilidade social, enriquecimento e ascensão social, “[...] ameaçava os setores

⁶⁵⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 107.

⁶⁵¹ *Ibidem*, p. 107.

⁶⁵² *Ibidem*, p. 119.

⁶⁵³ *Ibidem*, p. 35.

⁶⁵⁴ A inquisição significava visitas realizadas no Brasil pelas Visitações do Santo Ofício para punir os homens e mulheres considerados inimigos da fé católica. Segundo Furtado: “Tais visitas não tiveram regularidade, mas estenderam-se do século XVI ao XVIII [...]. São conhecidas as seguintes visitas: 1591, 1618, 1627, no Nordeste; 1605 e 1627 no Sul e 1763 no Pará”. (*Ibidem*, p. 224).

⁶⁵⁵ GORENSTEIN apud FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit.

⁶⁵⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 221.

tradicionais e nobiliárquicos”.⁶⁵⁷ Essa concepção assemelha-se com a de Weber,⁶⁵⁸ já registrada no capítulo 2. Para enfrentar todas as resistências e dificuldades,

[...] os homens de negócio procuravam se organizar para melhor defender seus interesses. [...] foi criada em Portugal a *Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio*, que representava as cinco corporações em que se dividiam os comerciantes. Essa organização atuou como um organismo de auxílio mútuo, mas, sobretudo, de defesa dos interesses dos mercadores. Em 1752, uma ordem régia afirmava que a *Mesa do Espírito Santo dos homens de negócio* procurava “o bem comum do comércio”, revelando a consubstanciação entre os interesses dos comerciantes e os do Reino.⁶⁵⁹

Os homens comerciantes, reforça-se, buscavam sua ascensão na sociedade nobiliárquica por meio da compra de títulos e ofícios.

De acordo com Furtado, a Inquisição portuguesa entravou a formação da burguesia mercantil pela acirrada discriminação e perseguição aos cristãos-novos. Essa situação foi contornada somente nos meados do século XVIII com a ação do Marquês de Pombal ao assumir o cargo de “[...] Secretário dos Negócios do Reino”⁶⁶⁰ que promoveu “[...] uma política real de incorporação dos cristãos-novos à sociedade portuguesa e de reconhecimento do valor do comércio para o enriquecimento da nação”.⁶⁶¹ A visão e o objetivo de Pombal eram criar em âmbito institucional uma burguesia mercantil nacional para Portugal nos moldes dos desenvolvidos e modernos países como a Inglaterra e a França. Por isso, Pombal buscou atrair “[...] os judeus portugueses dispersos pelas praças mercantis européias e, com eles, seu capital”.⁶⁶² Segundo Furtado:

O advento dessa política diminuiu cada vez mais a distinção entre os negociantes de grosso trato e os nobres. Até então, o comércio continuou a ser visto como fonte de preconceito e, em geral, era desdenhado pela nobreza (pelo menos moralmente) e a política em relação aos conversos continuou ambígua e marcada por avanços e retrocessos.⁶⁶³

Mesmo com a decadência da Companhia Geral do Comércio, acusada de ser monopolista, continua dizendo Furtado, os comerciantes criaram uma Junta de Comércio em 1755, fator que contribuiu para aumentar a influência, o poder e o prestígio desses homens.

⁶⁵⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 276.

⁶⁵⁸ Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Op. cit.

⁶⁵⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 36.

⁶⁶⁰ *Ibidem*, p. 39.

⁶⁶¹ *Ibidem*, p. 39.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 40.

⁶⁶³ *Ibidem*, p. 39.

Oficialmente, o término da discriminação contra os cristãos-novos só se efetiva com o “[...] Alvará de 1773”,⁶⁶⁴ medida editada por D. João IV, constituindo-se em “[...] uma legislação específica acabando com a discriminação dos conversos”.⁶⁶⁵ Com a tentativa de promover o comércio, “[...] as políticas dirigidas aos *homens de negócio* oscilavam entre a aceitação e a rejeição”.⁶⁶⁶ A cultura burguesa se iniciava lentamente.

A marginalização da classe mercantil ocorreu também na Europa em seu início, por outros motivos, sendo um deles devido à proibição da usura, do lucro, pela Igreja Católica. Além dessa causa mais generalizada na sociedade, detectamos outras. Afirma Plum:

Na etapa inicial da industrialização, o empresário era considerado um ser marginal suspeito da sociedade. Quando os empresários industriais se apresentavam como inovadores, iniciava-se com frequência uma cultura de lendas formais sobre sombras misteriosas no seu passado. Isso pode ser uma explicação do motivo pelo qual a personalidade do empresário não encontrou inicialmente lugar nas ciências burguesas, mas nos romances burgueses.⁶⁶⁷

Apesar do empresário ser a figura da auto-compreensão e da concepção burguesa da história, este foi marginalizado pela sociedade, também pela sua função de ser, inicialmente, inovador e, por isso, perturbava e ameaçava o “suposto bem-estar da vida econômica tradicional [...]”.⁶⁶⁸ Esta função de inovador e perturbador foi ressaltada novamente por Weber ao escrever que:

Um dilúvio de desconfiança, algumas vezes o ódio e acima de tudo de indignação moral, opôs-se primeiramente ao primeiro inovador. Muitas vezes – tendo conhecimento de vários casos desta espécie – lendas sistemáticas sobre misteriosas nódoas sombrias em sua vida progressiva foram inventadas. É muito mais fácil não reconhecer que somente um caráter de força incomum poderia salvar um empresário deste “novo-estilo” de perder seu autocontrole temperado, e de um naufrágio tanto moral como econômico. Além disso, juntamente com a clareza de visão e a habilidade no agir, foi somente em virtude de qualidades “éticas” muito definidas e altamente desenvolvidas, que lhe foi possível angariar a confiança absolutamente indispensável de seus fregueses e trabalhadores.⁶⁶⁹

Além do “espírito inovador” do(a) empresário(a) destacado por Weber, este se refere, ainda, a um “novo estilo” de empresa e às características desse(a) empresário(a) inovador(a)

⁶⁶⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. Op. cit., p. 44.

⁶⁶⁵ *Ibidem*, p. 44.

⁶⁶⁶ *Ibidem*, p. 276.

⁶⁶⁷ PLUM, Werner. *O Empresário, Personagem Marginalizado na Sociedade Industrial*. Op. cit., p. 19.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁶⁹ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Op. cit., p. 45.

que veio mudar e perturbar a ordem tradicionalista, segundo os valores da sociedade do século XIX.

Weber faz uma distinção dentro da categoria do empresariado, considerada por Gutenberg⁶⁷⁰ como global, discernindo os especuladores ou aventureiros econômicos do(a) empresário(a), que é aquele(a) que tem a empresa, dirigindo-a, trabalhando e reaplicando os lucros na própria empresa.

A discussão específica do conceito de empresário(a) foi abordada, não sendo necessário, portanto, prolongar essa definição.

Ainda, os historiadores do século XIX também excluíram o(a) empresário(a) de suas investigações.

Uma explicação, dentre várias possíveis, a nosso ver, para a marginalização do(a) empresário(a) pelos *historiadores burgueses do século XIX*, possa ser pela contextualização da escrita da história na época – o positivismo,⁶⁷¹ que tinha, dentre várias características, a de privilegiar somente os personagens considerados importantes, com feitos grandiosos, históricos e heróicos, principalmente no âmbito político institucional: os reis, os governantes em geral, os líderes, os chefes, desde que pertencessem à elite, vale dizer, os dominantes, os “grandes homens”.

Portanto, tanto no Brasil, como na Europa, existiu a marginalização no início da constituição do empresariado.

Ressaltamos que a marginalização a qual nos referimos até aqui é de caráter social e econômico, de status, mais do que político. Sobre o caráter político, especificamente, sobre a atuação e o papel político do empresariado brasileiro à época de sua formação, nas décadas de

⁶⁷⁰ GUTENBERG, Erich. A direção da empresa como centro de formação da vontade, especialmente os dois conceitos de empresário. In.: _____. *Fundamentos da teoria das ciências econômicas*. Op. cit.

⁶⁷¹ O positivismo ou “conhecimento positivo” surge no século XIX com a “história científica”. “Este ‘espírito positivo’, antimetafísico, passa a predominar entre os historiadores, e inicia-se uma luta contra a influência da filosofia da história sobre a ‘ciência da história’. O método histórico tornou-se guia e modelo das outras ciências humanas. Os historiadores adquirem prestígio intelectual e social, pois tinham finalmente estruturado seu conhecimento sobre bases empíricas positivas. [...] a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos. [...] A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. [...] Os fatos falam por si só e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer ‘tais como são’. [...] Para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural. [...] Produzem também, estes historiadores, a evasão pela utopia: os grandes eventos são produzidos por ‘grandes sujeitos’ que atuam na direção da história, favorecendo o desenvolvimento da nação e a realização da ‘democracia’.” (REIS, José Carlos. *A história, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996. p. 5-6;12-13 e 25); Cf. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Trad. Ana Rabaça. (s/l). Publicações Europa-América, 1983.

1920 e 1930, muito criticados, ditos marginalizados e de grande controvérsia no cenário brasileiro, abordamos o momento de sua organização.

Voltando, especificamente, ao contexto brasileiro, anterior à sua entrada na fase inicial da industrialização, ou seja, no século XIX, o período caracterizava-se por uma economia artesanal e fechada, denominada por Bucher⁶⁷² de “economia de *oikos*”. Essa permaneceu estável e inalterada por mais de três séculos aproximadamente, até 1850, cujo término se deve à extinção do tráfico de escravos para o Brasil.

Contudo, o início de alteração dessa situação, no século XIX, começou com a Lei da abertura dos portos, com a vinda da corte para o Brasil e com a elevação da cidade do Rio de Janeiro à sede do Império Português em 1808, o que acarretou um intenso e rápido desenvolvimento comercial e urbano. Essas mudanças influíram sobre a classe dos comerciantes em profundidade, principalmente sobre uma minoria burguesa mais qualificada que, além de crescer muito, deu origem a uma outra classe (dentro dela mesma): a dos “banqueiros”. Esses se diferenciavam dos primeiros “mercadores” e “comissários” pelos objetivos comerciais serem exclusivamente voltados para o *lucro*, um caráter essencialmente capitalista e, não mais, como as características da economia de lucro dos antigos mercadores que misturavam ou coexistiam com uma economia também de “*vivência* ou de *status*”.⁶⁷³ Assim, essa nova classe de “mercadores de dinheiro” tornou-se uma categoria *nobre* dentro de uma classe que era considerada *não nobre*, ou seja, a dos comerciantes e mercadores. Essa categoria “nobre” dentro da classe mercantil já existia na Europa, mas, no Brasil, sua formação foi tardia em relação ao Ocidente. Esta “elite da burguesia” que surgiu no século XVIII no Brasil tem como pioneiros, dentre alguns, os nomes de Barão de Mauá, Barão de Vassouras, Barão do Rio Preto, Visconde de Tocantins, Marquês de Maricá, Visconde de Guaratiba, Visconde de Matosinhos, Visconde de Andaraí.⁶⁷⁴

Observa-se que, apesar desses nomes serem considerados da “elite” de banqueiros dentro da classe dos comerciantes e mercadores ou da burguesia comercial, com um espírito estritamente capitalista, vale dizer, de uma economia puramente monetária e voltada para o lucro, o título de nobreza ainda não fora descartado.

⁶⁷² BUCHER apud OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 183.

⁶⁷³ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 168.

⁶⁷⁴ Cf. *Ibidem*.

No Brasil, afirma Oliveira Vianna, somente os estrangeiros e seus *primeiros* descendentes permaneceram na “carreira do comércio, permanentemente”,⁶⁷⁵ sem deixarem-se influenciar pelo “espírito nacional” da migração como os demais descendentes da burguesia comercial: “[...] no período colonial – para a *nobreza da terra*; no Império – para a *nobreza da terra* e de *título*; na República – para a *nobreza de título, de emprego e da política* [...] para as *classes administrativas*, para as *profissões liberais* e para a *classe política*”.⁶⁷⁶

Nesse sentido, confirma-se, repetimos, a não existência de uma poderosa burguesia comercial organizada politicamente no Brasil como existia, na mesma época, na Europa, em países como a Inglaterra, Alemanha, Holanda, França, com famílias tradicionais e históricas na atividade comercial, cujos comerciantes possuem, até hoje, representantes destas famílias à época da Idade Média.⁶⁷⁷

Voltando ao trabalho manual, ao artesanato, especificamente, também desclassificado anteriormente, esse começou a ser valorizado por volta do século XVII em Minas Gerais com a exploração do ouro, quando as artes e os ofícios dados como finos, como por exemplo, a ourivesaria, a escultura, a arquitetura e a pintura, tiveram condições de serem reveladas e valorizadas.⁶⁷⁸

Ao lado do desenvolvimento de uma “indústria do artesanato”, houve o crescimento também, em Minas Gerais, de fábricas têxteis, cujas produções abundantes alarmaram Portugal, provocando a extinção das mesmas pelo decreto do alvará de 1785. Segundo Oliveira Vianna, pelo volume da produção e da complexidade da maquinaria, “[...] talvez pudéssemos classificá-las na categoria da *pequena ou média indústria* organizada – e não mais como meras *oficinas de tipo artesanal* [...]”⁶⁷⁹ e extrapolava os limites da capitania de Minas Gerais, pois seus reflexos atingiram outras regiões do país, como, por exemplo, Bahia e Pernambuco.

Minas Gerais era o estado mais populoso, centralizado e o tipo de capitalista predominante era o *rentista*, enquanto que o *homem de empresa ou o capitão de indústria* era o tipo do estado de São Paulo, irradiando-se dali para os demais: Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e outros.

Como exemplo em Minas Gerais, Oliveira Vianna cita a cidade de Juiz de Fora, já um grande e rico centro industrial na época, cujos líderes, ativos, em boa parte eram fluminenses,

⁶⁷⁵ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 173.

⁶⁷⁶ Ibidem, p. 173.

⁶⁷⁷ Cf. Ibidem.

⁶⁷⁸ Cf. Ibidem.

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 195.

especificamente da região de Friburgo, Cantagalo e “[...] descendentes dos primitivos *suiços* colonizadores”.⁶⁸⁰ Nos séculos anteriores, até o século XIX ainda, Minas Gerais era considerada extremamente patriarcal e pré-capitalista.

Prado Júnior⁶⁸¹ também se referiu a Minas Gerais como uma região profícua ao surgimento de manufaturas têxteis que, apesar de pequenas, instalaram-se em diversos lugares do estado de acordo com o autor:

Na metalurgia deu-se a mesma coisa; o interêsse (sic) da administração se tornara grande na matéria; e contrataram-se pela primeira vez técnicos capazes – dois alemães, Eschwege e Varnhagen – que respectivamente em Minas Gerais e São Paulo, organizaram emprêsas (sic) metalúrgicas de certa importância. E seu exemplo é seguido por várias iniciativas privadas.⁶⁸²

No entanto, devido à concorrência dos produtos importados, essas tentativas industriais foram, praticamente, inutilizadas, principalmente a metalúrgica que só mais recentemente conseguiu algum resultado considerável. A indústria têxtil, contudo, apesar de um período de letargia, voltou com alguma representatividade nos meados do século XIX.

Neste período houve um proporcional progresso industrial, particularmente de indústrias têxteis, chegando ao número de cem estabelecimentos de considerável vulto. Para a instalação destas indústrias, a localização das cidades para se tornarem centros têxteis obedecia a critérios essenciais: densidade demográfica, o que demandava mão-de-obra e mercado consumidor e matéria-prima, especificamente de algodão, com produção local ou em áreas próximas. E prossegue Prado Júnior:

Concentra-se assim a indústria têxtil no Rio de Janeiro (capital e algumas cidades maiores próximas); em Minas Gerais, particularmente Juiz de Fora, cidade que surge depois da Independência e se tornará a principal da província; centros do Nordeste [...]; Pernambuco e Bahia [...] Maranhão, e precisamente em Caxias.⁶⁸³

Somente no século XIX, portanto, não só em Minas Gerais, mas no Brasil, iniciou-se uma nova fase política e econômica, devido, principalmente, à Lei da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, já citada e, conseqüentemente, o fim da repressão brutal da Metrópole sobre Minas Gerais e o Brasil. Inicia-se, nesse período, portanto, agora segundo

⁶⁸⁰ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 66.

⁶⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit.

⁶⁸² Ibidem, p. 135.

⁶⁸³ Ibidem, p. 197-8.

Oliveira Vianna,⁶⁸⁴ uma evolução técnica e estrutural em instalações coletivas, independentes, urbanas, com características de uma *média indústria*, entre 1808 a 1850.

No início dessa fase, conforme o autor, a indústria não teve o impulso esperado devido ao Tratado de Comércio de 1810 entre Portugal e Inglaterra, o qual beneficiava e autorizava à Inglaterra o monopólio do comércio colonial. Por isso, até 1850, a organização comercial ainda se pautava por pequenas fábricas rudimentares e manufatureiras. Apesar da era Mauá ter se iniciado antes de 1850, somente a partir dessa data é que a economia brasileira pôde ser considerada nos moldes do capitalismo

[...] dos meados do IV século (1850) em diante, abre-se, aqui, um novo ciclo: o do capitalismo *técnico* – com a generalização da máquina a vapor, principalmente depois de 1885. Do capitalismo *jurídico* – com o advento da sociedade anônima em 1850, com o Código Comercial.⁶⁸⁵

No entanto, esse ciclo iniciado em 1850 por Mauá, é um capitalismo industrial, mas ainda não bancário e internacional, ou seja, é um capitalismo caracterizado pelas pequenas e médias empresas e fábricas com capitais próprios e uma economia ainda de *vivência e status*, e não de *lucro* exclusivamente.⁶⁸⁶ Esse capitalismo exclusivo do lucro, monetário, imperialista, monopolista, no qual surgem os grandes *trusts, holdings, pools, concerns e Kartells*, só se efetiva no Brasil no século XX, por volta de 1920, época da afirmação do empresariado industrial brasileiro.

A figura do *empresário* no Brasil, portanto, segundo Oliveira Vianna, surgiu com Mauá⁶⁸⁷. Afirma o autor: “Ele foi, realmente, o primeiro ‘homem de empresa’ típico que apareceu no Brasil”.⁶⁸⁸ No mesmo viés, Sodré reforça a importância de Mauá no cenário nacional:

Uma figura se destaca no agitado painel da época, a de Irineu Evangelista de Souza: representa o impulso que a economia brasileira tomava, o espírito empreendedor, a luta contra a rotina, a audácia nas iniciativas, algo de insólito ante as poderosas forças do atraso. *É o primeiro burguês da história brasileira.*⁶⁸⁹

⁶⁸⁴ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit.

⁶⁸⁵ *Ibidem*, p. 201.

⁶⁸⁶ Cf. *Ibidem*.

⁶⁸⁷ Cf. VISCONDE DE MAUÁ. *Autobiografia*. Rio de Janeiro (s/e), 1942.

⁶⁸⁸ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 204.

⁶⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 122.

Observa-se que Sodré confere o mesmo significado de burguês e empresário contrariando o que escreve Wood,⁶⁹⁰ registrado no capítulo 2.

O empreendimento de Mauá, apesar dos seus objetivos grandiosos e patrióticos, não encontrou no Brasil a estrutura adequada para o capitalismo industrial avançado, cuja influência foi exógena, vinda da Europa, bem como grande parte de seu capital que também era exógeno, vindo da Inglaterra. O movimento de Mauá foi uma ruptura do modelo econômico ainda artesanal, uma quebra violenta com a cultura e formas econômicas existentes há séculos no Brasil. Era, portanto, impossível a implantação da industrialização em grande escala, de ritmo acelerado, intenso, com técnicas nos moldes da indústria européia. Por isso, os seus intentos fracassaram.

Não obstante, mesmo depois das tentativas de renovação de Mauá e de sua falência, o Brasil deu início à sua Revolução Industrial, que, apesar de lento, foi evoluindo e tomando forma, espelhando-se no desenvolvimento industrial do capitalismo europeu. No entanto, teve que enfrentar o obstáculo da concorrência internacional.

O surgimento da burguesia industrial,⁶⁹¹ no Brasil, de acordo com Oliveira Vianna, é datado entre 1885 a 1889:

Depois deste período, ou melhor, a começar com este período é que a estrutura da nossa sociedade começa a se complicar. Dá-se a aparição de duas novas classes, até então praticamente inexistentes: de um lado – o *operariado livre*; de outro – a *burguesia industrial*.⁶⁹²

Com o incentivo e garantias do protecionismo alfandegário nesta época, com uma nova orientação econômica voltada para a indústria devido à crise da superprodução do café e sua conseqüente desvalorização, houve um fortalecimento da burguesia, provocando a sua renovação ou uma nova burguesia industrial, com interesses exclusivamente voltados para o lucro e para a acumulação. Sintetiza o autor:

Na fase anterior, de 1885-1890, vemos esta burguesia plutocratizante nascer e ramificar-se. Nesta fase de 1900-1909 já a vemos em plena enfolhescência e florescência. Mais um decênio e ela irá atingir a plenitude do seu vigor e da sua onipotência. [...] O período seguinte abre-se com o surto industrial de 1914-1920. Processa-se todo dentro do clima excepcional criado pela primeira grande guerra.

⁶⁹⁰ Cf. WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit.

⁶⁹¹ Registramos que ao buscarmos a origem e formação do empresariado no Brasil, consideramos parte da categoria todos os setores das atividades, quais sejam: a indústria, o comércio e prestação de serviços.

⁶⁹² OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 212.

Vai de 1914 até o momento presente. Nele assistimos ao pleno domínio da burguesia capitalista e industrial. [...] Essa se define afinal em 1927.⁶⁹³

Nesse momento republicano, a produção industrial supera a produção agrícola, marcando uma nova era na economia brasileira. O capitalismo organizado baseado na sociedade anônima ou financeira, com técnicas mais avançadas na forma de produzir, fazendo uso de aplicações de capitais com objetivos de venda e lucro e não mais apenas para a sobrevivência ou status social, só chegou à estrutura econômica colonial no século XIX. Iniciou-se nos engenhos de açúcar e no setor cafeeiro, principalmente com a implantação dos Engenhos Centrais, por volta de 1875. Estes engenhos são precursores das usinas contemporâneas.

Vários reflexos ocorreram na estrutura colonial, dentre eles, a ruína dos bangüês e engenhos patriarcais e da velha nobreza aristocrática territorial; desenvolvimento rápido do sistema de transportes ferroviário; surgimento de uma classe operária fabril e de técnicos e uma “reduzida, mas poderosa, oligarquia capitalista”.⁶⁹⁴

Evidentemente, essa mentalidade capitalista não se generalizou sobre todos e de uma só vez, ou seja, coexistia com antigas tradições e mentalidades das fases anteriores. A economia cafeeira teve a influência do capitalismo organizado mais recentemente, por volta do século XX, sendo, portanto, um capitalismo tardio e de caráter local, limitando-se a São Paulo.

Semelhante a Oliveira Vianna, Martins⁶⁹⁵ afirma que São Paulo, considerado o maior pólo econômico, somente em 1937 superou a produção agrícola pela industrial e que a industrialização no Brasil ocorreu sob o impacto de fatores exógenos. Isso provocou uma queda na exportação dos produtos primários, o que forçou a produção interna e uma mudança fundamental na economia. Ainda, a urbanização se desenvolve com a influência da conjugação da produção do café com a indústria.

No mesmo alinhamento, Sodré escreve que “[...] a economia cafeeira foi o primeiro grande acontecimento nacional de que o Brasil foi palco”.⁶⁹⁶ A partir do café, o quadro econômico seria diverso do período anterior, uma crise que já se prolongava desde o século XVIII. Sobre essa mudança e à referência da figura do(a) “empresário(a)” em Sodré, anotamos:

⁶⁹³ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1. Op. cit., p. 214.

⁶⁹⁴ *Ibidem*, p. 153.

⁶⁹⁵ Cf. MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁶⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 96.

Mas o café não se limitou a utilizar uma herança; subverteu essa herança. O que distingue a empresa cafeeira da empresa açucareira não é apenas o fato de ter sido uma obra nacional, enquanto a outra foi uma transplantação, mas o fato, ligado a condições históricas, de ter englobado, desde o início, a produção e a comercialização, o que não ocorrera com o açúcar. Isso lhe permite, dentro das limitações de uma economia colonial, acumulação relativamente maior que a operada no caso açucareiro. [...] ela é mais vultuosa, e justamente pelo domínio da comercialização, que a empresa açucareira não exercera, sendo exercido, no seu caso, pelo regime de monopólio comercial, pela metrópole e em benefício desta. Tal diferença não é destituída de importância, muito ao contrário: nela está a origem da capacidade para subverter a herança recebida e para gerar alterações que se acentuam com a passagem dos anos. Sem o domínio da comercialização isso não teria sido possível: o fazendeiro de café, assim, não repete o tipo rural do senhor de engenho, mas *associa às características desse tipo as do empresário*. Esse domínio, e a acumulação que ele permite, dá ao café condições para a etapa de lançamento, quando aproveita integralmente os fatores de produção disponíveis no país, concentrando-os, de forma a quintuplicar a produção e a exportação entre 1821-30 e 1841-50; [...].⁶⁹⁷

O(A) empresário(a), segundo Sodré, aparece no início do século XIX, cuja fase foi de gestação da nova fisionomia econômica do Brasil. Com igual interpretação, Prado Júnior também afirma: “O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se indícios dos mais sintomáticos disto [...]”,⁶⁹⁸ o que provoca, portanto, uma alta taxa de crescimento econômico no Brasil, no início do século XX.

Continua o autor afirmando que o café deu origem aos fazendeiros de café, os quais se tornaram a elite social e política brasileira. E ainda:

O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fêz (sic) à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual,⁶⁹⁹ se desenrolam em função da lavoura cafeeira [...].⁷⁰⁰

Nesse sentido, a década de 1930, referida por Oliveira Vianna, Sodré e Martins, coincide também com a interpretação de Prado Júnior na consolidação de São Paulo como o maior centro industrial no Brasil e formação da elite social brasileira, o que vale dizer, do empresariado nacional.

⁶⁹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 98 (grifos nossos).

⁶⁹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 192.

⁶⁹⁹ O terceiro decênio do atual século ao qual Prado Júnior se refere na citação é a data de 1930, tendo em vista que a primeira edição de sua obra data de 1945 e o exemplar que ora usamos, a décima sexta edição é do ano de 1973.

⁷⁰⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 167.

Para ilustrar, Prado Júnior refere-se à indústria da juta, uma das mais importantes no Brasil no final do século XIX, cujo crescimento deve-se à produção do café. Para o ensacamento do produto, usa-se essa fibra, antes vinda da Índia. Depois, passou-se a produzi-la no Brasil. O primeiro proprietário desta indústria, Antônio Álvares Penteado, com o capital da lavoura do café, financiou a sua própria indústria, exemplificando como, em grande parte, os fazendeiros paulistas tornaram-se os industriais ou os empresários.

Também porque, São Paulo oferecia condições favoráveis à concentração das indústrias, por causa do progresso amplo do estado fomentado pela riqueza da lavoura cafeeira, pela imigração e pela abundância de energia hidráulica.

Outro fator de comum acordo entre os autores citados é que a Primeira Guerra Mundial, de 1914-18, foi responsável por um grande impulso à indústria brasileira, forçando a produção interna para substituir as importações.

Boschi também revela a mesma percepção ao fazer um estudo por meio de uma pesquisa empírica:

O período de que nos ocupamos vai de 1930 a 1964. As principais transformações estruturais na sociedade brasileira no decorrer desse longo período envolvem um crescimento acentuado da população urbana, um aumento na proporção da população economicamente ativa na indústria e um decréscimo na percentagem da população economicamente ativa em atividades rurais.⁷⁰¹

Não nos propomos a desenvolver o alastramento do capitalismo⁷⁰² nos inúmeros e variados setores da economia brasileira, mas apenas pontuamos alguns momentos que, a

⁷⁰¹ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 57.

⁷⁰² A literatura produzida sobre o capitalismo é vastíssima, a qual, caso fosse usada neste estudo, por si só, daria uma outra tese pela sua grande produção, diversidade e complexidade. Além das obras consagradas de Karl Marx sobre o tema, desnecessárias até de citações, chamamos a atenção para as obras de Ellen Meiksins Wood, dentre elas – “A Origem do Capitalismo”, já citada, onde a autora critica a idéia arraigada, principalmente na cultura ocidental, na qual o sistema capitalista é condição natural da humanidade com resultados sempre positivos para as sociedades. Cita a autora: “É como se o capitalismo sempre tivesse sido o destino do movimento histórico e, mais ainda, como se o próprio movimento da história tivesse sido guiado desde o início pelas ‘leis de movimento’ capitalistas”. (WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Op. cit., p. 12.) Outra crítica de Wood que destacamos é a de que nas produções sobre a “origem” do capitalismo, nunca esse “tem origem”, porque o capitalismo é tratado como algo que sempre esteve “lá”, em algum lugar, esperando apenas sua libertação, no caso, do feudalismo. Essas explicações, segundo Wood, inclusive algumas marxistas também, reforçam a “continuidade” do “processo natural” entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, o que provoca uma negação ou disfarce da *especificidade* do capitalismo, cuja forma de explicação foi chamada pela autora de *paradigma burguês*: “Assim, a linhagem do capitalismo evolui, naturalmente, do mais antigo mercador babilônico ou romano para o habitante dos burgos medievais, para o primeiro burguês moderno e, finalmente, para o capitalista industrial.” (Ibidem, p. 14). Ainda, outra crítica de Wood, já registrada, mas reforçada novamente, é a identificação entre *capitalista* e *burguês* e a identificação de ambos com a *modernidade*, persistentes em muitas teorias até hoje, o que acarreta da mesma forma a não *especificidade* do capitalismo, o afastamento de sua própria conceituação e, inclusive, o disfarce de uma modernidade que não seja capitalista. A burguesia, diz a autora, não era uma classe capitalista e nem a sua maioria era comerciante. No

nosso ver, ajudaram-nos no entendimento sobre a origem e formação do empresariado brasileiro.

Na década referendada como a marca da consolidação do empresariado industrial no Brasil, uma grande característica apontada por Oliveira Vianna foi uma imensa diversificação nos ramos de atuação desse empresariado.

Segundo o autor: “[...] em 1844 produzia o nosso incipiente parque industrial apenas 14 especialidades [...]. Em 1907, contam-se estas especialidades fabris em quase uma centena. Em 1920, chegam a quase duas centenas [...]. Hoje, quase produzimos tudo”.⁷⁰³

Prado Júnior, semelhante a Oliveira Vianna, escreve que por volta de 1850, o surto de atividades no Brasil ganha novo impulso sem interrupção. Segundo Prado Júnior:

Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas continuam a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. [...] Doutro lado, aparelha-se a vida financeira do país. A multiplicação dos bancos, das emprêsas (sic) financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios das bolsas, permitem captar e mobilizar em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista. [...] Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça para sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo.⁷⁰⁴

século XVIII, portanto, os agentes burgueses do Iluminismo, e depois, da Revolução Francesa eram, em sua maioria, profissionais liberais que detinham cargos públicos e intelectuais, os quais não lutaram contra a aristocracia para a “libertação” do capitalismo. A luta da burguesia se deu por outros interesses (Cf. *Ibidem*, p. 116-7-8). Em relação à modernidade, tendo em vista que o Iluminismo é concebido como o seu marco decisivo e este é ligado ao capitalismo, algumas teorias supõem que o Iluminismo esteja ligado ao capitalismo. Wood, ao criticar esta fusão, justifica que, o Iluminismo, em seu contexto histórico baseia-se em relações sociais de propriedade não-capitalistas, particularmente, ao absolutismo francês, contrárias à exploração capitalista. De acordo com as críticas de Wood, o capitalismo perdeu sua especificidade na continuidade do processo histórico, sendo visto como *natural* na eterna ascensão da burguesia. E, reforça a autora, o capitalismo não é inevitável e nem consequência natural. “Ele é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O impulso expansionista do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de uma, universalidade virtual, não é consequência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica, mas produto de suas próprias leis internas de movimento, historicamente específicas”. (*Ibidem*, p. 125). Nesse sentido, percebemos que a maioria dos autores abordados em nosso estudo, tanto estrangeiros como brasileiros, caíram na armadilha da equação universal criticada por Wood, ou seja, do crescimento do capitalismo pela “oportunidade”, do mercado crescente das cidades, das técnicas na produção, do ascenso da burguesia como capitalistas, não percebendo os “imperativos” dos mercados específicos e localizados que originaram o capitalismo. Apesar de Oliveira Vianna fazer referência sobre a especificidade do contexto brasileiro em relação ao capitalismo tardio, em todas as outras explicações baseou-se em idéias de um crescimento “natural”, por etapas, pela evolução das técnicas, culminando na industrialização, tendo, portanto, a mesma concepção de Henri Pirenne, o qual, por sua vez, é criticado por Wood, por apoiar-se no legado do modelo mercantil. No entanto, já dito, não foi nossa pretensão fazer uma análise sobre a origem do capitalismo e suas formas aplicadas no Brasil e, por isso, respeitamos ao longo do texto, *as explicações e as percepções* em um nível mais amplo (ocidental) e no Brasil dos autores abordados, apenas para entendermos o contexto histórico da origem e da formação do empresariado brasileiro.

⁷⁰³ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. Op. cit., p. 217.

⁷⁰⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 194-5.

As iniciativas privadas tiveram a colaboração do Estado, na época, Império,⁷⁰⁵ que apesar de conservador fez um papel de empresário, buscando empréstimos no exterior, principalmente o capital inglês que estava ávido para aproveitar os benefícios das atividades que floresciam, cresciam e se diversificavam cada vez mais. A remodelação do país no início da República e do século XX lançava suas bases para o futuro desenvolvimento.

No mesmo sentido, Martins,⁷⁰⁶ por meio de sua pesquisa, constatou a mesma afirmação de Oliveira Vianna e Prado Júnior.

Segundo Martins, os empresários, no início de sua formação, eram de grande versatilidade, ou seja, abandonavam, buscavam e mudavam de ramo em suas atividades com muita frequência. Em 1914, a metade dos empresários (não-industriais) exercia a atividade no ramo de “serviços” e outra grande parte no ramo “financeiro”. Para um maior esclarecimento, optamos pelas considerações do próprio autor:

É necessário esclarecer que os *não-industriais*, globalmente considerados, apareciam, em 1914, distribuídos, em termos de maior frequência, da seguinte maneira: serviços, 40%; financeiro, 37%; agrários, 10%. Três classificações: a) o ramo agrícola tem uma representação pouco significativa aqui, pois sabe-se ser extremamente reduzido o número de *fazendas* que assumiam qualquer forma jurídica de empresa (sic); b) as empresas (sic) que, enquadradas no ramo “financeiro” em sua grande maioria, eram de “seguros” e suas variantes à época, as “caixas de pecúlio”; c) sob a designação de “serviços” está englobada uma série de atividades heterogêneas de natureza residencial.⁷⁰⁷

Verifica-se que o empresariado brasileiro, no início de sua formação, passou por um sistema de substituição intenso e muito grande durante apenas duas gerações, o que pode ser considerado um fator de interferência na própria formação de uma consciência de classe.⁷⁰⁸ Ainda, que o ramo de “serviços” foi o que mais forneceu empresários(as) para a industrialização do país, além de ter sido o setor que mais absorveu os(as) empresários(as) que deixaram a atividade industrial, portanto, os(as) não-industriais. Estes(as), aliás, constituíam a maioria dos(as) empresários(as). Um outro ramo importante que absorveu os(as) empresários(as) foi o imobiliário, contudo, em menores proporções que o de serviços.⁷⁰⁹

⁷⁰⁵ Conforme Prado Júnior, o Império (1822 à 1889) teve o seu desaparecimento, fundamentalmente, pelo não acompanhamento das reformas econômicas e sociais que faziam-se necessárias na conjuntura da época, referindo-se à administração, estrutura política, instituições e ideologia dominante. (PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 195-6).

⁷⁰⁶ MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 107.

⁷⁰⁸ Cf. Ibidem.

⁷⁰⁹ Ibidem.

Neste período de transição, o Brasil, prossegue Martins, ligado à crise do setor externo e em conseqüência, pela crise interna e pela fraca demanda de seus produtos, é forçado a produzir para o seu suprimento. Esses fatores propulsionam diferentes camadas empresariais às mudanças, a recomeçar ou redistribuir suas possibilidades, capacidades, interesses e lucros nos diversos ramos da atividade empresarial.

Enfatiza o autor: “É por aqui que a diversidade da estrutura industrial tem seu comêço (sic) e encontra a sua propulsão”.⁷¹⁰ E, acrescentamos, não só da industrial, e sim da categoria empresarial global, tendo em vista a presença dos(as) empresários(as) não-industriais ser muito mais numerosa nos outros setores comerciais que na própria indústria. Segundo Martins:

[...] se, de um lado, a eliminação de empresários tende a ser relativamente menor, de outro, a ocupação de novos setores, gerados da necessidade de dar continuidade ao processo de substituição, se faz pela entrada de novos grupos, renovando continuamente o estrato. Haveria a acrescentar que a diversificação do sistema produtor se procede em tempo relativamente rápido, determinando um esforço adicional de adaptação por parte do empresariado, a despeito das válvulas compensatórias representadas pelas medidas protecionistas, pela inflação, etc.⁷¹¹

Dessa forma, a composição do empresariado brasileiro se estrutura dentro de um quadro de extrema heterogeneidade e transitoriedade.

O empresariado nacional enfrentava grandes barreiras estruturais para uma possível tentativa de hegemonia frente ao desenvolvimento, porque na medida em que a industrialização avançava em seu processo intensivo, mais capital estrangeiro e investimentos estatais entravam como recursos e como obstáculos ao poder hegemônico da categoria.

Confirma Prado Júnior que além de outros fatores, pode-se acrescentar outro que agravava fortemente as dificuldades: “[...] é a ação perturbadora da finança internacional que procura se imiscuir e penetrar cada vez mais profundamente na vida econômica do país”.⁷¹²

Haverá, em conseqüência, empréstimos, contratos e compromissos onerosos para o empresariado e para o país. Apesar dos avanços e diversificação da nascente industrialização, esta ainda não saíra de sua mediocridade, com grandes dificuldades pela frente. Como exemplo, citamos a dependência das manufaturas por condições e habilidades técnicas, falta de um mercado amplo – exigência da moderna e mecanizada indústria fabril que a população brasileira não podia oferecer, presença forte do capital estrangeiro que toma a seu cargo os

⁷¹⁰ MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit., p. 126.

⁷¹¹ *Ibidem*, p. 128.

⁷¹² PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 220.

grandes empreendimentos industriais e a grande concorrência com os produtos estrangeiros.

Reforça o autor:

Não era assim possível às manufaturas nacionais concorrerem com a importação estrangeira proveniente de indústrias altamente desenvolvidas, em constante e acelerado progresso. Era a esta que caberia satisfazer às necessidades limitadas do país; [...] ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, a grande lavoura produtora de gêneros de exportação.⁷¹³

Dessa forma, havia uma instabilidade, uma insegurança nas atividades econômicas, nas fortunas privadas e nas situações financeiras dos indivíduos e dos(as) empresários(as), sendo raro “[...] os patrimônios brasileiros que atravessariam mais de uma geração, e os casos de vários extremos financeiros no curso de uma só existência são quase normais”.⁷¹⁴

Outros fatores de dificuldades de natureza social e política ajuntam-se às demais. Contudo, enfatiza o autor, é a instabilidade econômica a maior causa da conjuntura de insegurança do país.

Também Cardoso⁷¹⁵ faz uma observação sobre as dificuldades do empresariado em países com características subdesenvolvidas. Afirma Martins que:

O problema relaciona-se à circunstância histórica de que essas camadas, quando emergem, já encontram previamente (sic) estabelecidos os parâmetros básicos da produção (tecnologia, tipo de empresa, (sic), padrão qualitativo de produtos etc.) pelas economias desenvolvidas, ao contrário das “revoluções burguesas” que iam estabelecendo os termos da produção de acordo com suas necessidades de desenvolvimento.⁷¹⁶

Nesse sentido, entende-se porque, ainda hoje, continua a preponderância dos grupos estrangeiros no mercado nacional.⁷¹⁷

Além desses autores expostos, outros que abordam a *formação* do empresariado brasileiro também se referem à mesma época, ou seja, ao século XX, mais aproximadamente na década de 1920 e início da década de 1930, como por exemplo: Diniz e Lessa, juntamente com Boschi.⁷¹⁸

⁷¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 199.

⁷¹⁴ Ibidem, p. 201.

⁷¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique apud MARTINS, Luciano. *Formação do Empresariado Industrial no Brasil. Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁷¹⁶ MARTINS, Luciano. *Formação do Empresariado Industrial no Brasil. Revista Civilização Brasileira*. Op. cit., p. 130.

⁷¹⁷ Cf. GRUPOS econômicos. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Op. cit.

⁷¹⁸ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit.

Segundo esses autores, é possível destacar, historicamente, quatro momentos marcantes na trajetória do empresariado brasileiro, apontando as diferenças, as progressões e seu fortalecimento como ator político no interior da sociedade civil:

O primeiro momento, que corresponde às fases iniciais do processo de redefinição da sociedade brasileira numa direção urbano-industrial, estendendo-se ao longo do período 1930-1945, caracteriza-se por um amplo processo de diferenciação do empresariado industrial face aos segmentos agro-exportadores.⁷¹⁹

O período de formação do empresariado confirma-se, portanto, por volta de 1930, em cujo momento o empresariado industrial e nacional “[...] define sua identidade enquanto um segmento econômico com interesses próprios [...]”,⁷²⁰ buscando obter um espaço político próprio, apesar de sua incorporação e sua participação se efetivarem dentro de um padrão corporativo tutelado pelo Estado,⁷²¹ sujeitando-o a uma dependência em relação a este Estado. Em outra obra, Boschi escreve:

Por volta de 1930, o quadro que se esboça é o da tentativa do grupo de consolidar os espaços políticos recentemente conquistados. O conteúdo e a natureza da prática política dos industriais modificar-se-iam nos anos seguintes, evoluindo para a especificação, na medida em que os interesses se tornavam mais complexos e diferenciados ao longo do tempo.⁷²²

Nesse período, no início do século XX, foram iniciadas as bases para a organização, participação e práticas políticas próprias do empresariado brasileiro. A seguir, tratamos desses pontos em seu período inicial, ou seja, de 1930 a 1945.

⁷¹⁹ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit., p. 27.

⁷²⁰ Ibidem, p. 27.

⁷²¹ Existe uma grande literatura sobre o corporativismo e neocorporativismo do Estado brasileiro com debates relacionados às suas características antidemocráticas e seu caráter de incompatibilidade com uma sociedade composta de atores múltiplos e plurais. Registramos que, neste estudo, não foi pretensão nossa aprofundar esse tema. Dentre tantas produções, sugerimos:

ALMOND, G. A. Corporatism, Pluralism, and Professional Memory. *World Politics*, n. 35.1983;

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Crise e transição: Uma interpretação do momento político nacional. *Dados*, v. 25, n. 23, 1982.

⁷²² BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit., p. 63.

3.2 Contextualização e práticas políticas do empresariado nacional

“A observação do sistema de representação dos interesses do empresariado [...] revela, desde o seu movimento constitutivo até o presente, a existência de uma estrutura dual, que passou por um processo adaptativo segundo as exigências das várias fases da industrialização substitutiva de importações e as diferentes conjunturas políticas. [...] A característica básica desta estrutura é a convivência entre um formato corporativo instaurado e supervisionado pelo Estado e uma rede de associações paralelas funcionando à margem do sistema oficial”.

Eli Diniz e Renato R. Boschi

O momento no qual o empresariado nacional começava sua organização, ou seja, em 1930, o Estado caracterizava-se, politicamente, por uma estrutura forte e centralizadora.⁷²³

No entanto, segundo Diniz,⁷²⁴ apesar das dificuldades das conquistas e aprovações de medidas de interesses do empresariado pelo poder estatal, este revelou uma significativa participação, adquirindo identidade própria e organização.

Observamos que Diniz trata os industriais como sendo o *empresariado*, a elite *emergente* e a *burguesia*. Os comerciantes tradicionais e a elite rural produtora são chamados de “elites tradicionais”.

No momento do processo de formação do empresariado brasileiro, vários autores, inclusive Diniz, escreveram que a elite industrial se originou dos capitais e dos homens de negócios vindos da agricultura e do comércio importador, ou seja, das atividades consideradas

⁷²³ O poder político brasileiro encontrava-se num período de transição da chamada República Velha para o governo provisório de Getúlio Vargas com a revolução de 1930. Economicamente, sofria com as pressões externas devido à crise internacional e redução de sua capacidade de importação. Segundo Diniz: “Através do processo de redefinição das alianças políticas subjacentes à constituição deste novo pacto, a expansão econômica seria influenciada por duas correntes sob certos aspectos convergentes: o pensamento autoritário [...] e o pensamento industrialista, responsável, entre outras coisas, pela redefinição do papel da indústria na economia. [...] Na evolução que se processa, o traço marcante são as variações no grau de abertura do sistema político culminando com a instauração do regime autoritário, através do qual o sistema alcança seu maior grau de fechamento. Sob esse aspecto, o Estado Novo representou uma ruptura com a experiência democrática da fase constitucionalista, estreitando-se o círculo dos detentores do poder, mediante o afastamento das facções extremistas, ao mesmo tempo em que se restringiam suas bases sociais pela repressão às correntes mais radicais da sociedade civil. O fortalecimento do poder central teria como contrapartida uma limitação ainda maior da autonomia estadual, reduzindo-se a partir daí um dos focos de tensão que interferiam no processo decisório. Além disso, o Estado criaria condições para aumentar sua interferência no processo de articulação de interesses, institucionalizando-se os mecanismos de mobilização controlada. Com o novo regime, persiste a complexidade da estrutura de poder, em termos dos interesses a conciliar. Entretanto, aperfeiçoa-se um novo estilo de participação dos grupos dominantes no processo decisório. O novo padrão permitiria rentalizar a capacidade de decidir do sistema que, na fase anterior, ficara comprometida pelo afluxo do grande número de interesses emergentes com um grau reduzido de integração política, gerando pressões múltiplas e conflitantes”. (DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 76-7).

⁷²⁴ Cf. *Ibidem*.

tradicionais. E, por isso, a nosso ver, tem-se uma diversificação dentro desta categoria que a autora chama de “empresariado industrial”. Reforça Diniz:

Daí decorre um outro aspecto ressaltado, a relativa falta de especialização empresarial, observando-se a atuação simultânea do empresário em vários setores, como a agricultura, o grande comércio, indústria e bancos. Como salienta Carone, “um Roberto Simonsen, um Lacerda Franco, um Conselheiro Antônio Prado, um Carlos de Lima Cavalcanti, possuem fazendas de café e usinas, mas também, casas comissárias, bancos (comércio e indústria), fábricas de tecidos e vidraria, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, etc.” Há ainda o argumento do caráter transitório do desempenho da atividade industrial para a grande maioria dos empresários, que tradicionalmente passariam do setor manufatureiro para outros, como os setores financeiro, agrícola e comercial, em função das mudanças conjunturais. Quanto a esta característica, fundamentada em pesquisas sobre a evolução do conjunto do setor industrial ao longo das várias fases do processo de industrialização, é interessante notar até que ponto é apropriada para qualificar os diferentes estratos em que se pode subdividir o empresariado.⁷²⁵

Apesar dessa observação, Diniz enfatiza a presença significativa da elite industrial. Ressaltamos que para o início da organização do *empresariado* que foi nosso principal foco, essa divisão não afetou nosso estudo, porque, atualmente, aquele(a) que é considerado(a) *empresário(a)* não o é pelo fato de ser industrial ou comerciante ou importador(a) ou exportador(a) ou qualquer outra atividade, mas sim pela *forma* da produção organizada.

Portanto, esse início do *empresariado*, mesmo com alguma separação feita pela autora ou por outros, não invalidou a nossa proposta, tendo em vista que o empresariado misturava-se em atividades e setores diversificados e, hoje, independentemente de ser industrial ou comerciante ou produtor rural, o início dessa organização vale para todos. O que caracteriza o empresário atualmente é sua *forma de produção organizada* e não a *natureza* de sua atividade. Ainda, entende-se que a autora, ao se referir à elite industrial, englobou as demais empresas, principalmente as pequenas, inserindo, portanto, vários outros estratos empresariais no que ela chamou de “empresariado industrial”:

Quanto aos demais estratos do setor industrial, nossos dados indicaram a tentativa de articulação elite-base do movimento empresarial através da liderança de Roberto Simonsen, cujo apelo às pequenas empresas seria traduzido por uma preocupação com a defesa e preservação do caráter competitivo do mercado brasileiro, como se pode depreender de sua posição basicamente antimonopolista, advertindo contra o perigo de se permitir a formação de grandes conglomerados econômicos no país.⁷²⁶

Contudo, a visibilidade do empresariado foi pequena devido às medidas conquistadas não serem de uma abrangência ampla, mas parcial. Por isso, nos primeiros anos de sua

⁷²⁵ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 224.

⁷²⁶ Ibidem, p. 285 (grifos nossos).

organização, a literatura registra uma visão sobre um empresariado fragmentado, desarticulado, fraco e ainda, sem significado, sem autonomia, sem coesão e disperso frente à economia, ao poder político, principalmente se comparado, por exemplo, ao setor agro-exportador, especificamente ao café.

Sobre essas críticas às mudanças constantes entre os setores empresariais, as mesmas estendem-se às características do empresariado já expostas no capítulo 1, quais sejam, novamente a grande rotatividade nos ramos de negócios devido à baixa sedimentação, o fechamento de empresas e surgimento de outras em pouco tempo, a predominância de pequenas empresas com características ainda ou quase artesanais, o que, aliás, corrobora os autores, Oliveira Vianna⁷²⁷, Martins⁷²⁸, Sodré⁷²⁹, Caio Prado⁷³⁰ e outros.

Contrariando essas críticas, Diniz vem dizer-nos que, se a crítica refere-se à indústria, o mesmo não se pode dizer do empresariado como um todo. Nas palavras da autora:

[...] já nos anos trinta, se pode constatar, apesar da atomização do setor industrial, a presença de um pequeno número de empresas de grande porte, cujo peso em relação ao conjunto não pode ser subestimado. Tratava-se de um núcleo industrial forte que passaria às fases posteriores do processo de industrialização, não só resistindo às crises como consolidando e expandindo seu poder, contrastando, portanto, com a instabilidade e transitoriedade do restante do setor. É preciso não perder de vista que a origem de parte significativa dos grandes grupos industriais nacionais remonta às décadas de vinte e trinta. Em termos políticos, esta elite revelaria um grau de coesão significativo, *bem como considerável capacidade de organização*, monopolizando a liderança dos órgãos de classe, alternando-se como representantes da indústria nos conselhos econômicos e outros órgãos da burocracia estatal, vale dizer, controlando as vias de acesso aos centros de poder.⁷³¹

Nesse sentido, Diniz considera necessária uma revisão sobre a idéia da marginalização política do empresariado na política governamental, sem, no entanto, afirmar que havia uma hegemonia do grupo ou uma efetiva e forte participação nas decisões políticas.

Não obstante, o empresariado jogou com possibilidades de práticas cooperativas, racionais, com variadas formas organizacionais e práticas políticas em suas negociações frente ao Estado.

⁷²⁷ Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. v. 1, v. 2, Op. cit.

⁷²⁸ Cf. MARTINS, Luciano. *Formação do Empresariado Industrial no Brasil*. *Revista Civilização Brasileira*. Op. cit.

⁷²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit.

⁷³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. Op. cit.

⁷³¹ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 35 (grifos nossos).

Diniz e Boschi defendem que: “[...] perde o sentido o pressuposto da passividade do empresariado, assumindo o primeiro plano sua relevância enquanto agente de uma estratégia de desenvolvimento capitalista compatível com seus interesses [...]”.⁷³²

Os autores opõem-se, dessa forma, às discussões teóricas de análises mais correntes, a elitista e a marxista, já que a vertente pluralista é pouco utilizada, mas não descartável, rompendo com a dicotomia radical entre Estado e sociedade, porque “[...] abre-se a perspectiva para a consideração de alianças e coalizações articulando setores de uma mesma classe ou de classes distintas e segmentos do aparelho de Estado”.⁷³³

Por isso, o empresariado não foi “[...] um ator passivo, fraco e incapaz de fazer prevalecer um projeto hegemônico que se consubstanciasse numa ordem democrática”,⁷³⁴ nem foi também um empresariado forte e politicamente ativo na construção de um regime democrático ou parte do monopólio das elites agrárias que teriam privatizado o Estado sob os interesses das elites dominantes.

Assim, contrariando essas teorizações, o empresariado foi, segundo Diniz e Boschi, “[...] um interlocutor capaz de articular alianças com outros setores organizados, aspecto fundamental para a consolidação do processo democrático”.⁷³⁵

Por meio dos vínculos e mediações entre setores privados e públicos, buscando-se variadas maneiras, surgiram tanto forças conflitivas e opostas como também diversas práticas cooperativas.⁷³⁶

As dificuldades de acesso ao poder político existiam também para outros grupos ou outros diferentes atores e não somente para o empresariado. A participação política ainda não pode ser avaliada apenas por demandas ou medidas pleiteadas e, em seguida, efetivadas pelo governo, porque essas podem exigir um longo prazo e não um curto prazo, como podem ser de formas e procedimentos variados.

Apesar da instabilidade do período, das dissidências e orientações desencontradas do projeto ideológico estatal, era certo que o desenvolvimento industrial deveria acontecer pela atuação do empresariado ou da elite industrial, afirma Diniz, constituindo, portanto, um dos elementos imprescindíveis, ao lado de outros, no novo governo.⁷³⁷

⁷³² DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*. UFMG, n. 5, p. 48-81, 2000. p. 59-60.

⁷³³ Ibidem, p. 60.

⁷³⁴ Ibidem, p. 58.

⁷³⁵ Ibidem, p. 61.

⁷³⁶ Cf. Ibidem.

⁷³⁷ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

Em decorrência disso é que a participação e organização do empresariado tiveram um papel importante na viabilização do desenvolvimento econômico brasileiro em âmbito interno e externo, coexistindo com outros atores, interesses diversos e pressões advindas do poder dominante e do próprio sistema capitalista.

Sodré⁷³⁸ ressalta a organização da classe dirigente oriunda do café, diferentemente da involução dos antigos empresários rentistas ociosos da economia açucareira.⁷³⁹ Os homens do café constituíam uma vanguarda, com experiência comercial e, desde sua gestação, os interesses específicos da produção, do comércio e dos dirigentes estiveram cruzados.

Semelhante à Sodré, também Furtado enfatiza a organização desta classe dirigente:

A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende numa frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. [...] Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que poderia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. [...] Mas não é o fato de que hajam controlado o governo o que singulariza os homens do café. *E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos.*⁷⁴⁰

Nota-se, o início da percepção de conjunto da classe dirigente que se organizava de acordo com seus interesses e objetivos, buscando formas de participação política perante o Estado e à sociedade, bem como de uma política própria.

A mudança na classe empresarial, segundo Boschi, de uma forma bem generalizada pode ser sintetizada em quatro estágios, referidos anteriormente, mas não citados, e que expomos a seguir:

(1) antes de serem efetivamente incorporados ao processo político, os grupos industriais são bastante importantes do ponto de vista econômico, mas seus interesses estão dispersamente representados em algumas poucas associações de interesse, conquanto autonomamente organizados com relação ao Estado; (2) em seguida à incorporação dos grupos ao processo político, os empresários procuram alargar sua base de representação como meio de reforçar a indústria do ponto de vista político e social. A esse estágio, no entanto, a busca de identidade dos grupos

⁷³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit.

⁷³⁹ Segundo Sodré, os empresários da economia açucareira eram isolados, sem uma perspectiva e visão de conjunto da classe porque todas as atividades eram monopolizadas por grupos situados em Portugal ou na Holanda. Por isso, não desenvolveram uma “consciência clara de seus próprios interesses. Com o tempo, foram perdendo sua verdadeira função econômica, e as tarefas diretas passaram a constituir simples rotina executada por feitores e outros empregados”. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Op. cit., p. 98-9).

⁷⁴⁰ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: s/e, 1959, p. 139-140 (grifos nossos).

industriais implica em organização ao nível de sua liderança; (3) embora envolvida na tarefa de aumentar a importância da indústria no Sistema, a liderança tende a se desprender do resto da classe, dando assim lugar para o Estado se antecipar na definição dos parâmetros da participação dos grupos industriais; e (4) o estabelecimento pelo Estado de tais parâmetros, não pretende, contudo, excluir a participação da indústria, mas garantir a administração do conflito. Assim, a este estágio, os grupos industriais apelam para um estilo de negociação que poderia atender melhor a seus interesses.⁷⁴¹

No início ocorreu um estilo de cooptação e, em seguida, sua institucionalização em um sistema corporativista, por meio do qual o grupo empresarial fazia mediações com o Estado que, apesar de esporádicas, era de forma direta.

Completam Diniz e Boschi, no período de 1930 a 1945, o empresariado teve um processo de diferenciação do setor agro-exportador. Será o momento no qual o empresariado “[...] define sua identidade enquanto segmento econômico com interesses próprios, procurando paralelamente conquistar seu espaço político”.⁷⁴² Concomitante ao incorporamento do empresariado ao regime político, estavam presentes as associações, implantando-se, a partir daí, o “[...] corporativismo setorial bipartite”.⁷⁴³

O empresariado, portanto, emerge como ator político, buscando sua auto-identidade expressada na organização com grande base de representação e demandas de interesses. Ainda, buscaram-se lideranças para a viabilização dos interesses por meio de práticas políticas que, ao longo do tempo, de acordo com as especificações e mudanças de interesses vão modificando-se. Afirma Boschi:

De uma plataforma bastante vaga que caracteriza a ação dos empresários industriais no período pré-1930, é então possível observar uma redefinição em termos de interesses mais específicos e organizados, cuja contrapartida institucional seria o eventual estabelecimento de uma estrutura corporativista em 1937. [...] A existência, ao nível institucional, de um locus de negociação, onde projetos de legislação social seriam elaborados, levou a organização da classe empresarial a se mover em diferentes direções.⁷⁴⁴

Esse *locus* de negociação inicial foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma agência estatal dedicada às políticas referentes à política econômica e ao

⁷⁴¹ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit., p. 58.

⁷⁴² DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*. Op. cit., p. 65.

⁷⁴³ Segundo os autores Diniz e Boschi este sistema está em vigor até hoje, caracterizando-se pelo enxugamento dos sindicatos de trabalhadores na participação nas esferas de decisão do governo, e ao mesmo tempo ampliava e fortalecia os aparelhos de representação direta dos grupos empresariais para a defesa de seus interesses nos órgãos estatais (Ibidem).

⁷⁴⁴ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit., p. 67.

grupo industrial e às relações trabalhistas, aprovadas pelo empresariado e pelo operariado. Sobre este início, ressalta Boschi:

A partir desse ponto, a questão da legislação trabalhista é citada na agenda empresarial, lado a lado a um número de demandas adicionais bastante específicas, tais como a supressão de impostos inter-estaduais, a instituição de um conselho conjunto de contribuintes e de delegados do Estado e a criação de crédito industrial. Todas essas medidas sugeridas em 1931 por importante líder industrial, apontam com bastante clareza para os fatores básicos fundamentais à expansão da atividade [...].⁷⁴⁵

Reforçam Diniz e Boschi: “[...] o corporativismo estatal implicou em arranjos setoriais bipartites, instaurando-se no interior do aparelho burocrático a prática da negociação compartimentada entre elites técnicas e empresariais, com a exclusão dos trabalhadores”.⁷⁴⁶

Essa intervenção por parte do Estado implicou também em demandas fragmentadas, parciais e particularistas, forçando e dificultando, já observado, a própria falta de unicidade e coesão do grupo empresarial, especificamente.

Sua atuação e comportamento resultaram, portanto, das circunstâncias possíveis colocadas pelo Estado, as quais poderiam ser positivas ou negativas para suas demandas e/ou interesses. Assim, as relações dos grupos organizados ou que buscavam sua organização e seus interesses no âmbito estatal dependiam da atuação e da natureza política deste Estado⁷⁴⁷. Confirmam os autores:

A crise do modelo exportador nos anos 30 se fez acompanhar de um amplo processo de reordenação institucional que culminou na constituição de um Estado altamente centralizado, dotado de amplos poderes de intervenção nas esferas econômica e social, bem como de forte capacidade de controle sobre os grupos emergentes através da montagem do sistema corporativo. Assim, foi possível trazer a representação de interesses para o interior do Estado, frear a organização autônoma dos principais grupos e subordinar à tutela estatal o processo de formação das identidades coletivas dos atores básicos da ordem industrial nascente sem a mediação de partidos políticos.⁷⁴⁸

Com o controle direto sobre os grupos que tentavam se organizar, sem a prática política da mediação com partidos políticos, ocorria, então, a negociação direta, mas fragmentada, sem uma visão de conjunto da categoria.

⁷⁴⁵ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit., p. 67.

⁷⁴⁶ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*. Op. cit., p. 55.

⁷⁴⁷ Cf. *Ibidem*.

⁷⁴⁸ *Ibidem*, p. 54.

De acordo com as mudanças na natureza das políticas econômicas, das necessidades e interesses, observou-se que a atuação e participação do empresariado dependeram, segundo Diniz e Boschi,⁷⁴⁹ de determinados aspectos, os quais incluíram: uma indução das práticas de associação e da ação coletiva pelo Estado centralizador; mesmo sendo formado e organizando-se à sombra do Estado, o empresariado manifestou-se favorável a uma postura aberta e democrática, cuja postura liberal surgiu mais formatada a partir das mudanças na economia direcionada ao mercado; existência de estratégias variadas em sua atuação e participação devidas, além das mudanças das políticas econômicas, à questão do tempo para que as ações fossem alcançadas.

Os problemas existiam tanto ao nível do próprio país como no próprio empresariado.

Conforme Diniz,⁷⁵⁰ o Brasil tinha um sistema econômico frágil, ainda amarrado à agro-exportação, com uma perspectiva agrarista inadequada, com uma necessidade de crescimento e expansão do mercado interno, de integração nacional e internacional e um excesso de visão liberal sobre o papel do Estado na economia.

As limitações na organização e na maturidade ideológica do empresariado faziam-se notar em vários momentos no período de 1930-1945. Afirma Diniz:

A falta de uma linha de atuação, por um lado, mostra uma articulação reduzida ao nível até mesmo dos representantes mais expressivos do setor. Por outro lado, a omissão de parte significativa da classe coloca em evidência a defasagem entre cúpula e base, traduzida por um grau insuficiente de informação entre os dois níveis do movimento empresarial e por uma capacidade restrita de mobilização da liderança em relação ao conjunto do setor.⁷⁵¹

Não obstante, apesar das limitações do próprio empresariado e das várias limitações que o período de 1930-1945 apresentava, “[...] os grupos industriais iriam aos poucos despertando para a necessidade de se explicitar uma política econômica voltada para a industrialização do país”.⁷⁵²

Explica-nos Diniz que até meados de 1920, a “Associação Comercial de São Paulo” – AC-SP, criada em 1894, era a principal representante e porta-voz dos homens de negócios na defesa de seus interesses, englobando inúmeros e diferentes setores da elite econômica como comerciantes, fazendeiros e industriais. Esta associação absorveu o “Centro do Comércio e da Indústria de São Paulo” em 1917, afirmando sua hegemonia no comércio importador.

⁷⁴⁹ Cf. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*. Op. cit.

⁷⁵⁰ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

⁷⁵¹ *Ibidem*, p. 103.

⁷⁵² *Ibidem*, p. 103.

Boschi⁷⁵³ acrescenta que, além da AC-SP, a primeira associação significativa do grupo foi fundada em 1904, como resultado da união de duas associações menores. Esta associação mais importante era “[...] o Centro Industrial do Brasil que engloba o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A diretoria da CIB incluía líderes empresariais do Rio e São Paulo que mais tarde ganharam uma notoriedade nacional”.⁷⁵⁴ O CIB, em 1933, transformou-se na “Confederação Industrial do Brasil” com o objetivo de unir as federações regionais, cuja iniciativa foi atribuída às associações do estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, consideradas as maiores na época. E, ainda, que o CIB até hoje persiste como base da estrutura da “Confederação Nacional da Indústria”, criada em 1943.

Como ator político e econômico de fato, o grupo emerge e organiza-se com maior força somente na década de 1930, período de transição na sociedade brasileira, ou seja, de um sistema agro-exportador para um de industrialização urbana.

A “Confederação Industrial do Brasil” foi uma medida dos empresários para aumentar a visibilidade do setor, por meio da

[...] ampliação da base de representação de suas associações de classe. [...] Ao invés de se orientarem no sentido de associações com interesses específicos e estreitamente definidos, a tendência à visibilidade condicionou a criação de uma organização de base nacional.⁷⁵⁵

Nesse período, o número de associados era mais importante para os grupos empresariais do que a “[...] qualidade dos interesses representados”.⁷⁵⁶

Em 1923 foi criado, por decreto presidencial, o órgão federal do “Conselho Superior do Comércio e da Indústria” com o objetivo de auxiliar o governo na elaboração de projetos e pareceres nos assuntos econômicos, cuja composição era formada por um número maior de representantes do comércio do que da indústria. Essa situação só mudaria por volta de 1930, quando o número de representantes seria equivalente. Mas, na década de 1920, o comércio possuía mais força e os industriais acataram tal hegemonia por um tempo apenas, porque reconheciam que ainda não tinham adquirido identidade própria, eram conscientes de sua inferioridade política e ainda porque existiam interesses e objetivos comuns entre os mesmos.

⁷⁵³ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit.

⁷⁵⁴ Ibidem, p. 63.

⁷⁵⁵ Ibidem, p. 64.

⁷⁵⁶ Ibidem, p. 64.

A consciência de uma organização e da necessidade de estabelecer políticas para a categoria empresarial fez-se concomitante ao reconhecimento de várias questões e problemas interligados ao país e ao setor.⁷⁵⁷ Mesmo destituído de políticas definidas, afirma Diniz,⁷⁵⁸ o período referido foi importante devido aos projetos iniciais de planejamento entre o empresariado e o Governo Federal, alcançando uma dimensão de maior integração e abrangência.

As discussões iniciadas neste período, vinculadas a um planejamento para uma nova visão de política, baseada em uma proposta de planificação econômica nacional, teve como representante do empresariado Roberto Simonsen.⁷⁵⁹

Encabeçando a liderança, Simonsen defendeu a intervenção do Estado na economia com o objetivo de fortalecer o setor, o que não significou a concordância de todos, gerando, inclusive, muitas polêmicas ao nível de governo e entre outros líderes do empresariado.⁷⁶⁰

A liderança de Simonsen, reforçada no “Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC”, órgão estatal criado em dezembro de 1943, mas instalado em março de 1944,⁷⁶¹ defendia os princípios do setor empresarial. Segundo Diniz:

[...] a atuação da liderança industrial e comercial teve por objetivo criar um clima mais propício, bem como ganhar a unidade dos setores empresariais e, se possível, a adesão de novos setores para a nova visão de política econômica que propunha. Esta nova orientação significava a institucionalização do intervencionismo estatal, o desenvolvimento dirigido através de um planejamento global, a industrialização como base da construção de uma nova sociedade.⁷⁶²

A proposta dos setores empresariais ligados ao “Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC” sofreu forte oposição ao projeto do desenvolvimento industrial. As forças de oposição criaram momentos de tensão entre os grupos dominantes e integrantes do novo sistema de poder. Após a Segunda Guerra Mundial, a revisão dos princípios da economia mundial foi colocada como necessidade primordial:

A partir daí, importantes autoridades do Governo norte-americano, bem como representantes credenciados do mundo dos negócios, através de pronunciamentos públicos, de entrevistas a jornais e revistas, ou da participação em conferências e

⁷⁵⁷ Não é nossa proposta explanar todos os problemas referentes ao Brasil e ao empresariado à época, tendo em vista grande literatura produzida sobre o tema.

⁷⁵⁸ Cf. DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

⁷⁵⁹ Roberto Cochrane Simonsen, além de representante da indústria era presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC, e vice-presidente do Centro Industrial do Estado de São Paulo – CIESP.

⁷⁶⁰ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

⁷⁶¹ Ibidem, p. 204.

⁷⁶² Ibidem, p. 210.

congressos internacionais, desencadearão uma vasta ofensiva pela defesa do livre comércio e pela expansão do intercâmbio mundial.⁷⁶³

Contra as idéias protecionistas do modelo de industrialização nacional, as forças externas agiram como um fator de desequilíbrio, privilegiando setores mais tradicionais e práticas mais liberalizantes.

Havia, portanto, no início da representação do empresariado, uma estrutura dual, ou seja, a coexistência do sistema corporativo tutelado pelo Estado e uma cadeia de associações extra-oficiais.⁷⁶⁴ Segundo Diniz e Boschi:

A estrutura corporativa, organizada em moldes funcionais e hierárquicos sob a tutela do Estado, implantada nos anos 30, é integrada por sindicatos locais segundo ramos da produção industrial, federações de âmbito regional circunscritas aos Estados e uma organização de cúpula de caráter nacional, a Confederação Nacional da Indústria (CNI).⁷⁶⁵

Esta, de acordo com os autores, possuía legislação específica e obrigava uma adesão financeira, mesmo para quem não era filiado. Devido à dispersão territorial da representação de outras unidades locais, havia pouca concentração.

As outras associações, de caráter extra-corporativistas, eram independentes, organizadas em âmbito nacional e reuniam “[...] empresas de um determinado setor ou de setores afins, sendo a afiliação e a contribuição de caráter voluntário”.⁷⁶⁶ Essas associações extra-corporativas existiram desde o início da década de 1930 sendo espontâneas em sua organização. Podia ocorrer que as empresas afiliassem-se tanto ao sindicato como a uma associação de seu ramo, buscando sua representação através das duas organizações. Portanto, a estrutura era, conforme Diniz e Boschi:

[...] altamente complexa e diversificada, compreendendo múltiplos canais de participação, destituída, porém, de uma instância aglutinadora, capaz de articular interesses supra-setoriais. Em outros termos, inexistente uma ampla câmara empresarial dotada de alto grau de abrangência e de representatividade, capaz de estimular processos agregadores.⁷⁶⁷

⁷⁶³ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 212.

⁷⁶⁴ Idem; BOSCHI, Renato. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*. Op. cit.

⁷⁶⁵ Ibidem, p. 62.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 62.

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 63.

Devido a essa falta de centralização, uma característica marcante da representação do empresariado foi a sua fragmentação no decorrer do tempo.⁷⁶⁸

Lembramos aqui o registro já feito de que, no início da industrialização, os recursos necessários como capital e capacidade empresarial para o empresariado foram fornecidos pelos setores agrícolas e de importação. Várias questões eram comuns a eles, no entanto, começaram a apresentar divergências em relação a determinados pontos da política econômico-financeira, principalmente sobre o câmbio e a questão aduaneira.⁷⁶⁹

Com os conflitos, os industriais foram organizando-se em torno de seus interesses e objetivos, buscando alianças com o setor mercantil e adquirindo consciência de sua atuação e força. Assim, romperam com a elite rural e os comerciantes em janeiro de 1928.

Os industriais, em junho do mesmo ano, criariam uma organização independente, o “Centro Industrial do Estado de São Paulo – CIESP”,⁷⁷⁰ cujo presidente foi Matarazzo e o vice-presidente foi Roberto Simonsen.

Contudo, em meio a esses conflitos, o setor empresarial cresceu e foi se afirmando enquanto classe entre as elites rurais e aos grupos agro-exportadores que lhe faziam resistência, mostrando sua capacidade de luta, de organização e aumento do prestígio dos empresários:

De uma atuação de defesa de interesses isolados, em que cada ramo industrial e até mesmo cada empresa procurava conseguir concessões específicas, os industriais passam a defender seus interesses mais gerais, falando em nome do conjunto do setor.⁷⁷¹

Reivindicavam o reconhecimento e o *status* da indústria pela sua importância na economia, geradora de riquezas, recriando uma outra imagem em oposição àquela de inferioridade e marginalidade na esfera das atividades produtivas.

Adotou-se um novo discurso, uma postura mais agressiva, uma nova concepção do papel da indústria com “[...] responsabilidades sociais e deveres para com a comunidade”,⁷⁷² voltado para os interesses coletivos, nacionais, sobrepondo-se aos interesses individuais avançando na aquisição e no processo de auto-consciência. No entanto, afirma Diniz:

Por outro lado, é preciso não exagerar a capacidade então alcançada pelo empresariado industrial de pensar e agir em função dos interesses do conjunto do

⁷⁶⁸ Cf. DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

⁷⁶⁹ Ibidem.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 238-9.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 227.

⁷⁷² Ibidem, p. 240.

setor. A prática da conquista de vantagens individuais persistiria. Nem sempre os industriais enquanto grupo se revelariam capazes de incorporar a problemática das alianças com outros setores sociais relevantes à sua lógica de atuação. O movimento protecionista dos anos trinta ilustra, [...], a coexistência de formas coletivas e individualizadas de comportamento. O predomínio destas últimas reforçaria por vezes o isolamento dos industriais, provocando retrocessos em seu esforço de alterar em seu benefício a hierarquia de prioridades. Entretanto, não temos aí um indicador de ausência de ação coletiva, pois não são formas de conduta excludentes.⁷⁷³

O importante, continua dizendo a autora, é ressaltar a força crescente do setor empresarial enquanto grupo, com uma consciência cada vez mais clara de seus objetivos e interesses específicos e gerais. O grupo, neste período de transição de um sistema político como também de uma economia agrária e exportadora para uma economia de industrialização, aparecia com uma certa visibilidade, consolidação e identificado com seus propósitos e funções específicas.

A fragilidade política do empresariado industrial, de acordo com Diniz, foi sua incapacidade de soltar-se de seus interesses particularistas e de cunho corporativo, escapando de sua visão a presença e a força de outros atores sociais na esfera pública e política. Por isso, perdeu muito em vários e possíveis pactos políticos em favor de medidas de seu interesse.

Não obstante, sua atuação e organização são visíveis e foram fundamentais para a “[...] redefinição dos objetivos não negociáveis do sistema capitalista que então se implantava, [...] e a expansão dos setores produtivos novos”.⁷⁷⁴ Segundo Diniz:

[...] esta elite industrial, expressão de um setor, cuja concentração aumenta com o surto industrial dos anos trinta, revelaria, [...], certa capacidade de articulação e de pressão, além de um grau significativo de unidade de ação, através de alguns de seus órgãos de classe, como as federações industriais de São Paulo e de Minas Gerais, a Confederação Industrial do Brasil, depois Confederação Nacional da Indústria, entre outros.⁷⁷⁵

As federações, confederações, associações, conselhos, entidades vão se multiplicando⁷⁷⁶ e diversificando, tendo à frente lideranças expressivas e participativas no âmbito do governo, junto aos conselhos econômicos, buscando uma atuação política e econômica efetiva e “[...] conjunta na defesa de alguns valores e objetivos do grupo”.⁷⁷⁷

Para tanto, o empresariado buscou recursos, mecanismos e instrumentos, ou seja, adotou e usou de certas práticas políticas.

⁷⁷³ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 241.

⁷⁷⁴ Ibidem, p. 296.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 284.

⁷⁷⁶ Devido ao grande número das mesmas torna-se impossível referendá-las e são prescindíveis em nosso estudo.

⁷⁷⁷ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 285.

A ação do empresariado na década de 1930 é política, quando se observa a concretização dessas ações praticadas pelo setor *perante* o Estado. Os exemplos que aqui poderíamos citar são inúmeros, o que se torna inviável e cansativo.⁷⁷⁸

Selecionamos, portanto, apenas alguns para ilustrar. Como resultado dessas ações como práticas políticas, ressaltamos, primeiramente, a mudança do eixo da economia brasileira, de agrária para industrial, influenciando, portanto, nos rumos da economia nacional⁷⁷⁹.

Outra destas práticas políticas é a “prática de negociação”, da “representação direta” entre o governo e o setor privado.

De acordo com Diniz, a prática da negociação possibilitaria “oportunidades de articulação de alianças”,⁷⁸⁰ o que poderia também transformar “[...] o aparelho burocrático do Estado em campo privilegiado de redefinição de alianças políticas”.⁷⁸¹

A prática das alianças, portanto, foi usada pelo empresariado industrial com as elites tradicionais dominantes como tática política para conseguir demandas mais imediatas ou até mesmo parciais ou setoriais.

Para obter ganhos e/ou barganhas o setor privado deveria submeter-se, primeiramente, ao poder estatal e aceitar as regras do jogo. “A influência dos grupos privados se faria exercer pelo acesso às instâncias decisórias inferiores, para onde fariam convergir o peso de sua atuação”.⁷⁸²

Dessa forma, o empresariado industrial teve participação ativa, encaminhando suas demandas e questões de acordo com seus interesses e objetivos específicos.

Semelhante à Diniz, Boschi escreve que o sistema de barganha entre os setores público e privado, neste tipo de relação política, pode gerar custos e benefícios para os envolvidos, apesar da assimetria nos vínculos. Segundo Boschi:

[...] embora o Estado ganhe em termos de autonomia decisória, com a fragmentação, ele perde em termos da capacidade de coordenação e em termos de implementação de políticas econômicas globais. Para o setor privado, por outro lado, pode haver ganhos em termos da garantia das demandas setoriais, simultaneamente com as dificuldades de acesso aos núcleos centrais de poder, além de se tornar mais difícil uma ação concertada por parte da classe empresarial como um todo.⁷⁸³

⁷⁷⁸ Cf. DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit.

⁷⁷⁹ *Ibidem*, p. 283.

⁷⁸⁰ *Ibidem*, p. 286.

⁷⁸¹ *Ibidem*, p. 286.

⁷⁸² *Ibidem*, p. 287.

⁷⁸³ BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia*. hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Op. cit., p. 35.

Nesse sentido, a prática de redes apresenta-se como um poder de força, um trunfo para o setor empresarial e privado frente a um Estado fragmentado e diferenciado. O acesso às agências ou órgãos do aparato estatal era, portanto, fundamental para a concretização dos interesses do grupo. Com essa prática política, o grupo empresarial era capaz de “[...] atenuar ou até mesmo anular os efeitos das decisões tomadas por uma dada agência, acionando as redes e suas conexões com outras agências da burocracia pública”.⁷⁸⁴

Caso não tivessem usado esta via de acesso, muitas metas e/ou propostas e/ou valores não teriam sido introduzidos na discussão política ou teriam sido descartados com facilidade pelos setores tradicionais de oposição. Escreve Diniz:

Uma das conseqüências básicas da atuação do setor industrial seria, [...], a visibilidade crescente dos interesses industriais dentro de determinadas agências de decisão governamentais acompanhando o deslocamento progressivo do eixo da economia do pólo agrícola para o industrial.⁷⁸⁵

A ação coletiva era acionada nos momentos mais agudos, quando buscavam as prioridades de seus interesses, como, por exemplo, na campanha contra o livre comércio, tendo em vista que defendiam uma política protecionista.⁷⁸⁶

Havia também a prática da ação individualista pelas empresas com o intuito de pressionar as autoridades. Conforme Diniz,⁷⁸⁷ esta prática individual ou isolada, permitia solução mais rápida ou imediata, no entanto, reforçava a falta de união da categoria e acarretava um retardamento no processo de organização como um grupo de poder de pressão para as mudanças.

Ainda, essa prática adiava o enfrentamento do grupo empresarial com o grupo dos proprietários rurais àquela época, prolongando uma aliança desde o início da formação do grupo empresarial, o que atrasava ou entravava a diversificação econômica e, portanto, os interesses do próprio empresariado.

No entanto, houve uma mudança nessa prática individualista. De acordo com Diniz: “A partir de meados da década de vinte, observa-se uma certa mudança no sentido de uma percepção menos particularista [...]”.⁷⁸⁸ A citação refere-se ao caso específico da tarifa defendida pelo empresariado como um mecanismo de proteção para o setor.

⁷⁸⁴ BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia*. hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Op. cit., p. 35.

⁷⁸⁵ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 287.

⁷⁸⁶ Ibidem.

⁷⁸⁷ Cf. Ibidem.

⁷⁸⁸ Ibidem, p. 118.

A partir daí, continua a autora dizendo que o empresariado começou a ruptura de um comportamento dependente e subordinado, porque usava até este momento, apenas algumas brechas possíveis no sistema para reivindicar ou defender seus interesses. Esse comportamento revelava, ainda, uma falta de perspectiva própria ou capacidade de uma organização mais coesa e de unidade do grupo empresarial.

Uma ação coletiva representava um peso maior de poder de pressão, bem como o conjunto dos interesses e objetivos do grupo como um todo. Nesse sentido, o empresariado foi organizando-se:

A evolução para uma posição mais independente revelou-se, no que refere à questão do protecionismo, por uma nova colocação da questão tarifária, *substituindo-se a procura de solução para cada caso particular pela demanda de reformulação global da política tarifária* e sobretudo pela inserção da reforma aduaneira como um aspecto da protecionista que, segundo a ótica dos interesses industriais, deveria fazer parte do programa de governo para conduzir a recuperação econômica do país de forma a consolidar e expandir a indústria local. *Impunha-se como providência inadiável que o Estado Nacional assumisse o protecionismo como parte de uma nova orientação em matéria de política econômica.*⁷⁸⁹

Essa citação exemplifica uma ação política voltada estrategicamente ao Estado e não mais atendendo somente os casos domésticos, isolados ou particulares e, sim, a todo um conjunto de atores em um nível mais amplo, ou seja, nacional.

O importante, ressalta-se, como ação e prática política,⁷⁹⁰ é a organização perante o poder estatal. Caso houvesse resultado, esse seria para todos, em um âmbito mais amplo, em forma de lei(s) ou medida(s) instituídas pelo Estado. Caso não, a ação e a prática política por meio da organização foi realizada frente ao governo institucional, o que não impede de continuar sendo uma ação política da mesma forma, ou seja, independente do resultado.

Lembramos que no início desse capítulo, Diniz já havia citado que as demandas podem exigir tanto um período curto como longo.

O empresariado, parece-nos, começou a refletir sobre a diferença da necessidade de uma ação coletiva para a conquista de interesses do grupo sobrepondo à ação individual ou particularista. A pressão de uma ação coletiva frente às instâncias de poder possui maior força para uma mudança em forma de lei para garantir as conquistas de qualquer categoria, cuja garantia abrange e beneficia todos os membros e não somente uma ou algumas apenas. Ainda, as garantias por meio das leis protegem e protegem os direitos conquistados, não ficando o grupo à mercê da vontade aleatória ou arbitrária do poder institucional.

⁷⁸⁹ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 118 (grifos nossos).

⁷⁹⁰ Sobre o significado de ação e prática política abordamos com maiores detalhes nos capítulos 11 e 12.

Como forma e resultado da prática política ainda, a participação e atuação nos Conselhos Econômicos no âmbito do governo possibilitavam ao empresariado divulgar e decidir sobre demandas específicas e servia de canal de expressão da sociedade na qual viviam.

Segundo Diniz, a partir de 1937, por exemplo, os grupos privados teriam, por meio desta prática, a principal via de acesso ao poder político instituído. Eram, portanto, porta-vozes de outros grupos na defesa e conquista de seus objetivos. Enfatiza Diniz:

[...] no Conselho Federal do Comércio Exterior, os industriais conseguiram a aprovação de uma série de propostas relacionadas à defesa do mercado interno para a indústria local, tais como recomendações de aumento de tarifas, projetos de regulamentação de determinadas áreas, como a de produção e comercialização da carne para fazer face à ação dos grupos estrangeiros nesse setor ou ainda pareceres favoráveis a medidas de expansão do crédito industrial.⁷⁹¹

E, a exemplo dessas, seguem inúmeras medidas, propostas e projetos aprovados que se tornaram leis em âmbito nacional, não só para os industriais, como também para outros(as) empresários(as) com atividades econômicas diversificadas.

Como prática política também, podemos citar a ideologia industrialista removendo os valores tradicionalistas dominantes do grupo agro-exportador, promovendo a iniciação do processo de modernização no país e a busca de uma identidade nacional. Não significa, contudo, que tinham uma ideologia nacionalista, caso seja entendida como contrária ao capital estrangeiro. Afirma Diniz:

Opondo-se ao liberalismo econômico, os industriais rejeitariam o Estado gendarme, cujo absentismo seria associado à supremacia dos interesses oligárquicos. [...] este tipo de Estado seria visto como baluarte do anti-industrialismo, impondo-se, portanto, sua substituição por um novo tipo de Estado mais consentâneo com as aspirações dos grupos identificados com a “nova era que se abria para o país”. *Tais pontos seriam enfatizados na retórica desenvolvida pelos porta-vozes do empresariado para a defesa dos interesses específicos do setor.* Assim, criticando embora a centralização política, solicitariam o fortalecimento do Estado, a fim de aumentar o controle sobre áreas consideradas estratégicas para a consolidação e expansão da atividade industrial, tais como o comércio exterior, a política tarifária, a política cambial, a defesa do mercado interno contra a concorrência dos produtos e capitais estrangeiros, a captação de recursos para assegurar a expansão da empresa privada, a integração do mercado interno, a criação de uma infra-estrutura básica, envolvendo o aperfeiçoamento do sistema de transportes, a remodelação do sistema creditício, [...].⁷⁹²

⁷⁹¹ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 289.

⁷⁹² *Ibidem*, p. 290-1 (grifos nossos).

Observa-se que na citação acima, as medidas propostas envolviam todo o comércio, com conseqüências para toda a categoria em geral e não apenas para um setor específico.

E, ainda, enfatizamos, eram medidas e propostas estrategicamente orientadas ao Estado. Como exemplos, ainda, citamos a representação da categoria empresarial em órgãos regionais e/ou nacionais como prática política. Essa mostrou-nos a influência exercida, a participação efetiva no controle junto aos órgãos de decisão, responsáveis pela elaboração e implementação de medidas de regulamentações e direcionamento na economia do país. Esses órgãos serviam de vias de acesso ao exercício de práticas e ações políticas, as quais apresentaram-se e apresentam-se até hoje como brechas na conquista de espaços e participação política nas relações de poder.

Como práticas políticas, ainda, acrescentamos um repertório de recursos adotado pelo empresariado em sua atuação: o uso de jornais, cartas, revistas, folhetos, críticas, pronunciamentos ou debates, discussões, discursos, entrevistas, conferências, eventos, congressos, representações e encontros com autoridades públicas, todos usados como formas de acessibilidade ao poder central. Exemplificando:

[...] o alvo da atuação da cúpula empresarial, através das campanhas empreendidas, dos discursos, pronunciamentos públicos e entrevistas, seria o combate ao antiindustrialismo, ainda bastante presente ao nível dos valores que informavam a opinião das elites nos vários setores de atividade.⁷⁹³

Porém, lembramos novamente, nem todas as tentativas de mobilização das lideranças significavam ou significa a concretização de resultados. O que realmente queremos ressaltar é a forma com que as práticas políticas eram exercidas:

[...] o acionamento dos meios de informação, o extravasamento das discussões para a imprensa, saindo do âmbito da burocracia e do congresso, permitiria ao grupo uma forma de acesso à opinião pública⁷⁹⁴ no sentido de procurar diversificar o apoio às propostas industrialistas. Contrastando com o padrão de negociação intra-muros então dominante, a oposição dos industriais à aprovação do tratado contribuía para aumentar a visibilidade do grupo, dos principais itens de seu programa, além de reforçar suas demandas de participação no processo decisório.⁷⁹⁵

O primeiro Congresso, por exemplo, realizado pelo empresariado, intitulou-se “1º Congresso Brasileiro de Economia” e foi realizado entre novembro e dezembro de 1943.

⁷⁹³ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 109.

⁷⁹⁴ A definição de opinião pública segundo Habermas, “[...] refere-se a atitudes de pessoas como um ponto de convergência quando elas são membros do mesmo grupo social”. (HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 280).

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 131.

Outra forma de repertório era a representação classista nas Assembléias, a exemplo de Horácio Láfer, que em 1933 defendeu “os anseios dos grupos empresariais”⁷⁹⁶ em uma Assembléia Constituinte.

Foram criados, ainda, vários Conselhos Técnicos, sugeridos dentro dos Congressos, os quais funcionavam “[...] junto aos Ministérios, prestando assessoria ao legislativo e ao executivo. Destes Conselhos fariam parte representantes das associações de classe, ao lado de quadros técnicos, escolhidos entre pessoas de notável saber”,⁷⁹⁷ aprovados em Assembléia por meio de emendas.

Esses conselhos técnicos foram criticados devido à sobreposição da natureza política, característica da “[...] democracia representativa [...] na deslegitimação do político e valorização do técnico, [...]”⁷⁹⁸.

Portanto, não havia mediação política ideológica, mas, sim, técnica, primando pelos “[...] interesses de consolidação do capitalismo industrial no país”,⁷⁹⁹ apenas. Como exemplo, citamos os órgãos econômicos: o Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, criado em 1934; o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda – CTEF, criado em 1937; a Coordenação da Mobilização Econômica – CME; a Comissão de Planejamento Econômico – CPE e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC, os quais eram, segundo Diniz, “[...] importantes organismos de natureza consultiva, integrantes do aparato burocrático estatal, montado entre 1930 e 1945”.⁸⁰⁰

Esses órgãos, afirma a autora, exerciam grande influência nas decisões econômicas governamentais, mesmo não possuindo função normativa. Elaboravam projetos ou anteprojetos de decretos, pareceres, davam sugestões e opinavam sobre os mesmos, encaminhando-os às esferas superiores de decisão. Nessa mesma direção, Boschi também afirma:

A principal mudança introduzida pela criação dessas agências foi a legitimação das negociações diretas entre o setor privado e a burocracia, minimizando, assim, a necessidade de outras mediações políticas. Embora positivamente valorizada pela classe industrial por implicar a conquista de um espaço política dentro da burocracia estatal, essa prática de negociações diretas também implicava a fragmentação [...]. A negociação direta maximizava as oportunidades de empresas individuais exercem

⁷⁹⁶ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 104.

⁷⁹⁷ Ibidem, p. 105.

⁷⁹⁸ Ibidem, p. 106.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 107.

⁸⁰⁰ Ibidem, p. 116.

(sic) pressão numa base individual, mas também favorecia um padrão de demandas particularistas e imediatas.⁸⁰¹

O Estado, dessa forma, exercia uma função regulatória, do ponto de vista autoritário. E impedia a organização fora dos limites de sua esfera em âmbito nacional e/ou internacional em relação a questões consideradas de maior relevância, as quais poderiam interferir no equilíbrio do poder estatal perante o cenário mundial. Um exemplo desta forma de controle em assuntos de interesses internacional foi o conflito sobre o “Tratado de Livre Comércio”, assinado pelo Brasil e Estados Unidos em 1935, entre o grupo empresarial e o Estado. Os empresários posicionaram-se contra o Tratado, adotando uma ação política embasada em severas críticas, porque este propunha a redução das tarifas sobre vários produtos americanos, o que afetaria e prejudicaria a competição no mercado interno. Em troca, os Estados Unidos isentariam produtos brasileiros como o café e a borracha. Venceu o governo.

Um outro exemplo para ilustrar a prática política usada nos órgãos estatais pelo empresariado foi o uso desse espaço por um representante como recurso na defesa dos interesses. De acordo com Diniz:

*Em parecer apresentado ao CFCE, em 1937, sobre as possibilidades da expansão da indústria no Brasil, Simonsen exporia mais uma vez a posição dos industriais sobre esta questão, desta vez falando como porta-voz efetivo do setor, uma vez que se baseava em inquérito levado a efeito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Criticando a omissão do governo quanto à formulação de um programa global de expansão econômica, condena o regime de liberdade de importações, “ao simples sabor de iniciativas individuais ou de interesses alienígenas, dilapidando-se o nosso fraco poder aquisitivo no pagamento de artigos estrangeiros de consumo imediato, de luxo ou de nenhuma reprodutividade para o país”.*⁸⁰²

Fica evidente a apresentação dos interesses em instâncias superiores após discussões e debates sobre o mesmo em congressos ou eventos. A posição de denúncia do empresariado por meio de um representante ou porta-voz mostra-nos uma postura de não aceitação ou comodismo em relação ao governo instituído.

As associações foram, desde o início da formação do empresariado, outra forma de organização, a exemplo da já citada “Associação Comercial de São Paulo”, uma das mais importantes do país e a “Associação Comercial do Rio de Janeiro”, com forte atuação na década de 1930. Ainda, escreve a autora que

⁸⁰¹ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Op. cit., p. 71.

⁸⁰² DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 119-120 (grifos nossos).

[...] tais órgãos funcionariam como canal de acesso do setor privado à esfera governamental, institucionalizando um novo estilo de participação, inaugurado a partir de 1930 e aperfeiçoado durante a vigência do Estado Novo. Este novo estilo, suprimindo os intermediários políticos, legitimaria a atuação direta dos interesses econômicos no interior da burocracia, generalizando a prática da negociação direta e fechada entre setores público e privado, vale dizer, afastando a interferência de setores mais amplos da opinião pública.⁸⁰³

Observa-se que apesar de o Estado possibilitar uma participação direta de atores sociais, no caso específico, do empresariado, esse não abria participação para todos os atores sociais, sendo estes considerados excluídos e aliados do processo decisório, que, aliás, era a maioria da sociedade civil. Havia, portanto, grande assimetria e hierarquia entre os que poderiam participar do debate político na época.

Participando ao nível de instâncias superiores, por exemplo, entre os dias 8 a 18 de dezembro de 1944, o Congresso Federal, de acordo com Diniz,⁸⁰⁴ dividiu-se em comissões com o objetivo de discutir os problemas e a política a serem enfrentados e adotados após a Segunda Guerra Mundial. Tinha-se como meta o fortalecimento do setor industrial nacional. Para tanto, o porta-voz do empresariado, Roberto Simonsen, dirigente de uma das comissões, apresentou e desenvolveu um tema sobre a “Planificação Econômica do Brasil no Setor das Atividades Industriais”.⁸⁰⁵ Sobre o mesmo tema foram apresentados vários trabalhos. E, confirma Diniz: “As conclusões da Comissão, que foram aprovadas pelo plenário, confirmaram os princípios aprovados no CNPIC”.⁸⁰⁶

A exemplo de autoridades representativas dos interesses do empresariado nas instâncias superiores, poderíamos citar vários casos, o que é dispensável no momento. Apenas para exemplificar, elegemos o discurso do Ministro Marcondes Filho, à época da inauguração da V Feira Nacional das Indústrias no dia 7 de novembro de 1944 em São Paulo, que “[...] pronunciaria um discurso, dando cobertura às reivindicações da liderança empresarial”.⁸⁰⁷

Na mesma direção, o Presidente Getúlio Vargas e o interventor de São Paulo, Fernando Costa, na época, reafirmaram “[...] os princípios defendidos pelo setor empresarial, citando os estudos em desenvolvimento no CNPIC, como um importante passo no sentido de criar as condições favoráveis ao fortalecimento econômico do país”.⁸⁰⁸

O empresariado buscava e defendia uma infra-estrutura necessária para seus interesses, condições de expansão da livre empresa e, portanto, do setor privado. Segue a autora que tais

⁸⁰³ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit., p. 116.

⁸⁰⁴ *Ibidem*.

⁸⁰⁵ *Ibidem*, p. 209.

⁸⁰⁶ *Ibidem*, p. 209.

⁸⁰⁷ *Ibidem*, p. 209.

⁸⁰⁸ *Ibidem*, p. 209-210.

pontos de vista foram defendidos, discutidos e levados, inclusive, para Conferências internacionais,⁸⁰⁹ ampliando a divulgação dos interesses das associações empresariais. No entanto, estes interesses não eram hegemônicos e sofreram grande oposição.⁸¹⁰

Também eram organizados movimentos, a exemplo da citação: “Simonsen chegaria [...] a liderar um movimento pelo planejamento da economia nacional, solicitando a intervenção estatal em benefício dos interesses industriais”.⁸¹¹

Havia, portanto, repetimos, uma grande diversidade de recursos nas práticas políticas, ou seja, do repertório usado pelo grupo empresarial, sendo desnecessário e impossível citá-lo todo. Os exemplos foram apenas para ilustrar que havia a prática política e como em alguns momentos a ação política foi concretizada por meio dessas práticas.

Por meio de uma análise mais global sobre a atuação e organização do empresariado, “[...] observa-se que o setor revelaria certa capacidade de articulação de seus interesses e certo poder de pressão junto aos centros decisórios”.⁸¹² Por meio das formulações de demandas, as quais eram direcionadas para os órgãos importantes e responsáveis no âmbito do Estado, sua influência tornou-se visível e concreta, “[...] através da elaboração de informações, identificação dos problemas e delineamento de alternativas de ação, [...]”.⁸¹³ O alcance da influência do empresariado nacional poderia ter sido bem maior, enfatizamos novamente, caso não fosse a visão parcial e um pouco restrita do grupo sobre as questões econômicas.

Após a exposição da organização, visibilidade e práticas políticas da categoria empresarial em âmbito nacional, passamos a essas mesmas considerações em âmbito estadual.

⁸⁰⁹ Como exemplo, Diniz cita a “[...] Conferência Internacional de Rye, em Nova York, que reuniu de 10 a 18 de novembro de 1944, homens de negócios de todos os países aliados para discutir os problemas relacionados com a passagem da economia de Guerra à economia de paz”. (DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Op. cit, p. 210).

⁸¹⁰ Segundo Diniz, a oposição aos interesses dos empresários deu-se em várias instâncias também, ou seja, na sociedade, no Congresso e a nível internacional. Como exemplo, a autora cita os editoriais e artigos publicados por Valentim Bouças, homem de prestígio e expressão do Governo ligado a órgãos federais e internacionais. Outro nome expressivo na oposição foi o de Octávio Gouvea de Bulhões, ligado ao Ministério da Fazenda. (Ibidem).

⁸¹¹ Ibidem, p. 108.

⁸¹² Ibidem, p. 149.

⁸¹³ Ibidem, p. 149.

CAPÍTULO 4

A ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO EMPRESARIADO ESTADUAL

4.1 O empresariado mineiro: organização e práticas políticas

“O equilíbrio – eis o traço característico da índole mineira e que é, ao mesmo tempo, sua glória e seu drama. Porque o equilíbrio exige esforço excepcional [...] Quem se coloca nos extremos conta com facilidades sedutoras, inclusive com a limitação, que seduz como a liberdade mas atrai como o abismo. No meio, há a pressão dos lados e surge a necessidade de reagir, de medir e de compor.”

Milton Campos.

Minas Gerais, por volta de 1930, apresentava um contexto também de transição, a exemplo do âmbito macro, ou seja, nacional. Com a ruptura do arranjo tradicionalista entre Minas e São Paulo⁸¹⁴ nesta época, a elite mineira aderiu à Aliança Liberal. Os mineiros sofreram grandes conseqüências políticas, tendo em vista “[...] que a oligarquia mineira perdeu a posição de ascendência que lhe era atribuída pelo arranjo interior”⁸¹⁵.

O poder estatal centralizador afetou as relações anteriores dos estados e, conseqüentemente, das elites regionais, portanto, de Minas Gerais também, ficando dependente do Governo Federal.

Segundo publicação do BDMG,⁸¹⁶ até à época da República Velha, Minas Gerais possuía formas pré-capitalistas de produção. No entanto, nos séculos XVIII e XIX já se percebia uma mentalidade empresarial entre o empresariado mineiro. “O número de

⁸¹⁴ Esse arranjo tratava-se da política dos estados que marcou o sistema de 1891, pelo qual Minas e São Paulo uniram-se para a disputa da presidência. Apresentavam um candidato que atendia aos dois estados, após um acordo prévio entre ambos e faziam com que os demais estados gravitassem em torno deles. Era um sistema federativo que se impunha pelo poder de forças, fechado e excludente. Esse arranjo, chamado de “café com leite”, foi rompido por São Paulo, o que levou as elites mineiras participarem da Aliança Liberal em 1930. (Cf. DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.).

⁸¹⁵ Ibidem, p. 22.

⁸¹⁶ BANCO de desenvolvimento de Minas Gerais. *Minas Gerais do Século XXI*. Uma visão do novo desenvolvimento. v. Especial. Op. cit.

profissionais liberais, que servem como variável explicativa da urbanização, e de fábricas, principalmente na indústria têxtil é semelhante em São Paulo e Minas Gerais do século XVIII”.⁸¹⁷

Comparando-se Minas Gerais e São Paulo, o último desenvolveu mais seu pólo industrial devido, dentre outras causas, ao fechamento da acessibilidade à terra, à entrada de milhares de imigrantes, já citado no capítulo anterior, ocasionando a formação da classe operária.⁸¹⁸

A visão acima se assemelha à de Dulci⁸¹⁹ ao dizer que houve uma desproporção no crescimento entre Minas Gerais e São Paulo, sobretudo na fase republicana devido, dentre vários fatores econômicos, à grande demanda de imigrantes europeus possibilitando o surgimento e a formação de mão-de-obra necessária, enquanto que em Minas Gerais existia ainda grande seqüela deixada pela utilização da mão-de-obra escrava nas relações de trabalho.

Em outro texto, Dulci⁸²⁰ continua afirmando que em um país como o Brasil, diferenciado internamente e com grandes desigualdades em seu desenvolvimento, apresenta estágios diferentes de modernização em seus estados e regiões. Assim, o avanço industrial ocorre em algumas regiões, vale dizer, favorece umas em detrimento de outras. Deve-se levar em consideração nessa disputa entre as regiões, seus recursos políticos e econômicos. O autor faz uma crítica à homogeneidade da evolução econômica no Brasil como um todo, ao atribuir representatividade do avanço industrial a São Paulo como um paradigma. Este foi um estado com condições singulares, específicas, em um determinado espaço e tempo, diferente portanto, da grande “[...] pluralidade de experiências regionais irredutíveis à via paulista”.⁸²¹

Além dessas diferenças, Minas Gerais apresentava, segundo Dulci, uma grande singularidade em relação à sua cultura política, a sua postura, atitudes, comportamento e orientações políticas: “[...] sugere-se na verdade a existência de uma subcultura política mineira, consistente com a idéia de um ‘caráter regional’.”⁸²²

⁸¹⁷ Cf. BANCO de desenvolvimento de Minas Gerais. *Minas Gerais do Século XXI*. Uma visão do novo desenvolvimento. v. Especial. Op. cit., p. 75.

⁸¹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁸¹⁹ Cf. DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.;

Idem. Empresariado e política em Minas Gerais. In.: *Revista do Departamento de História*. n. 10, Cadernos DCP – n. 8. (Número conjunto), Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1990.

⁸²⁰ Idem. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. ANPOCS. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

⁸²¹ *Ibidem*, p. 141.

⁸²² Idem. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit., p. 12-3.

Dessa forma, a “mineiridade” é dada como a subcultura política dos mineiros,⁸²³ cuja imagem foi difundida no próprio estado e fora de seus limites. Afirma Dulci:

Essa subcultura política, de acordo com os analistas da “mineiridade”, abrangeria diversos elementos, que convém sintetizar: 1. o apego à tradição, o senso de continuidade; 2. a valorização da ordem, da estabilidade, a prudência nas iniciativas; 3. o senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da história; 4. o centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo; a busca do meio-termo, da solução moderada; 5. o realismo, o pragmatismo, a acomodação às circunstâncias, associados à capacidade de transação, de acomodação de interesses; 6. a perspicácia, a habilidade, a paciência, como meios de lograr objetivos políticos a menor custo.⁸²⁴

As elites mineiras, continua dizendo o autor, cultivavam essa imagem demonstrando uma consciência da sua singularidade e especificidade, cuja “mineiridade” torna-se o Código e a concepção comum que as une. Assim, a “mineiridade” ajunta os indivíduos definindo seus critérios, sua identidade e ideologia.

Sobre o mineiro, Carvalho acrescenta que sob a aparência simples existe um caráter complexo. E ainda: “Apresenta singularidades que só se explicam pela persistência do sangue da mente indígena. Precauções, reservas, subtilezas, são notoriamente características do [...] mineiro”.⁸²⁵ A questão da influência do ambiente físico entre montanhas é um tema polêmico ao atribuir determinados caracteres inconfundíveis ao mineiro, provocando reações contrárias e críticas a esta concepção.

No entanto, Carvalho cita que devido a esse ambiente físico, desenvolveu-se a tenacidade dos mineiros “[...] para vencer os embaraços do meio, a pobreza das minas e das terras agricultáveis”.⁸²⁶ Oliveira Vianna ao descrever as características do tipo mineiro ressalta que

[...] o mineiro pode ser considerado o francês do Brasil: poupado, seguro, extremamente parcimonioso, desprovido do gosto de especulação e da aventura, principalmente no campo da indústria. [...] é a sua tradição de “gente gaveteira”. [...] Vejo-a aplicada a tantas localidades de Minas que quase sou levado a concluir que parece ser um traço comum do povo.⁸²⁷

⁸²³ Apesar do uso da “mineiridade” como característica do caráter dos mineiros, o autor Dulci ressalta em seu texto a grande complexidade e polêmica em torno desta, questionando, por exemplo, a abrangência da “mineiridade” entre os diversos grupos, entre as classes sociais, os limites geográficos e em termos da personalidade dos indivíduos. (Cf. DULCI, Otávio Soares. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.).

⁸²⁴ *Ibidem*, p. 13.

⁸²⁵ Cf. CARVALHO, Daniel de. *Formação histórica das Minas Gerais. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. 1956. p. 16.

⁸²⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁸²⁷ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História social da economia capitalista no Brasil*. Op. cit.; v. 2, p. 66.

O autor refere-se ao mineiro como “gaveteiro” no sentido de que este “guardava” ou “escondia” alguma coisa, porque no início do século XX, ou seja, por volta de 1920, Minas Gerais aparece com um parque industrial adiantado, cujo investimento de capitais ocupava o 6º lugar do Brasil mesmo não sendo a origem desses capitais totalmente mineira. Com a mesma percepção, outro autor, Prado Júnior,⁸²⁸ escreveu que Minas Gerais era a província mais avantajada devido à densidade demográfica, à abundância da matéria-prima local, à sua localização – afastada dos portos e, portanto, de isolamento – o que ajudou no florescimento do comércio.

Após o estudo dessas raízes, o que não propomos aprofundar,⁸²⁹ Dulci aponta a prática política da conciliação ou consenso como o “cerne” da “mineiridade”.

Ressaltamos, entretanto, que a cultura política ou a subcultura política são mutáveis e não atributos fixos, sendo passíveis de transformações de acordo com a sociedade, contexto histórico e interesses em jogo.

Amoroso Lima,⁸³⁰ por exemplo, afirmou que houve modificações no “caráter mineiro”, anteriormente baseado nas raízes do bandeirantismo e, depois, passou-se a uma cultura sedentária e tipicamente ruralista. “Em Minas, a mentalidade agrícola, do homem dos campos, prevaleceu sobre a mentalidade extrativa, do homem das minerações”.⁸³¹

A partir do desbravamento do território de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas em busca de ouro e, em conseqüência da fixação e estabilização do bandeirismo é que se formou Minas e a modelação da “mineiridade”.

Dentro da “mineiridade”, junto à concepção da conciliação, as elites mineiras incluíram em seus discursos a busca da liberdade e da ordem, cuja “[...] aspiração da liberdade terá sido a marca original dos mineiros, a julgar por sua história primitiva”.⁸³²

Assim é que o movimento da Inconfidência Mineira, esquecido propositalmente durante a época imperial, é retomado no início da República com o culto a Tiradentes, porque se fortalecia a idéia da liberdade, reforçava-se a identidade dos mineiros em formação, a idéia da ordem e da estabilização. Reforçava-se ainda um caráter conservador ao buscarem nomes de políticos que se destacaram durante o período imperial, como Bernardo de Vasconcelos,

⁸²⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit.

⁸²⁹ Para tanto conferir o texto citado de DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.

⁸³⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro, 1945 apud DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.

⁸³¹ *Ibidem*, p. 10.

⁸³² DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit., p. 14.

Honório Hermeto – Marquês de Paraná, ambos liberais moderados, de centro e, Teófilo Otoni, um liberal mais avançado.⁸³³

Continua afirmando Dulci que essas idéias eram divulgadas e estão registradas nos discursos e escritos de vários membros das elites mineiras dadas como responsáveis pela formulação da identidade política mineira. Como exemplo, o nome de João Pinheiro é citado por ser considerado precursor da República e do culto a Tiradentes. João Pinheiro ressaltava o lema positivista da “Ordem e Progresso”, conjugando os valores da tradição – Ordem e Liberdade – com o Progresso, dando início às medidas necessárias na esfera econômica. João Pinheiro, portanto, foi o pioneiro na visualização para outro estágio econômico, qual seja, o urbano-industrial: “Expressa um novo momento de consciência das elites mineiras, que já se propunham o problema de ajustar a estrutura vigente às novas demandas da acumulação de capital [...]”.⁸³⁴

Outro nome citado por Dulci é o de Milton Campos, autor da epígrafe deste capítulo, que ressalta e valoriza a auto-imagem do estado de Minas Gerais, a “tradição mineira”, o papel de centralidade, o equilíbrio, a moderação, a exemplo de Vasconcelos e Honório – Marquês de Paraná, publicando, inclusive, um ensaio político em 1927.

Um outro fator buscado para a construção da identidade e da formação da “mineiridade” foi o papel do estado de Minas Gerais por sua localização geográfica. Por ser um estado central, tem fronteira com todas as regiões do país, ou seja, com o Nordeste, Leste, Oeste e Sul, sendo um ponto de ligação entre todas. Afirma Dulci:

Essa posição singular lhe atribuiria um papel político especial: o papel de unificação inter-regional, de conciliação de interesses, projetando-se nacionalmente a perspectiva mineira do equilíbrio entre a Ordem e a Liberdade. Tal visão conferia à elite mineira elementos sólidos para justificar o peso de Minas no sistema nacional, sua situação privilegiada no condomínio dos grandes estados em que se constituíra o arranjo federativo.⁸³⁵

Esta idéia da localização estratégica de Minas Gerais foi abordada também por Carvalho,⁸³⁶ reforçando que o estado de Minas Gerais é o mais brasileiro de todos os estados. Na encruzilhada entre os pontos do Brasil desenvolve um papel de moderação e de equilíbrio. O mineiro, segue o autor, é conhecedor da opulência e da pobreza, convivendo e vivendo com

⁸³³ Cf. DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit.

⁸³⁴ Ibidem, p. 21.

⁸³⁵ Ibidem, p. 20.

⁸³⁶ Cf. CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit.

e como pobres e ricos e escreve: “O equilíbrio nas idéias e sentimentos domina o planalto mineiro, de onde se pode divisar com imparcialidade e clareza os problemas nacionais.”⁸³⁷

Em outro trabalho, Dulci⁸³⁸ afirma novamente que os mineiros, após a centralização, buscaram uma estratégia política, um “*modus vivendi*” para conviver com o governo estatal.

Afirma o autor que “[...] as elites mineiras esperavam que de tal alinhamento resultassem vantagens para elas mesmas e para o Estado. Jogava, portanto, com o fator geopolítico para maximizar a sua posição de poder”.⁸³⁹

Assim, a tônica daquele momento era ter que agir politicamente para a obtenção de vantagens econômicas.

Dentro desse contexto, o empresariado mineiro: “[...] surgiu como vertente da própria oligarquia tradicional, vinculando-se a esta por laços de família ou de clientela. Ocorreu um processo de diferenciação funcional no âmbito da elite, o que viabilizou a recomposição de interesses”.⁸⁴⁰

Pela capacidade de modernização e percepção da necessidade de abertura à expansão urbano-industrial, o que gerou novos interesses, houve uma junção ideológica das elites mineiras caracterizada por grande homogeneidade. Assim é que a tradicional oligarquia⁸⁴¹ abre-se à parceria do empresariado mineiro que surgia e estava em ascensão.

A transição neste período, portanto, ocorreu sem grandes traumas entre as elites, distinguida por uma atitude de conciliação entre os seus setores. As divergências foram superadas em razão dos interesses fundamentais que passaram a serem comuns às mesmas.

Segundo Dulci: “Tratava-se para elas de consolidar seu poder de barganha na nova situação, o que significa abrir acesso privilegiado ao centro político”.⁸⁴²

Observa-se que a barganha, prática política recorrente do empresariado nacional no início de sua formação, era também praticada a nível regional. As elites mineiras, incluído aí o emergente empresariado, percebiam a necessidade de união das diversas facções para garantir o lugar, a influência de Minas Gerais junto ao poder estatal nacional, como abrir canais de acesso para a defesa de seus interesses.

⁸³⁷ CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Op. cit., p. 29.

⁸³⁸ Cf. DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit.

⁸³⁹ *Ibidem*, p. 149.

⁸⁴⁰ *Ibidem*, p. 25.

⁸⁴¹ Não é nossa proposta abordar o processo político institucional da elite política mineira, inclusive, já com muito estudo e grande produção acadêmica. As referências que usamos foram apenas as necessárias para a contextualização da formação do empresariado mineiro.

⁸⁴² DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit., p. 23.

Assim, a categoria empresarial estadual adotou as mesmas práticas do empresariado nacional em relação ao poder estatal.

Nos dois planos, vale dizer, nacional e estadual, a partir de 1930, o discurso era a necessidade da consolidação da “[...] estrutura urbano-industrial às expensas do antigo modelo agro-exportador”.⁸⁴³ Portanto, semelhante à esfera nacional, já visto, as mudanças ocorriam também a nível estadual, refletindo e implicando em mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. E, a partir da primeira metade do século XX, as elites mineiras, ou seja, as elites políticas e econômicas, resolveram abrir e incrementar a industrialização em Minas Gerais.

Desta forma, o empresariado de Minas Gerais está intrinsecamente atado às mudanças ocorridas neste período, porque:

Teve início então uma seqüência de medidas desenvolvimentistas, caracterizando *uma ação deliberada do poder público, combinado com o empresariado regional*, para promover um novo e mais consistente esforço de industrialização. Sucessivamente, cada administração estadual assumiu e ampliou essa política.⁸⁴⁴

Também nesse momento, a prática política usada pelas classes dirigentes, tanto econômicas – o empresariado, como políticas, ou seja, os dois maiores partidos da época – PSD e UDN, foi a mesma, tendo em vista a igualdade das perspectivas, dos objetivos e a necessidade de “[...] assegurar o ‘interesse estadual’.”⁸⁴⁵

Em decorrência disso, temos a característica da homogeneidade das elites mineiras e a imbricação do empresariado e da elite política. A coesão, o consenso estratégico adotado pelas elites mineiras e dos próprios partidos políticos foi a prática política usada para preservar a identidade, o papel de sujeitos políticos e a manutenção das vias de acesso ao poder central para garantir seus interesses, posição e prestígio. Afirma Dulci:

O sólido e incontestado domínio exercido pelas elites mineiras em seu próprio território conferia-lhes um grau de prestígio nacional que não pode ser ignorado. As bancadas mineiras dos grandes partidos, excetuando o PTB, eram as maiores da Câmara dos Deputados. [...] Todos os governos federais do período incluíram no ministério representantes mineiros dos grandes partidos.⁸⁴⁶

⁸⁴³ DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit., p. 23.

⁸⁴⁴ Ibidem, p. 24 (grifos nossos).

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 25.

⁸⁴⁶ Ibidem, p. 26.

À época, existiam quatro partidos políticos: o PSD, UDN, PR e PTB, este último com presença do trabalhador mineiro, mas, ainda, de peso menor e com acordos de interesses com o PSD, conforme as projeções do então presidente Getúlio Vargas. Apesar da existência de quatro partidos, nem o PTB fugia do “[...] padrão clássico da política mineira”.⁸⁴⁷

Dentro desse cenário, com um enfrentamento às mesmas exigências da economia nacional e globalizada, do discurso frenético sobre a necessidade da modernização pela via industrial-urbana, a capital do estado de Minas Gerais – Belo Horizonte – passava, também, por mudanças, o que tratamos na seqüência.

4.2 Empresários modernos: construtores da modernidade em Belo Horizonte e suas práticas políticas

“Os sinais da modernidade espalham-se contraditórios e ambíguos pela terra mineira. [...] Trata-se de um processo mais amplo e denso que a simples aglomeração demográfica. É processo de enriquecimento dos padrões construtivos, da ampliação de serviços e equipamentos urbanos, de incremento da sociabilidade e das relações simbólicas.”

João A. de Paula.

Nesse contexto de mudanças de mentalidade, de uma economia agrário-exportadora para uma urbano-industrial, a capital do estado de Minas Gerais – Belo Horizonte – também refletia as incertezas e as mudanças do momento e, a nosso ver, serve de exemplo para as outras cidades mineiras.

Nossa referência à cidade de Belo Horizonte, neste momento, deve-se ao fato de que as tentativas para uma economia urbano-industrial atrelada à chamada “modernidade” em Minas Gerais pode ser percebida na referida cidade, cujas mudanças dependeram e iniciaram-se também com alguns empresários, portanto, com o empresariado mineiro.

Minas Gerais, especificamente, fez uso da influência de fatores políticos para o início do processo de modernização abrangendo três aspectos:

- a) a direção organizada do processo;
- b) a busca de consenso estratégico entre as elites nele envolvidas; e

⁸⁴⁷ DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. Op. cit., p. 26.

c) o uso de recursos políticos num cenário de competição inter-regional por decisões e meios de desenvolvimento.⁸⁴⁸

Desde o final do Império, a elite mineira tinha consciência do atraso econômico e social devido à estagnação, decadência e falta de articulação no interior do estado. O discurso do “progresso” influenciou os mineiros e, como exemplo citamos a rapidez com que se transferiu a capital de Ouro Preto para Belo Horizonte no limiar do século XX. Tal mudança tinha como objetivos a criação de um centro político novo e dinâmico que promovesse o progresso e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.⁸⁴⁹

Sobre tal projeto, além de uma visão semelhante, Paula revela-nos algumas de suas falhas:

[...] a construção de Belo Horizonte, [...] é de um lado, símbolo do mais atualizado da arquitetura e urbanismo modernistas e, de outro lado, a reposição do velho padrão excludente, à medida que o plano, a cidade planejada e higiênica, nascida da razão positivista e republicana de seus construtores, interditou o espaço urbano aos pobres, à presença popular.⁸⁵⁰

A construção de Belo Horizonte sintetizava o processo da modernidade em Minas Gerais, fruto do avanço científico e da tecnologia, das inovações técnicas nas construções, no espaço urbano, na cultura e no vanguardismo na área artística como a música, o cinema, o teatro, a pintura, a literatura, a escultura etc. Ainda, nas práticas médicas, jurídicas etc. Segue o autor:

Cidade sintonizada com os novos termos da urbanização modernista – amplas avenidas, amplos espaços públicos, parques e jardins, espaços distribuídos funcionalmente. E, no entanto, por detrás desta fachada moderna, como um cenário de Potemkin, a mesma continuidade da exclusão, os pobres interditados, a terra urbana privatizada e concentrada, a velha sonegação de direitos sociais que acompanha, como uma sombra, a luz, por vezes intensa, da modernidade mineira. Retrato fiel e expressivo dos dilemas históricos do país.⁸⁵¹

Assim, apesar de todos os avanços, do dinamismo cultural e econômico e, inclusive precoce na modernização da estrutura urbana, da iniciação da formação de uma sociedade civil autônoma baseada nas interações sociais, a modernidade mineira foi limitada. A estrutura social reproduziu a exclusão, a econômica permaneceu dependente e a cultural não

⁸⁴⁸ DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit., p. 143-4.

⁸⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁸⁵⁰ PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 56.

⁸⁵¹ *Ibidem*, p. 57.

forjou uma visão popular e nacional. Por isso, “[...] a modernidade aqui não se fez instrumento emancipatório, democratizante”.⁸⁵²

A modernidade mineira, nesse aspecto, não fugiu do modelo modernizante existente no Brasil, ou seja, de um lado esmerou-se no visual, “[...] superficial e decorativo, aliando-se, de outro lado, com o mais conservador e arcaico das velhas estruturas oligárquicas que dominavam e ainda dominam o país”.⁸⁵³

O projeto da modernização mineira passou por dois momentos distintos. Explica-nos Dulci que, no primeiro momento, o projeto predominante foi o de uma economia sustentada pela agropecuária que servia de base a uma indústria já dinâmica. O segundo momento caracterizou-se por um projeto de especialização na produção. No entanto, reforça o autor, um projeto não exclui o outro e são, na verdade, duas alternativas que se relacionam a nível interno e nacional, apontando uma produção heterogênea e, inclusive, com influências diferentes na elaboração ou formulação de políticas.⁸⁵⁴

Segundo Dulci, os representantes da economia da agropecuária organizaram-se e apresentaram um canal de expressão ao realizarem o “Congresso Agrícola, Industrial e Comercial” em Belo Horizonte, em maio de 1903:

A reunião tinha como finalidade analisar a situação e definir caminhos para a “restauração econômica” do Estado, como especificava a Comissão Fundamental do Congresso em sua exposição prévia. Todos os setores de economia regional foram apreciados, do café às águas minerais, passando pela pecuária, laticínios, indústria têxtil, mineração, transportes.⁸⁵⁵

Observa-se a preocupação e a defesa de todos os setores econômicos de produção e não apenas do setor agrícola. Buscavam uma diversificação na produção, criticavam a orientação econômica clássica do livre-cambismo, a prática da especialização excessiva, ou seja, a monocultura como fator de vulnerabilidade para todos os negócios. A partir desse evento em Belo Horizonte, a defesa ao protecionismo ganhou forma e fez-se presente nos debates políticos sobre a economia durante anos. Esse congresso em Belo Horizonte teve grande repercussão dentro e fora de Minas Gerais. Ainda, a partir dele, a elite mineira ampliou estrategicamente seu espaço na esfera nacional e apresentou-se para a disputa à

⁸⁵² PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 56.

⁸⁵³ *Ibidem*, p. 56.

⁸⁵⁴ Cf. *Ibidem*.

⁸⁵⁵ DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit., p. 14.

Presidência da República.⁸⁵⁶ Teve início a política do “café com leite” com a indicação de Afonso Pena como candidato.⁸⁵⁷

Afirma Dulci que o outro momento que assinala o segundo projeto existente em Belo Horizonte à época, pode ser demarcado pela iniciativa de modernização e crescimento pela via industrial. Inicia-se, portanto, o processo de industrialização em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX.

Após 1930, já visto, o espaço político no plano federal para os estados foi reduzido, forçando-os a adequarem-se às orientações do centro, principalmente após 1937. Nessa conjuntura, a elite mineira, já dito, buscou estratégias políticas junto ao poder central com o objetivo de garantir benefícios tanto para a elite econômica como para a política.⁸⁵⁸

Na década de 1940, alguns projetos grandiosos foram concretizados pelos mineiros, os quais servem de exemplos para a inserção ao projeto da modernização urbano-industrial. Escreve Dulci que:

A partir de 1940, com o projeto da Cidade Industrial de Contagem – uma idéia inovadora para a época – o governo Valadares passa a apostar, para a retomada do crescimento, no estímulo à implantação de novas indústrias. Os efeitos dessa política foram lentos, porém consistentes, uma vez que ela foi mantida e aperfeiçoada pelos governos seguintes, independentemente de sua coloração partidária, caracterizando-se como uma espécie de eixo de continuidade e de consenso entre os diversos segmentos da elite.⁸⁵⁹

Apoiando o projeto da Cidade Industrial, o governo Milton Campos elaborou um plano de eletrificação em Minas Gerais para dar suporte às novas indústrias. Havia, portanto, um “Plano de Recuperação Econômica” em Minas Gerais com um ideal de combinar o crescimento da agropecuária com a industrialização.⁸⁶⁰

Na década de 1940, Belo Horizonte completava 50 anos e defrontava-se com uma realidade frustradora de que não havia conseguido realizar “[...] a promessa de liberdade republicana [...]”⁸⁶¹ e percebia uma mudança no significado do que era “moderno”. O

⁸⁵⁶ A presidência da República encontrava-se sob o domínio dos paulistas desde 1894.

⁸⁵⁷ Cf. DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit.

⁸⁵⁸ Cf. *Ibidem*.

⁸⁵⁹ *Ibidem*, p. 150.

⁸⁶⁰ *Ibidem*.

⁸⁶¹ RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 215.

significado de moderno, segundo Rodrigues, Simões e Esteves⁸⁶² à época de Aarão Reis, prefeito de Belo Horizonte, significava civilização, onde urbanidade e polidez correspondiam a um comportamento civilizado. A sociedade projetada seria esclarecida, com indivíduos autônomos ou independentes, cultos e acomodados. A representação do progresso civilizador eram as ferrovias, cujo processo iniciou-se com a “[...] inauguração do ramal férreo de Belo Horizonte, em 7 de setembro de 1895[...]”⁸⁶³.

Essa inauguração trazia em seu bojo um significado bem mais amplo, ou seja, “[...] corresponde o lançamento das pedras fundamentais do Palácio do Governo, da Secretaria do Interior e da Praça da Liberdade, vale dizer, do próprio centro difusor do processo civilizatório na capital mineira”⁸⁶⁴.

No entanto, essa imagem de uma cidade civilizadora sustentada pelos trilhos de ferro foi engolida por novas idéias que passavam por cima de todos os ideais, projetos e objetos que obstruísem seus avanços. A mudança ocorreu rapidamente. Em 1934 Belo Horizonte é citada em uma revista⁸⁶⁵ como uma cidade jardim e, em 1935, já aparecia na fase dos arranha-céus.

Conforme dados de Yves Leloup,⁸⁶⁶ em Belo Horizonte ocorreu uma “explosão urbana”. Em 1900 a população era de 8.000 habitantes; em 1940 evoluiu para 177.000 habitantes.⁸⁶⁷

Na década de 1940, o significado de “moderno” passou a ser “desenvolvimento econômico” e o que havia anteriormente foi considerado atrasado e não mais rústico ou bárbaro. O significado do moderno em Minas Gerais, segundo Miranda: “[...] incluía a racionalidade máxima da cultura e a vinculação do saber do artista ao processo de mudança socioeconômica em andamento, através de sua articulação com as forças institucionais da educação no âmbito da sociedade civil”⁸⁶⁸. Na mesma concepção acrescenta Paula:

⁸⁶² RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit.

⁸⁶³ Ibidem, p. 216.

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 216.

⁸⁶⁵ O CICLO do arranha-céu. *Revista Social Trabalhista*. Belo Horizonte. Veloso & Cia. 1947 apud RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra, ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 216.

⁸⁶⁶ FONTE: LELOUP, Yves. 1970 apud BANCO de desenvolvimento de Minas Gerais. *Minas Gerais no século XXI*. Reinterpretando o espaço mineiro. v II, Op. cit., p. 191.

⁸⁶⁷ Os dados seqüentes afirmam que em 1960, Belo Horizonte possuía 642.912 habitantes e em 1967 ultrapassou o número de 1 milhão, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, São Paulo e ao lado de Recife. (cf. Ibidem).

⁸⁶⁸ MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In: _____. (Org.) *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 269.

A modernidade significou a emergência de instituições, de valores, de concepções, de atitudes, de modos específicos de vivência do tempo, de apropriações do espaço, de produção e reprodução material, de organização da vida política, de vivências subjetivas, que redefiniram, de fato, o projeto civilizatório ocidental.⁸⁶⁹

A modernidade, portanto, tem implicações amplas e diversas e, por isso, torna-se necessário, segundo Paula, aglutinar alguns eixos para uma visão essencial do processo. Para tanto, estabelece quatro eixos: o primeiro é a instituição do “Estado Moderno”, com uma base de poder autônoma que aponta para a supremacia do interesse público em detrimento do privado; o segundo, refere-se ao “mercado” em relação à sua universalização, à sua consolidação hegemônica afetando todas as relações de trabalho, as relações econômicas, as relações com a natureza, enfim, todas as conseqüências da divisão técnica e social do trabalho; o terceiro eixo trata-se da “razão instrumental” weberiana, contribuindo decisivamente para a desconstrução de uma visão única e/ou determinista, metafísica. Assim, Weber autonomizou a ética, as artes, a ciência, provocando uma transformação cultural; o quarto eixo da modernidade implica mudanças nas mentalidades, nos costumes, na construção da individualidade, da subjetividade, da liberdade individual, da separação entre a esfera pública e a privada.

Ainda, segundo Paula, além desses quatro eixos que podem servir como critério na definição da modernidade, outras articulações também são possíveis. Citando Burckhardt,⁸⁷⁰ este privilegiou três fatores da modernidade, quais sejam, o Estado, a religião e a cultura. A cultura é dinâmica, isto é, transforma-se, e transforma o Estado e a religião, que são elementos estáveis. Escreve Paula:

Na proposta de Burckhardt, trata-se de pensar a modernidade como o resultado da ação da cultura sobre o Estado e a religião, bem como as interações das influências recíprocas, daí determinantes, e as maneiras como afetam os indivíduos e as coletividades.⁸⁷¹

Apesar de parecer unilateral como a idéia de “superestrutura”, baseada em Marx, esta concepção, enfatiza Paula, é de grande utilidade para a compreensão das “[...] especificidades da modernidade, tal como transplantadas e aclimatadas em Minas Gerais”.⁸⁷²

⁸⁶⁹ PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 15.

⁸⁷⁰ Cf. BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la história del mundo*. Trad. esp., Buenos Aires: El Ateneo, 1944.

⁸⁷¹ PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 17.

⁸⁷² *Ibidem*, p. 17.

E, sabemos dos inúmeros registros na imensa produção literária sobre a influência e transposição das idéias, da cultura da modernidade da Península Ibérica⁸⁷³ não somente para Minas Gerais como para todo o território brasileiro.

Além das sínteses expostas como um critério de aglutinação para fixar-se o essencial do projeto da modernidade, outro autor, Lalande,⁸⁷⁴ também citado por Paula, adotou a idéia de “sistema”. De acordo com Lalande, sistema é um “[...] conjunto de elementos, materiais ou não, que dependem reciprocamente uns dos outros de modo a formar um todo organizado”.⁸⁷⁵ Portanto, um sistema, enfatiza Paula, é formado por elementos materiais e não-materiais. Existem as idéias, a simbologia, os valores, os ideais, “[...] e, de outro lado, a idéia de sistema remete à interação recíproca, à múltipla fecundação, às referências cruzadas, à contemporânea idéia de ‘rede’.”⁸⁷⁶

Dessa forma, quanto mais elementos e mais inter-relações existirem em um sistema, mais rico e diverso este será. E, reforça Paula, “[...] trata-se de traçar genealogias do sistema estatal, cultural, religioso, urbano e monetário-mercantil, tais como vivenciadas em Minas Gerais”.⁸⁷⁷

Observam-se as diversas e inúmeras possibilidades de análises da modernidade e sua presença nos vários sistemas de uma mesma sociedade conforme a citação acima e, nesse caso, da sociedade mineira.

Assim, em Minas Gerais, além das mudanças nas esferas políticas e econômicas “[...] instauram uma nova ordem cultural na cidade [...]”,⁸⁷⁸ provocando discussões e debates entre variados atores sociais em torno das inúmeras transformações.

Paralelo às mudanças que ocorriam em Minas Gerais, a atuação de Juscelino Kubitschek frente ao governo de Minas foi decisiva para o rompimento do isolacionismo imposto pelo poder conservador ao Estado. Juscelino buscou a integração de Minas Gerais com outros avançados centros culturais, tanto dentro do país como no exterior.

A tentativa para colocar Minas Gerais à altura dos grandes centros fez com que Juscelino Kubitschek investisse agressivamente rumo à industrialização.

⁸⁷³ Cf. PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Op. cit.

⁸⁷⁴ Cf. LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e crítico de la filosofia*. Trad. esp., Buenos Aires: El Ateneo, v. 2, 1953.

⁸⁷⁵ *Ibidem*, p. 1223 apud PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 17.

⁸⁷⁶ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 17-8.

⁸⁷⁷ *Ibidem*, p. 18.

⁸⁷⁸ *Ibidem*, p. 269.

No mesmo sentido, Dulci⁸⁷⁹ cita que o plano de “energia⁸⁸⁰ e transporte” adotado por Juscelino Kubitschek alterava as orientações do “Plano de Recuperação”. Não significou a sua extinção, mas mudou-o significativamente em dois aspectos: a priorização em uma infraestrutura para dar sustentação ao desenvolvimento da industrialização e incremento em programas mais localizados ou específicos, em vez de planos globais. Assim, no lugar da expansão combinada da agricultura e da indústria até o momento, Juscelino trazia uma nova reinterpretação da política, porque “desenvolvimento” agora passava a significar “industrialização urbana”.

Na mesma percepção, segue Miranda: “Estava aberto o espaço para a entrada de novas idéias e formas visuais, que irão interagir com mudanças de comportamento nos hábitos locais, já ameaçados no seu conservadorismo pela construção da Pampulha, no início da década de 40”.⁸⁸¹

Também semelhantes às mudanças, os autores Rodrigues, Simões e Esteves,⁸⁸² ancorados em Holanda,⁸⁸³ referem-se à existência de uma pedagogia da prosperidade que apregoava a racionalidade e o método como fatores da ordem e do progresso em todas as esferas: políticas, sociais, econômicas e culturais, alterando, portanto, os costumes, os hábitos e construindo uma nova imagem da sociedade.

Voltando à Miranda, este chama-nos a atenção para a noção do significado de *moderno tardio* que não se trata apenas da “[...] constituição do Estado Nacional brasileiro, do ponto de vista de Belo Horizonte e, depois, do projeto que culmina com a construção de Brasília”.⁸⁸⁴ Segue o autor dizendo que se deve buscar a narrativa construída sobre a própria modernidade e destaca as dificuldades de sua conceituação como também da pós-modernidade e da tradição. Tais questões tornam-se ainda mais complicadas dentro do atual sistema da globalização.

⁸⁷⁹ DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit.

⁸⁸⁰ Foi criada, nesta época, a Central Elétrica de Minas Gerais – CEMIG, cuja importância na modernização de Minas Gerais foi muito maior do que a supressão de energia elétrica. Esta se transformou “[...] no alicerce de todo um sistema estatal de apoio à industrialização e de captação de investimentos privados”. (DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit., p. 153).

⁸⁸¹ MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In: ____ (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 269.

⁸⁸² RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit.

⁸⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992.

⁸⁸⁴ MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In: _____. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 269.

Miranda escreve que não devemos considerar a modernidade como homogênea para todos ou como se esta fosse um todo único, mas:

[...] interessa considerar os deslocamentos e agenciamentos de experiências do moderno como um espaço privilegiado para se investigar de que forma a emergência de novos valores culturais irá ampliar as alternativas de escolha e experimentação dos indivíduos e comunidades.⁸⁸⁵

Dessa forma, o autor privilegia a modernidade local, respeitando-se o contexto histórico e as transformações globalizadas em um lugar específico. Portanto, quando se acrescenta o adjetivo *tardio* ao moderno, significa ter que deslocar o seu significado e seu valor estabelecido, porque esse *tardio* encontra-se em outro tempo, em outro local e espaço, com possibilidades de narrativas diferenciadas. Reforçando essa postura, o autor Paula cita:

A modernidade como processo histórico, como etapa específica da trajetória histórica, abre-se em diversas dimensões, admite inúmeras caracterizações, periodizações, conceituações. Na verdade, é um processo aberto, pluridimensional, polissêmico. Considerada como processo cultural, tem diversas interpretações, considerada como fenômeno técnico-material, como fenômeno político ideológico, considerada como fenômeno religioso, considerada como fenômeno ético-comportamental, considerada como fenômeno econômico, como fenômeno geográfico-espacial, a modernidade tem sido a referência essencial de diversas disciplinas e campos teóricos, de variados matizes filosóficos-ideológicos.⁸⁸⁶

Sobre estas inúmeras possibilidades da modernidade apontadas por Paula, também Miranda ressalta a importância de levar-se em conta os valores, os diferentes objetos culturais ao reescrever-se a “[...] modernidade como uma globalização local [...]”,⁸⁸⁷ pois estes refletem previamente as diferentes formas de representações sociais e as reorientações ou mudanças nas práticas políticas, cujas formas,

[...] só podem ser percebidas quando se cruzam as fronteiras de um território – geográfico e disciplinar. Esse ponto de cruzamento ou intersecção revela que as identidades são sempre identidades virtuais, no sentido de [...] uma migração intermitente de sentidos e valores [...].⁸⁸⁸

⁸⁸⁵ MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In.: _____. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 270.

⁸⁸⁶ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 15.

⁸⁸⁷ MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In.: _____. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 271.

⁸⁸⁸ *Ibidem*, p. 271.

Na mesma direção Hollanda⁸⁸⁹ afirma que os estudos culturais são contextualizados socialmente e/ou institucionalmente e que estes possibilitam uma “[...] reorganização das fronteiras nacionais sob o impacto da globalização da economia e da cultura e com as novas formas de articulação da sociedade civil e seu diálogo com o Estado”.⁸⁹⁰

Nesse sentido, os diversos atores sociais em suas diversas categorias, devido às novas demandas culturais e econômicas globalizadas, buscam novas formas de ocupação nos espaços públicos com novas estratégias, práticas políticas “[...] para o efetivo reforço de poderes locais”.⁸⁹¹

As diferenças provocadas pela globalização em contextos específicos são e serão “[...] o eixo central do debate para a definição de políticas públicas, culturais e estéticas tanto locais quanto globais”.⁸⁹² Sobre a globalização ou as influências transnacionais que afetam as sociedades locais e para as quais devemos atentar, explica-nos Hollanda:

Falar de globalização, é, portanto, falar também sobre formas altamente específicas e culturalmente determinadas através das quais as populações locais interagem, freqüentemente *reagem* e continuamente *transformam* processos transnacionais. O que é muito atraente nesse caso é a percepção de que pensar a globalização é pensar tanto a *integração* quanto a *fragmentação*, é pensar tanto a *homogeneização* quanto a *diferenciação*.⁸⁹³

A globalização, com suas interferências locais provocam mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, forçando novas formas de interação entre indivíduos e instituições.

Nessa perspectiva, entendemos que ao tentarmos detectar as práticas políticas de uma determinada categoria, qual seja, o empresariado, situado em um território temporal específico, geográfico e normatizado, isto é, antes, localizado em um país, depois, no estado de Minas Gerais e, em seguida, em um local específico, Belo Horizonte, frente às mudanças do novo projeto de industrialização, modernização e globalização, atentamos às propostas defendidas por Miranda e Hollanda em relação à percepção da modernidade tardia, pelo menos em relação às práticas culturais políticas.

⁸⁸⁹ HOLLANDA, Heloísa Buarque. Políticas da produção de conhecimento em tempos globalizados. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit.

⁸⁹⁰ Ibidem, p. 349.

⁸⁹¹ Ibidem, p. 349.

⁸⁹² Ibidem, p. 349.

⁸⁹³ Ibidem, p. 346.

Semelhante a esses autores, Almeida, citado por Paula reforça: “Neste sentido, não há uma modernidade, mas diferentes modernidades a se sucederem num processo de reiteração e radicalização incessantes”.⁸⁹⁴

E, segundo Paula: “Daí que seja legítimo se falar numa ‘modernidade mineira’ e buscar fixar suas especificidades e limites”.⁸⁹⁵

Em decorrência surge também, a nossa tentativa de análise a partir da prática política de dois empresários, especificamente, no início da modernidade em Belo Horizonte frente às transformações advindas, abordados à frente.

Ressaltamos que não foi proposta deste trabalho dar conta de uma abrangência sobre todos os aspectos de mudanças da modernidade, devido, inclusive, à grande heterogeneidade e multiplicidade dos objetos culturais dentro de uma mesma sociedade, o que forçou-nos a selecionar e optar por um aspecto, qual seja, as práticas políticas. Ainda, devido à grande diversidade e pluralidade de sujeitos dentro da mesma sociedade, é impossível, da mesma forma, abordar todos os diferentes grupos, setores ou categorias. Daí, também, a necessidade de optarmos por uma categoria dentre tantas.

Assim, procuramos detectar as práticas políticas dos empresários em Belo Horizonte no início da modernidade. A ação da modernização penetrava em todos os setores econômicos, principalmente na indústria da construção civil, como também na vida das pessoas em todas as esferas.

Segundo os autores Rodrigues, Simões e Esteves,⁸⁹⁶ a modernização é assimilada como um processo “natural”, onde as pessoas tornam-se “manipuladas”, inconscientes, passando a representar determinados “papéis” ditados pela pedagogia do moderno e onde o sujeito é transformado em objeto. Além da visão de Dulci em relação aos dois modelos de projetos modernizantes para Belo Horizonte, ressaltamos a forma com que Rodrigues, Simões e Esteves também os perceberam. Desse modo, segundo esses autores, na década de 1940, Belo Horizonte encontrava-se na encruzilhada com dois modelos de modernização.

O primeiro modelo era representado pelo projeto de Aarão Reis, buscando implantar a modernização que já vinha desde o final do século XVIII, ou seja, um projeto civilizador que

⁸⁹⁴ ALMEIDA, Guido Antônio de. “Algumas Considerações sobre a Concepção Moral Cristã e a Modernidade Filosófica.” In: Síntese, Nova Fase, v. 18, n. 55, out/dez. 1991, p. 492 apud PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 22.

⁸⁹⁵ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. cit., p. 22.

⁸⁹⁶ Cf. RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit.

pretendia a formação do indivíduo para que este pudesse participar do mercado, do espaço público com seus produtos.

Reforçam os autores: “Entendida como processo civilizatório, esta vaga modernizadora que Aarão Reis buscava como modelo previa a formação de fabricantes sob uma rigorosa educação disciplinar para a fabricação”.⁸⁹⁷

Nesse modelo, apesar da crítica da modernização pelos citados autores acima, a mudança era menos assustadora ao possibilitar a participação e a criatividade do indivíduo no processo da fabricação e da luta no mercado de trocas.

O segundo modelo, também vindo do Ocidente, portanto, por influência da globalização, foi dado como “tardio” no Brasil.

Em Belo Horizonte, esse modelo foi representado por Ajax Rabelo e privilegiava o processo produtivo, as forças de produção e não mais a formação do indivíduo.

Nesse sentido, a crítica a esse modelo de modernização foi mais severa para aqueles que valorizavam e valorizam o ser humano ao invés dos ganhos da produção e do lucro. No entanto, sabemos também que grande parcela de indivíduos aprovava este último.

Entre os dois projetos, a resistência ao segundo modelo pelos autores Rodrigues, Simões e Esteves é nítida:

A diferença [...] residia no fato de que, neste momento, o fabricante abandona sua preocupação com os produtos para se dedicar aos instrumentos necessários para fabricá-los. Ocupam-no agora os problemas do consumo e da fertilidade, ou produtividade do trabalho, aproximando a fabricação da ordem dos ciclos naturais e abandonando progressivamente a arte e a maestria.⁸⁹⁸

Observa-se a ênfase na crítica à superação da formação do indivíduo, a qual possibilitava, ainda, criar e controlar seu produto.

Assim, Belo Horizonte convivia com estes dois projetos: havia aqueles que defendiam e se agarravam aos trilhos de ferro, os quais representavam o primeiro modelo e aqueles que acreditavam na superação dos trens pelas rodovias, representando o segundo modelo: o da industrialização e modernização.

O modelo modernizador teve como representantes e pioneiros dois grandes empresários: Juventino Dias que investiu nos trilhos, criando, inclusive, a “Central do Brasil” e outros empreendimentos, e Gabriel Andrade, na época, engenheiro em curso, que investiu e

⁸⁹⁷ RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 221.

⁸⁹⁸ *Ibidem*, p. 221.

acreditou nas rodovias, construindo e erguendo uma sólida estrutura que permanece até nossos dias – a Construtora Andrade Gutierrez.⁸⁹⁹

Esses homens foram considerados empreendedores, empresários modernos, a exemplo da figura e representatividade de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, considerado o primeiro empreendedor e empresário no Brasil, inclusive, já citado anteriormente neste trabalho, desejoso de construir um Brasil moderno a exemplo do modelo ideal da civilização européia. Nesse sentido, afirmam os autores:

Do ponto de vista deste legado europeu, a construção do moderno implica a emergência do empreendedor bem como a construção do espaço para a realização de seus empreendimentos: o mercado, tomando como lugar tanto de manifestações das individualidades quando de aperfeiçoamento moral.⁹⁰⁰

Portanto, no Brasil, em meados do século XIX, o projeto urbano-industrial ou o projeto civilizador moderno, em atendimento às mudanças que se operavam no sistema econômico capitalista internacional e nacional, iniciava-se com Mauá, no âmbito nacional.

Registramos inclusive, que Oliveira Vianna⁹⁰¹ denominou Mauá como o “primeiro empresário moderno” do Brasil e, a nosso ver, os primeiros empresários *modernos ao nível estadual*, do estado de Minas Gerais, foram Juventino Dias e Gabriel Andrade, de acordo com a literatura encontrada até o momento.

O projeto urbano-industrial teve seu início em Belo Horizonte por volta de 1940, quase um século depois do início na esfera nacional, ou seja, em 1850 com Mauá. Semelhantes a essa percepção, os autores Teixeira e Bueno reforçam que:

[...] houve grande investimento industrial do governo mineiro na adoção de uma política desenvolvimentista para Belo Horizonte, cujo resultado foi a criação de um pólo industrial diversificado próximo à capital. Para isso, foi criado, em 1941, a cidade industrial Juventino Dias, em Contagem, ao redor da capital.⁹⁰²

A partir daí, o desenvolvimento industrial tornar-se-ia prioridade em Minas Gerais, levado a cabo e liderado por Juscelino Kubitschek, juntamente com muitos outros empresários que acreditavam no segundo modelo, isto é, no progresso, no desenvolvimento, na

⁸⁹⁹ Cf. RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit.

⁹⁰⁰ Ibidem, p. 223.

⁹⁰¹ Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História Social da economia capitalista no Brasil*. v. I. Op. cit.

⁹⁰² TEIXEIRA, Francisca Alba; BUENO, Míriam Resende. *Minas são várias*. Op. cit., p. 63.

prosperidade e na modernização por meio da industrialização. Abriu-se espaços para o capital e investimentos estrangeiros.

Reforça Dulci⁹⁰³ que Juscelino Kubitschek, ao privilegiar a estratégia do crescimento pela via da industrialização, lançou-se em um esforço na construção de rodovias, investindo no binômio “energia e transporte”.

Outro aspecto para o qual o autor nos chama a atenção é a característica do governo de Juscelino na adoção de estratégias políticas para agregar apoios. Buscou-se, para a formação do seu secretariado – responsável pela gestão diária e pelos assuntos políticos – uma equipe oriunda dos partidos políticos que o elegera.⁹⁰⁴ Abaixo deste secretariado foi

[...] montada uma administração paralela de composição técnico-empresarial, à qual estava afeta a implantação do binômio “energia e transporte”. Sua sede eram os dois organismos operacionais do binômio, a Cemig e o Departamento de Estradas de Rodagem. Sob o ângulo estratégico, esse era o governo efetivo, e não o que aparentava sê-lo. A justaposição dessas duas estruturas – a oficial e a paralela – visava conciliar apoios de setores tradicionais e modernos, desde o “coronel” que garantia a base partidária até a área tecno-empresarial que cuidava das grandes metas.⁹⁰⁵

Como prática política, o uso das estruturas partidárias ganhou importância e o próprio governo buscou formas criativas para atender aos diferentes interesses e, ainda, alinhando-os na direção de seus objetivos estratégicos. Era um tipo de experiência de modernização conduzida pelos grupos dirigentes “pelo alto”.⁹⁰⁶

Os partidos políticos, portanto, eram usados pelo governo como instrumentos e vias de conexão entre as elites políticas, elites econômicas e tecnocráticas, cujos membros transitavam na esfera privada e na estatal com o intuito de conciliar os interesses em disputa.

Como prática política também, esse arranjo deu grande importância aos interesses dos municípios e valorização dos chefes políticos locais, sendo estes dotados de prestígio e responsabilizados pela mediação entre o centro e a periferia. Dessa forma, o governo buscou conciliar duas posições divergentes: a modernização industrial e a manutenção da estrutura política tradicional para que seus objetivos e políticas fossem aprovados e implementados.⁹⁰⁷

⁹⁰³ DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. Op. cit.

⁹⁰⁴ Estes partidos políticos era o Partido Social Democrático – PSD; Partido Republicano – PR e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

⁹⁰⁵ DULCI, Otávio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. p. 154.

⁹⁰⁶ Cf. *Ibidem*.

⁹⁰⁷ Cf. *Ibidem*.

As práticas políticas adotadas no início do surgimento do empresariado moderno em Minas Gerais assemelharam-se, apesar da “mineiridade”, com muitas práticas políticas do empresariado nacional. Inferimos tal fato baseando-nos em um trecho da entrevista de Gabriel Andrade ao referir-se à época do início de seu empreendimento na década de 1940, extraído do texto de Rodrigues, Simões e Esteves. Gabriel Andrade declarou: “A construção até então era sempre dependente de verbas políticas e os contratos de engenharia e de construção eram entregues também em decorrência de influência política”.⁹⁰⁸

A semelhança da prática política a que nos referimos nesse exemplo é a mediação entre o empresariado e o poder central por meio de um político influente ou um partido político como via de acesso para a concretização de seus objetivos e interesses. Tais práticas, inclusive já citadas anteriormente no âmbito nacional, caracterizavam-se tanto na forma coletiva quanto particularista.

Da mesma forma, percebe-se por meio das descrições dos projetos e iniciativas de Juventino Dias pelos autores Rodrigues, Simões e Esteves, a presença das práticas da mediação política, da negociação direta, do forte corporativismo e a mistura dos interesses individuais com o coletivo, a exemplo do que se praticava em âmbito nacional. Enfatizam os autores a respeito de Juventino Dias:

Assim, se à maneira de Mauá empregara toda sua energia individual para a *criação e expansão de seus negócios*, tratou de se ocupar, desde o início do século, com os caminhos abertos pela companhia de ferro estatal. É possível supor que, com o exemplo de Mauá, Dias e todos aqueles que se lançaram nos trilhos tenham aprendido a lição de que, no Brasil, o empreendimento tem lugar apenas e tão somente enquanto dádiva, enquanto fabricação rigorosamente *desenhada pelo Estado*.⁹⁰⁹

Juventino Dias assimilou as combinações necessárias para a adequação de seus interesses privados à esfera estatal. “Carregando em suas ações o tom particularista dos coronéis, não demora muito *em se credenciar como interlocutor* da elite política mineira”.⁹¹⁰ Torna-se, então, porta-voz e representante de interesses de um grupo junto aos órgãos de decisão do governo estadual e integrante do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte a convite de Antônio Carlos e Cristiano Machado.⁹¹¹ Exemplificando um momento de sua atuação, durante um debate sobre os impostos municipais relativos à produção de cerveja,

⁹⁰⁸ Apud RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 234.

⁹⁰⁹ Ibidem, p. 226 (grifos nossos).

⁹¹⁰ Ibidem, p. 227 (grifos nossos).

⁹¹¹ Cf. Ibidem.

Juventino Dias, ao mesmo tempo em que representava a categoria dessa atividade específica, defendia “[...] a diminuição dos impostos em benefício da Cervejaria Renânia, da qual era um dos sócios”.⁹¹²

Praticava-se, portanto, como prática política, enfatizamos, a defesa de interesses coletivos como particularista.

Supomos que Juventino Dias representava e era porta-voz de várias categorias de empresários, tendo em vista sua grande diversificação nos ramos empresariais.⁹¹³ Adotava a prática da mediação política com homens políticos influentes. Era ele também, para outros, o homem influente que fazia a mediação ao poder estatal. Ao mesmo tempo praticava a negociação direta com órgãos e conselhos do Estado, responsáveis pelas decisões. Infere-se ainda, pelo texto, que Juventino Dias possuía acesso fácil às verbas para seus investimentos, desde que estes atendessem aos imperativos da modernização e a orientação do Estado.

Observou-se, também, como prática política, o forte corporativismo presente nas iniciativas do empreendedorismo pelo Decreto-Lei nº 8.464 de 27 de dezembro de 1945,⁹¹⁴ o qual criava a Lei Joppert para incentivo, apoio financeiro e administrativo na execução da malha rodoviária.

Nesse sentido, Diniz e Boschi reforçam que no período inicial da industrialização, a estrutura representativa de interesses tem caráter corporativo e, por isso, “[...] a representação é regida por um mecanismo restritivo que determina que a filiação obedeça aos critérios da localização regional e da categoria industrial em questão”.⁹¹⁵

Verifica-se, pela citada Lei Joppert, a criação e garantia de um fundo fixo e estabilizado para o fomento das rodovias, fruto do cumprimento do que o governo estatal exigia, isto é, “[...] a legislação estipula a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical”.⁹¹⁶ No entanto, não era obrigatória a afiliação.

Para cada categoria de empresários criava-se um imposto obrigatório para a sustentação e incentivos seletivos para o crescimento industrial. O pagamento do imposto significava a obtenção de um *status* pelos empresários e garantia o acesso aos benefícios. Por

⁹¹² RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Op. cit., p. 227.

⁹¹³ Juventino Dias possuía diversos empreendimentos em diferentes ramos como, por exemplo: Empresa Cine Teatro, Cia de Cimento Cauê, Cervejaria Ranânia, Estradas de Ferro Central do Braisl, “Casa Juventino” – venda de variadas mercadorias e outros. (Cf. *Ibidem*).

⁹¹⁴ DIAGNÓSTICO Nacional da Indústria da Construção. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1984. v. 2.

⁹¹⁵ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. *DADOS*. Rio de Janeiro. n. 22. p. 25, 1979.

⁹¹⁶ *Ibidem*, p. 25.

causa desse mecanismo automático não havia participação ativa e nem interesse na afiliação. Significava, ainda, eliminar a mediação política, tendo em vista que cada grupo específico conseguia o monopólio da representação e passava à negociação direta com o próprio Estado e cuja prática foi institucionalizada.⁹¹⁷

Reforçam Diniz e Boschi que com a negociação direta “[...] legitima-se a entidade como porta-voz de um setor sem que haja um processo de competição prévia para o desempenho de tal papel. [...] transforma-se em coletivo um bem a princípio disputável como privado”.⁹¹⁸

Assim, outra prática política, portando, no nível do empresariado estadual e local, além da mediação política, foi a negociação direta semelhante ao empresariado na esfera nacional.

Os interesses do empresariado e do Estado convergiam rumo à industrialização, percebendo-se a cadeia de interesses nas esferas nacional, regional e local. Como alguns exemplos, a autorização da autonomia para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, capacitando-o para ter recursos próprios tanto financeiramente quanto administrativamente; a criação dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – DERs com ligações ao DNER e criação, ainda, do Fundo Rodoviário Nacional e do Conselho Rodoviário Nacional.

Nota-se que o empresariado nacional ou regional era representado no governo estatal por categorias, ou seja, era fragmentado. Os órgãos ou os conselhos criados pelo poder central dividiam o grupo empresarial para facilitar o controle, a intervenção ou quaisquer medidas em todos os segmentos empresariais. Segundo Teixeira e Bueno:

Passado o período nacionalista desenvolvimentista brasileiro, o país entrou radicalmente na abertura da economia para o capital internacional. Em Minas, o processo de abertura ao capital estrangeiro acompanhou o Brasil, cabendo a direção e o planejamento da economia ao Estado. [...] A partir da década de 50, a industrialização mineira passou a ser planejada pelo Estado, que desenvolve um plano de infraestrutura, visando a atrair indústrias para os arredores de Belo Horizonte, como o objetivo de fazer da metrópole um centro industrial comparável às duas metrópoles brasileiras – Rio e São Paulo.⁹¹⁹

Daí, a convergência entre os interesses dos empresários e do Estado em relação à industrialização.

⁹¹⁷ Cf. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. *DADOS*. Op. cit.

⁹¹⁸ *Ibidem*, p. 28.

⁹¹⁹ TEIXEIRA, Francisca Alba; BUENO, Míriam Resende. *Minas são várias*. Op. cit., p. 63.

Sem o propósito de aprofundar as ações e iniciativas de Juventino Dias e Gabriel Andrade, elegemos apenas algumas passagens que nos permitiram detectar as formas das práticas políticas adotadas no início de suas atividades empresariais, as quais servem-nos de amostras para outros empresários e/ou categorias e, por conseguinte, do empresariado mineiro no início de sua organização. Também, para uma comparação com as práticas políticas das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais por meio de nossa amostra.

Apesar de mudanças ocorridas e da criação de novas práticas políticas dentro do empresariado mineiro, uma delas foi elemento de continuidade entre as elites mineiras até 1964: a prática política da conciliação ou consenso. A partir daí, essa foi eliminada pelo regime militar. Também nessa época, o foco regional deixou de ser referência, privilegiando-se somente a esfera nacional e internacional. Contudo, a prática política da Conciliação retornou com a abertura política na década de 1980 com o então senador Tancredo Neves, candidato a governador em Minas Gerais.

É dentro deste contexto e nesta década que se inicia a organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, o que abordamos em seguida.

PARTE II
ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES EMPRESÁRIAS
CAPÍTULO 5
MULHERES EMPRESÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1 Organização da categoria empresarial feminina na capital Belo Horizonte nos Conselhos

“E veja como você ocupa espaço: as oportunidades vão aparecendo, você aceita o desafio, encara e, de repente, eu sai da Associação Comercial para ser Deputada Estadual e representar a mulher do meu estado dentro da Assembléia Legislativa na capital Belo Horizonte.”

Maria Elvira Salles Ferreira.
(Em entrevista – 20/10/2003)

A organização das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais deu-se no início da década de 1980, mais especificamente em 1983, de acordo com uma pesquisa realizada em uma amostra de mulheres empresárias por meio de entrevistas.

O conceito de organização utilizado por nós ancora-se em Olson que diz:

A premissa de que as organizações existem tipicamente para promover os interesses comuns de grupos de indivíduos está implícita na maior parte da literatura sobre organizações [...] As organizações podem portanto desempenhar uma função importante quando há interesses comuns *ou grupais* a serem defendidos e, embora elas freqüentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, *sua função e característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos.*⁹²⁰

Esse conceito assemelha-se ao “grupo associativo” de Weber,⁹²¹ ao dizer que a orientação para a formação ou ação do associativismo é fundada “[...] sobre um acordo

⁹²⁰ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. Op. cit., p. 19-20 (grifos nossos).

⁹²¹ WEBER, Max. apud *ibidem*, p. 18.

racionalmente motivado”.⁹²² Foi dentro dessas concepções, portanto, que tratamos o conceito de organização recorrente ao longo deste trabalho, ressaltando a capacidade da promoção de interesses comuns de Olson e o acordo racional com motivações de Weber.

Segundo vários depoimentos, a liderança da organização coube à empresária **Maria Elvira Salles Ferreira**⁹²³ que, também entrevistada, nos revelou como foi a trajetória do início da organização:

[...] na década de 1980 estavam surgindo os primeiros Conselhos no Brasil. Então, eu participei da articulação, com muitas mulheres líderes e com a então deputada, Júnia Marise,⁹²⁴ para a criação do “*Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais*.” Foi em 1985. Inclusive, fui indicada pelo governador Hélio Garcia, e também fui indicada para participar do encontro de Mulheres Empresárias no Rio de Janeiro. Fui indicada para representar as mulheres empresárias no “*Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*”, recém criado no governo Sarney, e cuja, primeira presidente foi Ruth Escobar. Então, eu fiz parte dessa primeira leva do conselho representando as mulheres empresárias.⁹²⁵

A primeira organização *da mulher*, segundo o depoimento, no estado de Minas Gerais, foi o “*Conselho Estadual da Mulher*” criado em 1985.

Observa-se, no entanto, que essa organização não era *iniciativa de e nem de mulheres empresárias*, especificamente, mas sim, uma organização “orientada” pelo governo estadual, a exemplo dos órgãos e/ou Conselhos vinculados ao poder estatal no início da organização do empresariado nacional e estadual.

Percebe-se também que essa organização ou Conselho, por meio de seu nome, isto é, “*Conselho Estadual da Mulher*”, em Minas Gerais, era voltado para *todas* as mulheres e não somente para as mulheres empresárias.

⁹²² WEBER, Max apud OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 18.

⁹²³ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 20 out. 2003. Presidente da Fundação Newton Paiva Ferreira; Presidente Regional do Fórum de Mulheres do Mercosul; Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Órgão da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República); Diretora Emérita da Associação Comercial – AC MINAS; Presidente do Conselho Empresarial de Turismo da AC MINAS; Membro do Conselho Estadual de Turismo – MG; Diretora do Conselho Nacional da Mulher Empresária – Relações Internacionais pela CACB – Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Deputada Estadual – 1986/1990; Deputada Federal – 1994/1998. Empresa: Centro Universitário Newton Paiva Ferreira (com 15 mil alunos, 28 cursos universitários, vários cursos de pós-graduação). Prestação de Serviços. Porte grande. 54 anos, casada, um filho, ecumênica, classe alta. Formação: Graduada em Letras pela PUC-MG; em Comunicação Social pela UFMG; pós-graduada em Comunicação Empresarial e governamental na UNI-BH; Curso de Cultura Popular das Américas e de Gramática Avançada na Língua Inglesa – EUA; Curso de Língua e Cultura Portuguesa – Portugal – Especialização em Literatura Portuguesa.

⁹²⁴ Ressaltamos que nosso trabalho está acima de ideologias partidárias e todas as referências a partidos, nomes de personalidades políticas ou governos específicos foram feitas respeitando-se criteriosamente a citação de tais nomes nos depoimentos e a opção ideológica partidária de cada uma das mulheres empresárias entrevistadas. Portanto, respeitando-se a *originalidade* de seus depoimentos.

⁹²⁵ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

Além da organização no âmbito estadual, Maria Elvira citou uma organização e um encontro em âmbito nacional, o “Conselho Nacional dos Direitos *da Mulher*”, liderado por Ruth Escobar e um “Encontro de *Mulheres Empresárias*” no Rio de Janeiro. Observa-se a continuidade destes em relação à vinculação aos poderes estatais, ou seja, o encontro do Rio de Janeiro teve a indicação do governador e a organização na esfera nacional teve a iniciativa e criação pelo Presidente José Sarney, presidida por Ruth Escobar, uma intelectual paulista.

A participação no Rio de Janeiro observa-se, deu-se como *representante da categoria empresarial*, portanto, esse encontro foi exclusivamente da categoria, mas infere-se, não independente, tendo em vista a indicação da participação pelo governador.

O “Conselho Nacional dos Direitos *da Mulher*” como o “Conselho Estadual da Mulher”, também não era exclusivo da categoria empresarial, mas criado para *todas* as mulheres. Esse Conselho, segundo Maria Elvira, foi criado para tratar de políticas públicas para *as mulheres*. O Conselho era uma extensão do Ministério da Justiça no governo de José Sarney. Foi um espaço criado para debates, propostas e implementações das políticas públicas discutidas entre as mulheres, cujas resoluções eram viabilizadas pelo Executivo através do Ministério da Justiça. Segue Maria Elvira:

Nós tivemos muitos resultados. E a partir desse “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, surgiram os Conselhos Estaduais no Brasil inteiro e, posteriormente, os “Conselhos Municipais”. Tudo é uma questão de agenda. No momento em que você entra na pauta do país, na pauta dos assuntos tratados pela sociedade civil, pelos governos, pelos legisladores, cresce, isso vai adquirindo uma capilaridade, vai chegando lá na ponta [...] Então, eu diria que o nosso Conselho foi inovador, foi dinâmico, levantou polêmicas. Nós discutíamos assuntos muito polêmicos, como por exemplo, o planejamento familiar, assuntos ligados ao projeto da Martha Suplicy que surgiu posteriormente e deu muito o que falar, que é a união de pessoas do mesmo sexo, a legitimidade dos direitos civis, gravidez precoce e outros [...] mas também assuntos ligados à economia do país.⁹²⁶

De acordo com Esmeraldo e Said,⁹²⁷ o “Conselho Nacional de Direito da Mulher” realizou práticas e experiências inovadoras e criativas. Ao promover debates sobre temas relegados ao espaço privado e cotidiano das mulheres na esfera estatal, provocou uma transferência de valores. Passou a debater problemas como creches, violência, discriminação, opressão, constituinte e elaboração de “[...] projetos para intervir nas áreas da saúde, do trabalho, da educação e da cultura”.⁹²⁸

⁹²⁶ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹²⁷ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

⁹²⁸ Ibidem, p. 246.

As discussões abrangiam também a economia doméstica, desconsiderada como força produtiva. Comentou Maria Elvira que a população economicamente ativa é calculada sem computar o trabalho das donas de casa. Conforme sua concepção, estas, apesar de não receberem um salário fixo, não terem férias e nem 13^o, são essencialmente produtivas. E reforça:

Elas consomem e muitas vezes têm um negócio no fundo do quintal que é informal, mas faz, por exemplo, empada para vender, bolinho de feijão, costura em sua máquina, faz trabalhos em crochê, cerâmica e tantos outros. Então, o potencial econômico desta mulher, dona de casa, é muito forte, e os menestréis aí da economia não estão atentos para essa força de trabalho.⁹²⁹

Na mesma direção, Miranda confirma:

[...] a maior parte das mulheres somente trabalha em casa e, conseqüentemente, o seu trabalho não tem o valor de troca que caracteriza a atividade produtiva do mercado. Recentemente, esforços têm sido feitos por um grupo de economistas para estabelecer critérios que possibilitem estimar o valor monetário das atividades domésticas. Até agora, porém, todas as tentativas têm falhado e o trabalho doméstico, embora importante, continua apenas com valor de uso.⁹³⁰

As denúncias em relação ao desprezo pelo trabalho doméstico são contundentes. A necessidade de seu reconhecimento é reforçada por ser uma atividade que interfere na economia nacional. E, acrescenta Gonçalves que “[...] a educação dos filhos e o cuidado com o lar são tarefas essenciais do ponto de vista social e econômico.[...]”⁹³¹ contribuindo também com o bem-estar da sociedade em geral.

A posição de Maria Elvira em relação ao trabalho doméstico, observa-se, tem respaldo na produção acadêmica.

Continua dizendo a empresária que a composição do Conselho Nacional era extremamente diversificada, com mulheres representantes de praticamente todos os setores:

Tinha mulheres de todas as regiões do Brasil, de partidos políticos, mulheres de várias idades, das mais diversas profissões, tinha uma antropóloga com pós-graduação na Sorbone, a Ruth Cardoso, tinha a sindicalista do ABC, que era a Nair Goulart e muitas outras [...] Estávamos representando as mulheres do Brasil. Tínhamos o objetivo de fazer o melhor possível para elas e por elas.⁹³²

⁹²⁹ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹³⁰ MIRANDA, Glaura Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. n. 15, p. 22, dez. 1975.

⁹³¹ GONÇALVES, Nair Lemos. A mulher no direito do trabalho. In.: *Ciência e Cultura*, 33(1), Jan. 1981, p. 23.

⁹³² FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

Sobre a criação deste “Conselho Nacional de Direitos da Mulher” – CNDM, Esmeraldo e Said⁹³³ explicam-nos que sua origem se deve à entrada de um grupo de mulheres paulistas, identificadas com o “feminismo socialista”, no “Partido do Movimento Democrático Brasileiro” – PMDB. Essas mulheres inserem um debate sobre a necessidade “[...] de criação de uma política governamental que incorpore os interesses específicos da mulher”⁹³⁴ e sua autonomia, cujas reivindicações faziam-se presentes nos Movimentos de Mulheres e Movimento Feminista.

O grupo de mulheres do PMDB, com o objetivo de ocupar espaços políticos, públicos e democráticos e participar da elaboração das políticas públicas, apresentam uma proposta de criação de um “Conselho Estadual da Condição Feminina” – CECF – ao candidato ao governo de São Paulo, na época, Franco Montoro, ou seja, em 1982. Com a vitória do candidato foi assinado um decreto em abril de 1983 autorizando o Conselho.

O “Grupo de Estudo da Situação da Mulher” do PMDB, devido à sua unidade e legitimidade, tem o apoio e respaldo de segmentos populares para apresentar o projeto de criação do “Conselho Estadual da Condição Feminina” ao governador Montoro. Após a instalação do CECF, o PMDB “[...] assume a liderança de todo o processo de discussão e articulação com as feministas e com o movimento de mulheres de sua relação, para a elaboração de um programa voltado para a questão da mulher”.⁹³⁵

As feministas integrantes do grupo de mulheres do Partido dos Trabalhadores, mesmo não compondo a primeira formação da CECF, contribuíram com temas polêmicos. Passam a politizar e qualificar os movimentos ao questionarem a natureza do Estado, a autonomia e ainda “[...] o significado de participação, de representação,⁹³⁶ de institucionalização dos movimentos, do relacionamento com ideologias partidárias e com a burocracia estatal”.⁹³⁷

Em relação ao “Conselho Estadual da Condição Feminina”, a oposição desse grupo não discordava de sua criação, e sim da forma como foi composto, da limitação de sua autonomia, das suas características consultivas e não deliberativas, da dependência econômica, da falta de um poder efetivo para implementação de políticas necessárias na

⁹³³ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direito da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit. p. 244.

⁹³⁴ Ibidem, p. 230.

⁹³⁵ Ibidem, p. 244.

⁹³⁶ Sobre o conceito de *representação* consultar CHAUI, Marilena. PT – Por uma nova política. *Desvios*. nov./1982.

⁹³⁷ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direito da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit. p. 244.

esfera do governo e da predominância de membros do PMDB na representação da sociedade civil.⁹³⁸ Segundo Esmeraldo e Said:

A experiência positiva do CECF, somada à atuação política de feministas no PMDB e à pressão dos movimentos de mulheres, é o elemento responsável pelo surgimento de Conselhos Estaduais em outros Estados, como no Paraná (1985), Rio Grande do Sul (1986), Rio de Janeiro, Ceará (1986), Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Alagoas.⁹³⁹

A deputada estadual Ruth Escobar, que havia sido eleita em 1982 pelo PMDB, apoiada por uma plataforma feminista, liderou um movimento em 1984, suprapartidário. Esse movimento foi composto basicamente por mulheres paulistas que elaboraram a *Carta das Mulheres* a qual foi entregue ao candidato à Presidência da República na época – Tancredo Neves. Entre as reivindicações constava o pedido de criação do “Conselho Nacional de Direitos da Mulher” – CNDM.⁹⁴⁰

Ainda segundo Esmeraldo e Said, esse grupo liderado por Ruth Escobar realizou o seminário *Mulher e Política*, do qual participaram representantes de todos os estados brasileiros, um número em torno de 500 mulheres. Desse seminário resultou mais outro documento contendo reivindicações e demandas das mulheres que foi entregue novamente à Tancredo Neves. Assim, segundo Esmeraldo e Said:

Na forma de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, é então criado o CNDM, através da Lei nº 7.353, assinada em 29 de janeiro de 1985. A sua primeira direção toma posse em 11 de setembro de 1985, sob a presidência de Ruth Escobar, com uma composição plural de tendências de partidos e de movimentos de mulheres (diferentemente de São Paulo). O conselho é criado com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério da Justiça, com *status* de “Ministério”.⁹⁴¹

O “Conselho Nacional de Direitos da Mulher” – CNDM, tem a proposta de “[...] promover, em nível nacional, políticas públicas voltadas para garantir à mulher igualdade de direito e de oportunidades”.⁹⁴² Desse modo, a gestão destas políticas implicou uma rede de interlocução entre as esferas nacional, estadual e municipal criando-se os Conselhos. Estes pretenderam uma reestruturação mais democratizante e pluralista.

O “Conselho Nacional de Direito da Mulher” propôs-se e teve que enfrentar problemas internos e externos, como uma burocracia estrutural baseada em uma legislação

⁹³⁸ Cf. ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direito da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

⁹³⁹ Ibidem, p. 230.

⁹⁴⁰ Cf. Ibidem.

⁹⁴¹ Ibidem, p. 246.

⁹⁴² Ibidem, p. 231.

exclusivamente androcêntrica no interior do governo. Segundo Esmeraldo e Said, “[...] as conselheiras deparam-se com práticas paternalistas e machistas da parte do alto escalão ministerial”.⁹⁴³ E, no âmbito externo, precisou mobilizar a sociedade com debates e outros recursos para combater a discriminação, a violência, a opressão contra a mulher, com o intuito de provocar “[...] mudanças nas relações de gênero”.⁹⁴⁴ Para tanto, buscou formular e implantar políticas públicas voltadas para a equidade de gênero.

Na mesma percepção, Souza-Lobo⁹⁴⁵ escreve que, por meio do CNDM, foi elaborada uma política de combate à violência contra as mulheres por meio da implantação das Delegacias de Mulheres, a exemplo dos SOS. No entanto, a autora faz uma crítica em relação ao movimento das creches em São Paulo, mostrando a submissão dessa luta à vontade do Estado que criou uma rede privativa para as creches. Dessa forma, essa luta das mulheres ou o movimento “[...] como sujeito de suas reivindicações se viu substituído e descaracterizado como interlocutor”.⁹⁴⁶

Nessa época, portanto, Maria Elvira participava da Associação Comercial – AC MINAS e foi convidada para participar do “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher” como representante da categoria empresarial. Mas, no âmbito desse conselho, as questões discutidas eram para *todas* as mulheres e não somente para uma categoria específica. Confirma Boschi que:

Tanto as questões femininas como as ecológicas adquiriram maior ênfase no período. Logo após o anúncio do Presidente Sarney em abril, sobre a criação de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os grupos organizaram-se para formar o Conselho Nacional pela Defesa dos Direitos da Mulher. Em agosto um seminário internacional divulgou a causa feminista em todo o país.⁹⁴⁷

No mesmo ano de 1985, o “Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher” dava início à sua atuação.

De acordo com Tabak,⁹⁴⁸ uma das grandes questões debatidas entre as mulheres neste momento foi exatamente como conciliar a relação entre o que era “geral” e “específico” nas

⁹⁴³ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direito da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit. p. 246.

⁹⁴⁴ Cf. *Ibidem*.

⁹⁴⁵ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁹⁴⁶ *Ibidem*, p. 226.

⁹⁴⁷ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1987. p. 156.

⁹⁴⁸ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

reivindicações das mulheres do ponto de vista político. Não obstante as divergências, foi possível realizar muitas atividades nacionais.

Os movimentos eram (e são) diversificados. Havia aqueles que eram (e são) os chamados “movimentos femininos”, ou seja, de mulheres, com propostas e objetivos diferentes entre eles e aqueles considerados feministas. Vale dizer, nem todos os movimentos femininos eram (ou são) feministas.

Segundo Esmeraldo e Said,⁹⁴⁹ as mulheres participam de movimentos ou organizações multifacetados, com interesses divergentes, como movimentos pela redemocratização, contra a carestia de vida, por melhores condições na qualidade de vida, pela conquista e cumprimento de direitos em relação ao trabalho, pelo respeito e afirmação de suas diferenças, pelo direito à cidadania e tantas outras organizações. “Essa mobilização nacional inscreve, definitivamente, as mulheres brasileiras no mundo público e político”.⁹⁵⁰

Os espaços ocupados pelas mulheres na busca de interlocução entre seus pares e da sociedade civil com o Estado também são variados, ou seja, são os conselhos, fóruns, congressos, associações diversas e outros. Sobre os conselhos, já referidos anteriormente, complementa Tabak:

Estes Conselhos desempenharam um papel importante não apenas na denúncia da discriminação e da violência contra a mulher, mas também um trabalho educativo de esclarecimento sobre as conseqüências dos mesmos padrões tradicionais na definição dos papéis sexuais, sobre a influência perniciosa dos estereótipos sexuais. Os Conselhos e as comissões foram constituídos em geral com um caráter suprapartidário, ou seja, buscou-se incluir representantes de diferentes partidos políticos e correntes ideológicas entre os seus membros efetivos e suplentes.⁹⁵¹

Para ajudar nesses impasses, criaram-se, também, órgãos especiais destinados a trabalhar na “[...] defesa dos direitos da mulher ou de melhoria da condição feminina [...] acima das diferenças políticas e partidárias”.⁹⁵² Os órgãos referidos acima foram “[...] os conselhos ou comissões, a nível municipal, estadual e nacional”.⁹⁵³ Sobre este “Conselho dos Direitos da Mulher”, em âmbito nacional, acrescentou Maria Elvira:

Do “Conselho dos Direitos da Mulher”, “a primeira leva” foi o termo que usei – de conselheiras, sobre a liderança de Ruth Escobar, era um grupo de mulheres

⁹⁴⁹ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

⁹⁵⁰ Ibidem, p. 229.

⁹⁵¹ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 73.

⁹⁵² Ibidem, p. 73.

⁹⁵³ Ibidem, p. 73

poderosas: Jacqueline Pitanguy, Benedita da Silva, Ruth Cardoso, Marina Colassanti, Rose Marie Muraro, Maria Lúcia D’Vila Pizolani, que hoje é dona do Jornal “Persona”, e mulheres interessantíssimas, sindicalistas como Nair Goulart, como a baiana Ana Montenegro e outras. Foi um período muito fértil de troca de idéias, de experiências. Eu aprendi muito com elas, mas tive que descompatibilizar-me do conselho para disputar a eleição, Benedita e eu.⁹⁵⁴

Quando Maria Elvira afirma que era a “primeira leva”, infere-se que seja a “primeira” que fez parte do primeiro Conselho *do governo de José Sarney com a liderança de Ruth Escobar*, tendo em vista que, anteriormente, já havia várias outras organizações. Ressaltamos, portanto, que essas organizações de Conselhos citadas por Maria Elvira em âmbito *nacional* referem-se àquelas que, no início da organização das mulheres empresárias na *esfera estadual*, estavam acontecendo tanto no contexto nacional quanto regional à mesma época, ou seja, no decorrer dos anos de 1980.

Anterior à década de 1980, em nível nacional, como movimento organizado (deixando ainda para trás algumas mobilizações de mulheres no início do século XX⁹⁵⁵ a exemplo de Bertha Lutz na luta pelo voto feminino e outros, os quais eram esporádicos, com poucas afiliadas e sem capacidade de liderar grande número de pessoas), pontuamos a ação *organizada* das mulheres a partir da “Liga de Defesa Nacional”. De acordo com Tabak,⁹⁵⁶ esta iniciou-se no período do Estado Novo – com Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, espalhando-se por vários estados. A partir daí, novos grupos e organizações de mulheres multiplicaram-se e expandiram-se por todo o Brasil, devido, principalmente, ao momento favorável após a Segunda Guerra Mundial que se abria às práticas democráticas, às eleições diretas e livres, à anistia e à convocação para uma nova Assembléia Constituinte.

Ainda no Rio de Janeiro, em 1945, foi criado o “Comitê Mulheres pró-Democracia” que propôs a igualdade de direitos nas atividades profissionais, culturais, políticas e administrativas.

Em decorrência da carestia dos produtos de primeira necessidade, surgiu um movimento forte, de milhares de mulheres – a “*Associação das Donas-de-Casa contra a Carestia*”, proliferando daí inúmeras associações femininas e grupos feministas.

Também em 1945, as mulheres defenderam ativamente o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo nazismo-fascismo e a favor da redemocratização.

⁹⁵⁴ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹⁵⁵ Em 1922, por exemplo, foi criada a “*Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*” com o objetivo de conquistar o voto feminino e a “*Associação Brasileira de Mulheres Universitárias*” não somente no Brasil, mas de cunho internacional. No entanto, não possuíam visibilidade e liderança de massa. (Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas*: participação política e poder. Op. cit.).

⁹⁵⁶ Ibidem.

Em 1946, Alice Tibiriçá, uma líder feminina, idealizou o “*Instituto Feminino do Serviço Construtivo*” e, em 1949, fundou a “*Federação de Mulheres do Brasil – FMB*”,⁹⁵⁷ uma organização de caráter nacional.

Fundou-se, então, a “*Federação de Mulheres do Brasil*”, cujo 1º Congresso foi realizado no ano de 1951, em São Paulo. As discussões prioritárias giraram em torno das questões sobre a proteção da infância, contra a carestia e defesa da paz. “Participaram 231 delegadas de 13 Estados brasileiros. Desse total, 146 eram donas-de-casa e o restante estava dividido entre operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas”.⁹⁵⁸ Desde então, várias Associações de Mulheres foram proliferando por todo o Brasil. Lembramos, no entanto, que a FMB iniciou-se no Brasil por influência estrangeira, ou seja, americana, por isso, no Brasil, as associações são conhecidas também por *BPWs*, ou seja, *Business and Professional Womens* – “Mulheres de Negócios e Profissionais” – em inúmeras cidades brasileiras. Essas associações permanecem até hoje com importantes contribuições para as mulheres e a sociedade

Segundo Tabak,⁹⁵⁹ ainda em 1946, como no Rio de Janeiro, que já possuía várias uniões locais de mulheres contra a carestia de vida e a favor da preservação da paz mundial, surgiram outras organizações em vários estados. Podemos citar a “*União Feminina do Distrito Federal*”, cujas uniões locais espalharam-se por vários estados como Minas Gerais, São Paulo, Sergipe, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e outros.

A partir de 1947, todas as organizações femininas passaram a comemorar o dia 8 de março como o “*Dia Internacional da Mulher*” e o segundo domingo de maio como o “*Dia das mães*”. Em comemoração ao dia 08 de março, no ano de 1949, realizou-se a “*Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal*”.

Na década de 1950, grupos de mulheres organizaram-se contra a participação de soldados brasileiros na guerra entre Estados Unidos e Coréia.

Após a realização do “*1º Congresso da Federação de Mulheres do Brasil*” em 1951, em São Paulo, organizou-se a “*1ª e 2ª Assembléia Nacional de Mulheres*” no Rio de Janeiro e em Porto Alegre nos anos de 1952 e 1953, respectivamente.

Também em 1953 foi adotada no Brasil a “*Declaração dos Direitos da mulher*” vinda de Copenhague, influenciando a direção das lutas femininas. Em abril de 1954, criou-se a

⁹⁵⁷ Esta federação surgiu através de uma resolução aprovada durante a primeira “*Convenção Feminina do Distrito Federal*” em 1949 com o objetivo de congregar todas as associações de mulheres já existentes até aquele momento e para continuidade do movimento feminino no Rio de Janeiro”. (Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.).

⁹⁵⁸ Ibidem, p. 33-4.

⁹⁵⁹ Cf. Ibidem.

“*Comissão Central para a Luta contra a Carestia*” no Rio de Janeiro, com grande mobilização, repercussão e apoio de vários segmentos da sociedade civil.

Conforme Tabak,⁹⁶⁰ em junho de 1955, no Rio de Janeiro, realizou-se a “*Assembléia Nacional de Mães*” como pré-apoio para o “*Congresso Mundial de Mães*”, o qual foi realizado, em seguida, na Suíça. Em junho de 1954, em âmbito internacional, o movimento feminino brasileiro reuniu representações de oito países da América Latina e a representante da “*Federação Democrática Internacional de Mulheres*” – FDIM – Senadora Maria Madalena Rossi, da Itália, para uma “*Conferência Latino-americana de Mulheres*”.

No início de 1960, dentre outras organizações, destacou-se a “*Liga Feminina do Estado da Guanabara*”.

O “*II Encontro Latino-americano de Mulheres*” foi realizado em abril de 1961 no Rio de Janeiro, contando com representações de vários países.

Por ocasião da aprovação das mudanças no Código Civil brasileiro em 1962, o movimento feminino organizado anteriormente, ou seja, em 1961, enviou inúmeras propostas de mudanças para serem introduzidas no referido Código, cujas leis, vigentes à época, datavam de 1916.

Após o golpe militar em 1964, as organizações e associações femininas recuaram em suas ações, mas algumas continuaram atuando. Participaram de movimentos de denúncia e do movimento em favor da anistia.

Quando em 1975 foi declarado o “*Ano Internacional da Mulher*”, houve um novo alento e impulso nas organizações e movimentos de mulheres, fazendo com que surgissem outros e com características novas, agora feministas. A Organização das Nações Unidas – ONU – programou a “*Década da Mulher*” e o “*Plano Decenal de Ação*”, o que provocou movimentações e sensibilização entre mulheres de classe média, intelectuais, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Assim, na década de 1970 surgiram *grupos feministas organizados*, primeiramente, no Rio de Janeiro e São Paulo e, em seguida, em outras cidades e estados.⁹⁶¹

Segundo Esmeraldo e Said,⁹⁶² os movimentos de mulheres e os movimentos feministas começaram realmente a ter visibilidade a partir da realização dos *Congressos da Mulher* em São Paulo. Ocorreram dois congressos: o 1º em 1979 e o 2º em 1980. Neste último,

⁹⁶⁰ Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

⁹⁶¹ Cf. *Ibidem*.

⁹⁶² Cf. ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

participaram aproximadamente 4 mil mulheres, 52 entidades, dentre as quais, 9 eram feministas. Afirmam as autoras que:

Neste congresso, um dos debates mais acirrados se dá em torno do que é ou não “ser feminista” e sobre as posições divergentes entre as mulheres denominadas “políticas” (representativas dos partidos de esquerda, mas aglutinadas no PMDB) e as mulheres autodenominadas “feministas”. O debate não consegue aproximar as diferenças [...].⁹⁶³

Essas diferenças ocorreram devido às divergências teórico-políticas. Algumas feministas, integrantes do CFCF, desejavam mudar internamente o aparelho do Estado; outras, integravam o Partido dos Trabalhadores – PT; outras, mantinham-se na militância.

Retomando Tabak,⁹⁶⁴ essa cita que em 1980, apesar de pequenos, os grupos feministas já se encontravam espalhados por diversos lugares. Dentre tantos grupos, um dos primeiros, aliás, o mais ativo e importante, foi o “*Centro da Mulher Brasileira*” – CMB, criado em 1975 no Rio de Janeiro. Até 1982 esse grupo manteve, aproximadamente, 200 filiadas com atividades intensas e diversificadas. Denunciavam a discriminação da mulher e, por meio de grupos de reflexão, debatiam sobre várias questões como a sexualidade, o corpo, a conexão entre o específico e o geral, sobre os sistemas democráticos, autoritários, a igualdade de direitos entre os sexos em todas as esferas e muitas outras questões. O grupo teve um retrocesso devido à saída de algumas mulheres filiadas que, com a redemocratização, puderam optar por outros espaços públicos e políticos que surgiam. Ainda, porque houve uma ruptura dentro do próprio grupo causada pelas divergências nas orientações, ou, ainda, porque algumas ativistas optaram por deixar o movimento e dedicarem-se à família.

Várias outras formas de associações de grande importância marcaram a década de 1980, com ênfase nos movimentos sociais urbanos com inúmeras organizações: Associações de Moradores, Comunidades Eclesiais de Base, Movimentos Populares, os quais ocorreram alternadamente. Esses movimentos foram pressionadores para a implantação e permanência da democracia.

O movimento das mulheres pela anistia em 1978 e 1979 teve profundas repercussões e, em 1980, agudizaram os esforços para a abertura democrática.

⁹⁶³ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CDDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelyn. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit., p. 238.

⁹⁶⁴ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

Em 1982, os resultados desses movimentos de pressão já se faziam presentes no “[...] processo de abertura política iniciado com a anistia e a reformulação partidária, tendo contribuído para aumentar a significação e a amplitude da consulta popular”.⁹⁶⁵

Um outro grande momento provocado por esses movimentos e mobilizações deu-se também na década de 1980, mais precisamente em 1984, quando o Brasil uniu-se na maior manifestação pública de sua história para exigir a democracia e eleições diretas para Presidente. As mulheres tiveram atuação e presença maciça na luta pelo retorno da democracia, como também os artistas, cantoras e compositoras, como recursos para a mobilização popular. De acordo com Tabak:

A 15 de janeiro de 1985, foi finalmente eleito – mesmo que indiretamente – um novo presidente civil e publicamente comprometido com a causa da mulher. Eleito em 1982 governador do estado de Minas Gerais, Tancredo Neves criou a *Comissão da Condição Feminina*, a nível executivo de governo estadual, com poderes para iniciar a implementação de políticas públicas voltadas para atender às necessidades básicas das mulheres. Seu compromisso de criar um organismo semelhante, a nível nacional, depois de empossado (15 de março de 1985), foi tornado público e confirmado várias vezes”.⁹⁶⁶

Com a morte de Tancredo, assumiu a Presidência da República o Vice-Presidente, José Sarney. A década de 1980, afirma Tabak, foi de grande e rica experiência na participação política das mulheres. É nesse momento, com o retorno da democracia, com o surgimento de inúmeras organizações e associações, que as mulheres empresárias de Minas Gerais, oficialmente, começaram a sua organização. E é também nesse contexto que o depoimento de Maria Elvira encontra ressonância em suas primeiras representações nos Conselhos e Encontros de Mulheres em âmbito nacional, estadual e local.

Observa-se que na citação anterior de Tabak, Tancredo Neves, enquanto governador de Minas Gerais em 1982, já havia criado a “*Comissão da Condição Feminina*”.

Souza-Lobo diz que a partir de 1982, com a criação dos Conselhos e das Comissões de Mulheres, esses vêm agregar aos movimentos que ocorriam “[...] instâncias de representação institucional das mulheres nos espaços públicos”.⁹⁶⁷ Apesar de representarem um terço dos afiliados nas associações tanto de profissionais quanto de sindicatos de empregados, “[...] 12,8% das mulheres dessas associações manifestam um interesse pela participação política

⁹⁶⁵ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 65.

⁹⁶⁶ Ibidem, p. 67.

⁹⁶⁷ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. Op. cit., p. 272.

contra 8,4% dos homens [...]”.⁹⁶⁸ E, se consideramos que esses dados podem ser indicativos de uma “politização” das mulheres, afirma Souza-Lobo, “[...] eles deixam margem para que se pense que as mulheres que participam são militantes, quer dizer, *mulheres em ruptura com as práticas femininas tradicionais*”.⁹⁶⁹

Nesse sentido, de acordo com o depoimento de Maria Elvira, pelo conjunto das ações desenvolvidas, pelos debates de novos temas ou conforme suas palavras, dos “novos problemas” colocados em pauta, juntamente com os trabalhos, ações, propostas desenvolvidas pelas outras mulheres empresárias entrevistadas e, principalmente, pelas suas percepções em relação à posição da mulher atualmente, verifica-se que realmente existe essa ruptura.

Assim, dentro desse contexto, segundo Maria Elvira, inicia-se, em 1983, sua participação nessas organizações ou encontros como *representante das mulheres empresárias*. Buscamos, então, essa organização anterior, que, *a priori*, colocou Maria Elvira como representante da categoria empresarial, inclusive possibilitando a visibilidade e representatividade da organização não somente na esfera estadual, mas também na esfera nacional e internacional. Usamos os depoimentos para essa procura e encontramos esta declaração de Maria Elvira:

[...] ainda atuando na Newton Paiva, eu já tinha um interesse muito grande sobre o assunto das mulheres. Eu lia muitos livros, artigos, revistas, como, por exemplo, livros de Simone de Beauvoir, Rose Marie Muraro, Marina Colassanti e outros. Toda aquela leitura foi levando-me a tornar feminista. Foi quando fui convidada a entrar na Associação Comercial como empresária. E, naquela época, eu já tinha uma militância, eu já participava de Encontros de Mulheres, eu ia ouvir, eu queria saber [...] sobre o tema feminino. Muito interessada em ajudar na discriminação contra as mulheres.⁹⁷⁰

Sobre a entrada para a Associação Comercial, Maria Elvira afirmou:

[...] naquela época (1983) eu já estava na Associação Comercial de Minas Gerais e [...] levamos dezenas de mulheres para dentro da Associação Comercial, onde elas nunca tinham entrado, nunca haviam tido vontade e nem tinham sido convidadas a participar.⁹⁷¹

⁹⁶⁸ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. Op. cit., p. 272.

⁹⁶⁹ Ibidem, p. 272 (grifos nossos).

⁹⁷⁰ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹⁷¹ Ibidem.

Esclareceu-nos a empresária **Lílian Tavares Mascarenhas Rocha**⁹⁷² que a Associação Comercial de Minas tem sua abrangência de atuação jurídica em âmbito municipal e foi fundada em 1901 em Belo Horizonte, que, na época, chamava-se “Cidade de Minas” e, por isso, o nome ser “Associação Comercial de Minas – AC MINAS.” Em grau acima, existe a FEDERAMINAS, uma federação que abarca todas as associações comerciais do estado de Minas Gerais. E, acima desta, existe a “Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB”, englobando todas as federações do Brasil. E nos níveis dessa hierarquia já funcionam, atualmente, os conselhos específicos das mulheres empresárias, ou seja, nas esferas municipal, estadual e nacional.

Apenas para ilustrar, a CACB no Brasil reúne aproximadamente 2,2 mil (dois milhões e duas mil) associações comerciais e 27 (vinte e sete) federações estaduais. Em atenção à solicitação de dados, o Superintendente de Ações Político-Institucionais da FEDERAMINAS, Sr. Gilson Elesbão de Siqueira, por meio do Coordenador-Geral Miguel Borges, informou-nos que o número total de associados dessa associação, incluindo a AC MINAS, compõe-se de 3.974 ativos, dentre os quais 2.720 são associados como pessoas jurídicas (68,4%); 860 são associados homens (21,6%); 394 são associadas mulheres (10%). O número de associados mistos, ou seja, se a empresa pertence a sócios homens e mulheres concomitantemente, não foram computados. Observa-se que o número de mulheres associadas é bem inferior ao dos homens.

Em relação ao funcionamento das associações, **Carmen Eugênia Bretas Bavoso**⁹⁷³ acrescentou:

As associações filiadas à FEDERAMINAS estão em aproximadamente 850 municípios. Então, quase todos os municípios de Minas tem associações comerciais. Agora, as associações comerciais são diferentes de sindicatos patronais, são entidades de participação voluntária. Quer dizer, o associado da associação comercial paga a mensalidade e a anuidade porque quer, porque ele acha que essa entidade vale a pena. E a Federação do Comércio ou a Federação da Indústria são órgãos que congregam os sindicatos patronais, onde o empresário é obrigado a pagar a contribuição sindical. Então são as federações: “Federação do Comércio”, “Federação das Indústrias”, que mantêm o “Sistema S”, que é o Senac, Senai, Sesc,

⁹⁷² ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 06 out. 2003. Presidente do Conselho Estadual da Mulher Empreendedora da FEDERAMINAS; Diretora Executiva da Associação Comercial de Belo Horizonte – AC MINAS; Ex-Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da AC MINAS. Empresa: “Limiar Informática”. Prestação de Serviços. 42 anos, casada, sem filhos, cristã, classe média. Formação: Graduação em Física Pura – UFMG; Mestre em Ciência da Comunicação – UFMG.

⁹⁷³ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 03 nov. 2003. Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora e Diretora da Associação Comercial de Minas – AC MINAS; Consultoria organizacional. Empresa: Consultoria de Recursos Humanos. Prestação de Serviços. Porte Pequeno. Trabalho com parceiros. 59 anos, divorciada, dois filhos, sem religião, classe média. Formação: Psicologia pela UFMG; Especialista em Qualidade, Competitividade Política e Estratégia Organizacional.; Estágios na Suíça, México e Guatemala; Seminário em New Orleans – USA e treinamento em formação profissional no Japão.

Sesi, e assim por diante. [...] Por sua vez, a FIEMG é a Federação de Indústrias, que são sindicatos patronais. Eles são obrigados a pagar. Então, a FIEMG tem associados que são obrigados a contribuir, porque já na folha de pagamento, vem a contribuição para a “Entidade Mãe”. Para a Associação Comercial, não, o associado participa da Associação Comercial porque ele vê vantagem em participar, porque é o seu órgão representativo por excelência. Ele participa espontaneamente. Ele não é obrigado.⁹⁷⁴

Nesse sentido, verifica-se, novamente, a hierarquia dentro do Sistema CACB, por meio da confederação, federações, conselhos, associações e outros espaços que compõem o setor industrial.

Apesar da hierarquia vertical, observa-se a existência de uma divisão de poder na horizontal, o que mostra-nos uma certa descentralização do poder e autonomia nos vários espaços que compõem o sistema.

Portanto, para chegar-se à primeira organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, os arranjos começaram a partir da afiliação de Maria Elvira na Associação Comercial de Minas Gerais – AC MINAS. De acordo com Maria Elvira:

Eu fui convidada para ser Diretora da AC MINAS. Eu fui a primeira mulher Diretora [...] e naquela época, o Clube de Diretores Lojistas – CDL⁹⁷⁵ também convidou as duas primeiras lojistas para fazerem parte da Diretoria. Então, foi bom, porque uma coisa puxou a outra. [...] Depois, a FIEMG também convidou uma mulher. Começou assim.⁹⁷⁶

Em relação às duas lojistas citadas por Maria Elvira, uma delas é a empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**,⁹⁷⁷ também nossa entrevistada que nos revelou:

Eu fui a primeira mulher nas CDL's do Brasil⁹⁷⁸ a ser diretora [...] durante 12 anos, quatro dos quais fui da Diretoria Executiva como diretora política. [...] Depois fui Presidente do CIEMG – “Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais” que funciona dentro da FIEMG – “Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais”, e da Associação Comercial. (Começou) na década de 1980 [...] e hoje ocupo a

⁹⁷⁴ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

⁹⁷⁵ Atualmente o Clube de Diretores Lojistas – CDL – passou a chamar-se “Câmara de Diretores Lojistas.”

⁹⁷⁶ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹⁷⁷ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 10 nov. 2003 e outra parte em 2005. Presidente da Associação Brasileira de Franchising – ABF; Fundadora da FANAPE – Fábrica Nacional de Perfumes Ltda; Membro permanente do Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil; Presidente do Grupo Água de Cheiro. Empresa : Água de Cheiro – 730 lojas no Brasil (72 em Minas Gerais, 26 em Belo Horizonte). Comércio e Indústria. Porte Médio. 2.200 funcionários diretos no Brasil; 450 no Estado de Minas Gerais e 300 em Belo Horizonte. 55 anos, três filhos, católica, classe alta. Formação: Graduada em História – UFMG; Especialização em Cultura Hispânica – Madri/Espanha; Bacharel em Direito – UFMG.

⁹⁷⁸ Como ilustração, nessa mesma época, especificamente em junho de 1980, tomou posse também a *primeira mulher presidente* nas CDLs do Brasil – a empresária Auzônea Vieira –, na cidade de Patos de Minas. Eleita por três (03) gestões consecutivas, Auzônea Vieira presidiu a CDL – Patos de Minas de 1980 à 1986 (Cf. PORTO, Maria de Fátima Silva. *De batom e salto alto: experiências de emancipação de mulheres empresárias de Patos de Minas – 1980-1990*. Op. cit., p. 219).

diretoria da AC MINAS, como Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora”.⁹⁷⁹

Observa-se que a participação de Beth⁹⁸⁰ Pimenta ocorre nas duas associações, ou seja, na CDL e na AC MINAS. Esse fato foi verificado também em outras mulheres empresárias. Normalmente, as mulheres que participam de uma associação são aquelas que afiliam-se em outras.

Voltando à Maria Elvira, essa foi perguntada sobre a precursora da organização das mulheres empresárias em Minas Gerais e a mesma confirmou: “Sou a pioneira, totalmente pioneira. Eu colocaria aí também algumas mulheres junto comigo: a Beth Pimenta, a Sílvia Miléo e outras, todas lojistas e empresárias, na época. Mas *fomos muito poucas que começamos*. Era um grupo pequeno”.⁹⁸¹

Sobre a organização do grupo, Olson⁹⁸² faz uma taxionomia em relação ao seu tamanho. Um grupo, quanto maior for, exigirá mais organização, acordo e número de membros que deverão ser incluídos. O autor divide os grupos em pequenos e grandes. Os pequenos, por sua vez, são subdivididos em “*privilegiados*” e “*intermediários*” e, esse último, pode ser enquadrado nas duas categorias, ou seja, pequeno ou grande. Grupos grandes são chamados de “latentes”. Sobre as especificidades do tamanho dos grupos, não é nossa proposta aprofundar esse tema, no entanto, apenas para uma complementação, registramos seus significados de acordo com Olson:

Um grupo “privilegiado” é um grupo em que cada um de seus membros, ou pelo menos um deles, tem um incentivo para se esforçar para que o benefício coletivo seja provido mesmo que ele tenha de arcar sozinho com todo o ônus. [...] Um grupo “intermediário” é um grupo em que nenhum membro obtém sozinho uma parte do ganho suficientemente grande para incentivá-lo a prover o benefício, mas que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou pode não ser, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal. [...] o grupo muito grande que aqui será chamado de grupo “latente” [...] se distingue pelo fato de que, se um membro ajudar ou não ajudar a prover o benefício coletivo, nenhum outro membro será significativamente afetado e, portanto, nenhum terá razão para reagir. Assim, no grupo “latente” um indivíduo não pode, por definição fazer uma contribuição perceptível a qualquer esforço grupal e, já que ninguém no grupo reagirá se ele não fizer nenhuma contribuição, ele não terá incentivo para contribuir. [...] Somente um *incentivo independente e “seletivo”* estimulará um indivíduo racional em um grupo latente a agir de maneira grupal. Em tais circunstâncias a ação grupal pode ser obtida

⁹⁷⁹ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

⁹⁸⁰ Registramos que o nome da empresária Elizabeth da Cunha Pimenta é substituído por *Beth* por todas as empresárias que fazem referência ao seu nome. Por isso, em várias passagens, fizemos uso desse também.

⁹⁸¹ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

⁹⁸² OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

somente através de um incentivo que opere, como o próprio benefício coletivo, sobre o grupo como um todo, mas de maneira *seletiva* com relação aos seus membros, e não de forma indiscriminada. O incentivo deve ser “seletivo” no sentido de que aqueles que não se unam à organização que trabalha pelos interesses do grupo ou não contribuam de outras maneiras para a promoção dos interesses do grupo possam ser tratados de forma diferente em relação àqueles que colaboram. Esses “incentivos seletivos” podem ser negativos ou positivos, ou seja, podem coagir com alguma punição aqueles que não arcarem com a parte dos custos da ação grupal que lhes foi alocada, ou podem ser estímulos positivos para aqueles que agirem pelos interesses do grupo. [...] Os grandes grupos são, portanto, chamados de “latentes” porque têm um poder ou capacidade latente para a ação, mas esse poder potencial só se pode concretizar ou mobilizar com a ajuda de “incentivos seletivos”.⁹⁸³

Todos os grupos devem ter uma condição mínima de organização ou acordo. Nessa perspectiva prossegue Olson:

Pode não ser necessário que o grupo inteiro esteja organizado, já que uma subparte do grupo total pode ter condições de prover o benefício coletivo. No entanto, estabelecer um acordo ou organização grupal sempre tenderá a ser mais difícil quanto maior for o tamanho do grupo, porque quanto maior o grupo mais difícil será configurar e organizar até mesmo um subgrupo do grupo total.⁹⁸⁴

Os grupos pequenos, afirma Olson, promovem melhor os interesses comuns de seus membros do que os grandes. O tamanho do grupo é um fator de definição que determina a possibilidade de uma participação em “[...] que a busca *racional e voluntária* de *um interesse individual* gere comportamento grupal”.⁹⁸⁵

Ressaltamos a “busca *racional e voluntária*” das pessoas para participarem de um grupo, no nosso caso, das mulheres empresárias que se afiliam em uma associação ou grupo, acrescida do interesse individual. A participação das mulheres empresárias nas associações ou organizações, verificamos, caracteriza-se, para todas, de forma voluntária, com racionalidade e *a partir* de um interesse individual. Nesse sentido, as justificativas que as levaram a afiliarem-se vão de encontro ao proposto por Olson.⁹⁸⁶ Apenas para ilustrar, tendo em vista que a participação voluntária é uma constante em todos os depoimentos, reproduzimos a declaração da empresária **Maria Auxiliadora Chaer Lopes**⁹⁸⁷ que sintetiza a idéia de todas as mulheres empresárias:

⁹⁸³ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 62-3-4.

⁹⁸⁴ Ibidem, p. 59.

⁹⁸⁵ Ibidem, p. 64 (grifos nossos).

⁹⁸⁶ Cf. Ibidem.

⁹⁸⁷ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Belo Horizonte/MG. Entrevista. 29 set. 2003. Presidente do Conselho Nacional da Mulher. Empresária da Confederação das Associações Comerciais do Brasil – CACB – Primeira Presidente do Brasil; Diretora da Associação Comercial AC MINAS; Ex-presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público/MG e Membro da Associação Iberoamericana de Presupuesto Público – ASIP. Ex-superintendente de Orçamento do Estado do Estado de Minas Gerais. Empresa: Central de Eventos/SP. Prestação de

Essa nossa atividade é uma atividade voluntária. Nós conseguimos tentando motivar a mulher e tentando propor algum projeto que seja atrativo para ela, que tenha a ver com a ação da mulher. Então, tentamos criar essa oportunidade, porque, na realidade o que é esse Conselho? É uma forma de buscar sempre algo que você quer motivar e levar a pessoa a fazer acontecer. Então, o que a gente quer? A mulher de ação, a mulher negociadora, a mulher empreendedora. Então, é para ela entrar nesse contexto e inserir-se profundamente para que ela possa mostrar a sua potencialidade, a sua força, a sua capacidade, a sua competência, o seu comprometimento.⁹⁸⁸

Essa participação voluntária, portanto, representa a mesma opinião detectada nos diversos depoimentos das mulheres empresárias.

Um grupo pequeno tem várias vantagens a mais que o grupo grande, principalmente, porque o participante tem a consciência de que suas opiniões, presença e esforços influenciam ou influenciarão nas decisões, como estas também o afetam ou afetarão no seu dia-a-dia. Por isso, os membros do grupo pequeno estudam mais a pauta em discussão. De acordo com Olson:

As decisões da reunião são, portanto, benefícios públicos para os que dela participam (e talvez também para outras pessoas), e a contribuição de cada participante para a obtenção ou melhoria desses benefícios públicos diminuirá quanto maior for o número de participantes da reunião.⁹⁸⁹

Por esse motivo e outros, as organizações preferem o grupo pequeno, tendo em vista sua importância na liderança e no trabalho dirigente que tem que desempenhar. Ainda, empregam mais energia, tomam as decisões mais rápidas, utilizam seus recursos com mais cuidado, racionalidade e eficiência e tem maior durabilidade do que o grupo grande.⁹⁹⁰

Inclusive, Olson faz uma crítica à teoria tradicional sobre a participação em associações voluntárias modernas quando supõem que os grupos grandes ou latentes agirão da mesma forma que os grupos pequenos no cumprimento de suas funções. Segundo o autor, após pesquisas realizadas, observou-se que essa teoria tradicional apresenta-se incompleta, porque o resultado indicou que a participação em “[...] grandes organizações voluntárias é muito menor do que a teoria tradicional sugere”.⁹⁹¹ Assim, a formação das grandes organizações deve ser estudada “[...] por fatores distintos daqueles que explicam a existência

Serviços. Porte pequeno – Serviço terceirizado. 50 anos, casada, duas filhas, católica, classe alta. Formação: Graduada em Filosofia pura e Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomaz de Aquino de Uberaba; Especialização em Planejamento, Orçamento e Consultoria de Projetos.

⁹⁸⁸ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

⁹⁸⁹ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 66.

⁹⁹⁰ Cf. Ibidem.

⁹⁹¹ Ibidem, p. 71.

de grupos menores”.⁹⁹² Deve-se atentar também para os problemas ou obstáculos para a coesão ou ação grupal, ou seja, se são causadas por uma falta de consenso entre os membros do grupo ou se os obstáculos devem-se à falta de incentivos pessoais ou individuais. Os incentivos podem ser, além dos econômicos que são os mais comuns, também sociais “[...] *dado que status social e aceitação social são benefícios individuais, não-coletivos*”.⁹⁹³ Outros motivos podem ser levados em conta como “[...] um desejo de prestígio, respeito, amizade [...]”,⁹⁹⁴ auto-estima, além dos econômicos e sociais. Assim, incentivos sociais são diferentes dos incentivos econômicos e, talvez, em um grupo pequeno, a perda do *status social* pode pesar até mais que o ganho econômico.

Em um grupo latente, por exemplo, os *incentivos seletivos* podem ser usados para a mobilização por meio de sanções e recompensas sociais. Um membro do grupo considerado teimoso ou indesejado ou que não colabora pode ser colocado à margem, como aquele que participa ou “[...] colabora pode ser convidado para o centro do círculo privilegiado”.⁹⁹⁵

Além dos incentivos sociais e econômicos, Olson diz-nos que existem ainda “[...] incentivos eróticos, psicológicos, morais e outros mais”.⁹⁹⁶ Tanto podem ser usados em grupos pequenos como nos grupos latentes. Para estes últimos, no entanto, são mais eficazes:

Esses tipos de incentivos só podem levar um grupo latente a obter um benefício coletivo porque são ou podem ser usados como “incentivos seletivos”, isto é, porque têm a faculdade de distinguir entre os indivíduos que apóiam a ação em prol do interesse comum e aqueles que não o fazem. Mesmo no caso em que as atitudes morais determinam se uma pessoa terá ou não uma conduta grupal, o fator crucial é que a reação moral funciona como “incentivo seletivo”.⁹⁹⁷

No entanto, segundo Olson, os incentivos sociais e a pressão social são mais freqüentes e funcionam em grupos pequenos onde os membros têm contato direto e conhecem os demais membros. Não obstante, existe um caso onde os “incentivos sociais” podem provocar a ação grupal dentro de um grupo grande ou latente:

É o caso do grupo “federativo”: um grupo subdividido em uma série de *pequenos grupos*, cada um dos quais com suas razões para se unir aos outros em uma federação que represente o grande grupo como um todo. Se a organização central ou federativa prover algum serviço para as *pequenas organizações constituintes*, estas poderão ser induzidas a utilizar seus incentivos sociais para fazer com que os

⁹⁹² OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 71.

⁹⁹³ Ibidem, p. 73.

⁹⁹⁴ Ibidem, p. 72.

⁹⁹⁵ Ibidem, p. 73.

⁹⁹⁶ Ibidem, p. 73.

⁹⁹⁷ Ibidem, p. 73.

membros de cada pequeno grupo contribuam para a consecução das metas coletivas do todo grupal. Portanto, as organizações que empregam incentivos *sociais* seletivos para mobilizar *um grupo latente interessado em um benefício coletivo têm de ser federações de grupos menores*. O ponto mais importante, contudo, é que os incentivos sociais são importantes principalmente no pequeno grupo e só desempenham um papel de certa importância no grande grupo quando este é uma *federação de grupos menores*.⁹⁹⁸

Assim, os grupos pequenos, chamados de “privilegiados” ou “intermediários” levam vantagem sobre os grupos grandes ou latentes porque dispõem tanto dos “incentivos econômicos” como dos “incentivos sociais” para motivarem seus membros às ações grupais na consecução de interesses e benefícios coletivos. Ainda, o grupo pequeno pode organizar-se para uma ação coordenada motivado por uma razão apenas, o que não acontece com um grupo grande que exige incentivos seletivos.

Nesse sentido, o grupo pequeno a que Maria Elvira se referiu enquadra-se dentro de uma federação. São grupos pequenos que compõem uma federação, já caracterizada por Olson como um *grupo latente ou grande*, cuja federação, por sua vez, compõe uma confederação que engloba, conseqüentemente, um maior número ainda de grupos pequenos e torna-se, portanto, um grupo maior ainda, sendo, também, *grande ou latente*.

Caracterizamos o *grupo pequeno* citado por Maria Elvira de “grupo intermediário”, tendo em vista ser o benefício coletivo para todos os membros do grupo e não somente para um, e, ainda, porque os benefícios coletivos pretendidos só podem ser obtidos por meio da organização ou coordenação do grupo e, não, sem essa.

Desse modo, o *grupo pequeno* das mulheres empresárias é um “grupo intermediário” que compõe um *grupo grande ou latente*, ou seja, é uma unidade dentro de uma federação e de uma confederação.

O momento em que Maria Elvira disse ter iniciado a organização do grupo, confirma Tabak, era um momento no qual o país retornava à democracia após 20 anos de um governo militar autoritário e houve muitas dificuldades em organizar a unidade de ação política das mulheres, dos órgãos responsáveis por suas questões e direitos, e para buscarem as articulações:

Não foi uma tarefa fácil mobilizar as mulheres para uma participação mais intensa, quando as instituições políticas tão fundamentais para a consolidação democrática como o Congresso Nacional, sofrem um processo de acelerada desmoralização, em conseqüência de denúncias (comprovadas) de corrupção.⁹⁹⁹

⁹⁹⁸ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 75 (grifos nossos).

⁹⁹⁹ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 76.

No início dos anos de 1980, reforça Prates,¹⁰⁰⁰ ocorreu uma queda drástica de investimentos em Minas Gerais associada à uma situação crítica da dívida do próprio estado, o que afetou a sua capacidade de gasto. Minas Gerais vivia, nesta época, a mesma situação que o país todo também experimentava, com a mesma redução de investimentos na capacidade de gastos. Afirma Prates: “Entre 1980 e 1984, os investimentos públicos caíram dramaticamente, não chegando a atingir um terço do nível de 1980. A maior parte dessa queda pode ser atribuída à concentração dos investimentos federais nas empresas estatais não-financeiras”.¹⁰⁰¹

Prossegue o autor que paralelamente à crise, houve grande especulação financeira com ganhos excessivos para alguns, o que provocou maiores contrações. Minas Gerais apresentou uma contração negativa dos investimentos na ordem de 8% em meados da década de 1980.

Não obstante a crise econômica no país,

[...] a economia mineira conseguiu crescer acima da média nacional, notadamente pelo direcionamento às exportações de seu esforço produtivo. O extraordinário crescimento médio de 11,6% ao ano verificado no PIB mineiro na década de setenta reduz-se para 2,4% nos anos oitenta. Ainda assim, Minas registrou uma leve perda na sua contribuição para o PIB brasileiro,[...].¹⁰⁰²

Na mesma direção, Santos comenta sobre a economia mineira no contexto dos anos de 1980 e sua conexão com o contexto nacional:

O desempenho da economia mineira ao longo dos anos 80 tem como pano de fundo as dramáticas transformações ocorridas na economia nacional como resposta aos choques externos e ao esgotamento do modelo de substituição de importações. De fato, os anos 80 constituem um ponto de inflexão do processo de industrialização tanto brasileiro como mineiro. Embora a economia mineira sofra uma inequívoca descontinuidade no crescimento do PIB e dos investimentos, em relação aos anos 70, ela acabou por se beneficiar das alterações na estratégia econômica adotada pelo país, participando da opção pelo *drive* – exportador.¹⁰⁰³

Assim, o governo estatal perdeu sua capacidade de coordenação e liderança, enfrentando a maior e mais aguda crise. Perdeu, ainda, a tradicional função de promover o crescimento industrial. As relações entre as empresas e o Estado, alcançadas nos anos de crescimento nos períodos anteriores, foram deterioradas e enfraquecidas, devido à

¹⁰⁰⁰ PRATES, Fernando Martins (coord.) As Transformações em Curso. Cap. 2. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. v. I. Op. cit.

¹⁰⁰¹ Ibidem, p. 94.

¹⁰⁰² BDMG – A máquina pública e o novo desenvolvimento. Cap. 4. In: *Minas Gerais do Século XXI*. Uma nova visão do novo desenvolvimento. v. Especial. Op. cit., p. 30.

¹⁰⁰³ SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. A Construção Econômica Recente. Cap. 1. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. v. I. Op. cit., p. 34.

incapacidade de investimentos e de liderança. “A escassez de recursos e a falta de continuidade nas políticas e no planejamento estratégico comprometeram a coerência e eficiência das intervenções estatais”.¹⁰⁰⁴

A preocupação dos empresários passou a ser os problemas financeiros aliados à grande especulação, em vez de investirem na produção, no incremento de tecnologias inovadoras ou de realizações das metas planejadas para o desenvolvimento.¹⁰⁰⁵

Portanto, na década de 1980, o quadro econômico era um fator que agravava todo o contexto. Os sinais de uma crise econômica foram manifestados por uma inflação altíssima, acarretando desemprego e recessão. Isso contribuiu também para um descrédito em relação às instituições políticas. Na mesma direção confirma Boschi:

O início dos anos 80 é caracterizado pela crescente incerteza, com altas taxas de inflação e desemprego no plano econômico e, no político, as oscilações na condução institucional do processo de abertura. As classes médias, por um curto período um segmento próspero e em ascensão, experimentavam agora uma redução de suas oportunidades.¹⁰⁰⁶

A classe média, durante o período do “milagre” brasileiro, teve uma grande expansão econômica. Contudo, devido à recessão no início de 1980, sofreu grandes perdas em seu poder aquisitivo.

Esse mesmo autor, juntamente com Diniz,¹⁰⁰⁷ escreve que apesar da recessão econômica, a qual coexistia com a redemocratização, e um desgaste e atomização em relação aos partidos políticos, ocorreu uma proliferação de associações na mesma época. Segundo Diniz e Boschi,

[...] verificou-se um aumento do associativismo empresarial entre os anos de 1979 e 1984, que corresponde à abertura política. Nessa fase, mantém-se expressiva a porcentagem de novas associações. Assim, embora sob o autoritarismo não tenha havido uma supressão do associativismo dos setores empresariais, o fato digno de nota é que a abertura teve possivelmente um impacto sobre a capacidade organizacional da classe, estimulando especialmente a criação de canais de articulação de interesses fora da estrutura oficial.¹⁰⁰⁸

Além das associações empresariais específicas, outras proliferaram em diversos segmentos profissionais liberais, de donas-de-casa, de populares e tantas outras.

¹⁰⁰⁴ SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. A Construção Econômica Recente. Cap. 1. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI. O Ponto de Partida*. v. I. Op. cit., p. 34.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁰⁶ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. Op. cit., p. 99.

¹⁰⁰⁷ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *Associativismo e Trajetória Política do Empresariado Brasileiro na Expansão e Declínio do Estado Desenvolvimentista*. Op. cit.

¹⁰⁰⁸ *Ibidem*, p. 70.

No período de transição, da passagem de um regime autoritário para a abertura política ou para a redemocratização, a classe média emergiu como um ator político. Opondo-se ao regime, passou a organizar-se também por meio de inúmeras e diversas associações espalhadas por todos os lugares em busca de seus objetivos e interesses.

Inclusive, um dos fatores que levou grande parte das mulheres da classe média para o espaço público, para o mundo do trabalho, foi a queda do poder aquisitivo. Com o trabalho, as mulheres passaram a contribuir com o orçamento doméstico para a manutenção do nível social, do *status* da família.

A empresária Elizabeth da Cunha Pimenta, referindo-se à essa época comentou:

Até 1970, a mulher foi educada para casar, ter filhos e ser feliz para sempre. Tudo começou com o primeiro choque do petróleo – o problema da classe média no Brasil. Foi quando a classe média empobreceu e as mulheres tiveram que sair, não por opção, porque elas não tinham essa opção de vida. Elas tiveram que sair para trabalhar, não como realização profissional, mas por uma necessidade financeira de dividir o pão da casa, dividir o lado econômico-financeiro para ajudar o marido nas despesas da casa. Evidentemente que ela foi para o mercado do trabalho, viu e gostou. E não quer voltar para dentro de casa. Mas, no início, ela foi por uma necessidade financeira.¹⁰⁰⁹

Na opinião de Beth Pimenta, é muito recente a entrada das mulheres da classe média no mercado de trabalho. Tem pouco mais de três décadas que elas vêm se preparando profissionalmente. E mesmo em tão pouco tempo, essas mulheres deram um salto quantitativo e qualitativo imensuráveis, ou seja, em 30 anos elas romperam (a maioria) com a cultura da “Rainha do Lar”, com o estigma do privado e investiram na profissionalização.

Também em relação à entrada das mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho, Besse afirma:

Na prática, a inclusão de mulheres de classes média e alta na força de trabalho provavelmente mais beneficiou a economia do Brasil do que beneficiou as próprias mulheres. Somente um pequeno número delas conseguiu verdadeira satisfação e independência com o trabalho assalariado, enquanto a economia [...] ganhou uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável, que podia ser encaminhada para empregos rotineiros de baixo *status*. Além disso, o ingresso de uma elite de mulheres em carreiras novas mais prestigiadas só muito gradativamente modificou os estereótipos da “natureza” feminina. O impacto potencialmente radical do emprego feminino foi solapado pela segregação da ampla maioria de trabalhadoras em cargos “femininos” que lhes proporcionavam remuneração muito baixa, exigia apenas qualificação mínima e não permitia exercício algum de autoridade – em suma, cargos que as mantinham impotentes.¹⁰¹⁰

¹⁰⁰⁹ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁰¹⁰ BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940*. Op. cit., p. 100-101.

Muitas mulheres, aliás, ainda a maioria, aceitaram o trabalho como um dever, como uma forma de beneficiar e/ou ajudar a família e não como algo para elas mesmas. As questões familiares, a condição de esposa e a maternidade foram (e ainda o são para algumas mulheres), privilegiadas em detrimento da profissão. No entanto, devido também às explorações, às discriminações, às desigualdades na divisão sexual do trabalho, estas se organizaram.

E não foram somente as mulheres, mas, praticamente, toda a sociedade brasileira que buscou alguma forma democrática de participação enquanto ocorria a transição, motivada por vários fatores, dentre tantos, o econômico, a ingerência e o controle estatal nas organizações. Confirma Boschi:

A criação de novas associações [...] e a renovação interna de associações profissionais tradicionais podem ser entendidas dentro desse quadro. Novos valores, novas formas de organização e um potencial de estímulo à mudança política e social constituem um aspecto do ímpeto associativo da classe média em anos recentes.¹⁰¹¹

Dessa forma, vários grupos profissionais de classe média ou de outras categorias, ansiosos pela redemocratização viram nas associações uma forma de atuação, de redefinição de identidades coletivas e de autonomia.

Como exemplo desses grupos profissionais de classe média organizando-se pela via das associações, podemos citar a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que “[...] tornou-se porta-voz dos direitos humanos e da democracia, dando início à campanha pela Constituinte”,¹⁰¹² de professores, de médicos, da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência – SBPC, de moradores, de grupos femininos, feministas e outros profissionais. Portanto, dentro desses, incluiu-se, também, a categoria de mulheres empresárias, buscando, da mesma forma, pela via associativa, sua organização na esfera pública e no espaço político.

Além das dificuldades contextuais em relação aos fatores econômicos e políticos, o início de uma organização enfrentava e enfrenta também outras dificuldades. Ao ser questionada sobre este início, a empresária Maria Auxiliadora Chaer Lopes¹⁰¹³ afirmou:

A dificuldade existe. Não tenho como negá-la, porque a dimensão territorial do Brasil é grande demais. Para você estruturar (uma organização), para um Brasil desse tamanho não é fácil. Nós temos dificuldade de locomoção. É caro, apesar de termos hoje a eletrônica, a internet no mundo globalizado, por meio da qual comunica-se a todo o momento. Mas, mesmo assim, é difícil uma pessoa sozinha, às

¹⁰¹¹ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. Op. cit., p. 139.

¹⁰¹² Ibidem, p. 153.

¹⁰¹³ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

vezes, em uma região, tentar aglutinar, agregar outras mulheres e disseminar o trabalho. Então, ainda existe muita dificuldade.¹⁰¹⁴

Maria Auxiliadora reforçou ainda como dificuldade o custo econômico para financiamentos de projetos. Para tanto, tornam-se necessárias parcerias. A dificuldade aumenta também quando não há, em outros estados ou nas cidades do próprio estado, a continuidade da organização por meio de unidades espalhadas.

Em relação a este trabalho de expansão das unidades, Lílian Mascarenhas explicou-nos:

Em cada uma dessas associações comerciais, nós fazemos um trabalho de motivação para a criação de Conselhos Empresariais das Mulheres. Eu atuei como presidente na gestão anterior, em uma das associações de Minas Gerais. É com esse nosso trabalho de “formiguinha” que temos 14 municípios com Conselhos de Mulheres instalados. Por exemplo, temos em Pouso Alegre, São Lourenço, Araxá, Divinópolis, Guaxupé, Unaí, Diamantina e outras cidades, completando, como disse, 14 Conselhos já funcionando. E a nossa meta é fazer com que esses Conselhos sejam instalados em todos os municípios mineiros.¹⁰¹⁵

É nesse contexto, portanto, que se deu o início de uma organização efetivamente composta e voltada para as mulheres *empresárias* do estado de Minas Gerais.

Confirmou Maria Elvira: “[...] temos o ‘*Conselho da Mulher Empreendedora*’ hoje, que foi o que eu fundei há 20 anos atrás. [...] Esse Conselho começou com 70 mulheres, no ano de 1983. [...] Atualmente,¹⁰¹⁶ a Presidente desse Conselho é Carmen Bavoso”.¹⁰¹⁷

Também confirmando, a empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso¹⁰¹⁸ citou: “[...] atualmente estou na Presidência do ‘Conselho da Mulher Empreendedora’ a partir de fevereiro de 2003 e meu mandato vence em dezembro de 2004 [...] e faço parte da Diretoria Plena da AC MINAS”.¹⁰¹⁹

A escolha para Presidente do Conselho, explicou-nos Carmen Bavoso, não é feita através do voto democrático e, sim, por indicação “[...] porque há a necessidade de que a Presidente do Conselho seja um membro da Diretoria Plena. Isso é uma regra estatutária da Associação Comercial”.¹⁰²⁰

¹⁰¹⁴ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹⁰¹⁵ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰¹⁶ Atualmente refere-se ao ano de 2003, data da entrevista com Maria Elvira Salles Ferreira. Ao redigir este trabalho, ano de 2006, a presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora” não era mais Carmen Eugênia Bretas Bavoso e sim, Elizabeth da Cunha Pimenta, que assumiu o cargo para o ano de 2005.

¹⁰¹⁷ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹⁰¹⁸ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰¹⁹ Ibidem.

¹⁰²⁰ Ibidem.

Confirmou também que o “Conselho da Mulher Empreendedora” teve seu início em 1983 com aproximadamente 15 (quinze) mulheres que podem ser consideradas as pioneiras, dentre elas, Ângela Maria Prata Pace de Assis, Sílvia Miléo, Maria Elza Veras, todas lideradas por Maria Elvira Salles Ferreira.

Atualmente, o Conselho conta com aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) associadas. Dentro da Associação Comercial existem ao todo 18 (dezoito) Conselhos e, dentre eles, o “Conselho da Mulher Empreendedora”. Outros 3 (três) Conselhos também têm mulheres como Presidentes: O “Conselho do Turismo” da AC MINAS é presidido por Maria Elvira Salles Ferreira; o “Conselho de Seguros”, por Edna Damasceno; e o “Conselho de Recursos Humanos”, por Susely Ortensio. Ainda sobre o “Conselho da Mulher Empreendedora”, acrescentou Carmen Bavoso:

[...] Esse Conselho foi criado em 1983 com o nome de “Comissão Especial da Mulher Executiva” – CEMEX, [...] porque antigamente havia comissões técnicas [...], depois passou a chamar-se “Conselho da Mulher Empresária”, e à medida que várias empreendedoras, mas que não tinham empresa, ou seja, não eram empresárias, mas eram profissionais liberais, arquitetas, médicas, advogadas e outras, passaram a fazer parte do Conselho, resolvemos mudar o nome para “Conselho da Mulher Empreendedora”, para ampliar o conceito e cobrir mais profissionais [...].¹⁰²¹

Observa-se que a concepção de empreendedora estende-se às outras atividades e profissionais e não somente à empresária, ou seja, as palavras empreendedora e empresária não são sinônimas. Deduz-se, dessa forma, que se outra profissional (e não somente a empresária) pode ser empreendedora, essa característica vai além do fato de ser empresária, ou seja, nem toda empresária é empreendedora e vice-versa.

Nesse sentido, para ser empreendedor(a) a formação pode ser em qualquer área ou, inclusive, nem possuir uma formação superior ou uma educação formal. Segundo Dolabella,¹⁰²² a capacidade empreendedora ou o empreendedorismo pode ser desenvolvido por qualquer indivíduo. Isso, após grandes debates em torno desta questão para definir se essa característica era nata ou inata nas pessoas:

A pesquisa GEM 2003 – Global Entrepreneurship Monitor –, realizada em 40 países, ratificou essa concepção, pois revelou que o Brasil é o sexto país mais

¹⁰²¹ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰²² DOLABELLA, F. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Cultura Editores, 1999;

Idem. *Empreendedorismo, uma forma de ser* saiba o que são empreendedores individuais e coletivos. Brasília: Agência de Educação para Desenvolvimento, 2003.

empreendedor do mundo, com 13,2% da população envolvida em atividades empreendedoras, o que representa um total de 14 milhões de empreendedores.¹⁰²³

No entanto, para ser empreendedor(a), Dolabella,¹⁰²⁴ semelhante aos autores citados anteriormente, confirma as características deste personagem, apoiando-se em Timmons e Hornaday: inovação, criatividade, autonomia, automotivação, iniciativa, autoconfiança, perseverança, otimismo, visão de futuro, comprometimento, pró-ativo, transformador de suas idéias em ações, ou seja, necessita de realizações, estabelece metas e objetivos etc.

De acordo com Miguel, baseando-se em Pereira,¹⁰²⁵ o(a) empresário(a) é “[...] o agente que cria e desenvolve, de forma sistemática e racional, uma organização econômica bem sucedida [...]”.¹⁰²⁶

Inferimos que o nome do “Conselho de Mulheres Empreendedoras” baseia-se em uma percepção semelhante à de Dolabella,¹⁰²⁷ quando esse afirma que qualquer pessoa pode ser empreendedora, idéia que pode ser confirmada nos depoimentos das empresárias Carmen Eugênia Bretas Bavoso¹⁰²⁸ e Maria Auxiliadora Chaer Lopes¹⁰²⁹ ao citarem que o nome do Conselho foi mudado para agregar outras profissionais empreendedoras além das empresárias.

Ressaltamos o depoimento da empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso ao referir-se à diferenciação de empreendedora e empresária registrado na epígrafe do subcapítulo 2.1 onde essa distinção é elucidativa.

Na mesma direção, a empresária Beth Pimenta¹⁰³⁰ comentou que qualquer pessoa, em atividades diversas, pode ser empreendedora e pontua as diferenças entre o que seja empresário(a) e empreendedor(a):

A mulher empresária pode ser de várias modalidades, ou porque ela herdou, e às vezes vai tocar o barco com muita vontade, ou por uma cruz que puseram nas costas dela, como poderiam também colocar na de qualquer homem; ou porque ela fez, lutou por aquilo e realizou um sonho. A empreendedora é diferente da mulher empresária. O empreendedor – e estou falando aqui de “homem com H maiúsculo”, “o ser humano”. Não é o homem de calça comprida, nem a mulher de vestido, mas o empreendedor, porque, muitas vezes, a pessoa pode ser um empresário ou empresária, e pode não ser um empreendedor. O empreendedor é aquele que, apesar

¹⁰²³ MIGUEL, Isabel Castello. O administrador empreendedor e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista Brasileira de Administração*. Ano XV, n. 49, p. 57. Jun. 2005.

¹⁰²⁴ Cf. DOLABELLA, F. *Pedagogia Empreendedora*. Op. cit., p. 71.

¹⁰²⁵ Cf. PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento Econômico e o Empresário. *Revista de Administração de Empresas*. N. 32, jul. 1992, p. 6-12. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>.

¹⁰²⁶ MIGUEL, Isabel Castello. O administrador empreendedor e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista Brasileira de Administração*. Op. cit., p. 57.

¹⁰²⁷ Cf. DOLABELLA, F. *Pedagogia Empreendedora*. Op. cit.

¹⁰²⁸ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰²⁹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹⁰³⁰ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

das dificuldades, dos reveses, ele acredita sempre nele, no negócio dele. E ele será um eterno sonhador, mas não é um sonhador de sonhar com estrelas e com lua não, é um sonhador no fazer, em acreditar que ele, com a ação dele, com o sonho dele, com a vontade dele, com o acreditar dele, pode mudar uma realidade, construir. E o empresário, muitas vezes, ele pode ser empresário e empreendedor. Ele pode, às vezes, não ser empresário no sentido de comercializar, mas pode ser um empreendedor na parte científica, na parte cultural. Por exemplo, Madre Tereza de Calcutá era empreendedora na parte social e espiritual. Agora, o empresário: e empresário, muitas vezes, o comerciante, é aquele que toca o negócio dele para tirar dali o arroz com feijão, para viver daquilo. Ele não corre riscos, ele não quer inovar, se tem crises, ele recua. Ele fica do mesmo tamanho. O empreendedor, não, é aquele que quer crescer apesar da crise, ele vai, cresce, e quando ele tem uma idéia nova, ele vai e se lança. Ele está sempre com os neurônios ativos, pensando: “O que eu vou fazer, o que eu vou fazer...”. É aquele que acredita, que não tem medo do desafio, que não tem medo do desconhecido. É aquele que, pelo contrário, o desafio é força para empreender, porque ele tem uma autoconfiança muito grande, uma auto-estima elevada. É aquele que tem otimismo sempre, que é perseverante. Eu não estou falando de “loucuras”, estou falando da pessoa entusiasmada com o sonho dela ou com o sonho até dos outros, que se engaja no sonho dos outros. São pessoas empreendedoras, pessoas que queiram participar, que queiram fazer algo acontecer, que não se conformam em ficar naquela redoma. Saem dali para fora, e cuja ação vai repercutir na sua cidade ou na sua região, no seu estado ou no seu país. São pessoas que fazem a diferença, que fazem história, que mudam a história da sociedade, do seu estado ou do país.¹⁰³¹

A diferenciação de Beth Pimenta entre empresário(a) e empreendedor(a) ressalta a condição de empreendedor(a) como o fator provocador de mudanças e, portanto, vai além da condição de empresário(a).

Sobre essa diferença, também a empresária **Zuleika Rocha**¹⁰³² fez o seguinte comentário:

Penso que são diferentes. Empreendedora é aquela que cria alguma coisa, que renova. Você pode ser um excelente empresário, dentro de todas as concepções de empresário e não ser inovador. E isso tanto em relação ao homem quanto a mulher, não faço distinção. Inovador é aquele que cria alguma coisa, que modifica, que é mais participativo. Ele quer alterar alguma coisa. É aquele que quer buscar uma coisa nova, que quer ver alguma coisa além do seu limite. Isso é ser empreendedor(a). Por exemplo, uma mulher empreendedora, de empreendedorismo, a Beth foi uma. Acho que ela foi uma mulher inovadora, acredito nisso. Acho que foi legal. Eu acompanhei a trajetória dela, a Beth foi uma inovadora. A dona da Newton Paiva, a Maria Elvira, politicamente, como mulher, ela inovou. Ela é um “ser político”. Quebrou barreiras, e como não sou partidária, e mesmo se fosse, não poderia, portanto, deixar de vê-la como uma pessoa inovadora dentro da política, como a Beth foi uma inovadora dentro do gerenciamento como mulher, de conquistar o Brasil, de ver outros enfoques. Em determinado momento ela foi realmente inovadora. Acho aquela empresária da Sadia também fantástica, a Lucília Diniz. Apesar de ser uma socialite, é uma pessoa que profissionalmente criou uma

¹⁰³¹ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁰³² ROCHA, Zuleika. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 01 dez. 2003. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL-BH; Ex-vice-presidente política da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL-BH (Primeira mulher vice-presidente por eleição); Ex-Diretora da CDL-BH; Diretora Industrial da empresa “Torre Eiffel”. Empresa – “Torre Eiffel” – Distribuidora Rocha (alimentos). Comércio/Indústria/Prestação de Serviços. Porte Médio. 201 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, divorciada, 2 filhos, católica, classe média alta. Formação: Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e outros cursos paralelos.

linha. Ela está dentro de uma “linha light”. Então, são pessoas inovadoras. [...] A empresária pode inovar ou não, pode ficar dentro do limite ou não. Ou sair para fora.¹⁰³³

Da mesma forma, a percepção de Zuleika Rocha privilegia a característica do empreendedorismo acima da condição de empresária, sobretudo quando comenta algumas mudanças no comportamento do(a) empresário(a):

Hoje, o(a) empresário(a) é um ser participativo, tem um maior compromisso com a sociedade. Ele tem uma missão social com a comunidade que ele vive. E mudou no sentido de ver a empresa dele – mesmo no sentido da lucratividade – dentro dessa concepção de você estar sempre aprendendo. Você ouve muito falar assim: “O médico sempre tem que estar estudando.” E eu acho que é a mesma coisa, a classe tem que estar sempre buscando inovação, tem que estar sempre atenta, estudando para perceber a mudança de mentalidade das pessoas, a mudança do mercado, o que as pessoas querem, o que as pessoas pensam. Quer dizer, você tem que estar ligado a isso tudo. Hoje, um empresário, por menor que ele seja, tem que saber o que o cliente gosta, o que ele tem que modificar para que o cliente o procure mais. Ele tem que ter essa forma de pensar e de buscar. E isso modificou muito. Antigamente era assim: “Se você não quer comprar, não compra!”, quer dizer, não havia grande preocupação com o “servir bem”, com o que a pessoa estava querendo. Às vezes, a pessoa está de mau humor quando chega na loja e você tem que ser muito mais um psicólogo para ouvi-la, do que propriamente vender o produto, vender no sentido mesmo de venda: “Isso aqui vale tanto e tal”. Você tem que ouvir muito mais, sentir a pessoa, ver o que ela gosta ou não gosta, o perfil dela. Então, modificou muito o perfil do consumidor e, conseqüentemente, o(a) do(a) empresário(a) também.¹⁰³⁴

As percepções sobre o significado de empreendedora e empresária convergem-se, de acordo com os depoimentos de várias empresárias: Carmen Eugênia Bretas Bavoso, Elizabeth da Cunha Pimenta Maria Auxiliadora Chaer Lopes e Zuleika Rocha.

Nesse sentido, verificou-se que no âmbito municipal e, mais à frente, no âmbito estadual, o Conselho abriu-se para além da empresária. No entanto, isto não descaracterizou o formato e nem os objetivos do Conselho que continuou essencialmente composto por mulheres empresárias. Adiantamos também que, em âmbito nacional, o Conselho voltou-se especificamente à mulher empresária, o que veremos à frente.

Perguntado a Carmen Eugênia Bretas Bavoso¹⁰³⁵ sobre os registros do “Conselho da Mulher Empreendedora”, ela apresentou-nos um livro editado em 2001 com o título – “Celebração da História da AC MINAS” em comemoração aos 100 anos da Associação, mas, nas palavras de Carmen Bavoso “[...] não há menção ao ‘Conselho da Mulher Empreendedora’, o qual já existe há 18 anos”.¹⁰³⁶

¹⁰³³ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

¹⁰³⁴ Ibidem.

¹⁰³⁵ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰³⁶ Ibidem.

Sobre o “*Conselho da Mulher Empreendedora*” a empresária **Luziana Brandão Nunes Lanna**¹⁰³⁷ explicou-nos:

Eu participo da Associação Comercial – AC MINAS, que é, hoje, “*Conselho da Mulher Empreendedora*”. Foi fundado pela Maria Elvira, passou para Sílvia Miléo, depois para Ângela Pace, que na época era Secretária da Justiça, e depois passou para mim. E eu passei para outra pessoa.¹⁰³⁸

Também a empresária e advogada **Ângela Maria Prata Pace de Assis**¹⁰³⁹ disse: “O Conselho foi fundado pela Maria Elvira. Ela foi a primeira Presidente e já fez 20 anos. Depois dela, foi a Sílvia Miléo, e depois eu entrei, por volta de 1993”.¹⁰⁴⁰

Na seqüência, confirmou Lílian Tavares Mascarenhas Rocha:¹⁰⁴¹

O Conselho de Belo Horizonte surgiu antes do Conselho da Federação. Ele foi fundado pela Maria Elvira, que era ligada à Associação Comercial como empresária. [...] O conselho de Belo Horizonte tem 20 anos [...]. Por uma consequência natural de seu desempenho da amplitude de suas ações, foram surgindo outros no estado.¹⁰⁴²

Buscamos esses depoimentos que fecharam o círculo, ou seja, chegamos em um momento em que todas as informações repetiam-se, encaixavam-se e comprovavam por meio de várias narrativas, o início da organização específica das mulheres empresárias de forma legalizada e institucionalizada.

¹⁰³⁷ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 30 set. 2003. Presidente da Fundação de Educação Geni Nunes; Vice-presidente da Associação Comercial de Minas – AC MINAS; Diretora da AMAS; Membro do Conselho Consultivo da Santa Casa de Misericórdia; Membro do Conselho da UNIMED; Membro do Conselho Superior da PUC-MG; Membro do Conselho Consultivo da Mendes Sá; Consultora da Secretaria de Educação de Minas Gerais e outros. Empresa: “Luziana Lanna Idiomas” – 17 escolas em Belo Horizonte (com expansão em São Paulo e Rio de Janeiro). Prestação de Serviços. Porte médio. 300 funcionários entre homens e mulheres. 51 anos, casada, quatro filhos, católica, classe alta. Formação: Graduada em Comunicação Social pela PUC-MG; Pedagogia; pós-graduação em Metodologia pela CEPENMG.

¹⁰³⁸ Ibidem.

¹⁰³⁹ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 19 jan. 2004. Vice-presidente da Associação Comercial de Minas – AC MINAS; Vice-presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; Membro da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Conselheira da Divina Providência; Membro do Conselho Consultivo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Diretora Jurídica do PHD – Pace Hospital e da ORPA – Organizações Pace; Pró-Reitora Acadêmica da Faculdade Newton Paiva; Participante dos Congressos Ibero-americanos de Mulheres Empresárias – CIME em Barcelona, Buenos Aires, Madrid, mar Del Plata; Representou o Brasil no NAFTA e na ALCA. Empresa: Hospital Pace – PHA e ORPA – Organizações Pace. Prestação de Serviços. Porte Médio. (PHD) 25 funcionários entre homens e mulheres e outros terceirizados. Porte Pequeno (ORPA) – 20 funcionários entre homens e mulheres com variações sazonais. 53 anos, casada, 3 filhos, católica, classe alta. Formação: Bacharel em Direito – UFMG; Letras pela PUC-MG; Especialização em Harvard University em “Desenvolvimento Econômico nos seus aspectos legais” e “Técnicas em Redação”.

¹⁰⁴⁰ Ibidem.

¹⁰⁴¹ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰⁴² Ibidem.

Sobre a filiação na Associação Comercial, a empresária Lílian Mascarenhas comentou que foi por iniciativa própria sem que houvesse um convite específico. Afirmou que gostou da participação e ressaltou a necessidade da organização das mulheres em separado:

“Ninguém me convidou: Eu que vim”. Nós nos filiamos normalmente, comercialmente, e eu comecei a freqüentar as reuniões e fui manifestando interesse de ajudar nos projetos. Automaticamente você começa a coordenar alguns grupos, liderar algumas frente de trabalho e isso chama a atenção dos dirigentes. Eles vão te convidando e você vai tendo acesso a outro tipo de oportunidade. E foi assim que eu comecei esse trabalho do associativismo feminino. E eu ficava pensando, mais o porquê [...] Eu tinha aquela impressão do preconceito. A própria Luziana mesmo é uma pessoa que tinha essa sensação. “Ah, por que tem que ter Conselho da Mulher Empreendedora?” Uma resposta simples: Nós estamos ainda, em termos de liderança e de poder, nós ainda estamos bem aquém dos homens. Por que isso? Não deveria existir. Não tem mais porque. Mas existe.¹⁰⁴³

No entanto, Lílian Mascarenhas disse que, apesar desse questionamento sobre a organização das mulheres em separado, esta ainda faz-se necessária porque “[...] os rumos da nossa nação são ditados pela visão, pelo olhar masculino”,¹⁰⁴⁴ mas, é uma questão de processo e de tempo para que isso seja superado.

Em relação às organizações de mulheres, mesmo que o enfoque da autora Tabak¹⁰⁴⁵ seja mais direcionado para o âmbito institucional, contribui para uma percepção do ponto de vista de Lílian Mascarenhas. Nas palavras de Tabak:

Existe [...] um consenso de que não basta apenas aumentar a proporção de representantes femininas no Parlamento, pois pode acontecer simplesmente que essas [...] não estejam preocupadas com as questões que afetam as mulheres, *quer porque elas não viveram a experiência de participar em qualquer tipo de organização feminina ou porque não consideram que tais questões sejam relevantes ou prioritárias, ou por qualquer outra razão.* [...] Portanto, quando é que as mulheres fazem diferença? A partir da evidência empírica até agora acumulada através de numerosos estudos, as mulheres que são representadas politicamente por outras mulheres só podem ter certeza de que seus direitos serão garantidos e suas necessidades atendidas, se essas representantes foram indicadas e eleitas e enviadas ao Parlamento *como resultado de sua preocupação, demonstrada publicamente, com as questões que afetam as mulheres e se ofereceram um apoio ativo às lutas das mulheres.*¹⁰⁴⁶

Nesse sentido, as organizações de mulheres de qualquer espécie, dentre elas, as organizações profissionais, desempenharam e desempenham um importante papel na

¹⁰⁴³ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

¹⁰⁴⁵ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação e poder*. Op. cit.

¹⁰⁴⁶ Ibidem, p. 115-6 (grifos nossos).

conquista das demandas e direitos das mulheres. Atuam como grupos de pressão, como *lobbies* frente aos partidos políticos ou aos parlamentares em todas as esferas como forma de prática política na defesa de seus interesses. Inclusive, esses mecanismos já foram comprovados por meio dos depoimentos das próprias mulheres empresárias de nossa amostra.

De acordo com Tabak, as organizações de mulheres contribuem para congregá-las contra formas de discriminação, autoritarismo e violência. Contribuem também para que as mulheres participem na elaboração de leis mais igualitárias, substituindo as obsoletas, discriminatórias e preconceituosas. Uma destas contribuições, por exemplo, pode ser constatada quando o *status* legal da mulher casada de 1916 foi substituído por uma nova legislação no Código Civil por iniciativa de uma organização de mulheres profissionais. As mulheres que participam de organizações de mulheres, afirma Tabak, após estudos realizados em vários países, mostraram

[...] que estavam muito melhor preparadas para contribuir para a melhoria da condição social da mulher em seu país. Não só porque elas conheciam as necessidades e demandas de diferentes segmentos da população feminina, mas podiam exercer influência sobre os representantes masculinos, no Parlamento, para que as leis fossem aprovadas.¹⁰⁴⁷

Conforme o pensamento de Tabak, são as mulheres que devem assumir as iniciativas e o controle para as mudanças que desejam ou que desejarem. E, pelo exposto, não são nem todas as mulheres que desejam ou estão preparadas para provocar as mudanças estruturais e institucionais necessárias.

As mulheres mais propensas e preparadas para tais mudanças, ressalta Tabak, são aquelas que já vivenciaram ou pertencem a organizações de mulheres.

Portanto, o “*Conselho da Mulher Empreendedora*” fundado em 1983, de âmbito municipal com sede em Belo Horizonte, é a primeira organização voltada para a mulher empresária no estado de Minas Gerais, sob a liderança da empresária Maria Elvira Salles Ferreira.

Em seguida, outras organizações, apenas por uma questão de seqüência lógica, foram citadas neste momento, mas não são de mulheres empresárias exclusivamente. Como Maria Elvira participa das associações tanto de mulheres empresárias como também de outras associações representando todas as mulheres, ela incluiu estas últimas em seu depoimento. Assim, segundo Maria Elvira, criou-se, ainda, o “*Conselho Estadual da Mulher*” e a “*Federação Mineira de Mulheres*”, ambos em 1985. O “*Conselho Estadual*” foi uma

¹⁰⁴⁷ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação e poder*. Op. cit., p. 115.

extensão do “*Conselho Nacional da Mulher*” e a *Federação Mineira*, por sua vez, era ligada à “*Confederação de Mulheres do Brasil*”, composta por grupos ligados a movimentos de esquerda. Participavam donas-de-casa, empregadas domésticas, trabalhadoras da periferia, mulheres da zona rural, enfim, uma grande diversidade dentro da Confederação, pela qual Maria Elvira foi chamada para participar como mulher empresária.

Em seguida, Maria Elvira, *como representante das mulheres empresárias* do estado de Minas Gerais, foi eleita Deputada Estadual em 1986 e empossada em 1987, ficando neste cargo durante 8 anos. De acordo com Maria Elvira:

Em 1986 fui eleita e em 1987 fui empossada Deputada Estadual durante oito anos, inclusive tendo sido presidente da Comissão de Educação da Assembléia. Fui vice-líder do PMDB, fui vice-líder do governo e fiz leis: a primeira lei estadual que tratou da questão do assédio sexual, dos chamados “atos discriminatórios, atentatórios, vexatórios” contra a mulher. Foi escrita por mim como deputada e sancionada pelo então governador Hélio Garcia, da mesma forma que realizamos seminários, workshops, discussões, palpites, polêmicas que criaram, eu chamaria, de “preocupações novas” na Assembléia. E depois dali, eu fui para Deputada Federal, também num ato que eu chamaria “transgressor”, porque para você ter uma idéia, quando fui Deputada Estadual ninguém queria ser. [...] entrei para ocupar um espaço. Muitas vezes eu era voz vencida... Dali, eu saí para Deputada Federal. Dos setenta e sete deputados, só três se candidataram. Eu fui a única mulher e a única eleita.¹⁰⁴⁸

À mesma época referida pela empresária Maria Elvira, o “Conselho Nacional de Direitos da Mulher” lançou a campanha “Mulher e Constituinte”, sob a gestão de Jacqueline Pitanguy, ou seja, de 1986 a 1988.

Nesse momento, o Conselho ganhou ainda maior visibilidade, credibilidade e eficiência, tornando-se menos partidário e representando inúmeros e diferentes movimentos de mulheres. Por isso, o Conselho teve maior respaldo por parte dos membros dos variados movimentos na realização de suas ações, das mulheres parlamentares e da sociedade civil.¹⁰⁴⁹

Confirmam Esmeraldo e Said:

A maior representatividade das conselheiras aumenta a sua legitimidade no interior do estado e do governo, permitindo maior trânsito e apoios institucionais nas ações propostas pelo Conselho. O CNDM [...] paralelamente trabalha na tradução, em formato de lei, das principais reivindicações das mulheres para encaminhá-las às subcomissões do Congresso. O chamado *lobbie do batom*, grupo composto por lideranças de mulheres, é uma iniciativa dos movimentos de mulheres e feministas

¹⁰⁴⁸ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹⁰⁴⁹ Cf. ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit.

que se articula ao CNDM para acompanhar os trabalhos dos constituintes na elaboração e votação de Emendas Constitucionais.¹⁰⁵⁰

Essa presença e atuação em torno da votação do texto da Constituição de 1988 fizeram-se visíveis porque as propostas e reivindicações das mulheres foram incorporadas.

Nota-se a ação política¹⁰⁵¹ praticada pelas mulheres através desse Conselho ao questionarem e interferirem na esfera estatal concretizando seus objetivos em forma de leis no espaço público. Nota-se, também, a prática política do *lobby* como pressão para o alcance dos interesses, cuja prática permanece nos dias atuais, conforme detectamos em um depoimento mais à frente.

Segundo Olson, entre os cientistas políticos predomina a idéia do economista institucional John R. Commons,¹⁰⁵² que reforça a idéia de que *os grupos de interesse ou de pressão* eram a força da democracia e que a liberdade na organização de grupos de pressão era a mais importante das liberdades democráticas. Cita Olson:

A idéia de que os grupos de interesse são determinantes absolutamente fundamentais do comportamento político e econômico é aceita por muitos, talvez pela maioria, dos cientistas políticos. [...] “o grupo é a forma política básica”. [...] tem sido repetidamente assinalado que a estrutura da sociedade é associativa. Os grupos são básicos.¹⁰⁵³

Verifica-se, dessa forma, a importância do grupo organizado no interior da sociedade civil.

Em meio aos acontecimentos, percebe-se a preocupação de Maria Elvira com os problemas de todas as mulheres, apesar do início de sua representação em um espaço público ter sido, primeiramente, impulsionado pela condição de empresária. Esse espaço, em seguida, foi amplamente alargado por meio das conquistas na esfera política institucional.

Nota-se uma particularidade na representação por Maria Elvira, porque, como a mesma afirmou, foi indicada *como e por ser empresária* para representar a categoria empresarial. No entanto, sua consciência feminista, levou-a a defender, paralelamente aos

¹⁰⁵⁰ ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Op. cit., p. 247.

¹⁰⁵¹ Sobre o significado de *ação política* desenvolvemos nos capítulos 9 e 10, por uma questão didática.

¹⁰⁵² Cf. COMMONS, John R. Representation of Interests. In: _____. *Representative Democracy*. New York, Bureau of Economia Research, Cap. II, s./d; *Institutional Economics*, Madison, University of Wisconsin Press, 1959, II, p. 877-903. *The Economics of collective Action*, New York, Macmillan, 1950.

¹⁰⁵³ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 131.

interesses do grupo, direitos e projetos referentes a todas as mulheres em geral e, não somente, os interesses das mulheres empresárias.

Sobre essa percepção, Young¹⁰⁵⁴ nos alerta para não cairmos nas armadilhas do essencialismo. Segundo a autora, os interesses das mulheres não são idênticos pelo fato de serem mulheres, tendo em vista que existe uma pluralidade de sujeitos, de posições, de pressões e de contradições dentro do próprio grupo. Reforça Saraceno:

Falar de mulheres em sentido genérico é certamente impróprio; tantas são as diferenças e desigualdades de recursos e oportunidades entre mulheres situadas diversamente segundo a classe social, o país, a etnia, a fase da vida e assim por diante. As próprias mudanças, parciais e contraditórias, ocorridas no que tempos atrás se chamava “a condição feminina” – aumento da instrução, maior participação no mercado de trabalho, diversificação das trajetórias e escolhas familiares – constituem elementos de grande diversificação entre mulheres.¹⁰⁵⁵

Não existe, portanto, uma “objetividade” de interesses e objetivos comuns compartilhados apenas, mas, a defesa de interesses e objetivos de acordo com a “*perspectiva social*” das mulheres. Essa “*perspectiva social*” vai além dos interesses “objetivos” porque leva em conta as subjetividades, as experiências de vida, as crenças, enfim, amplia os interesses das(os) representadas(os) ou do próprio grupo. Dentro da própria categoria de mulheres, já dito, existem interesses e objetivos diferentes entre as próprias mulheres, isto é, esses não são idênticos e, por isso, *partem* de uma mesma “*perspectiva social*” porque abarca todos esses diferentes interesses e objetivos.

Assim, as mulheres devem lutar, defender, deliberar e participar dos órgãos de decisão na esfera política para a elaboração e consecução de políticas públicas e projetos coletivos a partir da “*perspectiva social*”. Isso é válido, inclusive, não somente para o grupo das mulheres, mas para todos aqueles considerados marginalizados ou sub-representados ou em situação de desigualdade no acesso à esfera política devido às posições ou papéis sociais que ocupam na sociedade, impostos por meio da formação estrutural e cultural.¹⁰⁵⁶ Confirmam Câmara e Cappellin: “A cultura é considerada como aspecto estrutural e como aspecto intencional – a cultura como escolha ou processo de inovações e criações”.¹⁰⁵⁷

¹⁰⁵⁴ Cf. YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

¹⁰⁵⁵ SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit., p. 227.

¹⁰⁵⁶ Cf. YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and democracy*. Op. cit.

¹⁰⁵⁷ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 338.

Desse modo, a desigualdade que existe no acesso ou na intervenção na esfera política ou institucional deve-se à diferença estrutural e cultural da sociedade.

Nesse sentido, retomando a análise do depoimento de Maria Elvira, sua preocupação não foi apenas setorial, mas também com questões políticas ampliadas, direcionando e pressionando o Estado para que tais questões se tornassem políticas públicas. Ainda, ao levar as demandas e todas as questões de todas as mulheres para o debate na esfera pública, Maria Elvira reverberou que tais questões sobre a mulher têm um caráter essencialmente político. Contestava as leis vigentes, os direitos, exigia mudanças na legislação, além de debater, dialogar e/ou partilhar concepções com outros sujeitos. Verifica-se, dessa forma, a prática da ação política por Maria Elvira na interpelação ao governo e institucionalização dos interesses coletivos. Essa prática referente à ação política das mulheres empresárias de nosso estudo será abordada mais à frente, no capítulo 11.

Ainda sobre esse período, Tabak afirma:

A participação feminina no Congresso Nacional aumentou em valores absolutos: uma bancada de 26 deputadas estaduais foi eleita em 1986 para a Assembléia Nacional Constituinte e em 1990 esse número subiu para 30 deputadas, e 3 mulheres foram eleitas para o Senado Federal.¹⁰⁵⁸

Apesar desses números, a participação das mulheres na esfera institucional ainda era muito pequena. A sua presença tem mais visibilidade nas Câmaras Municipais.

Nessa prática, observa-se que a articulação de ação com o Estado passou para o âmbito legislativo, diferente da articulação dos anos iniciais da organização do empresariado, que ocorria no âmbito executivo. Na mesma direção, confirmam Diniz, Boschi e Lessa:

Outro aspecto da atuação recente do empresariado tem a ver com a sua disponibilidade para uma participação mais direta nos negócios do Estado, ocupando cargos administrativos e mesmo concorrendo a cargos eletivos. [...] vários empresários disputaram postos executivos e legislativos nas eleições de 1986.¹⁰⁵⁹

Com a eleição de representantes da classe empresarial, como foi a eleição de Maria Elvira, o Legislativo tornou-se uma via e um espaço de interlocução na defesa da categoria.

Conforme Diniz e Boschi, o Poder Legislativo torna-se

¹⁰⁵⁸ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p.77.

¹⁰⁵⁹ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit., p. 29.

[...] um lócus legítimo para o exercício da influência dos grupos econômicos junto ao poder público, destacando-se a reativação dos *lobbies* como instrumento básico de pressão da classe empresarial. [...] Paralelamente, mantém-se expressiva a representação direta, por meio da eleição de um número significativo de empresários para o Congresso, notadamente para a Câmara dos Deputados.¹⁰⁶⁰

Apesar dessas representações, a categoria ainda era muito separada e buscava, por meio de uma representação institucional conseguir visibilidade e ocupar espaços.

Mesmo com a mudança de lugar da ação na década de 1980 ter-se deslocado mais para o legislativo, o que não significa que não houve mediações com o executivo, percebe-se que muitas outras práticas políticas não mudaram. Reforçam Diniz, Boschi e Lessa¹⁰⁶¹ que, apesar da modernização, da presença mais forte do empresariado desempenhando um papel mais ativo em época mais recente, não houve uma cisão em seu modelo comportamental.

A organização do grupo em busca de seus interesses por meio de uma maior representação em cargos políticos eletivos e em cargos administrativos, principalmente na área de política econômica, possibilitou uma flexibilidade na forma estrutural do corporativismo “[...] pela criação de canais alternativos dotados de maior autonomia, mas não à eliminação da estrutura tradicional”.¹⁰⁶²

O que se verifica é uma tendência da “[...] instauração de um formato híbrido, com o surgimento de algumas instâncias neocorporativas”.¹⁰⁶³ Para ilustrar esse novo foco, a partir de 1986 sugeriu-se a criação do “Conselho Nacional de Política Industrial” com a intenção de conseguir maior influência e participação do empresariado na esfera de poder decisório. Outro exemplo, para buscar-se maior unidade de ação e atuação entre o empresariado foi a criação da “União Brasileira de Empresários” – UBE e, sobre essa organização, explicam-nos os autores que era um

[...] órgão responsável pela articulação das diferentes entidades de cúpula do empresariado, em seus vários segmentos. Integrada pelas confederações da indústria, comércio, bancos e agricultura, a UBE está aberta à participação de todas as entidades empresariais, desde as que fazem parte da estrutura corporativa, como os sindicatos e federações, até as associações civis como a ABINEE (Associação Brasileira de Indústria Eletro Eletrônica) e a ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base). O objetivo é criar um espaço para o debate das grandes questões de interesse do conjunto do empresariado, de forma a

¹⁰⁶⁰ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Op. cit., p. 158.

¹⁰⁶¹ Cf. Idem; Idem; RENATO, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit.

¹⁰⁶² Ibidem, p. 30.

¹⁰⁶³ Ibidem, p. 30.

possibilitar o estabelecimento de um consenso e a elaboração de uma plataforma de ação.¹⁰⁶⁴

Observa-se, portanto, que as mulheres empresárias, à mesma época, buscavam organizar-se dentro das mesmas formas estruturais que o empresariado nacional organizava-se.

A necessidade da presença forte de uma liderança para conseguir aglutinar outras pessoas para a organização também é fator preponderante. Segundo Diniz e Boschi,

[...] a partir de 1985, o empresariado [...] torna-se mais visível em sua atuação política, assumindo um papel mais ativo, quer através de suas lideranças, quer através de suas entidades de cúpula – como a FIESP – a qual já vinha sofrendo um processo de reestruturação, desde o início dos anos 80, com a substituição das antigas por novas lideranças identificadas com a face mais moderna do empresariado brasileiro. Paralelamente, verifica-se um estreitamento dos vínculos empresariais com segmentos de uma nova tecnocracia, que passa a ocupar posições centrais no aparelho de Estado, particularmente durante o governo Sarney. Trata-se de uma associação calcada em torno de interesses ligados à modernização capitalista do país, os quais, no entanto, não chegariam a configurar um projeto de reconstrução nacional. Além do reforço dos vínculos com a burocracia governamental, observou-se a revalorização da atuação na arena parlamentar, com a eleição de inúmeros representantes das classes empresariais para postos legislativos e a ativação da prática de *lobbies* durante o funcionamento do Congresso Constituinte, entre 1986/1988.¹⁰⁶⁵

Mais uma vez enfatizamos que a rede estabelecida entre as organizações faz uso, praticamente, dos mesmos recursos e da maioria das práticas políticas nos níveis nacional, estadual e municipal. A estrutura e as práticas políticas adotadas na associação das mulheres empresárias são, basicamente, repetidos, as mesmas recorrentes no âmbito do empresariado nacional.

Nesse sentido, confirmou a empresária Luziana Lanna:¹⁰⁶⁶ “Na política pública nós agimos. [...] a gente apóia as mulheres que estão militando na política. Então, fazemos isso sim, apoiamos. Sempre que a gente pode, fazemos um *lobby*. Tentamos votar em mulher. É a nossa interferência na política”.¹⁰⁶⁷

Ressaltamos que essa percepção de Luziana Lanna, ou seja, a consciência da necessidade de “mulher votar em mulher” com o objetivo de conseguir uma representante feminina na esfera institucional não ocorre entre todas as mulheres. Algumas citaram, por

¹⁰⁶⁴ DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. Op. cit., p. 31.

¹⁰⁶⁵ Idem; Idem. *Associativismo e Trajetória Política do Empresariado Brasileiro na Expansão e Declínio do Estado Desenvolvimentista*. Op. cit., p. 67-8.

¹⁰⁶⁶ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁰⁶⁷ Ibidem.

exemplo, que as mulheres ainda não possuem mais representantes femininas em cargos eletivos, justamente porque “mulher não vota em mulher” pela negação do espaço político às mulheres. Por isso, esse trabalho de conscientização ainda deve ser ampliado.

Lembramos aqui da necessidade da representação das mulheres ser ancorada em uma “*perspectiva social*”¹⁰⁶⁸ pelo fato dessa abranger todos os diferentes interesses e objetivos dentro da diversidade de mulheres que compõe o grupo das mesmas. Uma representante do grupo das mulheres não precisa ser feminista ou ter comprometimento *somente* com a questão feminina ou defender interesses “*objetivos*” de determinado segmento de mulheres apenas, mas, sim, *partir* de uma mesma “*perspectiva social*”. A presença das mulheres na esfera pública e institucional faz-se necessária, portanto, para que a “*perspectiva social*” que incorporam seja visível, concreta e ouvida, e para que participem da elaboração e construção das políticas públicas que contemplem os diferentes e diversos objetivos das mulheres.

Essa participação também contribui e/ou contribuirá para a manifestação e expressão de desejos, vontades e interesses sociais marginalizados e para a desconstrução da idéia de uma “política desinteressada” por parte das mulheres, cuja idéia foi disseminada pela sociedade patriarcal e que ainda justifica e mantém a subalternidade das mulheres na esfera política, a exemplo do depoimento anterior mais próximo da empresária Luziana Lanna.

A busca pela igualdade de autonomia no espaço público e político e por uma sociedade mais igualitária dá-se pela afirmação de interesses e necessidades próprios, e não por negação desses em prol de outros. Nesse caso, seria inverter a subalternidade para outros sujeitos. A igualdade de direitos e de autonomia na participação na esfera política, portanto, defende a discussão e deliberação dos interesses e carências de todos os sujeitos e grupos da sociedade.

Assim, as mulheres têm o direito de possuírem interesses próprios e, não, negá-los ou anulá-los em prol de outros como a cultura patriarcal construiu.¹⁰⁶⁹

Voltando ao depoimento anterior de Luziana Lanna, Tabak e Toscano confirmam que é preciso

[...] um amplo trabalho de divulgação do papel da mulher como agente de pressão social, trabalho este que compete, precipuamente às organizações [...] de todo o gênero, às associações profissionais e aos sindicatos, estes últimos visando ao chamamento de seus membros a uma decidida atuação social na defesa dos interesses profissionais [...].¹⁰⁷⁰

¹⁰⁶⁸ Cf. YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and democracy*. Op. cit.

¹⁰⁶⁹ Cf. DIETZ, Mary. Citizenship with a feminist face: The problem with maternal thinking. In.: *Political Theory*, v. 13, n. 1, p. 19-37, s/d.

¹⁰⁷⁰ TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Op. cit., p. 62.

Os direitos e leis regulamentadas foram resultados de pressões. Por isso, uma ação política “[...] racional e objetiva pode levar aos fins desejados, jamais atingidos [...]”,¹⁰⁷¹ e a prática tem mostrado isso.

Complementa Avelar¹⁰⁷² que a ocupação pelas mulheres nos canais formais de acesso ao poder no Brasil, comparada com alguns países da América Latina e do Caribe, apresenta a seguinte colocação:

[...] o Brasil encontra-se em uma posição intermediária na proporção alcançada pelas mulheres na elite política. Os países com maior presença das mulheres são Bahamas, Antígua, São Vicente e Colômbia, com proporções que variam de 33% a 25%. A estimativa é que o Brasil é de 13% como média geral.¹⁰⁷³

Os países nórdicos, afirma Avelar, que apresentam um IDH mais elevado são os que possuem um maior número de mulheres na participação política, ressaltando a Suécia e a Dinamarca como os pioneiros dessa participação feminina. Apesar de possuírem um IDH alto, não são, entretanto, os primeiros colocados nesse item. “Entre os países latino-americanos, o Chile, o primeiro em IDH, fica em quarto lugar nesse conjunto e a Argentina, o primeiro na representação feminina, é o segundo no IDH”.¹⁰⁷⁴ Por essa comparação, segundo Avelar, o IDH aponta a necessidade de uma redistribuição social de renda para possibilitar a ascensão da mulher na esfera política, além de outros fatores advindos da própria cultura patriarcal.

Também denunciando a desigualdade das mulheres na participação, na intervenção e na tomada de decisão na esfera pública e política, as autoras Câmara e Cappellin atribuem essa desigualdade à questão da cidadania das mulheres pela sua incompletude e fragilização porque

[...] o desenvolvimento da cidadania exige uma alteração das relações de poder social preexistentes ao espaço político. Assim, as determinações de cidadania advêm de um contexto pré-político (no direito civil, de família, do trabalho etc.). A cidadania das mulheres, por seu caráter difuso de ação política, confronta-se com as barreiras construídas pelo modelo de poder familiar masculino. O poder masculino não se restringe à esfera familiar, mas foi historicamente absorvido pelas diferentes relações sociais. Também nas relações assimétricas de classe e de raça, o poder do *pattern* autoritário desloca-se interferindo nos diferentes contextos de sociabilidade. [...] Não podemos esquecer que se a cidadania é reconhecida como processo plural de expressões (civil, política e social), o percurso específico da cidadania das mulheres comporta reconhecimento das rupturas às submissões na esfera familiar. A maternidade, a sexualidade e o trabalho doméstico/familiar são situações chave do

¹⁰⁷¹ TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Op. cit., p. 62.

¹⁰⁷² AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op., cit.

¹⁰⁷³ Ibidem, p. 51.

¹⁰⁷⁴ Ibidem, p. 54.

poder assimétrico entre as pessoas de sexo masculino e feminino. Todas as marcas da autoridade masculina têm a possibilidade de se reproduzir no sistema político e, às vezes, se reforçam graças a permeabilidade e comunicação entre as esferas privada e pública. O controle exercido pelas referências patriarcais de poder masculino, tem conseguido fragilizar o processo de individualização, de autonomia e de participação das mulheres.¹⁰⁷⁵

O sistema hierárquico de nossa sociedade, de acordo com as autoras, atrasa a prática da autonomia das pessoas no espaço político e, principalmente, fragiliza e impede a conquista da cidadania pelas mulheres devido aos “[...] mecanismos e relações de poder que a precedem”¹⁰⁷⁶.

Com apoio em Zincone,¹⁰⁷⁷ que critica a simplificação da difusão da cidadania das mulheres retomando o âmbito das instituições na outorga do uso dos direitos pelos indivíduos, Câmara e Cappellin escrevem que

[...] devemos evidenciar, sobretudo, a construção social do sistema político – desenvolvimento da esfera pública – mais do que responsabilizarmo-nos por oferecer aos indivíduos o acesso à tutela e às garantias, ou seja, ao manuseio dos direitos. [...] Os direitos são produtos sociais na medida em que nascem como fruto da pressão das demandas coletivas desde baixo. Mas são expressões sociais também porque se formam como expressões das prerrogativas das instituições junto à população. Com efeito as instituições, como canários coletivos de sociabilidade, deveriam estar capacitadas a predispor o acesso à tutela da população. O que é socialmente possível, pela definição e elaboração das regras e dos códigos de comportamentos enunciados pelas instituições. O que está em jogo é a capacidade do sistema democrático elaborar estratégias de inclusão que realizem a abertura das oportunidades aos indivíduos.¹⁰⁷⁸

No âmbito público e político, portanto, as mulheres continuam em desigualdade pela limitação nas oportunidades e pelo conjunto inadequado de regras e normas, fatores que fragilizam a cidadania feminina. Os pré-requisitos ou as dotações sociais exigidos às pessoas para que possam intervir nas decisões políticas não são distribuídas com equidade entre mulheres e homens, tendo em vista que as exigências institucionais são mais altas para as mulheres, isto é, para que possam participar das decisões políticas.

¹⁰⁷⁵ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 341.

¹⁰⁷⁶ Ibidem, p. 341.

¹⁰⁷⁷ ZINCONI, G. *Da sudditi a cittadini*. Bolonha: Il Mulino, 1992 apud ibidem.

¹⁰⁷⁸ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 342.

Continuando com o apoio em Zincone,¹⁰⁷⁹ Câmara e Cappellin escrevem que para a abertura para as mulheres na esfera pública, tanto no mercado de trabalho como na esfera institucional mantém duas perspectivas:

1 – Pode ingressar “na paridade” no mercado de trabalho e na política, mercados estes organizados sob medida para o homem, isto é, para indivíduos “liberados” das tarefas domésticas, assim como os cidadãos de Atenas estavam liberados das atividades não dignas. Neste contexto a mulher pode “escolher” a assimilação, que simula a igualdade, ou pode ingressar protegida usufruindo de algumas tutelas no mercado de trabalho que lhe permitem manter o desempenho “das funções familiares predominantes”. Mas, o acesso às atividades produtivas é trocado pela ocupação nos guetos com salários sempre menores.¹⁰⁸⁰

Dessa forma, a cidadania das mulheres continua fragilizada “[...] *nos fatos e na forma*”.¹⁰⁸¹ Isso devido às relações autoritárias que continuam impondo limites à participação das mulheres nas ocupações dentro da esfera pública.

Para além das discriminações e barreiras que cerceiam o exercício dos direitos e de autonomia pelas mulheres no espaço público e político, reforçam Câmara e Cappellin que

[...] o sistema eleitoral, [...] atua com uma dupla fonte de eliminação das mulheres. Ao obrigar os candidatos a custosas campanhas de propagandas, acaba desvalorizando o compromisso ético e supervaloriza a capacidade de gastos. As mulheres, por terem menor acesso e menores habilidades para procurar grandes fundos de campanha, têm menos chances de ser candidatas. Além disso, as campanhas e a vida política exigem além de denário, também tempo. Fica claro que as mulheres, em geral, não só têm menos tempo a ser dedicado à política, mas em decorrência de suas atividades e compromissos familiares, dificilmente podem usufruir autonomamente dos fins de semana ou das noites para fazerem política. Os recursos das mulheres não somente são escassos, mas também recortados pelo modelo familiar que exige da mulher, e sobretudo dela, um envolvimento doméstico contínuo.¹⁰⁸²

Por isso, reforçamos junto às autoras, a necessidade de continuar com a crítica ao essencialismo da feminilidade e buscar a trajetória da marginalização das mulheres.

Nessa perspectiva, lembramos nossa abordagem feita na Parte I deste trabalho com uma análise de referência à mulher em alguns Códigos que revelaram parte dessa trajetória de exclusão. O Código Napoleônico, por exemplo, citado na nota 365, limitou a participação da

¹⁰⁷⁹ ZINCONE, G. *Da sudditi a cittadini*. p. 193 apud CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit.

¹⁰⁸⁰ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit. p. 345.

¹⁰⁸¹ Ibidem, p. 345.

¹⁰⁸² Ibidem, p. 343.

atuação das mulheres, apesar de sua mensagem de emancipação universal. Os direitos das mulheres foram subordinados ao estatuto de uma mulher casada. Acrescentam Câmara e Cappellin:

Os dispositivos culturais de exclusão estão presentes nos dois modelos de formação da cidadania. No caso do modelo societário as relações de poder vêm sendo amarradas no nível pré-político, por meio do direito civil e do direito da família. Assim, estruturam-se as articulações entre os direitos. A falta de autonomia na sociedade civil estende-se para a esfera da comunidade política. No modelo estatal, as mulheres são excluídas a partir da repercussão da família para a construção do Estado. As relações hierárquicas na família fomentam sua condição de dependência, tendo como referência o estatuto paterno. A naturalização da hierarquia familiar, encaminhada pela tradição, oferece-se como referência para constituir a sociedade política.¹⁰⁸³

Existe uma conexão, continuam as autoras, entre o atraso dos direitos civis e dos direitos políticos. O projeto universal liberal produziu e produz a subordinação ou a manipulação cultural e essa é causada não por hierarquias sociais e/ou políticas baseadas no *mérito* ou na *competência*, e sim, por indução, além de presumida. Com base ainda em Zincone¹⁰⁸⁴ as autoras enfatizam:

É importante recuperar estes dois elementos da manipulação cultural que produzem a marginalização. Ela é induzida e suposta ou presumida. Induzir no sentido filosófico, isto é, inferir de determinadas observações ou experiências particulares o princípio geral nele implícito. Supor e presumir faz referência a entender baseando-se em certas probabilidades às conjeturas ou presunções.¹⁰⁸⁵

Lembramos que já percebe-se o *início* de uma mudança em relação à marginalização pela via da manipulação cultural originada do universalismo liberal detectado nos depoimentos das mulheres empresárias de nossa amostra. Essas afirmaram que buscam, ocupam e/ou estão ocupando e ocuparão o espaço público e político por meio da *competência*, inclusive, com muita ênfase entre a maioria. Nessa perspectiva, verifica-se o *início da exigência ao direito de participação no espaço público e político* por meio de hierarquias sociais e políticas ancoradas no *mérito* ou na *competência*, e não, na exclusão cultural imposta e construída. O enraizamento tão profundo dessa cultura de exclusão ainda presente na

¹⁰⁸³ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit. p. 344.

¹⁰⁸⁴ ZINCONE, G. *Da sudditi a cittadini*. p. 205 apud CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit.

¹⁰⁸⁵ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit. p. 344.

sociedade continua sendo explicado por Câmara e Cappellin. Essas, retomando Zincone, citam que

[...] o jogo de encaixar a mulher em posição subordinada no núcleo familiar permanece como referência para atrasar o acesso das mulheres aos direitos individuais. A exclusão das mulheres tem raízes culturais profundas, ainda não destruídas, que se apóiam no conceito de unidade familiar que informa a tradição do direito civil. Esta visão cultural foi indo *até o alto*, penetrando as regras jurídicas chegando a infiltrar-se no direito público e constitucional. Nesse sentido, a autora fala da “cidadania das mulheres como expressão da emergência do individualismo tardio”. [...] A cidadania das mulheres denuncia assim os limites de seu próprio modelo. Às mulheres é designada uma função de cuidado da família e só depois lhe são oferecidas as possibilidades do mercado de trabalho, na política.¹⁰⁸⁶

As autoras afirmam que o reequilíbrio das oportunidades entre os sexos deve transformar as raízes culturais de exclusão das mulheres por meio de propostas que modifiquem a sua absorção. Essas modificações seriam levar para o espaço institucional: “[...] as atividades e responsabilidades das mulheres no cuidar das doenças e da educação; introduzir as mulheres na administração pública e no Estado para realizar atividades e responsabilidades tipicamente masculinas através de ações positivas”.¹⁰⁸⁷ Acrescentam também:

O fechamento da mulher na posição subordinada no núcleo familiar constitui uma barreira forte e resistente à aceitação dos direitos individuais das mulheres. É uma barreira ainda presente em muitos sistemas liberal-democráticos. A posição de dependência da mulher no seio da família continua a permear as políticas de cidadania, basta pensarmos no papel da renda familiar que orienta as políticas salariais e fiscais, e nas intervenções sociais para percebermos o quanto é penalizada a família que tem uma mulher inserida no mercado de trabalho.¹⁰⁸⁸

Ainda em relação à desigualdade por meio de uma cidadania incompleta, Câmara e Cappellin trazem outra abordagem, agora, baseada em Saraceno¹⁰⁸⁹ que, diferente de Zincone, privilegia a articulação entre os direitos particulares ou individuais e os direitos comunitários ou coletivos, o

[...] estatuto de cidadão e estatuto de membro de uma comunidade e como tensão entre independência e interdependência. Permite também ir além da dicotomia entre

¹⁰⁸⁶ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit. p. 344-5.

¹⁰⁸⁷ Ibidem, p. 344.

¹⁰⁸⁸ Ibidem, p. 344.

¹⁰⁸⁹ SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit.

igualdade como homogeneização e igualdade como habilitação, esclarecendo as possíveis ambigüidades do próprio conceito de habilitação.¹⁰⁹⁰

Afirmam Câmara e Cappellin que o desafio colocado por Saraceno é dar conta da combinação entre “[...] necessidade de solidariedade com as necessidades de valorização da individualidade e em permitir a articulação entre as necessidades de cuidado – *care* – e, conseqüentemente, de dependência com a aspiração de autonomia”.¹⁰⁹¹

Nesse sentido, são várias as tensões e contradições que envolvem a conceituação e a construção histórica da cidadania para as mulheres e sua autonomia para o espaço público e político.¹⁰⁹²

Resumidamente, as principais tensões evidentes são: a primeira, pela autodeterminação econômica do indivíduo que excluiu por muito tempo as mulheres e, inclusive, muitos homens. A segunda refere-se à nacionalidade, isto é, as mulheres são importantes para a nação por causa da reprodução e não conseguem a autonomia pelo fato de permanecerem dependentes como esposas, mães e filhas. A terceira tensão está

[...] entre o individualismo homogêneo – que tem fundamentado a universalidade da cidadania – e as diversidades que os cidadãos carregam nas suas experiências. As pessoas/cidadãos concretamente articulam e conectam distintas particularidades e diferenças específicas. A explicação dessa complexa tensão faz referência ao fato contraditório de que, por um lado, a universalidade abandona o viés das particularidades para recuperar os indivíduos espoliados de conotações ideológicas e culturais, de classe, de idade, de referências de sexo, de contingências de ciclo de vida. Mas, por outro lado, são justamente estes vínculos e estas dimensões que constituem os tecidos da individualidade. São cidadãos justamente porque eles podem expressar essas diferenças.¹⁰⁹³

Os impasses, portanto, trazem à tona as questões do individualismo homogêneo e as diversas experiências. De acordo com Câmara e Cappellin, por causa da responsabilidade de cuidar dos filhos, do esposo e das tarefas domésticas, as mulheres foram marginalizadas:

¹⁰⁹⁰ SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit., p. 206.

¹⁰⁹¹ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 346.

¹⁰⁹² Cf. SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit.

¹⁰⁹³ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 347.

A exclusão é forjada pelo mundo simbólico que cria as referências culturais e os arquétipos da mulher vestal na esfera privada. A tentativa de quebrar ou superar essa imagem ou a entrada no mundo público, durante muito tempo foi considerada como ameaça. A unidade familiar – que suporta uma divisão de trabalho e uma divisão de autoridade – apresenta-se como o mecanismo, à nível prático e simbólico, que foi utilizado como forma naturalizada, portanto invisível, para resolver as tensões da cidadania junto às mulheres.¹⁰⁹⁴

Atualmente, com a introdução do gênero nos debates, com as transformações que têm ocorrido e vêm ocorrendo em relação às fronteiras entre o público e o privado, com as reduções da fecundidade e do tempo desprendido à família pela mulher devido à maior participação no mercado de trabalho e a ênfase nas necessidades e interesses individuais como parte da cidadania, têm provocado um fortalecimento e exacerbação ainda maiores entre as tensões. Nessa perspectiva, reforçam Câmara e Cappellin:

Essa realidade traz consigo um novo desafio: saber como realizar a co-responsabilidade social e a solidariedade coletiva, na medida em que é preciso um suporte coletivo e organizacional que responda às individualidades complexas e multifacetadas. Em outras palavras, o que está em jogo na sociedade contemporânea é a necessidade de imaginar como uma solidariedade coletiva pode ser fomentada aceitando a interdependência entre indivíduos e instituições.¹⁰⁹⁵

Acrescentam as autoras que o Estado do bem-estar social está em crise por não oferecer condições de uma nova ordem social que atenda as novas demandas:

Por um lado, responder ao amadurecimento dos projetos das subjetividades – feminina e masculina – que tem reformulado a centralidade da família e que tem reordenado as complementaridades entre atividades públicas e privadas. Por outro, essa nova ordem social deveria saber conjugar essas transformações em propostas de solidariedade coletiva de forma a reconhecer as exigências das individualidades, sem enveredar para o mito da comunidade orgânica ou o mito do indivíduo totalmente livre. [...] as formas simbólicas de gênero, via a esfera privada, determinam ainda um encapsulamento das mulheres na esfera pública. A cidadania fragilizada, as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução devido ao fato de que as separações entre público e privado e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar. Oferece-se, ainda, às mulheres, e só a elas, um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem uma relativa autonomia frente à família.¹⁰⁹⁶

¹⁰⁹⁴ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 348.

¹⁰⁹⁵ Ibidem, p. 349.

¹⁰⁹⁶ Ibidem, p. 352.

Por isso, as mudanças em curso trazem uma crítica às modalidades tradicionais femininas na vida familiar e apontam para a emergência de novos modelos de vida independentes da esfera familiar ou de seu pertencimento, enfatiza ainda Saraceno.

As discussões atuais em torno da cidadania permitem questionar a interação necessária entre os indivíduos e as instituições públicas, afirmam Câmara e Cappellin, e também que na sociedade contemporânea, os indivíduos têm reforçado e renovado suas experiências, estão desenvolvendo suas individualidades e propondo uma sociedade com “[...] co-responsabilidade social e solidariedade coletiva”.¹⁰⁹⁷ Retomaremos a abordagem sobre a cidadania no capítulo 9. Como observado, a cidadania plena implica na autonomia para a participação ativa na esfera pública e política. Reforçando essa concepção, ilustramos com Viroli a prática da cidadania:

Men and women learn citizenship when they go to union meetings, join sports groups, attend city council hearings, participate in church activities, or become members of a political party: all these practices occur in places and contexts that are culturally dense, specific, meaningful. Citizenship is dressed in many different colors, nourished by different memories, identified with the words of different prophets, kept alive by, among other things, festivities that belong to the historical experience of different cultural groups. The kind of commonality we should aim at is therefore a culture of citizenship that is cultivated not by means of universal political principles applied to specific cultures, not by dispersing particular cultures throughout a common universal political frame, not by strengthening the cultural homogeneity of different groups, but by encouraging many civic traditions within different groups. [...] A politics designed to expand the boundaries of liberty and to enhance citizenship must be a politics of social justice designed to grant all citizens the rights that permit them to have dignified lives, a politics of civil society designed to strengthen a rich and diverse net of associations: unions, cultural associations, religious communities, ecological groups, sports clubs, local communities, neighborhoods, and so on. It is better to have more of them than fewer. Dissociated individuals who live solely within the sphere of family and work, when they do work, are inclined to heed nationalist or religious demagogues.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹⁷ CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit., p. 352.

¹⁰⁹⁸ Homens e mulheres aprendem cidadania quando vão para encontros de associações, grupos de esportes, participam de conselhos públicos, participam de atividades em igreja, ou se tornam membros de um partido político: todas essas práticas ocorrem em lugares e contextos que são culturalmente densos, específicos, significativos. A cidadania é vestida de muitas cores diferentes, nutrida por diferentes memórias, identificada com palavras de diferentes profetas, mantida viva por, entre outras coisas, festividades que pertencem à experiência histórica de diferentes grupos culturais. O que devemos buscar é a cultura da cidadania que é cultivada não através dos princípios políticos universais aplicados à culturas específicas, não dispersando culturas particulares dentro de uma estrutura política universal comum, não pelo fortalecimento da homogeneidade cultural de grupos diferentes, mas encorajando muitas tradições cívicas dentro de grupos diferentes. [...] Uma política traçada para expandir as fronteiras da liberdade e para acentuar a cidadania deve ser uma política de justiça social traçada para garantir a todos os cidadãos os direitos que os permitam ter vidas definidas, uma política de sociedade civil traçada para fortalecer uma rede de associações rica e diversa: uniões, associações culturais, comunidades religiosas, grupos ecológicos, clubes esportivos, comunidades locais, as vizinhanças, e assim por diante. É melhor ter mais deles do que menos. Indivíduos dissociados que vivem

Seguindo a concepção de Viroli, a empresária Maria Auxiliadora Chaer Lopes¹⁰⁹⁹ revelou a prática da cidadania em um espaço associativo e confirmou a necessidade de um incremento para uma maior participação política feminina no Brasil:

O nosso propósito é unir as lideranças femininas, para que nesse conjunto, a gente possa fazer mais e melhor, porque com essa união, você apóia um grupo e o grupo te apóia. É nesse sentido, de mão e contramão. Eu tenho certeza de que, se nós trabalhamos nessa união das lideranças femininas, nós vamos criar uma força muito maior, muito mais positiva, tanto para a categoria empresarial quanto para uma liderança política para todas as mulheres em geral na esfera pública e política.¹¹⁰⁰

Nesse sentido, Avelar afirma que é importante continuar lutando em busca de uma “política da presença” para uma maior representatividade política das mulheres, levando-se em conta as diferenças das mulheres. “As mulheres têm de relacionar suas necessidades concretas com o ativismo, como qualquer outro grupo [...] que necessita da arena pública para exercer influência política e atingir seus fins”.¹¹⁰¹ Observa-se que a concepção de Avelar se assemelha às concepções de Young¹¹⁰² e Saraceno¹¹⁰³ expostas anteriormente, por privilegiar também a diversidade das experiências, as necessidades e interesses individuais.

Maria Auxiliadora complementou:

Atuamos e nos organizamos para que a mulher tenha uma consciência mais lúcida de seu valor, do seu potencial, sua competência, dos seus direitos. [...] porque às vezes, a mulher está adormecida, ela não se descobriu. É um trabalho que nós fazemos para que ela reconheça o que ela tem para oferecer. O valor que ela tem, a riqueza que tem dentro de si, para que descubra que ela está aí, no mundo. Ela deve e pode participar em busca de seus interesses e objetivos, tanto para si como para o grupo ou para a categoria.¹¹⁰⁴

Como exemplo de atuação para a mobilização de mulheres empresárias poderíamos citar vários que buscam “[...] o valor ético da igualdade [...]”¹¹⁰⁵ na esfera pública e política e

sozinhos dentro da esfera da família e do trabalho, quando realmente trabalham, estão inclinados a prestar atenção à demagogos nacionalistas ou religiosos (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 102).

¹⁰⁹⁹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁰⁰ Ibidem.

¹¹⁰¹ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit., p. 23.

¹¹⁰² Cf. YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

¹¹⁰³ Cf. SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit.

¹¹⁰⁴ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁰⁵ MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In.: *Estudos Feministas*, 2001, v. 9, n.1, p. 267.

“[...] a participação igual na autonomia”.¹¹⁰⁶ Dentre tantos, o “Conselho de Mulheres Empreendedoras” realizou em 2001, o “1º Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora” a partir de um contexto micro, mas com propostas futuras de abrangência no contexto macro, isto é, para a sociedade em geral. Segundo a empresária Lílian Tavares Mascarenhas Rocha,¹¹⁰⁷ esse foi

[...] o primeiro evento voltado para negócios de mulheres no Estado que a gente tem notícia, pelo menos. [...] fizemos um evento voltado para a questão da empreendedora [...] da gestão empresarial e para desmistificar a tecnologia dentro das empresas.¹¹⁰⁸

De acordo com a empresária, o evento recebeu em torno de 300 participantes. Semelhante ao depoimento de Maria Auxiliadora Chaer Lopes¹¹⁰⁹ sobre a dificuldade de recursos, Lílian Mascarenhas também confirmou essa escassez, no caso, em relação à organização e à realização dos eventos. Afirmou, também, a importância das parcerias e o imprescindível apoio dos Presidentes, na época, – Arthur Lopes Filho – da FEDERAMINAS e o Presidente da AC MINAS para a efetivação dos eventos.

Segundo Olson, todo grupo que busca a organização para a obtenção de um benefício coletivo terá um mínimo de gasto organizacional, independente do ganho coletivo que irá obter. Estes custos mínimos variam de acordo com o tamanho do grupo, ou seja, quanto maior o grupo e o número de membros, maiores serão os custos.

Quando não há uma organização preexistente, e quando os custos – recurso diretamente envolvidos na obtenção do benefício coletivo que o grupo deseja são maiores do que os custos com que cada indivíduo poderia arcar sozinho lucrativamente, será preciso assumir custos adicionais para configurar um acordo sobre a maneira como o ônus será repartido e para coordenar ou organizar a luta pela obtenção desse benefício coletivo. São os custos de comunicação entre os membros do grupo, os custos de qualquer barganha entre eles e os custos de criar, arremeter e manter uma organização grupal formal.¹¹¹⁰

Desse modo, as pessoas que lideram ou tomam a iniciativa da organização, aquelas que compõem o subgrupo do grupo total, arcam, inicialmente, com o ônus, para em seguida, distribuí-lo entre os demais membros. Confirma a empresária Maria Auxiliadora:

¹¹⁰⁶ MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In.: *Estudos Feministas*. Op. cit., p. 267.

¹¹⁰⁷ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁰⁸ Ibidem.

¹¹⁰⁹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹¹⁰ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 59.

As ações são de curto-prazo, mas o planejamento é de médio-prazo. Nós selecionamos o que é prioritário agora, o que podemos fazer que terá mais retorno. Quer dizer, estamos querendo também retorno financeiro, mas ainda não deu tempo. Nós temos que criar um fundo para que esse Conselho seja independente. Mas ainda está muito no início, estamos ainda consolidando esse Conselho. Não deu ainda para ter um trabalho mais efetivo.¹¹¹¹

À pergunta sobre a necessidade de recursos para algum projeto inicial da organização, Maria Auxiliadora respondeu que, às vezes, torna-se necessário usar de recursos próprios para tal fim, porque não possuem ainda um fundo para financiar os projetos. Aliás, um projeto em desenvolvimento – o “Empreender”, do qual Maria Auxiliadora revelou que estão participando, é um projeto da CACB, ou seja, das Federações, cujos recursos também são de parceiros já existentes na mesma CACB. No momento, o parceiro é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Para outros projetos e outros tipos de trabalho, existem várias dificuldades como a distância entre as federações, a falta de unidades dos conselhos em outros estados e cidades porque nem todos e nem todas possuem os conselhos e, já dito, a falta de recursos financeiros que é comum a todos os demais.

Sobre as ações coletivas, Maria Auxiliadora explicou que, inicialmente, as idéias surgem nas conversas, nos diálogos e debates durante as reuniões. Após esse primeiro momento, estas são aperfeiçoadas até chegar-se a um projeto. E em suas palavras:

Hoje eu falo que ninguém faz nada sozinho. Temos que pensar, discutir em conjunto, verificar se realmente a ação é viável, o que é de interesse e se trará retorno para o empresariado. Então, vamos selecionando. Temos que cotejar as idéias e priorizar. Assim, o projeto definido é disseminado entre os Conselhos, nas regiões, estados e temos que ter uma sinergia, não só de pensamento, mas de ação para desenvolvermos os projetos do sistema CACB. E também os projetos que definimos e que pertencem ao nosso nicho específico.¹¹¹²

A ação coletiva, na visão de Maria Auxiliadora, surge do grupo e não individualmente para a tomada de decisões. Para um esclarecimento em relação ao assunto referido pela empresária, Sartori¹¹¹³ escreve que existem quatro tipos de decisão: a individual, a grupal, a coletiva e a coletivizada.

As *decisões individuais* são tomadas por cada indivíduo isoladamente, independente de sua decisão se referir a si próprio ou ao mundo exterior. As *decisões grupais* implicam que as decisões são tomadas por um grupo concreto, isto é, indivíduos que

¹¹¹¹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹¹² Ibidem.

¹¹¹³ Cf. SARTORI, Giovanni. Uma teoria da democracia como processo decisório. In.: *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

interagem face a face e participam de forma significativa na tomada dessas decisões. As *decisões coletivas* não são passíveis de uma definição precisa; em geral são consideradas decisões tomadas por “muitos”. Em contraste (como minha distinção implica) com as decisões grupais, as decisões coletivas pressupõem um grande organismo que não atua e não pode atuar – devido a seu tamanho – da mesma forma que os grupos concretos. É preciso sublinhar que uma decisão coletiva não deve ser confundida com uma preferência coletiva; a primeira não precisa gerar a segunda, ou seja, um resultado que expresse de forma significativa a preferência social. Depois temos as *decisões coletivizadas*. Pode-se dizer que as decisões coletivas e coletivizadas compartilham a propriedade de não serem, em qualquer sentido significativo, decisões individuais. Apesar disso, as decisões coletivizadas são muito diferentes de todas as outras formas. Decisões individuais, grupais e coletivas referem-se todas a um sujeito, a quem toma as decisões. As decisões coletivizadas são, ao invés, decisões que se aplicam e são impostas a uma coletividade independentemente de serem tomadas por uma pessoa, por algumas ou pela maioria. O critério de definição não é mais *quem* toma as decisões, mas seu alcance: seja quem for que toma as decisões, *decide por todos*. [...] A noção de decisões coletivizadas permite, em primeiro lugar afirmar que a *política consiste em decisões coletivizadas*.¹¹¹⁴

Por essas diferenciações de Sartori, as decisões tomadas em uma ação coletiva a que se refere a empresária Maria Auxiliadora são do tipo grupal, tendo em vista a existência de um grupo concreto, no qual as decisões são tomadas face a face, com a participação dos membros nessas decisões. Lembramos a semelhança de Sartori a Olson quando afirma que um grupo concreto (de menor tamanho) funciona melhor que um grande organismo que não atua devido a seu tamanho grande. Nesse, as decisões individuais, do grupo e coletivas, ficam sob a decisão de um sujeito que escolhe, e toma a decisão que melhor convenha a todos. Existe, portanto, nessas decisões, o sujeito, ou seja, *quem* decide, participa ou toma as decisões. Já nas decisões coletivizadas, afirma Sartori, não aparece *quem* toma as decisões, pois essas são caracterizadas pelo seu alcance, ou seja, são decisões impostas a todos, independentemente de *quem* toma as decisões. Quem decide está decidindo por todos, independente da participação do sujeito na tomada de decisão.

Ressalta o autor que, apesar das decisões coletivizadas serem de natureza política, nem todas as decisões são políticas. Todas as decisões de grupo ou coletivas geram custos internos para aqueles que as tomam e as decisões coletivizadas geram riscos externos para aqueles que as recebem.¹¹¹⁵

Verifica-se que, semelhante a Olson, Sartori confirma os custos que as pessoas que tomam decisões ou tomam a iniciativa ou a liderança arcam para o início de uma atividade coletiva.

¹¹¹⁴ SARTORI, Giovanni. Uma teoria da democracia como processo decisório. In.: *A teoria da democracia revisitada*. Op. cit., p. 286-7.

¹¹¹⁵ Cf. Ibidem.

Para se analisar uma ação coletiva de sucesso ou vitoriosa, as pessoas dadas como “cooperadores incondicionais” é que são importantes para tal análise, afirma Orenstein.¹¹¹⁶ É muito difícil que pessoas “racionais e egoístas”¹¹¹⁷ tomem a iniciativa de produzir algum bem coletivo. Citando Chong, Orenstein reescreve:

A parte mais difícil na organização de um movimento, portanto, é a tarefa de construir o movimento até o ponto em que aparece um incentivo ou uma obrigação de contribuir. Em geral, os estágios iniciais de coordenação seguirão uma outra dinâmica a partir daí. Um grupo de indivíduos altamente motivados – puristas, radicais, moralistas, kantianos, ou o que mais – proverão a liderança necessária para convencer os demais que a coordenação em larga escala será uma atividade lucrativa.¹¹¹⁸

Percebe-se que a concepção do autor Chong, citado por Orenstein, assemelha-se à conceituação de Olson¹¹¹⁹ em relação à necessidade de incentivos seletivos ou benefícios para a motivação da participação dos indivíduos em uma ação coletiva. No entanto, a concepção de Orenstein difere de Olson sobre o tamanho do grupo, ou seja, para o primeiro, quanto maior o número de pessoas no grupo, maior é a participação de pessoas chamadas de “cooperadores incondicionais”; para o segundo, quanto menor o grupo, maior a chance de vitória e de participação destes “cooperadores incondicionais”.

Ainda sobre as motivações para a ação coletiva, Orenstein, baseado em Elster, afirmou:

¹¹¹⁶ Cf. ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit.

¹¹¹⁷ De acordo com Elster, citado por Orenstein, existem diversos tipos de atores sociais divididos em categorias: “1. *Indivíduos racionais egoístas*: se importam apenas com o resultado privado ao fim da ação coletiva. [...]. 2. *Kantianos de todo dia*: [...] cooperam incondicionalmente, seguindo a máxima de que deve proceder como pensa que todos deveriam fazê-lo. Na prática isto equivale a dizer que o kantiano de todo dia é insensível ao custo de cooperação. Somente racionais egoístas e kantianos de todo dia têm estratégia dominante, respectivamente desertar e cooperar. Os demais, [...] cooperam condicionalmente. 3. *Utilitários*: em função do igualitarismo do cálculo de bem-estar, cooperam quando sua contribuição implica o aumento do benefício médio do grupo [...]. A decisão de cooperar dos utilitaristas depende de um número mínimo e máximo de cooperadores já existentes. 4. *Colaboradores*: consideram imperativo participar quando um número expressivo de pessoas – que não necessariamente coincide para os vários colaboradores – já coopera. Seu comportamento está regulado por uma norma social de adesão (que transcende) o cálculo meramente econômico baseada na obrigação coletiva [...]. 5. [...] dois outros atores tornam sua decisão exclusivamente em função do próprio processo de participação: *elitistas* cooperam quando e enquanto o número de cooperadores é reduzido, desertando quando esse número se eleva. *Coletivistas* sentem-se bem em movimentos de larga adesão (massa) e por isso cooperarão a partir de um número mínimo de cooperadores. [...] Kantianos de todo dia são catalisadores e colaboradores, são multiplicadores da estratégia de cooperação. Coletivistas são o produto desse duplo e coordenado estímulo. (Ibidem, p. 51-2).

¹¹¹⁸ CHONG, D. *Collective Action and the Civil Rights Movement*. Chicago, The University of Chicago Press, 1991. p. 95 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit., p. 49.

¹¹¹⁹ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

Quando se defronta com uma ação coletiva bem-sucedida, a tarefa importante é identificar precisamente as combinações de motivações – egoístas e normativas, racionais e irracionais – que a produziu. Motivações que tomadas separadamente não são capazes de produzir ação coletiva, ao se combinarem das mais diferentes maneiras podem fazê-lo, de maneira que o todo passa a ser maior que a soma das partes.¹¹²⁰

As concepções sobre a ação coletiva são inúmeras e diversas, sendo impossível a aplicação de todas ao mesmo tempo.

Dessa forma, optamos pelo modelo olsoniano, considerado o iniciador do debate na contemporaneidade e de uma atualização neoclássica.

Sabemos do grande número de críticos que atacaram a formulação da pretensa “Lei Geral” para a ação coletiva de Olson. Como exemplo, Orenstein reproduz o que Santos disse: “A lógica da ação coletiva pode muito bem ser uma expressão lingüística de simplicidade enganosa, a encobrir uma variedade de lógicas, coletividades e ações (estratégicas ou não)”.¹¹²¹ Apesar das críticas, a concepção Olsoniana sobre a ação coletiva foi útil para nossas análises.

Continuando com a empresária Maria Auxiliadora, essa revelou suas ações coletivas já definidas como projetos a serem desenvolvidos, com impactos não somente nos âmbitos municipal e estadual, mas nacional.

Um desses projetos é o já citado “Empreender”, iniciado como uma experiência piloto em Minas Gerais e Santa Catarina. Acrescentou Maria Auxiliadora:

Nós temos já uns projetos definidos, nós já aprovamos o nosso planejamento estratégico, o nosso plano de metas, e temos projetos em blocos, projetos institucionais, projetos em parcerias, projetos sociais, de ações sociais, e outros projetos mais. Temos um projeto hoje que é o “Empreender Mulher”. O “Empreender Mulher” é um projeto que o objetivo dele é capacitar a mulher nos vários segmentos da Economia, tipo de serviço, tipo de atuação da mulher. Então, são formados núcleos e vão treinando essas mulheres para poder, cada vez mais, elas se aperfeiçoarem e melhorarem no seu ramo de atividade. Também temos projetos, não só esse de capacitar e empreender, como também projetos de fórum de discussão sobre assuntos empresariais da mulher, sobre as empresas. E outros projetos que tem a CACB e que nós participamos direta ou indiretamente. Fazemos também parcerias. Vamos fazer o lançamento, junto com a BOVESPA, em São Paulo, o lançamento “Mulheres em Ação”, que é um programa da BOVESPA, que está sendo lançado nos estados. Fizemos, então, essa parceria e agora estamos na fase de finalização. Vamos fazer um lançamento em todas as regiões onde há sede das vice-presidências e Conselho Nacional para, depois, estender para todos os estados, junto com a BOVESPA.¹¹²²

¹¹²⁰ ELSTER, J. *The Cement of Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. p. 186-7 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit., p. 50.

¹¹²¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A dual-lógica da ação coletiva. In: *DADOS*. Revista de Ciências Sociais. 1989, v. 32, n. 1/23-39, p. 23 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit., p. 21.

¹¹²² LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

Observa-se pelo depoimento, a liderança nas iniciativas das ações projetadas para o grupo e a importância dessa para que haja concretude das atividades na organização.

Dessa forma, as mulheres empresárias citadas nas entrevistas como sendo as pioneiras são aquelas que tomaram a iniciativa e liderança da primeira organização oficial a nível municipal, estadual e nacional, a exemplo de Ângela Maria Prata Pace de Assis, Carmen Eugênia Bretas Bavoso, Elizabeth da Cunha Pimenta, Lílian Tavares Mascarenhas Rocha, Luziana Brandão Nunes Lanna, Maria Elvira Salles Ferreira, Virgínia Paletta Câmara Stephens e a própria Maria Auxiliadora Chaer Lopes que, nesse momento, abordamos. Ressaltamos, no entanto, que existem outras organizações fora do âmbito da AC MINAS e da CDL, vistas no capítulo 6, também assumidas por mulheres empresárias e com outras especificidades.

Em relação aos custos que são assumidos pelas pessoas que tomam decisões ou a iniciativa ou a liderança das atividades de um grupo, segundo Olson¹¹²³ e Sartori,¹¹²⁴ confirma Maria Auxiliadora:

Não ganho salário como Presidente do “Conselho Nacional da Mulher Empresária” – CNME. Aliás, nenhuma de nós que participamos dos Conselhos. É uma atividade voluntária, porque estamos aqui para colaborar [...] para ajudar na organização e mobilização.¹¹²⁵

Apesar da atitude voluntária declarada por todas as empresárias, já registrada, no que se refere aos ganhos salariais, Olson explica-nos que os membros de uma organização grupal são motivados a arcarem com os ônus iniciais devido à existência de “incentivos seletivos” ou benefícios não-coletivos.

Observa-se, assim, a responsabilidade do ônus inicial exigido para uma organização grupal e para uma mobilização, assumido, no caso, por todas que participaram do início de uma organização e mobilização. Sobre o significado de uma organização já registramos que nos apoiamos no conceito de Olson e Weber e, em seguida, trataremos do significado de mobilização.

Segundo Toro & Werneck, mobilização significa “[...] convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também

¹¹²³ Cf. OLSON Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹¹²⁴ Cf. SARTORI, Giovanni. Uma teoria da democracia como processo decisório. In.: *A teoria da democracia revisitada*. Op. cit.

¹¹²⁵ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

compartilhados”.¹¹²⁶ Mobilizar é dar movimento às vontades que desejam resolver problemas, é compartilhar, dialogar e repartir, entre as pessoas que participam, a responsabilidade nas resoluções destes problemas.

Os autores chamam a atenção para a distinção da mobilização para que essa não seja “[...] confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração”.¹¹²⁷ Assim, mobilização é muito mais que episódios passageiros, não é um evento ou uma campanha, porque as pessoas se unem em torno de um objetivo comum de forma contínua, buscando, dia-a-dia, alcançar os resultados desejados e propostos pelo grupo.

Na mesma direção citam os autores Henriques, Braga e Mafra:

Para se mobilizarem, as pessoas precisam, no mínimo, de informação, mas, além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança. [...] Para que as pessoas se mobilizem e tomem a decisão de se engajarem [...], é preciso não só que essas pessoas tenham carências e problemas em comum, mas que compartilhem valores e visões de mundo semelhantes.¹¹²⁸

O interesse compartilhado por meio de uma escolha baseia-se na razão e gera uma ação grupal.

Bentley,¹¹²⁹ considerado o mais importante “teórico do grupo” e um “pluralista analítico”, foi o inspirador da maioria dos cientistas políticos seguidores da abordagem grupal. O autor afirma que os *interesses* de grupo são básicos, porque não há grupo sem interesse, e esses são manifestados através de ações grupais. Para Bentley, da mesma forma que Olson, os interesses comuns de grupos de pessoas são mais importantes do que os individuais.

Bentley defende a idéia de que a análise de qualquer forma social é feita a partir dos grupos, porque esses são definidores *de tudo* em uma sociedade. Defende, ainda, que os “grupos de pressão” têm uma força dominante no desempenho de seu papel e na vida econômica e política de uma sociedade. Apesar da ênfase e importância que Bentley deu aos “grupos de pressão”, Olson criticou-o, dizendo que não aprofundou “[...] sobre *por que* as necessidades dos diferentes grupos na sociedade tenderiam a ser refletidas na forma de uma

¹¹²⁶ TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social* – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 13.

¹¹²⁷ Ibidem, p. 13.

¹¹²⁸ HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In.: _____. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 36-7.

¹¹²⁹ BENTLEY, Arthur F. *The Process of Government*, Evanston, III., Principia Press, 1949 apud OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

pressão política ou econômica eficaz. Nem considerou [...] o que leva os grupos a se organizarem e agirem eficazmente,¹¹³⁰ e, ainda, porque alguns grupos são mais importantes que outros nas sociedades e em épocas diferentes. Por isso, Truman,¹¹³¹ para cobrir a lacuna de Bentley, elaborou uma teoria sobre as *associações voluntárias*, defendendo que “[...] as pressões grupais organizadas e eficientes emergirão sempre que forem necessárias”.¹¹³² De acordo com Truman, quanto mais uma sociedade é complexa, com mudanças tecnológicas rápidas e que geram frustrações nas expectativas, maior é a proliferação de associações. Os grupos, diferenciados e institucionalizados, crescem cada vez mais, levando as sociedades a produzirem as associações voluntárias em números cada vez maiores.

Nesse sentido, afirma Olson, haverá um impacto sobre a esfera governamental porque as associações buscam ou buscarão conexões com o governo quando este for indispensável às suas necessidades.

Daí é que surge o “conchavo” ou o “compromisso”, a “negociação” ou o “ajuste de interesse” entre os legisladores e os grupos organizados, que é “[...] o processo legislativo mais característico”,¹¹³³ um mecanismo eficiente e eficaz no acerto dos interesses de grupo.

Após as “teorias dos grupos” de dois teóricos considerados “pluralistas analíticos” – Bentley e Truman –, Olson faz uma crítica às suas interpretações dizendo que estas são insuficientes para um entendimento da “teoria dos grupos”. Segundo Olson:

[...] quando os pluralistas [...] afirmam que quaisquer organizações *privadas*, representando diferentes grupos ocupacionais e industriais, teriam uma base firme graças à sua “unidade natural de interesse e função”, e que esses grupos poderiam ou iriam criar organizações “espontâneas e voluntárias”, sem as características coercitivas e anti-naturais do Estado, eles perdem terreno diante da teoria desenvolvida neste estudo. [...] a idéia pluralista de que o grupo privado, mesmo que seja grande (e que forneça um serviço coletivo), pode ser natural, harmonioso e voluntário, em total contraste com o Estado coercitivo, é equivocada por mais válidos que possam ser outros aspectos do pensamento pluralista.¹¹³⁴

A crítica de Olson é que os pluralistas *menosprezaram* a importância da organização formal que um grupo ou uma ação grupal exige. Afirma o autor que os grandes grupos organizados são diferentes daqueles não organizados porque têm uma característica comum. Nas palavras de Olson:

¹¹³⁰ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 136.

¹¹³¹ Cf. TRUMAN, David B. *The Governmental Process*. New York, Alfre A. Knopf, 1958.

¹¹³² Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 136.

¹¹³³ Ibidem, p. 135.

¹¹³⁴ Ibidem, p. 144.

A característica comum que distingue todos os grandes grupos econômicos com significativas organizações lobísticas dos que não as têm é que esses grupos estão também organizados para *algum outro* propósito. Os *lobbies* econômicos grandes e poderosos são, na verdade, um subproduto de organizações que têm a força e o suporte que têm porque desempenham alguma outra função além de fazer *lobby* por benefícios coletivos.¹¹³⁵

Os *lobbies* são capazes de *mobilizar* um grande grupo com os *incentivos seletivos*. As organizações que podem ter *incentivos seletivos* para os seus membros são “[...] aquelas que têm autoridade e capacidade para serem coercitivas”¹¹³⁶ ou que têm possibilidades de oferecer *incentivos positivos*. Uma organização que não oferece mais nada ou não tem outra função que o *lobby*, legalmente não consegue a coerção para que os indivíduos sejam afiliados. Uma organização, além do *lobby*, que é um subproduto de sua função, deve, portanto, oferecer produtos não-coletivos ou privados, ou benefícios sociais, de lazer, de recreação e outros, para os afiliados individuais como *incentivos positivos*. Como exemplo, ainda, cita Olson:

[...] há algumas vezes importantes complementos entre as atividades econômicas e as atividades políticas de uma organização. A ala política da organização pode obter impostos mais baixos ou outras políticas governamentais favoráveis para a ala econômica, e o bom nome obtido pela ala política pode também ajudar a ala econômica. Por razões algo similar, uma organização social pode também ser fonte de superávit que pode ser utilizado como incentivos seletivos. [...] Uma organização que é não somente política mas também econômica ou social e tem um excedente que fornece incentivos seletivos pode ter condições de manter seu quadro de afiliados e seu poder político, em certos casos, mesmo que sua liderança encontre meios de empregar algo do poder político ou econômico da organização para objetivos outros que aqueles almejados por seus afiliados, desde que estes tenham um incentivo para continuar pertencendo à organização, embora discordem de sua política.¹¹³⁷

Nesse sentido, a organização oferece tanto o benefício coletivo para seus membros, como o não-coletivo, o que motivará ou estimulará o indivíduo a fazer parte da organização racionalmente e arcar com parte do custo desta para obter benefícios coletivos para todos. Por isso, explica-nos Olson, é que existem organizações que têm várias funções: funções lobísticas e econômicas, ou lobísticas e sociais, ou lobísticas, sociais e econômicas ou políticas. O fato é que, caso a organização não tenha capacidade de coerção, deverá recorrer à benefícios seletivos ou não-coletivos aos seus afiliados. Enfatiza Olson que o subproduto dos “grupos de pressão” só é necessário no grupo grande ou latente.

¹¹³⁵ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 148.

¹¹³⁶ Ibidem, p. 148.

¹¹³⁷ Ibidem, p. 148-9.

Essa teoria não precisa ser usada nos grupos pequenos, ou seja, os *privilegiados* e os *intermediários*. Estes, segundo o autor, podem sustentar um lobby ou os benefícios coletivos sem os incentivos seletivos. Os pequenos grupos, ainda, adotam uma ação organizada baseada na teoria dos “interesses especiais”, porque são mais organizados e ativos e conseguem melhores resultados que os grupos grandes ou latentes, considerados desorganizados e inativos. Assim, os lobistas dos pequenos grupos atuam com maior eficácia, estão sempre trabalhando em defesa dos interesses especiais do grupo, enquanto os lobistas de grupos grandes são mais ausentes.

Portanto, a “[...] teoria dos ‘interesses especiais’ [...] se baseia na especial capacidade de ação organizada dos pequenos grupos”.¹¹³⁸

Desse modo, no “pequeno grupo”, os afiliados são diretamente beneficiados pelos interesses defendidos porque atuam face a face uns com os outros e tomam as decisões mais rapidamente. E como são poucos membros, sentem-se com maior responsabilidades de arcar, estudar e resolver os problemas, porque são eles próprios que decidem o que é melhor para o grupo e, conseqüentemente para eles também.

A sociedade, por meio das mobilizações dos grupos, cada um com seus interesses e especificidades, cria meios para resolver seus dilemas ou problemas que o próprio Estado não consegue contornar, o que não significa que esteja liberado de participar da articulação. Por isso, a capacidade de mobilização da sociedade é fator imprescindível e mobilizar significa “[...] a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público”.¹¹³⁹

Conforme Toro & Werneck,¹¹⁴⁰ a participação dos indivíduos é intrínseca à mobilização e à organização, mas deve ir além em abrangência e em profundidade. Participar é um ato de escolha de liberdade, de decisão individual e, portanto, de um sentimento de responsabilidade, de capacidade para provocar mudanças. Por isso, é necessário levar em conta que a participação é um valor democrático, necessária para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, e é uma forma de aprendizagem. Por meio da participação em associações, organizações ou mobilizações, as mulheres empresárias estão, segundo Toro &

¹¹³⁸ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 150.

¹¹³⁹ HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: _____. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Op. cit., p. 36.

¹¹⁴⁰ TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação*. Op. cit.

Werneck,¹¹⁴¹ dialogando sobre seus interesses e problemas, decidindo e agindo coletivamente. Demonstram confiança em suas capacidades ao ajudar outras mulheres a conquistá-la, buscando gerar e viabilizar soluções para os problemas comuns e por fundamentos para a construção de uma sociedade mais autônoma, mais participativa, humana, solidária e mais democrática. Logo, o interesse compartilhado reflete um consenso coletivo racional:

Esse consenso não é um acordo em que as pessoas negam suas diferenças, mas elas são preservadas e respeitadas. As pessoas não estão necessariamente de acordo entre si, mas de acordo com *alguma coisa, com uma idéia*, que é colocada acima dessas divergências. Ele é a expansão de um exercício de convivência democrática.¹¹⁴²

Ainda sobre a mobilização e organização das mulheres empresárias, em 2002 foi realizado o “2º Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora” no Minascentro, reunindo 400 participantes. Na seqüência, em 2003, realizou-se o “3º Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora” nos dias 27 e 28 de junho, também no Minascentro, e contou com a representação de 31 municípios participantes.

Inferese que o 1º encontro de 2001 foi promovido apenas pelo “Conselho da Mulher Empreendedora”, tendo em vista que o “Conselho *Estadual* da Mulher Empreendedora” foi criado em 2002, conforme depoimento da empresária Lílian Mascarenhas.¹¹⁴³ E, a partir desta data, o “Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora” foi promovido pelos conselhos nas esferas municipal e estadual, ou seja, sob a tutela da FEDERAMINAS e AC MINAS.

Ressaltamos que a mobilização e organização das mulheres empresárias por meio dos Conselhos, apesar de serem *específicos para as mulheres empreendedoras e/ou empresárias*, não são independentes de uma instância superior que, até o momento, é ocupado somente por homens. Mesmo contando com as mulheres na Vice-Presidência e com poder de veto, o *cargo mais alto*, ou seja, de decisão e comando, é do homem nessas associações ou organizações. Entre os objetivos do “Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora” destacam-se:

[...] fortalecer e reafirmar a importância da participação das mulheres na vida econômica e cultural [...] fazer com que as empreendedoras e empresárias se sintam estimuladas e orgulhosas de participar do processo do crescimento econômico mineiro, servindo de exemplo e incentivando outros movimentos.¹¹⁴⁴

¹¹⁴¹ TORO, José Bernardo & WERNECK, Nisia Maria Duarte. *Mobilização social* – um modo de construir a democracia e a participação. Op. cit.

¹¹⁴² Ibidem, p. 39.

¹¹⁴³ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁴⁴ FONTE: Folder. *3º Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora*. Belo Horizonte/MG. FEDERAMINAS/AC MINAS. 27 e 28 jun. 2003. p. 1.

Sobre esses eventos, Carmen Eugênia Bretas Bavoso¹¹⁴⁵ também acrescentou que seu objetivo é:

Congregar as mulheres de todo o estado, criar para elas oportunidades de negócio e oportunidade de aprender. A gente tem palestras, contratamos palestrantes interessantes, há oportunização para negócios, porque a gente faz uma “feira de negócios”, faz também “rodadas de negócios” e várias outras formas de atividades.¹¹⁴⁶

Ao se perguntar sobre os recursos financeiros para tal encontro, Carmen Bavoso afirmou que sempre precisa buscar apoio e parcerias com empresas privadas ou outras entidades. Do governo municipal, estadual ou federal nunca houve ajuda financeira. Assim, explicou-nos:

Por exemplo, no ano de 2000 em que foi o primeiro encontro, fizemos no “Espaço Séculos”, que não existia. O “Espaço Séculos” foi criado no primeiro evento que teve lá. Nós tivemos que alugar cadeira, montar auditório, tudo. E foi na época que teve o “apagão”. E até na Diretoria aqui, teve alguém que falou: “Não, mas vocês não vão fazer isso, porque isso não vai funcionar”. E funcionou. Então, conseguimos fazer e foi um sucesso. Conseguimos patrocínio da Telemar, do SEBRAE, da Newton Paiva. E fizemos com a cara e a coragem. No ano seguinte, conseguimos os mesmos parceiros. E, nesse ano, não conseguimos o patrocínio do SEBRAE, mas conseguimos da Newton Paiva e da OI. Com o apoio destes, conseguimos realizar o evento.¹¹⁴⁷

As parcerias são fundamentais para as associações, tendo em vista que essas não possuem fins lucrativos e nem apoio governamental.

Lembramos que, em junho de 2002, iniciou-se outra organização das mulheres empresárias, o “*Conselho Estadual da Mulher Empreendedora*”, cuja presidente atual¹¹⁴⁸ é Lílian Tavares Mascarenhas Rocha que explicou-nos: “O Presidente atual da FEDERAMINAS, Arthur Lopes Filho, convidou-me para estruturar o “Conselho Estadual da Mulher Empreendedora”. [...] Esse Conselho é a Federação das Associações, a partir das associações dos municípios.¹¹⁴⁹ A diretoria desse Conselho Estadual é composta pelas representantes de cada município, isto é, pelas Presidentes dos Conselhos de suas respectivas cidades onde são filiadas ou associadas.

¹¹⁴⁵ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁴⁶ Ibidem.

¹¹⁴⁷ Ibidem.

¹¹⁴⁸ A expressão *atual* refere-se ao ano de 2003.

¹¹⁴⁹ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

Além dessas organizações, criou-se também o “*Conselho Nacional das Mulheres Empresárias*”, cuja presidente atual¹¹⁵⁰ é Maria Auxiliadora Chaer Lopes. Dessa forma, os conselhos passam a funcionar em todas as esferas: municipal, estadual e nacional. Afirmou Maria Auxiliadora Chaer Lopes:

Sou Presidente do “*Conselho Nacional da Mulher Empresária*” e sou a primeira Presidente do Brasil. O “*Conselho Nacional da Mulher Empresária*” foi criado em 24 de abril de 2002. E esse Conselho pertence à Confederação das Associações Comerciais do Brasil que reúne todas as Associações Comerciais do Brasil. A CACB congrega 27 federações, cada federação representando um estado no Brasil e as federações representam todas as Associações Comerciais das cidades.¹¹⁵¹

Por sua vez, segundo Maria Auxiliadora, a proposta deste Conselho Nacional é espalhar “*Conselhos Estaduais da Mulher Empresária*” dentro das federações das associações para que haja um Conselho em cada estado. Como objetivo ainda, acrescentou:

Criar um Conselho da Mulher Empresária em cada estado é prioridade e depois vamos iniciar a capacitação, o treinamento de empresárias e outras mulheres que estão ou desejam inserir-se neste contexto. Pretendemos que sintam-se preparadas para todos os tipos de discussões empresariais, políticas, sociais e que tenham realmente uma participação mais ativa nesse mundo de empresárias.¹¹⁵²

Pelo depoimento, verifica-se a preocupação em possibilitar à mulher empresária e, indo além, à outras mulheres, conhecimento e autonomia para sentirem-se capacitadas ou preparadas para o debate, para o discurso e para a ação.

Percebem-se os mesmos objetivos e interesses na esfera estadual, de acordo com o depoimento da Presidente do “*Conselho Estadual da Mulher Empreendedora*”, Lílian Mascarenhas.

Observa-se que o nome do Conselho na esfera nacional foi mudado e direcionado às mulheres empresárias, tendo em vista que nos Conselhos municipal e estadual estampa-se “mulheres empreendedoras”.

Apesar da mudança do nome na esfera nacional, não significa que outras ou outros profissionais não possam participar, o que, inclusive, foi confirmado pela Presidente Maria Auxiliadora Chaer Lopes durante seu depoimento. O “*Conselho Nacional das Mulheres Empresárias*” tem sede própria em Brasília com reuniões bimestrais. Ainda recentemente, Maria Auxiliadora revelou que o “*Conselho Nacional*” está sendo estruturado: “E também,

¹¹⁵⁰ Lembramos que a entrevista foi realizada em 29 set. 2003.

¹¹⁵¹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁵² Ibidem.

como estamos organizando o ‘Conselho Nacional’, nós já temos cinco Vice-presidentes nas regiões que representam as cinco regiões geopolíticas do país: norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul”.¹¹⁵³

No estado de Minas Gerais, a federada do Sistema CACB é a FEDERAMINAS e, quando ocorrem eventos, encontros, convenções, assembléias ou quaisquer outras atividades, a federação, em cada estado, oferece apoio logístico e suporte para todos os acontecimentos.

Após o exposto, a organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais, de acordo com as entrevistas realizadas em Belo Horizonte pode ser sistematizada na tabela 5:

Tabela 5 – Organização das Mulheres Empresárias no Estado de Minas Gerais

ORGANIZAÇÃO	NOME	ANO	ESFERA
1ª	Conselho da Mulher Empreendedora	1983	Municipal
2ª	Conselho Estadual da Mulher Empreendedora	2002	Estadual
3ª	Conselho Nacional da Mulher Empreendedora	2002	Nacional

(FONTE da autora).

Confirma-se, então, a organização *específica das mulheres empresárias* em nível municipal, estadual e nacional.

Boschi afirma que alguns autores defendem a idéia de organização como contrária à uma ação espontânea. A organização é dotada de recursos, cujos autores, citados por Boschi,

[...] enfatizam a necessidade de algumas condições materiais para que a ação coletiva se desenvolva em uma base contínua e tenha sustentação no tempo [...] é difícil imaginar que determinadas formas de ação – até as menos estruturadas – possam se concretizar sem a iniciativa daqueles que a literatura chama de “empresários organizacionais”.¹¹⁵⁴

No entanto, segundo o próprio Boschi, a ausência de hierarquia ou de funções de liderança diferenciadas não significa ausência de organização. E, por sua vez, a organização “[...] é ação coletiva, porque comporta uma ação instrumental para a consecução de metas comuns – e a ação coletiva implica a organização em algum momento, mesmo que não pareça estruturada no início”.¹¹⁵⁵

Verifica-se, assim, a ação coletiva entre a categoria empresarial feminina do estado de Minas Gerais englobando, inclusive, não somente uma esfera, mas a esfera municipal,

¹¹⁵³ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁵⁴ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Políticas de Base e Democracia no Brasil*. Op. cit., p. 27.

¹¹⁵⁵ Ibidem, p. 37.

estadual e nacional, cujas metas são comuns a todas, comprovadas, repetimos, pelos depoimentos de Lílian Tavares Mascarenhas Rocha e Maria Auxiliadora Chaer Lopes. A ação coletiva é exercida em cada associação de cada esfera e ressaltamos, a grande rede de “conexão” existente entre as mulheres empresárias mineiras nessas esferas.

A atuação e os objetivos do “*Conselho Nacional da Mulher Empresária – CNME*”, apesar do nome específico para as mulheres empresárias, propõem extrapolar a categoria, segundo depoimento de Maria Auxiliadora:

Nós atuamos nesse espaço da mulher empreendedora e da mulher empresária. Nós envolvemos não só essas mulheres nessa categoria, como também incentivamos outras lideranças políticas para somar conosco nessa jornada. Nosso compromisso é o de envolver mais a mulher, para que ela esteja inserida no mundo de negócios, no mundo empresarial e para fortalecer e promover a mulher no mundo econômico, político e social, para que ela seja mais participativa, mais presente.¹¹⁵⁶

Por meio do Conselho, de acordo com a empresária, existe o propósito de atrair e motivar as mulheres para que mostrem e exerçam suas potencialidades, força, capacidade, competência e comprometimento.

A realização de encontros, eventos, fóruns e diversas atividades pelos Conselhos organizados pelas mulheres empresárias nas esferas municipal, estadual e nacional são inúmeras. Não é nosso propósito desenvolver ou explicitar todos os eventos já realizados, mas sim verificar o início de sua organização. No entanto, apenas para exemplificar, dentre tantos eventos, participamos de um deles, acompanhando-o: “XIV CIME – Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias.”

Nos dias 19 a 23 de outubro de 2003, por iniciativa da Federação Ibero-Americana de Mulheres Empresárias e Executivas dos Países da Europa e América – FIDE, representada pela Presidente Inmaculada Alvarez Morillas, do “*Conselho Nacional da Mulher Empresária da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CNME/CACB*”, representada, respectivamente, pela Presidente Maria Auxiliadora Chaer Lopes e Presidente Luiz Otávio Gomes¹¹⁵⁷ da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS, representada pelo Presidente Arthur Lopes Filho, realizou-se em Araxá/MG, o “XIV CIME – Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias”. Concomitante a esse evento, realizou-se, também, o “*1º Fórum Brasileiro do Conselho Nacional da Mulher Empresária*.” Foi, ainda, a primeira vez que o

¹¹⁵⁶ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁵⁷ Em 2005 o Presidente da CACB – Luiz Otávio Gomes passou o cargo para o novo Presidente Alencar Burti, iniciando-se uma nova gestão no biênio de 2005 a 2007.

Brasil sediou o “Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias”, cujo evento, muito bem estruturado e organizado, contou com participantes de vários países, com a seguinte relação: Argentina – 09; Brasil – 480; Cuba – 08; Equador – 14; Espanha – 09; México – 02; Paraguai – 06; Portugal – 03; Uruguai – 01. Foram 532 participantes, dentre os quais 97% eram mulheres. O tema central do evento foi – “O Poder da Cooperação Para os Negócios – Estratégia do Desenvolvimento Sustentável”, com várias outras questões inseridas e debatidas durante cinco dias. Sobre a importância e o resultado do Congresso, a Presidente Maria Auxiliadora Chaer Lopes afirmou que

[...] muitos contatos foram feitos e alguns negócios já estão prestes a serem fechados entre empresários brasileiros e dos países da América, Portugal e Espanha. No momento da internacionalização da economia é fundamental o papel das entidades de classe, fortalecendo e defendendo os interesses do empresariado em geral. A importância deste encontro no Brasil, o compromisso do CNME, da CACB com a FIDE, na busca por maiores e melhores oportunidades de crescimento para nós mulheres empresárias e empreendedoras se concretiza no XIV CIME, fortalecendo a crescente presença da mulher no mundo dos negócios e cooperação, que busca humanizar a globalização – RUMO SEM RETORNO.¹¹⁵⁸

De acordo com a declaração de Maria Auxiliadora, verifica-se a presença de outras pessoas, incluindo homens e outros profissionais, além das mulheres empresárias. Os objetivos estendem-se a todo o empresariado, *ressaltando e valorizando* o interesse sobre a mulher empresária e a empreendedora. A associação, portanto, não é fechada em si mesma, buscando a integração com outros sujeitos para as discussões e enfrentamento dos problemas comuns ao grupo. Interesses também que afetam não somente a categoria empresarial, tendo em vista que a economia internacionalizada, ou seja, a globalização, permear, afetar e alterar toda a sociedade civil. Trazemos, neste ponto, Dagnino, ao dizer:

Nesse sentido, o que os espaços públicos estão colocando é o aprendizado da tarefa da construção [...] que requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de princípios e interesses comuns em torno dos quais a articulação das diferenças abra caminho para a configuração do interesse público.¹¹⁵⁹

Esses encontros, eventos, fóruns e outras formas de mobilização para debates e discussões, por meio das associações, permitem e contribuem para a ampliação e visão das necessidades, das reivindicações, dos problemas e interesses comuns. Permitem, ainda, o

¹¹⁵⁸ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer apud XIV CIME – Congresso Ibero-Americano de Mulheres Empresárias. 1º Fórum Brasileiro do Conselho Nacional da Mulher Empresária – CNME. *Relatório Técnico*. Araxá-MG/Brasil. 19 a 23 out. 2003. p. 17.

¹¹⁵⁹ DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. (Org.) *Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil*. Op. cit., p. 286.

alcance de um consenso nas reivindicações transformadas em instrumentos de pressão junto aos órgãos governamentais.

Ressaltamos, nesses encontros, a presença de autoridades constituídas, como por exemplo, ministros(as), senadores(as), ou outras ligadas ao poder estatal que podem exercer o papel de mediadores entre o grupo com os órgãos de poder decisório. Prática essa, inclusive, semelhante à adotada pelo empresariado nacional desde a sua formação em 1930-1945.

Lendo o Relatório Técnico do XIV CIME, verificamos o reforço na busca dessa integração de interesses ao citar o objetivo do encontro:

[...] o estabelecimento de uma rede de colaboração mútua, ampliação da oportunidade de negócios no mercado nacional e internacional, com isto fazendo ver a importância da presença da mulher no cenário empresarial de todos os países participantes e a promoção das relações comerciais entre os países da América, Espanha e Portugal, sendo parceiras e tendo sempre como base o associativismo para o desenvolvimento nacional e internacional assim como a participação responsável das mulheres para com isto conseguir a sua presença em todas as áreas neste século.¹¹⁶⁰

Observa-se, portanto, a ênfase no associativismo para a consecução das metas como uma forma de ocupação no espaço público, descritos a seguir.

5.2 A importância do associativismo para a categoria empresarial feminina

“Para uma associação tem que ter uma preparação. Isso tudo para mim foi um grande aprendizado. Eu nunca tinha coordenado nenhum tipo de organização desse tipo. Foi em 2001 e 2002, a primeira vez que eu me deparei com uma atividade dessas. [...] Não é um trabalho onde você tem um vínculo empregatício, um vínculo comercial. [...] Você tem um vínculo de ideais, um vínculo de objetivos, de sonhos e de semelhanças. Então, o primeiro grande desafio que nós encontramos e que foi muito bom, foi formar uma equipe, formar uma diretoria. Essa diretoria então decidiu os rumos que iam ser apresentados pelas demais conselheiras. Então, o primeiro passo foi esse: formar esse grupo de trabalho que a gente dá o nome de Diretoria que elabora as ações e faz as propostas para congregar as conselheiras e os demais membros do Conselho. E como que a gente elabora esse trabalho? Através de reuniões, de projetos escritos e planos de ação, tanto no Conselho de Belo Horizonte, quanto no nosso estadual e coordenações. Então, para cada tipo de ação que a gente desenvolve, dependendo do nível dela, de sua complexidade, a gente cria uma hierarquia de coordenações. O local físico onde nós nos reunimos, normalmente, ou é na AC MINAS, quando as reuniões envolviam o “Conselho da Mulher Empreendedora” em Minas, ou na “Federaminas”, quando ela envolve o grupo da ação estadual. Então, o grupo que nasceu lá na AC MINAS, na gestão 2001-2002, continuou com o trabalho no Conselho Estadual. O grupo que a gente

¹¹⁶⁰ FONTE: XIV CIME – Congresso Ibero-Americano de Mulheres Empresárias. 1º Fórum Brasileiro do Conselho Nacional da Mulher Empresária – CNME. *Relatório Técnico*. Op. cit., p. 2.

tem hoje atuando na Diretoria do Conselho Estadual é mais ou menos o mesmo que atuava no âmbito de Belo Horizonte. É um desafio muito grande, mas é muito enriquecedor e importante você participar das associações”.

Lílian Tavares Mascarenhas Rocha
(Em entrevista – 06/10/2003)

As próprias empresárias reconhecem que por meio das associações estão ocupando o espaço público e político, fortalecendo a categoria, buscando seus interesses, alterando as relações entre a sociedade civil na qual estão inseridas e o poder estatal, exercendo autonomia em relação ao Estado e relações mais democráticas, ampliando e/ou produzindo outros espaços públicos.

A organização é percebida, também, como um canal para as discussões, enfrentamentos e resoluções de problemas cotidianos e mais imediatos. É percebida, ainda, como um local de relações democráticas, um lugar comum que possibilita a constituição de identidades,¹¹⁶¹ de um sujeito político atuante e de visibilidade.

A empresária **Ângela Maria Prata Pace de Assis**¹¹⁶² em relação à organização das mulheres empresárias comentou:

Eu acho que estamos vivendo um momento em que é fundamental a mulher se organizar separadamente. Eu fui, e tenho muito orgulho de ter sido uma “feminista histórica”. Inclusive, em Harvard, vivenciei a “queima de soutiens” com Beth Friedman à frente. [...] Eu vivenciei todo esse momento histórico. E tenho muito orgulho de ter participado, e acho que, naquela época, precisava radicalizar. Agora, o que nós estamos vivendo? Agora a mulher, graças ao seu trabalho, inclusive, muitas vezes um trabalho à parte, frisando posições, conseguiu chegar onde estamos chegando hoje, e daqui à pouco não vamos precisar mais de entidades só de mulheres. Mas ainda precisamos porque somos só 4% no poder. Então, enquanto estivermos com essa limitação, eu acredito que a mulher ainda tem que ter essa força. Agora, vai ter uma hora que não vai precisar mais.¹¹⁶³

Verifica-se que a organização das mulheres empresárias, segundo a visão de Ângela Pace, faz-se necessária durante algum tempo. O poder ou a força almejados é conseguido por meio da associação, da união do grupo, cuja percepção assemelha-se à de Olson¹¹⁶⁴ e à de Arendt,¹¹⁶⁵ em relação a esse ponto, quando afirmaram, respectivamente, que por meio do grupo e da união, qualquer categoria tem mais força, rapidez e possibilidades de realizar seus

¹¹⁶¹ Cf. BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. Op. cit.

¹¹⁶² ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁶³ Ibidem.

¹¹⁶⁴ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹¹⁶⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

interesses. E, ainda, que somente por meio do convívio entre pessoas organizadas é que o poder pode surgir e é onde é possível qualquer ação.

Opinando sobre a importância do espaço associativo, a empresária **Carmen Eugênia Bretas Bavoso**¹¹⁶⁶ acrescentou que as pessoas afiliam-se por uma noção de estarem juntas, de pertencimento, e para terem mais força:

Eu acho importante o associativismo porque você sendo sozinha não chega a lugar nenhum. E quando você se associa, quando você faz parte de uma entidade de representação, você tem mais força, você tem mais argumentos para chegar em outras pessoas e obter resultados.¹¹⁶⁷

As associações profissionais atuais têm a estrutura de “governos em miniaturas”, afirma Olson, com poderes semelhantes exercidos pelo poder estatal. Normalmente, as associações têm permissão do governo para exercerem autoridade sobre seus membros, principalmente em relação às questões éticas, comportamentais ou disciplinares, conforme os padrões da organização.

Mesmo sendo uma escolha individual, “[...] o profissional praticante sabe que é de seu interesse manter sua afiliação em bons termos com a associação profissional”,¹¹⁶⁸ idéia que vai ao encontro da opinião da empresária Carmen Bavoso e de Virgínia Câmara citada à frente.

Semelhante a Olson, as empresárias referidas acima reconhecem, além dos benefícios coletivos oferecidos pela associação, benefícios não-coletivos também. Exemplificando, Olson especifica alguns benefícios como: “[...] estatísticas comerciais, referências de crédito de clientes, pesquisa técnica e serviços de consultoria, ajudam a fazer cobrança e assim por diante”.¹¹⁶⁹ Portanto, os benefícios não-coletivos são inúmeros e estendem-se em todas as áreas, ou seja, econômica, social, política e lobística. Segundo Fainsod e Gordon¹¹⁷⁰ citados por Olson, as associações desempenham, além de suas funções políticas ou lobísticas, em torno de dezessete funções adicionais, que se tornam incentivos aos seus membros. Herring,¹¹⁷¹ também citado por Olson, afirmou:

A associação de classe prosperou por seus próprios méritos. Ela preenche uma necessidade definida na indústria. Há tantas questões em que a cooperação é

¹¹⁶⁶ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁶⁷ Ibidem.

¹¹⁶⁸ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 153.

¹¹⁶⁹ Ibidem, p. 160.

¹¹⁷⁰ Cf. FAINSOD, Merle & GORDON, Lincoln. *Government and the American Economy*. New York, w.w. norton, 1948.

¹¹⁷¹ Cf. HERRING, E. Pendleton. *Group Representation before Congress*. Washington, Brookings Institution, 1929.

necessária e econômica que uma câmara de compensação como a associação [...] é considerada uma coisa desejável.¹¹⁷²

Acrescenta Olson que as associações, principalmente aquelas formadas por pequenos grupos, tornam-se mais atraentes, porque são consideradas como lugares mais apropriados e bons para o estabelecimento de contatos, informações, conhecimentos, divulgação, troca de experiências e outros benefícios entre os(as) afiliados(as). Com a mesma percepção, observamos as declarações das empresárias Carmen Bavoso, Lilian Mascarenhas, Luziana Lanna, Maria Auxiliadora, Virgínia Câmara à frente e de outras empresárias.

Abordamos em grande parte a organização das mulheres empresárias no estado de Minas Gerais engendradas no âmbito da “Associação Comercial” – AC MINAS, FEDERAMINAS e CACB. Por isso, tentamos também saber se nas Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs, existe uma organização específica de mulheres empresárias como na Associação Comercial. Para tanto, entrevistamos a atual¹¹⁷³ Vice-Presidente da CDL de Belo Horizonte, **Daniela Chen**,¹¹⁷⁴ que nos informou não existir, na CDL de Belo Horizonte, uma organização especificamente de mulheres empresárias. Afirmou, no entanto, que tem a pretensão de organizá-la.

Segundo Daniela Chen, ela mesma já fez o “Estatuto sobre o Conselho da Mulher Lojista” de Belo Horizonte. O seu depoimento assemelha-se ao da empresária Elizabeth Pimenta¹¹⁷⁵ que nos revelou ter sido a primeira diretora mulher na CDL de Belo Horizonte, mas sem a existência de uma organização ou Conselho somente de mulheres.

Apesar de não concordar com nenhuma separação entre os sexos, a opinião de Daniela Chen é a de que a presença da mulher em uma associação pode mudar e dar força a outras mulheres: “Acho que a presença da mulher na associação é extremamente importante porque as mulheres são formadoras de opinião. Ela sabe conduzir e modelar as circunstâncias dentro da sociedade [...] tem garra e algo diferente para mostrar”.¹¹⁷⁶ Sobre sua função na CDL, Daniela Chen disse-nos:

¹¹⁷² HERRING, E. Pendleton. *Group Representation before Congress*. p. 98 apud OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 160.

¹¹⁷³ A referência à expressão *atual* é o ano de 2003.

¹¹⁷⁴ CHEN, Daniela. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 25 nov. 2003. Vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL – Belo Horizonte; diretora da CHEN. Empresa: CHEN – Cosméticos e Perfumaria. Comércio. Porte Médio. 120 funcionários entre homens e mulheres. 60 anos, casada, três filhos, budista, classe alta. Formação: Curso de Letras – Chinês/Inglês, na China.

¹¹⁷⁵ PIMENTA, Elisabeth Maria. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁷⁶ CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

Eu cuido da parte de internacionalização; eu lido com consulados, embaixadas, com negócios internacionais; ofereço apoio ao pequeno e médio empresário em seus contatos com o exterior; oriento sobre compra e venda; sobre questões alfandegárias e faço a parte institucional.¹¹⁷⁷

Nesse sentido, o espaço da associação pode e deverá ser usado para ajudar outras mulheres na superação de quaisquer problemas, como outras empresárias opinaram.

Com a visão sobre a importância de uma organização, a empresária **Eliana Guimarães de Queiroz**¹¹⁷⁸ afirmou que participa de um grupo – “Grupo Mineiro”, que suspendeu suas atividades por algum tempo. Nesse período de inatividade, Eliana Queiroz percebeu que a organização fez falta ao setor. Em suas palavras:

O “Grupo Mineiro” ficou paralisado por dez anos. Agora é que nós estamos retomando o “Grupo Mineiro”, porque vimos que a parada do Grupo teve um prejuízo muito grande, inclusive, para o setor em Minas Gerais. [...] Desde 1995, parece-me, nós paramos, porque cada um achou que já estava com o seu caminho pronto, já estava feito, depois de uns quinze anos que estávamos em conjunto. Mas a gente viu que somos um sustentáculo do grupo que deve ser cuidado. A parada do grupo trouxe um grave prejuízo ao setor, porque no nosso tipo de trabalho, para ter sucesso, você tem que formar opinião. E para você formar opinião, necessita um trabalho constante. Com a nossa parada, cada um tomou o seu caminho, abriu muita loja. Eu, por exemplo, fui cuidar das lojas, fui preparar a minha menina para me suceder. Nesse tempo todo eu fiquei por conta dela. E agora que ela está pronta, penso que tenho que preparar o caminho para ela tocar. Então, o motivo de eu estar trabalhando tanto em favor do Grupo e da gente estar recuperando o nosso espaço, é para que os nossos filhos continuem o que nós fizemos e estamos realmente deixando uma estrutura boa. Se você larga o caminho, toma outro rumo.¹¹⁷⁹

Verifica-se, pelo depoimento da empresária Eliana Queiroz, que uma organização fortalece os profissionais de qualquer setor. Sem um grupo organizado, percebe-se uma falta de direcionamento às atividades, um prejuízo em relação à questão do “marketing”, fundamental em um setor de moda para o papel de formador de opinião e outros.

Semelhante à Maria Auxiliadora Chaer Lopes,¹¹⁸⁰ Eliana Queiroz afirmou que para organizar um grupo existem algumas dificuldades. As resistências surgem em decorrência de alguns interesses ou pontos de vistas diferenciados. Como exemplo, Eliana Queiroz citou:

Às vezes, um associado quer vender no Brasil todo, outro quer vender também para o exterior ou só em uma região, outro quer abrir mais lojas e outras divergências. São caminhos distintos no mesmo ramo. É difícil você conseguir direcionar todas as

¹¹⁷⁷ CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁷⁸ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 06 out. 2003. Membro do “Grupo Mineiro de Modas” – Fundadora; Associada ao Sindicato do Vestuário – SINDIVEST; Diretora da empresa. Empresa: “Eliana Queiroz” – seis lojas em Belo Horizonte. Comércio e Indústria. Porte Médio. 70 funcionários entre homens e mulheres. 58 anos, casada, duas filhas, católica, classe alta. Formação: Bacharel em Direito.

¹¹⁷⁹ Ibidem.

¹¹⁸⁰ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

peças para o mesmo objetivo. Mas, o “Grupo Mineiro”, hoje, é muito maduro e ficou mais fácil trabalhar com o mesmo.¹¹⁸¹

A questão da durabilidade do grupo pequeno também foi abordada com respaldo, lembramos, em Olson,¹¹⁸² bem como uma maior facilidade do grupo pequeno em conseguir os seus objetivos.

Verificaram-se pelos depoimentos as inúmeras possibilidades que as participantes encontram e vêem no espaço associativo. No caso, as relações sociais de solidariedade, de vivências, experiências, de pertencer e sentir-se igual, os problemas comuns e de trocas desses, bem como dos conhecimentos em relação a esses problemas, possibilitando resolvê-los com economia de tempo e gastos. Além disso, a oportunidade do fundamental *marketing* para a empresa, um aspecto tão importante que demanda discussões profundas e extensas e, por isso, não podemos tratá-lo neste estudo. Também, porque existe uma produção imensa sobre tal tema na área da Administração, Propaganda e Publicidade.

Outra visão do espaço associativo foi comentada pela empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**,¹¹⁸³ cuja associação, no caso, a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, é percebida com um mecanismo de pressão. Em suas palavras: “A CDL faz uma pressão muito grande [...] vai para a Prefeitura, chama o Prefeito, o Secretário, vai onde for necessário”.¹¹⁸⁴ Sob o prisma de Beth Pimenta, a associação é um veículo de apoio, de suporte e de defesa para a categoria empresarial, cuja percepção assemelha-se à de Olson, já exposta.

Portanto, nesses espaços, a possibilidade de discussões conjuntas e projetos coletivos revalorizam a negociação entre sociedade civil e o Estado ao buscarem acordos políticos e acordos consensuais, os quais podem ajudar na constituição de uma esfera pública efetivamente democratizada.

Concordando também com a organização das mulheres empresárias, **Kátia Rabello**¹¹⁸⁵ afirmou:

Acho que é necessário organizar sim. Como tudo na vida, você tem perdas e ganhos, porque no momento em que você cria o “Conselho de Empresárias”, de certa forma

¹¹⁸¹ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁸² OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹¹⁸³ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁸⁴ Ibidem.

¹¹⁸⁵ RABELLO, Kátia. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 06 jun. 2005. Presidente executiva do Banco Rural e Presidente do Conselho do Banco Rural. Empresa: Banco Rural / Prestação de Serviços. Porte Grande – 2.900 funcionários entre homens e mulheres em 80 agências espalhadas pelo Brasil, Europa, Nassau, Miami, Uruguai e outros. 06/06/2005. 44 anos, separada judicialmente, dois filhos, católica, classe alta. Formação: Superior incompleto.

“você está admitindo que as empresárias não fazem parte de Conselhos que tem maior peso, poder e representatividade, e que, por isso, precisam de um Conselho só de empresárias. Essa é a grande questão desses movimentos, organizações ou associações. [...] como é minoria, talvez exista essa necessidade de se associar para ganhar força, porque se fosse uma participação homogênea, você não precisaria disso. As mulheres estariam nos conselhos mais diversos. [...] Então, acho que é necessário.”¹¹⁸⁶

A opinião de Kátia Rabello converge com a concepção de outras empresárias por privilegiar a organização como uma forma de obtenção de poder, visibilidade, representatividade e credibilidade na sociedade civil e perante o Estado.

A empresária **Lílian Tavares Mascarenhas Rocha**,¹¹⁸⁷ ao falar sobre os objetivos da organização reforçou, dentre alguns, o importante papel da liderança:

Dentre vários objetivos, um dos mais importantes é o da capacitação e também o de formação de novas lideranças, porque quando você atua sobre as empresárias, às vezes desarticuladas, desintegradas uma das outras, percebemos a falta de uma liderança. Quando promovemos essa integração, essa união e essas congregações, estamos promovendo a formação de lideranças. Uma companheira nossa, por exemplo, participou da segunda reunião e já atua na região de Piracicaba – Santa Bárbara, perto do Caraça. Voltou tão motivada que reativou a Associação Comercial do Município e agora está implantando o Conselho. Ela está atuando também para o fortalecimento econômico da região.¹¹⁸⁸

Afirma Souza-Lobo¹¹⁸⁹ que se assiste a uma “cidadania emergente” das mulheres, construída por meio de organizações, movimentos e discursos, o que gera uma participação mais ativa e direta nos espaços públicos, apesar de ainda periférica. Ainda, confirma a autora: “A formação de um sujeito coletivo é o resultado das práticas das mulheres reagrupadas [...]. Dessas práticas surgem também as ‘militantes’, [...] em consequência de seu papel permanente nas práticas públicas.”¹¹⁹⁰ Essas, exercem um papel de liderança.

Verifica-se, assim, a presença e o fortalecimento das mulheres empresárias em uma esfera pública como sujeitos coletivos, políticos, de direitos, de cidadania, cujas práticas políticas fazem-nas também agentes multiplicadores das mesmas oportunidades para outras mulheres. Por isso, a grande importância da liderança exercida por algumas mulheres empresárias.

As novas associações, segundo Boschi, apresentam uma vontade autonomista “[...] em relação à camisa-de-força da estrutura corporativa oficial. Para outras categorias como a dos

¹¹⁸⁶ RABELLO, Kátia. Entrevista, Op. cit.

¹¹⁸⁷ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁸⁸ Ibidem.

¹¹⁸⁹ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. Op. cit.

¹¹⁹⁰ Ibidem, p. 267.

industriais, estudos anteriores evidenciaram, a tendência à criação de associações fora da estrutura corporativa oficial de representação de interesses.”¹¹⁹¹

No entanto, cita o autor que, apesar dessa tendência autonomista na imensa rede de associações tentando escapar do controle estatal, existe ainda a reprodução de ações clientelistas e acessos privilegiados da categoria empresarial aos órgãos estatais.

Nota-se, então, que, ainda hoje, essas práticas permanecem a exemplo também de sua adoção no início da organização do empresariado nacional e estadual. Ou seja, apesar do surgimento de práticas inovadoras, essas coexistem com práticas antigas. Segundo Boschi:

A arte da associação fora da esfera controladora do Estado, com a criação de coletividades relativamente autônomas que barganham interesses específicos, é assunto complexo numa situação autoritária. O processo é afetado sobretudo pela dinâmica política global, que determina oscilações no caráter, no ritmo, no estilo e mesmo na intensidade da participação. O dilema principal reside em como institucionalizar práticas coletivas capazes de escapar à ampla ingerência do Estado, mesmo na circunstância de uma abertura que supõe o abrandamento do controle.¹¹⁹²

Além desse problema existem outras dificuldades para a sustentação dos interesses coletivos. As associações que estão sendo constituídas revelam um esforço no processo interno para promover relações e um convívio democrático. As associações, na sua emergência, trazem como característica típica, “[...] a maximização de benefícios individuais para aqueles que se dedicam à sua criação e também para os [...] participantes”.¹¹⁹³ Aqui entra o papel da liderança ou de uma “empresária organizacional” para mobilizar os indivíduos para os mesmos objetivos, que a partir daí, tornam-se coletivos. Ou seja, equivale ao papel que as empresárias estão desenvolvendo, conforme os depoimentos neste trabalho de Lílian Tavares Mascarenhas Rocha, Luziana Brandão Nunes Lanna e Maria Auxiliadora Chaer Lopes. Na mesma direção, afirma Olson:

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização de seu bem-estar pessoal, eles *não* agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais. [...] Essas afirmações permanecem válidas mesmo para situações em que há acordo unânime dentro do grupo a respeito do bem comum e dos métodos para obtê-lo.¹¹⁹⁴

¹¹⁹¹ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. Op. cit., p. 113.

¹¹⁹² Ibidem, p. 72.

¹¹⁹³ Ibidem, p. 72.

¹¹⁹⁴ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 14-5.

Portanto, o ponto lógico da organização ou da associação é seu propósito, e um dos propósitos que pode ser dado como característica da maioria das organizações ou associações, principalmente daquelas que priorizam o caráter econômico, segue Olson, é promover o interesse de seus membros. Caso isso não ocorra, estas não se mantêm durante muito tempo.

Assim, existe uma combinação de interesses individuais e coletivos e a organização ou associação surge como alternativa no espaço público para a consecução dos mesmos. A coerção referida por Olson, no caso das organizações empresariais, dá-se, principalmente, pela necessidade da competitividade em relação ao mercado.

O depoimento da empresária **Luziana Brandão Nunes Lanna**¹¹⁹⁵ ilustra o espaço das associações:

[...] quando a gente vai a uma Confederação, aí já é uma questão de política macro. Quando você vai para uma Confederação de Associações Comerciais, você tem representatividade do Brasil inteiro, você tem muitos senadores, muitos deputados federais. É uma possibilidade, é um holofote em cima da gente. Ano passado, eu tive a oportunidade de ser a oradora. Esse ano eu fui de novo. Eu estava, péssima da coluna, mas fiz absoluta questão de ir, porque eu fui a única oradora mulher para subir e falar. E eu falei: “Eu vou na cadeira de rodas, mas eu vou.” Era uma possibilidade imperdível. E fiquei muito macha com a história, porque não tinha mulher. E nós carregamos no colo muitas Associações Comerciais pelo Brasil afora.¹¹⁹⁶

A liderança organizacional exposta no depoimento de Luziana Lanna é fator fundamental para alavancar as organizações ou as associações ou para as mobilizações desejadas, que irão se constituir em uma ação coletiva. Reforça Boschi¹¹⁹⁷ que este trabalho é inerente à essas organizações e exige dinamismo, iniciativa, motivação e mobilização permanentes. Exige também formas de acesso às instâncias e agências governamentais com poder de decisão. Nas palavras do autor: “As lideranças são definidas no processo de condução da vida associativa, sobretudo na habilidade em administrar o conflito. Além disso, a questão da legitimidade é crucial, tanto na seleção das lideranças quanto na sua manutenção”.¹¹⁹⁸

Assim, a liderança dentro da associação é fator fundamental para o seu sucesso, para a aceitação, penetração e credibilidade junto à sociedade.

¹¹⁹⁵ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹¹⁹⁶ Ibidem.

¹¹⁹⁷ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. Op. cit.

¹¹⁹⁸ Ibidem, p. 82.

A conceituação teórica de liderança dentro da academia, de acordo com Bergamini,¹¹⁹⁹ tem feito grandes esforços para interpretar esse conceito. Dentro das organizações, também existe uma preocupação dos especialistas em comportamento humano na tentativa de descobrir em que os(as) líderes de empresa de sucesso diferenciam-se na eficácia pessoal como líderes. Afirma a autora:

Isso quer dizer que a liderança tem sido investigada desde há muito e como tal é justo que apresente inúmeras interpretações. É desejável lembrar que a diferença entre as interpretações se traduziu em pontos de vistas que não são necessariamente opostos, mas que, de certa forma, propõem enfoques complementares uns aos outros. É o conjunto de todos eles, que oferece uma visão mais completa sobre o assunto.¹²⁰⁰

Dessa forma, em toda sociedade democrática qualquer indivíduo pode ser potencialmente um(a) líder, mas, a sociedade deve conseguir identificar, educar ou treinar esse indivíduo adequadamente para liderar outros indivíduos ou as instituições.

Ao falar sobre a organização exclusiva das mulheres empresárias, **Maria Elvira Salles Ferreira**,¹²⁰¹ precursora dessa no estado de Minas Gerais, justificou a necessidade e a importância dessa organização:

Precisamos nos organizar porque é uma forma, um caminho para as mulheres se inserirem nos outros itens, porque é difícil você trazer a mulher para o bojo. É mais fácil você trazer para o grupo da Mulher Empresária; e dali, ela pode ser preparada para poder sair para outros destinos, para outras conquistas, para outras metas. Eu acho que, historicamente, as mulheres têm mais facilidade de conviver umas com as outras do que conviver as mulheres com os homens nos espaços de poder, porque esse ainda não abriu-se para nós. Mas a partir do momento em que a gente veio para os grupos femininos, começamos a conviver com os homens e eles acostumam mais com a gente. Eles começam a nos ouvir mais, e nós, mulheres, estamos forçando mais essa entrada, nossa visibilidade e igualdade na esfera do poder. A gente força mais a entrada.¹²⁰²

Essa organização, portanto, é necessária, *a priori*, para que a mulher chegue preparada e em igualdade para exercer, disputar ou participar da esfera pública. A partir do momento que essas questões sejam superadas, acredita-se, não haverá a necessidade da organização para a união da força e poder femininos. Tudo será uma questão de tempo. Ressaltamos que essa percepção e justificativa assemelham-se com depoimentos de várias outras empresárias.

¹¹⁹⁹ BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Liderança: administração do sentido*. São Paulo: Atlas, 1994.

¹²⁰⁰ Ibidem, p. 25.

¹²⁰¹ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹²⁰² Ibidem.

Ainda sobre a importância da organização, Maria Elvira explicou-nos que apesar de perceber mudanças e diferenças em relação à algumas questões da mulher desde a época que o “Conselho da Mulher Empreendedora” foi fundado, há vinte anos atrás, aproximadamente, uma das questões – a discriminação contra a mulher –, por exemplo, continua ocorrendo até hoje, independente de qualquer profissão ou categoria. Comentando sobre algumas mudanças apontou:

Hoje nós temos mais credibilidade, a gente conseguiu mais espaço. Eu vejo por mim: a respeitabilidade e a credibilidade que eu consegui para mim. Naturalmente, isso serve de exemplo, quer dizer, isso chama a atenção para outras mulheres, aí vamos obtendo maior visibilidade e em algum tempo, já temos uma porção: você tem uma Liliane Carneiro Costa, você tem uma Beth Pimenta, uma Dalva Camilo, tem uma Baby Vasconcelos do Grenewich, uma Luziana Lanna e outras, e elas vão abrindo os espaços e outras tantas mulheres vão aparecendo! Você tem uma Junia que morreu, do Banco Rural, mas agora, a irmã dela, a Kátia, assumiu. Então as coisas vão se delineando. Você vê que hoje os governadores estão mais preocupados em colocar secretárias mulheres. O Lula tem algumas ministras mulheres. Ainda é pouco, mas é o princípio. Algumas coisas já conseguimos mudar, mas o resultado vai aparecendo aos poucos.¹²⁰³

Avançando para além do espaço empresarial, ou seja, abrangendo todas as mulheres de qualquer categoria ou profissão, Maria Elvira deixou claro o seu ponto de vista de que é por meio de uma organização que as questões femininas poderão ser mudadas e politizadas. Utilizando-se das associações, as mulheres poderão criar um canal de interlocução com o governo e interferir nas políticas públicas na defesa de seus interesses. E acrescentou:

Os homens não vão tomar iniciativa para resolver problemas femininos. Eu nunca vi nenhum homem brigando pelas questões da mulher. Nunca vi. [...] A organização ou uma “Secretaria da Mulher” é importante porque tem dentro do governo uma pessoa que está diuturnamente voltada para trabalhar essas questões. Questões ligadas ao gênero, porque se você olhar, onde é que tem mais violência doméstica? É contra a mulher. Onde é que tem mais discriminação, no que se refere ao aparelho social para a mulher? A falta de creche. E por que não tem creche? Porque, no fundo, creche é para atender a mulher trabalhadora. E quem vai lutar e defender essas questões? É a mulher!¹²⁰⁴

Confirma Blay¹²⁰⁵ que dentre os comportamentos machistas o que mais persiste é a violência física, sexual e psicológica, ocorrendo em qualquer classe social e com mulheres de todas as idades. A violência, infelizmente, ocorre em todas sociedades complexas. As medidas e leis já tomadas ou em andamento em diversos países, incluindo o Brasil, foram

¹²⁰³ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹²⁰⁴ Ibidem.

¹²⁰⁵ BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, Op. cit.

motivadas e impulsionadas “[...] por movimentos organizados de mulheres”.¹²⁰⁶ Continua Blay:

A sujeição feminina à violência é um padrão de comportamento que só recentemente começou a ser questionado no Brasil. [...] A violência física, o estupro, incesto, crueldade psicológica, ameaças de morte e o assassinato são quotidianos e, como em outras sociedades, atravessam todas as classes sociais.¹²⁰⁷

Já registramos na Parte I deste trabalho algumas leis feitas no Brasil na tentativa de acabar com a sujeição feminina, a exemplo da mudança dos “Direitos da Mulher Casada” em 1962; a Constituição de 1988 que garantiu a união estável; a Lei 8.560 que permite a indicação do nome do pai da criança em cartório de registro civil pela mulher e, mais recente, em 2006, a Lei “Maria da Penha Maia”.¹²⁰⁸ Observamos que somente em 1993, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” mudou-se para “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, após a Conferência de Copenhague. Tendo em vista a extensão do tema sobre a violência contra a mulher e a grande produção existente, não foi preciso e nem foi nosso propósito aprofundá-lo.

A luta contra a violência e a sujeição da mulher teve, tem e deverá contar com as mulheres *brigando* por seus interesses. Ninguém melhor que a própria mulher sabe quais obstáculos a incomodam e o que deseja. Por isso, ela deve agir para que as mudanças ocorram.

De acordo com Maria Elvira, a mulher deve ocupar e participar cada vez mais dos espaços públicos e buscar ter acessos aos órgãos de decisão. Por esses canais, deve tentar participar dos debates e exigir que as questões das mulheres sejam tratadas no nível político e transformadas em lei para todas. Somente assim as questões das mulheres consideradas até hoje como do espaço doméstico ou privado ou como questões apenas das mulheres terão um tratamento político e chance de serem resolvidas. Nesse sentido, reforça Tabak:

Apesar de uma intensa mobilização por parte de grandes grupos de mulheres – profissionais liberais, ativistas, partidárias, membros de ONGs e outros [...], o fato

¹²⁰⁶ BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, Op. cit., p. 87.

¹²⁰⁷ *Ibidem*, p. 87.

¹²⁰⁸ “A Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” foi sancionada pelo presidente Lula no dia 7 de agosto, recebendo o nome de “Lei Maria da Penha Maia”. “Essa mulher renasceu das cinzas para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica no nosso país”, afirmou o presidente. O projeto foi elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto de organizações não-governamentais. O governo federal o enviou ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro de 2004. Lá, ele se transformou no Projeto de Lei de Conversão 37/2006, aprovado e agora sancionado. Disponível em <http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm>. Acesso em: 04/09/2006.

persiste de que em quase todos os países latino-americanos, a imensa maioria das mulheres não está afiliada a nenhum partido político ou organização engajada na conquista de mudanças estruturais. Falta ainda um nível mais elevado de organização social, ou seja, associações femininas mais poderosas, capazes de lutar de maneira persistente pela aprovação e implementação de uma legislação regulatória.¹²⁰⁹

Há décadas, outras mulheres se destacaram por “abrir” caminhos e novas concepções em relação aos direitos de igualdade na autonomia das mulheres pela participação na esfera pública. Como escreve Tabak, esses avanços foram obtidos graças a algumas mulheres

[...] lideradas por pequenos grupos de mulheres esclarecidas que tiveram a oportunidade de estudar e exercer uma profissão qualificada e que estavam à frente do seu tempo, ou então como resultado do esforço empreendido por grandes grupos de mulheres trabalhadoras que adquiriram consciência da discriminação de que eram vítimas, no mercado de trabalho e no processo de decisão política.¹²¹⁰

Nessa perspectiva, fazemos uma analogia com as mulheres empresárias de nossa amostra com as mulheres dessas décadas anteriores. Essas conseguiram várias conquistas para todas as mulheres, sem necessidade de citá-las, devido à grande produção acadêmica existente. E, hoje, as mulheres empresárias, dentre outras, e em vários outros segmentos, a exemplo das antecessoras, estão cumprindo o papel de “desbravadoras” e de “demolidoras” de barreiras e preconceitos em relação à participação das mulheres nos espaços públicos e políticos na sociedade.

Apesar das épocas ou dos contextos diferentes, das reivindicações, das demandas e dos interesses serem outros, obviamente, elas estão possibilitando e abrindo novos caminhos para outras mulheres na esfera pública, para quem o acesso é bem mais difícil. Isso, devido a vários fatores já mencionados, como a educação, as condições econômica, social, cultural e política e outros.

Os direitos da mulher são encarados como parte apenas e exclusivos das mulheres, e não de toda a sociedade. Reforça Tabak:

Melhorar a condição social da mulher, abolir leis discriminatórias ou, ao contrário, aprovar novas leis, que reconheçam mesmo que formalmente, oportunidades iguais e direitos iguais, muitas vezes são vistos como algo que não produz um impacto sobre toda a sociedade em seu conjunto.¹²¹¹

¹²⁰⁹ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 170.

¹²¹⁰ *Ibidem*, p. 171-2.

¹²¹¹ *Ibidem*, p. 172.

Dessa forma, a igualdade de todos os indivíduos na participação do espaço público e político deve ser uma conquista de todos os seres humanos, lembrando aqui da concepção de Arendt, a qual defendemos. Seres humanos incluem mulheres e homens.

Ainda sobre a importância de uma organização em uma sociedade para qualquer profissão ou caráter, ou seja, sobre a sua capacidade de defender, fortalecer e de possibilitar a participação dos indivíduos na esfera pública, apoiamos-nos em Tocqueville¹²¹² que revela-nos essa importância em qualquer esfera e para todos os indivíduos:

Os americanos de tôdas as idades, de tôdas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais todos tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e muito pequenas; os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edificar igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também, criam hospitais, prisões, escolas. Trata-se, enfim, de trazer à luz ou se desenvolver um sentimento pelo apoio de um grande exemplo, êles se associam. Em tôda parte onde, à frente de uma empresa nova, vemos na França o govêrno e na Inglaterra um grande senhor, tenhamos certeza de perceber nos Estados Unidos, uma associação.¹²¹³

A valorização, a importância e a força que Tocqueville atribui às associações dos americanos mostram-nos que são essas a melhor arma que os indivíduos podem e devem usar para exercerem poder na defesa de seus interesses e para uma participação na esfera pública. Continua dizendo Tocqueville que os ingleses, por exemplo, percebem a associação “[...] como um poderoso meio de ação”¹²¹⁴ e os americanos a consideram como “[...] o único meio que têm de agir”.¹²¹⁵ Suas palavras são tão enfáticas que optamos por reescrevê-las:

Nos povos democráticos [...] todos os cidadãos são independentes e frágeis; quase nada podem sozinhos e nenhum dentre êles seria capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar seu concurso. Por isso, caem todos na impotência, se não aprendem a se ajudar livremente. [...] Se os homens que vivem nos países democráticos não tiverem nem o direito nem o gôsto de se unir com finalidades políticas, a sua independência correria grandes riscos, mas poderiam conservar por muito tempo as suas riquezas e as suas luzes; ao passo que, se não adquirissem de maneira alguma o hábito de se associar na vida ordinária, a própria civilização estaria em perigo. Um povo no qual os particulares perdessem o poder de fazer isoladamente grandes coisas, sem adquirir a faculdade de produzi-las em comum logo retornariam à barbárie.¹²¹⁶

¹²¹² TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América*. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

¹²¹³ *Ibidem*, p. 391-2.

¹²¹⁴ *Ibidem*, p. 392.

¹²¹⁵ *Ibidem*, p. 392.

¹²¹⁶ *Ibidem*, p. 392.

Para os americanos, segundo Tocqueville, não existe nenhuma empresa pequena que os indivíduos não possam se unir, esforçarem-se e defenderem seus interesses comuns. Sustenta a idéia de que uma associação com um maior número de membros pode exercer um poder maior. Lembramos aqui que Olson¹²¹⁷ afirma que a *organização* de um grupo grande é mais difícil que um grupo pequeno e, não, que *esse* tem mais força que o anterior.

Na sociedade democrática, a associação é, para Tocqueville, a “ciência mãe”, é a condição para uma civilidade, para manterem-se unidos e fortes. Escreve o autor:

Os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros. Mostrei que essa ação é quase nula nos países democráticos. É necessário criá-la artificialmente. E somente as associações são capazes de fazê-lo. [...] *é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições.*¹²¹⁸

Vimos, resumidamente, do ponto de vista de Tocqueville, a necessidade e o poder de uma associação, ressaltando, principalmente, a possibilidade da conquista da igualdade entre os indivíduos. Portanto, também, a possibilidade da conquista da igualdade das mulheres empresárias na esfera pública e política perante todos. Verifica-se a semelhança dessa percepção de Maria Elvira e outras empresárias com a concepção que Tocqueville apresentamos. Ressaltamos, ainda, que a referência à Tocqueville em nenhum momento teve a proposta de um confronto ou comparação com Olson, apesar da oposição extrema entre os autores em relação à democracia. A referência a Tocqueville deve-se à ênfase que o autor atribui às associações e que quisemos ressaltar.

Também contribuindo com sua opinião, a empresária **Virgínia Paletta Câmara Stephens**¹²¹⁹ ao ser questionada sobre a necessidade de uma organização de mulheres empresárias disse:

Pelo visto foi a falta mesmo de espaço no mundo masculino empresarial, na parte do trabalho, no dia-a-dia. Pelo que eu percebo, foi para realmente acelerar o processo de humanização da sociedade. [...] A mulher tem que ter o seu espaço como o homem tem o seu espaço. São pessoas com características distintas. [...] Mas,

¹²¹⁷ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹²¹⁸ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Op. cit., p. 394 (grifos nossos).

¹²¹⁹ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 03/11/2003. Vice-presidente da Fundação da Associação Comercial - AC MINAS; Ex-presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial - AC MINAS; Ex-Diretora da Associação Comercial - AC MINAS. Empresa: “Flytour Viagens e Turismo”. Comércio e Prestação de Serviços. Porte pequeno. 25 funcionários entre homens e mulheres. 40 anos, casada, sem filhos, cristã, classe média. Formação: Graduada em Administração de Empresas - Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA; Pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

parece-me que com a evolução da humanidade, o homem assumiu várias atividades que, aliás, a mulher faz também tão bem, mas ele não foi dando espaço para a mulher. O homem foi para o mundo empresarial e a mulher ficava mais no lar, em casa. Então, hoje, eu vejo a mulher entrando para essa vida profissional, para o mundo empresarial como um fato de equilíbrio. E para que ela lute e como é ela, a mulher, que tem que lutar pelo seu espaço, por esse espaço, vejo, de início, a necessidade da organização de mulheres. Até equilibrar. E vejo isso como um pêndulo da humanidade.¹²²⁰

Observa-se que a organização de mulheres, do ponto de vista de Virgínia Câmara, torna-se necessária somente até o momento no qual a mulher conseguir equilibrar as partes no meio empresarial. Depois, não haverá mais a necessidade da organização separadamente. Verifica-se a semelhança de percepção entre algumas entrevistadas em relação à organização de mulheres empresárias.

E, nesse primeiro momento, o objetivo da organização de mulheres, no caso, o “Conselho da Mulher Empreendedora” foi, segundo Virgínia Câmara, aumentar a participação da mulher empresária no mundo empresarial, investir em sua capacitação e em seu profissionalismo. E, acrescentou: “Foi e é para atender a própria mulher empresária para que ela tenha maior participação, atuação e benefícios para sua empresa através da participação associativista”.¹²²¹

Também sobre a importância desse espaço público para as empresárias, Virgínia Câmara ressaltou:

[...] Associação Comercial [...]. É a mosca que te pega, e você não consegue sair quando você gosta de participar. É importante para mim, como empresária, participar de uma entidade de classe. Eu acho que não tem preço. [...] que pague você atuar numa entidade. É um exercício de marketing que você faz, é um elo que você cria com outros empresários, as problemáticas são muito semelhantes às que você passa dentro de sua empresa. Às vezes é uma dica que o outro está apontando. [...] Eu vou lhe dar um exemplo: na semana passada eu precisava de uma lista de empresas para prospectar, e um amigo falou: “Esta lista eu tenho, excelente. Está totalmente apurada, limpa, com os nomes das pessoas chaves”. Pôxa, eu ia ter que gastar aqui um dia inteiro ou mais para chegar naquela lista que ele já me deu pronta.¹²²²

Além dos benefícios apontados percebe-se o espírito de solidariedade presente na rede das relações. Já sobre o objetivo da associação, na visão de Virgínia Câmara, durante o período no qual foi Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora” de 1999 a 2001, esta revelou:

¹²²⁰ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹²²¹ Ibidem.

¹²²² Ibidem.

Eu queria mesmo tratar de assuntos que abordassem as dificuldades da mulher no mundo contemporâneo, no sentido de um posicionamento para o empreendedorismo, posicionamento em termos de como se capacitar melhor, como competir mais nesse mundo masculino.¹²²³

Afirmou Virgínia Câmara que desejava desconstruir a idéia de que a mulher só fazia reuniões voltadas para atividades sociais ou que serviam apenas para trabalhos desse cunho ou outros não políticos. Não que estes não fossem ou não sejam importantes. No entanto, as críticas mais contundentes em relação às reuniões e associações de mulheres relacionavam-se ou relacionam-se às atividades consideradas somente sociais e como são importantes. Apesar de respeitar as gestões com essas características sociais, Virgínia Câmara confessou que desejava e realizou, enquanto Presidente do Conselho na AC MINAS, uma ruptura com alguns estilos de reuniões, iniciando um ciclo voltado para questões mais políticas e profissionais. Nesse sentido, investiu mais na capacitação, profissionalização e instrumentalização para que a mulher empresária e/ou empreendedora participasse em um espaço público e/ ou empresarial com maior poder de competitividade, atuação e participação. Para cumprir melhor o problema sobre a capacitação da mulher empresária e empreendedora, Virgínia Câmara disse:

[...] partimos para fundar “Conselhos da Mulher” no interior de Minas Gerais para aumentar o movimento. Acho que essa foi a minha melhor bandeira, aumentar o número de entidades que pudessem estar à frente dessas questões sobre a mulher. Isso atendeu um pouco a questão da capacitação.¹²²⁴

As cidades que receberam os Conselhos, segundo Virgínia Câmara, foram em torno de oito a dez cidades: Guaxupé, Araxá, Sabará, Sete Lagoas, Divinópolis, Contagem, Ouro Preto e outras.

Em seguida, Virgínia Câmara acrescentou que, atualmente, após dois anos de sua gestão, a Presidente atual,¹²²⁵ Lílian Tavares Mascarenhas Rocha, já deu, inclusive, outro enfoque ao Conselho, incrementando-o com mais gente, aumentando ainda mais os Conselhos pelas cidades do interior, além de outros diferenciais.

A empresária **Zuleika Rocha**,¹²²⁶ dentro da CDL de Belo Horizonte, foi diretora durante 15 anos e a primeira Vice-Presidente Política eleita da entidade, em 1998, cujo cargo ocupou por três vezes. Explicou-nos que são várias Vice-Presidências, por exemplo, Vice-

¹²²³ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹²²⁴ Ibidem.

¹²²⁵ Lembramos que o ano *atual* refere-se ao ano de 2003.

¹²²⁶ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

Presidência Comercial, Institucional e, em seu caso, Vice-Presidência Política, cargo ocupado por duas vezes e Vice-Presidente da associação geral, ou seja, ao lado do Presidente da CDL, por uma vez.

Sobre a participação das mulheres na Câmara de Dirigentes Lojistas, Zuleika Rocha confirmou os nomes das primeiras mulheres empresárias participantes, que foram: Elizabeth da Cunha Pimenta e Sílvia Miléo. Atualmente, em evidência, a empresária Daniela Chen, como Vice-presidente, já dito. No comando, ou seja, na presidência, não há mulheres, semelhante à Associação Comercial.

À pergunta sobre a existência de uma associação ou organização de mulheres empresárias em separado dentro da CDL, Zuleika Rocha respondeu:

Não existe. Primeiro, porque junto ao comando da entidade eram muito poucas mulheres e, basicamente, durante esse período em que eu fui a única, eu sempre associei-me aos homens. A gente sempre tentou buscar mulheres para se associar, para fazer parte da Direção, mas sempre a gente encontrou dificuldade. É muito difícil a mulher querer assumir esse papel numa entidade. E não foi por falta de oportunidade. Inclusive, na Presidência do Manoel Bernardes, uma pessoa extremamente sensível, com uma visão muito clara sobre o papel da mulher na política, o papel da mulher na sociedade, fizemos esse trabalho de buscar mulheres para o comando. E, realmente, existiu muita dificuldade, nós não conseguimos ter êxito. Elas iam, freqüentavam, depois sumiam [...] Quer dizer, não assumiram. Acho que essa área é muito complicada ainda para a mulher, no sentido de ela achar que é um papel fundamental. Tem que haver também esse comando na mulher, essa participação, porque é uma coisa embrionária ainda nessa área, desse tipo de instituição. A FIEMG, por exemplo, não tem quase ninguém, não tem praticamente nenhuma mulher. A própria CDL, a Federação do Comércio, porque é muito complicado e são pouquíssimas mulheres.¹²²⁷

O depoimento de Zuleika Rocha confirma a fraca participação das mulheres nos espaços associativos das organizações, semelhante ao que a grande produção acadêmica veicula. Inclusive, já registramos essa denúncia por meio de algumas autoras ao longo deste trabalho, a exemplo de Avelar,¹²²⁸ Blay¹²²⁹ e Tabak,¹²³⁰ tendo em vista a impossibilidade de abordar as inúmeras produções que tratam desse tema. Dentre vários fatores apontados como causas da baixa presença das mulheres nas associações ou na esfera política, chamamos a atenção para a questão da educação na socialização por ser essa privilegiada pela maioria das(os) autoras(es).

Como exemplo dessa opinião, a afirmação de Avelar é oportuna:

¹²²⁷ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

¹²²⁸ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit.

¹²²⁹ BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*. Op. cit.

¹²³⁰ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

Um primeiro fator no conjunto dessas explicações refere-se à socialização diferencial entre homens e mulheres, em cuja base encontramos o aprendizado dos papéis ligados ao sexo. Os valores de uma “cultura feminina” e de uma “cultura masculina” implicarão escolhas futuras, a partir de um conjunto organizado de referências que acabam sendo incorporadas aos componentes da personalidade dos indivíduos. Os valores são, também, concepções amplas que diferenciam indivíduos e grupos, com forte influência nos significados e nos fins da ação [...]. Embora nem todos os valores da socialização do indivíduo se encontrem diretamente relacionados com a socialização política, há um conjunto desses valores que interage diretamente com o campo da política, tais como ordem, justiça, igualdade, liberdade, conservadorismo, tolerância, dominação, autoridade, individualismo, solidariedade etc. [...] Os valores também podem ser concebidos como sistemas de interesses que criam uma disposição individual para certos comportamentos orientados a uma certa direção. [...] Fica assim evidente que os indivíduos, ao aprenderem certos valores, aprendem padrões que irão se manifestar, no futuro, em certo tipo de participação política. [...] O problema não consiste em socializar meninos e meninas diferentemente para a política. Espera-se mesmo que os valores de participação na vida política, valores de ação solidária, cada vez estejam mais presentes na socialização das mulheres. O problema está em educar ensinando que o mundo da política é um mundo dos homens, delegando assim a metade da população as decisões que são de interesses de todos. Isto, além de injusto, é a base dos comportamentos discriminatórios que encontramos na maioria das sociedades.¹²³¹

A proposta da autora é a superação de uma educação ou formação sexista que reproduz a ideologia de que a mulher não possui capacidade ou não deve participar de lugares ou de temas ligados a qualquer forma de política.

Pelo depoimento de Zuleika Rocha e de várias outras empresárias, percebe-se, semelhante à concepção de Avelar, a existência dessa segregação entre as próprias mulheres, na maioria dos espaços associativos, institucionais e na sociedade.

E, comentando sobre a organização ou associação para a categoria, Zuleika Rocha afirmou a importância desse espaço:

Tenho que participar de uma entidade para poder fazer o meu papel, tanto o social quanto o político, tentando melhorar a minha classe e a sociedade a qual pertença. Penso que todos empresários, empresárias, de qualquer porte, micro, pequeno, médio ou grande têm que participar de uma entidade.¹²³²

A consciência da participação ou da “obrigação política”, discutida na Parte III, é percebida no depoimento de Zuleika Rocha e enquadra-se na formação ancorada em valores de socialização que direciona os sujeitos para as atitudes políticas, para a participação e para as práticas de cidadania. Zuleika Rocha ressaltou as possibilidades que o espaço associativo oferece como formas de atuação e participação na classe e na sociedade.

¹²³¹ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit., p. 152-3.

¹²³² ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

Sobre esses espaços associativos, reforça o economista Commons¹²³³ que o Poder Legislativo deve proteger as associações, o direito dos homens de se associarem em qualquer forma de organização, porque as associações são como armas contra todo tipo de dominação opressiva e unilateral. A liberdade de associação e as próprias associações representam e garantem a democracia.

Olson, baseado em Latham,¹²³⁴ escreve que “[...] os interesses grupais e o comportamento grupal são as forças básicas que operam tanto no comportamento econômico quanto no político”.¹²³⁵ Tanto para Commons como para Latham e, portanto, para Olson, os interesses grupais são mais importantes que os individuais, aqueles são dominantes e esses ficam em plano secundário.

As declarações das mulheres empresárias expostas nesse subcapítulo representam e convergem com a opinião de todas as outras não citadas, sendo desnecessária uma repetição das mesmas concepções.

Baseando-nos em Boschi, as associações atuais apresentam-se com alguns aspectos diferentes em relação às dos anos de 1930 a 1945:

Em primeiro lugar, distinguem-se quanto ao escopo e teor da proposta política. As antigas associações não tinham caráter oposicionista nem eram politizadas como as atuais. A novidade acerca das associações das décadas de 70 e 80 é o fato de que possuem uma orientação ideológica, a partir de sua concepção como organizações que visam a abertura de espaços democráticos através de uma interação direta ao nível local.¹²³⁶

Nessa perspectiva, as associações de hoje são mais organizadas e envolvem-se em eventos politizados e considerados mais importantes.

Após verificarmos a organização das mulheres empresárias nos espaços da Associação Comercial, constatada nos âmbitos municipal, estadual e nacional, e da CDL em Belo Horizonte, passamos às outras formas de organização em outros espaços encontrados nos depoimentos de mulheres empresárias ainda em Belo Horizonte.

¹²³³ Cf. COMMONS, John R. *Institutional Economics*. Op. cit., p. 901-3.

¹²³⁴ Cf. LATHAM, Earl. *The Group Basis of Politics*. Ithaca, Nova York, Cornell University Press, 1952, p. 10.

¹²³⁵ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 132.

¹²³⁶ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Op. cit., p. 98.

CAPÍTULO 6

OUTROS ESPAÇOS OCUPADOS POR MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO HORIZONTE

“O motivo das ONGs é esse. Eu vejo que as pessoas têm competência. Quando eu estive com um amigo ele falou uma frase que talvez seja o que mova muito do que eu faça. Ele disse o seguinte: ‘Duas crianças, no momento da concepção e quando nascem são exatamente iguais. É difícil você dizer qual é o filho do rico e o filho do pobre. São as oportunidades da vida que fazem depois com que elas tomem caminhos diferentes’. Então, o nosso objetivo aqui é mostrar para as pessoas que todo mundo tem oportunidades. Os meninos que a gente tem na oficina, por exemplo, são quarenta e nove meninos, e tenho certeza absoluta que esses meninos, alguns deles, pelo menos, poderiam ter se tornado bandidos, porque eles vivem em situação de risco; poderiam se tornado traficantes, assassinos etc. Então, a gente está tendo a oportunidade de dizer para eles: ‘Vocês vivem uma situação difícil, são de baixa renda, mas vocês têm aqui uma oportunidade.’ E, por isso, a informação, a colaboração, o respeito e a solidariedade aqui, são muito importantes.”

Tânia Maria Machado Silva
(Em entrevista – 02/03/2003)

As empresárias de Belo Horizonte, além do espaço das associações profissionais por meio dos Conselhos, atuam e organizam-se também em outros espaços públicos. Sobre esses, acrescenta Avelar:

O envolvimento na política, [...] pode se dar nos trabalhos político-partidários, nas várias atividades eleitorais, nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais, conselhos, comissões, delegações de âmbito local ou nacional, e ainda em outras formas de organizações que têm impacto sobre a agenda pública. [...] *As formas de envolvimento dos indivíduos em organizações voluntárias, no associativismo de um modo geral [...].*¹²³⁷

Tendo em vista o imenso universo de possibilidades de participação e atuação nos diversos espaços públicos, selecionamos alguns exemplos desses, ocupados por algumas mulheres empresárias como amostra.

¹²³⁷ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit., p. 47 (grifos nossos).

Na esfera cultural, a empresária **Ângela Gutierrez**¹²³⁸ interfere nos âmbitos social e cultural com a fundação de dois museus. É um trabalho em prol da cultura mineira e brasileira. Sobre essas Fundações, revelou-nos Ângela Gutierrez:

Então hoje, no momento, tenho dois grandes projetos: um é o “Museu do Oratório”, em Ouro Preto, que foi criado em 1998 quando criei o “Instituto Flávio Gutierrez”. Esse museu está numa fase de manutenção, com alguns projetos de inscrição. É um museu que está funcionando há cinco anos e funciona muito bem, felizmente. Eu doei uma coleção particular para o “Patrimônio Histórico Nacional”, montei, equipei e adequiei um espaço maravilhoso que é da Diocese de Ouro Preto. E administro esse Museu com pessoas de lá e com uma diretoria que é daqui (Belo Horizonte). Já o Instituto “Museu de Artes e Ofícios” é um projeto que está em franco andamento. Temos feito captações e o projeto tem andado dessa forma. É um Museu que no ano de 2004¹²³⁹ será, se Deus quiser, inaugurado. E há também uma belíssima coleção de Artes e Ofícios da qual sou proprietária e que estarei doando também, no ato da inauguração, ao “Patrimônio Histórico Nacional”.¹²⁴⁰

Além do grande investimento pessoal para a realização dessas ações, a empresária Ângela Gutierrez contou e conta com a ajuda da “Lei Rouanet”, uma lei estadual de apoio à cultura. Essa lei de incentivo à cultura tem o objetivo de manter o museu.

A “Lei Rouanet”, citada por Ângela Gutierrez, foi criada em 1991 – Lei nº 8.313/91, denominada “Lei Federal de Incentivo à Cultura”, mas conhecida por “Lei Rouanet”. Tem como objetivo incentivar os investimentos culturais por empresas e pessoas físicas em financiamentos de projetos na área cultural. As pessoas jurídicas podem deduzir até 4% do valor a ser pago ao Imposto de Renda e as pessoas físicas podem contribuir com até 6% com entidades ou projetos culturais. A lei instituiu o “Programa Nacional de Apoio à Cultura” – PRONAC –, para captar recursos de fomentação à produção cultural e artística, que é composto por três mecanismos: o “Fundo Nacional de Cultura” – FNC; o “Incentivo Fiscal” – Mecenato; e o “Fundo de Investimento Cultural e Artístico” – FICART. E ainda:

Pelo Mecenato, o proponente pode obter apoio de pessoas físicas e de certas empresas para a execução do seu projeto cultural, desde que este seja antes aprovado pelo Ministério da Cultura. Aos investidores é permitido, por sua vez, deduzir do

¹²³⁸ GUTIERREZ, Ângela. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 19 jan. 2004. Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez; Diretora Executiva da Empresa GAIA. Doadora e Administradora do “Museu do Oratório” – em Ouro Preto – doado ao “Patrimônio Histórico Nacional” em 1998; Projeto em fase terminal, de doação do “Museu de Artes e Ofícios” – em Belo Horizonte, também doado ao “Patrimônio Histórico Nacional” em 2004; Presidente do Centro Comunitário de Inhaúma; Ex-Secretária de Cultura do Estado de Minas Gerais. Empresas: Construtora Andrade Gutierrez (acionista); Empresa de Administração GAIA – Imóveis e Negócios; Fazenda. Prestação de Serviços. Porte Grande – Andrade Gutierrez – não especificou o número de funcionários; Porte Pequeno – Gaia – 10 funcionários entre homens e mulheres; Instituto Cultural, sem fins lucrativos, em torno de 80 funcionários entre homens e mulheres. 54 anos, divorciada, uma filha, católica, classe alta. Formação: Curso de Magistério, Administração e Marketing – Fundação Getúlio Vargas - FGV.

¹²³⁹ A entrevista, lembramos, foi realizada em janeiro de 2004.

¹²⁴⁰ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

imposto de renda o valor repassado. No Mecenato, o Ministério da Cultura não transfere recurso para o projeto, como o FNC. Depois da aprovação, divulgada por meio da portaria ministerial no Diário Oficial da União, o proponente deverá buscar empresas ou pessoas físicas interessadas em financiar a execução, por meio de patrocínio ou doação. Em relação às empresas, o proponente deve ter especial atenção, pois só poderão investir no projeto, por via Mecenato, as tributadas com base no lucro real. O Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, no artigo 246 estabelece as empresas que são obrigadas a se enquadrar nesse regime de tributação.¹²⁴¹

No entanto, para as exposições de Arte Barroca que dependem altos custos na infraestrutura para o deslocamento de uma coleção de obras de arte, a parceria nos custos vem de empresas privadas e das instituições dos países exteriores, os quais convidam a empresária Ângela Gutierrez para levar a exposição até eles. De acordo com Ângela Gutierrez, já foram nove vezes que o acervo do “Museu Oratório” já saiu do Brasil divulgando a cultura brasileira nos seguintes países: França (três vezes em Paris), Inglaterra, Itália, Portugal (duas vezes), Venezuela, Chile e já com preparativos para a Espanha.

Sobre a organização e o início desse espaço cultural, Ângela Gutierrez explicou-nos que teve a idéia da criação dos museus a partir de sua coleção de obras de arte. As peças doadas de sua propriedade particular foram resultado de uma coleção que começou há mais de quarenta anos com o seu pai – Flávio Gutierrez. Ao longo de sua vida foi colecionando os oratórios e as peças da “Coleção de Artes e Ofícios”. E, assim, chegou um momento em que a coleção tornou-se mais forte que a colecionadora e, por isso, decidiu doá-la ao público. Sobre esse início, ela diz:

Quanto ao “Museu do Oratório”, do momento em que eu decidi que ia doar a coleção para o patrimônio público e criar um museu, demorei quatro anos. Foram três anos de pesquisa histórica, porque a gente não tem no Brasil bibliografia sobre os oratórios. Não existia. Então, tivemos que criar essa bibliografia com consultas, com pesquisas fora do Brasil, em Portugal, que é o “berço do oratório” e a origem dos nossos oratórios. Tivemos que fazer um trabalho de pesquisa que durou três anos. E entre o trabalho de pesquisa e a restauração do prédio que estava caindo, enfim, até que o museu estivesse entregue ao país, foram exatamente quatro anos. O museu de Artes e Ofícios é um museu bem maior, muito maior. São 9 mil metros quadrados de museu, e de um assunto que o país não conhece. É o primeiro museu brasileiro de Artes e Ofícios. São duas mil peças nessa coleção. São dois imóveis tombados em péssimas condições que estamos restaurando e é uma restauração enorme. Então, tem dois anos de trabalho, quer dizer, na verdade, tem um ano e oito meses. E eu quero acreditar que no ano de 2004 eu possa, se o dinheiro que ainda precisa ser captado o for, entregar ao país esse museu.¹²⁴²

¹²⁴¹ http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=23544&more=1&c=1&... 20/12/2006.

¹²⁴² GUTIERREZ, Ângela, Entrevista. Op. cit.

Portanto, todas as peças do “Museu do Oratório” em Ouro Preto e as duas mil peças do “Museu de Artes e Ofícios” em Belo Horizonte foram colecionadas e doadas por Ângela Gutierrez ao “Patrimônio Histórico Nacional”, tornando a coleção um bem público.

A ação cultural, de acordo com Coelho Neto¹²⁴³ é uma ação sociocultural que lida com a cultura e não com a indistinção, ou seja, a cultura é plural, mas nem tudo é cultura. Por isso, é preciso fazer distinções. Mesmo com a afirmação de que a ação cultural é uma “operação sociocultural”¹²⁴⁴ existe uma concepção mais radicalizada que lhe atribui uma capacidade mais abrangente, pela seguinte forma:

[...] o objetivo da ação cultural não é constituir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta.¹²⁴⁵

Assim, as práticas da ação cultural podem ser extremamente variadas e, dependendo da opção, provocam diferentes resultados e avaliações em relação ao custo social que irá acarretar.

A ação cultural pode ser identificada por meio de três momentos ao longo da história. O primeiro momento, por volta do século XIX, é caracterizado pela instituição – o museu –, com o objetivo de preservar e armazenar os bens culturais. A arte sempre foi estipulada como um bem, por isso, afirma o autor, sempre pode ser patrimonializável.

Ainda no século XIX, mas com maior ênfase após a Segunda Guerra Mundial, portanto, já no século XX, surge, com mais movimento, a ação cultural conhecida atualmente. Esse se caracteriza como o segundo momento, com uma mudança de foco: “A visão patrimonialista da cultura se enfraquece um pouco e abre espaço para o que se convencionou chamar de *abordagem social* da questão cultural”.¹²⁴⁶

O terceiro momento ocorre por volta de 1960, mais aproximadamente em 1968, quando a percepção deixa de ser tanto na arte como no coletivo. A ênfase será concentrada no indivíduo. Deriva desse período também o termo espaços culturais.

Atualmente, observa-se um certo abandono das instituições pela preferência de uma ação cultural em “espaços alternativos”, incluindo a rua. Essa tendência também é praticada no Brasil.

¹²⁴³ COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Editora Brasileira, 1989.

¹²⁴⁴ Ibidem, p. 42.

¹²⁴⁵ Ibidem, p. 42.

¹²⁴⁶ Ibidem, p. 38.

Apesar dos três momentos, as tendências na orientação para a prática da ação cultural resumem-se em duas:

A primeira procurou valorizar a obra de arte em si, ou os produtos culturais de modo geral. Decorrencia desta foi a ênfase dada ao tratamento e transmissão das linguagens formais estéticas que deveriam servir para o desenvolvimento de indivíduos plenos. A segunda tratou de valorizar a pedagogia de transformação de indivíduos isolados em grupos estruturados cujos membros compartilhassem um mesmo conjunto de valores, capazes por isso de reforçar os laços comunitários, através da desalienação dos contatos humanos e, como consequência, levando-os a criar e desenvolver novos projetos sociais.¹²⁴⁷

Não obstante as diferentes formas de ação cultural praticadas, não se pode dizer que uma excluiu a outra. Percebem-se, atualmente, as várias e outras formas coexistindo. Reforça Coelho Neto: “A primeira tendência, em versões distintas mas convergentes, pode ser percebida tanto no segundo momento da história da ação cultural quanto no terceiro [...]”¹²⁴⁸

Desse modo, a valorização da arte como um bem patrimonial, apesar de uma menor constância, continua sendo também uma forma de ação cultural dentre tantas, cada uma com propósitos bem divergentes.

Trouxemos essas considerações até aqui para situarmos o contexto do museu e a ação cultural implicada, pois o objetivo principal é detectar as ações praticadas pela empresária Ângela Gutierrez. Nesse sentido, como *agente cultural*, sua prática de ação cultural enquadra-se em uma instituição – o museu –, que privilegia os bens patrimoniais, já registrada. A sua atuação como agente cultural é uma ação social e cultural e é agente pelo fato de ser uma impulsionadora de uma ação cultural, ou seja, de acionar um processo que, sem o impulso, poderia não acontecer.¹²⁴⁹ Além de impulsionar, Ângela Gutierrez toma a responsabilidade de dirigir o processo, o que, necessariamente, não é uma obrigação por ser a iniciadora. O agente cultural, afirma Coelho Neto, não tem, ele mesmo, que *criar* a arte, mas “administrar” ou criar oportunidades para que a ação cultural aconteça.

É uma “*arts administrator*”, como é chamado na Inglaterra, ou seja, um “administrador” para que a coisa funcione. Nos Estados Unidos são chamados de “*art educator*”. Ressalta Coelho Neto que as significações desses termos podem, entretanto, variar muito, conforme a realidade específica.

¹²⁴⁷ COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural*. Op. cit. p. 39-40.

¹²⁴⁸ Ibidem, p. 40.

¹²⁴⁹ Cf. Ibidem.

No Brasil, por exemplo, o autor coloca o *produtor* cultural de forma diferente do *agente* cultural. O produtor tem a *prática* artística, portanto, separa-se a *arte* da *ação cultural*. Coelho Neto define o agente cultural da seguinte forma:

Ele está no centro de um cruzamento ligando diversas figuras normalmente afastadas uma das outras: a arte, o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos (ou fontes financiadoras, como o Estado ou a iniciativa privada, que não produzem a cultura diretamente mas detêm o poder de torná-la realidade). Isto significa que através do agente cultural a arte se porá em contato com o indivíduo ou a comunidade tanto quanto o artista penetrará na comunidade (e o inverso, de modo particular) assim como a comunidade alcançará os recursos necessários para uma certa prática cultural.¹²⁵⁰

Como agente cultural, Ângela Gutierrez possibilita as condições referidas acima, inclusive, sendo a responsável pelo angariamento de recursos financeiros para garantir as instituições e a circulação das obras de arte em exposições. Ela serve à arte ou à cultura, “[...] criando, por tudo isso, condições para sua revitalização [...]”.¹²⁵¹ Acrescenta-se o fato de que, por meio das exposições realizadas por diversas vezes em vários países, o nome do estado de Minas Gerais e do Brasil lucrarem “[...] simbolicamente com a associação de suas imagens à da arte patrocinada”.¹²⁵² Ângela Gutierrez, conseqüentemente, como agente cultural, possui várias atividades.

Fazendo uma síntese, o autor Coelho Neto acrescenta: “Seria possível pensar que o agente cultural visto como uma multidão-em-si-mesmo ocuparia o papel do *líder*, do *diretor*, do *condutor*, enquanto os técnicos seriam seus colaboradores operacionais”.¹²⁵³ Nesse sentido, o agente cultural deve possuir uma visão abrangente e um conhecimento ampliado em diversas áreas. A ação cultural, afirma Coelho Neto, é uma atividade interdisciplinar, permeada pela diversidade, que exige competência para ter eficácia e um projeto bem elaborado para que as ações sejam efetivamente colocadas em prática.

A interdisciplinaridade exige do agente cultural um domínio mais diversificado e, não, um saber compartimentado, segundo Morin,¹²⁵⁴ fragmentado, como se o conhecimento fosse separado em gavetas distintas. Por isso, Coelho Neto faz uma analogia do agente cultural,

¹²⁵⁰ COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural*. Op. cit., p. 67.

¹²⁵¹ Ibidem, p. 68.

¹²⁵² Ibidem, p. 68.

¹²⁵³ Ibidem, p. 70.

¹²⁵⁴ Cf. MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-feita*. Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; Idem. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez. Brasília (DF): Unesco.

dizendo que esse é “[...] uma espécie de homem da Renascença revisitado”.¹²⁵⁵ Acrescentamos a mulher nessa analogia e, portanto, a empresária Ângela Gutierrez.

Em outro exemplo de espaço associativo, a empresária **Dalva Camilo Diniz**¹²⁵⁶ é membro da ANTU¹²⁵⁷ – Associação Nacional de Transportes Urbanos, ocupando o cargo de Presidente do Conselho em âmbito nacional. De acordo com Dalva Camilo, ela está neste cargo desde 1992:

São quatro mandatos e ainda continuo sozinha. [...] Não aparecem mulheres para assumir a posição. Eu fui presidente do SETRANSP – Sindicato dos Transportes Urbanos de Belo Horizonte em 1998. Até hoje não surgiu nenhuma mulher para assumir o cargo. Eu fui a primeira e voltou para as mãos de homens novamente.¹²⁵⁸

Ou seja, são quase doze (12) anos que a empresária Dalva Camilo permanece no cargo como Presidente do Conselho da ANTU. E caso queiram passar para outra mulher, pelo menos até o momento, não surgiu nenhuma que queira o cargo. No entanto, segundo Dalva Camilo, há mulheres que participam da associação e ocupam cargos em diretorias na área de Recursos Humanos. Mas, quando se fala em presidência de algum setor, não se mostram interessadas.

Chamamos a atenção para os comentários registrados após os últimos depoimentos da empresária Zuleika Rocha no capítulo anterior, especificamente no subcapítulo 5.2, em relação à fraca participação das mulheres nos espaços associativos, provocada, principalmente, por uma socialização diferenciada entre homens e mulheres para a participação política.

Nessa perspectiva, o depoimento de Dalva Camilo assemelha-se ao de Zuleika Rocha.

Continua dizendo Dalva Camilo que a ANTU tem sede própria em Brasília e possui espaços apropriados para seus encontros, debates e decisões. De acordo com a empresária, o setor de transportes talvez seja um dos mais organizados do Brasil. Em suas palavras: “Nós representamos 65 mil ônibus no Brasil inteiro, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte,

¹²⁵⁵ COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural*. Op. cit., p. 70.

¹²⁵⁶ DINIZ, Dalva Camilo. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 06 out. 2003. Presidente da Associação Nacional de Transporte Urbano – ANTU; Presidente de suas empresas. Empresas: Táxi Aéreo - ARIBA; Embrataxi; Manutenção de aeronaves; Novalimense - Transporte urbano; DC Quality; Agronegócios – fazenda, criação de cavalos, exploração de água, eventos. Prestação de Serviços. Porte médio. 800 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, viúva, duas filhas, cristã, classe alta. Formação: Contabilidade/Administração e Marketing.

¹²⁵⁷ Encontramos as duas siglas ANTU e NTU como significado para a “Associação Nacional de Transporte Urbano”.

¹²⁵⁸ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

ou seja, em todo território nacional”.¹²⁵⁹ A empresária participa dessa associação – ANTU, mas nos informou que existe a Confederação Nacional dos Transportes – CNT.

Observa-se que a estrutura e a hierarquia dentro das organizações associativas são as mesmas, independente do setor comercial, ou seja, abaixo da Confederação Nacional dos Transportes, em cada estado existe a Federação e, nas cidades, as associações e os sindicatos.

Informou-nos Dalva Camilo que a associação se mantém independente por meio de contribuições pagas de acordo com o número de veículos de cada associado. As reuniões são recursos adotados para estabelecimento das metas e ocorrem toda quarta-feira com a diretoria. O Conselho reúne-se menos, sendo responsável pela liberação de verbas para outros segmentos e fiscalização de sua aplicabilidade.

Na opinião de Dalva Camilo, novos sujeitos estão provocando mudanças na sociedade. De acordo com a empresária:

A geração nova que entrou e vem entrando para as empresas, os filhos dos empresários que vieram e estão vindo, vêm com outra consciência. Percebem a necessidade de mudança no trabalho e na empresa. As coisas eram até mais difíceis. Eu trabalhava mais e não tinha um retorno correto, porque eu também não dava nada em troca. Antes, eram duas pontas: o político, o governo lá, em uma ponta; e o empresário aqui, em outra. Não tinha esse encontro, não havia essa comunicação de necessidades comuns que está havendo hoje, da sociedade civil e do poder público.¹²⁶⁰

Pelo depoimento, ressaltamos uma analogia com o que Arendt¹²⁶¹ escreve, ou seja, sobre a possibilidade de que cada ser humano traz o início de algo novo com ele. Quando Dalva Camilo refere-se à nova geração, novos sujeitos com novas idéias e de mudanças, enquadrámos essa concepção ao pensamento arendtiano, pelas possibilidades do surgimento de novas ações. Ainda, ao dizer que a sociedade está em um ponto e o estado em outro, percebe-se uma crítica sobre a falta de articulação entre essas duas esferas e sobre a necessidade dessa articulação. Acrescentou Dalva Camilo que, devido à modernização da tecnologia, à competitividade do mercado e a exigência de uma melhor qualidade nos serviços prestados, as empresas estão sendo “forçadas”, praticamente, a buscarem novas alternativas para se manter no mercado e atrair os consumidores.

Corroborando também com o depoimento acima de Dalva Camilo, Cançado et al escrevem:

¹²⁵⁹ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

¹²⁶⁰ Ibidem..

¹²⁶¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

Nas empresas, os filhos dos fundadores, muitas vezes profissionais com formação acadêmica, passaram a dirigir seus negócios com maior dinamismo empresarial. Essa nova geração assumiu a liderança do Setransp, no qual se verificou a incorporação do saber técnico e a absorção de profissionais oriundos de órgãos públicos de planejamento urbano.¹²⁶²

Houve, por isso, um aumento de qualidade no modelo gestor, acrescido de inovações tecnológicas, incorporação de novo padrão nas relações, profissionalização e novos arranjos e articulações no âmbito político.

Semelhante à fala da empresária Dalva Camilo, os empresários do setor de transporte perceberam que “[...] teriam que não apenas deter o saber técnico, como também estarem unidos entre si, como um grupo capaz de influenciar e se impor no cenário das decisões políticas”.¹²⁶³ Nesse sentido, a própria participação da empresária na associação do referido setor caracteriza-se por essa prática política.

A modernização nas empresas referida por Dalva Camilo é reforçada por Aragão ao afirmar que essa ocorreu devido a vários fatores:

Em um país onde o modo rodoviário domina absolutamente no transporte público urbano, inclusive em virtude da falta de capacidade do Estado para investir em sistemas sobre trilhos, a busca da eficiência e qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas de ônibus constitui uma questão vital para o próprio funcionamento das cidades brasileiras. [...] Nesse contexto, colocam-se diversos desafios à empresa privada de ônibus urbano, que dela exigirão esforços de modernização. Antes de mais nada, é preciso notar que o setor pratica o discurso da produtividade e da qualidade.¹²⁶⁴

A modernização é instigada, além do aumento da produtividade e melhor qualidade na prestação de serviços, pelas ameaças que vem da concorrência dos transportes individuais, que teve grande acréscimo devido às facilidades do acesso ao automóvel por um grande número de pessoas; o transporte clandestino, já citado; a “marcha a pé”, um fato crescente em locais considerados como bolsões de pobreza; e os procedimentos licitatórios exigidos pela nova legislação, forçando uma concorrência econômica entre as empresas.¹²⁶⁵ Devido às mudanças, portanto, as empresas têm que buscar aperfeiçoar-se na forma operacional, administrativa e comercial. E, resume Aragão:

¹²⁶² CANÇADO, Vera et al. Capacidade gerencial das empresas de ônibus frente ao órgão gestor em Belo Horizonte. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 299.

¹²⁶³ Ibidem, p. 299.

¹²⁶⁴ ARAGÃO, Joaquim. Modernização, abordagem empírica das empresas frente às exigências do transporte. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. Op. cit., p. 317.

¹²⁶⁵ Cf. Ibidem.

[...] os esforços de racionalização que conformariam o conceito de modernização empresarial acabam por se concentrar novamente na política de pessoal, na composição do capital (incluindo a inovação tecnológica no campo da informática e as relações com fornecedores) e na capacitação da empresa de compreender seu ambiente para dar-lhe respostas apropriadas.¹²⁶⁶

Verifica-se que os fatores das mudanças são, basicamente, os mesmos entre as empresas, embora de ramos diferentes, apontando, principalmente, para as inovações tecnológicas, a concorrência, a crescente exigência e consciência dos consumidores, a integração e preocupação com o entorno, com a comunidade e com o meio ambiente, dentre outros.

Passando ao contexto específico de Belo Horizonte, Cançado et al confrontam essas mudanças visualizadas abaixo:

As empresas viram-se obrigadas a um maior controle na produção de serviços, para atenderem às determinações do novo órgão gestor: itinerário, número de viagens, horários, tempo médio de viagem, frota, número de trabalhadores, índice de ocupação de veículos, instalações, etc. No entanto, isso não significava que cada empresa, individualmente, tivesse melhorado sua produtividade, mesmo porque o sistema comportava a existência de empresas deficitárias e superavitárias. Em termos de produção do serviço, anteriormente, o empresário visava somente transportar o maior número de passageiros com o menor número possível de viagens e menor número de ônibus em circulação, obtendo seu lucro da superlotação dos ônibus. Agora, tornava-se necessário preocupar-se com as questões administrativas, como controle de custos, critérios de renovação da frota (em função das possibilidades de financiamento), escala e manutenção de frota, escalas de serviço, controles de produção, etc.; e também começaram a atentar para as questões de organização da categoria.¹²⁶⁷

Verifica-se a mudança da cultura empresarial e, principalmente, de seus dirigentes frente às novas exigências do momento atual semelhante à opinião de Dalva Camilo.

Também atuando em um outro espaço, a empresária **Eliana Guimarães Queiroz**¹²⁶⁸ faz parte de uma organização, o “Grupo Mineiro” e do “Sindicato do Vestuário” – SINDIVEST. Nesse último, apesar de ser associada, não é atuante. Segundo Eliana Queiroz, sua maior atuação e participação dá-se no “Grupo Mineiro”, que é composto por profissionais em moda. Em suas palavras:

¹²⁶⁶ ARAGÃO, Joaquim. Modernização, abordagem empírica das empresas frente às exigências do transporte. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. Op. cit., p. 320.

¹²⁶⁷ CANÇADO, Vera et al. Capacidade gerencial das empresas de ônibus frente ao órgão gestor em Belo Horizonte. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. Op. cit., p. 298.

¹²⁶⁸ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

Temos um grupo de moda, o “Grupo Mineiro”, ao qual somos afiliados. É um grupo independente. Logo que estabelecemos, definimos a moda em Minas. Era “antes do ‘Grupo Mineiro’ e depois do ‘Grupo Mineiro’”. Ele foi um divisor de águas. Depois que o “Grupo Mineiro” apareceu, e sempre foi muito profissional, ele foi delimitando a moda em Minas e criando os contornos da moda: como devia ser, o que é etc. E isso é o que nos norteia. Nós somos filiados ao nosso sindicato – SINDIVEST –, mas sem muita participação. O “Grupo Mineiro” faz o trabalho dele a parte, lutando pela classe. Por exemplo, a gente está fazendo um movimento de chamada do governo para tomar conhecimento da nossa classe, porque a moda hoje é o segundo maior pólo de empresas de Minas Gerais. Acima de nós, só tem a construção civil. Nós geramos mais de 70 mil empregos.¹²⁶⁹

Observa-se que o grupo, por meio de sua força de organização, reivindica interesses perante o Estado. E, por meio do depoimento, percebe-se a consciência do grupo em relação à sua importante contribuição nas divisas monetárias no mercado e para a sociedade, pelo grande número de empregos gerados por meio do setor da moda. Essa consciência, lembramos, é a consciência pública que Lefort¹²⁷⁰ disse ser necessária entre os indivíduos em sociedade para fazer valer sua legitimidade e poder de opinião perante o estado.

Ainda sobre o “Grupo Mineiro”, citou Eliana Queiroz:

A gente é muito unido e nossa performance está dentro do “Grupo Mineiro”. Somos dez associados. Vamos ver se falo todos: É a artmanha que é a Mabel Magalhães; Renato Loureiro; Sheila Mares Guia – (M. Guia); Patachu; Artman que é masculina; a Cláudia Mourão da Equipage, que deve ter também umas cinco lojas; a Elen – da Bárbara Bella que tem duas lojas; Tânia – da Condotti; a Printing – da Márcia e outras. Tem mais uma que eu não estou me lembrando agora. Mas, em resumo, são essas marcas. Todos vendem atacado e varejo e todo mundo tem loja também.¹²⁷¹

O grupo é pequeno e, de acordo com Eliana Queiroz, muito unido, o que confirma o que Olson¹²⁷² escreveu sobre as vantagens de um grupo pequeno sobre um grupo grande ou latente, cujo registro fizemos no capítulo 5 Ainda, apesar do “Grupo Mineiro” ter passado por um período menos ativo, ele já existe há 28 anos, disse Eliana Queiroz, do qual foi fundadora e sempre associada. Durante esse tempo, o “Grupo Mineiro” caminhou sozinho, fez o seu nome, tem credibilidade e é reconhecido como um grupo de moda que alavanca a economia e o próprio setor.

A empresária **Kátia Rabello**¹²⁷³ participa do Conselho de outra associação, a FEBRABAN – “Federação Brasileira dos Bancos” e, segundo ela, dentro dessa associação, o

¹²⁶⁹ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

¹²⁷⁰ Cf. LEFORT, Claude. *Pensando o político*: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Op. cit.

¹²⁷¹ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

¹²⁷² Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais.

Op. cit.

¹²⁷³ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

fato de ser mulher é indiferente. O que realmente conta é o poder econômico e foi convidada para participar da associação pela representatividade do Banco Rural, do qual é presidente.

A associação agrega todas as instituições financeiras do país e o Conselho é o fórum máximo. Existe a parte Executiva que são as Diretorias, que, por sua vez, dividem-se em “Diretoria de Marketing”, “Jurídica” e várias outras. Afirmou Kátia Rabello:

Dentro da Federação existe uma proporção de poder, sim. Quem tem mais, os grandes, defendem com mais facilidade o lado deles; quer dizer, defendem entre aspas, porque têm que ficar atentos com os menores para ter legitimidade na Federação. Senão ia ser uma Federação de seis bancos. E isso não dá a eles a legitimidade.¹²⁷⁴

A legitimidade, apoiando-nos em Lefort,¹²⁷⁵ é conseguida por meio da união do grupo que gera poder, faz-se legítimo pela opinião coesa do grupo e, portanto, visível, com força e capacidade para a obtenção de seus interesses.

A empresária **Maria Amália Turner Laborne**¹²⁷⁶ não tem afiliação em nenhuma associação, no entanto, selecionamos seu nome para exemplo de uma ação social desenvolvida a partir de seu espaço de trabalho que abordaremos mais à frente.

Apesar de não ser afiliada a nenhuma associação, Maria Amália afirmou participar de alguns cursos realizados pela Câmara de Diretores Lojistas – CDL – de Belo Horizonte. E, ainda, que as ações ou medidas da “Associação de Academias e o CREF” – “Certificado Regional de Educação Física” reflete no funcionamento de todas as academias. Dentre tantos, um dos objetivos do CREF, por exemplo, foi normatizar as atividades e os serviços prestados pelas academias. Apenas para ilustrar, Maria Amália citou uma das medidas tomadas: a exigência da formação em Educação Física para o profissional que deseja ministrar aulas em academias.

Essa medida, inclusive, foi uma ação política, cuja definição abordaremos mais à frente, tendo em vista que a ação resultou em uma Lei de âmbito nacional para todos os profissionais, legitimando o direito do profissional específico e defendendo os interesses da categoria. Antes dessa Lei, qualquer indivíduo sem formação em Educação Física ministrava aulas nas academias.

¹²⁷⁴ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹²⁷⁵ Cf. LEFORT, Claude. *Pensando o político*: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Op. cit.

¹²⁷⁶ LABORNE, Maria Amália Turner. Belo Horizonte-Mg. Entrevista. 29 out. 2003. Diretora da Academia Turner. Empresa: Academia Turner. Prestação de Serviços. Porte pequeno. 60 funcionários entre homens e mulheres. 49 anos, casada, três filhos, espírita, classe alta. Formação: Graduação em Administração e Economia.

Verifica-se, portanto, que essa ação política realizada por meio de uma organização teve um impacto no espaço público ao transformar-se em Lei, abrangendo todos os profissionais da área, bem como todos os indivíduos que não são membros da associação.

Em outro tipo de espaço organizado, a empresária **Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza**¹²⁷⁷ é membro ativo e participativo do Lions Club Internacional¹²⁷⁸ e Lions Club. Atualmente é Presidente da Academia Mineira de Leonística, uma área dentro do Lions Club. Segundo Maria Carmem:

Essa agremiação foi criada no ano de 1917, em Chicago, pelo americano Melvin Jones, com uma visão maior, porque estava em plena Primeira Guerra Mundial para conseguir que os homens se entendessem melhor. Pretendia que esse movimento fosse mundial, universal, visando a paz no mundo e a compreensão entre os homens. Era uma reunião de homens de negócios.¹²⁷⁹

Continua Maria Carmem dizendo que essa entidade em seu início foi composta apenas por homens e somente a partir de 1987 permitiu-se a entrada da mulher como sócia. Atualmente, várias mulheres ocupam cargos de destaque e de comando dentro da entidade, como por exemplo, cargos de governadoria no estado da Bahia, Rio de Janeiro, Campinas, São Paulo e outras.

Para essa conquista, Maria Carmem nos revelou que as mulheres organizaram-se por meio de fóruns, onde eram realizadas as discussões e os debates e contou com um grande apoio do Presidente Internacional brasileiro, na época, o empresário Sobral Pinto, da empresa “Inviccta” (no ramo de garrafas térmicas), que tinha força e grande influência pelo alto cargo ocupado. Segundo Maria Carmem, ela participou de vários fóruns, inclusive internacionais a exemplo do FOLAC – “Fórum Latino-Americano da América”, realizado anualmente sempre no mês de janeiro. Houve pressão nos eventos para a inclusão da mulher depois de extensas e várias discussões. Essa conquista contou com um fator impulsionador, que foi a mudança ocorrida nos Estados Unidos, na mesma época, incluindo as mulheres como sócias no Lions

¹²⁷⁷ SOUZA, Maria Carmen de Castro Amorim Ximenes. Belo Horizonte-MG. Entrevista 29 out. 2003. Presidente da Academia Mineira de Leonística; Benemérita da Academia Feminina de Letras de Minas Gerais; Membro do Lions Club Internacional; Publicitária e membro do Conselho Deliberativo da empresa “Sílvia Ximenes Imóveis”. Empresa: “Sílvia Ximenes Imóveis”. Comércio. Porte médio. 100 funcionários entre homens e mulheres. 70 anos, casada, cinco filhos, católica, classe alta. Formação: Curso de Magistério; curso de Literatura na PUC-MG – em curso.

¹²⁷⁸ Existe uma produção literária extensa sobre a história do Lions Club Internacional e dos inúmeros Lions Clubs existentes também no Brasil. Ressaltamos que não é propósito deste trabalho abordar tal tema específico, mas apenas verificar dentro dos espaços públicos nos quais as próprias empresárias revelaram pertencer, como estas estão participando e atuando nestes espaços.

¹²⁷⁹ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

Club. Essa influência foi decisiva porque, de acordo com Maria Carmem, a sede internacional e a estrutura de toda a organização encontra-se nesse território.

Portanto, não foi fácil quebrar a tradição. Nas palavras de Maria Carmem:

Houve resistência porque eles consideravam que a mulher... (não era capaz?) E aqui nós temos essa característica de machismo. Eu achava que era o Rio Grande do Sul, o reduto mais machista. Mas ficou comprovado, com essa minha experiência, que Minas era bem mais.¹²⁸⁰

Ressaltou Maria Carmem que a partir de 1987 as mulheres conseguiram a inclusão no Lions Club como sócias registradas e com o título de “Companheiras *Leão*”, porque *Leão* é a marca da entidade. E, anterior à 1987, ou seja, antes de tornarem sócias, as mulheres eram, como algumas continuam sendo ainda hoje – participantes – chamadas de “companheiras” *sem* o adjetivo *Leão*, ou “domadoras”, exatamente porque ainda não são sócias registradas. Ou seja, as mulheres podiam acompanhar seus maridos como participantes, mas não participavam das mesas de reuniões compostas pelos homens, não podiam ser eleitas, não podiam votar, nem assumir e comandar cargos ou tomar decisões dentro da entidade no mesmo nível de igualdade do homem. Ainda hoje, as que não são registradas como sócias continuam como participantes e sem todos esses direitos dentro da agremiação.

Como projeto em desenvolvimento, Maria Carmem disse-nos estar mobilizando os membros para uma mudança, “[...] para que isso se torne automático na medida em que entra um companheiro *Leão*, haja a entrada automática também da esposa ou de quem está com ele, como sócia.¹²⁸¹

Maria Carmem revelou que dentro do espaço do Lions Club participa de reuniões separadas para mulheres. Em suas palavras:

Dentro do Lions tem uma organização que é como se fosse assim, um comitê feminino de ação. Eu combati algumas vezes, porque acho que essa “separação” não deveria existir. Mas, como ainda existe essa parte das “Domadoras”, a gente se rende à evidencia de que também não podemos tirar. Vamos tentando corrigir para que todos os membros possam participar conjuntamente. Mas, tem muitas (mulheres) que não querem se tornar sócias, não querem o título de “Companheira *Leão*”.¹²⁸²

A “Domadora”, segundo Maria Carmem, está no mesmo nível de participante apenas, por isso não pode tomar parte das reuniões gerais, ou seja, com os homens e com as sócias.

¹²⁸⁰ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

¹²⁸¹ Ibidem.

¹²⁸² Ibidem.

Por isso, as mulheres no espaço do Lions fazem reuniões separadamente. Alguns poucos homens participam dessas reuniões, mais para apoio ou suporte de alguma coisa. Normalmente, nessas reuniões são realizadas palestras que abordam um tema de interesse geral às mulheres por um profissional convidado. São reuniões de caráter social.

O Comitê Feminino tem suas ações sociais, cuja agenda faz parte da programação geral do Lions. Explicou-nos Maria Carmem:

As reuniões, no nosso clube, não tem mais nenhuma que não possa entrar uma “Companheira Leão”. Ela é livre para entrar onde ela quiser. Então ela ficou assim, “bipresente” nesses dois espaços; está presente na reunião das mulheres e na reunião dos homens. Como “Companheira Leão” eu tenho acesso livre aos dois espaços.¹²⁸³

Na seqüência, chamamos a atenção para a declaração de Maria Carmem:

Mas no clube do qual sou membro e somos fundadores, sou a Presidente, e é nosso sistema agir de forma que as mulheres tenham a livre palavra. A mulher participa muito, mas na hora que chega em regime distrital, que já é maior, elas já não podem usar a palavra. Mas em alguns comitês, elas têm o uso da palavra, são nomeadas como acessoras de atividades, coordenadoras e outras. Temos, um clube de mães e muitas atividades que congregam tanto as Domadoras quanto as Companheiras Leão.¹²⁸⁴

Maria Carmem afirmou que não concorda com essa separação entre as mulheres. Existe, tradicionalmente, a antiga separação entre homens e mulheres, que, aliás, é o motivo da reivindicação e contra a qual estão lutando no momento. E, agora, vê-se outra “separação” entre as próprias mulheres, ou seja, de um lado as “Domadoras” e de outro as “Companheiras Leão”. Por isso, Maria Carmem disse que no clube onde atua, ela não faz essa distinção.

Observa-se como dentro de um espaço público, a mulher, se desejar, pode provocar mudanças. No caso, Maria Carmem está “desconstruindo” uma prática tradicional de segregação da mulher dentro de uma organização da qual faz parte. Ora, se as mulheres *optam* por organizarem-se separadamente é uma questão diferente. Nesse caso, elas têm a liberdade de escolha, de, mesmo dentro de uma associação, agruparem-se de acordo com seus interesses e objetivos.

No espaço da organização ao qual a empresária Maria Carmem referiu-se, a luta que ela está travando é para que a mulher seja vista com igualdade de direitos dentro da entidade, podendo, *se a mulher desejar*, participar das reuniões em conjunto com os homens, disputar os cargos mais altos, enfim, ter as mesmas oportunidades igualmente, tanto para homens

¹²⁸³ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de. Entrevista. Op. cit.

¹²⁸⁴ Ibidem.

como para as mulheres. Se a mulher não quiser participar ou atuar deve ser por opção, mas ela terá a liberdade para decidir.

A atuação de Maria Carmem no espaço público ao qual tem acesso, mostra-nos, portanto, como, concretamente, as mulheres podem e estão agindo, ao ampliar outros novos espaços, questionando a posição da mulher e não reproduzindo a cultura hierárquica e assimétrica como foi culturalmente construída.

Além desse espaço, Maria Carmem revelou que recebe muitos convites para proferir palestras em várias cidades e faz uso desses espaços para tentar algumas mudanças de mentalidade e mudanças culturais.

Em outro espaço, a empresária **Tânia Maria Machado Silva**¹²⁸⁵ é responsável pela organização e funcionamento de cinco ONGS em Belo Horizonte. Por meio de uma ação individual, esta se transformou em uma ação coletiva:

Na realidade, esse projeto do artesanato – o “Mãos de Minas” –, começou com um problema pessoal. Eu fazia artesanato de brincadeira. O meu marido era engenheiro, bem empregado, mas perdeu o emprego. E a brincadeira teve que virar coisa séria. E aí, como todo artesão no país, fui atrás do governo porque eu tinha que resolver o meu problema. E bati numa porção de lugar. Eu até desenhei o projeto, do que eu precisava. Eu precisava de uma nota fiscal, de um lugar para vender, precisava de uma carteirinha que me identificasse. Com essa carteirinha, eu teria acesso para comprar matéria prima, ia ter acesso ao sistema para obter empréstimo. E acabei batendo no “Conselho Estadual da Mulher” na época de Tancredo. A Júnia Marise era Presidente do Conselho e o Tancredo era governador. O Tancredo lançou o “Projeto Mãos de Minas” como projeto de governo. [...] eu tive essa idéia em 1982 e levou um ano para que Tancredo Neves lançasse. [...] Foi uma idéia individual em função de um problema pessoal.¹²⁸⁶

Afirmou Tânia Machado que como não conseguiria que ninguém fosse resolver “o seu problema” apenas, ela tomou a iniciativa de organizar um grupo de artesãos e artesãs para que chamassem a atenção e despertassem o interesse do governo.

Observa-se a presença da credibilidade na força e pressão possíveis em uma ação coletiva frente ao poder estatal, confirmada pela empresária Tânia Machado, resolvendo, inclusive, tanto o seu problema inicial particular, como para um segmento imenso na sociedade, tornando-se interesse coletivo.

¹²⁸⁵ SILVA, Tânia Maria Machado. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 02 mar. 2003.. Presidente do Instituto Centro CAPE – Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor – fundadora; Idealizadora e fundadora das organizações que compõem o Grupo de Desenvolvimento: Central Mãos de Minas, Banco do Povo, Terra Brasilis, Instituto de Qualidade Sustentável - IQS e Jogos de Empresa; Membro do “Grupo da Auto-gestão e da Informalidade” – Brasília. Empresa: “Jogos de Empresa”. Prestação de Serviços. Porte Micro-empresa. 3 funcionários. 54 anos, casada, três filhos, acredita em Deus (mas não tem religião), classe média. Formação: Graduação em Pedagogia – incompleto.

¹²⁸⁶ Ibidem.

De acordo com Olson,¹²⁸⁷ a ação individual pode ocorrer para a busca de interesses pessoais como ocorre nos grupos organizados para os interesses comuns, *desde que* haja algum tipo de coerção que força tanto o indivíduo quanto o grupo a agir. E desde que exista algum benefício ou incentivo à parte dos objetivos coletivos.

Baseando-nos na concepção de Olson,¹²⁸⁸ a empresária Tânia Machado, inicialmente, teve uma ação individual forçada pelas condições pessoais e econômicas, principalmente. Em seguida, essa ação, antes individual e isolada, passou a ser grupal, porque seus membros foram interpelados com os mesmos objetivos comuns e *sofriam* as mesmas *coerções* que Tânia Machado sofria. Assim, a empresária arcou com as medidas ou ônus iniciais para a organização, encontrando pessoas também sendo *forçadas* a lutarem por seus objetivos para atuarem no mercado, amparadas por medidas legais, de direitos, com respeito, credibilidade e valorização do trabalho. Confirma Olson:

O indivíduo membro da grande organização típica está em uma posição análoga à da empresa em um mercado perfeitamente competitivo, ou à do contribuinte em um Estado: seus esforços individuais não terão um efeito sensível sobre a situação de sua organização, e ele poderá desfrutar de quaisquer vantagens obtidas pelos outros quer tenha ou não colaborado com o grupo.¹²⁸⁹

Nesse sentido, a organização grupal faz-se necessária, a partir do momento que os benefícios passam a ser coletivos. Continuou Tânia Machado:

Então, fundamos um grupo de artesãos – na época eram umas vinte e poucas pessoas e acabamos batendo lá na Júnia Marise porque 87% do artesanato do país está nas mãos das mulheres, que, aliás, é um caso muito interessante, muito engraçado, porque normalmente na produção artesanal, a mulher começa fazendo um pano de prato, uma cerâmica, bordar, ou fazendo uma caixinha. Ela começa a fazer primeiro para presentear. “Ah, tenho que dar um presente para fulano”. Vai lá, faz e dá o presente. E aí alguém encomenda, ela começa a aceitar a encomenda. E aquilo acaba virando um negócio. Ela vê que pode ganhar dinheiro com aquilo, em alguns casos, e começa a produzir. E quando a coisa cresce, o marido larga o que está fazendo, assume a gerência do negócio e a mulher continua na produção.¹²⁹⁰

Assim, o “Mãos de Minas” foi criado em 1983 como um projeto do governo, resolvendo não apenas o problema de Tânia Machado, como também o problema de todo o segmento artesanal mineiro.

¹²⁸⁷ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹²⁸⁸ Cf. *Ibidem*.

¹²⁸⁹ *Ibidem*, p. 28.

¹²⁹⁰ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

Perguntada sobre como ocorreu o convencimento para a aprovação do projeto em nível estadual, quais recursos foram utilizados para que o grupo conseguisse reconhecimento e realização do projeto, Tânia Machado disse:

Eu usei um discurso de que 87% do artesanato estava nas mãos das mulheres. Eu comecei indo em secretário, vereador, e depois fui atrás de deputado. Fui para a Prefeitura, fui para o SESC e, nessa ida, conversando com um e com outro, eu li algo que dizia que 87% do artesanato nacional estava nas mãos das mulheres. E aí, fui procurar a Júnia Marise que era Presidente do Conselho Estadual da Mulher. E falei com ela: “Olha, 87% das mulheres sobrevivem do artesanato e não tem nada para elas”. Então, em cima desse discurso, a Júnia me levou até o Tancredo para eu explicar o projeto. O Tancredo e a Júnia tiveram uma compreensão muito grande a respeito desse segmento. Foi aí que se articulou e lançou-se o “Projeto de Governo – o Projeto Mão de Minas”, ligado ao “Conselho Estadual da Mulher” e, por sua vez, ligado à Secretaria de Governo.¹²⁹¹

Verifica-se, neste ponto, o efeito da criação do “Conselho Estadual da Mulher” no sentido de apoiar as reivindicações de grupos de mulheres.

De acordo com Tânia Machado, a ligação do “Mãos de Minas” ao governo resolvia alguns problemas como a nota fiscal, a carteirinha, participação nos bazares, (cuja idéia já foi superada), mas não resolvia muitas outras necessidades, sem condições de funcionamento, porque essas dependiam sempre de uma ação orçamentária do governo.

A máquina burocrática ou governamental, não interessa se é municipal, estadual ou federal, é muito amarrada. [...] A coisa ficava amarrada. [...] se o artesão ficar dependendo eternamente do Estado, vai continuar sendo eternamente indigente. [...] Eu queria um projeto com uma visão empresarial, profissional e para ser independente.¹²⁹²

Por isso, a empresária acatou a sugestão de um superintendente financeiro – Hilton Secundino – para que criasse uma ONG, onde o artesão poderia contribuir com uma taxa e teria um apoio governamental.

Segundo Gohn,¹²⁹³ nessa época, ou seja, nos anos de 1980 e década de 1990, duas tendências marcaram o cenário brasileiro: a proliferação das ONGs e as políticas de parcerias desenvolvidas pelo poder público local, principalmente. Esclarece a autora:

Trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONGs, em

¹²⁹¹ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

¹²⁹² Ibidem.

¹²⁹³ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também.¹²⁹⁴

Teve início, então, a primeira ONG do “Mãos de Minas”, a princípio, com o apoio estatal, mas, atualmente, as ONGs desse grupo são auto-sustentáveis e as parcerias são feitas com a iniciativa privada. As ONGs preenchem um espaço de destaque “[...] enquanto atores da sociedade civil que buscam a democratização do país”.¹²⁹⁵ Conforme Castro e Silva, o desenvolvimento das ONGs no Brasil é variável, de acordo com o contexto histórico.

Por exemplo, nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos de 1980, ou seja, na época da ditadura militar, as ONGs serviam como instrumento de apoio técnico e clandestino aos movimentos sociais de contestações contra a ditadura. Dentre vários empreendimentos, para exemplificar, ajudaram com projetos de alfabetização. A partir dos meados de 1980, principalmente nos anos de 1990, a forma de organização das ONGs tornou-se diferente das anteriores. O momento da abertura política, da vontade de redemocratização, de participação no espaço público e uma militância política por parte de algumas pessoas, exigiu uma nova estruturação para as ONGs. Afirmam Castro e Silva¹²⁹⁶ que estas se tornaram um lugar de aprendizagem para viver-se em coletividade.

Tânia Machado, nesse tempo, já com a situação financeira pessoal resolvida, pôde dedicar seu tempo e força na articulação e trâmbitos necessários para mudar a situação do grupo. Assim, foi criada em 1988, com apenas 37 pessoas, a “Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros do Projeto Mãos de Minas”, cujo nome atual é “Central Mãos de Minas”.

Dentro do “Mãos de Minas” existia um setor de micro-crédito e um outro setor – “Centro Cape”, responsável pelo treinamento de pessoas. Em 1989, com o crescimento do “Centro Cape”, esse saiu da esfera do “Mãos de Minas” e se transformou em outra ONG, levando junto o setor do micro-crédito. Em 1997, como também houve um fortalecimento e expansão do micro-crédito, esse saiu do âmbito do “Centro Cape” e criou-se o “Banco do Povo”. Conforme o crescimento e as exigências da expansão das ONGs, outras empresas foram sendo criadas como mecanismos de suporte umas para as outras. Para o entendimento do funcionamento das ONGs, expomos o depoimento de Tânia Machado:

Aqui somos cinco ONGs: a “Mãos de Minas” agrega o artesão (a) empresário (a). A diretoria do “Mãos de Minas” é formada por presidentes de “Associações de

¹²⁹⁴ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. Op. cit., p. 126.

¹²⁹⁵ CASTRO E SILVA, Carlos Roberto de. Uma Contribuição do Conceito de Cidadania Ativa. *Psicologia & Sociedade*. v. II, n. 2. p. 64, jul./dez. 1999.

¹²⁹⁶ *Ibidem*.

Artesãos do Estado de Minas Gerais”. A minha participação no “Mãos de Minas”, hoje, é muito mais na área de política pública, no sentido de defender alguns interesses da classe do artesanato. Outra ONG é o Centro Cape que presido e é uma instituição que trabalha com treinamento, capacitação, feiras, eventos e, também, com políticas públicas. E tem ainda, o “Banco do Povo”, onde tenho assento na Diretoria e, que trabalha com micro-crédito dirigido ao pequeno, àquele que não tem acesso ao sistema bancário formal. Depois vem a “Terra Brasilis” que é uma instituição que trabalha com a questão ambiental, o artesanato e o meio ambiente e o IQS que trabalha com a certificação do produto artesanal. Essa são as cinco ONGs. Depois, apoiando o grupo, tem três empresas: a “Jogos de empresa”, que eu já citei, uma empresa constituída com finalidade lucrativa. Apesar de eu não fazer retirada, qualquer superávit é reaplicado na própria instituição para desenvolvimento de novos jogos, para treinamento. Tem a “Dado 3” que é uma empresa de propaganda que tem seus proprietários e trabalha para o Grupo como se fosse uma *house*. E tem a “B8 Soluções Digitais” que trabalha com informática, tentando levar ao artesão e à artesã, a questão do acesso à informática (software, home page, internet, etc.). Então, tudo isso, é um complexo de instituições e de empresas que se complementam em prol do desenvolvimento do pequeno artesão, da empresa familiar e do informal. E sempre com a visão do empreendedorismo, desenvolvendo competências empreendedoras, uma “visão para negócios”. O nosso objetivo é esse.¹²⁹⁷

Existem também as cooperativas incubadas dentro do grupo – a “Coop – BH” e a “Coop-Moda” que dividem responsabilidades com os artesãos. As ONGs prestam serviços às pessoas necessitadas fazendo parcerias com o Governo Federal e, em âmbito estadual, com o SEBRAE, com a FIEMG e com o SESI, buscando também convênios e/ou novas parcerias de acordo com as necessidades e com quem aceita colaborar. Explicou-nos Tânia Machado que cada ONG é independente, mas complementam-se na prestação de serviços. O “Mão de Minas” é mantido pelos artesãos com uma taxa, um percentual retirado do lucro de suas vendas. Com esse recurso mantém-se o quadro do pessoal.

O “Centro CAPE” vende serviços em capacitação, treinamento e atua na área de políticas públicas; o “Banco do Povo” faz empréstimos para pessoas de um nível econômico mais baixo e com juros menores; o “Terra Brasilis” vende serviços e o IQS vende certificação. As outras empresas funcionam dentro das normas do comércio normal.

O grupo das ONGs, segundo Tânia Machado, virou sinônimo de “políticas de desenvolvimento” devido à sua forte atuação e resultados concretos à uma grande parcela da sociedade. Todas são referências em seus campos de atuação, com grande credibilidade e respeito. O artesanato, principalmente, conseguiu, por meio do “Mãos de Minas”, ser visto de um outro ângulo. Acrescentou Tânia Machado:

Eu digo que sentia um preconceito muito maior em relação ao artesanato do que até à própria mulher. [...] As pessoas tratavam essa questão do artesanato – e a gente conseguiu mudar um pouco essa visão no Brasil – como se o artesão fosse uma pessoa que tivesse que viver de assistencialismo, de subsídio, de paternalismo, um

¹²⁹⁷ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

“hippie” ou “pechinheiro” ou “usuário de droga” e tantas outras coisas. E a gente tentou mudar isto. Foi uma luta. E hoje a gente está colhendo os frutos. Mas são 20 (vinte) anos de luta, desde 1983, que o movimento “Mãos de Minas” teve o seu início, para mostrar à sociedade o que é o artesanato. Para mim, artesão(ã) e FIAT, por exemplo, são a mesma coisa: ambos produzem produtos dirigidos ao mercado.¹²⁹⁸

Nota-se que nesse espaço, a promoção e valorização do ser humano como cidadão participativo, com uma cidadania ativa e a constituição de um sujeito coletivo e político foram desenvolvidas, tanto do próprio sujeito como de sua profissão. Os projetos e trabalhos são propostos, discutidos e executados por todos, onde, dessa forma, cada um sente-se parte e responsável pela interação dentro das organizações. O sentido da coletividade é desenvolvido, a partir do momento em que todos os seus membros projetam, articulam e executam seus interesses e objetivos junto a outros sujeitos, seus pares, seus iguais e onde se sentem com pertencimento.

Desse modo, de acordo com Olson, as pessoas podem participar de grupos organizados de forma desprendida, sem pressões sociais, mas não descartando se “[...] o comportamento de seus membros for egoísta quanto se for desprendido – desde que seja racional”.¹²⁹⁹ Caso uma pessoa descartasse totalmente de seus interesses pessoais, esse não contribuiria *racionalmente* com nenhum benefício coletivo ou público, porque não faria nada *sem sentido*. Mesmo com grande desprendimento, sua filantropia tem que ter um efeito perceptível e racional.

Assim, segundo o autor, um grupo organizado “[...] não implica necessariamente um comportamento centrado nos próprios interesses, embora tal comportamento fosse absolutamente coerente com tais grupos”.¹³⁰⁰ Seria estranho se os membros de um “grupo de interesse” desprezassem ou não tivessem interesses individuais. Segundo Olson:

Um grupo de interesse essencialmente egoísta normalmente não atrairia membros completamente desprendidos. Portanto, o comportamento centrado nos próprios interesses pode de fato ser comum em organizações do tipo das analisadas [...]. A ação centrada nos próprios interesses é regra geral [...].¹³⁰¹

Não é apenas um interesse individual que é levado em conta, mas interesses individuais de várias pessoas que se unem em um grupo, em uma organização de interesses coletivos. Um só interesse, de uma única pessoa, caso não tenha outras que o tenha, não

¹²⁹⁸ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

¹²⁹⁹ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 76.

¹³⁰⁰ *Ibidem*, p. 76-7.

¹³⁰¹ *Ibidem*, p. 77.

motiva uma organização grupal. O comportamento dos indivíduos nestas organizações tem que ser *racional* “[...] no sentido de que seus objetivos, sejam eles egoístas ou não-egoístas, serão perseguidos através de meios eficientes e adequados à sua consecução”.¹³⁰² Dessa forma, os interesses individuais de todos os artesãos e artesãs resultaram na organização grupal dos mesmos com objetivos e interesses comuns. Acrescentou Tânia Machado que no espaço das ONGs, um dos principais objetivos é possibilitar oportunidades para pessoas de baixa renda.

Nessa direção, lembramos aqui da epígrafe citada no início desse capítulo pela empresária Tânia Machado que encontra semelhança no que Heller e Fehér escrevem sobre a igualdade de oportunidades para todos na sociedade atual. Segundo os autores:

[...] a reivindicação de justiça social inclui cada vez mais a reivindicação de “igual início”, quer dizer, igualdade de oportunidades de vida. Se a posição ocupada numa ordem social estratificada depende da função exercida, a reivindicação de justiça social exige que todos tenham uma igual oportunidade de exercer o tipo de função que possam melhor exercer segundo seus talentos, e não devido à sua posição ao nascer. Como as funções mais recompensadoras e bem pagas exigem educação superior, os canais de educação devem estar abertos a todos, e a todos igualmente – daí a instituição de regras meritocráticas, como “a cada um segundo sua excelência”. A reivindicação de justiça social baseada na idéia de meritocracia suspendeu barreiras étnicas e de gênero tradicionais. Os portões das universidades foram abertos a todos os grupos étnicos e às mulheres. [...] Contudo, mesmo nos estados democráticos assistenciais, onde as reivindicações de uma moderna “justiça distributiva” foram institucionalizadas em maior ou menor grau, ainda são evidentes injustiças sociais gritantes. Como resultado, levantou-se um conjunto de questões sobre a idéia da própria justiça social. Enumeremos algumas delas. Pode o princípio de “a cada um segundo sua excelência” realmente funcionar dentro de sociedades contemporâneas? É o princípio da meritocracia em si justo ou antes deveria ser combinado com o princípio igualitário de “a cada um o mesmo”? Pode-se ao menos implementar uma justiça social aproximativa com a redistribuição de bens, serviços e oportunidades? Deve o estado ser o principal agente de justiça redistributiva, se esse curso levar a um paternalismo prejudicial à ação social propriamente dita e à responsabilidade e iniciativas sociais? [...] Reconhece-se geralmente que o princípio meritocrático não funciona como devia ou podia. Não existe “igualdade inicial de oportunidades de vida” porque o “acaso do nascimento” (se alguém nasceu numa família rica ou pobre, numa de baixa ou alta aspirações, num ou noutro grupo étnico, homem ou mulher) influencia fortemente, *mesmo que não mais determine de todo, as oportunidades de sair-se bem no exercício de uma função que se exerça melhor.* [...] Por que as pessoas devem ser remuneradas segundo sua excelência? Que é mesmo excelência? Todos podem ser excelentes em alguma coisa. Por que deve um ator de cinema ser mais bem pago que um gari, se os dois são excelentes em sua ocupação? Grande parte da teoria liberal americana contemporânea se concentra na discussão desse problema. Rawls, cuja teoria de justiça é a mais conhecida dessas, implicou com a aplicação dogmática do princípio meritocrático. Ele defende a aceitação do chamado “princípio da diferença”, segundo o qual o desempenho excelente só merece maior remuneração se melhora diretamente a situação do aglomerado social em piores condições. Independente de serem sugestões alternativas de justiça distributiva informadas pela idéia de “a cada um segundo sua

¹³⁰² OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 77.

excelência” ou pela combinação dessa idéia com o princípio de “a cada um a mesma coisa”, o plano social inerente nelas é surpreendentemente semelhante.¹³⁰³

Desse modo, afirmam os autores, associações coletivas diversas e diferentes, adotam princípios de distribuição também diferentes entre seus membros, conforme o julgamento do que é justo para cada uma. As oportunidades de vida podem, então, ser igualmente dadas para qualquer um nessas condições.

Tanto se devem redistribuir *formas de vida* diferentes como *recursos naturais* entre as comunidades ou organizações ou entidades para assegurar as “iguais oportunidades de vida para todos”.¹³⁰⁴ Afirmam ainda os autores que a justiça tanto se refere à uma *forma de vida* ou à uma *mudança da forma de vida* e que ambas são proveitosas. No entanto, a segunda, isto é, uma *mudança de forma de vida* é melhor pelos seguintes motivos:

Primeiro, quanto mais alternativas existirem em modos de vida, mais oportunidade as pessoas têm de viver uma boa vida. Segundo, o modelo de estado assistencialista contemporâneo, pelo menos na Europa, é acossado por uma severa crise que convida a experiências de mudança social, se essas experiências forem livremente escolhidas por aqueles que delas participam. Terceiro, uma sociedade voltada para o futuro não pode ter qualquer estabilidade sem ser dinâmica e portanto mutável: só pode manter seu dinamismo se existem novos imaginários e utopias e estes são representados por atores sociais. [...] Diferentes normas e regras alternativas podem e devem ser defendidas, mas nenhuma deve tender a reduzir a quantidade de liberdades e oportunidades de vida já alcançadas e garantidas por normas e regras existentes. Pois, se o fizerem, sua eventual aplicação seria injusta. Antes de recomendarmos regulamentos alternativos, devemos primeiro testá-los usando as idéias normativas universais de “igual liberdade para todos” e “iguais oportunidades de vida para todos” como os padrões de julgamento. Contudo, mesmo depois de havermos testado tais alternativas por padrões universais, não poderemos ter certeza de que elas são, ou na verdade serão, justas. Pois muitos tipos de regulamentações, completamente diferentes, podem do mesmo modo corresponder às exigências de padrões universais, podem do mesmo modo nos levar mais perto da realização desses padrões. Há só um teste à prova de erro para a justiça, ou maior justiça, das normas e regras recomendadas, isto é, que sejam, livremente aceitas por todos os interessados, como resultado de argumentação racional; quer dizer, como resultado de negociação e discurso. Quanto mais nos aproximamos desse procedimento de argumentação, mais justas serão nossas normas e regras.¹³⁰⁵

Apoiar, portanto, ações ou movimentos que lutam ou defendam liberdades políticas e direitos iguais é o que podemos e devemos fazer, por meio de discussões e argumentações entre as pessoas interessadas, na tentativa de minimizar as injustiças sociais em conseqüência

¹³⁰³ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 186-7 (grifos nossos).

¹³⁰⁴ Ibidem, p. 188.

¹³⁰⁵ Ibidem, p. 188-9.

das formas distributivas e suas vítimas. “‘Dar a mão’ ainda é um gesto de caridade no espírito da percepção tradicional (pré-moderna) da justiça distributiva”.¹³⁰⁶

As pessoas dadas como mais pobres e que não possuem boas oportunidades na vida, são também parte da humanidade e não podem ser isoladas da sociedade e do mundo.¹³⁰⁷ Essas medidas, recomendam os autores, devem ser tentadas e realizadas. Como exemplo, o depoimento da empresária Tânia Machado revela-nos a possibilidade de uma mudança da forma de vida por meio de sua prática.

Segundo Tânia Machado, o objetivo de valorização do artesanato, da forma como é tratado hoje, só recentemente foi alcançado. Antes, os convites para que participassem de algum evento era apenas para pequenos bazares, para uma parcela de pessoas com menos poder aquisitivo. Hoje, o “Mãos de Minas” é convidado para participar da “Casa Cor” em Belo Horizonte; participar de feiras em Paris, Nova Iorque, Londres, Frankfurt e outros locais, tanto nacionais como internacionais. O artesanato foi reconhecido e extrapolou os limites de Minas Gerais e do Brasil, levando a arte e a criatividade do (a) artesão (ã) mineiro (a) para a esfera internacional. De acordo com Tânia Machado, elevou-se o nível do artesanato e esse, hoje, é:

[...] um produto de qualidade, de decoração, gerador de receita e um produto que não utiliza mão-de-obra escrava. Nós temos essa preocupação. O IQS, por exemplo, trabalha a certificação do produto artesanal. Este só recebe o selo IQS se ele é economicamente viável, ou seja, se gerar renda e melhorar a qualidade de vida de quem produz; ser socialmente justo, não usar mão-de-obra escrava (repito) e nem infantil; tem que ser ecologicamente correto, ou seja, não degradar o meio ambiente e se preocupar com os resíduos do meio ambiente.¹³⁰⁸

Observa-se a ênfase em relação à responsabilidade social e cívica da empresária sobre a forma de exploração da mão-de-obra, à preservação do meio ambiente como responsabilidade das empresas e a preocupação em relação ao futuro, às próximas gerações e, portanto, com o “mundo comum”, de acordo Arendt.¹³⁰⁹ Esta última justifica sua responsabilidade cívica, cujo significado abordaremos mais à frente.

Continuando, Tânia Machado informou-nos que no setor do artesanato, o “Mãos de Minas” é responsável por 99,3% de ICMS recolhido no estado de Minas Gerais, o que lhe atribui grande credibilidade. A “1ª Feira Nacional de Artesanato” foi realizada em 1989 no

¹³⁰⁶ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 190.

¹³⁰⁷ Cf. Ibidem.

¹³⁰⁸ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

¹³⁰⁹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

Minascentro, sendo, hoje, a maior feira de artesanato do país, gerida e paga pelos (as) artesãos (ãs), cujos últimos feitos são considerados os mais importantes para a empresária.

Pelo depoimento, inferiu-se que para resolver e discutir as questões em relação ao “Mãos de Minas”, Tânia Machado dialoga com o Secretário da Fazenda, ou seja, não há mediadores. Ela mesma dirige-se aos órgãos responsáveis para defender os interesses da categoria do artesanato, constituindo-se em representante e interlocutora direta nas argumentações, reivindicações e interesses do grupo na articulação com a esfera estatal.

Seu trânsito direto deve-se também à situação de influência pelo valor do ICMS arrecadado e pela participação na geração de renda do grupo.

Afirmou Tânia Machado que, segundo projeções, o artesanato fatura 30 bilhões de reais por ano no Brasil e a estimativa do número é de 8,5 milhões de artesãos, incluindo homens e mulheres.

Portanto, tendo em vista os interesses em jogo, tanto do lado governamental pela posição significativa do setor artesanal, como do lado dos(as) artesãos(ãs) para a realização dos interesses, a prática política adotada por Tânia Machado foi e continua sendo uma intervenção direta com os responsáveis pelos órgãos do governo, usando de sua influência e poder de persuasão. Tânia Machado representa, portanto, para os(as) artesãos(ãs), o elo entre a categoria e os órgãos de decisões governamentais, além de ser articuladora direta entre as ONGs e o governo.

Estas práticas políticas, ou seja, da negociação direta, da mediação e da influência adotadas em 2003 por Tânia Machado assemelham-se às práticas políticas adotadas no início da década de 1930 a 1945 pelo empresariado nacional e estadual, especificamente, lembramos, pelo empresário Juventino Dias em 1940, já comentadas no capítulo 4.

Outra forma de participação no espaço público, além da atividade profissional, a empresária **Vitória Dias**,¹³¹⁰ por meio de outros vínculos, desenvolve ações sociais como membro da “Associação de Querubins”, participa de outro projeto através da empresa – o “Projeto Querubins” – e como membro da “Associação de Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto” – MHAB.

Sobre a “Associação de Querubins”, o trabalho é desenvolvido com aproximadamente 200 adolescentes e crianças de risco da favela da “Vila Acaba Mundo” na Praça JK, em Belo

¹³¹⁰ DIAS, Vitória. Belo Horizonte-MG. Entrevista. 13 jan. 2005. Diretora e acionista de Desenvolvimento Organizacional da Santa Bárbara Engenharia; Membro da “Associação de Querubins”; Membro da ONG “Grupo Corpo de Dança”; Membro da “Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto”; Conselheira e Acionista da “César Logística”. Empresa: Santa Bárbara Engenharia. Prestação de Serviços. Porte Médio – 2.000 funcionários com variações para mais, sendo a maioria homens. 46 anos, casada, dois filhos, classe média alta. Formação; Graduada em História; Mestrado em Filosofia pela UFMG.

Horizonte. Esta associação atua junto a uma ONG – “O Corpo de Cidadão”, que por sua vez, pertence ao “Grupo Corpo de Dança”. A associação tem como proposta recuperar os adolescente por meio da arte, oferecendo dança, música, além de um acompanhamento escolar em dois turnos: de manhã e à tarde. O revezamento é feito para atender as crianças e adolescentes que estudam de manhã e à tarde.

Vitória Dias foi Presidente da “Associação de Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto” de 1999 a 2000 e, atualmente, como membro dessa associação, contribui na captação de recursos para a gestão do museu.

Passando ao “Projeto Querubins” a empresária Vitória Dias explicou-nos:

[...] no “Projeto Querubins” tenho uma participação como pessoa física, mas a Santa Bárbara tem uma participação corporativa, uma presença corporativa ali, como a viabilização de construção de salas, espaço, etc. Fora isso, a Santa Bárbara tem outros projetos sociais que ela apóia e participa, como o “Projeto Mãos de Minas”. Essa é uma ação nova, do ano passado. E como eu não estava aqui, não conheço muitos detalhes. Mas a empresa apoiou com compra de teares e tal. E fora isso, temos vários projetos de ação social em todas as unidades da empresa – uma ação na Paraíba, outra em Alagoas, no Rio de Janeiro, São Paulo. Onde a empresa está, ela tem uma ação social, no sentido de estarmos implementando, de fato, uma ação empresarial socialmente responsável. Então, não é bem no sentido de filantropia, é mais no sentido de ter consciência de que a empresa tem uma responsabilidade social, de que ela pode agir e ter uma conduta socialmente responsável, desde a relação com os funcionários da empresa, porque essa responsabilidade social, para nós, conceitualmente, começa dentro de casa. Mas existem outras ações que são também para as comunidades onde a gente atua. Então, há vários projetos, e isso é coordenado pela área de Desenvolvimento Organizacional, fora todo o trabalho que a gente faz com a equipe da empresa, com a equipe operacional, principalmente. E esse ano – eu ainda não estava aqui – teve uma ação de natal, uma parceria com “Os Correios”, onde eles distribuía cartas que recebiam das crianças pedindo brinquedos, e a Santa Bárbara assumiu algumas cartas. É uma ação que a gente chama de “Voluntariado”. Esta última não foi uma ação da empresa, mas uma ação dos funcionários e da qual participamos também.¹³¹¹

No depoimento da empresária Vitória Dias, além do destaque dos projetos da empresa na área social, outra forma de participação foi ressaltada, o voluntariado. Ao comentar sobre esse assunto, citou que o trabalho voluntário reflete tanto dentro da empresa quanto fora, porque existe uma integração entre a própria empresa ao meio no qual está inserida e no universo:

Acho importante, acho fundamental, porque isso tudo que a gente está falando são escolhas. Eu acho que o voluntariado é essa decisão das pessoas de doarem o seu tempo, a sua energia, os seus recursos. Acho que isso está acontecendo no Brasil e no mundo também. Eu estou voltando da Inglaterra e isso lá está muito forte. Eu acho que as pessoas estão realizando-se mais.¹³¹²

¹³¹¹ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹³¹² Ibidem.

Além desse ato ser realizado por Vitória Dias no espaço da empresa, os funcionários também optam pelo voluntariado:

Aqui na Santa Bárbara tenho muitos voluntários trabalhando comigo nos projetos. E como o tipo de trabalho que a gente faz depende dos engenheiros, eles ficam muito mobilizados, muito motivados. Eu não tenho nenhum tipo de problema para mobilizar essas pessoas, esses homens.¹³¹³

Confirma os autores Orchis, Yung e Morales que o trabalho voluntário realizado pelos funcionários de uma empresa é uma outra forma de responsabilidade social. Por meio desse, os funcionários, junto à empresa, passam a atuar na comunidade. Afirmam os autores: “A divulgação do estímulo ao voluntariado possibilita a valorização e disseminação no meio empresarial de ações que ofereçam oportunidades para o exercício da cidadania e da solidariedade dos funcionários, fornecendo a imagem da organização”.¹³¹⁴

Com muita ênfase, Vitória Dias falou sobre a participação da empresa como uma responsabilidade social e a participação política para as pessoas no interior da sociedade civil.

De acordo com Tabak,¹³¹⁵ a participação da sociedade civil em instâncias de decisão política e de poder no Brasil ainda é muito vedada por conta da grande concentração do poder decisório governamental.

Nesse sentido, a autora reforça a importância dos espaços das organizações da sociedade civil:

[...] associações profissionais, imprensa, entidades artísticas e científicas, universidades, etc. [...] como formas de mobilização e organização de setores populacionais os mais diversificados e que chegam a desenvolver [...] formas bastante expressivas de ação política.¹³¹⁶

Essas servem ainda como práticas de aprendizagem política, de contribuição ao conhecimento por meio de informações, mecanismos e elementos para uma participação mais efetiva na sociedade e nas políticas decisórias.

Mesmo comprovando que a maioria das mulheres empresárias de Belo Horizonte de nossa amostra, ou seja, dezessete (17) ou 95% dentre dezoito (18) participam de espaços

¹³¹³ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹³¹⁴ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 58.

¹³¹⁵ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

¹³¹⁶ Ibidem, p. 41-2.

associativos, sabemos que a maior parte das mulheres, não só do segmento empresarial, mas de outros ramos profissionais estão fora desses espaços. Dentre essas dezoito (18) mulheres empresárias, três (3) ou 37,5% ocupam o cargo de presidente, observando-se que é uma baixa proporção. Após a análise da participação das mulheres empresárias em Belo Horizonte no espaço associativo, o resultado pode ser sintetizado da seguinte forma:

Quadro 1 – Número de Mulheres Empresárias Associadas em Belo Horizonte

Cidade	Número de Mulheres Associadas	Presidente	Número de Mulheres não associadas
Belo Horizonte	17	3	1

Fonte da autora

Após a verificação da organização das mulheres empresárias no âmbito da capital Belo Horizonte, passamos às cidades representativas do estado de Minas Gerais para, também, uma verificação da existência das organizações.

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA EMPRESARIAL FEMININA DAS CIDADES REPRESENTATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Uma categoria só será reconhecida e terá voz e vez, se tiver união e direcionamento na busca de seus interesses comuns. [...] Uma classe organizada e bem definida terá, sem dúvida, maiores condições de impor-se, de cobrar, exigir e maior representatividade no meio em que atua”.

Maria Denise Piva
(Em entrevista – 21/12/2006).

Após a verificação e confirmação da organização das mulheres empresárias na capital do estado de Minas Gerais – Belo Horizonte, em âmbito municipal e, a partir dessa, sua proliferação nos âmbitos estadual e nacional, buscou-se a sua extensão e reflexo nas cidades representantes do estado de Minas Gerais.

Como critério de prioridade da organização nas cidades representativas, seguimos o mesmo método da “Hierarquia Urbana de Minas Gerais” exposto na Introdução deste trabalho e visualizado na Tabela 3.

Como critério para a abordagem das cidades que se encontram no mesmo nível, adotamos o recurso da ordem alfabética, aliás, o mesmo usado pelos autores Amorim Filho e Abreu¹³¹⁷ para a classificação hierárquica das cidades.

No mesmo *nível 2*, consideradas *grandes centros regionais* estão Juiz de Fora e Uberlândia.

Desse modo, respeitando-se a hierarquia das cidades e a ordem alfabética, a primeira cidade representativa abordada do nível 2 foi Juiz de Fora e, em seguida, Uberlândia.

Como critério ainda, para a abordagem dos depoimentos das mulheres empresárias neste subcapítulo que focalizou cada cidade separadamente, citamos os nomes das empresárias pela ordem alfabética, recurso sempre recorrente e justificável para uma descompatibilização e maior imparcialidade possível.

¹³¹⁷ AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, J. F. 2001 (dados de 1991, 1996, 1997).

Lembramos que as empresárias entrevistadas foram indicadas por vias diferentes, isto é, por professoras, pelas próprias empresárias, pelas Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs, pelas Associações Comerciais – ACs e pelos sindicatos, exatamente para não chegarmos a um resultado forjado. Por isso, ressaltamos que o resultado poderia ser, inclusive, diferente, caso fossem entrevistadas outras mulheres empresárias. Também, como sabemos que cada pesquisa é única e traz apenas uma visão ou uma possibilidade, esta pesquisa, portanto, é apenas uma dentre inúmeras possibilidades. Para outras, fica aberto o caminho com novas personagens que possibilitarão diferentes resultados.

Por isso, a nossa pesquisa com as empresárias de cada cidade representativa apresentou-nos os resultados que expomos em seguida.

- **Juiz de Fora**

“(A mulher precisa) estar presente, participar mais de reuniões, sindicatos, órgãos públicos. Mostrar seu valor. Somos pouco vaidosas nesse sentido. Se queremos ser reconhecidas, precisamos mostrar nosso valor”.

Maria José da Conceição Silva
(Em entrevista – 20/06/2006).

A empresária **Denise Maria Polato Nicodemos da Silva**¹³¹⁸ revelou não ser, atualmente, afiliada em nenhuma associação. Confessou que por um período determinado foi associada, mas optou por não continuar por não ter tido afinidades com essa prática.

A empresária disse ter dúvidas e, inclusive, respondeu perguntando se existe alguma organização de “mulheres empresárias”, ou seja, deixou claro que não sabe da existência de uma organização desse tipo.

Afirmou ainda que nunca participou de eventos realizados somente para “mulheres empresárias”. Em sua empresa não há reuniões separadas entre homens e mulheres, porque todos são vistos como uma equipe. Não tem contatos profissionais ou sociais, no entanto, disse ministrar cursos, dar palestras em congressos farmacêuticos e aulas em um curso técnico para Farmácia.

Denise Polato ressaltou que uma ação coletiva organizada depende do nível de escolaridade, do amadurecimento profissional e desde que não acarrete mais trabalho

¹³¹⁸ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos. Juiz de Fora-MG. Entrevista. 04 mar. 2005. Proprietária-sócia; Gerente; Diretora-técnica; Professora. Empresa: Farmácia de Manipulação Ltda. – Produtos farmacêuticos magistrais – 2 lojas. Comércio e Prestação de Serviços. Porte Pequeno. 17 funcionários: 16 mulheres e 1 homem. 43 anos, separada, três filhos, cristã, classe média alta. Formação – Superior completo; Mestranda em administração.

individual, normalmente é bem aceita. Esta última observação encontra ressonância em Olson,¹³¹⁹ em passagem registrada anteriormente.

A organização, do seu ponto de vista, é sempre positiva, no entanto, não concorda com a organização das mulheres separada dos homens.

Maria José da Conceição Silva¹³²⁰ é membro da “Associação Internacional do Lions Clube”, Presidente de Divisão do Distrito LC-12. Em relação à organização das mulheres empresárias, Maria José afirmou que acredita que começou a partir do momento em que as mulheres se sentiram inferiorizadas.

No entanto, não aprofundou sobre essa inferioridade. Participou de eventos realizados em separado somente para mulheres contabilistas porque, antes de ser empresária, exerceu essa profissão. Disse-nos que não participa de associações como a CDL e sindicatos, deixando essa atividade para o marido, preferindo ficar mais envolvida com os negócios.

Na sua opinião, existem muitas mulheres empresárias, mas pouquíssimas participam de associações, dos sindicatos ou outras formas de organização.

A empresária **Rita de Cássia R. Delmonte**¹³²¹ é membro da “Associação de Gestores Empretec” e do “Grupo Avança RH”, sendo que na primeira participa da Diretoria e, na segunda, como afiliada.

Essas associações não são ligadas à Associação Comercial e nem à Câmara de Dirigentes Lojistas, conforme o depoimento da empresária. Também, a partir das associações das quais participa não existe uma organização específica de mulheres empresárias. Sobre esta organização específica respondeu que não concorda, porque “[...] as soluções são mais acertadas na diversidade”,¹³²² na mistura entre homens e mulheres.

Segundo Rita Delmonte, ela nunca participou de eventos realizados somente para as “mulheres empresárias” e não tem conhecimento se essas já começaram a organizar-se. Dentro de sua empresa as reuniões são realizadas em conjunto, porque o trabalho desempenhado é o mesmo tanto para os homens como para as mulheres.

¹³¹⁹ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹³²⁰ SILVA, Maria José da Conceição. Juiz de Fora-MG. Entrevista. 20 jun. 2006. Proprietária sócia da Sport Fashion Comercial Ltda. Administração. Membro da Associação Internacional do Lions Clube; ex-presidente e ex-secretária do Lions Clube; Presidente de Divisão do Distrito LC-12. Empresa – Sport Fashion Comercial Ltda. – Comércio de Confecções e demais artigos do vestuário. Porte Pequeno. 65 funcionários homens e mulheres. 53 anos, casada, 3 filhos, católica, classe média. Formação: Bacharel em Ciências Contábeis.

¹³²¹ DELMONTE, Rita de Cássia R. Juiz de Fora-MG. Entrevista. 27 mar. 2005. Proprietária-sócia; Diretora; Desenvolvimento Organizacional. Membro da Associação de Gestores Empretec – AGEJF (Diretoria) e Membro do Grupo Avança de Recursos Humanos. Empresa – Arpel – Varejo de moda – 5 lojas. Comércio. Porte Pequeno. 30 funcionários, sendo metade homens e metade mulheres. 49 anos, casada, dois filhos, budista, classe média. Formação: Superior com MBKM.

¹³²² Ibidem.

Comentou que, normalmente, dentro de sua empresa, tem facilidade para mobilizar as pessoas para uma ação coletiva. No entanto, percebe maiores dificuldades quando a ação é voluntária. Lembramos aqui da necessidade dos “incentivos seletivos”, segundo Olson,¹³²³ como motivação para os membros de uma organização e sua crítica à organização somente voluntária, abordados anteriormente.

Verifica-se, portanto, que a organização iniciada em Belo Horizonte ainda não alcançou essas empresárias, lembrando, contudo, que a organização do Conselho Nacional e Estadual iniciado pelas empresárias da AC MINAS é muito recente.

Ressaltamos que as empresárias representantes da cidade de Juiz de Fora que compõem a amostra deste nosso estudo não são afiliadas da “Associação Comercial” da referida cidade. No entanto, foram indicadas por esta associação a título de colaboração, tendo em vista que essa pesquisadora não tinha nenhum conhecimento pessoal na referida cidade para buscar indicações.

Além da procura na “Associação Comercial” em busca de nomes de empresárias para serem convidadas para serem entrevistadas, procurou-se também a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Juiz de Fora, porque essas associações são, a nosso ver, *a priori*, os locais mais apropriados para tais buscas e indicações.

No entanto, a CDL de Juiz de Fora, por meio de sua secretária, respondeu-nos primeiramente por telefone (a primeira forma de contato dessa pesquisadora deu-se por esse meio por considerá-lo mais rápido), que a CDL não fornece e não forneceria nenhuma informação ou indicação de nomes de suas afiliadas.

Tentamos novamente por *e-mail* e recebemos a mesma resposta negativa, emitida por *e-mail* pela secretária da CDL de Juiz de Fora, a qual encontra-se arquivada em nossas fontes.

Por isso, justificamos que, por mais que queiramos apresentar resultados com uma maior veracidade e mais aproximados da realidade, defrontamos em determinadas associações com a não colaboração e resistência à pesquisa, locais que são fundamentalmente importantes e necessários como fontes de pesquisa, além de constituírem espaços públicos de atuação e participação na sociedade.

Nesse sentido, justificamos que algumas associações foram mais citadas que outras, devido às diferenças na receptividade e colaboração para o desenvolvimento da pesquisa, para a realização das entrevistas e obtenção das informações e, não pelo fato de que privilegiamos ou preferimos umas em detrimento de outras.

¹³²³ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

Lembramos-nos aqui da empresária Luziana Brandão Nunes Lanna, associada da AC MINAS – Belo Horizonte, da qual parafraseamos um trecho de sua entrevista ao dizer: “O que há de errado em algum lugar que não pode ser mostrado ou divulgado? Se é transparente e correto, se as pessoas não estão fazendo nada contra a ordem moral ou pública, porque não pode ser visto?”¹³²⁴

Apoiando-nos em Arendt,¹³²⁵ essa escreveu que um espaço público somente é possível quando as pessoas revelam-se e mostram-se umas às outras frente aos seus pares. Em suas palavras: “[...] ‘público’ [...] significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”.¹³²⁶

E, ainda, segundo a autora, a esfera pública só comporta e abriga o relevante e, desse modo, o que é excluído dessa esfera é considerado irrelevante. O mundo público é construído pelos homens, pelas mãos dos homens. Por isso, é um “*artefato humano*”¹³²⁷ e os negócios são realizados entre aqueles que vivem neste mundo feito pelo próprio homem.

Em conseqüência, a nossa percepção e entendimento de que uma associação que é formada e constituída por homens e mulheres que dialogam sobre o mundo comum e debatem sobre as coisas do mundo entre seus pares, constitui um espaço público e político e, portanto, deve ser visto ou mostrado. Além de pública, essa esfera tem uma dimensão política, porque

[...] está vinculada à idéia de uma potencialidade intrínseca à ação e ao discurso – potencialidade que existe pelo fato de os homens agirem em conjunto. [...] o espaço público se qualifica como espaço de deliberação conjunta, através da qual os homens, na medida em que são capazes de ação e opinião, tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum.¹³²⁸

Dessa forma, o que não é exposto não é público e nem político.

Ressaltamos, ainda, um fato curioso: normalmente pensa-se que a pessoa que tem o poder do comando ou é proprietária de uma grande empresa seja mais difícil de aproximação ou de receptividade para a obtenção de entrevistas ou fornecimento de informações. Caso fosse, seria, inclusive, de direito, porque é um local privado. No entanto, no nosso caso, aconteceu que fomos generosamente recebidos por essas com agilidade, presteza e disponibilidade de seu precioso tempo. Tivemos dificuldades e resistências maiores por parte de executivos gerentes e de funcionários das associações das quais não são proprietários, não

¹³²⁴ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹³²⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹³²⁶ Ibidem, p. 59.

¹³²⁷ Ibidem, p. 62.

¹³²⁸ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo social*. Op. cit., p. 36-7.

são seus “donos”, mas esses assumem e tomam atitudes em relação à “coisa pública” como se fossem propriedades suas. E o que é pior, negando informações de direito às pessoas que desejam e à pesquisa, porque, repetimos, as associações são consideradas pela literatura como possibilidades e alternativas na construção de espaços públicos de participação e atuação política.

- **Uberlândia**

“A mulher empresária é uma heroína. Não tem tempo para firulas. [...] A mulher deve competir, conquistar, vencer. Não é uma queda de braço, é apenas dar a César o que é de César. [...] E declaro que o meu tanto nesta vida foi muito. Foi tudo que eu pude realizar deixando muitas vezes em segundo plano, o marido e os filhos. Isto eu lamento. Sou mais politizada e politizante do que meus filhos, filhas e netos. Isto é ruim para o Brasil.”

Martha de Freitas Azevedo Pannunzio
(Em entrevista – 26/07/2006).

Na seqüência, de acordo com a hierarquia das cidades, após Juiz de Fora vem Uberlândia, e os nomes das empresárias, lembramos, vêm em ordem alfabética.

Cláudia Valéria Gonçalves¹³²⁹ afirmou não ser afiliada em nenhuma associação. Respondeu que nunca participou de nenhuma atividade direcionada somente às mulheres empresárias. Em relação ao início ou se existe uma organização específica de mulheres empresárias não opinou. No entanto, pelas respostas dos itens acima infere-se que não tem conhecimento de alguma organização.

Apesar do não conhecimento de uma organização específica para as mulheres empresárias, existe uma concordância, porque, na sua opinião, essa pode ou poderá contribuir com a troca de idéias e informações.

No caso de sua empresa, as reuniões e eventos são realizados em conjunto, justificando que os objetivos são os mesmos para todos seus funcionários. Cláudia Valéria ressaltou a necessidade e a importância primordial da figura de um(a) líder para o sucesso de uma ação coletiva, cuja percepção está na mesma direção de Olson.¹³³⁰

¹³²⁹ GONÇALVES, Cláudia Valéria. Uberlândia-MG. Entrevista. 27 maio 2005. Proprietária. Empresa – Lynx Optica; Zoy Optica. Produtos Ópticos – Armações e lentes oftálmicas. Comércio. Porte pequeno – 5 funcionários entre homens e mulheres. 41 anos, casada, sem filhos, classe média. Formação: Pós-graduada em Administração e Marketing.

¹³³⁰ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

A empresária **Cleibe de Fátima Alves Cabral**¹³³¹ disse não ser afiliada a nenhuma associação. Afirmou também que nunca participou de nenhum evento específico para mulheres empresárias e que não tem conhecimento, inclusive, se estão organizadas. Na sua opinião, a mulher não se organizou.

As reuniões no espaço de sua empresa são realizadas em conjunto tendo em vista que as discussões são importantes e direcionadas para todos os funcionários. Em suas palavras, abomina a idéia de separar homens e mulheres nas reuniões ou mesmo em uma forma de organização, porque essa divisão enfraquece os pares.

Concorda, no entanto, com a organização do empresariado, ou seja, empresárias e empresários unidos para fortalecerem-se, para buscarem também um crescimento pessoal e profissional e das próprias empresas.

Apesar de dizer que não é afiliada em alguma associação, a empresária Cleibe, ao responder sobre os locais de encontros com seus companheiros profissionais, disse encontrá-los na Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e na “Rede Smart Supermercados”, entidade coordenada pela empresa “Martins Atacadista”. Ou seja, mesmo não sendo “legalmente” afiliada, observa-se que busca os seus pares em alguns espaços públicos. Encontros esses, reforçou, em conjunto, e nunca somente para as mulheres.

A empresária **Martha de Freitas Azevedo Pannunzio**¹³³² é associada ao “Sindicato Rural” e ao “Instituto de Artes, Cultura e Ciências do Triângulo” – IAT. Participou, segundo ela, por pouco tempo da “Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais” – BPW ou AMNP, mas se desinteressou por não se identificar com a associação. Seus interesses empresariais voltam-se mais especificamente à produção rural, ao agronegócio. Por isso, o espaço associativo que mais lhe atende é o do Sindicato Rural, através do qual mantém contatos com outras entidades do ramo como a EMBRAPA e EMATER.

¹³³¹ CABRAL, Cleibe de Fátima Alves. Uberlândia-MG. Entrevista. 28 mar. 2005. Proprietária-sócia. Empresa – Supermercado Sorriso Ltda. Supermercado. Comércio. Pequeno Porte. 24 funcionários: 09 homens e 15 mulheres. 39 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação – Segundo grau completo.

¹³³² PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Uberlândia-MG. Entrevista. 26 jul. 2006. Proprietária – Fazenda Água Limpa; agricultora e pecuarista; escritora e contadora de histórias; consultora literária; professora aposentada. Ex-vereadora – 1986 à 1992 pelo PMDB-PDT; Ex-Presidente do PDT (de Brizola), de 1988 à 1991; Membro do Sindicato Rural; Membro do Instituto de Artes, Cultura e Ciências do Triângulo – IAT – do qual foi fundadora e presidente por dois mandatos – 1988 a 1991; Ex-Presidente da AVETRIM – Associação dos Vereadores do Triângulo e Alto Paranaíba – 1989 a 1990; Ex-Secretária do Conselho Político da Comissão Pró-Emancipação do Estado do Triângulo – CET – 1987 a 1989; Ex-Secretária da Mesa Diretora da Lei Orgânica do Município de Uberlândia – 1989; Separatista; Socialista; perseguida política pela ditadura militar de 1964 a 1967, período no qual teve sua atividade profissional de professora interrompida. Empresa – Fazenda Água Limpa. Pecuária de Corte; plantio rotativo de soja, milho, feijão, aveia, tomate, sorgo, melancia e girassol. Porte Médio; 4 funcionários com variações, homens. 68 anos, viúva, 5 filhos, classe média. Não respondeu sobre religião. Formação – Graduação em Letras neolatinas pela Universidade Mackenzie de São Paulo e Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Segundo Martha Pannunzio, as reuniões e assembléias do Sindicato Rural são públicas, realizadas no CAMARU – “Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia” –, mas o número de mulheres presentes é sempre insignificante. Segundo informações da diretoria do CAMARU, em seu cadastro constam 1250 produtores rurais, sendo 95 mulheres e 1155 homens. Entretanto, são considerados associados aqueles que se encontram em dia com a anuidade, cujo vencimento dá-se no mês de janeiro de cada ano. No ano de 2007, 631 associados encontram-se ativos, ou seja, pagaram a anuidade de 2007, sendo 52 mulheres e 579 homens. Esse número tende a aumentar até agosto de 2007, devido à Exposição Agropecuária de Uberlândia, realizada no final desse mês. No ano de 2006, obteve-se 797 sócios ativos, sendo 67 mulheres e 730 homens. Esses números confirmam a declaração de Martha Pannunzio ao dizer que o número de mulheres presentes nas reuniões de assembléia é insignificante.

Também confirmando a opinião de Martha Pannunzio, a autora Tabak¹³³³ diz que a não participação da mulher em âmbitos institucionais e sindicais possui ainda um forte condicionamento cultural que reproduz, pelas próprias mulheres, de geração em geração, o estereótipo de que o espaço político é “coisa de homem”.¹³³⁴ Apesar de um aumento da presença feminina nos sindicatos na década de 1970 em decorrência de uma reativação e oposição ao movimento sindical, o número ainda é pequeno. Àquela época, surgiu o movimento de mulheres propondo e defendendo diversas questões femininas, mas, não alterando, substancialmente, essa situação. Nesse mesmo viés afirmam Araújo e Ferreira que

[...] o crescimento da sindicalização não se manteve na década seguinte na mesma proporção da participação das mulheres na força de trabalho, nem significou um aumento qualitativo da participação feminina nas atividades sindicais. Do mesmo modo, *elas continuaram subrepresentadas (quando não totalmente excluídas) das posições de liderança e de poder tanto nos sindicatos locais quanto nas organizações federativas de âmbito regional ou nacional.*¹³³⁵

As mulheres, em sua maioria, têm demonstrado pouca disposição em participar dos sindicatos, além de uma resistência do próprio espaço. Afirmam as autoras Araújo e Ferreira que tais fatos são explicados por conta da desigualdade na representação das mulheres dentro dos sindicatos, desigualdade também em relação à capacidade de influência para tomada de

¹³³³ Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

¹³³⁴ Ibidem, p. 28.

¹³³⁵ ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit., p. 311.

decisões e negociações entre as partes envolvidas. São desvantagens de posições decorrentes das relações sociais no trabalho e da política interna dos sindicatos em relação às mulheres.

A cultura sindical, segundo Sinclair, citado por Araújo e Ferreira,

[...] que já foi descrita como sendo caracterizada pela “mística de um tipo de fraternidade masculina”, ajuda a explicar a posição das mulheres como *outsiders*. A tradicional dominação masculina dos sindicatos e as formas resultantes de organização sindical que têm sido desenvolvidas pelos homens podem, talvez, ter levado à percepção das mulheres [...] de que os sindicatos não correspondem aos seus interesses”.¹³³⁶

Portanto, os obstáculos à participação da mulher nos sindicatos devem-se ainda à cultura tanto de ordem prática ou funcional como nos padrões culturais da sociedade. Mesmo com o chamado “novo sindicalismo” nas décadas de 1970 e 1980, uma forma de renovação dos sindicatos por meio de novas propostas de ações, aumento da representatividade, novas formas de organizações, ampliação de comissões, federações, confederações, centrais sindicais independentes ou à margem do poder estatal, não houve mudanças na situação da mulher dentro dos sindicatos. E mesmo com a presença destacada de uma minoria de mulheres em lutas sindicais ou mobilizações ou greves,

[...] com relação à participação das mulheres na vida sindical (reuniões, assembléias, etc.) e ao encaminhamento de suas demandas específicas, pode-se dizer que tanto o velho quanto o novo sindicalismo compartilhavam de uma tradição cultural machista que se manifestava nas práticas e representações paternalistas ou segregacionista em relação à mulher trabalhadora por parte do conjunto dos diretores e militantes sindicais.¹³³⁷

Verifica-se a semelhança do depoimento de Martha Pannunzio em relação à fraca participação de mulheres no espaço do sindicato aos quais são afiliadas.

Para reverter tais condições, de acordo com as autoras Araújo e Ferreira, deve-se provocar a ruptura do pensamento patriarcal dentro desse espaço, atentando-se para a heterogeneidade dos sujeitos, com experiências diferentes, diversas e, portanto, de gênero, como inseparável da pluralidade e da diversidade dos indivíduos.

Em relação à ação coletiva na associação do Sindicato Rural, Martha Pannunzio revelou: “As pessoas aderem nas reuniões, nas assembléias, se comprometem inicialmente.

¹³³⁶ SINCLAIR apud ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit., p. 311.

¹³³⁷ *Ibidem*, p. 313-4.

Depois, não comparecem mais. Tem gente que é assim mesmo, infelizmente. Deixam como está, para ver como é que fica. É o famoso “laissez-faire”.¹³³⁸

Sobre o início da organização das mulheres empresárias, Martha Pannunzio não opinou. No entanto, ao responder se concorda com essa organização e porque, disse achar importante “para se fortalecerem, se informarem, ficarem adultas. Tutela de pai, marido e filho é muito contraproducente”.¹³³⁹

No entanto, afirmou não concordar com reuniões separadas entre homens e mulheres em sua empresa, tecendo, inclusive, uma crítica em relação às reuniões separadas entre os sexos.

As próximas cidades encontram-se no mesmo nível hierárquico urbano: Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Patos de Minas e Pouso Alegre, consideradas *médias de nível superior 3*. (Vide Tabela 3, p. 70). Na seqüência, vem Paracatu e Teófilo Otoni como cidades *médias de nível 4*. (Vide Tabela 3).

Lembrando que as cidades foram abordadas, além do nível hierárquico, também pela ordem alfabética, a próxima é Divinópolis.

- **Divinópolis**

“Todas as associações que facilitarem a organização da sociedade civil serão bem-vindas [...] só vamos melhorar no momento em que a sociedade civil se organizar”.

Maria Ângela Sena Rabelo
(Em entrevista – 08/02/2005).

Em Divinópolis, a empresária **Denize Fonseca Santos Lara**¹³⁴⁰ é presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis” – ACID. O Conselho iniciou-se em 2004. Informou-nos Denize Fonseca que a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Divinópolis é composta de 507 afiliados. Dentre estes, 204 empresas pertencem aos homens (43,1%); 207 empresas são mistas, ou seja os proprietários são homens e mulheres (43,9%) e 96 empresas pertencem às mulheres (12,8%). Verificou-se em Divinópolis a extensão do “Conselho da Mulher Empreendedora”

¹³³⁸ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

¹³³⁹ Ibidem.

¹³⁴⁰ LARA, Denize Fonseca Santos. Divinópolis-MG. Entrevista. 31 maio 2006. Proprietária-sócia. Empresária-Industriária da Ciafal Ltda. Diretora Administrativa. Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis” – ACID. Empresa – Ciafal Ltda. Laminação de aço. Comércio/Indústria. Porte Médio. 152 funcionários, sendo 6 mulheres e 146 homens. 40 anos, casada, 3 filhos, católica, classe média. Formação – Graduação.

dentro da “Associação Comercial do Estado de Minas Gerais”, ou seja, da FEDERAMINAS com sede em Belo Horizonte. Portanto, o “Conselho” é um subgrupo ou um grupo pequeno dentro de uma federação, de acordo com a teoria olsoniana.¹³⁴¹

Segundo Denize Fonseca, as reuniões da ACID são “[...] setorizadas, porque cada Conselho se reúne de acordo com suas necessidades [...]”,¹³⁴² discutem e deliberam suas ações. Assim, dentro da ACID, as reuniões do “Conselho da Mulher Empreendedora” são realizadas separadamente com o objetivo de debater e decidir ações pertinentes ao Conselho. Existe, portanto, em Divinópolis, uma organização específica de mulheres empresárias.

Apesar de Denize Fonseca ser presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora”, ou seja, especificamente para as mulheres empresárias e empreendedoras, afirmou que dentro de sua empresa as reuniões são feitas em conjunto, não sendo necessário realizá-las separadamente. Essa mesma percepção foi detectada em outros depoimentos das mulheres empresárias de nossa amostra. Inferimos que do ponto de vista da esfera do trabalho que dirige dentro de suas empresas, as empresárias não vêem necessidade de separar os funcionários homens e mulheres. No entanto, ao passarem para a esfera fora do ambiente de suas empresas, aprovam ou concordam com a necessidade de uma ação conjunta ou coletiva do grupo para fazerem-se visíveis e fortalecerem-se perante a sociedade e o mercado, respectivamente. Ao questionarmos as empresárias sobre esse paradoxo, confirmaram a necessidade de fortalecerem-se, para, posteriormente, abolirem as associações ou organizações em separado. Sobre essa dicotomia ou essa ambigüidade, Oliveira justificou da seguinte forma:

Definidas de fora para dentro, aceitaram o paradoxo do universal e do particular, colocado por uma sociedade que as universaliza enquanto produtoras e as particulariza enquanto mulheres. A mensagem é dupla e contraditória: para ser respeitada seja universal [...], mas para ser amada, continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher.¹³⁴³

O modelo universal exigido é pensar e ser como o homem no espaço público, mas ao mesmo tempo deve ser mulher com suas características atribuídas para ser aceita dentro dos valores culturais. Dessa forma, ao atuar no espaço público, as mulheres estão quebrando essa dicotomia, rompendo com essa cultura e paradigmas seculares, tentando acabar com as

¹³⁴¹ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 75.

¹³⁴² LARA, Denize Fonseca Santos. Entrevista. Op. cit.

¹³⁴³ OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. As pedras no bolso do feminismo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 2 (3), p. 36, 1983.

desigualdades nas relações. Por meio da ocupação e participação nos variados espaços públicos estão construindo novas formas de solidariedade, de novas consciências, novas percepções e, portanto, de novas relações e tratamento dentro da diversidade, da pluralidade.

Tornaram-se visíveis, estão organizando-se politicamente, reivindicando direitos e interesses, mas, ainda, verifica-se um conflito entre algumas mulheres nessa mudança cultural. Parece haver uma dúvida para que lado pender. Na mesma direção, Chauí¹³⁴⁴ afirmou que a construção de gêneros traz em si uma contradição que não é incoerência, devido às vantagens da realização da mulher.

Assim, esclarecemos que essa contradição é percebida pelas mulheres empresárias que participam nas duas formas, ou seja, em organizações *específicas de mulheres empresárias* e ao mesmo tempo, em *reuniões conjuntas* dentro de suas empresas.

Inferimos, ainda, que essa ambigüidade pode ser atribuída aos diferentes papéis ou funções que devem assumir nas duas instâncias. Ou seja, dentro de sua empresa é proprietária, responsável pelo trabalho e pelo conjunto dos funcionários, pelo sucesso da empresa, enfim, tem uma posição hierárquica diferenciada dos demais. Já, fora desse espaço e dentro de uma associação, assume um papel nivelado com seus pares, como um membro que está buscando informações, conhecimento, fortalecimento e mecanismos alternativos para gerenciar e aplicá-los em sua empresa, como também, para enfrentar os problemas que surgem no mercado, na sociedade, problemas esses que são e tornam-se iguais e, portanto, de interesses e objetivos comuns entre as empresárias. Nesse sentido, são dois espaços diferentes, com atuações, objetivos e interesses divergentes e antagônicos. Por isso, talvez, não seria o caso de dizermos que se trata de um paradoxo ou contradição.

Sobre uma mobilização para a ação coletiva, Denize Fonseca afirmou que dentro do Conselho não existem dificuldades. Revelou-nos que o “Conselho da Mulher Empreendedora” de Divinópolis é um grupo pequeno composto por vinte e uma (21) mulheres empresárias afiliadas, onde todas são conhecidas e amigas.

Inferimos que existe dentro do grupo o que Olson¹³⁴⁵ atribuiu como “incentivos seletivos” de caráter *social*, de *status*, tendo em vista ser um grupo no qual todos os membros encontram-se e conhecem uns aos outros. Nas palavras de Olson:

¹³⁴⁴ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo; Brasiliense, 1986.

¹³⁴⁵ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

Se os membros de um pequeno grupo de pessoas que tivesse um interesse em um benefício coletivo fossem também amigos pessoais, ou pertencessem ao mesmo clube social, e alguns membros do grupo pusessem o ônus de prover esse benefício coletivo nas costas dos outros, eles poderiam, mesmo que ganhassem algo economicamente com esse tipo de conduta, perder socialmente com ela, e a perda social poderia pesar mais na balança do que o ganho econômico. Seus amigos poderiam empregar a “pressão social” para levá-los a cumprir sua parte no processo de consecução da meta grupal, sob a ameaça de exclusão do clube social caso não a cumprissem. Esses recursos podem ser eficientes, já que a observação cotidiana mostra que a maioria das pessoas valoriza a companhia de seus amigos e colegas e zela pelo seu *status* social, prestígio pessoal e auto-estima.¹³⁴⁶

Nesse sentido, reforçando o que já foi dito anteriormente sobre esses “incentivos seletivos”, os incentivos sociais, ou seja, o *status* e a *aceitação social* de um membro são formas incentivadoras à ação coletiva ou grupal. São caracterizados como benefícios não-coletivos, individuais, da mesma forma que os incentivos econômicos atuam para uma mobilização. E, ainda, de acordo com Olson, as sanções e as recompensas sociais também são utilizadas em grupos grandes ou latentes como “incentivos seletivos”. Vale dizer, tanto funcionam como forma de mobilização para grupos pequenos como para os grandes, independentemente ou além de incentivos financeiros, os quais são os mais comuns.

A empresária **Maria Ângela Sena Rabelo**¹³⁴⁷ é associada à Associação Comercial e Industrial de Divinópolis – ACID e ex-integrante do “Conselho da Mulher Empreendedora”.

Conforme Maria Ângela, a associação ou uma organização tem a importância para “congregar empresárias da cidade com o objetivo de desenvolver ações que contribuam para o seu melhoramento e fortalecimento”.¹³⁴⁸

Informou-nos que a ACID tem sede própria, espaço no qual realizam os encontros, reuniões, não descartando, contudo, outros espaços para tais ou outros eventos.

As reuniões da ACID, segundo Maria Ângela “[...] são conjuntas e normalmente abertas à participação dos sócios que se interessam pelos temas colocados em pauta”.¹³⁴⁹

No entanto, as reuniões do “Conselho da Mulher Empreendedora” são separadas, de acordo, também, com a afirmação já feita pela Presidente do Conselho, Denize Fonseca Santos Lara. Enfatizou Maria Ângela que as reuniões separadas, são, inclusive, normas

¹³⁴⁶ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 72-3.

¹³⁴⁷ RABELO, Maria Ângela Sena. Divinópolis-MG. Entrevista. 25 jan. 2005. Proprietária-sócia, Consultora, Coordenadora e Professora, Membro da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis – ACID – ex-membro do Conselho da Mulher Empreendedora. Empresa: MS Consultoria Educacional e Projetos Ltda. Prestação de Serviços. Pequeno porte. 2 funcionários, sendo 1 homem e 1 mulher. 63 anos, casada, quatro filhos, católica, classe média. Formação – Graduação em Pedagogia; especialização em Administração Escolar pela PUC-MG e Mestrado em Engenharia de Produção/Mídia e Conhecimento pela UFSC – Florianópolis – SC.

¹³⁴⁸ Ibidem.

¹³⁴⁹ Ibidem.

previstas e instituídas pelo próprio estatuto do Conselho. Para uma ação coletiva, afirmou a necessidade de uma liderança, ou seja, de um “chamamento” para a participação com possibilidades reais de contribuições, de envolvimento e para fazer parte da constituição de um sujeito político exposto por Pinto na Introdução deste trabalho ao dizer que: “A constituição do sujeito se concretiza através de um processo interpelativo. Isso é, o indivíduo identifica-se no discurso enunciador, confundindo-se com este. O indivíduo é interpelado quando se sente parte do ‘nós’ do discurso”.¹³⁵⁰

Esse processo de interpelação, portanto, ocorre no momento ou no contexto “[...] de formações sociais concretas”.¹³⁵¹ Assim, a realidade concreta da prática ou luta política e a forma como os discursos são construídos por meio de seus significados possibilitam a “[...] identificação do indivíduo como sujeito”.¹³⁵²

Por isso, a pessoa deve também ser imbuída de responsabilidades e ações concretas para integrar-se, ou seja, sentir-se pertencida, atuante e participativa.

Além de reuniões separadas no “Conselho da Mulher Empreendedora”, Maria Ângela revelou que já participou de eventos específicos para mulheres empresárias, como por exemplo: “Encontro de Mulheres dos Supermercados de Divinópolis” em 2004, com o objetivo de congregar proprietárias e funcionárias e treinamento em técnicas de vendas e convivência.

Percebemos o conflito e a mesma ambigüidade nas respostas de Maria Ângela, bem como grande parte das mulheres empresárias entrevistadas, em relação à organização das mulheres em separado. A própria Maria Ângela, ao ser questionada sobre essa questão respondeu: “[...] devo dizer que sinto dificuldades com a dicotomia homem *versus* mulher e vice-versa. O embasamento das associações deve ser o interesse comum”.¹³⁵³ Ou seja, ao mesmo tempo em que defende e concorda com a organização das mulheres empresárias também afirma que não concorda em separar os sexos para não insistir na dicotomia ou na própria idéia de manutenção da exclusão ou de uma segregação. Já, no âmbito de sua empresa, Maria Ângela citou que as reuniões são realizadas conjuntamente, ressaltando que é um grupo pequeno.

¹³⁵⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. A mulher como sujeito político: o caso latino-americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Op. cit., p. 48.

¹³⁵¹ *Ibidem*, p. 48.

¹³⁵² *Ibidem*, p. 48.

¹³⁵³ RABELO, Maria Ângela Sena. Entrevista. Op. cit.

Na seqüência, a empresária **Tereza Cristina Coelho Pinto**¹³⁵⁴ nos revelou que é afiliada à Associação Comercial e Industrial de Divinópolis – ACID, tendo sido Diretora Executivo-Financeiro na gestão 2001-2002 e membro do Lions Clube Pioneiro. Em sua opinião, a associação visa orientar e auxiliar as(os) lojistas da cidade, sendo, portanto, de grande colaboração.

Entendemos, a partir de suas colocações, que as reuniões na Associação são separadas, não entre os sexos, mas de acordo com os assuntos de cada setor, convergindo para a mesma declaração da empresária Denize Fonseca Santos Lara.

Segundo Tereza Cristina, algumas reuniões dentro da Associação são realizadas pelas mulheres empresárias, separadamente, para debates, os quais podem ocorrer tanto na sede própria da ACID como em outros espaços públicos, como também, em casa.

Afirmou que para a aceitação de uma ação coletiva, os membros devem ser bem orientados por meio de uma proposta ou projeto bem elaborados, apresentando e levando em consideração todas as vantagens e desvantagens.

Observa-se, de acordo com Olson,¹³⁵⁵ a razão da ação coletiva e os interesses do grupo que os motivam para uma mobilização.

Tereza Cristina declarou que acredita que a organização das mulheres empresárias teve seu início a partir do momento no qual essas sentiram a necessidade de expandirem-se e responsabilizarem-se pelos seus negócios. A necessidade de crescimento impulsionou sua organização.

Enfatizou, contudo, que essa organização deve ser aperfeiçoada, porque falta ainda muita união entre as mulheres, o que poderia e pode contribuir em muito para o seu fortalecimento em todas as esferas. Da mesma forma que os relatos de outras empresárias, Tereza Cristina comentou também que as reuniões em seu espaço empresarial acontecem conjuntamente, afirmando que é um trabalho de equipe e, por isso, sem distinção entre os sexos.

¹³⁵⁴ PINTO, Tereza Cristina Coelho. Divinópolis - MG. Entrevista – 10 maio 2005. Proprietária – Diretora / Presidente. Membro da Associação Comercial de Divinópolis - ACID; ex.-Diretora Executiva Financeira; Membro do Lions Clube Pioneiro de Divinópolis. Empresa: Changard Embelezamento Automotivo e Residencial; Minaslack Comercial Ltda; Divilack Comercial Ltda; Syerminas Ltda. Prestação de Serviços. Porte pequeno e médio. 31 funcionários ao todo divididos entre homens e mulheres. 44 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação – Superior incompleto (Administração).

¹³⁵⁵ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

- **Governador Valadares**

“Juntas (as empresárias), poderão somar as suas experiências individuais e solucionar os problemas empresariais com mais eficiência. [...] (não separadas), porque os empresários também, ou seja, homens e mulheres, fazem parte do meio empresarial”.

María Bete Dias Ramalho
(Em entrevista – 10/06/2005).

Em Governador Valadares, a empresária **Maria Beatriz Silveira Santos**¹³⁵⁶ é associada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, membro do Conselho Consultivo da referida associação. Foi presidente da CDL-GV por um biênio, no período de 2000 a 2001, e exerceu o cargo de Diretora em vários anos.

De acordo com informações da CDL de Governador Valadares, essa conta com 1407 associados, sendo 52% das empresas formada por homens, 26% por mulheres e 22% são mistas, ou seja, a sociedade é constituída por homens e mulheres.

Conforme Maria Beatriz, a associação cumpre um papel fundamental com o objetivo de promover o comércio lojista. No âmbito da CDL, as reuniões entre os membros são feitas em conjunto, não vendo diferenças que justifiquem a separação. Afirmou que nunca participou de nenhuma atividade específica para mulheres empresárias e, inclusive, teceu críticas severas em relação às mesmas, não concordando com a organização das mulheres empresárias. Em suas empresas, as reuniões são realizadas em conjunto, justificadas pelos mesmos motivos acima mencionados.

Para uma mobilização ou ação coletiva, Maria Beatriz revelou que na maioria das vezes são bem acolhidas. No entanto, se surgirem resistências por parte de alguns membros, abre-se um espaço para ouvi-los e analisar as objeções, pois considera todos os associados importantes e necessários para uma ação grupal.

Outra empresária, **Maria Bete Dias Ramalho**,¹³⁵⁷ afirmou não ser afiliada de nenhuma associação. Em suas palavras: “Ainda que eu quisesse não poderia, pois não

¹³⁵⁶ SANTOS, Maria Beatriz Silveira. Governador Valadares-MG. Entrevista. 19 maio 2006. Empresária. Proprietária-sócia; diretora e gerente geral da Beira Rio Modas (loja) e Zayin (fábrica). Membro do Conselho Consultivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Governador Valadares. Empresas: Beira Rio Modas (loja) e Zayin (fábrica). Comércio Varejista de moda e calçados. Pequeno porte. 25 funcionários entre homens e mulheres. 40 anos, casada, 2 filhos, presbiteriana, classe média alta. Formação – superior incompleto.

¹³⁵⁷ RAMALHO, Maria Bete Dias. Governador Valadares-MG. Entrevista. 10 jun. 2005. Proprietária. Funcionária Pública Estadual – Oficial do Ministério Público. Empresa: R. R. Fragrância Ltda.; Comercial Ramalho e Rocha Ltda; M. M. Fragrâncias Ltda. e Ramalho Confecções Ltda. Perfumaria e Cosméticos e Confecções – moda íntima. Comércio. Micro empresa. 14 funcionárias, mulheres. 47 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação – Pós-graduada em Direito Penal.

disponibilizo de tempo. Tenho uma jornada de 8 horas no fórum e tenho quatro lojas para administrar”¹³⁵⁸.

Além de empresária, Maria Bete disse exercer outra profissão – Oficiala do Ministério Público – o que lhe acarreta uma jornada pesada de trabalho. Por isso, não participa de associações profissionais. No entanto, comentou que tem conhecimento de que as reuniões da CDL acontecem conjuntamente e, em suas empresas, não existe tal questionamento, tendo em vista que todas as funcionárias são do sexo feminino. Deixou claro que não concorda com uma organização em separado para as mulheres empresárias ao dizer: “Se nós mulheres quisermos respeito e tratamento igualitário, temos que agir [...] em conjunto”¹³⁵⁹. Vale dizer, Maria Bete concorda com a organização, mas com a união entre empresárias e empresários. A empresária confessou não encontrar dificuldades quando é proposta uma ação coletiva, porque toda sua equipe acata bem as propostas colocadas e o grupo é pequeno.

Lembramos aqui de Olson¹³⁶⁰ novamente, ao escrever que em um grupo pequeno as ações coletivas e os interesses são mais fáceis para uma organização e, inclusive, já registrado em nosso trabalho

Em seguida, a empresária **Sônia Ferreira de Amorim Terra**¹³⁶¹ nos revelou que foi Diretora da Câmara de Dirigentes Lojistas de Governador Valadares. Atualmente é vice-presidente do Partido Socialista Brasileiro – PSB, mantenedora de uma entidade filantrópica e coordenadora de Pastoral Familiar. Os espaços sociais para reuniões e encontros são variados, desde a própria sede da empresa, como a igreja, clubes e outros viáveis.

Acrescentou que as reuniões da CDL são realizadas em sede própria, conjuntamente entre todos os membros. No espaço de sua empresa realiza reuniões e eventos, segundo ela, “[...] em conjunto, porque todos estamos no mercado e todos nós temos algo para aprender, ensinar, experienciar e isto não vem do sexo [...]”¹³⁶². Também disse nunca ter participado de atividades direcionadas somente para as mulheres empresárias e não concorda com as mesmas. No entanto, afirmou que a organização é importante para qualquer profissional e, portanto, para as empresárias e empresários, mas, em conjunto.

¹³⁵⁸ RAMALHO, Maria Bete Dias. Entrevista. Op. cit.

¹³⁵⁹ Ibidem.

¹³⁶⁰ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit., p. 142.

¹³⁶¹ TERRA, Sônia Ferreira de Amorim. Governador Valadares-MG. Entrevista. 31 jan. 2005. Proprietária. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Governador Valadares – Ex-diretora; Vice-Presidente do Partido do PSB; Coordenadora de trabalho filantrópico. Empresa: Drogaria Bom Pastor – Farmácia e Drogaria. Comércio. Porte médio. 148 funcionários entre homens e mulheres. 45 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação – Superior – Licenciatura.

¹³⁶² Ibidem.

- **Montes Claros**

“As associações são colaboradoras e ajudam em treinamento profissional, no crescimento das empresas locais através de reuniões periódicas, eventos, encontros, para realizar convênios e parcerias, diminuir inadimplência por meio do serviço do SPC e tantos outros benefícios”.

Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura
(Em entrevista – 12/05/2005).

A empresária **Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura**¹³⁶³ é associada à Câmara de Dirigentes Lojistas, na qual participa dos eventos, encontros, palestras, reuniões e de todas atividades em geral. Todas as empresárias entrevistadas de Montes Claros para este trabalho são afiliadas à CDL da referida cidade. Ao buscarmos o número de associadas dessa entidade e da Associação Comercial obtivemos essas informações somente dessa última. A Associação Comercial de Montes Claros informou-nos que é composta de 211 associados, dentre os quais 180 são homens (85%) e 31 são mulheres (15%) aproximadamente.

Sobre as reuniões na CDL de Montes Claros, Cibely Boaventura disse: “As reuniões são abertas aos associados e, em algumas, às pessoas que se interessarem pelos assuntos e temas abordados, independentes de serem associados ou não podem participar. As reuniões são realizadas para ambos os sexos”.¹³⁶⁴ Da mesma forma, citou que em suas empresas as reuniões são para ambos os sexos.

Os espaços ocupados para os encontros e discussões são na sede da CDL e, outros, inclusive, mais informais, podem ocorrer na própria loja. Nunca participou de atividades exclusivas para as mulheres empresárias e citou: “Nunca fui convidada para nenhuma organização desse tipo”.¹³⁶⁵

No entanto, Cibely Boaventura afirmou que concorda com a organização em separado das mulheres empresárias e justificou que é

[...] para um melhor entrosamento e lançamento de novas idéias para que juntas possamos tornar nossos projetos reais. [...] Para conseguirmos ampliar o nosso espaço dentro da sociedade e, nesse sentido, se faz necessário reuniões e uma organização separada dos homens.¹³⁶⁶

¹³⁶³ BOAVENTURA, Cibely de Jesus Rodrigues. Montes Claros-MG. Entrevista. 12 maio 2005. Proprietária-sócia; Diretora Administrativa. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros. Empresa: Varejão L e G das Confecções; Líder 1, 2 e 3; Varejão Preço Bom; Super Varejão 23; Indústria e Comércio de Confecções Vitória – Confecções. Comércio e Indústria. Porte médio e pequeno. 100 funcionários entre homens e mulheres. 48 anos, católica, Formação – Ensino Médio.

¹³⁶⁴ Ibidem.

¹³⁶⁵ Ibidem.

¹³⁶⁶ Ibidem.

Ou seja, Cibely Boaventura, como algumas empresárias, acredita que para um fortalecimento da categoria e melhor estruturação torna-se necessário, *a priori*, uma organização específica.

Em relação à ação grupal, disse não encontrar resistências ou dificuldades na mobilização. Para tanto opinou que estas devem ser colocadas em discussão para que haja concórdia de todos, senão de um número de membros capaz de colocar a ação ou ações em prática. Se há uma idéia nova, o primeiro passo é reunir os gerentes, discuti-la, para, em seguida, tomar-se a decisão. Portanto, mesmo que seja uma idéia criada individualmente, a decisão é tomada em conjunto, pelo menos com os gerentes.

A empresária **Jeane Carla Silva Ribeiro**,¹³⁶⁷ também de Montes Claros, é associada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. Segundo Jeane Carla, as reuniões da CDL acontecem em conjunto, porque do seu ponto de vista os direitos são os mesmos para ambos os sexos. Da mesma forma, ocorre em suas empresas, cujos espaços são muito usados para encontros e atividades entre seus pares.

Jeane Carla afirmou já ter participado de eventos exclusivos para as mulheres empresárias, o “Seminário da Mulher Empresária”, evento realizado pela CDL de Montes Claros anualmente. O objetivo foi contribuir com informações por meio de palestras e debates. Opinou que as atividades em conjunto enriquecem todos, tendo em vista que as experiências diferenciadas tornam-se complementos agregadores. Disse que concorda com a organização das mulheres empresárias, e por ser uma organização específica deve ser separada mesmo “[...] para haver um melhor entrosamento [...]”¹³⁶⁸ entre a categoria empresarial feminina. Comentando sobre ações coletivas do grupo, Jeane Carla citou que a elaboração é concebida pela equipe e, portanto, sempre são acatadas sem resistência.

Em seguida, a empresária **Laudemares Mendes Caldeira**¹³⁶⁹ associada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL é afiliada também da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa – ADCE. Essa última, segundo Laudemares Mendes, além de contribuir com o

¹³⁶⁷ RIBEIRO, Jeane Carla Silva. Montes Claros-MG. Entrevista. 15 abr. 2006. Diretora. MW Jóias e Proprietária-sócia da Ansa Magazine. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros. Empresa – Ansa Magazine e MW Jóias. Comércio. Porte médio. 27 funcionários entre homens e mulheres. 35 anos, casada, três filhos, católica, classe média alta. Formação – Curso Científico.

¹³⁶⁸ Ibidem.

¹³⁶⁹ CALDEIRA, Laudemares Mendes. Montes Claros-MG. Entrevista. 02 jun. 2005. Proprietária-sócia; gerente. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros; Membro da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE e Membro do Rotary – Fraternidade Feminina. Empresa – Lojas Carajás – Móveis e Eletrodomésticos. Comércio. Porte Médio. 95 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação – Magistério e Contabilidade.

desenvolvimento e conhecimento comercial, contribui para um crescimento cristão administrativo, baseado em valores éticos e voltados para o social.

Durante as reuniões, explica-nos Laudemares Mendes, todos os participantes têm direito à fala, às sugestões e, portanto, são ouvidos com igualdade.

Nessa perspectiva, em relação à importância do discurso e da negociação entre as pessoas, Heller e Fehér escrevem:

A institucionalização de normas e regras deve portanto resultar de negociação ou discurso. A força só pode ser usada na medida necessária para assegurar que um grupo de pessoas ouça os argumentos de outros. A negociação é um procedimento em que se resolvem conflitos por acordo. O discurso é um procedimento em que conflitos de valores são resolvidos consensualmente por argumentação racional. As normas e regras nos tempos modernos só podem ser encaradas como justas na medida em que são aceitas como justas por todos os envolvidos, em resultado de um discurso de valor no qual todos têm recurso aos valores universais de liberdade e vida. Esta é a idéia do procedimento justo. Seria um sinal de extremo otimismo acreditar que em nosso mundo de hoje todas as normas e regras serão estabelecidas por tal procedimento. Contudo, a aparente distância não é motivo para não buscarmos aproximar-nos do procedimento justo sempre que possível.¹³⁷⁰

Verifica-se a ênfase que os autores também creditam à capacidade do discurso entre as pessoas para negociarem seus conflitos ou interesses divergentes. Além disso, a liberdade do uso da palavra, da argumentação com racionalidade e da participação de todos, buscando um acordo resultante do consenso desse discurso. Inclusive, todas as normas e as regras devem também ser resultantes de um discurso e argumentação. Alertam-nos os autores sobre a necessidade de buscarmos sempre esse modo de agir que é justo.

Em suas lojas, Laudemares Mendes afirmou que as reuniões acontecem também em conjunto, “[...] para que possamos ouvir cada funcionário dentro de sua função”.¹³⁷¹ Observa-se, portanto, a preocupação da empresária no direito dos funcionários ao uso da palavra, de expressão e opinião nesse espaço semelhante à concepção de Heller e Fehér.

Na mesma direção, Arendt,¹³⁷² citada por Telles,¹³⁷³ afirma que a palavra e o diálogo não podem ser prescindidos pelo poder. Diálogo que ocorre entre homens que buscam um “[...] acordo em torno das questões e decisões que dizem respeito a todos”.¹³⁷⁴ Assim a

¹³⁷⁰ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 181.

¹³⁷¹ CALDEIRA, Laudemares Mendes. Entrevista. Op. cit.

¹³⁷² Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹³⁷³ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo social*. Op. cit.

¹³⁷⁴ *Ibidem*, p. 36.

palavra é reveladora dos problemas e das questões públicas à vista de todos. Também citando Enegren¹³⁷⁵, Telles afirma que

[...] a linguagem constitui o essencial da interação política, não apenas por ser discurso e comunicação eficaz, mas sobretudo porque apenas o “logos” é capaz de trazer à luz, ao mesmo tempo, o mundo e o ator para o qual a palavra significa também assumir uma identidade.¹³⁷⁶

Nesse sentido, os indivíduos que fazem uso do discurso, da palavra e da ação, têm e criam poder, tendo em vista que esse aparece “[...] da associação entre os homens e da troca de opiniões. [...] E sua expressão é a interlocução”.¹³⁷⁷

Por isso, reafirmamos que o espaço público é um espaço próprio para as deliberações dos homens em conjunto, que por meio de suas ações e opiniões passam a interessar-se e tornam-se responsáveis pelas questões comuns a todos.

Continua Laudemares Mendes que os únicos momentos nos quais realizam reuniões somente para as mulheres é quando estas têm que organizar o “Dia dos Pais”, por ser essa atividade uma surpresa para eles. No entanto, afirmou ter participado de outras atividades como o “Seminário da Mulher Empresária” e fóruns exclusivos para a mulher empresária. Verifica-se que é o mesmo seminário citado pela empresária Jeane Carla.

Acrescentou Laudemares Mendes que concorda com a organização das mulheres, mas, não, separadamente. Uma organização, na sua opinião, ajudaria porque “[...] tem mulheres que ainda menosprezam seu valor e acham que não são capazes. O contato com outras mulheres mais corajosas ajudaria para que essas se direcionem”.¹³⁷⁸

Em caso de uma ação coletiva, os membros mostram-se solidários. E a iniciativa pode surgir, individualmente ou em grupo, por meio de diálogo com outras pessoas com experiências e vivências diferentes. Em seguida, faz-se uma reunião para a apresentação da ação, discussões e tomada de decisão para colocá-la em prática. Desse modo, uma ação que se diz coletiva, nunca pode ser decidida individualmente, apesar de poder ser criada ou pensada.

- **Patos de Minas**

“Se as mulheres usassem pelo menos 10% do seu poder, pelo número que somos, para unirem-se em torno de suas demandas, interesses ou questões, muitos cargos de

¹³⁷⁵ Cf. ENEGRE, N, André. *La pensée politique de Hannah Arendt*. Paris. PUF, 1984.

¹³⁷⁶ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo social*. Op. cit., p. 36-7.

¹³⁷⁷ Ibidem, p. 37.

¹³⁷⁸ CALDEIRA, Laudemares Mendes. Entrevista. Op. cit.

grande importância em várias instâncias já estariam sendo ocupados, muitos problemas e direitos já estariam resolvidos”.

Maria Denise Piva
(Em entrevista – 21/12/2006)

Em Patos de Minas, a empresária **Cléia Morum Queiroz**¹³⁷⁹ é afiliada à “Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas e Região” – ADEVPAR, e participa como membro do Conselho Administrativo. Segundo Cléia Morum, a associação tem o objetivo de “habilitar e reabilitar pessoas com deficiência visual”.¹³⁸⁰ As reuniões são sempre em conjunto, tanto na associação como no espaço de sua empresa entre os funcionários.

Afirmou que nunca participou de reuniões específicas para mulheres empresárias e que estas devem acontecer entre todos, acima da questão se é homem ou mulher. A separação, mesmo em associações ou organizações, opinou, perpetua a segregação e todos os temas e soluções devem ser discutidas em conjunto. Para as ações coletivas e projetos da empresa, Cléia Morum disse:

Os projetos surgem do forte idealismo dos sócios da empresa, da prática e experiência vividas, bem próximas da realidade. Mesmo que uma idéia ou ação surja individualmente, esta, em seguida, é analisada e compartilhada com os outros para uma tomada de decisão.¹³⁸¹

Em relação à aceitação das ações ou projetos, a empresária afirmou que existem reações diferentes, de acordo com o ideal e o comprometimento de cada um. No entanto, de uma forma geral, as ações são bem acatadas e realizadas.

Apesar da empresária Cléia Morum ser associada à ADEVPAR, ressalta-se que essa não é específica à sua função empresarial.

¹³⁷⁹ QUEIROZ, Cléia Morum. Patos de Minas-MG. Entrevista. 14 dez.2006. Proprietária-sócia. Diretora de Recursos Humanos da Pit Stop Abastecimentos. Membro do Conselho Administrativo da ADEVPAR – “Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas e Região”; Educadora Musical; Musicoterapeuta; Professora de Musicografia Braille; de Sistema Braille – Curso de Extensão no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM; Curso de Capacitação de Educadores da Rede Estadual. Empresa: Pit Stop Abastecimentos. Prestação de Serviços. Porte Pequeno. 18 funcionários entre homens e mulheres. 54 anos. Casada. 05 filhos. Católica. Classe média. Formação: Graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília – UnB; Pós-graduação em Educação Especial – Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM; Especialização em “Abordagem Direta do Inconsciente” – ADI.

¹³⁸⁰ Ibidem.

¹³⁸¹ Ibidem.

Na seqüência, a empresária **Edna Maria Carvalho Urban**¹³⁸² é afiliada à “Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas” – ACIPATOS, na qual atuou como vice-presidente no período de 2003 a 2004.

Informou-nos o atual Presidente da ACIPATOS, Sr. Luis Antônio dos Santos, que a Associação é composta por aproximadamente 1087 membros, distribuídos da seguinte forma: 642 empresas (59%) são constituídas por homens; 282 empresas (26%) são constituídas por mulheres; 142 empresas (13%) são mistas, ou seja, os proprietários são homens e mulheres e 21 empresas (2%) foram classificadas como outras. O Presidente salientou que essa projeção é extremamente variável, devido às freqüentes alterações contratuais observadas.

Atualmente, Edna Urban é Presidente do “Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha”, um espaço criado a partir de sua empresa. Sobre a ACIPATOS, Edna Urban citou que a associação “[...] tem como objetivo apoiar e divulgar o comércio local e interagir com o comércio de outras localidades”.¹³⁸³

Nesse espaço as reuniões acontecem conjuntamente e todos participam do debate, do diálogo e expressam suas opiniões e, no espaço da empresa, as reuniões ocorrem da mesma forma porque, segundo Edna Urban:

As funções desenvolvidas dentro da empresa independem do sexo dos funcionários. Também porque em todas as atividades desenvolvidas trabalham ambos os sexos. As informações ou quaisquer assuntos discutidos referem-se e são de interesse de todos.¹³⁸⁴

Afirmou, no entanto, que, caso seja necessário realizar reuniões ou encontros somente com mulheres, não tem objeções não só no âmbito da empresa como para a categoria das mulheres empresárias. Como exemplo, citou sua participação em eventos realizados em São Paulo, cujos objetivos foram direcionados à área social para as mulheres que atuam em empresas. Esse evento, especificamente, foi e é direcionado às empresas que têm parceria com a multinacional americana – FMC, com o objetivo de aperfeiçoar e incrementar a prática das ações sociais no ambiente empresarial.

No âmbito de sua empresa, as reuniões ou encontros são realizados na própria empresa podendo, contudo, ser realizadas em outros espaços caso tenha motivos.

¹³⁸² URBAN, Edna Maria Carvalho. Patos de Minas-MG. Entrevista. 12 dez. 2006. Proprietária sócia. Função: Área Social e Marketing da “Sementes Farroupilha”. Ex vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas – ACIPATOS; Presidente do Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha. Empresa: Sementes Farroupilha. Agronegócios. Porte grande. 500 funcionários entre homens e mulheres. 50 anos; casada; 3 filhos; católica, classe alta. Formação: Curso Magistério.

¹³⁸³ Ibidem.

¹³⁸⁴ Ibidem.

Para uma ação coletiva no âmbito empresarial e do “Centro Educacional”, Edna Urban afirmou que, inicialmente, tem uma idéia sobre determinado projeto e após um período de reflexão, análise da viabilidade e amadurecimento, reúne as pessoas que trabalham em seu entorno, faz a comunicação da idéia do projeto e passam à discussão sobre a possibilidade de transformá-lo em ação. Para tanto, segundo Edna Urban, as pessoas envolvidas têm que gostar e acreditar para sentirem-se motivadas e para que a consecução da ação tenha sucesso.

A empresária **Maria Denise Piva**¹³⁸⁵ é associada ao Sindicato Rural de Patos de Minas, que tem como objetivo representar e defender os interesses da classe ruralista. Conforme informações da Diretoria do Sindicato dos Produtores Rurais de Patos de Minas sob a presidência do Sr. Evaristo José Caixeta, o sindicato conta com 506 afiliados, sendo 480 homens (94,9%) e 26 mulheres (5,1%) aproximadamente.

A baixa participação das mulheres nos sindicatos é confirmada pela literatura especializada, ressaltando uma cultura ainda de resistência à presença da mulher nesse espaço político.

Confirma Blay¹³⁸⁶ que um balanço realizado nas últimas décadas revelam que do ponto de vista democrático, as mudanças sociais foram significativas e profundas, “[...] mas isso não foi suficiente para alterar radicalmente a imagem patriarcal sobre a mulher”.¹³⁸⁷ A mulher é vista como sendo a única responsável pelo espaço privado.

Nas palavras de Blay: “Persistem nichos onde vigora uma imagem feminina vinculada à maternidade e ao cuidado da família, à saúde da prole. Não por acaso todos os movimentos sociais por saúde ou creches são liderados por mulheres”.¹³⁸⁸

Desse modo, essa imagem e esses valores acompanham as mulheres em diversos lugares incluindo a vida política eletiva e sindical. Persiste a idéia de que casamento e vida política para as mulheres são opostos.

Denise Piva foi afiliada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Patos de Minas, onde, segundo ela, as reuniões são realizadas em conjunto. Informou-nos que, do mesmo

¹³⁸⁵ PIVA, Maria Denise. Patos de Minas-MG. Entrevista. 21 dez. 2006. Empresária – sócia. Presidente e Diretora do Grupo Ouro Verde. Agropecuarista. Membro do Sindicato Rural de Patos de Minas. Empresas – Grupo Ouro Verde; Fazenda Pampa; Fazenda Vinícius I; Fazenda Vinícius II; Fazenda Vinícius III; Transportes Ouro Verde; Patos Aviação Agrícola; Rações Ouro Verde; CVC Construtora; Ouro Verde Armazéns Gerais. Agricultura; Pecuária; Indústria; Transporte; Prestação de Serviços. Porte Grande. 300 funcionários diretos e permanentes; 200 funcionários indiretos; 100 temporários entre homens e mulheres. 51 anos; separada; 3 filhos; católica; classe média alta. Formação – Graduação em Contabilidade.

¹³⁸⁶ BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, Op. cit.

¹³⁸⁷ *Ibidem*, p. 94.

¹³⁸⁸ *Ibidem*, p. 94.

modo, em suas empresas as reuniões ocorrem em conjunto, “[...] porque todos têm direitos e deveres iguais”.¹³⁸⁹ As reuniões são realizadas nas próprias empresas.

Disse não concordar com a idéia de promover reuniões separadas entre os sexos, “[...] porque tanto o homem quanto a mulher devem buscar afinidades e uma convivência diplomática”.¹³⁹⁰ Nunca participou de atividades ou eventos exclusivos para mulheres empresárias porque, em sua área, afirmou Denise Piva, “[...] homens e mulheres convivem e buscam seus interesses comuns em conjunto”.¹³⁹¹

Aprovando a organização, Denise Piva ressaltou a sua importância e os benefícios dessa, explicitados, inclusive, na epígrafe que introduz a cidade de Patos de Minas.

Uma ação coletiva, conforme o depoimento de Denise Piva, é discutida por um grupo composto pelos representantes de todos os setores das empresas. Dessa forma, as demais pessoas recebem e aprovam os projetos ou ações propostas com grande receptividade. Também porque, acrescentou Denise Piva, “[...] existe uma interação entre a Diretoria e os representantes de cada departamento do grupo”.¹³⁹²

- **Pouso Alegre**

“Concordo com a organização das mulheres empresárias, porque se a categoria unir-se, possivelmente os conflitos em relação à questão da mulher serão amenizados e todas se beneficiarão com isso, já que poderá haver também uma melhor comunicação, integração e interação no grupo”.

Ana Denise Ribeiro de Faria
(Em entrevista – 10/10/2005).

A empresária **Ana Denise Ribeiro de Faria**¹³⁹³ é membro da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA, ocupando o cargo de Diretora Social. Segundo Ana Denise, a associação tem como objetivo facilitar o entrosamento entre o empresariado, visando contribuir para o fortalecimento da categoria empresarial. Na ACIPA, as reuniões acontecem sempre em conjunto com todos os membros.

¹³⁸⁹ PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

¹³⁹⁰ Ibidem.

¹³⁹¹ Ibidem.

¹³⁹² Ibidem.

¹³⁹³ FÁRIA, Ana Denise Ribeiro de. Pouso Alegre-MG. Entrevista. 10 out. 2005. Proprietária. Diretora social da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA. Empresa – Karech. Comércio. Porte Pequeno. 14 funcionários entre homens e mulheres. Casada, dois filhos, católica, classe média. Formação – Superior.

Também em sua empresa, as reuniões realizam-se com homens e mulheres conjuntamente, ressaltando que visa a um trabalho em equipe, buscando-o sempre. Faz uso do espaço da Associação Comercial para encontros ou outras atividades com seus pares.

Revelou-nos Ana Denise que na ACIPA existe uma organização exclusiva para as mulheres, cujo nome é ACIPA MULHER e da qual também é afiliada. Nessa organização, as reuniões são realizadas em separado dos homens e, nelas, as mulheres usam da palavra e do discurso para participar às outras suas idéias, experiências, vivências, problemas, desafios e quaisquer outras questões que desejarem. Ainda, discutem e debatem propostas relacionadas às áreas sociais, políticas, econômicas e culturais, sempre buscando uma interação para alcançarem os objetivos, os interesses comuns, tentando conquistar o desejado pelas mulheres afiliadas.

Segundo Ana Denise, a organização das mulheres empresárias é importante porque, a partir da sua união, vários benefícios já foram e podem ser alcançados, tendo em vista o crescimento de um poder grupal. Assim, explicou-nos Ana Denise:

A princípio, a organização poderia ou deve ser separada para um amadurecimento das idéias e, posteriormente, um confronto de ambas as partes para chegar-se a um consenso, aprenderem a praticar a conciliação e lutar por objetivos e interesses comuns.¹³⁹⁴

Nesse sentido, a empresária Ana Denise disse ter participado de várias atividades direcionadas às mulheres empresárias, como por exemplo: “Empretec” – com o objetivo de munir com ferramentas e mecanismos estratégicos as empresárias e empreendedoras; “Rodada de Negócios” – objetivando a divulgação, o entrosamento e a comercialização de produtos e vários outros.

Em relação à concretização de projetos e propostas de ações coletivas, Ana Denise comentou que, de início, as idéias surgem individualmente. Em seguida, procura transmitir a idéia da ação inicial às pessoas que julga ter os mesmos interesses, a fim de concretizá-la. A resistência, segue Ana Denise, ocorre porque nem todas as pessoas aceitam as mesmas propostas e nem todas pensam exatamente da mesma forma. No entanto, quando ocorre o interesse comum dos membros do grupo, as ações coletivas são concretizadas com sucesso.

Também em Pouso Alegre, a empresária **Maria Aparecida Pereira de Souza**¹³⁹⁵ afirmou ser afiliada à Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA, na qual

¹³⁹⁴ FARIA, Ana Denise Ribeiro de. Pouso Alegre. Entrevista. Op. Cit.

¹³⁹⁵ SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Pouso Alegre-MG. Entrevista. 30 nov. 2006. Empresária. Proprietária-sócia. Administradora da “Pouca Roupa Lingerie Ltda.”. Membro da Associação Comercial e Industrial de

exerce a função de suplente. Dentre vários benefícios e objetivos da associação, ressaltou o empenho dessa em apoiar o comércio, as indústrias locais e dos municípios próximos, como, ainda, ajudar nas consultas ao SERASA em regime de plantão 24 horas, além de diversificados e inúmeros cursos de aperfeiçoamento e atualização.

Maria Aparecida, semelhante à Ana Denise, confirmou a existência da organização “ACIPA MULHER”, criada como um departamento dentro da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre.

A “ACIPA MULHER” é composta por nove (9) mulheres empresárias e iniciou-se no ano de 2002. Em relação às atividades e reuniões em separado, Maria Aparecida explicou:

Não concordo com reuniões separadas. Hoje temos que ser parceiros em busca de um mundo melhor. Penso que elas (as reuniões), podem acontecer apenas por algum motivo específico como as reuniões das mulheres empresárias, já que é uma associação voltada para elas. [...] Concordo, quando os objetivos são específicos para as mulheres. Quando os objetivos são comuns a todos, a organização deve ser tanto para homem como para mulher.¹³⁹⁶

Observa-se, portanto, uma certa ambigüidade em relação às atividades exclusivas para as mulheres. Pelo depoimento, há uma concordância maior em não separar os sexos nas reuniões, abrindo-se *uma exceção* dentro da regra geral.

A “ACIPA MULHER” realiza seus encontros em sede própria e, casualmente, ocupa outros espaços como clubes. Como atividade exclusiva para as mulheres, Maria Aparecida revelou já ter participado do “Dia Internacional da Mulher” com o objetivo de fortalecer as lideranças femininas, além de debater sobre diversos temas de interesse comum às mulheres. Outro encontro citado foi o “Dia da Empresária”. Reforçando a importância da organização, Maria Aparecida complementou: “Sabemos que as empresárias isoladas de uma corrente não têm força. Juntas, tornam-se fortes. As empresárias unidas podem lutar por direitos, fazerem reivindicações com um peso maior”.¹³⁹⁷

No âmbito de sua empresa, Maria Aparecida citou que as atividades e reuniões acontecem em conjunto, haja visto ser um trabalho em equipe, devendo todos se inteirarem dos assuntos colocados em pauta.

Para a consecução de ações grupais ou projetos, Maria Aparecida citou que a idéia inicial pode acontecer de ser sua ou de algum colaborador. No entanto, para ser colocada em

Pouso Alegre – ACIPA. Empresa – “Pouca Roupa Lingerie Ltda.”. Confecção de peças íntimas, fitness e moda praia. Pequeno Porte. 47 funcionários: 43 mulheres e 4 homens. 47 anos, casada, 3 filhas, católica, classe média alta. Formação – graduação incompleto.

¹³⁹⁶ SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Entrevista. Op. cit.

¹³⁹⁷ Ibidem.

prática, essa é levada para discussões e avaliações e a decisão para a ação é tomada pelo grupo. Afirmou que sempre é complicado motivar todos os membros para que estejam voltados para uma mesma ação. No entanto, o esforço de cada um, mesmo em proporções desiguais faz a diferença e o grupo consegue praticar algumas ações coletivas.

A empresária **Selma Helena Carrozza Tótor**¹³⁹⁸ disse não participar de nenhuma associação ou organização. As reuniões com os funcionários ocorrem em espaço próprio da empresa, em conjunto, porque, na sua opinião, os objetivos são comuns a todos.

Revelou que nunca teve a oportunidade de participar de eventos, encontros, palestras, fóruns, ou quaisquer outras atividades exclusivamente direcionadas às mulheres empresárias, no entanto, gostaria de participar. Concorda com a idéia de que as mulheres empresárias devem organizar-se e citou: “A mulher tem uma visão para as coisas mais detalhada e ampla. Acredito que uma união e em uma organização de empresárias, muitos projetos e benfeitorias poderão ser realizados com sucesso”.¹³⁹⁹

Justificou que a organização das mulheres em separado às vezes torna-se necessária, “porque ainda existem os ‘machões’ que não acreditam na força e poder de trabalho da mulher”.¹⁴⁰⁰ Sobre a prática da ação coletiva ou de algum projeto grupal, Selma Helena afirmou que ainda não teve a oportunidade de promover nenhum.

Passamos às duas próximas cidades que se encontram no nível 4 como cidades médias: Paracatu e Teófilo Otoni. A seguir, abordamos Paracatu, pela lógica alfabética, além da ordem hierárquica, já justificada.

- **Paracatu**

“Para ter força política a mulher deve participar mais nas associações, organizações, nos conselhos e clubes de serviço. [...] Ser atuante em todas. [...] para garantirmos os nossos direitos e acabar com a discriminação”.

Elizabeth Mitie Fukuda
Em entrevista – 25/09/2006.

¹³⁹⁸ TÓTORA, Selma Helena Carrozza. Pouso Alegre-MG. Entrevista. 23 mar. 2005. Proprietária-sócia; Administrativo-financeiro. Empresa: Instituto de Educação e Ensino de Pouso Alegre – Objetivo. Educacional. Prestação de Serviços. Porte médio. 130 funcionários entre homens e mulheres. 42 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação – Graduação em Psicologia – em curso.

¹³⁹⁹ Ibidem.

¹⁴⁰⁰ Ibidem.

A empresária **Eliane Vasconcelos Rabelo**¹⁴⁰¹ informou-nos que devido aos filhos ainda pequenos não está participando de nenhuma associação.

Essa justificativa de Eliane Vasconcelos também encontra respaldo em grande parte da produção acadêmica que, aliás, é imensa e, por isso, sem necessidade de se aprofundar neste trabalho. Além de outros fatores causadores do afastamento das mulheres nas associações, nos sindicatos ou em quaisquer outras formas de organização, alguns, inclusive, já registrados, acrescenta-se a justificativa dos filhos pequenos e a jornada dupla de trabalho ou tripla ou até maior que as mulheres enfrentam. Mesmo que as mulheres tenham condições de manter ajudante(s) no espaço doméstico, no caso, as empregadas domésticas, muitas ainda preferem abdicar das atividades públicas, profissionais ou associativas, para dedicarem-se mais à criação dos filhos. As mulheres fazem as escolhas de acordo com suas prioridades, ou seja, algumas optam pela criação dos filhos e pelo trabalho e abandonam as associações, o que, aliás, é o mais comum e é o caso de Eliane Vasconcelos, ou optam por afastar-se das atividades por um tempo, ou seja, deixam o trabalho, as associações e dedicam-se exclusivamente aos filhos.

No âmbito de suas empresas, Eliane Vasconcelos citou que as reuniões são realizadas diariamente entre 8 e 8 horas e 30 minutos com todos os funcionários, homens e mulheres. Estas ocorrem no próprio espaço das empresas. Em reuniões de cunho social, os encontros podem realizar-se em outros ambientes fora das empresas. Afirmou que nunca participou de eventos ou reuniões somente para mulheres empresárias e, em sua opinião, essas devem acontecer em conjunto. Mesmo que as mulheres busquem uma organização, esta deve ser conjuntamente com os homens.

Na consecução de uma ação coletiva dentro das empresas, Eliane Vasconcelos disse que, mesmo tendo uma idéia inicialmente, não fica pensando sobre a mesma sozinha, ou seja, assim que essa surge, compartilha-a com uma segunda pessoa para uma reflexão e amadurecimento. Após esse período, reúne os demais funcionários para a divulgação, novos debates, análises, tomada de decisões e execução. Complementou que nem todas as ações são acatadas igualmente, podendo existir resistências conforme o caráter da mesma. Geralmente as ações que propõem mudanças são as que provocam maior resistências.

¹⁴⁰¹ RABELO, Eliane Vasconcelos. Paracatu-MG. 19 dez. 2006. Entrevista. Proprietária-sócia; gerente da “Sucass Sistemas e Informática”. 32 anos; casada; 3 filhos; católica; classe média. Empresas: “Sucass Sistemas” e “Eliane Sucass Computadores”. Revenda de informática e desenvolvimento de sistemas comerciais. Comércio e prestação de serviços. 22 funcionários dos quais 15 são da primeira empresa citada e 07 da segunda, sendo 19 homens e 03 mulheres. Porte médio. Formação: superior incompleto.

Como prática política na busca de apoio para algum projeto ou objetivo, Eliane Vasconcelos citou que faz uso do “contato direto, porque é mais rápido e considero mais fácil, por meio de vereadores”.¹⁴⁰² Observa-se pelo depoimento que a prática política adotada é a mediação entre a empresária e uma autoridade com poder de influência perante o poder estatal, e não a negociação direta da empresária com o próprio governo.

Em seguida, a empresária **Elizabeth Mitie Fukuda**¹⁴⁰³ nos revelou ser Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paracatu – ACIPA a partir de 2003, e Presidente da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Paracatu – ADESP, desde o início de 2006.

De acordo com Elizabeth Mitie, a ACIPA possui 515 empresas associadas, das quais, 341 (66,2%) são geridas por homens; 133 empresas (25,8%) são geridas por mulheres e 41 empresas (8%) são mistas, ou seja, geridas por homens e mulheres.

A ACIPA, afirmou Elizabeth Mitie, tem como objetivo fortalecer os vários segmentos empresariais como o comércio, a indústria, serviços e agronegócios e a ADESP preocupa-se em fomentar a geração de ocupação e renda no município.

Ao realizar as reuniões nessas associações, Elizabeth Mitie informou-nos que são em conjunto, “[...] pois a diversidade de opiniões enriquece as reuniões e as decisões tomadas”,¹⁴⁰⁴ fatos que igualmente ocorrem em sua empresa. Os espaços para os debates e reuniões são variados, ou seja, podem ser realizados na própria sede das associações, em sua empresa, em clubes ou outros lugares de acordo com o caráter do evento.

Segundo Elizabeth Mitie, em Paracatu não existe uma associação específica de mulheres empresárias. Houve uma tentativa na década de 1990, mais exatamente em 1996, quando foi criado o “Conselho Municipal dos Direitos da Mulher” que funcionou até o ano de 2000 e foi desativado. No momento, há um esforço para reativá-lo. Esse Conselho, lembramos, seria uma extensão dos Conselhos de iniciativa dos órgãos estatais nas esferas estadual e nacional, a exemplo dos implantados em Belo Horizonte, como já citamos, à época do início da organização das mulheres empresárias na capital do estado.

Ainda, disse Elizabeth Mitie, tentou-se implantar, em Paracatu no ano de 2000, a “Delegacia da Mulher”, mas, também, sem sucesso. Continua dizendo já ter participado de

¹⁴⁰² RABELO, Eliane Vasconcelos. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁰³ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Paracatu-MG. Entrevista. 25 set. 2006. Empresária. Proprietária-sócia; Gerente; Coordenadora-geral da Ada on Line Ltda. Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paracatu desde 2003; Presidente da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Paracatu desde início de 2006. Empresa – Ada on Line Ltda. Provedora de internet e locação de equipamentos. Prestação de serviços. Porte pequeno. 10 funcionários entre homens e mulheres. 43 anos, casada, 3 filhos. Não citou religião e nem classe social. Formação – Graduação em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

¹⁴⁰⁴ Ibidem.

atividades exclusivas para mulheres empresárias, como por exemplo, um “Encontro de Mulheres Empreendedoras” realizado pelo SEBRAE. A empresária afirmou concordar com a necessidade da organização de mulheres empresárias porque essa pode contribuir na garantia dos direitos e no combate à discriminação que, infelizmente, ainda existe. Ressaltou, contudo, que apesar da organização ser específica para as mulheres empresárias, essa deve ou deveria ser apoiada pelos homens.

Lembramos aqui de uma observação: em Belo Horizonte, as mulheres empresárias responsáveis pelos Conselhos nas diversas esferas, ou seja, municipal, estadual e nacional, respectivamente, Maria Elvira Salles Ferreira, Lílian Tavares Mascarenhas Rocha e Maria Auxiliadora Chaer Lopes afirmaram que nos eventos ou quaisquer atividades realizadas pelos Conselhos, essas são abertas à participação de outras pessoas. Não são associações fechadas em si mesmas.

A empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso, também de Belo Horizonte, fez a mesma declaração. Nos eventos que foram e são realizados pelas mulheres empresárias de Belo Horizonte constatamos e constata-se, já dito, a presença de empresários, políticos proeminentes e de influência política, exatamente para exercerem e atuarem como canais de mediação política entre as organizações e o governo estatal. Isto também já foi comprovado como uma das formas de prática política adotada pelas mulheres empresárias em busca de seus interesses comuns, bem como do próprio empresariado estadual e nacional desde o início de sua formação nos anos de 1930 a 1945.

Portanto, o apoio de homens, e se ainda não são de todos, pelo menos de alguns nas associações ou organizações específicas de mulheres empresárias é uma prática adotada. O comentário de Elizabeth Mitie assemelha-se, portanto, com as opiniões expostas.

Para uma ação coletiva, Elizabeth Mitie afirmou que, inicialmente, ela tem uma idéia sobre a ação. Em seguida, pensa muito sobre a mesma, estrutura-a, vai amadurecendo-a, até conseguir visualizá-la como um projeto possível de execução. Nesse momento, compartilha a ação individual com o grupo, pede opiniões, discute, melhora a idéia e, assim, essa se torna uma ação coletiva e um projeto que passa a ser executado por todos. E reforçou: “Muitas pessoas, membros do grupo, recebem bem a proposta para uma ação coletiva, mas muitas outras são resistentes por serem acomodadas, por preferirem manter tudo como está”.¹⁴⁰⁵

Observa-se que o comentário de Elizabeth Mitie assemelha-se ao da empresária Martha Pannunzio de Uberlândia, ao dizer que muitas pessoas são acomodadas, resistentes,

¹⁴⁰⁵ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

preferindo sempre deixar as coisas como estão. A mesma opinião foi citada também pela empresária Zuleika Rocha de Belo Horizonte.

Também em Paracatu, a empresária **Olga Maria Cardoso**¹⁴⁰⁶ é afiliada à Associação Comercial e Industrial de Paracatu – ACIPA, afirmando que a associação possui grande importância como suporte ao comércio, à indústria, à prestação de serviços, sempre promovendo eventos que possibilitam a atualização nos diversos segmentos, esclarecimentos e informações.

Revelou-nos que neste espaço são realizadas as reuniões em conjunto com ambos os sexos. O mesmo ocorre em sua empresa, “[...] porque todos os problemas ou resoluções cabem a todos os funcionários, independentes do sexo”.¹⁴⁰⁷ Disse não concordar com reuniões separadas e não ter conhecimento de alguma organização de mulheres empresárias, bem como nunca participou de nenhuma atividade exclusiva para as mesmas. Afirmou não haver necessidade de organização das mulheres empresárias porque “[...] penso que todos devem organizar-se em conjunto para alcançar seus objetivos”.¹⁴⁰⁸

Em relação à alguma participação em ações coletivas ou projetos, confessou que dispõe de muito pouco tempo para envolver-se e, portanto, não participa de nenhuma ação coletiva ou individual.

- **Teófilo Otoni**

Como cidadãos não podemos nos omitir diante das questões políticas e sociais que envolvem decisões importantes para a sociedade. Por meio da associação podemos ajudar e colaborar mais. Gosto de participar e dar a minha opinião.

Rosilda Gonçalves Santos
(Em entrevista – 20/10/2006)

Na cidade de Teófilo Otoni, a empresária **Beatriz Ferreira da Costa**¹⁴⁰⁹ é associada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e do Instituto de Ação Social – ICETAS, compondo o Conselho Superior.

¹⁴⁰⁶ CARDOSO, Olga Maria. Paracatu-MG. Entrevista. 16 out. 2006. Empresária. Proprietária da “Olga Maria Cardoso”. Gerente da Alsagana F. Cardoso Ltda. Membro da Associação Comercial e Industrial de Paracatu – ACIPA. Empresa – “Olga Maria Cardoso” – Bar e Restaurante – Prestação de Serviços. Pequeno porte – 07 funcionários entre homens e mulheres. 59 anos, união estável, 04 filhos, evangélica luterana, classe média. Formação – Ensino médio.

¹⁴⁰⁷ Ibidem.

¹⁴⁰⁸ Ibidem.

¹⁴⁰⁹ COSTA, Beatriz Ferreira da. Teófilo Otoni-MG. Entrevista. 15 set. 2006. Empresária. Proprietária-sócia. Diretora Administrativa da “Caminhoneiro Auto Peças Ltda.” Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Teófilo Otoni; Membro do Instituto de Ação Social de Teófilo Otoni – ICETAS, fazendo parte do Conselho

No âmbito da CDL, confirmou Beatriz Ferreira, as reuniões são realizadas em conjunto, em sua própria sede. Em sua empresa, além das reuniões realizarem-se em conjunto por se tratar de interesses comuns para todos os funcionários, essas podem variar segundo as necessidades. Por exemplo, quando é necessário uma reunião específica com o setor técnico, essas são realizadas apenas com homens. Não pelo fato proposital da separação de sexo, mas, sim, pelo fato de nesse setor não haver nenhuma funcionária do sexo feminino.

Relatou que nunca teve participação em algum evento específico para mulheres empresárias e não vê nenhuma necessidade de uma organização nesses moldes.

Conforme Beatriz Ferreira, em sua empresa, as ações coletivas são idealizadas em conjunto pelos gerentes e alguns funcionários. Após a decisão desse grupo menor, as ações são passadas aos demais funcionários em reuniões. Algumas resistências são percebidas, principalmente quando se trata de mudanças. Essa percepção encontra respaldo em Olson,¹⁴¹⁰ já registrada e assemelha-se com a percepção de outras empresárias.

Também em Teófilo Otoni, a empresária **Juliana Salazar**¹⁴¹¹ é afiliada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. Juliana Salazar ressaltou sua participação na entidade através dos recursos estratégicos que essa oferece aos associados por meio de cursos, treinamentos, palestras, seminários e vários outros. Acrescentou que a entidade é grande colaboradora, trazendo novos conhecimentos, informações, oportunidades de novos relacionamentos e parcerias aos associados.

Em relação às reuniões, essas são realizadas em conjunto, considerando que todos são profissionalmente iguais. Da mesma forma, as reuniões ocorrem na esfera de sua empresa porque “[...] as informações, as trocas de experiências e conhecimentos são necessários a todos que dela participam”.¹⁴¹²

Juliana Salazar afirmou participar de reuniões em separado com mulheres empresárias, mas não especificamente para tratar de negócios, mas para discutir sobre um projeto social em relação à uma creche ou com uma associação de bairro, por exemplo. No entanto, disse não haver necessidade de que essas sejam separadas no ambiente organizacional.

Superior. Empresa – Caminhoneiro Auto Peças Ltda. Posto Bosch; Bombas injetoras para caminhões; Veículos à diesel; Auto peças. Prestação de Serviços. Pequeno porte. 40 funcionários entre homens e mulheres. 44 anos, solteira, católica, classe média. Formação – Graduação.

¹⁴¹⁰ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹⁴¹¹ SALAZAR, Juliana. Teófilo Otoni-MG. Entrevista. 15 set. 2006. Empresária. Proprietária; Gerente-Administrativa da “Lumière”. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Teófilo Otoni. Empresa – Lumière – Iluminação – Comércio. Pequeno porte. 3 funcionários homens. 43 anos, casada, 2 filhos, católica, classe média. Formação – ensino médio.

¹⁴¹² Ibidem.

Sobre a organização das mulheres empresárias ressaltou que essa é fundamental “[...] para sobreviverem”.¹⁴¹³ Mas, ao mesmo tempo, disse que não deve ser separada dos homens porque “[...] uma empresa é composta de pessoas, colaboradores, sem distinção se são homens ou mulheres”.¹⁴¹⁴ Ou seja, esbarramos novamente com o que já dissemos ser uma ambigüidade em relação à organização da mulher empresária.

Sobre as ações coletivas no âmbito de sua empresa, Juliana Salazar afirmou que essas são pensadas e realizadas sempre em conjunto. Disse que não são todos os membros que acatam bem as propostas de uma ação coletiva, havendo resistências por parte de alguns por motivos variados, dentre tantos, gastos financeiros, disponibilidade, falta de tempo, acomodação, boa vontade etc. Ressaltamos que essas mesmas dificuldades são reforçadas pela teoria olsoniana,¹⁴¹⁵ cuja passagem citamos anteriormente. Também, nesta mesma percepção registramos um depoimento da empresária Maria Auxiliadora Chaer Lopes de Belo Horizonte.

Verifica-se que em muitas situações as opiniões, os problemas, as questões e resistências enfrentadas pelas mulheres empresárias assemelham-se, apesar das cidades e dos lugares diferentes.

A empresária **Rosilda Gonçalves Santos**¹⁴¹⁶ é afiliada à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Teófilo Otoni, ocupando o cargo de Diretora de Produtos, Serviços e Marketing. A entidade, segundo Rosilda Gonçalves, tem o objetivo de “lutar pelo crescimento e sucesso de seus associados, abrindo caminhos para a conquista de objetivos comuns ao setor e contribuir para o desenvolvimento da cidade em todas as áreas”.¹⁴¹⁷

Na associação adotam a prática de reuniões mensais com toda a diretoria, conjuntamente, entre homens e mulheres. Declarou que no ambiente de suas empresas as reuniões são realizadas também em conjunto, por serem os assuntos comuns a todos e acrescentou: “Todos participantes das reuniões têm o direito de manifestação. Não fazemos

¹⁴¹³ SALAZAR, Juliana. Entrevista. Op. cit.

¹⁴¹⁴ Ibidem.

¹⁴¹⁵ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹⁴¹⁶ SANTOS, Rosilda Gonçalves. Teófilo Otoni-MG. 20 out. 2006. Entrevista. Proprietária-sócia e administradora da “Rose Publicidade” e “Einstein Pré-Vestibular e Concursos”. Diretora da Câmara de Dirigentes Lojistas de Teófilo Otoni; Membro da Associação dos Exibidores de Outdoor e Mídia Exterior de Minas Gerais – ASDOOR – Diretora Regional Vale do Rio Doce e Mucuri. 42 anos; casada; 01 filha; católica; classe média. Empresas: “Rose Publicidade” e “Einstein Pré-Vestibular e Concursos”. Prestação de serviços. 22 funcionários entre homens e mulheres. Porte pequeno. Formação: Graduação em Comunicação Visual e Artes Plásticas.

¹⁴¹⁷ Ibidem.

distinção entre sexo, quando o tema se refere a metas de trabalho, pois esse é de interesse de todos, bem como o crescimento e sucesso da empresa”¹⁴¹⁸.

As reuniões são realizadas nos próprios espaços das empresas, no entanto, uma vez por mês, tem o costume de realizá-las durante um almoço ou “happy hour” para uma maior descontração entre os funcionários.

Ao mobilizar as pessoas para uma ação coletiva dentro das empresas, Rosilda Gonçalves disse-nos não encontrar resistências, creditando a adesão dos membros pelo tempo de existência das empresas no mercado e pela imagem caracterizada pela solidez, seriedade e responsabilidade.

Observa-se a semelhança das características necessárias para conseguir a adesão baseada na credibilidade com a opinião de outras empresárias, como Ângela Gutierrez, Luziana Brandão Nunes Lanna, Maria Auxiliadora Chaer Lopes dentre outras.

As iniciativas para uma ação coletiva são frutos do diálogo com seu sócio, seu marido. Após um período de discussões, o projeto é repassado ao grupo para que esse seja novamente discutido, agora, entre o grupo e, em seguida, colocado em ação.

Como prática política em busca de apoio às iniciativas, Rosilda Gonçalves revelou que recorre à Prefeitura de sua cidade, aos vereadores e deputados. Afirmou que mantém contato permanente com o Presidente da ASDOOR – “Associação dos Exibidores de Outdoor e Mídia Exterior de Minas Gerais” para discussões de demandas e interesses relativos à atividade empresarial específica.

A prática política, semelhante à maioria das mulheres empresárias, é a mediação por meio de pessoas ou autoridades influentes e, observa-se, a negociação direta com o governo municipal.

Após a exposição dos depoimentos das empresárias sobre a organização destas nas respectivas cidades representativas, verificou-se que a maioria é afiliada em uma associação. Mesmo que ainda não tenham a *organização específica das mulheres empresárias*, excetuando a cidade de Divinópolis onde se organizou o “Conselho da Mulher Empreendedora” e em Pouso Alegre com a “ACIPA MULHER”, a participação das mulheres empresárias nas associações apresentou-se extremamente expressiva. Do total das mulheres empresárias das cidades representativas, apenas uma de Juiz de Fora, duas de Uberlândia, uma de Governador Valadares, uma de Pouso Alegre e uma de Paracatu afirmaram não ser afiliadas em nenhuma entidade ou associação.

¹⁴¹⁸ SANTOS, Rosilda Gonçalves. Entrevista. Op. cit.

Nas cidades representativas, em um universo de vinte e sete (27) mulheres empresárias, apenas seis (06) ou 22,2% aproximadamente, não são membros de uma associação e vinte e uma (21) ou 77,8% são afiliadas. Dentre essas, quatro (04) ou 19,05% aproximadamente, ocupam cargos de comandos, isto é, o de presidente de alguma associação.

Quadro 2 - Número de Mulheres Empresárias Associadas nas Cidades Representativas

Cidade	Número de Mulheres Associadas	Presidente	Número de Mulheres não associadas
Juiz de Fora	2	1	1
Uberlândia	1	-	2
Divinópolis	3 (Possui uma associação específica de mulheres empresárias)	1	-
Governador Valadares	2	-	1
Montes Claros	3	-	-
Patos de Minas	3	-	-
Pouso Alegre	2 (Possui uma associação específica de mulheres empresárias)	-	1
Paracatu	2	1	1
Teófilo Otoni	3	1 (Eleita após a entrevista)	-

Fonte da autora

Observa-se que, semelhante à Belo Horizonte, apesar da maioria das mulheres empresárias ser afiliada, o número que ocupa o cargo de presidente ainda é pequeno.

A nosso ver, o resultado constatado é extremamente positivo, tendo em vista o início da organização especificamente de mulheres empresárias ser, ainda, muito recente. Após conhecermos como as empresárias das cidades representativas do estado de Minas Gerais estão organizadas ou organizando-se, buscamos conhecer também os motivos que as levaram para o espaço público à frente de uma empresa.

CAPÍTULO 8

MOTIVAÇÕES PARA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

“Olha, no espaço público, tem uma grande vantagem: vence a competência. A grande maioria, no espaço público é concurso. No meu caso não foi, eu me impus pelo trabalho. [...] Então é algo irreversível, nós já temos o maior número de mulheres nas universidades, já estamos com o maior número de mulheres passando nos concursos da Magistratura, do Ministério Público, do Executivo, do Legislativo. Nós estamos chegando e, por isso, o espaço público está sendo onde as mulheres estão chegando mais, por meio de profissões variadas e, dentre tantas, a empresarial é muito significativa”.

Ângela Maria Prata Pace de Assis
(Em entrevista – 01/12/2003)

As motivações, de acordo com Schumpeter,¹⁴¹⁹ enfrentam objeções entre a economia e a psicologia por uma série de autores, cuja relação é longa e muito complicada. A motivação, portanto, não é uma abordagem simples. A conduta pode ser racional, mesmo não havendo motivo racional. Afirma Schumpeter:

[...] enquanto nos confinarmos às grandes linhas da ação econômica constantemente repetida, podemos vinculá-la com as necessidades e o desejo de satisfazê-las, sob a condição de que sejamos cuidadosos para reconhecer que o motivo econômico assim definido varia muito em intensidade no tempo; é a sociedade que molda os desejos particulares que observamos; que as necessidades devem ser tomadas com referência ao grupo no qual o indivíduo pensa quando decide o curso de sua ação – a família ou qualquer outro grupo menor ou maior do que a família; que a ação não acompanha prontamente o desejo, mas apenas corresponde a este modo mais ou menos imperfeito; que o campo para a escolha individual está sempre delimitado, embora de maneiras muito diferentes e em graus muito diferentes, pelos hábitos ou convenções sociais e coisas semelhantes: ainda é amplamente verdadeiro que dentro do fluxo circular todos se adaptam ao seu meio ambiente de modo que possam. Em todos os casos, o *significado* da ação econômica é a satisfação de necessidade no sentido de que não haveria nenhuma ação econômica se não houvesse nenhuma necessidade.¹⁴²⁰

Verifica-se que as motivações schumpeterianas são provocadas por vários fatores vindos da sociedade, dos grupos, da família, dos desejos, dos limites no campo de atuação

¹⁴¹⁹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

¹⁴²⁰ *Ibidem*, p. 64.

individual, pelos hábitos, convenções sociais, destacando, no entanto, que no campo econômico a ação é motivada pela necessidade.

Castro observa a distinção entre motivo e motivação. Para o autor o motivo “[...] é o impulso que estimula o indivíduo para uma atividade que transcende a satisfação imediata. O motivo fornece energia, seleciona e dirige as atividades do indivíduo”.¹⁴²¹

Para todos os indivíduos o motivo é básico. É o que os incita a agir de formas diversas, de acordo com as preferências e as prioridades de cada um.

A motivação é mais específica que o motivo porque

[...] evoca, de imediato, necessidade, impulso, desejo, impelindo o indivíduo a um comportamento. Motivação, [...] é termo imerso no relativo, pois sempre exige um objeto determinado. [...] envolve um conjunto de fatores psicológicos e cinéticos direcionados para o empenho na consecução de um objetivo.¹⁴²²

Os motivos, então, que são comuns a todos, tornam-se diferentes pelas motivações que são primárias e secundárias. As primárias são determinadas pela necessidade de sobrevivência do indivíduo e as secundárias extrapolam a esfera da sobrevivência.¹⁴²³

Ainda, a motivação, segundo Castro, ocorre no âmbito individual ou grupal:

No plano individual, a razão e a emoção (fatores psicológicos) conjugam-se e provocam conduta, comportamento, ação do indivíduo (fatores cinéticos). No plano grupal, implica uma intensidade de forças que atuam, simultaneamente, em todos os membros do grupo, provocando uma ação conjugada [...] os indivíduos buscam o equilíbrio entre as próprias atitudes e a dos outros com os quais se relacionam, tendo em vista um objetivo comum.¹⁴²⁴

Semelhante a Schumpeter, Castro aponta, também, fatores psicológicos e racionais presentes nas motivações.

De acordo com Maslow,¹⁴²⁵ o homem, antes de satisfazer uma necessidade já pensa em outra. Junto à motivação estão presentes os fatores determinantes da satisfação e insatisfação que são intrínsecos ou extrínsecos ao indivíduo. Sobre a satisfação afirma Castro:

Satisfação é a resultante da equação “necessidade ↔ bem”. A conquista do bem adequado para eliminar uma necessidade promove a satisfação. No plano individual,

¹⁴²¹ CASTRO, Celso A. P. de. *Sociologia aplicada à Administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 91.

¹⁴²² *Ibidem*, p. 91.

¹⁴²³ *Ibidem*.

¹⁴²⁴ *Ibidem*, p. 91.

¹⁴²⁵ Cf. MASLOW, Abraham Harold. *Maslow no gerenciamento*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001;

Idem. *Introdução à psicologia do ser*. 2. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, s.d.;

Idem. *Motivational personality*. New York: Harper & Brothers, 1954.

defende os interesses, aspirações e objetivos do sujeito. No plano grupal, depende de ser atingido o objetivo estabelecido para a ação conjunta.¹⁴²⁶

A auto-realização conseguida ou vislumbrada por meio do trabalho provoca o surgimento de fatores intrínsecos de satisfação, enquanto que os fatores extrínsecos referem-se ao local e ambiente de trabalho, às relações do e no trabalho, portanto, da própria organização.

Desse modo, com os inúmeros e diversos estímulos que podem influenciar a conduta e o motivo da atividade empresarial, tentamos conhecer os fatores motivacionais das mulheres empresárias de nosso estudo, de acordo com a sua realidade, o seu contexto e seus valores, ou seja, buscamos conhecer efetivamente os motivos concretos ou reais de cada uma e, não, de outros, abstratos.

Contextualizando esse momento, a participação das mulheres no mercado de trabalho teve um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com Bruschini,¹⁴²⁷ esse contexto era marcado pela redemocratização e um crescente fortalecimento da sociedade civil. Também nesse momento, as mulheres

[...] se firmam como agentes sociais, econômicos e políticos da maior importância. No que se refere à sua participação no mercado de trabalho, a ampliação do contingente feminino foi uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas.¹⁴²⁸

As mudanças ocorreram por conta de vários fatores, como por exemplo, novos padrões demográficos, aumento impactante da escolaridade, nova cultura de valorização da mulher com uma atividade profissional, necessidades econômicas e outros. Estas mudanças, segundo Bruschini, impulsionaram ainda mais as mulheres para o mercado de trabalho, até mesmo mulheres que poderiam ter opções para outras funções. E, ressaltamos o que Bruschini escreve:

[...] as transformações existem [...] e podem ser constatadas nas elevadas taxas de participação das instruídas, no acesso das mais preparadas a cargos de comando, a profissões de prestígio, como a arquitetura, a medicina, a advocacia, a bons empregos nas instituições financeiras e bancárias e a *serem proprietárias de negócios no comércio e nos serviços*.¹⁴²⁹

¹⁴²⁶ CASTRO, Celso A. P. de. *Sociologia aplicada à administração*. Op. cit., p. 93.

¹⁴²⁷ BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit.

¹⁴²⁸ Ibidem, p. 55.

¹⁴²⁹ Ibidem, p. 86.

Portanto, é nesse clima também que as proprietárias de negócios comerciais e industriais, ou seja, as empresárias e empreendedoras aumentam expressivamente sua presença e visibilidade no mercado de trabalho, surgindo grande número de lojas e empresas.

De acordo com Borges e Guimarães: “Esse estímulo à expansão dos pequenos negócios veio também da estabilização monetária e do aumento do desemprego, que levou muitos trabalhadores qualificados a optarem por um negócio próprio”.¹⁴³⁰

Dessa forma, devido a esse aumento significativo dessa categoria de mulheres no mercado de trabalho, constituindo-se em empresárias, buscamos conhecer quais foram as reais motivações que as levaram a atuar no espaço público como *empresárias*.

As motivações para o início das atividades empresariais das mulheres de nossa amostra são variadas e divergentes. A literatura especializada, sabemos, registrou que na década de 1980 a maioria das mulheres da classe média e alta passaram a avançar para o espaço público em busca de trabalho devido, principalmente, à queda do poder aquisitivo. Ainda, segundo Besse, poucas mulheres dessas classes médias e altas realizaram-se profissionalmente:

[...] a expansão do emprego e das oportunidades profissionais para as mulheres de classes média e alta acarretaram, de fato, mudanças notáveis na consciência e no comportamento de pelo menos um grupo (ainda que pequeno) de mulheres, de grande projeção e visibilidade. [...] Somente um pequeno número delas conseguiu verdadeira satisfação e independência [...].¹⁴³¹

Além da motivação econômica ou, ainda, do desejo do bem estar da família, outros fatores motivaram ou motivam as mulheres em suas carreiras que lhes ofereciam ou oferecem “[...] mais do que dinheiro: independência, prazer, consecução dos próprios objetivos e um sentimento de valor pessoal e auto-realização”.¹⁴³²

Podemos inferir que as mulheres empresárias da amostra de nosso estudo com pouquíssimas exceções, não foram motivadas pela necessidade econômica familiar e, sim, por estes fatores citados e outros motivos. Enquadram-se, também, na pequena parcela de mulheres de classe média e alta, referida por Besse, por buscarem e conseguirem sua realização e independência.

¹⁴³⁰ BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90... In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero*. Mudanças, permanências e desafios. Op. cit., p. 129.

¹⁴³¹ BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade*. Op. cit., p. 172-3-180.

¹⁴³² *Ibidem*, p. 173.

Para um conhecimento dessas motivações, dividimos as empresárias de acordo com a *semelhança de suas motivações* e, não, pela separação das cidades. Adotamos o critério da ordem alfabética ao nos referirmos às empresárias. Ainda, abordamos os fatores motivacionais por ordem decrescente, isto é, aqueles que agruparam o maior número de mulheres vêm em primeiro lugar. A tarefa de selecionar e separar os motivos que levaram as empresárias ao espaço público e, em seguida, especificar cada uma delas dentro dessas referências foi muito complexa e difícil, pelo fato de que ao apontar um motivo, esse vinha acompanhado de vários outros fatores. Por isso, tivemos que, por meio de uma seqüência lógica das respostas, privilegiar *um motivo* primeiramente dentre outros, para que pudéssemos chegar a um resultado sistematizado.

Ressaltamos, que por uma questão de limitação e tamanho deste trabalho, tivemos que recortar muitas passagens e conteúdo de alguns depoimentos das mulheres empresárias entrevistadas. A nosso ver, cada uma entrevista seria material suficiente para uma tese de doutorado, tamanha é a quantidade de informações que um só depoimento possibilitou-nos. No entanto, não sendo possível o uso de cada um em sua totalidade, recortamos as partes que, para o foco do trabalho, foram mais significativas.

Esclarecemos que durante o desenvolvimento do texto do trabalho os depoimentos das mulheres empresárias foram usados e aproveitados de acordo com o tamanho ou o seu envolvimento nas respostas.

Por exemplo, muitas empresárias, na mesma pergunta, responderam, explicaram, comentaram, argumentaram, tornando-a, até, uma história de vida. Outras empresárias, no entanto, na mesma pergunta, não responderam ou respondiam pouco sem argumentar sobre o conteúdo da pergunta. Às vezes, mudavam de assunto, ficando a pergunta sem resposta.

Registramos esse dado porque todas, sem exceção, tiveram a liberdade de responderem a todos os questionamentos da forma e do tamanho que desejaram. Por isso, o uso dos depoimentos variou, *de acordo com o conteúdo e extensão das respostas de cada uma*. Se algumas empresárias foram mais citadas ou determinados assuntos foram mais extensos que outros, deve-se ao fato de que essas quiseram e responderam com mais argumentações e, outras, optaram ou por não responder ou por responder rapidamente sem explicações.

Não obstante, reforçamos, o espaço e o direito às respostas foram oferecidos igualmente para todas as empresárias. Dessa forma, se o nome ou o conteúdo das argumentações de algumas empresárias foram citados ou usados mais, as justificativas

devem-se a esses fatos e, não, por questões de preferência ou preterimento. Buscamos ser o mais imparcial possível dentro de nossa subjetividade.

Começamos, então, pela motivação da *sucessão familiar* ou *empresa familiar*, que agregou o maior número de mulheres empresárias.

A empresária **Ângela Maria Prata Pace de Assis**¹⁴³³ justifica o fator *sucessão familiar* como motivação inicial por ser proprietária de empresas. Em suas palavras:

Nós temos duas empresas familiares: a ORPA – “Organizações Pace” e o PHD – “Pace Hospital”. [...] A minha mãe é a sócia majoritária e eu tenho dois irmãos. Nós somos os quatro sócios. [...] Sou responsável nas empresas pela parte jurídica. Acompanho toda a parte de contratos, a parte trabalhista e a questão da gestão. Cuido da parte da Gestão Operacional das empresas. E isso eu nunca abandonei. Desde 1972 que eu sou Diretora. E eu nunca pude abandonar porque aqui “eu estou” e lá “eu sou” – Então, eu sempre estive fazendo essa parte do acompanhamento jurídico das questões assim como a gestão empresarial.¹⁴³⁴

Quando Ângela Pace citou as expressões: “aqui estou” e “lá eu sou”, referia-se às inúmeras e diversas atividades que desenvolve concomitantemente. No momento da entrevista, por exemplo, o “aqui estou” significava a sua função de Pró-Reitora Acadêmica da Newton Paiva, local dessa entrevista. E o “lá eu sou”, referia-se às atividades dentro das suas empresas. Nessas, devido aos ramos diferenciados, Ângela Pace confessou que aplica seus conhecimentos adquiridos em algumas áreas, como “teve” que aprender outros em um ritmo mais rápido por causa da sucessão familiar nas empresas.

O conceito de *empresa familiar*¹⁴³⁵ que adotamos agrega a sucessão na empresa definido por Lodi como: “[...] aquela em que a consideração da sucessão da diretoria está ligada ao fator hereditário e onde os valores institucionais da firma identificam-se com um sobrenome de família ou com a figura de um fundador”.¹⁴³⁶

A partir da segunda geração dos proprietários ou acionistas dirigentes da empresa pode-se caracterizar uma empresa familiar.

No mesmo viés de Lodi, outro autor, Gaj, também define as empresas familiares como “[...] aquelas com capital aberto ou fechado, que foram iniciadas por um membro da família que as passou ou tem intenção de passar a um herdeiro direto ou parente por casamento”.¹⁴³⁷

¹⁴³³ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁴³⁴ Ibidem.

¹⁴³⁵ Abordamos o conceito de empresa familiar como cargos de comando ocupados pela sucessão apenas para entendermos o significado destas que são ocupadas e foram citadas por algumas mulheres empresárias de nosso estudo. Portanto, não foi nosso propósito aprofundar tal tema e, ressaltamos, que existe grande produção e pesquisa no Brasil e no mundo sobre as empresas familiares.

¹⁴³⁶ LODI, João Bosco. *A empresa familiar*. São Paulo: Pioneira, 1993. p. 6.

¹⁴³⁷ GAJ, Luís. *Tornando a administração estratégica possível*. São Paulo: MacGraw-Hill. 1990. p. 182.

Um outro conceito que atende-nos na definição de empresa familiar é o de Leone que conjuga três vertentes em sua caracterização. Segundo o autor, a empresa familiar pode ser observada por meio dos seguintes fatores: “[...] iniciada por um membro da família, membros da família participando da propriedade e/ou direção, valores institucionais identificando-se com um sobrenome de família ou com a figura do fundador e sucessão ligada ao fator hereditário”.¹⁴³⁸

O porte da empresa não altera a condição de empresa familiar, podendo ser grande, médio ou pequeno. E sucessão, segundo Leone “[...] é o rito de transferência do poder e do capital entre a atual geração dirigente e a que virá a dirigir”.¹⁴³⁹

Segundo Leone, as empresas familiares, atualmente, são “[...] responsáveis por 60% da oferta de empregos no Brasil e por 48% da produção nacional”.¹⁴⁴⁰

Citando Gueiros,¹⁴⁴¹ Leone escreve que a economia brasileira sustenta-se nas empresas de propriedade familiar e, principalmente nas empresas de pequeno porte e médio. “Foi detectado que a pequena e média empresa familiar, no Brasil, produz dois milhões de empregos diretos e é o segmento que mais cresce no país”.¹⁴⁴² Em decorrência disso, a importância dessas empresas para a economia nacional é significativa.

Sobre sua capacitação e outras atividades desenvolvidas em relação ao trabalho, Ângela Pace explicou-nos:

Eu sempre fui muito estudiosa e, por isso, tenho uma formação múltipla. Eu passei no terceiro lugar geral da UFMG. Ganhei dois prêmios: um em “Processo Civil” e outro em “Processo Penal”. Fui para a Universidade de Harvard com Bolsa de Estudo, e concorri com todos os estudantes de universidades de Direito do Brasil. Eram quatro vagas e eu fui a única mulher e fui, inclusive, “aluna destaque” da UFMG. E tudo que eu consegui na minha vida foi com muito trabalho, com muita seriedade, com muita preocupação ética. Então, devido a isso e a ter tido uma formação muito plural, eu sempre trabalhei na advocacia desde que me formei. Sempre fui uma advogada que, inclusive, nos primeiros momentos, trabalhei muito na área de contrato dentro da própria empresa; depois na área de trabalho. E na área de “Trânsito” também, sempre militei muito nessa área. Por ter estudado na Universidade de Harvard, fui convidada para ser “Observadora do NAFTA”. E sou a única advogada que defendeu o Brasil desde o primeiro processo para a “Iniciativa das Américas” em 93 até 2002. No primeiro momento, de “aspectos legais do acordo” e, depois, “soluções e controvérsias”.¹⁴⁴³

¹⁴³⁸ LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa familiar brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Leone@openlink.com.br/p.230.

¹⁴³⁹ Ibidem, p. 231.

¹⁴⁴⁰ Ibidem, p. 230.

¹⁴⁴¹ Cf. GUEIROS, Mônica M. Barbosa. Sucessão Familiar: o caso de uma empresa transportadora na região metropolitana do Recife: uma visão dos dirigentes apud LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa família brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Op. cit., p. 230.

¹⁴⁴² LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa família brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Op. cit., p. 230.

¹⁴⁴³ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

Opinando sobre a situação da mulher e, explicando-nos sobre outras atividades, prosseguiu Ângela Pace:

E eu sempre tive para mim que a mulher, para participar, tem que estar inserida dentro do contexto político. As decisões passam pela política. Então, enquanto advogada, também assessoriei dentro do “Processo da Constituição do Estado.” Inclusive, ajudei a redigir o “Capítulo da Educação”. E trabalhei muito na área que defende a Educação, a mulher, os Direitos Humanos e a parte também dos defensores públicos e defensor da Ativa. Eu sempre tive essa vertente muito forte na defesa da família e da mulher no contexto político. Também fui Assessora Jurídica aqui da Newton Paiva durante o período em que a gente trabalhou muito as questões ligadas à LDB, e que hoje é uma referência. Atuamos muito no que diz respeito à Educação Continuada e à uma Estrutura Curricular mais flexível. Hoje sou Pró-Reitora Acadêmica da Newton Paiva e tenho as funções nas empresas.¹⁴⁴⁴

Além desses trabalhos expostos, Ângela Pace comentou que participa de outros ramos bem diversificados dentro das empresas familiares. Para alguns, como, por exemplo, loteamentos, imóveis e mesmo funções específicas à área hospitalar, sua atuação concentra-se na parte da gestão. No entanto, para uma outra atividade que era totalmente alheia à sua formação, qual seja, produção e exportação de café, teve que se preparar rapidamente. Segundo Ângela Pace:

No setor do agronegócio, foi uma atividade que eu fiquei à frente assim que o meu pai morreu. Ele era um médico que fazia da medicina um apostolado, mas ganhava dinheiro enquanto empresário e o forte era exportação de café. Ele gerenciava tudo muito sozinho e morreu muito jovem, em 1990. Eu costumo brincar que eu levei 23 anos para ser advogada e passei a ser cafeicultora em uma semana. Eu fiquei à frente da produção de café, de 1990 a 1994. Então, aprendi realmente a duras penas o que é ser agricultora. Eu conheço, mas não estou mais à frente como fiquei naqueles quatro anos, porque aí eu ia realmente toda a semana para a fazenda, e até para a gente dar uma nova dimensão no negócio, porque uma coisa era o que estava à frente há 30 anos, fazendo a gestão da maneira como ele achava que era importante. Ele (meu pai) era muito bom executivo, mas ao mesmo tempo, profundamente paternalista. Ele podia fazer isso, porque era uma pessoa que tinha como fazê-lo – era médico e se dedicava quase quatro dias por semana à atividade agrícola, mas a gente não podia fazer isso. Então, tivemos de redimensionar. Graças a Deus ficamos no mercado. Foi numa época duríssima, porque foi quando a Zélia entrou e desestabilizou o mercado cafeeiro. Nós tínhamos todo um acompanhamento de estrutura governamental e, de uma hora para outra, perdemos toda a ajuda de orientação e tivemos que encarar o negócio. Mas, apesar de tudo, foi muito bom.¹⁴⁴⁵

Apesar dos grandes desafios, afirmou Ângela Pace, mantiveram-se no mercado, e isso, enfatizou, deveu-se e deve-se, como em qualquer ramo ou atividade na vida, à necessária

¹⁴⁴⁴ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁴⁵ Ibidem.

competência. Ainda em relação ao trabalho, cuja atividade sempre foi um processo prazeroso, comentou:

Sempre tive uma capacidade muito grande de trabalho. Para mim, trabalho é como o ar que respiro. Normalmente eu trabalho 12, 14 horas por dia com satisfação. Então, para mim isso não pesa, é uma coisa que faço e nunca abandonei nenhuma das áreas, mesmo estando como “Secretária de Estado”, atuando nas outras áreas também, porque eu achava e acho que é fundamental.¹⁴⁴⁶

Além da sucessão familiar, Ângela Pace disse que foi para o espaço público também por outros fatores:

Eu acho que é a vontade de independência e a vontade política também, porque nós só vamos crescer a partir da hora em que estivermos influenciando nas decisões políticas. A partir da hora em que ela chega no espaço público, começa a aumentar sua força política. E uma coisa para a qual a mulher deve estar atenta, é não se masculinizar. A mulher tem que continuar sendo feminina, com o que nós temos de mais bonito que é nossa feminilidade.¹⁴⁴⁷

A motivação, além, é a vontade da autonomia, da liberdade e a vontade da participação política, das políticas decisórias em relação à sociedade.

Percebe-se, ainda, a consciência política e pública como fatores motivadores para Ângela Pace. Fatores esses, que são, realmente, as características necessárias para todos os sujeitos em um espaço público ou para um mundo comum. Características que deveriam fazer parte da nossa realidade para que houvesse mais espaços públicos e políticos e maior articulação entre a sociedade civil e o poder estatal.

Dessa forma, as pessoas participariam, influenciariam e conseguiriam seus interesses por uma decisão consciente e desejada, ou seja, devido à consciência pública de possuírem um poder de decisão e de influência frente ao governo. E porque, também, não aceitariam qualquer medida arbitrária por parte de qualquer governo ou governante que distorcessem os verdadeiros direitos dos cidadãos. Os fatores motivacionais justificados por Ângela Pace encontram ressonância nas palavras de Lefort:

A compreensão democrática do direito implica a afirmação de uma fala – individual ou coletiva -, que, sem encontrar sua garantia nas leis estabelecidas, ou na promessa de um monarca, faz valer sua autoridade, na expectativa de confirmação pública, em razão de um apelo à consciência pública. Seria em vão negligenciar a novidade do fenômeno. Tal fala, por mais intimamente ligada que esteja a uma demanda dirigida ao Estado, permanece distinta do Estado. [...] A democracia convida-nos a substituir a noção de um regime regulado por leis, de um poder legítimo pela noção de um

¹⁴⁴⁶ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁴⁷ Ibidem.

regime fundado em *legitimidade de um debate sobre o legítimo e o ilegítimo* – debate necessariamente sem fiador e sem termo. Tanto a inspiração dos direitos do homem quanto à difusão dos direitos em nossa época atestam esse debate.¹⁴⁴⁸

A consciência política e pública é fundamental na construção de um espaço público. Ancorado também em Arendt,¹⁴⁴⁹ Lefort explica-nos que em um espaço público a lei não pode nunca se situar acima dos homens, como se fosse algo vindo do céu ou extraterreno. Na democracia, o lugar da lei é diferente, não é transcendental. A lei não é abolida, porque ela é inerente ao convívio humano, mas o seu lugar referente como legítimo, juntamente com o poder, não é superior ou intocável. “A legitimidade do debate sobre o legítimo e o ilegítimo supõe [...], que ninguém ocupe o lugar do grande juiz”.¹⁴⁵⁰ Assim em um regime democrático, a lei, segundo Lefort,

[...] sempre irreduzível ao artifício humano, só dote de sentido a ação dos homens com a condição de que eles assim o queiram, de que eles assim a apreendam, como razão de sua existência e condição de possibilidade para cada um de julgar a ser julgado.¹⁴⁵¹

Desse modo, não basta e não é o Estado que garante um espaço público onde os indivíduos possam questionar sobre tudo. Esse espaço público pode e deve ter legitimidade própria “[...] a partir de uma cena organizada por instituições distintas e na qual se movem os atores encarregados de uma responsabilidade política”.¹⁴⁵²

É essa responsabilidade política e pública que, apesar de ainda não existir entre a maioria das pessoas na sociedade, encontra-se em muitas mulheres empresárias. Essas mulheres já atuam fazendo valer a legitimidade da autoridade da opinião do grupo, do poder da união e de seus direitos, a partir dos espaços de suas associações, organizações, entidades e quaisquer formas associativas.

A empresária **Carmen Eugênia Bretas Bavoso**¹⁴⁵³ afirmou que está à frente de sua empresa atual aproximadamente há cinco anos. É uma sociedade que tem como sócio um filho. Anterior a essa empresa, Carmen Bavoso disse que possuía uma outra, rompendo a atividade empresarial por algum tempo. Por volta de 1997 retomou a empresa após a fase da gestão Collor. Pelo depoimento da empresária inferimos que a sua motivação tem *caráter*

¹⁴⁴⁸ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit., p. 55-7.

¹⁴⁴⁹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁴⁵⁰ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit., p. 59.

¹⁴⁵¹ Ibidem, p. 57.

¹⁴⁵² Ibidem, p. 62.

¹⁴⁵³ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

familiar, em primeiro lugar, devido à atividade com o filho, seguida de melhores oportunidades no mercado.

A empresária **Dalva Camilo**¹⁴⁵⁴ assumiu há treze anos, por motivos de herança em função da morte do marido, dez empresas diversificadas. No ano de 2003 essas foram divididas entre as filhas, ficando Dalva Camilo como proprietária e presidente de cinco empresas.

Apesar da inesperada situação, Dalva Camilo colocou-se à frente das empresas e revelou ter conseguido um crescimento significativo das mesmas e articulando a aquisição de outras.

Na direção e organização das empresas investe na infra-estrutura e no setor pessoal:

Tenho um executivo principal que é um “*controller*”, assim, como o modelo americano de “*controller americano*” sobre todas as situações. Essa pessoa reporta à minha pessoa, porque sou a presidente e, a partir das informações, tomada de conhecimento, estabelece as diretrizes a serem tomadas. A partir dessas decisões, o “*controller*” coordena essas diretrizes dadas por mim dentro das empresas. A nível de gerência, conto com dois níveis: gerência geral e gerência operacional.¹⁴⁵⁵

A motivação da empresária Dalva Camilo, portanto, enquadra-se também na *sucessão familiar*.

Ainda na linha da *empresa familiar*, **Juliana Salazar**¹⁴⁵⁶ teve como motivação a sucessão na empresa. Em suas palavras:

Foi por influência familiar, pela continuidade de uma empresa familiar. Conseqüentemente, o desejo do crescimento e a criação de novas empresas. Busco, ainda, satisfação pessoal, porque gosto do que faço, busco retorno financeiro e estabilidade.¹⁴⁵⁷

Verifica-se, portanto, que além do fator principal da motivação, qual seja, a sucessão familiar, outros fatores como a satisfação, o prazer, os ganhos financeiros e a segurança fazem parte da atividade desenvolvida.

A empresária Juliana Salazar revelou ter filhos pequenos, mas estes não a impedem de trabalhar. A única restrição que afirmou foi em relação à participação nas associações por causa dos filhos pequenos, já registrada. A atividade profissional não foi alterada. Leva-se em

¹⁴⁵⁴ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁵⁵ Ibidem.

¹⁴⁵⁶ SALAZAR, Juliana. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁵⁷ Ibidem.

conta também, a idade da mulher para a sua liberação para o trabalho, além da questão dos filhos.

Esses dados encontram respaldo nas estimativas brasileiras, segundo Borges e Guimarães:

Nos anos 80, para o total do Brasil, verificou-se uma ampliação da atividade feminina a partir dos 25 anos. Mas nos anos 90, e especialmente em 1993, os maiores aumentos das taxas de atividade das mulheres brasileiras passaram a ocorrer entre aquelas mais velhas: na faixa de 30 a 39 anos.¹⁴⁵⁸

As mudanças na atividade entre as mulheres com mais de 30 anos devem-se às alterações na própria família. A situação familiar é favorecida pelo fato dos filhos já estarem mais velhos e crescidos, o que libera a mulher ou o seu retorno ao trabalho.

[...] a criação dos filhos estaria perdendo impacto sobre a retirada das mulheres do mercado de trabalho tanto em função do declínio dos valores associados a um grande número de filhos, como do fortalecimento dos valores associados à atividade remunerada pelas próprias mulheres.¹⁴⁵⁹

A tendência nacional indica uma liberação acentuada das mulheres “[...] da esfera privada e a situação familiar não mais constitui obstáculo à realização de uma atividade [...]”.¹⁴⁶⁰ No nosso estudo, observa-se, a única empresária que justificou a não participação em uma atividade, isto é, em uma associação por causa da criação dos filhos foi Juliana Salazar.

Não obstante, o depoimento de Juliana Salazar assemelha-se à tendência brasileira, tendo em vista que, apesar dos filhos pequenos, o trabalho não foi interrompido e, sim, a participação em associações.

O impulso para a empresária **Kátia Rabello**¹⁴⁶¹ assumir a Presidência Executiva do Banco Rural, Presidente do Conselho e Presidente de várias empresas que compõem a holding do Sistema Financeiro Rural deveu-se às relações pessoais que tinha com a irmã Junia, ex-presidente do Banco Rural, falecida. Junia foi a responsável pela estruturação e pelo sucesso do banco, pelo qual lutou, enfrentou e quebrou barreiras. Pelo esforço despendido por Junia para a criação e desenvolvimento do banco e pela forte afinidade que Kátia Rabello tinha com a irmã, sentiu-se com a responsabilidade de prosseguir com o empreendimento.

¹⁴⁵⁸ BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90... In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero*. Mudanças, permanências e desafios. Op. cit., p. 116.

¹⁴⁵⁹ Ibidem, p. 116-7.

¹⁴⁶⁰ Ibidem, p. 117.

¹⁴⁶¹ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

É uma sucessão familiar, mas cujo motivo voltou-se para a irmã:

“[...] era por um sentimento de gratidão e de dívida para com ela. [...] porque ela construiu o banco. [...] Eu não era só uma Superintendente de marketing. Eu era a sua confidente, eu sabia tudo. [...] Não porque o meu cargo me permitia, mas porque ela desabafava comigo como irmã [...]. Ela sentia-se em condições de abrir-se comigo em função de uma relação pessoal, que, aliás, não era só por ser irmã, mas porque tínhamos, de fato, uma afinidade, uma coisa muito forte”.¹⁴⁶²

Acrescentou Kátia Rabello que ao assumir o cargo não foi por um desejo de poder, e sim, por uma missão, por um dever moral e espiritual para com a irmã e suas sobrinhas, filhas da irmã Junia. E, hoje, revelou Kátia Rabello, “[...] sinto isso também e demais, em relação à minha mãe”.¹⁴⁶³

No primeiro momento, após a morte da irmã Junia, Kátia Rabello assumiu o seu lugar, no entanto, já estava preparando-se para passar o cargo de Presidente do Banco Rural para José Augusto Dumont. Esse, revelou Kátia Rabello, era a pessoa de sua confiança e da irmã e, ainda, porque Dumont ajudou Junia na construção do banco.

As coisas não ocorreram como havia planejado porque Dumont também faleceu e, por isso, Kátia Rabello sentiu-se na obrigação de assumir o Banco Rural. Em suas palavras: “Eu tinha duas opções: ou eu virava as costas para o banco no momento em que as coisas foram acontecendo, ou acreditava que de fato existia uma razão para eu estar onde estava naquele momento. E que isso era uma missão.”¹⁴⁶⁴

Além da necessidade da sucessão, Kátia Rabello enfatizou que o espaço público para o trabalho foi sempre considerado normal porque foi formada para exercê-lo. No entanto, apesar de ter sido educada e preparada para o trabalho, seu pai tinha uma certa resistência em relação a um cargo no banco, ou seja, naquele ambiente especificamente, e não pelo fato de trabalhar. Como por exemplo, para atuar na área das artes, no seu caso, com a dança, área que trabalhava antes de assumir o Banco Rural, seu pai não fazia objeção. Kátia Rabello era empresária na área de Arte e Cultura, bailarina, proprietária de uma escola de dança e fundadora do grupo de dança – “Primeiro Ato”, desde 1982. Esse era um trabalho *normal* de acordo com o conceito do seu pai.

Ao assumir o cargo de Presidente Executiva do Banco Rural, afirmou Kátia Rabello, seu próprio pai disse-lhe que aquele meio era como uma “máquina de moer carne” e, por isso, ele não desejava que ela entrasse nas durezas próprias desse mercado.

¹⁴⁶² RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁶³ Ibidem.

¹⁴⁶⁴ Ibidem.

Em relação à irmã Junia, que era a responsável pela construção do Banco Rural, Kátia Rabello explicou:

[...] eu estava, de certa forma, substituindo a minha irmã que já era mulher. Quem desbravou foi ela, mas, encontrou muita resistência. Ela brigava com o meu pai no sentido de defender suas idéias. Ele dizia que “ela não era para dar certo ou não ia dar certo mesmo”, então ela foi colocada no banco. Assim, para dar errado mesmo, e não tinha problema porque o banco era pequeno. “Ah, põe ali no banco, porque o ‘negócio’ era a construtora dele, que era ‘negócio de homem’”. Então, colocou ela (Junia) no banco, considerado por ele um negócio menos importante e pequeno.¹⁴⁶⁵

O fato foi que o banco deu certo e muito certo. Conseqüentemente, tudo mudou. Mas Junia lutou e brigou para fazer o negócio à maneira dela e não à maneira do pai. Assim, teve que ser dura, muito firme, enfrentando muitas barreiras para conquistar o seu espaço. E conseguiu. O Banco Rural cresceu tanto que “engoliu” a construtora que, anteriormente, era o negócio mais importante na visão do pai. De acordo com Kátia Rabello:

Com relação ao meu pai, é o seguinte: a empresa original, de construção, já era uma sociedade entre meu pai, um sócio que era o Antônio Sabino, que não era da família, apesar de o meu pai se chamar Sabino Rabello. Ele é irmão do Fernando Sabino. O Sabino do meu pai é nome e o dele é sobrenome. Então, eles eram os fundadores originais da construtora. O papai era engenheiro e o Antônio era advogado. E eles fundaram a construtora. Posteriormente, entram os dois irmãos do papai. Então, essa sociedade que era uma construtora, juntou-se com outro grupo, um grupo do Rio, a Família Santana, que são hoje os grupos que constituem o banco. [...] Desde o início, a maior parte das ações pertencem ao meu pai. Na verdade, houve um acordo de acionista aí no meio do caminho, porque um dos irmãos era engenheiro e sempre trabalhou na empresa com ele; e o outro era um médico que nunca trabalhou na empresa, não tinha nenhuma relação. Então essa proporção do médico pertencia a ele, mas quem votava era o meu pai, porque ele não estava dentro da gestão. Mas houve um determinado momento onde isso se consolidou através de um apoio de acionista e, posteriormente, através de uma venda de fato. Então, hoje existe uma maioria de fato. [...] O meu pai se fez na área de construção. Ele tinha uma empreiteira que chegou a ser uma das cinco maiores, junto com a Andrade Gutierrez, a Oderbrech, a Mendes. A Mendes era uma das cinco grandes. E o negócio cresceu, o meu pai cresceu como empresário, ganhou dinheiro e se fez com a Trutex. E em 1960, me parece, ele teve a oportunidade de comprar um banco. E como ele era uma pessoa que não sossegava muito, pensou nessa diversificação. Acho que ele imaginava que pudesse ter uma estrutura financeira de apoio para a empreiteira, mas jamais imaginou que isso um dia fosse ser um negócio. [...].¹⁴⁶⁶

Kátia Rabello explicou que o pai era um empreendedor e viu uma oportunidade ao comprar o banco por volta de 1960. Na verdade era uma patente, uma casa bancária que se chamava “Manoel de Carvalho”, uma agência que mal funcionava. E em 1964, o pai mudou o nome para “Banco Rural” que passou muitos anos meio adormecido, com um crescimento

¹⁴⁶⁵ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁶⁶ Ibidem.

muito lento. E Junia entrou por volta de 1986. Existia uma financeira, a Rural Financeira, que depois veio para o banco. Só que o banco era ainda muito pequeno e a empreiteira já era enorme. Segue Kátia Rabello: “E o que aconteceu? O elefante começou a tropeçar e um tombo de elefante faz um estrago danado, não é? E o pequenininho começou a crescer. E esse crescimento foi graças à gestão dela”.¹⁴⁶⁷

Sobre a atuação da irmã Junia, Kátia Rabello explicou-nos a sua trajetória e por ser muito longa, pontuamos alguns momentos:

Ela foi com muita luta mexendo na gestão mesmo, colocando pessoas, mudando toda a forma do banco operar. E o banco viveu um crescimento vertiginoso na gestão dela. O meu pai era o Presidente do Conselho e a minha irmã a Presidente Executiva. A minha irmã me convidou. Eu trabalhava diretamente com ela, apesar de eu não ser Diretora. Eu era Superintendente de Marketing e Comunicação, onde atuei por quatro anos, desde 1995. Junia era a minha irmã mais velha, mas tenho uma irmã no meio. Ela (a mais velha) faleceu num acidente de helicóptero. E foi uma coisa absolutamente inesperada. E quando ela faleceu, como eu já estava no banco, e vamos dizer, a minha outra irmã não tinha presença e nenhum desejo nesse sentido, foi uma situação um pouco natural que eu assumisse algum cargo. Então, naquele momento, o meu pai assumiu a Presidência Executiva e me colocou na Presidência do Conselho por dois anos. Foi essa a situação. E ele dizia que não queria que eu assumisse o banco porque era uma “máquina de moer carne”, a Presidência Executiva. [...] A minha irmã vinha sendo preparada para isso. Na verdade ela construiu o Banco Rural, tal como ele era, até o momento da morte dela. Já se passou muito tempo, e muita coisa aconteceu depois de sua morte. Mas o banco que existia quando ela morreu era o banco que ela construiu. Ela pegou um banco que tinha 3 milhões de dólares de patrimônio, que seriam hoje 9 milhões de reais, e hoje o banco tem 700 milhões.¹⁴⁶⁸

Assim, para conquistar tal projeção, segundo Kátia Rabello, Junia teve que desconstruir muitas resistências e conseguiu, porque era uma mulher muito decidida em tudo que já tinha enfrentado na vida e por tudo que já tinha vivido. “Ela era uma pessoa bastante endurecida, e tinha que ser muito dura mesmo porque não tinha outra maneira de conquistar o espaço dela, e este foi realmente conquistado a duras penas”.¹⁴⁶⁹

Junia era uma pessoa que estava assumindo um negócio que não tinha uma história. Foi ela que veio trazendo os conceitos do que era melhor para o banco, do que ia fazer o negócio crescer. O pai tinha uma visão um pouco diferente porque o banco, para ele, não era muito mais do que um apêndice. Então, ela defendia o banco. E isso, segue Kátia Rabello, ela teve que fazer, e qualquer pessoa ali teria uma luta dura, no sentido de conquistar a confiança

¹⁴⁶⁷ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁶⁸ Ibidem.

¹⁴⁶⁹ Ibidem.

do acionista, de que valia a pena investir naquele negócio. E, “[...] piorava por ser mulher. É claro que foi uma dificuldade imensa para ela ser respeitada”.¹⁴⁷⁰

No entanto, essa resistência enfrentada no início por Junia não aconteceu com Kátia Rabello. Em suas palavras:

Pelo contrário, eu representei para aquela gestão, para aqueles executivos que estavam ali em volta dela, uma solução de continuidade, porque o meu pai era muito distante para a grande maioria deles. Eu era muito mais próxima, eles tinham contato comigo. Lidar com o meu pai era muito mais difícil do que lidar comigo. Então, dois anos depois, eu procurei o meu pai e disse: “Pai, nós estamos no lugar errado, nós temos que trocar, porque eu estou exercendo, de fato, uma função de executiva. Os problemas do dia-a-dia não vão cair em cima de você e eles têm que cair em cima de mim.” É natural que seja assim, pela minha proximidade com as pessoas, pela minha presença física. E o meu pai, já nessa época, tinha problemas de saúde. Ele não vinha para o banco como eu venho, entrando nove horas da manhã e saindo oito horas da noite. Entendeu? E ele nunca tinha vivenciado uma experiência como executivo, ele sempre tinha sido acionista. Ele nunca tinha sido um executivo, nunca esteve no dia-a-dia do banco; ele não conhecia as pessoas, não conhecia o movimento do dia-a-dia do banco. E então, as coisas caíam no meu colo. E eu falei com ele: “Olha, se eu for faxineira ou presidente, as coisas vão cair no meu colo, porque é o jeito que elas vão andar. As pessoas já sabem disso. Então, vamos trocar de lugar.” E ele aceitou, mas ponderou: “Como eu te disse, isso aqui é uma máquina de moer carne. E eu não queria que você entrasse nisso.” E eu disse: “Só que já aconteceu. Ou eu saio de tudo ou eu assumo ‘pra’ valer”.¹⁴⁷¹

Assim, quando a irmã morreu, Kátia Rabello assumiu a Presidência do Conselho em 1999 e o pai ficou na Presidência Executiva. Em seguida, em 2001, Kátia Rabello assumiu a Presidência Executiva. Atualmente, é a responsável pelos dois cargos:

Agora estou acumulando a Presidência do Conselho, onde meu pai ficou até quando nós trocamos em 2001. E agora estou de fato acumulando esses dois cargos. Não é ideal sob o ponto de vista de gestão, porque também tive uma outra perda, além da minha irmã e do meu pai, que foi do principal executivo do banco. Ele foi o executivo de fato por trás de todo o projeto do Banco Rural. Ele era o braço direito, a perna direita, o lado esquerdo do cérebro. Ele era o homem de confiança dela (de Junia). E chamava-se José Augusto Dumont. Era um homem muito especial com quem ela fez uma dobradinha e que tocavam muito bem o banco. Até quando a Junia morreu, eu não participava de reunião de Diretoria. [...] Dumont morreu no ano passado, dia 4 de abril. [...] Só sobrou eu. Das três pessoas que até janeiro de 1999 eram acionistas – porque ela morreu em fevereiro – Presidente e Vice-Presidente e o meu pai, que eram as três pessoas que mandavam no banco, não sobrou nenhuma.¹⁴⁷²

Após analisar os episódios enfrentados pela empresária Kátia Rabello, podemos dizer que a sua motivação foi justificada, portanto, por uma questão de sucessão familiar

¹⁴⁷⁰ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁷¹ Ibidem.

¹⁴⁷² Ibidem.

influenciada por um sentimento de gratidão mais do que por questões de poder ou econômicos.

E para a sucessão familiar, Kátia Rabello confessou que não foi e nem estava preparada, porque sua opção por outra profissão já tinha sido tomada e trilhava outro caminho.

A empresa familiar que a empresária Kátia Rabello assumiu foi adquirida pelo pai, dirigida por um membro da família, uma irmã, e sua ocupação no cargo deu-se por direito hereditário de sucessão. Kátia Rabello representa a segunda geração dentro da empresa familiar. Em suas palavras:

Nossa, eu sou um bicho absolutamente estranho a esse ambiente. Eu sou mulher, sou uma pessoa que tem uma formação de artista. Eu me profissionalizei nisso, um outro orgulho que tenho. Foi uma coisa que eu dominei, não como execução, porque eu nunca fui uma grande bailarina, mas como professora, empresária e estudiosa da dança dentro de um contexto sócio-político. Eu sou, assim, meio metida. Foi uma coisa que eu aprendi a fazer bem. Então, eu tenho esse *back-ground*, não tem jeito de eu arrancar isso de mim. Na verdade, eu nunca preparei para o cargo de Presidente do Banco Rural. Eu nunca quis isso, os meus valores são outros. Eu faço aula de balé aqui. [...] Os valores aqui dentro são diferentes dos meus. Esse é um meio que obviamente dá muito valor ao dinheiro. É óbvio, é a mercadoria. E eu sou muito desligada em relação a isso. Eu não me ligo em dinheiro. E toda a minha história explica isso um pouco. Psicanaliticamente tem explicação, mas não vem ao caso. E isso tudo é muito louco, porque eu fugi fui para o outro lado. É como se fosse algo assim: “Vamos ver um jeito de eu nunca chegar lá?”. E acabei chegando. E isso me faz pensar um pouco. É uma coisa muito estranha. Por exemplo, se eu assisto a uma aula de ballet – graças a Deus consegui esse ano assistir a todas as aulas de ballet da minha Escola, e aí eu me realizo. E continuo com o “Primeiro Ato” e tenho uma sócia que é a minha irmã. Ela está à frente da Escola. E em alguns momentos ela me convida e eu estou presente. E quando eu assisto aquela aula, eu sei tudo. Em cinco minutos eu te falo tudo o que está acontecendo, de bom ou de ruim, qual menina tem esse ou aquele problema. Aqui, eu não sei. E o que eu faço basicamente aqui é trabalhar com pessoas e as pessoas sabem disso. As decisões sobre o Grupo Rural são tomadas nessa mesa, e somos quatro pessoas (duas mulheres e dois homens): os dois Vice-Presidente é um senhor de 60 anos que já está no banco há quase 20 anos, antes de Junia, e que traz toda essa maturidade, essa experiência. Eu achei que era um contraponto e fiz dele o meu assessor. Foi a única mudança que eu fiz a partir da morte do José Augusto. Nomeei um Assessor Especial da Presidência e reunimos nós quatro. As grandes decisões são tomadas assim, cada um escuta, cada um dá a sua opinião e resolvemos em conjunto.¹⁴⁷³

Somente depois de “forçosamente” assumir a presidência foi que a empresária Kátia Rabello buscou o preparo e o aprendizado para o cargo que assumia.

Na realidade, explicou-nos, e ponderando melhor, já possuía algum conhecimento sobre o cargo e suas funções, porque era confidente da irmã e, por isso, sabia de todos os

¹⁴⁷³ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

acontecimentos, mas não para assumir o cargo, por exemplo. Por isso, assim que teve de assumir o banco, buscou ajuda em uma pessoa de sua confiança:

Eu tive um aprendizado muito grande com o Zé ou José Augusto Dumont, porque a gente discutia muito as coisas. E num primeiro momento eu fiz isso com ele porque era mais fácil, ele resolvia muita coisa; se ele falasse: “É assim”, dificilmente eu iria contra. Mas muitas vezes eu ponderava e ele aceitava a minha ponderação.¹⁴⁷⁴

O preparo que Kátia Rabello buscou ao assumir o cargo, observa-se, foi *depois* de assumi-lo e, portanto, não objetivamente *antes* de tal fato.

Segundo Leone, a sucessão pode ocorrer de várias formas: de forma planejada, gradativamente, ou “[...] através de processo inesperado ou repentino de mudança da direção, quando ocorre morte, acidente ou doença, afastando o dirigente do cargo”.¹⁴⁷⁵

No caso de Kátia Rabello, a sucessão ao cargo de comando ocorreu de forma inesperada, portanto, conforme seu depoimento, o processo sucessório não foi planejado. Apesar disso, não houve crise e nem traumas na sucessão, o que, aliás, pode ocorrer em qualquer estrutura organizacional.

Observa-se que Kátia Rabello, diferente de como ocorreu o seu processo de sucessão, manifestou sua preocupação em preparar, formar e treinar suas sobrinhas (portanto, membros da empresa familiar), para a próxima sucessão, ou seja, para a terceira geração.

De acordo com Leone,¹⁴⁷⁶ quando o planejamento da sucessão é feito com antecedência, os dirigentes evitam riscos, conflitos, traumas, diminuem os custos, o sucessor tem possibilidades de receber treinamento e conhecimentos adequados e necessários ao ramo da empresa, aos negócios ou ao mercado em geral. E, sobre essa preparação, acrescentou Leone: “[...] é preciso lembrar que, para uma empresa se tornar profissional, o primeiro passo não é contratar administradores, profissionais que não pertençam à família. O fundamental é a atitude que a família assume diante da profissionalização”.¹⁴⁷⁷

Dentro dessa percepção, entende-se também a afirmação e a preocupação de Kátia Rabello ao afirmar que o processo sucessório dentro do grupo levará em conta o mérito, ou seja, a capacidade para dirigir os negócios:

Por enquanto, estou fazendo algum esforço para preservar principalmente as minhas sobrinhas que estão de fato na linha sucessória. Estou tentando nos preparar para que

¹⁴⁷⁴ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁷⁵ LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa família brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Op. cit., p. 231.

¹⁴⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 235.

sejamos acionistas, porque eu acredito que o modelo de controle familiar pode ser altamente vencedor, desde que exista trabalho com esses acionistas. E que eles tenham entendimento muito claro dos direitos e deveres como acionistas, que esse acordo seja uma coisa trabalhada, que os problemas sejam discutidos, que as questões sejam colocadas para que haja de fato uma unidade. O meu pai, por exemplo, tinha outra visão: Ele dizia: “Eu tenho a maioria e eu é que mando, porque senão há dispersão de poder.” E o que eu estou construindo – e o que muitos outros grupos familiares pelo mundo construíram e constróem – é um modelo de decisão compartilhada dentro de um acordo que vai sendo trabalhado. Existe todo o tipo de modelo. Por exemplo, “todo integrante da família que quiser, vai poder trabalhar na empresa”. Existem decisões como essa, mas não acredito que vá ser a nossa. E as minhas sócias compartilham desse sonho do Banco Rural: “Meritocracia na base das decisões”. Quem tem competência vai, quem não tiver, não vai.¹⁴⁷⁸

À pergunta se haveria outra pessoa na sucessão familiar na segunda geração, Kátia Rabello informou que nessa, ela é a última e [...] “agora é a próxima geração. [...] E as minhas sócias compartilham desse sonho do Banco Rural que é, repito, ‘a meritocracia na base de decisões’.”¹⁴⁷⁹

Apesar do Banco Rural ser uma empresa familiar, cujo cargo de comando é hereditário, o critério que ela adotará para a sucessão será pelo mérito, pela capacidade do dirigente à frente da organização.

Nesse sentido, Gaj escreve que “[...] quando chega o momento de o fundador transferir o comando, nem sempre seus herdeiros estão aptos ou são qualificados”.¹⁴⁸⁰

Isso pode ocorrer, então, quando não houver planejamento e o futuro da empresa depender dos dirigentes na linha sucessória. Afirma Leone: “As chances de sobrevivência da empresa familiar repousam na sucessão planejada e na observação de regras de convivência entre empresa e família. Essas diretrizes ajudam a perpetuar o negócio”.¹⁴⁸¹ É nessa direção, lembramos, que a empresária Kátia Rabello revelou seguir em seus negócios.

A profissão de empresária para **Maria Auxiliadora Chaer Lopes**¹⁴⁸² é recente, após longos anos de trabalho em outro setor. Para essa justificativa, Maria Auxiliadora nos revelou que, anteriormente, trabalhava no setor público. Segue Maria Auxiliadora:

Trabalhei com Planejamento na Secretaria da Fazenda. E houve um tempo, na Secretaria de Educação, onde coordenei um projeto do Banco Mundial – “Monitoramento da Qualidade de Ensino em Minas Gerais”, um projeto que foi aprovado pelo Banco Mundial e apresentado na Conferência de Atlanta. [...] Além de trabalhar no setor público durante um tempo grande (eu me aposentei no setor público), eu fui fazer uma assessoria no Congresso Nacional para o Relator Geral do

¹⁴⁷⁸ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁷⁹ Ibidem.

¹⁴⁸⁰ GAJ, Luís. *Tornando a administração estratégica possível*. Op. cit., p. 189.

¹⁴⁸¹ LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa família brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Op. cit., p. 232.

¹⁴⁸² LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit

Orçamento da União. Depois eu trabalhei numa empresa de investimentos, para definir o perfil financeiro do cliente, fazer aplicações. Essa empresa tem nos Estados Unidos, no Brasil [...]. Depois trabalhei em outra empresa multinacional, com o mesmo tipo de aplicações financeiras. E além de trabalhar como representante financeiro do Brasil, eu tinha uma empresa de consultoria de planejamento, orçamento e finanças mais na parte de projetos, de treinamentos. E depois comecei com essa parte de eventos, comecei a colaborar com minha filha. Eles têm uma empresa de eventos de incentivos. Agora, nós temos essa empresa de eventos, e além de eventos de incentivos, temos eventos como feiras, promoções de feiras, e promoção de eventos empresariais em geral.¹⁴⁸³

Assim, após essa trajetória, a empresária Maria Auxiliadora não teve um corte e não apresentou um motivo específico para ser empresária, porque, a nosso ver foi um *prolongamento* na área de sua atividade anterior. Não foi uma ruptura no conhecimento e trabalho profissional, mas sim, de posição. Se anteriormente era funcionária pública exercendo tal atividade, agora, como empresária, está em outro nível, ou seja, está no cargo de comando como proprietária.

No entanto, inferimos que a empresária ao dizer que no momento está trabalhando com a filha, enquadra-se mais em uma empresa familiar.

Situando também sua motivação na esfera da *empresa familiar*, a empresária **Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza**¹⁴⁸⁴ é proprietária acionista juntamente com o marido e mais 5 filhos, na empresa “Sílvio Ximenes Imóveis”, portanto, no ramo imobiliário.

Segundo Maria Carmem, dentro da empresa, é responsável pela publicidade e membro do Conselho Deliberativo da empresa.

O motivo da empresária **Maria Elvira Salles Ferreira**¹⁴⁸⁵ inserir-se no espaço público situa-se também no âmbito da *sucessão familiar*. Por meio do seu depoimento, Maria Elvira citou:

Nós temos uma atividade, primordial, que é o ensino. Nós herdamos de nosso pai um colégio muito tradicional que se chama Colégio Anchieta, fundado por ele em 1935. Esse foi um dos primeiros colégios da capital, um dos três primeiros, e por ele passaram pessoas muito ilustres – deputados, senadores, governadores e tal. E quando o meu pai morreu em 1966, logo depois em 72, 73, nós começamos com uma semente do nosso Centro Universitário hoje. Criamos então o “Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira”, com o nome dele. Ele, já falecido, foi o patrono. Ele foi educador, professor, um professor que veio de baixo, do interior e que conseguiu sucesso. Era um empreendedor, teve uma fábrica de sorvetes, teve uma cervejaria (a Bremense, uma das primeiras cervejarias em Minas); trabalhou com incorporações, fez loteamento em Belo Horizonte. Era um empreendedor, mas gostava da Educação. Foi professor, dava aula de Latim, de Matemática. E foi daí

¹⁴⁸³ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁸⁴ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁸⁵ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

que nós então usamos o seu nome para ser padrinho, patrono da Instituição, que hoje tem 32 anos e se chama “Centro Universitário Newton Paiva Ferreira”. Tem 14 mil alunos, 28 cursos universitários, diversos cursos de pós-graduação e, inclusive, uma avaliação muito boa do Ministério da Educação com letras “A” no Provão e com um índice de aprovação excepcional agora no concurso da OAB.¹⁴⁸⁶

Maria Elvira acrescentou que é fundadora e proprietária do “Centro Universitário Newton Paiva Ferreira”, juntamente com três sócios. Atualmente faz parte do Conselho de Administração. Continuou Maria Elvira:

A única coisa hoje que eu não faço, é trabalhar lá dentro como eu trabalhei no passado, porque foi uma opção minha. Eu não quis voltar para a *litis academicas* porque eu queria fazer outras coisas. Eu fiquei 12 anos na empresa, na linha de frente, dirigindo, administrando, depois fiquei 16 anos na política partidária, sempre no PMDB como legisladora. Agora eu não quero mais ser legisladora e a decisão de deixar o legislativo também foi minha. Eu já estava com a cabeça feita e disse que não queria mais retornar. Muita gente teve a maior dificuldade de entender isso, inclusive, os próprios eleitores. Mas foi uma opção consciente, tranquila, de voltar para a sociedade civil, voltar de onde eu sai – voltando para os movimentos de organização das mulheres, voltando para a Associação Comercial. É claro que eu tenho uma situação especial, eu sou uma pessoa que tem a minha vida garantida. Então, eu não preciso mais trabalhar, eu não tenho mais que trabalhar. Mas eu quero trabalhar, só que não quero trabalhar como eu trabalhava antes. Estou trabalhando, trabalhando muito; mas trabalhando pela coletividade, trabalhando pela mulher, trabalhando pela minha cidade. E no momento em que criamos a “Fundação Newton Paiva Ferreira”, estamos trabalhando para o desenvolvimento cultural e social.¹⁴⁸⁷

Observa-se que a partir da herança deixada pelo pai, Maria Elvira, juntamente com os sócios, seus irmãos, ampliaram consideravelmente o patrimônio. Sobre o Instituto e suas ações sociais e políticas, abordamos mais à frente.

Enquadrando-se ainda na *sucessão familiar*, a empresária rural **Martha de Freitas Azevedo Pannunzio**¹⁴⁸⁸ tornou-se proprietária-sócia da fazenda Água Limpa por meio da herança dos avós maternos na década de 1960. Após nove anos da morte do marido, isto é, no ano de 2000, ao terminar o inventário, adquiriu a metade da fazenda que pertencia aos 5 filhos tornando-se a única proprietária.

Martha Pannunzio afirmou que as decisões em relação à fazenda são tomadas em conjunto por ela e pelo filho Eduardo. Na sua opinião, a profissão rural é uma atividade de risco e, no momento, o setor do agronegócio está passando por grandes dificuldades e crises. Revelou que, apesar da propriedade não ser grande, consegue excelente produtividade por meio de alta tecnologia aplicada na produção de grãos e na pecuária, participando em leilões

¹⁴⁸⁶ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁸⁷ Ibidem.

¹⁴⁸⁸ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

de gado no CAMARU – “Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia”, um parque de exposições.

Passando à empresária **Vitória Dias**,¹⁴⁸⁹ ao falar sobre os motivos que a levaram para o espaço público afirmou: “Nunca me passou pela cabeça que eu não iria trabalhar. Eu fui formada para trabalhar desde que estudava no segundo grau. O mundo do trabalho fazia parte do meu universo”,¹⁴⁹⁰ além de sua atividade empresarial enquadrar-se no caso de uma empresa familiar.

Segundo Vitória Dias, apesar de sua mãe nunca ter trabalhado, a sua formação foi diferente, ou seja, via com naturalidade o fato de, após formar-se, ter uma profissão. Segue dizendo: “Então, não existia essa questão para mim, de ser dona-de-casa. Nunca. Eu só me constituiria, enquanto pessoa, trabalhando. Eu sempre trabalhei”.¹⁴⁹¹

Além da formação voltada para uma atuação no espaço público, a empresária explicou-nos o motivo específico de sua ocupação atual na “Santa Bárbara Engenharia”:

Essa empresa é familiar, da minha família. Ela fazia parte do Grupo Cauê. E em 1997, a Cimento Cauê foi vendida para a Camargo Corrêa. Eram seis irmãos, os sócios, e um desses irmãos era o meu pai. Mas meu pai morreu em 1981. E eu tinha um irmão que estava na gestão das empresas. Eu não fazia parte da gestão das empresas, tinha uma outra carreira. Eu trabalhava com pesquisa de história, principalmente história de empresas. Então, em 1998, a minha família – eu e meus quatro irmãos – resolvemos, com a venda da Cimento Cauê, assumir a gestão de duas empresas que faziam parte do grupo, que eram a César Logística e a Santa Bárbara Engenharia. E foi nessa ocasião que fui convocada a tomar parte ativamente da gestão das empresas. E vim para cá porque era acionista das empresas. E quando mudou o controle acionário, passando a ser o meu grupo, o meu núcleo familiar, assumi a gestão junto com os meus irmãos.¹⁴⁹²

Assim, por questão de *sucessão familiar*, Vitória Dias, que antes trabalhava como pesquisadora, assumiu um cargo de gestão na Construtora.

De 2003 a 2004, devido a um projeto pessoal, participou de uma pesquisa internacional na Escola de Negócios da Universidade de Nottingham, Inglaterra, sobre a história de empresas, sobre a importância da memória organizacional na gestão de empresas, a ligação entre memória e estratégia, a identidade das empresas, reputação, responsabilidade social, corporativa e outros. Observa-se uma preocupação em busca de novos conhecimentos, atualização na área da gestão empresarial e das empresas de forma geral e sua preparação para assumir o cargo pela sucessão familiar.

¹⁴⁸⁹ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁹⁰ Ibidem.

¹⁴⁹¹ Ibidem.

¹⁴⁹² Ibidem.

A empresária **Zuleika Rocha**,¹⁴⁹³ afirmou a sua participação na esfera do trabalho devido à *sucesso familiar* no cargo ocupado, e a motivação para atuar em um espaço público, deve-se também à formação acadêmica, ou seja, pelo seu curso em História. Por meio das leituras, o seu gosto pela política foi impulsionado junto à sua personalidade forte e inquieta. A consciência crítica, portanto, levou-a a ser uma pessoa participativa, atuante e com autonomia. Segundo Zuleika Rocha, mesmo com o pai e os irmãos conservadores e machistas, ela seguiu e conseguiu o que queria. Não foi pelo fator econômico, mas pelo processo de conscientização, de busca de realização pessoal e de auto-estima. Afirmou Zuleika Rocha:

Acho que a pessoa, qualquer ser humano tem que ser um ser participativo, comunitário, fazer parte dessa grande comunidade. E, por isso, tem que sair para fora e fazer alguma coisa. E cada um escolhe o que quiser. [...] Foi um processo de conscientização mesmo. [...] Penso que todos, mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais, pobres, enfim, todas as pessoas devem fazer de tudo para despertar essa consciência, em todos os sentidos. [...] Acho que é uma mudança cultural, de valores, um processo que detonou e não tem volta.¹⁴⁹⁴

O momento dessa mudança cultural ao qual Zuleika Rocha referiu-se acima é o contexto dos anos de 1980 que assinalou o surgimento dos inúmeros e diversos movimentos sociais. Sobre essa época, confirma Gohn:

A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL), o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas. Os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros. Embora com o estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos – direitos estes que são inscritos na Constituição mas, usualmente, negados ou ignorados na prática.¹⁴⁹⁵

Nesse sentido, apesar dessa época ser considerada economicamente desastrosa, essa foi, segundo Gohn, altamente produtiva em relação à política e à cultura, cujos resultados

¹⁴⁹³ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁹⁴ Ibidem.

¹⁴⁹⁵ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. Op. cit., p. 123-4.

foram vistos na década de 1990 com novos movimentos pró-ética na política, a exemplo do *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo. As mobilizações coletivas trazem como foco central um “[...] chamamento à consciência individual das pessoas [...]”.¹⁴⁹⁶

Nesse contexto generalizado por esse apelo, a motivação pela atuação de Zuleika Rocha em um espaço público pela conscientização foi decisiva, além da empresa que dirige ser *familiar*, herdada do pai e comandada por ela e mais dois irmãos sócios.

Outro fator motivacional apresentado foi a *realização profissional*. A empresária **Ana Denise Ribeiro de Faria**¹⁴⁹⁷ revelou que além desse motivo também foi “[...] a vontade de *estar sempre perto das pessoas*”.¹⁴⁹⁸

A empresária **Cláudia Valéria Gonçalves**¹⁴⁹⁹ afirmou: “Desde criança presenciava o trabalho no varejo e depois de adulta descobri o dom para vendas e contato com pessoas”.¹⁵⁰⁰

De acordo com o depoimento, além do motivo da realização pessoal, o gosto e o traquejo para as vendas, foram acrescidos pelo prazer de estar entre as pessoas.

Do mesmo grupo ainda, ou seja, assemelhando-se à Ana Denise e à Cláudia Valéria, a empresária **Denise Maria Polato Nicodemos da Silva**¹⁵⁰¹ confirmou:

Após trabalhar em uma farmácia homeopática em São Paulo por um ano, despertei para a possibilidade de ter meu próprio negócio. Já casada, voltamos para Juiz de Fora e com \$2.500 dólares montamos uma farmácia homeopática, que acreditávamos ter uma estrutura mais arrojada que as demais. Sempre pautei meu trabalho na qualidade e investi pesado nisso.¹⁵⁰²

Denise Polato, portanto, ao abrir e montar sua própria empresa conseguiu a *realização profissional* que desejava.

A motivação da empresária **Edna Maria Carvalho Urban**¹⁵⁰³ é permeada por três fatores, conforme seu depoimento. Assim explicou:

Aconteceu naturalmente com o crescimento da empresa, por causa da necessidade de se criar um departamento de marketing para divulgar a marca “Farroupilha”. Também para dar início ao projeto de ação social na empresa. Pude, a partir daí, realizar meu sonho através da Creche “Escolinha Tia Edna”.¹⁵⁰⁴

¹⁴⁹⁶ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. Op. cit., p. 125.

¹⁴⁹⁷ FARIA, Ana Denise Ribeiro de. Entrevista. Op. cit.

¹⁴⁹⁸ Ibidem.

¹⁴⁹⁹ GONÇALVES, Cláudia Valéria. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁰⁰ Ibidem.

¹⁵⁰¹ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁰² Ibidem.

¹⁵⁰³ URBAN, Edna Maria Carvalho. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁰⁴ Ibidem.

Inferimos que o motivo principal seja a realização do sonho, portanto, uma *realização pessoal*, tendo em vista que o sonho é anterior aos outros fatores.

Em relação à realização pessoal, o psicólogo David Mc.Clelland,¹⁵⁰⁵ citado por Wilkens¹⁵⁰⁶, após realizar um estudo sobre o comportamento de pessoas realizadoras, sistematizou alguns fatores que caracterizam pessoas com vontade de realização. Segundo ele, a vontade de realização impele a pessoa para iniciar um negócio independente; estas pessoas gostam de trabalhar sozinhas e de assumir pessoalmente as responsabilidades; gostam de desafios e não de trabalhos rotineiros; quando precisam de ajuda não exitam em buscá-la, mas procuram um profissional técnico, qualificado e não um amigo; desejam resultados financeiros concretos porque esses são a medida de seu sucesso e realização; calculam os riscos; estabelecem os objetivos e buscam ao máximo cumpri-los.

Acrescentou McClelland que, quando as pessoas apresentam alguns desses traços como vontade de realização, e não precisa ser todos, geralmente são bem sucedidas devido ao grau em potencial de motivação.

Enquadra-se também na motivação da *realização profissional e pessoal* a empresária **Eliana Guimarães Queiroz**,¹⁵⁰⁷ revelando que, apesar de ter se formado em Direito, optou pela moda. Citou Eliana Queiroz:

Eu comecei fazendo tudo sozinha. Organizei a empresa e a formação em Direito me ajudou. ‘Direito te dá o direito a fazer tudo’, até de ser costureira. Você tem uma noção exata do que é uma empresa. Eu era responsável pela criação, pela parte financeira, administrativa, tudo, no início. Era o que eu queria como profissão.¹⁵⁰⁸

Verifica-se que Eliana Queiroz ao criar a empresa na área que desejava, apresenta as características do empreendedorismo, principalmente por ter começado sozinha e ter ampliado consideravelmente sua empresa. Atualmente, tem como sócia uma filha, responsável pela gestão da empresa, enquanto ela dedica-se à criação de modelos, arranjo de vitrines, organização das lojas (cinco em Belo Horizonte), recrutamento de funcionários e compras.

Eliana Queiroz revelou que está preparando e treinando a filha para sucedê-la na empresa. E ao fazê-lo, constituir-se-á em uma empresa familiar. Lembrando Leone,¹⁵⁰⁹ a

¹⁵⁰⁵ McCLELLAND, David apud WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora – como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit.

¹⁵⁰⁶ WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora – como iniciar seu próprio negócio*. Op. cit.

¹⁵⁰⁷ QUEIROZ, Eliana Guimarães. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁰⁸ Ibidem.

¹⁵⁰⁹ Cf. LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa família brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Op. cit.

empresa familiar caracteriza-se, geralmente, a partir do momento no qual a segunda geração assume o poder e o capital da empresa. Torna-se-á, nessa perspectiva, uma empresa familiar.

Como *realização profissional e pessoal* também, **Maria Amália Turner Laborne**¹⁵¹⁰ confessou que após uma experiência em outro ramo de trabalho, optou por iniciar uma outra empresa – a “Academia Turner”. Segundo Maria Amália:

No mercado de trabalho eu estou há dezessete anos, porque eu tinha um centro de estética. Chamava-se “Centro de Estética Maria Amália e Laís Turner”, porque Laís Turner é o nome de minha mãe, que também teve um centro de estética há muitos anos aqui em Belo Horizonte. Resolvi acabar com a parte da estética e começar com uma “Academia de Ginástica”, onde oferecemos várias modalidades de serviços como musculação, *personal trainer*, enfim, todas modalidades de atividade física e que gosto muito. Isso faz sete anos.¹⁵¹¹

Maria Amália disse-nos ter uma sócia, sua filha, mas o poder de decisão na empresa é seu, com o cargo de diretora. Pelo depoimento de Maria Amália verificou-se que, além da motivação ser uma realização pessoal, existe o prazer e o gosto pela atividade desenvolvida e, ainda, a satisfação de ter uma ocupação, um trabalho por opção.

Verificou-se que a maioria das empresárias que justificaram suas motivações para o trabalho no espaço público pela vontade da realização profissional e pessoal acrescentaram o gosto e o prazer de estar em contato com outras pessoas.

Na mesma linha de *realização profissional* como motivação, **Maria Bete Dias Ramalho**¹⁵¹² citou: “Sempre fui funcionária pública desde 1977. Mas, sempre sonhei em ter e montar um negócio próprio, principalmente com um contato mais direto com o público. Busquei uma realização profissional e pessoal”.¹⁵¹³

Também com a mesma justificativa das empresárias Ana Denise e Cláudia Valéria, **Rita de Cássia R. Delmonte**¹⁵¹⁴ declarou: “Fui trabalhar na empresa em 1998 para atuar a área de Recursos humanos, com o objetivo de fazer gestão de pessoas [...]”¹⁵¹⁵ ou seja, *trabalhar com pessoas*.

A *questão financeira* foi o motivo apresentado pela empresária **Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura**,¹⁵¹⁶ complementando que, atualmente, procura ampliar suas empresas no mercado e alcançar novos clientes ou um novo público.

¹⁵¹⁰ LABORNE, Maria Amália Turner. Entrevista. Op. cit.

¹⁵¹¹ Ibidem.

¹⁵¹² RAMALHO, Maria Bete Dias. Entrevista. Op. cit.

¹⁵¹³ Ibidem.

¹⁵¹⁴ DELMONTE, Rita de Cássia R. Entrevista. Op. cit.

¹⁵¹⁵ Ibidem.

¹⁵¹⁶ BOAVENTURA, Cibely de Jesus Rodrigues. Entrevista. Op. cit.

A empresária **Cleibe de Fátima Alves Cabral**¹⁵¹⁷ afirmou que foi trabalhar pelos seguintes motivos: “O sonho de ter meu próprio negócio para me sustentar e ajudar os meus pais, desde criança. Pretendo ser eficiente, competitiva, ter minha empresa 100% controlada e crescer em função desses fatores.”¹⁵¹⁸

Apesar de citar outros fatores, o que realmente motivou Cleibe de Fátima em direção ao espaço público, observa-se, foi o *fator econômico*.

A empresária **Daniela Chen**,¹⁵¹⁹ de origem chinesa, afirmou que veio para o Brasil com a intenção de trabalhar. Em suas palavras:

Sou estrangeira. A gente vem aqui para batalhar. Isso sendo homem ou mulher. O homem sozinho, para sustentar família, leva vinte anos para se estabelecer. Mas se ele se associa a uma mulher para trabalharem juntos, leva só quinze anos. Então, com essa parceria, você encurta o seu prazo de estabelecimento, cria seus filhos, forma a família.¹⁵²⁰

A motivação de Daniela Chen assemelha-se com um dos fatores motivacionais de parte das mulheres brasileiras, isto é, o *fator econômico*, conforme a grande literatura já produzida sobre esse tema. Nessa, a necessidade da complementação da renda do marido para ajudar no orçamento familiar e na formação dos filhos, são apontados como motivos que levaram boa parte de mulheres da classe média para o mercado de trabalho.¹⁵²¹

Em sua vinda para o Brasil, Daniela Chen disse que foi bem recebida no mundo do trabalho, bem como pela sociedade. Afirmou Daniela Chen:

Nunca houve discriminação em relação à minha pessoa. A discriminação surge a partir de você mesma. Se você discriminar a si própria, você vai ser discriminada. Eu nunca senti isso, eu nunca senti que alguém me discriminasse porque eu sou estrangeira ou mulher. Absolutamente, não.¹⁵²²

Daniela Chen complementou que, atualmente, as mulheres estão buscando mais o mercado de trabalho devido à globalização, devido à grande evolução tecnológica e, principalmente, por descobrir que ganhar o próprio dinheiro, não precisar de ninguém para sustentá-la e, portanto, ter independência financeira é muito agradável e traz segurança. Afirmou que a mulher está “[...] mostrando no mercado o potencial e a capacidade que ela

¹⁵¹⁷ CABRAL, Cleibe de Fátima Alves. Entrevista. Op. cit.

¹⁵¹⁸ Ibidem.

¹⁵¹⁹ CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

¹⁵²⁰ Ibidem.

¹⁵²¹ Cf. BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/1995). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit.

¹⁵²² CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

possui.”¹⁵²³ Enfatizou que, além da necessidade econômica que a levou para o mercado de trabalho, a busca pela independência, liberdade e autonomia pesaram muito em sua motivação também.

Bruschini confirma que um dos fatores que mais impulsionou as mulheres para o mercado de trabalho foi a questão financeira. Houve, realmente, uma grande pressão econômica, o que forçou e levou muitas mulheres a buscar alternativas para o sustento ou sobrevivência. De acordo com a autora:

A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, *fariam parte desse processo*. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e mudança cultural observado no Brasil a partir dos anos 70, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso.¹⁵²⁴

O fato das mulheres investirem em maior escolaridade pode ser associado ao número elevado de mulheres que entraram no mercado de trabalho a partir da década de 1970, participação que vem crescendo cada vez mais. Quanto maior o grau de instrução, mais receptivo é o mercado e mais ativas são as mulheres nesse mercado. Só para ilustrar, acrescentamos o que Bruschini registrou: “[...] mas são aquelas que têm nível superior de ensino (15 anos ou mais) as mais ativas, com uma taxa de mais de 80% em 1995, quase o dobro da atividade feminina em geral”.¹⁵²⁵

E, ainda, justificando a motivação em relação à questão financeira citadas pelas mulheres empresárias de nosso estudo, Bruschini confirmou uma crise econômica na década de 1980, permanente e longa, provocando desemprego, deslocamentos de trabalhos e de pessoas, levando muitas delas para o setor informal. Assim, os ramos que cresceram na década de 1990, foram, principalmente, “[...] a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais, a administração pública e alguns outros, como as instituições financeiras”.¹⁵²⁶

Também nesse período, de acordo com Bruschini, observaram-se tanto fatores de mudanças como de permanências. Como mudanças citaremos algumas apenas, por existir, já registrado, grande literatura sobre o trabalho da mulher anterior à década de 1990, ressaltando

¹⁵²³ CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

¹⁵²⁴ BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit., p. 21 (grifos nossos).

¹⁵²⁵ Ibidem, p. 22.

¹⁵²⁶ Ibidem, p. 23.

a ampliação na participação das mulheres em profissões de prestígio, em cargos de chefia, de comando, gerência e em administração de empresas, “[...] *assim como entre os empresários, ou empregadores; entre eles, o aumento relativo da presença feminina foi da ordem de 224%*”.¹⁵²⁷

Apesar da permanência da segregação das mulheres em determinadas ocupações, remuneração mais baixa e diferenciada do homem, elas estão, afirma Bruschini,¹⁵²⁸ ocupando outros e diversos espaços, outras profissões, outros ramos de atividade, exigindo mais escolaridade e qualificação. Isso pode e tem demonstrado ser um dos caminhos para acabar com a segregação profissional e com as remunerações desiguais.

Com a mesma justificativa, **Olga Maria Cardoso**¹⁵²⁹ afirmou: “Precisava ter um rendimento para me sustentar, por isso, optei por ter um restaurante”.¹⁵³⁰ Acrescentou Olga que além da *necessidade econômica*, gosta muito de ter *contato com pessoas*.

A empresária **Rosilda Gonçalves Santos**,¹⁵³¹ enquadrando-se também na *motivação econômica* afirmou: “Por motivos financeiros tive que retornar para Teófilo Otoni, interrompendo meus estudos. Abri meu primeiro negócio, a “*Rose Publicidade*”, buscando o sucesso financeiro e, em seguida, a realização profissional”.¹⁵³²

Continua dizendo Rosilda Gonçalves que após vinte anos desse início, ou seja, até o momento, procura ajudar e colaborar com a sua experiência adquirida por outras pessoas que trabalham ao seu lado.

Por motivos *econômicos e pessoais*, a empresária **Tânia Maria Machado Silva**¹⁵³³ venceu todas as dificuldades e organizou o artesão e a artesã profissionalmente. Disse-nos que seu trabalho, atualmente, caracteriza-se mais como trabalho voluntário.

Em suas palavras: “Digamos que eu seja empresária dos outros, eu ajudo as pessoas a ganhar dinheiro”.¹⁵³⁴ Mas, o começo de tudo deu-se da seguinte forma:

[...] o que me moveu a criar tudo isso aqui (as cinco ONGs) começou em 1983, com a necessidade de uma nota fiscal, e que da necessidade de uma nota fiscal criou-se todo esse mundo. A princípio, tudo bem, era centrado na minha pessoa. Mas fui agrupando com pessoas em volta e as pessoas foram ajudando-me a criar. E foi se

¹⁵²⁷ BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Op. cit., p. 34 (grifos nossos).

¹⁵²⁸ Ibidem.

¹⁵²⁹ CARDOSO, Olga Maria. Entrevista. Op. cit.

¹⁵³⁰ Ibidem.

¹⁵³¹ SANTOS, Rosilda Gonçalves. Entrevista. Op. cit.

¹⁵³² Ibidem.

¹⁵³³ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

¹⁵³⁴ Ibidem.

multiplicando, multiplicando [...]. Imagine você, se eu estivesse, naquela época, preocupada: “Ah! Meu Deus do céu, o que eu vou fazer?” Não teria feito nada! Então, fui e consegui a informação, no início, o governo veio e ajudou, veio uma pessoa, outra, outra veio e deu um palpite, e isto foi sendo criado e organizado. Então, as pessoas têm que acreditar nas oportunidades e em sua capacidade.¹⁵³⁵

A motivação inicial, portanto, enquadra-se na necessidade econômica, o que levou a empresária Tânia Machado a buscar uma forma de legalizar o artesanato que precisava vender.

O fator motivacional sobre a *carência do mercado* foi a justificativa da empresária **Eliane Vasconcelos Rabelo**¹⁵³⁶ ao ser questionada sobre o motivo que a levou para o espaço público. Assim ela disse-nos: “Em 1998 começamos a desenvolver sistemas para empresas comerciais e, devido à grande procura, começamos também a revender equipamentos e suprimentos de informática”.¹⁵³⁷

Observa-se que o motivo que impulsionou a expansão da empresa foi a grande *demandada da atividade* por uma *carência no mercado* da mesma, à percepção de um novo nicho mercadológico que exigia novos serviços de atendimento às empresas, novos equipamentos e fornecimentos específicos do setor.

Também por motivos de *deficiência no mercado*, a empresária **Maria Ângela Sena Rabelo**¹⁵³⁸ justificou o motivo de sua atividade no espaço público citando:

Fui Superintendente Regional de Ensino durante o governo de Eduardo Azeredo. Ao deixar o cargo conhecia a precariedade das redes municipais de ensino. Por este motivo decidi compartilhar minha experiência na área educacional com esse segmento.¹⁵³⁹

Assim, Maria Ângela buscou preencher o vazio com uma empresa de consultoria educacional e projetos, tentando minimizar as deficiências na área do ensino.

Para a empresária **Maria Aparecida Pereira de Souza**¹⁵⁴⁰ o que a alertou a ocupar o espaço público foi a “*carência do mercado* na confecção de lingerie com alguns diferenciais como a qualidade, criatividade, preço e pequenos ajustes”.¹⁵⁴¹ Desse modo, Maria Aparecida visualizou uma lacuna no mercado e sentiu-se atraída a preenchê-la.

¹⁵³⁵ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

¹⁵³⁶ RABELO, Eliane Vasconcelos. Entrevista. Op. cit.

¹⁵³⁷ Ibidem.

¹⁵³⁸ Ibidem.

¹⁵³⁹ Ibidem.

¹⁵⁴⁰ SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁴¹ Ibidem.

Também por uma *deficiência no mercado* de prestação de serviço, a empresária **Tereza Cristina Coelho Pinto**¹⁵⁴² visualizou a oportunidade e iniciou sua empresa. Segundo Tereza Cristina: “Por perceber a não existência do ramo e a necessidade do mesmo no mercado, busco prestar esse serviço com qualidade, com pretensão de crescimento da empresa e de agregar novos serviços”.¹⁵⁴³

O serviço que Tereza Cristina percebeu como “faltoso” no mercado motivando-a a investir foi o embelezamento automotivo e residencial.

As motivações apresentadas pelas quatro empresárias, citadas acima, Eliane Vasconcelos Rabelo, Maria Ângela Sena Rabelo, Maria Aparecida Pereira de Souza e Tereza Cristina Coelho Pinto, encaixam-se, ainda, nos conceitos de *empreendedor* e de *empreendedorismo* de Drucker¹⁵⁴⁴ que abordamos na Parte I, lembrando que, de acordo com esse autor, a inovação, que não precisa ser uma invenção, é racional e traz algo de inovador, de diferente do que já existe no mercado. Pode existir o mesmo ramo de negócios no mercado, mas o novo empreendimento não reproduz apenas o que já existe, e sim, dá-lhe um novo conceito.

O fato das empresárias visualizarem novos nichos ou a deficiência de certos ramos no mercado para começarem seus negócios caracteriza um empreendimento e somente realizado por uma empreendedora. Em decorrência, conquistam espaço no mercado, novos clientes e ganhos nos rendimentos.

Como motivação em relação à *formação profissional* e, em seguida, acrescentando a realização de um *ideal*, a empresária **Cléia Morum Queiroz**¹⁵⁴⁵ afirmou:

Fui para o espaço público devido ao desejo de colocar em prática as descobertas e o conhecimento adquirido na área de psicologia organizacional ao longo dos anos de estudo. A busca da realização profissional através da concretização dos ideais como empresária.¹⁵⁴⁶

Para Cléia Morum, em primeiro lugar, o fator motivador foi a formação acadêmica profissional impulsionando-a ao trabalho. Em segundo, a vontade de realizar seu ideal como pessoa na profissão escolhida.

Também como motivação, a empresária Cléia Morum afirmou que foi pela *consciência* de desejar contribuir para uma sociedade mais justa e um mundo melhor.

¹⁵⁴² PINTO, Tereza Cristina Coelho. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁴³ Ibidem.

¹⁵⁴⁴ Cf. DRUCKER, Peter. *Inovação e espírito empreendedor* – entrepreneurship – práticas e princípios. Op. cit.

¹⁵⁴⁵ QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁴⁶ Ibidem.

Observa-se uma preocupação da empresária mesclada por uma consciência moral e com o “bem comum”.

De acordo com Bobbio e Viroli, a virtude civil que homens e mulheres buscam é viver com dignidade em uma sociedade sem corrupção e servir à liberdade comum:

[...] exercem a profissão com consciência, sem obter vantagens ilícitas, sem se aproveitar da necessidade ou da fraqueza dos outros; vivem a vida familiar com base no respeito recíproco, de modo que a sua casa se assemelha mais a uma pequena república que a uma monarquia ou a uma congregação de estranhos que se mantém unida por interesse ou pela televisão; assumem os seus direitos civis, mas não são em absoluto dóceis; são capazes de mobilizar-se, para impedir que seja aprovada uma lei injusta ou para pressionar quem governa a enfrentar os problemas pelo interesse comum; são ativos em associações de vários tipos (profissionais, esportivas, culturais, políticas, religiosas); acompanham os acontecimentos da política nacional e internacional; querem compreender e não querem ser guiados ou doutrinados; desejam conhecer e discutir a história da república e refletir sobre as memórias históricas.¹⁵⁴⁷

Desse modo, a existência de um senso moral e a preocupação com que é de todos trabalham juntos e um, segundo os autores, reforça o outro. Os autores Bobbio e Viroli escrevem que “esse tipo de virtude civil”¹⁵⁴⁸ não é impossível, existindo, hoje, pessoas que correspondem a essas características que trazem o senso da responsabilidade civil. Essas pessoas fizeram e continuam fazendo um grande bem à comunidade como a si próprios.

Chamamos a atenção para os depoimentos de muitas mulheres empresárias, vistos mais à frente, em que essa “virtude cívica”, da qual Bobbio e Viroli falam foi percebida neles. Inclusive, reforçam os autores, essa “virtude cívica” é que se faz necessária, urgentemente, entre as pessoas, hoje. Confirmando, citam os autores:

Este tipo de virtude civil não é impossível. Cada um de nós poderia citar os nomes de muitas pessoas que correspondem a esta descrição do cidadão que tem o senso da responsabilidade civil e só fizeram bem à comunidade e a si próprios. [...] Falar de virtude civil é importante para fazer oposição à indiferença e à apatia que infelizmente hoje predominam em nosso país, por razões até compreensíveis, [...].¹⁵⁴⁹

Reforçando a conceituação de virtude cívica, além de Bobbio e Viroli,¹⁵⁵⁰ Heller e Fehér¹⁵⁵¹ escrevem que em toda sociedade existem três esferas: a do cotidiano, das

¹⁵⁴⁷ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit., p. 17.

¹⁵⁴⁸ Ibidem, p. 18.

¹⁵⁴⁹ Ibidem, p. 18.

¹⁵⁵⁰ Cf. Ibidem.

Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

instituições econômicas e políticas e das idéias e práticas culturais. A visão de mundo é produto da última esfera que dá sentido à vida e legitimidade às outras. Qualquer pessoa pode e deve relacionar-se com a esfera política por meio da prática, de qualquer profissão ou de qualquer outra esfera sem necessidade de exercer a política institucional como vocação. O fato de transitar entre a esfera política e outras, permite e estimula o desenvolvimento de uma consciência e potencial crítico.

As pessoas que praticam ações sociais ou políticas podem apresentar ou não as virtudes cívicas. Para a caracterização das virtudes cívicas, primeiramente, conceituamos virtude, de acordo com Heller e Fehér:

As virtudes são traços de caráter tidos como exemplares por uma comunidade de pessoas. Esses traços são adquiridos pela prática. Fazer o que é certo, e fazê-lo da maneira certa, indica que uma pessoa deseja desenvolver certas virtudes em si ou pelo menos parece ser isso o que deseja. Fazer o certo da maneira certa consistente e continuamente indica que a pessoa em questão conseguiu adquirir traços de caráter exemplares. As virtudes (ou traços de caráter exemplares) estão relacionadas a valores. Os valores são bens. Tudo pode ser um bem – seja uma coisa, uma instituição social, um sentimento, uma relação humana, um ser super-humano, um estado de espírito, um tipo de discurso, quando uma determinada comunidade lhe atribui um valor.¹⁵⁵²

As virtudes, portanto, estão relacionadas com os valores de qualquer pessoa. A virtude cívica, por sua vez, segundo Heller e Fehér, “[...] são as virtudes do cidadão”.¹⁵⁵³ Na antigüidade, Cícero relacionou as virtudes cívicas com a *res publica* – república – significando “coisa comum”. As virtudes do cidadão referem-se e relacionam-se com os bens de valor compartilhados em comum e são “constitutivos”, ou seja, aceito por todos na ordem democrática, tidos como condicionadores para a “boa vida” de todas as pessoas e, portanto, para uma “coisa comum”. Nem todos os bens de valor para uma boa vida significam que são partilhados em comum. De acordo com Heller e Fehér:

Coisas comuns são constituições, leis, instituições públicas, órgãos formuladores de políticas, estruturas gerais (quer dizer, comumente partilhadas) dentro dos quais operam as instituições de caráter social, econômico ou outro. Além disso, o conjunto de procedimentos sob os quais se estabelecem esses órgãos, que os mantém funcionando ou permite que sejam substituídos por outros é uma coisa comumente partilhada. Os bens publicamente partilhados são “ideais”, quer dizer, na melhor das hipóteses asseguram as condições *sócio-políticas* para a boa vida de todos, e não *todas* as condições dessa vida. As condições sócio-políticas da boa vida têm sido tradicionalmente associadas à *justiça*. A “coisa comum” que é boa para todos e é, ao

¹⁵⁵¹ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁵⁵² Ibidem, p. 117-8.

¹⁵⁵³ Ibidem, p. 118.

mesmo tempo, a condição para a boa vida de todos, é a justiça ou, para sermos mais precisos, a coisa comum, a *res publica*, é boa para todos se incorpora a justiça. [...] Os cidadãos contestam a justiça ou a injustiça das instituições comuns. Mas, quando atacam o caráter injusto ou defendem o caráter justo dessas instituições, adotam a posição de um valor diferente do da justiça. Não pode ser de outro modo, pois não podemos responder à pergunta: “Por que essa instituição é injusta?”, dizendo: “Porque não é justa”. Contestantes e contestados normalmente recorrem a dois valores em seu ataque ou defesa de ordens sociais: o valor da liberdade e o da vida. Nos tempos modernos, os dois valores se universalizaram. Abriu a possibilidade de uma grande variedade de interpretações de valor.¹⁵⁵⁴

Ou seja, os mesmos valores, podem ser julgados ou adotados diferentemente por contestantes ou contestados. Em nossa sociedade, como valores intrínsecos às nossas instituições partilhadas em comum, as virtudes cívicas que todo cidadão deve praticar são: “[...] tolerância radical, coragem cívica, solidariedade, justiça, e as virtudes intelectuais de disposição para a comunicação racional e *phronesis*”.¹⁵⁵⁵

Continuam os autores dizendo que a *tolerância radical* significa reconhecer que todas as necessidades humanas devem ser concedidas igualmente a todos, excetuando práticas de dominação, opressão, violência ou sadismo. Essa virtude cívica luta contra as leis injustas, discriminatórias que não respeitam formas de vida diferentes ou alternativas de outras pessoas, mesmo que não as vivam.

A *coragem cívica* refere-se à virtude que uma pessoa pratica pela coragem de erguer a voz e defender outras que são vítimas de injustiça. Mesmo correndo riscos, enfrentando barreiras, a pessoa de coragem cívica luta pela justiça, tem esperança de vitória, convicção democrática e defende os valores. A virtude da coragem cívica é de grande importância também nas ações coletivas. “A coragem cívica é o tipo de coragem necessária em movimentos que abrem mão do uso da força [...]”.¹⁵⁵⁶ Passando à outra virtude cívica – a *solidariedade*, com base nos mesmos autores, essa possui algumas críticas dependendo do modo como é praticada. Se alguém diz ser solidário ao próximo ou a algum país distante, mas não arca com nenhuma responsabilidade ou não move nada para mudar as condições de vida desta pessoa ou desse país não se caracteriza a solidariedade. Escrevem os autores:

[...] a virtude da solidariedade implica a disposição de traduzir o sentimento de irmandade em atos de apoio aos grupos, movimentos e outras coletividades dedicadas a *reduzir* o nível de violência, dominação ou força nas instituições sociais e políticas [...]. Contudo, a virtude da solidariedade deve também ser praticada nas

¹⁵⁵⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 121.

¹⁵⁵⁵ Ibidem, p. 122

¹⁵⁵⁶ Ibidem, p. 124.

relações face a face, na vida diária e em várias outras esferas. Praticar a virtude da solidariedade exige um gesto de ajuda ativa.¹⁵⁵⁷

A solidariedade, segundo Heller e Fehér, exige uma redefinição atualmente, porque o discurso dessa virtude como prática às vezes não converge com o seu significado. Caso não haja o apoio consistente das pessoas para provocar mudanças de *qualidade de vida* para outros, essas pessoas “[...] ficam aquém de tudo que implica a virtude da solidariedade”.¹⁵⁵⁸

A *justiça*, outra virtude cívica, seguem os autores Heller e Fehér, é a mais antiga, cujo significado e relevância interferem na coragem cívica e na solidariedade. Sempre um julgamento deve ser justo e saber combinar parcialidade com imparcialidade. Por isso, os sentimentos e interesses pessoais devem ser bem monitorados, bem como os pré-julgamentos. Esses, inclusive, são os que mais ocorrem, levando às práticas da discriminação, preconceito e exclusão. Para um julgamento justo, o autoconhecimento é uma condição.

Também a *phonesis* ou *prudência* é uma virtude cívica considerada tradicional, recorrente no processo de aplicação de normas. A prática e a experiência são os pilares da prudência para um bom julgamento na ação. A prudência, é “[...] especialmente importante na prática política, onde temos de tomar *decisões* políticas o tempo todo, às vezes com pouco ou nenhum para a deliberação”.¹⁵⁵⁹ A prudência é uma virtude intelectual do cidadão.

Na era moderna, segundo Heller e Fehér, a principal virtude é a *participação do discurso racional* pelo cidadão. É “[...] a virtude de *estar disposto a participar* desse discurso”.¹⁵⁶⁰ Essa é também uma virtude intelectual. Ninguém, por si mesmo, pode decidir ou determinar quais regras, leis, normas, instituições são boas ou más ou justas, como, ainda, não está autorizado a forçar ou impor a outras pessoas suas idéias particulares. Por isso, a importância do discurso racional entre os cidadãos.

Os *valores universais* que regem as sociedades democráticas são a *liberdade* e a *vida*, apregoadas por meio das frases – “*igual liberdade para todos*” e “*iguais oportunidades de vida para todos*”.

Todas as virtudes cívicas e os valores universais convergem-se, evidentemente, porque uma ou um é pressuposto e/ou consequência do outro. Exercê-las ou correspondê-las exige um procedimento justo. Enfatizam Heller e Fehér:

¹⁵⁵⁷ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 127.

¹⁵⁵⁸ Ibidem, p. 127.

¹⁵⁵⁹ Ibidem, p. 128.

¹⁵⁶⁰ Ibidem, p. 128.

Um procedimento é justo se todos os envolvidos com uma instituição, ordem social, lei e coisas assim participam de um discurso racional sobre a *justeza* ou justiça de tais instituições, ordens e leis. O procedimento justo exige que todos os interessados estejam *dispostos* a entrar num discurso racional. Essa disposição não é uma qualidade inata, embora se baseia na mobilização de certas qualidades inatas, como todas as virtudes. A virtude de estar disposto a entrar num discurso racional é realçada, como acontece com todas as virtudes, pela sua prática. Mas a generalização da prática do discurso racional já pressupõe a *presença* dessa virtude num considerável número dos membros do corpo político. [...] Se concordamos que a “coisa comum”, a *res publica*, deve consistir de instituições, leis e ordens sociais informadas pelos valores universais de liberdade e vida, pelo valor condicional da igualdade e pelo valor procedimental da racionalidade comunicativa, temos de praticar as virtudes cívicas relacionadas com esses valores. Temos de desenvolver em nós mesmos as virtudes cívicas de tolerância radical, coragem cívica, solidariedade, justiça, e as virtudes intelectuais de *phronesis* e racionalidade discursiva. A prática dessas virtudes faz da “cidade” o que ela deve ser: a soma total de seus cidadãos. Quaisquer outras virtudes que homens e mulheres desenvolvam além dessas virtudes cívicas contribuem para a boa vida deles próprios. As virtudes cívicas contribuem para a boa vida de todos.¹⁵⁶¹

Ao conhecermos melhor as virtudes cívicas, as análises em relação aos depoimentos das mulheres empresárias tornam-se mais fáceis, pelo fato de, constantemente, virem à tona.

A exemplo do que Heller e Fehér citam no trecho acima, isto é, que devemos desenvolver e praticar as virtudes cívicas para uma vida boa para todos, percebemos, com muita constância e firmeza, o desenvolvimento dessas entre as mulheres empresárias.

Portanto, a definição e o entendimento dessas virtudes cívicas que caracterizam o espírito republicano¹⁵⁶² nos ajudará nos depoimentos das mulheres à frente.

¹⁵⁶¹ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 129.

¹⁵⁶² Lembramos aqui que o espírito republicano já fora manifestado no século XIX entre as mulheres mineiras, especificamente, no Serro Frio. A cidade de Serro Frio à época desse movimento das mulheres serranas ainda era chamada de “Vila do Príncipe”, passando à condição de Cidade do Serro Frio no dia 06 de março de 1938, por meio da Lei n. 93. Tal lei foi “[...] assinada pelo presidente da Província José Cezário de Miranda Ribeiro, mais tarde Visconde, [...] elevando a Vila do Príncipe, Diamantina, São João del Rei e Sabará à categoria de cidades”. (SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999, p. 41). O episódio no qual ocorreu a participação das mulheres deu-se em 1831, época de D. Pedro I, que ao deixar a Coroa para seu filho D. Pedro II, estabeleceu-se no Brasil, as Regências no período de 1831 a 1840 devido à menoridade do Príncipe. Contra o Governo Geral e a tirania monárquica no Brasil, Teófilo Ottoni assumiu a responsabilidade do movimento em Serro Frio, defendendo a implantação do regime republicano. Foi dentro desse movimento em Serro Frio que as mulheres serranas organizaram-se e elaboraram um manifesto a favor de tal movimento, em apoio aos revoltosos do Serro. Teófilo Ottoni, filho da terra de Serro Frio, no dia 3 de abril de 1831 conclamou o povo serrano a unir-se e empunhar armas contra a tirania. As mulheres, encabeçadas por D. Maria Salomé Perpétua de Queiroga, aderiram ao movimento. Além da elaboração do manifesto, já citado, as mulheres doaram dinheiro e jóias com o objetivo de propiciar recursos financeiros para a defesa militar e ofereceram seus serviços ao movimento. Em 6 de abril de 1831, ou seja, três dias após a conclamação de Teófilo Ottoni aos serranos, D. Maria Salomé Perpétua de Queiroga entregou uma declaração de apoio com assinaturas de várias mulheres de Serro Frio, na qual percebem-se os valores cívicos dessas mulheres em defesa da liberdade e sentimentos patrióticos contra o poder arbitrário ou tirânico de um ou poucos governantes. Esse tipo de governo não se enquadra nos valores republicanos. Observa-se que o movimento dessas mulheres do Serro possui um caráter político a partir do momento em que suas opiniões foram levadas para o espaço público e tornaram-se visíveis e reais. E ainda as opiniões dessas mulheres constituíram-se em críticas contra o governo institucional vigente, sendo, portanto, uma estratégia orientada ou direcionada ao poder governamental. Dessa forma, esse movimento constitui-se em uma ação política. As virtudes cívicas podem ser visualizadas pelos compromissos assumidos

Na seqüência, buscando conhecer outro fator motivacional, passamos à empresária **Lílian Tavares Mascarenhas Rocha**¹⁵⁶³ que se enquadra na *formação acadêmica*. Tal motivação pode ser percebida no relato:

A gente, nossa família, tem uma vocação porque nós todos somos ligados à parte de educação. Minha mãe é diretora de escola, meu pai é professor universitário, meu sogro é Juiz de Direito e lecionou muitos anos. Estamos ligados à educação acadêmica. E, particularmente o projeto da empresa “Limiar” foi moldado numa incubadora de empresas.¹⁵⁶⁴

Observa-se que a justificativa de Lílian Mascarenhas na implantação da empresa voltou-se à exclusividade de sua preparação profissional. Sobre esse projeto que levou a empresária para o espaço público, ela explicou-nos:

A Limiar nasceu dentro de uma incubadora de empresas em que a gente tinha que submeter o projeto para ser aprovado para ingresso. Ele é de base tecnológica de informática e tinha que ser bastante elaborado em termos de complexidade de ferramenta, em termos de tecnologia a ser utilizada. Há seis anos, nós submetemos esse projeto que foi aprovado e a empresa existe formalmente desde essa época. Os dois primeiros anos passamos dentro da incubadora, como se fosse um bebê mesmo. Ali dentro era uma salinha onde você começa a aprender o que é “ser empresária(o)”, porque o meu sócio e eu viemos da área técnica. Somos acadêmicos dessa área, com mestrado. [...] Então, essa vivência e prática para o mercado. Não viemos de empresa familiar. Por isso, tivemos que aprender como gerir um negócio dentro da incubadora. Saímos dela há quatro anos e estamos preparados.¹⁵⁶⁵

A empresária preparou-se além do conhecimento teórico, também com uma prática acadêmica para investimentos na área profissional, o que justifica sua motivação.

pelas mulheres serranas, quais sejam, o compromisso de participar da defesa da pátria, enfatizado pelo valor patriótico na declaração; a importância da união, manifestada pela força por meio da reunião; a defesa da liberdade por não admitir a tirania ou o poder arbitrário de um ou poucos governantes; a *coragem* cívica, por levantarem a voz na defesa de uma causa; a *solidariedade*, expressa pela vontade de ajudar, de apoiar e contribuir com o que podiam para *mudar* a situação vigente; a vontade de *justiça*; a preocupação com o bem comum e mundo comum; a virtude cívica e intelectual da participação pública, do discurso ou debate público e, principalmente, a defesa da liberdade republicana. Essa liberdade republicana defendida por Teófilo Ottoni e, também, pelas mulheres do Serro, significa a não interferência e a não dependência do indivíduo nas mãos e na vontade de outro. Percebe-se o valor do bem comum, característico do cidadão ou cidadã republicanos, quando as mulheres preocupavam-se com os interesses coletivos acima dos individuais. A entrega e o oferecimento de bens materiais e serviços em prol da comunidade e do movimento é uma atitude voltada para o coletivo, acima de interesses pessoais. Percebe-se a preocupação com o futuro e, portanto, com as próximas gerações, com o mundo comum, ao defenderem a criação de uma instituição duradoura, no espaço público, no caso, a República, para que essa perdure e assegure o mundo comum e os interesses comuns. Por esses sinais visíveis na declaração das mulheres de Serro Frio, percebe-se, portanto, as características da virtude cívica e de cidadãs de espírito republicano (Cf. SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Op. cit.).

¹⁵⁶³ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁶⁴ Ibidem.

¹⁵⁶⁵ Ibidem.

Luziana Brandão Nunes Lanna,¹⁵⁶⁶ empresária no ramo de idiomas, começou sua atividade empresarial a partir de sua *formação acadêmica* em Metodologia e Lingüística, partindo para uma escola de idiomas. Sobre a motivação para o trabalho, de acordo com sua formação, Luziana Lanna justificou:

Porque eu me identifico com o papel de educadora. Reconheço minhas habilidades com “people skills”, ou seja, sabia desde cedo, que meu sucesso profissional estaria ligado à habilidade de lidar com pessoas e transferir conhecimento. Aprendi inglês muito jovem e comecei a dar aulas com 13 anos. Acredito que o sucesso acompanha a habilidade e não o contrário.¹⁵⁶⁷

Informando-nos sobre sua formação específica, complementou Luziana Lanna:

Fiz o meu primeiro curso em Comunicação Social e foi muito bom porque foi o primeiro ano do curso no Brasil. Depois fiz Pedagogia e comecei a estudar matérias isoladas, inclusive Cibernética (o meu negócio era Física Nuclear). Em seguida, fiz pós-graduação em Metodologia e apliquei à Lingüística, e meu trabalho e minha formação está voltada para essas duas áreas. Estudei aqui, estudei na Inglaterra, nos Estados Unidos e fiz pesquisas na Rússia por causa da KGB, que era o maior centro de Lingüística do mundo.¹⁵⁶⁸

A partir de seu conhecimento em Metodologia e Lingüística, principalmente, Luziana Lanna deu início à sua empresa, uma escola de idiomas e, hoje, após 25 anos, compõe o “Grupo Luziana Lanna Idiomas”.

Reforçando a importância e as conseqüências da ampliação da educação entre as mulheres, Miranda afirma:

A educação da mulher representa importante fator capaz de contribuir para mudanças nos papéis e no status feminino em todos os países. [...] a educação tem efeito positivo no aumento da participação da mulher nas sociedades desenvolvidas; mais altos níveis de escolarização resultam em maior probabilidade de participação na força de trabalho.¹⁵⁶⁹

Apesar do fator positivo que a educação provoca no comportamento cultural, social, econômico e político, a autora enfatiza que, ainda hoje, a escola reproduz e reforça valores culturais e normas baseados na segregação sexista. Por isso, grande parte das mulheres ainda acredita que seu trabalho no mercado é inferior ou suplementar ao do homem. A escola,

¹⁵⁶⁶ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁶⁷ Ibidem.

¹⁵⁶⁸ Ibidem.

¹⁵⁶⁹ MIRANDA, Glaura Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa*. Op. cit., p. 23.

portanto, parece contraditória porque, ao mesmo tempo em que possibilita uma maior participação das mulheres e mudanças culturais preconceituosas, reforça valores tradicionalistas desencorajando as mulheres a investirem em suas carreiras.

A educação e a formação da mulher estão intrinsecamente ligadas à sua participação no mercado de trabalho, à sua posição ou status, aos cargos mais altos e aos seus rendimentos.

A educação, por sua vez, segundo Miranda está associada às condições sócio-econômica da família combinada por três fatores:

[...] educação, ocupação e renda do marido, no caso das mulheres casadas; e, educação, ocupação e renda dos pais, no caso das mulheres solteiras. Assim, as mulheres casadas de classe mais alta têm uma probabilidade de participar da força de trabalho quase 4 vezes maior do que as mulheres de classe baixa e duas vezes maior do que as de classe média.¹⁵⁷⁰

Dessa forma, as mulheres casadas de classe alta têm mais chances e oportunidades no acesso aos empregos, funções ou cargos mais altos e melhores remunerados em relação às mulheres de classe baixa, afirma Miranda.¹⁵⁷¹ Acrescenta-se o fator de maior escolaridade, o fator de influência e relacionamento nas esferas social, econômica, cultural e política que a família contribui e a possibilidade da mulher de classe média ou alta possuir empregada(s) doméstica(s), o que facilita a sua saída para o mercado de trabalho. No caso das mulheres solteiras, há uma inversão, ou seja, as jovens da classe alta são as que menos participam do mercado de trabalho por estarem estudando, não precisarem ou não se interessarem ainda pelo trabalho. Em seguida, as mulheres solteiras de classe média, de acordo com Miranda são 43% no mercado de trabalho e as de classe baixa são 28%.

Nesse sentido, a exemplo da formação acadêmica e profissional, como fatores impulsionadores para o trabalho ou para ocupar a esfera pública, Luziana Lanna é exemplo de uma significativa parcela de mulheres.

Inicialmente, Luziana Lanna era a única proprietária, mas, devido à questão da continuidade da empresa revelou:

Hoje eu sou majoritária do grupo, porque há dois anos atrás abri o capital para os meus funcionários com mais de dez anos de casa. Eles podem comprar cotas do curso. Eu acredito no modelo em que as pessoas têm possibilidade de subir. Então, hoje, tenho sócios minoritários. Isso me preocupava muito, porque você tem que pensar na continuidade da empresa e do seu trabalho. Se você não conseguir inspirar *followers*, gente que queira continuar, que queira ampliar o negócio, você vai

¹⁵⁷⁰ MIRANDA, Glaura Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa*. Op. cit., p. 27.

¹⁵⁷¹ *Ibidem*.

trabalhando até os 80, e estourando, até os 90. Isso com muito otimismo. E quem vai perpetuar a empresa que você criou?¹⁵⁷²

Em seguida, Luziana Lanna revelou como iniciou efetivamente o seu negócio: “A empresa ‘Luziana Lana Idiomas’, eu criei dentro da minha casa, dentro do meu apartamento. Comecei assim e cresceu muito. Somos o maior empregador no setor de idiomas no estado de Minas Gerais”.¹⁵⁷³

Pelo depoimento, observa-se que Luziana Lanna é um exemplo em potencial de uma empreendedora. Começou praticamente do zero dentro do seu apartamento e construiu o “Grupo Luziana Lanna” a partir daí. Atualmente, em Belo Horizonte, existem dezessete (17) escolas. Atua no interior de São Paulo com um modelo experimental, que é o Grupo Objetivo, há o início de outro franqueado no Rio de Janeiro e a meta é continuar a expansão.

Para Luziana Lanna, o conceito de empreendedora é aquela que começa do nada e consegue construir ou montar o seu negócio com sucesso.

No seu caso, ao desejar começar uma escola de idiomas, ela começou sem nenhum recurso. Sua percepção sobre esse conceito de empreendedora assemelha-se à definição dos autores Bernardes e Marcondes que definem empreendedor(a) como:

Fundador de uma organização ou, então, quem amplia uma já existente. São empreendedores os que iniciaram seus próprios negócios (não importado se grande supermercado ou mercearia de esquina) ou, então, os que criaram e expandiram partidos políticos, religiões e movimentos sociais.¹⁵⁷⁴

Verifica-se, no entanto, que além do(a) empreendedor(a) *fundar* seu próprio negócio, pode também ser aquele(a) que faz crescer. Ainda, o conceito de empreendedor(a) é ampliado para outras profissões ou atividades, a exemplo do que já foi exposto pelas empresárias da AC MINAS ao colocar o nome do “Conselho da Mulher Empreendedora”.

Passando a outras motivações, agora atribuída à *formação familiar*, a empresária **Ângela Gutierrez**¹⁵⁷⁵ em relação à motivação para o trabalho no espaço público, afirmou:

[...] meu contato oficial com o espaço público foi como Secretária de Cultura de Minas Gerais. Eu fiquei mais ou menos uns dez anos (acho que é isso mesmo). Foi a primeira experiência objetiva, embora eu seja uma pessoa que tenha a minha vida inteira voltada para essa área – social, cultural, mas sempre área pública. Eu não sei te dizer o que me levou, acho que isso é uma coisa que vem com a gente. Eu não sei

¹⁵⁷² LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁷³ Ibidem.

¹⁵⁷⁴ BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 162.

¹⁵⁷⁵ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

te explicar. Eu gosto da área social, eu me envolvo com prazer e te confesso que nos últimos anos abri mão de muita coisa da minha vida profissional para assumir a atividade do Centro Comunitário. É uma coisa que a gente faz porque ama, porque gosta. Agora, nada ligado à vida pública, bem entendido. Eu tenho uma ação na área pública, mas a vida pública, essa nunca me fascinou, nunca me agradou, e eu nunca quis realmente trilhar esse caminho.¹⁵⁷⁶

O trabalho voltado à área social e cultural, segundo Ângela Gutierrez, sempre fez parte de sua *formação familiar*. A vida pública refere-se à política institucional, cuja esfera nunca lhe interessou. A sua motivação, portanto, percebida por meio do depoimento, além de sua formação, deve-se ao gosto, ao prazer, à vontade de estar atuando nestas duas áreas, a cultural e a social.

Também a empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**¹⁵⁷⁷ ao falar de seu impulso para ocupar o espaço público atribuiu essa decisão como algo muito natural devido à *formação familiar* que recebeu e, principalmente, aos incentivos do próprio pai. Segundo Beth Pimenta, sua educação foi diferente em relação à época, sem divisão sexista, sendo educada da mesma forma que os oito irmãos. Os avós estudaram na Europa, sendo que um deles estudou Medicina em Paris e o outro passou um tempo na Europa e no Egito estudando as histórias dos faraós. Segundo Beth Pimenta, seu pai dizia:

Corra sempre atrás dos seus sonhos, faça igual aos seus avós. [...] A cabeça de meu pai e de minha mãe são cabeças do século XXI. Eu via a diferença entre a educação de minhas primas e eu. Elas iam aprender a fazer um bolo, por exemplo, mas, eu, nunca! Eu fui educada para correr atrás dos meus sonhos.¹⁵⁷⁸

Beth Pimenta ressaltou que admira quem possui dotes culinários e o fato de não ter a educação voltada para esse lado, não significa que não respeite ou que não dê valor. Muito pelo contrário, Beth Pimenta afirma que cada indivíduo deve buscar aquilo que deseja e que o faça feliz. No seu caso, essa foi a opção de seus pais para a sua formação. Continuou Beth Pimenta que com dez anos saiu de casa para estudar e a mãe escolheu, além do currículo pedagógico, o estudo de piano e artes, tirando o bordado e a culinária, cujos conhecimentos complementares eram oferecidos às alunas no “Colégio de Freiras Clarice Franciscanas.” A mãe foi muito independente e rompeu com uma estrutura familiar de que mulher não trabalhava fora. Aos 18 anos, ou seja, aproximadamente 44 anos atrás, já dirigia caminhão e trator, o que, para a época, era um absurdo. Era filha de fazendeiro de café, de família tradicional e política. Beth Pimenta revelou que nunca viu um homem como o seu pai, um

¹⁵⁷⁶ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁷⁷ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁷⁸ Ibidem.

grande incentivador, respeitador da individualidade, da profissão e realização pessoal tanto de sua própria mãe como de todas as pessoas. Afirmou Beth Pimenta:

Lá em casa não havia diferença entre homem e mulher. [...] Eu realmente não fui criada para ter filhos, para casar e ser feliz para sempre, tanto que tenho inveja de quem sabe cozinhar porque eu acho chique, muito chique, e acho que agrega. [...] Mas, lá em casa eu tive uma educação familiar diferente das meninas de minha época. [...] Fui formada para ir atrás dos meus sonhos. [...] A pessoa tem que ser feliz sendo uma ótima dona de casa, cuidando dos filhos ou sendo uma ótima profissional. Se a felicidade dela está em ser dona de casa, cuidando do marido, ótimo! O que eu acho é que o objetivo da nossa vida é ser feliz. Então, cada um tem que ser feliz naquilo que ela acha e gosta para a sua realização pessoal. Se é o lar, ótimo, se é ser empresária, ótimo, se é ser professora, ótimo! Mas cada um tem que procurar ser feliz.¹⁵⁷⁹

Beth Pimenta também, como seus avós, estudou na Europa. Seu primeiro emprego foi de secretária em uma empresa na qual o Tio, Demerval Pimenta, era presidente. Em seguida, surgiu um concurso na Associação Comercial e o pai incentivou-a a prestá-lo. No entanto, segue Beth Pimenta:

Aí, eu fui. Mas falaram-me (na Associação Comercial) que eu não podia fazer o concurso porque mulher não podia trabalhar lá. Conte para o meu pai e ele falou: “Absolutamente, como mulher não pode? Você vai voltar lá e dizer que mulher e homens são iguais. Como? Uma entidade centenária ter esse preconceito?” (E repetiu): “Volta lá e diz para eles que não tem diferença entre homem e mulher não, para trabalhar. Você pode não agüentar um saco de feijão de 60 quilos nas costas, mas toda a competência intelectual você tem”.¹⁵⁸⁰

A empresária Beth Pimenta fez o concurso para preencher 12 vagas. Foram admitidos 11 homens e ela, a única mulher que passou em 1º lugar. O incentivo e a formação dados pelos pais, portanto, foram fundamentais em sua trajetória. Reforça Beth Pimenta que o pai sempre dizia que ela tinha capacidade para conquistar e ocupar sempre o cargo mais alto e, nunca, os secundários. Na época em que foi a primeira Diretora da CDL, no início da década de 1980, revelou-nos Beth Pimenta que seu pai ligou dizendo: “Minha filha, você pode ser a Presidente da CDL. Parabéns! Você é competente, você é igual à sua mãe, você pode ser aquilo que você quiser”.¹⁵⁸¹

¹⁵⁷⁹ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁸⁰ Ibidem.

¹⁵⁸¹ Ibidem.

Em sua casa, continua Beth Pimenta, o pai nunca dizia “[...] isso aqui é de homem e isso é de mulher. Você pode fazer tudo o que os seus irmãos podem fazer. Então, eu fui criada sem a sementinha do preconceito dentro do meu coração”.¹⁵⁸²

Nesse sentido, a participação da empresária Beth Pimenta no espaço público e político foi um processo muito natural, normal, sem nenhuma dicotomia ou preconceito, devido à sua formação familiar.

O fator que levou a empresária **Laudemares Mendes Caldeira**¹⁵⁸³ para o trabalho deu-se pelo fato do *marido já atuar* no mesmo ramo. Em segundo plano citou a realização profissional para engajar-se no mundo comercial.

Na mesma direção de Laudemares Mendes, o que também levou **Selma Helena Carrozza Tótora**¹⁵⁸⁴ ao espaço público como empresária foi o fato de *ajudar o marido* na empresa.

Confirma Bruschini¹⁵⁸⁵ que nas décadas de 1980 e 1990 houve uma mudança na População Economicamente Ativa (PEA) feminina, referindo-se à idade e “[...] acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas [...] sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70”.¹⁵⁸⁶

Nesse sentido, segue a autora, as mulheres casadas aumentaram em muito sua participação no mercado de trabalho. As motivações são variadas, dentre tantas: “[...] necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionada pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudança na identidade feminina e nas relações familiares [...]”.¹⁵⁸⁷

E, dentre outras, podemos incluir as motivações das mulheres empresárias acima citadas, justificando acompanharem o marido no ramo dos negócios.

O fator motivacional que levou a empresária **Maria Beatriz Silveira Santos**¹⁵⁸⁸ para o espaço público foi um *convite*. Disse Maria Beatriz: “Um amigo lojista me convidou quando ia assumir a presidência da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, em 1996. Minha intenção também era a de colaborar com a entidade”.¹⁵⁸⁹

¹⁵⁸² PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁸³ CALDEIRA, Laudemares Mendes. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁸⁴ TÓTORA, Selma Helena Carrozza. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁸⁵ BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e Gênero - mudanças, permanências e desafios*. Op. cit.

¹⁵⁸⁶ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁸⁷ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁸⁸ SANTOS, Maria Beatriz Silveira. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁸⁹ Ibidem.

Semelhante à Maria Beatriz, o que levou **Sônia Ferreira de Amorim Terra**¹⁵⁹⁰ para o espaço público foi também um *convite* para criar uma empresa. Outro fator foi o gosto de estar próxima às pessoas e, em sua opinião, o trabalho empresarial possibilita isso.

O *empreendedorismo* aparece como fator motivacional para o trabalho no espaço público, quando a empresária **Maria Denise Piva**¹⁵⁹¹ afirmou:

Após ter me casado, senti a necessidade, juntamente com meu marido Paulo Madar Piva, de empreender, crescer, trabalhar e buscar novos horizontes, além da oportunidade de crescimento e prosperidade. A partir de 1975, viemos para Minas Gerais para produzir alimento, gerar empregos e renda. Hoje, continuo buscando manter e desenvolver novas atividades dentro do “Grupo Ouro Verde”.¹⁵⁹²

Verifica-se pelo depoimento de Denise Piva vários fatores motivacionais ao mesmo tempo. No entanto, o fator imprescindível gerador dos demais foi o *empreendedorismo*. A partir deste, os outros podem ser considerados como conseqüências da vontade de empreender.

A empresária Denise Piva quando citou no depoimento acima a expressão “*viemos para Minas Gerais*”, referiu-se à sua vinda do Rio do Grande do Sul para empreender no setor do agronegócio em Minas Gerais.

A declaração de Denise Piva ajusta-se ao conceito de empreendedor do autor Aquino,¹⁵⁹³ citado na parte I deste trabalho, ao escrever que empreendedor é uma pessoa de iniciativa, que visualiza com perspicácia novas oportunidades, lançando-se nos negócios com ousadia, muita vontade, esforço e de personalidade provocadora nos negócios.

Aquino,¹⁵⁹⁴ ao diferenciar o(a) empreendedor(a) do(a) empresário(a), afirma que é o(a) empreendedor(a) que tem a iniciativa primeiramente, é o(a) criador(a) de novas oportunidades ou de novos negócios, para, depois, constituir-se como empresário(a).

Nesse sentido é que se percebe a semelhança da motivação de Denise Piva com o conceito teórico de Aquino,¹⁵⁹⁵ por privilegiar primeiro, a vontade de empreender.

O motivo pelo qual **Elisabeth Mitie Fukuda**¹⁵⁹⁶ revelou ter iniciado seu trabalho foi seu *idealismo*. Acrescentou que foi convidada a assumir o cargo de Presidente da Associação

¹⁵⁹⁰ TERRA, Sônia Ferreira de Amorim. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁹¹ PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁹² Ibidem.

¹⁵⁹³ Cf. AQUINO, Cleber. História Empresarial vivida. O empreendedor e o empresário. São Paulo: *Gazeta Mercantil*. Op. cit.

¹⁵⁹⁴ Cf. Ibidem.

¹⁵⁹⁵ Ibidem.

¹⁵⁹⁶ FUKUDA, Elisabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

Comercial e Industrial de Paracatu – ACIPA em 2003 e, ao exercer essa função, descobriu que poderia contribuir com a categoria empresarial e realizar muitos dos seus sonhos.

A empresária **Virgínia Paletta Câmara Stephens**¹⁵⁹⁷ revelou-nos que não se preparou para ser empresária, portanto, não formulou um motivo e disse: “Aconteceu de eu virar empresária. Eu não planejei. Aconteceu de eu ter uma empresa. Agora, eu tive que ter a ajuda do meu marido, senão, sozinha, eu não ia dar conta”.¹⁵⁹⁸

Apesar de algumas empresárias terem declarado uma certa independência na constituição das empresas, verificou-se, também, que poucas tiveram e têm a ajuda financeira e logística do marido, a exemplo de Virgínia Câmara.

Ressaltamos que algumas empresárias entrevistadas não comentaram sobre os motivos que as levaram a trabalhar ou saírem para o espaço público, por isso, não foram abordados neste subcapítulo: **Beatriz Ferreira da Costa**, de Teófilo Otoni; **Denize Fonseca Santos Lara**, de Divinópolis e **Maria José da Conceição Silva**, de Juiz de Fora.

A empresária **Jeane Carla Silva Ribeiro**, de Montes Claros, apesar de não ter revelado o motivo, comentou que no mercado atual, extremamente competitivo e sempre exigindo inovações permanentemente, a sua busca constante dentro das empresas é a excelência no atendimento aos seus clientes.

Após a exposição das motivações que levaram a maioria das mulheres empresárias de nossa amostra para o trabalho no espaço público, reafirmamos que, em primeiro lugar, está o motivo da *sucesso nas empresas familiares*.

Em segundo lugar, o motivo justificado foi a vontade da *realização profissional e pessoal* atravessada com o prazer de estar em contato com outras pessoas. Na seqüência, ou seja, em terceiro lugar, ficou o motivo da *necessidade econômica*, a busca de um recurso financeiro para a sobrevivência. Em quarto, ficou a motivação da vontade de preencher uma *carência do mercado* da atividade empresarial específica de cada uma.

Em quinto, a motivação deu-se pela *formação acadêmica*. Em seguida, houve empate entre *formação familiar*, em *ajudar o marido* e por meio de *convite*. E, uma vez cada, pelo destaque nos depoimentos, percebe-se o *empreendedorismo* e o *idealismo*.

Para uma melhor visualização, sintetizamos os fatores motivacionais no quadro a seguir:

¹⁵⁹⁷ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹⁵⁹⁸ Ibidem.

Quadro 3 - Motivações das Mulheres Empresárias

Motivações	Número de Mulheres
Sucessão familiar ou empresa familiar	11
Realização profissional	08
Necessidade econômica	06
Carência do mercado	04
Formação acadêmica com ideal e consciência	03
Formação familiar	02
Ajudar o marido	02
Convite	02
Empreendedorismo	01
Idealismo	01
Sem motivos	05
TOTAL	45

Fonte da autora

Após o resultado das motivações para o trabalho das mulheres empresárias de nossa amostra, fizemos uma comparação com a concepção da hierarquia de Maslow¹⁵⁹⁹ no quadro a seguir:

Quadro 4 – Necessidades, Hierarquia e Características

Prioridade	Necessidades	Descrição
1	fisiológicas	sobrevivência (alimentação, vestuário, moradia etc.) e perpetuação da espécie
2	de segurança	proteção, defesa, estabilidade
3	de integração	integração no grupo, pertencer a alguém ou a um grupo, amizade, amor
4	de estima	conquistar <i>status</i> mais elevado, ser benquisto, ser amado, ser valorizado
5	de auto-realização	atingir os objetivos propostos e ser feliz

Fonte: baseado na hierarquia de Maslow apud CASTRO, Celso A. P. de. *Sociologia aplicada à Administração*. Op. cit., p. 93.

¹⁵⁹⁹ Cf. MASLOW, Abraham Harold. *Maslow no gerenciamento*. Op. cit.

Observa-se que as motivações das mulheres empresárias de nosso estudo, apesar de uma denominação diferente, enquadram-se nas motivações apresentadas por Maslow, inclusive com acréscimo de outras.

Em nossa análise, o primeiro lugar coube à *sucessão familiar ou empresa familiar*, cuja correspondência atribuímos ao terceiro lugar de Maslow, que é a *integração*, devido às suas características.

A motivação da *realização profissional e pessoal* apontado para o segundo lugar em nossa amostra corresponde ao quinto lugar de Maslow, denominado de *auto-realização*. A *necessidade econômica* apontada pelas mulheres empresárias para o terceiro lugar corresponde ao primeiro lugar de Maslow, com o nome de necessidades *fisiológicas*.

As demais motivações de nossa amostra, apesar de nomes diversos e diferentes trazem, em seu bojo, as necessidades motivacionais apontadas por Maslow que são a segurança e a estima. Inferimos, portanto, que há apenas uma diferença de nomenclatura, tendo em vista que esses fatores motivacionais perpassam, praticamente, todos os outros.

Além disso, acrescenta Castro que “[...] a ponderação das necessidades pode variar”,¹⁶⁰⁰ bem como as próprias necessidades das motivações, o que, inclusive, pudemos comprovar por meio da pesquisa entre as mulheres empresárias e o confronto de nosso resultado com a hierarquia de Maslow.

Assim, por motivações variadas, cada uma das mulheres empresárias justificou sua inserção no espaço público, com interesses, desejos e sonhos que as acompanham em seu trabalho, o que pode ser percebido por meio de suas atuações ou de suas ações. Essas são diversas e inúmeras, podendo se caracterizar como ação social e ação política, e é sobre a prática da ação social, da ação política e suas distinções que passamos a tratar na Parte III deste trabalho.

¹⁶⁰⁰ CASTRO, Celso A. P. de. *Sociologia aplicada à administração*. Op. cit., p. 93.

PARTE III
AÇÃO SOCIAL E AÇÃO POLÍTICA

CAPÍTULO 9
AÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO
HORIZONTE

9.1 A esfera da ação social e da ação política: a esfera privada e a esfera pública

“Ação social é você agir no espaço da sociedade, da comunidade, é ter a consciência de que você está inserido nesse espaço público e que suas ações não se restringem a um universo fechado. Ação social para mim é isso: suas escolhas, suas iniciativas, seus projetos, sua vida, enfim. Ação social é essa consciência cívica das pessoas, no caso, dos empresários. E a ação política é um desdobramento, uma participação em uma dimensão social onde você vai tentar implementar uma mudança a nível institucional político ou de legislação. A ação política seria uma ação social formalizada no espaço público político [...]. Penso que tudo é voltado para o bem coletivo, para o bem que é de todo mundo, que não é uma propriedade privada. Ação social e ação política demandam cuidar da rua, do lixo, de cuidar de um trânsito melhor, de lutar por uma escola melhor. Enfim, qualquer coisa que não seja só minha, que não seja de meu espaço privado, particular ou individual.”

Vitória Dias
(Em entrevista – 03/01/2005)

Antes de apontarmos quais são as ações sociais e ações políticas efetivadas pelas mulheres empresárias de nosso estudo, abordadas nos capítulos 9, 10, 11 e 12, tornou-se necessário um conhecimento preliminar do que seja uma ação social e uma ação política. Para tanto, *a priori*, foi preciso buscar o significado de ação, a diferenciação de ação social e ação política e a conceituação de esfera privada e esfera pública, tendo em vista que tais ações são entendidas a partir dessas esferas.

Devido à extensão da análise de ação social e ação política praticadas pelas mulheres empresárias, tivemos que dividi-las em capítulos separados por uma questão didática. No entanto, ao nos referirmos sobre a ação, ou buscarmos a ação social especificamente, isto é, para o seu reconhecimento, não havia como, em certos momentos, não nos referirmos à ação

política juntamente. Muitas vezes, para reconhecimento de uma e outra, tivemos que trabalhá-las juntas. Por isso, mesmo que citada em alguns pontos, lembramos que a ação política foi mais aprofundada nos capítulos 11 e 12.

A explicação teórica de apoio usada para tais discernimentos embasou-se em Arendt¹⁶⁰¹ que nos elucidou o significado e diferenças entre a “esfera privada” e “pública” e, em seguida, a origem da “esfera social”. Registramos que em várias passagens nos capítulos 9, 10, 11 e 12, principalmente, repetimos várias referências conceituais de Arendt¹⁶⁰² e de Heller e Fehér,¹⁶⁰³ por entendermos que se fizeram necessárias para um melhor entendimento sobre o que tratávamos em cada momento em que houve as repetições.

Assim, segundo Arendt, a vida do homem na terra, o que a autora chama de *vida activa*, compõe-se de três atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. Em suas palavras:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. [...] O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalhador produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. [...] A ação é, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo.¹⁶⁰⁴

A condição humana, segue Arendt, em todos os seus aspectos relaciona-se com a política. No entanto, a condição por excelência e imprescindível para a vida política é a pluralidade que “[...] é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”.¹⁶⁰⁵ Somente a ação tem a possibilidade de criar lembranças e registros para a história por meio de sua fundação e preservação de corpos políticos. A ação é um elemento presente em todas as atividades humanas no sentido de dar início a algo novo, ou seja, de agir e, por isso, está ligada à idéia de natalidade, de um novo começo.¹⁶⁰⁶

¹⁶⁰¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁶⁰² Ibidem.

¹⁶⁰³ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁶⁰⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 15.

¹⁶⁰⁵ Ibidem, p. 16.

¹⁶⁰⁶ Cf. Ibidem.

Portanto, em uma sociedade de homens, a única atividade que não existe sem a organização ou sem a sociedade dos homens é a ação.

Explica-nos Arendt que o labor pode ser realizado sem a presença de outros homens, mas este homem que “labora” sozinho, solitário, seria, em sua expressão, um “*animal laborans*” e, não, humano. Ainda, que o homem possa trabalhar, fabricar e, inclusive, construir seu mundo onde apenas ele habitaria, sendo, então, um fabricante, não teria a qualidade humana, ou seja, não seria um “*homo faber*”. Enfatiza Arendt: “Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros”.¹⁶⁰⁷

Para Aristóteles, ensina-nos Arendt, somente duas atividades, dentre todas existentes e necessárias nas sociedades humanas, “[...] eram consideradas políticas e constituintes do que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*)”.¹⁶⁰⁸

Assim, o *bio-politikos* opõe-se totalmente à esfera privada, ou seja, a organização política significava uma outra vida para os homens, além da vida privada. A esfera privada, da casa, refere-se ao que é próprio do homem (*idion*) e a vida política refere-se ao que é comum (*koinon*).¹⁶⁰⁹ De acordo com Arendt, essa separação não era uma concepção ou teoria aristotélica, mas um fato histórico.

A vida *social* para Aristóteles e Platão era uma condição natural tanto para os animais como para os homens, por isso, não era uma atividade *essencialmente humana* como o eram a ação e a palavra, que constituem a vida pública e política. E, ainda, não que a vida social ou entre a companhia de outros homens não fosse importante, mas esta era “[...] comum com a vida animal”.¹⁶¹⁰

Afirma Arendt: “A companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal”.¹⁶¹¹ A vida ou a esfera política exclui tudo o que é necessário e útil na vida social da esfera privada. Arendt explica-nos que existe um erro de interpretação do homem “político” de Aristóteles, quando, na tradução latina, deu-se o significado de “[...] ‘político’ como ‘social’”.¹⁶¹²

¹⁶⁰⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 31.

¹⁶⁰⁸ Ibidem, p. 34.

¹⁶⁰⁹ Ibidem, p. 33.

¹⁶¹⁰ Ibidem, p. 33.

¹⁶¹¹ Ibidem, p. 33.

¹⁶¹² Ibidem, p. 36.

Aristóteles, inclusive, privilegiou, mais do que a palavra no espaço político, a *nous*, que significa contemplação e, ainda, não a *faculdade* da fala, mas o *discurso* uns com os outros. Era isto o que mais fazia sentido para Aristóteles.

Segundo Arendt, a separação da esfera política e social apresentou grande confusão e dificuldade a partir da chamada sociedade moderna.

Quando surgiu a cidade-estado, a distinção entre a esfera da vida privada e da vida política era bem demarcada, ou seja, a esfera da família e a esfera da vida política eram percebidas “[...] como entidades diferentes e separadas”.¹⁶¹³ No entanto, a esfera social, uma esfera nova, ou seja, que não existia, “[...] não era nem privada nem pública [...]”,¹⁶¹⁴ encontrou “[...] sua forma política no estado nacional”.¹⁶¹⁵ Ressalta Arendt:

O que nos interessa neste contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a esse fato novo, experimentamos *em compreender* a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da *polis* e a esfera da família, e finalmente *entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida*, divisão esta na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente por si mesma. Em nosso entendimento, *a linha divisória é inteiramente difusa*, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca.¹⁶¹⁶

Assim, anterior à sociedade moderna, o que era econômico referia-se ao espaço doméstico, privado, porque estava relacionado com a sobrevivência dos homens e, portanto, não era político. As necessidades naturais da vida, isto é, do espaço doméstico, eram a manutenção e suprimento dos alimentos pelo labor do homem e o labor da mulher pelo parto na sobrevivência da espécie.

A esfera pública, explica-nos Arendt, referia-se à esfera da liberdade e a condição para a sua participação era a superação das necessidades no espaço doméstico. A liberdade pertencia à esfera política e a necessidade era pré-política. E para conseguir vencer a necessidade e conquistar a liberdade, diz Arendt: “Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros. A violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo”.¹⁶¹⁷

¹⁶¹³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 37.

¹⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 37.

¹⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 37.

¹⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 37 (grifos nossos).

¹⁶¹⁷ *Ibidem*, p. 40.

Liberdade significava não estar sob o domínio, o poder e a força de outro, não ser comandado e nem comandar. “Não significava domínio, como também não significava submissão.¹⁶¹⁸ Todos eram “iguais” na polis, pela liberdade, e “desiguais” na família pela “não liberdade”, ou seja, pelo domínio, força e opressão do trabalho regular ou pela servidão.

Assim, o homem é um ser *social* antes de ser *político* e, por isso, o senhor exercia poder sobre sua família, escravos ou empregados. A liberdade, portanto, não existia no espaço doméstico e somente na esfera pública “[...] onde todos eram iguais”,¹⁶¹⁹ entre seus pares.

No entanto, continua dizendo Arendt que a igualdade dos antigos era bem diferente da liberdade dos tempos modernos, que se relaciona com a justiça. E, para nós, a diferença entre a esfera social e política é muito pequena. “A liberdade situa-se na esfera do social, e a força e a violência tornam-se monopólio do governo”.¹⁶²⁰

Na era moderna, os economistas políticos deram à política um *status* de ser apenas uma função a ser cumprida pela sociedade.

Esta funcionalização torna impossível perceber qualquer grande abismo entre as duas esferas; e não se trata de uma questão de teoria ou de ideologia, pois, com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico (*oikia*) ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse “coletivo”.¹⁶²¹

Nesse sentido, as esferas privada e pública, na sociedade moderna, misturaram-se. A sociedade, hoje, substituiu a unidade familiar. Atualmente, explica-nos Arendt, o que denominamos de privado está relacionado com intimidade, cuja origem pode ser atribuída aos últimos anos da civilização romana e nada parecido com nenhum período grego. Ou seja, mudou-se toda a concepção do privado na sociedade moderna.

Ainda, a “esfera social” de hoje contrapõe-se ao privado moderno, cuja esfera não existia na antiguidade e cujo conteúdo atual é o que antes pertencia à essa esfera privada antiga. Afirma Arendt:

O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante – proteger aquilo que é íntimo - foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos.¹⁶²²

¹⁶¹⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 41.

¹⁶¹⁹ Ibidem, p. 42.

¹⁶²⁰ Ibidem, p. 40.

¹⁶²¹ Ibidem, p. 42.

¹⁶²² Ibidem, p. 48.

Sobre essa intimidade atual, o seu maior teórico foi Jean-Jacques Rousseau, afirma Arendt. Esse se rebelou contra a forma niveladora e conformista da sociedade, invadindo até o coração do homem. Na sociedade moderna, o comportamento substituiu a ação do homem. Escreve Arendt:

Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.¹⁶²³

A sociedade ao desenvolver-se, substitui, primeiro, a família por grupos sociais e, em seguida, os vários grupos tornaram-se uma sociedade única, ou seja, emergiu a sociedade de massa. Com o desenvolvimento da sociedade de massas “[...] a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade”.¹⁶²⁴

A *polis*, explica-nos Arendt, não significa a cidade-estado que existiu na antiguidade, localizada fisicamente. Ao referir-se sobre ela, fornece-nos uma forma de organização que pode existir em qualquer lugar e época, porque é um espaço feito entre pessoas que estão unidas com o propósito de “[...] agir e falar em conjunto”.¹⁶²⁵

Reforça Arendt: “‘Onde quer que vás, será uma *polis*’: [...] exprimiam a convicção de que a ação e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar”.¹⁶²⁶ Esse espaço, no entanto, nem sempre existe e, se não existir, a existência do homem também desaparece. A existência é, portanto, o que aparece na presença de todos e o que garante a realidade.

Reiterando o pensamento de Arendt, O’Sullivan também escreve:

[...] quando a vida pública era desenvolvida ao mais alto grau, havia condições para que os cidadãos se reunissem para deliberar acerca de objetivos comuns. Na troca de pontos de vista individuais sobre assuntos de interesse comum, forma-se a opinião e desenvolve-se a individualidade. As pessoas estão unidas e ao mesmo tempo separadas. A política, a deliberação e a presença do indivíduo no espaço público, marcadas pelo desejo de se distinguir e não de dominar, são vistas como um componente vital da vida ativa. Através de nossa livre expressão em público, ao lado de nossos companheiros, a ação brota (o que inclui a fala).¹⁶²⁷

¹⁶²³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 50.

¹⁶²⁴ Ibidem, p. 50.

¹⁶²⁵ Ibidem, p. 211.

¹⁶²⁶ Ibidem, p. 211.

¹⁶²⁷ O’SULLIVAN, Liam. Os pensadores modernos: Herbert Marcuse e Hannah Arendt – “críticos do presente”. In.: *O pensamento político de Platão à OTAN*. Tradução de Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 196.

Nesse sentido, justificamos o pensamento de Arendt como suporte teórico em nosso trabalho em relação à ação, à palavra e ao discurso como condições necessárias para a existência de uma realidade, de pessoas *entre* pessoas unidas, constituindo um espaço público. Ou seja, se a organização referida por Arendt pode existir em qualquer época e em qualquer lugar, essa constitui a realidade das mulheres empresárias de nosso estudo que, unidas em um espaço público agem e falam em conjunto, constituindo-se também em sujeitos políticos que participam, que têm controle sobre suas vidas, tornam-se visíveis e aparentes perante outras pessoas.

Sobre a distinção entre o que é social e político, reforçamos com Heller e Fehér a concepção de Arendt. Segundo os autores:

No mundo antigo, o social era idêntico ao mundo das *necessidades*, seu local correto era a *família*, e seu maior teórico, o clássico autor de uma economia *não política*, Aristóteles. O mundo das necessidades, localizado na família, é um *mundo pré-político*.¹⁶²⁸

O social, portanto, na antiguidade, dilui-se com a esfera privada, não são separados. Na era moderna, o mundo das necessidades deixou o espaço privado, ou seja, foi separado desse, passando a constituir a esfera social. A separação local e temporal do social, de acordo com Heller e Fehér, deve-se ao avanço e às inovações da tecnologia junto à divisão do trabalho na era moderna. O que era preocupação da esfera familiar passou à esfera da sociedade e ocorreu a socialização da política. Dessa forma, as questões econômicas ou o problema social foram elevados ao nível do corpo político, provocando o surgimento de uma nova ciência, a economia política. Como consequência também, o conceito de propriedade alterou-se. Na antiguidade, por exemplo, a propriedade da casa era condição para a participação da vida política no espaço público e, na era moderna, a propriedade passou a significar riqueza, por conta da valorização e implantação da produção e do crescimento econômico.

Segundo a concepção de Arendt, a política socializada é um empecilho à livre participação, ao exercício da atividade política e separa o estado da sociedade civil. As preocupações sociais tomaram o lugar da liberdade, “[...] a tarefa de criar instituições livres, para resolver a “questão social””.¹⁶²⁹ Assim, a política na era moderna tornou-se “[...] cativa do

¹⁶²⁸ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____ *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 144. (Grifos dos autores).

¹⁶²⁹ *Ibidem*, p. 145.

primado do “reino social”.¹⁶³⁰ Por isso, para Arendt, toda atividade assistencialista ao nível das necessidades não está na esfera do político e, então, não se constitui em uma ação política por exercer apenas o suprimento da necessidade.

No entanto, existe uma possibilidade de uma ação social *tornar-se* política, quando essa se eleva à condição de questões políticas.

Isso pôde ser percebido por meio de uma das críticas à concepção de Arendt, mas que, no final, em vez de contrapor a sua separação entre o social e o político, acabou confirmando o que Arendt definiu como esfera social. Esta crítica a qual nos referimos é exposta por Heller e Fehér:

Nem todas as questões são políticas, admite Berstein, [...]. mas todas as questões *podem tornar-se* políticas. Seu exemplo, o problema submetido à consideração de Hannah por seus críticos numa conferência há vários anos, é a habitação. Hannah declarou que o problema é “social”, pois existe hoje um consenso de que “todos devem ter condições de habitações decentes”. Contudo, como observa pertinentemente Berstein, o problema *não* é se há um consenso público sobre os princípios abstratos que governam a habitação. Ao contrário, o problema deve ser localizado nos meios pelos quais esse consenso pode ser traduzido em resultados práticos e, desde que estes sejam publicamente debatidos, toda a questão *se torna política*.¹⁶³¹

Se Berstein, citado por Heller e Fehér, argumenta que não pode existir “questão social” conforme a separação feita por Arendt, o próprio autor entra em contradição e reforça o conceito de Arendt modificando apenas sua forma de exposição:

Se existem assuntos que *não são* de fato, mas *apenas podem tornar-se* políticos (que são portanto *potencialmente* políticos), então o “social” não existe *apenas* se as “questões potencialmente políticas” *são exclusivamente privadas*. Contudo, no exemplo do próprio Berstein, essas questões já perderam seu caráter puramente privado na modernidade, pois *princípios gerais (neste sentido: sociais)* se aplicam a elas mesmo em sua existência privada, isto é, quando não são publicamente debatidas como questões políticas. O princípio abstrato “todos devem ter condições de habitação decentes” indica que na modernidade, em gritante contraste com o mundo antigo, alguns princípios públicos e gerais se relacionam com muitos (mas certamente não todos) assuntos privados, *mesmo quando esses assuntos não são elevados* a um nível de debate privado-público. Esse “não mais inteiramente privado” e “ainda não, ou não por enquanto, inteiramente político” mas antes “apenas potencialmente político, constitui o que Hannah [...] chama de “domínio social”.¹⁶³²

¹⁶³⁰ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 145.

¹⁶³¹ Ibidem, p. 147. (Grifos dos autores).

¹⁶³² Ibidem, p. 147. (Grifos dos autores).

Nesse sentido, o que Arendt afirmou, isto é, que as “questões privadas” tornaram-se “questões sociais” na modernidade é confirmado por Berstein e não o contrário. As questões sócio-econômicas antigamente pertencentes ao reino da família, não são mais desta esfera a partir do advento da época moderna. Por isso, segundo Heller e Fehér, a tricotomia de Arendt, ou seja, a sua separação de esfera privada, social e política deve ser resgatada, *pelo fato de defender a liberdade do cidadão em participar da esfera política que não é um reino somente do Estado*. Essa participação política não pode e não deve ser abolida ou encolhida pelas necessidades econômicas ou de crescimento, pelo fato de privar a liberdade do indivíduo e recair em um sistema totalitário que trocará essa liberdade do cidadão pelo domínio da necessidade, isto é, somente pela “questão social”. Essa, segundo Heller e Fehér, trata das ações que são consideradas do “domínio social”, quais sejam:

Na república, o “domínio social” continuará sendo um *agregado de ações relativamente separado* (tratando da administração econômica, caridade comunal, cultura, formação e educação) ao qual se aplicam princípios previamente aceitos. Aqui, eles se limitariam ao seu próprio “reino” e não visariam a uma mudança geral das estratégias do corpo político. Se alguma dessas práticas do reino social começar a manifestar um desejo geral de mudança *estratégica*, então já teremos passado do “social” para o “político”. Até lá, continuamos no domínio do “potencialmente político”, quer dizer, do social. Há, além disso, um muito bom motivo para essa separação. Visto que práticas econômicas, culturais, educacionais etc. – em suma, problemas sociais – também constituem *modos de vida*, mudanças frequentes como inevitável resultado da politização de problemas sociais se revelariam inteiramente perturbadoras também do corpo político.¹⁶³³

No entanto, continuam Heller e Fehér, essas mudanças que podem ou poderiam acontecer como resultado no corpo político tornam difíceis de separar ou de traçar com nitidez, uma linha divisória entre o que seja ou poderá ser uma “ação social” e uma “ação política”, tendo em vista as “[...] limitações de tempo na tomada de decisões práticas na vida moderna [...]”.¹⁶³⁴ Afirmam os autores que muitas vezes, é impossível, mas, para ajudar-nos nesta nebulosa separação, recomenda-nos um afastamento em relação ao ator social e não das esferas. Como exemplo, Heller e Fehér citam a pobreza que é um dos problemas dentro da “questão social” que, se não é resolvida pelas revoluções, pode ser tentada ou resolvida pelos indivíduos, pelos cidadãos da república, por meio da participação na esfera pública.

¹⁶³³ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 149. (Grifos dos autores).

¹⁶³⁴ Ibidem, p. 149.

Afirmam os autores: “[...] os atores das instituições livres, os cidadãos da ‘república’, podem e devem tentar fazê-lo, mesmo que apenas num sentido mais provisório que final”.¹⁶³⁵

A nosso ver, é nesse momento que a atuação do sujeito político justifica-se, de acordo com Arendt, na sua participação em um espaço político por meio da ação e da palavra como forma de manter, preservar e não deixar desaparecer a esfera ou o reino do político.

Paradoxalmente, agora, no mundo moderno, no qual os participantes desse corpo político, em sua maioria, trabalha quase o tempo todo de sua vida, “[...] e no qual, simultaneamente, todo mundo é em princípio um cidadão, o ‘problema social’ não pode, para salvaguardar o político, ser relegado ao reino privado. A solução disso tem um significado universal”.¹⁶³⁶

Entendemos que, desse modo, para que as demandas do domínio social não destruam a liberdade, a participação e a esfera política, já que estas foram para o espaço público na modernidade, deve-se preservar e manter o espaço público político. Esse, na era moderna, é constituído pelas instituições livres, pelas associações, pelos conselhos, pelas diversas formas de organização, enfim, espaços públicos a partir de onde os cidadãos possam interferir no domínio político. Do contrário, as ações que são do domínio social não mudariam, isto é, ficariam sempre no mesmo reino social, não mudando em nada e nunca o corpo político. Por isso, a participação dos cidadãos, mesmo que seja para defender as ações que são da esfera social, torna-se imprescindível na esfera pública por meio da palavra e da ação, visando mudanças estratégicas no corpo político.

Enfatizamos, nesse sentido, o caráter da mudança, da vontade de alterar a situação ou condição de alguma coisa por meio da ação e da participação de quem é o agente da ação, em relação aos outros indivíduos envolvidos nessa mesma ação.

O espaço público só é possível potencialmente com a reunião de homens por meio da ação e do discurso. Sem a prática desses, ocorre a dispersão dos homens e o espaço público desaparece. A peculiaridade da esfera pública, segundo Arendt, decorre “[...] em última análise, da ação e do discurso”,¹⁶³⁷ e, por isso, nunca perde sua potencialidade e, também, o poder que para Arendt significa:

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são

¹⁶³⁵ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 149.

¹⁶³⁶ Ibidem, p. 148.

¹⁶³⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 212.

usados pra violar ou destruir, mas para criar relações e novas realidades. [...] É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam.¹⁶³⁸

Ainda, de acordo com a autora, que uma sociedade política só é destruída com a perda desse poder – a associação da palavra e da ação, porque deixa de ter potencialidade e torna-se impotente. Em sua opinião, o poder só existe quando efetivado, praticado, exercido, portanto, não pode ser armazenado ou guardado em reserva como objetos ou instrumento de violência. Ele é construído, criado pela reunião e relações dos homens por meio da palavra e do discurso. Por isso, também, o poder independe das condições materiais e do número de pessoas.

Afirma Arendt que um grupo pequeno de homens, mas que seja bem organizado pode ter e manter o poder sobre Impérios vastos e populosos. A única condição material necessária para gerar o poder é a convivência humana.

O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de “organização”) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões.¹⁶³⁹

O poder é diferente da força. A força do homem é limitada pelo próprio corpo, pela limitação física humana, mas o poder, como a ação, enfatiza Arendt, é ilimitado: “Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade”.¹⁶⁴⁰

Assim, o poder pode ser dividido sem redução, pode, inclusive, crescer ainda mais e a força é indivisível, ou seja, se dividir, diminui. Mesmo que a força, por meio de alguma violência, ressalta Arendt, destruir o poder, nunca é capaz de substituí-lo.

O poder preserva a esfera pública e o espaço da aparência e, como tal, é também princípio essencial ao artifício humano, que perderia sua suprema *raison d'être* se deixasse de ser o palco da ação e do discurso, da teia dos negócios e relações humanos e das histórias por eles engendradas.¹⁶⁴¹

Por isso, conforme Arendt, o mundo é um artifício humano porque abriga e é assunto dos homens. Caso contrário, seria um amontoado de coisas desconectadas, sem sentido, onde

¹⁶³⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 212.

¹⁶³⁹ Ibidem, p. 213.

¹⁶⁴⁰ Ibidem, p. 213.

¹⁶⁴¹ Ibidem.

cada um acrescentaria qualquer coisa, onde os negócios dos homens seriam incertos, fúteis, instáveis e vãos.

As maiores realizações dos seres humanos é a capacidade de praticar uma ação, um ato vivo e a palavra falada. Não é uma obra acabada, é a sua efetivação que importa. “[...] a obra não sucede e extingue o processo, mas está contida nele; o desempenho é a obra, é *energeia*”,¹⁶⁴² que significa “efetividade”, uma noção buscada em Aristóteles, onde as atividades não buscam um fim em si mesmas, ou seja, o fim é a própria atividade, é o próprio desempenho que é a própria obra efetivada que está sendo realizada como ação.

Explica-nos Arendt que se os homens se encontram no mercado de troca apenas para trocarem seus produtos, fabricados no isolamento e não se encontram como pessoas individuais, exibindo suas qualidades e habilidades, esse mercado não constitui o espaço público potencial que só as pessoas unidas podem constituir na ação e na palavra. A auto-alienação da sociedade e a desumanização que “[...] exclui os homens *enquanto* homens”,¹⁶⁴³ pela falta e “[...] ausência de relacionamento humano”¹⁶⁴⁴ foi denunciada por Karl Marx. O espaço público foi destruído e no mercado de trocas da sociedade comercial, a preocupação primordial das pessoas passou a ser a permuta de mercadorias, de seus produtos.

Afirma Arendt que este se adequa até mais a uma sociedade de consumidores porque entre os produtores em um mercado de troca existe uma brecha para uma diferenciação por meio de seus talentos e qualidades. Ou seja, a singularidade e a diferença que só podem ser expressas e vistas por meio da ação e da palavra são eliminadas.

O trabalhador, apesar de viver em um espaço na companhia e presença de outros, não constitui um espaço público autônomo, porque essa “[...] convivência não possui nenhuma das características da verdadeira pluralidade”.¹⁶⁴⁵

Todos se tornam iguais, como se fosse um só, porque essa convivência é gerada *para* o trabalho que fazem e não para exercerem outra atividade que seja uma ação *sua*. Tornam-se iguais como organismos vivos. Segundo Arendt:

[...] esta “natureza coletiva do labor”, longe de estabelecer uma realidade reconhecível e identificável para cada membro da turma, exige, ao contrário, a perda efetiva de toda consciência de individualidade e identidade; e é por esta razão que todos aqueles “valores” derivados do labor, além de sua função óbvia no processo vital, são inteiramente sociais [...].¹⁶⁴⁶

¹⁶⁴² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 218.

¹⁶⁴³ *Ibidem*, p. 222.

¹⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 222.

¹⁶⁴⁵ *Ibidem*, p. 224.

¹⁶⁴⁶ *Ibidem*, p. 225.

O espaço público é politicamente organizado, é uma comunidade em que as leis têm a função de canais de diálogo ou de comunicação entre todos e não como um mandamento ou, ainda, como regulamentação de interesses privativos. A lei, portanto, não é o poder, pois esse, só é possível a partir da “[...] associação entre os homens através da ação e da opinião”.¹⁶⁴⁷

A igualdade entre os homens, ou seja, a isonomia ou o direito de cada um participar de um espaço público, segundo a visão de Arendt, citada por Telles, é reconhecer que:

A Lei, o marco legal, se configura portanto como referência, ponto de ancoragem a partir do qual cada um pode reconhecer o outro na legitimidade de sua ação e de sua opinião. E isso significa, rigorosamente, “reconhecer o outro como seu semelhante”, sem que para isso se tenha que apelar para uma noção genérica de ser humano ou a alguma noção cristã de humanidade.¹⁶⁴⁸

A igualdade é, portanto, o direito comum à opinião, à ação e ao reconhecimento “[...] do direito de cada um e de todos à participação na vida pública”.¹⁶⁴⁹

Essa igualdade das pessoas diferentes e desiguais é um fator externo que deve ser realizada da seguinte forma:

A igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser “igualdades” sob certos aspectos e por motivos específicos. Assim, o fator igualador não provém da natureza humana, mas de fora, tal como o dinheiro [...] para igualar as *atividades desiguais* do médico e do agricultor. A igualdade política é, portanto, o *oposto da* igualdade perante a morte que, como destino comum aos homens, decorre da condição humana ou da igualdade perante Deus – pelo menos em sua versão cristã, na qual nos deparamos como uma igual pecabilidade inerente à natureza humana. Nestas situações, nenhum fator igualador é necessário, visto como a uniformidade prevalece de qualquer modo; pelo mesmo motivo, porém, a verdadeira experiência dessa uniformidade, a experiência e da morte, ocorre não apenas no isolamento mas na completa solidão, na qual não é possível qualquer comunicação genuína e muito menos associação e comunidade. Do ponto de vista do mundo e da esfera pública, a vida e a morte e tudo o que comprova uniformidade são experiências não-mundanas, antipolíticas e verdadeiramente transcendentis.¹⁶⁵⁰

Nesse sentido, entende-se que a igualdade como condição humana extraterrena, ou seja, para a vida e a morte, é igual para todos os indivíduos. Mas, para a esfera pública e para a política, a igualdade é baseada e buscada por outros critérios que se transformam em direitos os quais devem ser “iguais” para os “desiguais”, conforme os aspectos e motivos específicos.

¹⁶⁴⁷ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit., p. 38.

¹⁶⁴⁸ Ibidem, p. 39.

¹⁶⁴⁹ Ibidem, p. 39.

¹⁶⁵⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 227 (grifos nossos).

Por exemplo, as mulheres com suas singularidades ou diferenças devem ter os mesmos direitos que os homens, também diferentes, em relação ao salário, às atividades profissionais, ao exercício da política partidária, ao acesso aos cargos de comando, à visibilidade e aparência no espaço público, ao uso da palavra e do discurso, à prática da ação, à não serem consideradas inferiores e submissas, à não serem responsabilizadas pelas tarefas domésticas como naturais, à não terem que exercer a jornada dupla, tripla ou quádrupla e tantos outros direitos considerados externos que não são os não-mundanos ou transcendentais.

Portanto, quando Arendt diz que todos os homens têm “direitos a ter direito”, equivale dizer que todos, independente de classe, etnia, cor ou sexo, têm o direito de fazer parte, de pertencer à uma sociedade política e ocupar um espaço público. Nesse espaço público, por meio de suas ações e opiniões, todos podem ser avaliados, conhecidos e julgados e, não, pelo que são.

Entendemos que dentro desse *todos*, sem distinção do que são, ou seja, se são brancos, negros, homoafetivos, homens, mulheres, pobres, ricos, brasileiros, americanos ou qualquer outra diferença, estão incluídas as mulheres, todas as mulheres e, conseqüentemente, as mulheres empresárias.

Assim, muitas teóricas feministas, algumas, inclusive, já abordadas neste trabalho, afirmam e concordam com a grande contribuição do pensamento de Arendt no direito das mulheres a ter o direito à ação e à opinião em um espaço público e pertencimento à uma comunidade política.

E também, direito de igualdade, de isonomia, direito comum à ação e à opinião nas relações e nos negócios de todos os homens. Por isso, o seu pensamento permite-nos uma interpretação da abertura do espaço público e político às mulheres ao possibilitar sua saída do espaço privado, oculto.

Permite, ainda, ao contemplar *todos os homens*, constatar que a mulher também pode conduzir seus negócios, suas ações, relacionar-se com outros, experienciar e viver a realidade, o concreto, o real. Possibilita ainda, a liberdade, que só é possível enquanto visível, concreta e tangível e, que, por sua vez, depende da ação e do discurso para “[...] criar seu próprio espaço concreto onde possa, por assim dizer, sair de seu esconderijo e fazer sua aparição”.¹⁶⁵¹

A ação, afirma Arendt, nunca é realizada no isolamento, porque essa, juntamente com o discurso, é envolta pela teia de atos e palavras de outros indivíduos e estão constantemente em contato com a mesma.

¹⁶⁵¹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 201.

Também a ação, para Clegg, apoiando-se, por sua vez, em outros autores como Giddens e Bourdieu, pode se revestir de formas práticas. Afirmar Clegg:

As práticas podem concretizar-se sob a forma de redes diferenciadas e interligadas de “circuitos de poder”: um poder fundamentalmente episódico, contextual ou facilitador, um poder que faz acontecer coisas, um poder que existe e que pode existir por si mesmo. [...] a organização tem grande probabilidade de ser o teatro de poderes multiformes e não do poder monolítico total, um campo de luta mais que uma instituição totalitária.¹⁶⁵²

A ação não tem garantia de sua delegação, porque depende, por exemplo, da continuidade pelo outro a quem foi delegada. Se não fosse assim, não existiria a liberdade para geri-las. E, continua: “[...] aumentar o poder delegado de uma ação significa fazer outras delegações e não se pode garantir que tal delegação dê lugar a ações altamente previsíveis e controláveis [...]”.¹⁶⁵³

Observa-se que essa concepção assemelha-se às características dadas por Arendt à ação, ou seja, sua imprevisibilidade e ilimitação.

Após a exposição do que seja a esfera privada, social e pública e as possibilidades para a existência da ação nesses espaços, passamos à abordagem da possibilidade para a prática da ação pelas mulheres empresárias.

9.2 Possibilidade da ação para a mulher empresária

“Nós, as mulheres empresárias, estamos nos envolvendo e participando cada vez mais das discussões políticas, econômicas e sociais para darmos a nossa contribuição. A mulher está se fazendo presente, tanto para colaborar como para se inteirar mais e melhor. Está discutindo propostas e atuando em conjunto com o empresariado. Está trabalhando nesse sentido. Está havendo um interesse crescente muito maior agora”.

Maria Auxiliadora Chaer Lopes
(Em entrevista – 29/09/2003)

Ao propormos a abordagem das ações sociais e políticas na categoria empresarial feminina no estado de Minas Gerais empreendemos uma tarefa difícil para justificá-las, pelo

¹⁶⁵² CLEGG, Stewart. Poder, linguagem e a ação nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Trad. Arakcy Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 60-1.

¹⁶⁵³ *Ibidem*, p. 61.

fato de que, no mercado de troca ou em uma sociedade comercial, a ação, o discurso e a política foram substituídos pela fabricação, segundo Arendt.¹⁶⁵⁴

Esse questionamento deve-se a uma passagem escrita pela autora, ao dizer que a *polis* é uma organização resultante do agir e do falar entre pessoas, cujo espaço existe e situa-se entre essas que vivem em conjunto em qualquer lugar. Esse espaço caracteriza-se pelo espaço da aparência, no qual cada pessoa aparece às outras e essas aparecem a cada uma. Mas, em seguida, Arendt escreve:

Nem sempre este espaço existe; e, embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles – o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na antiguidade, o trabalhador e o artesão antes da idade moderna, o assalariado e o homem de negócios da atualidade – não vive nele. [...] Privar-se dele significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos: “pois chamamos de Existência” àquilo que aparece a todos; [...].¹⁶⁵⁵

O fato de Arendt escrever que no espaço público entre pessoas onde todos são capazes de agir e de falar, exceto, dentre outros, o homem de negócios, chamou-nos a atenção, tendo em vista que a essa categoria corresponde também, as mulheres empresárias de nossa amostra. A partir desse questionamento, buscamos as explicações de Arendt e, em seguida, analisamos e justificamos como, hoje, as mulheres empresárias participam da esfera pública com ações por meio do agir e do discurso.

Para a compreensão de que ação é a realidade, um acontecimento humano, Arendt desenvolve as *condições de ser* que cada e todo homem arca com a *vida* que lhe é dada como *possibilidades*. Essas *condições de ser*, são ontológicas aos homens e correspondem à “*Vida Ativa*” e à “*Vida Contemplativa*”. Essa última é interpretada por uma das *condições de ser* que é a *compreensão*, composta, por sua vez pelas capacidades do *pensar* (sentido das coisas), do *julgar* (juízo ou julgar o sentido das coisas) e o *querer* (torna o pensado e o julgado algo presentificado). A *Vida Ativa* refere-se à forma com que os homens, individual ou coletivamente, assumem a vida. Essa vida apresenta três *condições de ser*: o *labor* que corresponde ao “*homo laborians*”, o *trabalho* que corresponde ao “*homo faber*”, de caráter mundano e a *ação* que é a *condição humana da pluralidade* e somente realizada por meio da palavra e do agir de cada indivíduo que é único, singular e vive entre outros. A ação tem como característica a *imprevisibilidade* e a *ilimitação*, só efetivada por meio de palavras e atos. A ação somente é possível *entre* e *com* outros indivíduos, por isso, é uma relação *entre* e

¹⁶⁵⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁶⁵⁵ Ibidem, p. 211.

enquanto pessoa, diferindo da atividade do *labor* – que se refere à vida biológica e aos objetos de consumo; difere do *trabalho* – que se liga à produção, à durabilidade e aos objetos de uso e objetos de arte.

A condição humana ou a humanidade somente é possível com a vida contemplativa e a vida ativa, que é o *ser* do homem, ou seja, sem a contemplação e a atividade, o homem perde sua própria condição de humanidade.

No entanto, baseando-nos nas práticas e experiências reais reveladas pelas mulheres empresárias de nossa amostra, e de acordo com a produção acadêmica atual em relação às propostas de novas possibilidades de novos espaços públicos, de novas inserções na esfera pública, de novas formas e práticas políticas de participação, de novas interlocuções e articulações entre a sociedade civil e o Estado, da existência e prática de valores cívicos, ou seja, da virtude cívica republicana, cujos conceitos e exemplos registramos em momentos mais adequados ao longo deste trabalho, acreditamos na possibilidade de mudanças devido aos sinais já anunciados e detectados nos depoimentos das mulheres empresárias. Esses foram registrados também no decorrer dos próximos capítulos.

Portanto, começamos com a análise de Arendt e, em seguida, nossa reflexão sobre sua teoria. Arendt escreve que, na idade moderna, a ação e o discurso e a política, em geral, foram considerados inúteis e ociosos pelo mercado de troca, pela sociedade comercial ou sociedade de massa.

Essa substituição da ação pela fabricação – exercida pelo *homo faber* –, deve-se pela busca de lucros demonstráveis, sem riscos, previsíveis, de produtos tangíveis e com um funcionamento regularmente previsto na esfera dos negócios humanos. Por isso, a ação e o discurso que são essencialmente de caráter imprevisíveis e ilimitados na esfera pública, com resultados de imprevisibilidade e irreversíveis, foram substituídos pela fabricação na sociedade comercial. Ainda, a ação e o discurso somente são possíveis na esfera pública da pluralidade, condição essa *sine qua non* para a aparência na esfera pública, existindo somente *entre e com* outros indivíduos enquanto pessoas. Na sociedade comercial, os homens encontram-se na esfera pública para trocarem ou venderem seus produtos enquanto produtores ou fabricantes e, não, como pessoas. “Conseqüentemente, a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão da própria esfera pública”.¹⁶⁵⁶ E, à supressão da esfera pública ocorre a supressão da política. Por isso, a impossibilidade da existência da ação

¹⁶⁵⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 233.

e do discurso, da política, da pluralidade e da esfera pública entre os homens na sociedade comercial.

Uma outra forma de impedir a pluralidade, a ação, o discurso e o exercício da política é: “[...] o governo de um só homem, em suas muitas variedades, desde a franca tirania de um contra todos, até o despotismo benévolo e aquelas formas de democracia nas quais a maioria constitui um corpo coletivo, de sorte que o povo passa a ser ‘muitos em um só’ [...]”.¹⁶⁵⁷

A tentativa da substituição da ação pela fabricação na idade moderna, portanto, passa também pela forma de governo, tendo em vista que a política e suas práticas ou a participação política dos cidadãos dependem da forma de governo de uma sociedade. Ao substituir a ação, implicava também no prejuízo da democracia e, por isso, “[...] contra os elementos essenciais da política”.¹⁶⁵⁸ O homem, sem a ação, passa à uma atividade que o isola, para que “[...] seja o senhor dos seus atos do começo ao fim”.¹⁶⁵⁹ Escreve Arendt:

A fuga da fragilidade dos negócios humanos para a solidez da tranquilidade e da ordem parece, de fato, tão recomendável que a maior parte da filosofia política, desde Platão, poderia facilmente ser interpretada como uma série de tentativas de encontrar fundamentos teóricos e meios práticos de evitar inteiramente a política. O que caracteriza todas essas modalidades de evasão é o conceito de governo, isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. A noção vulgar, que já encontramos em Platão e Aristóteles, de que toda comunidade política consiste em governantes e governados (suposição na qual se baseiam, por sua vez, as atuais definições de formas de governo – governo de um ou monarquia, governo de poucos ou oligarquia e governo da maioria ou democracia) baseava-se na suspeita em relação à ação e não no desdém pelo homem, e resultou do sincero desejo de encontrar um substituto para ação, e não de alguma vontade de poder, irresponsável ou tirânica.¹⁶⁶⁰

Por essas concepções, os cidadãos são afastados ou banidos da esfera pública, sendo levados somente à dedicação dos assuntos privados enquanto o governante se torna o único responsável pelos assuntos ou negócios públicos. Dessa forma, a política proposta priva os cidadãos de um “[...] tempo necessário à participação nas questões comuns a todos”.¹⁶⁶¹ Acarreta, também, a perda de poder pelos cidadãos, conforme vimos anteriormente.

Segundo Arendt, a concepção platônica, ao propor relações entre governantes e governados na esfera dos negócios públicos à semelhança das relações domésticas, retira a possibilidade da ação nas relações humanas.

¹⁶⁵⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 233.

¹⁶⁵⁸ Ibidem, p. 233.

¹⁶⁵⁹ Ibidem, p. 232.

¹⁶⁶⁰ Ibidem, p. 234.

¹⁶⁶¹ Ibidem, p. 234.

No entanto, contra a tentativa da substituição da ação pela fabricação, Arendt faz uma profunda análise e mostra-nos que a ação, como processo, nunca foi banida na era moderna. A começar por essa afirmação, já se vislumbra a possibilidade da ação entre as mulheres empresárias na esfera pública por meio de suas práticas e experiências reais reveladas. Além dessas, enfatizamos a prática das virtudes cívicas, característica da “verdadeira república”, característica também do exercício da participação em uma esfera social e política,¹⁶⁶² reveladas pelas mulheres empresárias e entendidas como tentativas de superação da dicotomia presente na forma de governo platônico que separa governante e governados.

Desse modo, o *homo faber* foi produzido pela era moderna como um produtor de coisas e ferramentas e superou o desprezo da esfera da fabricação vista pela tradição.¹⁶⁶³ Com as palavras de Arendt:

No entanto, essa mesma tradição, na medida em que também se voltara contra a ação – de modo menos aberto, é claro, mas não menos positivo –, fora obrigada a interpretar a ação em termos de fabricação, e assim, apesar de sua suspeita e do seu desprezo, introduzira na filosofia política certas tendências e linhas de pensamento aos quais a era moderna pôde recorrer. Neste particular, a era moderna não inverteu a tradição: apenas libertou-a dos “preconceitos” que a haviam impedido de declarar abertamente que o trabalho do artesão devia ser hierarquicamente superior às “ociosas” ações e opiniões que constituem a esfera dos negócios humanos. O fato é que Platão, e em menor medida Aristóteles, para quem os artesãos eram indignos sequer da plena cidadania, foram os primeiros a propor que as questões políticas fossem tratadas, e os corpos políticos governados à maneira da fabricação. Essa aparente contradição mostra claramente como são profundas as autênticas perplexidades inerentes à capacidade humana de ação, e como é forte a tentação de eliminar seus riscos e perigos, introduzindo-se na teia das relações humanas as categorias muito mais sólidas e confortáveis das atividades através das quais fazemos face à natureza e construímos o mundo do artifício humano.¹⁶⁶⁴

E, enfatizando a ação, ou seja, sobre sua permanência como processo, chamamos a atenção para o que Arendt complementa:

A “instrumentalização” da ação e a degradação da política como meio de atingir outra coisa jamais chegaram a suprimir a ação, a evitar que ela continuasse a ser uma das mais decisivas experiências humanas, nem a destruir por completo a esfera dos negócios humanos.¹⁶⁶⁵

A própria supressão do labor pelo trabalho e esse, antes destinado ao uso e passando à bens de consumo, são resultados, segundo Arendt,

¹⁶⁶² Para essa explicação recorremos, principalmente, em HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁶⁶³ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁶⁶⁴ Ibidem, p. 242.

¹⁶⁶⁵ Ibidem, p. 242.

[...] em primeiro lugar, na canalização da capacidade humana de agir, de iniciar novos processos espontâneos – que jamais existiriam sem os homens – para uma atitude em relação à natureza que, até o último estágio da era moderna, se limitara a explorar as leis naturais e a fabricar objetos a partir de materiais naturais.¹⁶⁶⁶

Nesse sentido, todo esse processo realizado em relação à natureza, mostrando a capacidade humana em sua fabricação, não se realizaria sem a interferência do homem ou sem sua intervenção. Isso significa e comprova a existência da ação para que tais mudanças ocorressem. Essa confirmação vem abaixo:

O próprio fato de que as ciências naturais tenham se tornado exclusivamente ciências de processo e, em seu último estágio, ciências de “processos sem retorno”, potencialmente irreversíveis e irremediáveis, indica claramente que, *seja qual for o poder mental necessário para desencadeá-los, a capacidade humana responsável por esse poder mental – e única força capaz de realizar tais feitos – não é nenhuma capacidade “teórica”, não é contemplação nem razão; é a faculdade humana de agir, de iniciar processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza.*¹⁶⁶⁷

Assim, Arendt não retira a ação da esfera da fabricação, ou, em outros termos, todo o processo da fabricação deve-se, exatamente, pela própria capacidade de ação ou de agir do homem. Foi devido à essa capacidade de ação, portanto, que houve a mudança da passagem do labor ao trabalho e, esse, à fabricação. Por isso, a ação não se ausenta ou nunca se ausentou da esfera da fabricação, de uma esfera pública e, em conseqüência, dos indivíduos que atuam nessa esfera. Continua dizendo Arendt:

Nesta fase da ação – extremamente importante para a era moderna, para a enorme expansão das faculdades humanas e para o conceito e a consciência da história que nenhuma outra era teve antes dela – desencadeiam-se processos de resultado imprevisível, de sorte que a incerteza, e não a fragilidade, passa a ser a principal característica dos negócios humanos. Essa propriedade da ação havia, de modo geral, passado despercebida na antiguidade; pelo menos, não se pode dizer que tenha encontrado expressão adequada na filosofia antiga, para a qual o próprio conceito de história, tal como o conhecemos, era inteiramente inexistente. O conceito central das duas ciências inteiramente novas da era moderna, tanto da ciência natural como da ciência histórica é o conceito de processo, *e a experiência humana real em que esse conceito se baseia é a ação.*¹⁶⁶⁸

E, ressaltamos o que Arendt escreve em seguida:

¹⁶⁶⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 243.

¹⁶⁶⁷ Ibidem, p. 243 (grifos nossos).

¹⁶⁶⁸ Ibidem, p. 244 (grifos nossos).

Se podemos conceber a natureza e a história como sistemas de processos *é porque somos capazes de agir*, de iniciar nossos próprios processos. É verdade que esta faceta do pensamento moderno veio à luz pela primeira vez na ciência da história que, desde Vico, vem sendo conscientemente apresentada como “ciência nova”, ao passo que decorreram vários séculos até que as ciências naturais fossem forçadas, pelos próprios resultados de suas realizações triunfais, a trocar um obsoleto arcabouço de conceitos por um vocabulário surpreendentemente semelhante ao das ciências históricas.¹⁶⁶⁹

Apesar dos homens serem capazes de destruírem tudo que eles mesmos criaram e o que não criaram, como a terra e sua natureza, por exemplo, Arendt afirma que nunca conseguiram ou conseguirão controlar ou desfazer os processos desencadeados pela ação, suas conseqüências, ou prevê-las. E, comparando a fabricação com a ação, enfatizamos com suas palavras:

Enquanto a força do processo de fabricação é inteiramente absorvida e exaurida pelo produto final, a força do processo de ação nunca se esvai num único ato, mas, ao contrário, pode aumentar à medida em que se lhe multiplicam as conseqüências; as únicas “coisas” que perduram na esfera dos negócios humanos são esses processos, e sua durabilidade é ilimitada, tão independente da perecibilidade da matéria e da mortalidade dos humanos quanto o é a durabilidade da humanidade. O motivo pelo qual jamais podemos prever com segurança o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim. O processo de um único ato pode prolongar-se, literalmente, até o fim dos tempos, até que a própria humanidade tenha chegado ao fim.¹⁶⁷⁰

Por causa da irreversibilidade e da imprevisibilidade que a força do processo da ação possui, ou seja, da incapacidade dos homens em prever seus resultados, esses se afastam da prática da ação na esfera dos negócios humanos. Por isso, abrem mão de sua verdadeira liberdade, isto é, da capacidade de serem os agentes ou os autores das relações humanas que constituem a “teia de relações entre os homens”.¹⁶⁷¹ Assim, o que parece “prender” o homem, é, na verdade, a sua própria liberdade – que é a capacidade de agir e de ser o iniciador das ações. No entanto, os homens trocaram e trocam essa liberdade que é a essência da esfera das relações humanas que “[...] deve sua existência única e exclusivamente ao homem”.¹⁶⁷²

Essa esfera, então, construída por meio da ação dos homens, é substituída pela previsibilidade, pelo resultado certo, pelo conhecimento do produto final. Por isso, os homens condenam a ação por serem arrastados por ela no meio das relações humanas, parecendo-lhes que perdem a liberdade, mas, escreve Arendt, é nesse “[...] exato momento que lança mão

¹⁶⁶⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 244.

¹⁶⁷⁰ Ibidem, p. 245.

¹⁶⁷¹ Ibidem, p. 245.

¹⁶⁷² Ibidem, p. 246.

dela”.¹⁶⁷³ É nesse momento que se tem “[...] o começo espontâneo de algo novo, [...]”¹⁶⁷⁴ que incide sobre a teia das relações humanas. A conseqüência da troca, ou da não prática da ação pelos homens nessa esfera das relações humanas, é a inércia, a indolência ou a inação desses perante a política.

A modernidade, portanto, enfatiza Fernandes,¹⁶⁷⁵ ao perder a ação e o discurso atomizou os indivíduos e as tradições. E, ainda: “[...] os homens se perderam entre a passagem da vida ativa para a vida contemplativa e depois para a sociedade de massas, onde ocorre o ápice da isolamento dos homens. Perdeu-se a ação política e a noção de espaço público”.¹⁶⁷⁶

Por isso, a crítica de Arendt ao dizer que no mundo moderno houve a perda do senso comum e do mundo comum, onde tudo foi materializado e instrumentalizado. A perda do senso comum provocou a perda da capacidade dos homens para o discernimento, que é fundamental para o julgamento e a compreensão da realidade.

Essa realidade, que era constituída pela experiência, foi substituída pelo individualismo do homem isolado, privatizando a esfera pública. Assim, perdeu-se a comunicação, um mundo comum de significados ou de compartilhamento.

A perda do espaço público e político deve ser entendido, principalmente, pelo prisma do regime totalitário¹⁶⁷⁷ que Arendt empreende, cuja produção não cabe neste trabalho. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a instituição dessa nova forma de governo, houve a perda das liberdades, dos direitos, de cidadania, de um espaço público e político, do direito à opinião, à fala, ao discurso, à comunicação, da segurança, do controle sobre a vida, à participação, à individualidade no sentido da singularidade, de um ser único e diferente, portanto, massificado e sem consciência crítica.

A esfera pública pode ser percebida como permitida ao *homo faber* e ao *animal laborans*, escreve Arendt, pelo fato de que, mesmo julgando as atividades públicas pelo valor ou critério de utilidade, isso

[...] não significa que os dois possam prescindir inteiramente da esfera pública, pois, sem o espaço da aparência e sem a confiança na ação e no discurso como forma de convivência, é impossível estabelecer inequivocamente a realidade do próprio eu, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante. O senso humano de

¹⁶⁷³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 246.

¹⁶⁷⁴ Ibidem, p. 246.

¹⁶⁷⁵ FERNANDES, Cíntia San Martín. A modernidade e a construção do espaço público em Hannah Arendt e J. Habermas. *Revista Uniclar*. p. 56, mar./2000.

¹⁶⁷⁶ Ibidem, p. 56

¹⁶⁷⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

realidade requer que os homens realizem a condição meramente passiva do ser como coisa dada, não para modificá-lo, mas para exprimir e dar plena existência àquilo que, se não o fizessem, teriam que suportar passivamente de qualquer maneira.¹⁶⁷⁸

O *homo faber*, segue dizendo a autora, é uma sociedade de produtores que, além de conviver com os produtos fabricados convive também com o mundo no qual levará e acrescentará seus produtos. Por isso, esse *homo faber*, afirma Arendt, “[...] continua, assim, embora indiretamente, a conviver com os outros, que não fizeram o mundo nem são fabricantes de coisas”.¹⁶⁷⁹

Arendt estabelece a distinção entre uma atividade essencialmente de troca e uma atividade de fabricação na esfera pública: “[...] a troca em si já pertence ao campo da ação, e não é de modo algum mero prolongamento da produção; menos ainda é mera função de processos automáticos, como a compra de alimentos e de outros bens de consumo a que o labor está necessariamente sujeito”.¹⁶⁸⁰

Nessa perspectiva, para além da fabricação, a troca em si reforça a possibilidade da existência da ação. No entanto, essa não se caracteriza, fundamentalmente, como um contato enquanto pessoas, mas como produtores. Nessa atividade, as pessoas não aparecem com suas singularidades, individualidades, qualidades ou aptidões, mas o que levam para esse mercado de trocas são seus produtos.

Arendt defende a dignidade humana pela identidade que transcende em grandeza e importância por meio de *quem* os homens são e não pelo *que* realizam ou possam realizar. Em outros termos, os homens não se limitam apenas em suas obras ou produtos.

Nessa direção, também acrescenta Critelli:

Nem mesmo *quem* age e fala garante à sua ação um limite e uma previsibilidade. Em especial, porque *quem* age e fala não tem para si mesmo a transparência de quem ele é. *Quem* alguém é, são os outros que o vêem e ouvem, que o testemunham. [...] O *testemunho* de outros sobre *quem* alguém é está em estrita dependência desse próprio alguém em seu agir e falar. Dentre tudo o que existe, apenas o homem é capaz de falar de si e exibir-se ao falar de alguma coisa e ao expô-la. Contudo, este *quem* alguém é, que alguém exibe por si mesmo e desde si mesmo, não é algo que fica aderido às suas palavras e aos seus atos. *Quem* alguém é transcende o que esse mesmo alguém fala e diz. Nisto reside a fluidez e o insólito de seus atos e palavras, significáveis somente com sua morte. Para que possamos dizer quem é alguém é preciso que compreendamos quem *alguém foi*, desde a história de que participou,

¹⁶⁷⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 220.

¹⁶⁷⁹ Ibidem, p. 221.

¹⁶⁸⁰ Ibidem, p. 221.

que desencadeou e as adesões que provocou por seus atos e palavras às ações que realizou – *com outros*.¹⁶⁸¹

A revelação do *quem* é, testemunhado por outras pessoas, portanto, revela a singularidade, a exclusividade e a excelência de qualquer pessoa na esfera pública, e isso se constitui na realidade da existência de qualquer um. E esse *quem* só pode ser revelado, portanto, por meio da ação e do discurso entre outras pessoas em uma esfera pública.

É nesse sentido que nos propusemos a justificar e compreender como e por meio de quais possibilidades, as mulheres empresárias adentraram e adentram a esfera pública e praticam a ação e o discurso.

Arendt, apesar de dizer que os operários, homens de negócio, dentre outros, não participavam da esfera da pluralidade, abre, ela mesma, as possibilidades para a sua realização.

Antes de analisarmos as formas pelas quais a categoria de mulheres empresárias ocupa a esfera pública, atualmente, ilustramos, primeiramente, com os operários. Baseando-nos em Arendt, vamos reforçar que a prática da ação e do discurso em uma esfera pública tornou-se possível para as categorias antes deixadas de fora dessa. Na antigüidade – pela atividade do labor e na idade moderna – pela atividade da fabricação em substituição à ação. Em relação a essas atividades, escreve:

Embora não seja capaz de criar uma esfera pública autônoma, na qual os homens possam aparecer *qua* homens, a atividade do trabalho, para a qual o isolamento em relação aos outros é condição prévia necessária, está ainda vinculada de várias maneiras a esse espaço de aparência; na pior das hipóteses, permanece ligada ao mundo tangível das coisas que produz. O trabalho, portanto, talvez seja um modo apolítico de vida, mas certamente não é antipolítico. Este último é precisamente o caso do labor, atividade na qual o homem não convive com o mundo nem com os outros: está a sós com o seu corpo ante a pura necessidade de manter-se vivo. É verdade que também vive na presença e na companhia de outros, mas essa convivência não possui nenhuma das características da verdadeira pluralidade. Não é a combinação de diferentes habilidades e vocações, como no caso da feitura de uma obra (e muito menos uma relação entre pessoas singulares), mas consiste na multiplicidade de espécimes, todos fundamentalmente iguais por serem o que são como organismos vivos.¹⁶⁸²

Explica-nos Arendt que a atividade do labor possui uma sociabilidade que resulta do metabolismo do corpo humano com a natureza, onde há uma *uniformidade* de todos. Nesse caso, não há uma consciência de individualidade e identidade pelos membros, todos “[...]”

¹⁶⁸¹ CRITELLI, Dulce Mara. Hannah Arendt: a vida ativa e a ação. Ontologia da política. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez: FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993. p. 123.

¹⁶⁸² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 224-5.

labutam juntos como se fossem um só. [...] A união de muitos em um só é basicamente antipolítico”.¹⁶⁸³ No labor, não há diferenciação, sendo uma atividade ou função do processo vital dependente das condições sociais. Como não há diferenciação, não existe a capacidade para a ação e o discurso.

No entanto, chamamos a atenção para o que Arendt escreve a seguir em relação aos operários:

Não menos surpreendente, porém, é o papel súbito e, muitas vezes, extraordinariamente produtivo que os movimentos operários desempenharam na política moderna. Das revoluções de 1848 até a revolução húngara de 1956, *a classe operária* europeia, *por ser o único setor organizado e, portanto, o principal setor da população, escreveu um dos mais gloriosos capítulos da história recente, e talvez o mais promissor*.¹⁶⁸⁴

Arendt compara a atuação dos escravos da antiguidade com os operários da idade moderna, apontando a mudança que ocorreu. O *fator decisivo* é que nos movimentos modernos existem reivindicações de liberdade e justiça para todos. Isso, portanto, revela a percepção da existência da diferenciação e, em seguida, a capacidade de ação e do discurso para tais reivindicações. Já, na *antiguidade*, os escravos nunca tentaram em uma *ação conjunta* abolir a escravidão e nunca reivindicaram a liberdade como consciência de um direito inalienável para todos os homens.

E, além, os operários modernos mostraram, em alguns momentos de revolução, a capacidade de que “[...] desenvolveriam idéias próprias quanto às possibilidades do governo democrático nas condições modernas”.¹⁶⁸⁵ Em outros termos, mostrou a capacidade de propor, de alterar ou de instituir uma nova forma de governo. Os espaços públicos abertos e utilizados para a organização foram os sindicatos, os “[...] Conselhos (soviets, *Räte*, etc)”¹⁶⁸⁶ e partidos políticos. Sobre essa mudança, ainda, Arendt afirma:

A principal diferença entre o trabalho escravo e o moderno trabalho livre não é a posse da liberdade pessoal – liberdade de ir e vir, liberdade de atividade econômica e inviolabilidade pessoal –, mas o fato de que o operário moderno é admitido na esfera pública e é completamente emancipado como cidadão.¹⁶⁸⁷

Essa condição de cidadão ocorreu em um momento histórico do movimento operário ao abolir a condição de propriedade pelo direito do exercício do voto. A emancipação do

¹⁶⁸³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 225-7.

¹⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 227-8.

¹⁶⁸⁵ *Ibidem*, p. 227.

¹⁶⁸⁶ *Ibidem*, p. 228.

¹⁶⁸⁷ *Ibidem*, p. 229.

operário moderno, segundo Arendt, buscou valorizar a atividade do labor, cujo objetivo foi alcançado até mesmo antes da liberação dos direitos civis e individuais que tornava operário em cidadão. Em consequência da emancipação dos operários, esses foram admitidos na esfera pública, tornando-se visíveis e aparentes, mesmo não possuindo liderança econômica na sociedade. Escreve Arendt:

O vasto potencial de poder que esses movimentos adquiriram em tempo relativamente curto e muitas vezes nas circunstâncias mais adversas, deve-se ao fato de que, a despeito de toda conversa e teoria, os operários foram o único grupo no cenário político que, além de defender seus interesses econômicos, travou uma batalha inteiramente política. [...] ao despontar no cenário público, o movimento operário era a única organização na qual os homens agiam e falavam *enquanto* homens, e não *enquanto* membros da sociedade.¹⁶⁸⁸

Atualmente, os operários, continua Arendt, fazem parte da sociedade como qualquer outra classe, são detentores de empregos e assalariados. “A importância política do movimento operário é hoje a mesma de qualquer outro grupo de pressão; [...]”¹⁶⁸⁹

Assim, vimos que o operariado, antes considerado sem as condições necessárias para a ação e o discurso na esfera pública e política, passam a essa com grande participação, ação e discurso.

Ressaltamos que não é nosso propósito aprofundar as lutas ou trajetórias da classe operária, mas, apenas, justificar como foram e continuam as possibilidades da ação e do discurso onde não era possível.

Analogamente, trouxemos as mulheres empresárias à esfera pública, tentando explicar a referência de Arendt à impossibilidade da ação e do discurso entre os homens de negócio na esfera da fabricação.

Nesse sentido, a inserção das mulheres na esfera pública, vale dizer, de *todas* as mulheres, inicia-se pelo direito do sufrágio universal, do voto, sendo reconhecidas como cidadãs.¹⁶⁹⁰ Sobre essas conquistas, Heller e Fehér comentam:

O homem podia colocar-se, isto é, colocar sua própria pessoa, em outro *ambiente*, enquanto a mulher ficava reduzida a uma mudança *imaginária de sua constituição biológica*, ou de todo o seu ser, pois era precisamente essa constituição que a determinava e limitava suas possibilidades. A existência feminina determinada pelo *regard* do homem era completamente abrangente. A mulher era determinada pelo *regard* dele na vida cotidiana, em todas as esferas e sistemas, subsistemas e instituições. Essa determinação abrangente é que foi contestada pelos movimentos

¹⁶⁸⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 231.

¹⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 231.

¹⁶⁹⁰ Cf. BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit.

feministas. Os movimentos de mulheres antes do feminismo (segunda onda) contemporâneo já haviam contestado essa determinação numa ou noutra esfera. Fizeram isso na esfera política, quando lutaram pelo sufrágio universal, e nas instituições e produção, quando lutaram por salários iguais. Mas o feminismo da segunda onda tornou essa contestação abrangente. As mulheres hoje lutam por uma contingência dual: pela indeterminabilidade de suas possibilidades e pelas condições de autodeterminação. Em geral, as mulheres que lutam pelas condições de sua autodeterminação também passam a ter uma sensibilidade mais intensa para todos os tipos de contestação que visam a aumentar as possibilidades de autodeterminação.¹⁶⁹¹

Como membro de grupos, associações, instituições, sempre mantendo contatos e relações sociais, as pessoas buscam tanto sua autodeterminação que é a busca de um valor ou uma meta, como busca a autodeterminação do grupo.

As mulheres já conquistaram alguns valores, metas, direitos e mesmo que esses possam variar de lugar, de época ou datas, o fato é que adquiriram a condição de cidadãs.

Em seguida, as diversas conquistas e direitos garantidos por meio de constituições e dos Códigos civis ampliaram os direitos políticos, civis, sociais, econômicos e individuais às mulheres. Ressaltamos que essa produção é vasta, já bastante divulgada, por isso, não houve necessidade de aprofundá-la, além de que abordamos parte dessa trajetória em relação à alguns direitos conquistados pelas mulheres na Parte I deste trabalho. E mesmo que ainda hoje persistam desigualdades, que continuem brigando pela “igualdade na diferença”,¹⁶⁹² enfim, outros direitos a serem conquistados, é fato que as mulheres são, de direito, cidadãs.

Buscamos também a característica da pluralidade da esfera pública, por essa contemplar não apenas a categoria de empresárias, mas, antes, também, por serem mulheres, tendo em vista que na antigüidade eram relegadas à esfera privada, cuja atividade era o labor.

A pluralidade refere-se a todo *ser humano* e, não, ao homem somente, portanto, abarca também *todas* as mulheres.

Nesse sentido, Kristeva,¹⁶⁹³ além de outras autoras referidas na Introdução, como Dietz,¹⁶⁹⁴ Honig,¹⁶⁹⁵ Pitkin,¹⁶⁹⁶ Young-Bruehl¹⁶⁹⁷ escrevem e justificam a grande contribuição

¹⁶⁹¹ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Da satisfação numa sociedade insatisfeita II. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 58.

¹⁶⁹² Segundo Bonacchi e Groppi, a “igualdade na diferença” deve ser bem distinta da velha reivindicação de liberdade, porque “[...] os postulados de igualdade e diferença significam reivindicações jurídicas em planos diferentes, de diferentes pontos de vida. A reivindicação de igualdade refere-se à distribuição de bens, inclusive os bens jurídicos, à participação nos bens materiais, na economia, no trabalho, na esfera pública e na política. É determinante a divisibilidade, a mensurabilidade e a referência ao coletivo. O grau de igualdade/equiparação distingue portanto a condição, o estatuto da coletividade; e já que não tolera nenhum privilégio, volta-se contra o arbítrio, a pobreza e a exploração e, nesse sentido, é critério de justiça”. (BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit., p. 69).

¹⁶⁹³ KRISTEVA, Júlia. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras*: Hannah Arendt, Melaine Klein, Colette. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

do pensamento de Arendt para as teorias feministas exatamente pelas possibilidades de inserção das mulheres na esfera pública e política.

Justificamos ainda o pensamento de Arendt em relação à participação das mulheres em um espaço público e político por meio da ação e da palavra, baseando-nos em Kristeva ao dizer que

[...] a feminilidade não seria apenas um dado originário, mas *uma diferença intrínseca e indispensável à ação*, a qual sabemos que é, para Arendt, a *essência do político: a feminilidade não se entoca no corpo servil, mas constitui, logo de saída, a pluralidade do mundo do qual ela participa*.¹⁶⁹⁸

Segundo Kristeva, Arendt reivindica a diferença de cada um no mundo, com o direito de ser singular e aparecer enquanto *quem* é no espaço público entre outras pessoas.

E escreve Arendt: “A pluralidade é a condição da ação humana, porque *somos todos iguais*, ou seja, *humanos*, sem que ninguém nunca veja identicamente a qualquer outro homem que tenha vivido, vivente ou ainda por nascer”.¹⁶⁹⁹

Em relação a essa pluralidade e de que a ação está para todas as pessoas, Young-Bruel afirma:

Dietz also thinks that by contrasting both labor and work with action that Arendt was presenting action as beyond gendering, as a domain in which all people can be free. Action it, as Dietz puts it “beyond the phallogocentric: gynocentric divide”. [...] Arendt often stated – most clearly in her essay on Rosa Luxemburg – that her own position on the *Frauenproblem* was, basically, *Vive la petid difference!* What this meant was: celebrate who you are in your distinctiveness, in your not-that, not-the-other, do not try to *be or become* the other. Plurality, the precondition of action, includes among its possibilities plurality of sex/gender identities, and this plurality, like others, should be respected. [...] Distinctiveness means nonconformity, which Arendt presented as preserved in thinking itself by dialogue – what she called “the dialogue between me and myself”. It was not the orientation or the content of thinking that Arendt considered crucial to it, but its interactivity, its internal mobility and freedom from rigidities of ideology or received ideas. Thinking is the quintessentially human internal-mental activity, as the quintessential external activity is being political, speaking and acting, opening political spaces, and both of these activities are, in Arendt’s view, more important qua activities than in the

¹⁶⁹⁴ DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: HINCHMAN, Lewis C. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit.

¹⁶⁹⁵ HONIG, Bonnie. Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity. In.: _____. (edited). *Feminist interpretations of Hannah Arendt*. Op. cit.

¹⁶⁹⁶ PITKIN, Hanna Fenichel. Justice: On Relating Private and Public. In.: HINCHMAN, Lewis P. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. Op. cit.

¹⁶⁹⁷ YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. Hannah Arendt among feminists. In.: MAY, Larry and KOHN, Jerome (edited). *Hannah Arendt: twenty years later*. Op. cit.

¹⁶⁹⁸ KRISTEVA, Júlia. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras*: Hannah Arendt, Melaine Klein, Colette. Op. cit., p. 169 (grifos nossos).

¹⁶⁹⁹ ARENDT, Hannah. *La Condition de l’homme moderne*. Tradução francesa – Calmann – Lévy, 1961; reed. 1983. p. 16-17 (grifos nossos).

specificities of their content because it is as activities that they perpetuate themselves, renew themselves. Further, thinking's activity in the modern world, as Arendt understood it, cannot rely on tradition, much less on received ideas or ideology, because historical realities have rendered these useless, obsolete, out of touch. She imagined thinking as a process of gathering up the fragments of broken traditions and assembling them anew, in something new.¹⁷⁰⁰

A partir, portanto, das diferenças que compõem a pluralidade e, se todos são humanos e iguais conforme a declaração de Arendt, as mulheres ou o feminino também estão inclusos dentro do espaço público, cuja existência só é possível com a pluralidade da ação dos humanos, ou seja, de todos homens e mulheres. Essas, portanto, podem exercer sua singularidade na pluralidade grupal. A uniformidade de todos os indivíduos, para Arendt, é antipolítico. A convivência em um espaço público e político deve ser de pessoas diferentes e desiguais, no sentido de possuírem singularidades. Assim, todos esses diferentes e desiguais é que compõem a esfera pública e não apenas um grupo de iguais.

Entende-se que os grupos de iguais que se organizam e convivem com outros grupos de iguais, são desiguais em relação aos primeiros. Dessa forma, mesmo que existam e existem as organizações grupais, essas convivem e estão entre outras em um espaço público, não sendo somente uma organização. Ou seja, não existe uma organização grupal constituída de uma só profissão ou atividade apenas (como não deve existir mesmo) e, sim, várias organizações grupais constituídas de pessoas de profissões e atividades diferentes convivendo *entre e com* outras em um espaço público e político.

Confirma Tabak¹⁷⁰¹ que a participação das mulheres, atualmente, em associações criadas para a defesa de seus interesses ou de grupos específicos, têm contribuído para uma tomada de consciência, de sentimento de responsabilidade social e essas “[...] tem conduzido

¹⁷⁰⁰ A ação está além do gênero, como um domínio no qual todas as pessoas podem atuar. Ação está, como Dietz coloca, “*Beyond the Phallogocentric-Gnocratic Divide*”. (Além do Falocêntrico-Ginocêntrico Compartilha). [...] Arendt frequentemente colocou – mais claramente em seu ensaio em Rosa de Luxemburg – que sua própria posição em *Frausnproblem* era, basicamente, *Vive la petit différence!* Isto significou que: comemorar quem você é em sua diversidade, em seu *não-aquele*, em seu *não-o-outro*, não tentar ser nem tornar-se o outro. Pluralidade, a precondição da ação, inclui entre suas possibilidades pluralidade de sexo, identidades de gênero, e esta pluralidade, como outras, deverá ser respeitada. [...] Diversidade significa não conformidade, que Arendt mostra como preservada no pensar pelo diálogo – o que ela chamou de “*The dialogue between me and myself*”. (Diálogo entre eu e eu mesmo). Não era a orientação ou o conteúdo do pensar que Arendt considerava crucial para o diálogo interior, mas sua interatividade, sua mobilidade interna e liberdade das severidades de ideologia ou idéias. Pensar é a atividade mental interna humana mais sublime, a atividade externa mais sublime é ser político, falar e agir abrindo espaços políticos, e todas estas atividades são, na visão de Arendt, mais importantes que a especificidade de seu conteúdo porque são as atividades que se perpetuam, renovam-se. Além do mais, a atividade de pensar no mundo moderno, como Arendt compreendeu, não pode estar ligada a tradição, muito menos com idéias ou ideologias recebidas, porque realidades históricas submeteram-se a estas inúteis, obsoletas, desatualizadas idéias. Ela imaginou o pensar como um processo de colher os fragmentos de tradições rompidas e agrupá-las de uma nova maneira, em alguma coisa nova. (YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. Hannah Arendt among feminists. In.: MAY, Larry and KOHN, Jerome (edited). *Hannah Arendt: twenty years later*. Op. cit., p. 316-8 Tradução livre).

¹⁷⁰¹ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.

as mulheres para ações políticas arrojadas [...]”,¹⁷⁰² a partir dos variados e diversos tipos de associações.

Observa-se em Tabak a mesma possibilidade de uma ação social alcançar o impacto de uma ação política semelhante à Heller e Fehér.¹⁷⁰³

Ainda, para a prática da ação e do discurso no espaço público pelas mulheres empresárias, outra sustentação que vem ao encontro das práticas e experiências detectadas entre as mesmas é reforçada pela própria Arendt¹⁷⁰⁴ e por Habermas.¹⁷⁰⁵

Para ambos, as associações e as organizações constituídas no interior da sociedade constroem os espaços públicos para a prática da ação e do discurso, portanto, da política. Em relação à Arendt, lembramos os exemplos das formas de participação e inclusão dos operários na esfera pública política já registradas. Quanto à Habermas, esse afirma, semelhante à Arendt, que a força dessa demanda deve vir da sociedade civil, pois essa tem seu núcleo institucional composto pelas associações e organizações de caráter autônomo, fora do âmbito estatal, pelas quais veiculam a comunicação, o diálogo ou o discurso necessários à esfera pública. Afirma Habermas: “O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro das esferas públicas”.¹⁷⁰⁶

O poder da comunicação, da fala ou do discurso, verifica-se, é defendido por Arendt e por Habermas como princípio constitutivo da esfera pública por meio das associações ou organizações compostas pelos diversos atores sociais.

Segundo Habermas, os indivíduos atomizados da modernidade podem e transformam-se em sujeitos participativos, atuantes e produtores de opinião, por meio dos direitos privados do mundo da vida que são preservados e de outros que vão surgindo, garantidos pela ordem social democrática. Dessa forma, produzem seus discursos, elaboram suas opiniões e tornam-se atores sociais na sociedade civil. As associações e organizações são, portanto, espaços privilegiados para a participação de *todas* as pessoas. Com a mesma percepção, Fernandes cita:

Os chamados sujeitos da sociedade civil são responsáveis pela tematização de situações-problemas emergentes na vida cotidiana relevantes para a sociedade

¹⁷⁰² TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit, p. 30.

¹⁷⁰³ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O paria e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁷⁰⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁷⁰⁵ Cf. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Op. cit.

¹⁷⁰⁶ Idem. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II., p. 99.

como um todo, buscando transformar a esfera pública numa arena de argumentação discursiva e de convencimento do conjunto da sociedade sobre a justiça de seus propósitos. [...]. A participação das associações da sociedade civil deve ser consciente e ampla, e a preocupação deve estar centrada no âmbito da cultura política de cada lugar e no combate às diferentes manifestações “totalitárias” do mundo contemporâneo, [...].¹⁷⁰⁷

Nessa perspectiva, as mulheres empresárias, como atores sociais, verificada à frente, levam e discutem questões na esfera pública a partir de suas práticas diárias que, de acordo com a relevância, tornam-se questões que afetam a sociedade. Além disso, revelaram a cultura política que permeia suas visões de mundo, demonstrando, inclusive, o respeito às práticas democráticas e buscando as republicanas, também verificadas à frente.

Também reforça Fernandes: “[...] para a esfera pública dirigem-se tanto discursos e demandas do mundo dos sistemas, representado por grupos econômicos e políticos particulares, quanto discursos que emergem dos processos de reprodução cultural realizados no mundo da vida”.¹⁷⁰⁸

Confirma-se, portanto, a possibilidade de participação na esfera pública e política dos variados sujeitos, oriundos tanto da esfera institucional como da própria sociedade civil, representada pelos diferentes grupos que se organizam no interior dessa, inclusive, enfatizamos, pelas próprias mulheres empresárias.

Reforçando, ainda, a possibilidade dessa inserção na esfera pública por meio das associações e organizações pelos diversos e diferentes sujeitos e sobre a importância desses espaços, Costa escreve que cabe

[...] à esfera pública [...] atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam institucionalmente no processo de formação da vontade política (parlamento, conselhos, etc).¹⁷⁰⁹

Para Costa, as práticas discursivas, o diálogo, ou seja, a fala e o discurso travados pelos sujeitos na prática cotidiana a partir de seus “microdomínios” ou de seus locais de atuação, têm a capacidade de extrapolar os limites das esferas públicas autônomas e interferirem nos órgãos de decisão e deliberativos da esfera estatal. Em consequência, possuem a capacidade de influir e participar das decisões e das políticas públicas.

¹⁷⁰⁷ FERNANDES, Cíntia San Martin. A modernidade e a construção do espaço público em Hannah Arendt e J. Habermas. *Revista Uniclar*. Op. cit., p. 62.

¹⁷⁰⁸ *Ibidem*, p. 61.

¹⁷⁰⁹ COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 59, 1995.

Nessa direção, conforme exposto nos capítulos à frente, a categoria das mulheres empresárias pratica essa forma de articulação e, ainda, essa capacidade de acesso e interferência na esfera estatal, o que se caracteriza uma ação política.

Os diferentes e diversos atores sociais podem e devem participar e interagir por meio dos espaços públicos das associações e/ou organizações, cujos espaços devem ser defendidos e assegurados para que, por meio da articulação, mediação, interação e argumentação, esses levem as questões e demandas que emergem no mundo da vida para serem debatidas e resolvidas na esfera política.

Adiantamos e enfatizamos também que as virtudes cívicas, abordadas à frente, são praticadas pelas mulheres empresárias e estão relacionadas à esfera política, como podem também ser de outras esferas, afirmam Heller e Fehér. E, ainda: “Todo membro adulto de um estado democrático moderno é por definição um cidadão”.¹⁷¹⁰ No entanto, não são todos cidadãos ou cidadãs que têm uma prática individual ou coletiva com a esfera política, em relação às normas, regras, ações, decisões ou quaisquer outras formas de participação, onde acontece a ação política. Entretanto, por meio da prática de algumas virtudes cívicas, verificadas neste estudo, as mulheres empresárias adentraram, atuam e participam dessa esfera política. Dessa forma, as *virtudes cívicas* também *colocaram* e *colocam* as mulheres empresárias na esfera política, além da esfera social.

Fizemos essa rápida incursão, portanto, para enfatizarmos as possíveis formas de como as mulheres empresárias também foram liberadas para a ação e o discurso na esfera pública.

9.3 Ação social em Belo Horizonte

“Eu gosto da área social, eu me envolvo com prazer e te confesso que nos últimos anos abri mão de muita coisa da minha vida profissional para assumir a atividade do Centro Comunitário. É uma coisa que a gente faz porque ama, porque gosta. [...] eu tenho uma ação na área pública, mas a vida pública (política institucional), essa nunca me fascinou, nunca me agradou, e eu nunca quis trilhar esse caminho”.

Ângela Gutierrez.
(Em entrevista – 19/01/04)

¹⁷¹⁰ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 115.

A prática da ação social emergiu com muita força no meio empresarial, verificada por meio dos depoimentos das mulheres empresárias.

Nesse sentido, elegemos alguns exemplos de prática de ação social, tendo em vista a impossibilidade de referendar todos, porque, na realidade, as ações sociais são inúmeras. A proliferação dessas ações sociais, principalmente nas empresas, bem como em todos os segmentos, ou seja, nas associações, entidades, fundações, clubes de serviços, enfim, em qualquer forma de organização, cresceu significativamente no Brasil a partir da década de 1990. A introdução e a adesão à “Responsabilidade Social” nas empresas provocou uma mudança comportamental em relação às práticas das ações sociais e, adiantamos, políticas também, sendo portanto, repetimos, impossível sua mensuração, além das práticas de ações sociais e políticas que estão ocorrendo no plano individual.

Por isso, o nosso recorte sobre a prática das ações sociais foi limitado entre as mulheres empresárias entrevistadas de nossa amostra dentro de suas empresas, associações e no plano individual, optando por alguns exemplos dentro de inúmeros para comparação da prática de ações sociais e políticas efetivadas e outras em andamento.

Consideramos uma ação social, as atividades referentes à necessidade do indivíduo, de acordo com Arendt¹⁷¹¹, aquelas anteriormente exclusivas do espaço doméstico, e que, no mundo moderno, passaram a constituir a “esfera social”.

As ações políticas foram caracterizadas, portanto, como aquelas que se situam para além das ações consideradas sociais, ou seja, fora dos limites da esfera da necessidade ou da esfera social. Essas duas esferas, a social e a política, segundo Arendt, têm suas separações muito difusas, portanto, muito difíceis de uma definição clara. As duas esferas misturaram-se muito no mundo moderno.

Assim, na tentativa para o discernimento entre quais ações são sociais ou políticas desenvolvidas pelas mulheres empresárias levamos em conta esse fator observado por Arendt e comentado por Heller e Fehér.

Inclusive, encontramos muitas ações que, de início, apresentaram-se como sociais, mas, pela direção que seu desenvolvimento tomou, ou pela sua abrangência, caracterizaram-se também como ações políticas por terem extrapolado a esfera do social, vale dizer, da necessidade.

Verificou-se, inclusive, que as esferas social e política são *atravessadas* uma pela outra, ou seja, uma “entra” na outra, podendo ser superpostas.

¹⁷¹¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

Justificamos, por esse mesmo modo, as explicações de algumas mulheres empresárias ao afirmarem que consideram suas ações tanto sociais quanto políticas, concomitantemente. A nosso ver, a alteração ou o “atravessamento” que ocorre entre uma ação social e política pode ser justificada ainda, pelo fato de a própria Arendt dizer-nos que uma ação é o início de algo novo, uma idéia nova que pode iniciar-se entre poucas pessoas, cuja ação caracteriza-se também pela imprevisibilidade e sua reação é ilimitada ou sem previsão de resultados. Desse modo, a empresária, a empresa ou um grupo, ao iniciar uma ação, não consegue prever qual será o seu resultado até que a ação termine.

A ação, então, pode iniciar-se como social e ser “invadida” por estratégias de fatores políticos os quais podem mudá-la e caracterizá-la como uma ação política também.

Especificando quais áreas pertencem à esfera social, portanto, *quais ações são sociais, a priori*, conceitualmente (vide anexo 7), os autores Duarte e Dias apontam:

1 – *Área de Trabalho* que abrange o setor de políticas de emprego, de políticas de remuneração e da qualidade de vida no trabalho;

2 – *Área de Proteção Ecológica* responsável pelos setores da qualidade do ambiente, do impacto da empresa, de prevenção de recursos naturais e de proteção ao meio ambiente;

3 – *Área de Consumo* que cuida do setor de qualidade dos produtos, setor de garantia e serviços, de informações e de relações com os clientes;

4 – *Área de Atuação Comunitária* que abrange o setor de ajuda filantrópica a entidades, obras e campanhas assistenciais, culturais, educacionais e artísticas e setor de participação direta em atividades comunitárias;

5 – *Área Institucional* responsável pelo setor de relações com acionistas, de relações com o governo e de relações com outras pessoas.¹⁷¹²

Lembramos novamente, de acordo com Heller e Fehér,¹⁷¹³ que todas as ações sociais são *potencialmente políticas*, ou seja, as ações sociais *podem* tornar-se políticas dependendo da estratégia empregada.

Apesar da nossa tentativa de separar a ação social da ação política para a análise entre a categoria empresarial feminina, registramos um adendo de Heller e Fehér sobre tal separação:

A modernidade ocidental se caracteriza pela relativa independência da sociedade

¹⁷¹² Cf. DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1986. p. 74-6.

¹⁷¹³ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O Pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

civil frente ao estado. O reconhecimento dessa característica estrutural deu origem à crença de que a sociedade civil é o *locus* da ação social, enquanto o estado é o *locus* da ação política. Os conflitos sociais giram em torno do poder do estado. A teoria marxista de que o estado é apenas uma superestrutura da base econômica de uma sociedade civil capitalista reconfirmou a teoria liberal, embora certamente invertesse as conclusões práticas que dela se seguem. Contudo tornou-se claro, sobretudo no século vinte, após a Segunda Guerra Mundial, que atribuir a ação social a grupos dentro da sociedade civil e a ação política ao estado é uma versão inadequada da natureza da ação social e política. Há pelo menos dois motivos para isso. Primeiro, o tradicional problema da justiça social, isto é, a redistribuição econômica e a previdência, foi incorporado na política do estado. Hoje o eleitorado está mais envolvido nas políticas econômicas, fiscal e social de um partido ou governo do que em seu programa propriamente dito. Segundo, o movimento social está cada vez mais voltado para problemas políticos ou, mais corretamente, tende a *politizar* os problemas sociais, traduzindo queixas privadas em problemas públicos. Embora a redistribuição seja ainda uma questão decisiva na agenda da justiça social, outros problemas assumiram igual destaque. Movimentos feministas, movimentos ecológicos, movimentos que buscam mudar a forma de vida, movimentos de paz e semelhantes introduzem problemas novos e inórtodoxos na arena pública, e as questões sociais e políticas começam a fundir-se. Em termos simples, os problemas que envolvem *oportunidades de vida*, os problemas mesmos que tradicionalmente tinham sido incluídos na rubrica “justiça social” agora tornaram-se mais ricos, mais múltiplos e heterogêneos de um lado, e cada vez mais politizados como “interesses públicos” do outro.¹⁷¹⁴

Não obstante esse complemento, as questões dadas como da esfera social devem atingir a esfera política de qualquer forma por constituírem-se interesses públicos. Ou seja, o critério de análise para a distinção entre ação social e ação política permanece o mesmo que adotamos.

Passando às ações sociais praticadas pelas mulheres empresárias, lembrando que seguimos a hierarquia das cidades e a ordem alfabética pelos nomes das mulheres, iniciamos com **Ângela Gutierrez**¹⁷¹⁵ que atua na área cultural como Presidente do “Instituto Cultural Flávio Gutierrez”, responsável pela preservação de grande parte da memória cultural de Minas Gerais e do Brasil. Por meio desse espaço, Ângela Gutierrez divulga e amplia o conhecimento da cultura mineira e brasileira em âmbitos nacionais e internacionais. Segundo a empresária:

Levamos a cultura do Brasil para fora e acho muito importante darmos esse recado. Temos raízes culturais importantíssimas e nossa formação cultural é riquíssima. Não é só futebol e carnaval. Quando viajo com as coleções de obras de arte e vejo o olhar do estrangeiro para a nossa cultura, fico cada vez mais confiante de que esse país tem solução. Eles admiram, respeitam, querem conhecer, querem saber e ficam fascinados com nossas raízes culturais. Então, cada vez que as obras saem do Brasil, aprendo uma lição nova, uma lição de amor ao meu país e de crença na nossa cultura.¹⁷¹⁶

¹⁷¹⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 184-5.

¹⁷¹⁵ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷¹⁶ Ibidem.

Dentro de seu espaço, ao perguntarmos à Ângela Gutierrez como é feita a mobilização para uma ação, ela explicou-nos que convoca as pessoas para transmitir e explicar o projeto em mente:

Sou eu que crio, nasce de uma experiência que acho que possuo, bastante razoável nessas áreas – (cultural e social). Então surge na minha cabeça, eu começo a amadurecer aquele pensamento e é uma pequena fase na qual fica incubada uma idéia até virar um projeto e, em seguida, uma ação.¹⁷¹⁷

Após a consciência e o desejo de uma mudança para iniciar alguma coisa passa-se à disposição para a ação, afirmam os autores Toro e Werneck.¹⁷¹⁸ Nesse momento, muda-se “[...] de uma perspectiva individual para uma perspectiva coletiva”.¹⁷¹⁹ A visão ou a idéia é individual, o que caracteriza uma experiência singular para cada pessoa que inicia uma ação. A partir dessa passagem, a ação torna-se coletiva quando outras pessoas passam à adesão pela escolha comum para atuarem em conjunto.

Como recurso para conseguir a adesão, Ângela Gutierrez disse fazer uso do poder da persuasão: “[...] com paixão, falo com emoção e consigo transmitir uma esperança de que aquilo, aquele projeto, possa reverter-se em alguma coisa muito boa. E as pessoas vêm”.¹⁷²⁰

A paixão e a emoção, para Ângela Gutierrez, é um instrumento ou um recurso muito poderoso para aglutinar as pessoas, porque quem vem, vem também pela paixão e emoção. E sempre deu e continua dando certo, afirmou a empresária.

De acordo com Viroli,¹⁷²¹ o cidadão ou a cidadã não suprime as paixões, apesar da razão, mas permite que essa, junto com a caridade cívica, apareçam no relacionamento com outras pessoas, buscando equilibrar a virtude cívica com a vida particular.

Lembramos-nos aqui do poder da ação e da palavra em um espaço público, segundo Arendt,¹⁷²² porque essas só podem ser executadas entre outros sujeitos, na pluralidade, condições que são básicas para a sobrevivência humana. Em suas palavras:

Todo o mundo fatural dos negócios humanos depende, para sua realidade e existência contínua em primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e que

¹⁷¹⁷ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷¹⁸ TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação*. Op. cit.

¹⁷¹⁹ Ibidem, p. 80.

¹⁷²⁰ GUTIERREZ, Ângela, Entrevista. Op. cit.

¹⁷²¹ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. Cit.

¹⁷²² Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

lembrança, e em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas.¹⁷²³

Nesse sentido, em um espaço público, a ação e o discurso (ou a palavra), permitem que todos os sujeitos revelem-se e mostrem-se perante os outros para que tenham aparência e visibilidade. Por meio da ação, os sujeitos concretizam “[...] seus atos, por meio dos quais ele constitui a sua própria ‘estória’ e se insere no grande livro de ‘estórias’ da humanidade”.¹⁷²⁴

De acordo com Arendt, “[...] os homens se revelam como sujeitos, como pessoas distintas e singulares, mesmo quando empenhados em alcançar um objetivo completamente material e mundano”.¹⁷²⁵

Não reconhecer esta possibilidade, segundo a autora, é negar aos homens o que eles são ou transformá-los “[...] em algo que eles não são”.¹⁷²⁶

Citamos anteriormente que o discurso e a ação são revelados quando as pessoas estão *com* outras e não *contra* outras. E, remetendo-nos à epígrafe de autoria de Arendt usada no início deste trabalho, onde quer que os homens vivam juntos existe uma teia de relações e é nesse meio que a ação pode ser concretizada ou real.¹⁷²⁷ Portanto, a ação e o discurso (ou a palavra) podem manifestar-se somente em uma esfera pública entre outros sujeitos, na interação de uns com os outros em um espaço público. Também Duarte, apoiando-se em Arendt, escreve:

Justamente por dependerem da interação plural, toda ação e todo discurso manifestados em público incidem sobre uma “teia de relações” humanas preexistentes na qual se define o traçado dos “interesses” humanos em cada momento histórico particular, isto é, na qual se define aquilo que está “entre” homens dotados de “inúmeras vontades” e intenções conflitantes.¹⁷²⁸

Por essas possibilidades da ação e do discurso em uma esfera pública praticadas pelas mulheres empresárias de nossa amostra e verificadas a partir de vários exemplos, justifica-se o seu papel como sujeito político e práticas de ações.

[...] a ação, embora possa provir do nada, por assim dizer, atua sobre um meio no qual toda relação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação,

¹⁷²³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 106-7.

¹⁷²⁴ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 113.

¹⁷²⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 196.

¹⁷²⁶ Ibidem, p. 196.

¹⁷²⁷ Cf. Ibidem.

¹⁷²⁸ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. Op. cit., p. 113.

além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros.¹⁷²⁹

A ação e a reação, segundo Arendt, nunca ficam restritas a poucas pessoas, a um círculo fechado e muito menos entre apenas duas pessoas, por exemplo. A ação pode até começar com uma pessoa, no entanto, sua reação é ilimitada.

Dessa forma, uma ação política ou outras formas de ação possuem uma proliferação ilimitada. “O menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto”.¹⁷³⁰

Além disso, toda ação tem a capacidade de estabelecer relações, não importando qual seja o seu conteúdo ou tema, daí, a característica intrínseca de ultrapassar o grupo pequeno ou “[...] todos os limites e transpor todas as fronteiras”.¹⁷³¹

Afirma Arendt: “[...] o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, nunca é realizado inteiramente sem um parceiro e sem companhia”.¹⁷³²

A prática e o uso da palavra em um espaço público pela empresária Ângela Gutierrez também é sustentada por outro autor, Dejourns,¹⁷³³ ao afirmar que a prática da *palavra*, inclusive, dentro do próprio espaço empresarial, além dos jogos da concorrência econômica ou dos desempenhos produtivos, deve levar em conta as conseqüências do campo social e buscar formas de amenizar o sofrimento das pessoas no local de trabalho. Por causa dos motivos causadores da pressão do trabalho derivados dessa organização (condições físicas, químicas, biológicas), divisão de tarefas e divisão hierárquica, existem estratégias defensivas para ajudar as pessoas nesses ambientes. Sem o propósito de uma análise sobre as diversas pressões e os mecanismos de equilíbrio para as mesmas, enfatizamos a necessidade do espaço da palavra, isto é, uma discussão coletiva, considerada pelo autor Dejourns como uma defesa contra o sofrimento no espaço do trabalho. Escreve o autor:

Tão logo é constituído, esse espaço de palavra modifica sensivelmente as condutas individuais e as relações, tanto nos locais de trabalho como na cantina ou no vestuário. Estando restabelecida a palavra sobre o trabalho, é também a *palavra comum* que ressurgue nas diversas circunstâncias da vida prática na fábrica.¹⁷³⁴

¹⁷²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 203.

¹⁷³⁰ Ibidem, p. 203.

¹⁷³¹ Ibidem, p. 203.

¹⁷³² Ibidem, p. 86.

¹⁷³³ DEJOURS, Christophe. Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Trad. Arakcy Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

¹⁷³⁴ Ibidem, p. 169.

O autor propõe, dentro do próprio local de trabalho, um espaço público para a liberdade e prática da fala, da *palavra comum* entre os indivíduos que se relacionam dentro desse ambiente, sem se constituir, essencialmente, em uma associação específica. Não obstante, nesse espaço, as pessoas também se revelam e aparecem umas às outras.

Uma condição para a recondução desse espaço de palavra se revela então essencial: a *transparência*, isto é, a visibilidade do trabalho efetuado por cada trabalhador; o acesso aberto aos outros de todas as seqüências de trabalho efetuadas por cada um. Parece que é preciso, às vezes, até ultrapassar a transparência, ir até um “exibicionismo”, isto é, até a demonstração pública de sua maneira de trabalhar, de forma que os colegas possam ver e conhecer cada companheiro.¹⁷³⁵

Por meio da *aparência* dos trabalhadores entre seus pares, o espaço da palavra constrói também relações de confiança, de credibilidade e de solidariedade que se tornam instrumentos “[...] ofensivo e defensivo do coletivo e mesmo da comunidade de pertencimento”.¹⁷³⁶ Segue dizendo o autor que as discussões, os debates ou as opiniões contraditórias substituem os conflitos, ou, em outros termos, o conflito é debatido e discutido por meio do espaço da palavra.

Pela mesma forma, ou seja, pela discussão no espaço da palavra, escreve Dejours que

[...] as arbitragens, as escolhas e as decisões se tornam “administráveis” coletivamente. Se o espaço dessa discussão é ameaçado, a solidariedade pode vir em socorro. Essencialmente mobilizada pela adversidade, ela completa a confiança indissociável da iniciativa e da criatividade.¹⁷³⁷

Ainda, o espaço da palavra permite às pessoas que estão no ambiente de trabalho o seu reconhecimento e afiliação a um grupo de pertencimento, de idéias ou valores coletivos, em oposição ao individualismo. Nesse espaço da palavra, vários elementos antes considerados como secretos ou privados também são revelados:

A diversidade, a personalização, a singularização dos modos operatórios, dos *savoir-faire* e das habilidades individuais podem ser discutidas aí, legitimadas e reconhecidas. Esse reconhecimento está na base da filiação e da construção do coletivo de trabalho.¹⁷³⁸

¹⁷³⁵ DEJOURS, Christophe. Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Op. cit., p. 169.

¹⁷³⁶ Ibidem, p. 169.

¹⁷³⁷ Ibidem, p. 169.

¹⁷³⁸ Ibidem, p. 170.

Com as relações de trabalho permeadas por essas diversas formas de singularidade de cada pessoa e sua “aparência” como ser único no espaço da palavra que é público, afirma Dejours, apresenta-se uma outra dimensão diferente da técnica ou da racionalidade apenas, dentro do ambiente da empresa. O espaço público interno da empresa permite, hoje, a criatividade e seu fechamento significa abolir essa criatividade.

Sem referir-se à Arendt, observamos que o autor Dejours adota os mesmos conceitos da autora, criando, analogamente, um espaço público no interior da empresa por meio da ação e da palavra.

Portanto, a empresária Ângela Gutierrez, ao pensar uma ação, compartilha a mesma com outros(as) para colocá-la em prática por meio da palavra. À frente dos Museus, sua ação é social e cultural por situar-se na “área de atuação comunitária” que abrange os setores culturais e sociais de acordo com Duarte e Dias,¹⁷³⁹ já citados.

Em outro exemplo de ação social, além da atuação frente aos Museus, a empresária Ângela Gutierrez preside um Centro Comunitário em Inhaúma, região de Sete Lagoas.

Segundo Ângela Gutierrez, a sua decisão em não se entranhar na política institucional ficou mais nítida após uma experiência como Secretária de Cultura. Mas a atuação na sociedade civil é a prática que elegeu e a fascina. O trabalho social na comunidade de Inhaúma é voltado para mulheres e afirmou:

[...] nosso trabalho nessa comunidade é um trabalho com mulheres. [...] Eu tenho lá um grupo de setenta (70) mulheres que, há cinco anos, estamos juntas em um trabalho profissionalizante da maior importância. Sinto que essas mulheres cresceram muito para as suas comunidades [...] eram donas-de-casa, mães de família, esposas – nem sempre compreendidas pelos companheiros, nem sempre valorizadas pelos filhos – e ampliaram suas vidas. Passaram a ser também profissionais liberais, costureiras, fazendo parte de uma associação de confeccionistas. Nós criamos em Inhaúma uma fábrica de uniformes industriais.¹⁷⁴⁰

A empresária revelou que foi cúmplice e parceira de uma mudança radical na vida dessas mulheres. Mudanças essas, não paliativas ou momentâneas, mas estrutural, porque a partir da instalação de uma fábrica e da capacitação das mulheres, elas têm como manter sua autonomia. Ainda, o resgate da auto-estima, da dignidade, um sentimento de orgulho e respeito que passaram a ter entre os familiares. Enfim, o sentimento de sentirem-se sujeitos, autônomas, atuantes, participantes e capazes. Em consequência, a grande e fundamental

¹⁷³⁹ Cf. DUARTE, B. D ; DIAS, J. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Op. cit.

¹⁷⁴⁰ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

importância deste trabalho que possibilitou e possibilita a essas mulheres um papel de sujeito político.

Perguntado à Ângela Gutierrez sobre a importância das ações sociais praticadas por ela, justificou:

[...] reconheço as necessidades desse país, a necessidade da sociedade civil se mobilizar. Eu acredito muito na força da sociedade civil, acredito muito no trabalho público, no trabalho voluntário, no trabalho voltado para grupos. Eu acredito muito nessas lideranças que naturalmente acontecem nas comunidades, na sociedade. [...] Eu acredito no poder das pessoas que amam os seus semelhantes e que querem fazer alguma coisa para melhorar a vida de todos em sociedade.¹⁷⁴¹

Em relação ao trabalho voluntário citado acima, o autor Coelho Neto¹⁷⁴² afirma que esse é um fator decisivo nos museus ou em “Casas de Cultura”. Segundo o autor, a cultura¹⁷⁴³ não é um serviço como outro qualquer, como, por exemplo, os transportes públicos. As pessoas não podem ficar esperando pela “cultura” ou pela “Casa de Cultura” como se fosse o Estado ou outras pessoas que deveriam iniciar o processo e dar continuidade. Não é um serviço prestado por meio de um pagamento para a obtenção desse bem quando for necessário e, depois, reclamar por esse serviço. Afirma Coelho Neto:

A cidade não pode permitir que a Casa seja utilizada dessa forma. A Casa não é um posto de serviço ou um centro de compras culturais. [...]. É um instrumento da prática ideológica e da prática política, se possível. E não se conseguirá essa prática se for preciso contar apenas com agentes pagos, que têm de sair à cata de adeptos num processo de “tornar os outros felizes” que dificilmente evitará as normas da interpelação. Mesmo porque, o agente pago tem horário para trabalhar e não é legítimo, enquanto não se instalar na terra o Paraíso Social, pedir que as pessoas trabalhem mais do que devem por contratos. [...] Só que a dinâmica cultural não se sujeita a esse quadro burocrático. Ela envolve tudo e todos, em todos os momentos e lugares.¹⁷⁴⁴

Dessa forma, segue dizendo o autor, a “Casa de Cultura” passa a ser de todos, da comunidade e torna-se uma instituição comunitária. Esse espaço deve ser construído com a participação das pessoas, deve envolvê-las em seu mecanismo, “[...] independente de remuneração, ou fracassará”¹⁷⁴⁵.

¹⁷⁴¹ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁴² COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Op. cit.

¹⁷⁴³ A cultura, sabe-se, é um tema extremamente vasto, com uma produção também vastíssima e, registramos que não foi propósito neste trabalho abordar a cultura em si.

¹⁷⁴⁴ COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Op. cit., p. 110.

¹⁷⁴⁵ *Ibidem*, p. 110.

O trabalho voluntário, portanto, deveria ser um “dever social”, afirma o autor. Acrescentamos que deveria ser um dever político¹⁷⁴⁶ que é a consciência política do dever da participação pública ou coletiva.¹⁷⁴⁷ Essa participação coletiva pode se dar de várias formas na cultura, como por “[...] aconselhamento, assessoria, monitoria, colaboração braçal, seja o que for”.¹⁷⁴⁸ Deve apenas ser real e presente, senão não é possível a ação cultural que significa “[...] a imersão das coisas da vida no específico do processo cultural”.¹⁷⁴⁹

E complementando essa idéia, Ângela Gutierrez disse-nos:

As pessoas que entenderem a importância de um trabalho voluntário bem feito, jamais deixarão de fazê-lo. A minha experiência é essa; um trabalho na área social é tão absorvente, tão interessante, tão rico, instigante [...] que quem começa nunca mais consegue parar.¹⁷⁵⁰

Apesar da necessidade das iniciativas da sociedade civil, não significa, contudo, que o Estado não tenha responsabilidade com a política cultural brasileira. Muito pelo contrário, o Estado, por meio de políticas culturais, deve ser o responsável por possibilitar as expressões culturais.

Analisando a atuação e a participação da empresária Ângela Gutierrez, essas se caracterizam como um ato voluntário, de sua iniciativa, ao lutar pela criação dos museus e preservá-los.

Sua atitude revela que possui a virtude cívica da “obrigação política”, isto é, a percepção de que, como cidadã, tem o dever de participar na esfera pública para contribuir e não somente exigir os direitos.

A citação acima de Ângela Gutierrez dá-nos uma orientação no sentido da responsabilidade civil, dos valores republicanos, quando a empresária Ângela Gutierrez manifesta sua vontade de melhorar a vida de todos.

Além da virtude cívica da “obrigação política”, podemos apontar outras, verificadas tanto pelas ações como pelo discurso por meio dos depoimentos de Ângela Gutierrez: a preocupação com o mundo comum, com o bem coletivo, porque, a cultura, constituída a partir do indivíduo compõe a formação do coletivo.¹⁷⁵¹

¹⁷⁴⁶ Sobre o significado mais detalhado de “dever político” abordamos mais à frente.

¹⁷⁴⁷ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁷⁴⁸ COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Op. cit., p. 110.

¹⁷⁴⁹ *Ibidem*, p. 110.

¹⁷⁵⁰ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁵¹ COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Op. cit.

Nesse sentido, a constituição de um museu e a cultura representada são direcionados para a sociedade ou para a coletividade. Ao criar as instituições – a Fundação Flávio Gutierrez e os Museus do “Oratório” e de “Artes e Ofícios” – a empresária buscou uma forma de instituição duradoura que reflète a virtude cívica de possibilitar a continuidade de um mundo comum e do bem coletivo que ficarão para as próximas gerações. Nessa mesma direção, afirma Coelho Neto:

Como instituição [...] não poderá ser assim tão facilmente desmantelável. Através dela criam-se relações estáveis e facilmente identificáveis entre povo e governantes no poder. É mais difícil recusar as verbas necessárias para que as “pessoas inventem seus fins”. Difícil ou impossível, se o orçamento da Casa (ou instituição) estiver previsto em lei. Prefeitos, governadores e secretários da Cultura não poderão mais manipular como bem entenderem os dinheiros públicos para atender a este ou àquele grupo que momentaneamente tiver de ser atendido ou para pressionar aquele ou aquele outro ao qual, em determinado conjunto de forças, for um desperdício servir.¹⁷⁵²

Por isso, as instituições, ou seja, os museus e a Fundação criados por Ângela Gutierrez possuem a característica do mundo comum pelo fato de dar continuidade ao que é comum a todos, nesse caso, a cultura. Essa, conforme o autor Coelho Neto, é uma questão fundamental e essencial da sociedade e, por isso, deveria ou deve ter a garantia dos seus recursos necessários em lei, independente da fonte, ou seja, se é municipal, estadual ou federal.

O autor chama a atenção sobre a importância do indivíduo em si e no coletivo, porque são eles que fazem as coisas ou as ações. As instituições ou organizações são importantes, mas “[...] são apenas instrumentos a serviço do indivíduo, em sua forma singular e na do coletivo. Mas, o ponto é exatamente esse: a instituição é *um instrumento* e, como tal, deve ser reconhecida e utilizada”.¹⁷⁵³

Dessa forma, se os museus e a Fundação criados por Ângela Gutierrez são potencialmente elos do mundo comum, esses dependem da ação das pessoas para que sejam permanentes e vivos.

Por meio dos museus, por exemplo, podem ser documentadas as práticas culturais de nossa sociedade com todas as suas imbricações e os múltiplos e diversos campos de abrangência que representam o imaginário coletivo a partir do indivíduo. É capaz de guardar e preservar o que é de interesse comum de uma sociedade.

Revela também a virtude cívica de solidariedade, no sentido de “abrir mão” de bens particulares e torná-los bens do Patrimônio Público, cuja virtude reflète o espírito republicano

¹⁷⁵² COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Op. cit., p. 15.

¹⁷⁵³ *Ibidem*, p. 15-6.

da cidadã que privilegia o bem público ou o bem coletivo acima dos interesses privados ou particulares.

No momento atual existe um grande debate em torno dos valores éticos e morais praticados em nossa sociedade e como deveríamos exercê-los. Debate-se com profundidade sobre os verdadeiros valores republicanos e se realmente vivemos a “verdadeira” República que pensamos exercer.

Nessa perspectiva, a virtude cívica é uma característica do republicanismo, isto é, de uma verdadeira república democrática. O debate atual sobre o republicanismo ressurgiu no final do século XX e significa uma redescoberta de uma nova possibilidade de liberdade política.

De acordo com Viroli,¹⁷⁵⁴ o republicanismo moderno originou-se na Itália, especificamente nas repúblicas livres italianas entre os séculos XIV e XVI. Atravessou vários séculos, sendo uma das maiores contribuições para o pensamento político na atualidade. Reascendeu uma discussão entre o falso e o verdadeiro liberalismo, sobre o “senso de direitos e dignidade civil”, sentimentos que as repúblicas italianas difundiram e incentivaram entre os cidadãos, inclusive entre as camadas mais pobres ou plebéias, para que participassem da vida pública. Nessa prática, as repúblicas italianas, principalmente a de Florença, sobrepujou a antiga Atenas que possuía uma parcela de excluídos e, inclusive, a escravidão.

Nessa perspectiva, Viroli, citando Simonde de Sismondi, escreve:

The Italian republics, wrote Sismondi, were a basic experience of modern liberty because, in contrast with Athens and Rome, they did not base their economic and social life on slavery and they admirably reconciled individual liberty with the pursuit of wealth and with intellectual and artistic life. Indeed, they created and diffused throughout Europe “the science of governing men for their own good, for the development of their industrial, intellectual, and moral faculties, for the increase of their happiness”. With the science of good government arose a “republican spirit that was seen to ferment in all the cities, and which gave all those cities constitutions of such wisdom, magistrates of such zeal, and citizens animated by such great patriotism and capable of such great deeds”. His view was later confirmed by Carlo Cattaneo [...].¹⁷⁵⁵

¹⁷⁵⁴ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁷⁵⁵ As repúblicas Italianas, escreveu Sismondi, foram uma experiência básica da liberdade moderna, porque, em contraste com Atenas e Roma, elas não basearam suas vidas econômica e social na escravidão e elas admiravelmente reconciliaram a liberdade com a busca da fortuna e com a vida artística e intelectual. Na verdade, elas criaram e difundiram por toda a Europa “a ciência de governar homens para o próprio bem deles, para o desenvolvimento de sua faculdade industrial, intelectual e moral, para o aumento de sua felicidade”. Com a ciência do bom governo surgiu um “espírito republicano que foi percebido por agitar todas as cidades, e que deu a todas estas constituições de muita sabedoria, magistrados extremamente zelosos e cidadãos animados por um patriotismo e capacidade de brilhantes feitos”. A visão dele foi mais tarde confirmada por Carlo Cattaneo [...]. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 25-6.).

Sobre a explicação da permanência da forma de vida antiga até hoje, isto é, da virtude cívica republicana reacendida nos debates e discussões, tanto dentro das academias como fora de seus âmbitos, Viroli opina que vai além de nossa compreensão e acrescenta:

But it is not hard to see why citizens who are summoned to take part in public life should develop a mentality different from those who, generation after generation, live as subjects of a monarch, prince, or pope. And the difference lies in the fact that the former learn the art of living as citizens whereas the latter learn the art of living as subjects.¹⁷⁵⁶

Nesse sentido, as pessoas que também hoje participam da vida pública por meio de várias formas, apresentam uma atitude e uma mentalidade diferentes em relação à sociedade, a todas as pessoas, ao meio ambiente, às gerações futuras, enfim, com tudo e todos que estão em seu entorno. Por isso, em nossas análises sobre os depoimentos das mulheres empresárias, verificamos a busca pelo espírito republicano por meio de sentimentos de virtude e de dignidade cívica, pela busca e exigência de direitos, pela participação na esfera pública, pela preocupação com os outros, com o meio ambiente, enfim, com o seu entorno.

Para o contexto brasileiro, Bignotto nos apresenta uma análise sobre as possibilidades e importância do republicanismo ou do humanismo cívico. As discussões sobre os valores humanos na esfera pública como a coragem, o bem público, a liberdade e a participação na esfera pública dados como resultado de novas interpretações de textos da antiguidade clássica, também foram abordados pelo autor. A esses valores acrescenta-se o retorno da retórica, isto é, “[...] o valor dos discursos para a vida pública”.¹⁷⁵⁷ Esses deveriam e devem ter eficácia na arena pública. A independência da cidade, ou seja, do governo, refere-se à não aceitação de um governo arbitrário de um ou de poucos e ressalta a independência para o cultivo de bens e propriedades. No entanto, o bem comum sobrepõe-se ao interesse privado em uma república. E, afirma Bignotto:

A aposta não é, portanto, a de que existe uma continuidade de idéias, mas apenas a de que partindo de tradições, que de alguma maneira nos tocam pelo passado, talvez possamos elaborar com mais precisão vínculos com o universo teórico dos humanistas, que seriam úteis para abordar nossas próprias questões.¹⁷⁵⁸

¹⁷⁵⁶ “Mas não é difícil ver porque cidadãos que são chamados a participar da vida pública devem desenvolver uma mentalidade diferente daqueles que, geração após geração, vivem submissos a um monarca, príncipe ou papa. E a diferença está no fato de que aqueles que se posicionam aprendem a arte de viver como cidadãos enquanto que os outros aprendem a arte de viver submissos”. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 26).

¹⁷⁵⁷ BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In.: _____. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit., p. 52.

¹⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 54.

O pensamento republicano, segundo Bignotto, chegou até nós por meio de dois caminhos: um pela influência anglo-saxônica, pelos federalistas americanos; o outro, pela influência francesa jacobina. Os republicanos americanos e ingleses, no século XVIII, buscaram elementos do humanismo cívico italiano em oposição ao individualismo liberal inglês. Por sua vez, o humanismo cívico italiano ancorou-se na experiência da *res pública* romana em que prevalece a vontade do coletivo sobre o particular.

Os elementos característicos do humanismo cívico citado por Bignotto são os mesmos ressaltados por Viroli¹⁷⁵⁹ e Heller e Fehér:¹⁷⁶⁰ a exaltação da independência, a preocupação com o bem comum, o apelo às virtudes cívicas, já registradas e, lembramos, a valorização da liberdade para a vida pública onde o indivíduo tem possibilidades do exercício de todas suas potencialidades. Essa liberdade define a relação do indivíduo com a cidade ou com a vida pública.

De acordo com Bignotto: “Esse vínculo estreito entre forma de governo e liberdade é que teria se perdido nas versões liberais sobre a condição do homem livre. Ele seria o apanágio da concepção republicana de governo e plenamente atual”.¹⁷⁶¹

O que é importante e possível de ser recuperado para nosso tempo, afirma o autor, é o caráter humano presente na criação dos governos, das organizações políticas:

Pensando no contexto brasileiro, e de muitas jovens democracias, é possível ver que não é pela recuperação do passado republicano que podemos aspirar a retornar aos escritos do passado, mas sim pelo fato deles fornecerem uma referência outra a partir da qual é possível colocar o problema da identidade do corpo político. Com os humanistas, aprendemos a formular o problema do ponto de vista da natureza das instituições; com seus seguidores contemporâneos, que isso só pode ser feito incorporando a história particular das sociedades e suas raízes no conjunto das determinações a serem levadas em conta no momento em que procuramos compreender sua configuração atual. [...] O que sugerimos é que podemos adotar o problema da fundação humana das leis como um ponto de partida coerente e sistemático para nossas indagações sobre a natureza de nossas instituições e sua relação com a história.¹⁷⁶²

Nesse sentido, o humanismo possibilita-nos a criação de um novo regime, de novas instituições ancoradas em leis elaboradas pelos próprios cidadãos levando-se em conta a realidade e a historicidade da sociedade.

¹⁷⁵⁹ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁷⁶⁰ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁷⁶¹ BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In.: _____. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit., p. 57.

¹⁷⁶² *Ibidem*, p. 60.

A idéia de fundação como origem é recolocada pelos defensores do republicanismo como a criação de um novo modelo ou forma política onde a liberdade tenha o seu espaço garantido e possa ser manifestada e exercida por todos.

Os direitos, nesse espaço, não são abstratos como para os liberais, mas é o direito da existência de um espaço político onde os direitos são respeitados e defendidos institucionalmente e com a liberdade de fazer coisas. É o direito, então, de cada cidadão ter a garantia das condições para viver em uma comunidade republicana.

Afirma Bignotto que o conceito que os humanistas cívicos mantiveram vivo “[...] e que pode ser transposto como problema para o nosso tempo, foi o de bem público, o de bem comum”.¹⁷⁶³

A escolha do bem comum sobrepõe ao interesse privado que é o “[...] bem maior para o próprio indivíduo”,¹⁷⁶⁴ apesar de ser difícil, atualmente, especificar qual é o bem público para todos. Retomando a retórica, outro elemento do republicanismo, inclusive, já citado, o seu retorno pode ser visto como uma predileção da esfera pública sobre a privada. Confirma Bignotto:

Isso nos conduz ao elogio dos debates e dos embates públicos, contra a pretensão de uma sociedade construída a partir do encontro dos interesses emanados da esfera privada. O importante, nesse caso, é a afirmação de que ao se manifestar na praça pública, o homem se fez mais homem, ao contrário dos cidadãos apáticos refugiados nas “tirantias da intimidade”.¹⁷⁶⁵

Esse comentário vai ao encontro das concepções de Violi¹⁷⁶⁶ registradas neste trabalho e das concepções de Arendt em relação ao discurso e à ação na esfera pública.

Para a afirmação do homem nessa esfera por meio da retórica ou da persuasão e, portanto, do discurso e da ação, também Honig, ancorando-se em Arendt escreve:

Prior to or apart from action, this self has no identity; it is fragmented, discontinuous, indistinct, and most certainly uninteresting. A life-sustaining, psychologically determined, trivial, and imitable biological creature in the private realm, this self attains identity – becomes a “who” – by acting. For the sake of “who” it might become, it risks the dangers of the radically contingent public realm where anything can happen, where the consequences of action are “boundless” and unpredictable, where “not life but the world is at stake”. In so doing, it forsakes the comforting security of “what” it is, the roles and features that define (and even determine) it in the private realm, the “qualities, gifts, talents and shortcomings, which [it] may display or hide”, and the intentions, motives, and goals that characterize its agency. Thus, Arendt’s actors are never self-sovereign. Driven by

¹⁷⁶³ BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In.: _____. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit., p. 64.

¹⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 64.

¹⁷⁶⁵ *Ibidem*, p. 64.

¹⁷⁶⁶ VIOLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

the despotism of their bodies (and their psychologies) in the private realm, they are never really in control of what they do in the public realm, either. This is why, as actors, they must be courageous. Action is spontaneous, it springs up ex nihilo and, most disturbing, it is self-surprising: “[I]t is more than likely that the ‘who’ which appears so clearly and unmistakably to others, remains hidden from the person himself”.¹⁷⁶⁷

Desse modo, os homens no espaço privado, onde não existe a verbalização ou a comunicação, são silenciosos, iguais e apáticos. Eles têm aversão ao risco e não saem da esfera da casa. É o oposto daqueles que praticam o discurso e a ação na esfera pública, que se tornam ativos e possuem a coragem de se revelarem ou se exporem perante e entre outros.

Assim, o ser aparece como unívoco e múltiplo. É um ser bifurcado com impulsos privado e público. Mesmo no privado, esse ser possui conflitos pelas três faculdades que são rivais, distintas e incompatíveis: pensar, julgar e desejar. Apesar de fragmentado, esse ser é um lugar de movimento e de multiplicidade interior, funcionando como uma fonte de energia e poder, o que possibilita as condições para a ação. Aqueles que deixam as preocupações da necessidade para trás e agem no espaço público da liberdade, por meio do discurso e da ação revelam sua capacidade para agir, para a política, porque, para esses, não é a vida que está em jogo, mas o mundo.¹⁷⁶⁸ “The reason to act is situated in action’s unique, individuating power, and in the self’s agonal passion for distinction, individuation, and out standing achievement”.¹⁷⁶⁹

Por isso, esses agentes, quando agem, no dizer de Arendt e reescrito por Honig, são capazes de renascer por meio da ação e do discurso que são inovadores. Esses revelam ao mundo quem são, revelam suas identidades próprias e únicas com a sua aparição no meio dos homens ou no mundo humano. Dessa forma, então, quem age na esfera pública por meio da ação e do discurso cria identidade, é distinto, deixa de ser fragmentado e desinteressante. Deixa de ser igual a todos como o é na esfera privada para tornar-se um alguém. “This

¹⁷⁶⁷ Antes da ação ou fora ela, esse ser não tem nenhuma identidade, ele é fragmentado, interrompido, indistinto, e principalmente desinteressante. Uma criatura psicologicamente determinada, comum, imitável no poder particular detém identidade, torna-se “alguém” – pela ação. Por ter se tornado “alguém” ele se arrisca aos perigos do poder público radicalmente contingente onde qualquer coisa pode acontecer, onde as conseqüências da ação são “ilimitadas” e imprevisíveis, onde “não a vida, mas o mundo está em jogo”. Fazendo isso, ele abdica da confortável segurança de “o que” ele é, os papéis e características que o definem e até determinam no poder privado, as “qualidades, dons, talentos e falhas, que pode mostrar ou esconder”, e as intenções, motivos e objetivos que caracterizam sua ação. [...] Eis porque os agentes devem ser corajosos. A ação é espontânea, ela brota sem regras e, mais perturbador, ela é auto-surpreendente. É mais provável que o “quem” que aparece tão claramente e inequivocadamente para os outros, permanece escondido dentro da própria pessoa. (HONIG, Bonnie. *Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity*. In.: ____ (Ed). *Feminist Interpretations of Hannah Arendt*. Op. cit., p. 140).

¹⁷⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁶⁹ “A razão para agir está na unicidade da ação, força individualizadora, e na própria paixão pela distinção, individualização e ação de destaque” (*Ibidem*, p. 140).

passage, made periodically by free citizens from the private to the public realm, indicates that the chasm between the two realms is not nonnegotiable. [...] This is, in effect, the criterion for their citizenship”.¹⁷⁷⁰

A cidadania é também um elemento de continuidade do republicanismo ou do humanismo cívico¹⁷⁷¹ e conseguida por meio da ação e do discurso, portanto, dos embates, debates e discussões públicas citadas anteriormente por Bignotto.

Esse nos alerta, ainda, para o fato de que, atualmente, historiadores e teóricos estão retomando o debate sobre o republicanismo, compreendendo a capacidade que esse tem de agir na esfera pública. Para tanto, ressalta a necessidade do retorno das virtudes cívicas como forma de recuperar o espaço público.

Após uma análise sobre as objeções e problemas da sociedade contemporânea, o que não cabe aqui e não foi propósito esse aprofundamento, ressaltamos as considerações de Bignotto sobre as possibilidades do retorno do republicanismo e das virtudes cívicas como garantia da liberdade: “[...] escolher o bem público não pode estar nunca em contraste com a manutenção da liberdade dos cidadãos, simplesmente porque não há bem público lá onde não existem cidadãos livres e capazes de se manifestar livremente nas praças públicas”.¹⁷⁷²

O conceito de liberdade, segundo Bignotto, chega aos nossos dias como o era antigamente. Expressa a possibilidade e a condição de todos os homens para agir e participar do espaço público. Em relação a esse retorno da discussão sobre as virtudes, escreve Bignotto:

A nosso ver, faz especialmente sentido retornar ao debate sobre a natureza do espaço público e à discussão das virtudes a ele associadas, num momento de abandono total de idéias como a de fraternidade e de solidariedade social. Se de fato a construção desse espaço público é tarefa difícil e nem sempre realizável, a aceitação do estado atual das coisas e a defesa pura e simples dos direitos do indivíduo competitivo contra qualquer interferência dos poderes públicos relevam da pura mitologia de uma natureza humana concebida a partir de seus interesses primários, que seriam perceptíveis em sua inteireza através do simples uso do bom senso. Há, portanto, a nossos olhos, uma tarefa ética e política, especialmente urgente em sociedades como a nossa que desconhece a prática da cidadania, que pode se beneficiar da recuperação da noção de bem público, para além do uso que teve nos dois últimos séculos.¹⁷⁷³

¹⁷⁷⁰ “Essa passagem, feita periodicamente por cidadãos livres do poder particular para o poder público, indica que o abismo entre os dois poderes não é não-negociável. [...] Isso é, na verdade, o critério para sua cidadania”. (HONIG, Bonnie. (edited). *Feminist interpretations of Hannah Arendt*. Op. cit., p. 142).

¹⁷⁷¹ BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In.: _____. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

¹⁷⁷² Ibidem, p. 65.

¹⁷⁷³ Ibidem, p. 67.

Nesse sentido, o autor escreve que o republicanismo é um retorno ao passado, mas, com vistas a um futuro melhor construído e formatado pelos homens. Por isso, a ênfase nas virtudes cívicas torna-se um recurso justificável no momento.

Discutir o republicanismo, continua dizendo o autor, não é contrapô-lo à democracia que possibilita a ampliação da igualdade de direitos. Semelhante a essa concepção, afirma Viroli¹⁷⁷⁴ que o republicanismo possibilita *melhorar* a democracia. Lembramos que os valores democráticos permitem interesses individualistas, enquanto o republicanismo não os comportam. Por isso, a democracia está aquém dos valores republicanos, podendo e devendo ser melhorada, segundo Viroli.¹⁷⁷⁵

E, segue dizendo Viroli que a responsabilidade civil é preocupar-se com o próximo, com outras pessoas que estão em seu entorno.

Nessa direção, afirma Ângela Gutierrez:

Acho que em qualquer área – não só nas duas áreas em que trabalho, social e cultural – que você se dedique a um trabalho com o próximo, você está ajudando com a sociedade. Você está contribuindo positiva ou negativamente para alguma mudança. Então, essa consciência eu acho que tenho. Sou uma mulher bastante lúcida.¹⁷⁷⁶

A responsabilidade civil ou cívica, reforça Viroli, é a preocupação da pessoa nos compromissos com a comunidade, “[...] to the needy, to the environment, even at the cost of sacrificing their own interests”.¹⁷⁷⁷ São pessoas preocupadas com ideais de cidadania. A responsabilidade cívica é característica do republicanismo e esse é definido por Viroli da seguinte forma:

Republicanism in its classical version, which I identify with Niccolò Machiavelli, is not a theory of participatory democracy, as some theorists claim, having in mind more recent sources. It is, rather, a theory of political liberty that considers citizens participation in sovereign deliberation necessary to the defense of liberty only when it remains within welldefined boundaries. Maintaining that sovereign deliberations – deliberations that concern the whole body of citizens themselves, republican theorists derived their principle of self-government from the Roman law that “what affects all must be decided by all”. The idea was that self-interest would recommend to citizens that they deliberate for the common good, since those who participated were all equally affected.¹⁷⁷⁸

¹⁷⁷⁴ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁷⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁷⁶ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁷⁷ “[...] em relação às necessidades, meio ambiente, ao ponto de sacrificar seus próprios interesses”. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. X.)

¹⁷⁷⁸ Republicanismo em sua versão clássica, que eu identifico com Niccolò Machiavelli, não é uma teoria de democracia participativa, como alguns teóricos afirmam, tendo em mente as mais recentes pesquisas. É, mais propriamente, uma teoria de liberdade política que considera a participação de cidadãos na deliberação da

A virtude cívica, continua dizendo Viroli, é condição para que a liberdade possa sobreviver entre os cidadãos e constitui-se em uma cultura cívica. Essa, nas sociedades democráticas atuais, está prejudicada pelas práticas de dominação e pelos poderes arbitrários. Escreve Viroli que:

[...] civic virtue is not a martial, heroic, and austere virtue but a civilized, ordinary, and tolerant one of citizens of commercial republics. It combines severity and playfulness, integrity and transgression, gravity and lightness. This is what Machiavelli taught us with his writing and his life.¹⁷⁷⁹

Viroli, semelhante à Maquiavel, afirma que as virtudes republicanas opõem-se à dependência porque encoraja a servidão de um lado e a arrogância de outro, e essas duas idéias são desprezadas pela concepção da vida civil. Por isso, a presença de uma responsabilidade moral e social é necessária em uma cultura civil, cuja falta sufoca essa última.

Por isso, ainda, nas sociedades democráticas é preciso a existência de uma linguagem moral e política para dar consistência e o valor da dignidade de uma vida cívica. O republicanismo é, desse modo, o que comporta e defende tais condições.

A virtude cívica é também paixão e amor ao país, quase que completamente perdida na atualidade, não sendo um sentimento natural, mas construído. Para tanto se tornam necessários estímulos por meio das leis, de bons governantes e “[...] the participation of the citizens in public life”.¹⁷⁸⁰

Diferenciando seu patriotismo particularista do universalista, Viroli ressalta a necessidade do amor do cidadão às instituições republicanas e à forma de vida, traduzida em solidariedade ativa e apaixonada por outros indivíduos. É um patriotismo sem nacionalismo que não tem características liberais e defende a concepção de que esta sociedade realiza e luta por seus ideais e tradições.

Assim, Viroli afirma não possuir características liberais pelo fato de defender que a liberdade política só é possível em uma república onde o poder é limitado por leis e outros

soberania necessária para a defesa da liberdade somente quando ela está dentro de fronteiras bem definidas. A afirmativa de que as deliberações da soberania – deliberações que se preocupam com os cidadãos como um todo – devem ser confiadas aos próprios cidadãos, deriva do princípio do auto-governo que vem da Lei Romana que diz que ‘o que afeta todos deve ser decidido por todos’. A idéia era que o interesse próprio recomendaria aos cidadãos que deliberassem para o bem comum, um vez que aqueles que participaram eram igualmente afetados”. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 4).

¹⁷⁷⁹ [...] virtude cívica não é uma virtude austera, heróica, guerreira, mas uma virtude civilizada, comum e tolerante de cidadãos de repúblicas comerciais. É uma combinação de severidade e alegria, integridade e transgressão, gravidade e leveza. Isso foi o que Maquiavel nos ensinou com seus escritos e sua vida. (Ibidem, p. 12-3.).

¹⁷⁸⁰ “[...] da participação de cidadãos na vida pública”. (Ibidem, p. 7).

poderes, leis que são elaboradas e consentidas pelos cidadãos e não um poder ilimitado de um soberano que governa sem a participação do povo.

Atualmente, assistimos a essa tentativa para uma participação com liberdade na esfera pública e o exercício da virtude cívica. Essas podem ser verificadas nos depoimentos de Ângela Gutierrez e em vários outros das mulheres empresárias expostos neste trabalho.

Nesse sentido, a percepção da responsabilidade cívica pode ser detectada na declaração de Ângela Gutierrez:

Eu acho que é uma conscientização que tem vindo; assim, à força, tem vindo na marra: ou as pessoas abrem a cabeça e entendem que é preciso mudar essa sociedade em que a gente vive, ou vamos ser asfixiados por ela. Acho que existe uma conscientização muito grande e ela aconteceu e está acontecendo de poucos anos para cá no Brasil já percebe-se uma participação política maior das pessoas em diversos movimentos.¹⁷⁸¹

Essa conscientização, de acordo com Ângela Gutierrez, é crescente. Não há mais retorno, porque quem começa, ao descobrir a importância e o grande prazer de estar contribuindo com alguma coisa ou de alguma forma, não deixa de ajudar. E, principalmente, devido aos inúmeros e gritantes problemas de desigualdade que o país apresenta, fazendo com que a sociedade comece a se mobilizar. Assim, mesmo que ainda não possamos afirmar a existência do espírito republicano com todas as virtudes que o caracterizam, verifica-se o início da busca desse por meio da prática de algumas virtudes cívicas.

Passamos a outra empresária, **Ângela Maria Prata Pace de Assis**¹⁷⁸² que, na área social, participou da realização de projetos sociais por meio da sua função de “Secretária do estado de Minas Gerais”. Segundo Ângela Pace:

O nome do projeto é “Perspectiva – Programa Estadual de Recuperação Social”. E Brasília, por exemplo, já está levando o nosso pessoal na “área do adolescente em conflito com a lei”. Portanto, o modelo de gestão de Minas Gerais, que era o pior do Brasil passou a ser o melhor, e está sendo copiado para os outros Estados. Foi semeado. Iniciou em 1999 e é uma ação completamente social. Não tem nada de político. Para ser político, ele teria que ter muito claro que é uma política pública e que tem que ser continuada. E como é um projeto social, pede resgate social. E uma outra coisa: não pode ter cara de governo. Ele tem que ter cara da sociedade civil, ele tem que ter cara da nossa gente; ele tem que ter cara de Minas Gerais, ele tem que ter cara de Belo Horizonte, ele tem que ter a cara do Brasil. Ele não pode ter um “pai” ou uma mãe ele tem que ser um projeto vivenciado democraticamente pelas forças que acreditam na recuperação.¹⁷⁸³

¹⁷⁸¹ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁸² ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁸³ Ibidem.

Em relação ao caráter social do projeto, Ângela Pace criticou os governantes pela não continuidade dos projetos sociais, os quais poderiam se transformar em ações políticas públicas acima de partidarismos ou ideologias. Continua dizendo Ângela Pace:

Mas aí nós temos que fazer uma diferença da ciência política enquanto um bem maior do que esse projeto do “ato politiquero que tem que ter a minha cara”. Não pode ter “a cara da Dra. Ângela Pace” que foi quem começou. Então, aí nós temos que fazer uma distinção entre o que é política como um ato maior – aí, sim, seria a verdadeira política –, ou então: “Eu não quero ser identificada com esse projeto, porque ele é um projeto que não é meu”. O que eu acho que é a grande dificuldade brasileira. Nós estamos pagando um preço muito caro pela descontinuidade das políticas públicas. É o nosso grande mal, começa uma idéia boa. Inclusive a própria imprensa cobra. Por exemplo, eles falam assim: “mas você está copiando o “Programa do Fernando Henrique?” Então, quer dizer, se o “Programa do Fernando Henrique” é um programa bom, é um programa público, não é do Fernando Henrique! Então você vê que as pessoas e a imprensa estão sempre julgando o que é repetido por um governo, que não foi começado por ele, como se fosse um demérito. E no entanto, ela está completamente desinformada, porque o “Governante”, realmente com letra maiúscula, ele dá seqüência. Ele está acima disso, ele dá seqüência a uma ação política de responsabilidade social, iniciada por um outro que esteve à frente na gestão. E, para isso aí, a nossa sociedade ainda é muito imatura. Ela não percebe que a partir da hora que você estava na gestão de um bem público, você estava exercendo uma “situação de estado” e, não, uma situação pessoal de defesa política.¹⁷⁸⁴

Nesse sentido, disse Ângela Pace, esse programa iniciado como ação social deveria, pela sua importância na recuperação de detentos, ter uma atenção política por parte dos governos em todas as esferas e, portanto, ter continuidade. O programa – “Perspectiva” conseguiu despertar as comunidades, o poder judiciário e a sociedade para a questão do resgate social dentro das colônias penais. Se alguma parte não tem conhecimento deve-se à dificuldade de divulgação. E, por isso, muitas pessoas não conseguem quantificar o que foi feito, o aumento de unidades e a importância do programa. O tempo que Ângela Pace teve para a execução e divulgação do programa foi de três anos apenas, muito pouco, segundo ela, para divulgar e provocar as mudanças necessárias. Para isso, afirmou, deve-se ter persistência e um tempo adequado para o desenvolvimento total do programa.

Não obstante, apesar do pouco tempo para a implantação desse programa, a reação percebida na sociedade, afirmou Ângela Pace, foi impactante, principalmente por ser iniciada por uma mulher:

O que aconteceu foi o seguinte, a reação foi muito forte mesmo, eles duvidavam o tempo todo – não as pessoas formadoras de opinião, porque não são realmente limitadas nessa visão, pois não têm preconceitos porque o que existe também nessa área é muito preconceito e muito desconhecimento. Então, as pessoas que são

¹⁷⁸⁴ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

formadoras de opinião e que já enxergaram que há algo errado, já conseguiram perceber que isso é importante. Então, houve um avanço. O que percebo é que houve um “despertar”. Agora, para que a ação obtivesse realmente resultados, eu precisaria continuar essa discussão, porque é mudança de política mesmo, e é um processo. É um processo cultural de transformação. [...] Semeei e é completamente inovador e, inclusive, está sendo multiplicado no Brasil. O Espírito Santo vai lançar o “Perspectiva” agora.¹⁷⁸⁵

Para que a ação social tenha impacto no espaço público como ação política, essa deve ser institucionalizada, ou seja, transformar-se em uma lei com continuidade por meio de políticas públicas durante os governos, independentemente de mudanças partidárias ou ideológicas. A dimensão da importância da ação política, afirmou Ângela Pace, ainda não é percebida por grande parte na sociedade.

Se uma ação, social ou política, é forte e provocadora de mudanças positivas, não importa quem seja que a tenha iniciado. O que importa é que essa deveria ser aproveitada e ter continuidade. Mesmo que se mude o nome do Projeto ou a sigla, mas, caso valha a pena, deve ter seqüência.

Perguntada sobre como ocorreu a implantação da ação social ou do programa – “Perspectiva”, Ângela Pace disse-nos que a idéia da ação foi conjunta, com 192 instituições. Ressaltou, contudo, que para essa idéia inicial, a presença de uma mulher, devido à sua visão, singularizou a forma e o sentido da ação:

Inegavelmente, a presença de uma mulher muda o foco. Por quê? Porque tem essa preocupação da continuação e da sobrevivência da espécie. Eu acho que a mulher tem muito aguçada a defesa da cria, e a defesa da cria passa pela defesa da liberdade. E a liberdade de ir e vir é isso, é pode andar na rua, não é, com segurança! Então, quer dizer, o Programa Perspectiva foi executado em dois anos e meio. Ele ficou seis meses sendo estudado, nos detalhes de pesquisa, inclusive, agregando parceiros. Para você ter uma idéia, nós criamos a idéia do material de bloco cirúrgico e da rede hospitalar do Estado: bloco cirúrgico e roupa de cama para a Rede FHEMIG do Estado. Foram mais de 500 mil peças feitas nas unidades penitenciárias e muito pouca gente toma conhecimento. Nós fizemos todo o material esportivo, distribuído pela Secretaria de Esporte para os times de várzea, para as prefeituras. Tudo dentro das unidades penitenciárias. E muito pouca gente ficou sabendo disso, repito. Agora, a nossa preocupação não era divulgar isso, mas sim, que continuasse treinando as pessoas para saírem dali e poderem trabalhar fazendo bola, material esportivo, bolsas e outros objetos. Nós tínhamos, inclusive, dentro da Unidade de Contagem, uma fábrica de “alta precisão” da FIAT e eles trabalhavam lá dentro, repito, com “alta precisão”.¹⁷⁸⁶

Além de especificar as melhorias realizadas pelo projeto, a empresária também abordou algumas de suas atividades e comentou sobre os objetivos e parcerias:

¹⁷⁸⁵ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁸⁶ Ibidem.

O que a gente quer, é, por exemplo, acabar com o analfabetismo dentro das unidades penitenciárias. Nós chegamos à Penitenciária Nelson com 63% de analfabetos! E não tinha escola funcionando lá dentro. E enquanto não deixamos todos os pavilhões com a escola funcionando não ficamos satisfeitos. Nós conseguimos, inclusive, uma parceira com a Microsoft (US 600 mil em equipamento), a Newton Paiva deu a capacitação dos professores, e a Prodemge fez a rede física. E, hoje, nós levamos a educação à distância para todas as escolas penitenciárias. Agora, isso foi encarado pelas pessoas como regalia”. Por quê? Quanto menos pessoas entrarem nas unidades, mais fácil fica para a corrupção também. Então, é uma outra coisa que a mulher sabe. A mulher não é “mais ou menos”, a mulher, ou é corrupta, ou é séria. Não existe mulher mais ou menos. E a gente convive no mundo masculino com muita gente “mais ou menos”, que são essas que tem a coluna muito flexível no que diz respeito ao que é errado e ao que é certo.¹⁷⁸⁷

Paralelamente às parcerias e aos benefícios oferecidos pelo programa, Ângela Pace comentou sobre sua extensão. Para tanto buscou mais parceiros e enfatizou a importância da presença de uma mulher por possuir uma visão global, diferenciada e, nesse caso específico, de sua presença no programa “Perspectiva”.

Ressaltou que, apesar do pouco tempo que esteve à frente desse projeto, foi possível realizar várias ações e visitar inúmeras unidades carcerárias. Sobre uma destas viagens, com o objetivo de ampliar, divulgar e implantar o programa, afirmou:

Inclusive, estive lá em Patos de Minas,¹⁷⁸⁸ onde nós inauguramos a Colônia. Reampliamos a “Colônia Penal”, demos um outro toque de recuperação. Levamos escola, levamos trabalho. E a mulher tem muito isso. Por exemplo, na área do adolescente em conflito com a lei, havia uma única unidade em Minas Gerais, completamente destruída, sem nenhuma proposta pedagógica. Nós deixamos dez inauguradas em parceria com a igreja, porque temos os melhores educadores do mundo que são os Capuchinhos. Eles têm 110 anos de trabalho em recuperação de adolescentes em conflito com a lei. Buscamos os Maristas, os Salezianos, levamos o SEBRAE, levamos a FIEMG, a Associação Comercial. Enfim, 192 parceiros para colaborar com a recuperação. Na “Área do Maior” encontramos 18 unidades inacabadas, inclusive, a Penitenciária de Mulheres há 14 anos inacabada. E acabamos. Levamos creche, levamos escola, levamos hospital. E levamos todas elas à educação. Então, quer dizer, a grande marca da mulher é o fato dela ter sensibilidade para enxergar a família como contexto. E o preconceito é muito grande, porque eles acham que isso é levar “regalia”. Não enxergam que você está devolvendo para a rua “animais” e que está reproduzindo violência. Então, havia sempre essa visão de achar que “no fundo é um fato cultural”, apenas, que a gente conhece e, às vezes, até entende, mas está passando de hora de enxergar o problema e atacá-lo.¹⁷⁸⁹

Ângela Pace criticou a idéia arraigada e arcaica ainda presente em boa parte da sociedade brasileira por acreditar ou achar que o carcerário não possui direito à recuperação. Por isso, ela diz que é “cultural” essa imagem distorcida. No entanto, conforme pudemos

¹⁷⁸⁷ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁸⁸ Patos de Minas é a cidade onde reside essa pesquisadora.

¹⁷⁸⁹ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

perceber pelo depoimento, deve-se alterar e provocar mudanças estruturais e radicais na forma de tratamento aos carcerários. Deve-se, antes de mais nada, vê-los como sujeitos e, por isso, a presença da mulher faz e fez diferença:

Na mulher é muito aguçada a questão do respeito aos direitos humanos e, para mim, isso sempre foi bandeira. E a gente não só conseguiu acabar essas unidades, como, por exemplo, em Patos de Minas e, ainda no estado, dobrar a capacidade das unidades, levando escolas, dando um tom profissionalizante, um trabalho de recuperação através das igrejas. Mas também conseguimos deixar quatorze (14) para serem inauguradas no Estado. Então, conseguimos aumentar em 1400% para além do que encontramos na hora que chegamos. Por quê? Porque além de trabalhar, a gente consegue agregar. Eu acho que isso é o grande diferencial da mulher. A mulher é profundamente agregadora quando ela enxerga a sua responsabilidade como fator de multiplicação e de combate à desigualdade social.¹⁷⁹⁰

Dessa forma, observa-se a semelhança em Arendt,¹⁷⁹¹ quando Ângela Pace citou acreditar na capacidade de agregar, *além* de trabalhar, e a idéia do poder que a união é capaz de gerar. Comentou que sua preocupação como mulher nesse programa, foi, primeiro, pela crença em Deus e na pessoa humana. Por isso, acredita na recuperação do ser humano e viu-se em vários papéis dentro desse trabalho social com a esperança de uma mudança positiva. Observa-se a existência do dever moral religioso coexistindo com o dever político, cuja diferença abordaremos à frente. Sobre isso, complementou:

Acho que a minha personalidade é muito imbuída do espírito da defesa, da justiça e dos valores éticos. Então, eu fui muito no sentido de quem acredita em Deus, de quem é advogada que faz a justiça, que acredita na justiça e, como educadora, acredita na transformação. E, com essa minha personalidade múltipla, ao mesmo tempo fui como empresária que corou isso aí. Porque a empresária quer resultado. E nós conseguimos apresentar resultados não só na construção de obras físicas, mas, também, um patrimônio considerável. Ainda, apresentamos um resultado de treinamento para entrar no mercado de trabalho. Então, conseguimos agir nessas quatro áreas de uma maneira muito profunda, porque a empresária corou a execução dos resultados.¹⁷⁹²

Ao referir-se à capacidade do perdão pelas mulheres, Ângela Pace credita a elas a crença na possibilidade dos carcerários recuperarem-se dos erros cometidos e na chance de um novo começo, isto é, de iniciarem uma vida nova, semelhante à concepção de Arendt.¹⁷⁹³ Nessa perspectiva, também Duarte reescreve:

¹⁷⁹⁰ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁷⁹¹ Ibidem.

¹⁷⁹² Ibidem.

¹⁷⁹³ ARENDT, Hannah. "Labor, Work, Action", 1987, p. 41 apud DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. Op. cit., p. 114.

Os únicos remédios propriamente políticos para a imprevisibilidade e o caráter ilimitado da ação política, por meio dos quais os homens podem suportar a irreversibilidade e a incerteza próprias às conseqüências de seus atos e palavras, são as capacidades de “prometer” e de “perdoar”. Se as conseqüências involuntárias de suas ações não podem ser desfeitas, ao menos os homens podem perdoar uns aos outros e, assim, restabelecer a possibilidade de um novo começo.¹⁷⁹⁴

Dessa forma, por não sabermos o resultado das ações dos homens, pela característica da imprevisibilidade e ilimitação da ação, o que resta para garantir as suas relações e, portanto, a convivência humana é o comportamento, a confiança mútua e a capacidade do perdão.

Semelhante a Duarte e comentando sobre as possibilidades do perdão e da promessa em Arendt, Kristeva afirma:

Com o perdão e a promessa, Arendt está convencida de ter reavivado dois “mecanismos reguladores” da vida pública, essenciais e insuperáveis na medida em que se colocam no próprio seio do que esta vida tem de mais específico e de mais arriscado, a saber, a faculdade de desencadear sem fim processos novos, imprevisíveis e irreversíveis. Face aos automatismos inexoráveis da vida cotidiana, o perdão e a promessa trazem efetivamente “uma espécie de julgamento”, que seria, em definitivo, como uma aposta sobre a possibilidade de recomeçar.¹⁷⁹⁵

Abre-se a possibilidade e a capacidade de todas as pessoas serem “nascenciais”, no dizer de Kristeva, isso é, capazes de sempre recomeçarem. A presença do amor é inserida por meio do perdão, apesar de ser um sentimento estranho ao mundo político, ou seja, apolítico; e a promessa vem por meio da legislação. O perdão e a promessa são atos de solidariedade e efetivados no espaço público porque “[...] ninguém pode *se* perdoar ou *se* prometer sozinho qualquer coisa que seja com alguma possibilidade de eficácia”.¹⁷⁹⁶ O perdão e a promessa segundo Arendt¹⁷⁹⁷ são da mesma espécie, pois o perdão ajuda a corrigir ou desfazer algo de errado que fizemos no passado; e a promessa, dentro de um mundo futuro incerto e inseguro, serve para criar e deixar lugares ou “[...] ilhas de segurança, sem os quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens”.¹⁷⁹⁸

Nesse sentido, essas duas faculdades realizadas na pluralidade humana, ou seja, entre outros e na presença de outros exige um governo livre de um sobre os outros. Aqui se percebe

¹⁷⁹⁴ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia de Hannah Arendt*. Op. cit., p. 114.

¹⁷⁹⁵ KRISTEVA, Júlia. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras: Hannah Arendt, Melaine Klein, Colette*. Op. cit., p. 211.

¹⁷⁹⁶ Ibidem, p. 212.

¹⁷⁹⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁷⁹⁸ Ibidem, p. 249.

a crítica de Arendt ao padrão da moral do governo despótico, autoritário, nos moldes do governo platônico e, infere-se, a defesa da República.

Comenta Arendt que, apesar de ser Jesus de Nazaré que descobriu o perdão entre os homens em um âmbito religioso e divulgado, da mesma forma, por uma mensagem de caráter religioso, não significa que não possamos usá-lo no nosso mundo terreno e político. Existem vários exemplos no mundo nos quais o perdão foi a única alternativa para corrigir conseqüências danosas e inevitáveis da ação.

Assim, não só o amor pode perdoar, mas os homens também podem e são capazes do perdão, senão esse não poderia fazer parte desse mundo. Completa Arendt que,

[...] o que o amor é em sua esfera própria e estritamente delimitada, o respeito é na esfera mais ampla dos negócios humanos. Como a *philia politike* aristotélica, o respeito é uma espécie de “amizade” sem intimidade ou proximidade; é uma consideração pela pessoa nutrida à distância que o espaço do mundo coloca entre nós, consideração que independe de qualidades que possamos admirar ou de realizações que possamos ter em alta conta.¹⁷⁹⁹

Portanto, percebe-se a grande importância da referência à capacidade do perdão pela empresária Ângela Pace ao apontar as possibilidades de novas relações, recomeço e de respeito aos direitos das pessoas.

Nessa mesma direção, Galbraith, afirma que a responsabilidade por uma sociedade justa necessita também do sentimento da compaixão, “[...] a obrigação dos afortunados para com os destituídos. [...] A civilidade [...] só será atingida pela criação de bem-estar econômico e social em todos os países”.¹⁸⁰⁰ O papel da sociedade justa inclui a generosidade com uma ajuda e colaboração financeira ou não, “[...] baseada não no interesse político ou econômico, mas, [...] na preocupação com nossos semelhantes”.¹⁸⁰¹ A primeira preocupação deveria ser com a educação e, para tanto, como para outras ações, deve-se ou deveria disponibilizar os recursos financeiros que torne a educação um bem para toda a população.

Observamos que a compaixão é uma ação social e não uma ação política, quando comparamos com a percepção de Maquiavel¹⁸⁰² para uma caracterização do que seja uma ação política, mais à frente. A ação social praticada pela maioria das mulheres empresárias e, essa ação social, especificamente, ou seja, a luta e contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária baseada nos valores morais de piedade é necessária na concepção de todas

¹⁷⁹⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 255.

¹⁸⁰⁰ GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Op. cit., p. 156.

¹⁸⁰¹ Ibidem, p. 153.

¹⁸⁰² Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.

empresárias. No entanto, não é uma ação política. Adiantamos que a ação política, segundo Maquiavel, não pode ancorar-se nos valores morais extraterrenos e, sim, nos valores éticos que regem o mundo prático e real, ou seja, a realidade do nosso mundo e, não, além dele. Essa ação baseada nos valores morais e de amor ao próximo, de acordo com Viroli,¹⁸⁰³ constitui-se em um dever moral.

Nessa direção, Ângela Pace defende a possibilidade do perdão aos carcerários para oportunizar-lhes o início de uma nova vida. Neste tipo de trabalho humanizador e de confiança, ressaltou, a sensibilidade que a mulher usa e possui, torna-se fundamental para que o programa de recuperação tenha resultados positivos.

Percebe-se na exposição de Ângela Pace sua responsabilidade cívica na ampliação dos direitos e justiça para todos e, com maior ênfase, neste programa para os encarcerados. Também se percebe sua noção de bem comum ao preocupar-se com as outras pessoas e, infere-se, pelas gerações futuras ao referir-se aos netos:

E nós, mulheres, temos essa facilidade. Porque como a gente abraça essa idéia, abraçamos em defesa da família, não a abraçamos em cima de tendências ideológicas. Há um bem maior, que a gente quer prevenir. Queremos prever esses absurdos violentos que estão ocorrendo e permitir que nossos filhos e netos consigam andar na rua.¹⁸⁰⁴

À pergunta sobre outras ações sociais em outros espaços, Ângela Pace disse-nos que participou e realizou inúmeras ações enquanto Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora”. Para ilustrar, dentre outras, selecionamos essa fala:

Por exemplo, na Associação, eu fui Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora” durante seis anos. Inclusive, na época em que eu fui presidente, criamos a “Associação de Micro-crédito”, que era o “Banco da Mulher”, uma idéia que eu sempre defendi. A mulher tem que ser capacitada, mas ela tem que ter crédito. E esse programa que o governo está aí divulgando hoje, a questão do micro-crédito, eu sempre fui uma grande defensora. Inclusive, fui representar o Brasil num grande encontro, onde o Embaixador Ricúpero já defendia o micro-crédito para a geração de emprego e renda. Quer dizer, nós criamos o “Banco da Mulher” que é uma instituição que existe até hoje, mas que precisa ser operacionalizada de uma maneira mais efetiva. Agora, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal abriram, mas é uma idéia que a gente já defendia há dez anos atrás.¹⁸⁰⁵

Verifica-se que a empresária Ângela Pace faz uso de espaços públicos variados para colocar em prática diversas ações sociais e, adiantamos, políticas também, a exemplo das

¹⁸⁰³ VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁸⁰⁴ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁰⁵ Ibidem.

instituições bancárias. Nesse sentido, disse que várias ações sociais são realizadas na esfera das empresas por meio da responsabilidade social, uma forma necessária para que empresas e sociedade possam melhorar e ajudarem-se mutuamente, com resultados positivos para ambos. E acrescentou:

O empresariado normalmente busca mais informação. Para sobreviver ele precisa de conhecimento. E ele sabe que não vai poder viver bem, não vai poder garantir o seu negócio se os outros ao seu redor também não estiverem vivendo bem. O próprio empresário sabe que ele precisa, para gerar emprego, render e manter seu negócio e estar bem informado. E ele sabe muito bem que não vai manter o seu negócio, se não tiver gente para comprar. [...] Por isso, a responsabilidade social é inerente a isso. É isso que faz a diferença nas grandes nações. [...] Se fazem alguma coisa no meio social, o negócio dele também ganha no político. É uma contrapartida para todos os envolvidos.¹⁸⁰⁶

Nesse sentido, há um ganho para todos. Ou seja, não se faz nenhuma ação coletiva, de qualquer caráter, sem os incentivos seletivos, lembrando-nos aqui de Olson.¹⁸⁰⁷

A responsabilidade social sobre a qual Ângela Pace faz referência, segundo Toldo,¹⁸⁰⁸ evidenciou-se por volta de 1919 por conta do julgamento do caso de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da Ford Motor Company, pela justiça americana, em Michigan. Ford foi contestado em sua idéia por um grupo de acionistas liderado por John e Horace Dodge. Henry Ford, em 1916, argumentou sobre a realização de objetivos sociais e tomou a decisão de “[...] não distribuir parte dos dividendos aos acionistas e investiu na capacidade de produção, no aumento de salários e em um fundo de reserva para a diminuição esperada de receitas devido à redução dos preços dos carros”.¹⁸⁰⁹ O grupo dos Dodges ganhou a causa porque a Suprema Corte entendeu que o lucro das empresas não poderia ser usado para outros fins, cujo lucro era para os acionistas. Outros objetivos como responsabilidade social ou promoção da imagem da empresa eram secundários, possíveis somente depois de garantir os lucros dos acionistas da empresa.

Essa decisão começou a ser criticada durante a Segunda Guerra Mundial, porque defendia que os diretores é que deveriam ter responsabilidades com seus clientes e, não, os acionistas que não possuíam o controle da empresa. E, também, porque: “Os Estados Unidos viviam um período de crescimento econômico, expansão de corporações e emergia seu poder

¹⁸⁰⁶ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

¹⁸⁰⁷ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁰⁸ TOLDO, Mariesa. Responsabilidade Social Empresarial. In: *Responsabilidade social das empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 76.

¹⁸⁰⁹ Ibidem, p. 76.

sobre a sociedade, diversas decisões nas cortes americanas foram favoráveis às ações filantrópicas”.¹⁸¹⁰

Ainda, em 1953, outro caso foi julgado pelo fato da empresa A. P. Smith Manufacturing Company ter doado recursos financeiros à Universidade de Princeton. A partir dessa época, ficou determinado pela justiça que uma corporação teria o direito de promover e realizar o desenvolvimento social com a aprovação da lei da filantropia corporativa.¹⁸¹¹ Após esses acontecimentos, afirma Toldo: “Na década de 50 nos Estados Unidos e no final da década de 60 na Europa, o meio empresarial e acadêmico discute a importância da responsabilidade social promovida pelas ações de seus dirigentes”.¹⁸¹²

As discussões sobre a responsabilidade social avançaram na década de 1960 trazendo as questões ambientais. Na década de 1970 prevaleceu a importância da transparência das ações sociais para a sociedade. Na década de 1990 a discussão dos temas sobre ética e moral nas empresas ganha força, bem como o papel das empresas e o conceito de responsabilidade social.

No Brasil, continua Toldo, a responsabilidade social iniciou-se por volta de 1960 com o reconhecimento “[...] da função social da empresa associada”¹⁸¹³ pela “Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas” – ADCE.

Outro registro sobre o início da responsabilidade social nas empresas é feita pelo autor Oliveira, dizendo que a expressão “responsabilidade social” surgiu em um manifesto elaborado por 120 industriais ingleses, mas as primeiras idéias e manifestações datam do “[...] início do século XX com os americanos Charlies Eliot (1906), Hakley (1907) e John Clark (1916), em 1923 com o inglês Oliver Sheldon”.¹⁸¹⁴ Em 1953 foi lançado o livro “*Responsibilities of the businessman*” do autor Howard Bowen nos Estados Unidos, marcando o início das discussões e estudo sobre tal tema. A popularização da responsabilidade social ocorre na década de 1960 nos Estados Unidos, amplia-se na década de 1970 e, “[...] nos anos 80, passa a ser associada com a ética empresarial e com a qualidade de vida no trabalho”.¹⁸¹⁵ A idéia foi ampliada e alastrou-se pela Europa na década de 1970, chegando ao Brasil por volta de 1980.

¹⁸¹⁰ TOLDO, Mariesa. Responsabilidade Social Empresarial. In: *Responsabilidade social das empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 76.

¹⁸¹¹ Cf. Ibidem.

¹⁸¹² Ibidem, p. 76.

¹⁸¹³ Ibidem, p. 77.

¹⁸¹⁴ OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de. Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã. In: *Responsabilidade Social das empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 200.

¹⁸¹⁵ Ibidem, p. 201.

Verifica-se que as informações sobre o início da responsabilidade social são controversas e, inclusive, no Brasil, seu início é dado pela autora Toldo em 1960, enquanto o autor Oliveira cita a década de 1980.

As definições do conceito de *responsabilidade social* encontradas também foram inúmeras. Dentre tantas, selecionamos a dos autores Orchis, Yung e Morales:

A responsabilidade social empresarial é entendida como o relacionamento ético da empresa com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação (*stakeholders*¹⁸¹⁶), assim como respeito ao meio ambiente e investimento em ações sociais. É a expansão e evolução do conceito de empresa para além de seu ambiente interno. Na medida em que a empresa está inserida na sociedade, observa-se uma relação de interdependência entre ambas. [...] Esse relacionamento da empresa com os denominados *stakeholders* e o meio ambiente deve estar de acordo com seus valores, políticas, cultura e visão estratégica^{1817 1818}.

A responsabilidade social empresarial situa-se no chamado *terceiro setor*, cujo termo, de acordo com Garcia,¹⁸¹⁹ é muito nebuloso por ser recente e ainda em formação. Esse caracteriza-se por investimentos privados direcionados ao bem público e são autônomos. Acrescenta Cardoso¹⁸²⁰ que o *terceiro setor* está provocando mudanças na sociedade e

¹⁸¹⁶ O termo *stakeholders* significa o conjunto dos grupos de interesse que estão relacionados, que são afetados e afetam a empresa e suas atividades. Diferencia-se de *shareholders*, que são os acionistas. Portanto, os *stakeholders* englobam o público interno da empresa, os fornecedores, os clientes, a comunidade, concorrentes, governo, investidores, enfim, a sociedade (ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. Vários autores. Op. cit., p. 56).

¹⁸¹⁷ O conceito de estratégia é amplamente discutido na área empresarial e com grande produção acadêmica, possuindo, no mínimo, dez escolas de pensamento diferenciado. Apenas para ilustrar e para uma noção sobre o significado de estratégia, buscamos um desses pensamentos apoiando-nos em Ansoff e McDonnell que escrevem: “[...] estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão para orientação do comportamento de uma organização. Há quatro tipos distintos de regras: 1. Padrões pelos quais o desempenho presente e futuro da empresa é medido. Em termos qualitativos, esses padrões são chamados de objetivos, e em seu aspecto quantitativo são chamados de metas. 2. Regras para desenvolvimento da relação da empresa com seu ambiente externo: que produtos e tecnologias a empresa desenvolverá, onde e para quem os produtos serão vendidos, como a empresa conquistará alguma vantagem sobre os concorrentes. Esse conjunto de regras é chamado estratégia de produto e mercado, ou estratégia empresarial. 3. Regras para o estabelecimento das relações e dos processos internos na organização; isto é freqüentemente chamado de conceito organizacional. 4. As regras pelas quais a empresa conduzirá suas atividades do dia-a-dia, chamadas de políticas operacionais.” (ANSOLF, H.; McDONNELL, E. J. *Implantando a administração estratégica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993, p. 70). Sugerimos ainda consultar:

Idem. *A nova estratégia empresarial*. São Paulo: Atlas, 1990;

Idem. *Estratégia empresarial*. São Paulo: McGraw Hill, 1980;

MINTZBERG, H. et al. *Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

¹⁸¹⁸ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 56.

¹⁸¹⁹ GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit.

¹⁸²⁰ CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In.: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

mostrando uma vontade de “[...] não querer se submeter nem à lógica do mercado nem à lógica governamental”¹⁸²¹ por meio das iniciativas individuais e das organizações privadas voltadas para a produção de bens e para os serviços públicos.

No terceiro setor, segundo Fernandes,¹⁸²² estão localizadas várias maneiras de atuação na sociedade, dentre elas, as de ajuda mútua mais tradicionais, os movimentos sociais organizados, as associações civis, as ONGs e as práticas da filantropia empresarial. Essas formas trazem como suporte um caráter baseado nos valores morais de solidariedade e de voluntariedade, visando a melhores condições e a um equilíbrio social.

Ressalta Garcia que apesar da proposta de melhorias sociais, o terceiro setor está demandando discussões e interpretações opostas. Alguns estudos dizem que esse apresenta características neoliberais que privilegiam somente a esfera do mercado, da concorrência, da eficiência e competência, em detrimento de uma sociedade democrática por assumir responsabilidades que seriam do Estado, o qual deve garantir os direitos de cidadania dos indivíduos. Ao tomar essas responsabilidades com o discurso da incapacidade do Estado, esse desresponsabiliza-se cada vez mais de suas obrigações jogando-as para a sociedade civil.

Nesse sentido, afirma Fernandes que

[...] há um deslocamento para a sociedade civil de atribuições que anteriormente eram do Estado, passando para a “responsabilidade privada” questões que faziam parte do domínio dos direitos. A responsabilidade pública de garantir serviços sociais é transferida para a comunidade (para a família, ONGs e filantropia). Temos, então, uma solidariedade, não mais baseada em critérios de igualdade e de universalização dos direitos, mas na benemerência daqueles que podem ou querem doar um pouco do seu tempo ou do seu dinheiro. A responsabilidade deixa de ser pública e passa a ser uma responsabilidade moral [...].¹⁸²³

Sobre essas diferentes percepções da responsabilidade pública ou política e moral que caracterizam as formas de participação abordamos mais à frente entre as mulheres empresárias entrevistadas.

Comenta Garcia¹⁸²⁴ que o autor Bava,¹⁸²⁵ apesar de enfatizar a importância da participação da sociedade civil na estrutura da ordem social e com propostas de reformas nas instituições atuais, essa não possui força para o questionamento necessário à lógica do poder

¹⁸²¹ CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado*. Op. cit., p. 8.

¹⁸²² Cf. FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁸²³ *Ibidem*, p. 12.

¹⁸²⁴ GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit.

¹⁸²⁵ BAVA, S. C. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. Mimeo. 2000 apud *ibidem*.

constituído, mantendo o mesmo *status quo*. Acrescenta que a teoria do terceiro setor retira a possibilidade do espaço político que se caracteriza “[...] pela discussão da Pólis, das relações entre os setores”,¹⁸²⁶ ou seja, da sociedade civil com o Estado e com o mercado, de reinventar novas formas de participação democrática ou de um novo acordo de regulação social.

Não obstante, de acordo com Garcia,¹⁸²⁷ verifica-se que, atualmente, no Brasil, existem inúmeras organizações heterogêneas. Algumas, “sem fins lucrativos”, voltam-se mais para as teorias sociais, ancoradas na solidariedade e preocupadas com a justiça social; e, outras, buscando estratégias para uma maior produtividade e sobrevivência organizacional.

Confirma Dagnino que existem projetos políticos diferenciados na sociedade brasileira, mas todos exigem uma participação ativa da sociedade. Segundo a autora, citada por Garcia, o que existe hoje é

[...] uma perversa confluência entre um projeto político participatório, construído ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e um projeto político neoliberal, de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade estaria, então, no fato de que apontando para direções opostas e até antagônicas ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.¹⁸²⁸

Nesse sentido, no interior da sociedade, o “terceiro setor” abarca organizações com propostas neoliberais e outras que não se alinham a essas. Acrescenta Garcia que “[...] além de ‘terceiro setor’, o termo ‘responsabilidade social empresarial’”¹⁸²⁹ pode ser citado em meio a uma confusão e disputa em torno de conceitos.

Por isso, o conceito de responsabilidade social é usado e tem várias versões, dependendo da visão e da postura de cada organização perante a sociedade. Depende dos valores e princípios éticos e da construção desses, da vontade de uma transformação social baseada na exigência do cumprimento de direitos, de justiça social, de solidariedade, de construção democrática, da percepção da necessidade de um projeto político de contestação à lógica do poder, da visão sobre a origem dos problemas sociais, da relação entre a empresa, o mercado, a sociedade e o Estado. Depende, se a responsabilidade social é vista somente como

¹⁸²⁶ BAVA, S. C. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. Mimeo. 2000 apud GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit. p. 22.

¹⁸²⁷ GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit.

¹⁸²⁸ DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos. Relatório de pesquisa. Fundação Ford, mimeo, 2000, p. 13 apud GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 23.

¹⁸²⁹ GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 24.

repassa de verbas para ajudar os menos favorecidos, se é apenas para o *marketing* ou para a construção de uma imagem corporativa da empresa, se é voltada meramente para a prática mercantil ou de profissionalização para o mercado na busca de resultados, se faz uso do voluntariado, das ações sociais ancorados apenas pelos valores morais ou religiosos ou se é por uma questão de defesa, de deveres, ou de luta por direitos e tantas outras visões. Portanto, o conceito de responsabilidade social tomado por uma empresa depende de inúmeras variantes, podendo trazer características neoliberais que reduzem a função e o papel do Estado que diluem a esfera da política, que compartimentalizam as políticas públicas em detrimento dos direitos para todos como, também, pode trazer propostas de um projeto político de participação da sociedade civil, de construção democrática e de questionamentos ao poder construído, sendo esse último, inclusive, o correto.

O tema sobre a responsabilidade social também é muito vasto, possuindo, apesar de recente, uma produção imensa, não sendo necessário seu aprofundamento e não foi nosso propósito. Apontamos apenas alguns elementos em torno do conceito que, a nosso ver, ajudaram-nos no entendimento de nosso trabalho, tendo em vista que buscamos o seu significado pelo fato da referência a esse termo pela maioria das mulheres empresárias entrevistadas.

A participação de **Carmen Eugênia Bretas Bavoso**¹⁸³⁰ em ações sociais deu-se e continua se dando por meio da Associação Comercial de Belo Horizonte – AC MINAS –, e de seus Conselhos. Ilustrando, afirmou Carmen Bavoso:

Fui coordenadora geral do programa social – “Associação Nacional Vivamos Melhor” – no período de 1993 a 1990, cujo foco era promover reuniões com mulheres de comunidades mais carentes para informá-las sobre as melhores formas de evitar doenças; orientá-las na criação dos filhos; desenvolver ações para melhorar a renda familiar; a qualidade de vida e a manutenção de auto-sustento. [...] Preocupo-me com o bem-estar da sociedade.¹⁸³¹

As ações demonstram a preocupação da empresária Carmen Bavoso com a vida de outras pessoas. Percebe-se no discurso a defesa e consciência de uma responsabilidade cívica ou virtude cívica de acordo com Viroli.¹⁸³² Semelhante às outras empresárias, afirmou sua indignação com a grande diferença entre ricos e pobres existentes no Brasil e a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza. Tal percepção foi detectada em praticamente todos os depoimentos das mulheres empresárias, donde se percebe a consciência sobre as origens das

¹⁸³⁰ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁸³¹ Ibidem.

¹⁸³² Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

questões sociais, o contexto histórico e uma grande preocupação em relação à grande e injusta desigualdade na sociedade brasileira.

No âmbito da AC MINAS, Carmen Bavoso disse que as ações sociais são relegadas à Fundação da referida associação, cujo cargo de Presidente, no momento, está com a empresária Virgínia Câmara. Nesse sentido, Carmen Bavoso confirmou o que Virgínia Câmara citou como exemplo de ações sociais, cujo depoimento abordaremos mais à frente, dentre eles, o apoio à “Pastoral da Criança” e à campanha de “Cartões de Natal”.

Ainda comentando sobre a responsabilidade social, a empresária Carmen Bavoso¹⁸³³, com a mesma percepção de Luziana Lanna¹⁸³⁴ (mais à frente), citou:

Tem havido uma fala muito grande nesse sentido, quase todo mundo comenta a questão da responsabilidade social. Virou moda falar de “responsabilidade social” até como se “ser socialmente responsável” fosse algo além, quando isso é, no meu entender, obrigação de qualquer pessoa. Se você é pessoa física ou é responsável por uma empresa ou pessoa jurídica, a sua responsabilidade social é pagar seus impostos, é criar condições para os seus empregados terem uma vida saudável, terem qualidade de vida para produzirem melhor. E hoje se fala disso como se fosse: “Ah, que empresa legal essa que é responsável socialmente, que paga os impostos em dia!”, como se isso fosse um diferencial, quando deveria ser o usual, o comum. E, é obrigação. Então, hoje se fala muito disso, e a Associação Comercial está até em parceria com a UBO, que é a União Brasileira da Qualidade, para difundir esse conceito de “responsabilidade social” para micros e pequenas empresas, para que as pessoas tomem consciência de que isso não é um diferencial, é uma obrigação que todo mundo tem que ter.¹⁸³⁵

A empresária chama-nos a atenção para o fato de muitas empresas confundirem as obrigações legais com práticas de responsabilidade social, como se essas fossem escolhas apenas para agregar ganhos ou diferenças. Portanto, existem as normas que as empresas devem cumprir, bem como as ações sociais que devem ser além dessas obrigações.

E, em relação às demandas do mundo contemporâneo geradoras da crescente responsabilidade social e causas para a intervenção no espaço público, Carmen Bavoso justificou:

O que eu vejo é a questão, por exemplo, do aumento dos índices de violência, furtos, agressões e tanto outros atos desumanos. Se as pessoas tivessem condição de trabalho, condição de vida melhor, acho que isso se reduziria. Mas como as pessoas não têm perspectivas, você vê um contingente de marginais, como se quisessem tomar do outro para compensar. Assim: “Aquele fulano tem mais do que eu. Então eu quero o que ele tem a mais e que eu não tenho”. Mas se a gente pudesse criar condições de trabalho e de dignidade para as pessoas, creio que melhoraria um pouco. É o que eu vejo muito nessa linha da responsabilidade social. Na medida em

¹⁸³³ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁸³⁴ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁸³⁵ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

que o empresário contrata pessoas e paga os benefícios que estão previstos em lei, que dá treinamento, que desenvolve, ele vai criando condições de trabalho. Mas hoje o que a gente vê? As empresas enxugando cada vez mais, sobrecarregando as pessoas de trabalho, qualidade de vida decaindo e, ao mesmo tempo, as empresas pedem criatividade, inovação, quando as pessoas que estão sobrecarregadas de trabalho não conseguem nem pensar! Eu vejo uma dicotomia muito grande. Então, a gente tem que fazer uma mudança, dar um salto qualitativo para que a gente tome consciência de que as empresas só vão ser criativas, só vão inovar, na medida em que tiver gente que trabalhe dentro delas com boa qualidade de vida. E isso a empresa só vai oferecer, na medida em que ela tiver essa responsabilidade social, que ela não sobrecarregar o empregado com tarefas e responsabilidades para que ele tenha tempo de planejar, tempo de pensar e de se organizar.¹⁸³⁶

A causa principal da violência,¹⁸³⁷ segundo o depoimento de Carmen Bavoso, encontra ressonância na teoria de Gurr,¹⁸³⁸ citado por Di Tella,¹⁸³⁹ que apresenta-nos possibilidades de análise sobre a violência coletiva.¹⁸⁴⁰

¹⁸³⁶ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

¹⁸³⁷ A palavra *violência*, segundo Hobsbawn, entrou em “voga” a partir de 1960 e, com certeza, é a mais usada nas últimas décadas e a mais carente de significado. Apesar de ser recorrente e falada por todos, tanto a nível nacional como internacional, é preciso muita reflexão sobre tal palavra e sobre a relação com a mesma, que é enigmática. (Cf. HOBBSAWN, Eric. *Revolucionários*. Ensaios Contemporâneos. Paz e Terra. 1982). Outro autor, Di Tella, afirma que o conceito de violência deve ser esclarecido e diferenciado porque, muitas vezes, é confundido com outros. Por isso, o autor faz uma distinção, qual seja: *Violência* – são ações que envolvem atos deliberados e explícitos, prejuízos físicos de pessoas ou bens ou limitações da liberdade em seus movimentos; *Repressão* – violência praticada pelo poder estatal.; *Legitimidade* – é fator de equilíbrio para moderar o desenvolvimento de ações consideradas violentas. (DI TELLA, Torcuato S. *Violence and Revolution*. In.: _____. *Latin American Politics – A Theoretical Framework*. University of Texas Press, Austin).

Sobre a violência, dentre tantas obras, sugerimos conferir:

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In.: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994;

SEWELL, J. R. William. *Collective violence and collective loyalties in France: Why the French Revolution made a difference*. *Politics and Society*. 4 – 1990;

STOKES, Willian B. Violence as a power factor. In Latin American politics. In.: MORENO, Francisco José & MITRANI, Bárbara. (Orgs.). *Conflict and violence in Latin American politics*. A book of readings. New York: Yhimas Y. Company, 1971;

TARROW, Sidney. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In.: TRAUOGOTT, Mark. *Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention*. In.: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.;

TILLY, Charles. Contentions repertoires in Great Britain – 1758-1834. In. TRAUOGOTT, Mark. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.;

TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention. In.: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.;

ZALUAR, Alva. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In.: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Op. cit.

¹⁸³⁸ GURR apud DI TELLA, Torcuato S. *Violence and Revolution*. In.: _____. *Latin American Politics – A Theoretical Framework*. Op. cit.

¹⁸³⁹ DI TELLA, Torcuato S. *Violence and Revolution*. In.: _____. *Latin American Politics – A Theoretical Framework*. Op. cit.

¹⁸⁴⁰ Segundo Di Tella, a violência pode ser estudada por meio de dois modelos básicos, sendo um estrutural e o outro social-psicológico. O estrutural caracteriza-se por analisar a sociedade em seu todo, focando as relações, os desequilíbrios e os antagonismos que ocorrem em seu interior. O social-psicológico analisa as condições que podem desencadear a violência no indivíduo e, caso essas condições de violência ocorram mais vezes, podem causar efeitos sociais. Esses dois modelos ou visões podem ser utilizados e são complementares. A visão social-psicológico, continua dizendo Di Tella, ancora-se nos trabalhos de Ted R. Gurr, para quem o fundamento teórico baseia-se nas reações de frustração. Os indivíduos diferentes, de acordo com as condições da sociedade, vão

acumulando suas insatisfações ou frustrações que podem se tornar ações violentas e disseminarem-se no tecido social. Cita Di Tella: “For Gurr, frustration derives from what he calls ‘relative deprivation’, a feeling of having fewer entitled to. There is an element of individual judgment, certainly not easy to measure, but influenced by social context. It is necessary to consider the actor’s previous experience in the possession of those goods, resources, or rights and the situation of others with whom comparison is relevant. This comparison depends on the transparency of social relations, the general cultural environment that may simulate expectations or make privileges seem legitimate. Because of all this, Gurr’s approach is not merely psychological, as is sometimes maintained”. (Para Gurr, frustrações deriva daquilo que ele chama “relativa carência” (“relative depression”), um sentimento de possuir menos mercadorias, recursos, ou direitos do que alguém está habilitado a ter. Há um elemento individual de julgamento, certamente não muito facilmente mensurado, mas influenciado por um contexto social. É necessário considerar a ação prévia dos atuantes na posse das mercadorias, recursos, ou direitos na situação de outro com os quais a comparação é levada. Esta comparação depende da transparência das relações sociais da comunicação entre atores, e do ambiente cultural que pode estimular expectativas e fazer privilégios parecerem legítimos. Por causa de tudo isto, a aproximação de Gurr não é meramente psicológica, como algumas vezes mantivemos) (DI TELLA, torcuato. *Latin American Politics. A Theoretical Framework*. Op. cit., p.68) (Tradução livre). Assim, explica-nos Di Tella com apoio nos conceitos de Gurr, existem dois tipos de aspiração e obtenção que são a econômica e política ou institucional. A econômica refere-se ao padrão de vida do indivíduo, às possibilidades de aquisição dos bens e recursos e à segurança ou insegurança de mantê-los. As políticas ou institucionais são mais difíceis de serem mensuradas: “They refer to the degree to which the average individual feels respected, has a sense of belonging, and feels that his opinions are taken into account in the management of the polity. These may become important sources of satisfaction, especially in post-revolutionary situations or after long sought political changes that compensate for the lack of more tangible economic attainments. How long this compensating mechanism can last is another story; how much relative weight is given to each type of gratification also depends on the psychology and values of each person. Some whom we might call highly ideologist, care for institutional and political matters; other, more economic oriented, only value bread-and-butter achievements. The ease with which a group or class accepts the setbacks in a political program that it otherwise favors depends on the presence and influence of an ideologist sector within its ranks, attuned to the general long-term goals. The combination of politico-institutional goal achievement and relative economic well-being generates a level of satisfaction whose contrary may be termed ‘relative deprivation’ or dissatisfaction”. (Elas referem-se aos graus que a média dos indivíduos sentem-se respeitados, têm um senso comum de pertencerem a algo maior, e sentem que sua opinião é levada em consideração no manuseio da política. Isso pode se tornar uma importante fonte de satisfação, especialmente em situações pós-revolucionárias e depois de uma longa procura política por mudanças que compensa a falta de obtenções econômicas mais tangíveis. Quanto tempo este mecanismo pode se estender é uma outra história; quanto um peso relativo é dado a cada tipo de gratificação também depende dos valores psicológicos e relativos de cada pessoa. Alguns, que podemos chamar de altamente ideológicos, preocupam-se com problemas institucionais e políticos; outros, mais orientados economicamente, somente valorizam aquisições materiais (bread-and-butter achievements). A facilidade com que cada grupo aceita o retrocesso em um programa político dentro do qual estes eram favorecidos depende da presença e da influência de um setor ideológico dentro do qual é colocado em primeiro lugar, sintonizando-se com objetivos de um alcance maior. A combinação entre um objetivo político institucional alcançado e um relativo bem estar econômico, geram um grau de satisfação que caso contrariados poderiam gerar “relativa carência” ou insatisfação (Ibidem, p.69. Tradução livre). Desse modo, uma “relativa carência” ou insatisfação, leva o indivíduo à uma frustração, o que pode provocar atitudes violentas. Lembremos, entretanto, que o autor Di Tella afirmou que o modelo estrutural também complementa o surgimento das ações violentas e faz parte da percepção de outras pessoas. Além desses dois pontos de vista para o estudo sobre a violência, acrescenta-se o *cultural* que não se justifica apenas com uma tendência, podendo ser uma *violência ritual* e uma *violência instrumental*. Na primeira, a violência não é coletiva, ocorrendo no nível interpessoal, dependendo do grupo, da cultura de cada pessoa, sendo impulsiva. Na segunda, a violência caracteriza-se pela racionalidade por ser estrategicamente orientada ao Estado. Nesse sentido, a definição de violência ocorre nas áreas política, sociológica e antropológica. A ação coletiva é definida no âmbito da política por ela acontecer no espaço público e ser estrategicamente orientada ao estado, caracterizando-se uma ação política. Portanto, na esfera privada, a ação não é política, o que vem reforçar nossa discussão em relação à distinção do que seja uma ação social e uma ação política discutida mais à frente. Nas outras áreas, ou seja, na sociológica e antropológica, a definição de violência depende da cultura da pessoa, do grupo ou do país. Por isso, surgem vários problemas nessa definição, porque um movimento pode ser político para alguns, como não o é para outro, dependendo da importância desse para cada grupo. Também, porque podem existir movimentos que não são estrategicamente orientados, mas que acontecem na esfera pública. Dessa forma, um primeiro problema que surge é o questionamento se esse movimento é político ou apolítico. O segundo problema é que a violência pode ser ruim para um grupo, mas pode ser boa para outros. Portanto, questiona-se qual violência coletiva é boa e qual

Nessa perspectiva, de acordo com o depoimento, a concepção de Carmen Bavoso em relação à violência vai ao encontro da teoria da “privação relativa” ao dizer que o indivíduo faz uso da violência por desejar o que o outro possui e, naturalmente, o que não possui. Esta insatisfação enquadra-se nessa teoria chamada também de *teoria das expectativas crescentes*, ou seja, caso as expectativas das pessoas não sejam atendidas, cresce o nível da insatisfação com resultados perversos.

A empresária **Dalva Camilo Diniz**,¹⁸⁴¹ como membro e Presidente do Conselho Fiscal da “Associação Nacional dos Transportes Urbanos” – ANTU, afirmou que as ações sociais realizadas dentro do segmento de transportes, a partir de cada sindicato nas cidades, passando pelas associações, federações até a Confederação Nacional dos Transportes são praticamente impossíveis de serem listadas. Portanto, como exemplo, elegemos o trabalho social que o setor dispensa aos funcionários e à sua família. Há uma estrutura montada em todo o país para atender as necessidades como: médicos especialistas em todas as áreas, dentista, locais de recreação (clubes sociais), locais de paradas – chamados *pátios* – para ônibus e caminhoneiros, com segurança e todos os serviços que precisam em relação à hospedagem, assistência médica, dentária, ginecológica para as esposas grávidas, pediatras para os filhos, comida etc. Existem também fomentos para escolas e muitos cursos de especialização, capacitação, treinamento, recursos humanos e muitos outros.

Confirmando o depoimento da empresária Dalva Camilo sobre a política social e gerência das empresas, Henry afirma:

Antes de mais nada, o que conta em uma empresa de transporte são os recursos humanos. Na gerência do tipo familiar, oferece-se ao pessoal uma série de vantagens nos locais, como alojamento nos dormitórios (entre dois serviços) ou atividades de ordem cultural ou esportiva. A disponibilidade de alimentação em uma cantina da empresa existe nas grandes (39%). E quase a metade das empresas oferece a seu pessoal cursos de formação geral ou profissional, [...]. Chama a atenção a importância das atividades ligadas à saúde: em certos casos, encontram-se verdadeiros ambulatórios, com profissionais especializados (médicos, enfermeiras, dentistas, psicólogos). Em outros casos, a enfermeira e os controles de saúde oferecidos pelas empresas são assumidos por instituições gerais de assistência pública ou via contratos privados de saúde, parcial ou totalmente cobertos pelo empregador. [...] o número médio de serviços sociais ofertados pelas empresas varia também segundo seu tamanho. [...] para as classes A a D, os indicadores estão acima da média, supostamente devido às dinâmicas das empresas e dos sindicatos de trabalhadores e patronais – 95% das empresas se declaram filiadas a um sindicato regional ou nacional (de trabalhadores) de transportes.¹⁸⁴²

violência é ruim, o que depende da cultura, do gosto de cada indivíduo e de cada país. O que é ruim para uma pessoa ou grupo pode ser bom para outra ou outro.

¹⁸⁴¹ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁴² HENRY, Etienne. OnibusCad, cadastramento tipológico e dinâmica de escala da viação. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. Op. cit., p. 260.

Ainda segundo a autora, a oferta dos serviços sociais varia de acordo com o modo de gerência de cada empresa, ou seja, o *familiar* e o *empresarial*. No primeiro privilegia-se mais o bem-estar e as relações e no segundo, as relações são mais despersonalizadas.

Verifica-se pela citação acima o alto índice de participação do setor em sindicatos, o que reforça o depoimento de Dalva Camilo ao afirmar que o setor viário está entre os mais organizados do Brasil.

Como empresária também na área de transporte executivo aéreo, Dalva Camilo afirmou que, nesse setor, não existe a participação como membro de nenhuma associação, prática de ação social ou política como proprietária, como também de nenhum(a) outro(a) empresário(a). O setor de transporte aéreo é regido e organizado somente pela INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária –, de âmbito estatal, pelas Forças Armadas. Todas as determinações ou cláusulas são resolvidas e aplicadas de “cima para baixo”, sem nenhuma interferência do empresariado que atua no serviço de transporte aéreo.

No entanto, Dalva Camilo afirmou que a INFRAERO, como uma organização, pratica ações sociais de grande relevância na sociedade como a adoção de crianças carentes moradoras nos arredores de aeroportos. Individualmente, a empresária Dalva Camilo afirmou que desenvolve ações sociais na área de agronegócios e, como exemplo, citou uma parceira com a Embratur, colocando sua propriedade – um *haras* e seus cavalos, para atividades de interação entre os animais e pessoas da terceira idade.

A empresária **Eliana Queiroz**¹⁸⁴³ revelou que além do trabalho específico de todos os associados, o grupo pratica uma ação social voltada para pessoas mais carentes.

A gente tem hoje uma parte do grupo que está muito voltada a dar um pouco da gente às pessoas que precisam. A maneira que a gente contribui agora, é através da “Jornada do Menor”, que existe aqui em Belo Horizonte uma parceria, com o Jornal Estado de Minas que nos apóia. Então, no ano passado e retrasado, fizemos um grande evento em prol do “Menor Abandonado”. A gente tem sempre um espaço. E agora, nesse verão, estamos nos organizando. Estamos pensando em fazer uma camiseta com os estilistas para vender, cuja renda arrecadada será revertida em benefícios para o menor abandonado.¹⁸⁴⁴

Segundo Eliana Queiroz, com essa ação social, o grupo tem ajudado várias famílias selecionadas previamente.

¹⁸⁴³ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁴⁴ Ibidem.

A empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**¹⁸⁴⁵ atua individualmente e também responde por sua empresa na área da ação social. Segundo Beth Pimenta:

Hoje a Água de Cheiro se envolve junto com os seus funcionários em ações para uma entidade localizada, regional, lá de Lagoa Santa. Faz gincanas com o fim de arrecadar fundos, ou então alimentos e roupas e entrega para a APAE ou para uma entidade carente. E eu, particularmente, toda palestra que dou, ou ela é paga com dinheiro ou através de doação de alimentos. E eu tenho destinado, há dois anos, esse mesmo dinheiro para alimentos ou roupas para o “Grupo Aura” que é o primeiro Hospital do Câncer Infantil que está sendo construído em Minas Gerais. e eu acho que é uma ação “Beth Pimenta”, minha, particular, que eu posso contribuir. Eu tenho amigas que estão levando meninas de 11, 12 anos, para aqui e ali... mas eu ainda não estou nesse estágio de ajuda. E o que eu faço? Aquilo que eu posso ajudar – com alimentos, uma ação que eu faço no sentido de ajudá-los.¹⁸⁴⁶

A empresária Beth Pimenta explicou que recebe muitos pedidos de patrocínio para projetos, mas precisa eleger as prioridades. Por exemplo, atualmente contribui com o patrocínio de CD’s mais direcionado à área cultural. A empresária disse ser da região de São João Evangelista e, por isso, contribuiu com o patrocínio de um CD sobre o folclore da “Festa do Rosário” de Conceição do Mato Dentro. Além desse, Beth Pimenta afirmou possuir outros patrocínios. A Água de Cheiro tem um Conselho de Franqueados que faz uma análise de qual projeto é o melhor, o que coaduna mais com a filosofia da empresa para decidir qual deles irá patrocinar.¹⁸⁴⁷ Sem citar todas as ações, Beth Pimenta lembrou:

A Água de Cheiro já participou do “selo ecológico” e já doou muito dinheiro para determinadas entidades. E cada movimento como esse, tem pessoas como a Alda, que é psicóloga, me parece, que começou a ajudar dois meninos, três, e hoje tem oitenta crianças sob a responsabilidade dela, numa casa aqui de apoio na Av. do Contorno. Está mobilizando o Estado para fazer desse grupo o primeiro hospital de câncer mineiro. Ele está sendo construído em Joatuba, e ela está movendo céus e terras por causa disso. Todo mundo é voluntário. Então, a Açominas já doou a estrutura metálica, o governo já doou, eu já doei mais de uma tonelada e meia de alimentos. Cada um ajuda no que pode e as empresas estão engajadas. Por exemplo, a Heloísa Azeredo que é hoje Presidente da APAE é ferrenha. Ela foi Presidente da AMAS quando era mulher do prefeito. E agora ela está na APAE. Ela conseguiu construir uma sede de não sei quantos metros quadrados simplesmente com doações. E foi pela atitude política e social dela, que é acima de qualquer suspeita. Então, as pessoas doam, as empresas doam. A Heloísa, briga, telefona e pede. E ela não tem vergonha de pedir porque ela faz isso muito bem, tem pessoas que vieram com essa missão. A Maria Elvira é também uma ferrenha, é a alavanca de desenvolvimento de ação política do Estado. A Lillian Mascarenhas também é danada, ela está sempre exigindo isso do governo. Então, as empresas hoje, na sua maioria, se não tem uma ação social que todo mundo conheça, ou seja, você pode saber, o empresário, por trás de sua empresa, tem um asilo que ele está cuidando, tem uma obra que ele está ajudando. Isso, hoje, é uma consciência nacional.¹⁸⁴⁸

¹⁸⁴⁵ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁴⁶ Ibidem.

¹⁸⁴⁷ Ibidem.

¹⁸⁴⁸ Ibidem.

Por meio do depoimento observa-se a conscientização das pessoas responsáveis pelas empresas e da sociedade em relação aos valores sociais provocando uma nova postura e abordagem em relação à gestão empresarial. Verifica-se uma conduta de maior responsabilidade em relação à sociedade devido aos problemas sociais existentes. A responsabilidade social caracterizada pela preocupação do dever moral implica em benefícios tanto para a empresa como para a própria sociedade. Esses são motivos para que a responsabilidade social seja encarada como um fator de grande importância no contexto organizacional das empresas. A atuação de uma boa parte das empresas mostra-se mais efetiva em relação à preocupação com o desenvolvimento sustentável e com o crescimento de toda sociedade em todas as áreas.

Comprovando o depoimento da empresária Beth Pimenta, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com uma amostra de 1750 empresas na região sudeste, mostrou um resultado altamente positivo na prática de ações sociais pelas empresas. O objetivo da pesquisa foi medir o impacto econômico e social da responsabilidade social realizada por essas empresas. O resultado foi divulgado no ano de 2000 surpreendendo o envolvimento dessa crescente tendência. “[...] dois terços das empresas da região cerca de 300 mil desenvolvem algum tipo de ação social [...]. Contrariando todas as expectativas, as microempresas, que, no Brasil, sobrevivem com dificuldades, têm participação expressiva nesse campo”¹⁸⁴⁹.

As grandes empresas revelaram em torno de 95% de participação nas ações sociais. Essa expressiva participação deve-se à parceria entre as empresas, sociedade civil e Estado. Segundo Peliano,¹⁸⁵⁰ coordenadora da pesquisa, a integração entre empresas privadas, Estado e sociedade deve ter uma agenda comum, acima de interesses, portanto, suprapartidários ou ideológicos para combater, principalmente, questões como a pobreza. As organizações privadas estão investindo muito em educação e saúde e, isso

[...] demonstra que partilham da tese de que educação, fundamental no combate à pobreza, é aspecto determinante da maior e melhor inserção de grande contingente de brasileiros ao mercado de trabalho, ampliando a população economicamente ativa, assim como o seu nível de remuneração.¹⁸⁵¹

¹⁸⁴⁹ ALMEIDA, Sônia. Assumindo a parte que lhe cabe. *Rumos*. Ano 24, n. 167, p.17, Dez. 1999.

¹⁸⁵⁰ PELIANO, Anna Maria apud *ibidem*.

¹⁸⁵¹ *Ibidem*. p. 18.

Observa-se que a atenção e a importância da educação retratada por essa pesquisa, ainda com resultados parciais no ano de 2000, vem ao encontro da mesma percepção das mulheres empresárias de nossa amostra que citaram a educação como a área que mais deve ser privilegiada. Essa pesquisa do IPEA revelou a participação das empresas em ações sociais por estados e Minas Gerais foi o que apresentou maior número: “[...] Minas Gerais – 81%, São Paulo 66%, Rio de Janeiro, 59% e Espírito Santo, 45%”.¹⁸⁵² A participação das empresas nessas atividades no Brasil, de acordo com essa pesquisa, não está longe de países como os EUA ou países europeus. Essa ainda revelou que a participação da maioria do empresariado nas ações sociais caracteriza-se por ações tradicionais filantrópicas.

Adiantamos aqui que o resultado de nossa pesquisa, apresentou essa semelhança, pelo fato de que uma boa parte das mulheres empresárias revelou fazer doações de cunho filantrópico. No entanto, adiantamos também, a ênfase à crítica feita pela maioria das mulheres empresárias de nosso estudo em relação a essa prática que, segundo suas concepções, está sendo superada no interior das empresas atualmente.

Essa pesquisa do IPEA confirmou o grande destaque para Minas Gerais como o estado mais solidário da região sudeste, devido aos resultados extremamente positivos, o que corrobora os resultados conferidos também em nossa amostra de pesquisa.

Comentando ainda sobre o mesmo depoimento anterior da empresária Beth Pimenta, esse encontra ressonância em Toldo, ao dizer:

[...] A questão da responsabilidade social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.¹⁸⁵³

A empresária ressaltou a participação do empresariado, de um modo geral, com tendências nessa direção.

Passando à empresária **Kátia Rabello**,¹⁸⁵⁴ a partir de seu local de trabalho, participa de diversas ações sociais realizadas pelo Banco Rural através do “Instituto Junia Rabello”.

Relembramos que nossa proposta foi detectar se as mulheres empresárias de nossa amostra praticam ou participam de ações sociais e, não, relatar *todas* as ações das empresas

¹⁸⁵² Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas na Região Sudeste – IPEA apud ALMEIDA, Sônia. Assumindo a parte que lhe cabe. *Rumos*. Op. cit., p. 18.

¹⁸⁵³ TOLDO, Mariesa. Responsabilidade social empresarial. In.: *Responsabilidade Social das Empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 73.

¹⁸⁵⁴ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

envolvidas, o que aliás, seria até impossível devido ao imenso número de ações desenvolvidas por todas as empresas.

A prática da ação social efetivada pela empresária Kátia Rabello pôde ser percebida pelo depoimento:

Como Ação Social fizemos um relatório, que é o nosso “Balanço Social”. Inclusive, quando eu estava procurando algo sobre “Os 7 Sonhos do Banco Rural”, encontrei-os no “Balanço Social”. As pessoas têm orgulho de trabalhar na empresa. Mas quando a Junia morreu, fomos olhar nas gavetas dela e achamos um plano. Ela já tinha até uns livros de uma Fundação. E isso ficou uns dois anos parados, porque eu estava tentando me estruturar depois da ausência dela, daquele drama familiar. E depois nós criamos o “Instituto Junia Rabello”. O Banco Rural destina 1% do lucro para esse instituto (o valor está por volta de R\$1 milhão/ano) e destinamos esse valor a projetos voltados para a criança e o adolescente em situação de risco social (entre aspas, porque em risco social estamos todos nós), para crianças carentes. É um processo de seleção absolutamente isento. Num primeiro momento, tenho uma relação, vamos dizer, pessoal, no direcionamento direto, assim: a Presidente do Instituto é minha prima, que era Diretora do banco. E isso é da maior importância para mim, porque eu acompanho diretamente todos os passos do Instituto. E ao invés de criar uma ação social do banco, optamos por apoiar iniciativas. No primeiro ano recebemos mil e poucos projetos; no segundo ano, mil e quatrocentos. Esse é o terceiro ano do Instituto e é um sucesso. Recebemos muitos prêmios nessa área, por exemplo: “Premio de Marketing Social”, entre outros. E achei muito interessante o nome do *case*: “Reinventar a roda ou Ajudá-la a Rodar?” E sempre com uma visão assim: “Vamos ajudar e não só colocar dinheiro. Vamos colocar as nossas competências a serviço”. Então, tem todo um trabalho de voluntariado dentro do banco e, na minha gestão, passamos a ser medidos pelo “*Great Place Work*”. Passamos a ter uma medição de clima organizacional e estamos trabalhando alguns pontos fracos e, um desses, era esse envolvimento de voluntariado. Na verdade, o Instituto veio atender, inclusive, a um anseio do funcionário do banco.¹⁸⁵⁵

A referência à prática do voluntariado no depoimento revela como Kátia Rabello tem a percepção sobre esse. Envolve compromisso e responsabilidade:

Acho que é uma coisa muito complicada essa questão do voluntariado. E eu estou te passando a experiência de uma pessoa que administra um projeto social há dez anos. As pessoas ainda estão aprendendo o que significa ser voluntário. Tudo bem, você quer ir lá de vez em quando? Mas é difícil organizar uma situação aonde “se vai de vez em quando”. Por exemplo, como você vai formalizar um projeto, administrar um hospital, aonde o médico vai de vez em quando? Caso a pessoa se envolva, ela tem que assumir a responsabilidade do seu ato pontualmente para que a ação aconteça. E isso está crescendo, as pessoas querem participar. É altamente estimulante e tem um retorno fantástico.¹⁸⁵⁶

Essa responsabilidade do voluntariado que Kátia Rabello cita é uma questão do comprometimento que grande parte das pessoas ainda não levam a sério e dizem, assim mesmo, praticar o voluntariado. Esse não é, portanto, um ato isolado ou de vez em quando.

¹⁸⁵⁵ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁵⁶ Ibidem.

Em relação a esses relatórios citados no depoimento, recebemos o “Balanço Social” com todas as ações realizadas anualmente pelo “Instituto Junia Rabello” criado pelo Banco Rural por meio da iniciativa e ação da empresária Kátia Rabello, presidente do Instituto.

Criado em 29 de novembro de 2002, o Instituto é responsável pela coordenação dos investimentos sociais com o objetivo de apoiar financeiramente, por meio de parcerias, pessoas, grupos ou entidades que desenvolvam projetos sociais voltados para a educação, arte, esporte e outras atividades culturais. Oferece também apoio logístico às entidades ou qualquer outra organização, por meio da experiência de seus funcionários na área de gestão, contribuindo para a conquista de autonomia.

Iniciando as atividades efetivamente no ano de 2003, o “Instituto Junia Rabello” participou e apoiou projetos na área da “Educação e Cultura” realizados por escolas públicas e ONGs que estão registrados no “Balanço Social”¹⁸⁵⁷ de 2003,¹⁸⁵⁸ contabilizando vinte (20) projetos diversificados em dez (10) estados brasileiros, que são: *Oficina de Música*, de Porto Alegre (RS); *Escola de Arte Sacra*, de Pirapora do Bom Jesus (SP); *Orquestra de Violões*, de Belo Horizonte (MG); *Culturarte no Campo Construindo a Cidadania*, de Anajatuba (MA); *Presente*, do distrito de São José do Almeida, região central da Serra do Cipó (MG); *Recriança*, de Salvador (BA); *Batuque na Caixa*, de Londrina (PR); *Um Novo Olhar Através da Arte*, de Fortaleza (CE); *Crescendo na Alegria*, de Belo Horizonte (MG); *Reinventando a Escola*, de Belo Horizonte (MG); *Arte com Vida*, de São Luís (MA); *Mente Livre*, de Nova Porteirinha (MG); *Centro Multiculturalismo Comunitário*, de Belo Horizonte (MG); *Reciclando a Vida*, de Belo Horizonte (MG); *Sapicuí Pantaneiro*, de Campo Grande (MS); *Mundo Mudo que Muda*, do Rio de Janeiro (RJ); *Cica em Cena*, de Campo Grande (MS); *Estrelas Coloridas*, de Araçoiaba da Serra (SP); *Raízes para a Arte e a Cultura*, de Recife (PE); *Circuito Cultural*, de Belo Horizonte (MG). O Instituto tem também, como objetivo, incentivar a prática do voluntariado entre os funcionários e colaboradores do “Sistema Financeiro Rural”.

Observou-se uma ênfase no trabalho voluntário e uma crítica à prática assistencialista, conforme texto registrado no “Balanço Social” do Banco Rural:

¹⁸⁵⁷ Cf. BALANÇO Social. *Sistema financeiro RURAL*. Belo Horizonte: SMPB Comunicação (Editoração); Editora/01.2003. 3 v.

¹⁸⁵⁸ Ressaltamos que a entrevista com Kátia Rabello foi realizada no ano de 2003, por isso, as ações sociais registradas neste trabalho referem-se somente ao “Balanço Social” desse ano. No entanto, o “Balanço Social” de 2004 já estava sendo desenvolvido por meio da seleção de projetos, cujo “Balanço Social” terá continuidade todos os anos, esclareceu-nos Kátia Rabello.

Na época da criação do instituto Junia Rabelo, comprometemo-nos com a intenção de “não termos um papel de caráter assistencialista, mas de contribuirmos como educadores e facilitadores com o que temos de melhor.” Nesse 1º ano de atividades, tivemos a oportunidade de praticar essa intenção [...].¹⁸⁵⁹

A presença de uma “consciência pública” foi percebida na forma de se exercer a ação social e ao criticar o assistencialismo. De acordo com Telles¹⁸⁶⁰, uma “consciência pública” deve possuir o discernimento entre o poder de uma opinião pública e o poder estatal. Ainda, a diferença entre a garantia de direitos aos indivíduos ou a usurpação desses direitos pela prática assistencialista. Quando ocorre essa prática, de acordo com Telles,

[...] não se pode falar propriamente de direito pois “o discurso do poder é suficiente, ele ignora toda palavra que esteja fora de sua órbita”. Dessa forma, esse direito se transforma na outorga de um poder que, sempre arbitrário “não cessa de fazer a triagem entre aqueles aos quais ele concede os benefícios de suas leis e aqueles que são excluídos dela”. Enquanto outorga, os direitos criam súditos e não cidadãos. [...].¹⁸⁶¹

Dessa forma, o assistencialismo mantém os indivíduos dependentes e acomodados em relação ao Estado que mascara os direitos dos indivíduos na troca de mantimentos ou quaisquer outros pequenos fornecimentos. O mais grave é que, ainda, infelizmente, alguns desses que recebem essas “esmolas” acreditam que são direitos mesmo e que o Estado apenas cumpre a função.

A prática assistencial não altera a estrutura tradicional, subdesenvolvida, não melhora e nem muda as condições de vida dessas pessoas que são “vítimas”, vivendo em um parasitismo e, também, coíbe possibilidades de um desenvolvimento no país. Ainda, impede e não contribui para que estas mesmas pessoas tornem-se participativas, independentes e autônomos, com capacidade de controlar ou dirigir suas vidas. Ou, enfatiza Telles,¹⁸⁶² de serem cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, o que deve ser feito é o contrário, ou seja, organizar uma estrutura que permita às pessoas viverem com independência e liberdade.

Além de projetos sociais apoiados pelo Banco Rural através do “Instituto Junia Rabelo”, a empresária Kátia Rabelo, individualmente, participa do “Projeto Querubins” que atende aproximadamente duzentas (200) crianças e adolescentes com aulas diversificadas na área cultural. Conforme Kátia Rabelo:

¹⁸⁵⁹ CARVALHO, Leda Rabelo apud BALANÇO Social. *Sistema Financeiro RURAL*. Op. cit., p. 32.

¹⁸⁶⁰ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit.

¹⁸⁶¹ Ibidem, p. 46.

¹⁸⁶² Ibidem.

Eu ajudo o “Projeto Querubins” com dinheiro, contribuo e levo pessoas. Teve um aniversário meu, por exemplo, ao invés de presentes, pedi doações para o “Querubins”. Converso com Mágda, responsável pelo projeto, e colocamos algumas idéias em prática, como procurar uma padaria para arrumar a farinha e conseguir os padeiros para irem lá *ensinar* a fazer o pão. Buscamos a irmandade e já estamos lá há dez anos.¹⁸⁶³

A ação social desenvolvida pela empresária Kátia Rabello¹⁸⁶⁴ denominada “Projeto Querubins” iniciou-se por meio de um convite da responsável pelo referido projeto que a procurou, e os passos seguintes deram-se da seguinte forma:

Eu disse à responsável: “O Banco Rural, por meio de uma equipe, possui critérios para analisar a viabilidade desses projetos. Eu não posso te ajudar nesse sentido. Mas, por outro lado, eu venho procurando algo assim para mim. É pertinho da minha casa e vai dar para acompanhar de perto”. Comecei patrocinando as aulas de ballet e a responsável queria atrair as meninas para isso. Quando ela colocou essa proposta, eu pensei: “Isso é meu”. E por quê? Porque eu tinha o desejo de ajudar alguma coisa ligada à criança, que eu pudesse acompanhar. E te digo que comecei a fazer isso por puro egoísmo, no bom sentido, porque o que eu recebo ali, de satisfação, é um absurdo! É uma renovação de gratidão, de energia, de ver aquelas crianças ali tendo oportunidade de vida. Aquilo é valor humano. E isso me alimenta. E o “Primeiro Ato”, que é uma escola de dança? As pessoas pagam? Pagam, mas me dá zero de retorno financeiro. Mas as pessoas que trabalham recebem um salário digno. E quando acompanho uma aula lá e vejo aquela criança descobrindo o próprio corpo, isso é a razão de eu estar aqui. Eu não acho que vim a passeio, eu não acredito nisso, não sinto assim. Então, acho que eu tenho alguma coisa para fazer aqui.¹⁸⁶⁵

Verifica-se que além de explicar como se iniciou a ação social no “Projeto Querubins”, em seguida, Kátia Rabello passou a falar sobre a escola de dança “Primeiro Ato”. A fala reflete a sua motivação devido à sua paixão com o “ballet” e, por isso, a satisfação de proporcionar às crianças exatamente essa atividade.

Acrescentou Kátia Rabello que os recursos financeiros entram para ajudar na manutenção estrutural e organizacional e, nunca, é “dado” para as pessoas que procuram o centro. Também não fornecem quaisquer produtos prontos e, sim, oportunizam o aprendizado para todos que lá estão, para que aprendam e possam continuar por conta e iniciativa próprias.

Em seguida, Kátia Rabello fez um comentário sobre a ajuda inicial às crianças com o seguinte raciocínio:

Dependendo da situação, não resolve aquela coisa de dizer assim “não adianta dar o peixe, temos que ensinar a pescar.” Isso é verdade, claro, mas há uma certa dimensão onde isso não opera. Vamos supor o seguinte: você tem lá uma criança de

¹⁸⁶³ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁶⁴ Ibidem.

¹⁸⁶⁵ Ibidem.

seis anos e vai ensiná-la a pescar. A pescar quando? Você não pode cobrar um retorno imediato, tem que haver um investimento antes. É um retorno a longo prazo. Em alguns casos, a pessoa tem que comer hoje! Até elas poderem criar uma estrutura, elas precisam ter o que comer. É muito complicado [...] mas aí, todo mundo diz assim: “Mas o que sanaria de fato o problema da fome? Seria o pleno emprego”. Mas é possível criar não sei quantos milhões de postos de trabalho do dia para a noite? Bem, daqui a dez anos vamos ter, mas essas pessoas podem ficar esperando? [...] as pessoas tem que comer, não tem jeito! Claro, não é o ideal. Resolve? Não resolve, porque o mês que vem ele está com fome de novo. É como a gente diz de vez em quando aqui no banco, é como trocar pneu com o carro andando, e quando o problema é muito grande, a gente diz que como trocar turbina com o avião voando. Então, é um pouco isso, você tem um país como uma determinada condição. E você quer mudar essa condição de uma hora para outra? Não tem como. É complicado. É comum Mágda dizer: “Tem gente que quer ajudar o curso, mas não quer pagar a comida”. Mas eu não consigo ensinar para uma criança com fome.¹⁸⁶⁶

Ao abordar essa questão de fornecimento do alimento básico às *crianças*, Kátia Rabello mostrou-se dividida, porque as crianças, no caso, as que são atendidas no “Projeto Querubins”, ganham as refeições no local onde funciona o projeto. Dividida, porque caracteriza uma prática assistencialista com a qual ela não concorda. No entanto, a comida fornecida, enfatiza, são para as crianças *enquanto* estão sendo preparadas para tornarem-se cidadãs e cidadãos autônomos, independentes e controladores de suas vidas. Por isso, de acordo com o depoimento, justificou que, às vezes, não é possível “trocar pneu com o carro andando”. E explicou que o alimento ou os produtos básicos não são fornecidos ou dados para os pais das crianças levarem para suas casas. Contribui no Projeto para que as crianças *recebam o alimento*, porque, do seu ponto de vista, não concorda em ensinar ou saber que as crianças estão com fome, *enquanto* estão sendo preparadas para exercerem uma profissão e serem cidadãs.

Comparando esse comentário da empresária Kátia Rabello com a pesquisa realizada pelo IPEA entre as empresas da região sudeste, citada anteriormente após um depoimento de Beth Pimenta, observa-se que Peliano¹⁸⁶⁷ mostrou que as empresas à época daquela pesquisa já criticavam o assistencialismo, com uma crescente conscientização nesse aspecto. Afirmou, no entanto, que a assistência financeira a uma creche permite que a mãe da criança possa trabalhar e melhorar a renda e o nível de vida da família, enquanto a criança é educada para conseguir uma formação profissional futura.

O depoimento de Kátia Rabello assemelha-se ao comentário de Peliano ao dizer que enquanto a criança aprende, ela não pode estar com fome, ou seja, não há como esperar. Por

¹⁸⁶⁶ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁶⁷ PELIANO, Anna Maria apud ALMEIDA, Sônia. Assumindo a parte que lhe cabe. *Rumos*. Op. cit.

isso, essa assistência, apesar de controversa ou contraditória é necessária, na opinião das duas mulheres citadas acima.

Sobre a responsabilidade civil, o depoimento de Kátia Rabello permitiu-nos detectar essa característica, ao dizer:

Falando do lado da empresa, existe essa dimensão. Eu posso ter um banco, certo? E o que adianta eu ter um banco que dá milhões de lucro, se eu não posso sair na rua, se eu respiro um ar podre, se o mundo está podre em volta de mim, se as pessoas do meu país estão morrendo de fome? Eu não consigo existir assim. A empresa não consegue existir assim. Chega um ponto em que as coisas começam a esbarrar em você. Acho que a razão desse movimento no Brasil sobre a responsabilidade social é uma pressão do lado de lá também. Não é moral não. É política, porque está batendo na nossa porta [...] Mas acho que é uma dimensão meio egoísta. E talvez também seja uma dimensão de amor para com os meus filhos. Eu quero deixar um mundo melhor para eles. Tem tudo isso. Mas a empresa tem essa questão hoje da imagem, há uma pressão da sociedade em cima disso. Eu ouvi dizer outro dia que a empresa vai ser obrigada a apresentar um Balanço Social.¹⁸⁶⁸

O Balanço Social ao qual Kátia Rabello referiu-se, é uma prestação de contas da empresa divulgada para a sociedade com o propósito de apresentar as ações sociais realizadas pela empresa. Confirma Toldo:

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é o maior divulgador do Balanço Social, idealizado por Betinho, que, em 16 de julho de 1997, lançou uma campanha nacional de divulgação do Balanço Social com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários do Jornal *Gazeta Mercantil* e de diversas empresas.¹⁸⁶⁹

O Balanço Social mostra a realidade e todas as ações que a empresa desenvolve abrangendo funcionários, salários, saúde, educação, segurança, transporte, atendimento à creches, planos de saúde, ajuda em estudos e distribuição de cotas na participação dos lucros. Apresenta, também de acordo com Toldo “[...] seu faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento, encargos sociais, tributos pagos e outros, especificando cada um deles”.¹⁸⁷⁰ Dessa forma, a empresa apresenta-se à sociedade e revela a sua forma de investir na área social como também no meio ambiente.

Ao perguntarmos à Kátia Rabello qual o motivo das empresas participarem com mais força na sociedade atual, respondeu-nos:

¹⁸⁶⁸ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁶⁹ TOLDO, Mariesa. Responsabilidade social empresarial. In.: *Responsabilidade Social das Empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 85.

¹⁸⁷⁰ Ibidem, p. 85.

Há uma pressão da sociedade para que as empresas se posicionem. Você tem que ser responsável porque você vive em uma comunidade, a empresa existe na comunidade. E você pode argumentar o seguinte: “Eu pago um mega imposto e essa é a minha contribuição social. E eu estou satisfeita com isso?” Bom, eu não acho que tenho obrigação de fazer além disso, pois cumprir as obrigações de empresário no Brasil já é muito difícil. Eu acho muito difícil sobreviver nessas condições, com todos os impostos que a gente paga. Agora, você quer fazer mais? É uma decisão que você toma. E você pode tomar essa decisão em função da imagem de sua empresa, ou porque, de fato, você acha que pode fazer mais.¹⁸⁷¹

Ainda em relação às demandas da sociedade atual, Kátia Rabello complementou:

Acho que está havendo uma grande transformação nesse milênio, quer dizer, as coisas estão andando tão rápidas que cabe mais falarmos em decênio do que em milênio. Está cada vez mais difícil pensarmos em termos de milênios. Mas eu sinto que o ser humano e a sociedade estão passando por uma transformação vertiginosa – o ócio criativo, o quarto setor. Enfim, o mero sobreviver não é mais suficiente, ele já foi alcançado (claro entre aspas, considerando os países desenvolvidos). As pessoas querem um sentido maior. Desejam que seus direitos sejam respeitados e parece-me, que todos estão preocupados com o bem de todos. Muitos se voltam para a religião para buscarem um sentido para a vida. Mas esse sentido você encontra no outro, nessa troca e nesse compartilhar. O ganho emocional é absurdo e muitas vezes a pessoa não recebe isso no trabalho dela. E ela pode exercer uma atividade onde ela percebe que está fazendo diferença, situações onde ela compartilha e aprende nessa troca. Eu conheço depoimento muito forte de voluntários.¹⁸⁷²

Percebe-se, novamente pelo discurso, a preocupação da empresária Kátia Rabello com a responsabilidade civil e com o bem comum, características do ideal republicano. Esse, segundo Viroli, é aquele no qual:

Republican would like more women and man to share the culture of citizenship; consider democratic equalit a fine and worthy thing; refuse to be anyone’s servant but tread evryone with respect; stand ready to fulfill their civic duties and practice solidarity. Expanding the boundares of liberty means seeing to it that fewer men and women must depend on the arbitrary judgment of others in order to have careers, whether in the public or private sector; that fewer citizens fell defenseless in the face of public authority and bureaucracy; that fewer and fewer citizens are forced into silence or passivity because their social or cultural ethnic group is considered inferior, their hostory without value; that fewer and fewer citizens are discriminated against or treated arrogantly or condescendingly in the workplace, or confined-even self-confined-to the inner spaces of domestic life. Why should liberals oppose these aspirations to greater liberty? If liberals incorporated the ideal of liberty as absence of domination into their language and politics, they would instill new vigor into their political message for the new century.¹⁸⁷³

¹⁸⁷¹ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁷² Ibidem.

¹⁸⁷³ Os republicanos gostariam que mais homens e mulheres compartilhassem a cultura da cidadania; considerassem a igualdade democrática compensadora e boa; se recusassem a servidão mas tratassem todos com respeito; permanecessem prontos a cumprir seus deveres cívicos e solidariedade prática. Expandir as fronteiras da liberdade significa que menos homens e mulheres devem depender do julgamento arbitrário de outros para ter sucesso, seja no setor público ou privado; que cada vez menos cidadãos sentem-se indefesos diante da autoridade e burocracia; que cada vez menos cidadãos são forçados ao silêncio ou a passividade porque seu grupo social, étnico ou cultural é considerado inferior, sua história seu valor; que cada vez menos cidadãos são discriminados

Verifica-se por essa citação de Viroli que a idéia do novo republicanismo concebe direitos naturais e a luta pelos direitos de todos pela igualdade, independente de cor, sexo, poder econômico ou status, defendendo-os tanto na esfera pública quanto privada.

A defesa e o respeito aos direitos das pessoas citadas por Kátia Rabello encontra ressonância no pensamento de Viroli, reforçando que a concepção moderna de direitos é totalmente coerente e consistente com os valores e ideais republicanos de liberdade política e da vida cívica. A luta e a política de direitos possibilitam aos indivíduos a negação da submissão e a oporem-se contra a arrogância de poucos que desejam dominar. Como exemplo, Viroli¹⁸⁷⁴ cita Tocqueville, o qual, por sua vez, também se ancora no republicanismo clássico e reescrevemos:

Next to virtue as a general idea, nothing, I think, is so beautiful as that of rights, and indeed the two ideas are mingled. The idea of rights is nothing but the conception of virtue applied to the world of politics. [...] By means of the idea rights men have defined the nature of licence and of tyranny. Guided by its light, we can each of us be independent without arrogance and obedience without servility. When a man submits to force, that surrender debases him; but when he accepts the recognized right of a fellow mortal to give him orders, there is a sense in which he rises above the giver of the commands. No man can be great without virtue, nor any nation great without respect for rights; one might almost say that without it there can be no society, for what is a combination of rational and intelligent beings held together by force alone.¹⁸⁷⁵

A ênfase no respeito aos direitos de todos, portanto, são condições essenciais, segundo Tocqueville, para a existência da própria sociedade. Sem a observância desses, até mesmo as ações não surtem efeitos.

ou tratados de maneira arrogante ou condescendente no se local de trabalho, ou confinados até mesmo auto-confinados ao seu espaço interior da vida doméstica. Por que devem os liberais se opor a essas aspirações por uma maior liberdade? Se os liberais incorporassem o ideal de liberdade como ausência de dominação em sua linguagem e na política, eles instilariam novo vigor à sua mensagem política para o novo século. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p.62).

¹⁸⁷⁴ Ibidem.

¹⁸⁷⁵ Ao lado da virtude como uma idéia geral, nada, eu penso, é tão bonito como a idéia dos direitos, certamente as duas idéias se misturam. A idéia de direitos não é nada mais que concepção de virtude aplicada ao mundo da política. Através da idéia dos direitos os homens têm definido a natureza da licença e da tirania. Guiados por essa luz, podemos, cada um de nos, ser independente sem ser arrogante e obediente sem ser servil. Quando um homem se submete à força, aquela submissão o humilha, o degrada; mas quando ele aceita o direito reconhecido de um mortal dar-lhe ordens, há uma percepção de que ele supera quem lhe dá as ordens. Homem algum pode ser grande sem virtude, nem ação alguma pode ser grande sem que respeite os direitos; seria quase possível dizer que sem o respeito pelos direitos não pode haver sociedade, o que é uma combinação de seres racionais e inteligentes unidos por uma força única (TOCQUEVILLE, Alexis de. apud VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p.63).

Passando a um questionamento em relação ao caráter das ações realizadas pela empresária Kátia Rabello, observamos uma visão entrelaçada entre o que seja ação social ou política. Nesse sentido, comentou:

Engraçado, não sei se eu tenho um preconceito com relação à palavra “social”. Vejo mais como uma ação humana e política, porque para mim toda atitude é política. Eu sei que existe o fazer político, a política enquanto instituição. É um pouco a diferença que vejo entre religião e igreja. Eu exerço o cristianismo na minha vida, como também procuro tirar o melhor de cada religião. E para mim todas elas falam a mesma coisa. Mas eu não tenho essa vivência de igreja, que seria o exercício dentro da igreja. Então, o plano dessa ação, eu a vejo como tendo um lado humano mesmo, de escolha pessoal e política enquanto ação, porque para mim toda ação é política. Na hora em que eu faço uma doação em meu aniversário, vejo isso como uma atitude altamente política, porque ela me move. Agora, existe o fazer político, que é representatividade em instituições de classe. Por exemplo, acho que disso a FEBRABAN é algo político, dentro desse fazer político.¹⁸⁷⁶

O comentário de Kátia Rabello lembra-nos o que Arendt¹⁸⁷⁷ escreve em relação à linha tênue que divide a esfera social da política. Não obstante, ressaltamos a divisão proposta por Arendt ao situar as necessidades básicas na esfera social e as condições para a ação política, essa, inclusive, também definida por Maquiavel,¹⁸⁷⁸ por Heller e Fehér¹⁸⁷⁹ que, repetimos, aprofundamos nos capítulos 11 e 12.

Em seguida, a empresária **Luziana Brandão Nunes Lanna**,¹⁸⁸⁰ por meio dos diferentes e variados espaços públicos que ocupa e nos quais atua, participa de várias ações sociais.

Através da empresa “Luziana Lanna Idiomas”, a empresária é Presidente da “Fundação de Educação Geni Nunes”. Segundo Luziana Lanna:

Eu criei essa Fundação. O processo de fundar uma Fundação é um pouco mais complicado do que empresa, porque o Ministério Público faz uma investigação de um ano e meio, dois anos. E quando o meu pai faleceu, eu doei o patrimônio dele para a Fundação e a fundei. A gente começou assim que terminou o inventário do meu pai, porque a Fundação tem um processo, tem uma parte financeira e uma parte de fiscalização do Ministério Público. Eles vão escanear a sua vida com medo de você estar lavando dinheiro na Fundação. Então, isso foi feito, e esse é o braço social.¹⁸⁸¹

¹⁸⁷⁶ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁷⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁸⁷⁸ Cf. MAQUIAVEL apud AMES, José Luís. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.

¹⁸⁷⁹ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O Pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁸⁸⁰ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁸¹ Ibidem.

Por meio dos depoimentos das empresárias verificamos que as Fundações aparecem em vários deles. Somente para exemplificar o número de Fundações citadas pelas mulheres empresárias, ou como fundadoras ou administradoras ou como membros associativos, lembramos: Ângela Gutierrez, Ângela Maria Prata Pace de Assis, Maria Elvira Ferreira Salles, Kátia Rabello, Vitória Dias, Virgínia Paletta Câmara Stephens e a própria Luziana Brandão Nunes Lanna.

As ações sociais devem ocorrer de qualquer forma por meio das Fundações: ou na área cultural ou religiosa ou moral ou assistencial, de acordo com o Novo Código Civil.¹⁸⁸² Pode também trabalhar com mais de uma dessas áreas ou todas ao mesmo tempo, desde que estejam dentro dos fins determinados. A Fundação tem a liberdade de escolher sua finalidade.

E sobre a “Fundação Geni Nunes”, continuou Luziana Lanna:

Tem dois anos que ela está funcionando, aliás, vai fazer três anos agora. Ela tem trabalhado só na área da educação. Por exemplo, estamos completando agora dois anos dando aula dentro da penitenciária, no Horto, aqui em Belo Horizonte. São jovens infratores, mas no nível criminal. São homicidas, o que é gravíssimo, porque você tem que se esforçar muito para minimizar o ódio. Isso não é um trabalho que você possa fazer sem voluntários, porque tem perigo de vida. A Fundação pode fazer esse trabalho e está fazendo, dando aula de inglês e espanhol. Essa Fundação funciona só nesse setor. Trabalhamos com a ASPRON que é um programa profissionalizante para jovens de baixa renda. Nós temos 23 turmas: de inglês, francês, espanhol, italiano, que a gente oferece na ASPRON, 100% de graça, com material e tudo que for necessário. O meu braço social repito, é a Fundação.¹⁸⁸³

Além das ações praticadas, direcionadas aos presidiários e aos jovens de baixa renda, a empresária Luziana Lanna participa de outras ações por meio das associações das quais é membro. Na “Associação Comercial” – AC MINAS, por exemplo, está há vários anos e com várias atividades. Com suas palavras, explicou-nos:

Eu estou na Associação Comercial há 16 anos. Atualmente, estou na Diretoria como Vice-Presidente e esse é o quinto ano por eleições seguidas. Eu entrei na Diretoria e não saí mais. E lá dentro eu fiz muita coisa. Fui coordenadora de todos os conselhos da casa, voltei a ser coordenadora de todos os conselhos na sexta-feira. Então, voltei para esse cargo e gosto muito. Outras fundações das quais faço parte, pelo menos umas 12, vou tentar lembrá-las: sou Diretora da AMAS, onde tem as creches das crianças, e trabalho na AMAS desde que o Célio de Castro assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte. Na primeira gestão, ele era o Vice-Prefeito. O meu trabalho lá é arrumar dinheiro, porque não tenho tempo para me dedicar às creches. Então, se precisa montar a brinquedoteca eles dizem: “Luziana, arruma o dinheiro”, e eu arrumo o dinheiro. Outras entidades das quais faço parte, fora o Rotary, é do Conselho Consultivo da Santa Casa de Misericórdia, do Conselho da UNIMED, faço parte de conselhos de Universidades, do Conselho Superior da PUC da Estácio de Sá; faço parte também do Conselho Consultivo, o da Mendes Sá e também do

¹⁸⁸² Cf. BRASIL. *Novo Código Civil*. Op. cit., p. 74.

¹⁸⁸³ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

Conselho da Pós-Graduação. São muitos. Mas à esses Conselhos, normalmente vou uma vez por semestre ou de três em três meses. Eu não frequento no dia-a-dia. Eu só acompanho e dou diretrizes. Atuo no nível de conselheira porque não tenho responsabilidade direta na administração, fora a Santa Casa que eu tenho que acompanhar um pouquinho, porque eles precisam mais de pessoas que colaborem. A Santa Casa ajuda todo mundo no estado inteiro. Tudo que não é resolvido no interior, vem para a Santa Casa. Ela demanda mais apoio. Ajudo na Associação São Vicente de Paula e também sou Consultora da Secretaria de Educação desde que o Valfrido Mares Guia foi Secretário da Educação. Eles nunca me tiraram, eu sou voluntária. E qual é a vantagem de ser voluntária? Primeiro, eu não dependo de salário dessas entidades, graças a Deus, porque tenho a minha empresa. Eu tenho a liberdade de dizer o que eu penso, quando eu quero dizer, de forma que eu quero. Se eles não querem me ouvir, simplesmente não me chamam. Mas não tenho obrigatoriedade de estar em consonância com o que eles estão pensando.¹⁸⁸⁴

A participação de Luziana Lanna em associações, nos conselhos, Fundações e entidades, percebe-se, é dinâmica, múltipla e diversa, o que lhe possibilita, conseqüentemente, a prática de inúmeras e diferentes formas de ações sociais.

Como ilustração, o depoimento mostrou-nos essas formas diferenciadas, de acordo com o espaço ocupado nas organizações. Além da “Associação Comercial – AC MINAS” que é o espaço de referência da atividade empresarial, Luziana Lanna expande sua atuação pra outras áreas, como a de cultura, de educação, de saúde e de assistência.

Luziana Lanna disse-nos que sua atuação como empresária está muito ligada à responsabilidade social, enfatizando a importância da participação de todos indivíduos na sociedade.

Como formadora de opinião, aproveita e ocupa todos os espaços nos quais tem oportunidade para falar e conscientizar as pessoas para que participem, por exemplo, em congressos, por meio de palestras e em outros eventos. E como tem inúmeros convites para proferir palestras no Brasil todo, sua atuação para uma conscientização de responsabilidade social é bastante ampla nesses espaços. Segue Luziana Lanna dizendo:

A gente tem que fazer alguma coisa, tem sim. E acho que começa com a mulher. Por exemplo, na Associação São Vicente de Paula, a casa dos meninos, já tem muitos anos que eu ajudo. Mas, de uns três anos para cá, eu ajudo muito, porque faço o braço internacional dela. E há quanto tempo eu faço isso? Há muitos anos. E aí é que eu queria dizer onde acho que a mulher tem um papel maravilhoso. Responsabilidade social não é um modismo que veio com o Lula ou com a Ruth Cardoso. Responsabilidade social vem da família, quando você é criança. E eu te pergunto: Quantas famílias de classe média alta levam os filhos para conhecer a pobreza que está em volta da cidade? Quantas crianças de 8 a 10 anos conhecem a dificuldade que uma criança da idade dela, pobre, tem? Se você apontar uma em dez, você está apontando muito, porque não faz parte da nossa realidade educar o nosso jovem para a sociedade. Recentemente, a imprensa, principalmente a latino-americana, ficou muito horrorizada com o Príncipe William, filho da Lady Di, que foi para a Colômbia, ou não sei para onde, porque ele escolheu o trabalho mais

¹⁸⁸⁴ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

simples: lavar os banheiros. Então, comentaram: “Olha, Coitado!” Mas isso faz parte da educação do jovem de Primeiro Mundo. Você deve sentir muito cedo na sua vida se você vai incorporar o braço social ou não. Esses dias eu dei uma entrevista. Foi na Federaminas porque, hoje, parte do meu trabalho está ligado à palestra. Eu devo dar aproximadamente, em média, duas palestras grandes por semana. É claro que tem semana que tem quatro, mas tem semana que não dou palestra. Então dá uma média. Final de ano, por exemplo, é uma coisa louca, a quantidade de congressos. E o que eu falo muito? Eu falo muito da intuição feminina. Ontem, antes de você chegar, eu estava atendendo a Presidente do Conselho da Mulher da Associação de Minas. Ela estava me pedindo para falar sobre intuição nesse congresso. Eu falo muito dessa possibilidade nossa de melhorar a relação do poder no Brasil. A classe média-alta vive muito bem no Brasil. A classe alta vive bem em qualquer lugar do mundo, porque ela tem a facilidade econômica. A classe média-alta no Brasil é melhor do que nos outros países, muito melhor, porque além de ter facilidades econômicas, não está ligada à realidade, porque a classe alta mesmo, não vive no país de origem. Ela vive no mundo. Fica mais em Las Vegas, na África do Sul ou em outros países. Para lá e para cá, mas, mais para lá. A classe média-alta vive muito distante e diferente da realidade brasileira. E eu falo muito nessa relação. Se a gente não minimizar essa distancia, não adianta ter carro blindado, porque você não vai poder ir para a rua, porque a hora que você descer do carro, eles te pegam.¹⁸⁸⁵

Complementou Luziana Lanna que a injustiça social, no nível em que se encontra, está impossibilitando a vida de todos. Não há segurança e ninguém consegue mais frequentar diversos lugares. São inúmeros os problemas fundamentais sobre a sociedade brasileira destacados por ela em seu depoimento que não caberiam neste trabalho pela sua extensão, a começar pela educação, pela desigualdade na distribuição da renda e suas gravíssimas, violentas e assustadoras conseqüências, sobre o esfacelamento da sociedade etc. Também se torna desnecessário um aprofundamento sobre tais problemas por conta da grande produção acadêmica existente hoje sobre tais temas.

No entanto, ressaltamos a semelhança da percepção de Luziana Lanna com o autor Galbraith¹⁸⁸⁶ ao citar que uma *política prática* exige linhas de ação que possam atrair e fazer com que os mais afortunados ou ricos participem. Devem ser ações que interessem e levem em conta os pobres ou os excluídos porque: “Na sociedade justa, a expressão e a influência não podem se confinar a uma parte da população. [...] A única solução é uma participação política mais ativa por uma coalizão dos preocupados com os menos afortunados e dos pobres”.¹⁸⁸⁷

Uma forma de organização que consiga mobilizar as pessoas que possuem uma percepção clara de seus objetivos torna-se necessária para, por sua vez, mobilizar os eleitores em sua maioria a votarem em legisladores, candidatos e presidente que apoiem esses

¹⁸⁸⁵ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁸⁸⁶ GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Op. cit., p. 162.

¹⁸⁸⁷ Ibidem.

objetivos. Como recurso, entra a capacidade de persuadir os representantes para as demandas que consideram essenciais.

Afirma Galbraith que muitos políticos ou pessoas influentes podem, inclusive, criticar essas propostas, mas, existem muitas pessoas já preocupadas com uma sociedade justa. O mesmo disse Viroli,¹⁸⁸⁸ já registrado, e Alain Tourraine.¹⁸⁸⁹ E, comprova-se pelos depoimentos de todas as mulheres empresárias de nosso estudo essa mesma preocupação e indignação. Mesmo que não seja a maioria da sociedade, o importante é que *já* existem pessoas preocupadas e esse número vem crescendo cada vez mais. Confirma Galbraith:

É inevitável que os críticos que sobreviverem até estas páginas finais dirão, como que em uníssono, que minhas palavras estão fora de sintonia com os tempos atuais. Os afortunados, inclusive os que falam por eles e seus aliados na política, estão seguramente no comando. Eles são a realidade política e continuarão sendo no futuro previsível. *Não necessariamente*. Que se forme uma *coalizão dos preocupados, dos compassivos e dos que agora estão fora do sistema político* e uma perspectiva brilhante e *totalmente exeqüível* se descortinará para a sociedade justa. Os afluentes continuariam sendo afluentes, os que desfrutam de bem-estar continuariam com seu bem-estar, mas os pobres fariam parte do sistema político. Suas necessidades seriam ouvidas, assim como os demais objetivos da sociedade justa. Os candidatos aos cargos públicos escutariam. Os votos estariam ali e seriam procurados. Como agora com a rede de segurança, a saúde pública, o meio ambiente e, especialmente, o poder militar, a *sociedade justa falha quando a democracia falha*.¹⁸⁹⁰

Dessa forma, a partir do momento que a verdadeira democracia funcionar, porque é ela imperfeita, a sociedade justa torna-se, aliás, até inevitável, afirma Galbraith. Por isso, a ação a ser tomada é fazer com que a democracia seja *inclusiva*. No entanto, ressalta o autor, não são apenas as nações pobres do mundo ou somente essa parcela mais carente e excluída que precisa de ajuda ou apoio para a participação política democrática. Existem outros países que são economicamente fortes que possuem problemas diversos e de injustiças, bem como diversos e diferentes grupos no interior da sociedade ou sociedades, além dos mais carentes.

A nosso ver, uma das principais medidas para se tentar o primeiro passo para minorar a brutal desigualdade e a deteriorada sociedade é o investimento na educação e uma melhor distribuição da renda. Aliás, são tantas medidas necessárias ao mesmo tempo que se torna difícil priorizar: medidas contra as injustiças, o desrespeito às leis, a impunidade, corrupção, seqüestros, tráfico de drogas, poder paralelo ilegítimo, abusos de poder, violência de todos os

¹⁸⁸⁸ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁸⁸⁹ TOURRAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Trad. Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

¹⁸⁹⁰ GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Op. cit., p. 164 (grifos nossos).

tipos e em todas as classes, enfim, tantas outras medidas contra tantos outros problemas que sabemos existir.

A afirmação de Luziana Lanna em relação à responsabilidade social como uma prática já existente, também já citada pela empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso,¹⁸⁹¹ assemelha-se a concepção de Grajew,¹⁸⁹² ao dizer que não existe um novo conceito em torno da responsabilidade social, mas o que está ocorrendo no momento é “[...] um novo olhar, uma nova maneira de compreender as questões que envolvem todas as relações humanas, inclusive – e especialmente – no universo empresarial”.¹⁸⁹³ Essas relações traduzem o comportamento da empresa em todas as esferas, seu envolvimento social responsável e ético dentro da sociedade a qual pertence. Ainda, abrangem

[...] todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, em tudo o que ela faz, suas atitudes com a comunidade, empregados, fornecedores, com os fornecedores de seus fornecedores, com os fornecedores dos fornecedores de seus fornecedores, com o meio ambiente, governo, poder público, consumidores, mercado e com seus acionistas.¹⁸⁹⁴

Nesse sentido, a empresa deve ser pensada como um organismo conectado em rede e, não, isoladamente. A participação da empresa na sociedade deve levar em conta as questões sociais existentes, sua realidade e, portanto, seu contexto, para que sua participação tenha sentido e força para as mudanças necessárias. A responsabilidade social traz agregados a ela os valores, os princípios éticos e as idéias da empresa ou de seus dirigentes, cujos valores, por sua vez, têm impacto na sociedade.

A declaração de Luziana Lanna encontra respaldo em Heller e Fehér ao escreverem que a participação dos cidadãos ou cidadãs por meio de ações que possam resolver problemas que se referem à “questão social” deve-se a vários motivos, dentre os quais, o exposto:

É um *escândalo para a liberdade* tolerar a miséria, na compreensão cultural particular da palavra e ainda mais em seu sentido estritamente biológico. Além disso, a perpetuação da pobreza só pode levar ao *suicídio da liberdade*: da pobreza em massa só podem surgir elites e maltas, não atores livres.¹⁸⁹⁵

¹⁸⁹¹ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Op. cit.

¹⁸⁹² GRAJEW, O. Negócios e responsabilidade social. In: ESTEVES. (Org.). *O dragão e a borboleta: Sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

¹⁸⁹³ Ibidem, p. 39.

¹⁸⁹⁴ Ibidem, p. 39.

¹⁸⁹⁵ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O Pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p.150.

Segundo os autores, esta idéia *relativa* de igualdade, ou seja, um certo equilíbrio na posse da riqueza, não se esquecendo das condições básicas das necessidades e ao mesmo tempo não ficando preso somente a elas, é uma idéia que vem de Aristóteles e é retomada por Arendt. “A relativa igualdade de riqueza era para Aristóteles uma pré-condição de liberdade”.¹⁸⁹⁶

A importância da participação social também referida por Luziana Lanna é reforçada por vários autores e como exemplo citamos alguns.

Segundo Ammann,¹⁸⁹⁷ existem dois tipos de participação social: a direta e a indireta. Os indivíduos participam desse processo, ou seja, da participação social, quando há o resultado da ação dos sujeitos sociais em três níveis que se complementam: a produção de bens e serviços; a gestão e o gerenciamento da sociedade; o usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos em uma sociedade.

A participação social que se traduz em ação é direta, quando os indivíduos atuam na esfera política-institucional, e é indireta, quando participam através das associações. Não obstante, as associações podem ou não permitir a participação social.

Partindo dessa definição de que a participação social é resultado da ação dos indivíduos na produção de bens e serviços, gestão da sociedade e usufruto desses bens e serviços, cabe-nos questionar quão distante está a “participação social” da maioria dos cidadãos brasileiros. Para tanto, fizemos um escopo em relação à “participação social” na sociedade brasileira, verificando as possibilidades de mudança que convergem para a organização da sociedade civil. Nessa direção, de acordo com Telles,¹⁸⁹⁸ a partir da década de 1980 a questão social tornou-se foco de promessas para a construção de uma sociedade mais igualitária e libertadora e tornou-se “bandeira” do discurso oficial. A questão social foi tratada e apresentada como solução política para a crise econômica do Brasil com características de recessão e inflação. A Constituição de 1988 vem consolidar um anseio por uma sociedade mais igualitária e democrática. Contudo, nesse momento em que se aprovava leis que buscavam os direitos sociais, com ênfase no direito à cidadania, à uma sociedade democrática e mais justa, é que nos deparamos com uma pobreza que nos assustou e assusta cada vez mais.

¹⁸⁹⁶ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O Pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 150.

¹⁸⁹⁷ AMMANN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1977.

¹⁸⁹⁸ TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. 34, 2001. USP – Curso de Pós-graduação em Sociologia.

Também Araújo afirma que o Brasil “[...] é um dos campeões mundiais da desigualdade econômica, motivada pela queda do rendimento do trabalho assalariado e desemprego crescente”.¹⁸⁹⁹

Deparamos-nos com cidadãos cada vez mais distantes de seus direitos básicos. Afirma Telles:

É portanto, no horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, que a pobreza inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação. Sinal de uma população na prática destituída de seus direitos, a pobreza brasileira não deixa, de fato, de ser enigmática numa sociedade que passou por mudanças de regime, teve a experiência de conflitos diversos, de mobilizações e reivindicações populares, que mal ou bem fez sua entrada na modernidade e proclama, por isso mesmo, a universalidade da lei e dos direitos nela sacramentados.¹⁹⁰⁰

Nesse sentido, torna-se necessário buscar políticas sociais mais agressivas que possam resolver a questão social em sua estrutura organizacional e, não, superficialmente, como se tem feito na maioria das vezes, por meio de medidas assistencialistas que não viabilizam uma participação social efetiva dos indivíduos nas políticas públicas, crítica feita por Kátia Rabello¹⁹⁰¹ e já comentada.

Na opinião de Araújo e Lima, a solução para a redução da pobreza nesse ritmo acelerado que vem se demonstrando no Brasil, “[...] depende de ações para a neutralização ou eliminação de fatores geradores de desigualdades na esfera econômica da produção e de fatores sancionadores de desigualdades no mercado de trabalho, no sistema educacional e na execução de políticas sociais”.¹⁹⁰²

Os problemas que a sociedade hoje demanda são múltiplos e, num crescente, vem tomando dimensões cada vez piores, como a falta de emprego, subempregos, salários defasados que não atendem as necessidades mais básicas (alimentação, moradia, saúde, educação), saneamento básico (água tratada, iluminação, esgoto e a própria moradia), falta de investimento público nos serviços públicos, precário atendimento na área da saúde, educação mercadológica elitizada em detrimento das escolas públicas, violência, criminalidade e tantos

¹⁸⁹⁹ ARAÚJO, Odília Sousa de. O direito à seguridade social. In.: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). *Política social preventiva: desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003, p. 71.

¹⁹⁰⁰ TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno*. Op. cit., p. 15.

¹⁹⁰¹ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁰² ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. Políticas públicas e redução da pobreza. In.: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). *Política social preventiva: desafio para o Brasil*. Op. cit., p. 85.

outros. Com a falta de emprego e, principalmente, sem salários para um sustento mesmo que no limite do necessário, as famílias desestruturam-se mais rapidamente, apesar de não ser somente por essa causa.

Contudo, a falta de um sustento em casa influi substancialmente no desregramento familiar. Os próprios pais perdem-se no mundo do crime e soltam as crianças pelas ruas, usando-as como recursos para obter alguma renda.

Não podemos generalizar dizendo que isso ocorre com e em todas as famílias, mas as conseqüências dessa falta de condições de vida ou de um mínimo de dignidade tem forçado (apesar de não ser justificável), o surgimento de grandes problemas sociais, dentre tantos: o abuso sexual infantil, a prostituição infantil, a exploração de mão-de-obra infantil, casamentos desfeitos, vícios de bebida, a proliferação e aumento do uso de drogas, evasão escolar, a criminalidade, a violência, seqüestros, a falta de segurança e outros.

Com esse quadro generalizado torna-se impossível falar em “participação social” para um grande número de brasileiros, os quais, inclusive, não são considerados e nem tratados como cidadãos. Continua Telles:

O enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais. Não é por acaso, portanto, que – tal como figurada no horizonte da sociedade brasileira – a pobreza apareça despojada de dimensão ética e o debate sobre ela seja dissociado da questão da igualdade e da justiça. Pois essa é uma figuração que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. [...] o problema do justo e do injusto não se coloca e nem tem como se colocar, pois a vontade privada – e a defesa de privilégios – é tomada como a medida de todas as coisas.¹⁹⁰³

Ainda segundo Telles, é nisso que reside o paradoxo da nossa sociedade atual, ao recolocar a incivilidade nas relações sociais por meio do jugo dos trabalhadores sob a tutela do Estado. Temos, então, uma cidadania que é regulada, dissociada dos direitos políticos e da igualdade jurídica.

Os direitos sociais são definidos pelo Estado como projetos que os concede aos indivíduos como recompensa, como favor pelo trabalho realizado. Assim, o cidadão só existe na sociedade brasileira se estiver vinculado a um sindicato, a uma profissão. Os demais indivíduos, aliás, hoje, a maioria, como os desempregados, trabalhadores temporários, subempregados ou aqueles sem emprego fixo, não são considerados cidadãos, com “direito aos direitos sociais” ditos como garantidos pelo Estado.

¹⁹⁰³ TELLES, Vera Silva da. *Pobreza e cidadania*. Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. Op. cit., p. 21.

Dessa forma, não se construiu ainda um modelo de cidadão moderno, com referência a um sujeito moral e soberano para participar e exercer seus direitos políticos na sociedade.

O Estado brasileiro descaracteriza a igualdade por meio da própria justiça social, porque os direitos sociais são distribuídos de forma desigual aos cidadãos. As desigualdades são reproduzidas pelos próprios direitos que não são iguais para todos.

A questão social é sempre empurrada, “desconversada”, com medidas paliativas, mas nunca realmente enfrentada com um debate crítico estruturado para se resolver a questão da injustiça e do justo, da igualdade de direitos para todos e respeito às diferenças. Além, a sociedade brasileira apresenta mais um agravante, de acordo com Ude:

[...] nossa história apresenta-se marcada por uma relação de dependência com o Estado como se fosse o único responsável pelas políticas de assistência e de seguridade da população. Esse traço social tem nos impedido de construir uma avaliação coletiva para pensarmos uma outra forma de organização social, na qual o Estado fosse regulado por decisões surgidas da coletividade. Quanto às relações de emprego, nossa trajetória histórica, social e cultural se deu de uma maneira semelhante. Sempre ficamos esperando do patrão sua oferta de emprego e o conseqüente pagamento de um salário pelos serviços prestados. Enfim, não aprendemos a construir juntos um projeto coletivo de sociedade. Criou-se uma relação dualista em que, de um lado, ficou o Estado e o patrão e, do outro, o usuário e o empregado.¹⁹⁰⁴

Essa mesma relação dualista sem interlocução entre o Estado e a sociedade civil já foi criticada anteriormente pela empresária Dalva Camilo.¹⁹⁰⁵

A nosso ver, não há como um indivíduo ter “participação social” sem antes ser um cidadão portador de direitos e de cidadania. Se existem direitos e cidadania para alguns, mas não para a maioria que é excluída, não podemos falar sobre a “participação social” da sociedade brasileira, pois estaremos reproduzindo a dicotomia que perdura em nossa sociedade, ou seja, da própria desigualdade que permeia as relações sociais em seu interior. Portanto, deve-se resolver essas questões antes de mais nada, e esse é o grande desafio, segundo Ude.

Os atores sociais, sem exceção, têm direitos à participação em um espaço público, com identidade própria e sentimento de pertencimento. A questão social precisa ser levada para um espaço público político, afirma Telles,¹⁹⁰⁶ um lugar que tem ação, crítica, invenção,

¹⁹⁰⁴ UDE, Walter. Redes sociais – Possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In.: CARVALHO, Alysso et al. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002, p. 128.

¹⁹⁰⁵ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁰⁶ TELLES, Vera Silva da. *Pobreza e cidadania*. Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. Op. cit., p. 21.

intervenção e não tratada como um problema técnico ou filantrópico. Vista dessa forma, ela é despolitizada.

Por meio da Constituição de 1988, procurou-se criar espaços públicos e democráticos para a representação da sociedade civil com participação nas políticas públicas, inclusive, de uma assistência social legalizada, não filantrópica. Como exemplo dessa ação legalizada, temos a Lei Orgânica da Assistência Social – a LOAS (regulamentada em 1922), que teve resistências contra sua universalização de cidadania. Ela garantiria uma “renda mínima” para os idosos e portadores de necessidades especiais. Contudo, apesar das dificuldades, continua Telles, os Conselhos e Fundos de Assistência Social previstos na Constituição Federal estão sendo implantados nos estados e municípios brasileiros. Por meio, então, desses programas sociais que possibilitam o embate e o discurso em âmbito nacional, democraticamente, entre Estado e sociedade, aconteceram mobilizações e continuam mobilizando grande parte dos chamados excluídos: moradores de periferia, negros, mulheres, idosos, crianças, aposentados, adolescentes, homossexuais-afetivos e outros. Ao mobilizarem-se, organizarem-se e pronunciarem-se sobre o que desejam, exigindo seus direitos e cidadania, estão se colocando como sujeitos políticos, cidadãos de direitos, desconstruindo a imagem, inclusive, de uma boa parte de pobres “carentes”. No entanto, essa tentativa ocorrida entre 1993 e 1994 para atacar a questão social da pobreza inserida em um debate público e político não teve continuidade até o momento atual. Essa “tentativa” não vingou, afirma Telles. Esses movimentos democráticos acontecem hoje muito isolados e fragmentados. Percebe-se ainda hoje na sociedade moderna uma destruição dos direitos (que nunca realmente se efetivaram), bem como uma destruição dos espaços públicos, mediadores da sociedade civil e do poder público, anulando sua função política, de espaço de conflito, de conversação, de representação e negociação. Nessa perda do espaço público, a arena das discussões públicas, a questão social foi transposta para um lugar do não-político.

Ocorre um esvaziamento do verdadeiro espaço político, espaço que deveria existir para o confronto e para as discussões políticas, para se tentar lutar pelos direitos e exercício da cidadania. Buscando recuperar e ampliar esses espaços, surgiu na década de 1990, o chamado Terceiro Setor, como cita Telles, as entidades filantrópicas ressignificadas, as ONGs – Organizações Não-Governamentais, associações de diversas naturezas, de caráter benemérito, de solidariedade, mas, algumas, ainda, *mascam* a própria noção de direitos e de cidadania:

“[...] a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura do usuário de serviços”.¹⁹⁰⁷

Assim, ainda de acordo com Telles, há um desmoronamento das ligações políticas, nega-se a trama de uma sociedade democrática porque os direitos não têm como ser reivindicados porque não há mediações. Isso significa a destruição da própria política. A possibilidade de trabalho, serviços e benefícios sociais ficam à mercê das organizações do Terceiro Setor que os distribui de acordo com sua vontade e capacidade. Reforça Telles que a questão pública é interrompida e nega-se à luta pelos direitos sociais a característica de ser uma luta política. Isso muda a noção de direitos e de cidadania porque se transformam em “[...] ônus e custos, privilégios e anacronismos corporativos”¹⁹⁰⁸ em vez de “direito de ter direitos”¹⁹⁰⁹ e cidadania. De acordo com Telles:

Para os que ainda têm a sorte de se manterem integrados nos núcleos organizados da economia, as atuais tendências de desregulamentação e flexibilização dos direitos (e normas contratuais) estão significando a configuração de uma sociabilidade privada e privatizada que transfigura direitos em benefícios concedidos como “recompensa” às competências individuais e individualizadas nas novas práticas de gestão da força de trabalho, minando por baixo as práticas de representação pela erosão das medidas possíveis de universalização, ao mesmo tempo em que cria a desnecessidade de serviços públicos, agora encapsulados nas formas diversas de um *welfare privado*.¹⁹¹⁰

Não obstante a crítica e o desvio dos direitos e do exercício da cidadania em alguns espaços do Terceiro Setor, observa-se a criação de novos espaços públicos tentando defender esses direitos e a cidadania, e onde já são praticados politicamente, com mediações e interlocuções entre os sujeitos e o Estado.

O discurso e a produção acadêmica atualmente são consistentes e incisivos ao defender que a “participação social” pode ser conseguida por todas as pessoas, organizando-se, mobilizando-se, ocupando os espaços públicos, mediando com o Estado para conseguirem seus direitos e a cidadania, exigindo políticas públicas que atendam efetivamente os seus interesses e da coletividade.

¹⁹⁰⁷ TELLES, Vera da Silva. A nova questão social brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de modernidade. In.: _____. *Pobreza e Cidadania*. Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. Op. cit., p. 161.

¹⁹⁰⁸ Ibidem, p. 162.

¹⁹⁰⁹ LEFORT, Claude. *Pensando o político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Op. cit., p. 264; TELLES, Vera da Silva. A nova questão social brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de modernidade. In.: _____. *Pobreza e Cidadania*. Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. Op. cit., p. 162.

¹⁹¹⁰ Ibidem, p. 162-3.

A participação, segundo Pimenta, “[...] enquanto processo de formação de sujeitos livres, requer a presença de uma cultura política igualitária, desprovida de privilégios e de hierarquias entre sujeitos”.¹⁹¹¹ Por isso, não se deve aceitar a “gestão filantrópica da pobreza” que tem camuflado a tentativa de um tecido democrático no Brasil.

A luta pelos direitos e pela cidadania implica trazer à tona os conflitos existentes na sociedade para a conquista desses direitos, da justiça e da igualdade. Para essa luta, para que esses conflitos se manifestem e tenham visibilidade, torna-se necessário a criação e manipulação de espaços públicos, onde os cidadãos possam efetivamente exercer e participar da verdadeira política, como cita Arendt:

Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequadas à aparição pública [...] A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominados comum pode jamais ser inventado. [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, [...].¹⁹¹²

Nesse sentido, todos os homens para serem sujeitos políticos e participativos têm que aparecer e opinar em um espaço público. É esse espaço público, criado e organizado por todos os homens que possibilita as discussões dos interesses comuns, um mundo comum para comunicar o que é relevante para todos, o uso e busca de direitos e a prática da cidadania.

E, se na modernidade, de acordo com Arendt,¹⁹¹³ houve a perda do espaço público, espaço construído pela ação e pela palavra de todos os homens em conjunto e, portanto, espaço de poder, *devemos antes de mais nada, ajudar e instigar a criação desse espaço público*, para que todos os homens possam ter participação no debate das políticas públicas.

Dentro dessas considerações, repetimos, é que buscamos detectar as preocupações e práticas das mulheres empresárias em espaços públicos, por meio das associações.

E, retomando o depoimento de Luziana Lanna, observa-se a percepção da responsabilidade civil ao criticar a educação no Brasil sem a alteridade, ou seja, o respeito ao outro, às diferenças, em que uma grande parte, senão a maioria, não possui um conhecimento da realidade na qual vivemos. A classe mais alta, por exemplo, afirmou Luziana Lanna,

¹⁹¹¹ PIMENTA, Solange Maria. Trabalho e cidadania: as possibilidades de uma (re)construção política. In.: _____; CORRÊA, Maria Laetitia. (Orgs.). *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Op. cit., p. 32.

¹⁹¹² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 59-60; 67.

¹⁹¹³ Ibidem.

ignora ou finge não saber da imensa desigualdade entre pobres e ricos e as injustiças que aumentam cada vez mais, tornando-se impossível a convivência entre os múltiplos e plurais indivíduos em sociedade.

Portanto, no discurso de Luziana Lanna, além da importância e da necessidade da participação dos sujeitos na sociedade, a empresa também tem suas obrigações e funções. A afirmação da empresária assemelha-se à concepção de Pimenta e Corrêa ao escreverem que a empresa é vista como “[...] uma força transformadora poderosa, é um elemento de criação, e exerce grande ascendência na formação de idéias, de valores, nos impactos concretos na vida das pessoas, das comunidades, da sociedade [...]”¹⁹¹⁴

Outra ação social da qual Luziana Lanna participou, teve como objetivo a formação escolar de pessoas aposentadas. Sobre esse projeto, explicou-nos:

Houve um movimento há mais ou menos uns sete, oito anos atrás, de valorização da terceira idade, dos aposentados, porque, principalmente aqui no Brasil, as pessoas se aposentam muito jovens. E a quantidade de aposentados de 45/50 anos é muito grande. Num país desenvolvido, a pessoa está começando a segunda profissão, ela está no auge da produção e aqui está aposentado. E havia uma campanha, uma campanha das mulheres, principalmente. Muitas mulheres que entraram para o magistério jovens estavam se aposentando com 42 anos. É uma loucura! Esse movimento deu um respaldo muito grande de cursos, mulheres indo para a escola, campanhas da ASLENG, que é a Associação dos Aposentados. Eu tinha, naquela época, zero grupo de aposentados. De oito anos para cá, eu devo ter mais ou menos uns oitenta grupos de aposentados. Alguns movimentos, quando são feitos com metodologia adequada, com a imprensa ao lado, têm sucesso. É muito importante a gente ressaltar a mídia. Você não consegue alavancar sem ela. Por isso é que eu estou falando que tudo está ligado ao poder. Por quê? Você não consegue alavancar uma grande idéia, mesmo que você consiga verba, porque, haja verba para você publicar projeto social! É caro. E se você tem prestígio junto a um determinado veículo e consegue alavancar aquele processo de divulgação, você dá conta do projeto. Por isso, repito, o uso de recursos por meio da TV, rádio e jornal são fundamentais. Eu vejo que a valorização da terceira idade por meio de um projeto das associações ASLENG, da CEMIG e do GREMIG, tiveram uma boa aceitação na sociedade. Foram bem divulgados.¹⁹¹⁵

A parceria é ressaltada novamente por Luziana Lanna como um dos fatores imprescindíveis para a concretização de projetos, nesse caso, principalmente, com a mídia, para que a divulgação se estenda em um âmbito macro e consiga a adesão de pelo menos boa parte da sociedade.

Sobre ações em desenvolvimento ou futuras, Luziana Lanna manifestou seu empenho em alavancar um projeto direcionado aos deficientes físicos, os quais, em sua opinião, são desrespeitados em seus direitos, inclusive, instituídos em lei. De acordo com Luziana Lanna:

¹⁹¹⁴ PIMENTA, Solange Maria. Trabalho e cidadania: as possibilidades de uma (re)construção política. In.: CORRÊA, Maria Laetitia. (Org.). *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Op. cit., p. 40.

¹⁹¹⁵ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

Este projeto não conseguiu respaldo na nossa sociedade porque ele não foi bem divulgado. Existe já a lei, dizendo que a gente deve ter tantas vagas para o deficiente físico. E quem é que está adotando? Poucas empresas. Ou seja, nem a lei, se não tiver a divulgação adequada não é aceita pela sociedade. Não basta passar a lei, muito menos projetos. Você me perguntou de projetos que eu acho que estão funcionando bem. Não existe nada mais forte no Brasil do que o “Criança Esperança”. E por que ele é forte? É uma idéia inovadora? Não, ele tem a Rede Globo atrás. “O Dia do Voluntariado, o Dia D”, por exemplo, começou com poucas incursões, uma ou outra. Eu sou uma das juradas dos projetos. Você não acredita nos projetos que a gente tem hoje, o envolvimento das pessoas e das empresas. O que o “Dia D” teve de maravilhoso? A mídia, a divulgação, a comunicação para convocar todos para essas ações coletivas.¹⁹¹⁶

Além da divulgação das ações e o convencimento às pessoas à adesão, dentre outras dificuldades existentes na consecução dessas ações coletivas, Luziana Lanna citou também a incapacidade da maioria das pessoas na elaboração de projetos:

O que eu acho é que as pessoas têm dificuldades de formatar projetos. Você certamente se lembra da Eco-92. Eu fui a interlocutora entre o Brasil e os Estados Unidos. Fui voluntária da Embaixada Americana 11 anos, intérprete de sigilo e participava das reuniões. Precisa ter um acordo com as pessoas, de silêncio, porque você vai intermediar e fiquei muito impressionada. O Brasil não tinha, naquela época, projetos formatados. Nós não sabemos fazer projetos. O projeto, a pessoa acha que é a idéia. O projeto não é somente uma idéia, o projeto tem princípio, meio e fim. E nós não conseguimos fazer o fim; não formata, não sabe o quanto custa. Nós temos dificuldades na metodologia. O governo tem dinheiro para treinamento de pessoas, existe verba alocada para esse fim, mas as pessoas não conseguem gerenciar, não conseguem chegar até a verba, porque não sabem desenvolver o projeto. Elas chegam com a idéia. Eu não vejo problema, não existe grande dificuldade para você colocar um projeto afinado com a lei. Não existe. A lei do deficiente físico, por exemplo, existe deste o mandato do Fernando Henrique. É fácil, mas as pessoas não sabem. Eu vejo isso porque eu recebo aqui muita gente com idéias mirabolantes, e eu digo: “Minha filha, formata, traz a coisa formatada”. A gente percebe muito essa dificuldade. E isso não é privilégio da mulher não! E nem do nosso jeitinho brasileiro de conversar e resolver. O projeto tem que passar por uma auditoria, ele tem que ter princípio, meio e fim, repito. O projeto sério, bem feito e bem formatado, vai conseguir respaldo nas políticas públicas.¹⁹¹⁷

Em conseqüência, ressalta-se a importância da organização da sociedade civil para que se possa desenvolver e propor ações coletivas com poder de legitimidade e possibilidade de transformação em políticas públicas. Tanto a representatividade como o interesse público constitui-se em poder perante os órgãos de decisão.

Luziana Lanna destacou a credibilidade como essencial para a liderança em uma ação e os recursos usados nessa ação para a mobilização e convencimento:

Existe um poder inigualável no Brasil *que é a mídia*. Se você é uma pessoa que tem representatividade, você convoca a imprensa e ela vem. Em 1997 fiz um movimento

¹⁹¹⁶ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹¹⁷ Ibidem.

e, na época, por eu ser rotariana, fiz com o Rotary, com a Associação Comercial e a Polícia Militar. O movimento chamava-se “Tiket Quentinha”. Eu idealizei o projeto sem um centavo! Não tinha nada. E deu tão certo que ele foi agraciado pela Unesco. Passou para o mundo todo isso. Era o tiket que eu dava de alimentação e funcionava assim: você é dona de uma loja, de uma farmácia, e eu te cedia, em consignação, por exemplo, quinhentos tikets. Você coloca no seu caixa, e lá tem um anúncio: “Aqui vende tiket quentinha”. Está muito bem. Você vai comprar qualquer coisa na loja, e vê lá: “tiket quentinha”. E diz assim: “Olha, ao invés de me dar troco, me dá aí 10 tikets quentinha”. A pessoa colocava aquilo no carro, e quando um garoto pedia dinheiro, ela falava: – “Olha, eu te dou tiket”. – “Ah, dona, eu tô com fome, não comi nada até agora.” – “Toma aqui.” E se ela quisesse ser muito benevolente com a idéia, ela daria quatro. Um real (R\$1,00) era um prato de comida. E eu fiz um acerto com os restaurantes, tinha um contrato assinado com a Polícia. No prato de comida tinha arroz, feijão, carne e uma verdura. Com isso, você vê o que é a força da mulher. E consegui estar na mídia. Só na Rede Globo, a mídia foi de um milhão. Eles me deram um milhão de mídia. Em menos de dois meses e meio, quase três, a gente tirou 70% das crianças da rua. Isso é a mobilidade da mulher. Eu canalizei, potencializei o respaldo que eu tenho com a mídia para esse projeto. A mulher faz isso, eu acho, com o coração mais aberto.¹⁹¹⁸

Após a idealização do projeto, Luziana Lanna buscou parcerias, além da mídia, para colocá-lo em prática. E, continuou explicando-nos como organizou, concretamente, a ação coletiva:

Eu reuni a Associação Comercial, chamei o Presidente, passei a idéia e todo mundo gostou. Chamei a Polícia Militar e o Presidente do Rotary. Era uma idéia interessante, porque, na verdade, não tem verba. Eles me chamaram em Brasília umas seis vezes por causa disso. Todo mundo queria ser pai da criança, queriam comprar o projeto. Por quê? O projeto não precisa de dinheiro. Custa um real o prato de comida, não é? O lojista só me paga quando ele vende. Por quê? Porque só vai comer – o adulto, seja lá quem for – quando sair da mão do lojista. Saiu da mão do lojista, foi para sua mão, e você pagou a loja. E aí a loja pagava, e eu pagava o restaurante. Não sobrava nenhum real, o dinheiro circulava.¹⁹¹⁹

Observa-se que essa ação, inicialmente individual, foi tomando forma usando todos os espaços para a divulgação, encontrou apoio para sua realização e tornou-se uma ação coletiva. O como fazer é essencial para conhecermos a maneira que a ação é viabilizada. Sobre como essa ação foi organizada, ainda, segue Luziana Lanna:

O que eu gastei com esse projeto, com essa ação foi prestígio. Fui a todas as rádios, a todas as televisões, a tudo quanto é lugar que você possa imaginar. E todo mundo abria espaço. Então, como é que a mulher pode incrementar, ajudar e/ou mudar? Usando o seu poder, e para ter poder, tem que trabalhar. É a credibilidade que a gente constrói.¹⁹²⁰

¹⁹¹⁸ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹¹⁹ Ibidem.

¹⁹²⁰ Ibidem.

Sobre os recursos adotados para mobilizar e convencer as pessoas para a adesão ao movimento, Luziana Lanna citou que foi também por meio de reuniões e uso dos mesmos recursos recorrentes no cotidiano da empresa como convocar por telefone, *e-mail*, internet e panfletos que abordamos no capítulo 13.

Ainda como recursos para a consecução dos projetos, Luziana Lanna disse fazer contatos diretos com pessoas influentes como, no caso específico para esta ação, com o Presidente da Associação Comercial, do Rotary e com o Comandante da Polícia.

O contato direto, portanto, é a mesma negociação direta usada também por outras mulheres empresárias e pelo empresariado nacional no início de sua organização em 1930 a 1945. Essa ocorre, segundo Luziana Lanna, por vários fatores, quais sejam, pelo conhecimento pessoal, pela condição da posição de Presidente de várias entidades e Vice-Presidente de outras, construindo, dessa forma, um poder de legitimidade e representação perante a sociedade civil e política.

O prestígio, o crédito e a influência que Luziana Lanna revelou possuir, cujos atributos a ajudam na consecução de suas ações ou projetos, são enfocados por Heller e Fehér ao citarem que a “política dos mortais” possui uma extensão antropológica explicada da seguinte maneira:

Temos de aprender a diferenciar entre a ânsia de *glória e sucesso* e o esforço respectivo por *distinção*. A ânsia de glória é a típica motivação da era feudal-cristã, e seus vícios correlatos são a vaidade e a altivez. A busca do sucesso é a típica motivação da “sociedade de massa”, e seus vícios e mal-estares correlatos são inveja e frustração. As duas são paixões *monológicas*, que não aplacam os tormentos de nossa “limitada empresa”, mas ao contrário os intensificam. Contudo, esforçar-se por distinção é diferente, por ser dialógica. No esforço pela distinção, eu me distingo de outros por meus feitos, me estabeleço como um “eu” distinto. Se o processo parasse aí, eu continuaria sendo apenas “presunçoso”. Mas ser distinguido também significa *ser reconhecido como tal pelos outros*, e não só, nem mesmo basicamente, por sinais de prestígio e hierarquia social, mas, acima de tudo, por *confiança e crédito*. E só o último está ligado a atos de liberdade.¹⁹²¹

Nesse sentido, percebe-se em Luziana Lanna a liberdade da livre atividade pública, de iniciar ações ou idealizar projetos, de buscar parcerias e encontrá-las devido à sua distinção por meio da confiança e credibilidade que conquistou na esfera pública. Seus depoimentos e suas ações sociais realizadas comprovam tais fatos.

Semelhante à Luziana Lanna, outras empresárias citaram em seus depoimentos que as ações coletivas ou os projetos que desenvolveram ou desenvolvem também são possíveis e

¹⁹²¹ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 151-2.

mais fáceis de serem acatados, exatamente por conta do crédito, vale dizer, da credibilidade que conquistaram na esfera pública.

Outro projeto de Luziana Lanna como proposta futura é o retorno da realização do “Tiket quentinha”. Sobre esse, explicou:

Agora, pessoalmente, eu quero fazer a segunda versão do “tiket quentinha”. Eu quero tentar e ajudar a acabar com essa mendicância na rua. Enquanto a gente tiver criança na rua ganhando dinheiro, ela não vai sair da rua. Se você não tirar a criança da rua, você não diminui a criminalidade, e se você não diminui a criminalidade, você não melhora a nossa relação social. E a sensibilidade para esse projeto é feminina. Ontem eu conversei com um dos presidentes do Rotary, e ele brincou comigo: “Luziana, você tem que reacender isso. Se você não entrar, o projeto não cresce. Eu gostaria muito de retomar o “tiket quentinha”. Ele é muito bom, é barato e simples. E nada degrada mais o país, do que o descaso com a sua criança. A criança do país é o futuro desse país mesmo. Não adianta você falar em educação se você sabe que tem um grupo de meninos que são “escravos da rua”. Você sabe quanto ganha uma criança de rua, em média? Nós temos essa estatística. Ela ganha, no mínimo, 20 reais, no máximo 45, em média, nas capitais. E aí você multiplica isso por dez, e você acha que esse pai vai deixar ele ir para a escola? Ele ganha um salário mínimo para o pai, e ele tem quatro anos de idade. Esse é o meu projeto pessoal. Em breve daremos início, porque já tenho isso pronto, mas não existe respaldo para ele. Eu vou alavancar, porque se você for pensar em sair com o pires na mão, pedindo dinheiro para os outros, você não consegue alavancar não. Esse projeto não tem que pedir para ninguém. Ele sai por si só. Será a versão 2. E desejo começar em uma data especial – no “Dia da Criança”.¹⁹²²

A crítica da empresária em relação à desigualdade social é contundente e percebe-se a sua preocupação e conhecimento da realidade dentro do contexto histórico do qual faz parte. Além desse projeto, Luziana Lanna complementou que tem o desejo e a vontade de realizar outro:

Olha, uma coisa que eu quero fazer agora, pessoal, nesse exato momento, é promover uma mobilização de: “Não a violência”, para que a mulher não aceite a violência doméstica em hipótese alguma! Ontem eu me reuni com a Carmen, que é a atual presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora” e pedi a ela que a gente abraçasse essa causa. Essa é uma bandeira que a gente vai abrir e vai ter muito respaldo, porque tem a Rede Globo com uma novela introduzindo o tema. Isso dá muito respaldo para muitas coisas.¹⁹²³

Observamos a mesma preocupação no depoimento da empresária Maria Elvira Salles Ferreira¹⁹²⁴ abordado mais à frente. Observa-se que a questão da violência contra a mulher, dada como uma questão privada, está sendo levada para discussões e debates em diversos espaços públicos e, devido à força e constância desses esforços, conseguiu-se que a questão se

¹⁹²² LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹²³ Ibidem. Lembramos que a entrevista com Luziana Lanna foi realizada no ano de 2003.

¹⁹²⁴ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

politizasse, passando à esfera institucional por meio da aprovação da “Lei Maria da Penha Maia”, já comentada.

Verifica-se, mais uma vez, a importância das discussões e dos debates iniciados e praticados nos espaços das associações e outros, a partir dos quais os temas em questão são ampliados e, que, transformados em leis, resultam em uma ação política com resultados no espaço público e com efeitos para toda a sociedade. Observa-se nesse exemplo da “Lei Maria da Penha Maia” como uma ação social é potencialmente uma ação política, segundo a concepção de Heller e Fehér,¹⁹²⁵ já comentada no início desse capítulo.

Sobre a prática da ação social, **Maria Amália Turner Laborne**¹⁹²⁶ disse-nos que contribui com uma creche a partir de seu espaço de trabalho:

Contribuímos com uma creche que chama-se: “O Pequeno Príncipe”. A gente manda uma verba mensal da Academia para lá. Já tivemos projetos de fazer apresentações, aulas, alguma coisa dentro de um orfanato que promovesse alegria, motivação, socialização das crianças, orientação sobre saúde, nutrição, mas é muito difícil. Por isso, a nossa opção na forma de contribuir é essa, ou seja, buscar ajudar na formação e na educação das crianças para que possam ser cidadãos autônomos, participativos e integrados na sociedade.¹⁹²⁷

Maria Amália acrescentou que gostaria e poderia contribuir com as crianças da creche oferecendo seus serviços. No entanto, existe um controle e uma grande exigência em relação às atividades físicas:

Com relação ao nosso trabalho específico da academia, já tentamos um serviço social com as crianças, também em orfanatos ou com idosos, mas existe uma grande burocracia. Por exemplo, vamos supor que eu vá fazer uma atividade física com criança: exige-se que eu faça uma apresentação antecipada. Existe uma burocracia do que você pode ou não fazer junto a uma criança numa atividade física. Você tem que ter um compromisso mensal ou semanal de fazer aquilo. E por algum motivo, se a gente não puder ir naquele dia, existe muita complicação com a área infantil, com o pessoal mesmo que toma conta das crianças. Com os idosos você também não pode fazer muita coisa: com balão não se pode brincar, comida você não pode levar. Você não pode levar nada para eles. Então, é difícil você fazer qualquer atividade física se você não pode usar instrumento nenhum. Tudo que você fizer é muito vigiado, porque qualquer coisa que der problema, somos responsabilizados. Pensamos que não dá problemas porque na academia nunca deu e a responsabilidade é toda da academia. Então, ficamos com essa preocupação de fazer um trabalho a longo prazo, porque é uma responsabilidade, e se a gente se comprometer em todo mês fazer um trabalho social, nós vamos fazer. Teríamos que fazer uma programação bem feita para entrar num acordo com um orfanato ou um asilo para fazer esse tipo de atividade. Mas existe tanta dificuldade, tanta burocracia, que você manda uma pessoa para conversar com eles e nada pode. Se você for fazer uma coisa com alimentação, não pode, se você for fazer uma coisa com brincadeira, não

¹⁹²⁵ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁹²⁶ LABORNE, Maria Amália Turner. Entrevista. Op. cit.

¹⁹²⁷ Ibidem.

pode, com idoso você não pode fazer nem um alongamento, porque se tiver algum problema, a responsabilidade é sua, e mesmo que não seja, fica sendo da academia, dos fisioterapeutas da academia. As dificuldades que eles colocam são muitas.¹⁹²⁸

Por tudo isso, afirmou Maria Amália, sua ação social concentra-se mais na doação de verbas há vários anos. E, além desse apoio e suporte à creche, possibilita alguns serviços para melhorar a qualidade de vida de seus funcionários, como por exemplo, nutricionista, treinamentos para capacitação, acesso às atividades físicas oferecidas pela academia e outros.

Maria Amália complementou que, além dessas exigências para trabalhar voluntariamente com crianças ou para uma atividade física com os mais idosos, as dificuldades são ainda maiores.

Apesar de entender e saber perfeitamente das necessidades e diferenças específicas para um grupo da terceira idade, a carga de responsabilidade é toda atribuída à academia que deseja contribuir com algo mais. Dessa forma, Maria Amália disse que não há grande motivação para um envolvimento maior no dia-a-dia.

Sobre a ação desenvolvida na creche – “O Pequeno Príncipe” –, a empresária considera-a uma doação, cujo significado, do seu ponto de vista, é o seguinte:

Doação é quando você dá alguma coisa para uma pessoa e não recebe nada em troca, nem uma propaganda, nem um marketing. Então, a doação, para mim, vem da palavra “dor”, que dói. Você tira alguma coisa e não recebe nada em troca. Quando você recebe, não é doação, é uma troca. Então, a minha doação da academia que eu faço para essa creche, todos os meses, ninguém sabe. Só quem sabe sou eu e o pessoal da creche. Não existe propaganda, não existe divulgação. Essa para mim é a verdadeira doação. Qualquer tipo de doação que você fizer e que não for divulgada, é essa que é válida como doação.¹⁹²⁹

A percepção do sentido e do significado do ato da doação exposto por Maria Amália é semelhante ao pensamento de Arendt,¹⁹³⁰ ao dizer que a prática das boas ações precisa ser ocultada, portanto, não revelada aos outros, mantendo-se em anonimato. Os indivíduos que não correm o risco da revelação são considerados solitários, e os praticantes das boas ações são “pró” em relação a todos os homens.¹⁹³¹

São dois tipos de indivíduos que não se revelam. De acordo com Arendt, esses indivíduos não situam-se no convívio entre homens pelo fato de não fazerem uso da palavra e, por isso, a ação não vem a público. Nesse sentido, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer porque “[...] deixa de existir convivência [...] não desvenda o

¹⁹²⁸ LABORNE, Maria Amália Turner. Entrevista. Op. cit.

¹⁹²⁹ Ibidem.

¹⁹³⁰ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

¹⁹³¹ Ibidem, p. 193.

‘quem’, a identidade única e distinta do agente. [...] Desprovida de um nome, de um ‘quem’ a ela associado [...]”.¹⁹³²

Um ato não revelado, ou seja, anônimo, não se concretiza efetivamente em uma ação no espaço público. Por sua vez, um ato ao ser revelado deixa de ser uma “boa obra” no sentido de que essa tem o caráter do “oculto”, do “isolado” e da “bondade”.¹⁹³³ Continua explicando-nos Arendt:

[...] no instante em que uma boa obra se torna pública e conhecida, perde o seu caráter específico de bondade. Quando a bondade se mostra abertamente já não é bondade, embora possa ainda ser útil como caridade organizada ou como ato de solidariedade. [...] A bondade só pode existir quando não é percebida, nem mesmo por aquele que a faz [...].¹⁹³⁴

Assim, observa-se que a bondade “verdadeira” não é revelada, mas, se revelada, transforma-se em caridade ou em um ato de solidariedade. A bondade, segundo Arendt, tem uma qualidade negativa por não poder ser visível em sua aparência e que o próprio surgimento de Jesus de Nazaré é paradoxal. Jesus, por exemplo, perguntou: “Por que me chamais de bom? Ninguém é bom a não ser um, isto é, Deus”.¹⁹³⁵ A bondade, portanto, ao ser revelada é destruída e as boas obras não fazem parte do mundo, sendo inumanas. A bondade, como não pode ser revelada, não necessita de uma esfera pública porque quem a pratica deve ser “isolado”. Este indivíduo não é solitário porque não convive com outros, mas porque não pode ser visível ou ter aparência perante os outros, e nem ele mesmo pode lembrar-se ou orgulhar-se do ato praticado porque destrói a “[...] qualidade da ‘bondade’.”¹⁹³⁶

Por isso, a bondade e seu isolamento são contrários à esfera pública, à pluralidade humana, por negar o espaço onde todos devem ser vistos e ouvidos. Todo ato que não é revelado por quem o pratica não pode ser caracterizado como ação em seu significado pleno.

As ações consideradas transcendentais, ou seja, a pura contemplação e a devoção, segundo Heller e Fehér,¹⁹³⁷ na mesma visão de Arendt, não fazem parte mais do mundo moderno, e somente os antigos e entre os cristãos essas foram praticadas.

Desse modo, no nosso mundo, segundo os autores, somente “[...] a livre atividade pública na ‘república’, restou para o homem e a mulher modernos imortalizarem (se)”.¹⁹³⁸

¹⁹³² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 193.

¹⁹³³ Ibidem, p. 192-3.

¹⁹³⁴ Ibidem, p. 85.

¹⁹³⁵ LUCAS 8:19 apud ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 85.

¹⁹³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 86.

¹⁹³⁷ HELLER, Agner; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

Essa é a “política dos mortais” e, devido à essa política, Arendt rejeita o “fim da história” e defende a existência do “mundo comum” que une os antigos, o presente e as futuras gerações. Também conforme Heller e Fehér: “A crença no “fim da história” torna nossas exigências exageradas, nossas promessas irresponsáveis, nossos gestos desmedidos, nossas convicções fanáticas. O resultado é uma espécie de política que promete redutores e nos entrega a inquisidores”.¹⁹³⁹

A nossa posteridade depende dos nossos feitos no presente. O único ato político que imortaliza e que transcende a limitada existência dos mortais “[...] é a criação de instituições duradouras e livres”,¹⁹⁴⁰ ou seja, a criação de um *mundo comum*.

Em nossa análise, a prática da “doação” pode ser equivalente a um ato de “caridade” ou de “solidariedade”, tendo em vista que a doação é praticada entre outras pessoas. E, a partir do instante no qual essa foi ou é lembrada já deixou de ser “bondade”, caso, ainda, pensássemos que fosse. Ainda, de acordo com o que vimos em Arendt, a doação não pode ser caracterizada como “bondade”, porque essa tem um caráter inumano ou sobre-humano, além de que o próprio Jesus de Nazaré afirmou que nem Ele é bom e somente Deus o é.

Sobre o significado de doação, inclusive, surgiram várias concepções diferentes entre as mulheres empresárias. Para ilustrar essas divergências, citamos apenas algumas.

A empresária Luziana Brandão Nunes Lanna,¹⁹⁴¹ por exemplo, comentou:

Doação é dar aquilo que você tem, que é parte do seu. É interessante, porque eu não considero doação aquilo que sobra. Não é doação e não é caridade, é um favor, porque desocupa espaço. Tem gente que fala assim: “Ah, chega época de natal, eu pego as roupas todas que eu não estou usando, eu pego tudo que tá encostado, coisa novinha, e dôo aquilo tudo”. Isso não é doação, isso é desocupar espaço. Na verdade, você está usando o fato de você poder tirar aquilo dali e dar para outro, como se fosse doação. Doação é dar aquilo que você pode usar, aquilo que faz parte da sua vida. Isso é doação. Doação é dar o seu tempo, porque o tempo é a única coisa que o dinheiro não compra. [...] Dizem muito assim: “Ah, o americano é muito caridoso!” Ele não é caridoso nada! Aquele dinheiro ele tem que dar para o governo, porque lá você não pode sonegar imposto. Tem que dar. E já que tem que dar, ele escolhe para onde vai dar. Isso não é doação, é uma forma inteligente de abdicar daquilo que está sobrando. A filantropia para muitas mulheres ou o trabalho voluntário está em ocupar o tempo vazio com alguma coisa reconhecida pela sociedade. Isso não é doação, isso é uma forma inteligente e prestativa para usar o seu tempo excedente. Se ela não fizer aquilo, ela não está fazendo nada, ela está pintando cabelo três vezes por semana. Então ela vai fazer aquilo. Por quê? Porque ela não tem outra função, os filhos já estão criados, é uma pessoa inteligente e quer ser uma pessoa útil. Então ela faz isso. Eu considero doação, repito, você dar o seu tempo que poderia estar sendo dedicado a outra coisa. Por exemplo: uma

¹⁹³⁸ HELLER, Agner; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p.150-1.

¹⁹³⁹ Ibidem, p. 151.

¹⁹⁴⁰ Ibidem, p. 152.

¹⁹⁴¹ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

empresária, uma mãe de família que está com os filhos pequenos, porque mãe de família com filho pequeno, se bobear, trabalha 24 horas. Então, ela pode doar, disponibilizar esse tempo. Isso é doação. Eu tenho muito cuidado, muito zelo com a palavra “Doação”. Mas doação é um pouco mais do que isso. Doação é quando você “atrapalha” a sua vida para ajudar o outro. Quando não é doação, não atrapalha a sua vida, engrandece a sua vida. Por isso é que existem médicas e médicas. Tem as médicas que são importantes, ótimas e tal... Mas eu pergunto a você: quantas médicas no Brasil dedicam um dia inteiro de sua clínica, de graça, ao pobre que não dá retorno? Isso é doação. Atender de vez em quando um indigente, isso é muito pouco.¹⁹⁴²

Pela exposição de Luziana Lanna em relação à doação, inferimos que, por ser praticada entre pessoas e por ser realizada pela própria pessoa entre outras e em um espaço público, de acordo com o exemplo dado (uma médica entre outras pessoas supostamente em um hospital ou um posto de saúde público, ou seja, em um espaço público) essa é revelada, vista e acompanhada de um nome ou de um agente, constituindo-se, portanto, em uma ação.

Entende-se ainda que, para Luziana Lanna, a prática da doação vai além do ato de caridade ou do ato de solidariedade de ajudar com objetos ou quaisquer outras formas, porque, segundo o seu ponto de vista, a doação somente pode ser realizada por meio do *tempo* útil da pessoa e nunca por meio de dinheiro ou afins. A doação ficou restrita ao tempo necessário do agente. Apesar do ato da caridade e da solidariedade serem realizados por meio do tempo útil, esses possuem outras alternativas para praticá-los, segundo a opinião de outras empresárias. Como exemplo ainda, com outra percepção da “bondade” e ressaltando a ação como necessária em um espaço público, a empresária Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza¹⁹⁴³ afirmou:

Entendo que a gente tem que fazer a coisa concomitante, fazer a ação junto com o pensamento, junto com a divulgação. Eu fiz até uma palestra sobre esse tema “Não basta ser, tem que parecer”, porque, às vezes, você é uma pessoa eficiente, correta, ligada a tudo e não demonstra ser. Então, as pessoas que não te conhecem, ficam lá sem certeza do seu comportamento “O que você vai fazer, como você vai fazer uso dessa posição que você vai ocupar?” Então, é a seqüência, o ser humano tem que agir, tem que mostrar. Eu sou católica, por devoção aos santos, por respeito. Acho lindo o que Jesus fez, acho maravilhoso! E tenho também uma linha de crédito para a espiritualidade. Acho que tem muita coisa que não se explica. Então, essa questão de pecado é muito relativa. E eu penso assim: fala-se muito que “o que uma mão faz, a outra ignora”. Não, isso hoje em dia não pode. Se você esconde o que você faz, você abre um espaço grande para a demonstração de que se faz o contrário, e a mídia se incumbem de revelar e botar em destaque o negativo. Se você não cultua o espaço como positivo, você ganha ou perde, e perde muito, porque o negativo está aí pulando nos noticiários, entrando na cabeça das crianças e de pessoas que não têm a capacidade de reter o que é bom. E só marca o que é negativo para uma ação totalmente discrepante do que a gente pretende para o mundo.¹⁹⁴⁴

¹⁹⁴² LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁴³ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁴⁴ Ibidem.

A frase a que Maria Carmem se referiu no depoimento, na íntegra, é: “Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita”,¹⁹⁴⁵ é a máxima que representa a concepção da bondade segundo os princípios do cristianismo.

Segundo Arendt, esse pensamento pode ser encontrado em Lucas 8:19 e em Mateus 6:1-18 e é explicado pela autora da seguinte forma:

[...] Jesus adverte contra a hipocrisia, contra a exibição pública da devoção. A devoção não pode “ser vista dos homens”, mas somente de Deus, que “vê em secreto”. É verdade que Deus “dará a paga” ao homem, mas não, como diz a tradução clássica, “abertamente”. A palavra alemã *Scheinheiligkeit* expressa muito adequadamente esse fenômeno religioso, no qual a mera ostentação já é hipocrisia.¹⁹⁴⁶

Dessa forma, de acordo com os ensinamentos cristãos, nem mesmo quem pratica a bondade pode perceber-se como praticante da boa obra, ou seja, da bondade, porque, se o fizer, deixa de ser bom. Além da frase acima, outra exprime o mesmo valor: “Não dês tuas esmolas perante os homens, para seres visto por eles”.¹⁹⁴⁷

Confirma-se a oposição da bondade ou da boa obra em relação ao espaço público a qual, portanto, não se caracteriza como ação. Essa, já visto, só se concretiza em um espaço público, plural, ou seja, entre e com outras pessoas e onde o homem, para existir, deve ser visto e ouvido por todos.

Nesse sentido, o conceito da ação exposto por Maria Carmem assemelha-se ao de Arendt que já registramos várias vezes, qual seja, para constituir-se uma realidade, os homens devem ter aparência, serem vistos e ouvidos por meio da ação e do discurso em um espaço público. Portanto, a ação não pode ser “ocultada” e nem “esquecida”. Para que a ação exista, esta deve ser “vista e ouvida” por todos os homens. Reforça-se, novamente, que a bondade não se encaixa no espaço público.

A empresária **Maria Auxiliadora Chaer Lopes**,¹⁹⁴⁸ em relação à ação social, disse participar e privilegiar a prática da responsabilidade social. Nesse sentido, ao ser questionada sobre as ações sociais praticadas citou:

A difusão do conceito de responsabilidade social como uma extensão do papel da empresa que deixa de ser apenas gerar lucro, pagar impostos, criar empregos e prover a sociedade com produtos e tecnologia, faz que ela seja vista como co-responsável pela promoção do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade na qual

¹⁹⁴⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 85.

¹⁹⁴⁶ Ibidem, p. 85.

¹⁹⁴⁷ Ibidem, p. 85.

¹⁹⁴⁸ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

está inserida, por meio de um relacionamento ético e transparente com os *stakeholders*, do respeito ao meio ambiente e da promoção dos interesses da sociedade.¹⁹⁴⁹

As ações sociais compõem e formatam a responsabilidade social que vem tentando minorar a grande desigualdade e distância existente entre o social e o econômico. Devido às mudanças no pensamento social, junto à uma conscientização tanto dos sujeitos quanto do universo empresarial em relação à diversos valores, provocou uma nova visão na administração empresarial.

As ações sociais, estruturadas no quadro da responsabilidade social estão transformando-se em uma importante estratégia para as empresas. Nesse sentido, afirmou Maria Auxiliadora:

(Estamos e vamos) trabalhar sobre assuntos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e melhoria na economia de nosso país. Uma outra coisa que estamos trabalhando muito é sobre a responsabilidade social nas empresas e desejamos fortalecer cada vez mais. Hoje você percebe que a maioria das empresas se preocupa com a responsabilidade social.¹⁹⁵⁰

Ao justificar a necessidade da responsabilidade social, Maria Auxiliadora enfatizou sua importância, refletindo uma preocupação com o seu entorno e com um mundo comum para todos. Em suas palavras:

O Brasil ainda é um país que está em crescimento, mas acho que esse crescimento deve se adequar à nossa realidade. Hoje o povo brasileiro está ficando mais pobre, o povo brasileiro está tendo mais dificuldade. Por que isso? Eu acho que a gente não tem nem que discutir muito, porque sabemos claramente as causas. Então, se as causas são essas, por que não buscar alguma solução, alguma facilitação para que o empresariado brasileiro cresça suas empresas, e que tenha um nível de desenvolvimento compatível ao que o Brasil necessita para minimizar esse desemprego, esses problemas todos que nós estamos vivendo? Eu creio que quando nós falamos aqui sobre tributação, problema da previdência, dessa grave crise que também o empresariado está passando é, conseqüentemente, de toda a sociedade brasileira. De uma certa forma, a classe empresarial está lutando por movimentos, por soluções, para que o Estado dê uma possibilidade de mudança, ou seja, se ele institucionaliza alguma lei, na verdade estamos buscando essa ação política também, não só para a classe, mas para que se torne nacional e em benefício para todos. Tem que viabilizar essa vontade do empresário crescer. Quer dizer, vamos viabilizar, vamos facilitar, não é? Mudando essas leis, trabalhando nesse sentido, para que haja um crescimento maior e que nós possamos trabalhar com mais tranquilidade e aumentar essas ofertas de emprego, porque a cada dia, mais elas estão sendo

¹⁹⁴⁹ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 68.

¹⁹⁵⁰ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

reduzidas, o que gera, hoje, a marginalidade e toda essa violência que estamos vivendo. E as principais causas disso tudo são o desemprego, a grande desigualdade social, as injustiças e o problema de educação básica. E a gente vê que a falta de educação e cultura leva a esses desajustes.¹⁹⁵¹

Percebe-se pelo discurso do depoimento, uma defesa da equidade entre os mais carentes e a defesa de direitos iguais para todos, no caso específico, o direito à educação. Trata-se, portanto, de uma questão de justiça para todos. Trazemos, nesse ponto, Viroli¹⁹⁵² que escreve que a justiça é o bem comum mais importante em uma sociedade e que são os valores que caracterizam uma república. Portanto, para os republicanos, o direito é uma condição estrutural,

[...] because it is only in a just republic that individuals do not have to serve the will of others and can live freely. The basis of the republic is therefore the very idea of equal rights or justice that communitarian philosophers try to enrich with a shared conceptions of moral good.¹⁹⁵³

Os direitos iguais, portanto, geram a justiça e sobre essa, Viroli ressalta que uma república verdadeira é aquela baseada na justiça, é uma realidade política concreta e não abstrata. A justiça é um bem comum construído e deixado por nossos antepassados que temos a obrigação de preservar e dar condições de continuidade para que as próximas gerações também possam viver com liberdade.

Essa mesma idéia de Viroli foi defendida por Maquiavel ao escrever sobre a característica da ação política e do bem comum, especificados nos capítulos 11 e 12. Verifica-se também a mesma concepção em Arendt ao definir o mundo comum porque, no fundo, tem o mesmo propósito. Lembramos ainda, dos autores Heller e Fehér,¹⁹⁵⁴ cuja concepção, já registrada, converge com a de Viroli e a de Arendt.

Continua Viroli dizendo que cada sociedade ou comunidade é particular, diferente, cada uma tem sua cultura, seus valores, seu caráter e sua história. Quando uma república tem como fundamento a justiça e a regra da lei, é possível a existência de valores como a amizade, a solidariedade e é onde os indivíduos sentem-se pertencidos. Em uma república é fundamental, ainda, que aqueles que governam e têm o poder de decisão atendam e desejem o

¹⁹⁵¹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁵² Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

¹⁹⁵³ [...] porque ele é o único em uma república justa a quem os indivíduos não tem que servir ao desejo de outros e podem viver livremente. A base da república é por essa razão, a idéia genuína de direitos iguais ou justiça que os filósofos comunitarianos tentam enriquecer com uma concepção compartilhada de bem moral. (Ibidem) (Tradução livre).

¹⁹⁵⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. A ética da cidadania e as virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

bem comum, não pelo fato de atender ou expressar o desejo do sujeito, mas porque, dessa forma, protege todos contra o poder arbitrário de outras pessoas. O que vale e conta nas instituições, reafirma Viroli, é sua capacidade e eficácia em não permitir ou em prevenir “[...] the arbitrary use of power.”¹⁹⁵⁵ Ainda sobre a liberdade, Viroli reforça:

The republican conception of political liberty approaches the democratic idea of liberty as autonomy of the will in that it, too, sees constraint as a violation of liberty; yet it is not identical, because it holds that the will is autonomous not when the laws or regulations that govern my actions correspond to my will, but when I am protected from the *constant danger* of being subjected to constraint. Republican political writers have never claimed that liberty consists of actions regulated by law (that is, accepted voluntarily) or of power to bestow rules or to follow only the rules we give ourselves; instead, they have claimed that the power to makes laws for ourselves – directly or through representatives – is the efficacious means (along with others) for living free, in the sense of not being subject to the arbitrary will of one or a few or many individuals. Action regulated by law is free, in other words, not when the law is accepted voluntarily, or when it corresponds to the desires of the citizens, but when the law is not arbitrary, that is, when it respects universal norms (when it applies to all individuals or to all member of the group in question), aspires to the public good, and for this reason protects the will of the citizens from the constant danger of constraint imposed by individuals and therefore renders the will fully autonomous. A law accepted voluntarily by members of the most democratic assembly on earth may very well be an arbitrary law that permits some part of the society to constrain the will of other parts, thus depriving them of their autonomy.¹⁹⁵⁶

Nesse sentido, Viroli tem a concepção de que a liberdade republicana é mais exata que a liberdade liberal ou que a democrática, porque essa é ausente de impedimento e de dominação, ou seja, de interferências constantes. O republicanismo, reafirma, abrange tanto a liberdade liberal quanto a democrática, “[...] we can say that liberalism and democracy are impoverished versions of republicanism”¹⁹⁵⁷.

¹⁹⁵⁵ “[...] o uso arbitrário do poder”. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p.52) (Tradução livre).

¹⁹⁵⁶ A concepção republicana de liberdade política trata a idéia democrática de liberdade como autonomia do desejo e vê também a coerção como uma violação da liberdade; contudo não é idêntico, porque ele sustenta que a vontade é autônoma não quando as leis ou regulações que governam minhas ações correspondem ao meu desejo, mas quando sou protegido do perigo constante de ser submetido à coerção. Escritores políticos republicanos nunca afirmaram que a liberdade consiste de ações reguladas por lei (isto é, aceita voluntariamente) ou do poder para aplicar regras ou para seguir somente as regras ditadas por nós mesmos; em vez disso, eles têm afirmado que o poder de fazer leis para nós mesmos – diretamente ou através de representantes – é o meio eficaz (junto com outros) de viver livremente, no sentido de não estar sujeito à vontade arbitrária de um, de poucos ou de muitos indivíduos. A ação regulada por lei é livre, em outras palavras, não quando a lei é aceita voluntariamente, ou quando ela corresponde aos desejos dos cidadãos, mas quando a lei não é arbitrária, que é quando ela respeita normas universais (quando se aplica a todos os indivíduos ou a todos os membros do grupo em questão), deseja o bem público e por esta razão protege a vontade dos cidadãos do constante risco de coerção imposta por indivíduos e assim traz o desejo completamente autônomo. Uma lei aceita voluntariamente por membros da maioria de uma assembléia democrática pode ser muito bem um lei arbitrária que permite que alguma parte da sociedade oprima a vontade de outras partes, assim privando-as de sua autonomia. (Ibidem, p. 42) (Tradução livre).

¹⁹⁵⁷ “[...] podemos dizer que liberalismo e democracia são versões empobrecidas de republicanismo”. (Ibidem, p. 43) (Tradução livre).

Viroli acrescenta as diferenças das interpretações dos autores Skinner e Philip Pettit em relação à liberdade republicana, cuja discussão, um pouco longa, não foi necessária para nossos propósitos. Para tanto sugerimos conferir Viroli.¹⁹⁵⁸

Ainda, Viroli afirma que Maquiavel defende o governo republicano, já assinalado anteriormente, porque nesse é possível a defesa da liberdade por ter a possibilidade de prever interesses particulares de domínio sobre a cidade, bem como da privação da liberdade política, sendo o bem comum necessário e observado somente nas repúblicas.

A lei é, para a liberdade republicana, uma condição primeira para que os cidadãos sejam livres e protegidos da submissão da vontade arbitrária de um ou poucos indivíduos. “The limitation that law imposes on the decisions of individuals differs from the limitation that an individual might arbitrarily impose on others: in the first case, we have obedience, in the second case, servitude”.¹⁹⁵⁹

Assim, a regra da lei concede a liberdade dos indivíduos porque é uma lei universal para todos, acima de vontades ou interesses de poucos ou do próprio governante. Portanto, reiteramos que a empresária Maria Auxiliadora, por meio de seu depoimento, enquadra-se na concepção de Viroli por defender leis que beneficiam todas as pessoas, contrapondo-se a um poder arbitrário. Ao defender a necessidade da oportunidade de emprego, denunciar as injustiças crescentes, a desigualdade social, as dificuldades de acesso à educação e à cultura, a empresária revelou sua consciência política, preocupação com os direitos dos sujeitos na sociedade e a liberdade que deve existir para e entre todas as pessoas. Verifica-se, ainda, que esses valores ressaltados não são praticados no espaço coletivo entre e por todos os indivíduos.

A empresária **Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza**,¹⁹⁶⁰ através de seu espaço associativo, o Lions Club-BH, do qual é Presidente, participa de ações sociais desenvolvidas pela entidade. Em suas palavras, Maria Carmem explicou-nos:

O Lions Club atua de acordo com a comunidade onde ele tem a sua ação. Quando a comunidade é muito pobre, muito necessitada, parte para um lado de assistência, mas nunca separada da promoção humana. Quando é nos Estados Unidos, por exemplo, nessa região existe muito a participação no sentido de prevenir contra o alcoolismo, as drogas, buscando recuperar pessoas. Como em outros lugares que tem também uma estrutura social muito boa, social e comunitária, é uma assistência que ajuda atuando na parte de educação, ajudando escolas, promovendo palestras,

¹⁹⁵⁸ VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 45-8.

¹⁹⁵⁹ “A limitação que a lei impõe sobre as decisões dos indivíduos difere da limitação que um indivíduo poderia arbitrariamente impor aos outros: no primeiro caso, nós temos obediência, no segundo, servidão”. (Ibidem, p. 54).

¹⁹⁶⁰ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

promovendo o civismo, porque temos muito essa preocupação. Quando viajamos para irmos a algumas convenções eu aproveito e faço o roteiro do caminho, principalmente quando a gente vai de ônibus e com muitas crianças, estudantes, filhos dos nossos sócios. E eu já vou explicando: “Essa passagem aqui é a Serra da Canastra”, e vou mostrando os pontos do mapa, com o mapa próximo. E para quem quiser ver melhor, eu faço um xerox e passo para eles. A viagem, por exemplo, torna-se uma atividade cultural, uma forma de educar. E todos ficam cientes do espaço que ocupam no mundo, para que possam entender a história, para que possam entender também o espírito de cidadania e desenvolvendo-o nas necessidades de cada espaço.¹⁹⁶¹

Maria Carmem enfatizou que os membros do Lions preocupam-se muito com a formação e a promoção do ser humano paralelamente às ações sociais. E ao ajudar nessa formação, estão contribuindo para uma conscientização cívica e política para as pessoas que passam pelo Lions, para que tenham noção e conhecimento de seus direitos e deveres, portanto, de cidadania. E, continuou Maria Carmem:

No Lions temos métodos, protocolos, regimes, que afastam alguns e cativam outros. O Código de ética é lindo, os objetivos do Lions são maravilhosos! É tudo o que o homem quer para conseguir a realização, quer dizer, eu digo o homem e a mulher que possuem uma visão ampla, de paz no mundo, de ação correta, de respeito uns aos outros, de ajudar a quem precisa dentro de suas posses e dentro de sua área. Tem também outras áreas que a gente colabora, temos um fundo que ajuda a quem tem problema de vista. Fazemos trabalhos e muitas campanhas visando essa ajuda e, que, às vezes, atinge não pessoas tão próximas, mas em qualquer catástrofe, em qualquer situação. É só acionar e com a comprovação de um uso correto da verba, a ajuda vem de outros Lions.¹⁹⁶²

Observa-se pelos depoimentos de Maria Carmem que as ações sociais praticadas abrangem diversas áreas: atividades educacionais e culturais voltadas para a formação do ser humano, pregando princípios e valores éticos, morais, de paz e de respeito ao próximo; recuperação de pessoas drogadas e alcoólatras, bem como de ações preventivas; ajuda às pessoas com dificuldades visuais e problemas diversos como de moradia, de vestuário, de comida, de saúde, de remédios e outros. Também, acrescentou Maria Carmem, existe uma ajuda com doações de cadeiras de roda aos paraplégicos; preparação profissional para as mulheres por meio do “Clube de Mães”; aulas de alfabetização de adultos três vezes por semana; aulas de artesanato e várias outras formas de ações sociais.

Por isso, verifica-se que a prática social do Lions Club, reforça Maria Carmem, não se restringe apenas à oferta de cestas básicas de vez em quando ou uma vez por ano que caracteriza-se como assistencialista. Além destas ações sociais citadas, Maria Carmem disse-nos:

¹⁹⁶¹ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁶² Ibidem.

Eu sou Presidente da “Academia Mineira de Leonística” que tem oito anos de atuação e foi formada, não só com a finalidade dos valores que entendem a literatura, de pessoas ligadas a *intelligenza*, como disse ontem o nosso presidente, mas que sejam também projetados em serviços à comunidade, em serviço paralelo ao Lions, no sentido de dar o reforço de uma comunicação mais, vamos dizer, erudita. É para colocar um trabalho de escrita, de comunicação, com esse lado. E para cativar pessoas, motivar e dar um sentido maior ao nível cultural dos clubes. Então, somos responsáveis pelo concurso que o Lions promove todo ano de “Instrução Leonística”, e quero este ano ampliar para que não seja especificamente só leonístico, para que haja interesse de outras pessoas, para se engajarem também no nosso trabalho.¹⁹⁶³

Explicou-nos Maria Carmem que a “Academia Mineira de Leonística”, com sede em Belo Horizonte, foi a primeira academia do Lions fundada no Brasil, no ano de 1995. Essa academia tem o propósito de receber todos os mineiros e mineiras que queiram dela participar. Por meio desse espaço, Maria Carmem provoca ações sociais e ações culturais, tendo em vista o objetivo de oportunizar às pessoas um conhecimento mais clássico de literatura, além dos concursos promovidos anualmente com esse fim. Como Presidente, por ter um campo de ação ampliado e poder de decisão, Maria Carmem está conseguindo iniciar mudanças significativas dentro de seu espaço, considerado tradicionalmente sexista.

A empresária **Maria Elvira Salles Ferreira**,¹⁹⁶⁴ por meio do “Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira”, promove várias ações sociais de cunho variados, tendo em vista essas abordarem projetos culturais e outros direcionados à questão da mulher. Em suas palavras disse-nos:

Eu tenho um trabalho voluntário hoje, em que, graças a Deus, e graças aos meus irmãos que também me apóiam, estou podendo dedicar-me às atividades culturais e sociais, inclusive, às atividades direcionadas às mulheres. Num primeiro momento, agora, estou dando uma arrumada na Universidade, levando esses projetos culturais e sociais lá para dentro. Num segundo momento, se Deus quiser, a médio prazo, eu pretendo trazer os nossos alunos, quer dizer, a chamada “extensão universitária” para, junto com a nossa Fundação, com recursos que nós poderemos buscar fora, fazer trabalho social e cultural em Belo Horizonte e em Minas Gerais e onde surgir oportunidade de desenvolvermos projetos.¹⁹⁶⁵

Além, portanto, de projetos futuros em andamento, como exemplo de ação social Maria Elvira criou o “Centro de Referência da Mulher e da Família” por meio da “Fundação Newton Paiva”, uma ação conjunta com a Clínica de Psicologia da Universidade Newton Paiva. O objetivo foi e é desenvolver, discutir e propor ações práticas para colaborar com a

¹⁹⁶³ SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁶⁴ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁶⁵ Ibidem.

não perpetuação da violência contra a mulher. Assim, o “Centro de Referência da Mulher e da Família” tem a finalidade de reafirmar a cidadania da mulher com o apoio de uma equipe multidisciplinar. As atividades realizadas pelo Centro como apoio e valorização da mulher, adolescentes e crianças são várias, dentre elas:

- Atendimentos psicológicos (psicoterapias individuais de crianças, adolescentes e mulheres que sofrem violência, psicoterapias de grupos e encaminhamentos para outros atendimentos necessários para a superação do problema); [...] – Atividades educativas socializadoras, que têm um princípio preventivo (palestras e cursos, programas culturais, campanhas educativas); [...] – Orientações jurídicas para as garantias dos direitos e da liberdade individual; [...] – Atividades que visem à saúde e ao bem-estar físico das pessoas (atendimento em Nutrição, Farmácia e Fisioterapia).¹⁹⁶⁶

Por meio do “Centro de Referência da Mulher e da Família”, Maria Elvira viabiliza uma proposta de abertura de um espaço para que as mulheres possam vivenciar um processo e uma oportunidade de autoconhecimento, autodescoberta, valorização da auto-estima, vistas como condições necessárias e indispensáveis para que se tornem sujeitos ativos, participativos e capazes de uma transformação.

A violência intrafamiliar em relação à mulher, às crianças e aos adolescentes foi sempre uma preocupação e projeto de Maria Elvira, percebida em várias passagens de seus depoimentos.

Tais práticas, conforme fonte do Centro de Referência da Mulher e da Família “[...] é inaceitável, pois fere os princípios e garantias fundamentais dos direitos humanos, que são o direito à vida, à liberdade e à segurança”.¹⁹⁶⁷

Ainda, Maria Elvira promove vários eventos, encontros, seminários, comemorações e outros. Para ilustrar, citamos uma das comemorações realizadas – o “Dia Nacional da Mulher” –, com o objetivo de, nesse dia e nesse espaço, debater e refletir sobre questões femininas, combater a desigualdade de gênero e ajudar na conquista da cidadania. Atualmente, uma das questões mais debatidas diz respeito à violência doméstica.

Nessa comemoração, Maria Elvira prestou uma homenagem à feminista Jerônima Mesquita, nascida em Leopoldina, Minas Gerais, em 30 de abril de 1880. Jerônima viveu algum tempo na Europa e retornou ao Brasil no início do século XX, enfrentando a cultura vigente contrária às mulheres. Por isso, as feministas criaram o “Dia da Mulher” através da lei 6.791 em 1980, sancionada pelo Presidente João Figueiredo. No ano de 2002 foi promulgado

¹⁹⁶⁶ FOLDER do Centro de Referência da Mulher e da Família. Belo Horizonte/Clinica de Psicologia Newton Paiva, 2006.

¹⁹⁶⁷ Ibidem.

o Decreto Legislativo 107, que aprovou o texto de protocolo facultativo à convenção sobre a eliminação de todas as formas de “Discriminação Contra a Mulher”, assinado pelo governo brasileiro em 2001, na sede da ONU. Observa-se, novamente, que, por meio de movimentos, organização ou mobilização, que promovem debates e lutam em torno de uma causa, antes, de caráter social, há a possibilidade de transformar-se em uma ação política, conforme a concepção de Heller e Fehér,¹⁹⁶⁸ já exposta anteriormente.

Além das ações sociais no espaço da “Fundação Newton Paiva”, Maria Elvira por meio dos “Conselhos da Mulher Empreendedora” participa e realiza, junto às afiliadas, várias e diversas ações sociais, sendo impossível citá-las aqui, devido, inclusive, ao espaço que demandaria.

A empresária nos revelou a sua preocupação com as demandas atuais da sociedade, marcadas pela grande desigualdade social e injustiça que a permeia. Em consonância com a concepção do que sejam as virtudes cívicas, Maria Elvira citou:

O lucro faz parte da empresa, mas eu digo assim: a mulher olha o dinheiro, mas ela olha muito o que pode fazer com aquele dinheiro para minorar o problema social para atender a criança que está na rua com nariz escorrendo; com a barriga cheia de verme; que está sem mãe. Ela se preocupa com a família dos desempregados que estão passando fome e que não tem comida para fazer dentro de casa. Ela preocupa-se com a fila na porta do hospital, gente que morre na fila; gente que não tem acesso à consulta. Ela preocupa-se com o idoso que está em asilos, verdadeiros depósitos de velhos.¹⁹⁶⁹

Paralela às características das virtudes cívicas presentes no depoimento, observa-se uma valorização da capacidade da mulher em relação aos problemas da sociedade.

As virtudes cívicas, já definidas, são relacionadas entre si. Por isso, pelo depoimento, a preocupação e o conhecimento de várias delas podem ser detectadas: as injustiças presentes na sociedade; a solidariedade, para melhorar a vida do outro; a justiça, pelo respeito aos direitos das pessoas; a tolerância, pelo respeito às diferenças, além de Maria Elvira apresentar a coragem cívica, pelo fato de estar defendendo e lutando por uma causa que julga justa e a virtude intelectual da participação no discurso público.

Passamos à empresária **Virgínia Paletta Câmara Stephens**,¹⁹⁷⁰ Vice-Presidente da “Fundação AC MINAS”, que existe há mais de 10 anos. O exercício atual deste cargo iniciou-

¹⁹⁶⁸ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁹⁶⁹ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁷⁰ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

se em 2003. Por meio dessa Fundação, Virgínia Câmara revelou que desenvolve, no momento, dois projetos sociais:

A gente fez o primeiro projeto ligado à pastoral da criança em um bairro. É a comunidade São Bernardo, atrás da Pampulha. Lá nós damos assistência. Todo mês visitamos e levamos recursos que a comunidade listou para nós no início do ano. Estamos levando aos poucos.¹⁹⁷¹

Esse projeto está ligado à uma ação da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), referente a um trabalho de assistência à criança de 0 a 6 anos. As crianças são atendidas ainda dentro do ventre da mãe até completarem 6 anos. Afirmou Virgínia Câmara:

Todo mês pesamos as crianças e nós vamos sempre no dia da celebração do peso, ajudando no acompanhamento da saúde e para controle da desnutrição. Para enriquecer a alimentação acompanhamos as instruções no preparo de alimentos complementares, como ensinar a fazer farinha com farelo, com a casca do ovo, por exemplo, e outros produtos reaproveitáveis.¹⁹⁷²

A Fundação, explica Virgínia Câmara, está ajudando na aquisição de brinquedos para as crianças e fogão para colaborar com o ensino de culinária. São oferecidas aulas práticas às mães e conhecimentos de nutrição para benefício das crianças. Ajudam também com outros equipamentos necessários para um melhor funcionamento das atividades desenvolvidas na comunidade.

Além desse, a Fundação desenvolve outro projeto, que é a confecção de cartões de natal vendidos aos associados. O objetivo é arrecadar fundos para dar suporte e autonomia à Fundação. Para os projetos, Virgínia Câmara afirmou que buscam também ajuda por meio de parcerias, exatamente para “ajudá-los a ajudar os outros”:

Buscamos parcerias. Nós criamos o “Selo Empresa Cidadã”, comercializamos esse selo e o “Kit Cidadão”. O “Kit” é uma sacolinha onde tem uma revista, um Cd. É alguma coisa que todo mundo compra e toda a verba é revertida para a Pastoral. Outra forma de contribuição foi realizada pelo Diretor da Associação Comercial – BH, Carlos Cotta, que por ocasião da festa de seu aniversário foram vendidos ingressos como forma de adesão e a renda foi toda revertida para a Pastoral. É um exemplo de como vamos conseguindo ajuda.¹⁹⁷³

As parcerias ocorrem, afirmou Virgínia Câmara, com pessoas físicas ou empresas privadas, mas nunca com o governo. Esse, em qualquer esfera, nunca contribuiu ou contribui,

¹⁹⁷¹ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁷² Ibidem.

¹⁹⁷³ Ibidem.

pelo menos até o momento, com a Fundação. Essa consegue manter-se em funcionamento por meio de seus associados e das parcerias já citadas.

O Conselho Consultivo da Fundação compõe-se de trinta associados, dentre os quais três são mulheres. No entanto, os mais atuantes, excetuando Virgínia Câmara, são apenas duas mulheres e dois homens: Nilza Dorothea¹⁹⁷⁴ (ex-membro do “Conselho da Mulher Empreendedora); Márcia Pace¹⁹⁷⁵ (ex-vice-presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora” na gestão em que a própria Virgínia Câmara foi Presidente), Jorge e Dr. Charles. As reuniões são realizadas todas as quartas-feiras, com o apoio de uma secretária. Nessas reuniões, as metas e os objetivos são propostos e distribuídos. Afirmou Virgínia Câmara: “A Fundação estava um pouco parada, mas nós estamos reiniciando. Eu penso que a minha ‘sina’ é sempre começar de novo. Eu gosto de puxar, de romper paradigmas, quebrar inércias. É o que estamos fazendo, quebrando inércias dentro da Fundação”.¹⁹⁷⁶

Ressaltamos a expressão citada por Virgínia Câmara sobre a iniciativa de reativar a Fundação – “começar de novo”, ou seja, uma ação que propõe um começo novo, indo de encontro ao que Arendt escreveu sobre a capacidade de ação ou de agir dos homens. Afirmar Arendt:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. [...] Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre os iguais.¹⁹⁷⁷

Verifica-se, portanto, a semelhança do depoimento de Virgínia Câmara em relação à sua iniciativa com o pensamento de Arendt sobre o início de algo novo, ou seja, de uma ação. Observa-se também o papel de liderança, fundamental na esfera pública para que as ações aconteçam, lembrando-nos aqui de Schumpeter,¹⁹⁷⁸ já comentado.

Além desses projetos desenvolvidos no espaço da Fundação, Virgínia Câmara realiza um outro, individualmente, sendo membro participativo da mesma forma do espaço público.

¹⁹⁷⁴ Informou-nos Virgínia Câmara que Nilza Dorothea é empresária no ramo da Indústria – “Socimil”.

¹⁹⁷⁵ Márcia Pace, segundo Virgínia, é empresária na área do Turismo – “Pace Turismo”.

¹⁹⁷⁶ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁷⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 191.

¹⁹⁷⁸ Cf. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

Segundo Virgínia Câmara: “Os canteiros aqui de Belo Horizonte são adotados por empresas privadas. Eu, particularmente, adoto esses canteiros aqui (perto da empresa). Pago do meu bolso para cuidar dos canteiros”.¹⁹⁷⁹

Virgínia Câmara declarou que buscará uma forma de reverter o que paga de Imposto sobre Serviço – ISS para o gasto no cuidado dos canteiros:

Nós vamos ver e tentar se a gente faz alguns fóruns com o governo, vereadores ou quaisquer autoridades responsáveis, discussões e propostas para reverter o ISS para a manutenção de praças e canteiros da cidade. Esse é um projeto da Fundação para o ano que vem, que é criar uma lei para isso.¹⁹⁸⁰

Pelo depoimento, observa-se que uma ação social individual poderá transformar-se em uma ação política pelo fato do questionamento, do discurso ou a fala da ação ser travada em um espaço público *entre e com* outros e orientada ao Estado, ao propor uma lei que terá consequências no espaço público mais amplo, ou seja, para todos. Tanto a lei poderá abranger todos na forma de execução, como o benefício poderá estender-se para o coletivo.

Verifica-se, ainda, a prática política da mediação no depoimento de Virgínia Câmara, ao dizer que buscarão os vereadores ou outros responsáveis na articulação com o poder decisório. Claro está, também, a noção do poder da união dos indivíduos em uma organização, semelhante a Arendt.¹⁹⁸¹ A Fundação, bem organizada, tem poder e credibilidade para questionar e reivindicar seus interesses frente ao poder estatal, com poder de opinião pública perante a sociedade e Estado também.

Confirma Arendt: “O único fator material indispensável para a geração de poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes,[...]”.¹⁹⁸²

Nesse sentido, o poder, por meio da convivência do grupo organizado e por meio da consciência política de perceber esse poder por meio da organização, vale mais que qualquer força material.¹⁹⁸³ Assim, a consciência pública e a noção desse poder foram detectados no depoimento de Virgínia Câmara.

¹⁹⁷⁹ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁸⁰ Ibidem.

¹⁹⁸¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 213.

¹⁹⁸² Ibidem, p. 213.

¹⁹⁸³ Cf. Ibidem.

A empresária **Vitória Dias**,¹⁹⁸⁴ a partir do espaço da empresa Santa Bárbara, ressaltou a ação social inserida na questão da responsabilidade social. Sobre o motivo dessa, dentro da empresa, afirmou:

Acho que podemos observar isso de vários ângulos. Primeiro, temos uma “realidade Brasil”, específica, uma sociedade carente. Há muita coisa a ser feita na área social porque o nível de miséria é absurdo e acho que os empresários perceberam isso. E, não só os empresários, mas a sociedade civil também percebeu que tem que ser parceira do Estado, porque ele não vai resolver isso sozinho. E isso é uma especificidade do Brasil, dos países em desenvolvimento e dos países não desenvolvidos. Mas a responsabilidade social corporativa não é um fenômeno restrito aos países onde você tem a pobreza, a miséria e uma sociedade carente. É um fenômeno que acontece no mundo corporativo como um todo, inclusive, no Primeiro Mundo. Acho que há uma consciência dos empresários, dos acionistas das empresas, no sentido de tornar um mundo melhor, socialmente mais justo. E a gente vê esse movimento também nas multinacionais. E essa responsabilidade social se desdobra em várias dimensões – você tem isso na dimensão social, em relação ao meio-ambiente, em relação ao impacto que os negócios geram no meio-ambiente, de como desenvolver o mundo de uma maneira mais sustentável. Acho que é uma reflexão que permeia todas as organizações. E isso decorre de uma pressão da própria sociedade civil, no sentido de que o mercado consumidor está buscando produtos mais éticos, serviços que geram menos impacto ambiental, empresas que se comprometam com a comunidade onde ela está atuando. É um pouco uma resposta a essa organização, a essa pressão, a essa demanda na sociedade civil. É um fenômeno complexo.¹⁹⁸⁵

Observa-se pelo depoimento de Vitória Dias vários temas que, se desdobrados, não caberiam neste estudo. A noção do seu entorno e as preocupações em relação à ele são inúmeras. Primeiramente, a questão da desigualdade social acarretada pela desequilibrada distribuição da renda; em segundo, a omissão, a inoperância e o desmonte do Estado brasileiro frente às necessidades básicas para uma existência minimamente digna; terceiro, a questão da responsabilidade social adotada por várias empresas no mundo todo e não somente em países pobres. E, quarto, repetimos, a “[...] consciência [...] no sentido de tornar o mundo melhor, socialmente mais justo [...] de como desenvolver o mundo de uma maneira mais sustentável”.¹⁹⁸⁶

Esses temas, a nosso ver, são os que estão exigindo maior análise e reflexões. A consciência, por exemplo, é imprescindível para uma mudança que é necessária em nossa sociedade e vem ao encontro de verdadeiros valores republicanos e à responsabilidade cívica.

Como exemplo, outro trecho do depoimento da empresária Vitória Dias continua revelando-nos a sua percepção dos valores que caracterizam o espírito republicano:

¹⁹⁸⁴ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁸⁵ Ibidem.

¹⁹⁸⁶ Ibidem.

Todos em uma sociedade devem ter um interesse pelo bem público, pelo bem-estar. As pessoas estão precisando rever seus conceitos. Se você pensar numa sociedade mais desenvolvida, ou mesmo no caso do Brasil, das pessoas que tem acesso às coisas, elas estão percebendo que isso não é tudo, que isso não deixa ninguém feliz. A pessoa busca isso até para ela se sentir melhor. Acho que a motivação não é a culpa, mas a motivação é um desenvolvimento, uma motivação individual mesmo. Eles estão vendo que não adianta “Você ter tudo”. É uma responsabilidade de ter que participar e ajudar por uma questão de dever. Mas, no Brasil, penso também que há uma dívida, porque aqui, a classe que tem recursos a classe alta, o empresariado, a elite brasileira, eles têm, sim, uma dívida, porque há uma distribuição de renda absolutamente injusta. Então, penso que temos as duas coisas, ou seja, uma responsabilidade cívica e uma responsabilidade moral.¹⁹⁸⁷

Ao enfatizar a responsabilidade de todos os cidadãos e, principalmente, a sua, em relação ao bem coletivo, à boa vida ou à felicidade de todos, à participação da vida pública como dever cívico ou obrigação política, à justiça, no tocante à grande desigualdade na concentração de renda e, portanto, aos direitos, dentre outras denúncias, fica evidente o conhecimento das virtudes cívicas.

No entanto, a aplicação dos valores republicanos na prática do dia-a-dia não ocorre no espaço coletivo, isto é, para toda a sociedade. Apesar do conhecimento ou a percepção desses valores que caracterizam o espírito republicano, não somente nos depoimentos de Vitória Dias, mas também de boa parte das empresárias, a prática cotidiana desses valores ainda não é concreta para todas as pessoas. Alguns deles ocorrem efetivamente e somente no espaço empresarial, setorizado, para um determinado número de pessoas específicas. Vitória Dias acrescentou, inclusive, a grande omissão desses valores na própria sociedade brasileira.

A empresária afirmou que, devido à desigualdade, a dívida moral ou a culpa existe na consciência de um grande número de pessoas como consequência dessa injustiça. Caso a responsabilidade civil existisse entre as pessoas na sociedade, a injustiça não existiria, tendo em vista o senso da responsabilidade de justiça e dos direitos. Mesmo que não haja a *igualdade econômica* para todos, porque no nosso sistema vigente isso é impossível, a distribuição da renda não pode ser ou não deveria ter alcançada um nível de desigualdade e injustiça tão grande. Lembramos aqui da percepção da igualdade *relativa* de Aristóteles,¹⁹⁸⁸ já comentada.

Mesmo em uma sociedade capitalista pode existir a justiça. Nesse sentido, afirma Viroli¹⁹⁸⁹ que não existe nenhuma crítica ou desacordo sobre a sociedade comercial em nenhuma obra ou escrito republicano clássico. Aliás, encontra-se até em abundância a

¹⁹⁸⁷ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁸⁸ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

¹⁹⁸⁹ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

apologia ao comércio, aos centros de troca e venda, às instituições financeiras e ao espírito empreendedor.¹⁹⁹⁰ Dessa forma, o espírito republicano com suas virtudes cívicas e dignidade, é possível em um sistema econômico capitalista, no qual a desigualdade econômica é uma de suas essências. Não obstante, repetimos, essa desigualdade deveria e poderia ser de uma forma menos injusta, menos distante, em que os direitos, apesar das diferenças econômicas, sociais, étnicas, culturais ou políticas, são iguais para todos os cidadãos.

De acordo com Viroli, existe uma base moral e uma base política que diferencia a visão do cidadão sobre sua participação política.

Sobrepondo ao nível político, os pensadores iluministas da Enciclopédia, tais como Voltaire, Rousseau, Diderot, d'Àlembert, em meados do século XVIII, trouxeram uma nova concepção da vida ancorada na moral republicana.

Ressaltamos que, independentemente de defesas ideológicas ou capitalistas neoliberais ou socialistas, a possibilidade de uma mudança mais imediata deve ser pensada baseada na realidade concreta e com viabilidades reais.

No entanto, algumas críticas existem sobre o paradoxo da responsabilidade social no campo empresarial, onde, a princípio, o mais importante seria o lucro, o ganho ou a acumulação. Nessa direção, afirma Garcia:

Caminha-se [...] diante de uma tênue linha entre o verdadeiro *interesse* social e o mercadológico *interesse financeiro*. [...] longe de uma mera busca apenas por vantagens econômicas, nota-se uma preocupação [...] em demonstrar que as atividades empresariais socialmente responsáveis estão inseridas num contexto mais amplo, ainda que capitalista, no qual devem-se fomentar o desenvolvimento e a transformação da sociedade.¹⁹⁹¹

Com a responsabilidade social, a crítica ao paradoxo surgiu devido à oposição entre a racionalidade presente nas empresas ou organizações e outra baseada em valores éticos e de justiça.

Segundo Lima,¹⁹⁹² a “racionalidade instrumental”, característica tradicional, objetiva somente lucros, o foco é direcionado para o mercado e extremamente individualista ou egocêntrica. A outra, chamada de “racionalidade substantiva” tem como objetivos o

¹⁹⁹⁰ VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 31.

¹⁹⁹¹ GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade Social Empresarial, Estado e Sociedade Civil: o caso do Instituto Elhos. In: *Responsabilidade Social das Empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 29.

¹⁹⁹² LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit.

comportamento ético, preocupa-se com uma sociedade ancorada na justiça social e com o bem comum. Em relação a essa dicotomia, Lima cita Serva que explica:

A ação racional substantiva [...] na dimensão grupal, se refere ao entendimento, nas direções das responsabilidades e satisfações sociais. [...] Do mesmo modo, a partir dos trabalhos de Guerreiros Ramos e de Habermas em perspectiva de complementaridade, definimos a ação racional instrumental e seus elementos constitutivos como: ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização de lucros disponíveis.¹⁹⁹³

A dicotomia também foi levantada por Jones, também citado por Lima, que apontou as diferentes visões, separando-as em duas linhas: “linha-ética” e “linha-instrumental”. Reforçou que na “linha-ética” prevalecem ações de cunho moral, ético e religioso, e na “linha-instrumental”, os objetivos voltam-se para os benefícios econômicos da empresa, para a competitividade e ganhos. Com muitas discussões para tentar-se resolver as duas formas, os autores Schommer e Fischer, também citados por Lima, vêm apontar a mesma dicotomia e a força do mercado. Citam os autores:

Quanto à relação entre organizações do mercado e do terceiro setor, uma discussão importante refere-se à lógica que fundamenta os dois setores, que é, a princípio, contraditória. O que caracteriza o terceiro setor é a lógica da solidariedade, do voluntarismo, da cooperação, do bem comum. Mas, na execução de suas atividades e na competição por recursos, a lógica tem se aproximado do mercado. Termos como eficiência, eficácia, gestão e competitividade são cada vez mais incorporados às práticas do terceiro setor. A lógica do mercado é a lógica da sobrevivência do mais forte, do lucro, da competitividade, da troca, que gera exclusão.¹⁹⁹⁴

Após essa tendência de Schommer e Fischer, o autor Serva, novamente citado por Lima, chega à conclusão de que não existe uma racionalidade apenas para a prática das ações sociais ou da responsabilidade social empresarial. Serva afirma que existem a “racionalidade instrumental” e a “racionalidade substantiva”. Em outros termos, tanto a empresa busca produtividade, maximização dos lucros, maior rentabilidade, eficiência e outros e, ao mesmo tempo, busca colaborar nas questões sociais com um comportamento ético, de sustentabilidade, com atitudes solidárias, com preocupações quanto à qualidade de vida, meio

¹⁹⁹³ SERVAS, 1977, p. 22 apud LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 131.

¹⁹⁹⁴ SCHOMMER & FISCHER, 1999, p. 115 apud LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 132.

ambiente, com os recursos disponíveis e renováveis, enfim, com os problemas e questões sociais da comunidade ou sociedade na qual está inserida.

Para corroborar com sua conclusão, Lima reescreveu pesquisas desenvolvidas por Servas em algumas empresas, comprovando que, na realidade do dia-a-dia, existem as duas racionalidades, ou seja, a instrumental e a substantiva.

Também comprovando a afirmativa de Servas, em nosso estudo, tivemos a revelação e confirmação das práticas das duas racionalidades. Tendo em vista que as ações sociais foram constatadas – com todas as características que lhe são peculiares – e a busca e o interesse pelo lucro – com todas as suas características –, a realidade mostrou-nos que estão funcionando concomitantemente. Enfatizando essas concepções a empresária Vitória Dias declarou:

Eu acho que o mercado está buscando empresas mais responsáveis. Durante muito tempo, o desenvolvimento e o crescimento das empresas eram direcionados somente para o resultado econômico-financeiro. Era como se elas não tivessem nada a ver com o impacto que elas geravam na sociedade. Então, fez-se muito estrago, o homem agrediu muito o meio-ambiente que está muito degradado e o país muito explorado. Enfim, tem muito efeito negativo dessa ação empresarial mais voltada para o resultado econômico-financeiro como se ela não tivesse nada a ver com o que ela gerasse. Acho que hoje o mercado está dizendo não a esse tipo de prática. Do contrário, ela não estaria procurando essa imagem. Se ela não estivesse valorizando isso, provavelmente não estaria atuando assim. Hoje, é uma empresa mais cidadã.¹⁹⁹⁵

Na direção do depoimento de Vitória Dias, comentam Clegg e Hardy¹⁹⁹⁶ que, recentemente, as práticas e a teoria das empresas e organizações vêm mudando substancialmente devido às inovações mercadológicas, à grande diversidade e fluidez. Para muitos estudiosos dessas organizações, realmente nota-se uma certa explosão de uma mudança de consciência mais reflexiva em relação aos velhos paradigmas, em que somente o lucro era o objetivo final. Citam, inclusive, que essa consciência reflexiva pode ser apontada como o evento mais significativo das últimas décadas.¹⁹⁹⁷ Nos últimos trinta anos houve grandes mudanças no interior das organizações, bem como de novas abordagens e conceitos. Para que as empresas sejam bem-sucedidas deve-se investir tanto nas novas relações externas como internas, reconfigurando as práticas burocráticas ou puramente racionais para novas práticas baseadas também em relacionamentos. Citando Galbraith, Clegg e Hardy escrevem que:

¹⁹⁹⁵ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

¹⁹⁹⁶ CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*.

Op. cit.

¹⁹⁹⁷ Ibidem, p. 45.

[...] As empresas têm que se mover de centros de lucro únicos para unidades de mensuração de lucros múltiplos. Nas unidades de negócios, as decisões da administração geral têm que se mover para as equipes de contato direto com o produto, projeto ou consumidor.¹⁹⁹⁸

Além dessas várias mudanças que vêm ocorrendo em relação ao lucro aliado às práticas sociais, a empresária Vitória Dias comentou sobre as mudanças que estão acontecendo também em relação à forma que essas práticas sociais estão sendo vistas. Nessa direção, afirmou que a filantropia tradicional no interior das empresas está sendo superada:

Eu acho que a responsabilidade social corporativa é uma coisa que está evoluindo porque as ações a nível de filantropia e de caridade desenvolvidas por algumas empresas estão acabando pela mudança de uma consciência mais política. E nesse sentido, são ações que não estão lincadas com o negócio da empresa, “eu vou lá e ajudo uma creche, ou qualquer outra coisa”. Mas quando pensamos numa responsabilidade social corporativa mais estratégica como, por exemplo, no caso de uma obra, do projeto de uma obra, você está pensando nesse projeto como um todo. Não é só atender o seu cliente, é também estar ciente de quais são os impactos que você está gerando naquela comunidade; de como lidar com os funcionários que estão envolvidos nesse projeto; qual a resposta que você dará aos acionistas da empresa ou o resultado que você irá gerar para os acionistas. Não é só o resultado econômico-financeiro, mas também em relação ao valor da marca, a reputação da empresa, a imagem da empresa. Então, é disso que eu estou falando quando coloco “responsabilidade social corporativa”. Isso faz parte da estratégia da empresa, das suas escolhas, em que mercado ela vai atuar, em que projeto ela vai entrar, e como ela vai conceber esse projeto. Então, no caso de uma obra, a gente tem que pensar desde o projeto. Por exemplo, se você vai fazer um prédio, você deve pensar em tudo: se vai consumir muita energia, qual é o nível de consumo de recursos não renováveis, qual o impacto que vai gerar na comunidade, no meio ambiente, o que você vai fazer com o entulho, como cuidar do barulho que essa obra vai causar; e quanto às pessoas que estão trabalhando ali, se elas vão estar seguras, se elas vão estar crescendo, se elas vão estar aprendendo, e que tipo de retorno isso tem para o funcionário, se elas estarão sendo bem remuneradas. Enfim, há várias dimensões que precisam ser consideradas, em se tratando desse projeto. É um desafio. E isso não acontece em todos os projetos, porque em alguns casos, o cliente não está interessado, ele não te reconhece por isso. Então, é um desafio. No caso da Santa Bárbara é um desafio. Cada projeto é um projeto diferente, o que você aprende com um, você passa para o outro. Eu acho que essa questão da responsabilidade social, de sustentabilidade, é um processo contínuo, infinito. [...]. Penso que isso tudo é ligado à sociedade, ao meio e ao universo. Claro que existem empresas que só enxergam o lado de fora da empresa. Quanto a essa ação, você recebe o resultado tanto dentro quanto fora da empresa. A gente está falando de uma empresa cidadã.¹⁹⁹⁹

Conforme o depoimento de Vitória Dias, as novas percepções e propostas de mudanças estão em um processo de construção. Por isso, reafirmamos, não podemos dizer que o espírito republicano exista concretamente entre todas as empresárias para o espaço coletivo, tendo em vista que essas práticas ancoradas nesses valores não são realizadas para

¹⁹⁹⁸ GALBRAITH et al apud CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Op. cit., p. 41.

¹⁹⁹⁹ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

toda a sociedade e, sim, em alguns espaços públicos delimitados. Segue dizendo Vitória Dias que a filantropia tradicional, apesar de ainda ser usada e ser uma ajuda paliativa, já está sendo superada pela maioria das empresas. Atualmente, a filantropia praticada em grande parte das empresas recebe o nome de *filantropia empresarial e solidariedade corporativa*, cujos termos remetem à uma mesma idéia de caráter religioso. *A priori*, aparece a noção de que a empresa e cada uma das pessoas têm o interesse de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar do próximo.

Complementando essa visão sobre as mudanças de percepção no interior das empresas em relação à prática da ação social e, mais especificamente, em relação à ação social filantrópica, Vitória Dias faz uma crítica de acordo com os argumentos:

Penso que a filantropia é válida, claro. Mas o único porém da filantropia é que ela é de curto prazo, ela não se renova. Você vai ali, ajuda e aquilo não se renova. Mas claro que é válido. É uma ajuda. Tudo é válido se você está preocupado com o outro, se você está querendo ajudá-lo, se você está incomodada com a sua dor, com a infelicidade desse outro. Mas se você pensa no projeto de uma empresa, de uma ação mais a longo prazo, você pode fazer mais do que isso. E que você tenha projetos, que se renovem, que cresçam, que se desenvolvam, em que as pessoas parem de precisar de sua filantropia. Essa é apenas uma questão. Devemos agir no espaço da sociedade, da comunidade, e ter a consciência de que você está inserido nesse espaço público e que suas ações não se restringem a um universo fechado. Ação social para mim é isso, suas escolhas, suas iniciativas, seus projetos, sua vida, enfim. É ter essa consciência cívica. E devemos pensar em seus desdobramentos, uma dimensão social onde você vai tentar implementar uma mudança a nível institucional. E acho que se não tiver esse retorno, isso nem se viabiliza. E se esse negócio tem que ser perene, durável, ele tem que se viabilizar também economicamente, porque, senão, como é que você vai fazer? Você vai para lá e depois vai morrer? Então, acho que são os dois lados da mesma moeda.²⁰⁰⁰

A filantropia empresarial deve ser *responsável*, segundo Orchis, Yung e Morales, o que significa ter um comprometimento real e constante, caracterizando-se por doações de recursos financeiros, materiais e humanos às instituições e à comunidade. No Brasil, entretanto, nem todas as empresas levam esse comprometimento a sério, tendo em vista que muitas delas fazem doações espontâneas ou esporádicas, isto é: “[...] sem planejamento, orçamento prévio, monitoramento ou avaliação, estando baseada em fatores humanistas e religiosos e, principalmente, no fato de a realidade econômica e social brasileira constituir uma ameaça para a prosperidade da empresa”.²⁰⁰¹

²⁰⁰⁰ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁰¹ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 61.

Essa forma de filantropia tradicional, sem comprometimento, ainda está enraizada na sociedade brasileira e estende-se também ao ambiente empresarial, cujas origens remontam ao século XIX no esforço de separar as esferas privada e pública entre homens e mulheres. De acordo com Perrot,²⁰⁰² nesse século, apela-se para as “construídas” qualidades das mulheres no interesse de todos e seu poder no espaço privado é valorizado e exaltado.

Em relação à filantropia e sua ligação inicial com as mulheres, afirma Perrot:

É bom limitar seus poderes, seu domínio; conter sua influência; mas também utilizar o imenso potencial que elas representam, não somente no âmbito doméstico; *mas cada vez mais no social pela filantropia, depois pelo trabalho social*. Por isso, todo um arsenal jurídico, educativo, e uma organização racional da sociedade cuja teoria das esferas (pública e privada) é uma das formas mais elaboradas. [...] Sobretudo na segunda metade elas são exortadas a exercer seu poder para fora: *regular os costumes e as desigualdades pela filantropia*, gestão privada da “questão social”. Certos setores lhes são devolvidos: as crianças, os doentes, os pobres... *Elas serão as pioneiras do trabalho social*.²⁰⁰³

O século XIX, segue dizendo a autora, crê e cria capacidades morais nas mulheres, acentuando a moral como um dever religioso. As práticas piedosas estão ligadas à instrução. “Os laços entre as mulheres e religiões são antigos, poderosos, ambivalentes. Sujeição e liberdade, opressão e poder estão superpostos de maneira quase indissolúvel”.²⁰⁰⁴

Confirma Hall²⁰⁰⁵ que no século XIX, na Inglaterra, por exemplo, protestantes ou evangélicos²⁰⁰⁶ e utilitaristas prestaram-se a um grande esforço para moralizar os pobres por

²⁰⁰² PERROT, Michele. Poder dos homens, potência das mulheres? O exemplo do século XIX. *Cultura Vozes*. n. 1, jan./fev./1995.

²⁰⁰³ Ibidem, p. 9 (grifos nossos).

²⁰⁰⁴ Ibidem, p. 9.

²⁰⁰⁵ HALL, Catherine. Sweet home. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Direção). *História da vida privada*. v. 4. Op. cit.

²⁰⁰⁶ Os evangélicos ou protestantes fizeram um movimento reformador no interior da Igreja Anglicana desde fins de 1770 para reformular novos valores e as relações entre homens e mulheres, com a liderança de Willian Wilberforce e Hannah More. Desejavam revitalizar a vida inglesa e atingir a alta burguesia, primeiramente. Pregavam a fé e a crença no cristianismo para transformar o indivíduo em uma nova pessoa em Cristo. Uma nova vida começava a partir de cada um com uma visão de transformar a sociedade inteira. Desejavam pôr ordem, inicialmente, na própria casa pela palavra divina buscando atingir o maior número de pessoas. Esse movimento justifica-se pela onda de medo e pânico ocorrido na França durante a Revolução Francesa entre as classes altas. Por isso, propunham uma mudança nos costumes, nos hábitos e na moral para que não ocorresse na Inglaterra o que havia ocorrido na França. A fé individual era o cerne da religião e os cristãos deviam viver uma vida cristã. O mundo dos negócios, dos homens, era menos propício a essas práticas cristãs do que o mundo doméstico, por isso, à medida que as atividades domésticas eram mais reservadas às mulheres, essas eram vistas como as mais adequadas para desenvolverem as práticas cristãs. Os protestantes viam a família como o centro da luta para transformar os costumes, os hábitos e a moral. Com essa mesma visão juntaram-se aos protestantes anglicanos outras religiões como os metodistas, batistas e independentes. Esses eram contra a idéia de igualdade entre homens e mulheres, cuja igualdade era defendida por Mary Wollstonecraft. Os protestantes eram os verdadeiros cristãos e os utilitaristas pertenciam à outra parcela da burguesia e desejavam construir o mundo de acordo com sua imagem. “Eles desejavam converter a elite e o operariado às suas crenças e trabalhavam com todo afã para tentar convencê-los. A aristocracia e a *gentry* deviam abandonar sua vida depravada e ociosa; os pobres deviam aprender a ser industriais. Todos deviam reconhecer a importância de uma vida familiar estável

meio da família, das instituições de ensino e das escolas dominicais. Foram criadas as *Sociedades Filantrópicas* para difundir os valores burgueses de separação dos sexos e começaram a recolher contribuições para ajudar as pessoas abandonadas. Essa ação fora iniciada pelas mulheres de classe média.

Também na França, segundo Guerrand,²⁰⁰⁷ a burguesia desejava impor seus valores aos menos favorecidos, interferindo, inclusive, no jeito de morar dos pobres e fazendo uma reforma social nas moradias por meio da sociedade filantrópica. Nesse sentido, afirma Guerrand:

Em Paris, algumas realizações que geram conseqüências emergem [...]. A Sociedade Filantrópica prossegue seu esforço: 54 moradias em um imóvel situado na rua d’Hauptoul, 19 (XIX arrondissement) em 1897; 38 na rue de Clignancourt (XVIII arrondissement), em 1898. [...] Na alvorada do século XX, a Sociedade Filantrópica arrancou portanto 190 famílias operárias, somando 622 pessoas, do inferno dos pardieiros de Paris [...].²⁰⁰⁸

Observa-se que essa prática filantrópica de contribuir com moradia aos mais carentes na sociedade continua sendo recorrente até os nossos dias.

Essa prática, inclusive, também já era realizada pelo *empresariado* francês, especificamente, podendo ser observada no relato de Guerrand:

Em 1902, Charles Guyon, pela sociedade civil do Grupo das Casas Operárias – na realidade uma fundação dos empresários do açúcar Lebaudy –, ergue, na rue Jeanne-d’Arc, 5 (arrondissement), três prédios divididos em 71 moradias e equipados com serviços comunitários: bibliotecas, oficina para bicicletas e carros de bebê, lavanderia, secadora, duchas, parque infantil. Em 1905, Labussière conceberá para a mesma sociedade um grupo de 175 residências, na rua Ernest-Lefèvre, 5-7 (XX arrondissement). [...] Em um subúrbio próximo, Saint-Denis, a Sociedade Anônima das Habitações Econômicas distinguiu-se particularmente: tem em seu ativo, desde 1902, 342 moradias – todas devidas à Charles Guyon, já citado – divididas em onze imóveis coletivos, aos quais somam-se 21 casinhas.²⁰⁰⁹

Junto às moradias, vários tipos de serviços comunitários são oferecidos pelas sociedades filantrópicas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos mais necessitados. A descrição dos feitos revela-nos a grande participação dos filantropos na sociedade francesa. Ainda, em relação à moradia, escreve Guerrand: “A Sociedade

e de um lar bem organizado. Sobre essa última questão, os utilitaristas e os evangélicos de todas as tendências estavam de acordo” (HALL, Catherine. Sweet home. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Direção). *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 71).

²⁰⁰⁷ GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Direção). *História da vida privada*. v. 4. Op. cit.

²⁰⁰⁸ Ibidem, p. 393.

²⁰⁰⁹ Ibidem, p. 393.

Filantrópica não ignora este problema de elevado alcance moral”,²⁰¹⁰ porque, segundo a opinião de um alto funcionário policial, 95% das mulheres jovens caem na prostituição por causa da moradia. As sociedades filantrópicas colocavam-se como defensoras da família e da moral francesa. Além das moradias, as quais citamos apenas para ilustrar, a elite francesa filantrópica empreendeu em várias áreas para um controle da pobreza, dos costumes e da moral.

Segue Perrot dizendo que as mulheres construíram um poder social atribuindo a si mesmas uma “[...] missão moral cuja forma mais comum foi a filantropia”.²⁰¹¹ Essa, ao ser exercitada, iniciava as mulheres nos assuntos da cidade. Muitos problemas que enfrentamos e vivemos hoje são, ainda, ressalta Perrot, os mesmos problemas levantados no século XIX. Um deles, por exemplo, é essa idéia de filantropia meramente assistencial, de cunho moral essencialmente religioso.

Portanto, atualmente, para a filantropia ser considerada *responsável*, é preciso o envolvimento e o comprometimento da empresa para uma profissionalização e modernização do conceito de filantropia.²⁰¹²

A prática da filantropia tão recorrente pela maioria das mulheres empresárias, atualmente, é vista como uma ação praticada por pessoas solidárias, semelhante à prática da doação ou da caridade. No entanto, a solidariedade corporativa, escreveu Lima, “[...] mais do que ‘caridade’ ou ‘doação’, possui em seu seio a idéia de reciprocidade de uns para com os outros, em direitos e obrigações”.²⁰¹³

Essa filantropia passa a ser *estratégica*, com o significado de uma filantropia praticada pelas organizações empresariais a fim de atingir objetivos de *natureza estratégica* como o aumento de vendas, da produção e lucratividade, bem como preencher novos mercados. Segundo Lima: “Apesar de as empresas privadas sempre perseguirem o lucro, atualmente vem se processando a apreensão, por parte delas, de uma filosofia de participação e de um maior senso de responsabilidade social em todos os âmbitos sociais nos quais elas estejam presentes”.²⁰¹⁴

²⁰¹⁰ GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In.: ARIÈS, Philippe; Duby, Georges (Direção). *História da vida privada*. v. 4. Op. cit., p. 393.

²⁰¹¹ PERROT, Michele. Poder dos homens, potência das mulheres? O exemplo do século XIX. *Cultura Vozes*. Op. cit., p. 12.

²⁰¹² Cf. ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit.

²⁰¹³ LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade Social: Apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade Social das Empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 107.

²⁰¹⁴ *Ibidem*, p. 107.

Nesse sentido, observa-se que a filantropia estratégica praticada nas empresas vai além do lucro, significando uma prática da responsabilidade social. Acrescenta-se também que a filantropia tradicional está sendo superada por uma filantropia cidadã ou pró-ativa que é mais abrangente, indo além de uma mera doação ou prática assistencialista. A percepção exposta por Vitória Dias assemelha-se à de Lima.

Nesse tipo de responsabilidade social cidadã ou pró-ativa, segundo Lima “[...] as organizações se apresentam como voluntárias para o alcance máximo dos objetivos delineados pela sociedade e, ao mesmo tempo, como doadoras dos mais diversos recursos”.²⁰¹⁵ Lembramos que a concepção de doação da empresária Luziana Brandão Nunes Lanna,²⁰¹⁶ já citada, diverge dessa, tendo em vista que para a mesma, a doação somente efetiva-se por meio do tempo *útil* da pessoa que doa.

Verifica-se, ainda, que os depoimentos da empresária Vitória Dias são permeados pelos valores da virtude cívica; marcados principalmente, pela questão ética, moral, pelo respeito, tanto em relação às pessoas como ao meio ambiente e à natureza. Ou seja, revela uma percepção e consciência de conexão entre o indivíduo com a natureza, de suas relações humanas e essas conectadas com todo o sistema. Na sociedade contemporânea, segundo Egri e Pinfield,²⁰¹⁷ percebe-se uma inquietação crescente em relação à qualidade do meio ambiente, tomando formas diferenciadas de discussões no mundo todo. As teorias sociais aliadas às teorias da natureza enfatizam a importância de suas interconexões. Existem diversas e diferentes teorias organizacionais recentes “[...] a respeito de eco-ambientes para demonstrar como os valores ecológicos estão entrelaçados com os valores humanos no que concerne às realidades social, política e econômica desejadas.”²⁰¹⁸ São diversos pontos de vista com propostas e ações diferenciadas, dentre tantos, o paradigma social dominante; o ambientalismo radical (dividido em ecologia espiritual, ecologia social e ecofeminismo) e o ambientalismo renovado. As propostas para um desenvolvimento sustentável têm como foco uma política que abrange o nível local, nacional e planetário, considerando todos os recursos de capital e ambientais com os esforços humanos.

A organização, vista como organismo, leva em conta sua interação, sua dependência ou interdependência entre essa, o meio ambiente e as pessoas.

²⁰¹⁵ LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade Social: Apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade Social das Empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 116.

²⁰¹⁶ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

²⁰¹⁷ EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In.: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Op. cit.

²⁰¹⁸ *Ibidem*, p. 364.

Segundo Egri e Pinfield, “os indivíduos, quer por meio do interesse próprio ou por meio do cultivo de uma consciência ecológica, modificarão as conceitualizações coletivas das organizações e seus ambientes”.²⁰¹⁹

Inclusive, seguem dizendo os autores que as relações entre a ação individual e as conseqüências no nível sistêmico devem ser mais exploradas, ou seja, o relacionamento micro e macro, ou as relações de mudanças no nível sistêmico que afetam o indivíduo, isto é, o relacionamento macro e micro.

Com a mesma percepção, o autor Dejourns²⁰²⁰ afirma que o poder de ação e interferência da administração de uma empresa sobre os sujeitos que estão no seu interior e fora dele, a investe de uma responsabilidade cívica. Em conseqüência dessa administração, os sujeitos recebem suas orientações baseadas no respeito aos direitos de cidadania ou não e, também, de efeitos psicopatológicos (em relação às doenças); sociológicos (relações de produção e reprodução); ambientais (reinos animal, vegetal e mineral); de segurança; de proteção à sociedade e outros.

Observa-se que essa responsabilidade cívica no nível da empresa é de fundamental importância, porque afeta o seu lado interior e exterior com grandes conseqüências na sociedade, conforme Vitória Dias também afirmou em seu depoimento anterior. Continua Dejourns dizendo que

[...] a administração tem [...] uma responsabilidade fundamental para com a sociedade civil: a de assegurar a permanência desse espaço público (de voz e de decisão) onde possam confrontar-se num mesmo teatro as opiniões dos diversos atores, quer sejam operários, gerentes ou especialistas.²⁰²¹

O desenvolvimento sustentável, também citado por Vitória Dias no depoimento anterior, enquadra-se no ambientalismo renovado caracterizado por

“[...] uma reconciliação entre o crescimento econômico e a proteção ambiental”. [...] nos níveis local, nacional e global. Proponentes do desenvolvimento sustentável identificam como sendo importante causa da degradação ambiental a distribuição desigual da riqueza econômica entre as nações industrializadas e os países do “Terceiro Mundo”. Economicamente empobrecidos, os países do Terceiro Mundo são incapazes de desenvolver ou comprar as tecnologias científicas para conservar e proteger seu ambiente natural. Nem podem dispor de recursos para evitar a exploração e exportação de seus recursos naturais, necessários para manter o alto

²⁰¹⁹ EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In.: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Op. cit., p. 389.

²⁰²⁰ DEJOURS, Christophe. Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Op. cit.

²⁰²¹ Ibidem, p. 173.

padrão de vida das nações industrializadas [...] a erradicação da pobreza nos países do Terceiro Mundo é vista como uma parte integrante da auto-sustentabilidade econômica, social e política. Além disso, estilos e modos alternativos de desenvolvimento econômico, apropriados às culturas locais e ambientes biofísicos, necessitam ser desenvolvidos. Conseqüentemente, uma das preocupações do desenvolvimento sustentável é o gerenciamento dos bens comuns, biorregionais e locais, mas não de forma isolada dos bens comuns globais [...].²⁰²²

A partir, portanto, das ações individuais, estabelecer-se-á uma rede de cooperação em contraposição ao individualismo, fortalecendo uma mentalidade e práticas coletivas a partir das inter-relações das ações e dos indivíduos em um sistema social baseadas na interação.

Essas preocupações ambientalistas em relação às organizações percebidas no depoimento da empresária Vitória Dias também foram apontadas nos depoimentos de outras mulheres empresárias.

A necessidade dessas mudanças para uma nova postura dos indivíduos e das organizações perante as questões ambientalistas, citam os autores, é inevitável. Por isso, são importantes o direcionamento, a consciência, as atitudes e as ações em desenvolvimento.

Ressaltamos que esse tema é vastíssimo e impossível sua abordagem, não sendo, ainda, proposta deste trabalho seu aprofundamento. Essas pontuações vieram à tona para assinalarmos tais referências feitas por Vitória Dias em seus depoimentos.

Portanto, devido a essas condições apresentadas, não só as organizações, mas a sociedade, de um modo geral, vem apresentando esse incômodo, passando a organizar-se para tentar ajudar de algum modo. Nesse sentido, as próprias empresas, mesmo com as críticas de uma visão e ideologia neoliberal, estão percebendo a necessidade de buscar um equilíbrio. Outra questão grave apontada no depoimento de Vitória Dias e, lembramos, também denunciada em todos os depoimentos das mulheres empresárias, foi a pobreza, um distanciamento inviável para a proposta de um crescimento econômico sustentável na sociedade. Essa percepção, também, inclui-se nos projetos de uma empresa cidadã e da governança:

A persistência da pobreza é confirmada pelo fato de que o número de pessoas que vivem na “pobreza absoluta”, segundo a definição do Banco Mundial, aumentou para 1,3 bilhão em 1993. Esse grau de pobreza significa grande miséria; é uma vida à margem da existência.²⁰²³

²⁰²² EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In.: CLEGG, Stewart R; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Op. cit., p. 373.

²⁰²³ RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa comunidade global*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 17.

O empresariado percebeu e está percebendo que a sociedade com uma pobreza crescente e tão desigual afeta o crescimento do mercado e, conseqüentemente, da própria empresa. O Estado, também, ineficiente para resolver tais e tantas outras questões, leva-os a dividirem essa responsabilidade, ou seja, a governança, definida pelo relatório como “[...] as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram os seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realiza ações cooperativas”.²⁰²⁴

Dessa forma, surge a empresa cidadã, caracterizada por uma ética empresarial que abrange princípios, valores, comportamento, atitudes e ações, com preocupações e respeito aos clientes, à população, aos consumidores, ao meio ambiente, enfim, em relação a todos que se relacionam e vivem em seu entorno.

O conjunto dessas mudanças é definido pela governança nas empresas que significa:

OS QUATRO PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Transparência: Mais do que “a obrigação de informar”, a organização deve cultivar o “desejo de informar”. A boa comunicação interna e externa, espontânea, franca e rápida, resulta em um clima de confiança interno e externo. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor. *Equidade:* Caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, do capital ou das demais partes interessadas, como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são inaceitáveis. *Prestação de contas (accountability):* Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos. *Responsabilidade Corporativa:* Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A função social da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade.²⁰²⁵

Todas as questões acima são as mesmas citadas por Vitória Dias e caracterizam a responsabilidade civil. Reafirmamos que no discurso da maioria das mulheres empresárias, essa responsabilidade civil aparece sempre e é apontada como o fator de mudança para a

²⁰²⁴ RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa comunidade global*. Op. cit., p. 2.

²⁰²⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. elaborado pelo IBGE (www.ibge.org.br).

sociedade. No entanto, esse discurso apresenta-se distante, isto é, à frente da prática efetiva, porque essa não se concretiza no espaço institucional, no coletivo ou para a sociedade em geral. Os focos dessas ações ainda são fragmentados ou isolados. Ou, ainda, são direcionados para um grupo de pessoas específicas.

Complementando sobre as desigualdades e algumas propostas em busca de uma igualdade de direitos para uma sociedade desenvolvida, Vitória Dias continuou afirmando:

Penso que podemos ter um desenvolvimento da sociedade. Se você tem uma sociedade que garanta, que assegure o básico de uma maneira igualitária, não no sentido de todo mundo ter igual, mas no sentido de que todos tenham o básico da mesma formação, significando, ao mesmo tempo, que todo mundo não fique restrito a isso. Eu estou falando de uma boa educação pública, de um bom nível de saúde pública, de transporte público, de segurança pública, de serviços – água, luz, telecomunicações. Enfim, que você tenha uma estrutura na sociedade e que todo mundo tenha acesso a isso. E as pessoas que possuam isso assegurado, possam começar a pensar nas pessoas que não têm acesso a isso. E, em alguns casos, a pessoa tem acesso a esses recursos, mas, por exemplo, tem deficiências físicas: pessoas cegas ou paraplégicas, ou seja, essas pessoas precisam de mais, têm necessidades especiais. Então, a pessoa está lá na Alemanha e está querendo ajudar a criança que está no Sudão ou no Brasil. As pessoas têm se preocupado muito com isso, no sentido de que a sociedade se mobilize, não só para resolver os seus problemas, mas também problemas de outras comunidades. Os indivíduos devem se mobilizar, não só para resolver a sua vida, mas para resolver a vida de outras pessoas, em torno dele ou longe dele, não importa, mas que ele tenha abertura para pensar no outro, na necessidade do outro, no bem-estar do outro. Isso é um desenvolvimento. Esse indivíduo está se desenvolvendo, está conseguindo se realizar numa dimensão social, política, ética, humana. E essa sociedade, com pessoas atuando dessa forma, será também uma sociedade mais madura, mais equilibrada. A sociedade vem crescendo para isso. Acho que as pessoas estão buscando isso, principalmente, no mundo desenvolvido. Essa questão do meio-ambiente, dos recursos não renováveis e de sustentabilidade estão sendo repensados pelas pessoas em sociedade. Estão revendo essa coisa de um consumo desenfreado, sem quê e por quê.²⁰²⁶

As questões acima também têm o mesmo reforço nas teorias organizacionais que abordamos anteriormente. A relação com a responsabilidade social nas empresas e as demandas que a sociedade atual estão apresentando exigem, portanto, uma postura ética e uma consciência reflexiva. A referência de Vitória Dias aos recursos não-renováveis e ao consumo desenfreado está ligada à questão do desenvolvimento sustentável que exige a necessidade de uma mudança na cultura, no comportamento das pessoas em relação ao consumo, entendendo que esse não é um fim em si mesmo e nem deve ser o centro da vida das pessoas.

A sustentabilidade está diretamente ligada à necessidade de economizar os recursos não-renováveis, cujo consumo ultrapassa, atualmente, 25% da capacidade que o Brasil

²⁰²⁶ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

produz, à aplicação correta da tecnologia e ao comportamento consumista de cada um e de todos os indivíduos. O consumo interfere diretamente na vida particular e pessoal de qualquer sujeito e, ao mesmo tempo, de todo o planeta. Por isso, cada indivíduo pode, deve e/ou deverá agir com atitudes que promovam a sustentabilidade.

Em relação à responsabilidade social apregoada por muitas empresas, essa é, às vezes, usada indevidamente. Isso pode ocorrer e, nesse sentido, diferenciando a prática correta e efetiva da responsabilidade social pelas empresas, Vitória Dias enfatizou essa questão chamando a atenção para a possibilidade da propaganda enganosa:

Eu acho que há vários tipos de empresa e também um pouco de marketing, uma responsabilidade social, assim, mais marketeira, mais vitrine. Existe empresa que diz que ajuda e põe logo na propaganda. É uma ação menos genuína, menos profunda, menos estratégica, menos inserida no negócio da empresa. E quando falo de ação socialmente responsável me refiro a uma ação ligada ao negócio, uma ação maior de resultado. E o que é resultado empresarial? Resultado empresarial é só um lucro de curto prazo ou é também a perenidade dos negócios, um crescimento duradouro e sustentável da empresa? Acho que temos aí as duas visões. Mas há muitas empresas preocupadas com isso, de fato, querendo mesmo gerenciar a sua empresa dentro desse novo paradigma.²⁰²⁷

O comentário do depoimento assemelha-se à concepção dos autores Orchis, Yung e Morales quando afirmam que muitas empresas, com o objetivo de conseguirem benefícios voltados somente para elas mesmas, veiculam uma idéia falsa de responsabilidade social, dizendo-se preocupada com a qualidade de vida dos sujeitos ou com a satisfação do consumidor. Isso, no entanto, pode ser detectado pela, “[...] ausência de valores relativos a responsabilidade social em sua cultura e baixo grau de comprometimento com o conceito, o que causa inconsistência no comportamento da empresa, que não se sustenta com o passar do tempo [...]”.²⁰²⁸ A comunicação e a imagem da empresa devem ser coerentes, caso contrário, a empresa pagará pelo desgaste de sua imagem e de sua credibilidade. A empresa não deve usar de manipulações de má fé para conseguir clientes. O nível de consciência pela ética como um valor da organização é julgado pelos consumidores. Se a empresa não cuidar do conjunto não terá durabilidade, por isso, é inteligente trabalhar o todo. Isso é melhor para a própria empresa e para todos.

Para o impedimento de transmissões falsas por determinadas empresas na prática da responsabilidade social, a população ou os consumidores podem adotar medidas de decisão na

²⁰²⁷ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

²⁰²⁸ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 62.

hora de adquirir um produto. Ou seja, deve-se dar preferência para as empresas socialmente responsáveis. De acordo com os autores, a responsabilidade social terá mais um fator de *status*, de preferência e de prestígio, “[...] na medida em que uma elevada consciência social, o exercício da cidadania empresarial e os investimentos sociais, incorporados aos tradicionais objetivos empresariais, podem garantir a autopreservação a longo prazo de uma organização.”²⁰²⁹

Dessa forma, a empresa cidadã busca ampliar e completar sua função de agente econômico, transformando-se também em agente social para contribuir com a sociedade e desenvolver o bem comum. Essa cidadania empresarial participativa busca interferir em todas as áreas como meio ambiente, educação, saúde, atividades culturais e lazer, contribuindo, também, para amenizar a pobreza, a violência, a miséria, além de preocupar-se com uma sociedade auto-sustentável. A empresa deve levar em conta, principalmente, três (03) fatores: ser socialmente justa, preocupar-se com a sustentabilidade e ser economicamente lucrativa. Todas essas preocupações, características e conhecimento, encontramos nos discursos por meio dos depoimento de Vitória Dias e da maioria das empresárias.

Passamos à empresária **Zuleika Rocha**²⁰³⁰ que, em sua empresa – Torre Eifel, como atividade na área social realiza cursos para seus funcionários não só para qualificação profissional, mas para uma conscientização política, de pertencimento ao mundo. Em suas palavras:

Fazemos de 700 a 1000 horas por mês. E esse treinamento não é só em função de como operar a empresa, mas também um conhecimento de como viver em sociedade, o que é importante para a sua família. [...] A gente chama essa ação de “Eu quero pensar”, e nossa vontade é valorizar o ser humano e dar-lhe dignidade.²⁰³¹

Como associada da Câmara de Dirigente Lojistas – CDL-BH, a empresária Zuleika Rocha citou algumas ações da entidade da qual é membro e, por isso, declarou, sente-se participante da mesma. No dizer de Zuleika Rocha é impossível citar ou escrever aqui todas as ações sociais desenvolvidas pela CDL. Dentre inúmeras,²⁰³² portanto, ela relacionou uma, a “Faculdade de Comércio”, implantada há oito anos. Essa faculdade tem como objetivo suprir

²⁰²⁹ ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 62-3.

²⁰³⁰ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

²⁰³¹ Ibidem.

²⁰³² Para conhecer as ações sociais realizadas pela CDL e FIEMG consultar: www.fiemg.com.br e www.fiemg.com.br/cidadania, incluindo produtos e serviços.

as necessidades e dar assistência a todos os(as) empresários(as), principalmente, de porte pequeno. Segundo Zuleika Rocha:

O pequeno empresário ou empresária, e mesmo de porte médio, se não tem condições de fazer uma gestão de qualidade, de ter professores, de ter um ensino de melhor qualidade para seu setor, a CDL propõe-se a oferecer isso. Tanto, que tem uma “Faculdade de Comércio”.²⁰³³ [...] junto ao MEC. São três anos de duração, com diploma registrado em nível superior e tudo gerido pela CDL. [...] Como empresária estou filiada a uma entidade – a CDL, e tanto esta como a FIEMG, estão preocupadas com a formação do cidadão. Então, estou ligada a uma associação que, além de trabalhar para um determinado setor, está trabalhando também para ter um país melhor, uma cidade melhor e um cidadão melhor.²⁰³⁴

Observa-se que Zuleika Rocha ressaltou a preocupação do empresariado associado à CDL-BH e da FIEMG sobre o seu entorno, ou seja, para além de seus interesses comuns e do mercado, voltando-se para os problemas da sociedade e buscando contribuir para a sua melhoria. Dessa forma, verifica-se que a ação social é “permeada” de propostas caracterizadas como neoliberais e de propostas de reforma social, demonstrando que, atualmente, as empresas não visam apenas ao lucro *per se*, mas têm consciência política dos problemas sociais existentes e de suas origens na sociedade.

Em relação às demandas da sociedade no momento atual, Zuleika Rocha comentou:

Penso que houve, primeiro, um movimento iniciado a partir do momento que descobriu-se que voltando-se para a Educação, para a formação, para a melhoria da qualificação do seu profissional, para a melhoria de qualidade de vida que você proporciona na sua empresa a ele, você tinha um retorno financeiro, de lucro. Esse foi o primeiro momento, eu acho. E o segundo momento, vem sendo uma coisa gradativa: a sociedade brasileira tem se envolvido mais. Acho que a sociedade brasileira tem adquirido isso lentamente, mas tem adquirido. E tenho a impressão que os partidos de esquerda tem uma responsabilidade nisso, apesar de uma série de “senões”, radicalismos de esquerda, etc. Mas acho que eles foram propulsores dessa conquista. Eu pessoalmente acho que é a própria violência da sociedade, violência em todos os sentidos, e não só de “bandidos e drogas”. E isso faz com que você olhe a pessoa humana, faz com que o brasileiro olhe mais para a sua família, faz com que ele perceba que se ele não tirar aquele menino da rua, ele vai ser mentor do assassinato do seu amigo ou do seu filho ou de alguém que vai sair no jornal e que você não conhece. E esse é o movimento em função da violência que estamos vivendo. A fome – é aquele negócio da Revolução Francesa, você vai jogar o quê, “Pão ou brioches?”. Então, penso que a violência está tão perto da gente, tão próxima, que ela já não é mais do jornal, de alguém que está num outro estado, que está não sei em que lugar. Ela está absolutamente do seu lado, no seu vizinho. Então, as pessoas começaram a ter noção disso. E não só o empresariado, mas todas as pessoas começaram a perceber que se elas não fizerem alguma coisa, isso só tende a piorar. E os líderes estão aparecendo novamente. No período militar, todas as lideranças estudantis, as lideranças de bairro, todo o tipo de liderança que

²⁰³³ Afirmou a empresária Zuleika Rocha em seu depoimento que acredita que atualmente o nome desta faculdade tenha mudado. Reafirmamos que transcrevemos os depoimentos das empresárias obedecendo rigorosamente a originalidade de suas declarações.

²⁰³⁴ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

normalmente a sociedade traz à tona, seja do bairro x, ou mesmo a liderança pessoal de um grande líder, tudo isso foi podado pelo Regime Militar. É porque todo mundo tem uma ânsia muito grande de resolver o “hoje”. [...] então, se você pensar no pouco tempo em que ficamos livres, você nota que as lideranças começaram a aparecer e continuam a ressurgir dentro dos movimentos, associações, ongs, entidades, reivindicando seus direitos. [...] Então, está havendo uma conscientização de cidadania.²⁰³⁵

O quadro da situação brasileira retratado por Zuleika Rocha reflete a opinião de praticamente todas as empresárias, algumas delas, inclusive, já citadas nos depoimentos. Percebe-se, novamente, a referência a um processo em construção. Se antes a empresa preocupava-se apenas com o lucro, em um primeiro momento, as condições atuais da realidade brasileira estão fazendo com que, não só o empresariado, mas a própria sociedade reflita e comece a mudar o seu comportamento em relação aos problemas apresentados, principalmente, sobre a violência. Essa, inclusive, já comentada após um depoimento da empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso.²⁰³⁶ A violência, ressaltou Zuleika Rocha, está levando as pessoas a voltarem-se para a própria família, para o próximo e para a comunidade. Está fazendo com que as pessoas percebam que a convivência está e ficará cada vez mais impossível, caso não se resolva essa violência, não somente em relação à segurança, mas em todos os sentidos, como no desrespeito a tudo, à pessoa humana, aos direitos humanitários e tantos outros.

As lideranças que estão surgindo hoje com os movimentos, com as ONGs, com as associações e entidades que Zuleika Rocha citou, é o momento que já abordamos por meio das referências de vários autores ao contextualizarmos o início da organização da sociedade civil, inclusive, das próprias empresárias em busca da participação, da atuação, de visibilidade, de direitos e, portanto, da cidadania. É o início da conscientização que Zuleika Rocha ressaltou, percebida no interior da sociedade civil e manifestada pelo arranjo de diversas mobilizações.

A cidadania no Brasil sempre se apresentou truncada. Essa, também citada por Zuleika Rocha e tão necessária à sociedade, tem referência na Constituição Brasileira e pressupõe a garantia de direitos e deveres para todos os cidadãos. O problema da sociedade brasileira está justamente nessa prática entre os sujeitos, nas relações que são estabelecidas entre os membros dessa sociedade as quais não acontecem igualmente para todos. A lei prescreve os direitos, mas esses não se concretizam. Esse é o grande problema que entrava a cidadania. Nesse sentido, afirma Telles:

²⁰³⁵ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

²⁰³⁶ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

Apenas para tocar em questões mais conhecidas, essa é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios; em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo conivência com práticas as mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários.²⁰³⁷

Conforme a autora, os direitos são percebidos e efetivados pela forma de estruturação das relações sociais. Por meio dos direitos, há uma rede de sociabilidade que permite o reconhecimento do outro como igual, sujeito também de interesses e valores.

Por meio da prática social, os direitos aparecem como princípios que norteiam essa prática, ou seja, as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos. A forma como a justiça é “distribuída” ou interpretada na lei depende da sociedade, de sua “cultura pública democrática”, segundo Telles,²⁰³⁸ para se reconhecer os conflitos em sua legitimidade, os valores diversos e a demanda dos interesses como direitos.

Por isso, há a necessidade da construção de espaços públicos para que os sujeitos, com suas diferenças e interesses diversos possam se manifestar e se representarem na interlocução entre sociedade civil e Estado. Esses espaços são, portanto, aqueles citados por Zuleika Rocha em seu depoimento e são os espaços que as próprias mulheres empresárias buscaram e estão buscando como canal de interlocução e articulação na defesa de direitos e exercício da cidadania.

A cidadania, de acordo com a prática dos direitos e de como são encaradas as desigualdades e as diferenças dos sujeitos apresenta sua configuração. Ainda cita Telles:

[...] essa sociedade tão heterogênea quanto desigual nas formas de distribuição e acesso a bens e recursos, em que as diferenças são também ou sobretudo desenhadas pela ordem das carências acumuladas no correr dos anos, vem dando lugar a uma conflituosidade inédita que atravessa todas as dimensões da vida social. É nessa dinâmica de conflitos que se ancoram esperanças de cidadania e generalização de direitos. Mas é também nela que os problemas se situam em um contexto no qual se redefinem as relações entre Estado, economia e sociedade, por conta de transformações econômicas e sociais que escapam a mecanismos institucionais de regulação e ordenamento das relações sociais.²⁰³⁹

²⁰³⁷ TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 93.

²⁰³⁸ Ibidem.

²⁰³⁹ Ibidem, p. 95.

As transformações advindas da economia e da sociedade são, então, julgadas ou resolvidas de acordo com os interesses privados, particularizados, onde a transgressão às leis estabelecidas torna-se uma prática, fazendo a interpretação da lei de acordo com algumas vontades, subvertendo o direito legalizado.

A sociedade brasileira com seus desajustes, sem os parâmetros da igualdade e das diferenças, não conseguirá conceder os direitos e a cidadania aos seus cidadãos. Lembra-nos Telles sobre a nossa sociedade:

É uma crise que se mistura com a desorganização e destruição de instituições e serviços públicos dos quais dependem grandemente as regularidades da vida social e que converge em uma corrosão do sentido mesmo de ordem pública, do que são expressão as evidências de uma deterioração de padrões societários, aí incluindo a violência de todos os dias e o que Wanderley Guilherme dos Santos chama de comportamento predatório que está se generalizando na sociedade brasileira. mas essa é uma crise que reatualiza elementos os mais persistentes da tradição autoritária e excludente brasileira. o espetáculo público armado em torno do Estado, feito de corrupção e impunidade, inoperância e irracionalidade das burocracias estatais, parece fornecer as provas de verdade de um discurso que prega o mercado como paradigma de modernidade e elide a questão da responsabilidade pública, essa noção que nunca teve lugar na cultura política deste país.²⁰⁴⁰

Nesse viés, continua a autora, o neoliberalismo concede o rótulo de modernidade ao que há de mais atrasado em nossa sociedade, ou seja, ao interesse privado que se torna a medida, o parâmetro para todas as coisas que são públicas.

Ao privilegiar os interesses privados, negam-se as diferenças, a alteridade, e nega-se a possibilidade de uma conduta ética, de responsabilidade pública e obrigações sociais para a grande maioria excluída.

Nesse sentido, negam-se os direitos e, portanto, a cidadania. Devido a todos os impasses e as mazelas também citadas pela autora Telles é que se percebe a necessidade e o movimento das organizações, como citou a empresária Zuleika Rocha, o início de uma tomada de consciência política e de cidadania. O termo *cidadania*, segundo Dagnino, teve seu significado alterado, adquirindo um caráter inovador a partir de 1980 que a autora denomina de “nova cidadania”: “[...] ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade”.²⁰⁴¹

²⁰⁴⁰ TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 97.

²⁰⁴¹ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 103.

Dessa forma, a sua apropriação de significado diverge, havendo uma disputa histórica pelo que realmente a cidadania significa.

Em se tratando ainda do significado de cidadania, tanto Telles²⁰⁴² quanto Dagnino²⁰⁴³ concordam também que a emergência do debate sobre a nova cidadania veio com os movimentos sociais a partir de 1980 e 1990. Segundo Dagnino, os movimentos de mulheres, homossexuais, negros, ecológicos e tantos outros que vieram reivindicar e lutar por “direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania”.²⁰⁴⁴ Essas conceituações sobre a cidadania convergem-se com a concepção de Vilani²⁰⁴⁵ exposta na Introdução deste trabalho. A autora aponta o mesmo momento para o surgimento dos direitos da “terceira geração” denominados metaindividuais, a partir da organização de novos grupos e movimentos em busca de direitos, novos mecanismos de participação política e caracterizados pela presença das virtudes cívicas. São, portanto, os mesmos direitos que compõem a “nova cidadania” citada por Dagnino e reiterada por Telles.

Junto a essa nova noção de cidadania, veio também um novo questionamento sobre a democracia, o que nos indica uma “[...] transformação cultural para a construção democrática”.²⁰⁴⁶

Continua Dagnino afirmando que existe no Brasil um “*autoritarismo social*” sustentado pela desigualdade econômica, pela miséria e fome, uma hierarquia desigual baseada em critérios de classe, raça e gênero.

Surgem, daí, os lugares marcados na sociedade para as diferentes categorias dos cidadãos, gerando a exclusão e reprodução da desigualdade nas práticas sociais que permeiam as relações sociais em todos os campos. A sociedade brasileira vive um “*apartheid social*”, o que gera a criminalidade e a violência.

A partir das lutas, dos movimentos sociais pela busca de direitos, de uma sociedade e cultura democrática, Dagnino usa a cidadania como *estratégica política*:

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e

²⁰⁴² Cf. TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit.

²⁰⁴³ Cf. DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit.

²⁰⁴⁴ Ibidem, p 104.

²⁰⁴⁵ Cf. VILANI, Maria Cristina Seixas. Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos. *Caderno Ciências Sociais*. Op. cit.

²⁰⁴⁶ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 104.

pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política.²⁰⁴⁷

Nessa perspectiva, a autora distingue a “nova cidadania” dos anos de 1990 da cidadania do século XVIII – a visão liberal – que era “uma resposta do Estado às reivindicações da sociedade”.²⁰⁴⁸ Nessa distinção, a primeira diferença que a nova cidadania nos aponta é a nova percepção da idéia de direitos, ou seja, um *direito a ter direitos*, lembrando Arendt²⁰⁴⁹ e Lefort.²⁰⁵⁰ Isso vai para além dos direitos já conquistados, definidos, porque significa a criação, a exigência de *novos direitos* percebidos através da prática social e surgidos de lutas específicas. Nesse “direito a ter direitos”, continua Dagnino, opondo-se à visão liberal, a nova cidadania não é iniciativa da classe dominante e do Estado, mas a nova cidadania, “[...] requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”.²⁰⁵¹

E, segundo a autora, no processo de tornarem-se cidadãos, na constituição de sujeitos ativos, com a consciência e divulgação de uma “cultura de direitos”, de uma cultura democrática, há uma ampliação dessa nova cidadania para a conquista de *novos* direitos. Ressalta, também, a possibilidade de novas formas de sociabilidade,

[...] um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito. Esse alargamento do âmbito da cidadania no Brasil de hoje pode também ser pensado em termos de uma simultaneidade da conquista dos direitos civis, políticos e sociais [...].²⁰⁵²

Dessa forma, essa ampliação da nova cidadania, diferentemente da concepção liberal, transcende a relação somente com o Estado ou entre o indivíduo e o Estado porque traz em seu bojo a relação com a sociedade civil como um todo. É, portanto, uma proposta de transformação das relações sociais, das práticas sociais tradicionais e enraizadas na sociedade brasileira.

²⁰⁴⁷ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 107.

²⁰⁴⁸ Ibidem.

²⁰⁴⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²⁰⁵⁰ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit.

²⁰⁵¹ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 108.

²⁰⁵² Ibidem, p. 108.

Um outro ponto de diferença da nova cidadania em relação ao conceito liberal colocado por Dagnino é a reivindicação de inclusão, de pertencimento: “Ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade”.²⁰⁵³

Vistos dessa forma, os direitos de cidadania, se conquistados conforme a definição dos mesmos pelos que dela estão excluídos, resultará em mudanças drásticas e radicais em nossa sociedade, bem como as relações de poder que a sustentam até hoje.²⁰⁵⁴ Possibilita e já está possibilitando, a abertura de espaços públicos para uma participação dos setores populares na gestão das políticas públicas e de outras diversas categorias.

Uma outra divergência da nova cidadania, é que ela pode dar conta e está aberta para a diversidade dos problemas recentes, tais como: “[...] da igualdade à diferença, da saúde aos meios de comunicação de massa, do racismo ao aborto, do meio ambiente à moradia”.²⁰⁵⁵

Ressaltamos aqui, a visão que Dagnino afirmou da cidadania sobre a igualdade e a “questão da diferença” no pensamento da teoria feminista. Concordamos que há a “diferença” e, como a autora coloca, é uma reivindicação, é um direito que ela exista, que a “diferença” possa ser vivida, sem, no entanto, ter um tratamento desigual, preconceituoso, discriminatório, só porque é “diferente”. Se não fosse esse tratamento desigual, essa construção social da inferioridade e exclusão à diferença, não haveria a necessidade de reivindicar os direitos de igualdade. Enfatizamos, concordando com a autora, que o “direito à diferença” possibilita e amplia o “direito à igualdade”.

E ainda que, nos moldes nos quais a nova cidadania se apresenta, ela está nos apontando possibilidades e alternativas para se debater, procurar e articular os inúmeros problemas apresentados pela sociedade brasileira na busca de direitos, novos direitos e de uma sociedade inclusiva, portanto, de uma vida mais digna e melhor para todos os sujeitos.

Retomando o depoimento de Zuleika Rocha, selecionamos um trecho em que se percebe o senso de responsabilidade civil quando afirmou:

Eu sou um ser político e tenho que votar com consciência. Creio que essa consciência está aflorando em toda a sociedade. E acho o seguinte: em termos de história, as coisas são longas. E o Brasil mudou muito. Se você pensar que foi só a partir da década de 1930 que a mulher pôde votar, se você pensar na quantidade de deputadas, vereadoras, mulheres dentro do Executivo, do primeiro e segundo

²⁰⁵³ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 109.

²⁰⁵⁴ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁵⁵ *Ibidem*, p. 112.

escalão, se você analisar historicamente isso, da Segunda República para cá, é muita coisa que aconteceu. Mas, é lógico, se formos comparar com aquilo que precisa ser, estamos anos-luz de distância para conseguir! Se você olhar em todos os estados qual é a participação da mulher, em todos os setores da sociedade, tirando o setor humanístico, da Educação (as professoras hoje são Diretoras, Secretárias de Educação), ou mesmo no setor social em que os “donos do poder” falam: “Aqui a mulher pode ficar”, você percebe que a coisa está crescendo. Mas, reiterando o que eu disse, se você olhar em todos os estados para verificar o que aconteceu de 30 para cá, há empresárias, mulheres que estão no segundo escalão dirigindo as empresas grandes, multinacionais, empresas do governo. E a competência daquela ministra? Sou encantada com ela, acompanho todas as falas dela. Ela é fantástica (Dilma Rousseff). Então, se for feito um acompanhamento cronológico disso, em 20 anos foram muitas conquistas em uma sociedade machista. E o pior não é ser uma sociedade machista, é ser uma sociedade pobre, porque a sociedade pobre é uma sociedade burra, digo “burra”, no sentido de não ter educação, de não buscar essa saída. E a maioria não tem saída porque não tem educação. E não é nem a questão da mulher. Se você pensar em uma sociedade que é economicamente mais rica, você vai ver que é tudo muito melhor. Mas a nossa sociedade é uma sociedade pobre, somos economicamente pobres e um país pobre em educação. É difícil. [...] A renda é muito mal distribuída. [...] E para sair desse processo precisamos de todos, homens e mulheres.²⁰⁵⁶

As mudanças, portanto, mesmo que lentas, vêm acontecendo em relação ao acesso da mulher na esfera pública. Semelhante às opiniões de outras empresárias, Zuleika Rocha também destacou a questão da má distribuição da renda, o que acarreta a acentuada pobreza entre a maioria da população. Além disso, reforçou a necessidade da educação para todos como alternativa para uma saída dessa pobreza, não somente econômica, mas em todos os sentidos. Essa visão encontra ressonância em Bobbio e Viroli,²⁰⁵⁷ percebida com maior ênfase quando Zuleika Rocha, aprofundando a questão da responsabilidade civil tão necessária à sociedade brasileira, apontou para a diferença entre essa e a responsabilidade moral. Em suas palavras:

Se acontecer, vai ser punido, vai ser isso, vai ser aquilo... Não é questão de culpa ou medo. Acho que tem que ter um baque mais forte, mudanças às vezes mais radicais para aquilo poder detonar. Nós vimos o problema do Sarney, a saída do Collor, quer dizer, um país que fez um *impeachment* para o presidente sair. Existem mudanças que são fundamentais e elas tem que ser grandiosas, no sentido de que envolva tudo num contexto mais amplo. O “Projeto Fome Zero”, por exemplo: a meu ver, não é assim que se desenvolve uma nação. A nação tem que ser desenvolvida pela educação, como aconteceu no Japão. Você sai de uma Segunda Guerra Mundial e pensa: “A sociedade inteira tem que se comprometer. Eu não estou à parte, sou parte dessa sociedade. Então, de alguma maneira, eu tenho que fazer alguma coisa”. Não é se “Eu, Zuleika, quiser fazer!”. Eu sou obrigada a fazer alguma coisa para melhorar a situação da educação do meu país. Sou obrigada! Então, alguma coisa tem que ser feita num nível mais decisório em todas as áreas.²⁰⁵⁸

²⁰⁵⁶ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁵⁷ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰⁵⁸ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

De acordo com Bobbio e Viroli,²⁰⁵⁹ o dever moral refere-se a um dever de consciência, internalizado. O dever jurídico é um dever exterior em relação a outro indivíduo. Essa distinção é de origem clássica, mas recorrente até hoje. O dever moral é a nossa consciência que nos leva a sentirmos culpados ou com remorso. A obrigação política não é um dever moral, opinião de Zuleika Rocha que se assemelha com a dos autores. Segundo Bobbio e Viroli,

[...] um dos temas fundamentais da filosofia política é o da obrigação política. [...] A obrigação política é a obrigação do súdito ou do cidadão em relação aos governantes, obrigação que faz surgir a pergunta “por que?”. Esta obrigação política deriva de que? No pensamento político moderno, o problema do dever é tudo menos descuidado.²⁰⁶⁰

Acrescentam os autores que o dever moral é: “o dever de servir o bem comum e de praticar a solidariedade em relação aos concidadãos”²⁰⁶¹ que não é imposto. No entanto, as leis podem ajudar indiretamente. Já foi dito que o senso do dever é um sentimento interior que precisa ser reforçado independente das leis. Esse reforço vem com a educação que é “[...] principalmente a imposição de deveres, não a solicitação de direitos”.²⁰⁶² Continuam os autores que essa educação civil ou moral tem necessidade de exemplos de verdadeiros educadores que são aqueles que possuem autoridade moral que inspiram respeito e autoridade nas pessoas. Necessita também de palavras, de exemplos e de memórias. Hoje, enfatizam Bobbio e Viroli, há uma grande necessidade de autoridade moral entre as pessoas. A vergonha é um sinal de que ainda existe um sentimento moral. Ter vergonha, nesse sentido, é um sentimento que revela a nossa percepção quando cometemos uma atitude ou um ato que a consciência moral reprime. Nessa perspectiva, Bobbio e Viroli escrevem:

Trata-se de uma virtude para homens e mulheres que desejam viver com dignidade e, porque sabem que não podem viver com dignidade em uma comunidade corrupta, fazem o que podem, quando podem, para servir à liberdade comum [...] Para alguns, a motivação predominante para o empenho vem de um senso moral e, mais precisamente, do desprezo às prevaricações, às discriminações, à corrupção, à arrogância e à vulgaridade; em outros prevalece um desejo estético de decência e decoro; outros ainda são mobilizados por interesses legítimos; desejam estradas seguras, parques agradáveis, praças bem conservadas, monumentos respeitados, escolas sérias, hospitais de verdade; outros ainda se empenham porque desejam obter estima e aspiram às honras públicas, sentar-se à mesa da presidência, falar em

²⁰⁵⁹ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰⁶⁰ Ibidem, p. 53.

²⁰⁶¹ Ibidem, p. 53.

²⁰⁶² Ibidem, p. 54.

público, estar na primeira fila em cerimônias. Em muitos casos, estes motivos trabalham juntos, e um reforça o outro.²⁰⁶³

Independente do “dever moral”, Zuleika Rocha afirmou possuir a “obrigação política”. Essa, deve ou deveria existir entre todos os sujeitos, não por um sentimento de culpa ou remorso por alguma coisa não feita, mas, sim, por uma questão de obrigação política de participação na sociedade a qual pertence.

A educação moral, de acordo com Bobbio e Viroli, gera, conseqüentemente, indivíduos com a responsabilidade cívica, com o senso da obrigação política. Nesse sentido, uma reforça a outra e o mecanismo para que esses valores existam é a educação.

A visão de Zuleika Rocha em relação à necessidade dessa educação e a sua atuação como uma obrigação política atende um dos princípios e valores que caracterizam o republicanismo, segundo as concepções teóricas de Bobbio e Viroli.²⁰⁶⁴

Por isso, Zuleika Rocha também critica o assistencialismo por si mesmo, como um ato isolado, inclusive, já comentado anteriormente, após um dos depoimentos de Kátia Rabello²⁰⁶⁵ cujas opiniões são semelhantes. E sobre o assistencialismo, Bobbio e Viroli afirmam:

A caridade deixa as coisas como estão, alivia o sofrimento, mas não cumpre qualquer ação para remontar às causas. Onde houver sofrimento, vai em socorro. Você fala de caridade para descrever a exigência de combater as causas dos sofrimentos, mas seria mais correto falar de senso de justiça, que se expressa na exigência de modificar o estado das coisas através do direito.²⁰⁶⁶

Complementando a idéia sobre a prática do assistencialismo e da caridade como impedimento do valor da justiça e do uso dos direitos, Bobbio e Viroli escrevem:

Não estou de todo convencido de que a resposta laica para a caridade católica seja a justiça, em vez de uma concepção distinta de caridade. Continuo a pensar que existe um modo laico de entender a caridade que se diferencia do modo católico, uma vez que não mira apenas a partilhar e a aliviar o sofrimento, mas mira também a fazer crescer o senso de indignação e a fortalecer os oprimidos para que eles lutem contra as causas da opressão. O sentimento de caridade, no seu significado mais alto, deve dar a força para resistir à opressão e sobretudo, a força para estimular os oprimidos a resistir.²⁰⁶⁷

²⁰⁶³ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit., p. 16-7.

²⁰⁶⁴ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁶⁵ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁶⁶ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit., p. 68.

²⁰⁶⁷ *Ibidem*, p. 69.

Dessa forma, o assistencialismo ou caridade que apenas pratica a doação para aliviar um sofrimento imediato não se caracteriza como *justiça*. Acima dessa caridade, afirmam Bobbio e Viroli, devem existir modos de contribuir com o surgimento de uma consciência política entre os oprimidos ou entre os mais necessitados para que sejam capazes de lutar contra a opressão e de resistirem às condições de desigualdade. Isso seria fazer uso da justiça em uma sociedade contra as injustiças.

Uma sociedade justa é quando todos os indivíduos têm o direito de usufruir e exercer igualmente de todos os seus direitos.

Segundo Bobbio e Viroli, o republicanismo defende que os direitos sociais não podem ser confundidos com a prática do assistencialismo ou da caridade porque cria indivíduos dependentes do Estado. Ainda, porque concede privilégios e não motiva ou encoraja os indivíduos a lutarem sozinhos. Apesar de louvável, a caridade é incompatível com a vida civil porque ofende a dignidade do indivíduo que necessita dela. Afirmam Bobbio e Viroli:

Se eu preciso de ajuda porque sou pobre, ou doente, ou velho, ou sozinho, prefiro que a ajuda seja resultado do reconhecimento *de um direito meu como cidadão* a ser o resultado da escolha de um indivíduo em nome do amor de Cristo. Ninguém é culpado por estar doente, ou por estar velho; e a *república*, mesmo que muitos não o saibam, não é uma sociedade anônima; mas *um modo de viver em comunidade que tem por fim a dignidade dos cidadãos*.²⁰⁶⁸

Nessa perspectiva, a república tem a obrigação ou o dever de garantir ajuda ou assistência, mas, segundo Bobbio e Viroli, *não como ato de compaixão* e, sim, como um reconhecimento da *posse de um direito de cidadão*. Criticam, portanto, a benevolência em vez do respeito aos direitos dos indivíduos. A caridade praticada pelas associações da sociedade civil não substitui os direitos sociais. Esses devem ser sustentados pelas leis da República, financiados e geridos com recursos públicos. No entanto, enfatizamos, Bobbio e Viroli não criticam totalmente a prática da caridade pelas associações de voluntariado, mas, afirmam que essa não resolve os problemas da desigualdade, das injustiças, da falta de uma conscientização política, não são diretamente responsáveis pelos direitos sociais e apenas amenizam um pouco o sofrimento. Os direitos sociais não podem ser confundidos como presentes ou doações, mas vistos como direitos de cidadão. Muitos deles, inclusive, foram adquiridos por meio de lutas, greves e sacrifícios pelos cidadãos e constituem-se em direitos legais e constitucionais.

²⁰⁶⁸ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit., p. 71-2 (grifos nossos).

Entendemos, dessa forma, que a “obrigação política” deve ser um valor entre os cidadãos de uma república, por meio da qual exercemos o “dever jurídico”, isto é, o respeito ao direito de todos os cidadãos.

Se essa “obrigação política” fosse ou for exercida, não existiria ou existirá o sentimento de culpa ou de remorso por alguma coisa não realizada ou mal feita, não existiriam as injustiças resultantes de tratamentos desiguais, onde uns podem tudo e outros nada, onde os direitos funcionam para alguns e não para a maioria dos sujeitos. Assim, existiria a justiça.

Por sua vez, o “*dever moral*” situa-se no âmbito *privado* e não no público e político. É uma condição *a priori*, é uma condição *sine qua non*, é a *educação* necessária do indivíduo, é *a estrutura para que a “obrigação política” possa existir* como valor entre os indivíduos em sociedade.

O “dever moral” é, portanto, individual, é do *interior* do indivíduo, que por meio dele, sente-se no dever de ser solidário com o próximo, no dever de servir e ajudar para o bem comum. Se esse for ou fosse exercido não há ou não haveria, repetimos, sentimento de culpa, de remorso ou de dívida para com outros. Esse “dever moral” é, ainda, terreno, ou seja, deve ser exercitado no momento *real* de nossa existência, diferente do “dever cristão” que é extraterreno e cuja discussão faremos no capítulo das ações políticas mais à frente.

O “dever moral” difere da “obrigação política”, sendo essa um dever *exterior*, um dever de respeito aos direitos de todos com igualdade jurídica e de participação na esfera pública e política.

No entanto, os dois valores, ou seja, o “dever moral” e a “obrigação política” são valores da mesma face, não são desvinculados. Um e outro são necessários entre si e reforçam-se mutuamente. E são, repetimos, valores fundamentais e necessários para que uma república “verdadeira” exista, segundo as concepções de Bobbio e Viroli.²⁰⁶⁹

²⁰⁶⁹ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

CAPÍTULO 10

AÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EMPRESÁRIAS NAS CIDADES REPRESENTATIVAS

“Entendo que a ação social visa e deve proporcionar mais qualidade à vida das pessoas, produzindo impacto sobre as injustiças e as exclusões – preconceitos étnicos, religiosos, sexuais etc. A ação social deve ser praticada e estar ao alcance de todos e beneficiar o planeta.”

Marta de Freitas Azevedo Pannunzio
(Em entrevista – 26/07/2006)

No âmbito das cidades representativas do estado de Minas Gerais, buscou-se saber quais ações sociais são praticadas pelas mulheres empresárias representantes e questionou-se quais demandas ou necessidades a sociedade contemporânea apresenta como motivos para que essas ações sociais fossem ou sejam alavancadas.

Para um conhecimento desse envolvimento na sociedade, que, seguramente, é um elo de ligação e de reconhecimento do contexto ou da realidade na qual as mulheres estão inseridas, verificaram-se as suas opiniões e visões, expostas a seguir. Relembramos que usamos o critério de ordem hierárquica para as cidades, e dentro de cada cidade, usamos o critério da ordem alfabética para expormos os depoimentos das mulheres empresárias.

- **Juiz de Fora**

“Vejo a ação social como uma atitude na qual os indivíduos são o principal foco. Deve-se buscar a melhoria da qualidade de vida, a inserção de todos na vida pública, da comunidade, seja por oportunidades de estudo, trabalho etc. A ação ou ações devem possibilitar perspectivas de realização a todos os indivíduos”.

Denise Maria Polato Nicodemos da Silva
(Em entrevista – 04/03/2005)

Em Juiz de Fora, **Denise Maria Polato Nicodemos da Silva**²⁰⁷⁰ afirmou que sua prática de ação social é desenvolvida dentro do espaço empresarial. Em suas palavras:

²⁰⁷⁰ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos da. Entrevista. Op. cit.

O trabalho que a empresa desenvolve com seus funcionários, treinando-os, preparando-os e capacitando-os é uma ação social que contribui para o desenvolvimento humano. Exercemos uma atividade com uma função educativa, que, aliás, caberia ao Estado e não à empresa. Possibilitamos o crescimento de nossos funcionários como cidadãos e com responsabilidade social.²⁰⁷¹

Segundo Denise Polato, na condição de empresária e como agente de saúde, acredita que contribui positivamente com aqueles que estão em seu entorno. A mudança em um âmbito mais geral, disse, se desejarmos, começa dentro de nós mesmos para, em seguida, alastrar-se. E essa mudança em nível pessoal, ou seja, em um âmbito mais privado, está sendo realizada no interior de sua empresa. A partir daí, essas pessoas poderão contribuir em uma esfera mais ampla.

Afirmou que a participação de todos na sociedade deve ou deveria ser, não por uma questão de dívida social e, sim, por uma questão do bem público e de princípios éticos.

Observa-se que Denise Polato, de acordo com Bobbio e Viroli,²⁰⁷² defende a concepção do dever moral e da obrigação política, cujos significados já registramos.

Opinou Denise Polato que a sociedade brasileira, aproximadamente a partir da década de 1990, assistiu ao crescimento de uma preocupação em relação à postura da empresa na sociedade. Em suas palavras:

[...] a preocupação, inclusive, deu-se também no diferencial de marketing. E pela percepção diária do despreparo da mão-de-obra, dos problemas sociais que afetam o indivíduo e, conseqüentemente, a produtividade. Se o Estado não faz ou não cumpre o seu papel, o empresariado resolveu fazer, pois sabia que a espera seria muito longa. [...] Assim, as empresas ou o empresariado viram-se “forçados” a tomarem decisões no cumprimento de um papel que é do Estado.²⁰⁷³

O depoimento de Denise Polato enquadra-se no que o autor Oliveira²⁰⁷⁴ escreve sobre a responsabilidade social nas empresas. Afirmo o autor que, durante algum tempo, a empresa do ponto de vista econômico era “[...] como uma entidade instituída pelos investidores e acionistas com o objetivo único de gerar lucros”.²⁰⁷⁵

Essa percepção sobre a empresa que não se limita somente ao capital ou ao lucro, e deve levar em conta vários outros elementos, como matéria-prima, ou recursos naturais, recursos humanos, sem os quais não é possível produzir, não satisfaz as necessidades do

²⁰⁷¹ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos da. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁷² Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰⁷³ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos da. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁷⁴ Cf. OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de. *Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã*. In: *Responsabilidade social das empresas*. (Vários autores). Op. cit.

²⁰⁷⁵ *Ibidem*, p. 202.

homem e, portanto, não gera riquezas, é um discurso já conhecido e ventilado no meio empresarial. A empresa faz parte de seu contexto, de sua realidade, estabelece relações com outras entidades e com o público. Escreve Oliveira que no mundo da contemporaneidade,

[...] se sabe que a empresa não se resume exclusivamente no capital [...] percebe-se que a empresa é uma realidade pluridimensional, composta de seres humanos reunidos em uma entidade maior, a sociedade. Tanto os propósitos desta quando os pessoais dos membros das organizações vão além dos objetivos empresariais particulares. Daí a afirmação de que a empresa tem responsabilidades que transcendem o modelo tradicional (o lucro) e se firmam no campo social.²⁰⁷⁶

No entanto, quando Denise Polato citou o envolvimento da empresa no interior da sociedade, o seu foco foi no sentido de ressaltar a inoperância ou a omissão do Estado em relação aos problemas sociais que a sociedade apresenta no momento.

Do seu ponto de vista, devido aos vários problemas sociais existentes que são de responsabilidade do Estado, como não foram e não são resolvidos, esses afetam diretamente o funcionamento das empresas. Por isso, essas se viram “forçadas” a participar para ajudar na resolução de problemas para além de sua esfera, ou seja, nos problemas sociais de responsabilidade do Estado.

Também em Juiz de Fora, a empresária **Maria José da Conceição Silva**²⁰⁷⁷ participa de ações sociais apoiando e ajudando os mais carentes por meio do Lions Club ao qual pertence, contribuindo com creches, asilos e com uma associação de cegos. Além da cidade de Juiz de Fora, Maria José disse participar também de ações sociais na comunidade de Simão Pereira, próxima a Juiz de Fora. Como exemplo citou sua colaboração em feiras de saúde, coleta de agasalhos, de alimentos, aquisição e distribuição de cadeiras de rodas para portadores de necessidades especiais, coleta e distribuição de cobertores e outros.

As ações sociais, segundo Maria José, são impulsionadas devido à gritante desigualdade social. Além disso, continuou, por uma consciência do dever moral e por uma dívida social:

Os desvios que assistimos e testemunhamos pela mídia, os recursos que deveriam ser revertidos para a população em vários setores, estão indo para os bolsos particulares de alguns. A pobreza, a falta de educação, o desestímulo ao comércio, à indústria que são os gerados de empregos e de renda, não são levados à sério. Pagamos uma tributação exagerada, o que afeta e atrapalha o crescimento de um modo geral.²⁰⁷⁸

²⁰⁷⁶ OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de. Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã. In: *Responsabilidade social das empresas*. (Vários autores). Op. cit., p. 202.

²⁰⁷⁷ SILVA, Maria José da Conceição. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁷⁸ Ibidem.

Observa-se, pelo depoimento, a crítica e a denúncia da falta do dever moral e ético dos dirigentes, o que leva ao desrespeito, ao descumprimento dos direitos e, portanto, a todos os problemas sociais citados. Ainda, Maria José ressaltou o descaso dos órgãos estatais em relação às empresas, a carga tributária pesada e a falta de incentivo àqueles que são geradores de renda e de emprego.

Como prática de ação social, **Rita de Cássia R. Delmonte**²⁰⁷⁹ exemplificou sua participação da seguinte maneira: “[...] criei uma biblioteca; trabalhei com um grupo de mulheres para conscientização e divulgação de métodos contraceptivos; patrocinei um projeto de ocupação e geração de renda e outros”.²⁰⁸⁰

Como projeto em andamento, disse que buscou uma parceria com o objetivo de ceder um espaço para a realização de esportes infantis. De sua parte, por meio da empresa, é a responsável pelo patrocínio financeiro desse projeto.

Seu interesse em participar dessas ações, ressaltou, é contribuir para que haja a possibilidade da construção de um mundo melhor e mais justo. Segundo Rita Delmonte:

É importante lembrar que o nosso planeta está transformando-se em uma aldeia global. Com a crescente interdependência de todos, o bem-estar da humanidade depende cada vez mais de uma ação cooperativa. É fundamental que exista uma consciência global e que haja um engajamento de todos para um processo de desenvolvimento sustentável.²⁰⁸¹

Verifica-se uma preocupação com o mundo comum, segundo Arendt,²⁰⁸² que é a continuidade e preservação de espaços públicos para as futuras gerações, quando Rita Delmonte referiu-se “[...] a um processo de desenvolvimento sustentável”.²⁰⁸³

Rita Delmonte opinou sobre a questão da dívida social enfocando a má distribuição dos recursos. Ainda, que a educação deveria ser o foco de maior investimento e preocupação de todos os governos em todas as esferas, semelhante à percepção de Bobbio e Violi²⁰⁸⁴ em relação à importância da educação para os indivíduos. Sobre a demanda da sociedade para que as empresas tenham uma maior participação, a empresária Rita Delmonte, semelhante à opinião de Denise Polato, comentou:

²⁰⁷⁹ DELMONTE, Rita de Cássia R. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁸⁰ Ibidem.

²⁰⁸¹ Ibidem.

²⁰⁸² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²⁰⁸³ DELMONTE, Rita de Cássia R. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁸⁴ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

A responsabilidade social é uma preocupação de todo o empresariado a partir da década de 1990, com maior ênfase. A sociedade brasileira passou por transformações econômicas e sociais que forçaram e estão forçando as pessoas e o país a buscarem uma efetiva participação no cenário da globalização e do desenvolvimento. A busca por um mundo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável é a essência da responsabilidade social das empresas, que ultrapassaram os limites de suas obrigações com o seu capital humano.²⁰⁸⁵

Observa-se o reforço que Rita Delmonte dispensou às ações sociais das empresas ou de seus dirigentes na busca de um equilíbrio em relação à distorção econômica, o valor da justiça e a preservação de um espaço comum para os indivíduos. Para tanto, opinou que as ações sociais devem ter resultados efetivos e não paliativos.

Ilustrando essa percepção e semelhante à opinião de muitas empresárias, Rita Delmonte disse: “A filantropia é uma ação social que pode ajudar momentaneamente, mas não se preocupa com a transformação da situação de carência, com a resolução efetiva dos problemas sociais”.²⁰⁸⁶

Nesse sentido, existe uma crítica contundente entre a maioria das empresárias em relação à filantropia. Paradoxalmente, reafirmamos, percebe-se que essa maioria faz uso dessa prática, ou seja, apesar de ser percebida como uma ação social que não provoca nenhuma alteração ou traz retorno para a sociedade, ainda é uma, senão, a mais recorrente em números entre uma boa parte das mulheres empresárias.

- **Uberlândia**

“Penso que a ação social deve envolver todas as pessoas com habilidades diferentes e dispostas em torno de atividades que possam contribuir para mudar algo ou colaborar com a sociedade”.

Cleibe de Fátima Alves Cabral
(Em entrevista – 28/05/2005)

Passando à Uberlândia, a empresária **Cláudia Valéria Gonçalves**²⁰⁸⁷ atualmente participa de um projeto social que atende crianças carentes com deficiência visual. Caso algum problema seja detectado, faz-se o encaminhamento para a aquisição de óculos ou para outros atendimentos de acordo com as necessidades. Contribui com a confecção e aquisição dos óculos. Também disse participar de campanhas beneficentes como desfiles, por exemplo,

²⁰⁸⁵ DELMONTE, Rita de Cássia R. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁸⁶ Ibidem.

²⁰⁸⁷ GONÇALVES, Cláudia Valéria. Entrevista. Op. cit.

para aquisição de fundos para famílias carentes, com o intuito de contribuir com a melhoria de vida desses cidadãos e, portanto, da cidade como um todo.

Em contrapartida, Cláudia Valéria afirmou que a empresa também tem interesses de marketing para a divulgação da sua imagem. A prática da ação social, portanto, visa aos dois lados, isto é, promover a empresa e, ao mesmo tempo, contribuir com a sociedade. Em suas palavras: “Praticamos as ações para fazer marketing e, juntamente a ele, pelo bem comum. Se é bom para um, é bom para o outro e, conseqüentemente, para todos da coletividade”.²⁰⁸⁸

A empresária **Cleibe de Fátima Alves Cabral**²⁰⁸⁹ afirmou não praticar nenhuma ação social.

Apesar de sua não participação, comentou que o interesse pessoal é o principal fator para tais ações, ou seja, a consciência política. Disse que não há dívida social a ser paga, mas sim, “[...] o que existe é uma inércia na política e na sociedade, o não cumprimento das leis e do que é correto”.²⁰⁹⁰ Ressaltamos a semelhança da declaração de Cleibe de Fátima com o pensamento de Bobbio e Violi,²⁰⁹¹ já exposto, em relação à obrigação política, mas, apesar do seu discurso revelar o conhecimento de tal responsabilidade, a sua prática efetiva não foi detectada.

Também em Uberlândia, **Martha de Freitas Azevedo Pannunzio**²⁰⁹² disse participar da prática de ações sociais por meio do Instituto de Artes, Cultura e Ciências do Triângulo – IAT, criado em 1988 por um grupo de voluntários e responsável por inúmeros eventos culturais. Sem fins lucrativos, o IAT proporciona essas atividades, enfatiza Martha Pannunzio, extensivas ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O IAT e a FIEMG são parceiros permanentemente na promoção e execução das ações sociais que são inúmeras e diversas.

Referindo-se às ações sociais em outro espaço, ou seja, no espaço do Sindicato Rural do qual também é membro, Martha Pannunzio disse participar por meio da AICA – “Artes Integradas do Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia” (CAMARU), – reunindo um grande grupo de artistas plásticos. O Camaru realiza anualmente uma festa para os pecuaristas, durante a qual os artistas possuem um pavilhão dentro desse “Parque de Exposições” para expor e vender seus trabalhos. É ao mesmo tempo uma exposição cultural e uma forma de contribuir com os artistas na comercialização.

²⁰⁸⁸ GONÇALVES, Cláudia Valéria. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁸⁹ CABRAL, Cleibe de Fátima Alves. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁹⁰ Ibidem.

²⁰⁹¹ Cf. BOBBIO, Norberto; VIOLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²⁰⁹² PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

De acordo com Martha Pannunzio, as empresas aumentaram sua participação na responsabilidade social

[...] porque os projetos e programas de responsabilidade social podem ser executados a custo zero para a empresa, graças ao artifício das leis de incentivo (federal, estadual e municipal). Além disso, porque esses programas permitem uma visibilidade à empresa patrocinadora que não investe sequer um centavo e, ainda, ganha espaço na mídia e no reconhecimento da população.²⁰⁹³

A crítica da empresária Martha Pannunzio nos revelou temas que demandam questionamentos e reflexões. De acordo com seu depoimento, infere-se que, caso não houvesse incentivo dos governos, as empresas, então, não teriam como prática a responsabilidade social. Ou, em outras palavras, se fosse preciso a empresa tirar de seus lucros e não de seus impostos que devem ser pagos, o financiamento das ações sociais não ocorreria, pelo menos, em grande parte das empresas.

Enfatizamos que Martha Pannunzio dirige seu comentário às empresas ou às ações sociais de responsabilidade empresarial. Isso, pelo fato de verificarmos que muitas outras ações sociais praticadas por uma grande parte das mulheres empresárias deste estudo são praticadas por meio da doação de seu tempo, de seu trabalho e de seu esforço pessoal.

Portanto, alguns tipos de ações sociais não dependem das leis de incentivo às empresas, mas sim, da vontade, do ato voluntário ou do desejo de contribuir, simplesmente. Sabemos, no entanto, que o comentário de Martha Pannunzio é muito pertinente, abrindo, inclusive, outras possibilidades de análise. Ou seja, será que as empresas realmente estão mudando sua cultura em relação à participação na sociedade à qual pertencem ou será devido aos recursos da lei de incentivo que são repassados de qualquer forma ao governo? Se não tivessem que pagar essa parcela, se não fosse “descontado” no imposto a ser pago esse valor do investimento direcionado às ações sociais, será que as empresas “desembolsariam” esses recursos diretamente de seus ganhos? São questões em aberto. Na opinião de Martha Pannunzio, as ações sociais de responsabilidade das empresas que se beneficiam das leis de incentivo seriam seriamente afetadas.

Apesar desses questionamentos, verificou-se com grande ênfase e, praticamente em todos os depoimentos das empresárias deste estudo, a preocupação com a desigualdade social, com as injustiças sociais, a vontade de uma mudança para uma sociedade melhor e mais justa. Faltaram, no entanto, as ações concretas que comprovam a mudança de tais situações no espaço coletivo ou para toda a sociedade.

²⁰⁹³ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

Por outro lado, endoçamos que, realmente, muitas empresas deixariam de praticar a responsabilidade social se o governo retirasse o incentivo ou o desconto no imposto de renda a pagar, como afirmou Martha Pannunzio.

Entretanto, acrescentou a empresária que, independente de incentivos ou não, a prática das ações sociais são necessárias, sendo essas de cunhos sociocultural e socioambiental, que afetam e afetarão a vida de todos os cidadãos.

Para que a responsabilidade social seja efetivamente ou verdadeiramente assumida como virtude cívica, essa deve ser assumida pela consciência política e, não, pelo fato de que se não fizer, “o dinheiro vai para o Estado mesmo”, ou não se faz, “porque não tem dinheiro”.

- **Divinópolis**

“Vejo a ação social como algo que pode ajudar outras pessoas que necessitam e que pode colaborar com nossa comunidade. É algo que nos engrandece porque exercitamos a solidariedade”.

Denize Fonseca Santos Lara
(Em entrevista – 31/05/2006)

Passando à Divinópolis, na área social, **Denize Fonseca Santos Lara**²⁰⁹⁴ tem como prática colaborar em campanhas para aquisição de alimentos, agasalhos, utensílios domésticos, material escolar e ajudar na construção e recuperação de casas para famílias necessitadas.

O projeto do qual participa chama-se “De volta para casa” que tem o objetivo de construir e doar vinte e seis casas para as famílias carentes. Os recursos para tal projeto são angariados por meio de eventos beneficentes dos quais participa.

Acrescentou que o fato de ser solidária a engrandece e a satisfaz como pessoa, por isso, procura colaborar para que a sociedade seja mais justa, por uma questão de dever moral e pelo bem comum. Acredita que existe uma dívida social pelo fato de, cada vez mais, o déficit na distribuição de renda aumentar pela incapacidade política de gerenciamento.

Como atuação nas atividades sociais, **Maria Ângela Sena Rabelo**²⁰⁹⁵ afirmou participar de um grupo de ajuda à uma casa de abrigo para meninas sem família, amparadas por uma ONG.

A idéia de que a sociedade possa melhorar por meio de organização da sociedade civil é um fator propulsor de sua participação, além de uma busca de cidadania para todos. A má

²⁰⁹⁴ LARA, Denize Fonseca Santos. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁹⁵ RABELO, Maria Ângela Sena. Entrevista. Op. cit.

gestão do dinheiro público, comentou, tem produzido e aprofundado uma imensurável desigualdade social e, por isso, deve-se combater a dívida social presente na sociedade.

A responsabilidade social, nas empresas, de acordo com Maria Ângela, deve-se à crescente desigualdade e à violência.

Com suas palavras disse: “Não adianta mais levantar os muros das casas. O empresariado precisa colocar a “mão na massa” e envolver-se na busca de uma sociedade menos desigual. [...] O divisor de águas é, para mim, o nível de violência a que estamos expostos”.²⁰⁹⁶

Semelhante à empresária Carmen Eugênia Bretas Bavoso,²⁰⁹⁷ Maria Ângela enfatizou a violência como a detonadora das intervenções sociais por parte das empresas. Na verdade, o quadro que se forma sobre a sociedade abrange todas as causas citadas, convergindo todos os depoimentos das empresárias às mesmas causas, necessidades, questões ou problemas sociais.

A empresária **Tereza Cristina Coelho Pinto**²⁰⁹⁸ tem sua atuação social por meio da “Associação Comercial e Industrial de Divinópolis” – ACID. Como exemplo de uma ação social citou a realização de uma feira permanente de artigos manuais com a finalidade de ajudar os artesãos e artesãs locais e da região na comercialização de seus produtos. O espaço da feira é terceirizado com o apoio do empresariado, Prefeitura, Corpo de Bombeiro e Cemig.

Participa também de vários projetos sociais por meio do Lions Club, como a ajuda na construção de um espaço para o funcionamento do “Centro de Apoio aos Deficientes – Helena Antipof”. Para essa construção contou com o apoio de uma parceira financeira, uma ONG internacional, além da realização de uma série de atividades como bingos, jantares, rifas e outras, para ajudar nos gastos.

Também Tereza Cristina afirmou que, por meio da associação, os afiliados contribuem e apóiam outras entidades como creches, asilos etc.

A empresária complementou que tenta colaborar para a melhoria da vida de todos e com o bem comum. Em sua opinião, os dirigentes e a classe mais alta no Brasil detêm grande parte da renda, e a classe média e baixa foram e estão sendo prejudicadas, principalmente os indivíduos que se encontram excluídos de qualquer participação. Nesse sentido, concorda com uma dívida social a ser quitada.

Segundo Tereza Cristina, o empresariado despertou para a responsabilidade social,

²⁰⁹⁶ RABELO, Maria Ângela Sena. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁹⁷ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

²⁰⁹⁸ PINTO, Tereza Cristina Coelho. Entrevista. Op. cit.

[...] desde quando perceberam o quanto as ações sociais contribuem para a imagem da empresa dentro e fora do Brasil. O que é, nada mais, nada menos, que pura politicagem. Além do mais, essa política sempre esteve presente no que diz respeito às conquistas, aos espaços, melhores recursos, movimentações de negócios e melhores ou mais fáceis acessos.²⁰⁹⁹

A empresária Tereza Cristina revelou uma percepção crítica e cética em relação à prática das ações sociais como recurso para autopromoção da empresa na sociedade. Sua percepção se assemelha ao da empresária Martha Pannunzio, de Uberlândia, ao dizer que as empresas aproveitam-se do patrocínio aos programas sociais para sua visibilidade na mídia sem gastar um centavo sequer.

Semelhante também ao comentário da empresária Martha Pannunzio, Tereza Cristina afirmou que apesar dessas críticas, não significa dizer que as ações sociais não sejam importantes para uma melhoria na qualidade de vida para todos e, sim, critica a forma de uso das ações sociais para uma propaganda “marketeira”, a fim de conseguir benefícios apenas para a empresa e cujas ações sociais não correspondem a resultados efetivos e positivos na sociedade.

Confirmando essa opinião de Tereza Cristina, o autor Tenório²¹⁰⁰ escreve que algumas empresas tomam um rumo com tendências mais voltadas para o mercado neoliberal fazendo uso de uma justificativa “[...] fundada em teorias sociais que referenciam processos democráticos na busca da justiça social, da solidariedade, para uma prática mercantil, assentada em teorias organizacionais que buscam resultados”.²¹⁰¹ Dessa forma, os únicos objetivos são os de assegurar a sobrevivência e os ganhos da organização sem contribuir com a comunidade por meio das ações sociais “divulgadas”, mas não realizadas, ou como agentes sociais.

- **Governador Valadares**

“Como ação social podemos colaborar, interferir e lidar com as pessoas mais necessitadas de nossa sociedade. [...] Podemos ajudar com o crescimento de outros [...] e para o bem da comunidade”.

Maria Beatriz Silveira Santos
(Em entrevista – 19/05/2005)

²⁰⁹⁹ PINTO, Tereza Cristina Coelho. Entrevista. Op. cit.

²¹⁰⁰ TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: O espectro do mercado. *Revista de Administração Pública*. v. 33, n. 5, p. 98, 1999.

²¹⁰¹ Ibidem.

Como ação social, **Maria Beatriz Silveira Santos**²¹⁰² participa de trabalhos com crianças no espaço da igreja de sua cidade e com doações para famílias carentes. Afirmou que a realização de tais ações são motivadas por um sentimento de amor ao próximo, mais de coração. Sua ação, portanto, é de solidariedade, encaixando-se no dever moral, segundo Bobbio e Viroli.²¹⁰³

A sociedade, afirmou, deveria participar e contribuir com mais empenho e ações concretas, porque, do seu ponto de vista, existe uma dívida social que deve ser atenuada. O bem público, disse, deve ser responsabilidade de todos e não apenas de alguns.

Maria Beatriz opinou que a demanda que a sociedade atual coloca, semelhante às outras empresárias, deve-se aos problemas sociais de todos os tipos e a quantidade de escândalos que tem ocorrido. Mesmo que esses tenham existido anteriormente nunca haviam se tornados tão numerosos e visíveis na sociedade. Maria Beatriz ressaltou a sua indignação e da sociedade perante a falta de respeito e ética por alguns representantes políticos e outros indivíduos em relação à coisa pública.

Sobre essa falta de ética ou de princípios morais na sociedade citada pela empresária, buscamos Heller e Fehér que afirmam que toda cultura deve adotar os princípios democráticos como norteadores para a política, dentro da qual está todo ator político, como também deve respeitar outras culturas. Escrevem os autores: “Os princípios políticos da democracia são também máximas morais”.²¹⁰⁴ Desse modo, uma máxima moral tem um valor universal e os princípios que formam a máxima moral devem ser aplicados para cada um e para todos dentro da chamada “humanidade”. Os princípios que constituem uma política democrática, segundo Heller e Fehér são:

1. Aja como se a liberdade pessoal de cada um e todos os cidadãos, e a independência de cada um e todos os países, dependessem de sua ação. É a máxima moral e o princípio político da *liberdade*. [...]
2. Aja de acordo com todas as regras políticas, leis nacionais e internacionais, cuja infração você desaprovava mesmo no caso de apenas um cidadão (ou um país). É a máxima e o princípio moral da *justiça* (política). [...]
3. Em todos os seus assuntos políticos, presuma que todos os homens e mulheres são capazes de tomar decisões políticas. Portanto, submeta suas propostas e planos a discussão pública e aja segundo o resultado da discussão. Coopere nos processos de formulação política com todos que estejam dispostos a cooperar com você: *vox populi, vox Dei*, renuncie a todas as suas posições de poder e tente convencer os outros da correção de suas opiniões. É a máxima e o princípio político da igualdade (racional). [...]
4. Reconheça todas as necessidades humanas, desde que a satisfação delas seja concebível sem choques com as máximas de

²¹⁰² SANTOS, Maria Beatriz Silveira. Entrevista. Op. cit.

²¹⁰³ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²¹⁰⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 104.

liberdade, justiça e igualdade (racional). É a máxima moral e o princípio político *da justiça*. [...] 5. Em todas as suas negociações, apóie aquelas classes, grupos e países que suportam os mais brutais sofrimentos, a não ser que esse postulado se choque com as outras máximas de conduta política. É o princípio político e a máxima moral *da equidade*.²¹⁰⁵

Afirmam os autores, ainda, que se aceitamos os princípios democráticos para a política, devemos buscar agir de acordo com esses princípios, adotando-os em cada e todas as sociedades ou cultura. “Isso ‘deve’ implicar a *obrigação de que nós mesmos ajamos de acordo aqui e agora*”.²¹⁰⁶

Comentam os autores que existem pessoas que usam esses princípios morais como reguladores e, por isso, podem ser aplicados em *qualquer parte e por qualquer pessoa*. O cético que não acredita nos princípios morais, achando-os apenas bonitos ou que soam bem, ou criticando sua impossibilidade para qualquer forma de prática política, não deixa esperança para uma democracia real.

Maria Bete Dias Ramalho²¹⁰⁷ tem como prática de ação social um trabalho direcionado à reciclagem de papel com uma produção de caixas de embalagens. Nesse sentido, disse contribuir também para uma consciência ecológica de preservação do meio ambiente. E, acrescentou: “Sempre que é possível participo e ajudo instituições sociais, igrejas, creches e outras entidades voltadas para as ações sociais, com o intuito de minorar as dificuldades dos mais carentes”.²¹⁰⁸

Sua atuação social por meio de campanhas variadas e diversas é uma prática constante. Tal atitude deve-se ao fato de um dever moral de cidadã e a noção de um bem público, buscando uma possível mudança e equilíbrio na desigualdade social.

Segundo Maria Bete “Muitas atitudes deveriam ser tomadas em prol dos menos favorecidos como alimentação, moradia, saúde e educação, sendo essas, condições básicas de sobrevivência e não resolvidas”.²¹⁰⁹

Por isso, afirmou que existe uma dívida social em relação a uma grande parcela da sociedade. E sobre as demandas da sociedade provocando um incremento nas ações sociais, Maria Bete disse:

²¹⁰⁵ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 104-5.

²¹⁰⁶ Ibidem, p. 104.

²¹⁰⁷ RAMALHO, Maria Bete Dias. Entrevista. Op. cit.

²¹⁰⁸ Ibidem.

²¹⁰⁹ Ibidem.

Essa preocupação das empresas tem acentuado nos últimos anos, apesar de muitas já terem a responsabilidade social como fator de melhoria em suas relações internas e externas. É claro que a empresa só tem a ganhar, seja com sua imagem ou mesmo no abatimento do imposto de renda.²¹¹⁰

Em Governador Valadares, também, **Sônia Ferreira de Amorim Terra**²¹¹¹ afirmou ser mantenedora de uma creche, coordenadora de trabalhos filantrópicos, coordenadora de pastoral familiar e membro de associação de bairro.

No espaço da empresa promove cursos para os funcionários com o objetivo de capacitá-los, motivá-los e ajudá-los no crescimento profissional. A consciência do dever moral e a busca pelo bem público são fatores que a impulsionam a participar por meio das ações sociais e, ainda, opinou, devido à existência, não de uma, mas de várias dívidas sociais. E, acima desses fatores, a injustiça social é o fator que mais a incomoda. Acredita que com uma participação mais consciente, organizada e com o esforço de todos, uma melhora considerável pode ser efetivada.

- **Montes Claros**

“Ação social pode ser um trabalho destinado ao bem comum, sempre culminando com uma vida melhor para todos”.

Laudemares Mendes Caldeira
(Em entrevista – 02/06/2005)

Na cidade de Montes Claros, em relação à prática da ação social, **Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura**²¹¹² contribui financeiramente com um orfanato, com o Asilo São Vicente de Paula, com a APAE e acrescentou: “Ajudei na construção de uma igreja, participo de leilões beneficentes, faço doações a entidades filantrópicas e também contribuo com a polícia civil”.²¹¹³

Apesar de participar com doações financeiras a entidades de caráter filantrópico, Cibely Boaventura deixou clara sua percepção de que essa forma de ajuda não possibilita retorno, ou seja, não contribui para o crescimento autônomo das pessoas. Apenas ameniza o

²¹¹⁰ RAMALHO, Maria Bete Dias. Entrevista. Op. cit.

²¹¹¹ TERRA, Sônia Ferreira de Amorim. Entrevista. Op. cit.

²¹¹² BOAVENTURA, Cibely de Jesus Rodrigues. Entrevista. Op. cit.

²¹¹³ Ibidem.

sofrimento imediato. Sua concepção encaixa-se nas definições teóricas de Bobbio e Viroli,²¹¹⁴ já comentadas.

Defende a idéia da necessidade da luta por uma sociedade mais justa. Por isso, disse que existe uma dívida social na sociedade brasileira causada pela grande corrupção e pela troca de interesses na política, impedindo um maior equilíbrio na distribuição de renda. O dever moral, em sua opinião, depende do caráter das pessoas e não do dinheiro, e o que falta à sociedade, de uma maneira geral, para provocar as reformas necessárias, é a educação. Por meio dessa, as pessoas podem e saberão exigir, propor, participar e cobrar dos governantes. Portanto, qualquer indivíduo, rico ou pobre, independente de sua condição financeira pode e deve participar.

Verifica-se, novamente, que as concepções de Cibely Boaventura em relação ao dever moral aliado à educação assemelham-se ao pensamento de Bobbio e Viroli²¹¹⁵ quando esses nos explicam que o dever moral, de âmbito interior, depende da educação dos indivíduos.

Sobre o motivo da prática da responsabilidade social nas empresas, Cibely Boaventura afirmou:

A própria sociedade cobra isso das empresas e elas têm fundamental importância no crescimento qualitativo da cidade. O empresariado tomou conta disso a partir do momento que a violência, a fome, os problemas sociais, enfim, começam a atingir o meio em que estamos e, com isso, torna-se necessário agir. Infelizmente, as pessoas não pensam em longo prazo e, sim, no emergencial. Seria necessário que todos se unissem em prol do bem comum.²¹¹⁶

Verifica-se a semelhança da opinião de Cibely Boaventura com todas as empresárias ressaltando, sempre, a questão dos problemas sociais que levam à violência. Percebe-se, também, a sua crítica ao imediatismo e o conhecimento da responsabilidade cívica com o bem comum ao defender ações de longo prazo, portanto, para as próximas gerações.²¹¹⁷ Ainda, a consciência política de participação como cidadã ao dizer que “Não podemos culpar os governantes, pois sabemos que também podemos contribuir”.²¹¹⁸ A sociedade é responsabilidade de todos, indivíduos e Estado, por isso, não podemos responsabilizar esse por todas as deficiências.

²¹¹⁴ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²¹¹⁵ Cf. *Ibidem*.

²¹¹⁶ *Ibidem*.

²¹¹⁷ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

²¹¹⁸ BOAVENTURA, Cibely de Jesus Rodrigues. Entrevista. Op. cit.

Como ação social, também em Montes Claros, **Jeane Carla Silva Ribeiro**²¹¹⁹ citou sua contribuição com a “Fundação Sara”, voltada para o atendimento de crianças com câncer, por meio de campanhas solidárias.

Afirmou que sua prática social deve-se à consciência do dever moral por acreditar em ajudar o próximo, mas não por uma dívida social. Aliada ao dever moral, a “obrigação política” aparece em suas concepções por entender que todos os sujeitos possuem deveres e direitos, não sendo, portanto, uma dívida social. Verifica-se, dessa forma, o cruzamento do dever moral e da obrigação política.

Para Jeane Carla, a participação das empresas, atualmente, nas questões sociais e políticas, deve-se à uma consciência mais crítica e mais idealista por parte da sociedade que está exigindo uma maior contribuição das empresas e buscando melhores condições de vida. Isso força as empresas a buscarem novas formas de participação na sociedade. Essa mudança nas empresas inicia-se com a globalização por acarretar maior acesso às informações e aos acontecimentos na sociedade contemporânea. Confirmando a declaração de Jeane Carla, Fleury escreve:

A entrada do Brasil na década de 90 foi marcada, desde os seus primeiros meses, por mudanças políticas, econômicas e sociais que impactaram diferencialmente os vários segmentos da sociedade. Algumas questões tornaram-se quase palavras de ordem acendendo os debates, como competitividade, tecnologia, flexibilidade, modernização negociada etc. [...] Em um cenário de mudanças, no qual a competitividade das empresas no mercado internacional parece não mais ser assegurada primordialmente por incentivos fiscais e, no mercado interno, pelos mecanismos protecionistas, o potencial competitivo dos diferentes blocos empresariais tenderia a não mais se ancorar nos instrumentos de pressão e *lobby* político (a chamada competitividade externa), mas na eficiência empresarial. [...] Entre os fatores propulsores desta competitividade, o desenvolvimento tecnológico aparece, como sempre, em primeiro plano, mas já se menciona, cada vez com maior frequência, a emergência de novos formatos organizacionais [...] A procura de modelos de gestão que viabilizam novas formas de interação entre os indivíduos, as categorias profissionais e a organização surge como principal prioridade no discurso e mesmo na prática de certas empresas. [...] E é nesse contexto, de se pensar novas formas de relação entre as pessoas, entre categorias sociais e empresa, que temas como identidade, cultura são recuperados [...].²¹²⁰

Nesse sentido, o contexto das mudanças está provocando novas relações entre a empresa e as pessoas no âmbito interior e exterior, além de aprofundar o tema sobre uma nova cultura na estrutura organizacional.

²¹¹⁹ RIBEIRO, Jeane Carla Silva. Entrevista. Op. cit.

²¹²⁰ FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura de Empresa e Novas Formas de Gestão da Força de Trabalho. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. Op. cit., p. 245-6.

Também em Montes Claros, a empresária **Laudemares Mendes Caldeira**²¹²¹ contribui com o Asilo São Vicente de Paula, uma entidade que se dedica às pessoas da terceira idade.

Apesar de citar vários motivos que a levam a praticar a ação social, enfatizou a consciência do dever moral como a mais importante. Acredita que existe uma dívida social e, por isso, a sociedade como um todo é responsável e deve colaborar para saná-la. O dever moral é um valor constante entre as empresárias, no entanto, a questão da existência de uma dívida social apresentou algumas variações, a exemplo de Jeane Carla e Laudemares Mendes.

- **Patos de Minas**

“Tenho disponibilidade para tudo que vem ao encontro da viabilização de um país mais justo, mais próspero, onde a injustiça não tenha mais lugar. Em meio a uma crise de valores, torna-se necessário que busquemos caminhos de vida mais humanizadores e consoantes com o espetáculo da vida.”

Cléia Morum Queiroz
(Em entrevista – 14/12/2006)

A atuação da empresária **Cléia Morum Queiroz**²¹²² em relação às ações sociais são dirigidas aos portadores de necessidades especiais. Para tanto, participa de vários projetos com o objetivo de efetivar a inclusão social desses nas áreas profissional, educacional, social, política e cultural. Em suas palavras:

São vários projetos em andamento dos quais faço parte e, por isso, colaboro. Buscamos a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiências por meio dos seguintes projetos: “Iluminar”; “Abordagem Direta do Inconsciente” – ADI – para pessoas com deficiência visual especificamente; “Projeto Pesquisa Científica” – ADI – para retinose pigmentar.²¹²³

As atividades são diversificadas porque levam em conta as necessidades específicas dos portadores de necessidades especiais e, por isso, participa de trabalhos que são terapêuticos, musicais e pedagógicos. Afirmou Cléia Morum:

No “Núcleo de Convivência do Centro de Apoio Pedagógico” – CAPDV – por exemplo, acompanhamos os deficientes visuais de escolas públicas e particulares do ensino básico e fundamental, de faculdades, clubes de serviços, hospitais, enfim, nas áreas da sociedade que se fizerem necessárias, desde 1995.²¹²⁴

²¹²¹ CALDEIRA, Laudemares Mendes. Entrevista. Op. cit.

²¹²² QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

²¹²³ Ibidem.

²¹²⁴ Ibidem.

Participou também da fundação de uma entidade para atender menores carentes em Brasília e de ações educativas junto à comunidade, como o plantio de cereais em lotes vagos.

Segundo Cléia Morum, a sua participação e iniciativa nessas ações sociais se devem à sua consciência porque “[...] tenho uma parcela de contribuição a ser dada em prol de uma sociedade mais justa, mais humana, de um mundo melhor e menos excludente”.²¹²⁵ Devido às grandes injustiças existentes na sociedade brasileira, afirmou que todo cidadão ou cidadã consciente precisa atuar e dar sua contribuição.

A percepção de Cléia Morum em contribuir para uma sociedade mais justa encontra ressonância em outras empresárias. A concepção de uma sociedade justa enquadra-se na obra de Miranda Filho ao escrever que um Estado justo,

[...] será aquela instituição que buscará essencialmente o bem de todos e de cada um, o bem-comum. Neste Estado ideal princípio e fim se harmonizam perfeitamente. O princípio: liberdade de cada um assegurada na medida em que também é assegurada a liberdade de todos. O fim: a virtude de mais alto significado político, a justiça entendida como bem-comum; [...].²¹²⁶

Essa concepção tem sua origem no filósofo Sócrates, confirmada pelas análises de Aristóteles, ao definir a pólis como pluralidade e a virtude e o bem-comum como justiça e, por isso, do Estado.

A pluralidade da pólis é explicada por Aristóteles como sendo constituída por diversos e diferentes indivíduos:

[...] agricultores, trabalhadores, artesãos, comerciantes, [...], as forças armadas, os ricos, os funcionários e magistrado, os virtuosos etc.[...] “as mesmas podem ser simultaneamente defensores do país, agricultores, artesãos ou ainda conselheiros e juízes”.²¹²⁷

No entanto, os ricos e os pobres não podem trocar simultaneamente sua condição econômica, como podem ser trocadas as funções, isto é, o rico não pode ser pobre e nem o pobre pode ser rico ao mesmo tempo. Explica-nos Aristóteles que a oligarquia e a democracia não significam governo de poucos (*oligoi*) e governo da maioria (*demos*), respectivamente. Mas, se um governo for constituído por uma maioria rica, esse será uma oligarquia; e se for constituído por uma minoria pobre, será uma democracia. Para resolver o impasse sobre a

²¹²⁵ QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

²¹²⁶ MIRANDA FILHO, Mário. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Op. cit., p.13.

²¹²⁷ Ibidem, p. 21.

direção de um governo baseado na justiça e sem exclusão, pelo fato de que nenhuma das classes rica ou pobre poderia governar sem provocar injustiça para uma ou outra, busca-se uma solução “Resta um terceiro componente da cidade constituído pelos que não são ricos nem pobres enquanto tais, os virtuosos, homens que não são eminentemente apegados aos bens materiais”.²¹²⁸

Nesse sentido, de acordo com Miranda Filho, Aristóteles introduz a virtude entre pobres e ricos e um equilíbrio entre essas partes, devido ao terceiro elemento que ele apresenta, a classe média, vale dizer, um *regime misto* para que a balança não caia somente para um lado, evitando-se os extremos. Esse governo misto foi a concepção do mundo ocidental, sendo também defendida, principalmente por Políbio (III século a.C), por Cícero, Plutarco, Francis Bacon e Montesquieu.

Ressalta Miranda Filho que Aristóteles buscava na Politeia um governo de homens livres em condições de igualdade, cuja ocupação era de rotação. Aristóteles “[...] incorpora em seu regime o ideal de liberdade da democracia”.²¹²⁹ No entanto, a liberdade precisa da educação e essa era impedida pela pobreza. Aristóteles não era contra a pobreza em si, porque ele mesmo era pobre, viveu e morreu pobre, mas a educação não era disponível aos pobres. Como, aliás, continua sendo, até hoje, a necessidade básica não somente para os considerados pobres, mas, sim, para a maior parcela da população.

O regime misto, segundo Miranda Filho, está “[...] profundamente entranhado na modernidade”.²¹³⁰ A comunidade política ou a pólis tem como finalidade não apenas a sobrevivência, mas promover a vida virtuosa e formar cidadãos virtuosos. Para Aristóteles, a finalidade da pólis, para além da convivência, é a prática de belas ações.²¹³¹ Por isso, as pessoas que contribuem e participam com esse fim “[...] devem ter nela uma parte maior em cargos relevantes do que aqueles que, ‘iguais ou superiores em liberdade, lhes são entretanto inferiores quanto a virtude que lhe é própria, ou dos que, mais ricos e que são entretanto, menos virtuosos’”.²¹³²

A defesa proposta é o bem-comum, característica e critério de um regime legítimo, de justiça e somente realizado por homens virtuosos. Esse regime é denominado de Politeia, isto

²¹²⁸ MIRANDA FILHO, Mário. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Op. cit., p. 22.

²¹²⁹ Ibidem, p. 23.

²¹³⁰ Ibidem, p. 23.

²¹³¹ Cf. Ibidem.

²¹³² Ibidem, p.20.

é, a democracia,²¹³³ em oposição aos regimes ou formas consideradas como desvios, ou seja, a realza monárquica, a tirania, a aristocracia e oligarquia, porque “[...] visam o bem privado dos governantes”.²¹³⁴ Aconselha Bluhm,²¹³⁵ citado por Miranda Filho, que a ciência política contemporânea devido às preferências agregadas, deve buscar resolver de forma democrática e racional os nossos problemas e implantar o bem-comum.

A consciência da empresária Cléia Morum sobre a sua atuação na esfera pública inclui os aspectos de uma responsabilidade social cívica, moral, política e de bem comum, por considerá-las interligadas na sociedade e que dizem respeito às injustiças existentes. E explicou: “O dever moral é regido pela própria consciência, independente da lei, [...]”.²¹³⁶ Para Cléia Morum, a justiça social deve ser buscada para incluir as pessoas que não são atendidas em seus direitos e demandas e garanti-las para as futuras gerações. Suas percepções vão na direção do que vimos em Bobbio e Viroli,²¹³⁷ repetimos, ao dizerem que o dever moral é ditado pela consciência interior do indivíduo independente da lei, apesar de que essa pode ajudar na continuidade do bem comum para as gerações futuras. E a justiça está ligada à “obrigação política” por parte dos indivíduos no cumprimento de seus deveres perante a sociedade.

Em relação ao papel social da empresa, Cléia Morum afirmou que toda empresa que se preza deve preocupar-se com a questão da responsabilidade social para contribuir com a coletividade e não apenas por uma questão de sobrevivência em relação à sua segurança no mercado. Essa atitude agrega valores à empresa, possibilita a sua integração na sociedade e um acompanhamento de suas próprias necessidades e exigências.

Para a empresária **Edna Maria Carvalho Urban**²¹³⁸ a prática da ação social está intrinsecamente ligada à ação política que ela desenvolveu e desenvolve no espaço do “Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha”, também conhecido entre as pessoas que o freqüentam como “Escolinha da Tia Edna”.

²¹³³ Sobre a democracia existe uma produção vastíssima que, neste trabalho, não foi proposta uma discussão sobre a mesma.

²¹³⁴ MIRANDA FILHO, Mário. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Op. cit., p.21.

²¹³⁵ BLUHN, William T. Liberalism as the aggregation of individual preferences. In: DEUTSCH, K.L. e SOFFER, W. (Editores). *The Crisis of Liberal Democracy*. State University of New York Press, 1987. p. 269-290. In.: MIRANDA FILHO, Mário. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Op. cit.

²¹³⁶ QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

²¹³⁷ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²¹³⁸ URBAN, Edna Maria Carvalho. Entrevista. Op. cit.

No “Centro Educacional”, atualmente, atende-se 85 crianças entre 2 e 5 anos, com o objetivo de sanar, ajudar ou minimizar deficiências básicas nos aspectos sociais, físicos, emocionais e educacionais. O “Centro Educacional” é mantido e gerido por recursos próprios, ou seja, pela própria empresa “Sementes Farroupilha”.

Além desta, a empresária Edna Urban contribui com outras entidades e associações com recursos financeiros angariados por meio de promoções de eventos, como jantares, chás e desfiles, cujos rendimentos são revertidos como apoio à manutenção dessas entidades e associações.

Também, como prática para essa forma de apoio, a empresária sempre troca os presentes de aniversário de todos os membros da família por doações financeiras ou objetos, como brinquedos pedagógicos, cobertores e outros, os quais são repassados às entidades e associação incluindo o próprio “Centro Educacional”.

Ao praticar essas ações sociais, na visão de Edna Urban, contribui também para um despertar e tomada de consciência entre outras pessoas sobre os problemas da sociedade e da realidade na qual vivemos. Mesmo que essa mobilização de conscientização não atinja toda a sociedade, pelo menos em uma parcela tem a chance de ocorrer. Acrescentou que, além de contribuir com recursos financeiros na manutenção das entidades e associações, acredita contribuir com a promoção do ser humano ao serem oportunizadas condições de crescimento e de conhecimento para tornar-se um indivíduo autônomo, tendo em vista que em muitos desses espaços o ensino educacional formal é também ministrado. Ainda, em outros espaços, é oferecida uma educação informal voltada para a profissionalização visando a uma ajuda mais imediata. Nesses casos, jovens e adultos adquirem um conhecimento mais técnico para a sua aplicabilidade no mercado para terem o direito de oportunidade de participação e controle sobre suas vidas, lembrando-nos de Arendt.²¹³⁹

Dessa forma, a ação social desenvolvida por Edna Urban tornar-se-á uma ação política, por preocupar-se com o bem coletivo, com o bem-comum, por ver-se no dever de contribuir com a sociedade e por preparar indivíduos para viverem coletivamente em um espaço público exercendo a cidadania.

Como já observamos na ação social praticada por Ângela Gutierrez²¹⁴⁰ com um grupo de mulheres em Inhaúma, essa, e a ação social de Edna Urban se assemelham, por serem ações que permitirão que as pessoas tornem-se conscientes de seus direitos e deveres, que participem, que tenham visibilidade e aparência no espaço público e que tenham controle

²¹³⁹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²¹⁴⁰ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

sobre suas vidas. E, também, lembramos que toda ação é ilimitada e imprevisível. Nesses casos, por tratar-se da formação e transformação para a atuação de um sujeito político, acreditamos que os resultados têm e terão impactos no espaço público, por isso, esses resultados caracterizam-se como pertencentes à esfera de uma ação política, a exemplo da concepção de Heller e Fehér²¹⁴¹ ao escreverem que toda ação social é potencialmente política.

A empresária **Maria Denise Piva**,²¹⁴² a partir de seu espaço empresarial, também em Patos de Minas, pratica ações sociais voltadas para as associações de apoio às pessoas necessitadas, como a “Associação São Vicente de Paula”. Além dessa, afirmou contribuir com várias famílias em suas necessidades básicas. A forma de contribuição dá-se por meio de bens materiais diversificados e completou:

[...] muitas vezes, mais do que os bens materiais (e nunca em dinheiro), dedico parte de meu tempo – que é precioso – a estas pessoas, procurando levar minha experiência de vida, conforto, atenção, calor humano e amor. Pratico essas ações, movida pela espontaneidade e vontade.²¹⁴³

Observa-se que a forma de doação do tempo citada por Denise Piva vai ao encontro da mesma percepção da empresária Luziana Lanna, de Belo Horizonte, quando essa afirmou que doação é quando a pessoa “tira” parte de seu tempo útil, portanto, precioso, para doá-lo a outra pessoa em qualquer atividade.

Acrescentou Denise Piva que devido às transformações geradas pelo processo da globalização, as conseqüências sociais colocaram e colocam a sociedade em alerta e, por isso, defende a idéia de que as empresas ou pessoas físicas atentem-se mais às questões da responsabilidade social que é bastante ampla, abrangendo diversas áreas. Sobre essas áreas diversificadas referidas por Denise Piva, encontramos: área do trabalho, de proteção ecológica (ISSO 14000), do consumo (ISSO 9000), de atuação comunitária (referente à ajuda às entidades, apoio, patrocínios) e área institucional.²¹⁴⁴

Reforçando a percepção de Denise Piva em relação à abrangência da responsabilidade social das empresas, Torquato afirma que está ocorrendo

[...] no mundo empresarial, o reconhecimento de que a empresa deve fazer mais do que atualmente tem realizado, ampliando sua ação na sociedade, com a finalidade de comprometer-se com determinados valores e desviar-se de imperfeições e

²¹⁴¹ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²¹⁴² PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

²¹⁴³ Ibidem.

²¹⁴⁴ Cf. DUARTE, G. D; DIAS, J. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Op. cit.

conseqüências maléficas do industrialismo, tais como a poluição ambiental, a negligência para o consumidor e as péssimas condições de ambiente de trabalho para com os funcionários. [...] as áreas qualitativas vêm criteriosamente definindo posições e ganhando terreno com a proposta de fazer com que as empresas se submetem a um questionamento social permanente.²¹⁴⁵

Nesse sentido, para além da concepção do lucro e ganhos dos(as) acionistas e empresários(as), a empresa deve e está preocupada com sua contribuição útil para a sociedade, com o bem comum e em dividir com o Estado a função da promoção do desenvolvimento dessa sociedade.

Denise Piva comentou que para uma sociedade mais fraterna deve-se pensar em uma equação de interesses dentro dessa e em uma relação de justiça entre os homens. Para tanto, a participação e contribuição de cada um pode e poderá ser um diferencial, afirmando que a sociedade brasileira é marcada pela desigualdade:

É só observarmos o abismo entre as classes sociais, entre os povos, entre as nações. Umas são ricas demais e outras são paupérrimas. Todas estas desigualdades refletem suas conseqüências perversas em todas as sociedades, tanto a nível local como mundial. A sociedade na qual vivemos hoje é um exemplo real. Estamos chegando ao caos humano.²¹⁴⁶

Comentando o depoimento de Denise Piva, trazemos a contribuição de Heller e Fehér em relação à justiça e liberdade para uma sociedade justa:

[...] a justiça política, como a igualdade em liberdade, tem prioridade sobre todos os outros tipos de justiça. Liberdades e direitos políticos iguais são justos não porque a sociedade é justa, ou as instituições políticas da sociedade são justas, mas porque a igualdade em direitos e liberdades políticos inclui os direitos a contestações sociais e políticas, e esses direitos são assegurados a todos. Para evitar qualquer mal-entendido, enfatizemos de novo que iguais liberdades e direitos políticos para todos os membros de um corpo político não põem fim a conflitos sobre a justiça de uma ou outra determinada instituição política. Contudo, esses direitos proporcionam a estrutura dentro da qual conflitos políticos e sociais podem prosseguir via negociação e discurso.²¹⁴⁷

A justiça política refere-se aos direitos iguais para todos e a liberdade significa que todos têm o direito a ter direitos, de participar, de contestar ou reivindicar outros direitos. Isto é, todos têm o direito da liberdade de agirem para o que desejarem e de terem os direitos

²¹⁴⁵ TORQUATO, F. G. *Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos para a nova empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991. p. 225.

²¹⁴⁶ PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

²¹⁴⁷ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Justiça política e seus princípios. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 184.

políticos iguais para todos em qualquer época, tendo em vista que sempre surgirão outros conflitos, outras demandas, outros direitos ou reivindicações etc.

Em relação a projetos e às ações sociais futuras no âmbito das empresas, Denise Piva²¹⁴⁸ citou que vários e várias estão em andamento. Para tanto, conta com recursos do Banco do Brasil e de algumas multinacionais dos setores da agricultura e pecuária, cujos interesses convergem também para o crescimento dessas atividades. As ações sociais, na medida que se apresentam necessárias, são e serão desenvolvidas.

- **Pouso Alegre**

“Por meio da ação social posso trabalhar diretamente com a população e buscar benefícios para a mesma. [...] É atuar no meio social possibilitando mudanças positivas e crescimento para a comunidade em geral”.

Selma Helena Carrozza Tótora
(Em entrevista – 23/03/2005)

A empresária **Ana Denise Ribeiro de Faria**²¹⁴⁹ disse participar de ações sociais por meio do Rotary Clube – Pouso Alegre. Sua contribuição maior dá-se pelo tempo disponibilizado às atividades sociais e complementou:

Por cinco anos consecutivos realizamos um evento denominado “A Noite”, onde acontece um desfile, bingo e outras atrações artísticas. O lucro desse evento é revertido em ajuda a três instituições de caridade de nossa cidade, buscando amenizar o sofrimento de pessoas mais necessitadas.²¹⁵⁰

Desse modo, o que leva Ana Denise à prática das ações sociais é o interesse em aliviar as necessidades básicas do dia-a-dia entre as pessoas mais carentes. Além disso, citou que a dívida social existe em grandes proporções e criticou:

O dinheiro dos impostos seria suficiente para atender, ajudar ou contribuir com as necessidades básicas dos cidadãos e cidadãs, mas isso não acontece. Poderia ainda ser aplicado na melhoria dos salários ou fomentar frentes de trabalho. Mas, em sua grande parte, sabemos, é desviado. Não vemos onde é aplicado, na maioria das vezes.²¹⁵¹

²¹⁴⁸ PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

²¹⁴⁹ FARIA, Ana Denise Ribeiro de. Entrevista. Op. cit.

²¹⁵⁰ Ibidem.

²¹⁵¹ Ibidem.

A carência da sociedade brasileira e, principalmente, a crítica à administração pública no âmbito federal são fatores de destaque na análise de Ana Denise em relação à realidade e semelhante aos depoimentos de todas as empresárias.

Como ação em andamento, Ana Denise revelou que existe um projeto com o objetivo de embelezar Pouso Alegre para que a cidade fique mais bonita na época do Natal. Para tanto, a promoção de uma campanha natalina fomenta uma reciclagem de garrafas “*pet*” para a decoração da cidade.

Segundo a empresária, a partir do momento que o empresariado contribui para a melhoria de vida dos mais carentes, oportunizando sua inserção como cidadãos, o resultado, futuramente, será de uma vida com condições mais dignas, de cidadania, de uma sociedade melhor e mais justa.

Ainda em Pouso Alegre, **Maria Aparecida Pereira de Souza**²¹⁵² tem como prática de ação social colaborar mensalmente com uma porcentagem das vendas para duas instituições: “Creche Irmão Alexandre”, com atendimento para trezentos e noventa (390) crianças, “SOS Fraldas” e “Clube do Menor”. E, além dessas, complementou: “[...] nossas embalagens são produzidas atualmente pelos jovens do projeto social ‘Chama’.”²¹⁵³

Maria Aparecida enfatizou que sua participação deve-se à sua consciência política, pela vontade de contribuir para uma possível mudança na sociedade.

Opinou que existe uma dívida social e em suas palavras citou:

A dívida social aumenta cada vez mais e só diminuirá, também, a partir do momento que os “representantes” tiverem a responsabilidade de aplicar os impostos que pagamos, aliás, os mais altos do mundo, nos programas corretos, em benefício da população. A dívida social ainda diminuirá quando acabarem as fraudes, os roubos que testemunhamos e o favorecimento pessoal [...].²¹⁵⁴

Nesse sentido, Maria Aparecida teceu críticas a várias atitudes governamentais, dentre elas, a distribuição do “bolsa família”, uma prática que leva o indivíduo à acomodação e não à condição de cidadão ou cidadã.

Essa sua percepção e críticas assemelham-se aos registros feitos neste trabalho com respaldo em Arendt,²¹⁵⁵ Bobbio e Viroli,²¹⁵⁶ Lefort,²¹⁵⁷ Telles²¹⁵⁸ e outros, ao defenderem a

²¹⁵² SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Entrevista. Op. cit.

²¹⁵³ Ibidem.

²¹⁵⁴ Ibidem.

²¹⁵⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²¹⁵⁶ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

²¹⁵⁷ Cf. LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit.

idéia de que o indivíduo dever ter o “direito a ter direitos”, o *controle* sobre suas vidas e não serem dependentes de outros ou de favores. Isto é, o indivíduo deve ter o direito de liberdade para viver em uma sociedade política republicana.

Infere-se que Maria Aparecida tem como premissa um desejo de uma tomada de consciência política por todos, priorizando o bem coletivo acima de causas próprias ou particulares.

Nesse sentido, afirmou que procura agir com responsabilidade, sempre atenta às necessidades da comunidade e contribuindo da melhor forma possível também com os problemas sócio-ambientais. Como exemplo citou a ação social chamada “lixo no lixo”, voltada para uma conscientização e respeito à preservação de praças e jardins, além de participar ou contribuir com as campanhas educativas sobre trânsito, AIDS, DST e tantas outras.

Em relação à responsabilidade social nas empresas, Maria Aparecida comentou:

À medida que percebemos que os governantes não devolvem à sociedade os benefícios de direito, fomentados por nossos impostos ou por todos nós contribuintes, partimos para as ações, porque, o contrário, ficará pior. [...] Estamos tentando diminuir as injustiças sociais, estamos procurando e preocupados em agir por meio da responsabilidade social e direcionando nossas ações para os problemas sociais.²¹⁵⁹

A empresária complementou que o foco das ações sociais é direcionado às creches, aos asilos, às famílias mais carentes, tentando suprir, de alguma forma, as grandes diferenças existentes. O resultado pode não ser perceptível no momento, mas existe a esperança e a vontade de que tais ações sociais, mesmo a longo prazo, tragam resultados positivos.

Ainda em Pouso Alegre, **Selma Helena Carrozza Tótora**²¹⁶⁰ atua na área da ação social contribuindo com bolsas integrais de estudo e apoio a crianças carentes. Afirmou que participa dessas ações sociais porque ainda existem muitas crianças fora da escola, famílias desestruturadas, fome, desemprego acentuado, saúde com atendimento precário e tantos outros problemas sociais. Por isso, concorda com a existência de uma dívida social que demanda uma mobilização da sociedade para se tentar minorar tais questões. Por meio dessa, acredita em possibilidades de mudanças positivas, crescimento e benefícios, se não para todos, pelo menos para uma parcela.

²¹⁵⁸ Cf. TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit.

²¹⁵⁹ SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Entrevista. Op. cit.

²¹⁶⁰ TÓTORA, Selma Helena Carrozza. Entrevista. Op. cit.

- **Paracatu**

“A ação social é uma realização voltada para o bem da coletividade, sem interesses de ganhos políticos e com o objetivo de buscar melhores condições para todos em sociedade”.

Eliane Vasconcelos Rabelo
(Em entrevista – 19/12/2006)

Sobre a prática de ação social, a empresária **Eliane Vasconcelos Rabelo**²¹⁶¹ nos revelou: “Gosto de mover ações para contribuir com o bem-estar do próximo”.²¹⁶² Para isso, quando decide ajudar alguém com necessidade busca a colaboração dos amigos para “[...] ajudar a ajudar os outros”.²¹⁶³ Como exemplo de participação em ações sociais, Eliane Vasconcelos citou as campanhas de Natal para ajudar famílias carentes. Ressaltou que faz e participa dessas ações sociais por gosto e não por questão de vaidade.

Também em Paracatu, a empresária **Elizabeth Mitie Fukuda**²¹⁶⁴ participa de várias ações sociais contribuindo, segundo ela, com o próximo e com a possibilidade de uma vida melhor para todos. Para tanto, integra-se nas campanhas de Natal para ajudar com a “Casa do Papai Noel” juntamente com milhares de pessoas que doam brinquedos às crianças carentes. Participa também de outras campanhas para aquisição de cadeiras de roda para pessoas portadoras de necessidades especiais, com uma proposta de incentivo e motivação da auto-estima desses por meio do esporte, principalmente, do basquete.

Acrescentou que promove no espaço empresarial palestras educativas para capacitação e estímulo ao empreendedorismo, geração de ocupação e renda, informações sobre o “combate à inadimplência” e, ainda, debates, reflexões e propostas sobre os problemas sociais por meio do “Fundo da Infância e Adolescência” – FIA, como forma de educar e tentar amenizar o crime, as drogas e a exploração de crianças e adolescentes.

Com essas ações sociais, Elizabeth Mitie²¹⁶⁵ afirmou que tenta alcançar resultados positivos para a comunidade. No entanto, nem todas as ações sociais possuem resultados rápidos, podendo algumas, inclusive, demandar um longo prazo. Lembramos aqui das características da imprevisibilidade e ilimitação da ação, segundo Arendt.²¹⁶⁶

²¹⁶¹ RABELO, Eliane Vasconcelos. Entrevista. Op. cit.

²¹⁶² Ibidem.

²¹⁶³ Ibidem.

²¹⁶⁴ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

²¹⁶⁵ Ibidem.

²¹⁶⁶ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

Outra ação social de que participa é o projeto “Reintegrar”, direcionado aos detentos com o objetivo de oferecer-lhes capacitação em informática. Esse projeto deu início à “Associação de Proteção e Assistência” – APAC – aos carcerários de Paracatu. Acrescentou Elizabeth Mitie que esse é “um projeto de grande relevância e de grande abrangência, uma forma de diminuir a criminalidade”.²¹⁶⁷

Em relação às demandas da sociedade, a empresária Elizabeth Mitie disse-nos que a partir da década de 1990 percebeu-se um crescente e profundo interesse do empresariado em participar com o Estado na busca de soluções para os problemas atuais da sociedade. Isso, também, porque os empresários perceberam que o poder público não era capaz de resolver tais problemas e questões.

Também de Paracatu, a empresária **Olga Maria Cardoso**²¹⁶⁸ afirmou não participar ou praticar nenhuma ação social.

Não obstante, opinou que deveria participar, bem como todos os cidadãos e, não somente, o empresariado, ressaltando que a responsabilidade social é obrigação de todo ser humano. Justificou sua não participação por envolver-se demasiadamente com a empresa e seus funcionários. Revelou-nos ainda, apesar de não participar de nenhuma ação social, que essa se deve à consciência do dever moral e por uma dívida social provocada pela má administração dos órgãos públicos.

- **Teófilo Otoni**

“Ação social refere-se a práticas que buscam atender ou ajudar as pessoas em uma determinada sociedade, [...] com melhorias para todos”.

Juliana Salazar
(Em entrevista – 15/09/2006)

Passando à Teófilo Otoni, a empresária **Beatriz Ferreira da Costa**²¹⁶⁹ afirmou praticar a ação social por meio da participação da administração da “Escola Técnica de Formação Gerencial” do SEBRAE e complementou: “A ação social está ligada ao comportamento humano, está ligada à condição humana. A ação social é orientada para contribuir com o desenvolvimento entre as pessoas”.²¹⁷⁰

²¹⁶⁷ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

²¹⁶⁸ CARDOSO, Olga Maria. Entrevista. Op. cit.

²¹⁶⁹ COSTA, Beatriz Ferreira da. Entrevista. Op. cit.

²¹⁷⁰ Ibidem.

De acordo com o depoimento de Beatriz Ferreira, sua percepção sobre a ação social ou política assemelha-se ao pensamento de Arendt²¹⁷¹ ao defender a idéia de que a ação é condição primeira para a existência da humanidade. Nesse sentido, Beatriz Ferreira afirmou que toda pessoa, para sentir-se integrada, pertencida e “viva”, deve atuar entre outras.

O dever moral foi ressaltado como o motivo que leva a empresária Beatriz Ferreira a participar de ações sociais, que é, ainda, a seu modo, respeito ao próximo. Em seguida, enfatizou que a dívida social existe porque “[...] faltam recursos públicos para a educação, para a saúde, terra para os mais necessitados, casas e outros tantos recursos”.²¹⁷² Enquanto cidadã, acredita na capacidade do ser humano de compartilhar e/ou ajudar as pessoas e que essas ações podem contribuir para a felicidade de outras.

Além dessa prática de ação social de participação na administração da ETFG do SEBRAE, Beatriz Ferreira disse participar de outras, no “Instituto de Ação Social” – ICETAS, responsável por inúmeras e diversas atividades em favor de pessoas mais carentes, no entanto, não nos explicou como, concretamente, essas ações sociais são realizadas.

A empresária **Juliana Salazar Fonseca**,²¹⁷³ também de Teófilo Otoni, afirmou praticar uma ação social prestando serviços e apoio à “Creche Ninhos de Amor”. Disse-nos Juliana: “Participo de um grupo pequeno que, por iniciativa própria, resolvemos e fazemos algo restrito, mas, acreditamos que, de alguma forma, estamos ajudando as crianças dessa creche”.²¹⁷⁴

A necessidade de participar dos problemas sociais, segundo Juliana, provoca uma tomada de consciência e desperta para a necessidade de ser solidária, de ser ativa, mais atuante e, principalmente, de conhecer e reconhecer a realidade na qual se vive.

Justificou a necessidade de participação, ainda, por acreditar que existe uma dívida social e, por isso, citou: “Todos nós devemos dar o retorno de nossas conquistas para ajudar outras pessoas menos favorecidas”.²¹⁷⁵

Juliana Salazar afirmou que a partir do momento no qual as conseqüências das diferenças sociais tornaram-se mais agudizadas e começaram a atingir com muita violência a sociedade, houve um alerta. Os problemas sociais, variados e múltiplos como a insegurança, o uso indiscriminado de drogas, o tráfico, os seqüestros e tantos outros, geraram uma violência assustadora, provocando o início de uma reação por parte do empresariado e da sociedade.

²¹⁷¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²¹⁷² COSTA, Beatriz Ferreira da. Entrevista. Op. cit.

²¹⁷³ FONSECA, Juliana Salazar. Entrevista. Op. cit.

²¹⁷⁴ Ibidem.

²¹⁷⁵ Ibidem.

Comentou que é muito pouco o que se faz para amenizar esse quadro social que ora se apresenta, no entanto, está assinalando uma vontade de mudança por meio da participação das empresas no âmbito da responsabilidade social.

A empresária **Rosilda Gonçalves Santos**,²¹⁷⁶ também de Teófilo Otoni, revelou praticar ações sociais por meio de assistência no “Clube de Mães” do bairro Minas Nova em projetos do Rotary e da Paróquia São Benedito.

No âmbito de sua empresa, por ser uma escola, contribui com 20% de bolsas para alunos carentes, ajuda de 1/3 da mensalidade durante quatro anos para uma funcionária que se formou em Ciências Contábeis e, agora, substituindo essa ex-estudante, contribui com um outro aluno que cursa Direito, além de outras ações. Afirmou que está sempre contribuindo com alguma pessoa para qualificar-se.

O que leva Rosilda Gonçalves a praticar as ações, tanto sociais como políticas, é a consciência do dever moral porque “[...] conscientemente você deseja fazer o bem para a sociedade a qual pertencemos”.²¹⁷⁷ E esse dever moral demonstra a coerência do cidadão entre o pensar e o agir. Portanto, as atitudes ou o comportamento de cada cidadão ou cidadã revela o seu caráter.

Acrescentou Rosilda Gonçalves que no Brasil existe uma dívida social, pois “[...] em nosso país existe uma grande diferença entre o que a sociedade deve assegurar aos seus membros e o que ela efetivamente assegura”.²¹⁷⁸ Permeada na dívida social, observa-se a consciência da “obrigação política”, apesar dos significados diferentes já expostos.

Na opinião de Rosilda Gonçalves, as empresas passaram a preocupar-se com a questão da responsabilidade social devido “[...] à prova de incompetência e excesso de corrupção dos governantes, aumentando cada vez mais os problemas já existentes e a desigualdade social”.²¹⁷⁹

Na última década, ou seja, a partir de 1990, continuou dizendo Rosilda Gonçalves, parece que virou moda falar sobre responsabilidade social, no entanto, semelhante às empresárias Carmen Eugênia Bretas Bavoso²¹⁸⁰ e Luziana Brandão Nunes Lanna,²¹⁸¹ ambas, de Belo Horizonte, Rosilda Gonçalves afirmou que sempre praticou ações de responsabilidade social:

²¹⁷⁶ SANTOS, Rosilda Gonçalves. Entrevista. Op. cit.

²¹⁷⁷ Ibidem.

²¹⁷⁸ Ibidem.

²¹⁷⁹ Ibidem.

²¹⁸⁰ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

²¹⁸¹ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

Na minha ótica, a partir do momento que eu faço um horário diferenciado de trabalho para que um funcionário estude, para que possa fazer uma faculdade ou concluir o ensino fundamental ou tirar carteira de motorista, também enquadra-se na responsabilidade social. Isso é preocupar-se com o outro e sempre fiz isso.²¹⁸²

A preocupação com o próximo, afirmou Rosilda Gonçalves, pelo menos em sua empresa, não começou apenas porque os problemas sociais agravaram-se. A consciência de que não existe o “eu”, mas, sim, o “nós”, é parte da sua filosofia de vida e somente dessa forma o coletivo ganha força. A presença da consciência pública de que a união das pessoas gera poder e força perante a opinião pública e a esfera estatal,²¹⁸³ de acordo com o pensamento de Arendt²¹⁸⁴ e de Telles²¹⁸⁵ dentre outras(os) autoras(es), foi percebida no depoimento de Rosilda Gonçalves.

Após a análise da prática da ação social pelas mulheres empresárias nas cidades representativas, passamos à análise da prática da ação política em Belo Horizonte.

²¹⁸² SANTOS, Rosilda Gonçalves. Entrevista. Op. cit.

²¹⁸³ Cf. TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit.

²¹⁸⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²¹⁸⁵ Cf. TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Op. cit.

CAPÍTULO 11

AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS EM BELO HORIZONTE

11.1 Caracterização da ação política

“Não adianta ficarmos apenas indignados. Por isso, várias empresárias, empresários e representantes de outras categorias estão se candidatando e buscando a esfera política. Não adianta você estar indignada se você não participar. E você só muda o país se você participar, porque se ficar só do lado de cá, sem participação política, nada vai acontecer ou mudar”.

Elizabeth da Cunha Pimenta
(Em entrevista – 10/11/2003)

Propusemos-nos a verificar a prática de ações políticas pelas mulheres empresárias de nossa amostra em suas empresas ou em associações nas quais são afiliadas ou individualmente.

Ressaltamos que não foi nossa proposta *relatar* as ações políticas *das empresas* especificamente, mas verificar a participação e engajamento das mulheres empresárias de nossa amostra nessas práticas. As *empresas*, quando citadas, foram pelo fato de que as empresárias as nominaram em seus depoimentos.

Para uma análise das práticas políticas entre o empresariado feminino mineiro buscamos uma conceituação teórica para ajudar-nos em suas caracterizações e reconhecimento.

A ação política e participação política permitem o *acesso às condições* de lutar por melhorias no trabalho ou por um trabalho, por uma moradia ou por melhores condições de vida, ou seja, ter *o controle*, possibilidades, capacidade, a liberdade concreta e tangível de *realizar*, de *aparecer* no espaço público, de *resolver* as suas questões dentro de *quaisquer circunstâncias* e não de incertezas.²¹⁸⁶

²¹⁸⁶ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

Existem as necessidades que podem ser resolvidas fora dos marcos ou referência da lei. Por exemplo, um trabalho, ou moradia ou comida e outros podem ser resolvidos por “[...] conta da caridade de uns, da solidariedade de outros ou mesmo da condescendência das instituições. *O problema é ter acesso às condições de lutar por tudo isso [...]*”²¹⁸⁷

Nesse sentido, a questão dos direitos trata-se de uma forma de viver-se em sociedade, uma vida de relações compartilhada com outros, uma forma “[...] de se fazer a experiência da vida em sociedade”,²¹⁸⁸ *por meio da participação política e da ação política.*

A ação política, para Maquiavel,²¹⁸⁹ realiza-se por meio da política, um valor, portanto, não destituída de valores como muitos julgaram ou julgam. Além de levar em conta as ações humanas, também não divorcia a política e a ética. Sobre isso, Ames escreve:

[...] quando Maquiavel rejeita a limitação imposta à ação política pela moral corrente, não o fez em favor de algo não- moral, um puro jogo de habilidade técnica procurado por sua eficácia (a política) e sim o faz em favor de um universo no qual a política e moral estão “firmemente unidas”. Esse aspecto do pensamento de Maquiavel levou alguns pensadores a enxergarem em sua obra uma moral pagã de virtude cívica no lugar da moral cristã.²¹⁹⁰

Nesse sentido, Maquiavel não substitui a moral cristã por uma moral pagã em sua ética política. Essa está assentada nos ideais da antiga *pólis* e não na moral do cristianismo. A sua objeção não se deve a uma separação entre moral cristã e pagã, mas sim, “[...] entre moral cristã e os imperativos da ação política ‘aqui e agora’.”²¹⁹¹ A prática da política, segundo Maquiavel, é na própria realidade efetiva ou na “verdade efetiva”, por isso, a moral cristã, apesar de seus princípios morais e disciplinadores, atende o indivíduo em seu mundo privado, particular e, ainda, *fora desse mundo*, ou seja, extraterreno. Dessa forma, a moral cristã está “[...] voltada à salvação da alma individual enquanto que a preocupação de Maquiavel está dirigida a este mundo”²¹⁹².

A moral cristã, portanto, dirige-se ao indivíduo e ajuda-o a ser bom e piedoso em sua vida privada, e “[...] a devotar-se a algo que não seja seu lucro individual [...]”²¹⁹³ Por isso, a moral cristã é uma virtude privada, incompatível, então, com a prática da ação política cuja ação é efetivada somente na esfera pública. Segundo Ames:

²¹⁸⁷ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit., p. 39 (grifos nossos).

²¹⁸⁸ Ibidem, p. 39.

²¹⁸⁹ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p. 153.

²¹⁹⁰ Ibidem, p. 153.

²¹⁹¹ Ibidem, p.154

²¹⁹² Ibidem, p. 154.

²¹⁹³ Ibidem, p. 154.

Maquiavel não esconde que suas proposições se afastam da moral corrente, mas deixa claro que elas se referem à ação pública e não particular. Não se ocupa desta e na ação pública prevalece o critério político.[...] Assim, o que Maquiavel visa com a subversão da moral tradicional não é a restauração dos valores cívicos pagãos, mas estabelecer que a ação política se justifica a si mesma, havendo uma ética implícita na própria lógica da política.²¹⁹⁴

O autor Burnahm,²¹⁹⁵ citado por Ames, também escreve que Maquiavel separou a política de uma determinada *forma* de moral e não de *toda* a moral, unindo a política a uma moral para estabelecê-las firmemente “[...] no mundo real do espaço, do tempo e da história, que é o único mundo do qual podemos conhecer algo”.²¹⁹⁶

Ames cita que apesar dos comportamentos políticos possuírem um caráter baseado na “verdade efetiva das coisas”, ou seja, na realidade, e não na moral “[...] nem por isso Maquiavel sustenta que o dever moral deve ceder lugar a obrigação política”.²¹⁹⁷ Quando Maquiavel critica e diz que a moral cristã é incompatível com a ação política, é devido ao seu caráter abstrato, fora do mundo real e às “[...] exigências concretas, práticas, impostas pela ação política”.²¹⁹⁸

A ação só pode ser feita pelo homem em seu mundo presente e concreto durante sua existência porque são coisas humanas da vida ativa. Os seus efeitos, contudo, não precisam ser necessariamente sucesso imediato. Pode ser a longo prazo, desde que atendam a toda coletividade e não sejam de interesse privado.

Observa-se que a concepção de Arendt, já analisada, baseia-se nos preceitos de Maquiavel.

Portanto, para a criação e “[...] construção de uma ordem temporal segura e duradoura, é preciso ação política e não piedade individual”.²¹⁹⁹

Os valores morais presentes em Maquiavel levam em conta o bem e o mal, o justo e o injusto, o puro e o corrupto, revendo, dessa forma, critérios de julgamento em relação ao indivíduo, desde o governante até qualquer outro que exerce qualquer função e em qualquer nível de hierarquia. Ou seja, esses valores morais são para todos os seres humanos e não são apenas instrumentais. Apesar da política ser separada da moral tradicional cristã, Maquiavel

²¹⁹⁴ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p. 154.

²¹⁹⁵ Cf. BURNAHM, James. *Los Maquiavelistas: defensores de la libertad*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1945, p.157 apud ibidem, p.153.

²¹⁹⁶ Ibidem, p. 153.

²¹⁹⁷ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p. 154.

²¹⁹⁸ Ibidem, p. 167.

²¹⁹⁹ Ibidem, p. 154.

não autoriza a nenhum homem, nem governante, uma liberdade absoluta para agir sem critérios ou valores ou sem levar em conta a coletividade ou a comunidade humana.²²⁰⁰

Quando Maquiavel aponta a necessidade de um mundo temporal seguro e duradouro, ele apresenta-nos sua preocupação baseada em um bem, que é o bem público. Nas palavras de Maquiavel:

Entre todos os homens dignos de elogio (*uomini laudati*), os que mais louvor merecem (*laudatissimi*) são os chefes (*zapi*) e fundadores (*ordinatori*) das religiões (*religioni*). Imediatamente depois, os que fundaram (*hanno fondato*) repúblicas ou reinos. Depois destes, são celebrados os que, postos a frente dos exércitos, ampliaram seus domínios ou os da pátria. A estes se acrescentam os homens de letras, e como estes são de vários tipos, se louva a cada um segundo sua categoria (*grado suo*). A qualquer outro homem, e seu número é infinito, se atribui alguma parte do louvor, segundo a arte ou ofício que exerce. São, pelo contrário, infames e detestáveis os homens destruidores de religiões, dissipadores de reinos e de repúblicas, inimigos da *virtù*, das letras, e de toda outra arte que traz utilidade e honra à geração humana, como o são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os inúteis, os ociosos e os vis.²²⁰¹

O autor Chisholm afirmou que Maquiavel, em sua ética, apresenta dois critérios: “[...] a lealdade do agente político a algo que transcende a fortuna pessoal; e os efeitos de suas ações”.²²⁰² Confirma-se, portanto, a supremacia do interesse coletivo sobre os interesses particulares e a responsabilidade futura para um mundo comum.

A ação política para Maquiavel, segundo Ames e Chisholm, pode ser caracterizada por suas conseqüências que são inerentes a ela:

[...] a busca de finalidades úteis a toda a coletividade humana e que tenham importância histórica. O primeiro aspecto [...] exige que o dirigente político renuncie ao desejo de utilizar o poder para realizar fins pessoais e o empregue na criação de *modi ed ordini* proveitosas a toda coletividade. O segundo aspecto diz respeito ao legado deixado às gerações futuras: a criação de instituições duradouras que sobrevivam aos seus criadores.²²⁰³

A ação política, portanto, é voltada e tem importância para toda a coletividade acima de interesses pessoais, e preocupa-se com o mundo comum dos homens que é o real, o mundo em que vivemos agora e que as gerações futuras também viverão nele. Em

²²⁰⁰ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.

²²⁰¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, 1, 10 apud AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p. 154.

²²⁰² Cf. CHISHOLM, Robert. A Ética feroz de Nicolau Maquiavel. In.: QUIRINO, Célia Galvão. (Org.). *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 53.

²²⁰³ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p.155.

conseqüência, existe a preocupação da continuidade e preservação desse mundo comum para todos os homens e que é dos homens. Essa mesma concepção está em Arendt.²²⁰⁴

Recorremos a essa explicação de Maquiavel para a análise da ação política porque: “A interpretação da obra de Maquiavel, comandada pela lógica da ação política, implica na afirmação da primazia da atualidade, do tempo presente, sobre qualquer outro momento ou tempo histórico: é sempre um “aqui e agora” que cabe agir”.²²⁰⁵

Ainda segundo Ames, devemos entender que Maquiavel não coloca a questão da ação política ou do agir somente em termos filosóficos. Por isso, prossegue:

[...] dado que a finalidade última de sua obra é a efetivação das possibilidades de ação política, não modelou seus argumentos de acordo com as exigências do discurso filosófico. Assim na questão da compreensão da atualidade, *sua preocupação é com o problema prático a resolver, o que implica em considerá-la como situação atual, situação singular, concreta e única na qual cabe agir.*²²⁰⁶

A ação política, então, demanda o conhecimento da realidade, ou seja, do momento presente para que possa ser efetivada. A questão da ação política para Maquiavel não é abstrata, não é um conceito para especulação, mas, sim, para que tenha uma função de ordem e objetivos práticos. Ainda, Maquiavel tem a concepção de que a luta política é como uma arte com capacidade de aprender e inserir-se no tempo e na hora certos, portanto, saber reconhecer a oportunidade ou a *occasione*:

A idéia maquiavelina de que existe um tempo certo para agir, que a *occasione* é um momento único e privilegiado colocado à disposição do agente²²⁰⁷ político capaz, indica sua convicção de que o tempo histórico não é um contínuo homogêneo. Existem nós estratégicos, momento singulares e únicos na solução dos quais revela-se toda a habilidade do dirigente político, a *virtù*²²⁰⁸ [...].²²⁰⁹

²²⁰⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²²⁰⁵ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p.14.

²²⁰⁶ Ibidem, p.14 (grifos nossos).

²²⁰⁷ Ressaltamos que o agente político refere-se a todos os seres humanos e não somente, aqueles que detêm cargos políticos ou atuam na esfera institucional. O agente político está também fora do âmbito institucional, desde que seja na esfera pública. Portanto, pode ser qualquer pessoa.

²²⁰⁸ *Virtù*, para Maquiavel, significa que o governante ou qualquer dirigente político deve possuir a capacidade de perceber, compreender o sentido das coisas para agir de acordo com as circunstâncias, adaptando-se e mudando conforme a necessidade da realidade para dominar a *fortuna*. A *virtù*, escreve Ames, é para Maquiavel, um conjunto de aptidões que possibilita determinadas pessoas sobressaírem-se sobre o que é geralmente medíocre, direcionando e impondo o rumo às coisas conforme sua decisão e desejo. Além dos conceitos da *virtù* e da *fortuna*, Maquiavel usa um conceito de *necessita*, *occasione*, *corruzione*, *ordini*, que “[...] fundamentalmente perpassam o seu pensamento político e moldam praticamente cada exemplo de ação, antigo ou contemporâneo [...]. Fundamentais para a formulação de sua ‘teoria da ação’, Maquiavel serve-se delas para aprender as exigências essenciais de êxito no agir político, estabelecer a influência recíproca de fatores objetivos e subjetivos próprios a cada situação em vista de um melhoramento prático das qualidades dos agentes políticos”. (AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p.53).

²²⁰⁹ Ibidem, p.15.

A ação, dessa forma, é aprimorada ao momento, às circunstâncias e, quando Maquiavel refere-se à questão da imitação a outras épocas, pessoas ou ações, não significa uma repetição como se fossem “modelos” de sucesso, mas como uma possibilidade de recriação, de ressignificação no tempo presente e atual, como proposta de soluções em momentos únicos e, portanto, singulares. Reforça Ames:

[...] uma coisa é aprender a decifrar a linguagem universal da política a partir da história romana; outra coisa é querer colocar esta linguagem em uso numa sociedade. Em outros termos, não é a mesma coisa buscar um conhecimento contemplativo dos fatos históricos, saber como eles efetivamente transcorreram ou procurar por um conhecimento preocupado em extrair lições práticas para a ação política. Para Maquiavel, não interessa um conhecimento histórico no primeiro sentido (como conhecimento desinteressado ou fatos passados), e sim o que desse passado pode ser útil para a elucidação, do presente e, sobretudo, o que dessa elucidação do passado possibilita a descoberta de meios de ação eficazes aqui e agora [...].²²¹⁰

A ação é realizada de acordo com cada época, cada situação e com a vontade dos sujeitos, não sendo uma situação dada pela natureza ou propósito divino como algo extraterreno ou fora da realidade concreta. A legitimidade do poder, da política, é sempre construída e reconstruída por meio da ação política “[...] eficiente, capaz de criar uma ordem que permaneça, que resista ao tempo, evidenciando a natureza autofundadora da política”.²²¹¹ Se a ação política, por meio de sua prática, demanda um conhecimento prático das pessoas sobre a realidade, não é possível uma teoria “pronta ou fechada”, tendo em vista que as situações, os momentos, as necessidades e as pessoas são todos diferentes conforme cada realidade. Em consequência, em vez de teoria, o que existe é uma arte.

Exige, portanto, uma compreensão do previamente dado, o conhecimento e “[...] a observação atenta das circunstâncias e suas modificações, a cuidadosa análise das possibilidades latentes na situação, tudo isso são ingredientes para a preparação racional da ação”.²²¹²

Assim, a realidade apresenta uma situação, uma *occasione*, que é, então, a “matéria” da ação, no dizer de Ames. Com a *virtù*, o agente político sabe reconhecer e aproveitar a oportunidade, que é produto da *fortuna*. No entanto, essa *fortuna* pode surgir ou não, independente da *virtù*. O fato é que quando a *fortuna* aparece, só aquele que tem *virtù* sabe aproveitá-la ou agarrá-la para agir, para colocar em prática seu(s) desejo(s) por meio da ação

²²¹⁰ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p.55.

²²¹¹ *Ibidem*, p.17.

²²¹² *Ibidem*, p.128.

política. A *virtù*, portanto, para que exerça sua capacidade precisa da *fortuna*, da oportunidade. E somente aquele que possui *virtù* é capaz de perceber a *fortuna*, que

[...] deve ser conduzida à raiz profunda da natureza humana, aos traços unilaterais e imutáveis em relação à variação das circunstâncias. [...] a transcendência da *fortuna* torna-se uma transcendência interiorizada, isto é, de uma parte do espírito humano em relação a ela própria.²²¹³

Para Maquiavel, o sujeito político “[...] situa-se no tempo presente e é nessa dimensão que ele precisa agir”.²²¹⁴ O seu agir, que é a ação, para ser considerada de caráter político deve, relembramos, transcender os interesses próprios em benefício do bem coletivo com legados duradouros para as gerações futuras. Esses legados ou resultados podem ou não ter êxitos imediatos. O que está em jogo é o seu efeito de durabilidade que servirá no futuro a um mundo comum que é de todos.

A ação, dessa forma, encontra seu meio adequado na forma republicana, por ser a república uma forma política de governo na qual o agente político age “[...] em nome de suas instituições e que, por isso, pode esperar certa continuidade em seus atos”.²²¹⁵ Na república, ao contrario do principado, os homens não agem individualmente, ou seja, como um ator individual, e sim, em conjunto, para o bem coletivo. Escreve Ames:

A maior estabilidade da república em relação às demais formas de governo explica-se, pois, pelo fato de esta não depender somente da *virtù* do dirigente para garantir a sua manutenção. Para enfrentar a “diversidade das circunstâncias”, pode contar com a diversidade dos cidadãos que a compõe, isto é, há uma espécie de “*virtù* coletiva”, que torna o corpo dos cidadãos responsáveis pela tarefa de “servir não a seus interesses pessoais, mas os do público”.²²¹⁶

Reforçando esse pensamento em relação ao contexto republicano, propício à ação política, Viroli afirma que os teóricos republicanos,

[...] understand that the common good is neither the good (or interest) of everyone nor a good (or interest) that transcends private interests; rather, it is the good of citizens who wish to live free and independent and as such is opposed to the good of those who wish to dominate.²²¹⁷

²²¹³ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit., p.138.

²²¹⁴ *Ibidem*, p.17.

²²¹⁵ *Ibidem*, p.147.

²²¹⁶ *Ibidem*, p.147.

²²¹⁷ [...] entendem que o bem comum não é o bem (ou interesse) que transcende os interesses particulares; antes, ele é o bem de cidadãos que desejam viver livres e independentes e como tal é oposto ao bem daquele que deseja dominar. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 54 (Tradução livre).

Assim, os republicanos, primeiramente, levam em conta a liberdade e a necessidade da participação dos cidadãos no espaço público contra um poder arbitrário e, por isso, não lhes causam medo ou temor os conflitos sociais e políticos dentro da vida civil. São defensores das discussões de retórica realizadas nas assembléias públicas ou em outros espaços públicos. Também não acreditam somente nos debates filosóficos buscando a verdade. No republicanismo, o indivíduo deve e pode ser partidário e questionável. Escreve Viroli: “Evaluations of all political actions tend to be partisan, subjective, driven by passions; disputes in the real world are neither scientific nor philosophical but, rather, rhetorical in the classical sense of the term”.²²¹⁸

Nessa perspectiva, o discurso ou a fala é a condição para a ação e participação na esfera pública.

A ação política, afirma Viroli, semelhante à Maquiavel, não comporta uma teoria científica pronta e acabada, tendo em vista que é decidida e/ou defendida por questões de paixão, subjetividade, de retórica e, também, de acordo com as necessidades e realidade de cada sociedade e, portanto, dos cidadãos em um espaço público.

A possibilidade da construção de um espaço público e político é possível usando o pensamento de Arendt,²²¹⁹ quando os homens ao se encontrarem unidos em um espaço público, *não estejam ali somente* para as necessidades de cada um ou apenas trabalhando para garantir seu sustento e a vida. Saem, portanto, da esfera do social, que se construiu e abarcou as exigências da necessidade. Essas, antes relegadas ao espaço privado, foram deslocadas para o espaço público, constituindo a esfera social, priorizando a economia por meio de uma administração técnica e burocrática. Essa esfera foi responsável pelo surgimento de uma sociedade de massa, caracterizada pelo conformismo e por uma uniformização, ou seja, uma organização social.

No entanto, nessa mesma reunião, vale dizer, em um espaço público, os homens podem trazer a *sociabilidade política*, ou seja, o discurso e a ação, e estabelecer relações entre eles onde possam falar, aparecer e serem ouvidos.

Ressaltamos que, apesar das críticas feitas ao pensamento de Arendt, esse atende-nos e ilumina-nos com os conceitos teóricos que buscamos. Essas críticas apontam uma política na qual a ação e a palavra são destituídas de interesses privados, de conflitos, de dominação, de

²²¹⁸ “Avaliações de todas as ações políticas tendem a ser partidárias, subjetivas, dirigidas por paixões; disputas no mundo real não são nem científicas nem filosóficas, mas, em vez disso, retóricas no sentido clássico do termo”. (VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit., p. 55) (Tradução livre).

²²¹⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

subordinação, de desigualdade de poder e de violência, que, para Arendt, não teriam lugar em um mundo comum que une os homens civilizadamente.

Segundo Telles, a maior crítica sobre o pensamento de Arendt recai na

[...] sua recusa em conferir qualquer dignidade política aos interesses que movem os homens em suas vidas privadas, a sua recusa em reconhecer na “*polis*” a existência do conflito, como uma dimensão que lhe é constitutiva e, ainda, a sua recusa em reconhecer no trabalho um potencial de sociabilidade capaz de gerar uma esfera interativa entre os homens.²²²⁰

Continua dizendo Telles que Arendt faz uma inversão aos termos clássicos quando se fixa no político e no econômico, na esfera pública e privada como instâncias separadas ou delimitadas. No entanto, é por isso mesmo que tem sua originalidade e coloca uma questão entre o político e o econômico que deve ser repensada. E, principalmente:

Originalidade que diz respeito à *possibilidade de se pensar a política como algo que não se define exclusivamente por referência ao Estado*, que se qualifica como *forma de sociabilidade* e que, por isso mesmo, *depende da forma como a sociedade se institui enquanto espaço* que cria suas próprias normas, suas próprias regras, seus próprios critérios, a partir dos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis *para os que dela participam*.²²²¹

É sobre essa rica originalidade e possibilidade de existência da política além dos âmbitos do Estado que Arendt preenche o nosso motivo e justificativa no uso e concordância com o seu pensamento. A nosso ver, ressaltamos, independente de todas as críticas, o pensamento de Arendt contribui, indiscutivelmente, para uma abertura e tentativa de novas formas de sociabilidade, organização, de construção de novos espaços públicos, de coragem e esperança de que algo novo e transformações são possíveis.

Rebatendo as críticas, Telles diz que, por meio da expressão de Arendt – “direito a ter direitos” – a defesa dos interesses está e faz-se presente, “[...] audível e reconhecível na dimensão política da vida social.”²²²²

Ainda que, agora, de acordo com Lefort,²²²³ os direitos funcionem como argumentos políticos que articulam os interesses e práticas individuais e coletivas em uma esfera comum e, portanto, política, a qual os indivíduos pertencem.

²²²⁰ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit., p. 43.

²²²¹ Ibidem, p. 43 (grifos nossos).

²²²² Ibidem, p. 44.

²²²³ Cf. LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Op. cit.

Os direitos não são e não estão definitivamente acabados, exigindo sempre uma nova reinterpretação, principalmente nesta sociedade moderna onde não existe nenhuma referência nem para garantir a própria Lei.

Esse constante questionamento e debate sobre os direitos, sobre a necessidade do surgimento de novos direitos e os próprios surgimentos desses, segundo Lefort, dependem e estão em permanente conflito. Inclusive, o próprio espaço público e político seria destruído caso não houvesse permanentemente o direito de renovações, de novas reivindicações de novos direitos, porque isso representa ter legitimidade frente ao aparato estatal. A proposta de Arendt sobre a “consciência do direito a ter direitos” em um espaço público reflete e constitui uma sociedade organizada democraticamente. E essa organização consciente, pública e política, constitui também seu poder e sua autoridade entre todos os indivíduos que a compõem.

A consciência pública tem autoridade para confirmar os seus direitos, caso as leis não os garantam ou o próprio Estado.

O espaço público e político, ainda, segundo Telles, não poderiam ser considerados igualitário porque:

Se é verdade que a garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões e vontades, interesses e demandas de indivíduos ou grupos sociais, também é preciso reconhecer que os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento e legitimidade contêm, em si mesmos, um princípio de discriminação que constrói a figura daqueles que, *em função de sua condição de classe ou de vida, de sexo ou idade, de origem ou de cor, são como que descredenciados enquanto sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público.*²²²⁴

Nesse sentido, existem diferenças entre os indivíduos no espaço público. E, justamente por essa existência, Telles escreveu que a dominação, mesmo não explícita por Arendt, “[...] fornece elementos para uma reflexão”.²²²⁵ Mas acrescentou:

Dominação que, no entanto, nunca chega a se objetivar plenamente no espaço social, desde que a sociedade se abra a esse questionamento sobre o legítimo e o ilegítimo, o justo e o injusto, de forma que o “direito a ter direitos” possa significar, para muitos, como diz Lefort, um “recoo à obediência cega às normas estabelecidas.”²²²⁶

Cf. LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²²²⁴ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit., p. 46 (grifos nossos).

²²²⁵ Ibidem, p. 46.

²²²⁶ Ibidem, p. 46.

Exemplo de tudo isso colocado e proposto por Arendt, segundo Telles, pode ser testemunhado atualmente por vários movimentos sociais, organizações, mobilizações que não se impõem pelo número de indivíduos, mas pela força de um poder de união que assegura legitimidade e justiça. Também, torna visível e coloca em público seus interesses, vontades e razões.

Essas mobilizações atuais revelam, portanto, um conflito que sempre é renovado pelas novas reinterpretações e reivindicações feitas por sujeitos diferentes, com idade, sexo, moradia, classe, trabalho e representações também diferentes. E, acrescentou Telles: “sua aceitação pública não se faz sem resistência e ambigüidades de todos os tipos”.²²²⁷

Essas manifestações e reivindicações perante o poder estatal traduzem-se em ações políticas. Na mesma vertente, Storlokken,²²²⁸ ao escrever sobre o significado da ação política, afirma que, essa para Arendt, era uma questão de ser ou não ser. A ação política é uma forma, aliás, a melhor possibilidade de impedir governos e abusos totalitários sobre as pessoas. Percebe-se a força e o poder que Arendt atribui à prática da ação política em uma sociedade. Escreve Storlokken: “O que Arendt criticava em particular no pensamento político tradicional era a falta de um conceito de ação política segundo o qual fazer política não significasse fazer história”.²²²⁹

A ação política foi definida como possibilidade da participação espontânea, onde a importância da experiência e a chance de novas experiências são o cerne da ação:

Agir politicamente implica imprevisibilidade. As experiências adquiridas por meio da ação política só podem ser sintetizadas posteriormente, e deve-se tentar aprender com elas. [...] A ação política é unilateralmente caracterizada pela espontaneidade, o começar de novo e as consequências imprevisíveis devido à pluralidade dos homens.²²³⁰

Ressalta Storlokken que a maior preocupação de Arendt era não considerar a ação política em termos das categorias meios-fins, ou seja, atribuir-lhe um valor instrumental. Acoplada à ação política está, para Arendt, a liberdade política. Ação política e liberdade política são dois lados da mesma moeda. Afirma Storlokken:

²²²⁷ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit., p. 46.

²²²⁸ Cf. STORLOKKEN, Tanja. Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt. In.: *Crítica marxista*. Campinas: Revan, n. 23, 2006.

²²²⁹ Ibidem, p. 125.

²²³⁰ Ibidem, p. 126.

Pois a liberdade política em geral, significa o direito de ser um participante do governo ou não significa nada. [...] “a *raison d’être* da política é a liberdade, e seu campo de experiência é a ação. [...] Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes nem depois; ser livre e agir são o mesmo”.²²³¹

Assim, a ação política é realizada no mundo real e concreto, revelando a experiência das pessoas em ação, em movimento.

Ressalta-se a liberdade da ação política para todas as pessoas em um espaço público e político. Além das caracterizações da ação política de acordo com Maquiavel, Arendt e Viroli, também Heller e Fehér nos esclarecem o que caracteriza uma ação política:

Não é inteiramente fácil distinguir entre ação social e a política. O fato de a ação ser de natureza individual ou coletiva não decide a questão. Tampouco o faz o caráter concreto da própria questão em deliberação ou contestação. Numa aproximação geral, as ações podem ser chamadas de políticas se as pessoas agem na condição de cidadãos, e se falam, ou incidentalmente mobilizam, a outras pessoas na condição de cidadãos. Isso pode acontecer de três maneiras distintas. *Primeiro*, as pessoas podem *agir dentro de organizações políticas*, *segundo*, as pessoas podem *traduzir reivindicações privadas em públicas* e, *terceiro*, as pessoas podem tratar, ou *mobilizar outras para tratar, questões sociais ou privadas recorrendo a idéias políticas, direitos e normas democráticas* gerais ou universais. Estes três tipos de ação política podem fundir-se, mas nem sempre o fazem. Todos os três tipos de ação política exigem virtudes cívicas.²²³²

Assim, a ação política traduz-se na participação política, na discussão pública e nas decisões que atendam a todos. Agindo nessas condições como cidadãos e cidadãs, os sujeitos têm a capacidade de levar os problemas e reivindicações do âmbito privado ao âmbito político e transformá-los em direitos ou leis. Para isso, reforçam Heller e Fehér, os indivíduos que se dispõem à prática da ação política devem possuir as virtudes cívicas.

Após o conhecimento das características que distinguem a ação política, apoiando-nos nos parâmetros balizadores para sua identificação de acordo com as concepções de Maquiavel, Arendt, Viroli e Heller e Fehér, tentamos detectar as ações políticas das mulheres empresárias de acordo com os critérios expostos.

Dessa forma, também ocupando e participando de um espaço público e que, por meio dele, desenvolvem ou estão buscando desenvolver a prática da ação política, encontram-se as mulheres empresárias mineiras.

²²³¹ STORLOKKEN, Tanja. Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt. In.: *Crítica marxista*. Op. cit., p. 126.

²²³² HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit., p. 117 (grifos nossos).

11.2 Ação política em Belo Horizonte

“Tem uma coisa que eu acho que é muito importante: o poder está diretamente ligado ao conhecimento. Isso é inegável. A estatística mostra hoje, no Brasil, que 62% e alguma coisa do contingente universitário brasileiro é do sexo feminino. O que significa isso? Significa que mais ou menos em dez anos, as mulheres estarão dirigindo as nossas grandes empresas. [...] Eu acredito no futuro igualitário, onde a competência seja o divisor de águas. [...] Temos que nos organizar com mais arrojo, politicamente. Temos que levar as nossas questões ao nível do debate institucional”.

Luziana Brandão Nunes Lanna
(Em entrevista – 30/09/2003)

A empresária **Ângela Gutierrez**,²²³³ a partir de uma ação social iniciada com um grupo de setenta mulheres em Inhaúma (MG), registrada no subcapítulo 9.3, faz dessa uma ação política, baseando-nos nas concepções de Arendt,²²³⁴ Heller e Fehér,²²³⁵ pelos seguintes motivos: se as mulheres de Inhaúma, antes não vistas aos olhos do mundo, isoladas em seu espaço, de acordo com o depoimento de Ângela Gutierrez, passaram ao espaço público, não como expectadoras, mas admitidas na companhia de outras e outros “[...] e com eles participar como iguais [...]”²²³⁶

Passaram e passam a conviver *com* outras pessoas, revelando-se, portanto, *quem são* por meio do discurso e da ação. Segundo Arendt, a ação e o discurso são essenciais aos indivíduos para que possam participar do espaço público que só “[...] vem à tona quando as pessoas estão *com* outras, isto é, no simples gozo da *convivência humana*, [...]”,²²³⁷ nesse sentido, *revelam-se e aparecem* como sujeitos políticos.

Os únicos indivíduos que não podem se situar na convivência humana, ou seja, revelarem-se porque são “figuras politicamente”²²³⁸ consideradas solitárias, são o praticante de boas ações, “[...] que precisa ocultar sua individualidade e manter-se em completo anonimato”,²²³⁹ também considerado “pró”²²⁴⁰ e o “[...] criminoso, que precisa esconder-se dos outros [...] e ‘contra’ todos os homens [...] pode correr o risco de revelar-se.”²²⁴¹

²²³³ GUTIERREZ, Ângela. Entrevista. Op. cit.

²²³⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *Condição humana*. Op. cit.

²²³⁵ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O paria e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 174.

²²³⁷ Ibidem, p. 192.

²²³⁸ Ibidem, p. 193.

²²³⁹ Ibidem, p. 193.

²²⁴⁰ Ibidem, p. 193.

²²⁴¹ Ibidem, p. 193

Assim, a ação social praticada por Ângela Gutierrez com as mulheres de Inhaúma torna-se também uma ação política e, observa-se que a esfera social e a esfera política apresentam-se atravessadas uma pela outra.

E, lembramos, que a ação tem as características de “iniciar algo novo”, de ser “imprevisível” e de ser ilimitada, de acordo com Arendt, ao dizer que: “A ilimitação da ação nada mais é senão o outro lado de sua tremenda capacidade de estabelecer relações, isto é, de sua produtividade específica”.²²⁴² Isso significa que o seu resultado pode se transformar ou gerar uma ação política, o que justifica esse caso.

Igualmente, como afirmam Heller e Fehér,²²⁴³ uma ação social é potencialmente política, quando essa manifesta um desejo de mudança estratégica em relação ao corpo político. Ou seja, as mulheres de Inhaúma tornaram-se cidadãs e, paralelamente, a empresária Ângela Gutierrez criou uma “fábrica de uniformes industriais”, afetando e alterando toda a comunidade de Inhaúma e não mais uma mudança somente para essas mulheres. A fábrica é resultado de intervenções públicas e políticas, de questionamentos e deliberações perante o poder público, de autorização de medidas legais institucionais para a sua criação. Nesse sentido, a *atitude de participação política na esfera pública* da empresária Ângela Gutierrez constitui-se, em nossa análise, uma ação política que se enquadra nos tipos de ação política expostos por Heller e Fehér.²²⁴⁴

Da mesma forma, acrescentamos que outra ação política de Ângela Gutierrez foi a sua intervenção na esfera pública e política para a criação dos museus do “Oratório” e de “Artes e Ofícios”. Lembramos que não se trata de uma forma de ação cultural, já visto que essa possui caráter sociocultural, mas, sim, *de sua atuação política* perante o poder estatal ou órgãos estatais responsáveis, por meio de deliberações, questionamentos e interlocuções para a criação das instituições – os museus. Lembrando, ainda, que uma instituição possui a característica da duração, da continuidade de um mundo comum para as próximas gerações, de acordo com Arendt²²⁴⁵ e Maquiavel,²²⁴⁶ que é uma das características da ação política.

Para a criação dessas instituições, portanto, Ângela Gutierrez buscou uma interlocução com órgãos públicos, responsáveis pela cultura, ou seja, provocou uma argumentação, um questionamento, uma reivindicação junto à esfera institucional para conseguir a criação e aprovação de tais instituições por decretos legais baseados em leis. Essa atitude revela a

²²⁴² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 204.

²²⁴³ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²⁴⁴ Cf. *Ibidem*.

²²⁴⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²²⁴⁶ Cf. MAQUIAVEL apud AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.

virtude cívica intelectual da participação política no espaço público, segundo Heller e Fehér,²²⁴⁷ nos discursos e nos debates públicos. Nesse sentido, a *sua atuação* para a criação dos museus e da Fundação constitui-se em uma ação política.

Ângela Maria Prata Pace de Assis,²²⁴⁸ por meio de vários cargos assumidos, desenvolveu várias ações políticas. Como exemplos citamos a sua participação internacional como mediadora do Brasil em diversos países. Em suas palavras:

Em 1993 fui “Observadora do NAFTA”²²⁴⁹ representando o Brasil. Eu recebi o convite e fui verificar todo o andamento do “Acordo Internacional do NAFTA”. Desde aquela época, isto é, 1993, fui convidada para conhecer e avaliar o embrião da ALCA²²⁵⁰ que foi a “Iniciativa das Américas”. E de 1993 a 2002, estive representando o Brasil na ALCA nos “Aspectos Legais” num primeiro momento e, depois, em “Soluções e Controvérsias”.²²⁵¹

Ainda sobre sua participação nesses dois organismos, a empresária Ângela Pace acrescentou: “Eu ia como representante do Brasil nesses dois momentos. Então, era um cargo que se dava à pessoa de notório saber dentro dessa área das discussões internacionais”.²²⁵²

Por meio dessas discussões, muitos acordos, tratados e regras institucionais foram concretizados. Ângela Pace foi participante ativa nessas articulações que se caracterizam como ações políticas por efetivarem-se no âmbito estatal. Além de membro, sua atuação reflete uma prática política de mediação, semelhante à usada por outras mulheres empresárias percebida em vários depoimentos, verificando-se que a mesma prática também é adotada em nível internacional.

O papel da empresária Ângela Pace como representante do Brasil em organismos internacionais como a ALCA e o NAFTA significou fazer uso da palavra, do discurso e agir em um espaço público e político de dimensões internacionais. Ou seja, como sujeito político participava de organismos políticos, representando uma instituição política, o Brasil. Por meio

²²⁴⁷ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *Ética da cidadania e virtudes cívicas*. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²⁴⁸ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

²²⁴⁹ NAFTA – “Acordo de Livre Comércio da América do Norte”, um bloco econômico que integra os EUA, Canadá e México a partir de 1993. Seu objetivo é eliminar as barreiras alfandegárias entre os países que o compõem, e não inclui acordo a respeito de direitos sociais ou trabalhistas, ao contrário da União Européia – UE.

²²⁵⁰ ALCA – “Associação de Livre Comércio das Américas”, com a proposta de minar o MERCOSUL. A ALCA tem como objetivo reunir todos os países do continente, excetuando Cuba, e criar uma zona de livre comércio, com a previsão de início a partir de 2005. O Citado MERCOSUL – “Mercado Comum do Sul” foi criado em 1991, com início em 1995. É formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, considerados países membros fundadores e possui países associados, quais sejam: Chile, Bolívia e mais recentemente, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela. Como objetivos, o Mercosul deu início à eliminação das tarifas aduaneiras na região; estreitar as relações comerciais entre os países que o compõem; mais à frente, pretende estabelecer tarifas únicas entre o comércio de seus países membros com outros países, regiões e continentes. (Cf. MAGNOLI, Demétrio. *Globalização*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997).

²²⁵¹ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

²²⁵² Ibidem.

de discussões, debates, propostas, análises, avaliações ou aceites e decisões políticas, era porta-voz, portanto, mediadora, defendendo e responsabilizando-se pelos interesses brasileiros. Essa ação política da empresária Ângela Pace encontra respaldo nos tipos de ação política explicados por Heller e Fehér.²²⁵³

Além dessas ações políticas, Ângela Pace informou sua participação em outros momentos de caráter político, como a elaboração da Constituição do Estado, principalmente na redação sobre o “Capítulo da Educação”, sobre os “Direitos Humanos” referentes à mulher, aos defensores públicos e defensores da ativa. Participou, ainda, de questões referentes à “Lei de Diretrizes e Base” – LDB – da Educação, sobre a “Educação Continuada” e questões pertinentes à estrutura de currículos.

Verifica-se que todos estes projetos tornaram-se leis, portanto, demandas orientadas ao Estado ou normas institucionalizadas, no caso da “Educação Continuada” e das grades curriculares. Todas se caracterizam como ações políticas, ressaltamos, pelo caráter estrategicamente direcionado ao poder estatal.

Um dos fatores fundamentais para a execução destas ações políticas deveu-se e deve-se ao fato dos cargos políticos ocupados por Ângela Pace. Dentre tantos, a empresária ocupou o cargo de “Secretária Adjunta Municipal da Indústria e Comércio” da Prefeitura de Belo Horizonte de 1995 a meados de 1998 e “Secretária de Estado da Justiça e Direitos Humanos” de 1998 a 2002.

Passando a outra empresária, como Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora”, no período de 2003 a 2004, **Carmen Eugênia Bretas Bavoso**²²⁵⁴ realizou e continua realizando palestras e cursos visando contribuir para um aperfeiçoamento das competências empreendedoras das mulheres associadas. Essas ocorreram e ocorrem dentro da sede da própria AC MINAS, como também em associações de bairros ou em outras diversas cidades do interior do estado. O objetivo, citou Carmen Bavoso, é estimular as mulheres a afiliarem-se às associações ou criarem “Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher” para a efetivação da igualdade em várias instâncias, como salário desigual, cargos eletivos, cargos de comando, dentre outros. E, acrescentou: “Tenho feito palestras em convenções do ‘PTB Mulher’ em Belo Horizonte, Três Marias, Raposos, além de diversas zonas do PMDB em Belo Horizonte”.²²⁵⁵

²²⁵³ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²⁵⁴ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

²²⁵⁵ Ibidem.

Além das desigualdades nos direitos referidos acima, Carmen Bavoso citou que outros encontros têm como foco a capacitação profissional para as mulheres empresárias, aperfeiçoamento no aspecto gerencial e empreendedor, cursos preparatórios para falar em público e de negociação. Esses, afirmou, têm caráter político porque são tratados no nível de entidade de classe com uma proposta de participação política na esfera pública para questionar e alterar a estrutura patriarcal. Reforçamos que essa ação política pode ser explicada de acordo com Heller e Fehér,²²⁵⁶ pelo fato de que as pessoas podem tratar ou levar outras para discutir e debater sobre questões privadas no âmbito político, recorrendo a leis ou direitos constituídos como, também, para instituí-los.

Como exemplo de outras formas de ação política, Carmen Bavoso citou:

Um movimento que a gente começou foi um pleito junto aos vereadores para se criar uma legislação municipal que beneficie as empresas prestadoras de serviços. Por quê? As empresas de comércio e indústria que pagam ICMS têm um fundo que permite a elas obter um financiamento através do BDMG. As empresas prestadoras de serviço, pelo fato de não pagar ICMS e pagar ISS na Prefeitura, não podem se beneficiar desse financiamento. Então, solicitamos a um vereador que fizesse uma legislação específica, que criasse um fundo na Prefeitura. E isso está tramitando na Câmara dos Vereadores com o aval do BDMG, e a gente está acompanhando essa tramitação. Mas ainda não tem nenhuma votação prevista para esse projeto. Mas é uma das ações que a gente está fazendo para beneficiar não só empresas de mulheres, mas também todas empresas de porte pequeno, prestadoras de serviços.²²⁵⁷

A ação é política, observa-se, pelo fato de ser estrategicamente orientada ao poder central, cujo resultado poderá ter impacto no espaço público abrangendo não somente as mulheres empresárias, mas todo o segmento empresarial. Carmen Bavoso acrescentou que, como ação política ainda, a proliferação e a criação de outras associações de caráter político para a discussão de questões políticas entre as mulheres empresárias e empreendedoras são práticas constantes por meio do “Conselho Estadual da Mulher Empreendedora”.

Para os encontros estaduais realizados anualmente há uma mobilização de mulheres do estado inteiro e, a partir desse, criam-se novos núcleos, conselhos, câmara de mulheres nas associações comerciais de outras cidades mineiras. E, ainda, porque essas associações ou entidades atuam “[...] nos vários níveis de poder político e governamental”,²²⁵⁸ além da importante representação política que confere às mulheres empresárias.

²²⁵⁶ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²⁵⁷ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

²²⁵⁸ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 204.

Outra empresária, **Dalva Camilo Diniz**,²²⁵⁹ em relação à categoria dos empresários dos transportes urbanos revelou que participa dos debates políticos para reivindicações e questionamentos junto aos órgãos públicos. Como exemplo citou a “Ação Tapa-Buracos” desenvolvida pelo setor e financiada pelos próprios empresários do transporte.

Adotam como prática política o *lobby*, a mediação de autoridades influentes para conseguirem os objetivos da categoria: “[...] a gente faz um trabalho junto à classe política, os deputados, para que nossas leis possam ser aprovadas”.²²⁶⁰

Verifica-se que essa prática política, ou seja, a da mediação por meio de pessoas influentes é igual à prática do empresariado no início dos anos de 1930 a 1945.

Outra ação em desenvolvimento, continuou Dalva Camilo, é o combate ao transporte clandestino. A categoria está empenhada nas discussões com o governo estadual e municipal para que aprove leis de regulamentação em relação ao comércio clandestino não somente em Belo Horizonte, mas em todo o estado. Acrescentou que o setor de transportes trabalha muito em parceria com o poder público.

Confirmando o depoimento de Dalva Camilo em relação ao transporte clandestino, Brasileiro afirma:

O fenômeno do transporte dito informal – conhecido pelos mais diversos nomes: não convencionais, não incorporados, “paratransit”, etc. – ocorre em praticamente todas as cidades dos chamados países em desenvolvimento e mesmo nos EUA e em países europeus, sendo estudado por pesquisadores e profissionais de universidades ou órgãos públicos. [...] No Brasil, as formas artesanais de transportes em veículos de baixa capacidade surgem com significação nos anos 90, [...]. Nem sempre adaptados ao transporte urbano, os veículos apresentam níveis de conservação que variam das Kombis em péssimo estado [...] até os modelos mais modernos (besta, sprinter, topic) [...].²²⁶¹

Tal problema, acrescenta o autor, ocorre em inúmeras cidades brasileiras e, em algumas, a presença do transporte clandestino foi denunciado no início da década de 1980. No entanto, nunca foi resolvido e provoca grandes polêmicas no setor. Por falta de controle e regulação nas diversas formas de transporte coletivo que coexistem e muitas que não se adequam às normas regulatórias do poder público, muitas empresas privadas regulamentadas estão investindo na mídia como tentativa para uma conscientização da população e alerta contra os perigos dos diversos transportes clandestinos.

²²⁵⁹ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

²²⁶⁰ Ibidem.

²²⁶¹ BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. Op. cit., p. 34.

Dentre várias ações políticas que são desenvolvidas, a empresária Dalva Camilo resumiu algumas já efetivadas em parceria com órgãos estaduais e municipais, inclusive, algumas com vários anos de funcionamento. Outras estão sendo ampliadas e aperfeiçoadas, sempre direcionadas para a sociedade. Como exemplo citou as passagens liberadas para os militares, para pessoas com mais de sessenta (60) anos, inclusive, com entrada e saída somente pela porta da frente, para mulheres grávidas e para os portadores de necessidades especiais, sendo todos esses benefícios transformados em leis e financiados pelo empresariado do transporte.

Afirmou Dalva Camilo: “O custo do transporte urbano e nacional é todo do empresariado. Apesar de ser uma parceria com o poder público, quem está bancando e pagando por isso não é o poder público, mas, sim, o empresariado”.²²⁶²

As ações coletivas, além dos interesses comuns da categoria, ampliam-se no entorno porque os seus resultados têm impacto para uma boa parte da sociedade.

O governo também se apropria de parte do mérito como beneficiador e, o político, no caso, o mediador, coloca-se como o criador do projeto ou da lei a ser instituída, ganhando votos e a simpatia dos beneficiados e do segmento. Afirmou Dalva Camilo:

E quem vai ganhar mais com isso? Nós empresários estamos ganhando? Lógico, porque não existe milagre. Nós não fazemos isso porque a gente é bonzinho, mas porque precisamos ter o nosso negócio efetivamente lucrativo. Então, toda vez que uma sociedade pensa organizada, ela está pensando numa maneira em que ela terá que ter retorno, ela vai buscar as ações políticas e sociais. De modo que é um contexto e uma engrenagem. Nessa engrenagem, não existe só o poder de: “Eu ganho sozinho”. Não existe o “eu ganho sozinho”. Então, no nosso consenso, nós ganhamos juntos, principalmente no nosso negócio que é prestação de serviço. Nós ganhamos, mas a sociedade tem que estar ganhando o nosso cliente, que é o povo, tem que estar ganhando também. Então, o que ele ganha? Ele ganha um bom serviço, ele ganha transporte mais rápido, mais eficiente e equipamento limpo. E, em contrapartida, nós temos mais passageiros usando o nosso equipamento, nós temos um ganho empresarial. E, politicamente, para que isso se torne lei, o político vai ganhando em cima disso. Ele vai ganhar em voto, em consciência política das pessoas que estão votando nele. Existe uma parceria de interesses comuns e todo mundo vai ganhar nessa ação política. Não só nós estamos ganhando, mas também o empregado, o trabalhador e a sociedade estão ganhando em consequência disso. O empresário está ganhando, financeiramente, e a classe política está ganhando em ações políticas, transformando isso em lei e regulamentando essas. Então, há um ganho e interesse de todos.²²⁶³

Verifica-se, pelo depoimento, que a partir de interesses comuns e específicos do grupo, esses se ampliam para a coletividade, sobrepondo, portanto, aos interesses particularistas do segmento. Esses interesses tornam-se leis institucionais, o que caracteriza

²²⁶² DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

²²⁶³ Ibidem.

uma ação política resultando em benefícios para a comunidade. Ainda, conforme explicou-nos Dalva Camilo, as propostas de melhoria pelo grupo possuem interesses lucrativos, no entanto, esses acarretam serviços de melhor qualidade para a sociedade em geral.

Chamamos a atenção para os interesses seletivos dos membros de um grupo, segundo Olson,²²⁶⁴ já registrados, os quais são necessários para a existência da organização. Ainda, o cruzamento dos interesses privado da classe com os da sociedade em geral ou coletivos.

Verifica-se ainda no depoimento a prática política do *lobby* para a conquista dos objetivos e a mediação com políticos influentes que atuam como canais de pressão para que os benefícios resultem em leis que se ampliam do âmbito federal ao municipal ou vice-versa. É o caso, por exemplo, da lei que garante a locomoção dos idosos em âmbito municipal ampliando-se para intramunicípios. A idéia de uma ação tanto se inicia com uma pessoa ou com uma empresa, partindo do município, ou seja, do sindicato ao nível de cidade ou pode vir da Confederação – do âmbito federal para o município. Mas, opinou Dalva Camilo, mesmo sendo de “cima para baixo” ou de “baixo para cima”, a ação individual torna-se coletiva.

A afirmação da empresária Dalva Camilo encontra respaldo no pensamento de Arendt,²²⁶⁵ quando a autora diz que uma ação possui a capacidade de ampliar-se, tornando-se, inclusive, ilimitada e com resultados imprevisíveis.

Nesse sentido, uma ação tomada pela categoria em uma das esferas governamentais pode alcançar e alcança resultados não previstos pela própria categoria.

A empresária **Daniela Chen**²²⁶⁶ desenvolve uma ação política por meio de sua *participação política* no espaço público, de acordo com Heller e Fehér.²²⁶⁷ Na condição de Vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL/BH, tem a função de mediadora, interlocutora e articuladora dos interesses da classe.

Em âmbito nacional e internacional, a empresária atua como um canal de ligação entre seus pares e as diversas esferas institucionais. Dessa forma, sua atuação política lhe possibilita se constituir no próprio elo de influência, como buscar outros indivíduos influentes para a defesa dos interesses e objetivos dos(as) afiliados(as) à entidade.

Outra empresária, **Eliana Guimarães Queiroz**,²²⁶⁸ disse praticar uma ação política por meio do “Grupo Mineiro”:

²²⁶⁴ OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

²²⁶⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²²⁶⁶ CHEN, Daniela. Entrevista. Op. cit.

²²⁶⁷ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²²⁶⁸ QUEIROZ, Eliana Guimarães. Entrevista. Op. cit.

Politicamente, estamos tentando aglutinar o setor para ter um grande público voltado para Minas, a fim de beneficiar todos os fabricantes, fomentar empregos e o turismo. Pensamos em Minas, por meio da moda, porque moda é um setor de grande circulação e lucratividade. A moda demanda muito marketing e envolve o Brasil todo.²²⁶⁹

Para isso, já reivindicaram junto ao governo de Minas Gerais, o suporte necessário para o desenvolvimento desse projeto. Afirmou Eliana Queiroz: “Nós estamos conseguindo do governo um apoio agora. Nunca tivemos anteriormente.”²²⁷⁰ Para esse projeto convocou todos os associados e, numa ação coletiva, colocaram em prática a idéia:

Pensei que já era hora de convocar o governo. Eu tive a idéia, pensei muito, aglutinei o pessoal para uma reunião e comuniquei a proposta da ação. A princípio, todo mundo ficou com dúvidas. Mas, o grupo é muito homogêneo e temos uma meta em comum. No final, todos concordaram e só fazemos aquilo que o grupo todo concorda.²²⁷¹

Verifica-se a ação política do grupo no questionamento e convocação do governo de Minas Gerais para o fortalecimento de todo o setor da moda que provoca reflexos na economia, não somente no âmbito estadual, mas nacional e internacional.

A prática política adotada pelo grupo na busca de seus interesses é a mediação de pessoas do próprio grupo com autoridades com poder de decisão. Em âmbito estadual, citou Eliana Queiroz, procuram o Secretário de Desenvolvimento e o Governador do estado de Minas Gerais e, no âmbito federal, outras autoridades. E, continuou Eliana Queiroz dizendo que o grupo consegue a mediação com pessoas influentes e que podem decidir com ações efetivas, porque o mesmo possui poder e credibilidade devido à sua organização, atuação e seriedade em seu trabalho. Essa afirmação demonstra a consciência da legitimidade e representação que o grupo possui para dialogar e negociar com o governo, conforme a concepção de Arendt,²²⁷² reforçada por Lefort,²²⁷³ por Telles²²⁷⁴ e outros, de que o poder da união garante legitimidade.

Ressaltou Eliana Queiroz que a importância e o crescimento da moda brasileira já extrapolou o mercado interno e alguns profissionais comercializam suas criações no exterior, injetando recursos na economia brasileira e divulgando positiva e potencialmente a imagem

²²⁶⁹ QUEIROZ, Eliana Guimarães. Entrevista. Op. cit.

²²⁷⁰ Ibidem.

²²⁷¹ Ibidem.

²²⁷² Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²²⁷³ Cf. LEFORT, Claude. *Pensando o Político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Op. cit.

²²⁷⁴ Cf. TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*. Op. cit.

do Brasil no cenário internacional. E, enfatizou, ela está se referindo apenas a um setor específico da moda, mais seletivo:

Imagine, então, a potência de todo o setor de confecção com todos os estilos! Paris vive de moda, Milão vive de moda. É um setor valorizado e bem cuidado no mundo todo. O Brasil precisa refinar seu conceito sobre o setor da moda, porque é uma fonte de renda e desenvolvimento para a economia. Nós geramos milhares de empregos, pagamos impostos, incentivamos o turismo atrelado com os eventos, desfiles, lançamentos, show-room e tantas coisas mais. Imagine!²²⁷⁵

Perguntada sobre qual a forma de apoio ou as demandas do grupo perante o governo, Eliana Queiroz afirmou que além de uma verba, reivindicaram, principalmente, um apoio logístico, de incentivo para a divulgação do setor. Declarou que até o momento o grupo tem feito todo o trabalho sozinho, arcando com todos os recursos financeiros, necessários para uma boa estrutura. Continuou Eliana Queiroz:

Já fizemos muito sozinhos, nós já desbravamos esse Brasil. Antes do Grupo Mineiro não tinha nada sobre uma moda estável no Brasil. O nosso espaço, nós já conseguimos. Agora, o que nós queremos é conseguir mais para o setor. Então, a partir do momento em que a gente tiver o apoio do governo estadual e até do federal, ficaremos mais fortes. E já não é mais um Grupo Mineiro de dez pessoas e, sim, um setor de moda que está alavancando. Eu sou uma pessoa empreendedora. Eu gosto muito de fazer as coisas, acreditar nelas e realizar. Eu acho que esse foi o segredo do meu sucesso. Eu acho assim, que na história não fica quem tem dinheiro não, fica quem faz alguma coisa. Eu acho que o Grupo já tem uma performance bem definida. Penso que está na hora de a gente dar nele o formato final. Sermos reconhecidas no setor. Não adianta a gente ser reconhecida como a “elite”. Isso passa. O dinheiro muda de mão, de pessoas. Ele é assim: hoje você tem, amanhã, você não tem. É um trabalho estruturado, programado, com base e diferente. Ele torna-se duradouro. O “Grupo Mineiro” existe há quase trinta anos.²²⁷⁶

A interpelação do grupo perante o Estado para o seu fortalecimento, também deseja, conseqüentemente, consolidar as *marcas* de seus produtos no mercado, porque, segundo Eliana Queiroz, “[...] tudo que não é fortalecido desaparece do mercado”,²²⁷⁷ ou seja, o que não é mostrado não é conhecido e, portanto, não existe. E acrescentou:

Uma marca não vive sem mídia, aliás, tudo depende dela. Eu dependo do consumidor final. Se eu não tenho a divulgação, eu não vendo. Ninguém sabe quem é Eliana Queiroz se eu estiver lá no fundo do corredor, na rua ou em qualquer outro lugar. Não existe isso no nosso negócio. Sem a divulgação, você não consegue nada. O nosso negócio é muito envolvente por isso. A mídia também depende da gente,

²²⁷⁵ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

²²⁷⁶ Ibidem.

²²⁷⁷ Ibidem.

porque ela vive de notícias e a moda é notícia no mundo inteiro. Então, nós fomentamos a mídia e precisamos dela para aparecermos também para o público.²²⁷⁸

A percepção de Eliana Queiroz encaixa-se ao que Arendt escreveu sobre as condições para a existência em um espaço público. Ou seja, para a autora, a existência “[...] é aquilo que aparece a todos; e tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho [...] desprovido de realidade”²²⁷⁹.

Nesse sentido, o que não é visto, mostrado, conhecido ou divulgado, não existe para outras pessoas ou para um público. E, por isso, a necessidade do “fazer conhecer” o que se deseja tornar, ser ou continuar público.

Passamos à empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**²²⁸⁰ que, ao desempenhar a função de Diretora Executiva Política na Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, revelou-nos um trabalho de interpelação junto aos órgãos estatais. Em suas palavras:

[...] eu visitava e conversava com o governador, ia muito à Brasília, visitava deputados, enfim, os parlamentares. Fazia esse trabalho político que é muito importante em toda entidade de classe. Sempre que surgia um problema isso era feito, visto que a CDL é uma associação muito ativa e muito atenta aos problemas do dia-a-dia e, portanto, do (a) empresário (a).²²⁸¹

A empresária Beth Pimenta, por meio de mediação, apresentava os problemas da entidade aos órgãos responsáveis por medidas que atendessem a todos. Como exemplo, citou o problema do ICMS, de interesse coletivo.

Ao revelar que visitava os parlamentares, infere-se, além da prática da mediação direta com pessoas influentes e com órgãos decisórios, a prática do *lobby* para o alcance das ações políticas junto aos parlamentares.

No depoimento, a empresária Beth Pimenta explicou-nos:

[...] a função da Diretora Política era visitar os políticos, mostrar para eles: “O ICMS vai subir, mudou o ICMS, como é que nós vamos fazer? Vamos dividir o ICMS porque está todo mundo apertado”. Encontrava com o Secretário da Fazenda e dizia: “Vamos tentar dividir isso para 60 meses”. Quer dizer, algum benefício político para a classe empresarial, no sentido de que quem faz as leis são os deputados. Então, nós tínhamos essa função política de convidar os candidatos a irem lá falar, para ver se as promessas deles se alinhavam com os nossos objetivos, da classe empresarial mineira, porque a CDL de Belo Horizonte é a maior do Brasil. É a mais forte. Então, o que a CDL pleiteava aqui, era muito mais, assim, o bom relacionamento político com a classe, a classe que faz leis para quê? Para que nós pudéssemos desempenhar

²²⁷⁸ QUEIROZ, Eliana Guimarães de. Entrevista. Op. cit.

²²⁷⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 211.

²²⁸⁰ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

²²⁸¹ *Ibidem*.

a nossa atividade comercial e empresarial de acordo com o mercado, pagar os impostos como a gente via que podia pagar. Uma hora achávamos que a receita estava extremamente autoritária e, então, a gente conversava. Enfim, era esse trâmite político que a CDL nunca abriu mão de fazer e que todas as entidades têm que fazer. [...] mostrar ao governado, aos deputados, vereadores, senadores e prefeito, as dificuldades da classe empresarial no momento, determinados problemas que eles não tinham conhecimento e para sensibilizá-los. Principalmente, porque Minas Gerais é um estado extremamente fiscalista, para mostrar que o empresariado luta pelo bem social e não é aquela pessoa que é bandido, que montou a empresa para dar o cano no Estado ou no empregado, em absoluto. É muito mais no sentido de mostrar a função do(a) empresário(a), mostrar essa face que, às vezes, o empresariado, principalmente depois que passaram pelos planos Real, Plano Color, e não sei o quê mais, ficou com a imagem riscada, como se fosse bandido. Então, é muito mais nesse sentido de trazê-lo para a nossa causa, no sentido, não de burlar a lei, em absoluto, mas de eles serem sensíveis ao trabalho sério do empresariado nacional.²²⁸²

Vimos vários exemplos das práticas políticas adotadas atualmente para a concretização das ações políticas pretendidas pela categoria.

Observa-se que os questionamentos e interesses comuns do grupo foram e são direcionados aos poderes governamentais, cujos resultados estenderam-se ou estendem-se a todos os membros e não somente para alguns. Ainda, observa-se nas palavras de Beth Pimenta que a categoria não deseja nenhuma medida fora da lei, vale dizer, nenhuma prática de favoritismo ou clientelismo, mas o reconhecimento por parte dos órgãos responsáveis das necessidades reais da categoria para a tomada de decisões e de medidas justas e acessíveis a todos. O fato de lutar e pedir para que tomem posição em relação à pesada carga tributária, aos inúmeros impostos pagos pela categoria empresarial, que, aliás, é uma das maiores e piores do mundo, se não for a maior, não é pedir favoritismo, não é querer paternalismo e nem práticas clientelistas, afirmou Beth Pimenta. É uma luta de direito em defesa da sobrevivência da categoria, principalmente, de empresas de porte pequeno e médio. Ninguém pode sobreviver em um meio inóspito. A categoria, enfatizou Beth Pimenta, não deseja privilégios e nem deixar de contribuir com os impostos devidos, mas esses têm que ser justos, mais equilibrados, de uma forma coerente para que as empresas possam e consigam sobreviver no mercado.

Ainda exemplificando e reforçando algumas ações políticas, continuou Beth Pimenta:

[...] sobre o parcelamento do ICMS, nós conseguimos várias vezes. Outro exemplo: o uso de *outdoor*, que hoje está sendo regulado e, naquela época, ou seja, em 1980, a Prefeitura queria que a gente pagasse uma taxa sobre placas. Outra, é a normatização aqui desse rotativo, cujo movimento começou na CDL, porque esse seria de uma outra forma. Então, a CDL foi, pediu aqui, pediu dali, e foi se ajustando. A Prefeitura entendeu as necessidades do empresariado. O problema do camelô é um

²²⁸² PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

problema insano e que nós lutamos muito. Teve uma determinada época em que os camelôs chegaram a dois mil e não se podia mais com camelôs em Belo Horizonte, onde eles seriam colocados. Essa padronização de barraquinhas dos camelôs em Belo Horizonte foi a CDL que conseguiu. Isso é uma conquista da CDL e eles eram dispostos de dez em dez metros. Depois, a coisa foi se prostituindo e está do jeito que está. Mas a CDL é uma entidade, e eu diria que hoje, entre a Federação das Indústrias e a CDL – eu não tenho a menor dúvida – quem mais atuou nos problemas do dia-a-dia do comerciante chama-se “Câmara de Diretores Lojistas”. A FIEMG estava preocupada com o macro, com o Estado. O comércio está muito mais preocupado com os sindicatos, com a negociação com os sindicatos. A Associação Comercial tocava também num plano mais filosófico de discussão. Você vê que a agora está muito atuante. A CDL também é atuante, porque são sessenta diretores. São pequenos a grandes comerciantes. Por exemplo, se a tampa do bueiro da minha loja foi roubada e uma mulher caiu lá e quebrou a perna, ou um carro caiu lá e quebrou o eixo, a CDL atua também nesse pormenor.²²⁸³

Nesse sentido, conforme o exposto, a associação da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, preocupa-se com as ações políticas em um espaço mais amplo até os problemas menores e rotineiros da categoria empresarial que interferem no cotidiano do associado e os resultados têm impacto na sociedade como um todo. As discussões são travadas em âmbito público para as tomadas das decisões políticas. Observa-se que muitas questões do âmbito privado são levadas para a esfera política e tornam-se direitos legalizados ou institucionais.

Sobre o mesmo problema do camelô na cidade de Belo Horizonte apontado por Beth Pimenta e a atuação pontual da CDL, a empresária Zuleika Rocha²²⁸⁴ também comentou e reforçou:

Os camelôs estão competindo deslealmente com outras pessoas. E tem o problema do próprio camelô que é explorado porque não tem uma carteira de trabalho, muitas vezes empregado de alguém grande que sonega muito. E essas pessoas são usadas como “laranjas” para vender o produto. Ou seja, não tem carteira assinada, não tem estabilidade nenhuma. E isso é um problema que temos que resolver. O comerciante que paga todos os impostos, que paga os funcionários e todas as obrigações sociais está tendo uma competição na frente da loja dele, com alguém que não faz nada disso. É uma competição desleal, incluindo tudo aquilo que já falamos. E você então vai trabalhar com os políticos em âmbito estadual – e muito mais no municipal – para que aquilo seja resolvido. E, a princípio, era assim: “põe tudo para fora, arrebeta com tudo, some com tudo. E acabou o problema!”. Hoje, a preocupação social é grande. E a preocupação, qual é? Você tem que selecionar isso, porque tem um grupo que realmente não tem nada – não tem emprego, a mulher monta uma coisinha e vai ali vender porque não tem emprego; a situação econômica do país está sempre em “altos e baixos”. Enfim, na maior parte dos casos, essa pessoa que está desempregada não tem informação, não tem nada. E o que a CDL está fazendo? Está ajudando a Prefeitura a resolver o problema dessas pessoas. E a proposta é a seguinte: já está sendo desenvolvido um projeto – no nosso período de gestão – que é arrumar para esses camelôs um lugar como o espaço da Rodoviária, porque não tem mais condições de ficar em qualquer lugar em Belo Horizonte. Ali onde estão não tem mais condições. É um estorvo, de trânsito e outros. Quer dizer, tinha que fazer um museu ali, como era antigamente aquela feira na década de 50. Chamava-se

²²⁸³ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

²²⁸⁴ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

“Feira de Amostras”. Então, se faria um museu ali, mas que tivesse uma fiscalização, com os box, etc. E a CDL daria aula. Para quê? Para ensiná-los a negociar, para saber o que é uma micro-empresa, como ele vai gerir o seu negócio. E ele teria um tempo para ficar ali. E o governo Municipal, que teria um banco, financeira para ele um pequeno negócio, por exemplo, no bairro dele. [...] Para todos os camelôs. Por quê? Você vai criar um espaço para eles que seria uma escola. Uma grande escola onde você basearia ali uns 1500. E eles vão ter um período para ficar ali. Eles vão vender a mercadoria que quiserem vender e teriam uma instrução que a CDL daria: como fazer contas, como receber mercadoria, quer dizer, tudo que uma pequena empresa gera de aprendizado. Ele seria um micro-empresário. [...] por meio de um empréstimo (Banco Popular ou da Prefeitura), e ele montaria um pequeno negócio.²²⁸⁵

A preocupação exposta não é apenas resolver um problema do empresariado e, sim, um problema que os próprios trabalhadores informais, no caso, os camelôs, também enfrentam. Ou seja, o problema a ser resolvido é para ambos os lados, possibilitando aos camelôs uma forma legal, institucional, segura e de direito para atuarem no mercado. Não adianta apenas o deslocamento ou passar o problema para a frente, porque esse continuará do mesmo jeito para ambos, tendo em vista os vários problemas destacados no depoimento.

Segundo Zuleika Rocha, esse projeto da CDL/BH está em discussão há muito tempo, várias ações já foram e estão sendo tomadas ainda. Afirmou que mantiveram contato com o Sr. José Alencar, atual Vice-Presidente da República, com o governador (que é o responsável pela concessão da rodoviária), e esse trabalho teve início por volta de 1998/99 na gestão do Prefeito Célio de Castro. Observam-se os questionamentos orientados às diversas esferas governamentais, ou seja, municipal, estadual e federal, o que caracteriza uma ação política e, os resultados, mesmo não sendo imediatos, afetarão a vida não somente do empresariado, mas de outros sujeitos como os camelôs e toda a coletividade.

Retomando o depoimento de Beth Pimenta, a empresária opinou sobre as questões que demandam ações e mudanças no meio empresarial citando alguns problemas. A sua percepção revelou o conhecimento e sinalização de novos valores entre uma parcela da sociedade e do empresariado:

Hoje o empresariado sabe o seguinte: não basta só vender. A função social hoje é uma bandeira gritante no mundo da democracia. Você vê que até a propriedade hoje, ela tem que fazer valer sua função social. Todo o empresariado hoje tem que voltar os olhos para a sociedade. Por quê? Porque o governo não dá conta, gente! Então, as ações sociais não estão mais hoje sob a responsabilidade do governo, sob a batuta do governo. As pessoas e, aí eu digo, as pessoas físicas ou empresariais ou entidades de classe estão se movimentando nesse sentido do social. Por quê? Pelo princípio da solidariedade, pelo princípio da humanidade, de estar ali solidário com o irmão. São tantas as necessidades nesse mundo capitalista! Então, as empresas hoje têm consciência que, além de faturar, elas têm que fazer voltar parte do lucro que elas

²²⁸⁵ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

obtiveram da sociedade através de creches, de cursos, de benefícios para o seu empregado, através de aperfeiçoamento, de estar desenvolvendo uma política social ou de uma política ambiental. Enfim, sempre pensando em beneficiar a comunidade ou a sociedade. E a gente vê muito hoje essas organizações internacionais doando dinheiro a fundo de empresas mesmo, não são nem ONGs, são empresas mesmo que destinam verbas, tiram parte de seus lucros para ajudar o meio ambiente, a saúde ou a cultura. Então, o empresariado hoje que não tiver consciência dessa sua função social está fora do mercado. [...] E penso que isso no mundo inteiro já é uma coisa latente. Mas eu acho que começou mesmo, principalmente, na área ambiental, nesse fórum ecológico que teve no Rio – Eco 92. Todas as empresas começaram a proteger “área em azul”, o mico leão dourado etc. É um fator de despertar. É uma participação política que fez e faz as empresas tomarem consciência dessa questão e de outros problemas.²²⁸⁶

Alguns valores da virtude cívica podem ser detectados como o início de uma nova consciência e comportamento do empresariado citados pela empresária Beth Pimenta, além de suas preocupações em relação ao bem coletivo, à necessidade da participação política e dos *deveres* do cidadão. Afirma Reis²²⁸⁷ que a dimensão da virtude cívica – diferente da dimensão civil que se refere aos direitos de cidadania –, caracteriza-se pela

[...] idéia dos *deveres* do cidadão perante a coletividade, e o cidadão por excelência é antes aquele que se desincumbe de suas responsabilidades para com a coletividade de maneira zelosa, se necessário com sacrifícios pessoais [...]. Em contraposição ao egoísmo e ao privatismo dos interesses, o republicanismo enaltece o ânimo de envolvimento e participação nos assuntos públicos, e o ideal democrático com que se identifica é com frequência o modelo da democracia direta, em que o conjunto dos cidadãos é chamado a assumir plena responsabilidade na vida política e nas decisões coletivas.²²⁸⁸

Nesse sentido, a virtude cívica permeia a concepção da empresária Beth Pimenta e em alguns setores da sociedade brasileira ao ressaltar o *fórum Eco-92*, um exemplo de participação pública, de debates, de exposição de opiniões, de interlocução, de tomada de decisões coletivas, revelando interesses pelo bem público e com o futuro das gerações. Na mesma direção, a partir dos anos de 1980, devido aos movimentos sociais, às organizações de representação de interesses, entidades civis, às inúmeras formas de participação que vem surgindo e se generalizando, Telles escreve:

Seria possível dizer que essa é uma utopia democrática engendrada na dinâmica política da sociedade brasileira [...]. No decorrer dos últimos 15 anos ou mais foi construída uma trama social [...]. É uma rede associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentrada, que vem se armando de um modo muito desigual, que segue os rumos mutáveis dos acontecimentos e das oscilações das conjunturas, que é

²²⁸⁶ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

²²⁸⁷ REIS, Fábio Wanderley. Política e participação. Notas sobre aspectos doutrinários e empíricos. *Revista USP*, São Paulo, n. 1, p. 6-23, mar./maio 1989.

²²⁸⁸ *Ibidem*, p.7.

feita e refeita de formas novas a cada momento e na qual não estão ausentes problemas, fragilidades e ambivalências. Mas é uma trama que vai como que mapeando e explicitando campos diversificados de conflito. Fazendo circular a linguagem dos direitos, desprivatiza carências e necessidades, demandas e aspirações, ao projetá-los no cenário público como questões pertinentes à vida em sociedade e que, por isso mesmo, interpelam (e questionam) a opinião pública em seu senso de justiça e equidade.²²⁸⁹

Acrescenta Telles que apesar de todas essas movimentações diferenciadas e plurais, não significa dizer que está se tomando a sociedade “[...] como um pólo da virtude política”.²²⁹⁰ No entanto, dentro dessa sociedade tão desigual, tão heterogênea, violenta, preconceituosa, discriminatória, carente de princípios éticos e morais, onde os direitos são confundidos com privilégios, onde os direitos legítimos são confundidos com corporativismo para alguns e assistencialismo para outros, “[...] vem gerando uma conflituosidade inédita que atravessa todas as dimensões da vida social. É nessa dinâmica de conflitos que se ancoram esperanças de cidadania e generalização de direitos”.²²⁹¹

É nessa ambivalência, segue dizendo a autora, que estão sendo redefinidas as relações entre a sociedade civil, o Estado e a economia em vários espaços de representação, sobrepondo os antigos, a homogeneidade e a ordem legal. Nesses espaços estão surgindo novas demandas coletivas, tanto na exigência de direitos, como uma participação por dever político, por uma obrigação política e não por um dever moral religioso, demonstrando uma consciência política. Nota-se a negociação e a articulação dos interesses, das políticas públicas fora dos limites da esfera estatal, onde

[...] os procedimentos informais de arbitragem deslocam a tradicional centralidade e unicidade do direito estatal, gerando uma legalidade descontínua e fragmentária, construída nas formas negociadas de resolução e arbitragem de conflitos, mas que é, por isso mesmo, portadora de virtualidades inéditas para uma cidadania ampliada, na medida em que se abre ao reconhecimento de novos direitos e aos princípios de justiça social.²²⁹²

De acordo com a autora, está em jogo, hoje, a possibilidade de uma *nova contratualidade* para estabelecer uma *medida de equidade* juntamente com *regras de civilidade* entre as relações em sociedade. Sobre essa possibilidade, afirma que é possível perceber alguns fatos ou registros reveladores dessa direção:

²²⁸⁹ TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 140-1.

²²⁹⁰ Ibidem, p. 141.

²²⁹¹ Ibidem, p. 145.

²²⁹² Ibidem, p. 146-7.

São práticas, experiências e acontecimentos que reatualizam a “invenção democrática” que caracterizou os anos 80 em uma descoberta das leis e dos direitos que se firma e renova na prática da representação, interlocução e negociação de interesses.[...] essas arenas públicas de representação e negociação não se reduzem ao ajustamento ad hoc de interesses corporativos, precisamente porque têm a peculiaridade de publicizar conflitos privados, universalizar reivindicações e forçar o reconhecimento das alteridades, o que afeta a racionalidade do poder político e do poder econômico.²²⁹³

Vê-se que os conflitos e os interesses são diferenciados deixando de serem privados para tornarem-se públicos ao serem publicizados. Ressalta-se a interferência da alteridade, ou seja, do respeito ao outro, das diferenças, interagindo com a racionalidade nos âmbitos da política e da economia. Por isso, a grande diversidade e pluralidade de fóruns públicos, de questões e de representações variadas e desiguais, com a presença de atores de diferentes e diversas categorias. Telles, além de abordar e criticar severamente os vários problemas e as mazelas da sociedade brasileira, apresenta-nos vários exemplos de como as práticas de representação e interlocução pública e política tiveram uma abertura mais ampla após a constituição de 1988, onde a relação entre Estado e sociedade civil aponta para uma trama mais democrática. Para ilustrar, selecionamos uma parte que a autora diz:

[...] sindicatos elaboraram e *discutem em fóruns sindicais ou políticos, junto com empresários e/ou representantes de governos locais*, alternativas contra o desemprego, desde políticas de requalificação de trabalhadores demitidos até apoio a micro empreendimentos que atuam nas fronteiras do chamado mercado informal, ou ainda, em alguns lugares, possibilidades de constituição de cooperativas [...]. Em um quadro de aprofundamento da pobreza e da violência, sob o efeito conjugado de uma recessão econômica prolongada, da modernização perversa da economia e falência dos serviços públicos, essa movimentação tem o efeito de reinventar a política, ao colocar em foco o jogo das responsabilidades envolvidas nas várias circunstâncias que afetam existências de grupos sociais ou de populações inteiras, e de acenar com possibilidades efetivas, inovadoras e por vezes inusitadas de ação política e intervenção pública.²²⁹⁴

As questões e os problemas citados por Telles como focos de discussões, debates, reivindicações e interesses no interior das diversas organizações associativas no espaço público, puderam ser detectadas nos depoimentos das mulheres empresárias citadas ao longo deste trabalho. Não os exemplificamos aqui porque teríamos que aglomerá-los somente nessa parte. Por isso, chamamos a atenção para essa semelhança nos depoimentos que foram espalhados no corpo do trabalho.

²²⁹³ TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 154-5.

²²⁹⁴ *Ibidem*, p. 157 (grifos nossos).

Essas mesmas organizações provocam questionamentos e interlocuções com os governos local, estadual e federal e, de acordo com Telles, alterando mudanças em formas de mandonismo, clientelistas ou assistencialistas por permitirem a participação de outros sujeitos na gestão pública, nas negociações das reivindicações e demandas conforme as prioridades dos sujeitos na distribuição dos recursos públicos. E complementa:

Pois o que essas experiências colocam como questões e problemas é a possibilidade de que, nesse país, se construía uma noção de bem público, de coisa pública e de responsabilidade pública que tenham como medidas os direitos de todos. [...]. E esse é um modo de interpretar essas experiências democráticas [...] pelas possibilidades que descortinam no horizonte da sociedade brasileira.²²⁹⁵

Enfatizamos que são essas as esperanças que comungamos e confirmamos por meio dos depoimentos das mulheres empresárias. Com a mesma visão de Bobbio e Viroli,²²⁹⁶ a autora Telles também ressalta que, apesar de serem experiências fragmentadas, descontínuas, por não serem práticas efetivadas entre a maior parte da sociedade, essas poucas que estão acontecendo permitem-nos afirmar que está se iniciando uma nova invenção e novas relações. Como exemplo, dentre vários, Telles escreve:

É isso que vem se realizando, ao menos em alguns municípios, em fóruns de negociação em que, de formas diversas e sob composição variada, técnicos de governos, associações de moradores, entidades civis, representantes do Poder Legislativo, sindicatos e entidades empresariais, negociam alternativas para regulamentação fundiária, para urbanização de favelas e construção de moradias populares, gestão e usos de fundos públicos municipais para desenvolvimento urbano e programas sociais, propostas de defesa ou recuperação do meio ambiente, apoio à chamada economia popular, possibilidades de desenvolvimento local²²⁹⁷ e geração de renda, além de problemas setoriais ou questões pontuais ou mesma episódicas. Os mecanismos de participação e interlocução pública são vários, alguns previstos nas formas da lei, outros construídos de modo informal conforme circunstâncias e oportunidades; as experiências são muito descontínuas e desiguais nos resultados obtidos, algumas episódicas, outras permanentes e regulares, e são feitas e refeitas conforme momentos políticos e circunstâncias locais. O importante porém, é que essas experiências, construídas na interface entre Estado e sociedade, definem – ou permitem definir – uma forma de sociabilidade política que se abre a um jogo de reconhecimento que permite um novo tipo de regulação capaz de garantir e criar novos direitos.²²⁹⁸

²²⁹⁵ TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 159.

²²⁹⁶ Cf. BOBBIO, Norberto. VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República*. Os grandes temas da política e da cidadania. Op. cit.

²²⁹⁷ Sobre o tema do poder local e suas formas de participação existe uma grande produção e, devido ao nosso espaço, já limitado, optamos por não desenvolver outras experiências que nos serviriam também como exemplos dessas práticas de representação e experiências. Por isso, sugerimos, dentre várias publicações:

TELLES, Vera; VILLAS-BÓAS, Renata (Orgs.). *Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania*. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. Belo Horizonte: Tec Art Editora Ltda. 1995.

²²⁹⁸ *Ibidem*, p. 158.

Nesse sentido, a prática de várias representações como formas e mecanismos de participação, de questionamentos e de interlocução são variadas e significam, portanto, a possibilidade de mudança e, confirma-se, principalmente, que inúmeras pessoas já se mobilizam nessa direção, inclusive, a maioria das mulheres empresárias de nossa amostra.

Apesar do dilema proposto por Marilena Chauí, afirma Telles, ao se referir sobre as dificuldades da construção democrática em uma sociedade como a brasileira, polarizada e permeada por tantas carências e ao mesmo tempo de privilégios, tantas desigualdades, injustiças e pobreza, cujas carências são tão específicas a ponto de não se transformarem em interesses gerais de todo um grupo ou categoria ou muito menos de uma universalização como direitos, é somente por meio da construção desses espaços públicos que essa antinomia pode ser resolvida. Por meio desses, pode-se construir uma medida justa por meio da negociação e interlocução baseada na equidade e na justiça entre as relações sociais, “[...] que quebre o reinado absoluto dos privilégios e redefina o particularismo das carências e dos movimentos sociais que as expressam”.²²⁹⁹

Ainda sobre as dicotomias presentes na sociedade brasileira, pela sua complexidade, heterogeneidade e diferenciações, as experiências dessas práticas de representações fazem com que a democracia leve em conta e construa as “regras do jogo” que “[...] não se reduzem à racionalidade formal da ordem constitucional”.²³⁰⁰ Por esse viés, Telles afirma:

Pois as regras do jogo são construídas pela mediação de espaços públicos nos quais circulam as razões que constroem os critérios de validade daquilo que é reivindicado como direito e são negociadas as questões pertinentes a uma regulação pública na esfera da lei e das instituições. É isto o que está em jogo em experiências recentes nas quais a construção desses espaços é consubstancial à definição negociada de regras que estabeleçam os critérios de pertinência, relevância e prioridade das demandas. [...] É nessa articulação entre movimentos sociais e *práticas associativas*, direitos e espaços públicos democráticos *que se pode ver os registros de uma sociedade civil em formação*, entendendo por isso não simplesmente uma sociedade que se estrutura nas regras de organização de interesses privados. Mas uma sociedade na qual as relações sociais são medidas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo do debate e de uma permanente interlocução.²³⁰¹

Nesse contexto de uma pluralidade de práticas e formas associativas por diferentes sujeitos, torna-se possível a visibilidade dos inúmeros e diversos conflitos e demandas. Cada

²²⁹⁹ TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 165.

²³⁰⁰ Ibidem, p.161.

²³⁰¹ Ibidem, p. 161-2 (grifos nossos).

um deles, com suas razões e valores, acreditam e conferem validade aos seus interesses por meio de negociação e deliberação de políticas que interferem ou afetam a vida de todos em sociedade. Continua Telles afirmando que, dessa forma, a gestão dos interesses ou da coisa pública torna-se possível para atender as demandas e as aspirações que emergem dos diversos grupos da sociedade civil. O Estado deixa de ter a exclusividade do monopólio em relação às decisões das agendas de prioridades, necessidades e de problemas relativos à convivência e à vida de todos. Segundo Telles:

E isto significa um outro modo de se construir uma noção de interesse público: uma noção plural e descentrada, capaz de traduzir a diversidade e complexidade da sociedade, rompendo, por isso mesmo, com uma sua versão autoritária, solidamente enraizada na política do país, confundida com razão do Estado e identificada com imposição autoritária da lei. É nesses termos que, ao menos virtualmente, uma noção plural de bem público pode ser constituída, não como valor “superior” a permitir a consagração de corações e mentes ou como consenso que dilui diferenças de interesses em conflito, tampouco como algo identificado com o ordenamento estatal. Sempre sujeita a interpretações diversas ou mesmo divergentes, escapando de definições substantivas e acabadas, mas tendo como suposto e princípio o reconhecimento recíproco de direitos, estabelece uma medida comum que permite, por entre as diferenças e assimetrias de posições, uma dicção comum (mas não idêntica), a troca regrada de opiniões e as normas pactuadas do conflito.²³⁰²

Nesses termos, de acordo com a autora, tem-se a possibilidade da construção de novas relações, reguladas e negociadas por parâmetros ou medidas que “[...] balizem a arbitragem dos interesses envolvidos e a deliberação política”.²³⁰³ Ao referir-se sobre os direitos legítimos, portanto, pela justiça, como noção de bem público ou da coisa pública, Telles, na mesma direção de vários autores já citados como Arendt, Ames, Bignotto, Lefort, Maquiavel, Viroli e outros que foram abordados neste trabalho, caracteriza esses valores também, como uma das virtudes da República. Assim, escreve:

É nesse sentido que se poderia dizer que *os direitos como luta e conquista, significam também uma reinvenção do princípio republicano da coisa pública, o que, na situação brasileira, significa na verdade uma (re)criação da própria República*, essa ficção que na nossa história nunca ganhou inteiramente o imaginário coletivo, nunca estruturou uma memória dos acontecimentos e nunca se efetivou como prática e valor político, numa quase-ausência que repõe o padrão oligárquico e patrimonialista de gestão da coisa pública. Se essa refundação é, hoje, ao menos imaginável no cenário brasileiro como futuro possível, *depende inteiramente desses espaços reinventados de democracia e cidadania, abertos à invenção política que as transformações e desafios no país (e no mundo) estão a exigir.*²³⁰⁴

²³⁰² TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 163-4.

²³⁰³ Ibidem, p. 164.

²³⁰⁴ Ibidem, p. 165 (grifos nossos).

Se o reconhecimento dos direitos de todos deve se dar por uma questão jurídica, ou seja, por uma “obrigação política”, portanto, pautada pela justiça no espaço público e, não por um “dever moral”, isso significa uma preocupação com o bem coletivo, com a coisa pública com o bem público, porque desnaturaliza ou desconstrói as práticas assimétricas, de privilégios autoritários e desiguais. Por isso, o reconhecimento e a forma como são ou serão tratados os direitos de todos os sujeitos enquadram-se nas virtudes cívicas do republicanismo, que se preza pela justiça, além do reconhecimento de seus *deveres* de participação política. O que, aliás, está interligado, isto é, somente com o cumprimento dos mesmos *direitos* para todos é que todos podem exercer o *dever* de participação política *por meio do direito dessa mesma participação*.

Ainda, ao buscar e lutar pelos direitos por meio das práticas de representações das organizações, esses sujeitos estão, da mesma forma, cumprindo seu *dever* de participação política, por meio de discussões, interlocuções de debates, de confronto de opiniões, de reivindicações, de exigências ao cumprimento de seus direitos, de decisões para deliberações nas decisões públicas etc.

Essas formas de participação, para muitos, são vistas como “dever ou responsabilidade política ou como uma obrigação política”, bem como reconhecem que os direitos para todos é uma “obrigação política” também e, não, um “dever moral”. Esses são valores dados como virtudes cívicas republicanas, cujas análises abordamos em várias passagens deste trabalho, à medida em que as mulheres empresárias os trouxeram à tona em seus depoimentos.

Apresentamos essas pontuações sobre algumas formas de participação e de práticas de representações atuais expostas por Telles²³⁰⁵ para uma confrontação com o depoimento da empresária Beth Pimenta, ao se referir às movimentações do empresariado, principalmente, em direção às mesmas possibilidades apresentadas pela autora.

Acrescentamos que essa percepção de Beth Pimenta foi também exposta por várias outras empresárias, convergindo, portanto, com a concepção de Telles.

Continuando ainda com o depoimento de Beth Pimenta, a empresária explicou o que, *a priori*, parece-nos paradoxal no sistema capitalista, isto é, onde o lucro sempre foi o principal objetivo e, agora, está coexistindo com práticas de ações caracterizadas como solidárias:

Nós vivemos numa sociedade capitalista que visa o lucro mesmo, mas hoje é a parceria do ganha-ganha. A creche ganha, mas eu também ganho, porque daqui a

²³⁰⁵ Cf. TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 164.

dez anos eu não vou ter pivete nas ruas, assaltantes, entendeu? Acho que é uma troca, como a troca de afeto. Passa isso para o plano empresarial, o plano da lucratividade. É evidente que o empresariado não ajuda só com o objetivo de retorno não, porque ele seria um robô, não teria nenhum afeto, nenhuma solidariedade, não teria nenhuma humanidade dentro dele. Assim, as pessoas doam por gostar, por serem solidários, por serem humanos, por estarem indignados com essa sociedade de poucos ricos e de milhares de miseráveis. Então, essa preocupação existe hoje na sociedade. Você vê quando a Rede Globo e outras entidades de maior porte lançam um “Criança Esperança”: a sociedade toda ajuda. Todo mundo hoje está tomando consciência de que tem que dividir o pão. Uns dividem mais, outros dividem menos. Mas todo mundo hoje é propenso a dividir o pão. Quando eu faço uma ação no âmbito empresarial, eu não estou preocupada com a minha classe somente, eu estou preocupada com o outro que estou ajudando.²³⁰⁶

Podemos afirmar pelos depoimentos das mulheres empresárias que todas apresentaram essa mesma percepção. Relembrando os autores Bobbio e Viroli²³⁰⁷ e Galbraith,²³⁰⁸ se para algumas pessoas essas idéias possam parecer utopia, para muitas elas já são realidade e estão acontecendo. É o início de alguma mudança, o início de uma tomada de consciência, como citou Beth Pimenta. O fato de detectar o problema ou as questões a serem resolvidas já significa um passo adiante ou a esperança de que possa ser alcançável. Afirma Galbraith:

Na sociedade justa, ninguém pode ser deixado à míngua ou sem teto. A primeira exigência é a ampla oportunidade de emprego e de renda, e não a inatividade forçada. A maior parte da solução reside, portanto, no desempenho geral da economia. O recurso à assistência social não deve se tornar necessário pela falta de empregos. Mas mesmo garantindo-se o emprego adequado, deve existir uma rede de segurança para todos. [...] A sociedade justa não busca a igualdade no retorno econômico; isso não é uma meta realizável nem socialmente desejável. Para alguns, a renda, a riqueza e sua manifestação pública ou contemplação privada constituem a derradeira meta e satisfação; para outros, não. Os operadores de Wall Street medem a qualidade de vida por sua renda; o poeta, real ou aspirante, não mede. É da essência da liberdade que essas diferenças de motivação e de recompensa sejam aceitas.²³⁰⁹

Dessa forma, a busca por uma sociedade mais equilibrada que todos afirmam desejar mesmo em um sistema capitalista é alcançável, segundo Galbraith, desde que sejam observados os direitos iguais para todos. Esses, sim, devem ser respeitados e são igualitários. Devem existir empregos, possibilidades e oportunidades de ascensão para as pessoas; deve haver um crescimento econômico com segurança e que sustente os empregos; deve existir uma educação que direcione o indivíduo a uma participação conscientemente política, segura

²³⁰⁶ PIMENTA, Elizabeth da Cunha. Entrevista. Op. cit.

²³⁰⁷ Cf. BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República*: os grandes temas da política e da cidadania. Op. cit.

²³⁰⁸ Cf. GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa*: uma perspectiva humana. Op. cit.

²³⁰⁹ *Ibidem*, p. 31.

e concreta, onde todos possam ter oportunidade de efetivar o que desejam conforme suas ambições, desejos e habilidades.

As formas de acumulação extremamente desiguais e prejudiciais aos outros e à sociedade devem ser renegadas e denunciadas. Esses apontamentos, segundo Galbraith, são percebidos e aceitáveis no discurso atual, com características de cooperação e solidariedade. E são essas mesmas críticas que encontramos nos depoimentos das mulheres empresárias, a exemplo da opinião de Beth Pimenta citada anteriormente. Nesse sentido, percebe-se um caminho aberto e a consciência da necessidade de se buscar o exercício do espírito republicano efetivamente.

A empresária **Kátia Rabello**²³¹⁰ afirmou em depoimento anterior que, do seu ponto de vista, toda ação social é, por extensão, também política. Essa percepção assemelha-se às concepções de Heller e Fehér²³¹¹ já comentadas.

Dentro dessa mesma justificativa é que atribuímos a ação política praticada por Kátia Rabello como extensão da prática de sua ação social ao oportunizar às crianças e adolescentes uma formação educacional necessária para tornarem-se cidadãos e cidadãs participativos e autônomos na sociedade.

Essa ação política é a mesma que analisamos e atribuímos às empresárias Ângela Gutierrez e Daniela Chen, pela *atitude de participação política* na esfera pública, também de acordo com Heller e Fehér.²³¹²

Em seguida, a empresária **Lílian Tavares Mascarenhas Rocha**²³¹³ apresenta como ação política sua *participação política*²³¹⁴ perante o “Conselho Estadual da Mulher Empreendedora” ao ser “multiplicadora” de associações ou organizações, conforme depoimento registrado no subcapítulo 5.1 à página 292, isto é um trabalho de “formiguinha”.

Sua *atuação política* possibilita e permite preparar e incentivar a autonomia de inúmeras outras mulheres empresárias para atuarem também como sujeitos políticos no espaço público por meio dessas novas associações, novos espaços públicos e práticas políticas.

²³¹⁰ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

²³¹¹ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³¹² Cf. Idem. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³¹³ ROCHA, Lílian Tavares Mascarenhas. Entrevista. Op. cit.

²³¹⁴ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

A próxima empresária, **Luziana Brandão Nunes Lanna**,²³¹⁵ no âmbito da ação política, revelou que desenvolveu um projeto na área central de Belo Horizonte por meio do “Conselho de Segurança”, o primeiro conselho da sociedade civil organizada nessa área e do qual foi Presidente. Essa ação deu origem ao “Posto de Observação e Vigilância” – POV. Com suas palavras Luziana Lanna explicou-nos:

Convocamos e recolhemos dinheiro da vizinhança para instalar câmeras de vigilância para a gente policiara cidade, o POV – um posto de observação e vigilância. Você não imagina a confusão que foi isso, conchamar a sociedade toda a fazer e participar de uma mudança no funcionamento do Bairro de Lourdes e em sua estrutura, para que os POVs funcionassem. O que aconteceu? Esse mudou tudo. Poucas coisas me deram tanta amolação quanto isso, porque, primeiro, a gente tinha que convencer a sociedade civil da importância desse projeto para o bairro de Lourdes. Esse é um bairro sofisticado, mas a quantidade de travesti que tinha a partir de dezoito horas e trinta minutos constrangia os moradores devido às finalidades e atos que ali praticavam. Não tenho nada contra nenhuma orientação sexual, no entanto, o que ocorria nesse bairro era uma forma de agressão à moral pública e os moradores reclamavam muito. Às vinte horas e trinta minutos já havia muitos travestis na rua e uma quantidade enorme de assaltos. E os casarões de Lourdes em Belo Horizonte são famosos, aliás, eu sou dona de um deles e está um horror o negócio desses casarões, porque há um bando de meninos invadindo essas casas e morando nelas. O nível de assalto em Lourdes ficou insustentável! Ninguém podia sair na rua em nenhuma hora. É um negócio muito sério o dessas casas. Em volta da minha escola de Lourdes tinham três casas e, cada uma, com mais de dez meninos morando. Por isso foi convocada a Polícia Militar e houve uma reunião por causa de tanta confusão. Eu fui eleita Presidente do Conselho por aclamação e fiquei presidindo mais ou menos uns dois anos e meio. E qual era o meu trabalho? Era convencer a sociedade a dar dinheiro para colaborar, porque a polícia não tinha dinheiro para construir os POVs. Então, compramos os POVs, compramos as câmeras, fizemos tudo. E para o policial, o que a câmera fazia? Potencializava a visão dele. Ele estava aqui, mas ele via aquela esquina onde ficavam os travestis, constantemente. Não era uma coisa esporádica não, era direto. A câmera ficava ali. Só de ter a câmera, sabe o que acontecia? Não era o travesti que ficava inibido, era o usuário. O usuário ia correr o risco de ser visto paquerando o travesti. Então, o usuário sumiu! E como a gente conseguiu praticamente acabar com o problema de Lourdes, a Savassi adotou o modelo, o governo criou os CONSEPs, os “Conselhos de Segurança Pública” a partir do “Conselho de Segurança”. Hoje tem CONSEP em tudo quanto é lugar do Brasil.²³¹⁶

Afirma Boschi²³¹⁷ que houve um movimento de bairros generalizados em todo o Brasil como forma de representar uma vontade de autonomia e, por isso, inovou nos modelos de participação política. Ao mesmo tempo “[...] sua trajetória ilustra a reivindicação de alguma forma de regulação estatal, eventualmente implicando um certo grau de controle”.²³¹⁸ O movimento tem sua identidade coletiva reforçada pela união com outros sujeitos organizados, conjugando com estes seu papel e atuação política.

²³¹⁵ LANNA, Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

²³¹⁶ Ibidem.

²³¹⁷ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Op. cit.

²³¹⁸ Ibidem, p. 92.

No caso do movimento do bairro de Lourdes, por exemplo, os moradores, sob a liderança de Luziana Lanna, tiveram contato com outros grupos organizados como os policiais, os rotarianos, a associação comercial e políticos. Segue Boschi dizendo que essas formas de participação são importantes para “[...] construção da solidariedade e rearticulação, ao nível da coletividade, de um ideal de democracia impossível de alcançar no plano mais geral da sociedade”.²³¹⁹

A liderança, retomando Schumpeter,²³²⁰ é realizada por aquele que *assume as coisas*, “[...] sem o qual as possibilidades estão mortas, [...]. Isso vale para todos os tipos de liderança, tanto as efêmeras como as mais duradouras”.²³²¹ Todos esperam que essa pessoa lidere e organize e não é necessário que crie ou descubra coisas novas, “[...] mas em impressionar com ela o grupo social de modo a arrastá-lo em sua esteira”.²³²² O “peso pessoal” é importante porque o(a) líder conduz ou dirige “[...] os meios de produção para novos canais”,²³²³ consegue trazer as pessoas atrás de si e “[...] agarra a chance imediata [...]”.²³²⁴

A(O) líder tem como objetivos formular e apontar sugestões para os problemas urbanos percebidos pela coletividade como a preocupação com a organização e cuidados com os bairros, o envolvimento das associações locais que passam a defender interesses de outras áreas e não mais somente os específicos, porque essas são

[...] movidas pelo interesse geral da coletividade, incluindo questões de especulação imobiliária, a criação de áreas de lazer, a proteção ao meio ambiente, o transporte e a segurança. As campanhas promovidas pelas associações têm considerável divulgação da imprensa.²³²⁵

Alguns desses movimentos demonstraram capacidade e poder de mobilização, de representação e os interesses locais foram ampliados em seu escopo de atuação em relação às questões debatidas.

Verificam-se essas caracterizações no movimento do bairro de Lourdes, cuja evolução mostrou sua transformação a partir de uma ação reivindicatória local ou setorial, ampliando-se para uma ação mais abrangente e politizada. Confirma ainda Boschi que esses movimentos são fundamentais porque:

²³¹⁹ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Op. cit., p. 92.

²³²⁰ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit.

²³²¹ Ibidem, p. 62.

²³²² Ibidem, p. 62.

²³²³ Ibidem, p. 63.

²³²⁴ Ibidem, p. 62.

²³²⁵ Ibidem, p. 93-4.

A constituição de uma identidade coletiva com base no local de moradia emerge como uma forma de abrir espaços a um convívio democrático que não tem lugar na sociedade em geral. A ênfase na democracia interna e a criação de solidariedade básica são a contrapartida à falta de garantias constitucionais [...].²³²⁶

Apesar da atividade da área da segurança, *a priori*, pertencer à esfera da ação social, essa ação revelada por Luziana Lanna caracteriza-se como uma ação política porque houve uma estratégia dirigida ao governo estatal. Essa separação, ou seja, do que torna uma ação social em ação política, lembramos, foi justificada com base nos autores Heller e Fehér.²³²⁷

Afirmam esses, citando também Berstein, que se uma questão do reino social adquire um acordo público em relação às normas e princípios que a governam, se essa é debatida publicamente e traduz-se em resultados práticos na esfera pública, essa se torna política.²³²⁸

Nesse sentido, confirmou Luziana Lanna:

Com o Conselho de Segurança Pública originou-se então, os CONSEPs, e acabamos interferindo, efetivamente, na política pública. Isso é interessante porque, na semana passada, esteve uma pessoa do CONSEP de Belo Horizonte, e eu estava presidindo a sessão porque o nosso presidente estava em Brasília. E então, ela falou assim: “Olha que interessante, tem uma mulher na Presidência da Associação Comercial, mas eu quero apresentar à senhora o CONSEP”. E eu falei: “Eu acho até estranho, porque eu vou te apresentar o útero do CONSEP, que sou eu”. Mas, apesar de implantá-lo, esse foi um projeto que não nasceu da minha cabeça. Nasceu da Polícia Militar que após todos os problemas já expostos e, para resolvê-los, convocou também uma reunião e elegeram-me Presidente do “Conselho de Segurança”.²³²⁹

Ainda sobre a ação dos POVs, Luziana Lanna citou que para uma ação coletiva existem resistências e dificuldades. No entanto, a adesão, a aglutinação das pessoas é que tem a capacidade e o poder de torná-la possível, legítima e concreta. E continuou:

A gente não teria conseguido se não fosse o poder da união entre as pessoas. Esse foi um projeto muito interessante porque ele deu um resultado efetivo, mas deu muito trabalho. Eu cansei de ir para a Câmara dos Vereadores discutir com o pessoal do PT. Eles falavam que eu queria tirar a liberdade de uma pessoa de ir e vir. E eu explicava: “Presta atenção: o que uma pessoa vai fazer na rua, que é pública, que não possa filmar? Me explica: o que ela vai fazer? Se eu estivesse filmando a sua casa, o elevador do seu prédio, a entrada do seu hall, você poderia achar ruim. Mas eu estou filmando a esquina. E o que se pode fazer numa esquina que não possa ser filmado?”²³³⁰

²³²⁶ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Op. cit., p.101.

²³²⁷ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *Ética da cidadania e virtudes cívicas*. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³²⁸ Cf. *Ibidem*.

²³²⁹ LANNA Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

²³³⁰ *Ibidem*.

A ação e sua reação, portanto, trazendo aqui Arendt,²³³¹ não são restritas entre os homens, nem a um mundo fechado e nem limitadas a duas pessoas apenas. Também, uma analogia aqui é possível com o que Arendt²³³² escreveu sobre a visibilidade e a aparência das coisas e das pessoas na esfera pública, ou seja, para que estas existam e possam ser vistas e ouvidas devem conviver *entre e com* outros indivíduos. Somente dois tipos de ações humanas, lembramos, já citadas anteriormente, não podem ser públicas, quais sejam, a da “boa ação”, praticada por um indivíduo “solitário”, que é aquele que se isola, e a ação do criminoso, que deve se esconder e se isolar dos outros exatamente para que não possa ser visto ou ser revelado aos outros.

Por meio das declarações de Luziana Lanna verificam-se as práticas usadas para a concretização da ação política ao ressaltar as reuniões, os debates, o diálogo, a representação do grupo pela empresária na Câmara dos Vereadores, o exercício do papel de mediadora com partidos políticos, nesse caso, com o PT. Trata-se, ainda, da prática da articulação entre a sociedade civil e a esfera institucional do governo, representada, no momento, pelos vereadores e, portanto, da prática em recorrer às pessoas ou autoridades com poder de influência.

Observa-se também a prática da persuasão, da tentativa de convencimento dos indivíduos para a adesão à ação. Vê-se, por meio desse exemplo, como um projeto de ação conceitualmente social tornou-se concretamente uma ação política, mostrando-nos como as pessoas podem ou devem atuar a partir de seu espaço para provocar mudanças ou transformações desejadas com impacto na esfera pública.

Acrescentou Luziana Lanna que, como consequência do resultado positivo dessa ação, esse redundou em uma expansão em nível nacional:

Tivemos um grande resultado. Essa empreitada deu muita manchete de jornal. Teve muita entrevista. O Cel. Severo, que ocupava um outro cargo passou a chefe de Estado Maior e deu uma repercussão enorme. [...] Não existe salto geométrico na conquista do poder. Não existe. Existe uma escada que você pula um ou dois degraus, conforme o momento, e essa conquista de espaço e de poder está diretamente ligada ao resultado que você faz ou do grupo. Você pode ter uma idéia maravilhosa, um negócio super bacana, mas se o resultado efetivo daquilo não aparece, ele morre ali.²³³³

²³³¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p.203.

²³³² Cf. *Ibidem*.

²³³³ LANNA Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

Veja que a idéia do poder exposta por Luziana Lanna assemelha-se ao pensamento de Arendt²³³⁴ quando a autora afirma que o poder surge da união e da ação entre os indivíduos na esfera pública. Assim, o poder não está somente na esfera estatal, mas é construído na convivência com e entre outros indivíduos. A ação tem a capacidade de estabelecer relações e extrapolar limites e fronteiras, a exemplo dessa praticada pela empresária Luziana Lanna com os demais participantes. Essa ação confirmou, a princípio, semelhante à Arendt,²³³⁵ o desconhecimento de sua ilimitação e imprevisibilidade com o poder e a capacidade de alcançar a vida das pessoas e interferir nela. “As limitações legais nunca são defesas absolutamente seguras contra a ação vinda de dentro do próprio corpo político, da mesma forma que as fronteiras territoriais jamais são defesas inteiramente seguras contra a ação vinda de fora”.²³³⁶

Por isso, a imprevisibilidade, a ilimitação e a abrangência da ação sobre os indivíduos, inclusive, avançando para outro estado. Luziana Lanna enfatizou também na última declaração acima o caráter da aparência da ação para a sua existência. Essa ou o seu resultado somente é real se for conhecido ou divulgado entre outros para que seja visível, caso contrário, morre. Lembramos, ainda, que mesmo não se obtendo resultados imediatos ou conhecidos, o próprio processo da ação constitui-se uma ação.

Como outra forma de ação política praticada pela empresária Luziana Lanna, registramos:

A mulher tem uma visão das deficiências das políticas públicas da sociedade. Então, interferimos na política no momento em que a gente apóia movimentos, leis, *lobbies*, criticamos, falamos e denunciemos. E o discurso da mulher é para modificar ou instituir leis. Eu parto do princípio de que tudo que você faz, que interfere na coletividade, é político.²³³⁷

A prática política revelada é de questionamento e de intervenções e não de acomodação perante os órgãos decisórios, por isso, Luziana Lanna não é uma consumista da política, mas atua como participante por meio do discurso e da ação no espaço público.

A empresária **Maria Amália Turner Laborne**²³³⁸ declarou não praticar nenhuma ação política, no entanto, afirmou estar mais consciente e preparando-se para tal prática.

²³³⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²³³⁵ Ibidem.

²³³⁶ Ibidem, p.204.

²³³⁷ LANNA Luziana Brandão Nunes. Entrevista. Op. cit.

²³³⁸ LABORNE, Maria Amália Turner. Entrevista. Op. cit.

Passamos a empresária **Maria Auxiliadora Chaer Lopes**²³³⁹ que, em relação às ações políticas, revelou-nos participar dessas por meio da associação e dos conselhos dos quais faz parte com execução de projetos. Em suas palavras:

[...] temos parte na reforma tributária com alguns avanços, mas não todos que pretendíamos que fossem realizados. Temos em desenvolvimento outros projetos e conquistas que ainda podem e serão trabalhados na reforma tributária. Na parte da previdência, por exemplo, estamos envolvidos. Inclusive, o nosso Presidente da CACB – Luis Otávio Gomes faz parte do “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. Em todos esses projetos, em todas as discussões estamos acompanhando. Essas são passadas para nós para que a gente possa dar a nossa contribuição e opinião. Temos vários projetos em andamento. Se em todos não participamos diretamente, participamos indiretamente. A classe está preocupada, está debatendo, estudando e está também tentando mandar o seu recado.²³⁴⁰

Sobre as discussões e propostas para a reforma tributária várias empresárias também afirmaram suas participações, semelhante à Maria Auxiliadora, afirmando que todo o empresariado mobilizou-se e continua mobilizado em torno da questão. E Maria Auxiliadora complementou:

Todo o empresariado brasileiro conjuntamente está envolvido. Nós participamos por meio do nosso Presidente da CACB, que está presente nas reuniões e debates que são feitos, acompanhando e dando sua contribuição falando em nome do empresariado, sobre o que ele gostaria que mudasse. Hoje, o empresariado está muito surpreso, angustiado, porque a carga tributária é muito grande e realmente é difícil você sobreviver com uma carga tributária tão grande e com uma taxa de juros tão elevada. Isso compromete o crescimento das empresas. Estamos unidos nesta ação.²³⁴¹

A questão da carga tributária citada pela empresária Maria Auxiliadora é um projeto ou uma ação política em desenvolvimento. Há um interesse comum, não somente das mulheres empresárias mas de todo o empresariado e, em extensão, da sociedade em geral, tendo em vista os reflexos dessa medida afetarem o custo de vida de todas as pessoas. Lembramos as mesmas observações citadas pela empresária Beth Pimenta. Além disso, Maria Auxiliadora acrescentou outros interesses como projetos ou ações políticas em desenvolvimento:

Os encargos sociais pesados são outros problemas que levam-nos a uma ação conjunta. Para uma empresa com muitos empregados hoje, você precisa pensar muitas vezes para avaliar se você abre ou não, se você vai ampliar o lado social que é a empregabilidade. Você questiona muitas coisas: “Vai empregar como? Vai

²³³⁹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²³⁴⁰ Ibidem.

²³⁴¹ Ibidem.

terceirizar? O que e como fazer?” É necessário avaliar e pensar muito bem sobre esse custo-benefício, para ver se vale à pena mesmo você ampliar esse mercado de trabalho. Essas são questões que debatemos como ações políticas a serem resolvidas para o empresariado brasileiro.²³⁴²

Além dessas ações políticas específicas, a empresária Maria Auxiliadora apontou outras ações desenvolvidas dentro dos Conselhos para as mulheres empresárias, afirmando participar de ações sociais e políticas ao mesmo tempo, ou seja, “misturadas”, por meio de vários projetos:

(Os projetos) encaixam-se nos dois níveis. Acho que nem social, nem político isoladamente. A promoção e o fortalecimento da mulher dá-se no ambiente sócio-econômico-político. É essa a amplitude. É político porque toda ação tem uma reação, e toda ação é política porque você precisa saber conviver com as pessoas, saber disseminar o ideal. Agora, eu penso que não é só uma ação política ou social, porque envolve mais ainda, quer dizer, é política, é social, é econômica, é cultural.²³⁴³

Verifica-se que o raciocínio de Maria Auxiliadora assemelha-se à concepção baseada no pensamento de Arendt,²³⁴⁴ quando a autora diz que a linha de divisão entre a esfera social e política é muito tênue.

Não obstante, tentamos separá-las até onde nos foi possível, apesar da “confusão”, no dizer de Arendt, em relação às duas esferas, ou seja, a social e a política, levando-se em conta essas dificuldades.

Nesse depoimento de Maria Auxiliadora percebe-se a característica da ação ilimitada ao dizer que toda ação tem uma reação e essa reação, segundo Arendt,²³⁴⁵ é imprevisível em seu resultado. Também, Maria Auxiliadora ressaltou a condição essencial para caracterizar um espaço público e *político*, portanto, de ações políticas ao dizer que é preciso “[...] saber *conviver* com as pessoas e saber *disseminar* seu ideal”,²³⁴⁶ ou seja, a existência da *convivência entre* as pessoas, a *fala* ou o discurso e a *ação*. Essa percepção encontra semelhança em Arendt, quando diz:

[...] a esfera política resulta diretamente da ação em conjunto, da “comparticipação de palavras e atos”. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui.²³⁴⁷

²³⁴² LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²³⁴³ Ibidem.

²³⁴⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²³⁴⁵ Cf. Ibidem.

²³⁴⁶ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²³⁴⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 210.

Além dessas ações políticas e sociais, Maria Auxiliadora acrescentou que, por meio da organização, outras ações têm como objetivos promover e fortalecer a mulher para atuar no espaço empresarial entre seus pares, com autonomia, independência, segurança, com capacidade de ter o controle sobre sua vida, portanto, com liberdade, consciência pública e cidadã.

Em relação à outra ação política e à prática política da mediação, Maria Auxiliadora citou:

Para o nosso Congresso Internacional²³⁴⁸ estamos levando ministros, pessoas ligadas ao governo federal, estadual, pessoas de influência que irão nos escutar, trocar experiências e as ansiedades que hoje dominam o empresariado brasileiro e não somente as mulheres empresárias. Todos esses problemas. No final do Congresso, temos os anais, não os anais das palestras, mas elaboramos as conclusões recomendações e sugestões para que sejam enviadas como propostas e/ou reivindicações para os poderes de decisão, ou seja, para o governo federal e estadual.²³⁴⁹

A reunião das mulheres empresárias nesse Congresso, por exemplo, possibilita a elas falar, agir e serem ouvidas entre outras pessoas em um espaço público.

Nesse sentido, a ação e o discurso são as atividades exercidas entre a convivência *com* outros, mostrando-se, ou seja, revelando quem são na individualidade, na singularidade dentro da coletividade, dentro do grupo. Participam do debate, das discussões, mantêm um diálogo e fazem uso do discurso entre outros. Observa-se que as experiências são trocadas para enriquecimento e aprendizagem, como as ansiedades do grupo, seus problemas, resoluções, objetivos, interesses e metas a serem cumpridas.

A ação política torna-se evidente quando Maria Auxiliadora nos revelou que as propostas e as reivindicações do grupo são enviadas ao poder de decisão, ou seja, ao governo federal e estadual. Existe um questionamento e uma interperlação por essas mulheres empresárias estrategicamente orientadas ao Estado. Assim, constitui-se em uma ação política. Maria Auxiliadora nos revelou ainda, a prática política adotada para o alcance de seus interesses, qual seja, a prática da mediação por meio de um político, autoridade ou indivíduo influente para ouvi-las e, posteriormente, defender os interesses do grupo.

²³⁴⁸ O Congresso Internacional ao qual Maria Auxiliadora Chaer Lopes referiu-se seria o XIV CIME – realizado em Araxá entre os dias 19 a 23 de out. 2003. A entrevista com a empresária Maria Auxiliadora Chaer Lopes ocorreu antes desse evento. Por isso, tivemos a oportunidade de participar como observadora de todas as atividades realizadas pelas mulheres empresárias nesse Congresso, de acordo com o método *Shadowing* – sombreamento – registrado na Introdução deste trabalho, que nos permitiu conhecer e comprovar a prática da categoria durante todo o evento.

²³⁴⁹ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

A prática política adotada na busca de interesses perante o Estado, segundo Maria Auxiliadora, portanto, reforçamos, é a negociação: “[...] nós usamos muito essa nossa força de negociadora. A mulher hoje é muito forte nesse mundo de negócio. A mulher negocia”.²³⁵⁰

As ações políticas desenvolvidas até o momento pela CACB – “Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil” que congrega todas as federações e os conselhos, são as ações políticas nas quais as mulheres empresárias participam por meio dos “Conselhos” explicadas pelo texto:

A ação política da CACB é desenvolvida com base nos princípios democráticos e da liberdade de pensamento, fundamentos do regime da livre iniciativa. Por meio de suas assessorias, a CACB acompanha as votações e os debates no Congresso Nacional e mantém contato permanente com os parlamentares, fornecendo-lhe informações sobre temas de economia e de interesse da iniciativa privada. Exemplo recente foi a campanha desenvolvida em favor da realização de uma reforma tributária profunda, com a desoneração da produção e a implantação de um sistema justo e moderno. A CACB também promoveu a vitoriosa campanha pelo estabelecimento, no Brasil, do sistema da mediação e arbitragem, atualmente em fase de implantação em todos os estados. Atualmente, as principais bandeiras da entidade são a aprovação de uma reforma tributária justa, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e do Super Simples, que irão facilitar a vida de mais de 90% dos empresários do país, diminuindo encargos e burocracia e possibilitando a geração de mais empregos e renda. O contato com os representantes da classe política se desenvolve com base no estímulo ao debate criativo, com firmeza na defesa de nossos posicionamentos. O mesmo processo é observado pela entidade em seu relacionamento com o Poder Executivo, especialmente em relação aos Ministérios e instituições que cuidam das questões econômicas e sociais. As ações da CACB refletem os interesses legítimos do segmento empresarial e o entrosamento com as comunidades, objetivando o desenvolvimento do país e o estabelecimento da justiça social.²³⁵¹

Pelo exposto, verifica-se a prática política da CACB e, portanto, das mulheres empresárias associadas por meio da negociação direta com os órgãos de decisão do Estado, inclusive, com o próprio Poder Executivo. Além da negociação direta, a prática da mediação entre representantes da associação e os órgãos institucionais é realizada.

Também, a prática do *lobby* é detectada por meio do contato com parlamentares e acompanhamento dos debates e trabalhos realizados pelo Congresso Nacional.

Como ação política em desenvolvimento e, inclusive, parte dela já conquistada pela CACB, também detectada em alguns depoimentos de mulheres empresárias, é a luta pela reforma tributária, da “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa” e do “Super Simples”, uma ação orientada ao Estado, cujo impacto no espaço público já é percebido, com reflexos para

²³⁵⁰ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²³⁵¹ w.w.w.cacb.org.br/acao/acao.politic.htm

todo o empresariado nacional e, em consequência, para a sociedade em geral, tendo em vista a diminuição de impostos, encargos sociais e desburocratização na empregabilidade.

A empresária **Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza**²³⁵² desenvolve uma ação política por meio de sua *atitude de participação política*, segundo Heller e Fehér,²³⁵³ contribuindo para a desconstrução de paradigmas conservadores dentro de seu espaço da associação, ou seja, do Lions Club, ao propor e oportunizar novas práticas políticas para as mulheres dentro desse mesmo espaço. Sua atuação propõe mudanças que levam outras mulheres e as pessoas em seu entorno à conscientização e participação como sujeitos políticos, inclusive, já registrada no capítulo 5. Portanto, sem a necessidade de repetir como a empresária atua politicamente em seu espaço, refoçamos o preparo e a conscientização política que busca implantar e transmitir às mulheres e às pessoas em seu entorno.

Na seqüência, abordamos algumas ações políticas praticadas por **Maria Elvira Salles Ferreira**.²³⁵⁴

A prática política usada por meio da negociação com autoridades foi percebida como recurso, a exemplo da maioria das mulheres empresárias. Também, a mediação direta é prática comum de Maria Elvira. Dessa forma, exerce também o papel de ligação e interlocução entre os membros de seu grupo com a esfera governamental. Representou, por inúmeras vezes, a categoria das mulheres empresárias em debates institucionais, levando suas reivindicações e defendendo seus interesses. Além das mulheres empresárias afiliadas às associações, Maria Elvira defendeu e defende ainda os interesses e os direitos comuns a todas as mulheres, prática essa, inclusive, já registrada, sendo porta-voz dessas.

Percebe-se, ainda, a pressão usada como um canal de recurso para o convencimento ao Presidente da República no sancionamento de Leis, destacando-se o uso do poder de persuasão²³⁵⁵ necessário para a conquista dos interesses.

Maria Elvira, em depoimento já citado, revelou-nos alguns exemplos de ações políticas, como a sua proposta para a aprovação da primeira Lei estadual sobre a questão dos “Atos Discriminatórios” sancionada pelo Governador Hélio Garcia. Além dessa Lei, afirmou Maria Elvira:

Também fiz a Lei que obrigou o Sistema Único de Saúde, o SUS, o Ministério da

²³⁵² SOUZA, Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de. Entrevista. Op. cit.

²³⁵³ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³⁵⁴ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

²³⁵⁵ Cf. ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

Saúde, a reconstruir a mama da mulher que tinha tido câncer, que tivesse sido mastectomizada pela cirurgia que é mutiladora. Esse foi um Projeto de Lei que virou Lei e que passou pelas duas casas, Câmara e Senado, e por seis comissões diferentes. Eu tive que negociar com o Ministério da Saúde. Conseguimos negociar e eu tive o apoio da bancada feminina. Busquei esse apoio e nós conseguimos que o Presidente Fernando Henrique não vetasse, que sancionasse a lei que só no ano passado, foi responsável por mais de 14 mil cirurgias realizadas gratuitamente pelo SUS.²³⁵⁶

Lembramos ainda outros registros já feitos neste trabalho em relação às políticas públicas conseguidas por Maria Elvira nos espaços dos Conselhos em todas as esferas, com questionamentos e resoluções diretamente com o Presidente da República José Sarney, Fernando Henrique, com o governador Hélio Garcia, com órgãos representativos do governo, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, com vários prefeitos e inúmeras outras autoridades influentes. Não citamos todas as autoridades ou órgãos, mas apenas aquelas e aqueles mais visíveis nos depoimentos. Todas essas ações políticas resultaram em leis ou medidas com conseqüências no espaço público, cujos efeitos e reflexos abrangeram e abrangem toda a coletividade.

Como ação política ainda, Maria Elvira por meio dos vários cargos ocupados em diferentes espaços como nas associações e em órgãos de representação da sociedade civil, faz uso desses espaços para questionamentos e como canal de pressão junto aos governos nacional e internacional. Como “Presidente Regional do Fórum de Mulheres do Mercosul”, a exemplo de sua atuação, citou:

Nós, as mulheres, chegamos à seguinte conclusão: para você criar um bloco econômico entre quatro países, não adianta só os quatro governos estarem interessados nisso. Você tem que construir uma linguagem comum entre a sociedade civil de cada um dos quatro países. Então, o Fórum é uma maneira que estamos encontrando para unir as mulheres do Brasil com as mulheres da Argentina, as mulheres da Argentina com as do Uruguai, com o Paraguai, e criarmos uma entidade que trabalha pelo fortalecimento do Mercosul.²³⁵⁷

Portanto, como presidente desse Fórum, sua prática política, nesse caso, dá-se na esfera internacional, debatendo e questionando políticas de interesses entre o Brasil e os países membros, cujos reflexos são de caráter político e refere-se a toda a sociedade.

Perguntado à Maria Elvira como se dá o início de uma ação política, explicou-nos:

É assim que a coisa começa. Quando eu era deputada, eu fui procurada por um médico que queria falar sobre depressão. Ele disse: “Eu estou muito preocupado com o problema de depressão das mulheres. E eu queria que você levasse essa preocupação para a Câmara Federal”. Só que ele falou isso comigo numa época em

²³⁵⁶ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

²³⁵⁷ Ibidem.

que eu estava me preparando para ser candidata a Prefeita e eu não tive tempo de cuidar desse assunto. E agora que eu estou aqui no “Fórum de Mulheres do Mercosul” e que, volta e meia, eu tenho notícia de mulher que suicidou, de mulher que está abafada e está com problema, então, eu pensei: “Por que não vamos conversar sobre esse assunto; por que não saber o porquê de estar desse jeito?” E, aí, propusemos: “Vamos fazer o *work-shop*? – Vamos”. E agora vamos colocar esse assunto na mídia. Vamos propor esse debate”.²³⁵⁸

Observa-se que Maria Elvira busca mediar demandas da esfera privada das mulheres para debatê-las publicamente. Atentamos para a convergência dessa ação política com a concepção exposta por Heller e Fehér²³⁵⁹ ao afirmarem que dentro dos tipos de ação política, um deles é levar os problemas ou as questões privadas para as discussões e debates na esfera pública. Na seqüência, Maria Elvira completou:

Sexta-feira, agora, estamos fazendo um *work-shop* sobre depressão, que é um problema de saúde pública hoje, porque o que tem de gente com depressão atualmente é uma loucura. São muitas mulheres, principalmente as mulheres na menopausa. É uma coisa seríssima. Então, começamos a discutir sobre esse assunto, além de outros.²³⁶⁰

Segundo Maria Elvira, os temas são debatidos de acordo com as necessidades, interesses, sugestões e importância para a comunidade:

Eu não tenho uma seqüência certa, eu vou fazendo assim: ouvindo as pessoas. E a coisa evolui. Esse assunto sobre a depressão, por exemplo, nós achamos que o serviço público tem que se preocupar com ele. Estamos sempre buscando e propondo ações o tempo todo. Estamos fazendo, já fizemos e não vamos parar nunca. Cada vez que a gente põe o dedo em um assunto, é uma ação política. Estou dando um exemplo, esse da depressão: isso aqui é a semente de uma ação política. Já é uma ação política. Estamos entrando em contato com os órgãos públicos. Estamos querendo levar esse tema ao debate da saúde pública brasileira. Após o resultado desse encontro vamos mandar para o Ministério da Saúde, para a Secretaria da Mulher, vamos mandar para a Secretaria de Saúde de Minas Gerais, de Belo Horizonte. A gente precisa estudar mais esse assunto. E pode saber que daqui a pouco vão surgir outros *work-shops*. Já vamos propor à Associação Médica um debate sobre isso também. Aqui eu estou falando do “Fórum de Mulheres do Mercosul”, extrapolando os limites, inclusive, do próprio Brasil.²³⁶¹

Concretamente, o questionamento e as interferências de Maria Elvira realizam-se em uma esfera pública e política, exercendo, desse modo, a prática política da mediação direta entre esferas governamentais.

²³⁵⁸ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

²³⁵⁹ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³⁶⁰ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

²³⁶¹ Ibidem.

Como “Secretária de Estado de Turismo” – SETUR, a atuação política da empresária também é dinâmica e permanente, sendo impossível, repetimos, registrar todas as ações, práticas e resultados imediatos ou a médio e longo prazo, bem como os projetos em andamento.

Selecionamos um exemplo de suas intervenções ou questionamentos junto ao governo de Minas Gerais, registrando uma de suas ações e práticas:

Eu fui agora ao Rio de Janeiro participar do Congresso da ABAV “Associação Brasileira de Agentes de Viagem”. Eu fui como pessoa interessada no turismo. Eu fui por minha conta, paguei tudo e tal. Quando eu cheguei lá, eu fiquei triste de ver a pobreza do espaço de Minas Gerais na ABAV. Em contraposição, por exemplo, ao espaço de Santa Catarina que estava magnífico. Era dinâmico, cheio de música, canção, comida, etc. O Rio, maravilhoso; Búzios, – que é a cidade em que tenho casa – a cidade, o município, estava melhor que Minas. Então, como eu sou uma mulher política, eu passei isso para o governador de Minas Gerais. Olha, eu não estou desvalorizando o que fizeram lá, eu só estou dizendo que ficou muito aquém do que Minas Gerais precisa, poderia e pode fazer. Então, não adianta meter o pau agora. Acho que para o ano que vem, tem que fazer uma coisa melhor. E como vou fazer? Eu vou fazer uma carta e vou mandar para o Governador: “Senhor Governador, estive no Rio e queria dizer que, apesar do esforço de todos que fizeram a exposição, eu achei muito mixuruca. Se Minas Gerais quer vender o seu produto, que é o turismo, tem que ousar mais, tem que fazer uma coisa criativa, bonita, interessante, gostosa. Tem que botar lá uma seresta cantando, tem que botar a influência que nós temos dos portugueses, mostrar a influência portuguesa que tem em Minas Gerais, tem que mostrar as nossas grutas, essas coisas. Temos que chamar a atenção!” Com aquela coisa lá, não está chamando atenção nenhuma. É uma ação política. É um momento em que eu vou e questiono. Não precisa ser deputada ou qualquer autoridade para fazer isso não. Qualquer cidadão ou cidadã pode e deve interferir [...]. Eu acho que é simplesmente o fato de nós existirmos e sermos pessoas que nas suas vidas pessoais, empresariais e públicas, devemos participar, questionar e colaborar. Estamos tendo sucesso. Eu acho que tem que levar isso, levar essas experiências de sucesso, levar esse desejo de cidadão e cidadã de participar para todas as esferas da sociedade. Não podemos ficar só dentro da nossa empresa.²³⁶²

Verifica-se, concretamente, como Maria Elvira exerce sua prática política, como atua politicamente frente ao poder estatal por meio de seus questionamentos, críticas, interferências para o bem da coletividade, no caso, melhorando a imagem do estado de Minas Gerais para um melhor retorno de divisa econômica por meio da valorização e incremento do turismo. Tais conseqüências positivas afetam e afetarão toda a sociedade, tendo em vista que seus ganhos influenciam e influenciarão os investimentos no estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, seu desenvolvimento em todas as áreas e setores. Percebe-se, em Maria Elvira, a presença da virtude cívica, pública, isto é, voltada para o coletivo, pelo fato de suas ações políticas extrapolarem o espaço organizacional e os interesses da categoria. Sua atuação política não ocorre somente a partir da organização ou da associação profissional, mas ocorre

²³⁶² FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

diretamente no espaço institucional, ou seja, político, para a defesa de interesses de toda a sociedade, portanto, para o coletivo, por meio de elaboração e aprovação de leis para as políticas públicas, já registradas.

Outra empresária, **Tânia Maria Machado Silva**,²³⁶³ mudou a concepção de dependência paternalista ou assistencialista sobre o artesanato para uma atitude de autonomia, independência e auto-sustentabilidade, com mudanças na vida de milhares de pessoas e por possibilitar a identidade aos artesãos e artesãs de Minas Gerais. Para garantir o trabalho independente dos artesãos e das artesãs, também em relação à matéria-prima necessária para a produção, Tânia Machado teve a preocupação e o cuidado de fazer o registro de uma jazida de pedra-sabão na Noruega para assegurar e manter a produção para o mercado internacional. Segundo Tânia Machado, isso resolveu o problema de dependência e exploração que ocorria também na oferta de matéria-prima para o artesanato.

Apesar da presença forte do segmento no estado, Tânia Machado comentou sobre a grande contradição que ainda existe, ou seja, a profissão de artesão não é reconhecida. Nesse sentido, afirmou: “A gente está com um projeto tramitando no Congresso Nacional para o reconhecimento desta profissão do artesanato que é a maior força de trabalho que existe no país. [...] para você ver as incoerências, as loucuras”.²³⁶⁴

Outro projeto em andamento na Assembléia Legislativa é a proposta do FUNDAM – “Fundo de Desenvolvimento do Artesanato Mineiro” reivindicando o ICMS recolhido sobre o artesanato para aplicá-lo no próprio FUNDAM e retornar em benefícios para o próprio segmento.

Por meio do espaço associativo dos artesãos e artesãs, Tânia Machado possibilitou a criação de outras associações:

[...] começamos a fazer uma política de usar o nosso modelo para desenvolver outras associações no estado. Existem diversas, além de cooperativas que foram incentivadas e apoiadas por nós, para que eles também, outros artesãos e artesãs de outras cidades buscassem sua auto-sustentabilidade, para que eles se organizassem.²³⁶⁵

Algumas dessas associações são filiadas ao “Mãos de Minas”, já citado, outras já são independentes, com caminho próprio. A idéia é que todas se tornem independentes, porque, segundo Tânia Machado, essa é a política que estão desenvolvendo. No início, eram 16.000 associados(as) e hoje se tem de 7.000 a 8.000, porque os(as) demais já estão em outras

²³⁶³ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

²³⁶⁴ Ibidem.

²³⁶⁵ Ibidem.

associações, em outras cidades, proliferando e organizando-se em outras associações independentes do “Mãos de Minas”. Conseguiram autonomia e vida própria.

Com a realização de eventos e feiras, afirmou Tânia Machado, oportunizam uma grande integração em todos os sentidos, ou seja, política, econômica, social e cultural.

O artesão e a artesã vêm do Acre, do Rio Grande do Sul, do Ceará, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, enfim, de todo o Brasil, bem como o público que participa e tem a oportunidade de conhecer a cultura brasileira. Mais do que uma operação comercial de compra e venda de produtos, os artesãos e artesãs que participam nunca serão os mesmos e as mesmas. A partir desses espaços públicos, de trocas de experiências e conhecimento, vislumbram que podem cada vez mais por adquirirem autonomia, confiança, aumentando sua participação na esfera pública. Desperta a idéia de que, se desejar, cada um ou uma pode acreditar na sua capacidade e oportunidade.

Informou-nos Tânia Machado que o grupo das ONGs tem multiplicadores para a formação, capacitação e treinamento de pessoas em Moçambique, Cabo Verde, Angola e praticamente em todo Brasil, preparando os artesãos e artesãs para exercerem liderança e continuarem a promover a independência e a autonomia da categoria.

Também como ação política, Tânia Machado revelou que conseguiram transformar em lei um regime especial que era apenas do “Mãos de Minas” – o “Micro Gerais”, uma inscrição coletiva, um direito para todos os artesãos e artesãs de Minas Gerais, ou seja, todos podem constituir uma associação e legalizar suas vendas usando a inscrição estadual coletiva do “Micro Gerais”.

Em andamento, Tânia Machado citou que existe uma ação política que é o “Projeto de Regulamentação da Produção Alimentícia e Artesanal”, o qual foi aprovado por Itamar Franco e está em fase final de regulamentação na Secretaria de Saúde. Explicou-nos Tânia Machado:

É uma questão também a ser resolvida, porque existem associados deles, do MEC, que trabalham com alimento. E acabamos fazendo um acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte criando um curso de “Responsável Técnico” para legalizar a venda do produto artesanal. Mas isso só valia para Belo Horizonte. Então, fizemos um modelo piloto que deu certo em Belo Horizonte. A gente tinha duas opções: ou conversava com mais de 852 prefeituras convencendo-as a fazer a mesma coisa ou levava para a Assembléia um projeto, aprovando a mesma coisa para todo o estado. E optamos por levá-lo ao Deputado Adelmo Leão. Ele apoiou-nos e conseguimos em tempo recorde a aprovação desse projeto. E agora ele está em fase de regulamentação. Com isso, o produto alimentício artesanal do estado de Minas Gerais está legalizado, mas só tem validade para dentro do estado, porque com a Lei Sanitária acontece uma coisa curiosa: é uma lei Federal que vale para o Brasil, mas o estado de Minas Gerais, São Paulo ou qualquer outro, pode fazer uma lei que se sobreponha à lei Federal que valha para dentro das fronteiras do estado. O município

também pode fazer uma lei que se sobreponha à Estadual e à Federal. Mas só vale dentro dos limites do município. Então, o que a gente fez foi isso: uma para o município, que deu certo, e agora estamos levando para o estado. Então, esse produto regulamentado só vale para Minas Gerais. Essa lei não vale para São Paulo. Eu não posso vender um queijo para São Paulo nessa situação. Mas, aí, a idéia é aplicar a lei em Minas e, se der certo, a gente vai tentar levá-la para a Câmara e para o Congresso, porque, nesse caso, tornar-se-á uma lei nacional. Então, são leis importantes das quais a gente já participou e continuamos fazendo.²³⁶⁶

Verificam-se diversas ações políticas concretas e orientadas ao Estado e as conseqüências de seus resultados e reflexos no espaço público, promovendo benefícios e garantias de direitos para as pessoas tanto no âmbito estadual como nacional, a partir de seu espaço organizacional.

A empresária **Virgínia Paletta Câmara Stephens**²³⁶⁷ apenas nos adiantou sua proposta para um projeto de ação política ao revelar que pretenderá intervir junto ao poder estatal municipal para reverter o ISS para a conservação de praças e canteiros públicos, registrada no subcapítulo 9.3.

Além desse projeto, creditamos sua *participação política* no espaço público como uma ação política, por colaborar na perpetuação da Fundação AC MINAS. Sua atitude contribui e possibilita a existência dessa Fundação por meio de recursos arrecadados juntamente com outros membros. Essa forma de atitude participativa é política, por permitir a continuidade de uma instituição duradoura na sociedade para as próximas gerações, de acordo com os autores Heller e Fehér.²³⁶⁸

A empresária **Vitória Dias**²³⁶⁹ afirmou não praticar ação política. Entretanto, como voluntária da Associação de Amigos do “Museu Histórico Abílio Barreto” – MHAB, participou de um projeto de revitalização desse, com a construção de um anexo. Além desse, outros projetos voltam-se para a melhoria da gestão do referido museu.

Por meio da associação, a empresária Vitória Dias, juntamente com outros membros, também é responsável pela captação de recursos e contribui com a preservação e *continuidade da instituição*.

Inferimos, nesse ponto, que a atuação da empresária Vitória Dias caracteriza-se como uma ação política, pelo fato de participar no espaço público com a preocupação de possibilitar a existência de uma instituição duradoura para o mundo comum.

²³⁶⁶ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

²³⁶⁷ STEPHENS, Virgínia Paletta Câmara. Entrevista, Op. cit.

²³⁶⁸ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³⁶⁹ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

Ressaltamos, também, segundo Heller e Fehér²³⁷⁰ que, para uma participação e postura política, o indivíduo percebe sua participação como uma “obrigação política” e, essa, Vitória Dias revelou possuir. Revelou também conhecer todas as virtudes cívicas, apontando-as e defendendo a necessidade da prática dessas por toda a sociedade, com muita firmeza e clareza por meio de seus depoimentos ao longo do trabalho.

Passamos à empresária **Zuleika Rocha**²³⁷¹ que, como exemplo de ação política dentro da associação, ou seja, da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL/BH, explicou-nos como fazia e continua sendo feito:

Tínhamos contato com todos os organismos públicos. Eu era a “porta-voz” das necessidades do comércio junto a esses organismos para fazer uma reunião, às vezes, com o prefeito, com o governador, com deputados, ou fazíamos em grupo que ia à esses organismos, a essas pessoas, aos políticos. A gente precisava conversar sobre as necessidades do comércio, as ações que a gente precisava resolver. Ou, então, eu trazia essas pessoas no nosso “Almoço de Trabalho”, com o grupo todo dos comerciantes que eram os Diretores para a gente debater sobre determinado tema ou determinado problema e tomar a direção. Haviam planejamentos que demoravam um ano, dois, assim como planejamentos que há vinte anos não conseguimos resolver, como por exemplo, o problema do camelô. E a CDL tem discutido sobre isso com o Comando da Polícia Militar e também sobre o problema de segurança no comércio. A parte institucional e política cuida de tudo isso. Por três vezes eu fui Vice-Presidente Política. Quando eu fui Vice-Presidente da entidade, a minha função era ficar no comando junto com o Presidente. Então, eu estava, exatamente, em um cargo de apoio ao Presidente. É uma Vice-Presidência mesmo, fantástica, porque eu fui Vice-Presidente de uma pessoa que eu admirava muito, que é uma pessoa extremamente capaz, que é o Manoel Bernardes. E o Manuel tem uma visão fantástica sobre o “poder feminino”, o que esse poder traz de equilíbrio. Quer dizer, o Manoel tem essa visão da participação da mulher no comando, uma percepção muito bonita. E, na prática, isso funcionou muito bem, porque a gente trabalhava junto. Então, toda a visão da empresa, tudo que ele queria fazer era discutido e em tudo aquilo que eu poderia ajudá-lo. Uma vez ele tinha uma reunião com um Ministro “x”, e eu fui à reunião com outro Ministro, com o Ministro do Desenvolvimento. Sempre era muito pesado e nós nos organizávamos para estar em todos os lugares, onde a gente precisasse debater algum tema importante. Então, por exemplo, da última vez até fui para entrevistar o Lula, quando ele era ainda candidato, porque o Presidente da CDL não pôde ir porque já tinha um compromisso com outro político. Quer dizer, isso tudo era organizado e a gente fazia isso, dividindo as tarefas.²³⁷²

A resolução dos problemas era e é proposta por meio de parcerias com o governo municipal, estadual e federal. Observa-se que os questionamentos e as discussões sobre os interesses e problemas realizavam-se e realizam-se na esfera institucional, portanto, político.

²³⁷⁰ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In.: _____. *A condição política pós-moderna*. Op. cit.

²³⁷¹ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

²³⁷² Ibidem.

No entanto, para a execução de projetos que demandam recursos financeiros, esses vêm da própria entidade. Para a execução de projetos logísticos, técnicos e diversos cursos, a CDL/BH faz parcerias com o SEBRAE e com a FIEMG.

Zuleika Rocha acrescentou que praticava²³⁷³ a mediação também com a Câmara Legislativa para discussões sobre leis de interesse do comércio para toda a categoria, cujos resultados refletiam para toda a sociedade, ou seja, para os consumidores.

Após reuniões de todos os diretores, da Executiva, do Grande Conselho com o Presidente, Vice-Presidente e demais Vice-Presidentes e de todos os setores para discussões sobre os problemas e tomadas de decisões necessárias, a parte funcional tratava e trata de executar as deliberações com os órgãos públicos responsáveis. Essa parte cabia a ela, em sua gestão, que exercia, portanto, o papel de mediadora política. Zuleika Rocha reforçou que as propostas possuíam e possuem um caráter efetivamente político, ou seja, com resultados para todo o comércio em geral e não com o intuito de obter “favores” apenas para uma parcela.

Nota-se a crítica da empresária às práticas clientelistas semelhante à empresária Beth Pimenta, já citada, e que, infelizmente, ainda são praticadas por alguns. Nota-se também a permanência da mediação direta com os órgãos estatais como no início da década de 1930 a 1945 pelo empresariado estadual e nacional.

A seguir, passamos à prática da ação política pelas mulheres empresárias no âmbito das cidades representativas.

²³⁷³ A época à qual a empresária Zuleika Rocha referiu-se foi o ano de 2002.

CAPÍTULO 12

AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS NAS CIDADES REPRESENTATIVAS

- **Juiz de Fora**

“Acredito que todas nós podemos exercer uma ação política atuando em nossa sociedade com habilidade para negociar, dialogar e defender os interesses entre pessoas e grupos e com o Estado [...]. Também ações que preservem o meio ambiente o patrimônio cultural, os direitos humanos, enfim, todas as que visam a construção de uma sociedade economicamente sustentável e socialmente mais justa”.

Rita de Cássia R. Delmonte
(Em entrevista – 27/03/2005)

A empresária **Denise Maria Polato Nicodemos da Silva**,²³⁷⁴ como ação política, afirmou ter participado do projeto de implantação do “Sistema Único de Saúde” – SUS, em Juiz de Fora. Tal órgão, para sua instalação, exigiu questionamentos e interpelações direcionadas ao poder governamental. O resultado de tal ação política contribuiu para a melhoria do atendimento da saúde à coletividade.

Como ação política, a empresária, **Maria José da Conceição**,²³⁷⁵ afirmou sua participação em uma mobilização buscando assinaturas, ou seja, um abaixo-assinado com o objetivo de interpelar o poder público de Juiz de Fora para solucionar problemas da comunidade em relação à saúde. Nesse ato, houve um questionamento na esfera estatal, no caso, municipal, para a instalação de postos de saúde, medicamentos, atendimentos e outros serviços, cujo resultado impactou no espaço público para a melhoria na área da saúde.

Maria José disse questionar e criticar muito e sempre, o poder governamental, principalmente, na esfera federal. No entanto, não revelou de que forma ou quando, concretamente, efetivou ou efetiva esses questionamentos e críticas.

²³⁷⁴ SILVA, Denise Maria Polato Nicodemos da. Entrevista. Op. cit.

²³⁷⁵ SILVA, Maria José da Conceição. Entrevista. Op. cit.

Passando à empresária **Rita de Cássia R. Delmonte**,²³⁷⁶ como prática política, afirmou exercer um papel de mediadora, porque os projetos ou propostas, disse, “[...] sempre envolvem a negociação e a conciliação de interesses”.²³⁷⁷ Mas, não nos revelou quais e como as ações são realizadas concretamente no dia-a-dia.

Observa-se que a prática da mediação e da conciliação presentes e reveladas atualmente têm sua continuidade como no início dos anos de 1930 a 1945 em outras cidades mineiras e, não somente, na capital Belo Horizonte.

- **Uberlândia**

“Creio que por meio da ação política podemos envolver-nos com outras pessoas e atuarmos na esfera pública [...] com objetivos de melhorar a vida dos cidadãos e de toda a cidade”.

Cláudia Valéria Gonçalves
(Em entrevista – 27/05/2005)

Em relação à ação política, a empresária **Cláudia Valéria Gonçalves**²³⁷⁸ afirmou participar do time “Máster Feminino de Vôlei” e para participar oficialmente do “Campeonato Brasileiro de Vôlei” – CBV, o grupo elaborou um projeto apresentando-o à Secretaria de Esportes de Uberlândia. Tal projeto foi aprovado no âmbito estatal, ou seja, por um órgão de decisão institucional após vários debates e discussões realizados em um espaço público e entre outros sujeitos. Além da participação oficial e legalizada, Cláudia Valéria completou que isso contribuiu e contribui para uma valorização e incentivo do esporte entre crianças e jovens, levando-os às práticas esportivas em substituição a uma vida ociosa e marginal.

A empresária **Cleibe de Fátima Alves Cabral**²³⁷⁹ respondeu não praticar nenhuma ação política, não participar do debate público. Quando o questionamento ou a crítica não se realiza no espaço político, não ocorre uma participação política. Essa se caracteriza, então, como consumista da política. Em outros termos, é uma participação com crítica apenas no âmbito da esfera privada, isto é, subjetiva.

O consumidor ou a consumista da política, segundo Carvalho,²³⁸⁰ significa a não participação do cidadão ou da cidadã diante da política. É uma ausência de interesse ou

²³⁷⁶ DELMONTE, Rita de Cássia R. Entrevista. Op. cit.

²³⁷⁷ Ibidem.

²³⁷⁸ GONÇALVES, Cláudia Valéria. Entrevista. Op. cit.

²³⁷⁹ CABRAL, Cleibe de Fátima Alves. Entrevista. Op. cit.

²³⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

desprezo em relação à política, aos políticos, aos partidos políticos, ao espaço sindical e ao debate público. Caracteriza-se pela apatia política, pela própria descrença e frustração perante o papel do Estado.

Outra empresária, **Martha de Freitas Azevedo Pannunzio**,²³⁸¹ por suas características de ativista, sempre foi uma grande questionadora, debatedora e crítica em relação aos governantes.

Em decorrência de sua militância sindical em movimentos de campanha salarial da categoria de professores (Martha Pannunzio, atualmente, é professora aposentada), sua liderança política ficou evidente e latente. Devido a essa militância e liderança nesses movimentos, elegeu-se vereadora por dois mandatos: de 1986 a 1992 pela coligação PMDB – PDT.

A época a que Martha Pannunzio se refere, de acordo com Gohn,²³⁸² insere-se entre as décadas de 1970 e 1980 com reflexos do “milagre econômico”, com uma forte tecnocracia e intervencionismo estatal na economia e grande aumento do número de funcionários públicos. Outra consequência decorreu da crise na indústria com a dispensa de milhares de trabalhadores que foram absorvidos, em grande parte, pelo Estado. Ainda, nesse período, houve uma mudança na estrutura curricular feita pelo governo, o que provocou uma massificação no ensino em todos os níveis e falta de qualificação dos professores ou funcionários. Esses acontecimentos, confirma Gohn, deram

[...] origem às Associações de Docentes, de Funcionários etc. Vários militantes dos movimentos destacaram-se em suas lideranças, vindo a se eleger deputados ou outros cargos na vida política nacional. O novo sindicalismo influenciou os movimentos dos docentes [...].²³⁸³

Ainda, segundo Gohn, as reivindicações principais eram por questões de salário e melhores condições de trabalho. Na década de 1980 as associações cresceram muito e após a Constituição de 1988, muitas dessas associações transformaram-se em sindicatos. “As novas corporações se dividiram politicamente segundo a tendência sindical que apoiavam”.²³⁸⁴

Nesse período, portanto, Martha Pannunzio era uma ativista sindical e, atualmente, é contadora de histórias, escritora e, devido à sua pluralidade de conhecimentos, grandes

²³⁸¹ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²³⁸² GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros*. Op. cit.

²³⁸³ Ibidem, p. 116.

²³⁸⁴ Ibidem, p. 142.

experiências, vivência e atuação, é convidada constantemente para proferir palestras, participar de discussões, fóruns, congressos e outras diversas atividades na esfera pública.

Martha Pannunzio afirmou participar do espaço público com ações políticas por meio de suas críticas, questionamentos e denúncias em relação aos governos ou de governantes em todas as esferas, ou seja, municipal, estadual e federal, fazendo uso de vários veículos de informação. Em suas palavras: “Critico, asperamente, no dia a dia, pela internet, debates de TV e rádio [...]. Escrevo artigos para jornais, peço e faço uso da palavra em assembléias. Sou formadora de opinião”.²³⁸⁵

Essas práticas de ação política são reveladoras da atuação da empresária Martha Pannunzio, possuidora de uma consciência pública, política e cívica, ao criticar e denunciar, cotidianamente, as mazelas, as lacunas e as injustiças presentes na sociedade. Afirmou a empresária que “[...] a ideologia que norteia cada passo meu é minha certeza absoluta no ideário socialista”,²³⁸⁶ por isso, disse que a profissão anterior de professora foi interrompida “[...] de 1964 a 1967 por perseguição política durante a ditadura”.²³⁸⁷

Sua formação, educação e consciência política atribui-se à influência e práticas políticas familiares, principalmente, pelo pai. Revelou Martha Pannunzio: “Meu pai era espírita, maçom e comunista. Foi Deputado Estadual e o mais votado na Assembléia Constituinte de Goiás em 1946 pelo PCB. Foi cassado em 1948 e exilado político no Peru em 1964”.²³⁸⁸

Dessa forma, Martha Pannunzio cresceu e viveu alimentada por causas políticas. Tornou-se um sujeito político, uma cidadã politizada desde cedo, participando de conflitos, debates, greves e outras atividades. Em suas palavras: “Entreí de mansinho, sem me dar conta, pela via sindical. Professora em greve da UTE/MG, deram-me um megafone, um microfone e aí, eu fui”.²³⁸⁹

A partir daí, mesmo mudando os interesses e os recursos nas formas das práticas políticas, de acordo com a época ou o momento, mudaram-se algumas práticas, mas não o repertório de Martha Pannunzio, que continua até hoje participando como sujeito político na esfera pública.

²³⁸⁵ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²³⁸⁶ Ibidem.

²³⁸⁷ Ibidem.

²³⁸⁸ Ibidem.

²³⁸⁹ Ibidem.

Em diversos espaços públicos pratica ações políticas, por meio da fala, do discurso e portanto, da ação, porque, de acordo com Arendt,²³⁹⁰ *falar é agir e agir é ação*.

Afirmou Martha Pannunzio que mesmo não ocupando cargos políticos atualmente, sempre é convidada para ingressar em partidos, para responder a entrevistas e participar de outras atividades, como por exemplo, para falar e discutir sobre literatura em vários locais, principalmente nas escolas, tanto entre professores como entre crianças e outras pessoas, tendo em vista a publicação de seis livros na área da educação infantil.

Declarou ainda que é defensora do ideal separatista para o Triângulo Mineiro, fazendo uso de todos os espaços públicos possíveis e nos quais tem oportunidade para defender e divulgar essa sua concepção.

Nesse sentido, afirmou: “Minas Gerais é, para mim, um estado vizinho, distante no tempo e no espaço. Sou separatista. Minas nos suga, nos empobrece e nos prejudica”.²³⁹¹ Sobre essa percepção, Martha Pannunzio comentou que seus discursos e argumentos assustam muitas pessoas. Reconhece que a adesão a essa visão é muito pequena, tendo em vista a inércia das pessoas, inclusive, para diversas e muitas outras questões. Sobre seu entorno complementou:

Minha cidade é reacionária. Até a massa falida vota na direita. A maioria da população eleitoral é negra e temos apenas um vereador negro e nenhum secretário negro. A UDR (União Democrática Ruralista) tem muita força política, pelo menos é o que parece, mas, infelizmente, cristalizado.²³⁹²

Pelo depoimento observam-se as críticas relacionadas à falta de participação política consciente e a denúncia da existência de preconceitos racistas para cargos eletivos.

Observa-se também a crítica ao partido da UDR, representante dos interesses da classe ruralista pelo seu conservadorismo e inércia. Martha Pannunzio referiu-se a esse partido político pelo fato de atuar como empresária rural. Desse modo, percebe, nesse ambiente, também, a falta de uma mobilização mais ativa para provocar mudanças necessárias aos ruralistas em geral. Gohn escreve que a “União Democrática Ruralista” – UDR –, teve início em 1987. “A partir dos *lobbies* dos setores agrários liderados pelo pecuarista Ronaldo Caiado, [...] surgiu como um movimento das forças tradicionais”.²³⁹³ De grande tendência de direita

²³⁹⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²³⁹¹ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²³⁹² Ibidem.

²³⁹³ Cf. GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sócios: A construção da cidadania dos brasileiros*. Op. cit., p. 139.

começou forte, mas depois perdeu poder e influência. Sua atuação foi marcada como sendo um grupo de perseguição.

Informando-nos sobre projetos em desenvolvimento, outros espaços utilizados para discussões e meios recorrentes para apoio, Martha Pannunzio comentou:

A Câmara Municipal tem realizado sessões especiais para debater sobre a violência no campo, linhas de crédito, sobre o plantio e exploração da cana e do eucalipto, legislação trabalhista e outros temas mais urgentes. O nosso grande desapontamento atual é que a agricultura e a pecuária não são levadas a sério pelo Governo Federal. Até o ministro da Agricultura, Rodrigues, pediu demissão do cargo recentemente.²³⁹⁴

Verifica-se que a empresária participa de um espaço público político municipal com discussões e debates públicos *entre* e *com* outros sujeitos, buscando alternativas e soluções para os problemas de interesse da categoria. Esses são diversos e seus benefícios e resultados afetam ou afetarão não somente o empresariado rural, mas toda a sociedade, por serem questões que interferem diretamente na vida de toda a coletividade, como por exemplo, o fornecimento de alimentos.

A princípio, a alimentação é uma necessidade básica, portanto, pertencente à esfera social, de acordo com o pensamento de Arendt.²³⁹⁵ No entanto, segundo Heller e Fehér,²³⁹⁶ a partir do momento em que as discussões e os debates são travados em um espaço público com estratégias dirigidas ao Estado, cujos resultados causam impacto em toda a sociedade e não somente para o grupo, a ação, antes social, torna-se uma ação política. Ou seja, uma ação social é potencialmente uma ação política, lembrando o registro já feito de acordo com Heller e Fehér.²³⁹⁷

Comprova-se, pelo depoimento da empresária Martha Pannunzio, o questionamento estratégico orientado à esfera governamental, tanto no nível municipal como no federal.

Como Martha Pannunzio comentou, sua atuação ocorre em áreas distintas, ocupando diversos e diferentes espaços concomitantemente, de acordo com as necessidades e prioridades, mudando-se, portanto, o tom, o foco e o alvo dos discursos. Assim, nas reuniões direcionadas à profissão como empresária rural, os interesses voltam-se aos problemas dos produtores rurais, sobre os quais complementou:

²³⁹⁴ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²³⁹⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²³⁹⁶ Cf. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pária e o cidadão. In.: _____. *A condição política pós-moderna*.

Op. cit.

²³⁹⁷ Cf. *Ibidem*.

Este é um momento ruim, de completo esmorecimento da classe ruralista e do setor de produção agrícola. Os impostos, encargos, preços de insumos, inexistência de preço mínimo, falta de estradas para escoamento da produção, postos deficitários e a indigência do Brasil perante o mundo rico, tudo sinaliza para o caos.²³⁹⁸

A opinião sobre a situação caótica e da grande desigualdade social no Brasil que o leva a uma condição de indigência, inclusive, perante outros países e citada por Martha Pannunzio, assemelha-se à opinião da maioria das empresárias.

Acrescentou Martha Pannunzio que as ações políticas da classe rural, no momento, concentram-se em debates, discussões e formulação de propostas para os diversos e inúmeros problemas do setor ruralista. Em suas palavras: “Os movimentos dos ‘sem terra’, apadrinhados pelo Presidente da República, estão trazendo um clima de guerrilha para a vida no campo. No momento, a repactuação dos débitos da safra 2005 e até de 2004, ainda polarizam nossa atenção”.²³⁹⁹

As ações políticas, de acordo com o depoimento de Martha Pannunzio, são praticadas por ela, individual e coletivamente. Por meio do Sindicato dos Produtores Rurais, as práticas políticas coletivas demonstram as insatisfações do grupo e, ao mesmo tempo, são formas de pressão frente ao governo, tanto para conseguir canais de discussões ou cumprimento de direitos. Como exemplo, Martha Pannunzio revelou que o grupo realiza mobilizações como o “Tratoração”.²⁴⁰⁰

- **Divinópolis**

“Podemos reunir um determinado grupo de pessoas em um projeto para a ação, por meio da persuasão, para influir nas decisões com nossas idéias e buscar melhorias para todas as pessoas. [...] Basta que as forças estejam unidas”.

Tereza Cristina Coelho Pinto
(Em entrevista –10/05/2005)

A empresária **Denize Fonseca Santos Lara**²⁴⁰¹ declarou não praticar nenhuma ação de caráter político. Não obstante, afirmou que questiona e critica os políticos, inclusive, o próprio prefeito de sua cidade. Mas não revelou como ocorreu ou ocorre esse questionamento e crítica na esfera institucional para que possa concretizar-se em uma ação política. Dessa forma, caracteriza-se uma participação subjetiva ou consumista.

²³⁹⁸ PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²³⁹⁹ Ibidem.

²⁴⁰⁰ O “tratoração” é uma manifestação em carreta pelos produtores rurais fazendo uso de tratores.

²⁴⁰¹ LARA, Denize Fonseca Santos. Entrevista. Op. cit.

Também em Divinópolis, **Maria Ângela Sena Rabelo**²⁴⁰² em relação à ação política participou da aprovação do registro de uma feira de artesanato culminando em sua criação. Para isso, houve debates e interpelações públicas, articulações com o prefeito, com vereadores e com outras forças representativas da comunidade. O projeto teve um impacto para o grupo, porque atendeu aos artesãos e artesãs e resultou na organização e união da categoria. Também receberam vários cursos voltados para a capacitação na área, o que contribuiu para um incremento na qualidade do produto. Todos esses fatores, completou Maria Ângela, implicaram em um crescimento na comercialização e, conseqüentemente, em maiores lucros e melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

Ainda, Maria Ângela afirmou ser uma questionadora do governante e da política, apresentando sua opinião, sugestões e críticas. Como exemplo da forma de sua atuação afirmou:

Envio *e-mail* para gabinetes de deputados, senadores, para a previdência e outros. Apresento sugestões e questionamentos sobre assuntos que estão em evidência ou mais imediatos e abordados pelos políticos. No momento, na mira, estou questionando e debatendo a Reforma Universitária.²⁴⁰³

Nessa perspectiva, a prática da empresária Maria Ângela caracteriza-se como política por sua estratégia dirigida ao âmbito institucional.

A ação política desenvolvida por **Tereza Cristina Coelho Pinto**²⁴⁰⁴ refere-se à intervenção junto ao poder municipal para a autorização de funcionamento de uma feira artesanal permanente e como alternativa de geração de renda. Para tanto, participou de debates com representantes da sociedade civil e dos órgãos estatais para a criação da feira, atendendo os interesses do grupo.

Tereza Cristina afirmou freqüentar e participar dos debates em plenária da Câmara e completou: “[...] busco informações em relação aos assuntos mais debatidos para discutir, entender as argumentações e conhecer as propostas. [...] critico quando percebo que não há cumprimento das promessas de campanha”. Afirmou não desacreditar totalmente nos governantes porque tem esperanças de que há novas chances de cumprimento de deveres, propostas e ações e, isso depende de cada um, de cada representante e, também, de cada um de nós. Cada um é uma nova promessa e nova chance.

²⁴⁰² RABELO, Maria Ângela Sena. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁰³ Ibidem.

²⁴⁰⁴ PINTO, Tereza Cristina Coelho. Entrevista. Op. cit.

Verifica-se a semelhança no depoimento de Tereza Cristina com a percepção de Arendt²⁴⁰⁵ em relação à possibilidade de que cada ser humano que vem ao mundo traz a promessa de ser o início de algo novo, inusitado e inesperado. Como qualquer ser humano é capaz de trazer essa esperança de mudança, estão incluídos, portanto, os governantes e todos os nossos representantes. Na medida em que se revelam, temos a opção de apoiá-los ou refutá-los.

- **Governador Valadares**

“Ação política é aquela que você executa para buscar um crescimento e bem-estar para toda uma sociedade”.

Sônia Ferreira de Amorim Terra
(Em entrevista – 31/01/2005)

A empresária **Maria Beatriz Silveira Santos**²⁴⁰⁶ afirmou não praticar nenhuma ação política, sendo uma consumista da política.

A empresária **Maria Bete Dias Ramalho**²⁴⁰⁷ disse não participar e nem ter realizado nenhuma ação política, a não ser seu cumprimento cívico no ato de votar. Entretanto, disse que faz críticas ao governante, mas, não nos explicou como e quando essa crítica poderia ser concretamente visualizada na esfera pública e política como um questionamento na esfera estatal.

Como ação política, **Sônia Ferreira de Amorim Terra**²⁴⁰⁸ afirmou ser uma cidadã crítica e questionadora ao poder governamental e disse: “Ao meu prefeito, questiono por via emergencial ou direta”.²⁴⁰⁹ Como Vice-presidente do “Partido Socialista Brasileiro” – PSB, Sônia Ferreira tem como premissa contribuir para um mundo melhor e menos injusto. Disse ser participante de reuniões em espaços institucionais como a Câmara dos Deputados e outras realizadas diretamente pelo poder Executivo, participar também de reuniões sindicais e complementou: “[...] não quero que os outros falem por mim porque tenho o direito de estar presente, me informar e opinar”.²⁴¹⁰ Nesse sentido, faz uso da palavra para intervir junto à esfera institucional em um espaço público, no caso, a Câmara dos Deputados e em reuniões de

²⁴⁰⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²⁴⁰⁶ SANTOS, Maria Beatriz Silveira. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁰⁷ RAMALHO, Maria Bete Dias. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁰⁸ TERRA, Sônia Ferreira de Amorim. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁰⁹ Ibidem.

²⁴¹⁰ Ibidem.

sindicatos. Observa-se a convergência de sua atuação na esfera pública com o pensamento de Arendt,²⁴¹¹ em relação à ação política, já registrado.

Sônia Ferreira revelou possuir uma consciência política também, pelo fato de declarar que em uma tomada de decisão, essa deve ser de acordo com o interesse da sociedade, do bem coletivo, “[...] não importando o que o outro quer, mas o que é correto, necessário e bom para a vida dos cidadãos e cidadãs em sociedade”,²⁴¹² ou seja, o que importa são os interesses coletivos e, não, os particulares.

Nessa esfera da ação política observa-se que o fator que a propulsiona é a necessidade prática da realidade e, não, o que um ou outro deseja. Essa percepção de Sônia Ferreira enquadra-se no pensamento de Maquiavel,²⁴¹³ quando o autor propõe uma conduta para a ação política “[...] dentro de um mundo de contingência [...] somente uma resposta a circunstância particular [...]”.²⁴¹⁴ Assim, o fundamento da ação política não se baseia em julgamentos universais, *a priori*, mas, de acordo com as necessidades reais ou concretas da realidade de cada sociedade. De acordo com Ames, Maquiavel aponta “[...] para uma normatividade fundada no respeito ao bem público”²⁴¹⁵ e que a ação política deve realizar um objetivo que “[...] transcenda o interesse meramente privado”²⁴¹⁶ ou de ambição pessoal. As ações voltadas para o bem coletivo “[...] têm mais chances de proporcionar a durabilidade dos *modi ed ordini* instaurados”.²⁴¹⁷ E, confirma Maquiavel: “[...] se um só é apto para organizar, não durará muito a coisa organizada se ela for colocada sobre os ombros de um só”.²⁴¹⁸ Por isso, a participação de todos é fundamental, para que o poder não seja arbitrário, para que o poder não seja corrompido por um ou poucas pessoas sobre a sociedade.

Nesse sentido, uma analogia da percepção de Sônia Ferreira pode ser feita com o pensamento de Maquiavel, pela correspondência, na prática, da ação política baseada na realidade concreta e com a preocupação do bem coletivo acima dos interesses particulares. Esse último, inclusive, tem correspondência não somente no discurso de Sônia Ferreira, mas com os discursos da maioria das empresárias, verificada por meio dos depoimentos.

No entanto, como já registramos e, repetimos, o pensamento e o discurso das mulheres empresárias sobre essa virtude cívica são corretos, mas, as ações concretas que ilustram a prática dos interesses coletivos sobre os particulares não foram reveladas ou detectadas como

²⁴¹¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²⁴¹² TERRA, Sônia Ferreira de Amorim. Entrevista. Op. cit.

²⁴¹³ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Op. cit.

²⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 162.

²⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 163.

²⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 156.

²⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 157.

²⁴¹⁸ MAQUIAVEL. *Discorsi (1,9)* apud *ibidem*, p. 157.

exemplos no dia-a-dia das mulheres empresárias, com exceção de apenas um em Belo Horizonte, realizado e revelado pela empresária Ângela Gutierrez. Esse tipo de ação ou virtude aparece, portanto, somente no âmbito do discurso para, praticamente, quase todas as mulheres empresárias.

- **Montes Claros**

“Entendo que a ação política é a busca constante dos direitos reservados aos indivíduos, usando de nossos artifícios para conseguir um equilíbrio na sociedade”.

Jeane Carla Ribeiro
(Em entrevista – 15/04/2006)

Na cidade de Montes Claros, as empresárias de nossa amostra afirmaram não praticar ações políticas. Duas delas, Jeane Carla e Laudemares Mendes, afirmaram ser apenas consumistas da política. Ser consumista, já registrado, significa não participar, não criticar e não questionar a esfera da política. Os julgamentos ficam apenas na esfera privada, isto é, na subjetividade.

- **Patos de Minas**

“A conscientização de que todas as ações refletem no meio social, político, cultural, ambiental, enfim, em todos os âmbitos, promoverá uma sociedade voltada para o bem comum. [...] É preciso uma conscientização política para um engajamento de todos para que essa mudança aconteça”.

Edna Maria Carvalho Urban
(Em entrevista – 12/12/2006)

Como ação política, **Cléia Morum Queiroz**²⁴¹⁹ afirmou que ao trabalhar com as carências de uma parcela da sociedade, os portadores de necessidades especiais, tem a opinião de que o trabalho, além de caracterizar-se como uma ação social é também uma ação política porque “[...] proponho a toda sociedade uma mudança de postura, de atitude, de cultura, uma sociedade mais justa e inclusiva em relação à pessoa com deficiência”.²⁴²⁰

Dessa forma, o resultado da ação ou ações não é restrito apenas a poucos indivíduos e nem se situa na esfera do privado e, sim, resulta em uma luta para a inclusão de todos os portadores de necessidades especiais na esfera pública por meio de seus direitos institucionais.

²⁴¹⁹ QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

²⁴²⁰ Ibidem.

A inclusão desses abrange toda a coletividade por meio de uma pressão orientada ao âmbito estatal, por fazer cumprir os direitos, por apresentar propostas das demandas e reivindicações dos portadores de necessidades especiais para que criassem e criem políticas públicas, ou seja, leis que consolidem os direitos de *todos* esses. Complementou Cléia Morum que a atuação visa “[...] modificar a sociedade num âmbito mais geral por meio de uma ação direcionada à esfera governamental, buscando mudar situações de injustiças”.²⁴²¹

Isso, porque existe uma grande necessidade de forçar essas mudanças, tendo em vista que muitas ações sociais ainda são consideradas sem importância e não recebem a atenção política necessária. Como atuação política revelou: “Questiono os governos, também critico e apresento propostas através de feitos pessoais, de algumas ações isoladas e realizações concretas”.²⁴²²

Como exemplo de sua participação como ação política, Cléia Morum afirmou que tem proposto alterações na grade curricular de ensino, objetivando facilitar a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, cuja ação já se efetiva em grande parte da rede de ensino. Essa mudança na grade curricular de ensino implicou e implica em debates no espaço público e interpelações direcionadas ao órgão estatal responsável.

Atualmente, explicou que trabalha como professora em um Curso de Extensão do Sistema Braille no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, que oferece cursos de pós-graduação ou especialização para capacitação de professores e dos próprios portadores de necessidades especiais. Também ministra esses cursos para os educadores da rede estadual, além de atuar como educadora musical desde 1995, de musicoterapeuta desde 1997 e de musicografia Braille desde 2000, tanto para a capacitação de professores como para os próprios portadores de necessidades especiais.

A Empresária **Edna Maria Carvalho Urban**,²⁴²³ Presidente do “Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha”, articulou uma ação política em relação a esse Centro, transformando a entidade em uma escola reconhecida e autorizada pelo governo por meio da “Lei de Utilidade Pública Estadual – nº 15 000” a partir de 14 de janeiro de 2004.

Como projeto em desenvolvimento, Edna Urban revelou que está trabalhando para o reconhecimento do “Centro Educacional”, agora, pelo governo Federal.

²⁴²¹ QUEIROZ, Cléia Morum. Entrevista. Op. cit.

²⁴²² Ibidem.

²⁴²³ URBAN, Edna Maria Carvalho. Entrevista. Op. cit.

A prática política adotada nessa ação política para a consecução da aprovação da Lei foi a mediação com o governo ou com os órgãos de decisão por meio de pessoas influentes, como deputados, prefeitos e vereadores da região.

Observa-se a semelhança da prática política da empresária Edna Urban com a prática de grande parte das empresárias entrevistadas que realizam ações políticas por meio da mediação.

Percebe-se a preocupação da empresária Edna Urban em aprovar e legalizar o “Centro Educacional” através de uma Lei Estadual e, *a posteriori*, em breve, por uma Lei Federal, para garantir a continuidade desse projeto para as gerações futuras, para que esse não exista ou funcione apenas durante a sua atuação à frente da escola.

Por meio dessa ação política, verifica-se sua responsabilidade em relação ao “mundo comum”,²⁴²⁴ ao buscar a durabilidade ou existência da escola para as próximas gerações e não somente para o momento presente, encontrando ressonância em Arendt.

O mundo comum, de acordo com Arendt, é definido da seguinte maneira:

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração de vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis.²⁴²⁵

Segundo a autora, o mundo comum é aonde chegamos quando nascemos e deixamos no momento que morremos. Por isso, o *mundo comum* é diferente do *bem comum* que significava, de acordo com o cristianismo “[...] *interesse comum a todos*”.²⁴²⁶ O mundo comum, portanto, vai além da existência do ser humano, sobrepondo ao passado e ao futuro, ou seja, já existia anteriormente ao nosso nascimento e continuará existindo após a nossa morte, à nossa rápida existência. É esse *mundo comum* que une os homens de hoje com aqueles que se foram e com as próximas gerações que virão.²⁴²⁷ Afirma Arendt:

Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública. É o caráter público da esfera pública que

²⁴²⁴ Cf. VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

²⁴²⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 64.

²⁴²⁶ Ibidem, p. 65.

²⁴²⁷ Cf. Ibidem.

é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo.²⁴²⁸

A perda da permanência de um mundo comum pode ser percebida no mundo moderno pela falta do desejo de que algo comum entre os homens durante a sua existência seja duradouro para além de suas meras existências, ou seja, perdeu-se a capacidade da contemplação e da imortalidade.²⁴²⁹

No mundo moderno, conforme Arendt, o que existe é a preocupação com a vaidade, com as coisas fúteis da vida privada no espaço público e, não, algo comum que possa unir os homens. E é isso que está faltando entre nós, ou seja, a preocupação com algo comum que possa unir-nos para além de nossa breve permanência no mundo ou com algo imortal que sobreviva à nossa existência mortal.

E, enfatiza Arendt, apesar desse mundo comum ser comum a todos, *qualquer pessoa deve ter o seu lugar nele*. Ninguém ocupa o lugar de ninguém. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...] o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”.²⁴³⁰

Na mesma direção, Telles afirma que a perda do mundo comum na experiência do mundo moderno é um dos riscos políticos. De acordo com a autora:

A perda do mundo comum constrói a figura do indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo. Para esse indivíduo, o outro pouco importa e pouco conta, sua existência ou não existência não faz a menor diferença. Equivalem à experiência de indivíduos que se tornaram supérfluos no mundo.²⁴³¹

Desse modo, o critério de subjetividade que só tem validade na esfera e na experiência privada torna-se um dos grandes perigos, caso seja projetado na esfera pública. Os critérios de diferenciação entre o que é medida para cada um e o que o mundo tem como medida são diferentes. Se esses critérios são perdidos, “[...] os homens tenderão a tomar sua própria subjetividade como referência exclusiva de verdade e julgamento”.²⁴³²

O mundo comum só pode ser construído no espaço público entre outros e com comunicação ou com diálogo que não é conversa íntima entre indivíduos que falam de si

²⁴²⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 65.

²⁴²⁹ Cf. *Ibidem*.

²⁴³⁰ *Ibidem*, p. 67-8.

²⁴³¹ TELLES, Vera da Silva. Política e espaço público na constituição do “Mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Op. cit., p. 48.

²⁴³² *Ibidem*, p. 48.

mesmo. Por isso, o mundo comum é diferente de uma vida privada, pessoal e subjetiva. No entanto, o que deve ser levado para a esfera pública tem seus critérios, ou seja, é aquilo que é relevante, digno de ser ouvido e visto por todos e que tem pertinência. Esse mundo comum necessita do senso comum para discernir os critérios de validade, ou seja, o relevante do irrelevante, o legítimo do ilegítimo, o justo do injusto, a verdade da mentira, o fato da ficção. A noção do senso comum é construída na relação objetiva entre os homens, constrói a realidade e permite a capacidade do pensamento. Sobre a realidade, Arendt escreve:

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna [...]. Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela “natureza humana” de todos os homens que o constituem, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e de resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objetivo.²⁴³³

O mundo comum, portanto, traduz-se na articulação dos indivíduos em torno de seus interesses comuns, caracterizando-se em uma construção pelos próprios indivíduos, ou seja, em um “artefato humano”. Esse, somente é possível em um espaço público que possibilita a sociabilidade específica entre os indivíduos para tal construção, isto é, a pluralidade humana que garante a realidade. Essa realidade, portanto, precisa do uso do senso comum que é a capacidade do pensamento para discernir as referências de orientação dos indivíduos em um espaço público constituído por essa pluralidade, além dos acontecimentos e dos efeitos imprevisíveis das ações realizadas por cada um dos indivíduos.

Por isso, a necessidade das diferenças, da diversidade, da pluralidade humana e da variedade de perspectivas e, não obstante essa pluralidade humana, existe um interesse comum.

Após o exposto sobre o significado do mundo comum, inferimos que a empresária Edna Urban demonstrou preocupação com a existência desse por garantir a perpetuação do “Centro Educacional” para as próximas gerações. Nesse sentido, a empresária complementou:

As crianças de hoje serão as gerações futuras. Contribuir com a educação delas, no momento, penso estar contribuindo com a formação de pessoas dignas e capazes de assumirem suas vidas e identidade. Serão, futuramente, homens e mulheres conscientes e participativos na sociedade em que viverem. Tento e tentarei, da melhor maneira que posso, garantir o funcionamento do “Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha” também no futuro, para que as próximas gerações de crianças possam usufruírem e beneficiarem-se dele por meio do ensino

²⁴³³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., 67.

educacional que ele oferece. E essas, por sua vez, por meio da educação, continuarão garantindo os interesses do bem comum.²⁴³⁴

Dessa forma, Edna Urban acredita que a sociedade poderá tornar-se mais justa, digna e humana, por ser a educação a base principal na formação das pessoas. A partir dela, a consciência em relação à participação na sociedade será completamente diferente, tendo em vista uma nova percepção de direitos em relação à dignidade, ao auto-sustento, à qualidade de vida, ao acesso à moradia, à saúde e a tantos outros.

A empresária **Maria Denise Piva**²⁴³⁵ afirmou que o exercício de sua ação política é realizado por meio de sua forma de agir perante o poder estatal ou ao governante, por adotar um posicionamento crítico e questionador, não sendo apenas expectadora ou consumista da política. Nesse sentido, a prática da ação política ocorre no nível pessoal e, para tanto, Denise Piva disse:

Questiono e muito. Critico bastante e elogio, se for merecedor, e desacredito quando não sou convencida de propostas vazias. Através de diálogo, de *e-mails*, e quando tenho oportunidade, faço a crítica ou o questionamento, também, pessoalmente. [...] Acho importante saber em quem devo confiar o meu voto para políticos que irão governar o meu estado e o meu país, com honestidade.²⁴³⁶

Verifica-se pelo depoimento da empresária, o uso da palavra e da opinião na esfera pública frente ao governante ou ao poder institucional tornando visível, portanto, sua prática política. Sobre a forma de intervenção e argumentações, Denise Piva complementou:

Exponho as necessidades gerais do lugar onde vivo, através de fatos e necessidades claras e óbvias de interesse da região, opinando e explanando o que a população carece. Sempre que tenho oportunidade, procuro intervir com meus argumentos que são também de interesses da classe na qual atuo. Para isso, utilizo e aproveito a primeira oportunidade para falar. Primeiro, cara a cara, se for possível, com o governante, seja em reuniões de caráter político ou empresarial, em encontros populares ou quaisquer outras oportunidades que possam surgir.²⁴³⁷

Observa-se, por meio de sua declaração, a preocupação com as questões relacionadas ao seu contexto, à realidade na qual vive e não somente sobre as questões setoriais. A consciência política aparece pelo fato de Denise Piva afirmar que *faz uso* e aproveita todos os espaços públicos possíveis para um questionamento estratégico perante o poder estatal. Portanto, a partir de seu espaço empresarial busca uma participação política direta de

²⁴³⁴ URBAN, Edna Maria Carvalho. Entrevista. Op. cit.

²⁴³⁵ PIVA, Maria Denise. Entrevista. Op. cit.

²⁴³⁶ Ibidem.

²⁴³⁷ Ibidem.

cobranças, denúncias e de defesa dos interesses de seu entorno, da cidade e região. Acrescentou ser uma formadora de opinião frente aos seus funcionários, conscientizando-os e politizando-os.

- **Pouso Alegre**

“A ação política deve ser consciente, responsável, buscando sempre o bem comum e não a causa própria.”

Maria Aparecida Pereira de Souza
(Em entrevista – 30/11/2006)

A empresária **Ana Denise Ribeiro**²⁴³⁸ afirmou não participar de nenhuma ação política. No entanto, disse que a ação política é “[...] toda atuação que cuida da administração do bem público, do interesse e do bem comum da sociedade”,²⁴³⁹ cuja concepção enquadra-se nos princípios cívicos necessários a todos os indivíduos.²⁴⁴⁰

Maria Aparecida Pereira de Souza,²⁴⁴¹ como prática da ação política, disse: “Procurou ser em primeiro lugar uma cidadã correta que paga os impostos em dia e que gera emprego. Procurou ser justa, considerando meus colaboradores e contribuo para um país melhor”.²⁴⁴²

A afirmação de Maria Aparecida revela o seu comportamento e *valores éticos* necessários a todas as pessoas para se viver em uma sociedade. No entanto, não revelou-nos um exemplo de ação política como prática concreta de sua interferência no âmbito estatal.

Em seguida, **Selma Helena Carrozza Tótora**²⁴⁴³ declarou que sua atuação caracteriza-se como ação social, já registrada, e não realizou e nem participa, até o momento, de nenhuma ação política.

- **Paracatu**

“Entendo que a ação política engloba o trato nas relações humanas juntamente com a luta para a obtenção de benefícios desejados e que atendam o bem comum”.

Olga Maria Cardoso
(Em entrevista – 16/10/2006)

²⁴³⁸ RIBEIRO, Ana Denise. Entrevista. Op. cit.

²⁴³⁹ Ibidem.

²⁴⁴⁰ Cf. MAQUIAVEL apud AMES, José Luiz. *Maquiavel: A lógica da ação política*. Op. cit.

²⁴⁴¹ SOUZA, Maria Aparecida Pereira de. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁴² Ibidem.

²⁴⁴³ TÓTORA, Selma Helena Carrozza. Entrevista. Op. cit.

A empresária **Eliane Vasconcelos Rabelo**²⁴⁴⁴ revelou que sua atuação ocorre mais na área social e não como ação política.

Em seguida, a empresária **Elizabeth Mitie Fukuda**,²⁴⁴⁵ ao criar a “Associação de Proteção e Assistência” – APAC, em Paracatu, realizou uma ação política por criar um canal de interlocução com os órgãos estatais para a resolução dos problemas sobre a criminalidade. Portanto, houve uma orientação dirigida ao âmbito governamental e o debate realizou-se e realiza-se em um espaço público, inclusive, com a instituição das polícias militares e civis, cujos resultados abrangem toda a sociedade e, não, somente, algumas pessoas.

Para a manutenção do projeto da APAC, o Poder Judiciário, portanto, um órgão institucional, juntamente com a comunidade, têm conseguido recursos com o governo estadual e com algumas empresas privadas. A articulação dessa associação é possível, ressaltamos, novamente, pela interferência e apoio desse órgão estatal.

Caracterizando a ação política ainda, Elizabeth Mitie acrescentou que fez e faz solicitações e reivindicações para o combate à criminalidade aos representantes dos órgãos com poder de decisão como vereadores, prefeito, deputados, secretários e governador. Nesse sentido, afirmou ser participativa e questionadora, apresentando críticas positivas junto aos órgãos decisórios das políticas públicas. Também busca a interlocução da “Associação Comercial e Industrial de Paracatu” – ACIPA –, com a “Federação das Indústrias” para participar das reivindicações do grupo junto ao poder estatal e a aproximação da ACIPA com o poder municipal para a resolução das questões locais.

Elizabeth Mitie nos revelou que a prática de tais ações políticas deve-se a seu “querer próprio”, como uma obrigação pessoal que possui um caráter moral e permeada por um sentimento de dívida social porque, segundo ela, “[...] temos uma grande desigualdade na distribuição da renda no país”.²⁴⁴⁶

Verifica-se que a “obrigação política” coexiste com o “dever moral” e uma dívida social, apesar de não significarem a mesma coisa, lembrando-nos novamente de Bobbio e Violi.²⁴⁴⁷ Percebemos esses valores “misturados” em relação a essas justificativas, não somente no depoimento de Elizabeth Mitie, mas, também, de muitas mulheres empresárias.

²⁴⁴⁴ ROCHA, Eliane Vasconcelos. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁴⁵ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁴⁷ BOBBIO, Norberto; VIOLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República: os grandes temas da política e da cidadania*. Op. cit.

Como prática política para outras atividades, além da APAC, Elizabeth Mitie citou: “Recorremos às pessoas-chave para ajudar-nos em nossos projetos e objetivos: prefeito, vereador, deputado e até ministros, se for necessário”.²⁴⁴⁸

Dessa forma, a mediação por meio de pessoas influentes é recorrente como também a negociação direta com representantes dos órgãos estatais, semelhantes à maioria das mulheres empresárias e ao empresariado estadual e nacional de 1930 a 1945.

Ainda em Paracatu, a empresária **Olga Maria Cardoso**²⁴⁴⁹ disse não praticar nenhuma ação política. Não obstante, a sua concepção de ação política retratada na epígrafe anterior mais próxima atende às caracterizações teóricas dessa, ou seja, revela-nos o seu conhecimento, apesar de não praticá-la.

- **Teófilo Otoni**

“A ação política, entendo, deve ser realizada com o objetivo de contribuir na construção de uma comunidade que busque o bem-estar de todos”.

Beatriz Ferreira da Costa
(Em entrevista – 15/09/2006)

A empresária **Beatriz Ferreira da Costa**²⁴⁵⁰ disse não praticar nenhuma ação política. No entanto, sua afirmação foi dúbia, porque disse fazer questionamentos críticos ao governante, mas não nos revelou de que forma e quando foram ou são concretizados esses questionamentos públicos e políticos. Por isso, não pudemos analisar ou detectar se esses seus questionamentos constituem-se em uma ação política, mesmo com sua afirmação de que não a pratica.

Ressaltamos que a crítica direcionada ao poder estatal é uma forma de ação política, mas essa deve ser concreta, visível na esfera pública e com impacto nessa, ou seja, com reflexos nessa. Repetimos que a crítica significa participar do debate público político com questionamentos, cobranças, reivindicações, propondo mudanças, enfim, agindo e, não apenas *falar de alguém*, cujo modo fica restrito à esfera privada como consumista da política.

A empresária **Juliana Salazar Fonseca**²⁴⁵¹ ao responder se pratica uma ação política, disse que procura participar por meio da associação da qual faz parte, a CDL. No entanto, não revelou, concretamente, qual ou quais ações políticas são praticadas. Também afirmou criticar

²⁴⁴⁸ FUKUDA, Elizabeth Mitie. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁴⁹ CARDOSO, Olga Maria. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁵⁰ COSTA, Beatriz Ferreira. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁵¹ FONSECA, Juliana Salazar. Entrevista. Op. cit.

o governante e, inclusive, ressaltou que, para criticar apenas, todo mundo é bom nesse quesito e disse: “Criticamos, mas não fazemos nada”.²⁴⁵²

Apesar de Juliana Salazar dizer que critica o governante, não exemplificou como, quando ou de que forma essa crítica torna-se pública, política e concreta. Por isso, também, semelhante à Beatriz Ferreira, não pudemos afirmar se a ação se constitui em uma ação política.

Também, de Teófilo Otoni, a empresária **Rosilda Gonçalves Santos**,²⁴⁵³ por meio da “Associação dos Exibidores de Outdoor e Mídia Exterior de Minas Gerais” – ASDOOR, da qual é diretora, exemplificou sua ação política ao conseguir eliminar a cobrança de uma taxa abusiva de publicidade estadual de placas colocadas às margens de rodovias estaduais. Tal medida foi decidida em âmbito estatal e beneficiou toda a categoria, fazendo uso da mediação de um deputado.

Rosilda Gonçalves citou ainda, como prática da ação política, sua participação em debates no âmbito institucional por meio do “Conselho Municipal de Turismo” – COMTUR – para a tomada de decisões relacionadas a projetos de incremento ao turismo da região. As reuniões acontecem mensalmente e os encontros são quinzenais. Nesses debates e encontros, Rosilda Gonçalves afirmou participar das discussões e das tomadas de decisões junto aos órgãos responsáveis. Acrescentou que em âmbito institucional, ao participar de reuniões e encontros, faz críticas direcionadas à esfera estatal, tornando visível sua opinião perante outros, segundo o pensamento de Arendt.²⁴⁵⁴

Após o conhecimento e uma análise da distinção entre as ações sociais, as ações políticas e as práticas políticas adotadas individual ou coletivamente pelas mulheres empresárias de nosso estudo, buscamos visualizar e caracterizar a sua cultura política, em seguida.

²⁴⁵² FONSECA, Juliana Salazar. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁵³ SANTOS, Rosilda Gonçalves. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁵⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

CAPÍTULO 13

O REPERTÓRIO: CULTURA POLÍTICA DAS MULHERES EMPRESÁRIAS

“De um modo geral as reuniões para sensibilização são ferramentas ou recursos importantes para a mobilização tanto dentro quanto fora da empresa. [...] Usamos (também) telefone, *e-mail*, visitas, entrevistas. [...] (Usamos) a conversa – a persuasão – em um grupo entre pessoas que compartilham interesses comuns ou para a adesão às idéias”.

Rita de Cássia R. Delmonte
(Em entrevista – 27/03/2005)

As práticas que compõem o repertório das mulheres empresárias foram expostas e citadas ao longo da Parte II e III do trabalho. No entanto, para uma definição do repertório, buscamos seu significado conceitual em literatura especializada.

O conceito de repertório, de acordo com Charles Tilly,²⁴⁵⁵ significa o conjunto das práticas políticas usadas como forma de convencimento para a adesão ou comunicação entre os membros de um espaço público. O repertório representa um conjunto de formas de agir e de pensar dentro de uma sociedade específica e em um momento histórico também específico.

Ainda esclarecendo sobre o significado do termo repertório, Anastasia afirma que

[...] a palavra repertório, na sua versão forte, identifica um conjunto limitado de rotinas que é aprendido, repartido e colocado em prática através de um processo de escolha relativamente deliberado. O padrão distintivo do conceito de repertório é a sua considerável estabilidade por longos períodos e sua influência contínua sobre os participantes da ação coletiva.²⁴⁵⁶

Nem todos os agentes mobilizam todos os recursos culturais ou os praticam da mesma forma. A estrutura, ou seja, a *frame*, pode variar de acordo com o modo pelo qual esses agentes atribuem o significado ou sentido à própria ação.

²⁴⁵⁵ TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention. In.: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.

²⁴⁵⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. In.: *Varia História*. Op. cit., p. 31.

Aprofundando o conceito do repertório, no seu surgimento, ainda de acordo com outro historiador, Sewell,²⁴⁵⁷ Tilly especificou três tipos de ação coletiva, criando uma taxionomia, substituída pelo conceito de *repertório*, sem, contudo, deixar sua estrutura positiva, ou seja, a idéia de andar rumo ao capitalismo, à modernização. Essa taxionomia foi dividida da seguinte forma: *Ação comunal*, *Ação reativa* e *Ação pró-ativa*.

Essa última é a que nos interessa. A *Ação pró-ativa* refere-se às pessoas que não lutavam mais contra a expansão do Estado, mas brigavam por controlá-lo ou influenciá-lo através de associações, com objetivos claros e articulados. Predominaram a partir dos meados do século XIX. Outras formas de ação coletiva proativas, como a greve e encontros públicos, foram desenvolvidas entre o final do século XVIII e no século XIX. Iniciou-se a organização em escala nacional para fazer frente às instituições do Estado. Contudo, ainda de acordo com Sewell, os movimentos de ação coletiva proativa, que se originaram de associações ou de ações coletivas nacionalmente orientadas, tornaram-se predominantes somente a partir de 1848 – século XIX.

Esses movimentos proativos, *estrategicamente orientados ao Estado*, são, então, de *caráter político*. Reivindicavam ou brigavam por algo em relação ao Estado. Tilly percebeu que os movimentos não aconteciam de forma linear, que existiam dentro do outro, “um entrava no outro”. Silenciosamente, segundo Sewell, ele abandonou esses termos, essa taxionomia, para usar o conceito de *repertório*.

Nesse sentido, o repertório, que é o conjunto das práticas culturais e políticas, de recursos usados por um determinado grupo para seu uso na busca de reivindicações, significa, também, a forma de um “chamamento” geral ou de um convencimento para a organização. É um “sinal” para as negociações e lutas para a conquista dos objetivos do grupo. Contudo, de acordo com Tilly, o repertório está sujeito a mudanças. Existem práticas culturais que são de longa duração e continuam como parte do repertório, transmitidas de geração em geração. Da mesma forma, outras práticas podem não mais obter resultados e efeitos e podem ser substituídas por outras novas. Observa-se, então, que o que muda não é o repertório, mas as práticas culturais, e podem coexistir nele, práticas velhas e novas.

A ação pode ser individual ou coletiva. No entanto, segundo Orenstein, existem grandes dificuldades nas ciências sociais para analisar esses dois níveis em um mesmo esquema.

²⁴⁵⁷ SEWELL, J. R. William. *Collective violence and collective loyalties in France: Why the French Revolution made a difference*. Politics and Society. Op. cit.

Para o nosso estudo, ressaltamos: “O conceito de ação coletiva é utilizado na literatura vinculada ao individualismo metodológico para referir o problema da coordenação de decisões privadas, quando se trata de alcançar um objetivo compartilhado”.²⁴⁵⁸

A idéia de que os indivíduos fazem suas escolhas racionalmente é defendida por vários autores, apesar de uma discussão profunda sobre o que seja a racionalidade e que, no momento, não é nossa proposta de discussão. Desejamos enfatizar, apenas, que a ação pode ser tanto individual como coletiva e, nesse sentido, também afirma Przeworski: “Relações sociais são as estruturas nas quais atores, indivíduos e coletivo deliberam sobre metas, avaliam alternativas e escolhem o curso de ação”.²⁴⁵⁹

Nesse sentido, verificamos que as mulheres empresárias organizam-se e participam de ações coletivas, a partir das quais expõem suas intenções, objetivos, interesses e motivações em busca da adesão de outros membros. Em seguida, partem para a execução da ação proposta, conforme depoimentos da maioria das mulheres empresárias registrados no corpo do trabalho. A ação coletiva, portanto, é uma prática política entre a categoria.

Em relação às ações coletivas e como essas são organizadas, ressaltamos o que Orenstein escreve citando Elster:

[...] jamais teremos uma teoria geral da ação coletiva. A variedade de motivações interagindo é simplesmente ampla demais para que seja possível qualquer teorema de equilíbrio. Embora simulações possam produzir resultados para casos especiais, elas nunca serão mecanismos de explicação satisfatórios, uma vez que os resultados são sempre muito difíceis de interpretar.²⁴⁶⁰

Na seqüência, Elster, devido às dificuldades para se entender as ações coletivas e os movimentos sociais, escreve:

Se cientistas sociais esquecerem sua obsessão com teorias gerais e se contentarem com mecanismos de explicação que sejam úteis em situações sociais particulares, então algum economista matemático ou sociólogo Parsoniano (para nomear apenas alguns) pode perder seu emprego, mas o mundo seria um lugar muito mais compreendido.²⁴⁶¹

Dessa forma, as inúmeras ações coletivas realizadas pela categoria, possui, cada uma, suas explicações particulares e específicas de acordo com seus interesses.

²⁴⁵⁸ ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit., p. 160.

²⁴⁵⁹ PRZEWORSKI, A. *Capitalism and Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. 96 apud *ibidem*, p. 160.

²⁴⁶⁰ Cf. ELSTER, J. *The Cement of Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. p. 1205 apud *ibidem*, p. 54.

²⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 54.

Além da prática da ação coletiva, verificou-se também a prática da ação individual na categoria empresarial. A nosso ver, a ação individual, mesmo que uma pessoa não prossiga sozinha com alguma atividade, está inserida na própria adesão a uma ação coletiva. Em outros termos, cada membro que decide participar de uma ação coletiva, pratica, primeiramente, uma ação individual. A partir do conjunto dessas, portanto, constitui-se a ação coletiva.

Nesse sentido, Orenstein complementa que a ação individual racional pode ser por interação estratégica, quando o indivíduo leva em conta a ação de outros membros e, ainda, pode ser paramétrica, quando a decisão deste mesmo indivíduo é “[...] tomada a partir de uma estrutura de informações fixa para os demais”.²⁴⁶² Portanto, a partir da ação individual racional, motivada e convencida, o indivíduo faz suas escolhas.

Sobre a ação coletiva, Souza complementa que existem condições para que essa possa ocorrer para a obtenção de interesses comuns que são:

[...] existência da coletividade, continuidade, e eficácia da ação individual. [...] A primeira, um tanto óbvia, foi destacada apenas para apontar que não basta que um grupo exista [...] mas é necessário que se perceba enquanto tal. Continuidade está referida à estabilidade da coletividade, em termos de pertencimento dos membros, que deverá ser tão duradoura quanto o prazo necessário para a obtenção e/ou usufruto do objetivo perseguido. O aspecto fundamental aqui é a maneira como esta coletividade se constitui (se percebe).²⁴⁶³

A constituição e a continuidade do grupo, continua a autora, independem do Estado. A ação individual deve ser reconhecida como parte fundamental e insubstituível. No entanto, dentro do grupo, ou seja, da ação coletiva, o benefício deve superar o esforço individual de cada um. Lembramos que essa concepção de Souza vai ao encontro da concepção de Olson²⁴⁶⁴ a qual já registramos.

No que se refere à relação entre as pessoas e o Estado, isto é, para que a participação política possa efetivar-se, o Estado não deve distribuir ou definir os benefícios, mas exercer o papel de gerenciador ou administrador:

Torna-se, portanto, necessário delimitar as áreas em que o Estado deve suplantar a participação e, nesses casos, esta será substituída pelo controle. É precisamente neste momento que se coloca a tensão entre democracia e outros valores, tais como eficiência, estabilidade política, “desenvolvimento econômico”, etc. Importa frisar que esta tensão só pode ser resolvida na prática política, pois que, se é sedutora a

²⁴⁶² ELSTER, J. *The Cement of Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. p. 1205 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Op. cit., p. 167.

²⁴⁶³ SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez. *Reflexões sobre a participação política*. In.: *Estado, Participação Política e Democracia*. *Ciências Sociais Hoje*, 3. Op. cit., p. 72.

²⁴⁶⁴ Cf. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Op. cit.

idéia de que cada pessoa tem o direito de decidir suas condições de existência, não há nada nela mesma que a transforme em valor universal máximo. Para aqueles que tomam a democracia a sério, a tarefa principal me parece ser a de explorar formas de atuação do Estado, compatíveis com a participação política.²⁴⁶⁵

Esse espaço de participação somente é possível onde a ação individual e coletiva possam se efetivar e tenham eficácia por meio de canais diretos. Nesse sentido, confirma-se a necessidade de criar possibilidades para que tais práticas possam germinar e proliferar. Para tanto, o Estado deve organizar-se “[...] com bases nas vontades expressas de seus participantes”.²⁴⁶⁶

Comentando as condições para a existência da ação coletiva exposta por Souza, verificamos que, por meio dos depoimentos da maioria das mulheres empresárias, pode ser comprovado que essas atribuem grande valor à organização como local de pertencimento, identidade e importância para a resolução de seus objetivos comuns. Apresentaram consciência de sua percepção dentro do grupo e a importância da atuação e da ação individual de cada uma. Estão mostrando a continuidade do grupo e a obtenção dos resultados de seus objetivos propostos. Essas referências, repetimos, podem ser verificadas principalmente no capítulo 5 que se refere à organização e em que ressaltamos a importância que as empresárias atribuem à organização do grupo.

Por meio, portanto, de vários exemplos nos depoimentos registrados, verifica-se que algumas das vontades desses grupos têm sido realizadas por meio da ação coletiva. Pode ser pouco, mas, repetimos, essas práticas políticas já se apresentam em nossa amostra reveladas pelas próprias mulheres.

Como exemplo, apenas para ilustrar essas práticas já referidas, fizemos uma *síntese* para verificação de seu repertório. Nesse sentido, os meios necessários para um convencimento, para uma ação coletiva e mobilização, de acordo com **Ângela Maria Prata Pace de Assis**²⁴⁶⁷ são:

Usamos mais a persuasão. Muito mais. E também todos os instrumentos de comunicação que temos hoje disponíveis. Temos jornal e os recursos tecnológicos. E é uma coisa que gente da minha geração teve dificuldade. Eu tive dificuldade e tive que vencê-la. Eu fui atrás e aprendi a usar o computador, tive que aprender, porque eu fui sempre uma pessoa que gostou muito de escrever e, hoje, você usa muito mais o *e-mail*, a comunicação de massa para passar as suas idéias [...]. Também o conhecimento. Acho que o melhor instrumento para você passar é o conhecimento, a vivência e o exemplo. Se você não tem exemplo para oferecer, e não tem

²⁴⁶⁵ SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez. Reflexões sobre a participação política. In.: Estado, Participação Política e Democracia. *Ciências Sociais Hoje*, 3. Op. cit., p. 75.

²⁴⁶⁶ Ibidem, p. 75.

²⁴⁶⁷ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

conhecimento para passar, você vai passar notas ao vento. Mas se você tem trabalho, se você tem seriedade, se você tem ética na condução – e acho que o grande diferencial hoje nas pessoas é a ética –, você consegue se impor dentro dos valores nos quais você acredita. Agora, se você não é, os seus subterfúgios acabam sendo vistos e você é desnudada. E a partir da hora em que você é desnudada, a sua verdade também não existe mais.²⁴⁶⁸

Ressaltamos a prática da persuasão apontada no depoimento de Ângela Pace que se repete entre a maioria das mulheres empresárias. Ainda, além do conhecimento, semelhante ao que Aristóteles escreveu, verificaram-se outros valores, ressaltando a ética. A empresária complementou:

Também fazemos uso da inteligência e todos os meios disponíveis. A inteligência é o meio mais dinâmico. Você tem que ser, primeiro, pró-ativa; segundo, você tem que ser dinâmica; e terceiro, você tem que acreditar no que você faz. E os meios, todos os disponíveis – e que são meios éticos – porque houve uma época em que a gente tinha que partir para o radicalismo, chamar a atenção. Hoje não, nós temos que partir para o espírito colaborador.²⁴⁶⁹

Segundo Ângela Pace, para convencer outras pessoas a uma adesão, torna-se necessário, então, agir e comunicar. Essa percepção leva-nos ao que Arendt²⁴⁷⁰ escreve sobre a ação e o discurso ou a palavra.

Da união das duas atividades, ou seja da ação e da palavra, constituem-se as relações humanas ou a “[...] esfera dos negócios humanos”.²⁴⁷¹ O discurso e a ação acontecem ao mesmo tempo, ou seja, eram “coevos”, “coiguais”, considerados, portanto, da mesma espécie e categoria. De acordo com Arendt:

[...] e isto originalmente significava não apenas que quase todas as ações políticas, na medida em que permanecem fora da esfera da violência, são realmente realizadas por meio de palavras, porém, mais fundamentalmente, que o ato de encontrar as palavras adequadas no momento certo, independentemente da informação ou comunicação que transmitem, constitui uma ação.²⁴⁷²

Sobre a prática destas duas capacidades com afinidades e com o *status* de serem as mais importantes dentre todas, Arendt escreve que a possibilidade dessas práticas pelos homens iniciou-se com a fundação da cidade-estado, da *polis*.

²⁴⁶⁸ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁶⁹ Ibidem.

²⁴⁷⁰ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit.

²⁴⁷¹ Ibidem, p. 34.

²⁴⁷² Ibidem, p. 35.

No entanto, comenta Arendt, parece-lhe que essas atividades já existiam no “[...] pensamento pré-socrático”,²⁴⁷³ devido a uma frase significativa da *Ilíada*, mais especificamente no discurso de Fênix, “[...] e refere-se claramente à educação para a guerra e para a *agora*, a assembléia pública, nas quais o homem pode sobressair-se dos demais.”²⁴⁷⁴

Durante a experiência da prática da ação e do discurso na *polis* e, em conseqüência, da filosofia política, houve uma separação e independência da ação e do discurso, com maior ênfase neste último, como forma de *persuasão*. “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência”.²⁴⁷⁵

A evolução, explica-nos Arendt, apresentou-se consolidada pelo fato de que todo político, por exemplo, era chamado de “*rhetor*” por usar da retórica, que significa “[...] a arte de falar em público [...] definida por Aristóteles como a arte da persuasão”.²⁴⁷⁶

Buscando Aristóteles, esse explica-nos qual é a exata tarefa da retórica. Segundo o filósofo:

Sua tarefa não consiste em persuadir, mas em *discernir os meios de persuadir* a propósito de cada questão, como sucede com tôdas as demais artes. [...] é manifesto que o papel da Retórica se cifra em distinguir o que é verdadeiramente suscetível de persuadir do que só o é na aparência [...].²⁴⁷⁷

Assim, a retórica tem a capacidade de gerar a persuasão de acordo com cada questão ou caso, não sendo, portanto, aplicada somente a um gênero determinado, como o é a medicina, a matemática e outras ciências. Ou seja, a retórica deve ter a capacidade de “[...] descobrir o que é próprio para persuadir”.²⁴⁷⁸

A arte da retórica, segundo Aristóteles, faz uso do emprego de provas para conseguir a persuasão. Algumas provas independem de sua arte e outras são dependentes. Independentes são aquelas que podem ser provadas por testemunhos, documentos, depoimentos, confissões, enfim, tudo que for alheio à arte e deve-se utilizá-las se preciso.

As dependentes são provas que fazem parte da capacidade da arte, de seu método, por meios da própria pessoa, sendo preciso encontrá-las. Estas são as provas que o discurso pode fornecer e, conforme Aristóteles, “[...] distinguem-se três espécies: umas residem no caráter

²⁴⁷³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 34.

²⁴⁷⁴ Ibidem, p. 34.

²⁴⁷⁵ Ibidem, p. 35.

²⁴⁷⁶ Ibidem, p. 35.

²⁴⁷⁷ ARISTÓTELES, *Arte Retórica e Arte Poética*. Op. cit., p. 23.

²⁴⁷⁸ Ibidem, p. 24.

moral do orador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar”.²⁴⁷⁹

Assim, se o orador passar a impressão de ser uma pessoa confiável em seu discurso, esse consegue a persuasão pelo “[...] efeito do caráter moral”.²⁴⁸⁰ A confiança, principalmente quando não existe provas em alguma situação de dúvidas, tem fundamental importância, mesmo para as pessoas de bem que possuem mais facilidade e rapidez em conseguir e transmitir confiança. O caráter moral, portanto, é prova consistente e decisiva no discurso de quem o possui.

Semelhante a essa concepção, lembramos aqui dos depoimentos das empresárias Ângela Gutierrez e de Luziana Brandão Nunes Lanna, principalmente, já registrados, e da própria Ângela Maria Prata Pace de Assis, sobre a importância da credibilidade perante o grupo ao propor uma ação política. Afirmaram que os membros de um grupo aderem melhor quando a pessoa que expõe alguma proposta tem uma moral ilibada, transmite confiança e segurança.

Outra forma de se obter a persuasão nos indivíduos é “[...] quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio”.²⁴⁸¹ Essa afirmação de Aristóteles, por exemplo, é visível no depoimento de Ângela Gutierrez, quando revelou no subcapítulo 9.3, que fala às pessoas sobre suas ações com paixão. Segundo Aristóteles: “[...] é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir”.²⁴⁸²

Assim, a arte da retórica é uma faculdade de apresentar ou fornecer argumentos no discurso para a persuasão que é usada até hoje.

Se Aristóteles escreveu a obra sobre a “Arte Retórica” para o contexto da sociedade grega no século IV, essa desafiou os séculos e chegou até a atualidade, ligando o pensamento à fala e como essa pode influenciar e despertar nas pessoas interesses diversos. Nenhuma outra obra até o momento interferiu ou mudou os alicerces ou a sua essência básica.²⁴⁸³

Confirmando essa prática da persuasão até hoje, a maioria das mulheres empresárias citam-na como prática recorrente em seu cotidiano. No entanto, fazemos uma ressalva em relação ao espaço em que essa prática é mais recorrente, ou seja, a persuasão ocorre mais no

²⁴⁷⁹ ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Op. cit., p. 24.

²⁴⁸⁰ Ibidem, p. 24.

²⁴⁸¹ Ibidem, p. 25.

²⁴⁸² Ibidem, p. 25.

²⁴⁸³ Cf. Ibidem, Introdução. Op. cit.

espaço de trabalho e/ou da associação profissional para convencer um grupo de pessoas mais próximas para uma ação do que no espaço coletivo ou institucional.

Também **Maria Auxiliadora Chaer Lopes**²⁴⁸⁴ informou-nos que os recursos utilizados dentro da organização são:

Usamos muito o nosso poder de persuasão. [...] Usamos a mídia, a imprensa jornalística ou televisiva. O poder da fala é importante, e outro recurso que acho que pesa muito é a credibilidade que você tem, porque hoje, se a pessoa acredita em você, ela faz. Se ela não acredita, ela não faz. [...] A imagem é importante, a imagem do profissionalismo com tudo o que você faz, além do jornal, internet, comunicado por ofício, telefone e outros. E cada um tem o seu contato pessoal. O corpo-a-corpo também é muito importante.²⁴⁸⁵

Acrescentou Maria Auxiliadora que o poder de persuasão para o convencimento é o mais usado dentro do Conselho na tentativa de aglutinar as mulheres. Por meio das palavras busca-se atrair os membros, ou para participar ou para trabalhar, usando-se de algum fator de motivação. “A gente sempre cria algo que motive as mulheres a irem em frente”.²⁴⁸⁶

Lembramos a coerência da declaração de Maria Auxiliadora com a concepção de Olson, como forma de atrair os participantes para uma organização ou ação coletiva, já abordada, em relação à necessidade de um incentivo seletivo ou um benefício para a adesão, ou seja, uma motivação. Ainda, o uso da retórica por meio da persuasão, semelhante a outras mulheres empresárias que fazem uso da mesma prática. Viroli²⁴⁸⁷ escreve que teóricos políticos contemporâneos buscam apoio em argumentos de persuasão para superar o conformismo das pessoas e provocar um debate ou questionamentos. A educação de bons cidadãos ou de líderes, de acordo com o republicanismo clássico, realiza-se no campo da retórica. Afirma Viroli:

Machiavelli and other republican theorist conceived and practiced political theory as a *rhetorical* pursuit. This means that they composed their works with the purpose of persuading their readers to accept or reject particular political ideas by winning their rational assent out also by moving their passions. They intended to empower reason with eloquence, *ratio* with *oratio*, and for this reason they used examples, metaphors, narratives, exhortations, and all the others weapons of classical rhetoric.²⁴⁸⁸

²⁴⁸⁴ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²⁴⁸⁵ Ibidem.

²⁴⁸⁶ Ibidem.

²⁴⁸⁷ VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Op. cit.

²⁴⁸⁸ Machiavelli e outros teóricos republicanos conceberam e praticaram teoria política como uma atividade retórica. Isso significa que eles compuseram sus trabalhos com o propósito de persuadir seus leitores a aceitar ou rejeitar idéias políticas individuais vencendo sua aprovação racional, mas também tocando suas paixões. Eles pretendiam fortalecer a razão com eloquência e por isso eles usaram exemplos, metáforas, narrativas, exortações e todas as outras armas da retórica clássica (Ibidem, p. 18.).

Observa-se que o convencimento dá-se na retórica, por meio da persuasão com elementos racionais e emocionais. Confirma Arendt:

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.²⁴⁸⁹

Nesse sentido, buscando, inclusive, uma outra referência do significado de persuasão, prática recorrente nas ações coletivas da maioria das mulheres empresárias, encontramos na mesma direção, Gerrig e Zimbardo que também afirmam que a persuasão significa possuir “[...] iniciativas deliberadas para mudar atitudes”.²⁴⁹⁰ As pessoas que cedem à persuasão, portanto, concordam em mudar suas atitudes, mas, para que essa persuasão tenha sucesso algumas condições são exigidas.

Os autores acima apresentam uma teoria denominada “modelo de probabilidade de reflexão”, isto é, as possibilidades para que as pessoas possam concentrar “[...] seus processos cognitivos na reflexão sobre uma mensagem persuasiva”.²⁴⁹¹ Neste modelo existem duas rotas: a *central* e a *periférica* no uso da persuasão. A rota *central*, de acordo com os autores, acontece quando as pessoas mudam suas atitudes pela comunicação persuasiva por meio da *força dos argumentos* e fazem um processamento da informação com cuidado. A rota *periférica* significa que as pessoas não se concentram com muito empenho ou com críticas, situando-se na superfície.

O que separa as duas rotas, central ou periférica, é a *motivação* da pessoa em relação à mensagem transmitida. A rota central tem como característica a “[...] *relevância pessoal*: você terá mais probabilidades de avaliar argumentos cuidadosamente quando a informação for *pessoalmente relevante*”.²⁴⁹² A rota periférica caracteriza-se mais pela força da simpatia, sem uma análise crítica mais próxima, ou seja, não existe uma motivação pessoal forte.

Um outro fator, continua dizendo os autores, que influencia a escolha das rotas “[...] é a adequação entre o tipo de atitude e o tipo de argumento”.²⁴⁹³ As atitudes derivam mais das experiências cognitivas e afetivas: “[...] as atitudes têm mais probabilidades de mudar quando

²⁴⁸⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. cit., p. 191.

²⁴⁹⁰ GERRIG, Richard J.; ZIMBARDO, Philip. G. *A psicologia e a vida*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 16. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 612.

²⁴⁹¹ Ibidem, p. 613.

²⁴⁹² Ibidem, p. 613 (grifos nossos).

²⁴⁹³ Ibidem, p. 614.

os anunciantes associam argumentos de base cognitiva a atitudes também de base cognitiva e argumentos de base afetiva a atitudes da mesma base”.²⁴⁹⁴

Além dessas formas de escolha, acrescentam os autores, existe ainda a produção da *própria* mudança de atitude em cada indivíduo. É a teoria da *autopersuasão* que comporta duas formas de análises: a *teoria da dissonância* e a *teoria da autopercepção*. A dissonância ocorre quando uma pessoa pratica uma ação ou toma uma atitude contrária a seus valores, crenças ou sentimentos ou contra uma opinião, gerando um conflito, dúvidas ou arrependimentos.

Como as pessoas buscam durante a vida ter atitudes coerentes, pelo menos a maioria, esse estado de conflito é denominado de *dissonância cognitiva*. Para diminuir esse estado desagradável surge um outro estado de aversão, no qual a pessoa tem uma motivação para minimizar a dissonância ou o conflito. Assim, “[...] quanto mais forte for a dissonância, maior será a motivação para reduzi-la”.²⁴⁹⁵ Surge uma incoerência cognitiva para ajudar no conflito ou até mesmo, uma dissonância pode ter a capacidade de tornar “[...] as mentiras verdadeiras”.²⁴⁹⁶

Portanto, a dissonância cognitiva é uma teoria “[...] segundo a qual os efeitos geradores de tensões decorrentes das cognições incongruentes motivam os indivíduos a reduzir essas tensões”.²⁴⁹⁷

Por sua vez, a teoria da autopercepção pode ser definida quando um indivíduo encontra-se em uma situação de alta dissonância, “[...] age para justificar seu comportamento depois do fato e desenvolve uma autopersuasão”.²⁴⁹⁸ Por isso, segundo os autores, vários estudos demonstraram que a dissonância cognitiva tem o poder de modificar comportamentos e atitudes das pessoas ao passarem por circunstâncias que exigem a autopersuasão.

Complementando a abordagem da dissonância, Genig e Zimbardo enfocam, ainda, a teoria da autopercepção, que é comum na cultura ocidental, e caracteriza-se pelo fato do comportamento específico influenciar e informar as atitudes gerais. Por essa teoria é possível conhecer as “[...] crenças, atitudes, motivações e sentimentos”,²⁴⁹⁹ o comportamento no momento presente e a memória de como agiu no passado em relação a uma situação específica.

²⁴⁹⁴ GERRIG, Richard J.; ZIMBARDO, Philip. G. *A psicologia e a vida*. Op. cit., p. 614.

²⁴⁹⁵ Ibidem, p. 615.

²⁴⁹⁶ Ibidem, p. 615.

²⁴⁹⁷ Ibidem, p. 615.

²⁴⁹⁸ Ibidem, p. 616.

²⁴⁹⁹ Ibidem, p. 616.

Nesse sentido, a teoria da autopercepção é definida como: “Idéia de que as pessoas observam a si próprias para compreender as razões pelas quais agem de uma determinada maneira; as pessoas inferem quais são seus estados internos percebendo como estão agindo em uma dada situação”.²⁵⁰⁰

Como a autopercepção, o comportamento específico é observado para ajudar na auto-estima das atitudes gerais, e esse processo é a autopersuasão que o indivíduo busca para evitar uma avaliação negativa sobre seu comportamento e, por isso, aumentar sua auto-estima. Dessa forma, o uso da persuasão e da autopersuasão afetam a ação individual e a ação coletiva.

Outro recurso apontado pela empresária **Dalva Camilo Diniz**²⁵⁰¹ como o mais utilizado no espaço da Associação Nacional dos Transportes Urbanos – ANTU e nas demais associações viárias foi a internet. Toda semana, de acordo com a empresária, a Federação divulga informações sobre o segmento. O mesmo é usado para as convocações ou reuniões extraordinárias. Possuem, ainda, um jornal de circulação entre as empresas – o “ANTU Urgente”.

A empresária **Elizabeth da Cunha Pimenta**²⁵⁰² enfatizou as reuniões como recursos no âmbito da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

Segundo Beth Pimenta, a CDL “[...] tem reunião semanal, reunião com a diretoria às quintas-feiras, reuniões plenárias, reuniões às terças-feiras da Diretoria Executiva, tem reunião que é dos ex-Presidentes. [...] Tem reuniões extraordinárias [...]”.²⁵⁰³ Por meio das reuniões, a CDL e outras entidades ou associações resolvem e debatem muitas questões. A reunião é a forma de prática política mais usada entre a categoria empresarial. Todas as mulheres empresárias confirmaram esse recurso.

Para a comunicação mais rápida, acrescentou Beth Pimenta, usa-se, atualmente, o *e-mail*. Na década de 1970, 1980, confirmou, usavam-se mais telefonemas e cartas. A mídia e o jornal sempre fizeram parte como recurso para a aglutinação.

Informou-nos Beth Pimenta que as associações possuem espaços físicos próprios para reunirem-se, tanto a CDL como a AC MINAS, a FIEMG e a FEDERAMINAS.

Confirmando e reforçando as práticas citadas anteriormente, buscamos conhecer as mais comuns em outro espaço com filiais, inclusive, no exterior, e encontramos os recursos

²⁵⁰⁰ GERRIG, Richard J.; ZIMBARDO, Philip. G. *A psicologia e a vida*. Op. cit., p. 616.

²⁵⁰¹ DINIZ, Dalva Camilo. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰² PIMENTA, Elizabet da Cunha. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰³ Ibidem.

adotados no espaço do Banco Rural pela empresária **Kátia Rabello**.²⁵⁰⁴ Segundo a empresária os seus recursos são o *e-mail*, Intranet ou, dependendo da situação, uso de carta e ofícios que são todos documentados e registrados. Ainda, existe a circulação de uma revista com o nome de “Rural Acontece”, uma publicação do Banco Rural. Para a comunicação internacional, portanto, usa-se a intranet.

Ainda sobre os recursos adotados no espaço empresarial, **Maria Elvira Salles Ferreira**²⁵⁰⁵ afirmou que na década de 1980 usavam-se telefone, recados e telegramas. “Quando eu estava na Assembléia, naquela época, não usava *e-mails*, era fax. [...] Hoje uso tudo: *e-mails*, fax, telefonemas, recado, imprensa”.²⁵⁰⁶

O único recurso que mudou em relação à década de 1980 até o momento atual, ou seja, até o ano de 2006, foi o uso do *e-mail* e da internet. Os demais continuaram os mesmos no ambiente empresarial, revelou Maria Elvira. Esta mesma afirmação foi feita também nos depoimentos de Ângela Maria Prata Pace de Assis²⁵⁰⁷ e de Carmen Eugênia Bretas Bavoso,²⁵⁰⁸ ou seja, que o único recurso diferente da década de 1980 foi o *e-mail*. O repertório, portanto, não mudou, lembrando que Tilly²⁵⁰⁹ escreveu que para uma mudança nesse sentido, torna-se necessário mudar todas as práticas culturais ou recursos. Uma prática só pode mudar o repertório se essa possui muita força para que todo o repertório seja alterado.

Portanto, o uso dos recursos tecnológicos modernos no ambiente empresarial são comuns a todas as mulheres empresárias, os quais são praticamente os mesmos usados na década de 1980, exceto o *e-mail*, apontando como um recurso mais atual. Afirmo Tabak:

O acesso à tecnologia moderna, em particular à internet, facilitou muito essa rápida comunicação [...] e acelerou a tomada de decisões conjuntas. Na preparação das grandes conferências regionais e internacionais [...] Na definição das posições a tomar diante de questões muitas vezes bastante controversas, essa articulação permitiu às mulheres latino-americanas CONQUISTAR ESPAÇO POLÍTICO E DESTAQUE.²⁵¹⁰

Esse recurso tecnológico, no entanto, não alterou o repertório. A autora ressalta esse tipo de comunicação em um âmbito ainda maior, ou seja, de articulação global. Entretanto, apesar da ênfase a uma tecnologia mais avançada, principalmente a internet, e por não fazer

²⁵⁰⁴ RABELLO, Kátia. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰⁵ FERREIRA, Maria Elvira Salles. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰⁶ Ibidem,

²⁵⁰⁷ ASSIS, Ângela Maria Prata Pace de. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰⁸ BAVOSO, Carmen Eugênia Bretas. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁰⁹ Cf. TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French Contention. In: _____, (ed). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.

²⁵¹⁰ TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit., p. 222 (Grifos da autora).

parte dos recursos da década de 1980, como informou-nos Maria Elvira, sendo esse da década de 1990, o repertório não sofreu alterações. Em sua maioria os recursos continuaram e continuam os mesmos, não provocando nenhum “hingie” ou quebra, de acordo com a concepção de Tilly.²⁵¹¹

Algumas dessas práticas e recursos citados acima, ou seja, de 1980 até o ano de 2006, diferem das práticas e recursos dos anos de 1930 a 1945. Não obstante, a maioria das práticas continua coexistindo com poucas diferenças. Excetuando a tecnologia atual como o *e-mail*, a internet e o fax, os outros, ou seja, os jornais, panfletos, o rádio, a imprensa escrita etc., já eram utilizados no período de 1930 a 1945.

Como recursos para convocar as pessoas para uma ação coletiva e outras atividades, **Martha de Freitas Azevedo Pannunzio**,²⁵¹² no espaço do Sindicato Rural, informou-nos que faz uso de telefone, *e-mail*, jornal, panfleto, mídia e assembléias, além, já dito, da organização do “tratoção” e do “Dia de Campo” entre os produtores rurais como forma de chamar a atenção para a categoria na defesa de seus interesses.

Em relação aos recursos usados nos espaços das ONGs, **Tânia Maria Machado Silva**²⁵¹³ disse-nos:

Para nossa comunicação interna publicamos um jornal – “O Artesão Cidadão” – um jornal do “Centro Cape” e as cooperativas possuem um “Boletim Informativo”. A mídia ajuda muito na divulgação de nossas ações e eventos. Usamos muito o telefone, o *e-mail*, as cartas e, constantemente, as reuniões em nossas ONG’s, tanto para comunicarmos ou divulgarmos internamente como para o público externo.²⁵¹⁴

Verifica-se que os recursos utilizados pelas empresárias em diferentes espaços e empresas são, em sua maioria, os mesmos.

Também reforça **Vitória Dias**,²⁵¹⁵ que os recursos adotados como prática na divulgação e comunicação dentro da empresa são o telefone, o *e-mail*, muitas reuniões, acrescentando a veiculação de um jornal eletrônico. Em suas palavras:

Temos um jornal interno, o “Jornal Eletrônico”, mas não para convocar reunião. É para mobilizar as pessoas, para motivar, dar notícias, porque como a empresa é muito descentralizada, por exemplo, a equipe do Rio não sabe o que está acontecendo na Paraíba. Então, o jornal é um meio de difundir o que está

²⁵¹¹ TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French Contention. In: _____ (ed). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.

²⁵¹² PANNUNZIO, Martha de Freitas Azevedo. Entrevista. Op. cit.

²⁵¹³ SILVA, Tânia Maria Machado. Entrevista. Op. cit.

²⁵¹⁴ Ibidem.

²⁵¹⁵ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

acontecendo na empresa para todos os funcionários que temos em outras cidades, para compartilhar a informação, para nivelar a informação.²⁵¹⁶

Nota-se que a partir da decisão do nível superior, as informações vão sendo divulgadas para outros patamares. No entanto, apesar da hierarquia, observa-se a participação de outras opiniões específicas de outras localidades. Ou seja, leva-se em conta o conhecimento contextualizado para uma tomada de decisão para o uso de estratégias nos projetos da empresa:

A gente trabalha muito dividindo. A empresa funciona da seguinte forma: existe um projeto empresarial, de planejamento estratégico, e isso é feito pela liderança da empresa. Participam os executivos de primeira linha e mais o Conselho. Isso é construído a muitas mãos, mesmo porque, como a empresa é descentralizada, as pessoas que estão na Paraíba conhecem mais a Paraíba do que quem está aqui em Belo Horizonte. Então, é muito participativo, eu diria, esse planejamento. E não teria outra forma de ser bem feito. E uma vez este planejamento estando aprovado, discutido, ele é comunicado para cada área. E, aí, como executiva responsável por uma área da empresa, eu desdubro, junto com a minha equipe, projetos que vão contribuir para que essas metas e objetivos estratégicos sejam atingidos. Então, a idéia não é só minha, é uma equipe que pensa em função desse norte que a gente recebe do Conselho. E isso, porque no momento ocupo duas cadeiras. Não sei como será daqui para a frente. Mas, até então, tenho uma cadeira como acionista e uma como executiva, como “Diretora de Desenvolvimento Organizacional”. Às vezes acontece de eu ter uma idéia, chamo os gerentes que trabalham comigo, discuto, e a gente inicia um projeto.²⁵¹⁷

Apesar da empresária abordar os recursos empregados para uma informação eficaz e igualitária dentro da empresa, percebe-se o equilíbrio na equipe para uma ação coletiva. Essa é pensada, decidida e preparada em conjunto.

Ilustrando os recursos adotados no espaço da “Câmara de Dirigentes Lojistas” – CDL, que são inúmeros, dentre tantos, **Zuleika Rocha**²⁵¹⁸ ressaltou alguns desses praticados em sua gestão:

A CDL tem uma estrutura que trabalha, por exemplo, fazendo as sondagens por telefone; trabalha com questionários, sempre enviados para os lojistas responderem; trabalha com pesquisa, apesar de serem muito caras, sempre negociávamos essas pesquisas para ver qual era a necessidade real da classe. Então, sempre a gente se baseava em pesquisa. Tínhamos processamentos, posicionamentos geopolíticos, várias tecnologias modernas que a gente utilizava. Você tinha “zonas de mapeamento”, faziam-se visitas a essas áreas para fazer o questionário pessoal com o lojista. Na época, eu, como Vice-Presidente Política, fazia o seguinte: a gente lançava um programa, pegávamos todos os associados da CDL, e a cada terça-feira, fazíamos um almoço de trabalho com sessenta afiliados da CDL. A gente podia escolher um setor, por exemplo, vestuário, ou você escolhia uma determinada área.

²⁵¹⁶ DIAS, Vitória. Entrevista. Op. cit.

²⁵¹⁷ Ibidem.

²⁵¹⁸ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

Não tinha, às vezes, um setor, mas você tinha a área geográfica. E, isso, durante o ano inteiro. Então, nesses debates, os lojistas poderiam dizer se a CDL os estava representando bem na sociedade, assim, politicamente. E tem prestações de serviço, 13^o, cheque. Eles diziam o que eles utilizavam, como viam aquele serviço, como eles viam a CDL como entidade. Isso tudo era computado naquele grupo. E tinha o debate maior e, naquele momento, a CDL tinha a oportunidade de mostrar os serviços que oferecia, os serviços práticos, mais funcionais que a CDL prestava, como o SPC, como advogados para dar uma assistência jurídica aos problemas. Quer dizer, todos os serviços que são pagos pela CDL. E a gente ainda tinha que mostrar aos lojistas como a CDL agia politicamente nos questionamentos como: segurança do comércio e em relação a empréstimos. Tudo aquilo que era necessidade do comércio para resolver os problemas; como a CDL estava trabalhando com os órgãos públicos, com os políticos; e como estavam sendo apresentados os problemas que os afetavam. Então, tínhamos vários focos, várias maneiras de fazer o contato com esse nosso associado, fazíamos grandes pesquisas para saber se os associados e não associados tinham essa grande visão. Tínhamos também reuniões mais fechadas com aqueles formadores de opinião, empresários que tinham grandes comércios. Por exemplo, nós convidávamos o representante das Lojas Americanas, o representante da Centauro Esportes, os Rolla, grandes grupos logísticos representativos no comércio, porque a gente percebeu que quando os grandes aderem, os pequenos e médios comerciantes vêm em função daquele grande comando. Então, a gente trabalhava muito em cima disso, de atrair esse grupo formador de opinião. Fizemos e ainda temos feito essas práticas.²⁵¹⁹

Os recursos atuais usados como mecanismos para aglutinar os associados, verifica-se, dão-se por meio do telefone, de questionários, pesquisas com objetivos diversificados, encontros e reuniões com pessoas consideradas influentes. Nessas, os enfoques variavam, desde a discussão sobre os problemas rotineiros, de conhecimento específico sobre o mapeamento de áreas dos associados tanto geograficamente como sobre o setor da atividade comercial, divulgação e informação dos inúmeros serviços e benefícios prestados e oferecidos pela entidade aos afiliados.

Todas as demais empresárias não citadas nominalmente, tanto de Belo Horizonte como das cidades representativas, revelaram, como práticas, a adoção dos mesmos recursos dentro do espaço empresarial, semelhantes aos já citados, não havendo necessidade de uma nova exposição. Se fôssemos registrar os depoimentos de cada uma das mulheres empresárias revelando os recursos utilizados dentro de suas empresas, repetiríamos os mesmos já apresentados, o que ficaria extremamente cansativo. O círculo dos recursos fechou-se com os expostos.

Nessa direção, confirma Anastasia:

Como esse repertório de ações emerge da luta cotidiana dos atores, a tendência é a repetição das estratégias bem sucedidas, restringindo o escopo de alternativas para a ação coletiva. Em outras palavras, esse repertório implica na escolha de um número restrito de performances com as quais um determinado grupo está familiarizado.

²⁵¹⁹ ROCHA, Zuleika. Entrevista. Op. cit.

Suas opções são circunscritas tanto pela experiência anterior quanto pelos recursos materiais, organizacionais e conceituais que o grupo tem à disposição.²⁵²⁰

O repertório resulta de escolhas deliberadas pelos sujeitos coletivos, compondo um conjunto de estratégias que um grupo adota para fazer suas reivindicações, buscar seus propósitos que são os seus recursos colocados em prática. Observa-se, de acordo com a concepção de Anastasia, que o repertório usado pelas mulheres empresárias fechou-se pela repetição de suas estratégias.

Individualmente, a única empresária que fez uso da prática política formal ou institucional por meio da inserção em um partido político *para representar a categoria das mulheres empresárias* foi Maria Elvira Ferreira Salles.

Outras empresárias que declararam suas afiliações a algum partido político foram por outros motivos, o que não deixa, evidentemente, de ser uma prática política, mas, repetimos, não *especificamente* com o objetivo de *representar as empresárias* na esfera estatal como o foi Maria Elvira. Nesse caso, foi uma prática política referente à categoria e, por isso, é diferente.

Explica-nos Pinto,²⁵²¹ que a participação política tem formas diversas para as mulheres. Uma delas refere-se a uma justiça de participação de representação numérica das mulheres na política e a outra forma de participação tem significado político que é:

A presença de um conjunto de propostas defendidas pelo feminismo revela uma outra situação, que é a da participação política na política institucional de um sujeito político construído a partir de sua condição como mulher em relação às outras posições políticas e identitárias presentes no campo político.²⁵²²

Nesse sentido, a participação de Maria Elvira caracteriza-se como uma participação de significado político a partir de sua condição como mulher, tendo em vista sua entrada na política, já citada, ter sido com o objetivo de defender os interesses relacionados às questões da mulher como sujeito político, além da categoria das mulheres empresárias.

A resolução de questões privadas que afetam a situação da mulher só podem se resolver na esfera política institucional, concepção já registrada, de acordo com Avelar²⁵²³ e

²⁵²⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. In.: *Varia História*. Op. cit., p. 31.

²⁵²¹ PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, n. 1, Op. cit.

²⁵²² *Ibidem*, p. 107.

²⁵²³ Cf. AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Op. cit.

Tabak.²⁵²⁴ Por isso, a grande importância da ocupação do espaço político institucional pelas mulheres. Lembra-nos Pinto que a mulher que ocupa cargos institucionais e que busca defender *temas* sobre os *direitos* das mulheres não tem necessariamente de ser ligada a um movimento de mulheres ou ser feminista. Qualquer mulher pode levar as questões das mulheres a tornarem-se uma matéria constitucional.

Comparando as práticas políticas das mulheres empresárias com as práticas políticas do empresariado nacional e estadual no início dos anos de 1930 a 1945 expostos na Parte I deste trabalho, verifica-se que algumas dessas mantêm sua continuidade. Mesmo com o processo de industrialização iniciado em 1950, principalmente com a fase de Juscelino Kubitschek que provocou uma mudança no padrão de acumulação, não ocorreu uma quebra ou mudança do repertório, ou seja, não foi motivo de um “hinge”, de acordo com a concepção de Tilly.²⁵²⁵

Esses recursos e práticas políticas *semelhantes* ao início da formação do empresariado nacional, ou seja, de 1930 a 1945 são: a *mediação direta* com o poder estatal em todas as esferas, a *negociação* como *representação da categoria* perante o governo ou *por meio de pessoas influentes* nos órgãos de decisão, a prática do *lobby*, além dos diversos recursos já citados como as *reuniões, fóruns, eventos, congressos, seminários, jornais, revistas, telefone, ofícios* e outros, com exceção do fax, *e-mail* e internet.

Em relação à prática lobbista, pudemos percebê-la no depoimento de Maria Auxiliadora quando afirmou:

Vamos levar as nossas propostas para o nível decisório, político. Nós queremos trabalhar também para que a mulher tenha uma presença mais forte na política, para que ocupe também cargos políticos, intensificando o número, isto é, a quantidade. Hoje somos muito poucas, não só na política, mas para esse tipo de trabalho de *lobbie*, mas, vamos intensificá-lo.²⁵²⁶

A prática política adotada na busca de interesses perante ao Estado, confirma Maria Auxiliadora, é a negociação: “[...] nós usamos muito essa nossa força de negociadora. A mulher hoje é muito forte nesse mundo de negócio. A mulher negocia”.²⁵²⁷

Da mesma forma, as próprias associações ou organizações buscadas pelas mulheres empresárias na década de 1980 são práticas políticas de participação na esfera pública, cujo

²⁵²⁴ Cf. TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Op. cit.;

Idem; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Op. cit.

²⁵²⁵ Cf. TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention. In.: _____ (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. Op. cit.

²⁵²⁶ LOPES, Maria Auxiliadora Chaer. Entrevista. Op. cit.

²⁵²⁷ Ibidem.

início deu-se nos anos de 1970. Essas continuam até o momento e estão proliferando. Comparando-se o repertório iniciado na década de 1980 pelas mulheres empresárias, percebe-se a permanência do mesmo até o momento atual.

Em comparação às práticas políticas do empresariado nacional e estadual, o que mudou, portanto, não foram as práticas do repertório, mas, sim, as formas de ocupação e organização das mulheres empresárias, constituindo-se em sujeitos políticos e coletivos. A inovação como prática política *entre* as mulheres empresárias foi *a forma de organização por meio das associações no espaço público*, que *per se* não é nova, porque se assemelha à prática dos empresários desde sua formação, mas, como forma de atuação no espaço público *para as mulheres* constitui-se em uma prática política nova.

Apesar de nova, essa forma de organização das mulheres empresárias não provocou também alterações no repertório. Não obstante, isso não desmerece e nem mascara a grande importância dessa prática política na constituição das mulheres como sujeitos políticos, visíveis, atuantes, com participação e atuação na esfera pública.

Apesar da continuidade de práticas políticas e da maioria dos recursos desde a organização e formação do empresariado nacional e estadual da década de 1930 a 1945, percebe-se a tentativa de superação de outras. Isso pôde ser percebido por meio dos depoimentos, pelas formas de atuação na esfera pública e dentro dos espaços associativos, onde a maioria das mulheres empresárias revelou uma participação política com o início de uma desconstrução de práticas políticas antigas.

Nesse sentido, criticam e propõem a superação de práticas clientelistas ou de favoritismos pelo direito aos direitos com a prevalência dos critérios de igualdade e, não, de diferenças baseadas em desigualdades ou naturalizadas. Por isso, estão contribuindo para uma desestabilização de cargos ou postos ou posições ou hierarquias tradicionalmente consolidadas. Estão criando e atuando com novas formas de organização, de diferenciação, de postura e concepção.

Estão buscando superar as práticas que caracterizavam a época de 1930 a 1945 ancoradas em um corporativismo tutelado pelo Estado, em que a economia e todas as iniciativas eram lideradas pelo Estado. Nessa época, o Estado não abria espaço à sociedade e possibilidades de negociações entre interesses divergentes.²⁵²⁸ Apesar de, ainda hoje, a abertura não ser a ideal, houve avanços nas argumentações e discussões entre a sociedade civil e o Estado. Existe a tentativa de desconstrução dessa visão corporativa da sociedade. A

²⁵²⁸ Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

literatura tem nos mostrado inúmeros exemplos de grupos organizados que estão participando das discussões e das políticas públicas. Para ilustrar, lembramos as referências neste trabalho em relação ao que Telles²⁵²⁹ escreve, e é, na mesma direção, que as mulheres empresárias de nossa amostra vêm participando.

Entre as mulheres empresárias percebe-se uma preocupação com a grande desigualdade social em consequência da perversa distribuição da renda, da existência de uma grande violência, discriminação, preconceitos, onde os direitos legítimos são trocados por práticas assistencialistas e outros os adotam como privilégios. Todas as mulheres empresárias denunciaram as práticas imorais e desiguais no interior da sociedade brasileira, repudiando e apontando os inúmeros males que a permeiam, revelando interesse, acompanhamento, envolvimento e conhecimento da origem desses males.

A organização das mulheres empresárias em nível municipal, estadual e nacional, mesmo não abrangendo a maior parte da categoria, revelou-nos a sua capacidade de organização e atuação nessas diversas esferas.

À frente das associações buscam uma prática política de deliberação, de interlocução, de articulação com os órgãos públicos ou com a esfera estatal, verificada por meio dos depoimentos ao longo do trabalho.

Dessa forma, como prática política, mesmo não sendo pela maioria das mulheres empresárias, algumas buscam uma participação na formulação de políticas públicas, a exemplo da aprovação de Leis, de medidas variadas, da criação de Instituições, Fundações e, outras, participam mais da implantação e execução de projetos sociais diversos.

Por meio dessa participação política de deliberação, ainda, busca-se a superação da dicotomia existente entre sociedade civil e esfera estatal, prática antiga e de impedimento ao exercício da cidadania. Nesse sentido, todas as mulheres empresárias revelaram em seus discursos essa consciência do direito à participação aliada ao *dever* ou *obrigação política* de participação, apesar de não detectarmos concretamente essa prática cotidiana entre uma boa parte delas.

Lembrando Heller e Fehér, “[...] todo cidadão pode aprender, e na verdade aprende, a alterar sua atitude quando entra na esfera política”.²⁵³⁰ E, ainda que, quanto maior a experiência de vida, quanto mais diferentes ou diversas e múltiplas as necessidades dos

²⁵²⁹ Cf. TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno*. Op. cit.

²⁵³⁰ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *Ética da cidadania e virtudes cívicas*. In.: _____. *A condição política da pós-modernidade*. Op. cit., p. 116.

sujeitos políticos, maior é a possibilidade de justiça em relação às normas e regras para a substituição de outras já existentes.

Conforme a abordagem feita em relação à conceituação de cultura política na Introdução deste trabalho, lembramos que essa, segundo Berstein,²⁵³¹ dentre outros(as) autores(as) citados(as), possibilita o conhecimento dos valores, dos princípios, das relações das pessoas e das origens dessas, por meio do discurso e pelo conjunto das idéias e sentimentos. Portanto, possibilita a revelação do comportamento individual e coletivo das pessoas em uma determinada sociedade. Afirma Berstein que a cultura política

[...] revela um dos interesses mais importantes da história cultural, *o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história*, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e *que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem*, pelo contrário, como epifenómenos.²⁵³²

Lembramos, ainda, que dentro dos três tipos de cultura política referidos no início deste trabalho, isto é, a cultura política *paroquial*, a cultura política da *sujeição* e a cultura política da *participação* que significa a *cultura cívica*, privilegamos essa última por buscarmos a cultura política das mulheres empresárias por meio de suas ações, atitudes, princípios, valores, relacionamentos e comportamentos em relação à sociedade e à política institucional. Essas foram percebidas dentro do seu espaço micro e macro. Confirma Dutra:

Assim, numa direção ou noutra, seja para problematizá-lo, seja para ampliá-lo ou negá-lo, o modelo comportamentalista, sobretudo na sua versão da cultura cívica, permanece como uma referência onipresente que pontuará qualquer balanço que se faça das novas perspectivas analíticas das culturas políticas e do seu manejo.²⁵³³

Nessa perspectiva, nossa análise ancorou-se em um viés comportamental, extraindo a cultura política das mulheres empresárias revelada por meio de seus discursos nos depoimentos.

Percebe-se uma cultura política ambivalente, ou seja, algumas mulheres empresárias justificam suas ações baseadas no dever moral cristão, de piedade ao próximo, que são valores privados, interiores; outras, justificam suas ações a partir de um dever político, de obrigação

²⁵³¹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX & SIRINELLE. (Org.). *Para uma história cultural*. Op. cit.

²⁵³² Ibidem, p. 363.

²⁵³³ DUTRA, Eliana R. de Freitas. Histórias e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Op. cit., p. 16.

política para contribuir com o Estado e com a coletividade, portanto, com valores políticos na esfera pública, que são externos, diferenciados do dever moral.

Verificou-se um entrelaçamento de valores privados com os públicos, tendo em vista que o bem coletivo, o bem comum e a justiça, que são valores públicos, aparecem junto às concepções de dever moral religioso. Lembramos que esses valores são fundamentais; no entanto, são valores internos de educação e formação. É evidente que contribuem com o respeito e com a alteridade para uma convivência plural, mas, esses, quando são praticados na esfera pública e política não garantem os direitos legais, o princípio básico da igualdade jurídica, portanto, da justiça. Não obstante, a justiça é um valor que todas as mulheres empresárias afirmaram desejar. Nesse sentido, para que exista e prevaleça a justiça, a primeira condição é a exigência do cumprimento dos direitos de todos os indivíduos por uma noção de *obrigação política* e, não, por um sentimento de *dever moral*.

Dessa forma, não podemos afirmar que a cultura política das mulheres empresárias caracteriza-se, essencialmente, pelos valores políticos, porque esses são “entrelaçados” pela existência de uma “moral privada” e não “pública” ou “política”. Esse “entrelaçamento” na visão política das mulheres é justificado por Chodorow²⁵³⁴ ao dizer que a formação das meninas é diferenciada pelas experiências iniciais entre homens e mulheres que refletem no relacionamento e na individuação:

As meninas surgem com uma base mais forte para sentir as necessidades ou sentimentos de outrem como seus próprios (ou de pensar que alguém está assim sentindo as necessidades e sentimentos de outrem). [...] Desde muito cedo, pois, dado que são cuidados por uma pessoa do mesmo gênero [...] as meninas vêm a sentir-se como menos diferenciadas que os meninos, como mais contínuas e relacionadas com o mundo objetual externo, e também como diferentemente orientadas ao seu mundo objetual interior.²⁵³⁵

Assim, as mulheres possuem um comportamento maior de apego e de cuidado que os homens, pelo fato, ainda, de sua criação ou formação cultural voltar-se para uma “[...] moral de bondade e auto-sacrifício”.²⁵³⁶ Mesmo chegando à idade adulta e com o direito de escolha em seus atos na sociedade, “[...] o exercício dessa opção a põe secretamente em conflito com

²⁵³⁴ CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978.

²⁵³⁵ *Ibidem*, p. 167.

²⁵³⁶ GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente* – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Op. cit.

as convenções da feminilidade, [...] é antes no seu cuidado e preocupação com outros que as mulheres têm julgado a si mesmas e sidas julgadas por outros”.²⁵³⁷

Dessa forma, o conflito da mulher entre sua feminilidade com a idade adulta persiste ao julgar o seu *eu* e o *outro*, constituindo-se em um problema moral. Escreve ainda Gilligan: “É precisamente esse dilema – o conflito entre compaixão e autonomia, entre virtude e poder – que a voz feminina luta por solucionar em seu esforço de recuperar o seu eu e solucionar o problema moral de tal modo que ninguém fique prejudicado”.²⁵³⁸ Isso leva as mulheres a uma responsabilidade de desejar resolver o problema do outro real e visível, tornando-se um imperativo moral.

Sobre a diferença da mulher em relação ao cuidado tanto com a família, com a prole ou com *outras pessoas* Chodorow chamou de capacidade de maternar. Sobre essa maternação, isto é, o cuidado com o outro, presente entre as mulheres, explica-nos:

As sociedades variam na medida em que diferenciam as esferas públicas e doméstica e restringem as mulheres a essa última. Nas pequenas comunidades de coletores-caçadores, por exemplo, há freqüentemente uma máxima diferenciação. Mesmo nesse caso, porém, os homens tendem a ter redes de distribuição extradomésticas para os produtos de sua caça, ao passo que a caça das mulheres é partilhada apenas com a unidade doméstica mais próxima. Os homens trocam mulheres no casamento, ganhando direitos em relação às mulheres que as próprias mulheres não têm em relação a si mesmas ou aos homens, e ganhando uma posição na hierarquia social masculina. Na sociedade Ocidental, a separação das esferas doméstica e pública – da reprodução doméstica e vida pessoal de um lado, e de outro a produção social e o Estado – foi aguçada no curso do desenvolvimento capitalista industrial produzindo uma forma de família reduzida a seus fundamentos: a maternação das mulheres e suas qualidades maternas, o casamento heterossexual, continuando a reproduzir a dominação masculina.²⁵³⁹

A maternação das mulheres, segundo a autora, é vista pelos(as) teóricos(as) de maneiras diferentes e conflituosas. As teorias, em sua maioria, centralizam a maternação, admitindo que “[...] ela é social, psicológica e biologicamente natural e funcional”.²⁵⁴⁰ A primeira forma é explicada pelos(as) teóricos(as) considerados(as) não feministas, que defendem a idéia de que a maternação e cuidados paternos são explicados pelo prisma biológico. “Esses cientistas sociais reificam a organização do gênero e a consideram como um produto natural e não um constructo social”.²⁵⁴¹

²⁵³⁷ GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente* – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Op. cit., p. 81.

²⁵³⁸ Ibidem, p. 82.

²⁵³⁹ CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Op. cit., p. 25.

²⁵⁴⁰ Ibidem, p. 30.

²⁵⁴¹ Ibidem, p. 30.

A segunda explicação para a justificativa da maternação é a “bioevolucionista”, extraída da natureza. Essa defende que “[...] o modo de reprodução da maternação é imutável, e conserva a forma de suas mais remotas origens. [...] A maternação das mulheres é vista, portanto, como um fato natural”.²⁵⁴²

Contrário a essas formas explicativas sobre a maternação das mulheres como fato natural, existem outros questionamentos tendo em vista “[...] que o comportamento humano não é determinado instintualmente, mas medido culturalmente”.²⁵⁴³ É essa última forma que optamos para explicar a presença da “moral privada” entre algumas mulheres entrevistadas, ou seja, uma moral originada da formação cultural e estrutural da sociedade.

Esse ponto de vista baseia-se nas obras de Gilligan,²⁵⁴⁴ Chodorow²⁵⁴⁵ e outras autoras usadas neste trabalho, pelo fato dessas negarem o “essencialismo feminino” e o “cuidado maternal” como fato “natural” ou “biológico”. Suas concepções defendem que o papel feminino e a “moral feminina” são construídos socialmente e estruturalmente. As mulheres apresentam “vozes diferentes” ou uma “política moral” diferenciada da “moral política formal e universal” por causa da organização imposta pela sociedade em relação às experiências de gênero diferenciadas entre as mulheres e os homens, e não, que a diferença sexual seja a responsável pela existência de uma moral particular das mulheres.

As experiências de gênero determinadas pela estrutura social e, em consequência, pela cultura construída por meio dos diferentes papéis sociais, é que provoca a *desigualdade* dos gêneros, e essa desigualdade impede a autonomia com igualdade para as mulheres na esfera política,²⁵⁴⁶ cuja percepção já registramos.

Mesmo sendo a maternidade ou o papel da mulher como mãe diferentes em determinadas culturas e épocas, a origem desse compromisso da mãe com a família, com a prole ou com outros, persiste até hoje pela força dos valores da tradição ou dos costumes, crenças, fé e hábitos. Por isso, a persistência de determinadas atitudes, formas de ação e comportamento são mantidos, transmitidos e percebidos na esfera pública.

No entanto, ressaltamos que existe um grande conflito, atualmente, sobre as diferentes teorias citadas, tendo em vista existirem diferenças biológicas entre os sexos e diversos fatores sócio-culturais.

²⁵⁴² CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Op. cit., p. 31.

²⁵⁴³ Ibidem, p. 31.

²⁵⁴⁴ GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente* – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Op. cit.

²⁵⁴⁵ CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Op. cit.

²⁵⁴⁶ Cf. MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In.: *Estudos Feministas*. Op. cit.

Sem o propósito de aprofundar essa discussão e, muito menos, sobre a maternidade, que, aliás, é vastíssima e com grande produção especializada, tentamos apenas justificar a presença da *moral privada* ou da *preocupação em atender e ajudar o outro*, percebida entre a maioria das mulheres empresárias.

Outra explicação para a justificativa sobre a ética moral presente na cultura política das mulheres empresárias e avançando para além delas, Young²⁵⁴⁷ escreve que na teoria política moderna a distinção entre público e privado determina uma homogeneidade que recusa e exclui muitas pessoas e grupos por identificar-se com o corpo e com a irracionalidade. Dentre essas pessoas e grupos estão as mulheres. Afirma Young:

De acordo com a idéia moderna de razão normativa, a noção de público na teoria e prática política moderna designa uma esfera da existência humana na qual os cidadãos exprimem sua racionalidade e universalidade abstraídos de suas situações e necessidades particulares e em oposição ao sentimento. Essa crítica feminista do caráter excludente do domínio público não implica, como insinua Jean Elshtain, um colapso da distinção entre público e privado. Concordo com esses escritores, inclusive Elshtain, Habermas, Wolin e muitos outros, ao afirmarem que a vida social contemporânea enfartou o público e que a política emancipatória exige a criação de um sentido renovado de vida pública. No entanto, o exame do ideal excludente e homogêneo do público na teoria política moderna mostra que não podemos vislumbrar tal renovação da vida pública como uma recuperação dos ideais iluministas. Pelo contrário, precisamos transformar a distinção entre público e privado que não correlacione uma oposição entre razão e afetividade e desejo, ou universal e particular.²⁵⁴⁸

De acordo com Young, a teoria política moderna não possibilitou a emancipação para as mulheres, o que contradiz uma política de emancipação contemporânea. Por isso, os(as) próprios(as) feministas ou defensores(as) dessa concepção começam a questionar o ideal de igualdade e fraternidade. Não somente as mulheres, mas outros grupos ainda continuam excluídos. Isso, porque a teoria moral e política moderna fazem a separação da razão entre o desejo e a afetividade. Para o público cívico, essa teoria privilegia a razão universal e imparcial negando a diferença e desvalorizando a experiência de vida moral baseada em afetividade e desejos. Nesse sentido, nega e exclui as mulheres por colocar a razão normativa de um lado para os homens, e a afetividade e o desejo para as mulheres, de outro, reforçando a divisão entre esfera pública e esfera privada.

A teoria moral e a ética moderna levam em conta, portanto, a imparcialidade como fundamento da razão moral. Nessa definição, as mulheres, relegadas à esfera privada, domínio

²⁵⁴⁷ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit.

²⁵⁴⁸ Ibidem, p. 83.

dos sentimentos, afetividades e desejos, são banidas devido às suas parcialidades. Reforça Young:

No discurso moral moderno, ser imparcial significa sobretudo ser desapaixonado: ser inteiramente isento de sentimento no julgamento. A idéia de imparcialidade busca assim eliminar a alteridade num sentido diferente, no sentido das experiências sensíveis, desejosas e emocionais que [...] ligam à concretude das coisas, [...] em sua relação particular [...].²⁵⁴⁹

Ao barrar esses sentimentos e experiências, da razão, a imparcialidade consegue ter unidade e ser universal. Por isso, a identidade é fragmentada e gera uma dicotomia, pois a razão normativa e moral expulsa o que diferencia e singulariza as pessoas.

Lembra Young que Aristóteles defendia a ética baseada em desejos e, entre os bons e os maus, as pessoas deveriam cultivar os bons desejos. A separação dos sentimentos do dever moral aniquila com os “[...] sentimento de simpatia, compaixão e interesse quando se trata de achar razões e motivar a ação moral”.²⁵⁵⁰ Sem esses sentimentos, afirma Young, muitas ações ou escolhas morais não seriam realizadas. Essas decisões morais são baseadas em sentimentos de simpatia ou de cuidado afetivo devido à separação da razão e do desejo, por isso, são consideradas irracionais e impróprias para o espaço público cívico. Segundo Young:

Ao ponto em que as mulheres exemplificam ou são identificadas com esses estilos de decisão moral, são excluídas da racionalidade moral. E é suspeita a racionalidade moral de quaisquer outros grupos cuja experiência ou estereótipos os associam com desejo, necessidade e afetividade.²⁵⁵¹

Apesar de excluídos, todas as ações e os comportamentos são e serão motivados pelos desejos, necessidades e pela afetividade e, à razão, cabe o controle e a censura do desejo.²⁵⁵²

No entanto, reforça Young, a teoria política e a prática política moderna, por meio da separação entre razão e desejo, fazem a distinção entre a esfera pública e do Estado com a esfera privada, essa última excluída por suas particularidades e, junto com ela, exclui as mulheres. Esse esquema ancora-se nas concepções de Rousseau e Hegel para quem as mulheres deveriam ser guardiãs da afetividade, do desejo e do corpo e dominadas em qualquer esfera. Nunca poderiam romper o domínio racional e universal da esfera pública e nem a distinção dessa esfera com a privada. A mulher foi considerada a protetora do santo e

²⁵⁴⁹ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 71.

²⁵⁵⁰ Ibidem, p. 72.

²⁵⁵¹ Ibidem, p. 73.

²⁵⁵² Cf. Ibidem.

puro lar contra o mundo sujo dos negócios e do comércio, cuja discussão tratamos no sub-capítulo 1.2.

Escreve Young que o mundo burguês criou uma distinção moral do trabalho separando “[...] razão e sentimento, identificando masculinidade com razão e feminilidade com sentimento e desejo”.²⁵⁵³

Desse modo, na concepção do domínio público, as diferenciações, as diversidades, a heterogeneidade e as mutabilidades são repudiadas, gerando, portanto, uma oposição e, ao mesmo tempo, ambigüidades e conflitos nas pessoas.

Defende Young que é preciso um ideal que não oponha a razão, o desejo e a afetividade. Para tanto, sugere a prática do discurso e da argumentação, cujo discurso é defendido por Kristeva²⁵⁵⁴ e trata-se de uma ética comunicativa que se compõe de momentos “simbólicos” e “semióticos”. Por meio dessa ética da comunicação chega-se a um entendimento onde todos possam falar e ouvir. As questões como justiça, valores e outros não intuitivos, afirma Young, são obtidos por meio de um processo discursivo porque “[...] a ética comunicativa elimina o monologismo autoritário da razão deontológica”.²⁵⁵⁵

Acrescenta Young que no discurso de Kristeva os dois momentos, ou seja, o “simbólico” e o “semiótico”, podem ser entendidos da seguinte maneira:

O simbólico designa a função referencial do pronunciamento, o modo pelo qual ele situa o locutor em relação a uma realidade que lhe é externa. O semiótico designa os aspectos corporais inconscientes do pronunciamento, tais como ritmo, tom de voz, metáforas, jogos de palavra e gesto. Diferentes tipos de pronunciamentos têm diferentes relações do simbólico e do semiótico. [...] nenhum pronunciamento é isento da dualidade de uma relação do simbólico e semiótico, e é através de seu relacionamento que o significado é gerado.²⁵⁵⁶

Dessa forma, somente por meio de uma concepção de razão normativa que absorva e possa incluir as dimensões afetivas e corporais do significado do discurso com todas as suas diversidades, multiplicidade e ambigüidade pode ser “[...] adequada a uma ética feminista”.²⁵⁵⁷ Essa ética inclui *todas* as pessoas e, portanto, *todas* as mulheres.

²⁵⁵³ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 77.

²⁵⁵⁴ KRISTEVA, Júlia apud BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit.

²⁵⁵⁵ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 78.

²⁵⁵⁶ Ibidem, p. 82.

²⁵⁵⁷ Ibidem, p. 83.

O espaço público, afirma Young, significa ser aberto e acessível para *qualquer* pessoa, onde todas podem expressar suas opiniões. Essas são premissas de uma política democrática. A liberdade da expressão pública significa a existência de organização, de partidos e outras formas que devem possibilitar a outras pessoas manifestarem-se, a contestarem, a participarem do debate, das discussões e oportunizar os meios para a entrada de todas as pessoas na discussão pública.

Segundo Young, a questão da privacidade é um direito de opção ou escolha para todas as pessoas, incluindo ações e aspectos de sua vida. Ilustrando, cita os movimentos das décadas de 1960, 1970 e 1980 que apresentam um público diferente e que enfrentam “[...] diretamente o Estado dito imparcial e universalista”.²⁵⁵⁸ Acrescenta vários tipos de manifestações de rua, movimentos ecológicos, de homossexuais, de negros, de índios, de portadores de necessidades especiais, de idosos, de mulheres e outros, sempre buscando afirmar o direito de vida, de valorização de suas culturas, de suas singularidades e justiça perante a exclusão ou desvalorização por um poder dominante. E, em relação às mulheres, Young ainda acrescenta:

Também o Movimento de Mulheres tem reivindicado desenvolver e fomentar uma cultura característica das mulheres e que tanto as necessidades físicas específicas das mulheres como sua situação na sociedade machista exigem solução em público para necessidades especiais e contribuições peculiares das mulheres.²⁵⁵⁹

Por meio de várias formas, as pessoas, e não somente as mulheres, estão expondo suas diferenças em público com paixão e sentimentos. Estão reivindicando por meio de discussões públicas e outros desempenhos em público que suas demandas sejam efetivadas perante o Estado.

Dessa forma, as mulheres estão tentando desconstruir a moral pública dada como universal, única e imparcial que homogeneiza todas as pessoas e da qual são consideradas desviantes. Em nota, também Benhabib afirma:

A distinção entre as esferas pública e privada está sofrendo um considerável realinhamento nas recentes sociedades capitalistas em consequência de uma complicada série de fatores, o principal dos quais pode ser o cambiante papel do Estado nessas sociedades ao assumir cada vez mais tarefas que antes estavam mais ou menos restritas à família e esferas reprodutivas, por exemplo, educação, cuidado primário infantil, assistência à saúde, cuidado dos idosos e assim por diante. Também, recente legislação sobre o aborto, maus-tratos à mulher, às crianças, para mencionar apenas umas poucas áreas, sugere que as novas definições legais aceitas

²⁵⁵⁸ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 85.

²⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 85.

dessas esferas também começaram a mudar. Esses novos fatos sociológicos e legislativos apontam para a necessidade de repensar fundamentalmente nossos conceitos de autonomia moral, psicológica e legal, tarefa até agora desprezada pela teoria moral formal universalista.²⁵⁶⁰

Complementa Benhabib que as mulheres não podem condenar ou deixar a esfera privada no silêncio como quis o mundo burguês moderno que as confinou no espaço doméstico pela moral. Essa esfera deve ser trazida para a reflexão e discussão, porque ela não é inalterável ou imutável ou a-histórica. E enfatiza:

Só se pudermos compreender por que a voz das mulheres foram silenciadas, e como os ideais dominantes de autonomia em nossa cultura, bem como a definição privilegiada de esfera moral continuam a silenciar as vozes das mulheres, podemos de fato ter esperança de mudar para uma visão mais integrada de nós mesmos e de nossos semelhantes humanos com outros generalizados e outros “concretos”.²⁵⁶¹

Por isso, é preciso desmistificar a moral pública universal, dominante e excludente, dar visibilidade e permitir novas articulações políticas, novas visões de perceber e ver o mundo e uma moral pública a partir da concepção das mulheres, de sua fala ou de sua voz silenciada no espaço público e político. Pela definição da moral pública homogeneizadora e imparcial é que a moral pública das mulheres é julgada e vista de forma diferente, porque essa moral feminina abarca os sentimentos, a afetividade, as emoções e os desejos que compõem uma cultura política feminina diferenciada no espaço público. Ressalta-se que a proposta não é uma imposição ou idealização da “cultura ou de valores femininos” ou de uma ética “feminina” em substituição aos valores da ética “masculina”, mas, sim, o reconhecimento, a possibilidade e o respeito às diferentes formas de se perceber o mundo público e político. A proposta é a promoção do diálogo entre a imparcialidade existente na “moral pública universal” com a ética e os valores da atenção e da solidariedade. Para tanto, é necessário que se crie possibilidades e oportunidades para o exercício do pluralismo das formas e perspectivas dos vários grupos excluídos dentro da “moral política universal”, inclusive, não somente do grupo das mulheres, mas de todos aqueles que, devido à desigualdade na atribuição de papéis dentro da estrutura social e cultural são também considerados desviantes ou marginalizados na esfera política.²⁵⁶²

Nessa mesma perspectiva, Buttafuoco enfatiza:

²⁵⁶⁰ BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In.: ____; CORNELL, Drucilla. (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 195-6.

²⁵⁶¹ Ibidem, p. 106.

²⁵⁶² Cf. MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In.: *Estudos Feministas*. Op. cit.

O que se pretende, definitivamente, é a ruptura do limite entre a esfera privada e a esfera pública, ou seja: a ruptura dos esquemas que estabelecem as pertinências dos dois sexos e a passagem, ou melhor, a osmose entre esfera masculina e esfera feminina, sem que isso signifique perder a identidade sexual em mimetismos ou renúncias. [...] Ao pensar numa nova sociedade, pensa-se num novo modelo de família e vice-versa: uma é condição indispensável para a outra.²⁵⁶³

Se existe a proposta de constituição de uma “nova mulher”, essa também refere-se ao homem, devendo permitir-lhe “[...] ser mais pai que patriarca”.²⁵⁶⁴ Também nessa mesma direção, Saraceno reforça que

[...] a divisão entre responsabilidade pública e responsabilidade privada em relação às necessidades a serem satisfeitas e os direitos a serem reconhecidos passa pela divisão do trabalho entre os sexos, que por sua vez fornece um estatuto diferente não só aos direitos dos dois sexos, enquanto colocados de maneira diferente em relação ao sistema de garantias sociais, mas também às formas de dependência que os caracterizam. [...] Uma cidadania social completa não deve refletir apenas sobre os direitos à diversidade. Deve refletir também sobre as várias formas de interdependência de que é entremeada a vida a dois e da qual depende a própria qualidade e possibilidade de vida individual. Não mencionar algumas dessas formas, considerando-as óbvias no interior da família e nas relações “privadas”, significa negá-las como fonte de direitos sociais e como vínculo real à cidadania plena para quem se encarrega delas. Não se trata nem de passar em bloco da dependência privada para a pública, nem de confiar ao Estado todas as necessidades de assistência e de solidariedade. Trata-se antes de garantir a cada um, juntamente com direitos individuais de sobrevivência, suficiente autonomia para poder negociar a satisfação (e a definição) das necessidades, mas também para poder doar a própria disponibilidade e reconhecer a interdependência dentro de relações de reciprocidade autênticas e não unilateralmente definidas e esperadas como tais. [...] É difícil, com efeito, pensar numa cidadania “igual” quando existe alguém que, por definição, é titular de deveres de assistência e alguém que, inversamente, é titular de direitos de assistência para si e para os seus.²⁵⁶⁵

Por isso, a necessidade da articulação entre a esfera privada e a esfera pública para o reconhecimento dos direitos, respeitando-se as especificidades e multiplicidades dos sujeitos que as compõem.

E dentro da multiplicidade e diversidade do universo das mulheres estão incluídas as mulheres empresárias de nosso estudo, que carregam os seus sentimentos, as suas singularidades, os seus pontos de vista, as suas diferenças, os seus comportamentos, as suas relações com a sociedade, com o meio micro e macro, as suas relações com as pessoas e com

²⁵⁶³ BUTTAFUOCO, Annarita. Entre cidadania política e cidadania social. Projetos e experiências do movimento político das mulheres na Itália liberal. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit., p. 135-6.

²⁵⁶⁴ Ibidem, p. 136.

²⁵⁶⁵ SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Op. cit., p. 225-8-9.

todo o seu entorno. Por isso, é que estamos falando em cultura política porque são esses fatores que a constituem.

As categorias morais que devem acompanhar nossas interações públicas e institucionais, afirma Benhabib, são as do “[...] direito, obrigação e capacitação, e os correspondentes sentimentos morais são os do respeito, dever, valor e dignidade”.²⁵⁶⁶ Temos as relações com o outro que é um ser individual, concreto, com necessidades, talentos e com capacidades diferentes e, por isso, segundo Benhabib:

Nossas diferenças nesse caso complementam em vez de excluir um ao outro. As normas de nossa interação são em geral privadas e não-institucionais. São normas de amizade, amor e cuidado. Essas normas exigem de vários modos que eu mostre mais que simples afirmação de meus direitos e deveres diante de suas necessidades. Ao tratar você de acordo com essas normas, confirmo não só sua *humanidade*, mas também sua *individualidade* humana. As categorias morais que acompanham essas interações são as de responsabilidade, vinculação e compartilhamento.²⁵⁶⁷

Os sentimentos morais que correspondem a essa interação são, reforçando com a autora, “[...] os do amor, cuidado, simpatia e solidariedade”.²⁵⁶⁸ Esses valores e sentimentos foram revelados e detectados na cultura política das mulheres empresárias e, apoiando-nos em Benhabib, inferimos que esse resultado aponta para a necessidade de uma redefinição da teoria moral universal e formal.

Nessa perspectiva, enfatiza Gilligan:

[...] na voz diferente das mulheres jaz a verdade de uma ética do cuidado, o vínculo entre relacionamento e responsabilidade, e as origens da agressão na falta de conexão. A falha em ver a diferente realidade das vidas das mulheres e em ouvir as diferenças em suas vozes decorre em parte do pressuposto de que existe um modo apenas de experiência e interpretação sociais. Ao apresentar, pelo contrário dois diferentes modos, chegamos a uma elucidação mais complexa da experiência humana que enxerga a verdade da separação e da ligação nas vidas de mulheres e homens e reconhece como essas verdades são expressas por diferentes modos de fala e pensamento. [...] Compreender como as tensões entre responsabilidade e direitos mantém a dialética do desenvolvimento humano é ver a integridade de dois modos díspares de experiência que estão afinal interligados. Enquanto uma ética da justiça provém de uma premissa de igualdade – que todos devem ser tratados da mesma maneira – uma ética do cuidado repousa na premissa de não-violência – de que ninguém deve ser prejudicado. Na representação da maturidade, ambas as perspectivas convergem para a compreensão de que assim como a desigualdade afeta adversamente ambas as partes num relacionamento desigual, também a violência é destrutiva para todos os envolvidos. O diálogo entre equidade e cuidado não apenas oferece uma compreensão melhor das relações entre os sexos como dá

²⁵⁶⁶ BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In.: _____; CORNELL, Drucilla. (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit., p. 98.

²⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 98.

²⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 98.

também ensejo a uma compreensão mais abrangente do trabalho adulto e das relações familiares.²⁵⁶⁹

Observa-se que todas as concepções expostas até o momento fecham-se com a proposta do diálogo e da articulação entre a atenção, a solidariedade e a imparcialidade.

Para uma comparação sobre a cultura política brasileira, trouxemos Carvalho²⁵⁷⁰ que aponta vários fatores extraídos de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 1996 para detectar na cultura política a presença das três tradições clássicas da democracia ocidental.

Resumidamente, a primeira refere-se à liberdade dos modernos ou liberal, da sociedade utilitária de mercado, “[...] que vai de Kant a Hamilton, a John Rawls e Dworkin”.²⁵⁷¹ A segunda refere-se ao republicanismo clássico ou do humanismo cívico “[...] que passa por Maquiavel e Montesquieu e chega a Hannah Arendt”.²⁵⁷² A terceira possui uma visão comunitária, mas difere do humanismo cívico por não privilegiar a participação política ou a ação política do cidadão na esfera pública. Essa terceira visão “[...] vem de Aristóteles e tem sua formulação moderna em Rousseau e Comte”.²⁵⁷³ Afirma Carvalho que a nossa cultura política não se enquadrou em nenhuma das três versões, apresentando baixa consciência e conhecimento em relação aos direitos individuais. Dentre esses, os mais apontados foram os sociais, seguidos dos direitos civis e, por último, os políticos, quase ignorados.

No entanto, as mudanças em curso, afirma Carvalho, apontam para alterações no campo das práticas de cidadania e dos valores. Afirma, ainda, que autores(as) brasileiros(as) sempre denunciam a falta das virtudes republicanas e do espírito público em nossa cultura política e que a virtude está localizada ainda na esfera privada. Continua dizendo Carvalho que, apesar dessas críticas “[...] não se deve nem abandonar a tradição nem fechar os olhos às mudanças”.²⁵⁷⁴

Entre essas, o autor ressalta o abandono do evolucionismo, do marxismo e do liberalismo como necessidade dos tempos, abrindo espaço para a ação política. Outra mudança é a decadência do Estado-nação como ator político central, o que não significa afirmar que o Estado não possua identidade de referência ou direção. No entanto, perdeu sua centralidade. Como proposta para esse momento de transição cita Carvalho: “Um caminho de

²⁵⁶⁹ GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente* – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Op. cit., p. 186.

²⁵⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

²⁵⁷¹ Ibidem, p. 105.

²⁵⁷² Ibidem, p. 105.

²⁵⁷³ Ibidem, p. 105.

²⁵⁷⁴ Ibidem, p. 123.

levar em conta as mudanças com um pé na tradição é trabalhar na construção de pontos de encontro entre a virtude privada e a pública que, sem eliminar o interesse, possam conferir a ele uma dimensão virtuosa [...]”.²⁵⁷⁵

Nesse sentido, o autor escreve dois exemplos desse encontro, ressaltando o papel das ONGs, das associações civis, igrejas, com parcerias e alianças entre esses, além de empresas privadas com os governos nas esferas municipal, estadual e federal. “O conceito de terceiro setor, empregado pelos próprios teóricos das organizações não-governamentais, indica um campo de atividade que participa do público e do privado estabelecendo uma correia de transmissão entre os dois [...]”.²⁵⁷⁶ Esse exemplo situa-se na esfera da virtude privada.

O próximo exemplo de Carvalho refere-se à virtude pública, com grande visibilidade em diversos municípios:

Como se sabe, muitas prefeituras estão experimentando formas alternativas de participação dos cidadãos²⁵⁷⁷ na formulação e execução de políticas públicas, sobretudo na elaboração do orçamento e no planejamento de obras. [...] a experiência é promissora na medida em que ataca o problema da participação no nível local, onde ela sempre foi mais frágil, embora seja onde ela tem relevância mais direta para o cotidiano do cidadão.²⁵⁷⁸

Esses exemplos de participação pública, reforça Carvalho, já são inúmeros e significam novas experiências dentro de um contexto de mudanças de valores, de “[...] renunciar a visões evolucionistas da história e colocar a justiça social no centro das preocupações”.²⁵⁷⁹ Significam unir a virtude e o interesse na esfera política, onde a sociedade civil e o Estado possam se encontrar em uma via de mão dupla, de confluência para uma nova configuração de uma sociedade baseada em uma cidadania participante e ativa e com virtudes republicanas.

E é, nesse sentido, que as mulheres empresárias de nossa amostra também são exemplos dessa participação na esfera pública com suas virtudes privadas e públicas “entrelaçadas”. O nosso intuito em esboçar a concepção de Carvalho foi, exatamente, para

²⁵⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit., p. 124.

²⁵⁷⁶ Ibidem, p. 125.

²⁵⁷⁷ Sobre essa participação dos municípios por meio de políticas públicas existe uma imensa produção acadêmica e dentre tantas, apenas para ilustrar, sugerimos:

WAMPLER, Brian; AVIRITZER, Leonardo. *Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático*. Mimeo. UFMG;

TELLES, Vera; VILLAS-BÔAS, Renata (Orgs.). *Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania*. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. Op. cit.

²⁵⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit., p. 125.

²⁵⁷⁹ Ibidem, p. 126.

reforçarmos as mudanças em curso também visualizadas pelo autor, além de vários(as) outros(as) já citados(as) e, ainda, devido à semelhança das experiências e propostas com a categoria empresarial feminina que também se inicia no trânsito desse caminho inédito²⁵⁸⁰ que o Brasil apresenta desde a década de 1980.

De acordo com a concepção de Carvalho,²⁵⁸¹ a maioria das mulheres empresárias pratica a *virtude privada* por situar-se nesse campo de atividade que participa do público e do privado, onde a ação ocorre na ligação entre o privado e o público, isto é, da articulação entre a empresa e/ou do espaço associativo com os órgãos estatais. As ações praticadas pelas mulheres empresárias no espaço institucional, no coletivo, na participação e/ou para a elaboração e execução de políticas públicas para a sociedade em geral, caracterizadas na esfera da *virtude pública*, ainda são isoladas.

O exemplo que atende e ilustra esta última concepção da *virtude pública*, verificado por meio dos depoimentos foi e é a atuação política da empresária Maria Elvira Salles Ferreira que implicou e implica na elaboração e aprovação de leis para o espaço coletivo e atuando além do espaço associativo da categoria empresarial.

Após as explicações por meio das concepções de Chodorow,²⁵⁸² Gilligan,²⁵⁸³ Young²⁵⁸⁴ e Benhabib²⁵⁸⁵ em relação à “moral pública” das mulheres, acrescidas de outras contribuições de várias(os) autoras(es) abordadas(os) neste trabalho, verificamos que essas são convergentes ao afirmarem que a mulher apresenta uma moral pública e visão de mundo diferentes no espaço público advindas da estruturação e da cultura da sociedade, o que provoca a desigualdade.

Por isso, a cultura política e a concepção do mundo político das mulheres empresárias revelam pontos de vista e perspectivas diferentes da moral pública formal e universal.

É nesse sentido que se verifica que a maioria das mulheres entrevistadas definiu e justificou sua ação social e política direcionadas, quase sempre, ao cuidado de pessoas,

²⁵⁸⁰ Cf. WERNECK VIANNA, Luiz; CARVALHO, Maria Alice Rezende. República e civilização brasileira. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

²⁵⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

²⁵⁸² CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Op. cit.

²⁵⁸³ GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente* – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Op. cit.

²⁵⁸⁴ YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit.

²⁵⁸⁵ BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In.: _____; CORNELL, Drucilla. (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Op. cit

reflexo do forjamento da divisão de papéis e da simbologia cultural responsáveis pelo encapsulamento das mulheres na esfera familiar.²⁵⁸⁶

Assim, o comportamento da maioria das mulheres empresárias traz um misto de solidariedade e o cuidado em relação às outras pessoas, o que caracteriza seus julgamentos morais.

Existe uma imbricação, portanto, entre privado e público, de valores superpostos e entrelaçados que refletem os comportamentos ou os relacionamentos.

A formação cultural reflete, também, individualmente ou na ação coletiva, a cultura política de acordo com os sentimentos, valores, comportamentos, atitudes, relacionamentos, condutas, afetividades, enfim, as relações em seu contexto social e político.

Nessa perspectiva, apesar da visão da obrigação política existir entre algumas mulheres empresárias, uma boa parte justificou suas ações por questões de caráter moral, portanto, privado e, não, público e político. Desse modo, podemos afirmar que a cultura política das mulheres empresárias compõe-se de elementos privados e públicos, em que o dever moral, religioso e solidário é atravessado por elementos políticos.

Não podemos afirmar que a cultura política das mulheres empresárias caracteriza-se pela prática de todas as virtudes cívicas republicanas, apesar da manifestação da vontade e início de participação política, de autonomia, de mudanças, de novas posturas na sociedade, busca de maior equidade, menos injustiças e desigualdades, porque muitas das virtudes cívicas foram detectadas mais no âmbito do discurso e do conhecimento do que na prática cotidiana efetiva. E, ainda, algumas virtudes cívicas praticadas, enfatizamos, são restritas ao espaço de suas empresas e/ou associações, o que permite caracterizá-las na esfera da *virtude privada*, de acordo com Carvalho²⁵⁸⁷ e, não, como *virtude pública*, isto é, no espaço coletivo e/ou institucional.

²⁵⁸⁶ Cf. também CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. Op. cit.

²⁵⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O sonho é o combustível que move o ser humano, portanto, não há limites para homens e mulheres que possuem a capacidade de sonhar, planejar e executar”.

Edna Maria Carvalho Urban
(Em entrevista – 12/12/2006)

“Tem muita mulher anônima espalhada no interior do Brasil fazendo coisas importantíssimas. São verdadeiras gigantes e vejo isso a toda hora. Eu acredito nas nossas mulheres e penso que a solução vem da gente. [...] Eu trabalho com duas áreas bem distintas: na área cultural tenho pessoas que trabalham comigo que é um grande número de mulheres que são de nível superior, altamente credenciadas para desenvolverem suas funções, que têm remuneração de acordo com sua competência. É um pólo, vamos dizer assim. E, na área social, tenho a experiência com ‘mulheres do povo’, de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. É uma região muito pobre, como é a maior parte de nosso interior, onde eu lido com uma outra realidade. É o outro pólo. São mulheres que não têm formação superior e, às vezes, mal o curso primário. São mulheres muito desprotegidas em termos de sociedade civil mesmo, muito pouco conscientes do valor do seu trabalho enquanto cidadãs, enquanto mulheres. E tanto num extremo quanto no outro, vejo a mesma força, a mesma garra, a mesma vontade de fazer coisas importantes, a mesma vontade de ser um elemento propulsor de forças humanas. Tanto nas mulheres carentes lá da minha cidadezinha, quanto nas profissionais de nível superior que eu tenho aqui. Vejo que todas querem ser condutoras de crescimento, querem conduzir pessoas para um estágio melhor de vida, sejam filhos, vizinhos e amigos. [...] Temos que pensar em nós mesmas enquanto cidadãs. [...] Eu acho que a nossa natureza é fabulosa e eu acredito na mulher brasileira. Eu acho que nós é que vamos mudar essas situações que precisam ser mudadas.. [...] Tenho vários projetos e todos são direcionados às mulheres. Eu sou muito esperançosa”.

Ângela Gutierrez
(Em entrevista – 19/01/2004)

A primeira *organização efetiva das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais* tem sua origem no bojo da AC MINAS, *fundada pela empresária Maria Elvira Salles Ferreira em 1983*, com a criação do “*Conselho da Mulher Empreendedora*” em nível local, ou seja, *em Belo Horizonte*. Junto à Maria Elvira estavam as empresárias Elizabeth da Cunha Pimenta, Ângela Maria Prata Pace de Assis, Sílvia Miléo, Maria Elza Veras e outras. Era um grupo pequeno, mas, eficaz e determinado em seus objetivos.

Em seguida, criou-se o “*Conselho Estadual da Mulher Empreendedora*” *em junho de 2002*, cuja *primeira Presidente* foi a empresária *Lilian Tavares Mascarenhas Rocha*.

Em âmbito nacional foi criado o “*Conselho Nacional das Mulheres Empresárias*” em 24 de abril de 2002, cuja *primeira Presidente foi a empresária Maria Auxiliadora Chaer Lopes*.

Verifica-se que o Conselho Nacional foi criado dois meses antes do Conselho Estadual e, apesar do termo empreendedora nos Conselhos municipal e estadual, esses foram criados, da mesma forma, para as empresárias, mas, com abertura para outras pessoas que desejassem ou desejem participar da associação.

A importância da organização, das associações ou da prática do associativismo foi ressaltada com ênfase por todas as mulheres empresárias que são afiliadas. Essas afirmaram que, por meio das associações se fortalecem, buscam conhecimentos, atualização, trocam experiências, como, também, ajudam outras empresárias em sua preparação profissional. A qualificação técnica ou profissional é vista como necessária para a qualificação política mais ampla e para o enfrentamento de uma cultura hierárquica que privilegia a política como sendo apenas para o Estado e para as elites, o que contribui para a submissão da sociedade civil.

Também a qualificação política dentro dos diversos espaços associativos contribui com um aprendizado de representação da sociedade civil, pelo envolvimento, convivência e troca de experiência com inúmeros sujeitos, os quais trazem interesses e concepções diferentes.

Nesse sentido, o aprendizado é concreto ao se exigir um reconhecimento da pluralidade e dos direitos de todos os sujeitos em um espaço público. Exigência, ainda, para o convívio democrático. Através desses espaços associativos, as mulheres empresárias revelaram, portanto, aprender a argumentar, criticar, discutir, negociar, buscar parcerias, alianças, resolver conflitos e conquistar o que desejam, praticando sempre.

Por meio das associações percebem que a união da categoria possibilita o poder perante outros sujeitos na esfera pública e perante o Estado constituído. Percebem a possibilidade de participar da vida política local, estadual e nacional. Redescobrem novos valores, estratégias políticas e novas formas de interlocução com os canais institucionais que também vão se modificando ou se renovando, de acordo com as novas demandas e exigências.

As associações tornam-se canais de práticas deliberativas para a categoria, de tomada de decisões, de participação na elaboração de políticas públicas e estão contribuindo para uma mudança na relação dicotômica entre a sociedade civil e o Estado.

Verifica-se que essas associações possibilitam às mulheres empresárias, o exercício da cidadania, que não significa apenas a consciência de ter direitos e de justiça, mas, também, a

liberdade da participação no espaço público e que o Estado tem o dever do *cumprimento* dos direitos de todos os sujeitos. Ainda, algumas empresárias revelaram ter a consciência de que todos têm o dever de participar na sociedade civil de uma relação com o Estado, que todos têm a liberdade de opinar, deliberar, discutir, propor e elaborar as normas que serão referências para todos, levando-se em conta os interesses coletivos e comuns da sociedade. As mulheres empresárias têm consciência da relação entre as questões da esfera privada e da esfera pública. Deixam claro que os problemas privados devem ser debatidos e travados na esfera política para que sejam transformados e reconhecidos como direitos.

Por meio de seus depoimentos, contrariando aqueles que não vêem as mudanças provocadas pelas novas práticas políticas associativas a partir de 1970, 1980 e, principalmente a partir de 1990, percebe-se que existem novas práticas caracterizadas por uma preocupação cívica, um envolvimento com as questões públicas e políticas, revelando o início e o conhecimento das virtudes cívicas. Demonstram uma vontade de superar as práticas institucionais pautadas pela hierarquia, pelo patrimonialismo, pelo clientelismo e favoritismos ainda vigentes e predominantes na política brasileira. As empresárias condenam uma prática política baseada na troca de favores, característica da política de adesão no início dos anos de 1930 a 1945. A maioria busca, no momento, uma prática política deliberativa, ou seja, com críticas, análises, com capacidade de avaliar e tomar suas decisões. Não adere simplesmente a outros somente pelo fato de possuírem poder. A maioria, ainda, demonstrou que possui autonomia, segurança e disposição para as decisões e prática de ações e, por isso, são mulheres proativas. Ressaltam-se as iniciativas de novas práticas com denúncias e com vontade de superar essa herança política baseada em privilégios, de corrupção, de impunidade, de exclusão e de grande desigualdade.

Os focos de interesses dentro da associação sofreram mudanças em relação à época de 1930-45. Atualmente, além dos interesses e objetivos da categoria, observa-se uma preocupação e um discurso voltados para a coletividade, para o bem comum, o que não ocorreu no início da formação do empresariado nacional e estadual. Mesmo que tais práticas não sejam uma constante no dia-a-dia, a importância e a predisposição para o interesse coletivo foram manifestados no discurso da maioria dos depoimentos.

Todas as mulheres empresárias que revelaram participar de associações são voluntárias. Esse voluntariado é, no entanto, direcionado, primeiramente, aos interesses do setor. Nesses espaços associativos, as empresárias são responsáveis por novas práticas que confrontam o poder estatal, fazendo valer sua opinião pública e, ao mesmo tempo, apesar de não provocar uma ruptura no repertório, usam e estão abrindo novos canais de interlocução,

de diálogo e debates com o Estado. Essas novas formas de uso e aproveitamento se constituem em novas práticas políticas dentro do repertório das mulheres empresárias. Desse modo, estão buscando novas formas de participação política, possibilidades de reforço e ampliação das práticas políticas. Além do voto, reconheceram e confessaram praticar diversas ações políticas como forma de pressão e como estratégias frente aos órgãos públicos em busca de suas demandas e de novas políticas públicas.

Os espaços públicos e políticos ocupados pelas mulheres empresárias são diversos como as associações, os conselhos, as ONGs, as entidades, os clubes de serviços, os sindicatos, as Fundações culturais e educacionais, por meio dos quais constroem novos espaços na esfera pública e apresentam suas formas políticas de inserção, interlocução e articulação.

Verificou-se que as mulheres empresárias, em sua maioria, estão aglutinadas, mobilizadas e organizadas entre vários sujeitos coletivos por meio das associações profissionais, entidades associativas, ONGs e sindicatos, esses últimos em número bem menor. Dentre as quarenta e cinco (45) mulheres empresárias, trinta e oito (38) ou 84,5% aproximadamente, participam e atuam nas associações e, apenas sete (7) ou 15,5% aproximadamente, não participam.

Ainda, acrescentamos, apesar das limitações na esfera pública, ou seja, em uma dimensão política e, ainda, dos próprios perigos anunciados sobre a decadência da esfera pública, tentamos demonstrar pela prática, por meio de experiências reais e concretas, que as mulheres empresárias buscam criar novos espaços públicos.

Além dos depoimentos das mulheres empresárias que nos mostraram essas práticas e experiências, citamos, em várias partes do trabalho, trechos da grande produção acadêmica atual que defende, propõe e mostra, também, a criação de novos espaços públicos, de novas formas de práticas políticas. Por meio dos depoimentos das mulheres empresárias, observou-se que nesses espaços surgem e elas também buscam novos atores sociais, ampliando-se o número de pessoas que pratica o questionamento ao poder instituído, que participa e delibera na esfera política. Ainda, as mulheres empresárias, por meio dessas associações, afirmaram constituírem-se em grupos de pressão frente ao poder estatal, portanto, com ação política. Estão integradas à sociedade por meio de suas atividades e com suas ações sociais e políticas. Algumas das ações interferem e causam impacto na esfera pública institucional e não são caracterizadas como um fim ou como produto de um trabalho lucrativo, mas baseadas nas relações humanas e de respeito ao próximo.

A ação das mulheres empresárias é uma “realidade”, ou seja, verifica-se a sua *efetividade* em sua realização e empenho. É uma ação, portanto, realizada *enquanto* ser humano entre outros sujeitos. Essa ação, tanto política ou social, comprovada por meio dos depoimentos, é praticada *entre* e *com* outras pessoas em um espaço de aparência e visibilidade.

Nesses espaços públicos as mulheres empresárias constroem, participam e revelam suas individualidades, singularidades, qualidades e aptidões, porque declararam praticar as ações *como* pessoas, *entre* pessoas, *para* pessoas, para ter *contato* e *relações humanas* com outras pessoas.

As mulheres empresárias revelaram sua existência entre outras pessoas e não sua ausência ou desumanização na esfera pública. A prática das ações sociais e políticas exposta por meio de seus depoimentos mostrou-nos a realidade e a concretude dessas ações.

A maioria busca interesses comuns a um mundo comum, cujas percepções são contrárias a uma preocupação somente e exclusivista de venda de produtos, o que caracteriza uma sociedade comercial desumana e uma auto-alienação.

Afirmaram, em vários depoimentos ao longo deste trabalho, que a união entre elas nas associações deve-se ao poder dessa união, ou seja, à potencialidade que surge entre pessoas unidas pela ação e discurso e por meio do relacionamento entre as mesmas.

Através desses espaços afirmaram que possibilitam novas oportunidades a outras mulheres, valorizando-as, além de declararem que são lugares de construção de identidades, de resgate da auto-estima, de novas relações baseadas na solidariedade, novos valores, no espírito comum coletivo, de parcerias, de aquisição de conhecimentos, troca de experiências e de pertencimento. Nesses espaços, estão tentando desconstruir práticas e relações tradicionais assimétricas e desiguais, revelando o surgimento de cidadãs com uma nova visão e percepção de sua inserção na sociedade e de uma nova e possível relação com o Estado. Ainda, manifestaram a exigência de uma nova postura e atuação do Estado institucional em relação às pessoas e à sociedade, portanto, propondo mudanças institucionais. A maioria das empresárias se reconhece como agente de mudança, formadora de opinião, com o direito e o dever de participação na esfera pública.

Como motivações para a ocupação do espaço público, cada uma das mulheres empresárias citou vários e não apenas um motivo. Apesar da variedade, tentamos agrupá-los em uma seqüência decrescente para uma melhor visibilidade. Assim, após as análises, dentro da amostra de quarenta e cinco (45) empresárias obtivemos: *onze* (11) mulheres enquadraram-se na *sucessão familiar* ou *empresa familiar*; *oito* (8) pela *realização profissional*; *seis* (6) pelo

fator econômico; quatro (4) pela carência do mercado; três (3) pela formação acadêmica; duas (2) pela formação familiar; duas (2) para ajudar o marido; duas (2) por meio de convite; uma (1) pelo empreendedorismo; uma (1) por idealismo e cinco (5) não apresentaram motivos.

A participação das mulheres empresárias na prática da ação social foi extremamente representativa. A maioria está ativa e participa de algum ou alguns projetos sociais. A categoria mostrou um grande potencial para tais práticas, sendo consciente da realidade social e das mudanças organizacionais, justificando as necessidades da prática da ação social tanto em nível pessoal e coletivo, como no âmbito da empresa, por meio da “responsabilidade social”. A justificativa para tais práticas deve-se à reestruturação das empresas na década de 1990, principalmente devido às mudanças no paradigma tradicional que atribuía à empresa somente a busca pelo lucro. Tal visão foi alterada por uma nova concepção que alia a lucratividade instrumental com as necessidades e exigências sociais. Dessa forma, as empresas foram desafiadas a apresentar sua contribuição e visibilidade na inserção com a sociedade. Afirmaram que a consciência de um público consumidor também fez e faz pressão para que as empresas ajam integradas ao seu meio, levando-as a adotar novas posturas, comportamentos e valores em relação às novas demandas.

A complexidade, a diversidade e as mudanças rápidas levam as empresárias e as empresas a buscarem novas formas de sinergia e a um comportamento integrado com o contexto, inclusive, para a própria sobrevivência da empresa no mercado. Percebe-se uma mudança do comportamento nas relações internas e externas das empresárias no interior da empresa com os agentes que a compõem. Verifica-se, dessa forma, a existência de interesses racionais e econômicos, mas permeados por valores de solidariedade. Estão buscando seus benefícios sem, entretanto, deixarem de contribuir ou colaborar com a coletividade.

As ações sociais desenvolvidas pelas mulheres empresárias são inúmeras e diversas, abrangendo áreas definidas como de trabalho, de proteção ecológica, de consumo, com maior predomínio na área de ajuda comunitária. Essa corresponde à ajuda filantrópica a diversas entidades, campanhas de caráter assistencial, apesar das críticas a esse tipo de filantropia, a projetos culturais, educativos e artísticos. Por isso, as ações sociais, em sua maioria, ligam-se diretamente às atividades comunitárias e de solidariedade.

As ações sociais são desenvolvidas individual e coletivamente, sendo essas últimas as mais comuns entre as mulheres empresárias.

As várias formas de ações sociais e políticas são realizadas por meio de financiamentos, doações e de parcerias. Para além dessas práticas de ação social e política, o mais importante são os objetivos propostos para a construção da cidadania, o exemplo do

conhecimento que estão revelando sobre a coragem cívica na defesa dos valores cívicos de justiça, de respeito ao outro, às diferenças, à diversidade, a denúncia constante da desigualdade, da miséria, da pobreza, da exclusão, dos princípios de solidariedade, da preocupação com o bem coletivo e público sobre os particulares, da presença da consciência do *dever* político ou da obrigação política, enfim, das virtudes cívicas. Se ainda as virtudes cívicas não são todas efetivadas, pelo menos as propostas para que essas sejam implantadas, vivenciadas e praticadas, foram constantemente assinaladas e apontadas em todos os depoimentos. Essas propostas revelam, portanto, a consciência dos valores cívicos republicanos, sua defesa e sua necessidade para as mudanças que possibilitem o desenvolvimento de uma sociedade menos injusta e menos desigual.

Nesse sentido, observa-se que o discurso das mulheres empresárias está à frente da prática das ações, isto é, o discurso das virtudes cívicas republicanas e as suas práticas ainda não se mostram coerentes entre a maioria das mulheres empresárias para o espaço coletivo.

A participação delas na esfera institucional para a elaboração e execução de políticas públicas ainda é pequena. No entanto, enfatizamos, o processo está em andamento porque o discurso responde e está indo ao encontro das ações que são corretas, que devem ser buscadas e praticadas por todos os indivíduos exercendo os valores cívicos republicanos.

Entre as ações sociais, algumas avançam na esfera estatal e tornam-se ações políticas, tendo em vista que uma ação social é potencialmente política e caracteriza-se pela imprevisibilidade e ilimitação.

A ação política, entretanto, revelada como prática entre a categoria empresarial feminina, apesar de ser comum entre a maioria das mulheres empresárias, ainda é, para *algumas*, vista como sendo uma atividade somente para políticos, para quem atua ou é afiliada(o) em partidos políticos, como se essa fosse possível somente entre pessoas da esfera governamental.

Essas, inclusive, ao serem perguntadas sobre a prática da ação política responderam que não a pratica porque não gostam de política. Ou seja, percebemos um grande equívoco nessa questão pela não percepção de que a ação política é possível e realizada por qualquer pessoa em qualquer espaço público. Essa não tem que ser praticada, necessariamente, na esfera estatal e nem somente por quem atua na política institucional. Ela é, pode e deve ser praticada por qualquer pessoa na esfera pública. E deve ser praticada entre outros sujeitos para se ter visibilidade, existência e concretude. Aliás, uma das maiores contribuições do pensamento de Arendt é, exatamente, mostrar-nos a possibilidade de que a política é, pode e deve ser exercida fora das esferas estatais.

Lembramos que a ação política é exercida dentro de qualquer espaço público, ou seja, das empresas, das associações de todas as espécies, entidades diversas, dos sindicatos, das ONGs e outros, desde que se respeitem os critérios teóricos que a caracterizam e já discutidos, segundo as concepções dos(as) pensadores(as) abordados(as).

Lembramos, ainda, que, apesar da linha que separa a ação social da ação política ser tênue, confusa e difícil, ela é definida conceitualmente por vários(as) pensadores(as).

Outro conceito em que percebemos um uso equivocado, sem levar em conta o seu real significado, foi o de “bem comum” e “bem coletivo”. Para algumas empresárias, o uso de ambos os termos teve a mesma significação. O “bem comum” teve sua referência em relação apenas à sociedade na qual se vive no momento e não ao “mundo comum” herdado, presente e futuro que deve ser preservado por meio de instituições duradouras. E, ainda, o “bem coletivo” ou o “bem-comum”, algumas vezes, foi usado como um bem para a *maioria* das pessoas, que, lembramos, é o bem de todos os indivíduos de *serem livres e independentes e, não, dominados, antes da defesa dos interesses coletivos acima dos particulares*, de acordo com Viroli.

Os elementos de diferenciação e singularidades que são encontrados na prática da ação e do discurso revelam as identidades das mulheres empresárias, suas autorias e, portanto, identificam *quem* são elas entre outros e outras pessoas na esfera pública. As várias habilidades e vocações revelaram uma convivência de pluralidade e não de que todas são iguais ou fazendo e praticando as mesmas ações. Revelaram possuir prestígio social e poder político perante a esfera estatal devido à organização e à consciência política de uma opinião pública perante o poder estabelecido. Afirmaram possuir credibilidade advinda de uma postura correta, ancorada nos valores e princípios morais e éticos, necessários para a convivência pública, o que lhes atribui influência e confiança perante outras pessoas e, em consequência, posições de liderança e de iniciativas em muitas ações.

Algumas empresárias ocupam cargos de liderança em diversas atividades e em número bem reduzido afiliam-se em partidos políticos. Apesar de um pequeno número, algumas ocupam altos cargos de comando ou altas gerências com grande visibilidade fora do espaço de suas empresas, isto é, em conselhos, em associações, em organizações, em entidades ou outras formas associativas.

As características das mulheres empresárias foram reveladas sem a pretensão de *sua* idealização ou das mulheres em geral e, sim, pela extração de tais características por meio de seus próprios depoimentos.

Para uma ação coletiva, os fatores da credibilidade, postura firme, coragem e honestidade com as pessoas em seu entorno, foram enfatizados e citados como facilitadores. E, mesmo que uma idéia para uma ação coletiva seja, inicialmente, de uma delas ou de poucas pessoas, afirmaram que essa, em seguida, é levada ao debate e para discussões entre outras pessoas para que as decisões sejam tomadas. Por isso, as ações coletivas se caracterizaram, em sua maioria, por tomadas de decisões coletivas. O contrário poderia ser, mesmo sendo uma ação coletiva, uma tomada de decisão individual ou do tipo coletivizada, em que quem decide o faz em nome de todos e não com a participação de todos. Em suas ações coletivas percebeu-se uma democratização na discussão das idéias das ações que são propostas, portanto, uma decisão compartilhada.

Na questão da organização específica das mulheres empresárias, houve algumas opiniões divergentes. A organização em separado das mulheres, ou seja, reuniões, eventos e conselhos somente para mulheres dentro do espaço empresarial e em outros espaços sociais, mostrou que um número significativo de mulheres da amostra defende a organização “de mulheres” ou “para mulheres”. Contudo, um outro número de mulheres é de opinião contrária, justificando que a organização em separado reforça e perpetua a segregação entre os sexos que persiste há séculos. Por isso, percebem-se divergências dentro da categoria em relação à organização exclusiva para as mulheres empresárias.

Outras empresárias entendem que a organização ou os departamentos específicos para as mulheres cumprem uma melhor forma de ajudar outras mulheres em inúmeras situações, dentre tantas, na ocupação e conquista de cargos políticos eletivos, cargos públicos, cargos de comando, em órgãos de poder de decisão das políticas públicas, de ocupação de sindicatos, de organizações, cargos nas empresas, inserção em partidos políticos e inúmeros direitos de igualdade, respeitando-se a diferença da mulher que não pode ser tratada como desigualdade.

A organização das mulheres empresárias, defendida por outras, foi justificada pelo fato de que as demandas e os interesses são das próprias mulheres, portanto, as mudanças ou transformações estruturais necessárias devem partir delas mesmas. As próprias mulheres empresárias revelaram que se desejam cargos ou posições ou mudanças, são elas mesmas que têm que disputá-los e consegui-los pela competência e luta. E é, exatamente, para respeitar-se a igualdade de oportunidades. Para tanto, devem, então, prepararem-se, caso desejem entrar na disputa e provocar transformações. Esse grupo enfatizou que a organização de mulheres empresárias também tem o objetivo de contribuir com a preparação das mulheres para o trabalho e as disputas.

Acrescentaram que o espaço associativo possibilita motivar a organização de outras mulheres para ajudarem-se mutuamente a vencer obstáculos de diversas naturezas e para fortalecer suas posições ainda consideradas sem grande representatividade na esfera pública.

Além desses fatores, dentro desse mesmo grupo, outras empresárias justificaram a organização inicialmente separada dos homens como necessária para a preparação e capacitação de outras mulheres para a desinibição do uso da fala e da elaboração do discurso como preparo para a direção de reuniões, eventos, palestras ou outras atividades que exijam um papel de liderança. O discurso deve ser próprio e legítimo, tornando-o político e visto com respeito ao tratar de questões apresentadas pelas próprias mulheres. Ainda, a necessidade da preparação para a fala e o discurso deve-se ao processo histórico-cultural que excluiu as mulheres para esse exercício, ao impor-lhes uma formação diferente do homem na estruturação da sociedade.

Por meio desse preparo, aprenderam e aprendem a deliberar, interpelar, questionar, negociar, articular e elaborar críticas em relação aos temas em discussão. A partir desse âmbito micro, passaram e passam a atuar com as mesmas capacidades no âmbito macro, ou seja, em relação às políticas discutidas no âmbito institucional, inclusive na elaboração de políticas públicas para amenizar problemas da sociedade, a exemplo de leis, medidas e diversos projetos revelados nos depoimentos.

Se a cultura ocidental masculina fez essa exclusão em não prepará-las ou formá-las para tais funções, hoje são conscientes de que precisam ajudar e fortalecer outras mulheres para que, a partir daí, sejam também multiplicadoras, agentes de mudança, formadoras de opinião e capazes de exercerem com segurança as atividades e funções para atuarem no espaço público e político. Algumas empresárias afirmaram que os homens foram educados e treinados durante a vida toda para exercerem a fala, o discurso e o poder e que, há pouco mais de três décadas apenas, as mulheres começaram também a ser treinadas, formadas e educadas para essas funções. Portanto, ainda é muito pouco o tempo desse preparo para provocar mudanças estruturais na sociedade e na cultura. É uma conquista que está sendo realizada, que está em desenvolvimento e que deve ser feita pelas próprias mulheres. A primeira exigência, repetidamente confirmada pelas mulheres empresárias, é ter *competência* para participar do espaço público, para tornar-se visível, real, exercer a fala ou o discurso e, portanto, a ação, nas esferas de decisão. Dessa forma, ajudam outras mulheres a tornarem-se sujeitos políticos em potencial.

Pelo exposto, para muitas das entrevistadas, a organização específica de mulheres empresárias vem justificar a necessidade de sua existência para que a categoria empresarial

feminina se fortaleça no espaço público. Reunidas, primeiramente em uma organização específica, aprendem a discutir, debater e colocar suas opiniões, seus pontos de vista, por meio de suas experiências vividas e de suas dificuldades reais enfrentadas cotidianamente. A partir daí, passam ao planejamento para a superação de seus problemas e vão, paulatinamente, superando a desigualdade no acesso e intervenção na esfera pública e política.

As mulheres empresárias revelaram-se mediadoras, ou seja, com capacidade de articulação entre a sociedade civil e o Estado em diversas esferas. Conseguem convencer e obter apoio de pessoas influentes e o apoio de parlamentares, dos meios de comunicação ou da mídia – jornais, TV e rádio – usando do diálogo com vários interlocutores em busca de seus projetos e legitimidade entre a opinião pública.

Nesse sentido, as mulheres empresárias, por meio de suas representações políticas advindas de novas formas de organização nos variados espaços que ocupam, constroem sua imagem e poder por meio da união, estabelecimento de redes de interlocução entre seu espaço, a sociedade civil e a esfera governamental. Interpelam o poder estatal por meio de argumentações, do diálogo, da elaboração de novos direitos ou normas, redefinem valores e propõem novas formas de socialização e de união. Por meio das organizações e dos espaços ocupados pelo trabalho, atuam, vivem, experenciam e praticam as ações sociais e políticas concretamente. Por isso, no nível político e cultural propõem ações, defendem idéias e estão provocando mudanças.

O impacto da prática das ações sociais e políticas das mulheres empresárias, mesmo que ainda parcial e isolado, tem uma interferência positiva por ajudar na construção de uma cultura política mais democrática e mais aberta para a participação política. Isso serve de exemplo, tendo em vista que a cultura política brasileira ainda tem ranços do centralismo e do autoritarismo. Também, porque uma grande parte da sociedade brasileira ainda tem a concepção equivocada de que as decisões políticas devem ser tomadas somente pelo Estado ou pela elite política, que o espaço público se refere somente ao Estado e/ou à política institucional e que política se faz somente no âmbito estatal.

Por isso, a participação das mulheres empresárias contribui para desconstruir essas antigas idéias em relação ao Estado, à política e ao espaço público. Também por propor um novo relacionamento com o Estado ao mostrar que a política é feita em qualquer espaço público e, principalmente, que o espaço público deve ser organizado e criado por qualquer pessoa e todas as pessoas. Contribui, ainda, para fortalecer o direito de liberdade de qualquer e de todos os sujeitos em participar da esfera pública, não sendo essa, portanto, exclusiva do

Estado. Nesse sentido, as mulheres empresárias estão exercendo e buscando essa liberdade e o direito de cidadania.

Percebe-se a pregação do discurso em torno das virtudes cívicas, caracterizadas como valores republicanos e, portanto, a sinalização para a busca e a valorização de uma efetiva e verdadeira república, o que remete à ampliação e aperfeiçoamento da democracia, a uma sociedade ancorada nos valores da justiça e equidade, além de preocupações com um mundo comum, com o bem-comum e coletivo.

Lembramos que os valores da cultura democrática permitem e são caracterizados pela prática de interesses privados ou individualistas, enquanto a cultura cívica se caracteriza e prima, essencialmente, pela valorização da coisa pública, dos interesses públicos ou coletivos.

Nesse sentido, apesar de percebermos um discurso em torno da cultura cívica ou das virtudes cívicas, a sua prática efetiva, diária e como sustentação de todas as ações realizadas apresenta-se distoante dos discursos.

A maioria das mulheres empresárias apontaram as virtudes cívicas para o coletivo mais como propostas a serem adquiridas e praticadas por todas as pessoas em sociedade, do que, efetivamente, como práticas no seu dia-a-dia e/ou no espaço público coletivo e institucional.

Para ilustrar, lembramos que uma das características das virtudes cívicas republicanas prima pelo interesse público e coletivo sobre o interesse particular e, nesse exemplo, detectou-se apenas uma ação concreta no espaço coletivo. Os interesses de classe ou dentro do espaço associativo organizacional revelaram, ainda, a prevalência desses interesses corporativos do seguimento entre a maioria das mulheres sobre os interesses públicos e coletivos.

Ainda, a persuasão é também uma das características das virtudes cívicas republicanas e, apesar de ser um recurso adotado por muitas mulheres empresárias, essa prática se efetiva também mais no espaço empresarial setorizado e/ou no associativo, do que na esfera pública institucional ou no espaço coletivo.

Não obstante, ressaltamos que para que ocorram mudanças na sociedade, essas se dão, primeiramente, no pensamento e no conhecimento. E as virtudes cívicas republicanas que estão sendo requisitadas para as mudanças necessárias na sociedade foram constantemente percebidas na fala ou no discurso de todas as mulheres empresárias por meio de seus depoimentos.

Por isso, acreditamos no processo de mudança em andamento, pelo fato de que o pensamento dirige a ação e, esse, já sinaliza sua absorção pela maioria das mulheres empresárias.

Ao organizarem-se, defendem a idéia do pertencimento e de igualdade entre seus pares. Revelaram que a organização fortalece a capacidade individual como um sujeito coletivo, de acolhimento e de participação na sociedade. Construíram e estão construindo, portanto, uma consciência coletiva, uma consciência pública de legitimidade, de força e poder perante qualquer instância e outros sujeitos.

Por meio da ocupação de vários espaços públicos abriram e abrem canais de articulação, argumentação, mediação e representação para seus interesses, demandas e políticas públicas, algumas não somente para as mulheres empresárias, mas para as mulheres em geral, a exemplo de leis aprovadas e centros de apoio com debates e propostas sobre diversos temas pertinentes. Observa-se, assim, que os interesses já estão se ampliando para um espaço público mais abrangente, ou seja, para a sociedade como um todo ou para o coletivo e para o espaço institucional, apesar de, *no momento*, as ações nesse espaço coletivo e institucional apresentarem-se ainda isoladas e fragmentadas.

A auto-estima foi também um valor referencial constantemente citado pelas mulheres empresárias. Todas ressaltaram acreditar em suas potencialidades para qualquer atividade, função ou empreendimento, além de se perceberem como importantes e necessárias para o desenvolvimento da sociedade em todas as esferas, ou seja, no econômico, no social, no cultural e no político.

A consciência de um sujeito político é real e concreta entre as mulheres empresárias que compõem a nossa categoria de análise, confirmada pela participação nos diversos espaços públicos.

Comparando as práticas políticas que compõem o repertório das mulheres empresárias, comprovou-se que, em sua maioria, assemelham-se às práticas políticas do empresariado nacional e estadual de 1930 a 1945, apesar dos contextos diferentes.

As práticas políticas adotadas tanto pelas mulheres empresárias como pelo empresariado nacional e estadual são a prática da negociação, da mediação direta ou por meio de pessoas influentes no âmbito estatal ou *lobby*, a pressão e os recursos internos e externos como as reuniões, eventos, fóruns, seminários, convenções, encontros, jornais, revistas, panfletos e a mídia. A diferença percebida refere-se aos recursos tecnológicos que o empresariado nacional e estadual ainda não possuía, advindos do computador e seus usos. Comparando o recurso das mulheres empresárias no início de sua organização na década de 1980 com os recursos adotados atualmente, a única diferença foi o acréscimo do uso do *e-mail*.

Podem-se caracterizar as práticas das ações da maioria das mulheres empresárias de nosso estudo com tendência aos contatos diretos e pessoais, portanto, da negociação direta; os encontros ou contatos acontecem mais com os órgãos estatais no âmbito local; atuação como canais estratégicos de pressão junto aos órgãos decisórios para reivindicação das demandas; representação dos grupos ou associações por meio da mediação que pode ser tanto um papel político da própria empresária entre o grupo e o governo, como pode recorrer a um representante político ou pessoa influente para atuar como mediador.

A inovação das mulheres empresárias em relação às práticas políticas, apesar de já ser adotada desde o início da formação e organização do empresariado nacional e estadual, foi a sua própria associação, que significou uma nova prática política *em si* para elas mesmas.

Apesar da associação de profissionais liberais ser usualmente conhecida entre outros atores sociais, não era exercida pelas mulheres empresárias. Por isso, a partir da década de 1980, principalmente, essa participação por meios associativos tornou-se um novo padrão emergente de prática política para uma parcela das mulheres empresárias mineiras, tendo em vista que não são todas que participam de uma organização ou associação.

Em síntese, o resultado de nossa pesquisa mostrou positivamente uma participação social e política efetiva das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais no âmbito e a partir de seu espaço associativo e de outras mulheres fora desse espaço. A organização, apesar de possuir pouca abrangência, é real.

Os discursos, por meio dos depoimentos, apesar de não serem coerentes com a prática das ações por estarem à frente dessas, mostraram-nos o conhecimento dos valores e virtudes cívicas republicanas e a proposta de mudança por meio de valores morais, éticos, do dever moral, do dever cívico ou da obrigação política entre a maioria das empresárias. Percebeu-se a denúncia da falta desses valores na maior parte da sociedade brasileira, caracterizada pela apatia e pela descrença em relação à política institucional e ao Estado. Por isso, a ênfase nos valores que faltam e naqueles que devem ser buscados e praticados para se conseguir uma sociedade menos desigual e mais justa.

Revelaram conhecer a existência de conflitos, de dificuldades, de práticas ainda tradicionalmente corporativistas, clientelistas ou patrimoniais no âmbito do Estado e na sociedade, de um poder ainda assimétrico, vertical, da existência de grande desigualdade social e injustiças, descasos e tantos problemas já citados em seus depoimentos. Revelaram conhecer, também, por meio das denúncias, os inúmeros, incontáveis e imensos problemas existentes na sociedade em que vivem.

As mulheres empresárias mineiras mostraram que algumas mudanças já começaram por meio de suas atitudes, posturas e visões de mundo e que essas são possíveis. Lembramos aqui, do que Berstein afirma na Introdução deste trabalho, isto é, de que a cultura política não é homogênea, não é universal, não é unívoca e nem é um dado fixo.

A mudança em curso é concreta, real e visível em vários espaços ocupados pelas mulheres empresárias, confirmando que os primeiros passos já foram dados e que o processo para uma nova prática política de participação na esfera pública continua avançando. Isso pôde e pode ser comprovado por meio dos depoimentos das mulheres empresárias entrevistadas nos quais cada uma, com seu desprendimento, boa vontade e espírito de colaboração, contribuiu para o registro de parte da memória de uma amostra das mulheres empresárias do estado de Minas Gerais na década de 1980 a 2006.

As mulheres empresárias mostraram e mostram que uma mudança é possível sem desfazer de seu modo de ver o mundo, integrando o dever moral com a obrigação política, a racionalidade com o desejo e a afetividade, a realidade com o sonho. A participação das mulheres empresárias na esfera pública e política confirma um avanço na autonomia e a busca pela “ética da igualdade” nessa autonomia de participação e intervenção, pelo fato de estarem buscando as normas que desejam e acreditam para reger as suas vidas e a sociedade.

É isso que revelaram e revelam. E, para quem acredita, como nós, que cada pessoa que vem ao mundo é capaz de transformar ou iniciar algo novo, então, nada é inaudito ou impossível ou imutável.

As mulheres empresárias do estado de Minas Gerais *estão* iniciando algo novo.

Eu vi!

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. & ABREU, A. R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Crise e transição: Uma interpretação do momento político nacional. *Dados*, v. 25, n. 23, 1982.
- _____. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In.: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- ABREU, João Francisco de.; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Tipologia de regiões*. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.
- ACESSO a Instâncias de Poder. *Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: Balanço Nacional cinco anos após Beijing/Articulação de Mulheres Brasileiras*. Brasília: AMB, 2000.
- AHU, Bahia. In: CASTRO, Eduardo de Almeida. Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro. n. 20.795. Ofício do Ouvidor da Comarca de Sergipe d'El Rei, para D. Rodrigo S. Coutinho, de 6/8/1800.
- ALMEIDA, Guido Antônio de. "Algumas Considerações sobre a Concepção Moral Cristã e a Modernidade Filosófica." In: Síntese, Nova Fase, v. 18, n. 55, out/dez. 1991, p. 492 apud PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. *Masculino/feminino: tensão insolúvel: sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996 (Gênero Plural).
- _____. *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- ALMEIDA, Sônia. Assumindo a parte que lhe cabe. *Rumos*. Ano 24, n. 167, Dez. 1999.
- ALMOND, G. A. Corporatism, Pluralism, and Professional Memory. *World Politics*, n. 35.1983.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e femininos: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1977.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, J. F. Ciudades intermedias y tecnópolis potenciales em Minas Gerais – Brasil. *Tiempo y Espacio*. n. 8, 9.10, p. 23-32. Chillán, Universidad del Bío-Bío, 2000.

_____. 2001 (dados de 1991, 1996, 1997).

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o Novo Repertório da Ação Coletiva nas Minas Setecentistas. *Varia História*. Belo Horizonte, Revista do Departamento de História – Programa de Pós-Graduação. FAFICH/UFMG, n. 28, p. 29-38, dez./2002.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANSOLF, H.; MCDONNEL, E. J. *Implantando a administração estratégica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. *A nova estratégia empresarial*. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Estratégia empresarial*. São Paulo: McGraw Hill, 1980.

AQUINO, Cleber. História empresarial vivida. O empreendedor e o empresário. São Paulo: *Gazeta Mercantil*, 1986. v. II.

ARAGÃO, Joaquim. Modernização, abordagem empírica das empresas frente às exigências do transporte. In.: In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

ARAÚJO, Odília Sousa de. O direito à seguridade social. In.: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). *Política social preventiva: desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. Políticas públicas e redução da pobreza. In.: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). *Política social preventiva: desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo; Posfácio de Celso Laser. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Org. Antônio Abranches; Tradução de Helena Martins et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *As Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. “Labor, Work, Action”, 1987, p. 41. In.: DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *La Condition de l’homme moderne*. Tradução francesa – Calmann – Lévy, 1961; reed. 1983.

_____. Walter Benjamin: 1892-1940. In.: _____ *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann; posfácio Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. coleção - v. 1, 2, 3, 4.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. de Nestor Silveira Chaves. Bauru, (SP): EDIPRO, 1995. (Série Clássicos).

_____. *Estudos Políticos*. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. *A propósito da teoria política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os Sistemas Urbanos. cap. 5. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

ASCARELLI, Túllio. Origem do Direito Comercial. Trad. Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 103, jul./set./1996.

_____. O Empresário. Trad. Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 109, p. 183-189, jan./mar./1998.

AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento na América - Capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG - Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer e fazer - palavra e ação*. Tradução, apresentação e edição brasileira de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. *Proposta*. n. 84/85, mar./ago., 2000.

AZEVEDO, Sérgio de. & PRATES, Antônio Augusto Pereira. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991.

BALANÇO Social. *Sistema financeiro RURAL*. Belo Horizonte: SMPB Comunicação (Editoração); Editora/01.2003. 3 v.

BANCO de desenvolvimento de Minas Gerais. *Minas Gerais do Século XXI*. Uma visão do novo desenvolvimento. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. Especial.

BANDEIRA, Lourdes Maria; OLIVEIRA, Eleonora M. Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero no Grupo de Trabalho Mulher e Política. *Ciências Sociais Hoje*, 1991.

BARBOSA, Águida Arruda. A mulher na área jurídica – família. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Belo Horizonte:

Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

BARKER, Enerst Sir. *Teoria Política Grega*. Tradução de Sérgio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Editora UNB, 1978.

BARROS, F. Borges de. "O Castelo da Torre de Garcia d'Ávila". *Annaes do Archivo Público da Bahia*. v. 24, p. 45-47, 1935.

BAVA, S. C. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. Mimeo. 2000. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. Belo Horizonte: Roma Editora, 2000. v. I e II.

_____. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 1970.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BELLE, F. Executivas: quais as diferenças da diferença?. In.: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: Alast, 1998.

BENHÁBIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. (Coords.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

BENTLEY, Arthur F. *The Process of Government*, Evanston, III., Principia Press, 1949 apud OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Liderança: administração do sentido*. São Paulo: Atlas, 1994.

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX & SIRINELLE (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BETHLEN, Agrícola. *Evolução do pensamento estratégico no Brasil: textos e casos*. São Paulo: Atlas, 2003.

BIGNOTTO, Neuton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BIRULÉS, Fina (Compiladora). *Hannah Arendt: El Orgulho de Pensar*. Barcelona (Espanha): Editorial Gedisa S.A., 2000.

BLAY, Eva Alterman. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo: USP, n. 1, p. 87, mar./maio/2001.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

_____; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da República*. Trad. Daniela Beccacio Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOHSTED, John. The moral economy and the discipline of historical context. *Journal of Social History*. (1992): 265-284.

BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela (Orgs.) *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BORBA A; FARIA, Nalu; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90... In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. (Org.). *Corporativismo e desigualdades*. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991.

_____. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1987.

_____. (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____; _____. LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. H. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Trad. Ana Rabaça. (s/l). Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

BRASIL. *Novo Código Civil*. Senado Federal. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

BRESCIANE, Maria Stella Martins, (Org.). A mulher no espaço público, *Revista Brasileira de História*. n. 18.

BRITO, Rodrigo Toscano. O empresário, o não empresário e as sociedades simples e empresárias no Código Civil de 2002. *Jornal da Serjus*. Belo Horizonte, p. 4, dez./2003, ano IV, n. 59. Edição Especial.

BRITO, Maria Noemi Castilhos; PRÁ, Jussara Reis. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil – 1975/1986. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. ANPOCS – XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 1987.

BRUNO, L. *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e Trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, p. 179-199, 2. sem., 1994.

_____. BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la história del mundo*. Trad. esp., Buenos Aires: El Ateneo, 1944.

BURNAHM, James. Los Maquiavelistas: defensores de la libertad. Buenos Aires: Emecé Editores, 1945. In.: AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BUTTAFUOCO, Annarita. Entre cidadania política e cidadania social. Projetos e experiências do movimento político das mulheres na Itália liberal. In. BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Ângela (Orgs.). *O dilema da*

cidadania: direitos e deveres das mulheres. Trad Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CÂMARA, Cristina; CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In.: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CANÇADO, Vera et al. Capacidade gerencial das empresas de ônibus frente ao órgão gestor em Belo Horizonte. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

CANTO E MELLO, Branca. Da Instrução da Mulher. *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF*. v. 23, 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. In.: MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Maio, v. 3, n. 17, 1967.

CARDOSO, Iredé. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CARDOSO, Sérgio. (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E.B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, Alysso et al. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Proex, 2000.

CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. 1956.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

_____. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CARVALHO, Leda Rabello apud BALANÇO Social. *Sistema Financeiro RURAL*. Belo Horizonte: SMPB Comunicação (Editoração); Editora/01.2003. 3 v.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. *Sociologia aplicada à Administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CASTRO E SILVA, Carlos Roberto de. Uma Contribuição do Conceito de Cidadania Ativa. *Psicologia & Sociedade*. v. II, n. 2. p. 64, jul./dez. 1999.

CAVALCANTI, Raíssa. O modelo cristão de mulher. In.: _____. *O casamento do sol com a lua – Uma visão simbólica do masculino e do feminino*. São Paulo: Cultrix, 1995.

CERRONI, Umberto. *O Pensamento Político: das origens aos nossos dias*. Trad. H. Silva Letra. São Paulo: Martins Fontes, Editorial Estampa, 1974.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1974.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Organizadora: Ofélia de Lanna Sette Torres; Trad. e adaptação Araky Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. I e II.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. PT – Por uma nova política. *Desvios*. nov./1982.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978.

CHONG, D. *Collective Action and the Civil Rights Movement*. Chicago, The University of Chicago Press, 1991. In.: ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPRJ/UCAM; Revan, 1998.

CHRISTIANSEN, Rupert. *Paris Babilônia*. A capital francesa nos tempos da Comuna. Trad. Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CLEGG, Stewart.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. Organizadores brasileiros: Miguel Caldas, Roberto Fachin, Tânia Fischer. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Poder, linguagem e a ação nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Trad. Araky Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

COASE, Ronald. The nature of the firm. *Economica*. NS, v. 4, n. 16, nov. 1937.

COELHO, Fábio Uchoa. Consulta sobre dispositivos do nosso Código Civil, atinentes ao registro das sociedades simples. *Jornal da Serjus*. p. 10-1. Belo Horizonte, dez./2003, ano IV, n. 59. Edição Especial.

COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COMMONS, John R. Representation of Interests. In: _____. *Representative Democracy*. New York, Bureau of Economia Research, Cap. II, s./d; *Institutional Economics*, Madison, University of Wisconsin Press, 1959, II, p. 877-903. *The Economics of collective Action*, New York, Macmillan, 1950.

COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1995.

CORRÊA, David. Pedroso; BÊRNI, Duílio de Ávila. *O Conceito de Empresário Empreendedor Schumpeteriano e sua Atualização*. duilio@prucrs.br.

CORRÊA, M. L. & PIMENTA, S. M. Estratégias de modernização sistêmica: participação e formação profissional na indústria de Minas Gerais. In.: Congresso Latino Americano Del Trabajo. Buenos Aires. *Anales eletrônicos*. ALAST, 2000.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992

COSTA, Ana Alice Alcântara. Mulher e Poder: um caso de exclusão. In.: *Mulheres no Poder*. uma construção coletiva. CNMT - CUT (Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora - Central Única dos Trabalhadores), 1993.

COSTA, Carlos Gomes da. *Trabalhando o social no dia-a-dia*. Belo Horizonte: CIDS: ASFAS, 1995.

COSTA, Lígia Militz da. *A política de Aristóteles*: mimese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*. São Paulo, n, 36, p. 59, 1995.

CRITELLI, Dulce Mara. Hannah Arendt: a vida ativa e a ação. Ontologia da política. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez: FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil e espaços públicos. Relatório de pesquisa. Fundação Ford, mimeo, 2000, p. 13 apud GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. (Cap. 3).

_____. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Lidador Ltda. 1966 e 1970.

DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant. (Orgs.). *Gestão com pessoas e subjetividade*. São Paulo: Atlas, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEJOURS, Christophe. Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In.: CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização*: dimensões esquecidas. Trad. Arakcy Martins Rodrigues et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. Coleção Repensando a História.

_____. *Ao Sul do Corpo*. Condição Feminina, Maternidade e Mentalidades no Brasil-Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In.: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

DELGADO, Dídice G; CAPPELIN, Paola; SOARES, Vera (Orgs.) *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

DESPAX, Michel. *L'Entreprise et la Droit*. Paris: Libr. Générale de Droit et de Jurisprudence, 1957.

DIAGNÓSTICO Nacional da Indústria da Construção. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1984. v. 2.

DIETZ, Mary G. Hannah Arendt and Feminist Politics. In.: HINCHMAN, Lewis P. and HINCHMAN, Sandra K. (Edited). *Hannah Arendt: critical essays*. (SUNY series in political theory. Contemporary issues) State University of New York Press, Albany. 1994.

_____. Citizenship with a feminist face: The problem with maternal thinking. In.: *Political Theory*, v. 13, n. 1, p. 19-37, s/d.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2005.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O empresariado e o momento político: entrega a nostalgia do passado e o temor do futuro. *Ciências Sociais Hoje*, 1986. ANPOCS.

_____. Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*, n. 5, p. 48-81, 2000.

_____. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. *Dados*, n. 22, 1979.

_____; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____; _____. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

_____; _____. Reconfiguração do mundo empresarial: associações de representação de interesses, lideranças e ação política. Trabalho apresentado no *XXV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu-MG, p. 16-20, nov./2001.

_____; _____. LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

DI TELLA, Torcuato S. Violence and Revolution. In.: _____. *Latin American Politics – A Theoretical Framework*. University of Texas Press, Austin.

DOLABELLA, F. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Cultura Editores, 1999.

_____. *Empreendedorismo, uma forma de ser* saiba o que são empreendedores individuais e coletivos. Brasília: Agência de Educação para Desenvolvimento, 2003.

DOMINGUES, Ivan; PINTO, Paulo Roberto Margutti; DUARTE, Rodrigo (Orgs.). *Ética, Política e Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. 1956.

DRUCKER, Peter. *Inovação e espírito empreendedor* - entrepreneurship – práticas e princípios. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1987.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1986.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1995.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a minoridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. ANPOCS.

_____. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. *Ciências Sociais Hoje*, 1992. ANPOCS. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

_____. Empresariado e política em Minas Gerais. In.: *Revista do Departamento de História*. n. 10, Cadernos DCP – n. 8. (Número conjunto), Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1990.

DUTRA, Eliana R. De Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Revista do Departamento de História – Programa de Pós-Graduação – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez./2002.

EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In.: CLEGG, Stewart R; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

ELSTER, J. The Cement of Society. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. p. 186-7 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPRJ/UCAM; Revan, 1998.

ENCONTRO Mineiro da Mulher Empreendedora - FEDERAMINAS. (Realizado anualmente). mimeo.

ENEGRE, N, André. *La pensée politique de Hannah Arendt*. Paris. PUF, 1984.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. e SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher. CCDM – Espaço de Interlocução entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FAINSOD, Merle & GORDON, Lincoln. *Government and the American Economy*. New York, w.w. norton, 1948.

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Cíntia San Martin. A modernidade e a construção do espaço público em Hannah Arendt e J. Habermas. *Revista Uniclar*. p. 56, mar./2000.

FERREIRA, R. M.; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Fundação Getúlio Vargas. s.d.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 242.

FERRI, Giuseppe. *Manuale di Diritto Commerciale*. Turim: Unione Tipográfica, 1956.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Prefácio de Laura de Mello e Souza. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____; MAGALDI, Ana Maria. Negras de tabuleiro e vendeiras: A presença feminina na desordem mineira do século XVIII. *Ciências Sociais Hoje*, 1984.

FIN de Siglo: Género y cambio civilizatorio. *Isis Internacional*. Edictones de Las Mujeres. n. 17, 1992.

FLASCO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. *Mulheres latinoamericanas em Dados*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1993.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura de Empresa e Novas Formas de Gestão da Força de Trabalho. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991.

FOLDER do Centro de Referência da Mulher e da Família. Belo Horizonte/Clinica de Psicologia Newton Paiva, 2006.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques et. al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: s/e, 1959.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GAJ, Luís. *Tornando a administração estratégica possível*. São Paulo: MacGraw-Hill. 1990.

GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. tradução de Ivo Korytowski: Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil o caso do Instituto Ethos. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARRIGUES, Joaquín. Tratado de Derecho Mercantil. *Revista de Derecho Mercantil*. Madri, 1947.

GERGEN, Mary McCanney (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

GERARD, Alice. *A Revolução Francesa: Mitos e interpretações*. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1977;

GERRIG, Richard J.; ZIMBARDO, Philip. G. *A psicologia e a vida*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 16. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GERSCHMAN, Sílvia & VIANNA, Maria Lúcia Werneck. (Orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente – Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In.: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. In.: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. Maria Leticia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Orlando. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

GONÇALVES, Nair Lemos. A mulher no direito do trabalho. In.: *Ciência e Cultura*, 33(1), Jan. 1981.

GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris*. Os assaltantes do céu. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção tudo é história.

GRAJEW, O. Negócios e responsabilidade social. In: ESTEVES, (org.). *O dragão e a borboleta: Sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GROSHOLZ, Emily. Mulheres, História e Deliberação Prática. In.: GERGEN, Mary M. Canney. (Ed.). *O Pensamento Feminista e a estrutura do conhecimento*. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

GRUPOS econômicos. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. v. 1, n. 1, jan./dez, 1965.

GUEIROS, Mônica M. Barbosa. Sucessão Familiar: o caso de uma empresa transportadora na região metropolitana do Recife: uma visão dos dirigentes. In.: LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa familiar brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Leone@openlink.com.br/.

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In.: ARIÈS, Philippe; Duby, Georges (Direção). *História da vida privada*. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. Trad. Denise Bottman e Bernardo Jaffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

GUTENBERG, Erich. A direção da empresa como centro de formação da vontade, especialmente os dois conceitos de empresário. In.: _____. *Fundamentos da teoria das ciências econômicas*. 13. ed. Berlim, Heidelberg, Nova Iorque. v. 1 (A Produção), cap. 18, II parte, 1951, 1967.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

HÄHNEL, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos de mulher no Brasil - 1850-1940. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALL, Catherine; SWEET HOME. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. Org. Michelle Perrot. *História da vida privada*. Trad. Denise Bottman e Bernardo Jaffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

HELLER, Agnes. FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In.: _____. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HENRY, Etienne. OnibusCad, cadastramento tipológico e dinâmica de escala da viação. In.: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. (Orgs.). *Viação ilimitada – Ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

HERCULANO, S. C. Do Desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In.: Goldenberg, M. (Org.). *Ecologia e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HERRING, E. Pendleton. *Group Representation before Congress*. Washington, Brookings Institution, 1929.

HINCHMAN, Lewis. P. and HINCHMAN, Sandra K. (edited by). *Hannah Arendt: critical essays*. (SUNY series in political theory. Contemporary issues). State University of New York Press, Albany, 1994.

HIRATA, Helena. *Sobre o modelo japonês: Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

HISTÓRIA Econômica e História de Empresas. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. HUCITEC/ABPHE. II, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. *Revolucionários*. Ensaio Contemporâneo. Paz e Terra. 1982.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Políticas da produção de conhecimento em tempos globalizados. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XII. s/d.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992.

HONIG, Bonnie (Edited by). *Feminist interpretations of Hannah Arendt*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park, 1995.

_____. Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity. In: _____. (edited). *Feminist interpretations of Hannah Arendt*. The Pennsylvania State University Press, University Park, 1995.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Jaffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4., p. 121-2.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. elaborado pelo IBGC (www.ibge.org.br). 2005.

IRIGARY, Luce. *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. *This sex which is not one*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

KEHL, Maria Rita. *A Mínima Diferença: Masculino e Feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1996.

KRANTZ, Frederik. (Org.). *A outra história*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

KRISTEVA, Júlia. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras: Hannah Arendt, Melaine Klein, Colette*. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna - Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 34, p. 227-250, 1999.

KWASNICKA, Eunice Lacava. *Teoria geral da administração: uma síntese*. 2. ed. São Paulo:Atlas, 1989.

LAFER, Celso. O significado de República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

LALANDE, André. Vocabulário Técnico y crítico de la filosofía. Trad. esp., Buenos Aires: El Ateneo, v. 2, 1953.

LARRY, May; KOHN, Jerome (Editors). *Hannah Arendt: twenty years later*. Studies in contemporary German social thought. Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, Massachusetts: MITPress, 1996.

LATHAM, Earl. *The Group Basis of Politics*. Ithaca, Nova York, Cornell University Press, 1952.

LAYRAZRGUES, Philippe Pomier. *A Cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Desafios da escrita política*. Trad. Eliana de Melo Sousa. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LEI de Manu. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hindu%C3%ADsmo#As_Leis_de_Manu>. Acesso em 19/07/2006.

LEITE, Márcia. (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Papyrus, 1997.

LELOUP, Yves. 1970, apud BANCO de desenvolvimento de Minas Gerais. Minas Gerais no século XXI. Reinterpretando o espaço mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. 2.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. *A empresa familiar brasileira e a opinião de seus dirigentes sobre o processo sucessório*. Leone@openlink.com.br/.

LEVI, G. Usos da biografia. In.: FERREIRA, M. M.; AMADO J. *Usos & abusos da história oral*. Fundação Getúlio Vargas, s/d.

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro, 1945 apud DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*, 1984. ANPOCS.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

LIMA Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIPSET, Seymour Martin. (Org.). *Política e Ciências Sociais*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

_____. *O Homem Político*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LODI, João Bosco. *A empresa familiar*. São Paulo: Pioneira, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. São Paulo. (DATA)

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. "A vida cotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais". In.: *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. *Globalização*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, 1, 10. In.: AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Cap. III).
- MARTINS, Luciano. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Maio, v. 3, n. 17, 1967.
- MASLOW, Abraham Harold. *Maslow no gerenciamento*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001.
- _____. *Introdução à psicologia do ser*. 2. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, s.d.
- _____. *Motivational personality*. New York: Harper & Brothers, 1954.
- MATOS, Maria Izilda Santos. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.
- MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do Banco do Brasil (Primeira Fase, 1808-1835)*. Rio de Janeiro (s/e), 1947.
- MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México. D. F.: El Colégio de México, 1999.
- MENDES, Otávio. *Direito Comercial Terrestre*. São Paulo: Saraiva & Cia., 1930.
- MENDONÇA, J. X. Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1953.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: (1920-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MICHELETTI, Camila. *Use a experiência alheia a seu favor*. Disponível em: <<http://carreiras.com.br/comunidades/campus>>. Acesso em mar./2003.
- MIGUEL, Isabel Castello. O administrador empreendedor e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista Brasileira de Administração*. Ano XV, n. 49, p. 57. Jun. 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In.: *Estudos Feministas*, 2001, v. 9, n.1, p.253-267.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. ANPOCS – XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1987.
- MINTZBERG, H. et al. *Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MIRANDA, Glaura Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. n. 15, p. 22, dez. 1975.

MIRANDA FILHO, Mario. Politeia e Virtude: as origens do pensamento republicano clássico. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Série Teoria Política. 24, Coleção Documentos, p. 1-25, set./1996.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MORENO, Francisco José & MITRANI, Bárbara. (Orgs.). *Conflict and violence in Latin American politics*. A book of readings. New York: Yhimas Y. Company, 1971.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-feita*. Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000;

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez. Brasília (DF): Unesco.

MOTT, Luiz R.B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. v. LIII, n. 105, p. 81-106, 1976.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de história política. Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. *Revista de História*. LPH. Departamento de História UFOP, n. 6, 1996.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva 1996.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

NEVES, Magda de Almeida. *Relações de gênero e práticas sindicais*. Grupo Temático: A Transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais. XIV Encontro Anual ANPOC.

NÉRI, José Nadi. Sociedade simples e empresária. *Revista RTD Brasil*. Brasília, abr./2003, n. 144.

NORMANDO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo (s/e), 1939.

NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

O MERCADO será delas? *Gestor* - Revista Mineira de Administração (Mulheres na administração de negócios). Belo Horizonte, v. 3, ano 1, Nov./2001.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do Trabalho e da Política*. Trad. de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, C. A. (Org.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de. Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã. In: *Responsabilidade Social das empresas*. (Vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença - O feminino emergente*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. As pedras no bolso do feminismo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 2 (3), p. 36, 1983.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987. v. 1 e 2.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. v. 1 e 2.

_____. *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

_____. *Problemas de política objetiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.

ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ORENSTEIN, Luiz. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPRJ/UCAM; Revan, 1998.

O'SULLIVAN, Liam. Os pensadores modernos: Herbert Marcuse e Hannah Arendt – “críticos do presente”. In.: *O pensamento político de Platão à OTAN*. Tradução de Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

PAOLI, M. C. apud ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Origens sociais e étnicas do empresariado paulista. *Revista de Administração de Empresas*. n. 11, jun., 1964.

_____. Desenvolvimento Econômico e o Empresário. *Revista de Administração de Empresas*. N. 32, jul. 1992, p. 6-12. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Práticas da memória feminina. In.: A mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 9, n. 18, ago. 1998.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottaman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Poder dos homens, potência das mulheres? O exemplo do século XIX. *Cultura Vozes*. n. 1, jan./fev./1995, p. 6-7.

PIMENTA, Solange Maria. (Org.). *Recursos Humanos: Uma dimensão estratégica*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. CORRÊA, Maria Laetitia. (Orgs.). *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Belo Horizonte: Autêntica / CEPEAD / FACE / UFMG, 2001.

PIMENTEL, Sílvia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto sujeito político. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. A mulher como sujeito político: o caso latino-americano. In.: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. ANPOCS – XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1987.

_____. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo: USP, n. 1, p. 87, mar./maio/2001.

PITKIN, Hannah Fenichel. Justice: On Relating Private and Public. In.: HINCHMAN, Lewis P. and HINCHMAN, Sandra K. (Edited). *Hannah Arendt: critical essays*. (SUNY series in political theory. Contemporary issues). State University of New York Press, Albany, 1994.

PLATÃO. *A República*. Trad. Eduardo Menezes. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

PLUM, Werner. *O empresário, personagem marginalizado na sociedade industrial*. Trad. Elisabeth Maria Coissetti. Cadernos do Instituto de Pesquisas da Fundação Friedrich Ebert, 1979.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais Ltda., v. 2, n. 3, 1989.

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PORTO, Maria de Fátima Silva. *De batom e salto alto: experiências de emancipação de mulheres empresárias de Patos de Minas - 1980-1990*. São Paulo: Annablume, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRATES, Fernando Martins. (Coord.). As Condições de Vida. Cap. 3. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. Belo Horizonte: Roma Editora, 2000. v. I.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985. In.: ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPRJ/UCAM; Revan, 1998.

PUPPIM, A. Mulheres em cargos de comando. In.: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero / Fundação Carlos Chagas, 1994.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In. LOPES, Z (Org.). *A história em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In.: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Feminizar é preciso ou Por uma cultura filógena. *Labrys, estudos feministas*. n. 1-2, jul./dez./2002.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys, estudos feministas*. n. 3, jan./jul./2003.

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento - política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. *Políticas da Escrita*. Trad. Raquel Ramallete et al. São Paulo: Ed. 34, 1997.

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Gráfica Palas Athena, 1993.

REBOUÇAS, Tadeu Cunha. *Procedimentos de ação: uma contribuição ao programa de assistência gerencial às pequenas e médias empresas nordestinas*. Belo Horizonte: (s.n.), 1976. manuscrito.

REDHEAD, Brian (Introdução). *O Pensamento político de Platão a OTAN*. Tradução de Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

REDLICH, Fritz. Der Unternehmer. *Wirtschafts und Sozialgeschichtliche Studien*. (O empresário. Estudos de história econômica e social). Goettingen, 1964, p. 91s. apud PLUM, Werner. *O Empresário, Personagem Marginalizado na Sociedade Industrial*. Trad. de Elisabeth Maria Corsetti. Bonn: Friedrich – Ebert – Stiftung, 1979.

REIS, Fábio Wanderley. *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. 2. ed. rev. atual., Belo Horizonte:UFMG, 2000.

_____. Política e participação. Notas sobre aspectos doutrinários e empíricos. *Revista USP*, São Paulo, n. 1, p. 6-23, mar./maio 1989.

REIS, José Carlos. *A história, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

RENAUT, Alain (Direção). *As Filosofias Políticas Contemporâneas (Após 1945)*. História da Filosofia Política / 5. Trad. Elisa Pereira e Filipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1993, v. 1.

RESPONSABILIDADE Social das empresas. (Vários autores). São Paulo: Peirópolis, 2002. Prêmio ETHOS/Valor.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e paisagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Aspectos Demográficos do Espaço Mineiro. Cap. 3. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. v. II, Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

RODRIGUES, Henrique Estrada; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RODRIGUES, Jorge Martins. A rivalidade comercial de norte-americanos e ingleses no Brasil do século XIX. *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, n. 1, São Paulo, 1953.

ROSSI-DORIA, Ana. Representa um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In.: BONACCI, Gabriella; GROPPPI, Ângela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ROSE, R. B. Jacquerie em Davenescourt em 1791: uma revolta de camponeses na Revolução Francesa. In.: KRANTZ, Frederik. (Org.). *A outra história*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

RUDÉ, George. *A multidão na história*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra. 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAFFIOT, Heleiet I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro A, 1969.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. A Construção Econômica Recente. Cap. 1. In: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. O Ponto de Partida. v. I. Belo Horizonte: Roma Editora, 2000.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

_____. A dual-lógica da ação coletiva. In: *DADOS*. Revista de Ciências Sociais. 1989, v. 32, n. 1/23-39 apud ORENSTEIN, Luis. *Estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM; Revan, 1998.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In.: BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Ângela. (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. v. 1: O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *A Política*. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Prefácio de Georges Photios Tapinos. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminino mudou a ciência?* Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001 (Coleção Mulher).

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

_____. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Traducción por José Diaz Garcia. Madrid: Gráficas Color Maria Zayas, 1971.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SERVAS, 1977, p. 22. In.: LIMA Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In.: *Responsabilidade social nas empresas*. (vários autores). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SEWELL, J. R. William. *Collective violence and collective loyalties in France: Why the French Revolution made a difference*. *Politics and Society*. 4 (1990): 527-552.

SIFFERT FILHO, Nelson; SILVA, Carla Sousa. As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças. In.: _____. *A Economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SILVA, Maria Beatriz N. *Cultura no Brasil-Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SINGER, Paul. A crise nas relações de trabalho. In.: NABUCO, M. R. & Neto, A. C. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneo*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da PUC-MG, 1999.

_____. *Curso de Introdução à economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

SITUANDO Diferenças. *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP - Campinas. São Paulo. (5), 1995.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão Técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Maquiavel*. Trad. Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. República: evocação da origem, reconstrução do princípio – comentário sobre “o significado de República”, de Celso Lafer. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 225-231, 1989.

SOARES, Marcelo Leite Coutinho. *Noções gerais sobre a filiação*. Disponível em <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=667>>. Acesso em 19/07/2006.

SOARES, Ricardo Prata et al. Estado, Participação, Política e Democracia. *Ciências Sociais Hoje*, 3 Brasília: CNPq/Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOIHET, Raquel. História das mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas*. Mimeo.

SOMBART, Werner. *O Burguês*. Contribuição à história moral e intelectual do homem da economia moderna. Leipzig, 1913.

SOUZA, Inglês de. *Preleções de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1935.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez. Reflexões sobre a participação política. In.: Estado, Participação Política e Democracia. *Ciências Sociais Hoje*, 3. Brasília: CNPQ/Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito de empresa: um desafio que persiste? *Síntese Jornal*. São Paulo, ano 7, n. 84, p. 16-20, fev. 2004.

SROUR, Robert Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campinas, 1998.

STOKES, Willian B. Violence as a power factor. In Latin American politics. In.: MORENO, Francisco José & MITRANI, Bárbara. (Orgs.). *Conflict and violence in Latin American politics*. A book of readings. New York: Yhimas Y. Company, 1971;

STORLOKKEN, Tanja. Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt. In.: *Crítica marxista*. Campinas: Revan, n. 23, 2006.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. 264 p.

_____; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TARROW, Sidney. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In.: TRUGOTT, Mark. *Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French contention*. In.: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*.

TAVARES, Mauro Calixta. *Gestão estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.

TEIXEIRA, Francisca Alba.; BUENO, M. R. *Minas são várias*. Belo Horizonte: FUMARC/PUC. MG, 1998.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In.: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1. sem. 1990.

_____. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: _____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. 34, 2001. USP – Curso de Pós-graduação em Sociologia.

_____. VILLAS-BÔAS, Renata (Orgs.). *Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania*. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. Belo Horizonte: Tec Art Editora Ltda. 1995.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: O espectro do mercado. *Revista de Administração Pública*. v. 33, n. 5, p. 98, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed., Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Ética e História Oral. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC*. São Paulo: Educ, 1981.

TILLY, Charles apud TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continuities and Discontinuities in the History of French Contention. In.: TRAUGOTT, Mark. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. London: Duke University Press, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Trad. de Yvonne Jean. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. de Modesto Florenzana. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. *A Democracia na América*. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

TOLDO, Mariesa. Responsabilidade Social Empresarial. In: *Responsabilidade social das empresas*. (Vários autores). São Paulo: Petrópolis, 2002.

TORQUATO, F. G. *Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos para a nova empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOURAINE, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Trad. Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

TRAUGOTT, Mark. Barricade as repertoire: Continuities and discontinuities in the History of French Contention. In.: _____. (ed.). *Repertoires & Cycles of Collective Action*. London: Duke University Press, 1995.

TRUMAN, David B. *The Governmental Process*. New York, Alfre A. Knopf, 1958.

UDE, Walter. Redes sociais – Possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In.: CARVALHO, Alysson et al. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

VERGUEIRO, Laura (Laura de Mello e Souza). *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VERUCCI, Florisa. A Mulher no Direito de Família Brasileiro – Uma história que não acabou. In.: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG – Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

VIANNA, Segadas. *Instituições de Direito do Trabalho*. 11. ed. v. II. São Paulo: Letra, 1991.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004.

VILANI, Maria Cristina Seixas. Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos. *Caderno Ciências Sociais*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, v. 8, n. 11, p. 47-64, dez. 2002.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889/1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Roma – Bari. Laterza & Figlispa, 1999.

VISCONDE DE MAUÁ. *Autobiografia*. Rio de Janeiro (s/e), 1942.

VIVANTE, Cesare. *Instituições de Direito Comercial*. Trad. J. Alves de Sá. 3. ed. São Paulo: Livraria C. Teixeira & C^a, 1928.

_____. *Trattato di Diritto Commerciale*. 4. ed. Milão: Casa Editrice Dott. Francesco Vallardi, 1912.

WAMPLER, Brian; AVIRITZER, Leonardo. *Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático*. Mimeo. UFMG.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva – Iberismo e Americanism no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1993.

_____; Luiz; CARVALHO, Maria Alice Rezende. República e civilização brasileira. In.: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WILKENS, Joanne. *A mulher empreendedora: como iniciar seu próprio negócio*. Tradução de Maria Cláudia de Oliveira Santos. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1989.

WOLF, Francis. *Aristóteles e a Política*. Trad. de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. Hannah Arendt among feminists. In.: MAY, Larry and KOHN, Jerome (edited). *Hannah Arendt: twenty years later*. Massachusetts Institute of Technology, 1996.

YOUNG-EISENDRATH, Polly. A Pessoa do Sexo Feminino e como Falamos Dela. In.: GERGEN, Mary M. Canney (Ed.). *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

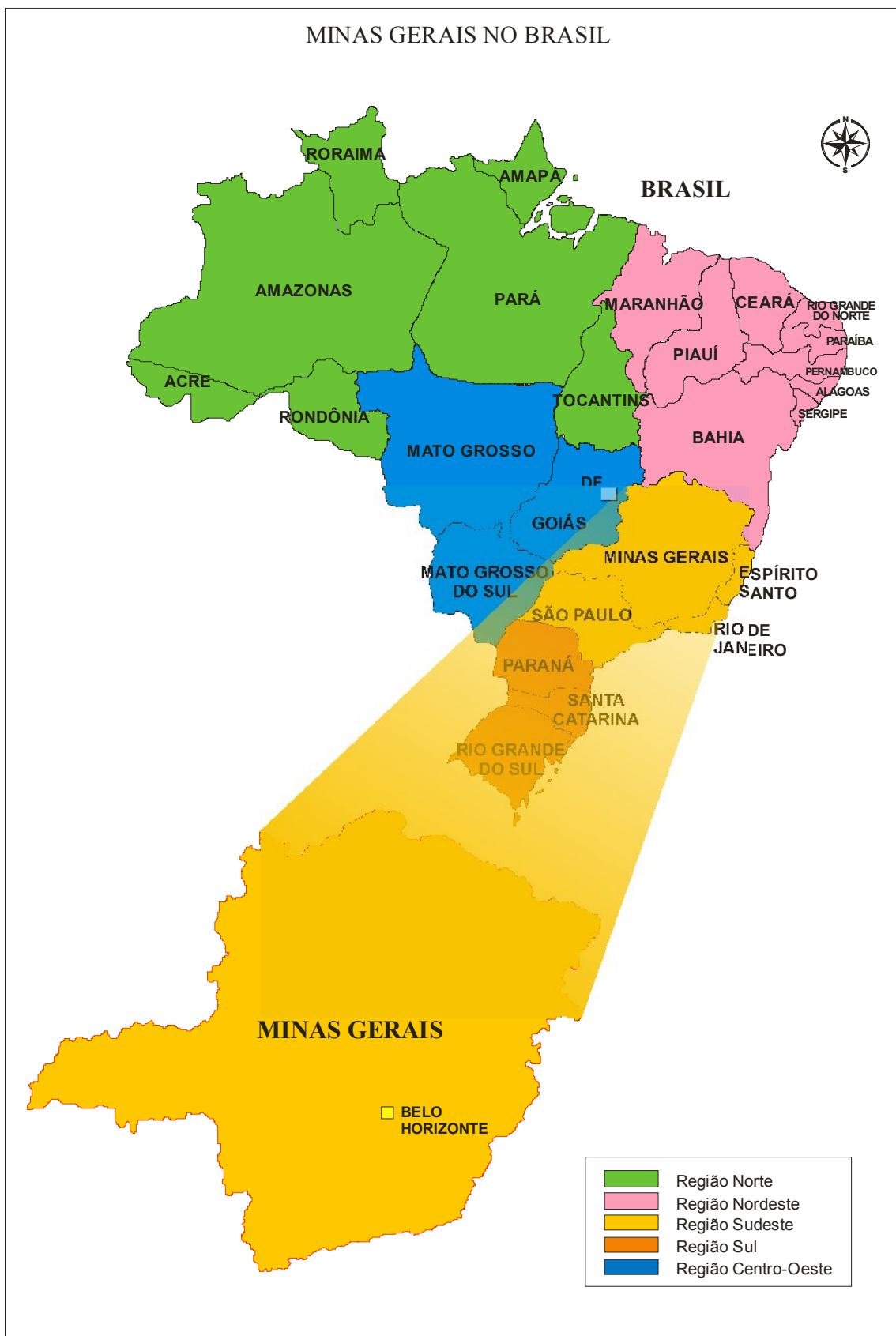
YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas na teoria moral e política. In.: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

XIV CIME. *Congresso Ibero-americano de Mulheres Empresárias*. 19 a 23 de out., 2003. Araxá (MG).

ZALUAR, Alva. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In.: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ANEXO 1



Adaptado de ABREU, João Francisco de.; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Tipologia de regiões*. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

ANEXO 2
MULHERES EMPRESÁRIAS ENTREVISTADAS
(ORDEM ALFABÉTICA PELAS CIDADES E PELOS NOMES)²⁵⁸⁸

- **Belo Horizonte**

1. Ângela Gutierrez - Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez; Diretora Executiva da Empresa GAIA. Doadora e Administradora do “Museu do Oratório” – em Ouro Preto – doado ao “Patrimônio Histórico Nacional” em 1998; Projeto em fase terminal, de doação do “Museu de Artes e Ofícios” – em Belo Horizonte, também doado ao “Patrimônio Histórico Nacional” em 2004; Presidente do Centro Comunitário de Inhaúma; Ex-Secretária de Cultura do estado de Minas Gerais. Empresas: Construtora Andrade Gutierrez (acionista); Empresa de Administração GAIA – Imóveis e Negócios; Fazenda. Prestação de Serviços. Porte Grande – Andrade Gutierrez – não especificou o número de funcionários; Porte Pequeno – Gaia – 10 funcionários entre homens e mulheres; Instituto Cultural, sem fins lucrativos, em torno de 80 funcionários entre homens e mulheres. 54 anos, divorciada, uma filha, católica, classe alta. Formação: Curso de Magistério, Administração e Marketing – Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entrevista realizada em 19/01/2004 - 11:00 horas.

2. Ângela Maria Prata Pace de Assis - Vice-presidente da Associação Comercial de Minas - AC MINAS; Vice-presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; Membro da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Conselheira da Divina Providência; Membro do Conselho Consultivo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Diretora Jurídica do PHD - Pace Hospital e da ORPA - Organizações Pace; Pró-Reitora Acadêmica da Faculdade Newton Paiva; Participante dos Congressos Iberoamericanos de Mulheres Empresárias – CIME em Barcelona, Buenos Aires, Madrid, Mar Del Plata; Representou o Brasil no NAFTA e na ALCA. Empresas: Hospital Pace - PHD e ORPA - Organizações Pace. Prestação de Serviços. Porte Médio. (PHD) 25 funcionários entre homens e mulheres e outros terceirizados. Porte Pequeno (ORPA) – 20 funcionários entre homens e mulheres com variações sazonais. 53 anos, casada, 3 filhos, católica, classe alta. Formação: Bacharel em Direito – UFMG; Letras pela PUC-MG; Especialização em Harvard University em

²⁵⁸⁸ As referências das mulheres empresárias entrevistadas têm como base as datas das entrevistas.

“Desenvolvimento Econômico nos seus aspectos legais” e “Técnicas em Redação”. Entrevista realizada em 01/12/2003 - 12:00 horas.

3. Carmen Eugênia Bretas Bavoso - Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora e Diretora da Associação Comercial de Minas - AC MINAS; Consultora organizacional. Empresa: Consultoria de Recursos Humanos. Prestação de Serviços. Porte Pequeno. Trabalho com parceiros. 59 anos, divorciada, dois filhos, sem religião, classe média. Formação: Psicologia pela UFMG; Especialista em Qualidade e Competitividade Política e Estratégia Organizacional; Estágios na Suíça, México e Guatemala; Seminário em New Orleans – USA e treinamento em formação profissional no Japão. Entrevista realizada em 03/11/2003 - 14:00 horas.

4. Dalva Camilo Diniz - Presidente da Associação Nacional de Transporte Urbano – ANTU; Presidente de suas empresas. Empresas: Táxi Aéreo – ARIBA; Embrataxi; Manutenção de aeronaves; Novalimense – Transporte urbano; DC Quality; Agronegócios – fazenda, criação de cavalos, exploração de água, eventos. Prestação de Serviços. Porte médio. 800 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, viúva, duas filhas, cristã, classe alta. Formação: Contabilidade/Administração e Marketing. Entrevista realizada em 06/10/2003 – 10:00 horas.

5. Daniela Chen- Vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - Belo Horizonte; Diretora da CHEN. Empresa: CHEN – Cosméticos e Perfumaria. Comércio. Porte: Médio. 120 funcionários entre homens e mulheres. 60 anos casada, três filhos, budista, classe alta. Formação: Curso de Letras – Chinês/Inglês, na China. Entrevista realizada em 25/11/2003 - 10:00 horas.

6. Eliana Guimarães de Queiroz - Membro do “Grupo Mineiro de Modas” – Fundadora; Associada ao Sindicato do Vestuário - SINDIVEST; Diretora da empresa. Empresa: “Eliana Queiroz” - seis lojas em Belo Horizonte. Comércio e Indústria. Porte Médio. 70 funcionários entre homens e mulheres. 58 anos, casada, duas filhas, católica, classe alta. Formação: Bacharel em Direito Entrevista realizada em 06/10/2003 - 14:00 horas.

7. Elizabeth da Cunha Pimenta – Presidente da Associação Brasileira de Franchising - ABF; Fundadora da FANAPE – Fábrica Nacional de Perfumes Ltda; Membro permanente do Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil; Presidente do Grupo Água de Cheiro.

Empresa: Água de Cheiro – 730 lojas no Brasil (72 em Minas Gerais, 26 em Belo Horizonte). Comércio e Indústria – Franchising. Porte Médio. 2.200 funcionários diretos no Brasil; 450 no estado de Minas Gerais e 300 em Belo Horizonte. 55 anos, casada, três filhos, católica, classe alta. Formação: Graduada em História – UFMG; Especialização em Cultura Hispânica - Madri/Espanha; Bacharel em Direito – UFMG - em curso. Entrevista realizada em 10/11/2003 - 10:30 horas.

8. Kátia Rabello – Presidente executiva do Banco Rural e Presidente do Conselho do Banco Rural. Empresa: Banco Rural / Prestação de Serviços. Porte Grande – 2.900 funcionários entre homens e mulheres em 80 agências espalhadas pelo Brasil, Europa, Nassau, Miami, Uruguai e outros. 44 anos, separada judicialmente, dois filhos, católica, classe alta. Formação: Superior incompleto. Entrevista realizada em 06/06/2005 - 18:00 horas.

9. Lílian Tavares Mascarenhas Rocha – Presidente do Conselho Estadual da Mulher Empreendedora da FEDERAMINAS; Diretora Executiva da Associação Comercial de Belo Horizonte - AC MINAS; Ex-Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da AC MINAS. Empresa: “Limiar Informática”. Prestação de Serviços. Porte pequeno. 5 funcionários e terceirização. 42 anos, casada, sem filhos, cristã, classe média. Formação: Graduação em Física Pura - UFMG; Mestre em Ciência da Computação – UFMG. Entrevista realizada em 06/10/2003 - 17:00 horas.

10. Luziana Brandão Nunes Lanna - Presidente da Fundação de Educação Geni Nunes; Vice-presidente da Associação Comercial de Minas - AC MINAS; Diretora da AMAS; Membro do Conselho Consultivo da Santa Casa de Misericórdia; Membro do Conselho da UNIMED; Membro do Conselho Superior da PUC-MG; Membro do Conselho Consultivo da Mendes Sá; Consultora da Secretaria de Educação de Minas Gerais e outros. Empresa: “Luziana Lanna Idiomas” - 17 escolas em Belo Horizonte (com expansão para São Paulo e Rio de Janeiro). Prestação de Serviços. Porte médio. 300 funcionários entre homens e mulheres. 51 anos, casada, quatro filhos, católica, classe alta. Formação: Graduada em Comunicação Social pela PUC-MG; Pedagogia; Pós-graduação em Metodologia pela CEPENMG. Entrevista realizada em 30/09/2003 - 10:00 horas.

11. Maria Amália Turner Laborne – Diretora da Academia Turner. Empresa: Academia Turner. Prestação de Serviços. Porte médio. 100 funcionários entre homens e mulheres. 49

anos, casada, três filhos, espírita, classe alta. Formação: Graduação em Administração e Economia. Entrevista realizada em 22/09/2003 - 17:00 horas.

12. Maria Auxiliadora Chaer Lopes – Presidente do Conselho Nacional da Mulher. Empresária da Confederação das Associações Comerciais do Brasil – CACB. Primeira Presidente do Brasil; Diretora da Associação Comercial AC MINAS; Ex-presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público/MG e Membro da Asociación Iberoamericana de Presupuesto Público – ASIP. Ex-superintendente de Orçamento do Estado do estado de Minas Gerais. Empresa: Central de Eventos/SP. Empresa: Central de Eventos / São Paulo. Prestação de Serviços. Porte pequeno – Serviço terceirizado. 50 anos, casada, duas filhas, católica, classe alta. Formação: Graduada em Filosofia pura e Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomaz de Aquino de Uberaba; Especialização em Planejamento, Orçamento e Consultoria de Projetos. Entrevista realizada em 29/09/2003 - 15:00 horas.

13. Maria Carmem de Castro Amorim Ximenes de Souza – Presidente da Academia Mineira de Leonística; Benemérita da Academia Feminina de Letras de Minas Gerais; Membro do Lions Club Internacional; Publicitária e membro do Conselho Deliberativo da empresa “Sílvio Ximenes Imóveis”. Empresa: “Sílvio Ximenes Imóveis”. Comércio. Porte Médio. 100 funcionários entre homens e mulheres. 70 anos, casada, cinco filhos, católica, classe alta. Formação: Curso de Magistério; curso de Literatura na PUC-MG - em curso. Entrevista realizada em 29/10/2003 - 10:00 horas.

14. Maria Elvira Salles Ferreira – Presidente da Fundação Newton Paiva Ferreira; Presidente Regional do Fórum de Mulheres do Mercosul; Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Órgão da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República); Diretora Emérita da Associação Comercial - AC MINAS; Presidente do Conselho Empresarial de Turismo da AC MINAS; Membro do Conselho Estadual de Turismo - MG; Diretora do Conselho Nacional da Mulher Empresária - Relações Internacionais pela CACB – Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Deputada Estadual - 1986/1990; Deputada Federal - 1994/1998. Empresa: Centro Universitário Newton Paiva Ferreira (com 15 mil alunos, 28 cursos universitários, vários cursos de pós-graduação). Prestação de Serviços. Porte grande. 54 anos, casada, um filho, ecumênica, classe alta. Formação: Graduada em Letras pela PUC-MG; em Comunicação Social pela UFMG; pós-graduada em Comunicação Empresarial e Governamental na UNI-BH; Curso de Cultura

Popular das Américas e de Gramática Avançada na Língua Inglesa - EUA; Curso de Língua e Cultura Portuguesa - Portugal - Especialização em Literatura Portuguesa. Entrevista realizada em 20/10/2003 - 17:00 horas.

15. Tânia Maria Machado Silva - Presidente do Instituto Centro CAPE – Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor – fundadora; Idealizadora e fundadora das organizações que compõem o Grupo de Desenvolvimento: Central Mãos de Minas, Banco do Povo, Terra Brasilis, Instituto de Qualidade Sustentável – IQS e Jogos de Empresa; Membro do “Grupo da Auto-gestão e da Informalidade” – Brasília. Empresa: “Jogos de Empresa”. Prestação de Serviços. Porte Micro-empresa. 3 funcionários. 54 anos, casada, três filhos, acredita em Deus (mas não tem religião), classe média. Formação: Graduação em Pedagogia - incompleto. Entrevista realizada em 02/03/2003 - 10:00 horas.

16. Virgínia Paletta Câmara Stephens - Vice-presidente da Fundação da Associação Comercial - AC MINAS; Ex-presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial - AC MINAS; Ex-Diretora da Associação Comercial – AC MINAS. Empresa: “Flytour Viagens e Turismo”. Comércio e Prestação de Serviços. Porte pequeno. 25 funcionários entre homens e mulheres. 40 anos, casada, sem filhos, cristã, classe média. Formação: Graduada em Administração de Empresas – Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA; Pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entrevista realizada em 03/11/2003 - 9:00 horas.

17. Vitória Dias – Proprietária acionária da Santa Bárbara Engenharia e Empreendimentos e da César Logística. Diretora de Desenvolvimento Organizacional da Santa Bárbara Engenharia e Empreendimentos e Conselheira da César Logística. Membro da “Associação de Querubins”; Membro do “Projeto Querubins”; Membro da “Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto”. Empresa: Santa Bárbara Engenharia e Empreendimentos – Construtora; César Logística – Prestação de Serviços. Porte Médio – 2.000 funcionários com variações para mais, sendo a maioria homens. (Santa Bárbara Engenharia e Empreendimentos). 46 anos, casada, dois filhos, classe média alta. Formação: Graduação em História; Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Entrevista realizada em 03/01/2005 - 10:00 horas.

18. Zuleika Rocha - Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL-BH; Ex-vice-presidente política da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL-BH (Primeira mulher vice-presidente por eleição); Ex-Diretora da CDL-BH; Diretora Industrial da empresa “Torre Eiffel”. Empresa – “Torre Eiffel” – Distribuidora Rocha (alimentos). Comércio, Indústria, Prestação de Serviços. Porte Médio. 201 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, divorciada, 2 filhos, católica, classe média alta. Formação: Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e outros cursos paralelos. Entrevista. Belo Horizonte/MG realizada em 01/12/2003 - 15:00 horas.

- **Divinópolis**

1. Denize Fonseca Santos Lara. Proprietária-sócia. Empresária-Industriária da Ciafal Ltda. Diretora Administrativa. Presidente do “Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis” – ACID. Empresa – Ciafal Ltda. Laminação de aço. Comércio/Indústria. Porte Médio. 152 funcionários, sendo 6 mulheres e 146 homens. 40 anos, casada, 3 filhos, católica, classe média. Formação: Graduação. Entrevista realizada em 31/05/2006.

2. Maria Ângela Sena Rabelo – Proprietária-sócia, Consultora, Coordenadora e Professora, Membro da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis – ACID – ex.-membro do Conselho da Mulher Empreendedora. Empresa: MS Consultoria Educacional e Projetos Ltda. Prestação de Serviços. Pequeno porte. 2 funcionários, sendo 1 homem e 1 mulher. 63 anos, casada, quatro filhos, católica, classe média. Formação: Graduação em Pedagogia; especialização em Administração Escolar pela PUC-MG e Mestrado em Engenharia de Produção/Mídia e Conhecimento pela UFSC – Florianópolis – SC. Entrevista realizada em 25/01/2005

3. Tereza Cristina Coelho Pinto – Proprietária – Diretora / Presidente. Membro da Associação Comercial de Divinópolis - ACID; ex.-Diretora Executiva Financeira; Membro do Lions Clube Pioneiro de Divinópolis. Empresa: Changard Embelezamento Automotivo e Residencial; Minaslack Comercial Ltda; Divilack Comercial Ltda; Syerminas Ltda. Prestação de Serviços. Porte pequeno e médio. 31 funcionários ao todo divididos entre homens e mulheres. 44 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação: Superior incompleto (Administração). Entrevista realizada em 10/05/2005.

- **Governador Valadares**

1. Maria Beatriz Silveira Santos – Empresária. Proprietária-sócia; diretora e gerente geral da Beira Rio Modas (loja) e Zayin (fábrica). Membro do Conselho Consultivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Governador Valadares. Empresas: Beira Rio Modas (loja) e Zayin (fábrica). Comércio Varejista de moda e calçados. Pequeno porte. 25 funcionários entre homens e mulheres. 40 anos, casada, 2 filhos, presbiteriana, classe média alta. Formação: superior incompleto. Entrevista realizada em 19/05/2006.

2. Maria Bete Dias Ramalho – Proprietária. Funcionária Pública Estadual – Oficial do Ministério Público. Empresa: R. R. Fragrância Ltda.; Comercial Ramalho e Rocha Ltda; M. M. Fragrâncias Ltda. e Ramalho Confecções Ltda. Perfumaria e Cosméticos e Confecções – moda íntima. Comércio. Micro empresa. 14 funcionárias, mulheres. 47 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação: Pós-graduada em Direito Penal. Entrevista realizada em 10/06/2005.

3. Sônia Ferreira de Amorim Terra – Proprietária. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Governador Valadares – Ex-diretora; Vice-Presidente do Partido do PSB; Coordenadora de trabalho filantrópico. Empresa: Drogaria Bom Pastor – Farmácia e Drogaria. Comércio. Porte médio. 148 funcionários entre homens e mulheres. 45 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação: Superior – Licenciatura. Entrevista realizada em 31/01/2005.

- **Juiz de Fora**

1. Denise Maria Polato Nicodemos da Silva – Proprietária-sócia-Gerente; Diretora-técnica; Professora. Empresa: Farmácia de Manipulação Ltda. – Produtos farmacêuticos magistrais – 2 lojas. Comércio e Prestação de Serviços. 43 anos, separada, três filhos, cristã, classe média alta. Porte Pequeno; 17 funcionários: 16 mulheres e 1 homem. Formação: Superior completo; Mestranda em administração Entrevista realizada em 04/03/2005

2. Maria José da Conceição Silva – Proprietária sócia da Sport Fashion Comercial Ltda. Administração. Membro da Associação Internacional do Lions Clube; ex-presidente e ex-secretária do Lions Clube; Presidente de Divisão do Distrito LC-12. Empresa Sport Fashion Comercial Ltda. – Comércio de Confecções e demais artigos do vestuário. Porte Pequeno; 65

funcionários homens e mulheres. 53 anos, casada, 3 filhos, católica, classe média. Formação: Bacharel em Ciências Contábeis. Entrevista realizada em 20/06/2006.

3. Rita de Cássia R. Delmonte – Proprietária – sócia; Diretora; Desenvolvimento Organizacional. Membro da Associação de Gestores Empretecos – AGEJF (Diretoria) e Membro do Grupo Avança de Recursos Humanos. Empresa: Arpel – Varejo de moda – 5 lojas. Comércio. Porte Pequeno. 30 funcionários – sendo metade homens e metade mulheres. 49 anos, casada, dois filhos, budista, classe média. Formação: Superior com MBKM. Entrevista realizada em 27/03/2005.

- **Montes Claros**

1. Cibely de Jesus Rodrigues Boaventura – Proprietária-sócia; Diretora Administrativa. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros. Empresa: Varejão L e G das Confecções; Líder 1, 2 e 3; Varejão Preço Bom; Super Varejão 23; Indústria e Comércio de Confecções Vitória – Confecções. Comércio e Indústria. Porte médio e pequeno. 100 funcionários entre homens e mulheres. 48 anos, católica, classe média. Formação: Segundo Grau Completo. Entrevista realizada em 12/05/2005.

2. Jeane Carla Silva Ribeiro – Diretora. MW Jóias e Proprietária-sócia: Ansa Magazine. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros. Empresa: Ansa Magazine e MW Jóias. Comércio. Porte médio. 27 funcionários entre homens e mulheres. 35 anos, casada, três filhos, católica, classe média alta. Formação: Curso Científico. Entrevista realizada em 15/04/2006.

3. Laudemares Mendes Caldeira – Proprietária-sócia; gerente. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Montes Claros; Membro da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE e Membro do Rotary – Fraternidade Feminina. Empresa: Lojas Carajás – Móveis e Eletrodomésticos. Comércio. Porte Médio. 95 funcionários entre homens e mulheres. 52 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação: Magistério e Contabilidade. Entrevista realizada em 02/06/2005.

- **Patos de Minas**

1. Cléia Queiroz Morum – Proprietária-sócia. Diretora de Recursos Humanos da Pit Stop Abastecimentos. Membro do Conselho Administrativo da ADEVPAR – “Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas e Região”; Educadora Musical; Musicoterapeuta; Professora de Musicografia Braille; de Sistema Braille – Curso de Extensão no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM; Curso de Capacitação de Educadores da Rede Estadual. Empresa: Pit Stop Abastecimentos. Prestação de Serviços. Porte Pequeno. 18 funcionários entre homens e mulheres. 54 anos. Casada. 05 filhos. Católica. Classe média. Formação: Graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília – UnB; Pós-graduação em Educação Especial – Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM; Especialização em “Abordagem Direta do Inconsciente” – ADI. Patos de Minas/MG. Entrevista – 14 dez.2006.

2. Edna Maria Carvalho Urban – Proprietária sócia. Função: Área Social e Marketing da “Sementes Farroupilha”. Ex vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas – ACIPATOS; Presidente do Centro Educacional Beneficente Sementes Farroupilha. Empresa: Sementes Farroupilha. Agronegócios. Porte grande. 500 funcionários entre homens e mulheres. 50 anos; casada; 3 filhos; católica, classe alta. Formação: Curso Magistério. Patos de Minas/MG. Entrevista. 12 dez. 2006.

3. Maria Denise Piva – Empresária – sócia. Presidente e Diretora do Grupo Ouro Verde. Agropecuarista. Membro do Sindicato Rural de Patos de Minas. Empresas – Grupo Ouro Verde; Fazenda Pampa; Fazenda Vinícius I; Fazenda Vinícius II; Fazenda Vinícius III; Transportes Ouro Verde; Patos Aviação Agrícola; Rações Ouro Verde; CVC Construtora; Ouro Verde Armazéns Gerais. Agricultura; Pecuária; Indústria; Transporte; Prestação de Serviços. Porte Grande. 300 funcionários diretos e permanentes; 200 funcionários indiretos; 100 temporários entre homens e mulheres. 51 anos; separada; 3 filhos; católica; classe média alta. Formação – Graduação em Contabilidade. Entrevista realizada em 21/12/2006.

- **Pouso Alegre**

1. Ana Denise Ribeiro de Faria – Proprietária. Diretora social da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA. Empresa: Karech. Comércio. Porte Pequeno. 14 funcionários entre homens e mulheres. (Não informou a idade). Casada, dois filhos, católica, classe média. Formação: Superior. Entrevista realizada em 10/10/2005.

2. Maria Aparecida Pereira de Souza – Empresária. Proprietária-sócia. Administradora da “Pouca Roupa Lingerie Ltda.”. Membro da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA. Empresa – “Pouca Roupa Lingerie Ltda.”. Confeção de peças íntimas, fitness e moda praia. Pequeno Porte. 47 funcionários: 43 mulheres e 4 homens. 47 anos, casada, 3 filhas, católica, classe média alta. Formação – graduação incompleto. Entrevista realizada em 30/11/2006.

3. Selma Helena Carrozza Tótora – Proprietária-sócia; Administrativo-financeiro. Empresa: Instituto de Educação e Ensino de Pouso Alegre – Objetivo. Educacional. Prestação de Serviços. Porte médio. 130 funcionários entre homens e mulheres. 42 anos, casada, três filhos, católica, classe média. Formação: Graduação em Psicologia – em curso. Entrevista realizada em 23/03/2005

- **Paracatu**

1. Eliane Vasconcelos Rabelo – Proprietária-sócia; gerente da “Sucasss Sistemas e Informática”. Empresas: “Sucass Sistemas” e “Eliane Sucass Computadores”. Revenda de informática e desenvolvimento de sistemas comerciais. Comércio e prestação de serviços. Porte médio. 22 funcionários dos quais 15 são da primeira empresa citada e 07 da segunda, sendo 19 homens e 03 mulheres. 32 anos; casada; 3 filhos; católica; classe média. Formação: superior incompleto. Paracatu/MG. Entrevista em 19 dez. 2006.

2. Elizabeth Mitie Fukuda – Empresária. Proprietária-sócia; Gerente; Coordenadora-geral da Ada on Line Ltda. Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paracatu desde 2003; Presidente da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Paracatu desde início de 2006. Empresa – Ada on Line Ltda. Provedora de internet e locação de equipamentos. Prestação de serviços. Porte pequeno. 10 funcionários entre homens e mulheres. 43 anos, casada, 3 filhos. Não citou religião e nem classe social. Formação – Graduação em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Paracatu – MG. Entrevista – 25 set. 2006.

3. Olga Maria Cardoso. Empresária. Proprietária da “Olga Maria Cardoso”. Gerente da Alsagana F. Cardoso Ltda. Membro da Associação Comercial e Industrial de Paracatu – ACIPA. Empresa – “Olga Maria Cardoso” – Bar e Restaurante – Prestação de Serviços.

Pequeno porte – 07 funcionários entre homens e mulheres. 59 anos, união estável, 04 filhos, evangélica luterana, classe média. Formação – Ensino médio. Paracatu – MG. Entrevista 16 out. 2006.

- **Teófilo Otoni**

1. Beatriz Ferreira da Costa. Teófilo Otoni-MG. Empresária. Proprietária-sócia. Diretora Administrativa da “Caminhoneiro Auto Peças Ltda.” Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Teófilo Otoni; Membro do Instituto de Ação Social de Teófilo Otoni – ICETAS, fazendo parte do Conselho Superior. Empresa – Caminhoneiro Auto Peças Ltda. Posto Bosch; Bombas injetoras para caminhões; Veículos à diesel; Auto peças. Prestação de Serviços. Pequeno porte. 40 funcionários entre homens e mulheres. 44 anos, solteira, católica, classe média. Formação – Graduação. Entrevista realizada em 15/09/2006.

2. Juliana Salazar – Teófilo Otoni-MG. Empresária. Proprietária; Gerente-Administrativa da “Lumière”. Membro da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Teófilo Otoni. Empresa – Lumière – Iluminação – Comércio. Pequeno porte. 3 funcionários homens. 43 anos, casada, 2 filhos, católica, classe média. Formação – ensino médio. Entrevista realizada em 15/09/2006.

3. Rosilda Gonçalves Santos. Teófilo Otoni-MG. Proprietária-sócia e administradora da “Rose Publicidade” e “Einstein Pré-Vestibular e Concursos”. Diretora da Câmara de Dirigentes Lojistas de Teófilo Otoni; Membro da Associação dos Exibidores de Outdoor e Mídia Exterior de Minas Gerais – ASDOOR – Diretora Regional Vale do Rio Doce e Mucuri. 42 anos; casada; 01 filha; católica; classe média. Empresas: “Rose Publicidade” e “Einstein Pré-Vestibular e Concursos”. Prestação de serviços. 22 funcionários entre homens e mulheres. Porte pequeno. Formação: Graduação em Comunicação Visual e Artes Plásticas. Entrevista realizada em 20/10/2006.

- **Uberlândia**

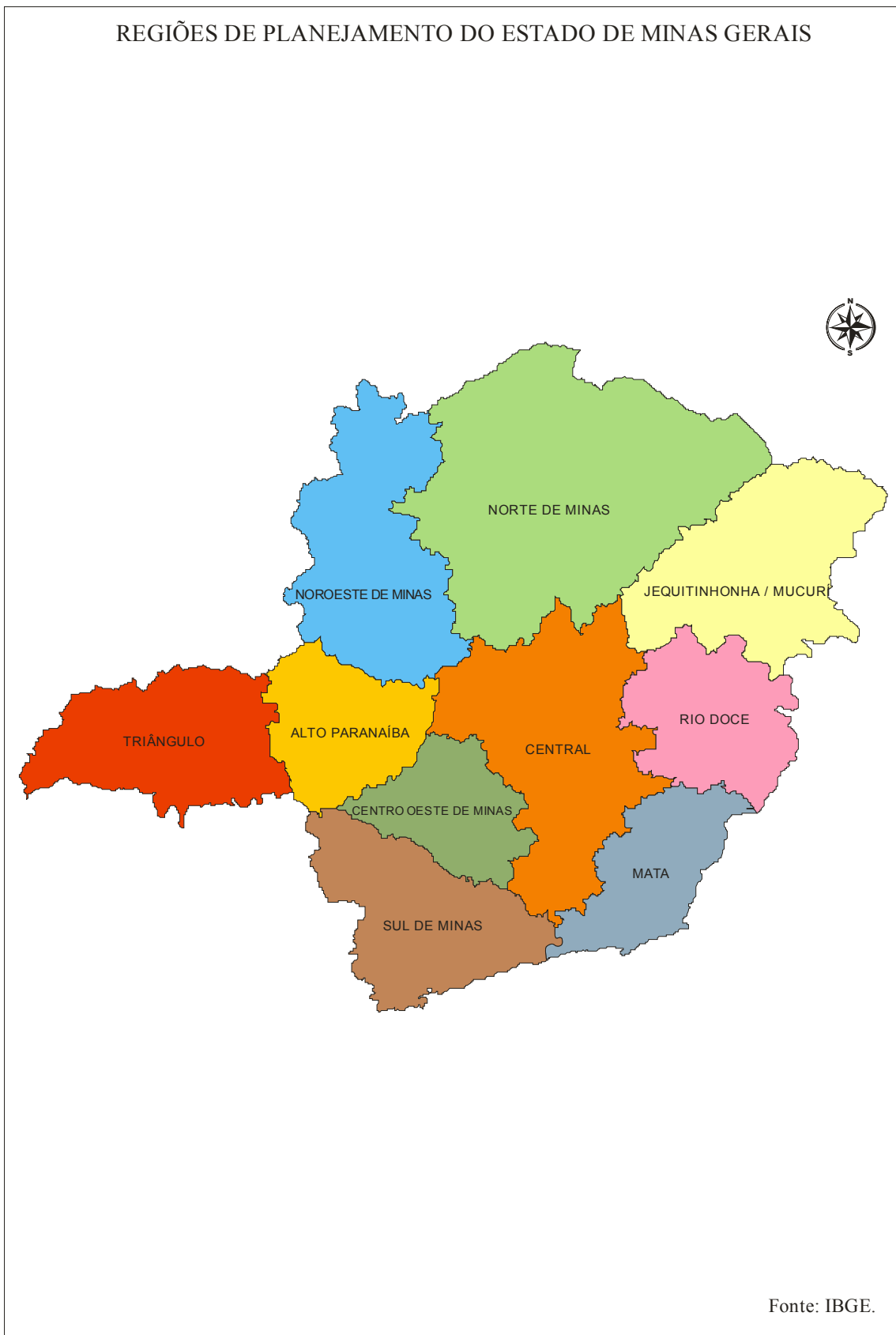
1. Cláudia Valéria Gonçalves – Proprietária. Empresa: Lynx Optica; Zoy Optica. Produtos Ópticos – Armações e lentes oftálmicas. Comércio. Porte pequeno – 5 funcionários entre homens e mulheres. 41 anos, casada, sem filhos, classe média. Formação: Pós-graduada em Administração e Marketing. Entrevista realizada em 27/05/2005

2. Cleibe de Fátima Alves Cabral – Proprietária-sócia. Empresa: Supermercado Sorriso Ltda. Supermercado. Comércio. Porte Pequeno. 24 funcionários: 09 homens e 15 mulheres. 39 anos, casada, dois filhos, católica, classe média. Formação: Segundo grau completo. Entrevista realizada em 28/03/2005.

3. Martha de Freitas Azevedo Pannunzio – Proprietária – Fazenda Água Limpa; agricultora e pecuarista. Escritora e contadora de histórias; consultora literária; professora aposentada. Ex-vereadora – 1986 à 1992 pelo PMDB-PDT; Ex-Presidente do PDT (de Brizola), de 1988 à 1991; Membro do Sindicato Rural; Membro do Instituto de Artes, Cultura e Ciências do Triângulo – IAT – do qual foi fundadora e presidente por dois mandatos – 1988 a 1991; Ex-Presidente da AVETRIM – Associação dos Vereadores do Triângulo e Alto Paranaíba – 1989 a 1990; Ex-Secretária do Conselho Político da Comissão Pró-Emancipação do Estado do Triângulo – CET – 1987 a 1989; Ex-Secretária da Mesa Diretora da Lei Orgânica do Município de Uberlândia – 1989; Separatista; Socialista; perseguida política pela ditadura militar de 1964 a 1967, período no qual teve sua atividade profissional de professora interrompida. Empresa – Fazenda Água Limpa. Pecuária de Corte; plantio rotativo de soja, milho, feijão, aveia, tomate, sorgo, melancia e girassol. Porte Médio. 4 funcionários com variações, homens. 68 anos, viúva, 5 filhos, classe média. Não respondeu sobre religião. Formação – Graduação em Letras neolatinas pela Universidade Mackenzie de São Paulo e Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Entrevista realizada em 26/07/2006.

ANEXO 3

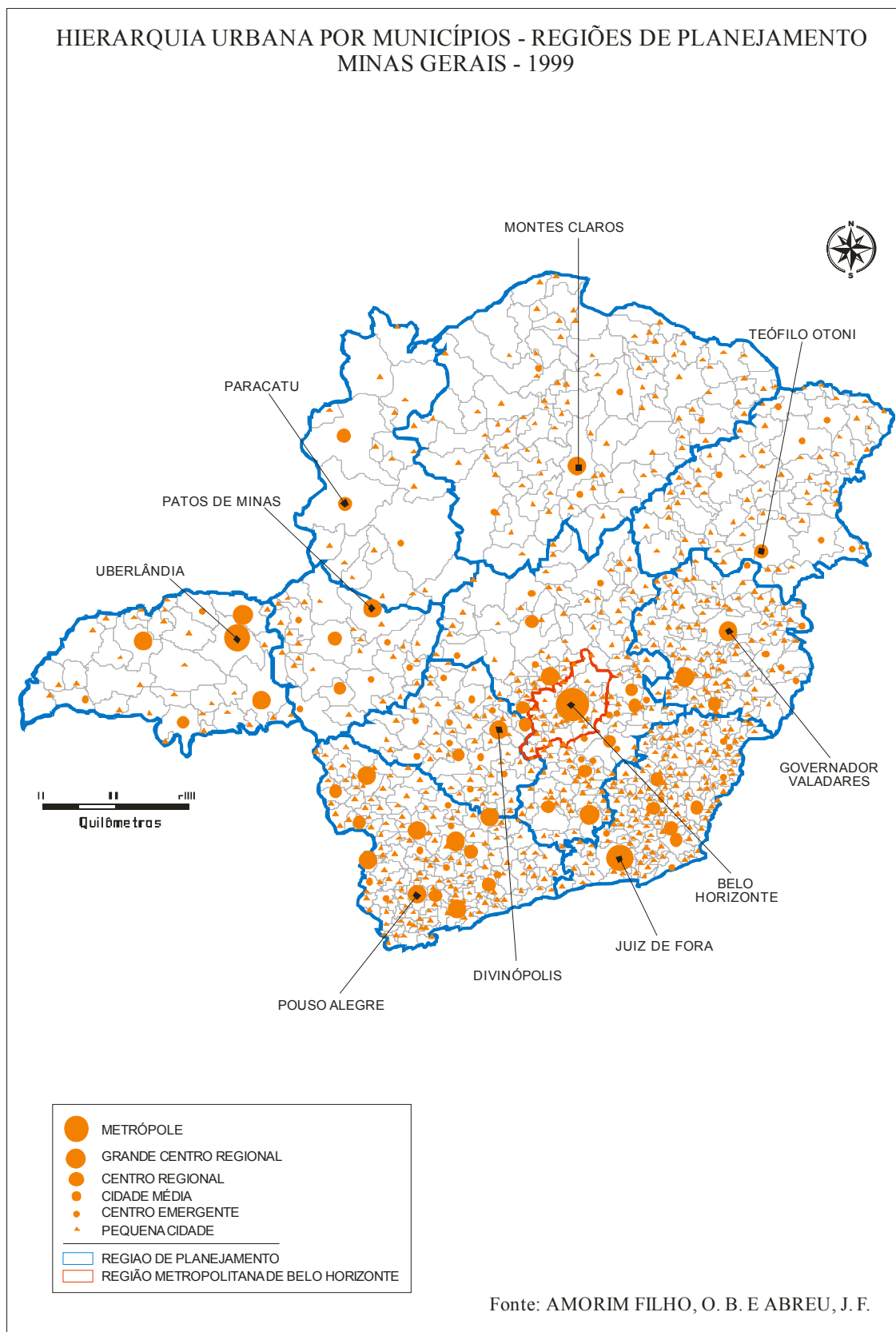
REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Adaptado de ABREU, João Francisco de.; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Tipologia de regiões*. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

ANEXO 4

HIERARQUIA URBANA POR MUNICÍPIOS - REGIÕES DE PLANEJAMENTO MINAS GERAIS - 1999

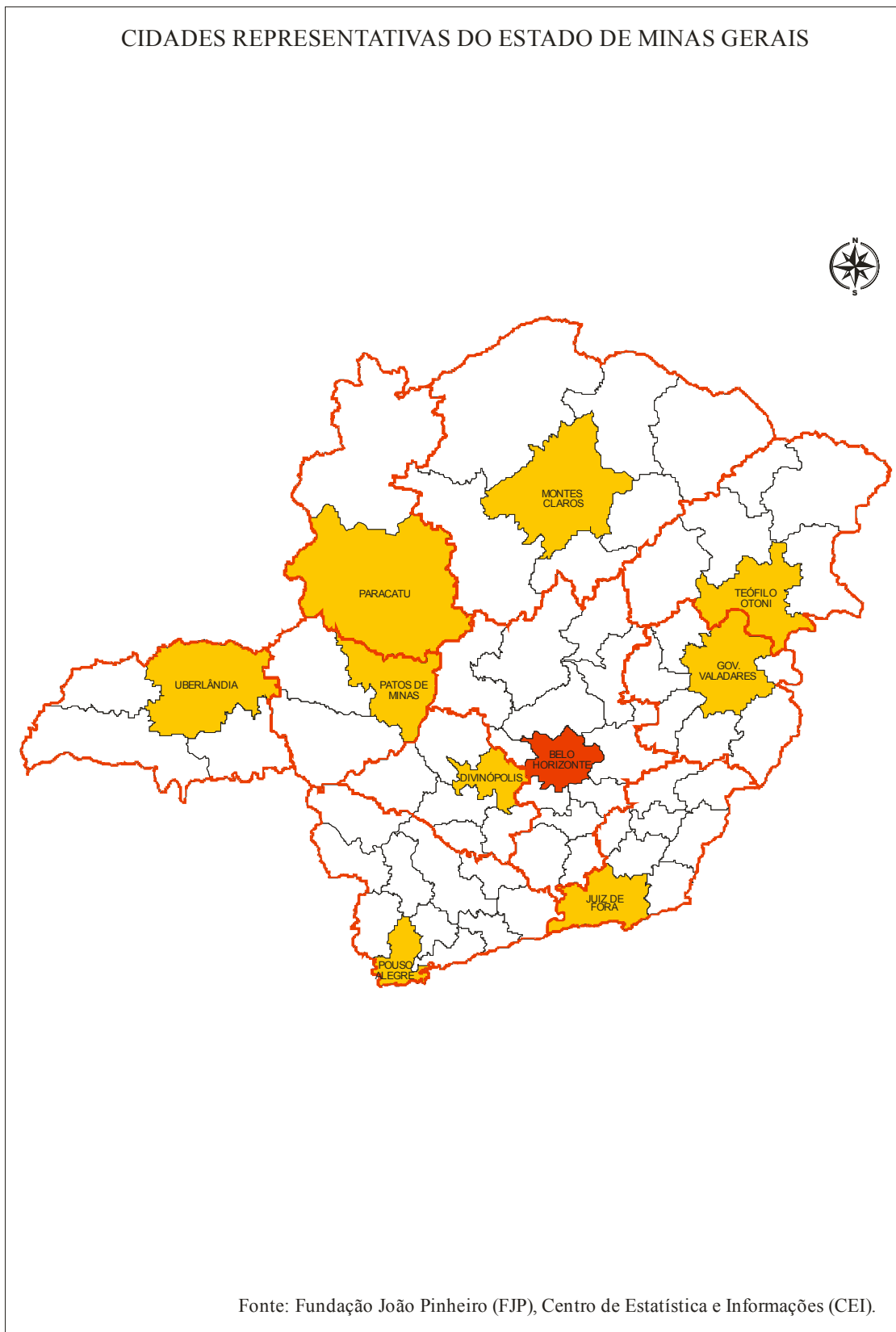


Fonte: AMORIM FILHO, O. B. E ABREU, J. F.

Adaptado de ABREU, João Francisco de.; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Tipologia de regiões*. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

ANEXO 5

CIDADES REPRESENTATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Adaptado de ABREU, João Francisco de.; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Tipologia de regiões*. Cap. 6. In.: BDMG. *Minas Gerais do Século XXI*. Reinterpretando o Espaço Mineiro. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. II.

ANEXO 6

REGIÕES DE PLANEJAMENTO E CIDADES SELECIONADAS

CENTRAL	
Número de Municípios	158, distribuídos pelas 13 microrregiões: Belo Horizonte (24), Sete lagoas (20), Itabira (18), São João Del Rei (15), Conceição do Mato Dentro (13), Conselheiro Lafaiete (12), Barbacena (12), Curvelo (11), Itaguara (9), Diamantina (8), Três Marias (7), Pará de Minas (5), Ouro Preto (4).
Área terrestre (Km²)	80.203 (13,7% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	39.471.813 (45,6% do Estado) Principais Municípios na geração do PIB da Região: Belo Horizonte (19.717.257; 50% da região e 22,8% do Estado); Betim (3.427.914; 8,7% da região e 4% do Estado); Contagem (3.180.153; 8,1% da região e 3,7% do Estado); Sete Lagoas (810.997; 2,1% da região e 0,9% do Estado); Ouro Preto (780.860; 2% da região e 0,9% do Estado); Ouro Branco (661.796; 1,7% da região e 0,8% do Estado); Barbacena (554.232; 1,4% da região e 0,6% do Estado); Itabira (534.929; 1,4% da região e 0,6% do Estado); Nova Lima (499.978; 1,3% da região e 0,6% do Estado); Santa Bárbara (460.649; 1,2% da região e 0,5% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	695.327 (8,6% do Estado e 1,76% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Pará de Minas (63.216; 9,1% da região e 0,8% do Estado); Pompéu (27.781; 4% da região e 0,3% do Estado); Abaeté (19.895; 2,9% da região e 0,2% do Estado); Curvelo (16.058; 2,3% da região e 0,2% do Estado); Esmeraldas (15.378; 2,2% da região e 0,2% do Estado); Brumadinho (15.177; 2,2% da região e 0,2% do Estado); Barbacena (13.278; 1,9% da região e 0,2% do Estado); Pitangui (12.620; 1,8% da região e 0,2% do Estado); São João del Rei (12.059; 1,7% da região e 0,1% do Estado); Sete Lagoas (11.882; 1,7% da região e 0,1% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	16.854.685 (47,1% do Estado e 42,7% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Belo Horizonte (5.615.437; 33,3% da região e 15,7% do Estado); Betim (2.613.536; 15,5% da região e 7,3% do Estado); Contagem (1.769.166; 10,5% da região e 4,9% do Estado); Ouro Preto (612.697; 3,6% da região e 1,7% do Estado); Ouro Branco (560.109; 3,3% da região e 1,6% do Estado); Sete Lagoas (413.124; 2,5% da região e 1,2% do Estado); Santa Bárbara (399.547; 2,4% da região e 1,1% do Estado); Rio Piracicaba (383.494; 2,3% da região e 1,1% do Estado); Nova Lima (327.902; 1,9% da região e 0,9% do Estado); Vespasiano (310.850; 1,8% da região e 0,9% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	21.921.790 (51,5% do Estado e 55,5% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Belo Horizonte (14.101.820; 64,3% da região e 33,1% do Estado); Contagem (1.410.978; 6,4% da região e 3,3% do Estado); Betim (808.853; 3,7% da região e 1,9% do Estado); Sete Lagoas (385.990; 1,8% da região e 0,9% do Estado); Ribeirão das Neves (273.686; 1,2% da região e 0,6% do Estado); Barbacena (272.055; 1,2% da região e 0,6% do Estado); Santa Luzia (227.171; 1% da região e 0,5% do Estado); Itabira (218.806; 1,0% da região e 0,5% do Estado); Conselheiro Lafaiete (209.891; 1% da região e 0,5% do Estado); Nova Lima (171.874; 0,8% da região e 0,4% do Estado).
População (2000)	6.275.042 (35,1% do Estado) – Urbana: 5.794.880 (92,3%); Rural: 480.162 (7,7%) Municípios mais populosos: Belo Horizonte (2.238.526; 35,7% da Região); Contagem (538.017; 8,6% da Região); Betim (306.675; 4,9% da Região); Ribeirão das Neves (246.846; 3,9% da Região); Santa Luzia (184.903; 2,9% da Região); Sete Lagoas (184.871; 2,9% da Região); Ibitiré (133.044; 2,1% da Região); Sabará (115.352; 1,8% da Região); Barbacena (114.126; 1,8% da Região); Conselheiro Lafaiete (102.836; 1,6% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice MG=100	6.408,5; 130,7 Municípios com maiores PIB per Capita: Rio Piracicaba (30.628; 625); Ouro Branco (22.035; 449); Santa Bárbara (19.276; 393); Ouro Preto (11.861; 242); Betim (11.791; 240); Belo Horizonte (8.910; 182); Brumadinho (8.102; 165); Caetanópolis (8.050; 164); Nova Lima (7.939; 162); Pedro Leopoldo (7.153; 146).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	30.184.515 (46,3% do Estado) Municípios com Maiores VAF: Belo Horizonte (7.913.020); Betim (7.784.045); Contagem (3.335.990); Itabira (977.078); Ouro Preto (946.899); Sete Lagoas (648.526); Nova Lima (636.048); Congonhas (524.977); Vespasiano (407.795); Itabirito (406.730).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Pecuária : leite (15,8%); os rebanhos: bovino (11,3%), suíno (13,7%), bubalino (14,3%), avícola – galinhas (27,2%); galo, frangas, frangos e pintos (31,3%) – e ovos de galinha (17,6% - destaca-se a Microrregião de Belo Horizonte). Agricultura: batata-doce (46,0%), batata-inglesa (7,6%), cana-de-açúcar (6,4%), feijão (6,3%), limão (37,9%), tangerina (28,8%) e tomate (17,1%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Extrativa mineral’ – nas microrregiões de Itabira, Belo Horizonte e Ouro Preto; ‘Metalurgia’ – nas microrregiões de Belo Horizonte , Pará de Minas, Itabira, Ouro Preto e Sete Lagoas; ‘Química’ – na Microrregião de Belo Horizonte ; ‘Material de transporte’ – nas microrregiões de Belo Horizonte e Sete Lagoas; ‘Minerais não-metálicos’ – nas microrregiões de Belo Horizonte , Barbacena e Sete Lagoas; ‘Material elétrico, eletrônico e de comunicações’ – Microrregião de Belo Horizonte ; ‘Produtos alimentares’ – na Microrregião de Belo Horizonte ; ‘Têxtil’ – microrregiões Pará de Minas e Sete Lagoas; ‘Madeira’; ‘Mobilário’; ‘Bebidas’; ‘Vestuário, calçados e artefatos de tecidos’; ‘Papel e papelão’; ‘Mecânica’; ‘Farmacêutica’; ‘Perfumaria, sabões e velas’ – na Microrregião Belo Horizonte ; ‘Matérias plásticas’ – nas microrregiões Belo Horizonte e Sete Lagoas; ‘Editora e gráfica’ – na microrregião de Belo Horizonte ; ‘Borracha’ – nas microrregiões de Belo Horizonte e Itabira.
Circuitos Turísticos	Circuito Diamantes; Circuito das Grutas; Circuito do Ouro; Circuito da Serra do Cipó; Circuito da Serra do Itambé; Lago do Cajuru; Trilha dos Inconfidentes; Circuito Ecológico/Camargos; Circuito Mata Atlântica de Minas.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

MATA	
Número de Municípios	142, distribuídos pelas 7 microrregiões: Juiz de Fora (33), Manhuaçu (20), Muriaé (20), Viçosa (20), Ponte Nova (18), Ubá (17), Cataguases (14).
Área terrestre (Km²)	35.723 (6,1% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	7.325.996 (8,5% do Estado) Principais municípios na geração do PIB da Região: Juiz de Fora (2.465.735; 33,7% da região e 2,9% do Estado); Ubá (358.407; 4,9% da região e 0,4% do Estado); Cataguases (317.611; 4,3% da região e 0,4% do Estado); Muriaé (312.108; 4,3% da região e 0,4% do Estado); Manhuaçu (245.621; 3,4% da região e 0,3% do Estado); Ponte Nova (240.439; 3,3% da região e 0,3% do Estado); Santos Dumont (236.593; 3,2% da região e 0,3% do Estado); Viçosa (208.375; 2,8% da região e 0,2% do Estado); Leopoldina (182.519; 2,5% da região e 0,2% do Estado); Visconde do Rio Branco (129.439; 1,8% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	868.576 (10,7% do estadual e 11,9% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Urucânia (35.836; 4,1% da região e 0,4% do Estado); Manhuaçu (29.886; 3,4% da região e 0,4% do Estado); Espera Feliz (24.952; 2,9% da região e 0,3% do Estado); Divino (24.386; 2,8% da região e 0,3% do Estado); Abre Campo (22.209; 2,6% da região e 0,3% do Estado); Muriaé (19.357; 2,2% da região e 0,2% do Estado); Leopoldina (16.935; 1,9% da região e 0,2% do Estado); Jequeri (16.092; 1,9% da região e 0,2% do Estado); Ponte Nova (15.926; 1,8% da região e 0,2% do Estado); Carangola (15.814; 1,8% da região e 0,2% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	2.599.557 (7,3% do estadual e 35,5% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Juiz de Fora (1.114.403; 42,9% da região e 3,1% do Estado); Ubá (187.382; 7,2% da região e 0,5% do Estado); Cataguases (166.122; 6,4% da região e 0,5% do Estado); Santos Dumont (144.200; 5,5% da região e 0,4% do Estado); Manhuaçu (87.034; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Ponte Nova (85.974; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Muriaé (81.723; 3,1% da região e 0,2% do Estado); Visconde do Rio Branco (63.220; 2,4% da região e 0,2% do Estado); Viçosa (60.541; 2,3% da região e 0,2% do Estado); Leopoldina (55.634; 2,1% da região e 0,2% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	3.857.862 (9,1% do estadual e 52,7% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Juiz de Fora (1.337.972; 34,7% da região e 3,1% do Estado); Muriaé (211.028; 5,5% da região e 0,5% do Estado); Ubá (163.469; 4,2% da região e 0,4% do Estado); Cataguases (141.660; 3,7% da região e 0,3% do Estado); Viçosa (139.625; 3,6% da região e 0,3% do Estado); Ponte Nova (138.539; 3,6% da região e 0,3% do Estado); Manhuaçu (128.701; 3,3% da região e 0,3% do Estado); Leopoldina (109.950; 2,9% da região e 0,3% do Estado); Santos Dumont (87.542; 2,3% da região e 0,2% do Estado); Além Paraíba (84.634; 2,2% da região e 0,2% do Estado).
População (2000)	2.031.433 (11,4% do Estado) – Urbana: 1.557.617 (76,7%); Rural: 473.816 (23,3%) Municípios mais populosos: Juiz de Fora (456.796; 22,5% da Região); Muriaé (92.101; 4,5% da Região); Ubá (85.065; 4,2% da Região); Manhuaçu (67.123; 3,3% da Região); Viçosa (64.854; 3,2% da Região); Cataguases (63.980; 3,1% da Região); Ponte Nova (55.303; 2,7% da Região); Leopoldina (50.097; 2,5% da Região); Santos Dumont (46.789; 2,3% da Região); Além Paraíba (33.610; 1,7% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	3.646,1; 74,3 Municípios com maiores PIB per Capita: Rodeiro (10.207; 208); Urucânia (6.370; 130); Juiz de Fora (5.498; 112); Santos Dumont (5.080; 104); Cataguases (5.018; 102); Itamarati de Minas (4.859; 99); Faria Lemos (4.695; 96); Ponte Nova (4.376; 89); Ubá (4.324; 88); Belmiro Braga (4.247; 87).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	41.52.938 (6,4% do Estado) Municípios com maiores VAF: Juiz de Fora (1.848.606); Ubá (199.195); Cataguases (183.727); Manhuaçu (157.448); Além Paraíba (141.955); Muriaé (126.101); Santos Dumont (110.989); Ponte Nova (108.370); Visconde do Rio Branco (91.068); Leopoldina (88.052).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Pecuária: Rebanhos – bovino (7,1%); Suíno (22,1% - destacando-se a microrregião de Ponte Nova); equino (7,8%); muar (7,6%); caprino (19,6%); galos, frangos e pintos (14,1%) – e produções de leite (10,0%) e de mel de abelha (16,2%). Agriculturas: abacate (8,0%); café (13,9% - destaque para a Microrregião de Manhuaçu, com cerca de 7%); cana-de-açúcar (7,9%); e feijão (8,3%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Metalurgia’ – na microrregião de Juiz de Fora ; ‘Material de transporte’ – Microrregião de Juiz de Fora ; ‘Produtos Alimentares’ – nas microrregiões de Ubá e Juiz de Fora ; ‘Têxtil’ – nas microrregiões de Cataguases e Juiz de Fora ; ‘Mobiliário’ – microrregião de Ubá; ‘Vestuário, calçados e artefatos de tecidos’ – microrregião de Juiz de Fora ; ‘Papel e papelão’ – microrregiões de Cataguases e Juiz de Fora ; ‘Editora e gráfica’ – na microrregião de Juiz de Fora ; ‘Borracha’ – na microrregião de Ubá.
Circuitos Turísticos	Circuito do Caparaó; Circuito do Ibitipoca.

FONTES: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

TRIÂNGULO	
Número de Municípios	35, distribuídos pelas 4 microrregiões: Frutal (12), Uberlândia (10) , Uberaba (7), Ituiutaba (6).
Área terrestre (Km²)	53.754 (9,2% do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	6.905.158 (8,0% do Estado) Principais Municípios: Uberlândia (3.015.805; 43% da região e 3,5% do Estado); Uberaba (1.476.859; 21,4% da região e 1,7% do Estado); Araguari (397.030; 5,7% da região e 0,5% do Estado); Ituiutaba (359.054; 5,2% da região e 0,4% do Estado); Frutal (212.975; 3,1% da região e 0,2% do Estado); Iturama (118.372; 1,7% da região e 0,1% do Estado); Prata (111.485; 1,6% da região e 0,1% do Estado); Monte Alegre de Minas (93.203; 1,3% da região e 0,1% do Estado); Tupaciguara (92.816; 1,3% da região e 0,1% do Estado); Conceição das Alagoas (83.087; 1,2% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	1.179.439 (14,5% do estadual e 17,1% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Uberlândia (164.624; 14% da região e 2% do Estado); Uberaba (120.168; 10,2% da região e 1,5% do Estado); Araguari (80.325; 6,8% da região e 1,0% do Estado); Frutal (64.132; 5,4% da região e 0,8% do Estado); Monte Alegre de Minas (56.406; 4,8% da região e 0,7% do Estado); Prata (48.354; 4,1% da região e 0,6% do Estado); Iturama (43.430; 3,7% da região e 0,5% do Estado); Conceição das Alagoas (41.732; 3,5% da região e 0,5% do Estado); Canápolis (40.488; 3,4% da região e 0,5% do Estado); Tupaciguara (34.380; 2,9% da região e 0,4% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	2.584.134 (7,2% do estadual e 37,4% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Uberlândia (1.430.046; 55,3% da região e 4,0% do Estado); Uberaba (663.394; 25,7% da região e 1,9% do Estado); Ituiutaba (133.781; 5,2% da região e 0,4% do Estado); Araguari (110.728; 4,3% da região e 0,3% do Estado); Frutal (43.773; 1,7% da região e 0,1% do Estado); Prata (25.017; 1,0% da região e 0,1% do Estado); Conquista (22.545; 0,9% da região e 0,1% do Estado); Itapagipe (19.846; 0,8% da região e 0,1% do Estado); Iturama (16.154; 0,6% da região e 0,0% do Estado); Campina Verde (14.419; 0,6% da região e 0,0% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	3.141.580 (7,4% do estadual e 8,5% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Uberlândia (1.421.135; 45,2% da região e 3,3% do Estado); Uberaba (693.297; 22,1% da região e 1,6% do Estado); Araguari (205.976; 6,6% da região e 0,5% do Estado); Ituiutaba (191.176; 6,1% da região e 0,4% do Estado); Frutal (105.070; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Iturama (58.789; 1,9% da região e 0,1% do Estado); Tupaciguara (44.985; 1,4% da região e 0,1% do Estado); Prata (38.114; 1,2% da região e 0,1% do Estado); Santa Vitória (36.330; 1,2% da região e 0,1% do Estado); Monte Alegre de Minas (32.324; 1,0% da região e 0,1% do Estado).
População (2000)	1.280.022 (7,2% do Estado) – Urbana: 1.170.828 (91,5%); Rural: 109.194 (8,5%) Municípios mais populosos: Uberlândia (501.214; 39,2% da Região); Uberaba (252.051; 19,7% da Região); Araguari (101.974; 8,0% da Região); Ituiutaba (89.091; 7,0% da Região); Frutal (46.566; 3,6% da Região); Iturama (28.814; 2,3% da Região); Prata (23.576; 1,8% da Região); Tupaciguara (23.117; 1,8% da Região); Campina Verde (19.100; 1,5% da Região); Monte Alegre de Minas (18.006; 1,4% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	5.495,5; 112,0 Municípios com maiores PIB per Capita: Comendador Gomes (12.939; 264); Pirajuba (10.214; 208); Água Comprida (10.206; 208); Conquista (10.090; 206); Campo Florido (8.354; 170); Veríssimo (7.217; 147); Indianópolis (6.329; 129); Uberlândia (6.212; 127); Uberaba (5.980; 122); Canápolis (5.777; 118).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	8.994.146 (13,8%) Municípios com maiores VAF: Uberlândia (3.003.599); Uberaba (1.358.890); Carneirinho (521.674); Araguari (485.454); Iturama (449.383); Ituiutaba (427.825); Santa Vitória (363.363); Fronteira (259.950); Araporã (229.903); Conceição das Alagoas (184.431).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Agrícolas: Abacaxi (93,4% - destacam-se as microrregiões de Uberlândia e Frutal e o Município de Monte Alegre de Minas com 31,4% do total estadual); algodão herbáceo (40,1%); borracha (71,0%); cana-de-açúcar (53,2% - destacando-se as Microrregiões de Frutal, Uberaba e Uberlândia); caqui (83,9%); soja (53,9% - destaca-se as quatro microrregiões); e sorgo (53,7%). Destaca-se ainda a importância das microrregiões Frutal e Uberlândia na produção de laranja, além desta última na produção de tomate. Pecuária: Leite (10,8% - destacando-se a Microrregião de Frutal); ovos - de galinha (15,5% - destacando-se a microrregião de Uberlândia) e de codorna (23,8%); efetivos dos rebanhos - bovino (19,9% - destaque para as Microrregiões de Frutal, Uberlândia e Ituiutaba); suíno (14,7% - destacando-se a microrregião de Uberlândia); bubalino (18,9%); de galos, frangas, frangos e pintos (10,8%); e de codorna (13,2%). Destaque para a produção de agroindustriais: Laticínios e gêneros alimentícios em geral.
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Química’ - Microrregião de Uberaba; ‘Material elétrico, eletrônico e de comunicações’ - nas Microrregiões de Uberaba e Uberlândia ; ‘Produtos Alimentares’ - nas microrregiões de Uberlândia , Ituiutaba e Frutal; ‘Madeira’ - microrregiões de Uberaba e Uberlândia ; ‘Fumo e Bebidas’ - microrregião de Uberlândia ; ‘Couro e peles’ - na microrregião Uberlândia ; ‘Perfumaria, sabões e velas’; ‘Matérias plásticas’ - na microrregião de Uberaba; ‘Editora e gráfica’ - microrregião de Uberlândia .
Circuitos Turísticos	Caminho do Cerrado/Entre Rios e Lagos.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

CENTRO-OESTE DE MINAS	
Número de Municípios	56, distribuídos pelas 6 microrregiões: Bom Despacho (12), Divinópolis (11) , Piumhi (9), Oliveira (9), Formiga (8), Campo Belo (7).
Área terrestre (Km²)	31.542 (5,4% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	4.272.683 (4,9% do Estado) Principais Municípios: Divinópolis (927.968; 21,7% da região e 1,1% do Estado); Itaúna (391.651; 9,2% da região e 0,5% do Estado); Formiga (266.079; 6,2% da região e 0,3% do Estado); Arcos (212.420; 5% da região e 0,2% do Estado); Campo Belo (168.804; 4% da região e 0,2% do Estado); Bom Despacho (156.527; 3,7% da região e 0,2% do Estado); Passa Tempo (155.451; 3,6% da região e 0,2% do Estado); Lagoa da Prata (153.453; 3,6% da região e 0,2% do Estado); Nova Serrana (153.208; 3,6% da região e 0,2% do Estado); Piumhi (116.786; 2,7% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	630.386 (7,8% do estadual e 14,8% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Piumhi (43.301; 6,9% da região e 0,5% do Estado); Santo Antônio do Amparo (33.376; 5,3% da região e 0,4% do Estado); Formiga (26.161; 4,1% da região e 0,3% do Estado); Luz (24.346; 3,9% da região e 0,3% do Estado); Bom Despacho (22.165; 3,5% da região e 0,3% do Estado); Bom Sucesso (21.294; 3,4% da região e 0,3% do Estado); Perdões (21.036; 3,3% da região e 0,3% do Estado); Santo Antônio do Monte (20.735; 3,3% da região e 0,3% do Estado); Cristais (20.223; 3,2% da região e 0,2% do Estado); Bambuí (19.938; 3,2% da região e 0,2% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	36.326 (4,8% do estadual e 40,6% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Divinópolis (457.162; 26,3% da região e 1,3% do Estado); Itaúna (200.640; 11,6% da região e 0,6% do Estado); Passa Tempo (132.437; 7,6% da região e 0,4% do Estado); Arcos (128.574; 7,4% da região e 0,4% do Estado); Formiga (103.206; 5,9% da região e 0,3% do Estado); Nova Serrana (95.054; 5,5% da região e 0,3% do Estado); Lagoa da Prata (74.520; 4,3% da região e 0,2% do Estado); Campo Belo (57.339; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Bom Despacho (44.832; 2,6% da região e 0,1% do Estado); Pains (43.159; 2,5% da região e 0,1% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	1.905.676 (4,5% do estadual e 44,6% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Divinópolis (454.566; 23,9% da região e 1,1% do Estado); Itaúna (177.695; 9,3% da região e 0,4% do Estado); Formiga (136.712; 7,2% da região e 0,3% do Estado); Campo Belo (91.909; 4,8% da região e 0,2% do Estado); Bom Despacho (89.531; 4,7% da região e 0,2% do Estado); Arcos (75.914; 4,0% da região e 0,2% do Estado); Oliveira (66.803; 3,5% da região e 0,2% do Estado); Lagoa da Prata (63.126; 3,3% da região e 0,1% do Estado); Piumhi (56.667; 3,0% da região e 0,1% do Estado); Nova Serrana (53.915; 2,8% da região e 0,1% do Estado).
População (2000)	987.765 (5,5% do Estado) – Urbana: 845.505 (85,6%); Rural: 142.260 (14,4%) Municípios mais populosos: Divinópolis (183.962; 18,6% da Região); Itaúna (76.862; 7,8% da Região); Formiga (62.907; 6,4% da Região); Campo Belo (49.187; 5,0% da Região); Bom Despacho (39.943; 4,0% da Região); Lagoa da Prata (38.758; 3,9% da Região); Nova Serrana (37.447; 3,8% da Região); Oliveira (37.250; 3,8% da Região); Arcos (32.687; 3,3% da Região); Piumhi (28.783; 2,9% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	4.392,7; 89,6 Municípios com maiores PIB per Capita: Passa Tempo (18.416; 376); Pains (8.162; 166); Córrego Fundo (7.150; 146); Doresópolis (6.631; 135); Arcos (6.624; 135); Iguatama (5.816; 119); Conceição do Pará (5.600; 114); Itaúna (5.178; 106); Divinópolis (5.151; 105); Serra da Saudade (5.011; 102).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	2.430.384 (3,7% do Estado) Municípios com maiores VAF: Divinópolis (556.852); Itaúna (306.754); Arcos (210.796); Nova Serrana (111.586); Formiga (104.475); Lagoa da Prata (96.871); Bom Despacho (92.451); Campo Belo (70.525); Piumhi (61.305); Oliveira (50.599).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Agricultura: Abacate (10,7%); café (6,9%); feijão (3,9%) e tangerina (12,3%). Pecuária: Efetivos dos rebanhos – bovino (8,1%), bubalino (11,1%), de galinhas (10,7%), de galos, frangas, frangos e pintos (11,0%); e as produções de leite (12,9% - destaque para a microrregião de Bom Despacho); e de ovos de galinha (11,9% - destaque para a microrregião Divinópolis).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Metalurgia’ e ‘Têxtil’ – na microrregião de Divinópolis ; ‘Minerais não-metálicos’ – Microrregião de Formiga; ‘Vestuário, calçados e artefatos de tecidos’ e ‘Couro e peles’ – microrregião de Divinópolis ; ‘Borracha’ – nas microrregiões de Divinópolis e Formiga.
Circuitos Turísticos	Lago de Furnas; Nascente das Gerais; Lago do Cajuru.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

RIO DOCE	
Número de Municípios	102, distribuídos pelas 7 microrregiões: Governador Valadares (25), Caratinga (20), Guanhães (15), Ipatinga (13), Aimorés (13), Peçanha (9), Mantena (7).
Área terrestre (Km²)	41.840 (7,1% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	6.905.967 (8,0% do Estado) Principais Municípios: Ipatinga (2.377.970; 34,4% da região e 2,7% do Estado); Timóteo (896.939; 13% da região e 1% do Estado); Governador Valadares (883.323; 12,8% da região e 1,0% do Estado) ; Belo Oriente (707.487; 10,2% da região e 0,8% do Estado); Coronel Fabriciano (252.607; 3,7% da região e 0,3% do Estado); Caratinga (220.885; 3,2% da região e 0,3% do Estado); Aimorés (69.001; 1,0% da região e 0,1% do Estado); Guanhães (68.277; 1% da região e 0,1% do Estado); Mutum (63.031; 0,9% da região e 0,1% do Estado); Santana do Paraíso (61.322; 0,9% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	474.910 (5,9% do estadual e 6,9% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Mutum (32.856; 6,9% da região e 0,4% do Estado); Caratinga (19.345; 4,1% da região e 0,2% do Estado); Governador Valadares (18.465; 3,9% da região e 0,2% do Estado) ; Aimorés (17.382; 3,7% da região e 0,2% do Estado); Conselheiro Pena (16.295; 3,4% da região e 0,2% do Estado); Santa Rita do Itueto (14.976; 3,2% da região e 0,2% do Estado); Água Boa (13.731; 2,9% da região e 0,2% do Estado); Mantena (13.183; 2,8% da região e 0,2% do Estado); Itambacuri (10.824; 2,3% da região e 0,1% do Estado); Resplendor (10.822; 2,3% da região e 0,1% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	3.808.232 (10,6% do estadual e 55,1% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Ipatinga (1.800.907; 47,3% da região e 5,0% do Estado); Timóteo (722.344; 19,0% da região e 2,0% do Estado); Belo Oriente (646.317; 17,0% da região e 1,8% do Estado); Governador Valadares (288.987; 7,6% da região e 0,8% do Estado) ; Caratinga (60.771; 1,6% da região e 0,2% do Estado); Coronel Fabriciano (51.221; 1,3% da região e 0,1% do Estado); Santana do Paraíso (30.219; 0,8% da região e 0,1% do Estado); Guanhães (15.931; 0,4% da região e 0,0% do Estado); Resplendor (13.221; 0,3% da região e 0,0% do Estado); Inhapim (11.434; 0,3% da região e 0,0% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	2.622.832 (6,2% do estadual e 38,0% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Ipatinga (576.520; 22,0% da região e 1,4% do Estado); Governador Valadares (575.871; 22,0% da região e 1,4% do Estado) ; Coronel Fabriciano (201.067; 7,7% da região e 0,5% do Estado); Timóteo (174.227; 6,6% da região e 0,4% do Estado); Caratinga (140.769; 5,4% da região e 0,3% do Estado); Belo Oriente (59.648; 2,3% da região e 0,1% do Estado); Guanhães (45.857; 1,7% da região e 0,1% do Estado); Aimorés (42.211; 1,6% da região e 0,1% do Estado); Mantena (38.186; 1,5% da região e 0,1% do Estado); Conselheiro Pena (31.519; 1,2% da região e 0,1% do Estado).
População (2000)	1.533.691 (8,6% do Estado) – Urbana: 1.163.373 (75,9%); Rural: 370.318 (24,1%) Municípios mais populosos: Governador Valadares (247.131; 16,1% da Região); Ipatinga (212.496; 13,9% da Região); Coronel Fabriciano (97.451; 6,4% da Região); Caratinga (77.789; 5,1% da Região); Timóteo (71.478; 4,7% da Região); Guanhães (27.828; 1,8% da Região); Mantena (26.872; 1,8% da Região); Mutum (26.693; 1,7% da Região); Aimorés (25.105; 1,6% da Região); Inhapim (24.895; 1,6% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	4.526,4; 92,3 Municípios com maiores PIB per Capita: Belo Oriente (36.873; 752); Timóteo (12.826; 262); Ipatinga (11.395; 232); Governador Valadares (3.603; 74) ; Santana do Paraíso (3.492; 71); Jaguarapu (3.480; 71); Santa Rita do Itueto (3.445; 70); Fernandes Tourinho (3.151; 64); Santa Rita de Minas (3.136; 64); Resplendor (3.035; 62).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	4.963.250 (7,6% do Estado) Municípios com maiores VAF: Ipatinga (2.020.858); Timóteo (852.704); Belo Oriente (712.779); Governador Valadares (512.683) ; Caratinga (118.257); Coronel Fabriciano (90.457); Santana do Paraíso (42.727); Antônio Dias (34.601); Aimorés (29.774); Mutum (28.871).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Pecuária: Efetivos dos rebanhos – bovino (7,8%); eqüino (8,3%); muar (17,4%); bubalino (9,1%) e caprino (17,5%) – e as produções de leite (6,8%) e mel de abelha (28,0%). Produtos agrícolas: café (6,3%); feijão (5,9%) e coco-da-baía (54,7%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Metalurgia’ – na Microrregião de Ipatinga; ‘Produtos alimentares’ – na microrregião de Governador Valadares ; ‘Madeira’ – microrregião de Ipatinga; ‘Bebidas’ – microrregião de Governador Valadares ; ‘Papel e papelão’ – microrregiões de Ipatinga e Governador Valadares ; ‘Couros e peles’ – na microrregião de Ipatinga; ‘Borracha’ – na microrregião de Governador Valadares .
Circuitos Turísticos	Circuito Mata Atlântica de Minas; Circuito das Pedras Preciosas.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

NORTE DE MINAS	
Número de Municípios	89, distribuídos pelas 7 microrregiões: Montes Claros (22), Salinas (17), Januária (16), Janaúba (13), Pirapora (10), Grão Mogol (6), Bocaiúva (5).
Área terrestre (Km²)	128.490 (21,9% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	<p style="text-align: center;">4.095.961 (4,7% do Estado)</p> <p>Principais Municípios: Montes Claros (1.437.628; 35,1% da região e 1,7% do Estado); Bocaiúva (507.567; 12,4% da região e 0,6% do Estado); Pirapora (367.649; 9% da região e 0,4% do Estado); Várzea da Palma (204.593; 5% da região e 0,2% do Estado); Janaúba (137.123; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Salinas (96.664; 2,4% da região e 0,1% do Estado); Jaíba (92.396; 2,3% da região e 0,1% do Estado); Januária (88.894; 2,2% da região e 0,1% do Estado); São Francisco (61.287; 1,5% da região e 0,1% do Estado); Taiobeiras (52.136; 1,3% da região e 0,1% do Estado).</p>
PIB Agropecuário (R\$ mil)	<p style="text-align: center;">487.214 (6,0% do estado e 11,9% da Região)</p> <p>Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Montes Claros (47.219; 9,7% da região e 0,6% do Estado); Jaíba (35.663; 7,3% da região e 0,4% do Estado); Pirapora (16.934; 3,5% da região e 0,2% do Estado); Bocaiúva (16.309; 3,3% da região e 0,2% do Estado); Francisco Sá (15.707; 3,2% da região e 0,2% do Estado); Januária (15.696; 3,2% da região e 0,2% do Estado); Buritizeiro (14.971; 3,1% da região e 0,2% do Estado); Janaúba (13.699; 2,8% da região e 0,2% do Estado); São Francisco (12.858; 2,6% da região e 0,2% do Estado); Coração de Jesus (11.455; 2,4% da região e 0,1% do Estado).</p>
PIB Industrial (R\$ mil)	<p style="text-align: center;">1.826.105 (5,1% do estadual e 44,6% da Região)</p> <p>Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Montes Claros (756.771; 41,4% da região e 2,1% do Estado); Bocaiúva (415.107; 22,7% da região e 1,2% do Estado); Pirapora (242.328; 13,3% da região e 0,7% do Estado); Várzea da Palma (144.867; 7,9% da região e 0,4% do Estado); Janaúba (39.509; 2,2% da região e 0,1% do Estado); Salinas (35.883; 2,0% da região e 0,1% do Estado); Jaíba (31.770; 1,7% da região e 0,1% do Estado); Capitão Enéas (23.449; 1,3% da região e 0,1% do Estado); Januária (11.692; 0,6% da região e 0,0% do Estado); Porteirinha (9.899; 0,5% da região e 0,0% do Estado).</p>
PIB Serviços (R\$ mil)	<p style="text-align: center;">1.782.651 (4,2% do estadual e 43,5% da Região)</p> <p>Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Montes Claros (633.638; 35,5% da região e 1,5% do Estado); Pirapora (108.387; 6,1% da região e 0,3% do Estado); Janaúba (83.915; 4,7% da região e 0,2% do Estado); Bocaiúva (76.151; 4,3% da região e 0,2% do Estado); Januária (61.506; 3,5% da região e 0,1% do Estado); Várzea da Palma (52.059; 2,9% da região e 0,1% do Estado); Salinas (51.524; 2,9% da região e 0,1% do Estado); São Francisco (40.261; 2,3% da região e 0,1% do Estado); Taiobeiras (33.322; 1,9% da região e 0,1% do Estado); Buritizeiro (32.811; 1,8% da região e 0,1% do Estado).</p>
População (2000)	<p style="text-align: center;">1.492.715 (8,3% do Estado) – Urbana: 963.205 (64,5%); Rural: 529.510 (35,5%)</p> <p>Municípios mais populosos: Montes Claros (306.947; 20,6% da Região); Januária (63.605; 4,3% da Região); Janaúba (61.651; 4,1% da Região); São Francisco (51.497; 3,4% da Região); Pirapora (50.300; 3,4% da Região); Bocaiúva (42.806; 2,9% da Região); Porteirinha (37.890; 2,5% da Região); Salinas (36.720; 2,5% da Região); Várzea da Palma (31.641; 2,1% da Região); Espinosa (30.978; 2,1% da Região).</p>
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	<p style="text-align: center;">2.773,1; 56,5</p> <p>Municípios com maiores PIB per Capita: Bocaiúva (12.011; 245); Pirapora (7.377; 150); Várzea da Palma (6.517; 133); Montes Claros (4.788; 98); Capitão Enéas (3.776; 77); Jaíba (3.529; 72); Salinas (2.658; 54); Nova Porteirinha (2.540; 52); Itacarambi (2.466; 50); Olhos-D'Água (2.302; 47).</p>
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	<p style="text-align: center;">1.867.342 (2,9% do Estado)</p> <p>Municípios com maiores VAF: Montes Claros (845.815); Pirapora (223.178); Várzea da Palma (126.287); Bocaiúva (105.038); Janaúba (61.454); Buritizeiro (30.237); Januária (27.522); São João do Paraíso (24.369); Salinas (22.908).</p>
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Agricultura: algodão herbáceo (14,4%); feijão (16,4%) e mamona (88,5%); fruticultura (coco-da-baía – 13,7%; limão – 20,5%; mamão – 41,2% e uva – 78,3%). Ressalta-se a importância da Região como a mais importante produtora de banana no Estado, com destaque para a microrregião de Janaúba. Pecuária: Efetivos dos rebanhos – bovino (11,0% - destaca-se a Microrregião de Montes Claros); equino (20,5%); asinino (24,7%); muar (15,9%); e caprino (22,4%). Destaca-se ainda a importância da microrregião de Montes Claros na produção de ovos de galinha estadual.
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Metalurgia’ – na microrregião de Pirapora; ‘Produtos Alimentares’ – na microrregião de Montes Claros ; ‘Têxtil’ – nas microrregiões de Montes Claros e Pirapora; ‘Farmacêutica’ – na microrregião de Montes Claros .
Circuitos Turísticos	Circuito do Uruçuia; Caminhos do Norte.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

ALTO PARANAÍBA	
Número de Municípios	31, distribuídos pelas 3 microrregiões: Patrocínio (11), Patos de Minas (10), Araxá (10).
Área terrestre (Km²)	36.811 (6,3% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	3.060.434 (3,5% do Estado) Principais Municípios: Araxá (584.461; 19,1% da região e 0,7% do Estado); Patos de Minas (470.619; 15,4% da região e 0,5% do Estado); Patrocínio (360.211; 11,8% da região e 0,4% do Estado); Monte Carmelo (227.146; 7,4% da região e 0,3% do Estado); Rio Paranaíba (161.145; 5,3% da região e 0,2% do Estado); Coromandel (138.500; 4,5% da região e 0,2% do Estado); Carmo do Paranaíba (124.472; 4,1% da região e 0,1% do Estado); Ibiá (107.364; 3,5% da região e 0,1% do Estado); Sacramento (105.399; 3,4% da região e 0,1% do Estado); São Gotardo (86.789; 2,8% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	990.675 (12,2% do estadual e 32,4% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Patrocínio (137.627; 13,9% da região e 1,7% do Estado); Monte Carmelo (83.408; 8,4% da região e 1,0% do Estado); Rio Paranaíba (79.380; 8% da região e 1,0% do Estado); Coromandel (74.643; 7,5% da região e 0,9% do Estado); Patos de Minas (72.489; 7,3% da região e 0,9% do Estado); Carmo do Paranaíba (57.536; 5,8% da região e 0,7% do Estado); Perdizes (54.979; 5,5% da região e 0,7% do Estado); Serra do Salitre (41.833; 4,2% da região e 0,5% do Estado); Sacramento (39.686; 4,0% da região e 0,5% do Estado); Ibiá (38.966; 3,9% da região e 0,5% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	864.682 (2,4% do estadual e 28,3% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Araxá (339.476; 39,3% da região e 0,9% do Estado); Patos de Minas (116.484; 13,5% da região e 0,3% do Estado); Tapira (67.932; 7,9% da região e 0,2% do Estado); Monte Carmelo (64.607; 7,5% da região e 0,2% do Estado); Patrocínio (63.289; 7,3% da região e 0,2% do Estado); Rio Paranaíba (59.705; 6,9% da região e 0,2% do Estado); Ibiá (28.742; 3,3% da região e 0,1% do Estado); Sacramento (20.124; 2,3% da região e 0,1% do Estado); São Gotardo (17.587; 2% da região e 0,0% do Estado); Coromandel (15.278; 1,8% da região e 0,0% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	1.205.079 (2,8% do estadual e 39,4% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Patos de Minas (281.645; 23,4% da região e 0,7% do Estado); Araxá (211.220; 17,5% da região e 0,5% do Estado); Patrocínio (159.295; 13,2% da região e 0,4% do Estado); Monte Carmelo (79.131; 6,6% da região e 0,2% do Estado); Carmo do Paranaíba (55.497; 4,6% da região e 0,1% do Estado); Coromandel (48.580; 4,0% da região e 0,1% do Estado); Sacramento (45.589; 3,8% da região e 0,1% do Estado); São Gotardo (45.136; 3,7% da região e 0,1% do Estado); Ibiá (39.656; 3,3% da região e 0,1% do Estado); Rio Paranaíba (22.060; 1,8% da região e 0,1% do Estado).
População (2000)	589.864 (3,3% do Estado) – Urbana: 494.759 (83,9%); Rural: 95.105 (16,1%) Municípios mais populosos: Patos de Minas (123.881; 21,0% da Região); Araxá (78.997; 13,4% da Região); Patrocínio (73.130; 12,4% da Região); Monte Carmelo (43.899; 7,4% da Região); Carmo do Paranaíba (29.460; 5,0% da Região); São Gotardo (27.631; 4,7% da Região); Coromandel (27.452; 4,7% da Região); Sacramento (21.334; 3,6% da Região); Ibiá (21.044; 3,6% da Região); Lagoa Formosa (16.293; 2,8% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	5.268,3; 107,4 Municípios com maiores PIB per Capita: Tapira (26.391; 538); Rio Paranaíba (14.281; 291); Romaria (12.626; 257); Araxá (7.500; 153); Perdizes (7.092; 145); Serra do Salitre (6.669; 136); Nova Ponte (6.469; 132); Monte Carmelo (5.305; 108); Iraí de Minas (5.183; 106); Ibiá (5.181; 106).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	2.836.936 (4,4% do Estado) Municípios com maiores VAF: Araxá (555.681); Patos de Minas (427.773); Sacramento (345.371); Patrocínio (237.589); Ibiá (158.269); Nova Ponte (155.406); Monte Carmelo (140.362); Perdizes (114.215); Rio Paranaíba (105.611); Coromandel (84.096).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Produtos Agrícolas: Alho (54,4%); batata-inglesa (16,2% - destaca-se a Microrregião de Araxá); cebola (49,2%); soja (22,0% - destaca-se as Microrregiões de Araxá e Patrocínio); trigo (51,0%) e milho (17,6% - destacando-se a Microrregião de Araxá, com 9,8%). Pecuários: Rebanhos – bovino (7,3%) e suíno (8,2%) – e as produções de leite (11,6% - destacando-se as três microrregiões) e de galinha (11,9%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Extrativa Mineral’; ‘Química’ e ‘Produtos Alimentares’ – na Microrregião de Araxá.
Circuitos Turísticos	Caminho do Cerrado/Entre Rios e Lagos.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

SUL DE MINAS	
Número de Municípios	155, distribuídos pelas 11 microrregiões: Pouso Alegre (20), Varginha (16), São Lourenço (16), Santa Rita do Sapucaí (15), Passos (14), São Sebastião do Paraíso (14), Poços de Caldas (13), Andrelândia (13), Itajubá (13), Alfenas (12), Lavras (9).
Área terrestre (Km²)	53.013 (9,0% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	11.146.370 (12,9% do Estadual) Principais Municípios: Pouso Alegre (1.084.144; 9,7% da região e 1,3% do Estado); Poços de Caldas (1.044.633; 9,4% da região e 1,2% do Estado); Varginha (595.343; 5,3% da região e 0,7% do Estado); Passos (546.650; 4,9% da região e 0,6% do Estado); Alfenas (506.314; 4,5% da região e 0,6% do Estado); Itajubá (480.348; 4,3% da região e 0,6% do Estado); Lavras (380.336; 3,4% da região e 0,4% do Estado); Três Corações (308.153; 2,8% da região e 0,4% do Estado); Santa Rita do Sapucaí (232.608; 2,1% da região e 0,3% do Estado); São Sebastião do Paraíso (224.114; 2% da região e 0,3% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	1.927.619 (23,8% do estadual e 17,29% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Alfenas (61.886; 3,2% da região e 0,8% do Estado); Três Pontas (57.321; 3% da região e 0,7% do Estado); Campos Gerais (56.391; 2,9% da região e 0,7% do Estado); Passos (51.653; 2,7% da região e 0,6% do Estado); Nepomuceno (49.483; 2,6% da região e 0,6% do Estado); Campestre (44.740; 2,3% da região e 0,6% do Estado); Machado (42.251; 2,2% da região e 0,5% do Estado); Carmo do Rio Claro (41.378; 2,1% da região e 0,5% do Estado); Boa Esperança (38.958; 2% da região e 0,5% do Estado); Três Corações (38.058; 2% da região e 0,5% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	4.659.961 (13,0% do estadual e 41,8% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Pouso Alegre (753.915; 16,2% da região e 2,1% do Estado); Poços de Caldas (599.373; 12,9% da região e 1,7% do Estado); Passos (301.382; 6,5% da região e 0,8% do Estado); Itajubá (292.818; 6,3% da região e 0,8% do Estado); Varginha (283.215; 6,1% da região e 0,8% do Estado); Alfenas (275.693; 5,9% da região e 0,8% do Estado); Extrema (167.324; 3,6% da região e 0,5% do Estado); Lavras (157.753; 3,4% da região e 0,4% do Estado); Três Corações (144.956; 3,1% da região e 0,4% do Estado); Santa Rita do Sapucaí (143.561; 3,1% da região e 0,4% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	4.558.792 (10,7% do estadual e 40,9% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Poços de Caldas (427.451; 9,4% da região e 1,0% do Estado); Pouso Alegre (317.121; 7,0% da região e 0,7% do Estado); Varginha (293.447; 6,4% da região e 0,7% do Estado); Passos (193.615; 4,2% da região e 0,5% do Estado); Lavras (191.559; 4,2% da região e 0,4% do Estado); Itajubá (182.460; 4,0% da região e 0,4% do Estado); Alfenas (168.736; 3,7% da região e 0,4% do Estado); Três Corações (125.139; 2,7% da região e 0,3% do Estado); São Sebastião do Paraíso (124.422; 2,7% da região e 0,3% do Estado); Guaxupé (104.830; 2,3% da região e 0,2% do Estado).
População (2000)	2.388.674 (13,4% do Estado) – Urbana: 1.860.044 (77,9%); Rural: 528.630 (22,15%) Municípios mais populosos: Poços de Caldas (135.627; 5,7% da Região); Varginha (108.998; 4,6% da Região); Pouso Alegre (106.776; 4,5% da Região); Passos (97.211; 4,1% da Região); Itajubá (84.135; 3,5% da Região); Lavras (78.772; 3,3% da Região); Alfenas (66.957; 2,8% da Região); Três Corações (65.291; 2,7% da Região); São Sebastião do Paraíso (58.335; 2,4% da Região); Três Pontas (51.024; 2,1% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	4.745,6; 96,7 Municípios com maiores PIB per Capita: Fortaleza de Minas (25.636; 523); Extrema (11.384; 232); Pouso Alegre (10.440; 213); Itaú de Minas (9.800; 200); Caldas (9.667; 197); Monte Belo (9.258; 189); Poços de Caldas (7.876; 161); Alfenas (7.756; 158); Santa Rita do Sapucaí (7.581; 155); Itajubá (5.783; 118).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	8.038.448 (12,3% do Estado) Municípios com maiores VAF: Poços de Caldas (1.017.549); Pouso Alegre (562.002); Varginha (561.485); Itajubá (370.643); Três Corações (278.386); Extrema (274.379); Passos (258.866); Alfenas (237.815); Itaú de Minas (231.187); Machado (197.915).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Agrícolas: Batata-inglesa (72,5%, destacando as Microrregiões de Pouso Alegre , Poços de Caldas, Itajubá e Alfenas); Café (47,6% - Microrregião de Varginha concentra 12,5% e a Alfenas, cerca de 9% do estado); batata-doce (28,9%); feijão (13,5%); e cana-de-açúcar (12,6%); fruticultura – pêra (97,0%), caqui (83,9% e pêssego (64,8%), além da importância da Microrregião de Alfenas na Produção de laranja. Pecuária: Lã (65,9%); ovos (galinha – 33,7% - onde destacam-se as microrregiões de São Lourenço e Lavras – e codorna = 61,7%); leite (18,6%); e mel de abelha (14,7%); e os efetivos dos rebanhos – bovino (11,2%); muar (12,4%); suíno (13,2%); e bubalino (17,0%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Extrativa Mineral’ na Microrregião de Poços de Caldas; ‘Metalurgia’ – nas microrregiões Poços de Caldas, Pouso Alegre e Passos; ‘Química’ – Microrregião de Varginha; ‘Material de Transporte’ – Lavras e Pouso Alegre; ‘Minerais Não-Metálicos’ – Microrregião de Passos; ‘Material elétrico, eletrônico e de comunicações’ – nas microrregiões de Itajubá e Santa Rita do Sapucaí; ‘Produtos Alimentares’ – nas microrregiões de Passos, Varginha e São Sebastião do Paraíso; ‘Têxtil’ – nas microrregiões de Alfenas e Passos; ‘Vestuário, calçados e artefatos de tecidos’ – microrregiões de Pouso Alegre e Passos; ‘Couro e peles’ – na microrregião São Sebastião do Paraíso; ‘Farmacêutica’; ‘Matérias plásticas’; ‘Borracha’ – na microrregião de Pouso Alegre.
Circuitos Turísticos	Circuito das Águas; Circuito das Malhas; Lago de Furnas; Nascente das Gerais; Terras Altas da Mantiqueira; Circuito Ecológico/Camargos; Circuito do Ibitipoca.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

NOROESTE	
Número de Municípios	19, distribuídos pelas duas microrregiões: Paracatu (10), Unai (9).
Área terrestre (Km²)	62.351 (10,6% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	1.631.626 (1,9% do Estado) Principais Municípios: Paracatu (508.565; 31,2% da região e 0,6% do Estado); Unai (263.018; 16,1% da região e 0,3% do Estado); Vazante (209.943; 12,9% da região e 0,2% do Estado); João Pinheiro (126.995; 7,8% da região e 0,1% do Estado); Presidente Olegário (109.855; 6,7% da região e 0,1% do Estado); Buritis (66.774; 4,1% da região e 0,1% do Estado); Guarda-Mor (62.061; 3,8% da região e 0,1% do Estado); Lagamar (40.906; 2,5% da região e 0% do Estado); Lagoa Grande (35.314; 2,2% da região e 0% do Estado); Varjão de Minas (29.910; 1,8% da região e 0% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	540.258 (6,7% do estadual e 33,1% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Unai (110.173; 20,4% da região e 1,4% do Estado); Paracatu (90.123; 16,7% da região e 1,1% do Estado); Presidente Olegário (61.447; 11,4% da região e 0,8% do Estado); João Pinheiro (46.495; 8,6% da região e 0,6% do Estado); Guarda-Mor (45.885; 8,5% da região e 0,6% do Estado); Buritis (37.357; 6,9% da região e 0,5% do Estado); Varjão de Minas (19.358; 3,6% da região e 0,2% do Estado); Formoso (18.860; 3,5% da região e 0,2% do Estado); Cabeceira Grande (15.263; 2,8% da região e 0,2% do Estado); Vazante (14.763; 2,7% da região e 0,2% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	568.485 (1,6% do estadual e 34,8% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Paracatu (281.051; 49,4% da região e 0,8% do Estado); Vazante (157.165; 27,6% da região e 0,4% do Estado); Unai (42.662; 7,5% da região e 0,1% do Estado); Presidente Olegário (23.158; 4,1% da região e 0,1% do Estado); Lagamar (18.274; 3,2% da região e 0,1% do Estado); João Pinheiro (9.676; 1,7% da região e 0,0% do Estado); Lagoa Grande (8.002; 1,4% da região e 0,0% do Estado); Guarda-Mor (4.500; 0,8% da região e 0,0% do Estado); Buritis (4.459; 0,8% da região e 0,0% do Estado); Dom Bosco (4.243; 0,7% da região e 0,0% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	522.857 (1,2% do estadual e 32,0% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Paracatu (137.391; 26,3% da região e 0,3% do Estado); Unai (110.183; 21,1% da região e 0,3% do Estado); João Pinheiro (70.824; 13,5% da região e 0,2% do Estado); Vazante (38.014; 7,3% da região e 0,1% do Estado); Presidente Olegário (25.250; 4,8% da região e 0,1% do Estado); Buritis (24.959; 4,8% da região e 0,1% do Estado); Arinos (16.127; 3,1% da região e 0,0% do Estado); Lagoa Grande (14.274; 2,7% da região e 0,0% do Estado); São Gonçalo do Abaeté (12.847; 2,5% da região e 0,0% do Estado); Brasilândia de Minas (12.356; 2,4% da região e 0,0% do Estado).
População (2000)	334.509 (1,9% do Estado) – Urbana: 249.739 (74,7%); Rural: 84.770 (25,3%) Municípios mais populosos: Paracatu (75.216; 22,5% da Região); Unai (70.033; 20,9% da Região); João Pinheiro (41.368; 12,4% da Região); Buritis (20.396; 6,1% da Região); Vazante (18.928; 5,7% da Região); Presidente Olegário (17.781; 5,3% da Região); Arinos (17.709; 5,3% da Região); Brasilândia de Minas (11.473; 3,4% da Região); Lagamar (7.710; 2,3% da Região); Lagoa Grande (7.610; 2,3% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	4.928,3; 100,5 Municípios com maiores PIB per Capita: Vazante (11.101; 226); Guarda-Mor (9.446; 193); Paracatu (6.896; 141); Varjão de Minas (6.565; 134); Presidente Olegário (6.207; 127); Lagamar (5.272; 108) Lagoa Grande (4.754; 97); São Gonçalo do Abaeté (4.638; 95); Unai (3.828; 78); Formoso (3.826; 78).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	1.078.360 (1,7% do Estado) Municípios com maiores VAF: Paracatu (269.425); Unai (205.697); Vazante (120.625); João Pinheiro (94.910); Buritis (76.081); Presidente Olegário (60.360); Guarda-Mor (38.432); São Gonçalo do Abaeté (33.095); Lagamar (29.730); Bonfinópolis de Minas (26.490).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Agrícolas: Trigo (48,9%); algodão herbáceo (40,9%); feijão (35,2% - destacando-se a importância das duas microrregiões); sorgo (29,7%) e soja (22,0% - destacando-se a importância das duas microrregiões). Destacam-se, ainda, as participações da Microrregião de Unai e na produção de milho, com 9,5% e a de Paracatu na produção de arroz. Pecuária: Rebanhos - bubalino (9,5%); equino (6,4%) e bovino (7,6% - destacando ambas microrregiões).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	‘Extrativa Mineral’ e ‘Metalurgia’ – na microrregião de Paracatu .
Circuitos Turísticos	Circuito do Uruçuia.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

JEQUITINHONHA / MUCURI	
Número de Municípios	66, distribuídos pelas 6 microrregiões: Almenara (16), Capelinha (14), Teófilo Otoni (13) , Nanuque (10), Araçuaí (8), Pedra Azul (5).
Área terrestre (Km²)	62.921 (10,7% da área total do Estado)
PIB (1999) (R\$ mil)	1.695.926 (2,0% do Estado) Principais Municípios: Teófilo Otoni (344.583; 20,3% da região e 0,4% do Estado); Nanuque (118.356; 7,0% da região e 0,1% do Estado); Pedra Azul (67.281; 4,0% da região e 0,1% do Estado); Almenara (62.585; 3,7% da região e 0,1% do Estado); Araçuaí (58.292; 3,4% da região e 0,1% do Estado); Carlos Chagas (53.861; 3,2% da região e 0,1% do Estado); Capelinha (48.936; 2,9% da região e 0,1% do Estado); Itaobim (45.362; 2,7% da região e 0,1% do Estado); Itamarandiba (44.722; 2,6% da região e 0,1% do Estado); Medina (43.908; 2,6% da região e 0,1% do Estado).
PIB Agropecuário (R\$ mil)	320.454 (3,9% do estadual e 18,9% da Região) Principais municípios na geração do PIB Agropecuário da Região: Teófilo Otoni (20.189; 6,3% da região e 0,2% do Estado); Carlos Chagas (18.434; 5,8% da região e 0,2% do Estado); Nanuque (12.929; 4% da região e 0,2% do Estado); Novo Cruzeiro (11.043; 3,4% da região e 0,1% do Estado); Capelinha (11.028; 3,4% da região e 0,1% do Estado); Ataléia (10.927; 3,4% da região e 0,1% do Estado); Jequitinhonha (10.346; 3,2% da região e 0,1% do Estado); Pedra Azul (8.945; 2,8% da região e 0,1% do Estado); Almenara (8.413; 2,6% da região e 0,1% do Estado); Araçuaí (8.318; 2,6% da região e 0,1% do Estado).
PIB Industrial (R\$ mil)	308.112 (0,9% do estadual e 18,2% da Região) Principais municípios na geração do PIB Industrial da Região: Teófilo Otoni (81.048; 26,3% da região e 0,2% do Estado); Nanuque (28.462; 9,2% da região e 0,1% do Estado); Pedra Azul (25.241; 8,2% da região e 0,1% do Estado); Turmalina (13.927; 4,5% da região e 0,0% do Estado); Araçuaí (11.285; 3,7% da região e 0,0% do Estado); Medina (11.155; 3,6% da região e 0,0% do Estado); Itaobim (10.401; 3,4% da região e 0,0% do Estado); Salto da Divisa (9.141; 3,0% da região e 0,0% do Estado); Almenara (8.601; 2,8% da região e 0,0% do Estado); Águas Formosas (7.133; 2,3% da região e 0,0% do Estado).
PIB Serviços (R\$ mil)	1.067.961 (2,5% do estadual e 62,9% da Região) Principais municípios na geração do PIB Serviços da Região: Teófilo Otoni (2.423.346; 22,8% da região e 0,6% do Estado); Nanuque (76.966; 7,2% da região e 0,2% do Estado); Almenara (45.570; 4,3% da região e 0,1% do Estado); Araçuaí (38.689; 3,6% da região e 0,1% do Estado); Capelinha (33.336; 3,1% da região e 0,1% do Estado); Pedra Azul (33.095; 3,1% da região e 0,1% do Estado); Itamarandiba (32.436; 3,0% da região e 0,1% do Estado); Itaobim (29.071; 2,7% da região e 0,1% do Estado); Carlos Chagas (28.629; 2,7% da região e 0,1% do Estado); Medina (24.978; 2,3% da região e 0,1% do Estado).
População (2000)	977.779 (5,5% do Estado) – Urbana: 571.878 (58,5%); Rural: 405.901 (41,5%) Municípios mais populosos: Nanuque (41.619; 4,3% da Região); Araçuaí (35.713; 3,7% da Região); Almenara (35.385; 3,6% da Região); Capelinha (31.231; 3,2% da Região); Minas Novas (30.646; 3,1% da Região); Novo Cruzeiro (30.453; 3,1% da Região); Itamarandiba (29.400; 3,0% da Região); Pedra Azul (23.608; 2,4% da Região); Jequitinhonha (22.902; 2,3% da Região); Carlos Chagas (21.994; 2,2% da Região).
PIB per capita 1999 (R\$1,00) e número índice - MG=100	1.735,7 ; 34,4 Municípios com maiores PIB per Capita: Salto da Divisa (3.216; 66); Pedra Azul (2.872; 59); Nanuque (2.832; 58); Teófilo Otoni (2.661; 54); Machacalis (2.603; 53); Umburatiba (2.563; 52); Carlos Chagas (2.432; 50); Itaobim (2.143; 44); Turmalina (2.080; 42); Medina (2.028; 41).
VAF (Valor Adicionado Fiscal) 2000 (R\$1.000,00)	608.841 (0,9% do Estado) Municípios com maiores VAF: Teófilo Otoni (156.217); Nanuque (67.792); Carlos Chagas (42.740); Capelinha (27.032); Pedra Azul (24.435); Itamarandiba (21.195); Almenara (17.770); Minas Novas (17.674); Araçuaí (16.886); Itaobim (15.176).
Principais Produtos da Agropecuária (% da produção estadual)	Pecuária: Efetivos dos rebanhos – bovino (8,8%); eqüino (11,9%); asinino (51,3%); muar (27,1%) e bubalino (11,5%). Produtos agrícolas: Não há registro importante de culturas tradicionais. Todavia, surgem cultivos novos: Cacau (100,0%); coco-da-baía (25,0%) e urucum (17,2%).
Atividades industriais de relevância no Estado segundo microrregião	Não há.
Circuitos Turísticos	Circuito das Pedras Preciosas.

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF).

ANEXO 7

RESPONSABILIDADES SOCIAIS

I – ÁREA DE TRABALHO

1. Setor de políticas de emprego
 - Seleção de admissão
 - Oportunidades para deficientes e minorias
 - Carreira
 - Reciclagem de trabalhadores
 - Criação de oportunidades
2. Setor de políticas de remuneração
 - Salários
 - Benefícios e incentivos
 - Participação nos lucros
3. Setor de qualidade de vida no trabalho
 - Segurança e higiene do trabalho
 - Saúde dos trabalhadores (até mesmo lazer)
 - Moradia e acesso ao trabalho
 - Deslocamentos e transferência
 - Participação na vida da empresa
 - Trabalho significativo

II – ÁREA DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA

1. Setor da qualidade do ambiente
 - Correção da poluição existente
 - Controle de processos e produtos
 - Fabricação de poluentes
 - Utilização de poluentes
 - Rejeitos de poluentes
 - Prevenção de novas formas de poluição
 - Melhoramentos estéticos
 - Recuperação de áreas desgastadas
2. Setor do impacto da empresa
 - No ambiente
 - Na infra-estrutura
 - Na economia
 - Na organização social, política e cultural

3. Setor de prevenção de recursos naturais
 - Esgotamento de matérias-primas
 - Aproveitamento e conservação de recursos energéticos
 - Controle do uso da terra
 - Exigência de reciclagem
 - Redução de descartáveis
4. Setor de proteção ao meio ambiente
 - Qualidade de vida
 - Nutrição
 - Habitação
 - Saúde
 - Transporte e comunicação
 - Violência
 - Educação
 - Proteção ao menor
 - Treinamento de desempregados “crônicos”

III – ÁREA DE CONSUMO

1. Setor de qualidade dos produtos
 - Utilidade
 - Segurança
 - Durabilidade
 - Funcionalidade
2. Setor de garantia e serviços
 - Reposição
 - Assistência técnica
 - Obsolescência
 - Controle de produtos nocivos
3. Setor de informações
 - Publicidade
 - Propaganda
 - Características dos produtos
4. Setor de relações com clientes
 - Cumprimentos de contatos
 - Preços honestos

IV – ÁREA DE ATUAÇÃO

COMUNITÁRIA

1. Setor de ajuda filantrópica a entidades, obras e campanhas

- Assistenciais
- Culturais
- Educacionais
- Artísticas

2. Setor de participação direta em atividades comunitárias

- Instalações
- Recursos humanos
- *Know-how*
- Recursos materiais

V – ÁREA INSTITUCIONAL

1. Setor de relações com acionistas

- Zelo pelo patrimônio
- Rentabilidade
- Informações fidedignas

2. Setor de relações com o governo

- Honestidade nas informações tributárias
- Restrição à prática do *lobby*
- Restrição à ingerência política

3. Setor de relações com outras pessoas

- Honestidade na concorrência
- Restrição às práticas monopolistas

Fonte: DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. *Responsabilidade social: A empresa hoje*. Op. cit., p. 74-6.